

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA LINGUAGEM
DOUTORADO EM CIÊNCIAS DA LINGUAGEM

VERONICA DEL PILAR PROAÑO DE FOX

**PODER E DESIGUALDADE: A REPRESENTAÇÃO DOS PESCADORES E
PESCADORAS ARTESANAIS NAS NOTÍCIAS DO JORNAL DO COMMERCIO**

RECIFE
FEVEREIRO, 2021

VERONICA DEL PILAR PROAÑO DE FOX

**PODER E DESIGUALDADE: A REPRESENTAÇÃO DOS PESCADORES E
PESCADORAS ARTESANAIS NAS NOTÍCIAS DO JORNAL DO COMMERCIO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade Católica de Pernambuco para obtenção do título de Doutora em Ciências da Linguagem.

Área de Concentração: Processos de Organização Linguística e Identidade Social

Orientador: Prof. Dr. Karl Heinz Efken

Coorientador: Prof. Dr. Teun A. Van Dijk

Recife

Fevereiro, 2021

CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO

(Universidade Católica de Pernambuco. Biblioteca)

P962p Proaño de Fox, Veronica del Pilar

Poder e desigualdade: a representação dos pescadores e pescadoras artesanais nas notícias do Jornal do Commercio / Veronica del Pilar Proaño de Fox, 2021.

726 f. : il.

Orientador: Karl Heinz Efren

Coorientador: Teun A. Van Dijk

Tese (Doutorado) - Universidade Católica de Pernambuco.
Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem.
Doutorado em Ciências da Linguagem, 2021.

1. Análise crítica do discurso. 2. Teoria social cognitiva.
3. Jornalismo. 4. Etnologia. 5. Pescadores – Aspectos sociais.
I. Título.

CDU 802

Mércia Nascimento -

Nome: FOX, Veronica del Pilar Proaño de

Título: **Poder e desigualdade:** a representação dos pescadores e pescadoras artesanais nas notícias do Jornal do Commercio

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade Católica de Pernambuco para obtenção do título de Doutora em Ciências da Linguagem.

Área de Concentração: Teoria e Análise da Organização Linguística.

Linha de pesquisa: Processos de Organização Linguística e Identidade Social

Aprovado em: 25/02/2021

TESE APROVADA PELA BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr.
Orientador

Karl Heinz Efken

Universidade Católica de
Pernambuco

Assinatura:



Prof. Dr.
Coorientador

Teun A. Van Dijk

Universidade Pompeu Fabra

Assinatura:



Prof. Dr.
Examinador interno

Benedito Gomes Bezerra

Universidade Católica de
Pernambuco

Assinatura:



Profa. Dra.
Examinadora interna

Aline Maria Grego Lins

Universidade Católica de
Pernambuco

Assinatura:



Prof. Dr.
Examinador externo

Cristiano Wellington
Norberto Ramalho

Universidade Federal de
Pernambuco

Assinatura:

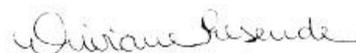


Profa. Dra.
Examinadora externa

Viviane de Melo Resende

Universidade de Brasília

Assinatura:



Aos amores e orgulho da minha vida, Nati e Mark
(porque filhos e amigos melhores não há)
Ao meu amor e parceiro em todas as horas, Eric
(porque o amor não se explica, se sente)
À minha família equatoriana-brasileira-argentina
(porque na multiculturalidade e na diferença, me encontrei)

AGRADECIMENTOS

Minha jangada partiu rumo ao doutorado muito antes de eu me aventurar no mar das ciências da linguagem. Na realidade, minha navegação começou em 2014, quando cursei a disciplina Ciência, Filosofia e Comunicação, como ouvinte, no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPE. Na época, o professor Heitor Rocha foi meu mestre de pesca, conduzindo-me nas águas da filosofia da linguagem e da comunicação.

Era 2015, quando meu aluno de jornalismo, Charles Pierre, soube da minha vontade de cursar o doutorado em linguística e me falou da ligação do amigo Roberto Markenson com o professor Karl Heinz. Foi o querido Roberto que intermediou nosso primeiro encontro, quando falei da minha vontade de navegar na análise do discurso e, de algum modo, contribuir com as causas dos pescadores e pescadoras artesanais. Pelo seu histórico de vida e forte compromisso social, o “Profe Karl”, como carinhosamente o chamo, abraçou meu sonho.

A navegação até então foi relativamente calma, com dias ensolarados e brisa do mar. Contando sempre com a ajuda de Deus, meu projeto de pescaria foi aceito, no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem (PPGCL), da Unicap, em 2016. Os três anos seguintes foram turbulentos, apesar dos esforços do mestre Karl que tentava me guiar.

As tempestades típicas da busca do conhecimento me impediam navegar, o mar não estava para peixe e uma nuvem negra flutuava no horizonte. Guiada por falsos mestres, levei minha jangada para outros mares, fui pescar sozinha e quase me afoguei. Superei o naufrágio e, apesar da minha afoiteza, com paciência reergui minha embarcação. Nesse percurso, outros mestres me estenderam a mão: Benedito Bezerra e Moab Acioli, a vocês minha gratidão.

Há um ditado em espanhol que minha mãe sempre diz “*no hay mal que para bien no venga*”. E, na vida, tudo é assim. Das experiências ruins, surgem coisas boas e, de repente, o mar fica calmo, o vento sopra e nossa rede enche de peixes. Foi o que aconteceu comigo no início de 2018. No meio das minhas aflições acadêmicas e de muitos pedidos a Deus para me guiar para águas mansas e fartas, surgiu a oportunidade de realizar o sonho de estudar com Teun Van Dijk, autor de teorias que explicam muito sobre a nossa forma de perceber o mundo e nos comunicar, além de ser mestre na pescaria do ativismo social.

Por essa chance única, para uma pescadora-jornalista que, além de mãe e esposa, sai todo dia para “pescar” notícias, tenho que agradecer ao Teun, um ser humano ímpar, que desde o primeiro contato trocou comigo generosamente saberes da pescaria linguística, quando nem me conhecia. Depois, aceitou me receber e me acolheu no seu *Center of Discourse Studies*, em Barcelona. Essa oportunidade também devo ao PPGCL que aprovou, internamente, minha

pesquisa e minha candidatura ao Programa de Doutorado Sanduíche (PDSE) da Capes, cuja bolsa viabilizou meu estágio como pesquisadora visitante, na Universidade Pompeu Fabra, entre outubro de 2018 e maio de 2019.

Dessa ousada travessia nasceu esta tese, que não é somente minha, mas foi concebida e gerada por todos os que me ajudaram, trocando conhecimentos e, mais do que isso, me acompanhando na pescaria. Agradeço também aos meus filhos, Natascha e Mark, porque quando não estão comigo pescando, me deixam livre para navegar no mar do conhecimento. Peça-chave nas minhas pescarias é o meu companheiro de vida, Eric, que há quase 25 anos se aventura comigo mar adentro e eu com ele.

Deixo aqui um carinhoso obrigado aos meus amigos, também pescadores de saberes, Alexandre Duarte Gomes e Isabela Santos Correia Rosa, com quem dividi alegrias, conhecimentos e angústias quando navegamos em águas brasileiras e europeias. O mesmo para os amigos do grupo de estudos em ACD, na Unicap. Meu muito obrigada pela gentileza, acolhida e valiosas contribuições aos amigos do *Center*, especialmente a Lucia de la Presa, Andreia Rocha, Alba Marin e Stephany Bravo-Segal e todos os que estavam por lá, na minha estada em Barcelona.

Gratidão também à Viviane Resende, exemplo de ser humano, professora e pesquisadora, peça fundamental na elaboração desta tese. Ao querido César Rojo, em cujas oficinas, produções acadêmicas e orientações tanto aprendi e à professora Montserrat Ribas com quem entendi que a performatividade da linguagem move o mundo.

Um obrigado e abraço gigantes aos meus companheiros de luta do Conselho Pastoral dos Pescadores. Especialmente a Bill pelas incontáveis contribuições na reflexão e compreensão do mundo pesqueiro. A minha querida Laurineide Santana, as companheiras Ornela Fortes e Ingrid Campos, obrigada pela troca de saberes e ideais.

Minha imensa gratidão e admiração às lideranças e membros do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil (MPP) e da Articulação Nacional das Pescadoras (ANP), que me inspiram e motivam na busca por um mundo melhor, mais justo e sustentável. Gratidão ao amigo Cristiano Ramalho que, desde o meu mestrado, tem sido meu colega e mestre, na pescaria acadêmica, companheiro de luta e fonte inesgotável de saberes compartilhados do mundo pesqueiro. A todos vocês, levo sempre no meu coração!

“Quando a gente fica pensando qual é a explicação para tanta perversidade, a gente chega à conclusão de que é racismo. Estamos numa zona de sacrifício”

Pescadora Marisélia Lopes

(CPP-NE, 2017a)

RESUMO

Neste Estudo Crítico do Discurso (ECD), analisamos a representação dos(as) pescadores(as) artesanais, nas notícias do Jornal do Commercio, entre 2011 e 2018. Especificamente, investigamos estruturas e estratégias discursivas que envolvem a cognição pessoal e social, priorizando as que podem (re)produzir uma imagem negativa, estereotipada ou tendenciosa dessa cultura tradicional, na imprensa, e assim legitimar sua desigualdade e exclusão social. A multidisciplinaridade e o posicionamento político dos ECD nos permitem evidenciar aspectos do grupo social, nas dimensões histórica, sociopolítica, cultural e econômica. Para compreender o contexto sociocomunicativo e o impacto do discurso do JC, na construção da representação dos(as) pescadores(as), usamos aportes da Sociologia da Comunicação (CANCLINI, 2002; CASTELLS, 1998, 1999; HALL *et al.*, 1999; HALL, 2005; MARTIN-BARBERO, 2008; MORAES, 2013; RUIZ, 1994), do Jornalismo (CORREIA, 2007, 2009; RICHARDSON, 2007; TUCHMANN, 1983; VAN DIJK, 1990, 1996, 1998, 2015a; ZAMORA, 2016), dentre outros. Subsídios teóricos da ACD (FAIRCLOUGH, 2001; CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999; MAGALHÃES *et al.*, 2017; PEDRO, 1998; RESENDE, 2015, 2017), bem como ferramentas teórico-metodológicas da linha sociocognitiva dos ECD (VAN DIJK, 1990, 1996, 1998, 2007, 2012, 2015a, 2016a; COLORADO, 2014; FALCONE, 2008; VIZCARRONDO, 2006a, 2006b), da Linguística Textual (KOCH; ELIAS, 2006, 2009; MARCUSCHI, 1991, 2008, 2009) e da Linguística Cognitiva (MARCUSCHI, 2007a, 2007b, 2007c; VEREZA, 2016) também contribuem na nossa análise. Os resultados mostram que a imprensa representa os(as) pescadores(as) em temas e papéis semânticos que os inferiorizam e invisibilizam, além de enquadrá-los em marcos temáticos/*frames* que os estigmatizam como um “problema social”. Tanto por estereotipá-los como culpados, coadjuvantes ou vítimas de tragédias e violência, quanto como um grupo vulnerável que precisa da nossa assistência social. Mesmo quando sua imagem é de agente ambiental e sociocultural, a imprensa mitiga sua agentividade positiva ao representá-lo simultaneamente como um agente transgressor. O discurso jornalístico o categoriza em conceitos associados a diferença, desvio e mesmo ameaça - um obstáculo para o progresso capitalista, fomentado pelo Estado e outras elites de poder. Tais representações legitimam velhos preconceitos coloniais, desigualdade social e outras práticas abusivas contra os pescadores.

Palavras chaves: Análise Crítica do Discurso. Teoria Social Cognitiva. Jornalismo. Etnologia. Pescadores – Aspectos Sociais.

ABSTRACT

In this Critical Discourse Study (CDS), we analyze the representation of artisanal fishermen and women in the news coverage of *Jornal do Comercio*, between 2011 and 2018. Specifically, we investigate discourse structures and strategies, which involve personal and social cognition, prioritizing those that can reproduce a negative, stereotypical or biased representation of this traditional culture in the press and by doing so legitimize their social inequality and exclusion. The multidisciplinary and political position of CDS allow us to show aspects of the social group in a historical, sociopolitical, cultural and economic dimensions. To understand the socio-communicative context and the impact of JC's discourse, in the construction of the representation of fishermen and women, we use contributions from the Sociology of Communications (CANCLINI, 2002; CASTELLS, 1998, 1999; HALL *et al.*, 1999; HALL, 2005; MARTIN-BARBERO, 2008; MORAES, 2013; RUIZ, 1994), Journalism (CORREIA, 2007, 2009; RICHARDSON, 2007; TUCHMANN, 1983; VAN DIJK, 1990, 1996, 1998, 2015a; ZAMORA, 2016), among others. Theoretical subsidies of CDA (FAIRCLOUGH, 2001, CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999; MAGALHÃES *et al.*, 2017; PEDRO, 1998; RESENDE, 2015, 2017), as well as theoretical and methodological tools of the socio-cognitive approach of CDS (VAN DIJK, 1990, 1996, 1998, 2007, 2012, 2015a, 2016a; COLORADO, 2014; FALCONE, 2008; VIZCARRONDO, 2006a, 2006b; ZAMORA, 2016), of Textual Linguistics (KOCH; ELIAS, 2006, 2009; MARCUSCHI, 1991, 2008, 2009) and Cognitive Linguistics (MARCUSCHI, 2007a, 2007b, 2007c; VEREZA, 2016) also contribute to our analysis. The results show that the press represents artisanal fishermen and women in themes and semantic roles that make them inferior and invisible, in addition to framing them in thematic frameworks/frames that stigmatize them as a "social problem". This is realized through stereotyping them as either guilty, accomplices or victims of tragedy and violence, as well as a vulnerable group that needs our social assistance. Moreover, even when the group's image is that of an environmental and sociocultural agent, the press mitigates their positive agency, representing them also as a transgressor agent. The journalistic discourse categorizes them in concepts associated with difference, deviation and even threat - an obstacle to capitalist progress, fostered by the State and other power elites. Such representations legitimize old colonial prejudices, social inequality and other abusive practices against fishermen.

Keywords: Critical Discourse Analysis. Social Cognitive Theory. Journalism. Ethnology. Fishermen - Social Aspects.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 1 – Estratégia de construção da tese | 40 |
| Figura 2 – Linha do Tempo: situação sociopolítica na pesca artesanal, entre 2009 e 2018..... | 86 |
| Figura 3 – Evolução da circulação dos principais jornais brasileiros (2014 – 2019)..... | 106 |
| Figura 4 – Arquitetura sociocognitiva do discurso..... | 174 |
| Figura 5 – Esquema da produção de discurso controlada pelo contexto..... | 194 |
| Figura 6 – Sistema de Cognições/Representações Sociais na Memória..... | 220 |
| Figura 7 – Título noticioso (antetítulo, título e linha fina)..... | 285 |
| Figura 8 - Quadro valores-notícia Traquina (2013) e Silva (2014)..... | 725 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Quadro 1 – Recursos teórico-metodológicos para cumprir objetivos específicos..... | 36 |
| Quadro 2 – Subjetivos, subperguntas, estratégias e estruturas do OE8 | 37 |
| Quadro 3 – Políticas públicas na pesca em Pernambuco (2012 – 2018)..... | 78 |
| Quadro 4 – Abordagens ECD e respectivos autores..... | 150 |
| Quadro 5 – Modelos Mentais..... | 191 |
| Quadro 6 – Categorias do modelo de contexto..... | 193 |
| Quadro 7 – Aspectos na análise da representação no discurso jornalístico..... | 195 |
| Quadro 8 – Cognições Sociais..... | 199 |
| Quadro 9 – Modelo de análise da representação dos(as) pescadores(as) artesanais no JC..... | 243 |
| Quadro 10 - Inventário de funções semânticas..... | 260 |
| Quadro 11 - Agentividade negativa dos(as) pescadores(as) na MG1..... | 268 |
| Quadro 12 - Macroproposições prévias da MG1..... | 269 |
| Quadro 13 - Agentividade positiva do Estado na MG1..... | 270 |
| Quadro 14 - Agentividade negativa dos pescadores na MG2..... | 272 |
| Quadro 15 - Macroproposições prévias da MG2..... | 272 |
| Quadro 16 - Agentividade negativa dos pescadores na MG4..... | 275 |
| Quadro 17 – Macroproposições prévias da MG6..... | 276 |
| Quadro 18 - Agentividade negativa na MG7..... | 278 |
| Quadro 19 - Temas noticiosos negativos com maior frequência..... | 283 |
| Quadro 20 - Estruturas da notícia..... | 284 |
| Quadro 21 - Descrições dos pescadores artesanais nos títulos..... | 289 |
| Quadro 22 - Marcos temáticos associados aos pescadores artesanais..... | 293 |
| Quadro 23 - Representação dos pescadores artesanais como argumentos pacientes..... | 300 |
| Quadro 24 - Representação dos pescadores artesanais como argumentos agentes..... | 300 |
| Quadro 25 - Papéis predominantes atribuídos aos pescadores artesanais nos MT..... | 301 |
| Quadro 26 - Organização quantitativa de amostra para análise das notícias..... | 321 |
| Quadro 27 - Notícias para análise qualitativa..... | 322 |
| Quadro 28 - Macroproposições globais e respectivas notícias | 461 |
| Quadro 29 - Títulos de notícias do <i>corpus</i> | 466 |
| Quadro 30 - Títulos que referenciam o grupo social | 471 |
| Quadro 31 - Títulos com a referenciação “pescador(es)”..... | 473 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Tabela 1 – Número de matérias por assunto no arquivo | 225 |
| Tabela 2 – Número de notícias por ano no subcorpora 2 | 231 |
| Tabela 3 – Resultados de buscas de notícias e publicações selecionadas no JC..... | 233 |
| Tabela 4 – Número de notícias e reportagens por ano no subcorpora 3..... | 234 |
| Tabela 5 - <i>Corpus</i> | 474 |
| Tabela 6 - Temas sobre pescadores(as) artesanais no JC (2011 - 2018)..... | 265 |
| Tabela 7 - Temas positivos associados aos pescadores(as) artesanais..... | 266 |
| Tabela 8 - Temas negativos associados aos pescadores(as) artesanais..... | 266 |
| Tabela 9 - Paisagens linguísticas associadas aos pescadores(as) artesanais nas notícias..... | 307 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Gráfico 1 – Percentual de textos por assunto no arquivo..... | 226 |
| Gráfico 2 – Percentual de textos por gênero jornalístico no arquivo | 227 |
| Gráfico 3 – Forma de veiculação de textos no arquivo | 228 |
| Gráfico 4 – Percentual de textos por editoria no arquivo | 228 |
| Gráfico 5 – Percentual de notícias por jornal no arquivo..... | 229 |
| Gráfico 6 - Abrangência geográfica das publicações no arquivo..... | 229 |
| Gráfico 7 – Percentual de publicações por macrodescritor no subcorpora 3..... | 230 |
| Gráfico 8 - Percentual de publicações por demanda do grupo no subcorpora 4..... | 235 |
| Gráfico 9 - Percentual de gêneros jornalísticos no subcorpora 4..... | 236 |
| Gráfico 10 - Picos de cobertura jornalística sobre pesca artesanal entre 2011 e 2018..... | 241 |
| Gráfico 11 – Percentual de notícias sobre pesca artesanal por ano (2011 – 2018)..... | 241 |
| Gráfico 12 – Papel semântico dos "pescador(es)" nos marcos temáticos..... | 299 |

LISTA DE SIGLAS

ABC - Agência Brasileira de Cooperação Técnica
ACD - Análise Crítica do Discurso
ACP - Ação Civil Pública
AD – Análise de Dispositivo
ADTO - Análise do Discurso Textualmente Orientada
AM – Análise-multimodal
AMONAPE – Associação Movimento Nacional dos Pescadores
ANP - Articulação Nacional das Pescadoras
APA - Área de Proteção Ambiental
APACC - Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais
AS – Atores Sociais
BNB - Banco do Nordeste do Brasil
CEMIT - Comitê Estadual de Monitoramento dos Incidentes com Tubarões
CNBB - Conselho Nacional dos Bispos do Brasil
CPP - Conselho Pastoral dos Pescadores
CPP-NE - Conselho Pastoral dos Pescadores - Regional Nordeste
CPRH - Agência Estadual do Meio Ambiente
DPA - Departamento de Pesca e Aquicultura
DP – Diário de Pernambuco
DR - Dialético-relacional
ECD - Estudos Críticos do Discurso
FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FP – Folha de Pernambuco
HD – Histórico-discursiva
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação Ambiental
JC – Jornal do Commercio
JCPM - Grupo João Carlos Paes Mendonça
LC - Linguística Crítica
LiC - Linguística de Corpus
LSF - Linguística Sistêmico-Funcional

MAPA- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCP - Memória de Curto Prazo
MDIC - Ministério da Indústria, Comércio e Serviços
MG – Macroestruturas globais
MLP - Memória de Longo Prazo
MMA - Ministério do Meio Ambiente
MONAPE - Movimento Nacional dos Pescadores
MPA - Ministério da Pesca e Aquicultura
MPF - Ministério Público Federal
MPF-PE - Ministério Público Federal de Pernambuco
MPP - Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil
MPP-PE – Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais de Pernambuco
OIT - Organização Internacional do Trabalho
ONG – Organização não-governamental
ONU - Organização das Nações Unidas
PF – Polícia Federal
PL – Paisagem Linguística
PNDSAP - Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca
PT – Partido dos Trabalhadores
RGP - Registro Geral da Pesca
RMR – Região Metropolitana do Recife
SC - Sociocognitiva
SEAP/PR - Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca
SEPLAG - Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado
SISNAMA - Sistema Nacional do Meio Ambiente
SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação
STF – Supremo Tribunal Federal
SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUDEPE – Superintendência de Recursos Humanos da Educação
TCU - Tribunal de Contas da União
UCs - Unidades de Conservação Federais
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco

UNICAP - Universidade Católica de Pernambuco

PRB - Partido Republicano do Brasil

WFFP - World Forum of Fisher Peoples

ZEIS – Zona Especial de Interesse Social

SUMÁRIO

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| INTRODUÇÃO | 20 |
| Marcos teóricos | 23 |
| Justificativa | 29 |
| Objetivo geral | 32 |
| Objetivos específicos | 33 |
| O processo de investigação: recursos teórico-metodológicos | 33 |
| Organização da tese | 39 |
| 1. O CONTEXTO SOCIAL: UM OLHAR SOBRE O GRUPO | 41 |
| 1.1 Apresentação | 41 |
| 1.2 Pescadores e pescadoras artesanais: tradição, hibridismo e resistência | 43 |
| 1.2.1 Pescadores(as) e pesca artesanal no Brasil e em Pernambuco..... | 56 |
| 1.3 Formação de um grupo marginalizado | 58 |
| 1.4 Situação sociopolítica na pesca artesanal no século XX | 62 |
| 1.5 Pesca artesanal, neoliberalismo e aquicultura no século XXI | 69 |
| 1.5.1 Situação sociopolítica entre 2009 e 2018: Governo Dilma, Golpe e Temer..... | 73 |
| 2. O DISCURSO JORNALÍSTICO E A REPRESENTAÇÃO DE MINORIAS | 89 |
| 2.1 Apresentação | 89 |
| 2.2 Os meios de comunicação da massa | 90 |
| 2.2.1 E na América Latina?..... | 97 |
| 2.2.2 A mídia no Brasil..... | 103 |
| 2.2.3 Imprensa pernambucana: o <i>Jornal do Commercio</i> | 107 |
| 2.3 O discurso jornalístico | 110 |
| 2.3.1 A produção da notícia..... | 117 |
| 2.4 Jornalismo e representação de minorias | 126 |
| 3. A DIMENSÃO DO PODER NOS ESTUDOS DO DISCURSO | 131 |
| 3.1 Apresentação | 131 |
| 3.2 Origens e desenvolvimento da ACD | 131 |
| 3.3 A dimensão do poder na ACD | 150 |
| 3.4 Abuso de poder/dominação nos ECD | 154 |
| 3.4.1 Abuso de poder na mídia..... | 157 |
| 4. A INTERFACE SOCIOCOGNITIVA ENTRE SOCIEDADE E DISCURSO | 161 |
| 4.1 Apresentação | 161 |

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 4.2 A cognição nos estudos do discurso..... | 161 |
| 4.3 A mediação sociocognitiva na análise do discurso..... | 171 |
| 4.3.1 Modelos mentais..... | 179 |
| 4.3.1.1 Modelos de Contexto..... | 184 |
| 4.3.1.1.1 <i>O discurso jornalístico controlado pelo contexto.....</i> | <i>194</i> |
| 4.3.2 Cognições/Representações sociais..... | 197 |
| 4.3.2.1 Ideologias..... | 199 |
| 4.3.2.1.1 <i>Organização e estrutura das ideologias.....</i> | <i>204</i> |
| 4.3.2.2 Valores..... | 206 |
| 4.3.2.3 Conhecimento..... | 208 |
| 4.3.2.4 Atitudes..... | 216 |
| 5. O DESENHO METODOLÓGICO..... | 221 |
| 5.1 Apresentação..... | 221 |
| 5.2 Organização e formação do <i>corpus</i> de estudo..... | 222 |
| 5.3 Organização e descrição de <i>corpus</i> final de estudo..... | 235 |
| 5.4 A opção metodológica pelo <i>Jornal do Commercio</i>..... | 237 |
| 5.4.1 A cobertura do JC sobre pescadores(as) artesanais: observações gerais..... | 239 |
| 5.5 Modelo teórico-metodológico de análise de notícias..... | 242 |
| 6. ANÁLISE DE NOTÍCIAS..... | 247 |
| 6.1 Apresentação..... | 247 |
| PARTE I - SIGNIFICADO GLOBAL..... | 249 |
| 6.2 Macroestruturas semânticas / temas..... | 249 |
| 6.2.1 O Quadrado Ideológico (QI) | 256 |
| 6.2.2 Inclusão/destaque e exclusão/ocultação..... | 258 |
| 6.2.3 Agentividade/ <i>Agency</i> | 259 |
| 6.3 Análise da representação dos(as) pescadores(as) nos temas noticiosos..... | 263 |
| 6.3.1 Temas negativos..... | 267 |
| 6.3.2 Temas positivos..... | 279 |
| 6.3.3 Considerações gerais sobre a representação temática dos(as) pescadores(as)..... | 281 |
| PARTE II – SIGNIFICADO LOCAL. | 283 |
| 6.4 Estruturas da notícia..... | 283 |
| 6.4.1 Títulos..... | 284 |
| 6.4.1.1 – Descrição de Atores Sociais..... | 287 |

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 6.5 Análise das descrições: marcos temáticos e estratégias..... | 289 |
| 6.5.1 Agentividade dos(as) pescadores(as) artesanais nos marcos temáticos..... | 299 |
| 6.6 Representação dos(as) pescadores(as) artesanais em territórios pesqueiros | 304 |
| 6.6.1 Associação dos(as) pescadores(as) artesanais a paisagens linguísticas..... | 307 |
| 6.6.1.1 Ilha de Deus..... | 309 |
| 6.6.1.2 Suape..... | 315 |
| PARTE III – ANÁLISE MICROTETUAL DE NOTÍCIAS..... | 318 |
| 6.7 Estratégias de representação dos(as) pescadores(as) artesanais nas notícias..... | 318 |
| 6.8 Organização, elaboração de amostra e métodos de análise..... | 321 |
| 6.9 Análise de notícias em marcos temáticos..... | 322 |
| 6.9.1 Tragédias e Episódios Violentos..... | 323 |
| 6.9.2 Meio ambiente..... | 345 |
| 6.9.3 Delinquência..... | 368 |
| 6.9.4 Assistência social..... | 383 |
| 6.9.5 Movimentos sociais | 392 |
| 6.9.6 Política..... | 414 |
| 6.9.7 Religiosidade..... | 421 |
| CONCLUSÃO..... | 428 |
| REFERÊNCIAS..... | 437 |
| APÊNDICES..... | 461 |
| APÊNDICE A - QUADRO 28 – MG E RESPECTIVAS NOTÍCIAS..... | 461 |
| APÊNDICE B – QUADRO 29 – TÍTULOS DE NOTÍCIAS DO <i>CORPUS</i>..... | 466 |
| APÊNDICE C - QUADRO 30 – TÍTULOS QUE REFERENCIAM O GRUPO..... | 471 |
| APÊNDICE D – QUADRO 31 – TÍTULOS COM A REFERENCIAÇÃO | |
| “PESCADOR(ES)”..... | 473 |
| APÊNDICE E – FICHA DE ANÁLISE DE NOTÍCIAS..... | 474 |
| APÊNDICE F – TABELA 5 – <i>CORPUS</i>..... | 477 |
| APÊNDICE G – CLIPPING DE NOTÍCIAS DO JORNAL DO COMMERCIO.... | 482 |
| ANEXOS..... | 725 |
| ANEXO A – FIGURA 8 - QUADRO VALORES-NOTÍCIA TRAQUINA (2013) | |
| E SILVA (2014)..... | 725 |

INTRODUÇÃO

Com caráter crítico e transdisciplinar, este Estudo Crítico do Discurso (ECD) tem como objetivo analisar a representação dos pescadores e pescadoras artesanais¹, nas notícias do Jornal do Commercio (JC), no período de 2011 a 2018. Nosso intuito é identificar e analisar estratégias discursivas que podem contribuir para uma representação negativa do grupo social e, conseqüentemente, para a desigualdade, injustiça social, violência simbólica e violação dos direitos do grupo social, na América Latina, e mais especificamente em Pernambuco, no Nordeste do Brasil.

Tomamos como base a teoria sociocognitiva para a Análise Epistêmica e Ideológica do Discurso (VAN DIJK, 1993, 1996, 1997, 1998, 2002a, 2002b, 2002c, 2003a ou 2003b, 2007, 2008, 2011, 2012, 2015a, 2015b, 2016a, 2016b; CÁRDENAS, 2018; MURGIA, 2018; COLORADO, 2014; FALCONE, 2008; ZAMORA, 2016) e a combinamos com aportes da Análise Crítica do Discurso (ACD) (FAIRCLOUGH, 2001; MAGALHÃES *et al.*, 2017; RESENDE, 2015, 2017; RESENDE; RAMALHO, 2014; RESENDE; REGIS, 2017; WODAK; MEYER, 2015).

Consideramos que apesar desses enfoques envolverem “raciocínios e interesses díspares, os complementamos e colocamos em diálogo”, tanto entre eles quanto com teorias de outras ciências sociais “para conseguir uma aproximação interdisciplinar no caso escolhido” (CÁRDENAS, 2018, p. 4), conforme detalhamos no quadro 1 e na FIG. 1, ao final desta introdução. Encontramos reforço para nossa estratégia de construção desta tese em Magalhães *et al.* (2017) para quem a transdisciplinaridade:

[...] não é apenas útil, mas também necessária a abordagens que pretendam investigar o uso da linguagem em sociedade. Entender o uso da linguagem como prática social implica compreendê-la como ação situada, que é constituída socialmente, mas que também é constitutiva de identidade, relações sociais, ideologias (MAGALHÃES *et al.*, 2017, p. 163).

¹Usamos os termos “pescador(es/as) artesanal(ais)” para nos referir ao grupo que pratica a pesca artesanal. Em algumas passagens, adotamos o gênero masculino, no singular ou no plural, apenas por uma questão de estilo ou na reprodução de citações. Mesmo nesses casos, nossa referência engloba o grupo como um todo, independente das relações de gênero. Também evitamos categorizar as pescadoras artesanais com expressões como “marisqueiras”, “catadoras de siri”, “catadoras de caranguejo”, “pescadeiras”, que contribuem para sua invisibilidade e prejudicam seu acesso a direitos sociais. Qualquer que seja a especialidade da pescadora artesanal (peixe, marisco ou siri), o Registro Geral da Pesca (RGP) identifica homem e mulher como pescador e pescadora artesanal (PIRES *et al.*, 2015). Nesta tese, tentamos usar sempre o feminino como forma de ativismo linguístico, para visibilizar as pescadoras artesanais na linguagem e, especialmente, para questionar o uso recorrente do masculino que naturaliza essa invisibilização.

Embora não disponhamos de pesquisas específicas sobre a representação dos pescadores artesanais na mídia brasileira, sabemos que nos ECD “as investigações orientadas para dar conta das representações sociais constituem a maior parte dos trabalhos realizados desde esta aproximação crítica (KHROSRVINIK *apud* RODRIGUEZ; WILLIAMS, 2010, p. 277). Contamos, assim, com vários estudos sobre a representação de minorias² na mídia. Dentre eles, sobre a categorização de agricultores familiares na imprensa (FALCONE, 2008), a representação de grupos LGBT³ (MELO, 2010a), de minorias étnicas (RICHARDSON, 2007; ZAMORA, 2016), de imigrantes (CORREIA, 2009; DE LA FUENTE, 2006; VAN DIJK, 2005b), de mulheres imigrantes (CASTAGNANI; COLORADO, 2009), de povos indígenas (ZAMORA, 2016) e de pessoas em situação de rua (RESENDE, 2015).

Dispomos ainda de estudos sobre a representação de movimentos sociais na imprensa (COLORADO, 2014; MAGALHÃES *et al.*, 2017; MURGIA, 2018), em mídias sociais (CÁRDENAS, 2018) e em espaços urbanos (JIMÉNEZ, 2010). São todos trabalhos que por tratarem sobre conflitos sociais fundamentais na sociedade, como o racismo, sexismo, homofobia, xenofobia e outras formas de exclusão e marginalização social, pesquisados por meio de suas manifestações e reproduções no discurso, contribuem tanto na construção do referencial teórico que ancora nossa pesquisa, quanto a própria análise das notícias.

Em relação aos pescadores artesanais, seu modo de vida e (re)produção social, enquanto cultura tradicional, apoiamo-nos em investigações em áreas como a Sociologia da Pesca (RAMALHO, 1999, 2002, 2004, 2014, 2015a, 2015b, 2017), História (SILVA, 1988, 2001, 2004; CASTELLUCI JÚNIOR, 2016), Socioantropologia marítima (DIEGUES, 1983, 2001, 2002) e Extensão/Comunicação Pesqueira para o Desenvolvimento Local (CALLOU, 1986, 2010, 2013). Isso porque enfoques teóricos e especializados como esses têm participado da construção teórico-prática no âmbito da ACD e “muitos pesquisadores na área têm tido bom êxito ao incorporarem instrumentos metodológicos e categorias teóricas [...] em seus próprios trabalhos e, desse modo, enriquecerem suas pesquisas” (MAGALHÃES *et al.*, 2017, p. 59).

Com base nessa literatura, pesquisa documental e alguns estudos anteriores (FOX, 2010; FOX; CALLOU, 2013; FOX; BEZERRA, 2019; FOX; HEINZ, 2019), discorreremos sobre a situação social dos pescadores artesanais no Brasil, país onde o grupo tem sido historicamente

² O conceito de minoria(s) “abarcava todo grupo social cujas perspectivas e vozes são marginalizadas pelas estruturas de poder e pelos sistemas de significação dominantes numa sociedade ou cultura (EDGAR & SEDGWICK *apud* FREIRE, 2004, p. 46).

³ A sigla LGBT engloba lésbicas, homossexuais, bissexuais, travestis e transexuais. Cf. Melo (2010a).

alvo de processos de dominação por parte de instituições de poder, especialmente do Estado brasileiro⁴ (CALLOU, 1986, 1994, 2013; FOX, 2010; RAMALHO, 1999; SILVA, 1988, 2001).

No que tange à comunicação no âmbito da pesca artesanal, dispomos de estudo sobre a influência dos meios de comunicação de massa⁵ no lazer e consumo cultural de pescadoras artesanais, em Itapissuma (TAUK SANTOS; FOX, *et al.*, 2009), bem como outras pesquisas sobre comunicação e pesca artesanal que, no Brasil, se concentram especialmente na área da Extensão/Comunicação Rural/Pesqueira para o Desenvolvimento Local.

Também contamos com estudos anteriores (FOX, 2010; FOX; CALLOU, 2013), nos quais investigamos as estratégias de comunicação de movimentos sociais de pescadores⁶. Embora não tenha sido o objetivo central da nossa pesquisa de mestrado, dados secundários sugeriram que os(as) pescadores(as) artesanais têm pouca visibilidade pública, são alvo de preconceito por parte de grupos de poder, como órgãos públicos e a mídia, que (re)produzem uma representação do grupo como atrasado, alienado ou mesmo uma peça do folclore nacional.

Práticas preconceituosas e de exclusão social têm contribuído para gerar um estado de descrença, desestímulo e desvalorização da própria profissão nas comunidades pesqueiras (FOX, 2010; FOX; CALLOU, 2013). O que é contraproducente por vários motivos. Primeiro, porque sendo uma das culturas tradicionais mais importantes do Brasil, os pescadores artesanais são responsáveis por mais da metade da produção de pescados para consumo humano (CEPENE, 2009; SILVA, 2013; REIS-FILHO; QUINTO, 2020). Segundo, porque a pesca artesanal emprega 25 vezes mais trabalhadores do que a pesca industrial (CPP-NE, 2019a).

Terceiro porque a atividade é expressiva para a economia brasileira. “Entre 1997 e 2011, a modalidade pesca artesanal alcançou 50% da produção total nacional, contribuindo como a maior parte do PIB dessa economia” (REIS-FILHO; QUINTO, 2020, p. 3; SILVA, 2013). Em quarto lugar, porque o contingente de pessoas credenciadas no Registro Geral da Pesca (RGP)⁷ chega a um milhão, no país. Somente em Pernambuco, estima-se que são aproximadamente 30 mil pescadores(as) (CPP-NE, 2019a). Por fim, pela riqueza cultural do grupo social, cujo

⁴ Consideramos que sendo o Estado formado por políticos e burocratas, isto é, elites simbólicas, é uma instituição de poder. Abordagem que adotamos nos capítulos I, II e III e VI.

⁵ Nesta tese, usamos como sinônimos os termos “meios de comunicação de massa”, “meios”, “meios massivos”, “mídia”, “mídias”, “meios de comunicação”, “veículos”, “veículos de comunicação” ou, simplesmente, “imprensa”.

⁶ Sobre estratégias de comunicação de movimentos sociais de pescadores, para o desenvolvimento local de comunidades pesqueiras Cf. Fox (2010); Fox; Callou (2013).

⁷ O Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) foi instituído pelo Decreto-Lei 221, de 28 de fevereiro de 1967 e ratificado pela lei 11.959, de 26 de junho de 2009, conhecida como a Nova Lei de Pesca. O seu objetivo é gerir a atividade pesqueira, por meio do registro, monitoramento, controle e fiscalização, bem como organizar e manter o RGP e, por conseguinte, conceder licenças, permissões e autorizações para o exercício da pesca comercial, artesanal, amadora e da aquicultura (MACHADO, s/d).

conhecimento e patrimônio sociocultural são transmitidos de geração em geração. Sem falar dos laços de pertencimento familiares, de amizade e solidariedade estratégicos para a sua reprodução social (RAMALHO, 2002; FERNANDES, 2015). A desvalorização da atividade pesqueira artesanal é também contraditória em um país, como o Brasil, com mais de 7,4 mil quilômetros de extensão, o 16º maior litoral nacional do mundo. Discutimos esses aspectos no capítulo I.

As práticas sócio-históricas de poder e de abuso de poder de elites simbólicas⁸, em relação aos pescadores e pescadoras artesanais, nos levam à pergunta geral desta investigação: Como as notícias do Jornal do Commercio representam os(as) pescadores(as) artesanais, entre 2011 e 2018? Especificamente nos questionamos se: i) práticas de dominação (discriminação, exclusão social, invisibilização etc.) se (re)produzem na dimensão sociocognitiva (preconceitos, ideologias, estereótipos etc.), que, por sua vez, se manifesta nas notícias do JC sobre pescadores(as) artesanais? ii) O JC (re)produz estratégias discursivo-ideológicas, que constroem uma imagem negativa, estereotipada, preconceituosa ou estigmatizada do grupo social? iii) como o JC representa os(as) pescadores(as) artesanais nas notícias, quando associados a outros atores/grupos sociais, especialmente aos grupos de elite? iv) como e quais acontecimentos e espaços são associados aos pescadores(as) nas notícias do JC?

Marcos teóricos

Tais dúvidas norteiam a construção do nosso marco teórico-metodológico, tendo em vista que, como Melo (2010a, p. 15) explica, é por meio da linguagem que desenvolvemos “diversas estratégias de inclusão e exclusão do Outro”. Afinal, grupos minoritários marginalizados pela nossa sociedade têm sido historicamente alvo de grande parte dessas estratégias, gerando assim estereótipos, bem como sua discriminação e estigmatização (MELO, 2010a).

No seu estudo sobre o massacre de agricultores familiares no El Dorado de Carajás, Falcone (2008, p. 7) também considera que grupos em situação contingente são alvo de diversas formas de exclusão social, “sendo a exclusão discursiva uma das práticas mais sutis – por isso mais eficientes – no processo de deslegitimação desses grupos. Pelo seu poder simbólico, o domínio jornalístico opera fortemente nesse processo, daí a relevância da sua investigação”.

⁸ O termo “elite” tem o conceito ampliado da teoria do abuso de poder que adota a noção de *elites simbólicas*, na abordagem sociocognitiva do discurso (VAN DIJK, 2015a). Tratamos desta noção no capítulo. III.

Assim como Djamila Ribeiro trata sobre o *lugar de fala* de mulheres negras, na sociedade brasileira, a partir do ponto de vista feminista, aqui nos pronunciamos sobre o lugar de fala dos(as) pescadores(as) artesanais, do ponto de vista anticapitalista, antirracista e antieurocêntrico. Embora não haja uma epistemologia determinada sobre essa noção, adotamos aqui a hipótese da filósofa brasileira que pensa o conceito a partir da Psicanálise e indica que “marcar o lugar de fala de quem o propõe se torna necessário para entendermos realidades que foram consideradas implícitas dentro da normatização hegemônica” (RIBEIRO, 2019, p. 59).

Na visão da autora, isso não significa que “estamos falando de experiências de indivíduos, *mas das condições sociais que permitem ou não que esses grupos acessem lugares de cidadania*” (RIBEIRO, 2019, p. 60, grifo nosso). Por exemplo, no caso dos pescadores e pescadoras artesanais, o lugar social que eles(as) ocupam, não os(as) permite acessar certos espaços e estar de forma justa em esferas hegemônicas, como a mídia, impossibilitando que sua voz seja ouvida.

O conceito de lugar de fala também permite “nos” situar e situar “um grupo” socialmente para entender os limites que esse lugar traz para nós e para o grupo⁹, em uma sociedade de supremacia branca, patriarcal, etnocêntrica. Nos possibilita ainda falar de lugares que rompem “com essa lógica de que somente os subalternos falem das suas localizações, fazendo com que aqueles inseridos na norma hegemônica nem sequer se pensem” (RIBEIRO, 2019, p. 83).

Assim, a partir de Ribeiro (2019, p. 83), ponderamos que o lugar de fala dos(as) pescadores(as) é “uma postura ética, pois saber de onde falamos é fundamental para pensarmos as hierarquias, as questões de desigualdade, pobreza, racismo [...]”. E ainda como um meio de “refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes, consequentemente da hierarquia social”.

Nos sentimos, portanto, autorizados para trazer à tona a invisibilidade dos(as) pescadores(as) artesanais, como grupo social e político, na imprensa pernambucana, e denunciar esse apagamento e representação, pois como Ribeiro (2019, p. 64, grifo nosso) explica: “quando falamos de direito [...] à voz, estamos falando de [...] como esse lugar imposto dificulta a possibilidade de transcendência. *Absolutamente não tem a ver com uma visão essencialista de que somente o negro pode falar sobre racismo, por exemplo*”.

⁹ Resende, V.D.M. Notas de orientação. Sessão de pré-banca de defesa de tese. Recife, 30/06/2020.

Basear-nos apenas em análises do capitalismo neoliberal¹⁰ ou de políticas extensionistas malsucedidas nos ajuda, claro, na construção desta tese, mas não supre a necessidade de questionarmos a situação contingente dos pescadores(as), na América Latina, e mais especificamente em Pernambuco. Inclusive, porque essa região do mundo tem se colocado “como espaço organizado e atento para discussões que se referem a contextos de discursos ideológicos, nos quais questões como a anulação de direitos sociais e a problemática da pobreza se inserem como agendas de lutas” (SANTOS, 2017, p. 203).

Afinal, os estados latino-americanos herdaram o modelo ocidental europeu que hierarquizou povos e gerou relações desiguais (QUIJANO, 2005; NOBOA, 2005). Nessa hierarquização de desigualdade situamos os(as) pescadores(as) que, segundo Silva (1988), têm suas origens, cultura e trajetória ligadas a outros grupos oprimidos, como os povos indígenas, pessoas negras africanas escravizadas no Brasil e pessoas mestiças, desde a época da colonização portuguesa.

A *matriz colonial* (NOBOA, 2005) e suas concepções de raça e conhecimento, como principais instrumentos de dominação de elites brancas na América Latina (QUIJANO, 2005), servem de pano de fundo para nossa discussão teórica e análise de notícias, pois nela encontramos algumas respostas para a condição de subalternidade¹¹ dos(as) pescadores(as) artesanais. Acreditamos que esse grupo é enxergado por grupos de poder (alguns setores da academia, Estado, setor privado etc.) com um olhar “colonizado”, que o considera inferior, seja pela cor da sua pele ou pelo seu modo de vida e saberes tradicionais, que se opõem ao “modelo de modernidade centrado em uma normatividade branca, eurocêntrica, machocêntrica e helenocêntrica”¹², além de capitalista neoliberal e de classes.

Noboa (2005, p. 1) nos ensina que a *matriz colonial* “constrói o domínio do espaço, do tempo, do poder e do saber [...] nos impele a atuar de modo a menudo inconsciente e acríptico, constituindo-se em atitudes e práticas culturais de nossos povos em benefício da colonialidade”¹³. A teoria da colonialidade do poder e do saber (QUIJANO, 2005; NOBOA, 2005) é uma perspectiva transversal nesta tese, pois contribui com a compreensão da origem,

¹⁰ Entendemos o ideário neoliberal como Beck (*apud* RAMALHO, 2015b, p. 523) define o *globalismo*: uma ideologia de império do mercado mundial, que “reduz a pluridimensionalidade da globalização a uma única dimensão – a econômica”. O neoliberalismo se caracteriza por “suas formas de radicalização mercantil do mundo, individualização exacerbada, consumismo em massa e privatização (inclusive da natureza)”.

¹¹ A noção de subalternidade atende ao sentido do enunciado em Gramsci (1987), isto é, o de grupos excluídos, oprimidos e marginalizados socialmente.

¹² Palestra da Profa. Fernanda Bragato, da UNISINOS, no IV Seminário Internacional Pós-colonialismo, Pensamento Descolonial e Direitos Humanos da América Latina, na UNICAP, agosto, 2019.

¹³ As traduções do espanhol ou do inglês para o português são da nossa autoria, a não ser quando especificado.

motivações e propósitos de práticas sociais abusivas, fundamentadas em ideologias como o racismo e o eurocentrismo do Estado brasileiro e de elites de poder, dentre elas, empresas de comunicação de massa, em relação aos pescadores e pescadoras artesanais. Essa perspectiva, nos ajuda especialmente na contextualização social, no capítulo I e na análise das notícias.

Fundamentados em Magalhães *et al.* (2017, p. 111), consideramos que é indispensável “dar atenção a processos sociais locais e translocais”, desenvolvendo “estudos que tenham como contexto sociedades do hemisfério sul”, como a nossa. Ribeiro (2019) tem a mesma percepção e defende que:

Tirar essas pautas da invisibilidade e analisá-las com um olhar interseccional mostra-se muito importante para que fuçamos de análises simplistas ou para se romper com essa tentação de universalidade que exclui. A história tem nos mostrado que a invisibilidade mata, o que Foucault chama de “deixar viver ou deixar morrer”. A reflexão fundamental a ser feita é perceber que, quando pessoas [...] estão reivindicando o direito a ter voz, elas estão reivindicando o direito a própria vida (RIBEIRO, 2019, 42).

Todos esses elementos guiam a nossa hipótese central: fundamentado em ideologias capitalistas, neoliberais, de classe, racistas e eurocêntricas, o discurso jornalístico dominante constrói uma representação negativa do(a) pescador(a) artesanal na imprensa. Assim, nosso trabalho se debruça, especialmente, na análise daquelas estratégias discursivas incoerentes com a igualdade social, que contribuem com a formação, distribuição e consumo de uma representação tendenciosa, estigmatizada ou estereotipada do(as) pescadores(as), que pode gerar opiniões e atitudes negativas e preconceituosas na mente das pessoas em relação ao grupo.

Para investigarmos as estruturas sociais e sua relação com as estruturas discursivas, apoiamo-nos na perspectiva sociocognitiva, que nos permite analisar criticamente o discurso do *Jornal do Comercio*, mantendo em relevo a interface cognitiva. Ou seja, tentamos entender de que modo se dá o processamento do discurso jornalístico na mente dos usuários da linguagem. Esse entendimento é indispensável, pois a ligação entre sociedade e discurso não é direta nem causal, antes é intermediada cognitivamente, pois, “estruturas sociais e estruturas discursivas pertencem a tipos diferentes” (VAN DIJK, 2016b, p. 9).

Assim, nossa análise leva em consideração as *estruturas cognitivas*, já que “as estruturas sociais precisam ser interpretadas e representadas cognitivamente” pelas pessoas e “tais representações mentais afetam os processos envolvidos na produção e interpretação do discurso” (VAN DIJK, 2016b, p. 9). O elo entre as estruturas sociais e como as pessoas falam, escrevem ou compreendem um discurso não é direto. “Antes, as estruturas sociais são

observadas, experimentadas, interpretadas, representadas por membros sociais, por exemplo, como parte de sua interação ou comunicação cotidiana” (VAN DIJK, 2015a, p. 26).

Por outro lado, a representação é uma atividade de construção da realidade, no sentido apontado por Marcuschi (*apud* MELO, 2010a, p. 56) para quem “as coisas não estão no mundo de maneira como as enunciamos, mas a nossa enunciação consiste em nossa atuação linguística e intersubjetiva sobre o mundo e conseqüentemente em nossa inserção sociocognitiva nele”. Isso significa que “a sociedade é uma construção humana e resulta de interações coordenadas e negociadas entre atores sociais” (FALCONE, 2008, p. 23).

Em outras palavras, quando representamos o mundo pela linguagem não estamos espelhando a realidade social, mas, como explica Melo (2010a, p. 46), estamos “contribuindo para a formação da realidade, dando sentido e existência a ela”. Marcuschi (2007a, p. 40) nos ensina que as nossas representações “são projeções de um mundo elaborado mentalmente na base de experiências não apenas individuais, mas socializadas e construídas em discurso. Trata-se da linguagem como forma de ação social para constituir um *sentido público* usando a língua”. Discorreremos sobre a noção de representação, no capítulo II, no domínio¹⁴ do jornalismo.

Desse modo, quando analisamos a representação dos pescadores artesanais no discurso do JC, no capítulo VI, não perdemos de vista que “a identidade social, as relações sociais e as representações sociais são – em grande parte – administradas pelo discurso” (VAN DIJK, 2004, p. 10). E que só é possível relacionar o discurso à sociedade através da *mente* dos usuários da linguagem (VAN DIJK, 2013).

Ou seja, são os modelos mentais, enquanto representações cognitivas subjetivas, aliados a cognições sociais compartilhadas que influenciam os discursos e outras práticas sociais das pessoas (VAN DIJK, 2012, p. 99 - 101). Dito de outro modo, “a cognição pessoal e social sempre medeia a sociedade ou as situações sociais do discurso” (VAN DIJK, 2015a, p. 26).

Ao envolvermos aspectos sociais, discursivos e cognitivos fundamentamos nossa análise no tripé *discurso-cognição-sociedade* (VAN DIJK, 2006, 2013, 2015a, 2015b, 2016a, 2016b). Essa conjugação é essencial para analisarmos o discurso do Jornal do Commercio não apenas linguisticamente, “como um objeto verbal autônomo, mas também como prática social ou como um tipo de comunicação em uma situação social, cultural, histórica e política (VAN DIJK, 2015a, p. 12).

¹⁴ Com base em Marcuschi (2002), usamos o termo “domínio” para nos referir a uma esfera, um campo de produção discursiva ou de atividade humana. Falamos em *domínio jornalístico*, pois a atividade jornalística não abrange um gênero em particular, mas origina vários deles. Usamos como sinônimo “discurso jornalístico”, pois ambos os conceitos se referem a uma prática discursiva com gêneros que lhe são próprios.

Nesses termos, o jornalismo está longe de ser objetivo, isento e imparcial. No discurso jornalístico, todo e qualquer gênero, quer seja um editorial, uma crônica e mesmo uma notícia, é produzido por pessoas e essa produção envolve modelos mentais pessoais, isto é, emoções e opiniões, bem como crenças sociais compartilhadas (conhecimento, ideologias, valores, atitudes etc.), como teorizamos nos capítulos II e IV.

Outra dimensão essencial para explicar como o discurso se insere na sociedade é o *contexto* (VAN DIJK, 2012). No sociocognitivismo, essa noção não se refere a variáveis sociais ou a um tipo de condição objetiva ou causa direta. Os contextos são um tipo especial de modelo mental dos participantes de uma situação comunicativa. Trata-se de “construtos (inter)subjetivos concebidos passo a passo e atualizados na interação pelos participantes enquanto membros de grupos e comunidades” (VAN DIJK, 2012, p. 11). Isto é, os participantes *definem* o contexto, pois é a cognição (pessoal e social) que faz a ponte entre as estruturas sociais e o uso da linguagem, como abordamos no capítulo IV.

Em resumo, o quadro sociocognitivo (VAN DIJK, 2006, 2008, 2012, 2013, 2015a, 2015b, 2016a) nos ajuda na compreensão do papel das *crenças pessoais* (modelos mentais) e *compartilhadas* (cognições sociais) por membros de um grupo epistêmico, neste caso, por elites de poder em geral, e pelo Grupo JCPM, ao qual o Jornal do Comercio pertence, e seus repórteres, em particular.

O discurso jornalístico, especificamente do gênero notícia, nos permite compreender como o poder vai além do acesso diferenciado a equipamentos coletivos de consumo, como Gohn (2004) define emprego, habitação, educação, saúde, transportes, lazer etc., e engloba o *acesso e controle* do discurso público, neste caso, o discurso da imprensa. Como teorizamos no capítulo III, o controle pode ser exercido de diversas formas, mas quando age em favor ou “no interesse daqueles que exercem tal poder, e contra os interesses daqueles que são controlados, podemos falar de *abuso de poder*” (VAN DIJK, 2015a, p. 17).

Grupos poderosos, por exemplo, podem controlar os outros por meio do uso da força física, coibição e coerção. Entretanto, o abuso também pode se dar no controle do que as pessoas podem ou não falar. O controle também se dá no âmbito cognitivo, isto é, *na mente* dos que estão sendo controlados, incidindo, através da manipulação ou da persuasão, nos “seus conhecimentos, opiniões, atitudes, ideologias, como também nas outras representações pessoais ou sociais” (VAN DIJK, 2015a, p. 18).

Os meios de comunicação de massa exercem seu poder fundamentalmente em termos discursivo e simbólico (VAN DIJK, 2005d). Por meio da seleção de determinados assuntos ou de (re)construções específicas de realidades sociais ou políticas, eles podem controlar o

conhecimento. Esse processo não é direto, sendo “apenas possível ou provável consequência do discurso” (VAN DIJK, 2015a, p. 18). Porém, uma vez que as emoções, atitudes, valores e outras cognições pessoais e sociais das pessoas são controladas por suas mentes, isso também vai incidir em suas ações, dentre elas seu discurso (VAN DIJK, 2015a).

O poder também se estabelece no controle das condições de produção, distribuição e consumo do discurso (FAIRCLOUGH, 2001; VAN DIJK, 2015a), o que abrange inclusive o “acesso diferenciado a vários gêneros, conteúdos e estilos” (VAN DIJK, 2015a, p. 44), sobre o qual discorremos no capítulo III. As empresas de comunicação podem permitir, regular ou até mesmo limitar o acesso de grupos minoritários ao discurso jornalístico (FALCONE, 2008). Além de ser detentora das condições financeiras, tecnológicas e simbólicas para a produção desse gênero, a mídia controla os *padrões de acesso* ao espaço discursivo público, como sustentamos nos capítulos II e III.

O abuso de poder da imprensa, entretanto, não se limita apenas à produção e divulgação de notícias, que são do seu interesse e do interesse de outros grupos ou instituições dominantes, mas também se manifesta na *marginalização de minorias*, como registramos no capítulo II. Em outras palavras, verificamos se a dominação/abuso do poder da imprensa se manifesta na representação negativa dos pescadores e pescadoras artesanais, enfatizando ou (des)enfatizando certos aspectos ou associando o grupo à violência, às tragédias ou mesmo à corrupção e à delinquência, nas notícias.

Também analisamos se o discurso do JC sobre o grupo social é ideológico (capitalista, neoliberal, de classe, racista ou etnocêntrico) e envolve o que Van Dijk (2008, 2015a) denomina de estratégia geral de dominação: a polarização ou o contraste entre o endogrupo (Nós) e o exogrupo (Eles) sobre os quais tratamos nos capítulos IV e VI. Sobre esse e outros aspectos do gênero notícia tratamos nos capítulos II e IV e analisamos no capítulo VI.

Justificativa

Concebemos a ideia embrionária deste trabalho durante a nossa pesquisa de mestrado sobre o Movimento Nacional dos Pescadores Artesanais (MONAPE), realizada entre 2008 e 2010. Nessa época, colhemos dados secundários sobre movimentos sociais de pescadores em notícias publicadas nos principais jornais pernambucanos. Embora nosso objetivo fosse estudar as estratégias de comunicação do MONAPE para o desenvolvimento local (FOX, 2010; FOX; CALLOU, 2013), no material jornalístico coletado e revisado, em entrevistas semiestruturadas e em conversas informais com jornalistas e servidores públicos ligados ou não à atividade

pesqueira, notamos um discurso preconceituoso, revelando um amplo desconhecimento da atividade, da cultura e do modo de vida e lutas sociais dos pescadores artesanais.

Essas pistas nos conduziram à presente investigação, na qual buscamos analisar como os(as) pescadores(as) são representados(as) nas notícias do Jornal do Commercio. Principalmente, tendo em vista que, “as maneiras como atores sociais são representados em textos podem indicar posicionamentos ideológicos em relação a eles e suas atividades” (RESENDE; RAMALHO, 2014, p. 106).

Consideramos fundamental abordar, nos estudos da linguagem, o discurso da mídia sobre culturas tradicionais, como a dos pescadores artesanais, porque o gênero noticioso pode legitimar o discurso de elites simbólicas, que, muitas vezes de forma implícita, mantêm uma posição preconceituosa em relação a grupos sociais subalternos. As crenças ideológicas sobre os(as) pescadores(as) artesanais, por exemplo, podem ser formuladas, expressas e defendidas no discurso da imprensa, sendo (re)produzidas e compartilhadas dentro do grupo social dominante e vice-versa. Isso pode provocar que o grupo seja alvo de discriminação, preconceito e outras práticas sociais abusivas, aspectos que discutimos nos capítulos II e IV.

A nossa escolha do Jornal do Commercio se deve a diversos critérios sociocomunicativos que abordamos no capítulo II, além de qualitativos, quantitativos e temporais referentes à formação do nosso *corpus*, que explicamos no capítulo V. Outro fator que justifica a nossa opção é que os veículos impressos “desempenham um papel vital na comunicação pública” e “ao contrário da crença popular e do senso comum entre estudiosos, as notícias na imprensa são geralmente mais bem lembradas do que as notícias na televisão” (ROBINSON; LEVY, 1986, *apud* VAN DIJK, 2015a, p. 63).

Também optamos pelo referido meio por ele possuir a maior circulação e o maior número de assinantes no Nordeste brasileiro, o que atende a prerrogativas dos ECD, segundo os quais, “dentre todas as formas de texto impresso, as dos meios de comunicação de massa são as mais penetrantes, se não as mais influentes, a se julgar pelo critério de [...] número de receptores” (VAN DIJK, 2015a, p. 73).

A nossa determinação pessoal de investigar a representação midiática dos(as) pescadores(as) artesanais se deve a vários motivos. Primeiro porque, desde 2008, desenvolvemos estudos sobre o grupo, especialmente abordando aspectos sócio-históricos e comunicativos. Além disso, acompanhamos as ações e demandas do grupo, prestando serviço de assessoria de imprensa para o Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil

e para o Conselho Pastoral dos Pescadores – Regional Nordeste (CPP-NE)¹⁵, de forma voluntária, entre 2009 e 2010 e, mais recentemente, a partir de 2017 até a presente data.

Consideramos que a temática investigada é relevante devido à pesca artesanal ter grande importância socioeconômica para Pernambuco e o Nordeste brasileiro, onde gera emprego e renda para os(as) pescadores(as) e alimento para a população. Embora as comunidades pesqueiras atuem de forma articulada e dependente da formação social capitalista e, paralelamente, mantenham sua cultura ancestral, o Estado e as pessoas em geral parecem não reconhecer sua importância e pouco ou nada sabem ou se interessam pelo seu modo de vida, seus problemas e necessidades (FOX, 2010).

Atendendo aos preceitos dos ECD, nossa pesquisa é crítica e engajada com o grupo social, cuja representação discursiva investigamos. Desde o início do doutorado, em janeiro de 2016, procuramos manter uma atitude “de fazer uma pesquisa comprometida social e politicamente”, como Van Dijk (2013, s/p), orienta. Sempre tendo em perspectiva tanto a injustiça social histórica da qual são alvo os(as) pescadores(as) artesanais (FOX, 2010), quanto a necessidade de mudar essa situação.

Aliás, essa mudança para nós tem duas frentes. Uma delas se inspira no trabalho de Fairclough (2001), tendo em vista que a ACD é uma disciplina crítica concebida como “ciência social destinada a identificar problemas que as pessoas enfrentam [...] e destinada, igualmente, a desenvolver recursos de que as pessoas podem se valer a fim de abordar e superar esses problemas” (PEDROSA, 2005, p. 1).

A segunda diz respeito à própria pesquisadora que, comprometida com a causa do grupo e seus interesses, usa seu trabalho como um instrumento de denúncia de formas discursivas abusivas e violentas. Inclusive, porque é uma tarefa nos ECD “a reflexão acerca do papel dos acadêmicos na sociedade e na *polis*”, levando os analistas do discurso a orientar “suas pesquisas em solidariedade e cooperação com os grupos dominados” (VAN DIJK, 2008, p. 114). Desse modo, nossa investigação contraria o positivismo científico, colocando “em xeque os pressupostos metateóricos idealistas ao assumir a subjetividade do pesquisador e o peso da sua perspectiva ideológica na construção do conhecimento” (PERES-NETO, 2012, p. 6). É indispensável revelar a identidade e romper com a invisibilidade de minorias ou grupos sociais

¹⁵ A ala progressista da Igreja Católica, influenciada pela Teologia da Libertação, criou em Pernambuco o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), na época denominado Comissão Pastoral da Pesca e ligado à CNBB. Fundada em 1968, em Olinda, por Frei Alfredo Schnüettgen, a entidade desenvolveu um papel significativo na orientação política do movimento social de pescadores. Em 1976, foi reconhecida pelo Conselho Nacional dos Bispos do Brasil e, em 1988, tornou-se CPP (KEFALAS, 2016). Sua missão é colaborar com a organização do grupo. Cf. <http://www.cppnacional.org.br/node/5>. Cf. Diegues (1995); Ramalho (1999); Silva (1988, 2004).

subalternizados/marginalizados como os(as) pescadores(as) artesanais. Como Ribeiro (2019, p. 41) argumenta, “se não se nomeia uma realidade, nem sequer serão pensadas melhorias para uma realidade que segue invisível”. Para a estudiosa, é muito importante fugir de análises simplistas e romper com a universalidade que exclui. Isso porque “quando os indivíduos são mantidos em situação de inferioridade, eles de fato são inferiores”, tendo em vista que sua situação lhes oferece possibilidades menores (RIBEIRO, 2019, p. 42).

Nossa investigação tem, assim, natureza dissidente, o que permite adotar “um posicionamento explícito e [...] compreender, desvelar e, em última instância, opor-se à desigualdade social” (VAN DIJK, 2015a, p. 113). Afinal, é domínio dos ECD o “estudo (crítico) de questões e problemas sociais, da desigualdade social, da dominação e dos fenômenos relacionados, em geral, e no papel do discurso, do uso linguístico ou da comunicação em tais fenômenos, em particular” (VAN DIJK, 2015a, p. 15).

Embora seja uma investigação de caráter exploratório, pois possibilita ter uma base inicial para aprofundar o tema em futuras investigações (BRAVO-SEGAL, 2016), esta pesquisa é também uma oportunidade de ampliar o conhecimento sobre os(as) pescadores(as), especialmente porque há uma queixa recorrente na área governamental e na própria academia que são escassos os estudos sobre questões ligadas ao setor pesqueiro artesanal. Essa carência de dados é limitante para que o governo possa realizar uma intervenção adequada e baseada nas especificidades do grupo, pois ainda faltam conhecimentos para o melhor desenvolvimento da atividade no Brasil (SOUSA, 2014; CALLOU; PIRES *et al.*, 2008).

Por fim, a escolha do tema justifica-se porque, nos âmbitos da linguagem, da comunicação e do jornalismo, a produção teórica do discurso da mídia sobre os(as) pescadores(as) artesanais é inexistente e não temos registro de pesquisas com esse escopo. Nosso interesse é contribuirmos para a reflexão sobre a função da linguagem na representação de uma cultura tradicional, cuja pescaria é um misto de arte e beleza que, embora não imune ao capitalismo, resiste “em converter seu trabalho em simples mercadoria, por não vê-lo como agonia, sofrimento, desumanização, ser extrínseco” (RAMALHO, 2017, p. 30). Frente a essas reflexões e ao caráter transdisciplinar do nosso trabalho, nossos objetivos são os seguintes:

Objetivo geral

Analisar a representação dos(as) pescadores(as) artesanais nas notícias do Jornal do Commercio.

Objetivos específicos

Por este trabalho ter um caráter transdisciplinar, decidimos guiar sua construção, definindo o passo a passo como objetivos específicos. Embora esse procedimento não seja comum, no domínio acadêmico, ele nos serve como uma bússola para orientar o desenho teórico-metodológico que tentamos colocar em diálogo na análise de notícias, além de nos indicar pontos cardeais, colaterais e subcolaterais que constituem e organizam nossa navegação. Nosso itinerário põe em relevo nosso compromisso de evidenciar o fenômeno estudado, a partir de várias perspectivas teórico-metodológicas que nos ajudam a compreendê-lo e analisá-lo. Uma abordagem com objetivos apenas linguísticos não daria conta da proposta que planejamos neste ECD. Nessa perspectiva, nossos objetivos específicos são:

OE1: Contextualizar a cultura tradicional dos pescadores artesanais, especialmente seu modo de vida e de (re)produção social no Brasil e em Pernambuco;

OE2: Contextualizar a formação sócio-histórica e sociopolítica dos pescadores artesanais no Brasil e em Pernambuco;

OE3: Contextualizar a situação sociopolítica dos pescadores artesanais, entre 2011 e 2018, período ao qual corresponde nossa análise do discurso do JC;

OE4: Analisar o contexto sociocomunicativo dos meios de comunicação de massa e, especificamente, do Jornal do Commercio;

OE5: Desenvolver o referencial teórico-metodológico sobre o discurso jornalístico e, especificamente, o gênero “notícia”, sua produção e a representação de minorias na mídia.

OE6: Desenvolver o referencial teórico-metodológico para analisar estruturas sociocognitivas de representação dos(as) pescadores(as) artesanais nas notícias do JC;

OE7: Organizar o *corpus* de estudo e apresentar um modelo teórico-metodológico resumido de categorias para analisar a representação dos(as) pescadores(as) nas notícias do JC.

OE8: Desenvolver o referencial teórico-metodológico para analisar estratégias linguístico-cognitivas de representação dos(as) pescadores(as) artesanais no discurso jornalístico do JC, especificamente no gênero “notícia”.

O processo de investigação: recursos teórico-metodológicos

Tendo em vista que na realização de uma investigação “é possível fazer-se uma combinação entre dois ou mais métodos e técnicas, desde que sejam adequados ao problema,

objeto de estudo” (OLIVEIRA, 2005, p. 29), na etapa exploratória deste trabalho, realizamos ampla revisão bibliográfica em livros, dissertações, teses e artigos científicos nas ciências sociais que compõem o marco teórico-metodológico deste ECD.

Apuramos aspectos sócio-históricos, políticos e econômicos sobre o grupo social, em particular, e sobre o setor pesqueiro, em geral, em documentos oficiais, cartas, relatórios e *press-releases*¹⁶, sites, portais e blogs de órgãos governamentais e ONGs ligadas ao âmbito pesqueiro. Quanto à voz dos(as) pescadores(as) artesanais, embora sua análise não faça parte dos objetivos desta investigação, este está presente no discurso do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil (MPP) e em resultados obtidos em estudos anteriores sobre *a fala* de pescadores e pescadoras artesanais (FOX; BEZERRA, 2019), no capítulo I.

Coletamos e selecionamos uma parte do material de pesquisa na biblioteca do CPP-NE e outros elementos por meio de pesquisas online na plataforma Google. Para checagem de alguns dados, conversamos informalmente com educadores sociais do CPP-NE, que assessoram os(as) pescadores(as) em Pernambuco e no Nordeste. Todos esses dados estão no capítulo I e, quando necessário, os usamos em outros capítulos e na análise das notícias.

Em relação à formação do *corpus*, seguimos alguns aspectos práticos indicados por Magalhães *et al.* (2017, p. 57), mantendo em perspectiva “os objetivos e alvos da pesquisa e as questões propostas”. Apresentamos nosso raciocínio metodológico para coletar, selecionar, classificar, organizar e sistematizar o *corpus* final de investigação, bem como o quadro analítico resumido, no capítulo V. Por ora, registramos que o nosso *corpus* é formado por 200 notícias, publicadas na forma impressa e online, entre 2011 e 2018, no Jornal do Commercio, as quais coletamos de forma online.

Dentre os critérios para optarmos pelo Jornal do Commercio, além dos anteriormente expostos, está a prevalência numérica do gênero “notícia”, compondo o nosso arquivo de material jornalístico. O sistema de busca e clipagem de matérias, no portal do JC, por meio de palavras-chave e hiperlinks¹⁷ nos permitiu resgatar, a partir de um mesmo termo, outros textos de interesse para a nossa pesquisa, com maior eficácia, a partir de 2011. Esse fator também incidu na delimitação temporal desta investigação, no que se refere ao ano inicial de pesquisa, o que explicamos mais detalhadamente no capítulo V. Quanto a demarcarmos o *corpus*, até

¹⁶ *Press-release* é o material de divulgação produzido pela assessoria de imprensa de uma organização ou pessoa física, destinado aos veículos de comunicação. Sua função é levar às redações notícias que sirvam “como material de apoio ou sugestão de pauta, para solicitações de entrevistas” (FERRARETTO; FERRARETTO, 2009, p. 70).

¹⁷ Nome dado à ligação online que leva a outras unidades de informação em um documento hipertexto. O hiperlink é intertextual e pode fazer referência a outra parte do mesmo texto ou a outros textos. No caso das notícias, o hiperlink sempre leva a textos do mesmo veículo de comunicação.

2018, isso se deve a que finalizamos a sua organização e sistematização nesse ano, ainda durante nosso estágio, em Barcelona, quando aprovamos o *corpus* final de análise com os nossos orientadores.

Vale aqui observar que episódios como o derramamento de petróleo no litoral pernambucano, no segundo semestre de 2019, e a pandemia da Covid-19, em 2020, ocorreram quando o *corpus* desta tese tinha sido definido há mais de seis meses. Nessa época, nossos esforços se concentravam na construção dos capítulos desta tese e não tínhamos mais tempo hábil para nos debruçar sobre um novo levantamento de material jornalístico para incorporá-lo. Além disso, estávamos mergulhados no trabalho de assessoria de imprensa do MPP e do CPP-NE e muitas das notícias publicadas eram resultado do nosso agendamento na mídia, o que poderia incidir nas análises que geramos nesta tese. Entretanto, temos publicações sobre esses eventos, que talvez utilizaremos no futuro.

Outros instrumentos para coleta de dados secundários foram a observação e participação de encontros de pescadores(as) e do CPP-NE, além de seminários, cursos e aulas ligados aos Estudos Críticos do Discurso, no Centro de Estudos do Discurso e na Universidade Pompeu Fabra, em Barcelona, na Espanha¹⁸. No que se refere a abordagem que adotamos, ela é qualitativa o que nos permite:

examinar uma grande variedade de aspectos do processo social, como o tecido social da vida diária, o significado das experiências e o imaginário dos participantes das pesquisas; a forma como se articulam os processos sociais, as instituições, os discursos e as relações sociais, e os significados que produzem (MAGALHÃES *et al.*, 2017, p. 30).

Nosso modo de investigação é eclético, pois utiliza diversas técnicas e métodos para facilitar a compreensão do objeto de estudo (OLIVEIRA, 2005). Isso porque os ECD são um campo interdisciplinar que nos permite o uso de múltiplas metodologias, além de adequar e integrar modelos de estudos discursivos e oriundos de outras ciências (WODAK; MEYER, 2015; VAN DIJK, 2015a; CÁRDENAS, 2018). Nesses termos, um grupo social como os pescadores(as) artesanais, cuja representação na imprensa ainda não foi estudada no ECD, nos permite arriscar e nos convida a associar várias teorias na contextualização social e comunicativa e, ainda, lançar mão de categorias teórico-metodológicas utilizadas em outros estudos para analisar a representação de minorias no discurso jornalístico. Os métodos que escolhemos também atendem a um dos preceitos dos ECD, que trata da contribuição do

¹⁸ Por meio de bolsa de doutorado-sanduíche da CAPES fui pesquisadora visitante de Teun Van Dijk, no Centro de Estudos do Discurso e na Universidade Pompeu Fabra, entre outubro de 2018 e maio de 2019.

pesquisador para o empoderamento “de grupos dominados, especialmente no domínio do discurso e da comunicação” (VAN DIJK, 2015a, p. 13). Para alcançar os nossos objetivos, geral e específicos, usamos os seguintes recursos teórico-metodológicos:

Quadro 1 – Recursos teórico-metodológicos para cumprir objetivos específicos

| Objetivos específicos | Recursos teórico-metodológicos |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| OE1 - Contextualizar o grupo social: pescadores(as) artesanais, no Brasil, em Pernambuco e no Nordeste | <ul style="list-style-type: none"> - Socioantropologia: Diegues (1983, 1985, 1995, 1999, 2001, 2002, 2017) - Sociologia da Pesca: Ramalho (1999, 2002, 2004, 2014, 2015a, 2015b, 2017); Cardoso (s/d) - Geografia Física: Cardoso (2001, 2007); Silva, (2017) - Extensão Pesqueira: Callou (2010) - Extensão/Comunicação Pesqueira para o Desenvolvimento Local: Fox (2010); Fox; Callou (2013); Tauk Santos; Fox (<i>et al.</i>, 2009) - História: Castelluci Júnior (2016); Silva (1988, 2001, 2004) - Ciências Sociais: Quijano (2005); Noboa (2005); Silva (2017) - Filosofia: Ribeiro (2019) - Instituições governamentais: Castro <i>et al.</i> (2015) |
| OE2 – Contextualizar a formação sócio-histórica, política e econômica dos(as) pescadores(as) artesanais, no Brasil, em Pernambuco e no Nordeste | <ul style="list-style-type: none"> - Sócio-histórica: Callou (1986, 1994, 2004, 2013); Silva (1988, 2001, 2004); Ramalho (1999, 2002) - Extensão Pesqueira: Callou (1986, 1994, 2004, 2013) - Extensão/Comunicação Pesqueira para o Desenvolvimento Local: Callou (2013); Fox (2010); Fox; Callou (2013) - Ciências Sociais: Quijano (2005); Noboa (2005); Silva (2017). |
| OE3 - Contextualizar a situação sociopolítica da pesca e dos(as) pescadores(as), entre 2011 e 2018 | <ul style="list-style-type: none"> - Movimentos Sociais: Siqueira (2009); Conferência Nacional dos Pescadores.Blogspot.Com (2009); Movimento Dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil (2010, 2013a, 2013b, 2014, 2016, 2017a, 2017b, 2018a, 2018b); Combate ao Racismo Ambiental (2017); Avazz (2019); Organizações e Comunidades Tradicionais (2017) - Sociologia: Fernandes (2015); Ramalho (1999); Martins (2003) - Extensão/Comunicação Rural/Pesqueira para o Desenvolvimento Local: Fox (2010); Lima; Callou (2015); Queiroz (2015) - Meio Ambiente e Desenvolvimento: Azevedo (2012); Azevedo; Pierri (2013) - Geografia: Silva (2017) - ONGs: Caritas (2012); Instituto Humanitas Unisinos, (2013); CPP-NE (2017a, 2017b, 2017c, 2017c, 2019a, 2019b, 2019c, 2019d, 2020). - Imprensa: Cavalcanti (2013); Ramalho (2015b) - Órgãos governamentais: Ibama (2017); Castro <i>et al.</i> (2015); Fórum Justiça (2014); Diário Oficial (2011); MMA (2011); MPA (2012); Legado Brasil (2014); MAPA (2016a, 2016b); |
| OE4 + OE5 – Contexto sociocomunicativo do Jornal do Commercio: meios de comunicação de massa; a comunicação de massa na América latina e no Brasil; o discurso jornalístico; a produção da notícia e a representação de minorias na mídia. | <ul style="list-style-type: none"> - Comunicação/Jornalismo: Bahia (2009); Correia (2007, 2009); De La Fuente (2006); Magalhães <i>et al.</i> (2017); Melo (2010a), Richardson, (2007); Van Dijk (1990, 1996, 1998, 2007, 2015a); Wimmer (2012); Santos (2018); Tuchmann (1983); Maia; Castro (2006); Zamora (2016) - Teorias da Comunicação: Macluhan (1965, 1995); Caldas (1991); Politstchuk; Trinta (2003) - Sociologia: Castells (1998, 1999); Hall <i>et al.</i> (1999); Hall (2005) - Sociologia da Comunicação: Canclini (2002); Martin-Barbero (2008); Moraes (2013); Orozco (1997); Ruiz (1994); Miguel (2001); Rebouças (2006) - Filosofia: Habermas (1997) |

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | - ACD: Correia (2007); De La Fuente (2006); Magalhães <i>et al.</i> (2017); Resende (2015, 2017); Richardson (2007), Van Dijk (1997, 2007, 2015a); Zamora (2016) |
| OE6 – Desenvolver referencial para analisar as estruturas sociocognitivas de representação do pescador artesanal nas notícias JC: origens da ACD, a dimensão cognitiva, os ECD e a dimensão sociocognitiva, a dimensão social do poder e do abuso do poder nos ECD. | Análise do Discurso: Gill (2002); Paveau; Sarfati (2006); Charaudeau; Maingueneau (2014); Orlandi (2005); ACD: Magalhães <i>et al.</i> (2017); Pedro (1998); Fairclough (2001); Pedrosa (2005); Resende; Ramalho (2014); Meurer (2005); Pacheco (2012), Fairclough; Wodak (2000), Acioli; Falcone (2014); Correia (2007); Pedrosa (2012); Resende; Regis (2017); Richardson (2007); Melo (2010a); Carmo (2013) Linguística Textual: Koch; Elias (2006, 2009) Linguística cognitiva: Marcuschi (2007a, 2007b, 2007c, 2008, 2009); Vereza (2016) Sociologia da Comunicação: Mattelart; Mattelart (2000) ECD: Van Dijk (1998, 2002, 2003, 2004, 2006, 2008a, 2008b; 2012, 2013, 2015a, 2015b, 2016a, 2016b, 2016c 2018); Cárdenas (2018), Murgia (2018); Falcone (2008, 2012); Colorado (2014); Fox; Heinz (2019) Filosofia: Foucault (1981, 2015, 2014) Psicologia Cognitiva: Pelosi (2014) Psicologia social: Mckinlay; Potter; Wetherell (1993); Mckinlay <i>et al.</i> , 1993); Moscovici (2007) Sociologia: Hall (1992); Santos (2002) |
| OE7 – Organizar <i>corpus</i> de estudo e apresentar modelo teórico-metodológico resumido para analisar a representação dos(as) pescadores (as) nas notícias do JC. | ACD: Rodriguez; Williams (2010); Pedro (1998); Magalhães <i>et al.</i> (2017); Fairclough (2001); Ramalho; Resende (2011); Resende (2019); Peres-Neto (2012); Santos <i>et al.</i> (2013) Comunicação/Jornalismo: Barros (2009); Silva (2014) Extensão/Comunicação Rural para o DL: Fox (2010) ECD: Cárdenas (2018); Van Dijk (1995, 1998, 2000, 2003, 2007, 2015a, 2008, 2016a) Fox; Heinz (2019); Van Dijk; Kintsch (1983); Vallejo (2002); Colorado (2014) Movimentos sociais: Gohn (2004) Pesquisa qualitativa: Silva; Silva (2013) |
| OE8 – Desenvolver referencial teórico-metodológico para analisar estruturas da notícia e as estratégias discursivas de representação dos(as) pescadores(as) artesanais nas notícias do JC. | - Análise macroestrutural semântico: Van Dijk (1977, 1983, 1995, 1997, 1998, 2000, 2003a, 2005b, 2007, 2008); Van Dijk; Kintsch (1983); De La Fuente (2006); Castagnani; Colorado (2009); Martin Rojo (1995, 1997); Vizcarrondo (2006a, 2006b); Colorado (2014). - Análise microtextual: Castagnani; Colorado (2009); Calsamiglia; Tusón (2001); Colorado (2014); Bravo-Segal (2016); Koch; Elias (2006, 2009); Marcuschi (1991, 2001); Richardson (2007); Van Dijk (1997, 2000, 2003a, 2005b, 2007, 2008, 2012, 2015a, 2016a) |

Fonte: Elaboração própria.

No que se refere ao OE8, o desmembramos em dois subobjetivos específicos (OE8.1 e OE8.2) e duas subperguntas de pesquisa (SP1 e SP2), que dão conta da metodologia e desenho de investigação focada na análise discursiva. São questões subjacentes à pesquisa que, embora não explicitadas tais como os objetivos específicos principais, dão conta das estruturas linguístico-cognitivas e estratégias de representação que exploramos neste trabalho, mas não as esgotam. Esses aspectos são apresentados de forma resumida no quadro 2:

Quadro 2 – Subobjetivos e subperguntas, estratégias e estruturas do OE8

| Objetivo específico 8 | Subperguntas de pesquisa | Estratégias de representação | Estruturas linguístico-cognitivas |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|
| <p>Subobjetivo Específico (OE8.1) Análise macroestrutural semântico Nível: significado global das notícias</p> | <p>SP1.1 – Em quais temas os(as) pescadores(as) são representados nas notícias? SP1.2 – Como o grupo é representado nos temas? SP1.3 – Como e quais eventos são descritos nos temas associados aos PA? SP1.4 - Esses temas incluem/destacam ou excluem/ocultam atores sociais ou acontecimentos? SP1.5 - Nesses temas o grupo é que tipo de argumento? De ações positivas /negativas? SP1.6 - Quando argumento agente, paciente, beneficiário etc. a que conceitos o grupo é associado nos temas? SP1.7 - Qual é a frequência dos temas sobre os(as) pescadores(as)? SP1.8 – Há nos temas uma polarização de atores sociais (<i>Nós-Eles</i>)?</p> | <ul style="list-style-type: none"> - Agentividade/<i>Agency</i> - Quadrado Ideológico - <i>Autorrepresentação Polarização</i> - <i>Contraste</i> (Nós–Eles) - Inclusão/Destaque - Exclusão/Ocultação | <p>Temas/Tópicos</p> |
| <p>Subobjetivo Específico OE8.2 Análise microtextual semântico / sintático Nível: significado local das notícias</p> | <p>SP2.1 – Como o jornalista descreve, rotula ou se refere aos pescadores(as)? SP2.2 – As notícias usam expressões que estabelecem diferença entre <i>Nós-Eles</i>? SP2.3 – Os pescadores são representados como agentes ou pacientes, de quais ações? SP2.4 – A agentividade dos PA e de outros atores é positiva ou negativa? SP2.5 Como e quais atores sociais estão representados nas notícias sobre PA? SP2.6 Como o JC descreve os acontecimentos associados aos pescadores artesanais? SP2.7 - A que espaços são associados os PA? SP2.8 Qual discurso referido é introduzido nas notícias e de que modo? (discurso de poder, discurso das minorias)</p> | <ul style="list-style-type: none"> - Agentividade/<i>Agency</i> - Estilo lexical - Descrição de atores sociais (referenciação, nominalização) - Grau de descrição - Quadrado Ideológico - <i>Autorrepresentação, Polarização</i> - <i>Contraste</i> (Nós-Eles) - Discurso referido: de poder e das minorias (verbos introdutores de opinião, expressões modais, outros) | <p>Títulos e Notícias</p> |

Fonte: Elaboração própria.

Sustentados por essas questões voltadas para a análise discursiva das notícias do JC apresentamos um modelo de análise sociocognitivo que organizamos para investigarmos a representação dos(as) pescadores(as) no discurso jornalístico, cujo passo a passo está descrito

no final do capítulo V. No capítulo VI, desenvolvemos as categorias e estratégias teoricamente para, em seguida, as analisarmos em amostras intencionais.

Embora a maior parte do referencial teórico-metodológico utilizado nesta tese para análise das notícias seja baseado em trabalhos anteriores em ACD ou ECD, com foco em minorias sociais, com Cárdenas (2018) podemos dizer que a nossa análise contempla um modelo experimental, não definitivo e nem completo. No âmbito dos ECD sobre culturas tradicionais, este modelo de análise é plausível de ser retificado, simplificado e adaptado a outros grupos sociais, discursos e gêneros.

Organização da tese

Esta tese está organizada de modo a cumprirmos os objetivos gerais e específicos do nosso estudo. No capítulo I, tratamos dos objetivos específicos um a três, que envolve o contexto social dos(as) pescadores(as). Nele, abordamos aspectos culturais, sociopolíticos, históricos e econômicos do grupo e sua atividade, no Brasil. Situamos os pescadores no campo de estudos das culturas tradicionais, teorizamos sobre a pesca artesanal e, ainda, sobre a formação do grupo social no país. Nessa discussão, mantemos em relevo o projeto da colonização que tem criado identidades “historicamente silenciadas e desautorizadas no sentido epistêmico, ao passo que outras são fortalecidas” (RIBEIRO, 2019, p. 28).

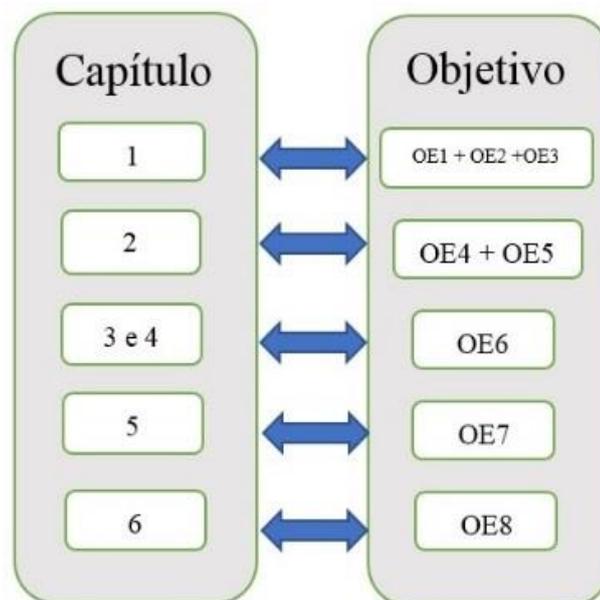
Esse capítulo é essencial para a análise do discurso do JC porque como Wodak (*apud* COLORADO, 2010, p. 592) instrui: há padrões dependentes do contexto, que depende de minorias específicas, de um país específico ou da história desse país. Como a pensadora da ACD afirma: “é muito importante a investigação com base no contexto em diferentes lugares”. Atentos a essa orientação, contextualizamos a situação social do grupo, haja vista que o tema tem sido trabalhado por poucos autores e os estudos sobre pescadores(as), no Brasil, estão dispersos no tempo e no espaço, conforme constatamos em estudos anteriores (CALLOU; PIRES *et al.*, 2008; FOX, 2010), o que se mantém até a atualidade (SOUSA, 2014).

No segundo capítulo, teorizamos sobre o contexto sociocomunicativo do Jornal do Commercio. Desse modo, atendemos aos objetivos específicos quatro e cinco da nossa tese, sustentados nos seguintes marcos teóricos: i) os meios de comunicação massa no mundo, na América Latina e no Brasil; ii) a comunicação de massa e a imprensa brasileira; iii) a imprensa pernambucana e o Jornal do Commercio; iv) o discurso jornalístico; v) a produção da notícia; vi) jornalismo e a representação de minorias.

O OE6 se divide em dois capítulos. No terceiro, damos conta de aspectos históricos e teóricos da ACD e seus principais representantes, no âmbito europeu e brasileiro, cujas ideias contribuem com este trabalho. Em seguida, tratamos sobre o poder e, mais especificamente, sobre o abuso de poder, na perspectiva dos ECD. Já no quarto capítulo teorizamos sobre a cognição e a teoria sociocognitiva e suas estruturas.

Desenvolvemos o desenho metodológico de análise das notícias, no quinto capítulo. Começamos apresentando os critérios que usamos na seleção, organização e formação do *corpus* de investigação. Discorremos ainda sobre nossa escolha metodológica do Jornal do Commercio e, por último, apresentamos o nosso modelo sociocognitivo de análise, composto por estruturas linguístico-cognitivas associadas a estratégias discursivo-ideológicas de representação. No capítulo seis, teorizamos sobre cada uma dessas categorias e, na sequência, analisamos amostras intencionais do discurso do JC à luz das bases teórico-metodológicas dos capítulos precedentes. Sintetizamos essa construção na FIG. 1:

Figura 1: Estratégia de construção da tese



Fonte: Elaboração própria com base em Cárdenas (2018).

1. O CONTEXTO SOCIAL: UM OLHAR SOBRE O GRUPO

*No rio e no mar: pescador na luta!!!
No açude e na barragem: pescando a liberdade!!!
Hidronegócio: Resistir!!!
Cerca nas águas: Derrubar!!!
(MPP, 2010)*

1.1 Apresentação

Para Van Dijk (2015a, p. 23), a análise social crítica está “intimamente imbricada com a análise do discurso contextual”. Desse modo, para analisarmos o discurso da mídia, uma das dimensões indispensáveis contempla as condições sociais em que esse discurso é produzido. Necessitamos acessar o contexto “em sua complexidade, para entender de que modo o poder se relaciona com o texto [...] e, mais geralmente, de que modo o discurso reproduz a estrutura social” (VAN DIJK, 2012, p. 7-8).

Na pesquisa dos ECD existem ao menos duas dimensões fundamentais: *história e cultura*, sendo que ambas podem ser englobadas na *dimensão social* (VAN DIJK, 2015a). Isso quer dizer que não podemos fazer uma análise epistemológica e ideológica do discurso da mídia sobre os(as) pescadores(as) artesanais sem nos aprofundar em um contexto mais amplo do problema social que estudamos (VAN DIJK, 2008). Magalhães *et al.*, (2017) também endossam que o estudo crítico do discurso:

exige um mergulho de quem pesquisa nas práticas socioculturais, e, portanto, no contexto social, mediante a análise descritiva, interpretativa e explanatória dos dados [...]. O contexto social precisa ser analisado para validar a análise textual, que por si só é insuficiente na análise crítica (MAGALHÃES *et al.*, 2017, p. 107).

A esse respeito Blommaert (*apud* MAGALHÃES *et al.*, 2017, p. 108) explica que a análise crítica é “sempre e necessariamente análise da linguagem situada, contextualizada, e o contexto torna-se uma questão metodológica e teórica crucial no desenvolvimento de um estudo crítico da linguagem”. Atentos a essas orientações e ao caráter transdisciplinar dos ECD, neste capítulo, nos debruçamos sobre aspectos que, com base em diversas ciências, contribuem com a contextualização social da nossa investigação. Afinal, como Magalhães *et al.* (2017, p. 59) comentam, a transdisciplinaridade é para os analistas do discurso, “uma vereda segura à qual comumente recorrem no desenvolvimento de suas pesquisas. Longe de se fecharem em seus próprios caminhos [...] partem para o diálogo [...], numa abertura para agregar contribuições teóricas distintas”.

Primeiramente, teorizamos sobre os(as) pescadores(as) artesanais e a pesca artesanal, no Brasil, em termos históricos, socioculturais, socioantropológicos e socioeconômicos (DIEGUES, 1983, 1985, 1995, 1999, 2001, 2002, 2005, 2017; RAMALHO, 1999, 2002, 2014, 2015a, 2015b, 2017a, 2017b; SILVA, 1988, 2001, 2004; SILVA, 2003; SILVA, 2017; FERNANDES, 2015), bem como da extensão pesqueira (CALLOU, 1986; PHRYSTON, 2014; SILVA, 2003) e na perspectiva da comunicação pesqueira para o desenvolvimento local (CALLOU, 1994, 2010, 2013; LIMA; CALLOU, 2015; FOX, 2010; FOX; CALLOU, 2013).

Tendo em vista que investigamos a representação dos(as) pescadores(as) artesanais no discurso do *Jornal do Commercio*, entre 2011 e 2018, traçamos uma linha do tempo com os aspectos da situação sociopolítica mais relevante, no âmbito pesqueiro, no Brasil e em Pernambuco. Levantamos esses e outros dados em documentos de órgãos governamentais federais e estaduais, além do discurso do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil (MPP) publicado no Blog Pelo Território Pesqueiro¹⁹. Outros discursos-fonte nessa construção advêm da academia e dos próprios pescadores e pescadoras artesanais.

Sem pretensão de analisá-los, esses discursos nos auxiliam na compreensão do domínio pesqueiro, na construção sócio-histórica, econômica e política do período que investigamos e no entendimento do discurso da imprensa pernambucana, pois, com Van Dijk (2015a), sabemos que as elites, em muitos aspectos, pré-formulam os tipos de crenças que se tornam mais comuns em versões correntes na sociedade. A discussão desses dados nos permite compreender aspectos da estrutura e das práticas sociais no setor da pesca, em geral, e da situação social dos(as) pescadores(as) artesanais, em particular.

Enriquecemos esses aportes teóricos com o profícuo conceito da *colonialidade* (QUIJANO, 2005), que nos permite refletir sobre o quadro de desigualdades em que está inserida a formação social dos(as) pescadores(as) artesanais, no Brasil e, especificamente, em Pernambuco. Entretanto, nossa reflexão sobre as estruturas sociais, que envolvem o problema que investigamos, não busca gerar uma “complexa análise de estruturas e suas implicações práticas, mas [...] discutir e buscar compreender como esses elementos estruturantes incidem nos contextos investigados, atuando sobre o potencial da prática – inclusive sobre seu potencial semiótico” (RESENDE, 2017, p. 27). Como a autora destaca, a ideia é ter “um acesso empírico privilegiado para a explanação dos problemas sociais que nos interessam investigar pela via do discurso” (RESENDE, 2017, p. 27).

¹⁹ Disponível em: <http://peloterritoriopesqueiro.blogspot.com/>

1.2 Pescadores e pescadoras artesanais: tradição, hibridismo e resistência

Os pescadores e pescadoras artesanais se autodefinem como uma *cultura tradicional* “com direitos garantidos na constituição e nos tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, a exemplo da Convenção 169 da OIT”²⁰ (MPP, 2013b, s/p). Com um “modo tradicional de viver e de lidar com a natureza”, o grupo tem “história e cultura de raízes profundas que são passadas de geração em geração” (CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES, 2016, p. 6). Esta definição vai ao encontro do discurso do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil (MPP) que descreve o grupo da seguinte forma:

Os pescadores e pescadoras artesanais desenvolvem uma série de saberes, fazeres e sabores que representam elementos culturais de matriz indígena e afro-brasileira. Ao praticarem essa atividade milenar, as comunidades pesqueiras estabelecem uma relação bastante peculiar com os recursos naturais, o que garante a preservação dos seus territórios, bem como sua reprodução física e cultural (MPP, 2013b, s/p).

Silva (2017, p 35-36) explica que, assim como os camponeses, quilombolas e povos indígenas, os(as) pescadores(as) estão inseridos(as) no conceito de “povos e comunidades tradicionais”. Segundo a autora, com base em Cruz (2012), essa noção “nasce entre 1970 e 1980 e se populariza no início dos anos 1990 com a consolidação da questão ambiental, sendo apropriada aos poucos por diversos grupos e movimentos sociais, academia, mídia, organizações não governamentais – ONGs e Estado”.

O termo passou a ser usado em debates em torno de “políticas de conservação e preservação ambientais, biodiversidade e desenvolvimento sustentável”, além de lutas por direitos culturais e territoriais de grupos étnicos, para designar “os modos de vida e diversidade cultural dos grupos sociais que historicamente ocupavam as [...] áreas de conservação”. Para a geógrafa, a denominação “fortaleceu as lutas por reconhecimento dos direitos culturais dos grupos indígenas e autóctones e assim, também por seus territórios” (SILVA, 2012, p. 36).

O uso dessa expressão busca uma caracterização socioantropológica desses grupos, dentre os quais estão comunidades vinculadas “aos rios ou ao mar (ribeirinhos, pescadores artesanais, caiçaras, varjeiros, jangadeiros, marisqueiros)” (SILVA, 2017, p. 26). Apesar da sua diversidade, há traços comuns entre esses grupos, dentre eles: “a relação com a natureza (racionalidade ambiental); a relação com o território e a territorialidade; racionalidade

²⁰ A Convenção Nº 169 da OIT, agência da ONU é atualmente o instrumento internacional mais atualizado e abrangente em respeito às condições de vida e trabalho dos povos indígenas e tribais. No Brasil, a convenção foi aprovada por meio do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) Nº 34/93, em junho de 2002.

econômico-produtiva; as inter-relações com os outros grupos da região e autoidentificação (SILVA, 2017, p. 36)

Nessa mesma linha de pensamento, Diegues (2002, p. 45) diz que os(as) pescadores(as) artesanais têm “um modo de vida baseado principalmente na pesca, ainda que exerçam outras atividades econômicas complementares, como o extrativismo vegetal, o artesanato e a pequena agricultura”. Isso significa que, em termos econômicos, as comunidades pesqueiras se baseiam no uso de recursos naturais renováveis (DIEGUES, 2001). Para o estudioso o grupo a apresenta:

um modo de vida particular, sobretudo aqueles que vivem de atividades pesqueira marítimas [...]. Praticam a pequena pesca, cuja produção é consumida pela família, incluindo também conhecidos e parentes mais longínquos. Apesar de grande parte deles viver em comunidades litorâneas não-urbanas, alguns moram em bairros urbanos ou periurbanos, nos quais se constrói uma solidariedade baseada na atividade pesqueira (DIEGUES, 2002, p. 45-46).

Por sua vez Callou (2010, p. 45), com base em Maldonado (1986), conceitua o grupo como “trabalhadores que se dedicam a captura de pescado e que exercem as funções de membros de tripulações dos barcos pesqueiros, executando diversas tarefas de pesca de altura – no caso dos pescadores marítimos – ou tarefas específicas da pesca de água doce e águas costeiras”. Para a FAO (*apud* CARDOSO, 2001, p. 35), na América Latina e no Caribe, existem três modalidades distintas de pesca artesanal, as quais são diferenciadas e têm características próprias: “a pesca artesanal avançada ou semi-industrial, a pesca tradicional e a pesca artesanal de subsistência”.

Por serem produtores independentes, os pescadores artesanais têm uma “organização econômica e social *com reduzida acumulação de capital, não usando a força de trabalho assalariado*” (DIEGUES, 2001, p. 142, grifo nosso). Uma característica do seu modo de produção é o vasto conhecimento dos recursos naturais, seus ciclos biológicos, hábitos alimentares, domínio das técnicas da pequena pesca etc. Tais aspectos implicam, segundo ao autor, uma concepção e representação do mundo natural e seus recursos essencialmente diferentes, especialmente no que tange à conservação dos recursos naturais, que é parte integrante da sua cultura (DIEGUES, 2001).

O grupo vive, assim, uma intensa relação com a natureza, quase uma simbiose, pois depende dela para sobreviver e, conseqüentemente, é um importante agente na preservação ambiental (CALLOU, 2010; FOX, 2010). Outro aspecto que diferencia o modo de produção artesanal são as redes de solidariedade presentes em algumas comunidades pesqueiras, onde durante a partilha do pescado capturado “uma parte vai para consumo dos familiares e vizinhos,

e, ainda, dado a viúvas e crianças” (DIEGUES, 1983, p. 82 – 83). O pescador artesanal é descrito pelo autor da seguinte forma:

É um pequeno produtor que participa diretamente do processo da pesca, dono de um cabedal enorme de conhecimento e dos instrumentos de trabalho, operando seja em unidades familiares seja com ‘camaradas’ ou companheiros. O excedente produzido é relativamente pequeno e as técnicas de captura são em geral simples, mas adaptadas aos ecossistemas litorâneos tropicais marcados por um grande número de espécies de pescado, mas com poucas unidades em cada uma (DIEGUES, 1985, p. 2).

Outro aspecto relevante desse ator social se refere aos *conhecimentos tradicionais*. Estes são passados de geração em geração, sendo um importante capital social para a conservação das espécies, pois os baixos padrões de consumo do grupo, sua baixa densidade populacional e limitado desenvolvimento tecnológico fazem com que sua interferência e impacto no meio ambiente ainda sejam pequenos.

Nessa mesma direção, Castella (*apud* PRYSTHON, 2015, p. 9) considera que a pesca artesanal é “considerada um indicador de qualidade ambiental, sendo uma importante estratégia para a conservação dos recursos pesqueiros”. Encontramos ressonância em Callou (2010, p. 45) para quem as comunidades pesqueiras são “importantes para enfrentar os problemas de ordem ambiental e sociocultural da pesca artesanal no Brasil”. As características das culturas tradicionais pesqueiras são sistematizadas por Diegues (2001, p. 87-88), nos seguintes aspectos:

a) dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um *modo de vida*; b) conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral; c) noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente; d) moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para os centros urbanos e volta do para a terra de seus antepassados; e) importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado; f) reduzida acumulação de capital; g) importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais; h) importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e atividades extrativistas; i) a tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre meio ambiente. Há reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final; j) fraco poder político, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos; l) autoidentificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras (DIEGUES, 2001, p. 87 – 88).

O grupo pesca ao longo da plataforma continental (pesca marítima) e em águas interiores (rios, lagos, estuários, açudes), sendo sua atividade completamente imbricada com os ecossistemas, conforme Silva (*apud* SILVA, 2017) explica:

A pesca artesanal tem o ritmo das mudanças da lua, das marés, do vento, da chuva. A produção segue esse ritmo e cada pescador e pescadora/marisqueira conhece as condições apropriadas para as pescarias. *E por seguir o ritmo da natureza, a pesca artesanal não segue o ritmo da reprodução capitalista e da acumulação de capital*, embora as trabalhadoras e trabalhadores façam parte da teia das relações capitalistas, por estarem inseridos em uma sociedade capitalista (SILVA, 2017, p. 52, grifo nosso).

Ao desenvolver um estudo sobre pescadores(as) artesanais no município de Itapissuma, litoral norte de Pernambuco, Ramalho (1999) descreve a conexão entre o grupo e a natureza da seguinte forma:

As relações sociais e o modo como os grupos de pescadores criam e organizam seu modo de vida, e se reproduzem como trabalhadores e trabalhadoras, são influenciados pelo meio ambiente das áreas estuarinas, pelo ecossistema dos mangues. Qualquer modificação que ocorra nesse ecossistema também introduzirá alterações significativas no cotidiano dos pescadores e da pesca [...]. Reciprocamente, mudanças na forma de atuação dos pescadores têm implicações diretas no ambiente natural em que estão inseridos (RAMALHO, 1999, p. 5).

Noções como *território, identidade e sustentabilidade*²¹ também fazem parte da intensa relação entre o grupo e o meio ambiente. Esses aspectos estão presentes e pautam fortemente as reivindicações dos(as) pescadores(as) brasileiros(as), que buscam a retomada do seu território e da sua identidade, objetivando a sustentabilidade da pesca no tripé social, econômico e ambiental (FOX, 2010). Tais demandas inclusive são divulgadas pela Campanha Nacional pela Regularização do Território Pesqueiro²², principal bandeira de luta do MPP (FOX; HEINZ, 2019) e em outras mídias sociais²³ de autoria do movimento.

Na atualidade, a reprodução social do grupo é híbrida, pois mantém traços característicos do seu modo tradicional de vida, porém, influenciados por processos globalizantes (FOX, 2010). Com Silva (2017, p. 52, grifo nosso), consideramos que as diferenças e especificidades do grupo nos levam a “enxergar a pesca artesanal como uma cultura, como *uma atividade tradicional em meio a um processo violento de imposição da modernização*”. Segundo a geógrafa, também é desse modo que os(as) pescadores(as) se

²¹ “Os Territórios Pesqueiros são constituídos por elementos concretos e subjetivos que permeiam a referida atividade – como a água dos rios, mangues, mares e marés; a terra que serve para moradia, vivências e trabalho; além das relações históricas, identitárias e afetivas que as comunidades mantêm com esses espaços” (CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES, 2017, p. 1-2). O Território Pesqueiro “mais que o limite geográfico, é o lugar de resistência da religião, das músicas e da culinária dos povos e comunidades tradicionais” (PELO TERRITÓRIO PESQUEIRO, 2013). Disponível em: facebook/campanhapeloterritorio pesqueiro. Acesso em 02.02.2017. Sobre essa noção, identidade e sustentabilidade em comunidades de pesca artesanal cf. Diegues (2001); Silva (2017).

²² As comunidades pesqueiras não detêm a propriedade do território, que é usado de forma coletiva, abrangendo os espaços de água e terra, como os rios, açudes, lagoas e o mar; terras de beira d’água, etc. Possuem regras e condutas vivenciadas com a coletividade para o uso dos recursos naturais (CPP, 2016a, p. 7).

²³ Cf. Campanha Nacional pela Regularização do Território Pesqueiro. Disponível em: <https://www.facebook.com/peloterritoriopesqueiro/>. Acesso em: janeiro, 2016.

percebem, pois, ao serem questionados se a pesca artesanal é uma cultura ou um trabalho, estes respondem que “é um trabalho” e, em seguida, complementam que é também “uma cultura, uma tradição”.

Obtivemos resultados similares em outro estudo (FOX; BEZERRA, 2019), no qual analisamos a fala de pescadores(as) artesanais sobre “*O que é ser pescador artesanal?*”, no meio urbano recifense. Embora o discurso dos membros do grupo social não seja objeto deste estudo, compete apresentar alguns resultados para entendermos quem é esse(a) pescador(a) sobre o qual tratamos neste trabalho e como ele(a) se autorrepresenta, independente e sua filiação sociopolítica. Afinal, como Orlandi (2007, p. 30) pondera: “os dizeres [...] são efeitos de sentidos, em situações determinadas. Necessário compreender os sentidos aí produzidos, apreender a relação com a exterioridade e com suas condições de produção”.

Um aspecto interessante é que, apesar dos entrevistados não integrarem ou participarem do MPP ou de outro movimento social de pescadores(as) artesanais e, inclusive, atuarem politicamente de maneira desarticulada e até individualizada, sua fala apresenta uma forte intertextualidade/interdiscursividade²⁴ com o grupo epistêmico e ideológico ao qual pertencem. Por exemplo, quando eles caracterizam a atividade como “tradicional”, como nesta fala²⁵:

- A pesca é uma coisa que vem de geração em geração, né?
- pra mim a pesca é uma tradição dos meus pais...dos meus avós
- é uma...como se fosse uma...como se chama aquele negócio...que vem lá de baixo até agora? (informação verbal)

Ou mesmo quando fazem referência a processos sociais que afetam negativamente sua atividade pesqueira e comprometem seu futuro:

- E tamos vendo que agora no nosso futuro está tudo se acabando
- e o que a gente quer é que isso não acabe...mas sim que dê continuidade para os nossos filhos...
- porque é o futuro né?
- a gente tem um pé na frente (informação verbal)

²⁴ A intertextualidade se refere, simultaneamente, a uma *propriedade constitutiva de qualquer texto* e o conjunto das *relações* explícitas ou implícitas *que um texto ou um grupo de textos determinado* mantém com outros textos. Na primeira acepção, é uma variante de *interdiscursividade* (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2014, p. 288). Todo discurso é atravessado pela *interdiscursividade*, tem a propriedade de em relação multiforme com outros discursos, de entrar no interdiscurso (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2014, p. 286).

²⁵ As transcrições seguem orientações de Marcuschi (2001), tentando manter o máximo de fidelidade à produção oral dos entrevistados, especialmente características típicas da modalidade falada, que são importantes para analisar elementos cognitivos-interacionais e contextualizadores.

Considerando que os modelos mentais têm uma dimensão pessoal (e social) e as representações são compartilhadas entre os membros de uma mesma comunidade epistêmica (assuntos que abordamos teoricamente no capítulo IV), também verificamos que a fala dos(as) pescadores(as) apresenta seu modo de vida nos moldes apontados na visão socioantropológica de Diegues (2001), Fox (2010) e Ramalho (2017). Isto é, a de um grupo social cuja forma de trabalho é autônoma, familiar, ancestral, como observamos nestas falas:

- para mim é tão mais importante, porque meus pais já veio da pesca né?
- e eu já aprendi essa atividade...esse trabalho
- e é o trabalho que eu gosto...que eu vivo...que eu dou meu sangue
- é...é minha vida (informação verbal)

- Nós pensamos no futuro...porque o futuro também é...uma parte bom né?
- A nossa facção...os nossos costumes
- O que a gente nascemos daquela raiz, daquele sangue (informação verbal)

Percebemos ainda que ideologias anticapitalistas e, inclusive, estratégias ideológicas de polarização de atores sociais (Nós-Eles), sobre as quais tratamos nos capítulos IV e VI, também estão presentes nas falas dos(as) pescadores(as). Isso significa que sua postura ideológica, enquanto membros de um grupo social, independe da sua filiação política não se manifesta em detalhes, críticas ou intolerância, mas referenciando (implicitamente) desvios, crimes ambientais e a violência dos “Outros”, sendo estes contrários às suas ideologias, aqueles que atentam contra o seu modo de vida, conforme expressam as seguintes falas:

- e tamos vendo que agora no nosso futuro está tudo se acabando
- por quê? por conta da poluição.
- assédio...por conta de um monte de coisas...a pesca e os pescadores estão acabando...
- estão como se tivessem em extinção (informação verbal)

- então, isso é muito triste, isso é muito triste...
- e futuramente vai se acabando
- isso é muito triste de ver essas coisas acontecerem e não poder fazer nada (informação verbal)

Já em relação às comunidades pesqueiras brasileiras, estas são multifacetárias. Nelas, a pesca tradicional convive com outras atividades econômicas (DIEGUES, 2001; SILVA, 2003),

e o *lazer*²⁶ e o *consumo cultural*²⁷ sofrem influências da cultura de massa, “que cria e reproduz todos os bens de consumo dentro de um ponto de vista simbólico” (TAUK SANTOS; FOX *et al.*, 2009, p. 105). Tradição e modernidade convivem lado a lado e isso acaba redefinindo em parte sua cultura, afetando e até ameaçando o seu modo ser e estar no mundo.

Esse “modo de vida” também se traduz na autonomia do grupo sobre o seu trabalho e sobre o seu tempo. Para Silva (2017, p. 53, grifos nossos), essas características revelam que “esse povo resistiu e resiste à separação da terra e ao cercamento das águas impostos pelo capitalismo; que esse povo resiste também à lógica trabalhista do capital”. Todos os processos que englobam a pesca artesanal “*caracterizam um modo de vida diferenciado do modo de vida moderno capitalista, embora não esteja fora de toda a engrenagem das relações que constituem esse sistema e que avançam todos dias sobre suas vidas e seus territórios*”.

Em outros estudos (FOX, 2010; TAUK SANTOS; FOX, *et al.*, 2009) percebemos, também, que devido ao avanço da urbanização, industrialização, turismo predatório, tecnologia, dentre outros aspectos da sociedade capitalista e globalizada, é cada vez mais difícil estabelecer fronteiras físicas e simbólicas entre o espaço pesqueiro e urbano. Estes espaços interagem, se misturam. Embora as globalizações²⁸ não necessariamente tornem uniforme a sociedade e não consigam pôr fim às particularidades de certos espaços e grupos sociais, vêm redefinindo *as questões referentes à relação das comunidades pesqueiras/cidade, ao lugar do pescador na sociedade, à sua importância sociocultural, política e local*, o que evidenciaremos na análise de notícias do JC.

Esse ponto de vista nos obriga a adotar uma macro perspectiva na qual a reprodução do setor haliêutico “necessariamente tem que ser considerada dentro do campo da reprodução das relações de classe”, haja vista que, atualmente, o comportamento do pescador atende só de forma parcial ao aspecto do modo de vida artesanal, condicionado essencialmente por fatores familiares e comunitários (BRETON; ESTRADA *apud* SILVA, 2004). Autores como Diegues (1983), Silva (2004) e Silva (2017) corroboram essa visão, frisando que tais características variam entre localidades e grupos pesqueiros tradicionais. Se por um lado os(as) pescadores(as)

²⁶ A noção de lazer, neste trabalho, se refere ao “conjunto de ocupações às quais o indivíduo se pode entregar de pleno agrado, seja para descansar, seja para desenvolver sua participação social voluntária, sua informação, ou sua formação desinteressada, depois de ser liberado de todas as suas obrigações profissionais, familiares e sociais” (DUMAZEDIER *apud* BOSI, 1986, p. 89).

²⁷ O consumo cultural se refere à noção de Canclini (1997) para quem consumir não é uma simples posse individual de objetos isolados, mas a apropriação coletiva, em relações de solidariedade e distinção com outros, de bens que proporcionam satisfações biológicas e simbólicas, que servem para enviar e receber mensagens.

²⁸ Santos (*apud* ALVES, 2009) diz que não há globalização e sim globalizações. O autor identifica quatro processos: globalização econômica e neoliberalismo; globalização social e as desigualdades, globalização política e o Estado-nação, além da globalização cultural ou cultura global.

têm acesso irrestrito à cidade e à cultura urbana, por outro arcam com os efeitos, muitas vezes nefastos, do avanço do capital especialmente por conta da urbanização, destruição dos recursos pesqueiros, poluição e danos ao meio ambiente e à sua própria saúde²⁹. Funes (2016) explica a situação vivida pelo grupo social, na contemporaneidade, da seguinte forma:

Seja no mar ou nos ecossistemas costeiros, estes homens e mulheres, que vivem de pescar e mariscar, sentem os efeitos dos avanços tecnológicos ocasionados pela caça industrial [...], pelos complexos portuários, pela especulação imobiliária e fundiária, pela carcinicultura, entre outros fatores, que têm provocado profundas transformações nas paisagens dos oceanos e de suas margens, o que leva os trabalhadores a se perguntarem: o que será da Natureza? O que será de Nós? (FUNES, 2016, p. 15).

Para Silva (2003, p. 101), a velocidade das transformações obriga às populações marítimas ou ribeirinhas a se adaptarem, mas também incentiva sua resistência em relação “à sobrevivência e/ou fortalecimento de suas identidades culturais”. Isso, de acordo com o pesquisador, exige deles uma formação ou capacitação contínua “de forma a qualificar suas intervenções sociopolíticas sobre os vetores socioambientais que afetam direta ou indiretamente suas vidas” (SILVA, 2003, p. 101).

Face ao capitalismo, os pescadores adquirem uma visão do sistema que embora aceite “os benefícios de uma produtividade incrementada, têm desenvolvido certas formas de resistência contra uma penetração demasiado econômica do capital” (SILVA, 2004, p. 9). Esse aspecto, inclusive, pode ser observado no discurso do MPP que é fundamentado em ideologias dissidentes e de resistência, dentre elas o Ecologismo Social³⁰, o Feminismo, o Anticapitalismo, a Sustentabilidade (FOX; HEINZ, 2019) e a Segurança Alimentar.

Ao estudar pescadores artesanais do mar-de-fora³¹, na praia de Suape, no Cabo de Santo Agostinho, litoral sul de Pernambuco, Ramalho (2015a) observa que o grupo não nega os marcos do capital. Todavia, *essa comunidade lida com o tempo do trabalho e do lazer fundamentado “em relações materiais e simbólicas típicas de grupos sociais que se apoiam em uma profunda contrarrazionalidade [...] distinta da racionalidade da economia moderna”* (RAMALHO, 2015a, p. 194, grifo nosso). Segundo o sociólogo pernambucano, embora os pescadores suapenses tenham uma situação de classe subordinada ao sistema capitalista, sua

²⁹ Cf. CPP-NE (2017a); Quinamo (2006).

³⁰ O Ecologismo social surgiu em meados dos anos 1980, sendo um tipo ambientalismo ligado às questões sociais que, conforme Diegues (2001, p. 130) explica se gera “no bojo da redemocratização, após décadas de ditadura militar, e, conseqüentemente, caracteriza-se pela crítica ao modelo de desenvolvimento econômico altamente concentrador de renda e destruidor da natureza”. Essa ideologia busca o acesso irrestrito das culturas tradicionais aos recursos naturais de seus territórios, valorizando o extrativismo e os sistemas de produção, baseados em técnicas alternativas. Cf. Diegues (2001).

³¹ Pescadores do mar-de-fora são aqueles que pescam em áreas marítimas mais afastadas da costa.

cultura do trabalho³² é alicerçada em valores que *não se submetem à lógica capital*, sendo “espaço privilegiado da autonomia e do saber-fazer intrínseco, criativo, uma arte, com força para negar submissões a outros grupos e sujeitos sociais” (RAMALHO, 2017, p. 116). Nesses termos, o autor reforça que:

[...] a pescaria artesanal, para os pescadores, é o lugar da não opressão, de criação artística, de realização de uma vida não cativa, de valores humanos e chão construtor de autonomias possíveis diante de uma sociedade marcada por mandos absolutos do capital. Cultura essa que, desde a sociedade escravocrata, transformou a pesca em território da liberdade ou, no mínimo, um caminho promissor para concretizar projetos de autonomia de vida, cuja luz ilumina o presente e serve de alimento para o futuro desses homens (RAMALHO, 2017, p. 169).

Enquanto cultura tradicional, os(as) pescadores(as) artesanais têm padrões de comportamento transmitidos socialmente, os quais são “usados para perceber, relatar e interpretar o mundo, a natureza, os símbolos e significados socialmente compartilhados, além dos produtos materiais próprios da produção mercantil” (DIEGUES, 2001, p. 87). Citando Geistdoerfer (1989), Diegues (1999, p. 371) exemplifica que “as práticas socioculturais da gente do mar, o conjunto de comportamentos reúnem aquilo que denominamos por ‘técnico’, ‘simbólico’, ‘social’, ‘econômico’, ‘ritual’”.

O estudioso defende que essas práticas são marcadas, de maneira original, pelas “propriedades naturais do mar, socializadas pela aplicação dos diferentes sistemas” (DIEGUES, 1999, p. 371). E que, segundo o “valor social, econômico ou simbólico que as comunidades dão ao mar e aos seus recursos, o conjunto de práticas socioculturais dessas comunidades pode ser marcado de forma diferenciada” (DIEGUES, 1999, p. 371).

Nessa perspectiva, entendemos que o grupo tem uma forma particular de ser e estar no mundo, que permeia todas as suas relações sociais (CALLOU, 1994; DIEGUES, 1983, 1995, 2001, 2002; FOX, 2010; RAMALHO, 1999, 2004). Seu *saber* local, enquanto patrimônio da sua população, “inscreve-se como expressão simbólica e material [...], a partir do seu jeito de ser, estar e ver o mundo” (RAMALHO, 2004, p. 1). Para Castro *et al.* (2015, p. 12), a pesca artesanal “é uma cultura e, como tal, trata-se de um patrimônio imaterial de uma nação”. Ramalho (2017) engloba todos os aspectos acima detalhados no seguinte conceito:

Pescador artesanal é aquele sujeito sócio-histórico portador de um modo de vida cheio de especificidades simbólicas (costumes, mitos, linguagens) e de uma forma de organização social do trabalho fundada no sistema de parceria/companhia, onde o uso de técnicas e tecnologias patrimoniais, com base num conhecimento sofisticado sobre os ciclos, tipos e hábitos dos pescados somados às suas habilidade náuticas, é a marca. Para isso, o pescador conhece e se reconhece – como poucos – os caminhos e segredos

³² Cf. Ramalho (2017) sobre cultura do trabalho dos pescadores artesanais.

do oceano, rios e estuários, o que produz um sentimento de pertença a um grupo e, conseqüentemente, a um território, cuja família e os elos de compadrio são decisivos (RAMALHO, 2017, p. 31-32).

Em relação a práticas sociais e discursivas envolvendo ou sobre os(as) pescadores(as) artesanais, encontramos algumas pistas em Castelluci Júnior (2016). Ao estudar populações litorâneas e ribeirinhas em uma perspectiva histórica, o autor comenta que desde a formação do estado nacional brasileiro, no século XIX, o “senso comum formulou alguns estereótipos um tanto quanto evasivos” sobre esses grupos, “atribuindo-lhes qualificações depreciativas a respeito das suas formas de sobrevivência” (CASTELLUCI JUNIOR, 2016, p. 31). Dentre as denominações atribuídas a essas pessoas, o historiador menciona “caixaras, beiradeiros, ribeirinhos, costeiros, marisqueiros, pescadores, praiheiros, embarcadiços, marinheiros”. E sobre essas formas léxicas, o autor comenta:

[...] criaram a imagem de sujeitos, trabalhadores – homens e mulheres – sem nenhum tipo de ambição, irremediavelmente condicionados a um estilo de vida ‘desregrado’, refratários à labuta diária, que priorizam as bebedeiras nos bares, a disputa nos jogos de azar ou que passam a maior parte do tempo espreguiçados nas redes de balanço, sob a sombra dos coqueirais, historicamente contaminados pelos ventos da ‘maresia’, ou melhor, da letargia (CASTELLUCI JUNIOR, 2016, p. 32).

Para o autor, forjou-se assim, no senso comum, um estereótipo que trata de homogeneizar “comportamentos bastante singulares e os modos de vida dos pescadores [...], partindo de conceitos formulados aprioristicamente de um mundo urbanizado” (CASTELLUCI JUNIOR, 2016, p. 32). Estereótipos que associam o território pesqueiro à extrema pobreza também surgem em outros domínios discursivos. Buscando elucidar o problema da fome, o pensador pernambucano Josué de Castro (1908-1973), por exemplo, cria a metáfora “homem-caranguejo” para falar sobre “uma *nova espécie de homem*” que habita os mangues do Recife (MELO FILHO, 2003, p. 506).

O escritor descreve o mangue como o *lugar dos excluídos* e os homens que habitam nele como “seres humanos feitos de carne de caranguejo, pensando e sentindo como caranguejo. Seres anfíbios – habitantes da terra e da água, meio homens e meio bichos (CASTRO, 1967, p. 12 -13). Para Silva (2016, p. 113), esse homem-caranguejo é aquele “sugado pela necessidade da existência, da sobrevivência, alienado das forças da essência humana”. Apesar do estereótipo não fazer alusão direta aos pescadores(as) artesanais, ao envolver o mangue, um importante espaço de pesca, acaba indiretamente associando o grupo social a essa representação da miséria urbana. A imagem é revisitada, no final dos anos 1980, no encontro de Chico Science com Josué de Castro, virando este último o intelectual-símbolo do movimento musical “Mangue

Beat”³³. Nessa junção cultural, a metáfora se atualiza. O mangue ganha o asfalto e “os homens-caranguejo se transformam em caranguejo-com-cérebros, homens universais com antenas pro alto, uma abertura para a genericidade humana” (MELO FILHO *apud* SILVA, 2016, p. 114).

O discurso estatal também é carregado de estereótipos e, em termos gerais, é contraditório. O mesmo pode ser dito do discurso acadêmico. Inclusive, muito da visão preconceituosa, de diminuição e de atraso, com o(a) pescador(as) como um personagem violento, corrupto, enfim, de alguém não muito nobre, tem sua origem em discursos desses grupos dominantes. Há uma forte tradição em algumas linhas da Biologia, Oceanografia e Engenharia de Pesca, que enxergam o(a) pescador(a) como alguém menor, com técnicas pesqueiras ultrapassadas, como um depredador de recursos naturais. Trata-se de um discurso escatológico sobre a pesca extrativista, ancorado em argumentos que legitimam meios industriais de produção pesqueira e acusam a tradição artesanal de esgotar “os estoques de pescados nos oceanos, rios e estuários” (RAMALHO, 2015b, p. 525).

É comum que a mídia se valha desse discurso de fontes de poder, do qual se alimenta e é alimentadora. E baseada nesses discursos reproduza visões preconceituosas e de desigualdade social. Várias produções jornalísticas, inclusive, se baseiam em estudos acadêmicos, que postulam preceitos muito limitantes sobre o modo de vida dos(as) pescadores(as), não só no Brasil, como no mundo³⁴. Em suma, a relação entre pesca artesanal e subdesenvolvimento é um marco definido no discurso de muitas ciências, na literatura e no âmbito governamental.

Apenas para exemplificarmos a intertextualidade/interdiscursividade entre esses domínios discursivos, ao discorrer sobre a constituição e disseminação da ideologia aquícola empresarial, alicerçada no neoliberalismo, a partir dos anos 1990, no Brasil, Ramalho (2015b) menciona um editorial publicado no *Jornal do Commercio*, em julho de 2009. Nele, o JC legitima a criação do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) e de uma nova lei de pesca no país, enfatizando os benefícios da expansão da aquicultura e a produção industrial de pescados. Em contrapartida, deslegitima a pesca artesanal, destacando que a história do segmento “vai ser reescrita” e que “dentro das condições postas pelo governo federal podemos acessar todos os avanços tecnológicos já disponíveis das regiões desenvolvidas, principalmente pela expansão da aquicultura” (JC *apud* RAMALHO, 2015b, p. 524).

Já o discurso governamental trafega por contradições camufladas, inclusive em termos legais. Por um lado, reconhece as comunidades tradicionais por meio da Política Nacional de

³³ Informação apurada em conversa informal com ex-repórter do *Jornal do Commercio* e do *Diário de Pernambuco*, em novembro de 2018. Sobre o Movimento Manguebeat, este se desenvolve, na década de 1990, no Recife (PE). Cf. <https://www.historiadomundo.com.br/curiosidades/o-que-foi-movimento-manguebeat.htm>

³⁴ Ramalho, C.W. N. Notas de orientação. Sessão de pré-banca de defesa de tese. Recife, 30/06/2020.

Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, no Decreto N° 6.040/07, de 2007, e as define como grupos “culturalmente diferenciados”, que se reconhecem como tais, possuindo “formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos [...] gerados e transmitidos pela tradição (PRYSTHON, 2014, p. 15).

Mas, por outro lado, sob o escudo da lei 11959/09, de 2009, que regula atividade pesqueira no Brasil, o governo federal declara objetivar “*o desenvolvimento socioeconômico, cultural e profissional dos que exercem a atividade pesqueira, bem como de suas comunidades*” (PRYSTHON, 2014, p. 14, grifos nossos). Essa ideia condiz com o conhecimento genérico largamente difundido no discurso governamental, sobre o qual comentaremos nas seções 1.4 e 1.5, segundo o qual o setor pesqueiro artesanal precisa “se desenvolver”, pois encontra-se historicamente “atrasado” (PRYSTHON, 2014), imputando ainda ao grupo a degradação da natureza e a escassez dos recursos pesqueiros (SILVA, 2017).

Sem pretensão de analisar a representação do pescador artesanal no discurso estatal ou acadêmico, pois não é objetivo do nosso trabalho, registramos apenas que, ao denominar a pesca artesanal de “atrasada” e dizer que suas comunidades e membros precisam passar por um “desenvolvimento socioeconômico e cultural”, o Estado deslegitima a atividade desenvolvida de modo artesanal e sustentado pela tradição e arte pesqueira. A acusação de que os(as) pescadores(as) degradam os recursos pesqueiros é, no mínimo, incoerente, pois, em outros momentos o governo afirma que os pescadores possuem:

um papel importante na conservação da biodiversidade. Primeiro, pelo caráter extrativista, que necessita de ordenamento adequado para o equilíbrio e manutenção dos ecossistemas e das comunidades ribeirinhas. Segundo, pela própria dependência da pesca com relação aos serviços ambientais. Terceiro, que os modelos de manejo compartilhado resultam em mecanismos mais justos e democráticos de gestão (PRYSTHON, 2014, p. 6).

Os discursos governamental, acadêmico e jornalístico sobre os que tratamos brevemente, neste capítulo, nos levam a refletir sobre a naturalização “das relações de poder abusivas que se materializam discursivamente em várias esferas sociais” (FAIRCLOUGH *apud* MELO, 2010a, p. 65; VAN DIJK, 2015a). Por outro lado, nos fazem perceber que, quando olhamos o(a) pescador(a) artesanal, nosso olhar é *colonizado* por uma matriz eurocêntrica, racista e de classes, que “cria e reifica identidades como meio de administrar povos e estabelecer hierarquias entre eles” (ALCOFF *apud* RIBEIRO, 2019, p. 30). É uma lógica colonial que Quijano (2005) explica da seguinte forma:

A globalização em curso é, em primeiro lugar, a culminação de um processo que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial. Um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial de acordo com a ideia de *raça*, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo. Esse eixo tem, portanto, origem e caráter colonial, mas provou ser mais duradouro e estável que o colonialismo em cuja matriz foi estabelecido. Implica, conseqüentemente, num elemento de colonialidade no padrão de poder hoje hegemônico (QUIJANO, 2005, p. 117).

A colonialidade, que se impôs e difundiu nas Américas, ultrapassou o período colonial e se mantém até os dias de hoje, “sustentando tanto a hierarquia global entre Estados, quanto a hierarquia local entre classes” (SILVA, 2017, p. 122). Esse padrão de pensamento *colonizado* “nos impele, frequentemente, a atuar de modo inconsciente e acrítico, constituindo-se em atitudes e práticas culturais de nossos povos em benefício da colonialidade do poder e do saber” (NOBOA, 2005, p. 1).

Práticas sociais essas fundamentadas em ideologias de classistas, racistas, eurocêtricas, neoliberais advindas de elites de poder, cujo objetivo é manter o controle sobre a sociedade, em geral, e as pessoas em particular. Esse controle se dá nos âmbitos social e cognitivo, que envolvem tanto modelos mentais pessoais, portanto, opiniões, emoções e sentimentos, quanto cognições socialmente compartilhadas (ideologias, conhecimentos, atitudes, valores etc.) que abordaremos no capítulo IV.

Em relação a grupos subalternos e minoritários, como os(as) pescadores(as) artesanais, tais ideologias dominantes se manifestam e reproduzem no discurso elitista que desvaloriza a atividade e enxerga o grupo “como gente sem profissão, pouco ‘produtivos’, apesar de serem responsáveis ainda por grande parte do pescado produzido e vendido no litoral brasileiro” (DIEGUES, 2017, p. 14).

Na visão de Wodak e Reisigl (*apud* VAN DIJK, 2015b), além de formas de ressentimento racial, o racismo e o etnocentrismo são complexos sistemas de desigualdade social e política, que podem se materializar e (re)produzir em discursos de poder em geral e nos discursos da elite em particular. Por exemplo, no domínio estatal, acadêmico, jornalístico e mesmo no senso comum na sociedade. Conseqüentemente, podem provocar discriminação e exclusão, tanto social quanto discursiva das minorias.

Atentos a todos esses enfoques, analisamos a representação dos(as) pescadores(as) no discurso jornalístico. Um ator social que, dentro de um contexto de mudanças em todo o planeta, têm se levantado como sujeito frente ao avanço do capital (CARDOSO, 2001). Um novo personagem que entra em cena, “um setor da força produtiva que politiza seu movimento”

(SADER *apud* CARDOSO, 2001, p. 38). O pescador que está além do estrito marco da pequena comunidade pesqueira isolada, inclusive, porque esse tipo de “sujeito” e “lugar” não existem mais no Brasil e em Pernambuco.

Nos interessa analisar a representação de um grupo social que, segundo Quinamo (2006, s/p), sofre com a transformação da sua própria atividade, devido ao crescimento populacional e urbano, ao desemprego e a “expansão da estrutura produtiva e suas implicações para os estuários e manguezais”. Aquele que diariamente tem que lidar com “a pesca predatória, a poluição por efluentes domésticos e industriais, a destruição de áreas de mangue e a movimentação de embarcações motorizadas nas áreas de pesca” (QUINAMO, 2006, s/p). O que se vê afetado na sua atividade produtiva e reprodutiva pelo avanço do turismo e de projetos de carcinicultura. São esses aspectos que pressionam “os ecossistemas costeiros e que contrastam com a invisibilidade da pesca e das milhares de pessoas que dela participam e dependem” (QUINAMO, 2006).

Nossa análise tampouco perde de vista o fato de que países latino-americanos, a exemplo do Brasil, começaram sua história como território colonizado e dominado (QUIJANO, 2005; NOBOA, 2005; SILVA, 2017). O *colonialismo* contribui para que as desigualdades sejam geradas “pelo modo como o poder articula [...] identidades”, as quais são “resultantes de uma estrutura de opressão que privilegia certos grupos em detrimento de outros” (RIBEIRO, 2019, p. 30). Com Silva (2017, p. 125), entendemos nesse diálogo “o exercício crucial que é o olhar para a América Latina a partir da própria América Latina – a partir do nosso lugar de vivência”.

1.2.1 Pescadores(as) e pesca artesanal no Brasil e em Pernambuco

Institucionalmente, os(as) pescadores(as) artesanais estão organizados por meio de Colônias de Pesca, ligadas à Federação Estadual da Pesca. Ambas entidades se congregam na Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores, sendo reconhecidas como órgãos de classe dos trabalhadores do setor artesanal da pesca. Outra forma regular de organização do grupo são as associações, “iniciativas mais recentes que, geralmente, surgem de dissidências nas Colônias ou da organização de grupo”. De acordo com o antigo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), em Pernambuco, existem 41 Colônias de Pesca e 25 Associações de Pesca, um Sindicato dos Pescadores Artesanais e uma Federação Estadual (CASTRO *et al.*, 2015, p. 13).

Em relação ao número de pescadores(as) e sua produção, as estatísticas não são exatas. De acordo com o Embrapa (2014), o país tem 1 milhão de pescadores. Callou (2010, p. 45), por

sua vez, estima que as comunidades tradicionais da pesca representam “um contingente populacional de aproximadamente 800 mil pescadores e pescadoras, envolvendo 2 milhões de pessoas que produzem cerca de 55% da produção pesqueira nacional”. O antigo MPA divulga que um em cada 200 brasileiros é pescador artesanal (CASTRO *et al.*, 2015). Isso significa que, tendo o país uma população de 209,3 milhões de pessoas (BANCO MUNDIAL, 2017), 1’046.500 desenvolvem esse trabalho. O Registro Geral de Atividade Pesqueira (RGP) contabiliza um contingente semelhante, envolvendo 1.041.967 pescadores registrados, sendo 99,16% deles artesanais. Destes, 47,02% se concentram no Nordeste.

Em Pernambuco, estão inscritos “13.986 pescadores artesanais, seis pescadores industriais e apenas quatro armadores de pesca” (FERNANDES, 2015, p. 62). Do total cadastrado, 53,83% possuem idade entre 31 a 50 anos e 23,10% entre 21 a 30 anos. Segundo o mais recente levantamento feito pelas comunidades pesqueiras, associações e colônias de pescadores, em 2019, o número de pescadores(as) artesanais, no litoral pernambucano, é de mais de 11 mil. Na Zona da Mata, Agreste e Sertão são aproximadamente 5 mil pessoas que vivem da atividade (CPP-NE, 2020c). Para Castro *et al.* (2015) esses números não são confiáveis:

É importante registrar que o número de pescadores e pescadoras cadastrados não retrata a realidade. O Diagnóstico da Pesca, publicado em 2010, relata que no universo de 4.938 pescadores entrevistados ao longo do litoral de Pernambuco, 45,5% declararam possuir pelo menos uma das carteiras de pescadores (do IBAMA, do MPA, da Capitania dos Portos, da Associação ou da Colônia de Pescadores) (CASTRO *et al.*, 2015, p. 12).

Em relação ao setor, a partir da década de 1950, a FAO registrou um crescimento da pesca mundial que durou décadas. Porém, em meados dos anos 1980, a produção começou a dar sinais de estabilidade e, desde 1995, tem havido um declínio de 5% na produção, principalmente pela exaustão dos estoques. A sobre-exploração é uma ameaça e provoca um decréscimo constante das espécies. Nesse cenário, a pesca artesanal responde por “mais da metade do pescado capturado no mundo, sendo responsável [...] por empregar mais de 90% dos 35 milhões de pescadores” (FAO *apud* PRYSTHON, 2014, p. 11).

Ocupando a 23ª posição entre os maiores países pesqueiros no mundo, na pesca extrativista, e a 17ª em relação a produção aquícola (CASTRO *et al.*, 2015; PRYSTHON, 2014), o Brasil acompanha essa tendência global. Conta com 7.367 mil quilômetros em linha contínua costeira, possuindo um dos mais ricos ecossistemas aquáticos, além de importantes zonas estuarinas e alguns dos maiores rios, como o São Francisco (CASTRO *et al.*, 2015).

A partir de 1967, o Estado brasileiro investiu no crescimento da atividade, com incentivos fiscais e a abertura de empresas, gerando um salto de 70% em seis anos. Contudo, em 1973, apareceram os primeiros sinais de exaustão e a pesca cresceu somente 30%. Desse total, o país continuou amargando uma queda de 30% até 1995, e só obteve uma relativa recuperação em 2009” (MPA *apud* PHRYSTHON, 2014, p. 11).

Pernambuco acompanha a realidade nacional, ocupando atualmente a 15ª posição na produção de pescado (CASTRO *et al.*, 2015). Segundo Fernandes (2015, p. 51), no Estado, a pesca artesanal representa a maior parte da captura de pescado, não havendo uma pesca extrativa industrial significativa, devido às características do meio ambiente local.

Estatísticas pesqueiras de 2007 apontam que a pesca artesanal, em Pernambuco, responde por mais de 15 mil toneladas, enquanto o setor aquícola produz um pouco mais de 4 mil. Quatro anos mais tarde, em 2011, o último Boletim Estatístico de Pesca e Aquicultura (*apud* FERNANDES, 2015) divulga que o setor artesanal contribui com cerca de 15 mil toneladas frente a aquicultura que, passa a responder por mais de 12 mil. Esses números revelam tanto a subestimação da produção pesqueira artesanal “já que a coleta não inclui grande parte dos lugares de desembarque deste setor”, quanto “o forte apoio institucional que recebe o setor empresarial aquícola, refletindo nas estatísticas um crescimento acelerado desde 2007 até 2011” (FERNANDES, 2015, p. 61).

De acordo com o Instituto Oceanário (*apud* FERNANDES, 2015, p. 61), a pesca artesanal ainda hoje responde pela maior parte da produção pesqueira pernambucana, utilizando técnicas e embarcações tradicionais, como jangadas, canoas, baiteiras e pequenos barcos motorizados. Dentre as áreas pesqueiras estão “a coleta manual, a vara de pesca, a linha e anzol, a tarrafa, as redes de cerco, de emalhe, e de arrasto, as armadilhas”. Em relação ao consumo per capita de peixe³⁵ no Brasil, em 2006, era de 7,3 quilos por habitante. Em 2007: 7,7. Em 2008: 8,4. Em 2009: 9,0 e, em 2010, 9,75 quilos (BRASIL, 2011).

1.3 Formação de um grupo marginalizado

Com a dominação portuguesa e a introdução massiva do escravismo, a formação de comunidades pesqueiras brasileiras ficou atrelada à trajetória de grupos oprimidos da sociedade colonial, dentre eles povos indígenas, pessoas africanas escravizadas no Brasil e,

³⁵ O Consumo Per Capita Aparente é calculado com base na produção nacional de pescado, sendo incluídas as importações e excluídas as exportações. O volume total obtido é dividido pela população brasileira (BRASIL, 2011, p. 33).

posteriormente, os camponeses. Este início, sobretudo no Nordeste do Brasil, vincula o grupo social à escravidão e suas origens técnicas e culturais são baseadas nas culturas indígenas e africanas (CCFD, 1994; FOX, 2010).

Silva (1988), Diegues (2005) e Ramalho (2017) também relatam que os pescadores se originam nesses grupos sociais. Silva (1988), por exemplo, descreve na obra *Os pescadores na história do Brasil* a opressão sofrida pelos pescadores no Brasil-Colônia (1500 - 1822) e no Brasil Império (1822 a 1889), dois períodos amalgamados pela mesma estrutura de dominação: a escravidão.

Para o estudioso, a conquista e colonização das Américas pelas metrópoles europeias, após o século XVI, deslanchou sociedades e economias coloniais, constituídas etnicamente pelas minorias mencionadas (SILVA, 1988). Tal formação étnica das comunidades pesqueiras se perpetua num legado histórico vinculado a grupos subalternos, o que põe em relevo a noção de raça, quando se trata da formação do grupo, no Brasil, pois como Bento (2002) explica:

A pobreza tem cor. Qualquer brasileiro minimamente informado foi exposto a essa afirmação, mas não é conveniente considerá-la. Assim o jargão repetitivo é que o problema se limita à classe social. Com certeza este dado é importante, mas não é só isso. Na verdade, o legado da escravidão para o branco é um assunto que o país não quer discutir [...]. Há benefícios concretos e simbólicos em se evitar caracterizar o lugar ocupado pelo branco na história do Brasil. Este silêncio e cegueira permitem não prestar contas, não compensar, não indenizar os negros: no final das contas, são interesses econômicos em jogo (BENTO, 2002, p. 3).

Ocupando esse lugar social, os pescadores artesanais sofreram abusos de poder, especialmente por parte do Estado, desde os primórdios da colonização. Dentre eles, uma série de tentativas de controle da produção pesqueira, regulamentos e impostos (CCFD, 1997; SILVA, 1988; FOX, 2010). De acordo com Silva (1988, p. 53), no século XVI, eles eram obrigados a doar parte da sua produção à Capitania de Pernambuco, além de lidarem com a cobrança do dízimo e outros entraves que afetavam seu modo de vida. Outra arbitrariedade era a extensiva jornada de trabalho que, se não cumprida, poderia levar o pescador à prisão por trinta dias (SILVA, 1988; FOX, 2010). O grupo tinha sua organização social subjugada às ordens do Estado Colonial, que o hierarquizava pelo porte e capacidade (SILVA, 1988).

Mesmo na formação da primeira colônia de pescadores, Nova Ericeia, em Santa Catarina, houve uma clara imposição do Estado. Essa tentativa de criar uma vila de pescadores não deu certo porque o governo desconsiderou as aspirações do grupo e a colônia virou mais uma repartição da Marinha Portuguesa que, na época, administrava a entidade. Apesar da pesca crescer e ganhar importância na sociedade escravista-colonial, os pescadores continuaram

enfrentando monopólios opressivos e sofrendo exploração brutal da sua força de trabalho (SILVA, 1988; FOX, 2010).

A independência de Portugal não trouxe para o grupo uma melhoria nas condições de vida e trabalho. Ao contrário, no Brasil-Império, a dominação do Estado continuou por meio do cadastramento compulsório à Capitania dos Portos, vinculando os pescadores ao serviço naval da Marinha de Guerra, sem ônus para o governo. Ou seja, a regulamentação da profissão era de natureza militar. Apesar do despotismo estatal e da falta de valorização, os pescadores conseguiram formar um grupo social que se desenvolveu apoiado na tradição (SILVA, 1988; FOX, 2010).

No século XX, a pesca artesanal brasileira continuava atrelada às ordens do Estado, por meio da Marinha de Guerra, que conseguiu controlar as áreas costeiras com a *Missão do Cruzador José Bonifácio*, realizada entre 1919 e 1924. Prysthon (2014) relata que essa expedição marítima percorreu o litoral de Belém ao Rio de Janeiro, tendo sido um marco na gestão pesqueira. Seus objetivos eram nacionalizar a pesca e incutir nas comunidades pesqueiras uma “nova conduta social que as fizesse passar do estágio de desenvolvimento em que se encontravam para outro que desconheciam” (CALLOU *apud* PRYSTHON, 2014, p. 16).

A missão criou 800 Colônias de Pesca às quais os pescadores eram obrigados a pertencer. Essa organização compulsória gerou consequências negativas “pois a marinha se deteve em questões de segurança nacional da costa, no período da segunda guerra mundial, e impôs o engajamento dos pescadores na defesa militar do país, estabelecendo o controle social sobre as comunidades pesqueiras” (PRYSTON, 2014, p. 16).

Em pesquisa sobre movimentos sociais de pescadores, entre 1920 e 1983, em Pernambuco, Callou (1986, 2013), discorre sobre a tutela sofrida pelo grupo social, por parte do Estado e por outras instituições de poder. Segundo o autor, além da forte influência ideológica exercida pela Marinha, a então denominada Comissão Pastoral da Pesca, ligada à Igreja Católica e à teologia da libertação³⁶ e mesmo o Movimento das Ligas Camponesas³⁷ serviram prioritariamente a objetivos religiosos e políticos, respectivamente.

Em todos esses estudos, encontramos relatos do abuso de poder que pesa sobre os(as) pescadores(as) artesanais brasileiros(as). Callou (1986, 1994, 2013), Diegues (1983, 1995) e

³⁶ A teologia da libertação tem origem em 1965, quando o Concílio Vaticano II deu início à transformação da Igreja Católica na América Latina com a Assembleia Episcopal de Medellín que reformulou o caráter libertador da teologia, ajudando os pobres e desamparados a se expressarem e mobilizarem.

³⁷ Criado em 1955, as Ligas Camponesas do Brasil foi um movimento social camponês que lutou, nos anos 1950/60, pela reforma agrária e implementação de direitos sociais para os trabalhadores rurais. Nessa conjuntura, ampliaram-se os sindicatos rurais e as associações.

Silva (1988, 2004) explicam que a situação marginal do grupo se deve tanto às condições sócio-históricas e políticas do Brasil, quanto à sua convivência com um Estado opressivo e desagregador.

Essa observação nos leva a abriremos um parêntese para refletir sobre o papel do Estado na marginalização dos(as) pescadores(as). Como Montañó e Duriguetto (*apud* FERNANDES, 2015, p. 30) explicam, o Estado “não é uma esfera separada da sociedade ou um mediador autônomo, visto que este emerge das relações de produção e expressa os interesses da estrutura de classe” inerentes a essas relações.

Para Fernandes (2015, p. 30), o Estado “não é um poder neutro e a princípio indiferente que foi acoplado por acaso à exploração empreendida pelos burgueses. O Estado é um derivado necessário da própria reprodução capitalista, essas relações ensejam sua constituição ou sua formação”. Assim, “não é apenas um aparato de repressão, mas sim de constituição social” (MASCARO *apud* FERNANDES, 2015, p. 30). Por sua vez, Van Dijk (2015a) considera que, por ser uma instituição de poder não-neutra, o Estado organiza e exerce práticas fundamentadas nas mais diversas ideologias, as quais são adquiridas, reproduzidas ou mesmo resistidas pelas pessoas.

Nesses termos, a organização e articulação de dominação e abuso de poder exercidos pelo Estado sobre grupos minoritários se instauram socialmente por meio de um “padrão de poder com caráter e vocação global e como resultado de alguns elementos: a colonialidade do poder, o capitalismo, o Estado-Nação e o eurocentrismo entendido como a colonialidade do saber (NOBOA, 2005, p. 5).

Por outra parte, cada sistema político institucionalizado por meio do Estado “está ligado a seus próprios e característicos arranjos ou modos de discurso. Já que os princípios (normas, regras, valores, metas) de legitimidade encontram-se mergulhados em uma ideologia, *os preceitos de legitimação também vão surgir como processos discursivos*” (VAN DIJK, 2015a, p. 56, grifo nosso).

Para Silva (2017, p. 122) “a colonialidade ultrapassa o período colonial, sustentando tanto a hierarquia global entre Estados, quando a hierarquia local entre classes”. Podemos dizer, então, que o sistema-mundo moderno colonial se perpetua e se reproduz desde a colonização até os dias atuais, contaminando todas esferas, beneficiando as elites de poder em detrimento de grupos minoritários, a exemplo dos(as) pescadores(as) artesanais. Além disso, que esse padrão colonial impõe “uma epistemologia universal, que desconsidera o saber de [...] povos originários [...] de povos colonizados” (RIBEIRO, 2019, p. 26).

Sem dúvida, as análises do capitalismo moderno colonial e seus desmembramentos até o atual neoliberalismo nos ajudam a compreender a luta de classes e o Estado de forma global. No entanto, os estudos descoloniais nos guiam na compreensão do *lugar* que minorias latino-americanas, como os(as) pescadores(as) artesanais, ocupam nesse todo e nos ajudam, como Silva (2017, p. 88) diz: “a ampliar a visão”.

1.4 Situação sociopolítica na pesca artesanal no século XX

Como relatamos na seção anterior, a trajetória dos(as) pescadores(as) se manteve atrelada ao Estado, desde a época da colonização do Brasil. Apesar das tentativas do grupo de se organizar, o poder estatal regulamentou a atividade por meio das colônias de pesca que, durante décadas, no século XX, serviram como instrumento de controle e segregação do grupo, cujos integrantes masculinos muitas vezes foram destinados a serem “reserva naval, sentinela avançada da Marinha” (SILVA, 1988, p. 193). Presididas por representantes governamentais, algumas colônias inclusive consideravam o pescador “inferior, analfabeto, ignorante” (SILVA, 1988, p. 15). Para Cardoso (s/d, p. 1), dois fatores contribuíram para tais empreendimentos estatais no início do século passado:

[...] primeiro, o país começou o século XX importando peixes, apesar de possuir um vasto litoral e uma diversidade de águas interiores; segundo, após a primeira guerra mundial, aumentou o interesse do Estado em defender a costa brasileira. O discurso instituído para fundar as colônias baseou-se na defesa nacional, pois ninguém melhor do que os pescadores, empiricamente conhecedores dos “segredos” do mar. O lema adotado pela Marinha para a fundação das colônias de pescadores foi: Pátria e Dever [...] (CARDOSO, s/d, p. 1).

A trajetória político-gerencial da pesca artesanal, que teve início sob a tutela da Marinha, em 1846, foi transferida em 1912 para o Ministério da Agricultura. Em 1917, retorna a Marinha com a Missão do Cruzador José Bonifácio que, para Callou (1994), é o primeiro projeto para o “desenvolvimento” das comunidades pesqueiras do litoral (FERNANDES, 2015). E, em 1920, forma-se a Confederação dos Pescadores do Brasil (PHRYSTON, 2014).

Até então, as relações instituídas entre pescadores e Estado tinham um caráter nacionalista, paternalista e assistencialista (CALLOU, 1986; RAMALHO, 1999; CARDOSO, s/d). O governo prestava, por exemplo, serviços gratuitos em embarcações, doava redes, oferecia atendimento médico, além de criar “algumas escolas para os filhos dos pescadores, denominadas de *Escoteiros do Mar*, com finalidade de militarização e treinamento para os jovens, além do cultivo ao civismo” (CARDOSO, s/d, p. 1).

Em 1923, o Estado lança o primeiro estatuto das colônias de pesca que as definia como “agrupamento de pescadores ou agregados associativos”, obrigando-os a se matricularem nelas para poder desenvolver a atividade pesqueira (CARDOSO, s/d, p. 1). Isso gerou uma relação de dependência, mas, principalmente, de desconfiança dos pescadores, que não consideravam as colônias entidades representativas do grupo. Ao contrário, as julgavam repressoras e os órgãos governamentais as utilizavam para alavancar suas estratégias políticas. As colônias de pesca eram, assim, autênticos instrumentos de controle social para o Estado implementar suas ações de forma consensual (RAMALHO, 1999).

Em 1927, a pesca volta para o Ministério de Agricultura e, segundo Cardoso (s/d, p. 1), com a instituição do Estado Novo, na era Vargas, a organização dos pescadores passa por algumas mudanças. Em 1934, por exemplo, implanta-se o primeiro Código de Caça e Pesca que os obrigava a “apresentarem relatórios e balancetes mensais”, acentuando o grau de controle do Estado sobre o grupo (FOX, 2010, p. 63). Em 1938, entra em vigor o segundo Código de Caça e Pesca, que mantém o teor assistencialista e um viés “policialesco sobre a vida política e de trabalho dos Pescadores” (RAMALHO, 2014, p. 42).

Nessa época, cria-se o Conselho Nacional da Pesca e se inicia o modelo de desenvolvimento urbano industrial, por meio da “política de substituição de importações e de crédito”. A revolução de 1930 marca, assim, “o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial” (OLIVEIRA *apud* FERNANDES, 2015, p. 32).

Com o advento da Segunda Guerra Mundial, em 1942, o setor pesqueiro volta mais uma vez para a Marinha, subordinado ao comando naval, e um ano depois se extinguem o Conselho Nacional de Pesca, as Federações Estaduais de Pescadores e a Confederação Geral dos Pescadores, com a ideia de transformá-los em cooperativas (PHRYSTON, 2014). Tendo em vista a conjuntura internacional da época, essa transferência sugere um interesse estatal em novamente fazer do grupo uma possível reserva naval, em caso de guerra ou ataques à costa brasileira (CCFD, 1997; FOX, 2010).

Na década de 1950, o Ministério de Agricultura volta a aprovar estatutos para a nova Confederação Geral dos Pescadores, Federações Estaduais e Colônias (PRHYSTON, 2014). Data também do período pós-guerra a implementação de uma política governamental que obedece a ideia de “desenvolvimento” na qual “os países considerados ‘pobres’ deveriam alcançar o desenvolvimento dos países ricos, por meio de um amplo investimento estatal que permitisse a modernização e o crescimento industrial” (LIMA *apud* FERNANDES, 2015, p. 32). Em resumo, a primeira metade do século XX é marcada por um forte controle e dominação

exercidos pelo Estado brasileiro sobre a pesca e, conseqüentemente, sobre as comunidades pesqueiras tradicionais (CALLOU, 1986, 1994; FOX, 2010; PHRYSTON, 2014; RAMALHO, 1999). Dominação essa fundamentada, na época, em ideologias nacionalistas, militaristas, paternalistas, assistencialistas e desenvolvimentistas.

Em 1962, o Estado cria a Superintendência de Desenvolvimento Econômico (SUDEPE), que reconhece a pesca como indústria de base e busca a “promoção, desenvolvimento e fiscalização da pesca” (CARDOSO, s/d, p. 2). O seu objetivo era implantar um modelo de desenvolvimento típico de uma modernização conservadora (FERNANDES, 2015). Para tanto, lança diversos Planos de Desenvolvimento Pesqueiro (cinco entre 1960 e 1989), linhas de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e subsídios para a exportação de pescado (DIEGUES, 1983; RAMALHO, 2014, FOX, 2010; FERNANDES, 2015). Durante a vigência da SUDEPE, entre 1962 e 1968, o Estado “deu continuidade ao controle da marinha militar sobre as colônias de pescadores e ao desenvolvimento paternalista e conservador” (RAMALHO *apud* FERNANDES, 2015, p. 37).

Com o golpe militar, em 1964, a relação autoritária do poder público e as entidades populares se intensifica. Diversos movimentos sociais são perseguidos e extintos, sendo o conteúdo político dos sindicatos, urbanos e rurais, esvaziado pela repressão. As associações de pescadores sofrem intervenções e suas reivindicações se dissipam. Há um recrudescimento geral das políticas autoritárias que, na pesca, implantam um modelo econômico voltado para o desenvolvimento associado à internacionalização da economia (CALLOU, 1986; FOX, 2010).

O novo Código de Pesca é instituído, em pleno AI-5 do regime militar, através do Decreto nº 221 de 28 de fevereiro de 1967, que estabelece as normas para o exercício da atividade (CARDOSO, s/d). Por meio dessa lei o poder executivo determina o gerenciamento e funcionamento das colônias. Outra ação autoritária é a transformação da Confederação dos Pescadores em Confederação Nacional dos Pescadores (CNP) e um braço político da SUDEPE, passando a ser um órgão subordinado ao Estado (CALLOU, 1986; FOX, 2010; RAMALHO, 2014).

O governo militar incentiva a pesca industrial através de isenção de impostos e outros mecanismos. “O argumento utilizado era a necessidade de produção de proteína animal para a população, [...] além da grandeza dos mares e seu material ‘inesgotável’” (KEFALAS, 2016, p. 42-43). Enquanto isso, entre 1967 e 1977, a pesca artesanal recebe “somente 15% do equivalente aos fundos investidos na indústria pesqueira através de incentivos fiscais” (DIEGUES, 1983, p. 137).

O Estado brasileiro só vai se ocupar com os pescadores artesanais, em 1973, com a criação do Plano de Assistência Técnica à Pesca Artesanal – PESCART. Este é o primeiro plano nacional de extensão pesqueira, cujo objetivo é criar “uma pesca empresarial-capitalista” (DIEGUES *apud* RAMALHO, 1999, p. 29). Ramalho (2014) explica que o programa se centrava na difusão tecnológica, pois a SUDEPE considerava a pesca artesanal como um setor “atrasado”.

Os pacotes tecnológicos e de recorte assistencialista do PESCART visavam “modernizar” a pesca artesanal, denominada de “primitiva e miserável” (CALLOU, 2013). Segundo Fernandes (2015, p. 43) “essa visão negativa e estigmatizada era compartilhada pelos extensionistas, que [...] desconheciam as formas de trabalho, práticas sociais e organização social das comunidades pesqueiras”. O projeto deveria ser levado adiante “apesar da ignorância do pescador e da sua visão fatalista da realidade” (CALLOU *apud* FERNANDES, 2015, p. 43).

Phryston (2014) acredita que o PESCART não obteve êxito por aplicar metodologias da agricultura na pesca. Outros autores defendem que, depois de doze anos, o plano fracassou, pois os pescadores “somente receberam migalhas dos polpidos recursos destinados às empresas, muitas vezes fantasmas” (DIEGUES *apud* RAMALHO, 1999, p. 29).

Ainda em 1973, a organização dos pescadores retorna para a tutela do Ministério da Agricultura, que institui um novo estatuto para as colônias de pescadores. Desse modo, as entidades se mantiveram sob a denominação de sociedade civil, porém, subordinadas ao controle do Estado, das Federações e da Confederação Nacional de Pescadores (CARDOSO s/d). Dois anos mais tarde, reforçando essa submissão “é aprovado o estatuto das Federações, repetindo as disposições que foram uma das causas de muitas arbitrariedades e atritos cometidos contra as colônias” (KEFALAS, 2016, p. 44).

Em 1980, o Estado cria o Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Pesqueiro, que absorve o PESCART. Em 1985, apoiado pelo Conselho Pastoral dos Pescadores forma-se o Movimento Constituinte da Pesca. Articulado especialmente nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, o movimento buscava a autonomia política e sindical do grupo, além da inclusão de suas propostas na nova Constituição. Essa mobilização levou os(as) pescadores(as) a conquistar, no artigo 8º da Constituição (que trata sobre a livre associação profissional ou sindical), sua liberdade organizativa e autônoma, equiparando-o aos sindicatos e às próprias Colônias dos Pescadores (RAMALHO, 1999; FOX, 2010).

Termina, assim, a tutela do Estado sobre as entidades representativas dos pescadores artesanais e sobre o próprio grupo social, ao menos, oficial e institucionalmente. Pouco tempo depois e pela necessidade de articulação e união entre os pescadores de todo o Brasil, a

Constituinte da Pesca se transforma no Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE), em 1988 (POTIGUAR JUNIOR, 2000, 2007; RAMALHO, 1999; FOX, 2010; FOX; CALLOU, 2013).

Com a redemocratização do Brasil e as transformações sociais, a partir dos anos 1990, decorrentes dos processos globalizantes, novos aspectos entram em cena no âmbito da pesca artesanal (FOX, 2010). Em 1989, a SUDEPE é extinta e o IBAMA toma à frente, como órgão de fomento e ordenamento pesqueiro (PHRYSTON, 2014). Enquanto a atuação da SUDEPE se dava no âmbito econômico e social, com o IBAMA, o foco se volta para a conservação ambiental e uso sustentável dos recursos naturais. Tais conceitos eram “novos e estranhos para uma parte significativa dos atores envolvidos nas atividades até então. Essa mudança não aconteceu sem resistências, tanto externas quanto internas” (IBAMA, 2017, s/p)

Dois anos depois, em 1992, o IBAMA se torna braço executor do Ministério do Meio Ambiente (MMA). “Nesse período que perdurou até 1998 a política pesqueira foi conduzida sob um foco preservacionista [...]. Considerava-se toda a pesca depredadora e foram criados diversos instrumentos de gestão pesqueira que buscavam limitar o esforço da pesca” (KEFALAS, 2016, p. 45).

Somente em 1999 é criado o Departamento de Pesca e Aquicultura (DPA), dentro do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), com miras a retomar uma política desenvolvimentista (PHRYSTON, 2014). O órgão fomentou a pesca industrial e a carcinicultura (RAMALHO, 2014; FERNANDES, 2015) e o setor pesqueiro empresarial aquícola obteve “apoio institucional e crédito, através da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e de entidades financeiras como o Banco do Nordeste do Brasil (BNB)” (RAMALHO, 2014; FERNANDES, 2015, p. 38).

Baseado em Azevedo e Pierri (2013), Kefalas (2016, p. 46) resume que, entre 1967 e 1998, a pesca artesanal é praticamente esquecida e as intervenções governamentais são escassas e focadas, majoritariamente, ora no setor pesqueiro industrial ora na conservação e preservação dos recursos pesqueiros. Os pescadores e pescadoras artesanais foram os que mais sentiram esse descaso e o resultado foi “uma condição marginal e desigual no enfrentamento da concorrência pelos peixes e pelos territórios com a pesca industrial e a aquicultura comercial”. Aliado das políticas públicas da SUDEPE, o grupo presenciou:

[...] suas áreas de pesca serem objeto de avanço de frota pesqueira de armadores e empresas acirrando a competição pelo pescado, viram-se subordinados por um mercado que, dominado por atravessadores de pescado, subtrai seus rendimentos e tiveram seus espaços de vida reduzidos pelo avanço da especulação imobiliária pelo

litoral, apenas para citar alguns processos que se exponenciaram ao longo das [...] décadas (CARDOSO, 2001, p. 81).

Apesar da desvantagem social, do descaso governamental e do avanço do capital, a resistência e participação dos(as) pescadores(as) artesanais, do MONAPE e de entidades assessoras, como o CPP, se fortaleceram nas décadas de 1980 e 1990, especialmente no Norte e Nordeste do Brasil. Para esse movimento social, a preservação ambiental era crucial na manutenção e reprodução social das populações pesqueiras. O Ecologismo Social circulava nas suas veias e, nesse período, seus membros lutavam pelo acesso aos recursos naturais de seus territórios, além de valorizar o extrativismo e os sistemas de produção com tecnologias alternativas (DIEGUES, 1995; 2001; FOX, 2010).

Outro ponto nevrálgico do MONAPE, nos anos 1990, era a busca por melhores condições de vida e trabalho para os pescadores, agindo sempre de forma propositiva, investindo em parcerias e cooperação com outros atores sociais. O movimento lutava por uma política pesqueira mais justa, elaborava propostas, críticas e denúncias. A militância do grupo e suas lideranças passa a ser mais seletiva, qualitativa e estratégica (FOX, 2010).

Ao fazer parte de espaços institucionais, dialogar com diversos atores sociais, elaborar propostas, capacitar lideranças, convocar pescadores(as) e suas colônias a construírem projetos para os setores pesqueiro e ambiental, bem como usar estratégias de comunicação para mobilizar, envolver e incentivar seus membros, o MONAPE transitava pelo caminho do desenvolvimento local de comunidades pesqueiras (FOX, 2010; FOX; CALLOU, 2013). Apesar desses avanços, o movimento chega ao final dos anos 1990 enfrentando dificuldades provocadas por uma série de fatores³⁸. “As conquistas obtidas foram pontuais e passaram à margem da reversão do quadro de pobreza e precarização em que os pescadores artesanais se encontravam” (KEFALAS, 2016, p. 45).

Nosso relato histórico e sociopolítico sobre a pesca artesanal no Brasil, no século XX, evidencia que, enquanto país colonizado, o Brasil tem sua história acorrentada a um território dominado. Isso, segundo Silva (2017, p. 125), “faz com que países latino-americanos, suas respectivas sociedades e indivíduos ocupem um lugar inferior na hierarquia capitalista no que se entende por ‘desenvolvimento’ [...] e ao que se refere à tomada de decisões frente a esse sistema mundial”.

Sendo assim, compartilhamos a visão de Martins (2003, p. 9) para quem o chamado progresso econômico “gera um desenvolvimento social muito aquém das suas possibilidades”.

³⁸ Conferir Fox (2010), Fox; Callou (2013).

A exemplo do que acontece no Brasil e na América Latina, essa ideia de desenvolvimento se nega “na perversidade das exclusões sociais que dissemina” (MARTINS, 2003, p. 9), além de integrar o sistema-mundo global e eurocentrado (QUIJANO, 2005; NOBOA, 2005), impondo uma lógica que uniformiza, padroniza ou tenta padronizar as formas de vida “com base em valores pré-determinados, que viabilizam a reprodução capitalista” (SILVA, 2017, p. 123).

Tampouco podemos perder de vista que a raiz colonial também hierarquiza saberes, a partir da classificação racial da população. Então, “quem possui o privilégio social, possui o privilégio epistêmico, uma vez que o modelo valorizado e universal da ciência é branco” (RIBEIRO, 2019, p. 24). Tudo isso confere “ao pensamento moderno ocidental a exclusividade do que seria conhecimento válido, estruturando-o como dominante e assim inviabilizando outras experiências do conhecimento” (RIBEIRO, 2019, p. 24).

Com base na filósofa e antropóloga brasileira Lélia Gonzalez, Ribeiro (2019, p. 26) critica a imposição dessa epistemologia universal que desconsidera o saber de grupos locais. A feminista nos incita a pensarmos e valorizarmos outros saberes, a exemplo do saber das mulheres de terreiro, das lideranças comunitárias, das irmandades negras e, claro, dos pescadores e pescadoras artesanais. Urge, então, pensarmos nos saberes ancestrais desse grupo social e o que leva o Estado e outros grupos de poder a considerá-lo e representá-lo como atrasado, violento, corrupto ou até como uma ameaça ao progresso socioeconômico, à ordem estabelecida, à legalidade.

Com Ribeiro (2019, p. 27), defendemos que é preciso “desestabilizar e transcender a autorização discursiva branca, masculina, cis e heteronormativa”, especificamente, no contexto da pesca artesanal, em geral, e das comunidades pesqueiras, em particular. Nesse modelo-mundo se definem “diferentes papéis e lugares [...] atribuídos ao Brasil e à própria pesca dentro do contexto da divisão internacional do trabalho e de (re)produção do capitalismo” (FERNANDES, 2015, p. 36).

Na matriz colonial, os saberes tradicionais dos(as) pescadores(as) artesanais são excluídos e desvalorizados frente ao modelo hegemônico ocidental que se impôs e para o qual o único caminho é a industrialização da pesca, como forma de conquistar o tão almejado “desenvolvimento”. Mais ainda em países categorizados internacionalmente como “subdesenvolvidos”³⁹. Com base em Fernandes (2015, p. 36) podemos dizer que existe um “nexo entre as políticas para pesca, as políticas de um determinado modelo de desenvolvimento

³⁹ Conferir FERNANDES (2015).

e o lugar que ocupa o Brasil na divisão internacional do trabalho nos diferentes momentos históricos”.

1.5 Pesca artesanal, neoliberalismo e aquicultura no século XXI

A partir da década de 1990, o Estado brasileiro investe no projeto aquícola, que consiste no “cultivo de organismo aquáticos em cativeiro (moluscos, peixes, crustáceos, algas), especialmente a criação de camarão” (RAMALHO, 2015b, p. 522). Essa atividade, voltada para a exportação, tem capacidade de acúmulo e concentração de riquezas, usando “enormes áreas de manguezais para construir grandes fazendas” (FERNANDES, 2015, p. 38), o que traz graves entraves e consequências negativas para a pesca artesanal (AZEVEDO, 2012; FERNANDES, 2015).

A expansão aquícola, denominada de “Revolução Azul”, é fundamentada em uma ideologia neoliberal que articula fortes investimentos privados, financiamentos governamentais, facilidades para liberação de licenciamentos ambientais, alianças com universidades públicas e órgãos de pesquisa, além de mudanças técnico-tecnológicas de produção (RAMALHO, 2015b).

As implicações sociais da aquicultura são diversas, mas especialmente no ressurgimento de “*um elenco de preceitos de classe a fim de justificar sua ampliação territorial e desqualificar as práticas societárias dos(as) pescadores(as) artesanais*” (RAMALHO, 2015b, p. 522, grifo nosso). Tudo orquestrado por arranjos jurídicos, a exemplo do decreto Nº 2.896, em 1998, que permite “o uso de águas públicas da União, para a exploração privada a partir da Aquicultura” (FERNANDES, 2015, p. 45).

No final dos anos 1990, havia uma disputa política por competências entre instituições que apoiavam o desenvolvimento do setor pesqueiro, como o Ministério de Agricultura e o Departamento de Pesca e Aquicultura, e aquelas que defendiam projetos ambientalistas e conservacionistas como o Ministério do Meio Ambiente e o IBAMA. Nesse período, se elaboram planos para regular e ordenar a pesca e os recursos pesqueiros.

Esses marcos tinham um perfil gestor típico da “ideologia neoliberal hegemônica dos últimos trinta anos, a partir da qual o Estado passa a perder sua centralidade, delegando suas funções para entidades gestoras descentralizadas, que melhorariam a eficiência e aperfeiçoariam a competitividade”. (FERNANDES, 2015, p. 47). Em termos internacionais, estavam alinhados com o discurso da Convenção da Diversidade Biológica, a Agenda 21

Global, a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos do Mar, o Código de Conduta para pesca Responsável (AZEVEDO *apud* FERNANDES, 2015, p. 47).

Em suma, a ideologia aquícola possibilitou a expansão do setor, no Brasil, avançando “sobre as seculares áreas de pesca artesanal, expulsando seus trabalhadores. Tal ideologia se tornou capaz de referendar processos de acumulação primitiva e a necessária luta de classes que o empresariado desfechou para consolidar-se” (RAMALHO, 2015b, p. 523). Para se ter uma ideia do seu avanço, apoiado pelo Estado brasileiro, em 1997, a carcinicultura ocupava 3.458 hectares. Em 2010, essa área era de 18.500 hectares. Quanto à produção de camarão, que, em 1997, era de 3.600 toneladas, em 2010, totalizava 80 mil (RAMALHO, 2015b).

É nesse cenário de disputa de interesses neoliberais que nasce, em 2003, a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP/PR), fruto da promessa de campanha do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva (IBAMA, 2017). O recém-formado órgão herda as atribuições que, até então, estavam no MAPA (IBAMA, 2017), centraliza as políticas de fomento ao setor, compartilha com o IBAMA a regulamentação da pesca, além de colocar “a aquicultura como sujeito protagonista” (FERNANDES, 2015, p. 38).

Fora assessorar o Presidente da República na elaboração de diretrizes no âmbito pesqueiro, a SEAP/PR fica a cargo da organização do Registro Geral da Pesca – RGP, de medidas de fomento, ordenamento da aquicultura, concessão de autorizações, licenças e permissões, e autorização de arrendamento de embarcações estrangeiras (FERNANDES, 2015). Em relação à disputa de poder que vinha acontecendo, a SEAP consegue tomar para si a maior parte das competências e atribuições, mas o ordenamento pesqueiro fica dividido entre a instituição e o MMA/IBAMA (AZEVEDO, 2012; FERNANDES, 2015).

Ainda em 2003, são criados dois espaços de interlocução com a sociedade civil. Um é o Conselho Nacional da Pesca e Aquicultura (CONAPE), órgão colegiado de caráter consultivo “composto de forma paritária entre Governo e Sociedade Civil ligada aos setores da pesca, com 52 membros”, cuja finalidade é propor a formulação de políticas públicas para o setor (BRASIL, 2011, p. 16). O segundo são as Conferências Nacionais e Estaduais, organizadas a cada dois anos pelo CONAPE, para identificar as demandas dos atores sociais do setor pesqueiro e para constituir políticas públicas (KEFALAS, 2016; FERNANDES, 2015). Azevedo e Pierre (2013) sintetizam a política pesqueira brasileira, antes do governo Lula, em três momentos com diferentes perfis de atuação:

[...] o primeiro período, entre 1964 e 1989, esteve caracterizado por um desenvolvimentismo modernizante e ambientalmente irresponsável. No segundo período, entre 1989 e 1998, o governo reage ao anterior e define uma política

fundamentalmente conservacionista. E o terceiro período, entre 1998 e 2003, esteve caracterizado por uma disputa institucional onde a tentativa de retomar o desenvolvimento setorial resultou travada pelas disposições ambientais (AZEVEDO; PIERRE, 2013, p. 1).

Entre 2003 e 2009, o CONAPE organiza três conferências nacionais: uma em 2003, a segunda em 2006 e a terceira em 2009. Estas sempre são precedidas de conferências estaduais nas quais se escolhem os delegados que participam do encontro nacional, dentre eles, representantes do governo, acadêmicos e membros de diferentes setores pesqueiros (FERNANDES, 2015). Embora concebidas como espaços de diálogo e construção participativa de políticas públicas, os(as) pescadores(as) artesanais identificam nelas decisões focadas nos interesses da pesca industrial e da aquicultura, que não representam suas necessidades (FERNANDES, 2015, p. 48; AZEVEDO, 2012).

No discurso, o governo federal alega incluir o setor artesanal na tomada de decisões, mas, na prática, as conferências mostram fragilidades e limitações, sendo inclusive usadas com fins eleitorais ou para legitimar políticas contrárias aos interesses do grupo social (AZEVEDO; PIERRI *apud* FERNANDES, 2015). Fernandes (2015) explica que mascaradas de um discurso de reconhecimento e valorização dos(as) pescadores(as), as ações da SEAP colocam o grupo, mais uma vez, numa posição de subordinação na medida em que:

[...] longe de superar o dogma do desenvolvimento mantido no período Sudepe ou o ambientalismo conservador do período IBAMA, mantém aspectos negativos de ambas as propostas (em todo caso dando um maior peso ao desenvolvimentismo frente ao ambientalismo conservador). O projeto político da SEAP – PR aparece mascarado com uma retórica sobre o reconhecimento dos pescadores e pescadoras artesanais e sua inclusão na participação democrática. Na prática, *este projeto continua mantendo a pesca artesanal subordinada aos interesses de setores empresariais, a SEAP reproduz a lógica de acumulação capitalista propondo como solução aos problemas da pesca artesanal a sua reconversão a aquicultores familiares modernos* (FERNANDES, 2015, p. 50-51, grifo nosso).

Como Ramalho (2015b, p. 524) comenta, a ideologia aquícola se provou flexível e dialoga com “as diversas feições que o processo capitalista de produção assumiu no mundo contemporâneo, pois, mais do que filha do neoliberalismo, é, antes de tudo, filha dos marcos do próprio capitalismo e de suas conformações históricas de acumulação”. Apesar da crise neoliberal, no início do século XXI, a aquicultura se reinventa, tornando-se ainda “mais plural no Brasil da era *neodesenvolvimentista* do governo Lula, como ficou evidente [...] com o lançamento do plano Mais Pesca e Aquicultura⁴⁰” (RAMALHO, 2016b, p. 524).

⁴⁰ O Plano Mais Pesca e Aquicultura estimulou as vendas externas e a “ampliação do consumo nacional de pescados, por meio da crescente participação de produtos da aquicultura” (RAMALHO, 2015b, p. 524).

Concomitantemente, o Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE) passava por profundas transformações internas e, externamente, não conseguia mais enfrentar o poder do Estado, culminando na sua ruptura, em 2009. As atividades de luta e resistência que o movimento vinha travando ao longo de 19 anos, dão lugar à desconfiança e à falta de identidade das bases e de entidades parceiras em relação às principais lideranças do movimento, algumas delas divididas entre o movimento e seus próprios interesses (FOX, 2010; FOX; CALLOU, 2013; KEFALAS, 2016). O MONAPE enfrenta um desmantelamento, pois, não se sentindo mais representados, os(as) pescadores(as) artesanais se rearticulam em torno da I Conferência Nacional da Pesca Artesanal (FOX, 2010).

Ainda em 2009, já no segundo mandato Lula, a SEAP se transforma em Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), dispondo de mais orçamento para executar suas políticas neoliberais (PHRYSTON, 2014), a exemplo da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca (PNDSAP) que consolida o projeto aquícola. A principal mudança, na ocasião, é a criação de um modelo de “gestão compartilhada”, proposto na 3ª Conferência de Pesca e Aquicultura, em que o MPA e o MMA passam a editar e publicar normas de ordenamento pesqueiro (FERNANDES, 2015; IBAMA, 2017). Sobre esse modelo Fernandes (2015) comenta que incorpora um discurso proveniente de entidades internacionais, como a FAO, especialmente na gestão das pescarias e na ideia de gestão compartilhada dos recursos, apostando na aquicultura em tanques-rede. Para o pesquisador, o Sistema de Gestão Compartilhada:

[...] incorpora toda a retórica sobre cogestão e a participação social para o desenvolvimento sustentável incorporada pelo MPA desde a lei da pesca que reflete por um lado o discurso sobre desenvolvimento sustentável. E por outro o discurso sobre a democratização política das pescarias a partir do sistema de gestão compartilhada. *Isto supõe a nível ideológico a utilização de termos como cidadania, cogestão, participação etc. que são utilizados no âmbito acadêmico e nos movimentos sociais para legitimar [...] as ações verticais de ordenamento e controle que realiza o MPA.* Paradoxalmente, na prática, o desenvolvimento dito sustentável é mais do que questionável, já que *o MPA mantém como principal objetivo o aumento da produção, a partir de um modelo de produção aquícola em grande escala* (FERNANDES, 2015, p. 54-55, grifos nossos).

Essas contradições entre discurso e prática do Governo Lula levam a associações, colônias, sindicatos, federações e diversos movimentos sociais de pescadores e pescadoras artesanais a se reorganizar em torno da I Conferência Nacional da Pesca Artesanal. Em setembro de 2009, cerca de mil pescadores(as) artesanais de todo o país acampam no estacionamento do estádio Mané Garrincha, em frente ao Centro de Convenções Ulysses Guimarães, onde paralelamente acontecia a 3ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca do

MPA (SIQUEIRA, 2009; CONFERÊNCIA NACIONAL DOS PESCADORES BLOGSPOT, 2009).

O encontro sinaliza o desapontamento do grupo com os rumos da pesca no Brasil e reivindica um modelo de desenvolvimento e políticas públicas condizentes com as necessidades do setor artesanal (FOX, 2010; SIQUEIRA, 2009). A conferência é também uma reação à PNDSAP. Segundo Fernandes (2015, p. 4), além de revogar a Lei nº 7.679 de 1988 e o dispositivo do Decreto de Lei nº 221 de 1967, a nova política determina os marcos para o “ordenamento, a regulação e controle da pesca no Brasil, através de um arranjo institucional que permite estabelecer processos de exercício de poder e, portanto, relações de dominação [...] em favor de umas classes sociais sobre outras”.

O que nos chama a atenção, nessa situação sociopolítica, é a constatação de que disfarçado de um discurso sobre participação e desenvolvimento sustentável, o Governo Lula, eleito com o amplo apoio das camadas populares e culturas tradicionais brasileiras, dentre elas os pescadores artesanais, povos indígenas, quilombolas e agricultores familiares, dá continuidade ao projeto aquícola, que, como Fernandes (2015, p. 109) explica era “até então causante de desastres ambientais e sociais” e seguia um rumo “para atingir um lugar competitivo no mercado internacional de pescados”. O governo petista não só dá sequência a práticas verticais, como passa a “doutrinar os pescadores nas novas tendências produtivas que imprime a época de acumulação flexível capitalista” (FERNANDES, 2015, p. 109). A esse respeito, Azevedo e Pierre (2013) comentam:

Com a eleição do Presidente Luís Inácio Lula da Silva [...] criou-se expectativas de desenvolvimento de políticas que favorecessem substancialmente às classes populares, o que, no âmbito do setor pesqueiro, representaria o favorecimento à pesca artesanal. Nos oito anos posteriores, incluindo o segundo mandato do Presidente Lula, muitos programas e ações foram concebidos e instrumentados pelo governo, mas uma análise rigorosa dos mesmos permite afirmar que a pesca artesanal, ainda que tenha sido atendida como nunca antes, não foi o subsetor pesqueiro mais beneficiado, e que ações dirigidas aos outros subsetores, somadas a certas omissões, têm prejudicado aos pescadores artesanais (AZEVEDO; PIERRE, 2013, p. 1).

1.5.1 Situação sociopolítica entre 2009 e 2018: Governo Dilma, Golpe e Temer

Dando continuidade aos principais eventos sociopolíticos, no âmbito pesqueiro, em 2009, com a elaboração dos “Territórios de Pesca e Aquicultura”, como parte do programa “Territórios da Cidadania”, se concretizou a política territorial proposta pelo recém-criado Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA). O objetivo era dar sequência ao ordenamento

aquícola, privilegiando esse modo de produção, que priorizava “a produção em grande escala, as exportações e a competitividade a nível internacional” (FERNANDES, 2015, p. 55)

A política dava continuidade à velha lógica do desenvolvimento capitalista ligada “aos avanços tecnológicos, à modernização do setor e à inserção dos pescadores artesanais nos modos de produção industriais” (FERNANDES, 2015, p. 55). Em última instância, buscava converter “os territórios onde os pescadores e pescadoras artesanais reproduzem sua vida, em territórios para o capital” (FERNANDES, 2015, p. 56). Em Pernambuco, foram demarcados três territórios de pesca: Mata Norte, Região Metropolitana e Mata Sul, os quais nunca saíram do papel (FERNANDES, 2015).

Ainda em 2009 é implementado o Conselho de Aquicultura e Pesca do Estado de Pernambuco, dentro da Secretaria de Desenvolvimento Econômico pelo Decreto nº 32.996 de 29 de janeiro de 2009. Este é composto por nove instituições do governo estadual, uma federal, uma instituição de pesquisa e sete associações de classe. Segundo a Fundação Joaquim Nabuco (*apud* FERNANDES, 2015), o conselho surgiu da demanda de aquicultores da região do São Francisco, portanto, era completamente voltado para esse segmento pesqueiro.

Os incentivos governamentais à expansão aquícola levam os pescadores(as) artesanais a uma rejeição aberta a esse modelo. A resistência do grupo se manifesta na reconfiguração de seus movimentos sociais que, frente ao avanço da privatização das águas, incorpora nas suas pautas a “defesa do território pesqueiro”. É nesse contexto sociopolítico que, em abril de 2010, pescadores(as) de onze estados brasileiros oficializam o Movimento Nacional de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), em Santo Amaro da Purificação, no Recôncavo Baiano. Além de lançar o nome oficial do movimento, o grupo redefine os princípios, objetivos e as estratégias para o seu fortalecimento (MPP, 2010).

Ao assumir uma nova denominação, o MPP se desvincula do perfil institucional da Associação do Movimento Nacional dos Pescadores (AMONAPE), que tinha representado politicamente o grupo durante quase de duas décadas. Sua origem e organização remonta à I Conferência Nacional da Pesca Artesanal, sobre a qual comentamos na seção anterior, sendo suas principais demandas: i) a defesa do território pesqueiro e do meio ambiente; ii) o respeito aos direitos e igualdade das mulheres pescadoras; iii) a garantia de direitos sociais do grupo; iv) as condições adequadas para produzir e viver com dignidade (MPP, 2010).

Em Pernambuco, o MPP-PE avança nessas pautas, denunciando a ausência de políticas públicas para a pesca artesanal. A falta de ações coordenadas para o setor mantém os pescadores e pescadoras artesanais afastados das esferas governamentais, favorecendo um ambiente de tensão, principalmente diante da expansão do Porto de Suape (CASTRO *et al.*, 2015).

Com base em Fernandes (2015) e no CPP-NE (2017d), concordamos apenas em parte com esse relato do governo de Pernambuco. Embora o estrago feito pelo Porto de Suape seja grande, especialmente junto às comunidades pesqueiras no Cabo de Santo Agostinho e seu entorno, o descontentamento do grupo também se deve ao projeto de desenvolvimento socioeconômico promovido pelo Estado brasileiro, ao longo de décadas, e que se perpetuou nos governos Lula e Dilma, visando a capitalização do setor pesqueiro.

Exemplo disso são as políticas de crédito que, em 2010, favoreciam grandes empreendimentos agroindustriais, em Pernambuco, envolvendo quantias entre 130 mil a 30 milhões de reais. A desvantagem do setor artesanal era gritante, pois o crédito destinado aos pequenos produtores não superava os 2.500 reais. Ou seja, os empréstimos eram focados em iniciativas de grande porte aquícolas e de pesca empresarial (FERNANDES, 2015).

Nessa conjuntura sociopolítica e com uma série de demandas, dentre elas, a falta de emissão do Registro Geral da Pesca (RGP), o MPP-PE decide comemorar o “Dia do Grito da Pesca Artesanal”, em 22 novembro de 2010, caminhando pelas ruas do Recife pela defesa dos seus direitos. O ato público e democrático objetivava uma audiência com o então governador do Estado, Eduardo Campos, o que não se concretizou. Somente um ano depois, em 2011, 500 membros do movimento marcham até a Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária de Pernambuco para entregar a pauta de suas demandas e só saem quando conseguem agendar um encontro com o referido governador. Seis dias depois, são recebidos por ele e apresentam suas reivindicações (CASTRO *et al.*, 2015).

Desde então, segundo o relatório governamental, o governo estadual reestabelece o diálogo com o segmento pesqueiro artesanal para atender a demanda de uma política sustentável para o setor. Para tanto, concebe uma gestão de ações coordenadas, envolvendo “as principais secretarias com atuação na pesca, bem como o Complexo Portuário de Suape e a Agência de Meio Ambiente - CPRH para integrar esforços e atuar de maneira coordenada na concepção de uma governança para a pesca que garanta uma gestão com a participação de diferentes atores sociais” (CASTRO *et al.*, 2015, p. 9)

Coincidência ou não, a concessão da audiência estadual e a retomada do diálogo parecem cumprir os dispositivos constitucionais relativos à gestão ambiental, regulamentados pela Lei Complementar N^o 140/2011, que dispõe sobre as competências entre a União, estados e municípios. Segundo o Ibama (2017, s/d, s/p), no que se refere à gestão pesqueira, a principal mudança se dá na “competência dos estados para o controle da pesca nos limites de suas jurisdições”. O governo estadual desenvolve, então, algumas ações. Uma delas é o lançamento do Programa Chapéu de Palha da Pesca Artesanal, promulgado como Lei Estadual No 14.492,

em 29 de novembro de 2011. Essa lei dispõe que durante quatro meses do ano, na época do seguro-defeso⁴¹, as famílias de pescadores artesanais recebam até 242 reais (DIÁRIO OFICIAL, 2011; LIMA; CALLOU, 2015).

Além disso, como parte das ações do referido programa, o grupo é capacitado em cursos de alfabetização, saúde preventiva, reparo e confecção de rede de emalhar, conservação e beneficiamento de pescado, cultivo de juvenis de peixes para repovoamento de rios e açudes, navegação náutica, reparo de avarias de embarcações de fibra de vidro, uso de pescado para o artesanato, mecânica de motores diesel marinhos e acesso ao mercado de pescado (BLOG TULLYO CAVALCANTI, 2013, s/p).

O Programa Chapéu de Palha da Pesca Artesanal envolve diversas secretarias em Pernambuco: Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade; Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária; Secretaria de Planejamento e Gestão; Secretaria da Mulher; Secretaria de Educação; Secretaria do Trabalho, Qualificação e Empreendedorismo (LIMA; CALLOU, 2015; CAVALCANTI, 2013; CASTRO *et al.*, 2015). Lima e Callou (2015, p. 109) não são específicos em relação ao período, mas atestam que o programa capacita “1.080 pescadores e pescadoras e 50 municípios pernambucanos do litoral e de águas de interiores”. Outras fontes dão conta de mais de 1.300 participantes nos cursos ofertados na segunda edição do programa, entre 2012 e 2013 (CAVALCANTI, 2013).

No âmbito nacional, Dilma Rousseff assume a presidência do Brasil, no início de 2011. Dentre as primeiras medidas, o governo implementa novas regras de organização do sistema de licenças para embarcações. Assinada pelos ministérios do Meio Ambiente e da Pesca e Aquicultura, a Instrução Normativa Interministerial (INI) muda a forma de permissão. Com a justificativa de “conciliar os interesses ambiental, social e econômicos” para o “acesso sustentável dos recursos pesqueiros”, a INI declara que o objetivo mais uma vez é “mudar o patamar dos recursos pesqueiros e modernizar a pesca brasileira” (MMA, 2011, s/p).

Um ano depois, em 2012, a presidenta Dilma lança o Plano Safra de Pesca e Aquicultura que visa tornar o Brasil um dos maiores produtores de pescado. A meta é “implantar novos parque aquícolas em lagos e represas de várias regiões do Brasil” (MPA *apud* RAMALHO, 2015b, p. 524), além de ampliar a produção nacional para 2 milhões de toneladas de pescado até 2014. A ideia é fazer da pesca e aquicultura atividades centrais e tornar o Brasil, até 2020,

⁴¹ Estabelecido pela Lei n. 8.287, de 1991, o Seguro-Defeso é destinado aos pescadores que ficam impedidos de trabalhar no período de defeso: meses em que a pesca para fins comerciais é proibida devido à reprodução dos peixes (BRASIL, 2018). O direito é gerenciado pelo Ministério do Trabalho e Emprego e o número de pescadores beneficiados em 2011 foi de 587.235, que receberam R\$ 1.241.905.164,00 (BRASIL, 2011).

nas palavras da então presidenta: “um exportador do tamanho do seu potencial, ampliando a renda e o trabalho de milhões de brasileiros” (MPA, 2012).

O discurso governamental é alimentado e reforçado por defensores dos “fazendeiros das águas” e inimigos da pesca extrativista, à qual acusam de esgotar os estoques de pescados. Para exemplificar, Ramalho (2015b) menciona o artigo científico *Rebuilding Global Fisheries*, produzido por cientistas de entidades norte-americanas, que condenam a pesca artesanal à extinção. Sobre esses discursos, Ramalho (2015b) comenta que:

Argumentos assim reforçam a expansão do capitalismo aquícola, que se apropria dessas teses e as usa para apresentar a aquicultura como a alternativa mais viável e racional de enfrentamento dos impactos ambientais negativos oriundos do extrativismo pesqueiro (artesanal ou industrial), com a qualidade de geração de alimentos, emprego e renda [...] É o caso dos criadores de beijupirá e camarão no litoral brasileiro, e da produção de tilápia realizada pela empresa Netuno no sertão nordestino, uma das controladoras do mercado de pescados no país. No Chile ocorre o mesmo com o cultivo de salmão. Independentemente da região ou tipo de criatório, no lugar em que chegou com características mais capitalistas a ideologia aquícola repetiu suas ideias e teses centrais (RAMALHO, 2015b, p. 526).

Além de dar continuidade e aprofundar a política praticada por Lula, no setor pesqueiro, o governo Dilma contribui ainda mais para a fragilidade da pesca artesanal (AZEVEDO; PIERRI, 2013). As pesquisadoras coincidem com Ramalho (2015b) que a política *neodesenvolvimentista* dos governos PT aumentaram a vulnerabilidade das comunidades tradicionais pesqueiras, por ser um modelo que combina:

[...] uma forte atuação governamental para impulsionar o crescimento econômico, principalmente através de grandes obras públicas de infraestrutura e de crédito público outorgado aos agentes econômicos considerados capazes de protagonizá-lo, somada a uma política de distribuição de renda, em grande parte viabilizada mediante benefícios sociais não universais nem permanentes, mais que, no imediato, estimulam o consumo, fortalecem o mercado interno, e criam conformismo nos setores populares. No caso do setor pesqueiro, esse modelo se expressa na prioridade dada à pesca industrial e, crescentemente, à aquicultura, e no caráter predominantemente social e distributivo da política voltada à pesca artesanal (AZEVEDO; PIERRE, 2013, p. 10).

Frente a essas políticas públicas, em junho de 2012, o Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil lança a *Campanha pela Regularização do Território Pesqueiro*, em Brasília. A ação busca a assinatura de 1% do eleitorado brasileiro (em torno de 1,5 milhão de assinaturas), para uma lei de iniciativa popular que propõe a regularização do território das comunidades tradicionais pesqueiras (MPP, 2013b; AVAZZ, 2019).

Além de buscar a garantia do seu território, a campanha reforça da identidade do grupo social, dá visibilidade aos seus problemas e às potencialidades da pesca artesanal (QUEIROZ, 2015). Com o apoio do CPP, do CNBB, organizações populares e não governamentais, além de universidades e igrejas, o movimento difunde, por meio de suas mídias sociais, “informações dentro e fora do Brasil, coletando assinaturas em romarias, festas populares, mutirões, oficinas, seminários” (QUEIROZ, 2015, p. 248).

Em Pernambuco, entre dezembro de 2013 e novembro de 2014, o governo estadual reúne, por meio da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade com apoio do Complexo Industrial Portuário de Suape, oito representações governamentais que, segundo as suas próprias palavras, iniciam “um processo que ampliaria a compreensão do contexto da pesca no estado, compartilharia o conhecimento das ações internas realizadas por cada secretaria e órgão articulado, tornando o conjunto do governo mais apropriado e com qualidades internas de gestão corresponsabilizada e de apoio mútuo” (CASTRO *et al.*, 2015, p. 9). Elaboradas por esse grupo de trabalho, as políticas são publicadas no relatório “A Pesca Artesanal em Pernambuco” (CASTRO *et al.*, 2015), cujos programas, executores, objetivos, investimentos, período e público sistematizamos no quadro a seguir:

Quadro 3 – Políticas públicas na pesca em Pernambuco (2012 – 2018)

| POLÍTICAS PÚBLICAS NA PESCA EM PERNAMBUCO | | | | |
|--------------------------------------------------|-------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------|
| Programa | Órgão executor | Objetivo | Investimento R\$ (período) | Público-alvo |
| Chapéu de Palha da Pesca Artesanal | Secretaria da Mulher | Apoiar a superação de desigualdades de gênero, gerando oportunidades de participação | 7'285.104,00 (2012 a 2014) | Pescadoras artesanais do litoral e do interior do Estado e filhos de até 07 anos |
| Projeto Orla | Secretaria do Meio Ambiente e Sustentabilidade | Elaborar o Plano de Gestão Integrada da Orla Marítima e instituir o Comitê Gestor do Projeto Orla | 200.000,00 (2004 a 2014) | Prefeitura e demais atores institucionais socioeconômicos da orla |
| Chapéu de Palha da Pesca Artesanal | Secretaria do Meio Ambiente e Sustentabilidade | Capacitar pescadores para reversão do quadro de degradação socioambiental | 136.143,40 (2014) | Pescadores cadastrados na Secretaria de Planejamento e Gestão |
| Chapéu de Palha da Pesca Artesanal | Agência Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos | Emissão de licenças ambientais e fiscalização do | Custos correntes da atribuição da autarquia | Aquicultores de PE |

| | | | | |
|-----------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------|
| | | cumprimento da legislação | | |
| Pescado para todos Peixamento | Secretaria Executiva de Agricultura Familiar | Garantir sustentabilidade hídrica e pesqueira em PE | 1'030.000 (2011 – 2014) | Pescadores artesanais e aquicultores familiares |
| Pescado para todos Peixamento | Instituto de Pesquisa Agrária | Melhorar as condições do processo de pesca e da conservação dos recursos hídricos | Custos correntes da atribuição da autarquia (processo contínuo) | Pescadores artesanais e aquicultores familiares |
| Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural | Instituto de Pesquisa Agrária | Fornecer condições de produção e comercialização da pesca com melhoria do produto | R\$ 3.209.000,00 (2009 a 2014) | Colônias e Associações de pescadores artesanais e aquicultores familiares |
| Chapéu de Palha - Pesca Artesanal, de Subsistência e pescadoras | Secretaria de Planejamento e Gestão | Combater os efeitos decorrentes das condições adversas para a pesca artesanal durante o período de inverno | 11'800.000,00 (2012 a 2014) | Pescadores artesanais de 54 municípios |
| Plano de Ação Integrada de Investimentos para a ZEIS | Secretaria de Planejamento e Gestão | Agregar valor à cadeia produtiva da pesca e aquicultura do território | 28'600.000,00 (2014 a 2018) | 350 pescadores da Ilha de Deus e comunidades do entorno. |
| Chapéu de Palha da Pesca Artesanal | Secretaria de Trabalho Qualificação e Emprego | Combate aos efeitos do período do defeso da pesca artesanal | 613.790,00 (2014) | Pescadoras artesanais do litoral e do interior de PE |
| Linha contínua de microcrédito | Agência de Fomento do Estado de PE | Crédito para matéria prima e equipamentos. Minimizar impactos decorrentes do Porto de Suape | 36.000,00 (linha contínua) | Pescadores da colônia de pesca Z-8 |
| Plano executivo de implementação | Suape/ Secretaria de Desen. Econômico | Mitigar os impactos da atividade portuária | Investimentos custos correntes do CIP/SUAPE (2012 – 2014) | Pescadores da Colônia Z-8 Cabo de Santo Agostinho |
| Auxílio financeiro e cestas básicas | Suape/ Secretaria de Desen. Econômico | Minimizar os impactos na atividade pesqueira no período de dragagem do Porto de Suape; Compensação financeira no valor de R\$ 400,00 | 50.400,00/ mês (auxílio financeiro) 10.080,00/ mês (cestas básicas) Período de dragagem | 126 pescadores associados à Colônia de Pescadores Z-8 |
| | Suape/ | Apoio financeiro na execução do | 703.122,00 (2013 a 2014) | Secretarias estaduais e |

| | | | | |
|--|-----------------------------------|-------------------------------------------------|--|---------------------------------|
| | Secretaria de Desen. Econômico | processo de desenvolvimento da estratégia | | pescadores artesaniais de PE |
|--|-----------------------------------|-------------------------------------------------|--|---------------------------------|

Fonte: Elaboração própria com base em CASTRO *et al.* (2015).

Ainda em 2013, as dificuldades para emitir e renovar o Registro Geral da Pesca (RGP), também denominado de “carteira de pescador”, que vinham se alastrando desde 2010, se agravam nacionalmente⁴². Em Pernambuco, os(as) pescadores(as) artesanais também enfrentam esse problema, que se prolonga nos próximos cinco anos. Além de não emitir novas carteiras ou renovar as antigas, os governos nacional e estadual cancelam inúmeros registros, prejudicando o grupo, que só tem acesso aos seus direitos, como o seguro-defeso, por exemplo, um ano após receber o documento (CPP-NE, 2017b).

Lideranças do MPP e representantes de entidades apoiadoras do movimento, como o CPP-NE⁴³, consideram que os problemas em relação ao RGP surgiram, em consequência, do uso político indevido de órgãos como a SEAP e o MPA, como espaços “de promoção política de alguns deputados, tanto que se criou um esquema de corrupção [...], no que diz respeito à documentação de pescadores” (INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS, 2013, s/p).

No âmbito nacional, a denúncia é realizada pelo Conselho Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), como resultado de uma auditoria iniciada em 2013, referente a pagamentos do seguro-defeso, entre janeiro de 2012 e junho de 2013. O TCU constata que, em um ano e meio, o governo federal tinha realizado pagamentos irregulares de mais de 19 milhões de reais. Além disso, apura a existência de 46.800 RGP com CPF irregular. A notícia ganha destaque na imprensa nacional⁴⁴ e em Pernambuco.

Para se ter uma ideia dessa situação, em dez anos, entre 2003 e 2013, o número oficial de pescadores artesanais tinha passado de 360 mil para mais de 1 milhão e a produção pesqueira permanecia a mesma. Estados como Maranhão, Pará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas são apontados como os principais responsáveis pelas “carteiras espelhadas” e onde o seguro-defeso tinha sido utilizado como cabo eleitoral, beneficiando alguns vereadores e deputados⁴⁵. Na época, o MPP denuncia que o Ministério da Pesca e Aquicultura:

Não é capaz, sequer, de emitir as carteiras dos pescadores e pescadoras artesanais, o RGP, documento necessário para desenvolver a atividade e para ter acesso a políticas sociais. Esse processo piorou bastante em relação à época em que era assumido pela SUDEPE ou pelo IBAMA. *Nos últimos 10 anos, várias vezes foram suspensas a emissão do primeiro registro trazendo danos aos direitos fundamentais dos*

⁴² Conversa informal com agente social do CPP-NE, em 06 de agosto de 2019.

⁴³ *Idem.*

⁴⁴ O Globo Brasil (2015); Estadão Conteúdo (2014); Revista Veja (2014).

⁴⁵ Conversa informal com agente do CPP-NE, em 06 de agosto, 2019. Carteiras espelhadas são carteiras falsas.

trabalhadores. Foi ignorado a proposta do Movimento para a regionalização dos escritórios do Ministério da Pesca. Estados como o Pará possuem apenas um escritório e o acesso a este direito fundamental passa a ser instrumento de exploração e extorsão dos pescadores e das pescadoras (FORUM JUSTIÇA, 2014, s/p, grifos nossos).

Sobre essas denúncias, o MPA declara que, entre fevereiro de 2013 e novembro de 2014, tinha cancelado ou suspenso 330 mil carteiras de pescadores, inviabilizando, dessa forma, o pagamento do seguro- defeso, no valor de aproximadamente 1 bilhão de reais. O ministério se disponibiliza a “colaborar com as investigações” e diz ter aberto sindicância “para apurar as supostas irregularidades”, se comprometendo a responsabilizar os envolvidos, “se confirmada a fraude” (LEGADO BRASIL, 2014, s/p). Da sua parte, o MPP, as colônias e associações de pescadores, além de entidades parceiras do movimento repudiam o episódio da seguinte forma: “Desrespeito e pesadelo para pesca artesanal viram moeda de troca nas campanhas eleitorais” (FORUM JUSTIÇA, 2014, s/p). Em carta pública o MPP e seus parceiros denunciam:

Quiséramos nós, pescadores e pescadoras artesanais do Brasil, que o ministério da Pesca fosse uma resposta à uma antiga demanda e desejo de que a pesca tivesse um tratamento justo e a atenção devida do Estado Brasileiro, dada a sua importância no país [...] Durante o governo da presidenta Dilma, esse é o único ministério que teve, nos quatro anos de gestão, a troca de cinco ministros, nenhum escolhido a partir dos critérios de relação com o setor ou conhecimento sobre a pesca, especialmente a artesanal. Virou moeda de troca eleitoral para atender aos partidos de menor importância na dança das cadeiras e chantagens da base aliada. Assistimos, por vezes, a tomada de responsabilidade pelo ministério significar castigo para quem teve má atuação nas relações institucionais e a saída dele como promoção política. O MPA [...] diferente do desejo dos mais de 1,5 milhões de trabalhadores da pesca artesanal, atividade essa responsável por gerar trabalho para mais de 3,5 milhões pessoas, segundo dados do próprio governo, virou um pesadelo na vida dos pescadores e pescadoras, dos cientistas e entidades envolvidas no setor (MPP, 2014, s/p, grifos nossos).

Na mesma época, o Governo de Pernambuco instituiu oficialmente o Grupo de Trabalho da Pesca, intragoverno, por meio da Portaria Conjunta SEMAS/SARA Nº 02 de 2014. A equipe, cujas atividades tinham começado em 2013, como relatamos anteriormente, elabora uma minuta do Projeto de Lei 15.590 para a Pesca Artesanal, concebida com contribuição e apoio do MPP-PE e da Federação Estadual dos Pescadores (CASTRO *et al.*, 2015, p. 9).

Em 2015, em meio às denúncias de corrupção, o Governo Dilma sanciona medida provisória 696 que extingue o MPA, justificando a ação como parte da reforma ministerial e do ajuste fiscal no país. As competências do órgão extinto são transferidas para o MAPA, mantendo o arranjo conjunto da gestão pesqueira com o MMA, que tem no Ibama e no

ICMBio⁴⁶ seus braços executores (IBAMA, 2017). O número de funcionários do MPA cai de 900 para 45, em Brasília e nos 54 Estados, considerado “insuficiente para atender as demandas do setor pesqueiro (1,5 milhão de registros de embarcações, pescadores, armadores, aquicultores e indústrias pequenas”. (MAPA, 2016b, s/p).

Nesse mesmo ano, o MAPA suspende mais uma vez o pagamento do seguro-defeso por 120 dias, justificando a medida com a necessidade do recadastramento dos pescadores artesanais, além de revisão dos períodos de defeso por meio dos Comitês Permanentes de Gestão e Uso Sustentável de Recursos Pesqueiros. Segundo o MPP, com o fim do MPA, as políticas para o setor são drasticamente cortadas ou paralisadas. Isso gera um impacto na economia local (COMBATE AO RACISMO AMBIENTAL, 2017). Para o movimento:

Durante quase um ano, a pesca no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento MAPA ficou inerte, sem recursos, sem pessoal, sem rumo. No final de 2015 e em 2016, começaram a ser encaminhadas algumas poucas propostas e ações. Mas destas, a maioria em prejuízo dos pescadores artesanais, como a suspensão dos defesos. Tendo como base o pretexto de diminuir a fraude, mas com o real objetivo de realizar ajuste fiscal para diminuir o gasto público com fins sociais, os pescadores e pescadoras artesanais, trabalhadores esforçados que não têm nenhum tipo de privilégio, foram drasticamente penalizados. Os Comitês Permanentes de Gestão da Pesca (CPG's), que ajudariam a conduzir a pesca a níveis sustentáveis com melhor desenvolvimento, foram retomados muito lentamente, sendo que apenas no segundo semestre de 2016 tiveram os primeiros encaminhamentos (COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 2017, s/p, grifos nossos).

O MPA finaliza sua história com um escândalo de corrupção, que tem como desfecho a prisão de secretários e diretores. As irregularidades nos cadastros e licenças são investigadas pela Polícia Federal (PF), que constata o envolvimento de políticos do PRB, atual Republicanos 10, muitos deles presos ou foragidos. Dentre eles, o ex-presidente da Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores (CNPA), o ex-presidente do Sindicato da Indústria e Pesca (SINDIPI), o superintendente do IBAMA em Santa Catarina, um vereador do PRB em Belém do Pará e o presidente da Federação dos Pescadores e Aquicultores do Pará (FEPEPA) (COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 2017, s/p).

Em julho de 2016, o MAPA declara o cancelamento de 111 RGP e licenças de pescadores. Justificando a medida como parte da “reforma administrativa”, o Governo Dilma também corta 200 cargos, quatro secretarias e reduz 52% dos contratos e convênios. O

⁴⁶ O ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade é uma autarquia criada em agosto de 2007, pela Lei 11.516, vinculada ao MMA, integrando o Sisnama. Cabe ao Instituto executar as ações do SNUC, podendo propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as UCs. Cabe ainda fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das UCs (ICMBio, 2019).

ministério adota novos procedimentos para a concessão do seguro-defeso, com regras que acabam suspendendo, ao todo, 186.106 registros. Segundo o órgão, o ajuste acontece porque os pescadores não mantêm seus registros, conforme regras previstas pela legislação (MAPA, 2016a). A esse respeito, o MPP comenta:

Vivemos no Brasil um momento político e econômico cruel, no qual estamos sendo despidos de nossos direitos conquistados. Neste contexto, *as comunidades tradicionais estão sendo criminalizadas duplamente: pela retirada de direitos e por termos nossas lideranças tratadas como bandidos nas lutas em defesa de seu povo*. A PESCA ARTESANAL VOLTA A ESTACA ZERO: trata-se de um desmonte intencional da estrutura da pesca artesanal no país. *Mais de 200 mil RGP (Registro Geral da Pesca) não entregues, 300 mil cancelados e mais de 200 mil suspensos este ano; milhares de defesos foram negados no Brasil afora* (MPP, 2016, s/p, grifos nossos).

Um mês depois, em agosto de 2016, Dilma Rousseff tem seu mandato cassado. O processo é polêmico e divide opiniões no Parlamento e na sociedade (AGÊNCIA SENADO, 2016), sendo categorizado por uns como “impeachment” e por outros como “golpe”. O MPP, a cujo posicionamento político aderimos neste trabalho, comenta o episódio assim:

O que estava ruim, agora, com o governo interino Michel Temer, ficou ainda pior. O Ministério da Pesca foi extinto e a pesca passou a ser uma secretaria inoperante dentro do Ministério da Agricultura que privilegia o agronegócio com clara intenção de acabar com as políticas voltadas para os pescadores e pescadoras artesanais. As várias secretárias da Pesca nos Estados sem funcionamento, por falta de funcionários com as devidas competências. *Repudiamos veemente, a articulação política deste governo em vista da Reforma Previdenciária com claro discurso de penalizar os pescadores/as tradicionais em nome de uma política econômica degradadora da vida dos mais pobres [...] Uma outra consequência do golpe é a paralisação dos processos de regularização e demarcação dos território [...]. Repudiamos o sistema capitalista que ambiciona os nossos territórios, sustenta e fomenta toda esta degradação dos bens naturais, trazendo para nossas comunidades violência, contaminação, doenças e pobreza* (MPP, 2016, s/p, grifos nossos).

No final de 2016, sob o mandato do governo interino Temer, o MAPA retoma a subvenção de diesel para embarcações pesqueiras, usadas por membros de colônias de pesca, cooperativas, associações, além de quatro beneficiários individuais, para o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2017, em 13 Estados. No ano seguinte, em fevereiro de 2017, o governo amplia de um para três anos a validade de autorizações de pesca de embarcação, por meio do decreto 8.967 de janeiro de 2017, além de aprovar o plano de ação “Pescador Legal” e institui o Comitê Revisor de Cadastro de Pescadores Artesanais para construir e incorporar um novo cadastro do grupo no RGP, a partir de maio desse ano.

Mas, em março de 2017, a Pesca é transferida para o Ministério da Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). Os(as) pescadores(as) artesanais se dizem surpresos com a ação e consideram que o objetivo é “acomodar interesses políticos do Partido Republicano Brasileiro (PRB), principalmente tendo em vista o processo de votação da Reforma da Previdência no Congresso Nacional” (MPP, 2017a, s/p).

Dois meses depois, o Ministério Público Federal (MPF) julga favorável uma ação civil pública representada pelo MPP-PE contra o MDIC, pela falta de emissão e renovação das carteiras de pescadores artesanais, nos últimos cinco anos. O governo pernambucano, através da Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado (SEPLAG), é impelido a reabrir o processo de cadastramento, por meio do Programa Chapéu de Palha da Pesca Artesanal, e a aceitar como comprovante do RGP os protocolos de solicitação de registros. Isso porque o número de cadastrados que, em 2015, era de 10.428, em 2016 tinha saído para 7.014, pois a SEPLAG só recadastrava quem tinha a carteira, prejudicando milhares de trabalhadores e trabalhadoras da pesca artesanal (CPP-NE, 2017b).

Em setembro de 2017, é realizado o Encontro dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Recife, que reúne membros de comunidades pesqueiras da capital pernambucana para debater, junto com entidades parceiras e articuladoras, as dificuldades enfrentadas pela atividade pesqueira, no ambiente urbano, bem como direitos trabalhistas e previdenciários, educação, mulheres pescadoras, territórios pesqueiros urbanos, produção, meio ambiente e saúde (CPP-NE, 2017c; FOX; BEZERRA, 2019). Um mês depois desse encontro, em outubro de 2017, o MPP-PE realiza um ato público para protestar contra a dragagem na parte interna do Complexo Industrial do Porto de Suape, que provoca danos ambientais e prejuízo à atividade pesqueira na localidade, incluindo a Ilha de Tatuoca⁴⁷. Apesar dos protestos e denúncias do movimento, da comprovação de problemas e inconsistências no licenciamento ambiental e dos impactos socioambientais nas comunidades tradicionais que ainda vivem e trabalham no local a obra foi realizada (CPP-NE, 2017d; ORGANIZAÇÕES E COMUNIDADES TRADICIONAIS, 2017).

Nacionalmente, mais de 500 pescadores e pescadoras de todo o país comemoram o Dia do Grito da Pesca Artesanal, em 22 de novembro de 2017, frente ao Ministério de Planejamento, em Brasília. Membros do MPP, da Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas

⁴⁷ O Complexo Industrial Portuário de Suape é alvo de denúncias de violações aos direitos humanos, bem como da contínua destruição ao meio ambiente. O caso mais emblemático é o da Ilha de Tatuoca, de onde foram retiradas 75 famílias de pescadores(as) e deslocadas para o conjunto habitacional urbano Nova Tatuoca. O grupo foi proibido de acessar o local onde por mais de dois séculos praticou a pesca artesanal (LEIA JÁ, 2019; MARCO ZERO CONTEÚDO, 2018)

Extrativistas Costeiras e Marinhas (COFREM) e da Articulação Nacional das Pescadoras (ANP) reclamam da “desestruturação das políticas de pesca do país”, colocando “a pesca artesanal em seu pior momento da história” (MPP, 2017b, s/p)

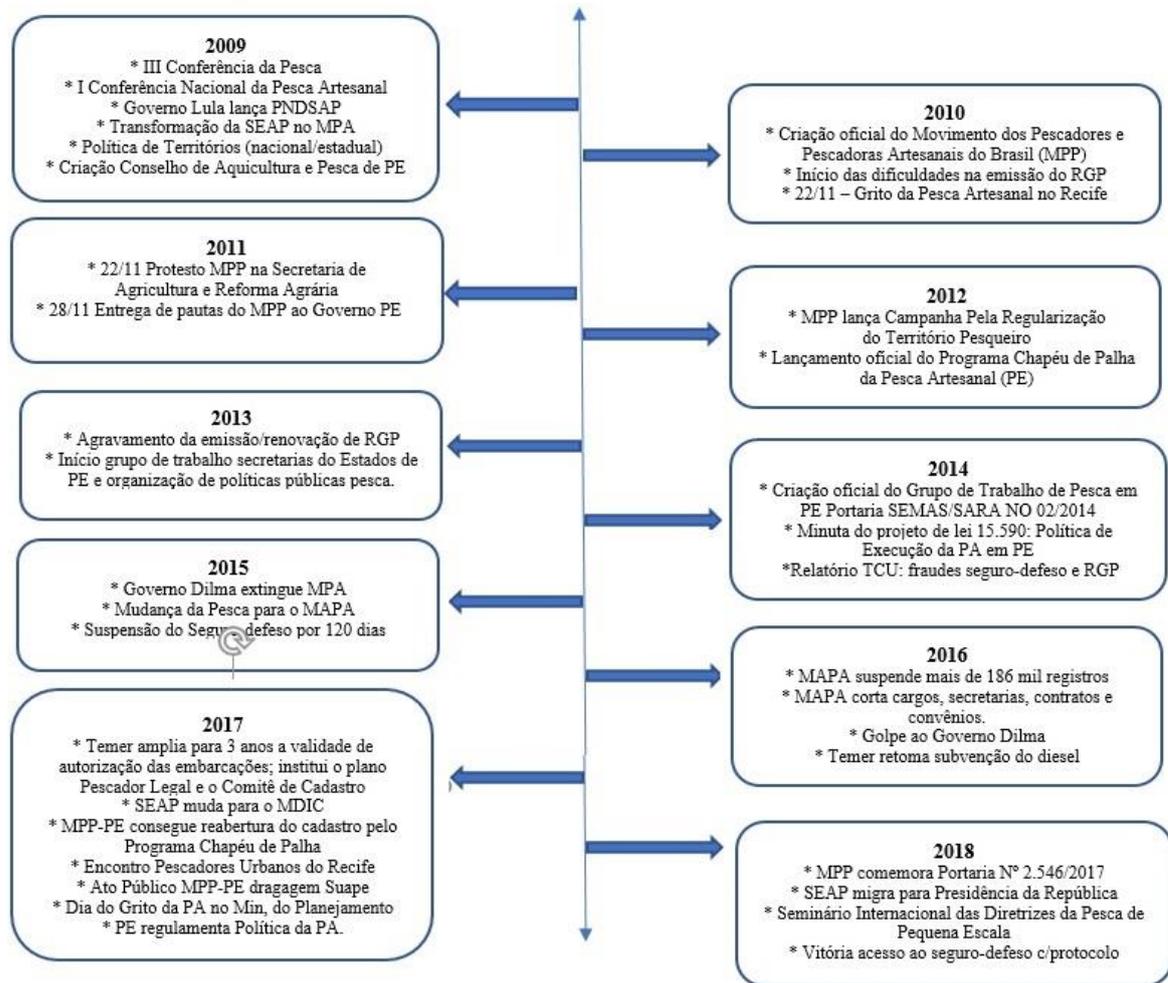
Em Pernambuco, o governador Paulo Câmara lança o decreto 46.396, em 29 de novembro desse ano, regulamentando a Política de Execução da Pesca Artesanal no Estado, instituída pela Lei 15.590 de 21 de setembro de 2015. O decreto visa o ordenamento, fomento e fiscalização da pesca artesanal, com o objetivo de alcançar, de forma sustentável, o desenvolvimento socioeconômico, cultural e profissional dos que a exercem (DIÁRIO OFICIAL, 2017).

Em janeiro de 2018, O MPP em parceria com a COFREM e o CPP comemoram a publicação da Portaria Nº 2.546/2017 que passa a regulamentar novamente a autorização temporária para o RGP. A medida é fruto das mobilizações do movimento e seus parceiros para pressionar o governo federal a regularizar a situação das carteiras de pescador. O recadastramento só tem início seis meses depois, com a publicação das Portaria 81 (MPP, 2018a; 2018b, s/p).

Em abril de 2018, a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca migra mais uma vez de pasta, passando a integrar a Secretaria Geral da Presidência da República, por meio do Decreto Nº 9330. Representantes do setor aquícola consideram que a mudança pode trazer um melhor ordenamento das políticas voltadas para o setor (FISHTV, 2018). Por sua vez, piscicultores consideram o remanejamento positivo (SISTEMA FAEP, 2018). Em junho, pescadores, pesquisadores, cientistas e ativistas de várias partes do mundo participam do Seminário Internacional das Diretrizes da Pesca de Pequena Escala realizado em Olinda - Pernambuco. Organizado pelo MPP e pela *World Forum of Fisher Peoples* (WFFP), o encontro aprofunda debates em torno dos princípios das Diretrizes para a Pesca de Pequena Escala. O documento lançado pela FAO e acordado internacionalmente é um instrumento estabelecido no contexto da erradicação da pobreza e segurança alimentar, dedicado ao setor da pesca artesanal (CPP, 2018).

Um mês depois, em julho de 2018, pescadores e pescadoras de todo o país comemoram a vitória na justiça que os(as) permite acessar o seguro-defeso. É um momento de alívio, pois desde 2012 o grupo reivindicava a emissão de novos registros. São esses os momentos mais relevantes, no âmbito da pesca, entre 2009 e 2018, que ilustramos na FIG. 2, que nos serve de parâmetro sociopolítico na análise das notícias do JC, no capítulo VI:

Figura 2: Linha do tempo - situação sociopolítica na pesca artesanal, entre 2009 e 2018



Fonte: Elaboração própria.

A reflexão do contexto sociopolítico dos(as) pescadores(as) artesanais, neste capítulo, evidencia a situação contingente e injusta enfrentada historicamente pelo grupo no Brasil, cujas propostas para a manutenção do seu território e o manejo sustentável da captura de pescados são silenciadas pelo poder estatal, além do “poder de convencimento de grandes empreendimentos agrícolas e pelas alianças que constroem no intuito de atender ao mercado” (RAMALHO, 2015b, p. 526).

Existe uma coligação histórica entre grupos dominantes perpetuando o discurso do *aquabusiness*, que adquire novas roupagens e denominações, ao longo do tempo, mas que legitima, justifica, defende e mantém a ordem social do mundo (LÖWY *apud* RAMALHO, 2015). Esse pacto envolve não somente a esfera governamental, mas também empresarial, se reproduzindo no discurso hegemônico de jornais e revistas de prestígio que enaltecem os

atributos da aquicultura, prometendo “um futuro promissor e repleto de possibilidades de salvação para o mundo da produção pesqueira, com a sua crescente ampliação em termos produtivos e, acima de tudo, monetários” (RAMALHO, 2015b, p. 527).

Nessa supremacia capitalista e neoliberal, os(as) pescadores(as) artesanais “são vistos como entraves a realização do futuro e, no máximo, como meros reprodutores de sua própria subsistência” (RAMALHO, 2015b, p. 530). Em outras palavras, a representação da pesca artesanal, na visão de grupos de poder, é fundamentada na ideologia de subsistência, a qual é elaborada e reproduzida “pelos elites empresariais, políticos, alguns representantes da academia e técnicos do aparelho estatal” (RAMALHO, 2015b, p. 530). O grupo é definido como incapaz de gestar o desenvolvimento de localidades e regiões (RAMALHO, 2015b).

Para finalizar este capítulo, a título de informação, resumimos a situação da pesca artesanal, nos anos não contemplados nesta investigação, 2019 e 2020, que têm grande potencialidade para estudos posteriores. Com a ascensão do governo Bolsonaro, em outubro de 2018, as injustiças contra os(as) pescadores(as) ficaram ainda mais escancaradas. Os impactos do derramamento de petróleo no litoral nordestino e de alguns estados do sudeste, em 2019, foram nefastos. Durante meses pescadores(as) das localidades atingidas e não atingidas pelo crime ambiental ficaram com suas atividades paralisadas e, devido ao risco de contaminação dos produtos, tiveram queda de até 90% na venda de pescado (CPP-NE, 2019a, 2019b, 2019c, 2019d).

Tanto o governo estadual quanto o federal se furtaram das suas responsabilidades. A medida provisória 911/2019 do governo Bolsonaro, por exemplo, determinou mais de três meses depois do derramamento de petróleo, um auxílio emergencial de 1.996 reais que era insuficiente, pois reconhecia apenas quem possuía RGP, atingindo 8 mil dos 30 mil pescadores(as) pernambucanos(as). Isso só mudou com a disputa judicial travada pelo MPP-PE, a ANP-PE e o CPP-NE por meio de Ação Civil Pública (ACP) impetrada pelo Ministério Público Federal de Pernambuco (MPF-PE) que condenou a União a pagar prestação reparatória emergencial e de caráter alimentar a todos os membros de comunidades tradicionais pesqueiras do Estado, em fevereiro de 2020 (CPP-NE, 2020a).

Da sua parte, o governo Paulo Câmara desconsiderou o sofrimento do grupo, em Pernambuco, transferindo toda a responsabilidade à federação (CPP-NE, 2019c, 2019d). A imprensa local, por sua vez, mostrou-se majoritariamente conivente com essa atitude, reproduzindo as justificativas governamentais. Só para ilustrar o posicionamento do JC, no

lançamento da Campanha Mar de Luta⁴⁸, em agosto de 2020, o veículo ocultou o ato público realizado por movimentos sociais de pescadores(as) e entidades parceiras e, em notícia veiculada no dia 28 desse mês, reproduziu a seguinte inverdade: “*durante o período de retiradas das manchas de óleo, o Governo de Pernambuco distribuição mais de 10 mil kits nutricionais através do Programa Compra Legal, e outras 4.386 cestas básicas, fruto do programa Chapéu de Palha*” (MORAES, 2020, s/p).

Além de fazer vista grossa para a irresponsabilidade do governo estadual, que durante meses nada fez para auxiliar as comunidades pesqueiras locais, à despeito das reivindicações públicas do grupo, nessa notícia o JC afirma que enquanto retirava o petróleo, o governo Paulo Câmara prestou assistência às famílias de pescadores(as). Na realidade, durante meses negou auxílio e só distribuiu cestas básicas da agricultura familiar *dez meses depois do crime*, em maio de 2020.

O ano de 2020 também foi temerário para as comunidades pesqueiras pernambucanas. Primeiro por conta das enchentes no Sertão, deixando dezenas de famílias desabrigadas, em março. E, em seguida, pela Covid-19 que, devido ao isolamento social, prejudicou novamente a venda da produção pesqueira, o que se alastra até os dias de hoje. Isso aliado às dificuldades para fazer o cadastro do auxílio emergencial do governo federal gerou dificuldades para o grupo garantir o seu sustento (CPP-NE, 2020b, 2020c). Para entendermos melhor como os meios massivos legitimam as desigualdades e injustiças sociais cometidas contra os(as) pescadores(as) artesanais, no próximo capítulo, teorizamos sobre o domínio jornalístico, em geral, e a produção da notícia e a representação de minorias, em particular.

⁴⁸ A Campanha Mar de Luta - Justiça Social aos Povos das Águas Atingidos pelo Petróleo foi lançada no dia 30 de agosto de 2020, para marcar um ano do derramamento de petróleo no litoral de Pernambuco e de outros estados do Nordeste e Sudeste do Brasil. Promovida por movimentos sociais de pescadores(as) artesanais e de organizações de defesa ao direitos humanos e socioambientais, a ação pediu justiça e divulgou informações sobre os impactos nas comunidades pesqueiras, reivindicando reparações do Governo Bolsonaro (CPP-NE, 2020d).

2. O DISCURSO JORNALÍSTICO E A REPRESENTAÇÃO DE MINORIAS

O sistema fala uma linguagem surrealista, não só quando converte a riqueza da terra em pobreza do homem, mas também quando transforma as carências e as aspirações mais básicas do homem em desejo consumista
(MARTIN-BARBERO, 2008, p. 234)

2.1 Apresentação

Sabemos que o contexto desempenha uma função primordial nos discursos que, como o jornalístico, tem que eleger “uma visão concreta dos fenômenos sociais para posteriormente selecionar os elementos aos que vai conceder importância e qual a maneira de tratá-los” (DE LA FUENTE, 2006, p. 89). Também compreendemos que essa construção nunca é neutra, sendo determinada por diversos condicionamentos sociais e cognitivos, que incidem na forma como o repórter organiza e estrutura os componentes linguísticos e, desse modo, cria uma visão da realidade (DE LA FUENTE, 2006).

Nesse processo, o contexto exerce um papel essencial, pois a situação comunicativa “em que se elabora um texto regula a forma de certas estruturas linguísticas e, no sentido inverso, os discursos que se constroem sobre um aspecto da realidade podem transformá-la” (DE LA FUENTE, 2006, p. 90). Tendo isso em perspectiva e considerando que os ECD são “um terreno de encontro de disciplinas” (FERREIRA, s/d, p. 1), a nossa pretensão neste capítulo é dar conta dos objetivos específicos quatro (OE4) e cinco (OE5), discorrendo sobre os principais condicionantes contextuais que incidem na forma e na função da linguagem midiática na atualidade, em geral, e na imprensa, em particular.

O nosso interesse é o discurso do jornalismo impresso, mas para poder compreendê-lo prestamos atenção ao discurso da mídia como um todo, envolvendo outros tipos de discursos midiáticos (de rádio, televisão, internet etc.). Nesse contexto sociocomunicativo, exploramos o funcionamento dos meios de comunicação de massa, em geral, (CANCLINI, 2002; CASTELLS, 1999; CORREIA, 2007; DE LA FUENTE, 2006; HABERMAS, 1997; HALL *et al.*, 1999; HALL, 2005; MAGALHÃES *et al.*, 2017; MAIA; CASTRO, 2006; MARTIN-BARBERO, 2008; MORAES, 2013; OROZCO, 1997; RICHARDSON, 2007; VAN DIJK, 1997, 2015a; ZAMORA, 2016), bem como na América Latina (CALDAS, 1991; CANCLINI, 2002; MARTIN-BARBERO, 2008; MORAES, 2013; RUIZ, 1994; ZAMORA, 2016) e no Brasil e Pernambuco, em particular (CALDAS, 1991; MORAES, 2013; MIGUEL, 2001; REBOUÇAS, 2006; WIMMER, 2012; CAVALCANTI, 2016; SANTOS, 2018).

Nosso segundo enfoque gira em torno do discurso jornalístico (DE LA FUENTE, 2006, MAGALHÃES *et al.*, 2017, RICHARDSON, 2007; VAN DIJK, 1990, 1996, 1998, 2015a; ZAMORA, 2016) e das rotinas na produção do gênero notícia (ALSINA, 1989, CORREIA, 2007, 2009; VAN DIJK, 1996, 2007, 2015a, TUCHMANN, 1983; SILVA, 2014; TRAQUINA, 2013; LANGBECKER, 2019; MELO, 2010b). Por último, tratamos sobre as representações discursivas de grupos minoritários ou subalternizados nos meios de comunicação de massa, tendo em vista a grande responsabilidade que estes têm na construção da imagem de minorias (DE LA FUENTE, 2006; ZAMORA, 2016; VAN DIJK, 2007, 2015a).

Para estabelecer a relação entre meios massivos, pescadores(as) artesanais e representação, optamos por conceitos das áreas da sociologia da comunicação, do jornalismo e dos ECD. Esse arcabouço teórico nos ajuda a entender a magnitude do impacto que o discurso da imprensa tem na construção da imagem pública do grupo social e, ainda, que motivações levam os meios e seus repórteres a construir (ou não) notícias ideologicamente tendenciosas ou estereotipadas sobre uma cultura tradicional.

2.2 Os meios de comunicação da massa

Para Macluhan (1964, 1995) os meios de comunicação de massa são extensões do ser humano e, portanto, dependentes de nós para sua interrelação e evolução. O autor, segundo Correia (2007, p. 65), considera que as tecnologias da comunicação “possuem uma mensagem que ultrapassa o impacto dos conteúdos e que diz respeito ao impacto que produzem sobre a configuração de uma civilização”. Apesar do messianismo macluhanista, diversos estudos apontam os efeitos que os meios têm “sobre a cultura e até sobre a vivência cotidiana (CORREIA, 2007, p. 65), especialmente pela conquista da hegemonia tecnológica e consequentemente, cultural, em escala global.

A importância da mídia, no mundo moderno, é incontestável (TALBOT, 2007). Sejam eles impressos, eletrônicos ou digitais, os meios de comunicação de massa têm consequências sociais inegáveis, especificamente no modo como as pessoas usam, reconhecem e interpretam o mundo e as relações temporais, espaciais e sociais (CORREIA, 2007). Eles desempenham “um papel decisivo na construção social da realidade, pois intervêm na disponibilização de um corpo de conhecimentos essencial para a percepção do mundo social” (CORREIA, 2007, p. 71-72). Para Talbot (2007, p. 3), inclusive, em algumas camadas da sociedade, a mídia tem substituído outras instituições “como fonte primária de compreensão do mundo”.

Zamora (2016, p. 43) argumenta que a mídia é constituída por “agentes transmissores de imagens, ideias e formas de pensar sobre a realidade”. Se remetendo a Toussaint (1995), o estudioso peruano diz que os meios não são somente instrumentos tecnológicos, mas especialmente “propagadores de sentidos, de visões do mundo, de modelos de comportamento, de aspirações sociais, de cursos de vida socialmente configurados, de formas de ser e de estar na sociedade” (ZAMORA, 2016, p. 43).

Por sua vez, Canclini (2002) acredita que, para além da análise da ação transformadora dos veículos de massa como indústrias culturais, devemos problematizar suas funções na sociedade. Segundo o autor mexicano, diversas pesquisas têm confirmado que a mídia impressa e eletrônica contribui para reproduzir, mais do que para alterar, a ordem social:

Seus discursos têm uma função de mimese, de cumplicidade com as estruturas socioeconômicas e com os lugares comuns da cultura política. Mesmo quando registram manifestações de protesto e testemunham a desigualdade editam as vozes dissidentes ou excluídas de maneira a preservar o status quo (CANCLINI, 2002, p. 50, grifos nossos).

Para Hall *et al.* (1999, p. 224), os meios “não relatam simplesmente e de uma forma transparente acontecimentos”. Na realidade, “as notícias são o produto final de um processo complexo que se inicia numa escolha e seleção sistemática de acontecimentos e tópicos de acordo com um conjunto de categorias socialmente construídas” (HALL *et al.*, 1999, p. 224). Isso implica que os veículos são dependentes de assuntos noticiosos específicos, fornecidos quase sempre por fontes institucionais regulares e credíveis, o que acaba incidindo no que é noticiado e como é noticiado (HALL *et al.*, 1999).

Dênis de Moraes (2013) chama a atenção para o sistema midiático como um todo. Para o pesquisador brasileiro, formada por um número reduzido de corporações incumbidas de “fabricar volume convulsivo de dados, sons e imagens, em busca de incessante lucratividade em escala global” (MORAES, 2013, p. 12), a teia midiática se estabelece “graças à potência planetária de seus canais, plataformas e suportes de comunicação digitais, que interligam, em tempo real e com velocidade inaudita, povos, sociedades, economias e culturas” (MORAES, 2013, p. 12).

Assim, os meios exercem um “poder desmaterializado, penetrante, invasivo, livre de resistências físicas e territoriais, expandindo seus tentáculos para muito além da televisão, do rádio, dos meios impressos e do cinema”, tendo se infiltrado em outras tecnologias, como celulares, tablets etc. (MORAES, 2013, p. 12). Na visão do estudioso da comunicação de massa, a incidência do poder midiático é tão forte hoje que “tudo parece depender do que vemos,

ouvimos e lemos no irrefreável campo de transmissão midiática – em atualização contínua – para ser reconhecido, vivenciado, assimilado, recusado ou até mesmo esquecido” (MORAES, 2013, p. 12).

Já no final dos anos 2000, Castells teorizava sobre esse *novo sistema de comunicação global* que reforçado pelas redes interativas de computadores “fala cada vez mais uma língua universal digital” (CASTELLS, 1999, p. 22). Nas palavras do autor, esse sistema “tanto está promovendo a integração global da produção e distribuição de palavras, sons e imagens de nossa cultura como personalizando-os ao gosto das identidades e humores dos indivíduos” (CASTELLS, 1999, p. 22). Molda, desse modo, nossa vida e é moldado por ela.

Na nossa sociedade mídia-centrada, os meios de comunicação de massa têm peso na construção epistêmica da sociedade e na configuração de interesses e ideologias, “em busca de hegemonia e de construção de consenso”, em torno de práticas sociais dominantes (MAGALHÃES *et al.*, 2017, p. 136). Para Politschuk e Trinta (2003, p. 147), há duas mídias que se tornaram velhas conhecidas: “uma mídia propriamente ideológica, na linha e na ordem da representação; e outra mídia, empenhada em dissuadir ou seduzir pela simulação bem feita”. O sistema midiático exerce, assim, um duplo papel, “como agente discursivo da globalização e como agente econômico que figura entre as empresas não financeiras mais importantes do mundo, dominando os ramos da informação e do entretenimento” (MORAES, 2013, pág. 41).

Em referência à pesquisa de Brunner e Catalán (1995), Canclini (2002, p. 51, grifo nosso) diz que os efeitos da mídia, especialmente a televisiva, não devem ser valorizados por sua incidência no comportamento das pessoas, “mas sim sobre os *padrões de conhecimento coletivos e a imagem global da sociedade* em uma rede de interdependência com outros meios de comunicação”. Ou seja, os meios não nos dizem o que pensar, mas *sobre o que* pensar. Para o autor, eles não constroem a realidade social, mas traçam “uma espécie de mapa onde as posições mais relevantes aparecem visivelmente ressaltadas” (CANCLINI, 2002, p. 51).

Encontramos um olhar diferente em Guillermo Orozco (1997), que define os meios de comunicação como “mediações massmediáticas”, as quais se dividem em videotecnológicas, no caso da TV, e radiotecnológicas, quando envolvem o rádio. Se remetendo a Martin-Barbero, o estudioso defende que a própria tecnologia exerce uma mediação. Para ele, é necessário *diferenciar as mediações*, pois, além de envolverem tecnologias diferentes, usam linguagens diferentes, estratégias de comunicabilidade diferentes “e isso está, de alguma maneira, influenciando o processo de percepção e interação com essa comunicação” (OROZCO, 1997, p. 117).

Por sua vez, Medeiros *et al.* (2010, p. 440) postulam que os meios “constituem um dos mais importantes fóruns na esfera pública das sociedades modernas [...] e podem ser tratados como ‘indicadores culturais’ das representações sociais”. Para Maia e Castro (2006, p. 11), o sistema midiático atua na pré-configuração da esfera pública, sendo “um dos componentes para que diferentes grupos, com variada expressão na vida social, possam se constituir e interagir de forma ampliada na sociedade”.

Tomando como parâmetro a Teoria da Ação Comunicativa, de Habermas, Maia e Castro (2006) destacam a relação da mídia com a esfera pública e a constituição de identidades sociais. Além de transpor a comunicação face a face (ou interpessoal) para grandes audiências, a mídia cria redes de comunicação simultânea com conteúdo proveniente de diferentes setores sociais, disponibilizando mensagens em amplas escalas espaço temporais. As autoras acreditam que, se por um lado essa comunicação pode ser manipuladora e autoritária, “por outro lado, pode contribuir para fazer deslanchar processos comunicativos críticos, inclusivos e conectados horizontalmente” (MAIA; CASTRO, 2006, p. 12).

Canclini (2002, p. 41) tem uma compreensão similar. Para ele, o aparecimento da imprensa foi decisivo na “instauração da noção moderna de esfera pública”, por ser o primeiro recurso tecnológico para obter informação sobre as cidades. O jornalismo impresso, na concepção do estudioso, continua oferecendo mais oportunidades que os demais veículos para a elaboração do debate sobre os assuntos públicos.

Para o autor, algumas experiências de meios de comunicação públicos nos permitem imaginar, inclusive, que não é impossível alcançar inovação estética e mudança social por meio deles. Consequentemente, há oportunidades de os meios não serem simples reprodutores da ordem e normatividade sociais ou do *status quo* dominante. Isso vai depender “do lugar que as políticas culturais confirmam dentro da comunicação midiática aos setores sociais não interessados centralmente em aspectos mercantis” (CANCLINI, 2002, p. 52).

Embora concordemos que a mídia amplia a esfera pública, sabemos que especialmente os veículos comerciais sofrem fortes pressões mercadológicas, políticas e ideológicas, que comprometem o raciocínio em detrimento da forma, além de diminuir a distância entre fato e ficção, como Almeida (1998, p. 4) explica: “os mídia e seus produtos digeríveis e descartáveis tiram uma visão totalizadora do real e mudam a própria forma de comunicação e raciocínio. O público leitor dá lugar ao consumidor: o mundo criado pelos mídia só na aparência ainda é esfera pública”.

Em outras palavras, a esfera pública perde vitalidade, aposta em generalizações e se modifica de acordo com os interesses de grupos de poder, dentre eles, a própria mídia.

Magalhães *et al.* (2017, p. 174) também apresentam um ponto de vista a esse respeito, afirmando que “os meios de massa em geral e a imprensa em particular desempenham papel preponderante na esfera pública, contribuindo de forma decisiva para a formação de consenso”. Para os estudiosos, “as decisões passam pela discussão pública nos meios de massa e não se concebe o exercício do poder sem o apelo a esses meios” (MAGALHÃES *et al.*, 2017, p. 136).

Se por um lado vivemos na era do “jornalismo-publicitário dirigido a um público que agora ao invés de ver a imprensa intermediando a opinião pública, passa a ver uma opinião (não) pública ser cunhada primeiro através dos mídia” (ALMEIDA, 1998, p. 5), por outro, presenciamos o jornalismo policial ganhando cada vez mais espaço nos meios. Com o aumento dos índices de criminalidade, a cobertura jornalística de ocorrências policiais tem ganhado cada vez mais espaço. É o jornalismo que espetaculariza a violência, o drama, no intuito de ganhar cada vez mais audiência. Em outras palavras, o consumo do grotesco não naturaliza apenas a violência, mas ganha um caráter de espetáculo (SANTIAGO *et al.*, 2018). E esse perfil não é exclusivo de veículos sensacionalistas, e ganha cada vez mais espaço mesmo nos chamados jornais de maior prestígio.

Apesar desses aspectos negativos, nossa intenção não é somente olhar a mídia sob um prisma que oculte suas contribuições na esfera pública, na difusão do saber, do entretenimento e da informação. Como Pfromm (1976, p. 124) observa, os meios de comunicação são “democráticos por excelência, porque graças a eles milhares ou milhões de pessoas podem ler, ver e ouvir o que, há relativamente pouco tempo, era privilégio de uma diminuta elite”. Inclusive, esse espaço se multiplica cada vez mais devido à proliferação de mídias digitais.

Tampouco é nosso propósito negar a complexidade do contexto sociocomunicativo no qual a mídia pernambucana está inserida, até mesmo porque estudos apontam que certos acontecimentos ecoados pela sociedade civil podem ser mais fortes do que os meios e seus interesses, impelindo-a a noticiá-los (PINHEIRO, s/a, s/p). Afinal, a cultura midiática não é apenas imposta e os grupos de poder necessitam criar consenso (BRITOS, 2002, p. 21; MARTIN-BARBERO, 2008).

O que mantemos em relevo aqui é que a “esfera pública é constituída como uma forma particular de usar a linguagem em público” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 5). Pensar sobre esse espaço, envolve também discutir “sobre as formas de usar a linguagem” (MAGALHÃES *et al.*, 2017, p. 173). E esse uso está ligado a “questões que interessam à democracia, ao saber, ao reconhecimento e à valorização das diferenças, e um projeto de inclusão o mais abrangente possível” (MAGALHÃES *et al.*, 2017, p. 173).

Um segundo ponto que sustentamos é que devido à mídia estar no centro das atenções na nossa sociedade, a construção da realidade, ao menos parcialmente, é fruto de uma seleção de tópicos e, claro, pontos de vista apresentados pelos meios a serviço de determinados interesses ideológicos e comerciais.

Em terceiro lugar, os efeitos do discurso jornalístico não podem ser minimizados, nem negados, inclusive, porque a linguagem é performativa por natureza (AUSTIN, 1962). E, quando se trata da prática jornalística, “o uso da linguagem é sempre ativo, é sempre direcionado a *fazer* alguma coisa; e o modo como a linguagem realiza essa atividade é sempre relacionado ao contexto em que é usada” (RICHARDSON, 2007, p. 12). É por isso que um jornalista “pode usar a linguagem para nos informar sobre um evento, para expor irregularidades, ou para argumentar a favor de, ou contra alguma coisa” (RICHARDSON, 2007, p. 12).

O sistema midiático tem algumas características que Moraes (2013, p. 12) compila muito bem e que adotamos nesta tese. A mídia fixa “sentidos e ideologias, interferindo na formação da opinião pública e em linhas predominantes do imaginário social”. A teia midiática se apropria de diferentes léxicos para “colocar dentro de si todos os léxicos, a serviço de suas conveniências particulares” (MORAES, 2013, p. 12). Por exemplo, adotando palavras que tradicionalmente pertenciam ao léxico esquerdista, tais como “reforma”, “inclusão” etc. (MORAES, 2013). Isso, claro, não é uma exclusividade da mídia, pois, como vimos no capítulo I, o Estado faz o mesmo.

A mídia também “incute e celebra a vida para o mercado, a supremacia dos apelos consumistas, o individualismo e a competição. A glorificação do mercado consiste em apresentá-lo como ‘único’ capaz de traduzir anseios da sociedade” (MORAES, 2013, p. 12). Os projetos editoriais, inclusive, operam consensualmente na reprodução da ordem do consumo e na conservação de hegemonias constituídas (MORAES, 2013).

É desse modo que o poder “não aparece apenas *nos* ou *por meio dos* discursos, mas também que é relevante como força societal por *detrás* dos discursos” (VAN DIJK, 2015a, p. 44, grifos nossos). Essa relação se manifesta no poder dos megagrupos midiáticos que “detêm a propriedade dos meios de produção, a infraestrutura tecnológica e as bases logísticas como parte de um sistema que rege habilmente os processos de produção material e imaterial” (MORAES, 2013, p. 13). Ou seja, se revela no poder das empresas de comunicação e seus donos que “controlam tanto as condições financeiras quanto as tecnológicas da produção do discurso, por exemplo, nos jornais, nas TVs, no mercado editorial, bem como nas indústrias de telecomunicação e informática” (VAN DIJK, 2015a, p. 45).

Assim, as diretrizes editoriais muitas vezes são definidas direta ou indiretamente pelo capital, já que por serem empresas privadas que dependem de propaganda para se manter, o controle editorial *do que deve ou não ser divulgado e como deve ser divulgado* pode se exercer também por meio de “clientes importantes ou mesmo por meio de novos e proeminentes participantes do cenário (geralmente institucionais) que fornecem com regularidade informações das quais dependem os meios de comunicação” (VAN DIJK, 2015a, p. 45). Esse grupo de *players*⁴⁹ proeminentes inclui o próprio Estado.

Os grupos de poder possuem suas próprias estratégias para a fabricação de opinião, as quais “consistem no fornecimento institucional e organizacional de informações (favoráveis) na forma de releases, entrevistas coletivas, entrevistas individuais, vazamentos de informação ou outras formas de acesso privilegiado aos que são notícia” (VAN DIJK, 2015a, p. 51). Tais gêneros vão ao encontro de hábitos jornalísticos e, conseqüentemente, têm mais chances de serem reproduzidas do que outros tipos de fonte de discurso (VAN DIJK, 2015a).

Outra característica marcante da mídia de massa é que esta elege atores sociais, analistas, comentaristas e especialistas que comentam em programas de opinião (ZAMORA, 2016). Isso também é incumbência de jornalistas que assinam colunas de economia, política, esportes etc., em veículos impressos. Moraes (2013, p. 20) diz que são “intelectuais midiáticos”, cuja função é geralmente concordar com “aquilo que serve aos interesses do capital e do conservadorismo e, ao mesmo tempo, para combater e desqualificar ideias progressistas e transformadoras de realidades injustas”.

Sabemos que aqueles que atuam na comunicação midiática muitas vezes acabam defendendo (ou tendo que defender) os interesses das empresas para as quais trabalham. Não apenas por questões mercadológicas ou ideológicas, mas relativas ao próprio mercado de trabalho que os pressiona a adaptar seus discursos. Até mesmo, como Van Dijk (2015a, p. 35) explica: “para poder manter seus empregos e condições razoáveis de trabalho”.

Moraes (2013) também chama a atenção para o controle seletivo da informação, opinião e valores que o sistema midiático circula. E para garantir isso, o próprio processo de seleção de jornalistas escolhidos para trabalhar nos meios passa “pela semelhança de seus valores com o dono ou o editor principal do jornal” (VAN DIJK, 2015a, p. 36). Não é à toa a escassa participação de membros de grupos minoritários nas redações (VAN DIJK, 2015a), favorecendo muitas vezes a tendenciosidade nas representações de minorias subalternas.

⁴⁹ Players é uma definição usada para organizações que atuam de forma relevante no mercado em que atuam.

Em termos gerais, não são objetivos da mídia noticiosa informar ou representar a realidade, “e sim assinalar um evento, contar uma história e suscitar um inquérito levado a efeito por instituições da vida pública, em que os indivíduos possam formar opinião” (CORREIA, 2007, p. 75). Com base em Lipmann (1922), Correia (2007, p. 74) pontua que um sistema de comunicação livre “não conduz à informação perfeita e que não há garantias de aproximação à verdade, mesmo quando as garantias de liberdade estão asseguradas”. Isso porque o jornalismo *não é uma atividade isenta e imparcial*, ao contrário da falácia amplamente difundida no meio jornalístico, acadêmico e na sociedade em geral.

Bahia (2009), por exemplo, defende que é da natureza do jornalismo levar a comunidade a participar da vida social, assumindo a condição de intermediário da sociedade. Afirmarões como essas precisam ser contestadas porque podem ser bastante perigosas (RICHARDSON, 2007). Nossa percepção, em mais de vinte anos de atividade jornalística, com serviços de assessoria de imprensa prestados tanto a grupos de poder quanto a grupos subalternos, coincide com a de Zamora (2016, p. 45) para quem os veículos massivos “se calam e estigmatizam diferentes formas de pensar, descontextualizam as notícias de maneira intencionada”. A mídia simplesmente desconsidera “as circunstâncias em que certos fatos acontecem (geralmente os que são contrários à lógica econômica ou às concepções políticas dominantes)” (MORAES, 2013, p. 22; ZAMORA, 2016).

Desse modo, os sistemas midiáticos controlam as diversas formas de distribuição e circulação da informação e, conseqüentemente “controlam parcialmente os mecanismos para exercer influência sobre a escrita e a fala públicas” (VAN DIJK, 2015a, p. 45). Sua finalidade, em última instância, é esvaziar análises críticas, contestação, dissenso, buscando evitar confronto na interpretação e compreensão dos fatos por parte das pessoas, dos grupos e classes sociais (MORAES, 2013; ZAMORA, 2016; VAN DIJK, 2015a).

Não é por acaso que Schramm (*apud* PFROMM, 1976, p. 124-125) lembra que os meios de massa “se converteram em poderosos porteiros (*gatekeepers*) ao longo dos caminhos da informação, com uma grande quantidade de poder sobre aquilo que passa por esses caminhos”. Portanto, estudar o discurso midiático nos permite a compreensão de “quais são os discursos dominantes com os que as pessoas elaboram sua noção da realidade” (ZAMORA, 2016, p. 44).

2.2.1 E na América Latina?

Os meios de comunicação de massa têm características peculiares na América Latina, que os diferenciam dos modelos europeus (ZAMORA, 2016). Eles não surgem da ação estatal,

mas principalmente da iniciativa privada. Isso nos “ajuda a entender uma série de problemas relacionados com a qualidade, não raro questionável, do que é apresentado sob a forma impressa, fotografada, filmada, sonora ou televisada” (PFROMM, 1976, p. 125).

Obviamente, esse perfil comercial focado no lucro é distante de ser democrático (ZAMORA, 2016), pois há uma “subordinação excessiva a certos interesses comerciais que desvirtuam o sentido de ‘interesse público’ com o que supostamente devem operar os meios informativos” (ARREDONDO *apud* RUIZ, 1994, p. 166). Ao mesmo tempo, o predomínio de meios comerciais aprofunda a assimetria entre uns discursos sobre outros (ZAMORA, 2016).

Ao refletir sobre a comunicação massiva na América Latina, Martin-Barbero (2008, p. 233) propõe um novo olhar na história do desenvolvimento dos meios nessa região, levando em conta os “processos culturais enquanto articuladores das práticas de comunicação – hegemônicas e subalternas – com os movimentos sociais”. Para além da estrutura econômica e do conteúdo ideológico da mídia, o autor sugere observar o percurso de sua implantação e de constituição dos meios massivos em duas etapas.

Uma delas se inicia nos anos 1930 e permanece até o final dos anos 1950, período no qual os meios massivos desempenham o papel de “porta-vozes da interpelação que a partir do populismo convertia as massas em povo e o povo em Nação” (MARTIN-BARBERO, 2008, p. 233). Para exemplificar, o estudioso se remete a uma pesquisa sobre o rádio na Colômbia, segundo a qual antes “da aparição e da difusão nacional do rádio, o país era um quebra-cabeças de regiões altamente fechadas em si próprias” (MARTIN-BARBERO, 2008, p. 234). Com a radiodifusão, esse país alcança uma unidade nacional e uma identidade cultural nunca vivenciadas (MARTIN-BARBERO, 2008).

O segundo momento da comunicação massiva latino-americana deslança nos anos 1960, com *o mito e as estratégias do desenvolvimento* (MARTIN-BARBERO, 2008, grifo nosso). Nessa etapa, os meios são desviados de sua função política, e o dispositivo econômico se apodera deles porque:

[...] os Estados mantêm a retórica do ‘serviço social’ das transmissões, tão retórica quanto a ‘função social’ da propriedade, mas cedem aos interesses privados a tarefa de dirigir a educação e a cultura – e a ideologia se torna agora sim transformadora de um discurso de massa, que tem como função fazer os pobres sonharem o mesmo sonho que os ricos (MARTIN-BARBERO, 2008, p. 234).

Unificada pelo discurso da UNESCO, essa diretriz mundial prega que todos os governos de países latino-americanos e em desenvolvimento concordem que “a informação é uma função social, um direito do cidadão, um dever do Estado e não deve ser um negócio” (CALDAS,

1991, p. 71). Voltada para a educação, essa política de comunicação não tem os efeitos desejados na região. A radiofonia e as telecomunicações praticamente não alteram os índices do analfabetismo e os veículos passam a ter importância comercial e política (CALDAS, 1991).

Tal lógica é dominada ainda por ditaduras militares que incrementam o uso da mídia “com objetivos de união nacional” (BRITOS, 2002, p. 23). Os meios passam a pertencer a empresas de capital privado e comercializam a informação, como qualquer outro produto (FOX, 1988, CALDAS, 1991). De fato, as ditaduras militares latino-americanas não mexem na estrutura capitalista, contribuindo na configuração de uma mídia altamente comercial que, em alguns casos, inclusive, se beneficia da política industrial do governo (WIMMER, 2012).

Todavia, tal conjuntura só se torna visível na crise da hegemonia sofrida pelo capitalismo, nos anos 1980, em escala mundial, “à qual só se pode fazer frente transnacionalizando o modelo e as decisões de produção e homogeneizando, ou pelo menos simulando, a homogeneização das culturas” (MARTIN-BARBERO, 2008, p. 235). Desde então, o massivo é atravessado “por novas tensões nacionais, que remetem seu alcance e seu sentido às diversas representações nacionais do popular, à multiplicidade de matrizes culturais e aos novos conflitos e resistências que a transnacionalização mobiliza” (MARTIN-BARBERO, 2008, p. 235).

Outros estudos na década de 1980 evidenciam, de forma similar, que os meios massivos não são tão poderosos como se acredita e que existem processos mediadores, relações sociais, formas de apropriação, ressignificação etc. Que os receptores não são seres inertes, indefesos e passivos, a quem as mensagens da indústria cultural hipnotizam e dominam. Mas que tampouco as audiências são formadas por “sujeitos-individuais ou coletivos totalmente conscientes e livres de influências ideológicas, políticas, comerciais etc.” (RUIZ, 1994, p. 162). Isso porque, no plano cognitivo, é “estabelecido que a maior parte do que uma pessoa comum sabe de política, o aprende dos meios, tanto em sua operação informativa como com frequência na de entretenimento” (RUIZ, 1994, p. 163)

Atualmente, vivemos a terceira fase da comunicação massiva, na América Latina, correspondente ao avanço das tecnologias da comunicação e “materializada em sistemas que priorizam a segmentação” (BRITOS, 2002, p. 23). Há, ainda, um acordo generalizado em torno do caráter comercial dos meios massivos, em detrimento do serviço público que fica cada vez mais distante “na medida que uma onda privatizadora e de desregulação corre o mundo com o predomínio atual da ideologia neoliberal” (RUIZ, 1994, p. 163). O setor midiático carece “de um marco de políticas e normas legais que garantam o funcionamento plural, equilibrado e construtivo dos meios de difusão” (ARREDONDO *apud* RUIZ, 1994, p. 166). Isso é bastante

negativo para uma sociedade democrática, tendo em vista que a existência de meios de comunicação públicos “é fundamental para o exercício do direito à comunicação. O meio público não é comercial, privado, nem estatal pelo que pode chegar a ser mais independente” (ZAMORA, 2016, p. 46).

Embora coincida com Martin-Barbero (2008) que a política comunicacional na América Latina tem passado por diferentes etapas, Zamora (2016) considera que todas têm sido marcadas por uma política de caráter comercial, privado e concentrado (ZAMORA, 2016). Para o estudioso, desde seus primórdios, os veículos latino-americanos têm pertencido a grupos empresariais de caráter familiar. Estes formam grandes grupos econômicos que, até hoje, gerenciam a propriedade do sistema midiático na região, com “formas de propriedade e controle concentrados e centralizados” (RUIZ, 1994, p. 163). Há uma tendência a formar oligopólios e mesmo monopólios “na propriedade dos meios que, apesar de variar de um meio para outro, e de região para região, estão presentes no desenvolvimento e funcionamento de todo o setor (ARREDONDO *apud* RUIZ, 1994, p. 166).

Outro dado importante, na Região, é que o Estado tem tratado de preservar seu controle sobre os veículos cedendo a empresas privadas apenas a concessão para administrá-los comercialmente, como acontece no Brasil. Todavia, há diversos exemplos dessa intervenção com objetivos declaradamente políticos e até comerciais (CALDAS, 1991). Por exemplo, durante os regimes militares que se instauram a partir de meados da década de 1960.

Nessa época, as ditaduras latino-americanas em geral se apossam de alguns meios, censuraram todo o sistema de comunicações e passam a usar a mídia para criar uma imagem de seriedade política e prosperidade econômica (CALDAS, 1991). Falácia essa que circula até os dias de hoje no discurso de muitos brasileiros sobre a época dos regimes militares. É também no período ditatorial que a notícia “perde seu teor informativo para se converter em instrumento ideológico a serviço do Estado” (CALDAS, 1991, p. 80).

Há ainda uma falta de regulação dos meios proveniente da ausência de uma política adequada para o segmento, já que qualquer tentativa de sancionar uma lei de imprensa e radiodifusão, que se ajuste à realidade latino-americana, costuma ser interpretada e denunciada pelos donos dos meios de comunicação como um *ataque à liberdade de imprensa e à iniciativa privada* (ZAMORA, 2016, grifos nossos).

O caráter comercial indisfarçável do sistema midiático latino-americano demonstra, na visão de Ruiz (1994), que tais justificativas falaciosas advêm do pensamento liberal individualista que prevalece no neoliberalismo. Para Rebouças (2006, p. 42), os empresários de comunicação colocam-se como “guardiões de um dos princípios fundamentais do cidadão, que

é a liberdade de expressão”. O ponto questionável nessa alegação, cuja origem encontra-se na “interpretação tendenciosa da primeira emenda da Constituição Americana, de 1787” (REBOUÇAS, 2006, p. 42), é que a democracia só é possível “numa sociedade na qual cada indivíduo é livre para expressar publicamente suas opiniões políticas” (RUIZ, 1994, 163). E, ainda, a adesão dos jornalistas a esse discurso, que em última instância serve para legitimar a atividade, tendo como base crenças ideológicas, como veremos adiante.

Embora concordemos com essa prerrogativa, o problema é que “o que estava previsto para ser um direito do indivíduo passou a ser ‘propriedade’ dos jornais, a partir do final do século XIX. Desde então, a sociedade passou a ocupar o lugar de um mero coadjuvante nas definições das políticas públicas para o setor das comunicações” (REBOUÇAS, 2006, p. 42).

Especificamente, a mídia impressa tem sido considerada um elemento central no “mercado livre de ideias [...] onde os indivíduos fazem circular e consomem as diversas – e quiçá opostas – informações e opiniões políticas, de tal maneira que cada um escolhe, racionalmente, entre elas” (RUIZ, 1994, p. 164). Essa alegação da relevância política da imprensa, como veículo de ideias e opiniões, tem convencido a sociedade de que para proteger a liberdade de expressão, é indispensável *não regulamentar o setor*, o que é contraproducente e contraditório em um cenário em que jornais e revistas têm se convertido basicamente em meios publicitários “até o ponto de que o papel informativo tem chegado em ocasiões a ser difícil de distinguir do funcionamento como meios de entretenimento” (RUIZ, 1994, p. 165). Cabe, então, fazer nosso o questionamento de Rebouças (2006, p. 42):

Em que momento da História foi dada a procuração em branco para que empresas, grupos ou conglomerados de mídia falassem em nome de todos? Quem tem como objetivo principal visar o lucro, somente utiliza o discurso/escudo da liberdade e da democracia, quando quer maquiagem seus interesses particulares (REBOUÇAS, 2006, p. 42).

Em suma, os meios massivos difundem a ideia de que sua natureza é noticiosa, quando na verdade perdem cada vez mais seu caráter informativo e adquirem o de meios de entretenimento. Logo, sua contribuição ou influência para processos democráticos é cada vez mais improvável. Afinal, se para os empresários de meios latino-americanos o mais importante é a publicidade, a tiragem, a audiência etc., o que prevalece é uma razão mercado-técnica, sendo muito difícil esperar que não predomine o entretenimento e a diversão na comunicação massiva (RUIZ, 1994).

Outra falácia do pensamento liberal, na visão de Ruiz (1994, p. 165), se baseia no pressuposto de que “a exatidão da imagem do mundo e da sociedade produzida pelos públicos

e derivada de sua exposição às mensagens dos meios – e o uso que façam destas – advém da pluralidade de pontos de vista que se supõe circulam graças aos próprios meios”. Mais uma vez, usa-se o argumento do *mercado livre de ideias*, o que, obviamente, dista muito da realidade de um segmento editorial cada vez mais centralizado e concentrado (RUIZ, 1994; ZAMORA, 2016).

A relação dependente da América Latina com os centros de poder (desde a época da colonização) também tem tido impacto negativo na mídia da região e sua atuação em favor da democracia (ZAMORA, 2016; RUIZ, 1994). Isso porque “o alto grau de concentração da propriedade dos meios, em mão das elites econômicas e políticas, tem enclausurado até agora as opções de um desenvolvimento mais democrático” (MASTRINI; BEZERRA *apud* ZAMORA, 2016, p. 50). Os marcados desequilíbrios regionais se traduzem na concentração de serviços de comunicação, “favorecendo as áreas de maior desenvolvimento econômico e social em detrimento das zonas mais marginalizadas” (ARREDONDO *apud* RUIZ, 1994, p. 166).

Além disso, a história política da América Latina “é a história da usurpação do poder por pequenas elites que, embora reivindicuem as ideias constitucionalistas e democráticas, fazem escárnio tanto das constituições como da soberania popular que evocam” (RUIZ, 1994, p. 160). Ao ter como base um projeto basicamente comercial, os meios massivos latino-americanos inibem o direito à informação e ao pluralismo informativo que ficam subordinados a interesses comerciais (ZAMORA, 2016).

Com o surgimento de governos considerados progressistas na América Latina, no final do século XX e começo do século XXI, tem início a luta contra a hegemonia de um discurso midiático que impõe a agenda de um pequeno setor na região. Porém, os meios optam por defender os seus negócios e se convertem “em atores políticos com agenda de modelo de mercado” (RINCON *apud* ZAMORA, 2016, p. 51). Nesse período, se implementam projetos de regulamentação que são fortemente rejeitados pelos proprietários dos grandes grupos de comunicação (ZAMORA, 2016). Há, ainda, tentativas de criar observatórios de comunicação, que não se consolidam (MORAES, 2013). Desse modo, autênticos oligopólios midiáticos têm se desenvolvido na América Latina amparados por um marco legal criado à imagem e semelhança dos principais grupos midiáticos internacionais e resguardados por leis que favorecem esses grupos de poder (ZAMORA, 2016).

Essa concentração de poder atrapalha a possibilidade de outros atores sociais acessarem e usarem os meios para divulgarem suas demandas e formas de pensar diferentes das definidas pelo grande capital. Nesse cenário, a representação de minorias é enviesada, tangenciada ou

invisibilizada, conforme os interesses dos conglomerados empresariais midiáticos e grupos aliados.

Ao analisar o discurso da mídia sobre povos indígenas, no Peru, Zamora (2016) observa que, nesse país, somente uma etnia tem uma ampla representação midiática: a eurodescendente. “Os meios massivos representam de maneira desproporcionada a um só grupo étnico num país pluriétnico, a um só fenótipo numa sociedade que reúne todos” (ZAMORA, 2016, p. 53). A concentração dos meios afeta, assim, a possibilidade de uma representação variada na mídia latino-americana, levando a uma representação contingente de diversos grupos sociais, especialmente nos processos de decisão, produção e difusão de mensagens.

Isso também se aplica aos meios de comunicação de massa, no Brasil, onde a diversidade racial ainda é tímida na mídia. Embora nos últimos anos movimentos sociais negros e a própria sociedade venham questionando essa representação precária e alguns avanços tenham sido conquistados, o progresso “ainda é lento [...] para chegar a um patamar de representação de igualdades de raças na televisão. A mídia reflete o cotidiano da sociedade, e assim, deixa de prestigiar a diversidade racial” (NEGRITUDE SOCIALISTA BRASILEIRA, s/a, s/p).

Devido ao alto grau de concentração da propriedade dos meios de massa em mãos de elites simbólicas, o desenvolvimento mais democrático da comunicação na América Latina tem sido inviabilizado (CALDAS, 1991; ZAMORA, 2016). Para se ter uma ideia, na região os conglomerados midiáticos estão distribuídos em seis grupos: *Televisa*, no México, *Rede Globo*, no Brasil, *Clarín*, na Argentina, *Caracol-El Tiempo*, na Colômbia, *Mercurio*, no Chile e *Cisneros*, na Venezuela. Seguindo o modelo americano, a região tem forjado um projeto comunicacional comercial e, conseqüentemente, “o direito à informação e ao pluralismo informativo fica subordinado a parâmetros mercantilistas” (RODRÍGUEZ PARDO *apud* ZAMORA, 2016, 50-51).

2.2.2 A mídia no Brasil

No Brasil, a política de comunicações é uma atribuição exclusiva do governo federal, desde a constituição dos primeiros grupos de comunicação, na década de 1920 (CALDAS, 1991; REBOUÇAS, 2006; WIMMER, 2012). Impulsionado pela prática de políticas neoliberais, desde os anos 1990, o Estado brasileiro tem buscado promover uma liberalização e desestatização do setor de telecomunicações. Entretanto, o “coronelismo eletrônico” tem se perpetuado como um aspecto central no segmento, tendo em vista a concessão de veículos de

comunicação a políticos no exercício do mandato eletivo. Obviamente, isso leva a um constante choque de interesses, especialmente porque aos parlamentares compete não apenas a regulamentação como também a outorga e renovação da concessão, permissão e autorização de radiodifusão (WIMMER, 2012).

Assim, a proximidade entre o sistema político brasileiro e os meios massivos está selado há décadas. A força da “bancada dos proprietários dos meios de comunicação”, que formada por deputados e senadores donos de concessões de rádio e/ou TV e de jornais, se mantém no anonimato e se traduz em números: 73,75% das 3.310 concessões de rádio e TV pertencem a políticos ou seus familiares, segundo pesquisa realizada em 2001 pelo Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados, com base em registros do Ministério das Comunicações e na Anatel (REBOUÇAS, 2006).

Outra característica fundamental do modelo brasileiro de telecomunicações é o monopólio de redes nacionais de rádio e televisão, concentradoras de audiência em torno de uma programação quase uniforme em todo o país. Os dez grandes conglomerados de mídia no Brasil são Organizações Globo, Silvio Santos, Igreja Universal do Reino de Deus, Bandeirantes, Governo Federal, TeleTV, Abril, Amaral de Carvalho, Governo do Estado de São Paulo e Organização Monteiro de Barros (GÖRGEN *apud* WIMMER, 2012).

Esses grupos controlam 1.315 meios de comunicação, sendo 343 emissoras de televisão, 695 rádios (FM, AM, OC, OT e Comunitárias), 83 jornais, 85 revistas, 29 operadoras de TV a Cabo, 27 de MMDS, 2 de DHT, 6 canais de TVA e 20 programadoras de TV por assinatura. Devido à proibição da legislação brasileira de capital estrangeiro ou o controle por pessoas jurídicas, quase todos esses grupos são familiares, exceto a Rede Record que pertence à Igreja Universal (MIGUEL, 2001; WIMMER, 2012).

Os dez conglomerados de comunicação citados representam “mais da metade do total ligado às redes de rádio e TV e ultrapassam o total de 1.239 ligados a grupo nacionais e regionais. Eles também são responsáveis pela produção e distribuição de conteúdo de 21 das 54 redes” (WIMMER, 2012, p. 262). Tal domínio comunicacional representa nada menos do que 81% das geradoras ligadas a eles (WIMMER, 2012), estando “incorporados ao jogo habitual das elites, das quais são membros de pleno direito — inclusive pela extensa rede de negócios comuns com outros grupos econômicos” (MIGUEL, 2001, p. 47).

Outra especificidade no Brasil e na América Latina é a penetração da mídia eletrônica, especialmente da televisão, que é gigante frente a um receptor com formação escolar deficitária (MIGUEL, 2001). Por outro lado, a tiragem dos jornais é cada vez menor, pois sabemos que se lê pouco na região e que a mídia impressa vem perdendo assinantes (MIGUEL, 2001; SANTOS,

2018). Diante da tendência de queda em sua circulação, a imprensa de massa enfrenta uma crise de vendas “associada a uma crise segunda, de credibilidade e confiança” (CHAGAS, 2016, p. 4)

Para fazer frente a esses desafios, jornais brasileiros têm apostado tanto em construir modelos de gestão baseados em produtos editoriais diversificados, para alcançar públicos diversos, quanto em “um discurso mais parcial e tendencioso, com vistas a agradar uma base leitora fiel, formada por assinantes que já se identificam com a linha editorial daquele jornal” (LATTMAN-WELTMAN; CHAGAS *apud* CHAGAS, 2016).

A essas estratégias, podemos adicionar uma terceira que, alimentada pelos altos índices de violência urbana e rural, aposta no jornalismo policial, como forma de atrair e aumentar seu público leitor. Esta área do domínio jornalístico envolve narrativas construídas em torno de acontecimentos da esfera criminal, judicial, de segurança pública, sistema penitenciário e de investigação policial (SANTIAGO *et al.*, 2018).

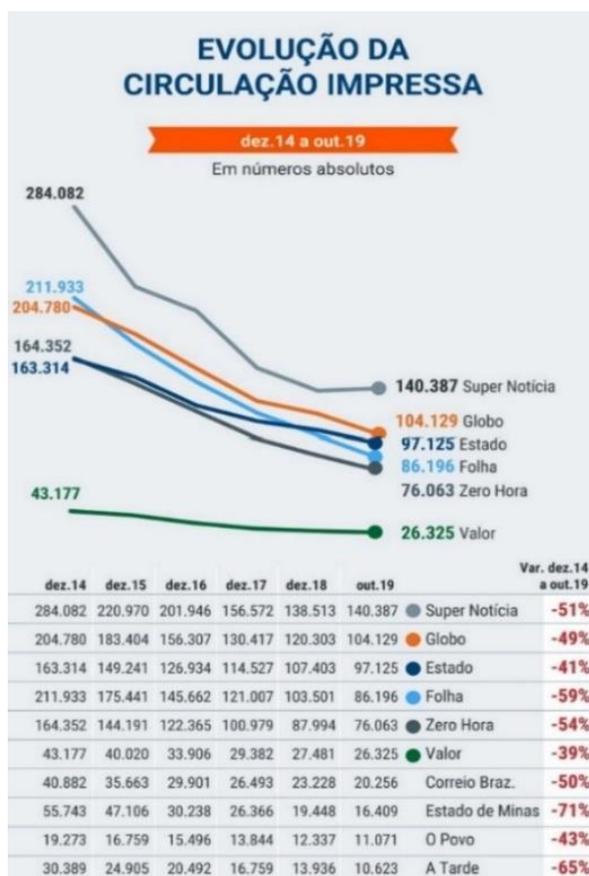
Especificamente, a cobertura de crimes, como roubos, furtos, homicídios, tráfico de drogas e mortes, em geral, é bastante explorada hoje pelos meios de comunicação massivos brasileiros, inclusive os de prestígio. Não que isso seja novo, pois, a notícia como espetáculo não é recente e alguns estudos defendem que o sensacionalismo está enraizado na imprensa desde seus primórdios (SANTIAGO *et al.*, 2018).

Por outro lado, o jornalismo impresso brasileiro alega estar em crise. Para Santos (2018, p. 58), essa conjuntura é reforçada pelo avanço tecnológico com a “popularização da internet, fazendo com que a informação seja encontrada nas plataformas digitais”, contribuindo para que a população acesse as notícias cada vez mais de forma digital e deixe de adquirir jornais impressos, provocando “queda de circulação e de publicidade” (SANTOS, 2018, p. 58).

Apesar disso, os jornais ainda dominam o “grau de confiança da população” (SANTOS, 2018, p. 59). Essa “rede de facticidade”, como Tuchman (1983) a denomina, é tecida pelos que elaboram as notícias “com a finalidade de criar uma ilusão de credibilidade, mas que em última instância legitima o *status quo*” (VAN DIJK, 1996, p. 23). Além disso, 76% do público latino-americano não lê nunca jornais impressos, enquanto 67% afirma que acessa a internet para se informar (SANTOS, 2018).

Nessa conjuntura midiática, os principais jornais brasileiros vêm perdendo tiragem e consideram que a venda digital é incipiente. Em 2019, a queda foi de 10% e a versão online cresceu 11%, o que o segmento considera “modesto”, pois a receita no meio digital é menor (PODER360, 2019). Os dados seguem a tendência de queda dos últimos cinco anos, conforme a FIG. 3, que ilustra a evolução da circulação de jornais, entre dezembro/2014 e outubro/2019:

Figura 3: Evolução da circulação dos principais jornais brasileiros (2014 – 2019)



Fonte: Poder360 (2019).

Sem dúvida, essa circunstância é um desafio para os conglomerados de comunicação brasileiros, especialmente no que tange aos seus veículos impressos (jornais, revistas). Mas o que Santos (2018, p. 59) enxerga como uma crise e um “futuro incômodo e incerto para jornalistas e patrões”, pois o que está em jogo “é a sobrevivência no mercado”, Moraes (2013) vê de um modo mais complexo e com implicações negativas para a sociedade e a comunicação de massa. O autor considera o avanço da comunicação digital uma oportunidade mercadológica para os oligopólios midiáticos que acabam ficando ainda mais poderosos, pois acumulam mídias, conforme explica:

A digitalização favoreceu a multiplicação de bens e serviços de ‘infotretenimento’; atraiu *players* internacionais para operações em todos os continentes; intensificou transmissões e fluxos em tempo real; instituiu outras formas de expressão, conexão, intercâmbio e sociabilidade, sobretudo por meio da internet (comunidades virtuais, redes sociais); e *agravou a concentração da oligopolização de setores complementares* (imprensa, rádio, televisão, internet, audiovisual, e editorial, fonográfico, telecomunicações, informática, publicidade, marketing, cinema, jogos eletrônicos, celulares, redes sociais etc.) (MORAES, 2013, p. 13, grifos nossos).

Além disso, os leitores de veículos impressos não estão desaparecendo “por obra do destino”. Segundo Marshall (2014, s/p), o que acontece é que o público leitor está “reformulando seus modos, suas práticas e suas rotinas de acessibilidade, de usabilidade e de audiência (única ou múltipla) das mídias analógicas (tradicional) e das mídias digitais”. Isso corrobora o prognóstico de Marshall McLuhan que, já nos anos 1960, predizia que “cada nova tecnologia incorpora e remodela a tecnologia anterior”. Entretanto, o que já está acontecendo é que os jornais impressos estão deixando de circular, inclusive por questões de custos com o papel, sendo substituídos cada vez mais por versões online ou em PDF e mídias digitais, que muitas vezes chegam gratuitamente nos celulares e tablets dos assinantes.

Com base na *Future Exploration Network*, Silva (2014) prevê que o fim dos diários impressos aconteça em 2027, no Brasil. Na próxima seção, damos prosseguimento à teorização sobre a comunicação de massa, levando essa discussão para o âmbito do jornalismo pernambucano, especificamente do *Jornal do Commercio*, pois isso nos ajuda a entender, em parte, a construção da representação dos(as) pescadores(as) artesanais no discurso jornalístico.

2.2.3 Imprensa pernambucana: o *Jornal do Commercio*

Historicamente, os meios de comunicação de massa vêm disputando com outras instituições de poder a dominação hegemônica “da construção de sentidos socialmente valorizados” (POLITSCHUK; TRINTA, 2003, p. 147). Inclusive, se autodeclarando “representantes e intérpretes qualificados da opinião pública” (POLITSCHUK; TRINTA, 2003, p. 147). Disputando na arena da esfera pública, existem três jornais em Pernambuco: *Jornal do Commercio* (JC), *Diário de Pernambuco* (DP) e *Folha de Pernambuco* (FP).

Com mais de cem anos de atuação, o JC está sediado na cidade do Recife, capital de Pernambuco, no Nordeste do Brasil. É um jornal em formato standard, com seis colunas, focado em noticiar acontecimentos do Estado e da capital, além do Brasil e do mundo. Por ser uma “organização industrial e comercial que produz bens simbólicos (informação e entretenimento)” (BARROS, 2009, p. 108), o JC tem forte incidência na construção de conhecimento sobre tudo o que acontece em Pernambuco, bem como na configuração de interesses ideológicos, os quais são gerados, administrados e difundidos seguindo a racionalidade dos eixos comerciais do Grupo JCPM, ao qual o veículo pertence⁵⁰

⁵⁰ Dentre as diretrizes comerciais que o JC segue estão a “venda de produtos, fidelização de clientes, logística e gestão” (BARROS, 2009, p. 108).

Desde a sua fundação, em 1919, o JC é ligado às elites políticas e econômicas de Pernambuco. Nos seus primórdios, buscava angariar votos para a campanha de Epitácio Pessoa, que concorria à presidência da República, sendo tio do Coronel João Pessoa de Queiroz, primeiro proprietário do referido jornal (BARROS, 2009). Definido como um veículo “à serviço das classes conservadoras” (BARROS, 2009, p. 50), o JC foi vendido, em 1930, para o empresário e político paraibano Fernando Pessoa de Queiroz, que expandiu sua atuação, entre 1930 e 1960.

Além de estar presente em diversas cidades do interior de Pernambuco, o JC passou a circular e fazer cobertura em capitais do Norte e Nordeste do Brasil, tornando-se um dos principais expoentes do jornalismo brasileiro nessas regiões. A gestão pioneira de Pessoa de Queiroz também foi marcada pela aquisição de concessões de rádio e televisão, na capital e no interior de Pernambuco (BARROS, 2009).

Em 1962, Pessoa de Queiroz foi eleito senador e seu filho, Paulo Pessoa de Queiroz, assumiu a direção do JC. A frágil experiência administrativa, aliada à gestão tradicional, ao impacto das mudanças tecnológicas e à crescente concorrência, especialmente na área televisiva, levaram a empresa praticamente à falência, em 1974. Nos 17 anos subsequentes, o Jornal do Commercio passou por diversos grupos gestores e enfrentou uma crise sem precedentes, endividado e sem capital (BARROS, 2009).

Mesmo decadente, o veículo foi adquirido pelo empresário João Carlos Paes Mendonça, em 1987. O negócio é considerado uma excelente oportunidade, devido ao valioso ativo da marca do jornal, patrimônio imobiliário e importantes concessões de rádio e televisão (COSTA *apud* BARROS, 2009). No entanto, o próprio empreendedor considera a compra “um erro estratégico da maior gravidade” e justifica o negócio com o argumento da responsabilidade social⁵¹, afirmando ter adquirido o conglomerado midiático “apenas por um compromisso social com o Estado” (BARROS, 2009, p. 84 – 85).

Aliás, a retórica da obrigação social perdura até hoje no discurso do proprietário do JC que, quando do centésimo aniversário do jornal, em abril de 2019, disse ter investido no veículo para manter viva uma peça essencial na imprensa pernambucana e do país. “Nossa obrigação e dever é servir a sociedade. Nós não somos nem governo, nem oposição. Nós somos sociedade. Continuamos, esse tempo todo, nos aprimorando para cumprir o nosso papel: servir a

⁵¹ A responsabilidade social faz que as empresas decidam, voluntariamente, contribuir para uma sociedade mais justa e um meio ambiente mais limpo. Essa noção implica que uma empresa não visa somente o lucro, mas trabalha em benefício financeiro e social dos seus funcionários, além de contribuir com a sociedade e a natureza.

Pernambuco, ao Nordeste e ao Brasil, sempre com foco na sociedade" (TV JORNAL, 2019, s/p).

Para Barros (2009), o poder da mídia, especialmente o político e o social, impulsionou o empresário a comprar o conglomerado de comunicação. Afinal, o valor simbólico da marca "Sistema Jornal do Commercio" é muito forte em Pernambuco, prova disso foi a sua manutenção, mesmo após a compra. Paes Mendonça não comprou apenas um sistema em desmantelo ou em processo de precarização, ele adquiriu um ativo que, localmente, tem uma identidade muito forte junto a população, sendo a marca "queridinha dos pernambucanos". Isso justifica, em parte, como o próprio grupo conseguiu se reerguer, rapidamente⁵². Segundo Barros (2009), em apenas seis anos após sua venda, o JC passou a ocupar o primeiro lugar em circulação paga em Pernambuco.

Hoje em dia, o Jornal do Commercio declara que seu objetivo é satisfazer as necessidades de informação e entretenimento do público. Diz ainda que defende a democracia, a justiça social e a livre iniciativa e que se pauta por uma conduta ética e legal. Tem como compromisso apoiar o desenvolvimento e valorizar a cultura de Pernambuco e do Nordeste, buscando a perenidade das empresas e o bem-estar dos associados (SISTEMA JORNAL DO COMMERCIO, 2011).

Ao investigar o discurso da imprensa pernambucana sobre a implantação da Refinaria Abreu e Lima e de diversas indústrias petroquímicas, no Complexo Industrial Portuário de Suape, no litoral Sul de Pernambuco, Santos (*et al.*, 2013, p. 13) apontam que o JC tem um discurso fundamentado em uma ideologia "desenvolvimentista e voltada para o mercado econômico e um modelo que enfatiza o progresso e crescimento a todo custo e acima de todos".

Esse estudo também conclui que as matérias têm uma "comunicação unidirecional que reproduz os interesses de empresários e aliados", bem como por "uma ideologia que sustenta a falta de preocupação dos impactos socioambientais e demonstra que a população está alienada de seus próprios interesses" (SANTOS *et al.*, 2013, p. 2). Por conta do seu perfil comercial, o JC não só estabelece relações com nichos políticos, mas pertence e atua em outros setores econômicos, o que incide na produção jornalística, conforme Alves (*apud* SANTOS *et al.*, 2013) explica:

A interferência do capital no processo de produção do discurso da mídia tem tornado cada vez mais tênues os limites entre marketing e comunicação, comprometendo a qualidade das informações e da participação através das fontes utilizadas – instituições e sujeitos sociais (ALVES *apud* SANTOS *et al.*, 2013, p. 13).

⁵² Grego, A.M.L. Notas de orientação. Pré-banca de defesa de tese. Recife, 30/06/2020. Cf. Barros (2009).

Assim como em outros veículos comerciais de Pernambuco, a redação do Jornal do Commercio recebe releases das principais assessorias de comunicação de órgãos governamentais, empresas privadas e organizações do terceiro setor, locais e nacionais. Ou seja, seus jornalistas fazem uso contínuo de comunicados produzidos por fontes oficiais, como se fossem notícias, o que acaba influenciando na sua cobertura e, conseqüentemente, no seu discurso jornalístico, em todos os gêneros, dos editoriais às notícias. Sobre essa prática Santos *et al.* (2013, p. 13) comenta que ela “parece povoar uma parte das matérias analisadas com o discurso de empresas, governos, universidades, disfarçados como matérias isentas”.

Essa rotina é justificada como uma “imposição” aos dirigentes das empresas de comunicação e aos próprios jornalistas que, em geral, acabam atribuindo a falta de uma visão mais crítica da realidade à deficiência na formação da equipe jornalística. Outra dificuldade apontada pela mídia local, segundo Santos *et al.* (2013), é a sobrecarga de trabalho, redações cada vez mais enxutas, chefias que acumulam funções e a ausência de consultores especializados.

Na última década, o Jornal do Commercio vem se adaptando às demandas do mercado de comunicação massivo e migrando seu conteúdo para meios digitais, mirando ampliar o universo da sua audiência e, conseqüentemente, seu lucro. Para entendermos melhor essas questões e as implicações da intervenção do capital no discurso midiático, nas próximas seções, discorreremos sobre o discurso jornalístico, a incidência das práticas jornalísticas na produção da notícia e, ainda, na representação de minorias no jornalismo.

Fazemos isso, mantendo em perspectiva que os meios de comunicação de massa, em geral, e o Jornal do Commercio, em particular, são empresas e como tais se regem por leis de mercado, cuidam de seus próprios e interesses e visam lucro. Conforme de la Fuente (2006, p. 113) reforça: “os grandes meios se dedicam principalmente a vender audiências aos anunciantes publicitários que são os clientes que sustentam seu negócio”. No capítulo V, especificamente no item 5.4, tratamos um pouco mais sobre o Jornal do Commercio e sobre a nossa opção metodológica por esse veículo e, na seção 5.4.1, fazemos considerações gerais em relação à cobertura jornalística do JC sobre os(as) pescadores(as) artesanais, com base em inferências a partir do *corpus* deste estudo.

2.3 O discurso jornalístico

O protagonismo dos meios de comunicação de massa está ligado à dupla mediação promovida por eles. Uma delas é a mediação do discurso político, pois, “a possibilidade de

acesso público a um determinado discurso depende de sua veiculação na mídia” (MIGUEL, 2001, p. 43). Ou, como Castells (1999, p. 367) observa, tudo o que fica de fora do alcance da mídia assume a condição de marginalidade política e, em última instância, “a lógica e a organização da mídia [...] enquadram e estruturam a política”. Para Van Dijk (2003, p. 231), “nenhuma elite de poder (nem o seu discurso), particularmente a política, poderia ser tão influente sem as funções da mediação e, em algumas ocasiões, de reforço, como a imprensa, o rádio e a televisão”. Fica evidente, portanto, que “o impacto político dos conteúdos que os meios de comunicação difundem não pode ser ignorado” (MIGUEL, 2001, p. 44).

Uma segunda mediação é aquela que os meios massivos “estabelecem em relação à própria realidade” (MIGUEL, 2001, p. 43-44). Ou seja, as representações da realidade estão bastante centradas na mídia e hoje, obviamente, em outras formas de (re)produção simbólica, como as mídias sociais e veículos digitais. Mas, são os meios massivos que têm um papel fundamental e uma incidência nas estruturas sociais, pois, além de estar fortemente associados às formações sociais e às instituições e grupos dominantes, exercem uma “influência estrutural sobre a conformação e a mudança do pensamento social” (VAN DIJK, 2003a, p. 234).

Com o avanço da tecnologia, o alcance do discurso midiático tem se tornado tão abrangente que “influi de forma determinante na percepção e nas atitudes sobre o representado, corresponda ou não com a verdade” (ZAMORA, 2016, p. 29; VAN DIJK, 1997). Isso porque a produção e distribuição de bens culturais de caráter simbólico vêm “experimentado uma evolução tão rápida e profunda nos últimos tempos que têm se convertido num dos motores mais importantes das mudanças sociais e econômicas no mundo” (DE LA FUENTE, 2006, p. 99; CASTELLS, 1998). Sem falar do seu papel estratégico no processo de (re)produção ampliada do neoliberalismo, que atualmente envolve dois papéis:

O primeiro diz respeito à sua condição peculiar de *agente discursivo* da globalização e do neoliberalismo. Não apenas legitima o ideário global, como também o transforma no discurso social hegemônico, propagando valores e modos de vida que transferem para o mercado a regulação das demandas coletivas. [...] O segundo papel exercido pelos conglomerados de mídia é o de *agentes econômicos*. Todos figuram entre as trezentas maiores empresas não financeiras do mundo, dominam os ramos de informação e entretenimento, com participações cruzadas em negócios de telecomunicações, informática e audiovisual (MORAES, 2013, p. 24, grifos nossos).

Na sua obra, Castells (1998) postula que vivemos na *Era da Informação* ou no *Modo Informacional de Desenvolvimento* caracterizado pelo enorme aumento do poder de influência da mídia. O discurso midiático incide “nas percepções que os receptores têm sobre os outros e o seu entorno” (JIMÉNEZ, 2010, p. 2). Além disso, os meios massivos e mais especificamente

a imprensa desenvolve um papel preponderante na difusão de representações devido ao seu alto grau de influência ideológica (GIRÓ, 1999; JIMÉNEZ, 2010).

Para Van Dijk (2015a, p. 73), “dentre todas as formas de texto impresso, as dos meios de comunicação de massa são as mais penetrantes, se não as mais influentes”. Estes cumprem cada vez mais “a função de atores políticos e se convertem em cenários de pugna ideológica” (ZAMORA, 2016, p. 33). Também “desempenham um papel de ligação e mediação crítica na formação de opinião e na orquestração dessa opinião com as ações e perspectivas dos poderosos” (HALL, 1999, p. 234). Nesse sentido, os meios massivos “desempenham um papel primordial na conformação das cognições sociais do público geral, sem falar de outras elites de influência conforme Van Dijk (2005, p. 37) explica:

Junto a outros grupos poderosos e instituições de elite, tais como os políticos, os dirigentes empresariais, os profissionais e os professores, os meios de comunicação exercem —às vezes indiretamente— uma grande influência sobre a vida de grande parte das pessoas na sociedade. [...] *O discurso midiático é a fonte principal do conhecimento, das atitudes e da ideologia das pessoas, tanto das outras elites como dos cidadãos.* [...] dada a liberdade de imprensa, as elites midiáticas em última instância são responsáveis dos discursos preponderantes dos meios que controlam (VAN DIJK, 2005b, p. 37 – 38, grifos nossos).

Inúmeros estudos linguísticos têm se debruçado sobre o discurso jornalístico (FOWLER, 1991; RICHARDSON, 2007; VAN DIJK, 1996, 2003, 2005b, 2007, 2015a), pois, além dos aspectos elencados, este apresenta “características muito específicas do texto, alguns métodos muito específicos de produção e consumo do texto e é definido por um conjunto particular de relacionamentos com outras instâncias de poder simbólico e material” (RICHARDSON, 2007, p. 1). Ou seja, o texto jornalístico envolve uma série de ideologias, valores, normas, atitudes e tipificações que são próprias da atividade e que são estudados “multidisciplinarmente por influência da linguística, de abordagens interdisciplinares da cognição e da teoria da comunicação, que têm uma relevância crescente em um mundo crescentemente mediatizado” (CORREIA, 2009, p. 3).

O discurso da mídia é, portanto, um campo multidisciplinar, que tem despertado o interesse tanto de estudos culturais e midiáticos, quanto linguísticos, “particularmente a análise da conversação, análise crítica do discurso, etnografia da comunicação, antropologia linguística, pragmática e sociolinguística” (TALBOT, 2007, p. 3). Diversas dessas pesquisas têm demonstrado que o *uso da linguagem* tem poder. E que tanto o modo de operação do poder na linguagem, quanto o acesso e o controle do discurso, neste caso o jornalístico, não são democráticos (RICHARDSON, 2007; VAN DIJK, 2015a; MAGALHÃES *et al.*, 2017).

Inclusive que o controle do discurso, especialmente o público, “parece ser regra, e não exceção” (VAN DIJK, 2015a, p. 18).

Nesse sentido, o discurso de algumas pessoas é mais poderoso do que o de outras. O mesmo acontece em termos opinativos, pois a opinião de certas pessoas parece ter mais credibilidade e autoridade do que de outras. Isso também vale para certas formas de falar ou comunicar, por exemplo, alguns campos da comunicação, dentre eles o jornalístico, que têm mais poder e efeitos em termos positivos e negativos (RICHARDSON, 2007; MAGALHÃES *et al.*, 2017).

Devido ao papel fundamental que o discurso tem na constituição/construção da realidade das pessoas, “as implicações do poder e da influência do discurso da mídia são evidentes” (TALBOT, 2007, p. 3). Inclusive, “a maior parte do conhecimento que uma elite tem sobre outras elites provém da informação obtida mediante a leitura dos jornais” (VAN DIJK, 2003a, p. 231). Isso também é válido para minorias étnicas ou grupos sociais em situação de desvantagem social. Além do mais, nas democracias modernas, a mídia cumpre uma função essencial de fórum público (TALBOT, 2007) e, desse modo, o seu discurso desempenha uma ação fundamental na comunicação pública, conforme Van Dijk (2015a) esclarece:

Além dos discursos falado e visual da televisão, os textos do jornal desempenham um papel vital na comunicação pública. Ao contrário da crença popular e do senso comum entre estudiosos, as notícias na imprensa são geralmente mais bem lembradas do que as notícias na televisão (ROBINSON e LEVY, 1986) e são percebidas como qualitativamente superiores (BRUHN JENSEN, 1986), o que pode ampliar sua influência persuasiva e, portanto, seu poder (VAN DIJK, 2015a, p. 73).

Percebemos, assim, que o jornalismo é um domínio muito poderoso, pois, como Richardson (2007, p. 13, grifos nossos) comenta: “O poder da linguagem jornalística para *fazer coisas* e o *modo que o poder social é indexado e representado na linguagem jornalística* são particularmente importantes”. Consequentemente, os efeitos sociais do discurso jornalístico são abrangentes, como o autor destaca:

Através do seu poder de moldar a agenda e o discurso público, ele pode reforçar crenças, formar a opinião das pessoas não somente sobre o mundo, mas também sobre o seu *lugar e papel* no mundo. Ou, se não molda as opiniões sobre uma questão particular, pode no mínimo influenciar sobre o que temos opinião. Em suma, ele ajuda a moldar a realidade social ao formar nossas visões sobre a realidade social. Por estas razões e tantas outras, a linguagem da mídia necessita ser levada muito a sério (RICHARDSON, 2007, p. 13).

Sendo a linguagem um meio de poder que “pode ser usado para sedimentar desigualdades [...] e legitimar relações sociais iníquas” (RICHARDSON, 2007, p. 14), devemos

descartar a pressuposição de que ela é “transparente e atua como uma janela neutra do mundo e que os objetos e as estruturas de uma língua existem como um tipo de estrutura apolítica, como os números para a matemática” (RICHARDSON, 2007, p. 13).

Embora essa seja uma questão resolvida em muitas linhas teóricas, a visão que ainda prevalece, no senso comum, em geral, e na literatura sobre jornalismo, em particular, é que a linguagem jornalística é transparente, neutra e factual. Basta citarmos Bahia (2009) para termos uma noção de como alguns estudiosos do ramo definem a atividade. Nas palavras do autor, a profissão visa “apurar, reunir, selecionar e difundir notícias, ideias, acontecimentos e informações com *veracidade, exatidão, clareza, rapidez*, de modo a conjugar pensamento e razão” (BAHIA, 2009, p. 19, grifos nossos).

A linguagem jornalística se apresenta, assim, como uma instância autônoma, como meio transparente e neutro. Enquanto, na realidade, sabemos que “a linguagem neutra é impossível” (SANTOS, 2018, p. 46) e que o jornalismo é uma prática social e as relações sociais que o constituem não são nem simples, nem aparentes. Essa complexidade envolve o contexto sociocomunicativo mundial, nacional e local, marcado pela concentração de veículos de massa, nas mãos de poucos grupos poderosos. Há ainda uma série de interesses e ideologias em jogo, sem falar da própria atividade jornalística, fundamentada em rotinas específicas de produção, divulgação e consumo. Nesse contexto, baseados nas suas ideologias profissionais, os jornalistas podem se autorrepresentar como profissionais isentos:

Por exemplo, como quem reúne e traz notícias. Eles dirão que fazem isso com o objetivo de informar ao público e, com um sentido mais geral, de servir como um cão de guarda da sociedade. Obviamente, são objetivos ideológicos porque sabemos que não todos os jornalistas fazem isso. Quer dizer, tal objetivo é no máximo um ponto de referência ou uma propriedade do tipo ideal; como os jornalistas gostariam de ser. O mesmo vale para os valores profissionais, tais como Verdade, Confiabilidade, Imparcialidade etc. (VAN DIJK, 1998, p. 97).

Por outra parte, é na comunicação de massa que se manifestam muitas relações de poder, pois os interlocutores nem sempre estão em mesmo pé de igualdade. Além de serem polifônicos⁵³, os discursos dos meios estão “matizados por uma hierarquização que estabelece quem está mais próximo da verdade” (ZAMORA, 2016, p. 29). É por isso que, na análise crítica do discurso midiático, especialmente das notícias, é indispensável examinar o processo de produção e os relatos textuais, pois frequentemente os protagonistas “são os que têm o poder (e, portanto, são os mais citados, aparecem com *maior frequência e credibilidade*), enquanto o

⁵³ A polifonia se refere à presença de diversas vozes articuladas nos textos que compõem o discurso jornalístico. A natureza da articulação pode ser de discurso direto ou indireto (MAGALHÃES *et al.*, 2017).

contrário acontece com os menos poderosos” (VAN DIJK, 1997 *apud* ZAMORA, 2016, p. 28, grifos nossos).

Em relação às fontes citadas nas notícias, Castagnini e Colorado (2009, p. 622) explicam que os textos que compõem o discurso jornalístico produzem uma situação complexa e heterogênea, pois, por serem polifônicos, é difícil “desvendar a voz do jornalista das outras vozes que a miúde participam dos textos”. E ainda que esse tipo de discurso retoma certas vozes mais do que outras (CASTAGNINI; COLORADO, 2009).

Em outras palavras, as hierarquias discursivas impõem a representação hegemônica do grupo dominante (branco), sendo este o motivo por que os “meios de comunicação tendem a ser etnocêntricos, já que adaptam o material informativo aos padrões culturais hegemônicos” (ZAMORA, 2016, p. 29-30), mas também implica um modo de perceber os outros a partir dos nossos próprios padrões coloniais. O etnocentrismo tem, assim, uma “conotação pejorativa de preconceito e de superioridade em relação aos forasteiros culturais” (ALSINA *apud* ZAMORA, 2016, p. 30).

É por meio do discurso jornalístico (dentre outros domínios discursivos de poder, como o acadêmico, o científico, o político, o judiciário etc.), que as elites simbólicas administram e controlam o discurso hegemônico e, parcialmente, os modos de exercer influência e reprodução ideológica na sociedade. “Por meio do uso seletivo de fontes de informação, rotinas jornalísticas consagradas e seleção de assuntos para as histórias, a mídia jornalística decide quais atores serão representados na arena pública, o que será dito a respeito deles e, em especial, como será dito” (VAN DIJK, 2015a, p. 73 – 74).

Todavia, a influência da mídia vai além dos efeitos sociais e das funções do estabelecimento de agendas “sobre mensagens midiáticas específicas referidas a leitores específicos” (VAN DIJK, 2003a, p. 232). Na teoria do processamento do discurso sobre comunicação e cognições sociais, os receptores midiáticos são “*usuários da informação ativos e, até certo ponto independentes*, cujas crenças se conformam estrategicamente e mudam devido aos múltiplos processos cognitivos, sociais e comunicativos, assim como por mediação de diversas fontes de influência e de outra índole” (VAN DIJK, 2003a, p. 232, grifos nossos). Para Resende (2015), embora socialmente constrangidas, as ações das pessoas não são totalmente determinadas, pois:

os atores sociais também têm seus próprios ‘poderes causais’ que não são redutíveis aos poderes causais de estruturas e práticas sociais (ARCHER, 2000). Embora haja constrangimentos sociais definidos pelos poderes causais de estruturas e práticas sociais, os atores sociais são dotados de relativa liberdade para estabelecer relações

inovadoras na (inter)ação, exercendo sua criatividade e modificando práticas estabelecidas (RESENDE, 2015, p. 109-110).

Apesar disso, quando se trata de assuntos étnicos ou referentes a grupos minoritários, Van Dijk (2003, 232-233) explica que “o papel da mídia nestes processos diversos é crucial, por ter uma natureza tanto ideológica como estrutural”. Isso não quer dizer que a relação entre a mídia e o público é uma via de mão única. Na realidade, o velho mito de que os meios despejam conteúdo que é assimilado passivamente pelas pessoas está superado.

Sabemos que o leitor, telespectador, internauta ou ouvinte “seleciona, interpreta e enquadra o material recebido” (MIGUEL, 2001, p. 44). Todavia, esse processo de reelaboração das notícias tem limitações pois, “a matéria-prima com a qual precisa trabalhar é dada pelos meios. E mesmo os códigos culturais que manipula são produzidos num ambiente social em que a presença da mídia é significativa” (MIGUEL, 2001, p. 44). Apesar disso, não é possível pensar em uma sociedade massificada, pois como Correia (2009) explica:

Os grupos de que os receptores fazem parte funcionam como comunidades interpretativas, em que as normas e conhecimentos partilhados e as relações entre os respectivos membros intervêm nos processos de interpretação das mensagens recebidas. Finalmente, essas comunidades interpretativas têm ao seu dispor, de forma crescente, potencialidades no sentido de comentarem, responderem e até promoverem o debate público sobre as mensagens recebidas (CORREIA, 2009, p. 47).

Outro aspecto relevante, no domínio jornalístico, em geral, e na imprensa, em particular, é que a produção diária de matérias vem perdendo qualidade, com notícias sendo feitas de dentro da redação, muitas vezes usando email, whatsapp ou outros aplicativos para apurar os fatos e realizar entrevistas⁵⁴. É o que Pereira (*apud* SILVA, 2014, p. 40), chama de jornalista sentado, isto é, “aquele que trabalha apenas dentro da redação, em oposição ao ‘jornalista em pé’ [...], trabalho tradicional de apuração do jornalista no local do fato na tentativa de reconstruir a história que será narrada”. Isso resulta em falhas de apuração “uso exagerado de informações das agências de notícias, erros de informação” (SILVA, 2013), além da dependência cada vez maior das fontes oficiais, cujos releases muitas vezes são reproduzidos na íntegra, especialmente em portais dos meios massivos, sem passar por apuração e checagem das informações.

Em outras palavras, o contato do jornalista com a rua, seus personagens e fontes é cada vez menor e mais breve. Há uma perda grande na construção do próprio texto jornalístico, pois devido às trocas de mensagens acontecerem através de plataformas virtuais, o repórter acaba

⁵⁴ Grego, A.M.L. Notas de orientação. Pré-banca de defesa de tese. Recife, 30/06/2020

não percebendo a entonação do seu interlocutor, sua fisionomia de concordância ou discordância, dentre outros elementos importantes na composição noticiosa de qualidade⁵⁵. Esses e outros fatores incidem na produção do gênero noticioso, sobre os quais tratamos na próxima seção.

2.3.1 A produção da notícia

A palavra “notícia” vem do latim *notitia*. De acordo com Zambrano (2019, p. 2, grifos nossos), o termo significa “a divulgação de um sucesso ou acontecimento [...]. É uma informação que nunca tinha sido comunicada. Além disso, *constitui um saber ou conhecimento novo*. O texto permite aos leitores participar *num episódio novo e recente, que merece difusão*”.

Neste trabalho, consideramos a notícia como um gênero textual do discurso jornalístico “tal como é expressado, utilizado o tornado público nos meios jornalísticos ou nos meios de informação pública” (VAN DIJK, 1996, p. 27). Embora não seja o seu objetivo, as notícias implicam “‘ensinar’ fatos gerais” (VAN DIJK, 2016a, p. 232). De uma forma geral, abordam “sucessos políticos, sociais e culturais que têm acontecido” (VAN DIJK, 1996, p. 18). Neste trabalho, tratamos sobre notícias veiculadas na mídia impressa, em jornais, tendo em vista que estas possuem um tipo de narrativa e estrutura características.

Embora definir essa noção seja uma tarefa ampla e complexa, podemos dizer que a notícia “não se caracteriza como uma imagem da realidade, que pode ser correta ou deformada, senão como um marco através do qual se constrói rotineiramente o mundo social” (VAN DIJK, 1996, p. 22; VAN DIJK, 1990; ALSINA, 1989). A notícia é a matéria prima do domínio jornalístico (DIEZHANDINO, 1994) e “uma das janelas no mundo, entre outras que o leitor acessa para compreender essa complexa realidade” (LANGBECKER *et al.*, 2019, p. 5).

Tuchman (1983) entende a notícia como uma construção social da realidade e como conhecimento. Para a autora “ao buscar disseminar a informação que as pessoas querem, que as pessoas necessitam e que as pessoas deveriam conhecer, as organizações informativas fazem circular e, ao mesmo tempo, dão forma ao conhecimento” (TUCHMAN, 1983, p. 14).

Alguns *valores* atribuídos a este gênero são tomados como “critérios de noticiabilidade” e usados na sua seleção, sendo um dos principais filtros na sua produção (LANGBECKER *et al.*, 2019). Para Traquina (2013), os *valores-notícia* definem se um acontecimento ou assunto merece ser noticiado. Ou seja, “não são critérios abstratos ou pontuais, mas, sim, fazem parte

⁵⁵ *Idem.*

de um quadro de avaliação que é racionalizado e interiorizado pelos jornalistas” (LANGBECKER et al., p. 5), sendo:

regras práticas que, implícita e/ou explicitamente, orientam e dirigem os processos de trabalho nas redações dos veículos midiáticos. Nesse sentido, o processo de rotinização faz com que os jornalistas *internalizem o esquema de produção das notícias e estabeleçam critérios quanto à seleção e a apuração dos fatos que podem se tornar notícia*. Não seria viável que, a cada edição, os jornalistas tivessem de parar para decidir como selecionar os fatos (LANGBECKER et al., 2019, p. 6, grifos nossos).

Dentre os valores-notícia identificados por Silva (2014) estão: i) conflito; ii) conhecimento; iii) entretenimento/curiosidade; iv) governo; v) surpresa; vi) tragédia/drama; vii) justiça; viii) impacto; ix) proeminência; x) proximidade; xi) raridade. Em Traquina (2013), o sexto valor corresponde a “infração”, que compreende acidentes, violência/crime e, obviamente, infrações.

Com base em Van Dijk (2011), consideramos que os valores-notícia são fundamentados em crenças sociais e profissionais, que sustentam os critérios que definem o que vale a pena ser noticiado. Sendo profícuos na nossa análise de notícias, reproduzimos o quadro comparativo de valores-notícia de Traquina (2013) e Silva (2014), no anexo A (vide FIG. 8).

No que se refere à linguagem noticiosa, é um tipo de prosa informativa com uma ligação especial com o cotidiano, pois “emoldura e ao mesmo tempo realiza o discurso. É percepção e guia de percepção; reconstitui o mundo de cada dia” (TUCHMAN, 1983, p. 119). Ou seja, ao mesmo em que registra os fatos, a notícia os constrói “sob uma perspectiva social que os submete” (SANTOS, 2018, p. 44).

Nos meios de comunicação de massa, o conhecimento é controlado “por meio da seleção restritiva de assuntos e, mais geralmente, por meio de reconstruções específicas das realidades sociais e políticas” (VAN DIJK, 2015a, p. 50). Entretanto, quando falamos em construção social da realidade não nos referimos a algum tipo de mentira ou subversão da realidade. Nossa reflexão se baseia no postulado de Correia (2009, p. 22) para quem “a construção de um significado objetivo é um processo histórico, social e cultural que resulta da intervenção de protagonistas da realidade social que nele participaram e de processos cognitivos que estão associados aos processos sociais e culturais”.

Isso quer dizer que as notícias não mostram “um modelo independente e objetivo da realidade. Quando muito, conseguem dar um sinal de que algo está para acontecer. As notícias só podem aproximar-se da verdade quando ela for susceptível de ser reduzida a um quadro estatístico” (CORREIA, 2007, p. 74). Alsina (1989, p. 58) diz que a notícia é “uma

representação social da realidade cotidiana produzida institucionalmente que se manifesta na construção de um mundo possível”. Isso significa que a realidade “reportada” não existe à priori, sendo as notícias uma construção a partir de diversas versões dos participantes, incluindo a do próprio jornalista e envolvendo distintos modelos cognitivos pessoais e sociais (FALCONE, 2008).

Quanto à produção da notícia, Richardson (2007, p. 1) a compreende como um processo complexo, pois, o “abastecimento e a construção de notícias estão intimamente ligados às ações e às opiniões de grupos sociais (usualmente poderosos); é impossível selecionar e compor notícias sem a noção de um público alvo e pretendido”.

Em outras palavras, se por um lado a seleção de assuntos que se tornam notícia é influenciada pela participação da imprensa “no complexo tecido das organizações de elite ou outros poderosos atores sociais” (VAN DIJK, 2003a, p. 233), por outro, é a busca pela audiência e a profusão dos meios informativos aos quais o público tem cada vez mais acesso, que impulsionam a mídia tanto a se inserir em um processo de assimilação tecnológica quanto a tornar “a notícia cada vez mais em um produto a ser adaptado” (SANTOS, 2018, p. 44).

Na fabricação da notícia, os meios massivos não são simples porta-vozes das elites, mas “uma parte inerente da estrutura do poder societal, cuja dimensão simbólica administram” (VAN DIJK, 2015a, p. 74). Esse é o caso do Jornal do Commercio. Ele não só reproduz os discursos dos poderosos, como ele mesmo pertence às elites simbólicas. Sendo assim, com base em Miguel (2001), podemos dizer que da totalidade de eventos que acontecem diariamente, no Recife, em Pernambuco e no Brasil, o referido veículo elege apenas alguns para transformá-los em notícia e a estes concede ampla circulação.

Além disso, a produção da notícia envolve processos sociais e cognitivos (VAN DIJK, 2003a). Santos (2018, p. 45), por exemplo, explica que o modo de construir o texto noticioso “possui algumas convenções estabelecidas que, de uma forma ou outra, operam na cabeça dos jornalistas” (SANTOS, 2018, p. 45). Com base em Galtung e Ruge (1965), Van Dijk (2015a, p. 50) comenta que esse processo “é dirigido por um sistema de valores e ideologias profissionais [...] e sobre o que deve ou não ser notícia, algo que costuma direcionar o foco [...] para vários participantes da elite: atores, grupos, classes, instituições, países e regiões”.

Em termos sociais, as relações com outras instituições de poder implementam o processo comunicativo. Já as dimensões macro e micro sociológicas da produção de notícias englobam “a economia política da mídia, a classe social e o nível cultural do jornalista, as práticas de contratação, os procedimentos e rotinas de obtenção de notícias, os contatos com as fontes, as reuniões de editores, a socialização e a profissionalização dos jornalísticas”, (VAN

DIJK, 2003a, p. 234-235), dentre outras atividades que fazem parte do cotidiano dos meios massivos Tais práticas, por sua vez, se relacionam a estruturas cognitivas, como ideologias, conhecimento e outras crenças dos jornalistas (VAN DIJK, 2003a).

Isso explica por que muitos deles tendem a (re)produzir ideologias dominantes, principalmente, devido à sua própria socialização e pertencimento a uma classe (HALL *apud* VAN DIJK, 2015a). Contudo, esses profissionais também podem ser “críticos em relação a políticos e a empresas dominantes e [...] nem sempre compartilham as ideologias dessas elites” (ALTHEIDE *apud* VAN DIJK, 2015a p. 74-75). Isso pode parecer contraditório, mas com Van Dijk (2015a, p. 75) assumimos que “as práticas midiáticas continuam, em geral, dentro das fronteiras de um consenso flexível, mas dominante, mesmo quando há espaço para discordâncias ou críticas ocasionais”.

Na visão de Santos (2018), o relacionamento da mídia com o público é cada vez mais complexo. Com base em Jenkins (2009), a jornalista e linguista pernambucana argumenta que o consumidor de notícias mudou e está inserido nos avanços tecnológicos. “Não só interagindo com as mídias digitais, mas também sendo delas participe. Manifesta-se nas redes sociais digitais, opina, critica ou reproduz conceitos já estabelecidos” (SANTOS, 2018, p. 45).

O mesmo podemos dizer dos pescadores e pescadoras artesanais brasileiros, que, além de possuírem perfis próprios, participam ativamente nas mídias sociais institucionais⁵⁶. Essa interação, a autora caracteriza como um desafio para os veículos de comunicação, pois “o modo de construção da notícia obedece a padrões não fixos” (SANTOS, 2018, p. 45).

Cavalcanti (2016), por outro lado, apresenta um ponto de vista diferente dessa dialética. Em estudo comparativo entre os comentários do Movimento #OcupeEstelita, no Facebook, e o discurso da imprensa pernambucana, especificamente dos jornais Diário de Pernambuco e Jornal do Commercio, a investigadora conclui que, mesmo sendo membros ou simpatizantes do #OcupeEstelita, movimento de resistência ao avanço do mercado imobiliário, no Recife, as pessoas retomam, “por vezes, quase que literal [...] os modelos mentais, representações sociais e *frames*⁵⁷ suscitados nas matérias do jornais” (CAVALCANTI, 2016, p. 1.191). Ao tentar refutar acusações de atores sociais e instituições contrários ao movimento, apoiadores e integrantes do #OcupeEstelita acabavam reproduzindo o mesmo discurso hegemônico capitalista e neoliberal difundido pelos jornais. Embora defendam ideias ou ideais diferentes,

⁵⁶ Atualmente, os pescadores e pescadoras artesanais brasileiras manifestam-se publicamente na fanpage Campanha pelo Território Pesqueiro (<https://www.facebook.com/peloterritoriopesqueiro>), no Facebook, onde além de posts e vídeos, acontece periodicamente a Live #DiálogosdeMaré, abordando problemas em torno da pesca artesanal.

⁵⁷ Tratamos sobre a noção de *frame* no sexto capítulo.

no que se refere a projetos urbanísticos para o Recife, o discurso dos membros do coletivo social parece compartilhar das mesmas ideologias, conhecimentos e valores que fundamentam o discurso da imprensa pernambucana.

Um dos motivos da reprodução do discurso dos meios impressos pernambucanos pode ser o alto grau de confiança que estes têm da população, já que, como Santos (2018, p. 61) comenta, os veículos tradicionais ainda têm credibilidade maior “em detrimento das plataformas de mídias sociais”. Obviamente, a imprensa não está sozinha nessa tarefa de difusão do discurso hegemônico. Muitas das notícias e da cobertura jornalística vêm de outras elites como “dos políticos e de seus discursos” (VAN DIJK, 2007, p. 30).

Isso também é demonstrado no trabalho de Cavalcanti (2016). Em geral, as elites não se manifestam sobre certos temas de forma explícita e direta, mas se centram nos “problemas” ou “transtornos” causados, por exemplo, pelos grupos de resistência – sejam eles quais forem - e em argumentações ideológicas que defendem seus interesses (VAN DIJK, 2007, 2015a).

Porém, devido ao protagonismo na produção e comunicação do discurso público, as elites não só políticas, mas também corporativas, acadêmicas e sociais requerem que a mídia informe “tanto ao público em geral, como uns aos outros, que exercitem seu poder, obtenham legitimação e manufaturem consenso e consentimento” (VAN DIJK, 2003a, p. 233). Isso posiciona os veículos de comunicação no controle de outras elites e nos dá a medida da dimensão do seu poder “que vai além da simples mediação” (VAN DIJK, 2003a, 233-234).

Evidentemente, os atores sociais que pertencem a grupos ou instituições de poder têm maior acesso aos meios massivos e, conseqüentemente, aos jornalistas. Estes acabam usando a informação e documentação fornecida por essas fontes “oficiais” na fabricação de notícias. Isso quer dizer que os métodos de produção noticiosa, a dependência das fontes e de documentos externos “traçam um quadro ideológico do mundo de caráter uniforme” (FISHMAN *apud* VAN DIJK, 1996, p. 24).

Nesse enfoque, a ideologia é definida, em grande parte, pelas limitações nas práticas da elaboração noticiosa e não pelas “condições socioeconômicas e cognitivas de quem elabora as notícias” (VAN DIJK, 1996, p. 24). Ou seja, *a imprensa se fundamenta em uma ideologia inerente ao processo de produção de textos noticiosos* na qual as rotinas:

[...] favorecem a presença das elites como fontes discursivas e, já que estas, por sua vez, são majoritariamente brancas, o discurso dominante que aparece nas notícias ou nos textos de opinião [...] estabelece um sólido preconceito que em absoluto coincide com a perspectiva dos eventos tal e como são concebidos pelos grupos minoritários e seus membros (VAN DIJK, 2007, p. 31).

Nesse processo comunicativo, além do acesso preferencial ao discurso público e, portanto, de maneira indireta à mente dos usuários da linguagem (VAN DIJK, 2007), “as elites simbólicas que controlam o estilo e o conteúdo do discurso midiático [...] também são as que detêm o controle parcial, na sociedade, sobre os modos de exercer influência e, portanto, sobre a reprodução ideológica” (VAN DIJK, 2015a, p. 50).

Outro fator social que influi na produção de notícias e, conseqüentemente, no seu conteúdo, é a formação das redações com jornalistas contratados pela semelhança dos seus valores com os dos veículos de comunicação. Isso acontece porque ora eles compactuam com a ideologia do meio ora se adaptam para garantir uma vaga no mercado de trabalho ou para manter seu emprego (VAN DIJK, 2015a). Sobre essa relação entre jornalistas e empresas midiáticas, Richardson (2007) comenta:

Os jornalistas vendem seu trabalho para organizações noticiosas – uma relação que os coloca na classe proletária, em relação econômica idêntica ao pessoal da limpeza da empresa, que faz o mesmo. Entretanto, a relação social dos jornalistas com o capital não é evidentemente a mesma que a do pessoal de limpeza. Sua profissão é mais rentável (produz maior mais-valia) e, conseqüentemente, são melhor pagos; e eles (ao menos historicamente) têm maior grau de autonomia sobre sua atividade (RICHARDSON, 2007, p. 4).

Seja qual for a organização midiática, a “maioria de seus editores e inclusive de repórteres é branca e não representa às minorias étnicas” (VAN DIJK, 2003a, p. 235). Por outra parte, os jornalistas de classe média “podem ter uma visão do capitalismo mais positiva, porque [...] são mais bem isolados dos danos mais óbvios da experiência de classe do que as classes operárias” (RICHARDSON, 2007, p. 4).

Entretanto, como o processo de produção noticiosa não é determinístico, os jornalistas “podem resistir a pressões, gerar matérias de acordo com o seu próprio interesse e perspectiva” (VAN DIJK, 2015a, p. 25). Inclusive, muitos estudos têm demonstrado que a maior parte de eles é “de tendência liberal, inclusive no que se refere às minorias” (VAN DIJK, 2003a, p. 238). Já na visão de Falcone (2008, p. 17), eles não têm plena noção dos efeitos do seu discurso:

Os jornalistas não se dão conta de que [...] a forma como as notícias são selecionadas e apresentadas são tudo menos o óbvio, e que várias explicações deveriam ser dadas sobre essa prática. Tampouco eles aceitam o fato de que seus próprios conhecimentos e compreensão sobre a produção da notícia podem não ser completos. O fato de o jornalismo ser um domínio que critica a todos os outros, mas não se deixa criticar, já que controla os discursos que circulam nos veículos de comunicação, coloca-o em situação privilegiada em relação às demais instituições [...] (FALCONE, 2008, p. 17).

Percebemos, desse modo, que a produção da notícia é uma tarefa intrincada, envolvendo “a *gestão de uma rotina cotidiana*, quer dizer, o processo de obtenção e interpretação de eventos de interesse que devem divulgar-se dentro de um prazo de tempo estrito e com recursos limitados” (TUCHMAN *apud* VAN DIJK, 2003a, p. 236, grifos nossos). E, ainda, que por ser uma *instituição social* e uma *aliada das instituições legitimadas* (TUCHMAN, 1983), a notícia é:

[...] localizada, coletada e disseminada por profissionais que trabalham em organizações. De tal maneira, a notícia é, inevitavelmente, um produto dos informadores que atuam dentro de processos institucionais e de conformidade com práticas institucionais. Essas práticas incluem necessariamente a associação com instituições cujas notícias são informadas de maneira rotineira. Consequentemente, a notícia é o produto de uma instituição social e está empoderada em suas relações com outras instituições (TUCHMAN, 1983, p. 16-17).

Em outras palavras, a notícia é um produto do *profissionalismo informativo* “que tem se desenvolvido em conjunção com as modernas organizações informativas e [...] as práticas profissionais servem às necessidades da organização” (TUCHMAN, 1983, p. 17). Encontramos argumentos análogos sobre os jornalistas e sua prática em Habermas (1997), para quem:

Os produtores da informação impõem-se na esfera pública através do seu profissionalismo, qualidade técnica e apresentação pessoal. Esse grupo é formado por repórteres que coletam informações, decidem sobre a escolha e a apresentação dos programas, controlando de certa forma o acesso aos temas, das contribuições e dos atores à esfera pública dominada pela mídia (HABERMAS, 1997, p. 109).

Tanto os jornalistas e suas rotinas profissionais, quanto as organizações midiáticas e seus interesses, agem de forma orquestrada na fabricação da notícia (TUCHMAN, 1983; VAN DIJK, 1996, 2003). Para Tuchman (1983, p. 17), o objetivo é “legitimar o *status quo*, complementando-se mutuamente na tarefa de reforçar os arranjos sociais contemporâneos”. Ou seja, repórteres, editores, colunistas que trabalham em veículos de grande porte *atuam em rede*, isto é, dentro de um mecanismo organizacional estratégico no qual:

Se encontram imersos em instituições burocráticas, que garantem um fluxo contínuo de *notícias fiáveis*. Ao mesmo tempo, a *validade das notícias* acerca de certos sucessos pode negociar-se entre os membros das instituições jornalísticas e as organizações objeto das informações. Isto também permite a aqueles que elaboram as notícias trabalhar com o *inesperado* e produzir uma *grande quantidade fixa de notícias*, independente de aquilo que realmente ocorre, e dentro dos prazos relativos aos fechamentos de edição ou às limitações de orçamento (VAN DIJK, 1996, p. 23).

De sua parte, Richardson (2007, p. 6-7) tem uma visão menos crítica do jornalismo e das empresas de comunicação. Além de discordar que a atividade existe para disseminar, divulgar e propagar a visão dos poderosos, o autor diz que a circulação e promoção das ideias de quem está no poder é melhor descrita como “propaganda”. Enquanto o jornalismo “é frequentemente moldado pela agenda de tais Relações Públicas (RP), este se mantém distinto e apartado deles. Inclusive, há algumas vezes resistência considerável ao trabalho dos RP no jornalismo”.

Para o estudioso, o argumento de que o jornalismo é um negócio, os jornais só existem para lucrar e que só essa simples observação já explica seu conteúdo é verdade até certo ponto. Richardson (2007, p. 7) minimiza essa questão e, conseqüentemente, aprova a mercantilização das notícias, quando afirma que “os jornais são negócios, que devem ganhar dinheiro para poder continuar existindo”. Na visão do autor, não é suficiente dizer que a base capitalista da indústria cultural necessariamente resulta na produção de formas culturais que são consoantes com a ideologia dominante.

Com base em Murdock e Golding (1977), Richardson (2007, p. 7) argumenta que é necessário também “demonstrar como esse processo de reprodução realmente funciona, detalhando como as relações econômicas estruturam ambas as estratégias gerais dos empreendedores culturais e as atividades concretas das pessoas que, na realidade, fazem os produtos que a indústria cultural vende”. Aqui e no quinto capítulo, tentamos fazer isso, mostrando como as relações e interesses do Jornal do Commercio incidem na sua produção noticiosa e, no sexto capítulo, evidenciamos que isso determina inclusive a preferência na cobertura jornalística de certas comunidades pesqueiras rurais e urbanas em Pernambuco.

Em termos gerais, nossa visão em relação a produção da notícia nos meios massivos condiz com a de Tuchman (1983), Van Dijk (1996, 2003, 2015a), Hall (1999, 2005) e Correia (2009). Estes autores têm ideias semelhantes sobre a fabricação noticiosa, as empresas midiáticas e os jornalistas. Se por um lado, os profissionais do ramo estão inseridos em uma rede de rotinas específicas e convencionadas, por outro “há uma escolha consciente feita pelas organizações noticiosas para desprover os cidadãos de informações críticas que lhes permitam questionar os consensos produzidos pelas elites simbólicas” (CORREIA, 2009, p. 74).

Essas definições são baseadas em acordos sociopolíticos e econômicos que estabelecem os limites do debate na sociedade: *o que deve e não deve ser noticiado e como deve ser noticiado* (VAN DIJK, 2015a; CORREIA, 2009). A mídia aceita e compactua com essas limitações, porque, além de fazer parte das elites, depende dos consensos destas para poder se manter nos segmentos que atua, quer seja o de comunicação ou de outros.

Em suma, as dimensões macrosociológica e econômica “são fatores cruciais e inerentes à produção das notícias e do jornal” (VAN DIJK, 1996, p. 143). Entretanto, como pontuamos anteriormente, é necessário compreender que os aspectos sociais “estão diretamente relacionados com suas correspondentes estruturas cognitivas que, por sua vez, controlam sua divulgação” (VAN DIJK, 2003a, p. 238).

Para compreendermos esse processo precisamos analisá-lo em termos sociocognitivos, isto é, a partir do que Van Dijk (1996) denomina de *processamento do discurso*. Ele implica não apenas que um texto jornalístico está sendo processado, ou seja, escrito, mas que a maior parte para o construir “ingressa de forma discursiva: as reportagens, as declarações, as entrevistas, as reuniões, as conferências de imprensa etc.” (VAN DIJK, 1996, p. 141). A ligação entre estruturas sociais e cognitivas acontece assim:

A educação, a socialização profissional e os contatos e reportagens cotidianos conformam em grande parte as experiências e, por extensão, os modelos cognitivos das informações. Estes modelos são a base para a formação das cognições sociais mais gerais e coletivas dos jornalistas brancos. Os interesses do grupo branco, entre os que se incluem os privilégios e o poder implícitos no grupo de predomínio branco, encontram assim sua contrapartida cognitiva nas normas, valores e ideologias fundamentais (VAN DIJK, 2003a, p. 238).

Isso significa que as crenças ou “cognições sociais conformam o próprio sistema de valores referidos nas notícias. Por exemplo, o que o veículo de comunicação e os jornalistas consideram *noticiável* deriva de um juízo sobre os modelos atuais de notícias e a partir de umas cognições sociais compartilhadas sobre a estrutura política e social e os grupos sociais” (VAN DIJK, 2003a, p. 239). Aprofundando-se ainda mais nessa questão, Van Dijk (2003, p. 239, grifo nosso) explica que “a fiabilidade de uma fonte não se valoriza em primeiro lugar pela sua qualidade nem pela credibilidade de suas mensagens, senão pela *afiliação institucional ou do grupo*”. O autor exemplifica esse argumento da seguinte forma:

Uma informação trata, em primeiro lugar, de gente como “nós”, ou de um sucesso que pode interessar leitores como “nós”. Uma notícia étnica trata, com frequência, sobre “eles”, e este tipo de grupo tende a se representar como essencialmente diferente ou à parte, quando não qualificado como um risco para “nós”, como é o caso, por exemplo, de comunistas radicais de esquerdas, terroristas, pacifistas e outros considerados como uma ameaça para o predomínio ocidental ou branco ou o *status quo* sociopolítico (VAN DIJK, 2003a, p. 239).

Isso, por um lado, dimensiona que o acesso e a cobertura sobre um determinado grupo social são fatores importantes “da reprodução do poder social a qual é mediada pelos meios de comunicação” (VAN DIJK, 2015a, p. 50). E, por outra parte, que as crenças que as elites

compartilham incidem na produção da notícia, tendo em vista que fundamentam os “modelos mentais jornalísticos sobre os eventos étnicos noticiáveis e, por sua vez, seu conteúdo e estruturas influem sobre a forma de expressar a linguagem de suas informações”. Discutimos melhor essa questão no capítulo IV.

Em resumo, a configuração e inclusão corporativa dos meios de comunicação de massa, a rotina organizacional da produção das notícias, a seleção e dependência de fontes “oficiais” e “confiáveis” para obter informações, os aspectos profissionais ideológicos dos veículos e dos jornalistas do que “vale ou não ser notícia” (valores-notícia), além de outras cognições sociais (ideologias, valores, conhecimento, normas, atitudes) sobre determinados assuntos e, especialmente, sobre os “Outros”, incidem na produção da notícia e, em nível micro, na estrutura textual jornalística (VAN DIJK, 1996, 2003, 2007, 2015a).

Todos esses fatores estão propensos a influenciar “a seleção de temas, a eleição de novos protagonistas, a perspectiva geral, o modo de citar, a localização, o estilo, a descrição de comunidades étnicas e seus membros e outras particularidades estruturais das notícias” (VAN DIJK, 2003a, p. 240). Isso também significa que para analisarmos de forma completa o gênero noticioso, precisamos de uma análise do discurso estrutural e cognitivo, como discutimos com mais detalhes nos capítulos III e IV.

2.4 Jornalismo e representação de minorias

A palavra representação, em latim *representare*, significa “fazer presente, manifestar ou apresentar algo” (ZAMORA, 2016, p. 148). Também é usada como sinônimo de “*substituir, fazer as vezes de*” (FREIRE, 2005, p. 18, grifos nossos), no sentido de que algo estaria *no lugar de* outra coisa. A representação é um conjunto de ideias/conceitos, imagens e sons, que, segundo Zamora (2016, p. 149) “nos dizem *algo* sobre a realidade e que aceitamos como verdade”.

Essa realidade envolve um conjunto de dimensões, que conformam o ser humano e seu agir em um mundo construído e constituído por ele, englobando questões sociais, políticas, econômicas, locais, nacionais, internacionais etc. (ZAMORA, 2016). Segundo Moscovici (2007, p. 36), “as representações constituem [...] um tipo de realidade”. O que significa dizer que *toda realidade é representada*, sendo:

[...] apropriada pelo indivíduo ou o grupo, reconstruída em seu sistema cognitivo, integrado em seu sistema de valores dependentes de sua história e do contexto social e ideológico que o rodeia. E é essa realidade apropriada e reestruturada a que constitui para o indivíduo ou o grupo a realidade mesma (PONTE, 2014, p. 113).

As questões acima pontuadas são “atravessadas pelo uso da linguagem em seu sentido mais amplo: escrito, falado, visual etc. A linguagem permite ao ser humano elaborar uma representação discursiva sobre a realidade que assume como válida” (ZAMORA, 2016, p. 149). Ou seja, “os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar, a partir dos quais podem falar” (WOODWARD *apud* FREIRE, 2004, p. 45).

Nesse sentido, a representação por meio de sistemas semióticos é “uma maneira de ordenar o conhecimento sobre o mundo e as comunidades humanas. Ao não poder abarcar a realidade (em seu sentido filosófico) em sua totalidade, a representação é uma maneira de construir sentidos” (ZAMORA, 2016, p. 149). Ideia similar encontramos em Vizcarrondo (2012, p. 64), para quem a representação: “é a maneira em que os falantes ordenam e dão sentido a si mesmos e ao que os rodeia”.

Com base no potencial explanatório de Van Leeuwen (2008), Resende e Regis (2017, p. 34) pontuam que, embora prática social e representação sejam diferentes, a “representação também é parte de toda prática, em seu elemento semiótico”. Outro aspecto importante da(s) representação(ões) é que estas estão condicionadas por aspectos ideológicos (VIZCARRONDO, 2012).

Quanto à representação no discurso jornalístico, há um interesse acadêmico crescente pelo “processo através do qual imagens de minorias são concebidas, estruturadas e apresentadas ao público pelos meios de comunicação de massa” (FREIRE, 2004, p. 45). Isso tem gerado diversos quadros teóricos neomarxistas, feministas e dos estudos coloniais, pós-coloniais e outros, além de métodos analíticos advindos de várias correntes, que têm se desenvolvido em vários campos de investigação: na sociologia da comunicação, na psicologia social e cognitiva, na linguística, dentre tantas outras áreas. São abordagens “estabelecidas ou emergentes do complexo processo de produção, circulação, consumo e contestação das representações midiáticas das minorias” (FREIRE, 2004, p. 46).

Especificamente, a análise crítica da representação distorcida ou da sub-representação discursiva de identidades sociais, incluindo “classes, gêneros, sexualidade, raças, etnias, nacionalidades nos meios de comunicação de massa se consolidou, desde os anos 1960, como um dos temas centrais da agenda dos estudos culturais e midiáticos” (FREIRE, 2004, p. 45). São investigações que condizem com a pauta de movimentos sociais, especialmente aqueles que reivindicam questões de identidade (FREIRE, 2004).

Buscando compreender a representação dos(as) pescadores(as) artesanais no discurso do *Jornal do Commercio*, entendemos que, no domínio jornalístico, é construído “um conjunto

de práticas sociodiscursivas que se apresentam como relevantes, do ponto de vista social” (MELO, 2010a, p. 17). Acreditamos também que a representação dessa cultura tradicional é elaborada a partir de conhecimentos, ideologias, normas e valores contidos na sociedade e na própria prática jornalística e que essas cognições “têm se forjado lentamente durante seu período de socialização profissional, mesmo quando exista uma variação individual e uma resistência acidental contra o consenso dominante” (VAN DIJK, 2011, s/p).

Com base em Resende (2015), também percebemos que os modos como se representa um grupo social em textos, especialmente jornalísticos, influencia a forma como a sociedade compreende esse grupo e reage às questões ou problemas em torno dele. Como Van Dijk (2015a, p. 26) explica, “é essa (subjéctiva) representação, esses modelos mentais de eventos específicos, esse conhecimento, essas atitudes e ideologias que, no fim, influenciam o discurso e outras práticas sociais das pessoas”.

Isso nos leva a refletir, também baseados em Resende (2015, p. 112), que “uma ontologia assim complexa do funcionamento da sociedade e da linguagem na sociedade exige uma epistemologia também complexa”, pois é por meio de textos que “materializamos gêneros – modos de ação discursiva – e discursos – modos de representação do mundo por meio dos quais reconstruímos discursivamente nossa experiência no mundo, e nos identificamos no mundo” (FAIRCLOUGH *apud* RESENDE, 2015, p. 112).

Pela sua penetração junto ao público, abrangência espaço-temporal e relevância na construção da própria realidade, o discurso jornalístico tem sido objeto não só de pesquisa, como também de denúncia na academia e por parte de entidades internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU). Com base em documento elaborado pela Oficina do Alto Comissariado para os Direitos Humanos (OACDH) da ONU, intitulado “Meios de Comunicação e Povos Indígenas” (OACDH, 2007), Zamora (2016) explica no seu estudo sobre a representação de conflitos étnico-sociais no Peru que, com frequência, os meios de comunicação transmitem uma visão tendenciosa sobre povos indígenas na América Latina.

Segundo a ONU, ainda se encontram em jornalistas e profissionais da imprensa preconceitos arraigados de discriminação, racismo e de negação de direitos de comunidades indígenas. Sem medo de sermos levianos e sustentados por diversos estudos (CASTAGNANI; COLORADO, 2009; DE LA FUENTE, 2006; MELO, 2010a; MURGIA, 2018; RICHARDSON, 2007; VAN DIJK, 2003a, 2007, 2011; ZAMORA, 2016), estendemos essa observação para outras minorias sejam elas étnicas, de classe, de gênero, religiosas etc.

O comportamento dos jornalistas se explica, em parte, porque como vimos, a maioria deles, no mundo ocidental, pertencem ao grupo dominante de homens, brancos, de classe média

que “pertencem a grupos sociais que estão representados na sua ideologia e práticas sociopolíticas, o qual se reflete quando elaboram as notícias” (VAN DIJK, 2011, s/p). Por outro lado, sua experiência étnica limitada incide na “apuração das notícias e, da mesma forma, a reforça” (VAN DIJK, 2003a, p. 236).

A OACDH (2007, p. 12) também constata que a mídia divulga informação “inventada, tendenciosa, falsa ou que expressa preconceitos que tem a sociedade ou alguns grupos interessados em dar uma perspectiva ou uma visão negativa dos povos indígenas”. Por outro lado, Magalhães *et al.* (2017, p. 46) ressaltam que vários estudos linguísticos têm analisado como a linguagem jornalística “é utilizada de modo específico, institucionalizado e rotineiro, como meio de representar de modo desfavorável o grupo em desvantagem”.

Vale lembrar que, em investigação anterior, também observamos práticas sociodiscursivas similares, na imprensa brasileira, em relação aos pescadores e pescadoras artesanais, em que dados secundários apontaram que a mídia impressa, em geral, representa o grupo como ignorante, analfabeto, atrasado (FOX, 2010). No que tange à percepção do público/audiência sobre as minorias, a influência da mídia é significativa. Particularmente, no que se refere a “tipos específicos de eventos sociais e políticos, incluídos aqueles que tratam de relações étnicas, os meios [...] são a fonte principal de informação e de crenças utilizadas para compor a estrutura interpretativa de tais eventos” (VAN DIJK, 2003a, p. 233).

O mesmo pode ser dito sobre a cobertura midiática da violência, envolvendo delitos, crimes ou eventos trágicos. Esses acontecimentos se convertem em fonte de difusão e legitimação de rótulos e generalizações, colaborando para a disseminação de preconceitos, estereótipos e mesmo de pânico morais. Em sua investigação sobre a representação do bairro do Raval, em Barcelona, na imprensa catalã, Jiménez (2010, p. 2), observou que “a insegurança cidadã e o temor do outro são alguns dos tópicos recorrentes nesses discursos. Isto pode contribuir com a estigmatização de [...] grupos e dos bairros urbanos que habitam”.

Nessa mesma linha de pensamento, Zamora (2016, p. 29) destaca que o discurso dos meios “têm um grande impacto sobre as relações interculturais. A representação midiática dos diferentes grupos étnicos é a chave na formação de percepções, opiniões, atitudes e comportamento frente ao outro”. Isso porque a mídia exerce um papel “fundamental no tratamento de assuntos étnicos e o faz promovendo tanto preconceitos como, indiretamente, as práticas sociais discriminativas, baseadas em crenças negativas [...] sobre os ‘Outros’” (VAN DIJK, 2007, p. 30).

Para se ter uma ideia da “responsabilidade” (ou melhor: irresponsabilidade) da mídia em questões étnicas, no seu estudo sobre o conflito armado no Peru, entre 1980 e 2000, em que

70 mil vidas foram perdidas, sendo a maioria de povos indígenas quéchua-falantes, Zamora (2016, p. 24) assinala com base na Comisión de la Verdad y Reconciliación de Perú (CVR), que os meios de comunicação de massa foram um dos atores sociais que “não ajudaram a diminuir a violência, mas que a fomentaram”.

E como a fomentaram? Segundo o autor, a mídia “desenvolve processos de representação através de um discurso [...] que constrói uma imagem estereotipada dos povos indígenas para justificar a exploração de um território ancestral indígena na Amazônia peruana” (ZAMORA, 2016, p. 25). Além disso, os meios representam os povos indígenas como inferiores e “como obstáculo ao progresso mediante a repetição de estereótipos coloniais” (ZAMORA, 2016, p. 26). Outras minorias parecem estar representadas no discurso midiático de maneira semelhante às comunidades indígenas, quase sempre “em contraste com a apresentação dos grupos de países poderosos” (VAN DIJK, 2015a, p. 75).

O discurso jornalístico ocidental também se caracteriza pela representação etnocêntrica e estereotipada de países e povos em situação de desvantagem social, como Van Dijk (2015a, p. 78) comenta: “há um foco sobre alguns poucos tipos de acontecimentos e atores, que são [...] estereótipos, quando não negativos: pobreza, ausência de (nosso tipo de) democracia, ditadura, violência e guerra civil, ‘atraso’ tecnológico e cultural”. Em termos gerais, as minorias:

(a) tendem a ter menos acesso aos meios de comunicação de massa dominantes; (b) são menos usados como fonte de notícia usuais e confiáveis; (c) são descritos de forma estereotipada, se não negativa, principalmente como um ‘problema’, se não como um fardo ou mesmo uma ameaça a nossos valiosos recursos; (d) são tidos como ‘deficientes’ ou ‘atrasados’ de várias maneiras, quando comparados a nossos objetivos, normas, conhecimento ou cultura; e, portanto, (e) precisam da nossa ajuda, compreensão e apoio (altruístas), pressupondo que se adaptam a nossas normas e ideologias sociais e políticas (VAN DIJK, 2015a, p. 75-76).

Tendo em perspectiva essas reflexões, buscamos compreender como se desenvolvem os processos sociocognitivos de representação dos(as) pescadores(as) artesanais na imprensa. Especialmente, porque retratos eurocêntricos, classistas, estereotipados e preconceituosos podem ser encontrados em todos os níveis da organização textual jornalística: nos títulos, no léxico, no estilo sintático, nos papéis semânticos dos atores sociais etc. Para completarmos o arcabouço teórico-metodológico que nos permita realizar essa tarefa, no próximo capítulo, apresentamos as principais correntes da ACD, na Europa e no Brasil. Embora pareçam fugir do nosso escopo, tais contribuições trazem importantes reflexões na construção desta tese, pois compartilham com os ECD o objetivo de desvendar estratégias discursivas de poder e dominação de elites simbólicas sobre outros grupos.

3. A DIMENSÃO DO PODER NOS ESTUDOS DO DISCURSO

Se você é capaz de controlar as pessoas pela força, não é tão importante controlar o que pensam e sentem. Mas se perder a capacidade de controlá-las pela força, torna-se necessário controlar suas atitudes e opiniões
(CHOMSKY; BARSAMIAN, 2006, p. 28).

3.1 Apresentação

Neste capítulo buscamos cumprir uma parte do sexto objetivo específico da nossa tese, que é traçar o marco teórico-metodológico que contribua na nossa análise de estruturas sociocognitivas na representação dos(as) pescadores(as) artesanais no discurso do Jornal do Commercio. Em um primeiro momento, fazemos um resgate histórico sobre o desenvolvimento da ACD e seus principais representantes na Europa, nos Estados Unidos e no Brasil, bem como da linha sociocognitiva de Teun A. van Dijk, à qual aderimos neste trabalho.

Relatamos a trajetória da ACD, pois com Gill (2002, p. 224) consideramos que a análise do discurso envolve uma variedade de enfoques “no estudo de textos, desenvolvida a partir de diferentes tradições teóricas e diversos tratamentos em diferentes disciplinas”. Para nós, não existe uma única análise do discurso, mas formas diferentes de análise. O que essas teorias partilham conosco é uma “rejeição da noção realista de que a linguagem é simplesmente um meio neutro de refletir ou descrever o mundo e uma convicção da importância central do discurso na construção da vida social” (GILL, 2002, p. 224).

Direcionamos nossa argumentação para as categorias sociais *poder* e *dominação*, na ACD, e *poder* e *abuso de poder*, nos ECD, refletindo sobre o papel que o discurso jornalístico tem na (re)produção de formas abusivas de poder exercidas por elites simbólicas. Essa perspectiva nos interessa sobretudo, pois sabemos que a dominação resulta em *controle social* e *cognitivo* da sociedade, em geral, e *desigualdade* e *exclusão social* de grupos subalternizados, a exemplo dos(as) pescadores(as) artesanais, em particular.

3.2 Origens e desenvolvimento da ACD

Até a década de 1960 prevalecia no campo da linguística europeia e norte-americana uma hegemonia estruturalista, determinada pela Teoria do Signo e do Estruturalismo Linguístico, do pensador suíço Ferdinand de Saussure (1857–1913) e daqueles que fundamentam nele suas teorias. Nesse período, surgem no ocidente trabalhos sobre enunciação

e “embora o interesse dos linguistas pelos problemas enunciativos remonte aos anos 1910 e 1920 na Europa e na Rússia [...], seu desenvolvimento é interrompido pela expansão rápida do modelo estruturalista” (PAVEAU; SARFATI, 2006, p. 174 – 175), cujo cunho positivista estava muito em voga.

Portanto, tratar sobre os primórdios da análise do discurso requer alguns levantamentos históricos, pois “não se pode fazê-la depender de *um* ato fundador, já que ela resulta, ao mesmo tempo, da *convergência* de correntes recentes e da *renovação* da prática de estudos muito antigos de textos retóricos, filológicos ou hermenêuticos” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2014, p 43).

O que sabemos é que o linguista estruturalista Zellig Harris⁵⁸ (1909 – 1992) confere, pioneiramente, relevância ao termo “análise do discurso”, em 1952 (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2014; FARACO, 2003). Nesse recorte, o estudioso lança “um enfoque mais amplo de investigação do que o propiciado pela noção de frase, até então a unidade básica de estudo na área da linguagem” (MAGALHÃES *et al.*, 2017, p. 39).

Para Cleide Pedrosa (2005, p.1), no percurso histórico da disciplina também é importante considerar os estudos desenvolvidos pelo filósofo Michel Pêcheux⁵⁹ e o lexicógrafo Jean Dubois⁶⁰, na década de 1960, na França. Estes pensadores concebem uma abordagem analítica baseada em Zellig Harris e na reelaboração da teoria marxista sobre ideologia feita por Althusser⁶¹. Pêcheux, inclusive, está entre “aqueles que inspiram o projeto da ACD” (PEDRO, 1998, p. 23).

Ainda nos anos 1960, Dell Hymes⁶² introduz a noção de “evento comunicativo”, na antropologia. Com isso, além de inaugurar uma perspectiva de estudo “do uso da língua em diferentes sociedades e culturas que supera, em complexidade, a linguística estrutural e

⁵⁸ De origem ucraniana, Zellig Harris estabeleceu-se nos EUA, onde fundou o primeiro departamento de linguística do país, na Universidade de Pensilvânia. Destacou-se por seus estudos na linguística estrutural.

⁵⁹ Psicólogo e filósofo francês, Michael Pêcheux (1938 – 1983) foi discípulo de Louis Althusser (1918-1990). Nele, a linguagem é uma manifestação da ideologia e das estruturas do inconsciente psíquico, permitindo uma compreensão da determinação histórica dos processos semânticos. Segundo Orlandi (2005, 2007), Pêcheux considera que a ideologia se materializa no discurso e o discurso, por sua vez, se materializa na língua, trabalhando a relação língua-discurso-ideologia. Para o estudioso, o discurso é o espaço onde esta relação acontece. Outra noção criada por ele é a de *processo discursivo*, sendo ligada a teoria das formações discursivas, usadas por alguns autores da ACD. Na linha faircloughiana, o processo discursivo possibilita “ver como o discurso emerge em um processo histórico em que os diversos textos sucedem-se, contribuindo a seu modo para esse movimento de fixação, deslocamento e dominância de sentidos” (MAGALHÃES *et al.*, 2017, p. 41).

⁶⁰ Jean Dubois (1920-2015) é um linguista e lexicógrafo francês.

⁶¹ Louis Althusser (1918–1990) é um filósofo marxista, habitualmente considerado estruturalista.

⁶² Dell Hymes Hathaway (1927 - 2009) é um linguista, sociolinguista, antropólogo e folclorista, cujo trabalho estabelece as bases disciplinares para o estudo comparativo e etnográfico do uso da linguagem. É autor do modelo S.P.E.A.K.I.N.G, que identifica dezesseis componentes da linguística interacional agrupados em oito elementos: cena e cenário; participantes; fins; sequência de ato; chave; instrumentalidade; normas e gênero.

gerativista da época” (VAN DIJK, 2015b, p. 16), possibilita a análise dos parâmetros do contexto. Essa investigação se articula, posteriormente, na sociolinguística, a partir do linguista americano John Gumperz⁶³, na etnografia da fala ou da comunicação, “constituindo assim uma linha importante na antropologia linguística e um dos fundamentos históricos dos Estudos do Discurso” (VAN DIJK, 2015b, p. 16).

Para além das correntes linguísticas que deram origem aos Estudos do Discurso, o seu surgimento “se relaciona com o (re)nascimento da semiótica, sobretudo, nos estudos de literatura e arte e particularmente na França, e em relação com a linguística estrutural, por exemplo, na investigação de Roland Barthes” (VAN DIJK, 2015b, p. 17). Outros autores nessa construção são Claude Lévi-Strauss (1908 – 2009), Vladímir Propp (1895 – 1970) e Algirdas Greimas (1917 – 1992), nos quais observa-se o “desenvolvimento interdisciplinar entre semiótica, literatura e linguística” (VAN DIJK, 2015b, p. 17).

Simultaneamente, em diversos países europeus, especialmente na Alemanha, há uma “extensão do objeto e do âmbito do estudo da linguística para a *gramática do texto ou do discurso*” (VAN DIJK, 2015b, p. 16). Teun Van Dijk, por exemplo, desenvolve algumas noções dessa gramática e, na sua tese de doutorado, *Some Aspects of Text Grammars* (1972), propõe conceitos chave, a exemplo da coerência. Na época, a linguística funcional tcheca também desenvolve funções comunicativas como tópico, comentário e outras, também voltadas para uma aproximação da coerência do discurso (VAN DIJK, 2015b).

As pesquisas sobre o discurso começam a ganhar maior relevância a partir de 1970, após o reconhecimento que os estudos linguísticos não deveriam mais se restringir “à análise gramatical de sistemas linguísticos abstratos ou ideais” (VAN DIJK, 2002b, p. 11), porém, ao uso efetivo da língua, a qual precisaria “ser objeto empírico das teorias linguísticas” (VAN DIJK, 2002b, p. 11).

Especificamente, em relação à ACD, o linguista inglês Norman Fairclough (2001, p. 46 – 47) relata que as ideias pilares da disciplina surgem, quando um grupo de pesquisadores desenvolve a Linguística Crítica (LC), na Universidade de East Anglia, na Inglaterra, nos anos 1970. Essa linha articula “um método de análise da linguística textual com uma teoria social do funcionamento da linguagem em processos políticos e ideológicos, recorrendo à teoria

⁶³ John Gumperz (1922 – 2013) é um sociolinguista estadunidense responsável pelo desenvolvimento da sociolinguística interacional, que investiga a maneira como os falantes de uma língua interagem socialmente. Sua pesquisa sobre as línguas na Índia, a alternância de código na Noruega e a interação conversacional contribuíram no estudo da sociolinguística, da análise do discurso, da antropologia linguística e da antropologia urbana.

linguística funcionalista associada com Michael Halliday⁶⁴ [...] e conhecida como linguística sistêmica”. Segundo Van Dijk (2015b, p. 16 - 17), noções como *transitividade* e *tema* propostas por Halliday ainda se limitavam a servir a análise da estrutura de cláusulas e não de textos completos. Mas, em 1976, o autor publica *Cohesion in English* “o primeiro livro sobre as estruturas gramaticais que expressam as relações entre as orações do texto” (VAN DIJK, 2015b, p. 17).

Para Fairclough (2001, p. 55), a LC acaba dando ênfase maior a análise linguística, mas oferece pouca teoria social e escassa discussão e desenvolvimento dos conceitos de ideologia e poder. Já a escola francesa de AD ressalta a perspectiva social, mas a análise linguística não é eficiente. Sobre a segunda perspectiva, o autor opina que a sua força e o motivo de considerá-la “crítica” reside no fato de que “ela casa uma teoria marxista do discurso com métodos linguísticos de análise textual”, embora o tratamento dos textos não seja satisfatório. Para Pedrosa (2005, p. 1), apesar de terem diferentes abordagens, a AD Francesa e a LC fazem parte de teorias críticas que consolidam estudos em torno de “mudanças sociais como perspectiva de análise”.

Embora tenham esse ponto em comum, ambas as teorias têm uma visão estática das relações de poder, dando demasiada ênfase ao “papel desempenhado pelo amoldamento ideológico dos textos linguísticos na reprodução das relações de poder existentes” (FAICLOUGH, 2001, p. 20). Além disso, prestam “pouca atenção à luta e à transformação nas relações de poder e ao papel da linguagem” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 20). Pedrosa (2005, p.1) concorda com essa visão e diz que essas teorias consideram apenas “a linguagem em si e seu papel”.

Da sua parte, Resende e Ramalho (2014, p. 21) salientam que a ACD e a AD Francesa pertencem historicamente “a ramos distintos do estudo da linguagem”. E, segundo Van Dijk (2015b), no que tange às abordagens gramaticais, há uma falta de contextualização social e cultural. Os estudos, em geral, continuam recorrendo “às mesmas categorias criadas pela estrutura gramatical ou gerativa” (VAN DIJK, 2015b, p. 18). Para o linguista, as raízes da

⁶⁴ Halliday (1925 – 2018) é linguista, filósofo, pedagogo e professor universitário australiano de origem britânica, conhecido por ter desenvolvido a Linguística Sistêmico-Funcional (LSF). Segundo Orlandi (2007), ele pode ser situado no estruturalismo europeu. O autor considera o texto uma passagem de qualquer comprimento que forma um todo unificado, pensando a linguagem em uso. Nessa proposta, o texto é tratado como unidade semântica, não sendo constituído de sentenças, mas *realizado por sentenças*, o que inverte a perspectiva linguística. Halliday renova a reflexão jackobsoniana sobre as funções da linguagem e as reduz a três funções apenas: *ideacional, interpessoal e textual* (MARCUSCHI, 2008, p. 33-34).

análise crítica se encontram “nos desenvolvimentos de perspectivas microsociológica e etnometodológica da interação que impulsionaram Garfinkel⁶⁵ e Goffman⁶⁶, na sociologia dos anos 1960” (VAN DIJK, 2015b, p. 18). Categorias analíticas e noções, próprias do discurso, como “coesão, coerência, macroestruturas, superestruturas e outras estruturas convencionais dos gêneros discursivos aparecem somente nos estudos do discurso, a partir dos anos 1970, e de forma cada vez mais independente da linguística e da gramática oracional” (VAN DIJK, 2015b, p. 17). Charaudeau e Maingueneau (2014, p. 45) explicam que, na análise do discurso, é possível distinguir alguns grandes polos, dentre os quais detalham:

1) os trabalhos que inscrevem o discurso no quadro da *interação* social; 2) os trabalhos que privilegiam o estudo das *situações* de comunicação linguageira e, portanto, o estudo dos gêneros do discurso; 3) os trabalhos que articulam os funcionamentos discursivos com as condições de *produção* de conhecimentos ou com os *posicionamentos ideológicos*; 4) os trabalhos que colocam em primeiro lugar a *organização textual* ou a seleção de *marcas* de enunciação (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2014, p. 45).

Os autores tecem uma crítica sobre várias pesquisas que se dizem de análise do discurso, mas não visam, prioritariamente, compreender os funcionamentos discursivos, “mas se contentam em estudar fenômenos muito localizados para elaborar interpretações sobre *corpora ideologicamente sensíveis*” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2014, p. 45). Nesse enquadre, eles situam a AD Francesa e a ACD que colocam seus conhecimentos “a serviço de um projeto militante”, sendo a segunda voltada para o estudo de “formas de poder que se estabelecem por meio do discurso, entre os sexos, as raças, as classes sociais” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2014, p. 45). Sobre esse empreendimento, os estudiosos questionam se “o desvelamento de uma ideologia nos textos não implica em outra ideologia no analista?” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2014, p. 45).

Como produtor de conhecimento, o analista crítico do discurso precisa participar de práticas específicas no domínio acadêmico (ERNST-PEREIRA; MUTTI, 2011). Entretanto, essa posição não demanda dele uma postura neutra (FONSECA, 2014), pois na ACD praticamos uma investigação que requer um posicionamento ideológico explícito, comprometido e solidário com os grupos sociais dominados. Afinal, “para os analistas críticos do discurso, é fundamental a consciência explícita do seu papel na sociedade” (VAN DIJK,

⁶⁵ Harold Garfinkel (1917 – 2011) é um dos fundadores da tradição fenomenológica, na sociologia estadunidense, denominada pelo autor de *etnometodologia*. Ele enfatiza a indexicalidade da linguagem e as dificuldades que isso gera para a produção de informes objetivos sobre o fenômeno social estudado. Para ele, tais informes são reflexivos ao entorno em que são produzidos, ou seja, dependem desse entorno para seu significado e sentido.

⁶⁶ O sociólogo Erving Goffman (1922 – 1982) é considerado o pai da microsociologia. Estudou as unidades mínimas da interação entre as pessoas, centrando-se sempre em grupos reduzidos.

2015a, p. 114) e “a formulação, a descrição e a explanação de teorias [...] são sociopoliticamente ‘situadas’, quer gostemos disso ou não” (VAN DIJK, 2015a, p. 114).

Quanto aos marcos fundadores da disciplina, Magalhães *et al.*, (2017, p. 21) relata que, desde a publicação do artigo de Fairclough *Critical and descriptive goals in discourse analysis*, em 1985, no *Journal of Pragmatics*, a ACD passa a ser uma área “voltada ao estudo de problemas sociais”, além de desencadear “uma série de importantes debates no Centro de Linguagem na Vida Social, na Universidade de Lancaster (Reino Unido)”.

Porém, é nos anos 1990 que a ACD ganha força, concebendo a linguagem como uma prática social e, portanto, essencialmente dinâmica. Com base em Wodak (2003), Resende e Ramalho (2014, p. 21) historiam que estudiosos da área se reúnem “em um simpósio realizado em janeiro de 1991, em Amsterdã”. Dentre eles, Teun A. Van Dijk, Norman Fairclough, Gunter Kress, Theo van Leeuwen e Ruth Wodak. Nesse encontro, os pesquisadores discutem diferenças e semelhanças em torno dos seus enfoques, além de conceitos e métodos de análise crítica. Para Pedrosa (2005, p. 1), o interessante é que, embora eles apresentem diferentes abordagens, a ACD surge em um grupo “internacional e heterogêneo, porém, estreitamente inter-relacionado”.

A preocupação central desta vertente é “investigar as conexões do uso de formas discursivas com a produção, a manutenção e mudança de relações de poder” (MEURER, 2005, p. 86). Para Magalhães *et al.*, (2017, p. 37), a ACD “lança um olhar profundo e contemporâneo sobre a linguagem e suas implicações com a realidade social como até então nenhum campo de pesquisa da Linguística havia feito”. Pedro (1998, p. 23) considera que ACD partilha com outras abordagens de análise do discurso a indicação de tomar o texto como “o domínio adequado da teoria e da descrição linguísticas [...]. Mas, para além destes aspectos, tem o objetivo de fornecer uma dimensão crítica a análise dos textos”.

Nesse sentido, é uma abordagem “abertamente política e, portanto, potencialmente polêmica” (KRESS *apud* PEDRO, 1998, p. 24). Independente do enfoque, os principais teóricos da ACD têm alguns aspectos em comum, dentre eles, “a multidisciplinaridade, a preocupação social, o posicionamento político favorável ao grupo social em desvantagem e a divulgação dos resultados de pesquisa como forma de alerta das práticas de abuso de poder” (PACHECO, 2012, p. 440).

Especificamente sobre as diversas perspectivas da ACD, Meurer (2005) explica que estas evoluem e adotam diversas denominações ao longo do tempo. Dentre elas, o linguista brasileiro menciona a Linguística Crítica de Fowler, a Semiótica Social de Gunter Kress e Threadgold, a Consciência Crítica da Linguagem de Norman Fairclough, a Análise Crítica do

Discurso de Fairclough, Wodak, Chouliaraki e Van Dijk e, ainda, a Linguística Aplicada Crítica de Pennycook. A ACD é marcada pela diversidade e heterogeneidade das propostas que se expressam no teor e metodologia desenvolvida nos trabalhos de cada analista, conforme Pacheco (2012) detalha:

Enquanto Van Dijk partiu de uma abordagem cognitiva para explicar os mecanismos de processamento do discurso, Kress investigou como diferentes sociedades valorizam distintos modos de representação, voltado principalmente para a pesquisa educacional [...]. Por sua vez, van Leeuwen, no âmbito da ACD, trabalhou pioneiramente a relação de significados entre informações visuais e verbais nos textos e discursos, bem como o significado das imagens; Fairclough, além de estabelecer a base sócio-teórica da ACD, investigou os discursos da mídia de massa, como um espaço de manutenção de poder (PACHECO, 2012, p. 439 - 440).

Quanto as matrizes teóricas no projeto da ACD, Pedro (1998, p. 22) destaca a influência “de filósofos do Iluminismo, de Marx e, mais recentemente, de investigadores da Escola de Frankfurt”. Por sua vez, Fairclough e Wodak (2000, p. 370) observam que a ACD envolve uma análise desenvolvida dentro do marxismo ocidental. Segundo os autores, a perspectiva dá uma ênfase maior (do que outras formas de marxismo) à dimensão cultural, “sublinhando o fato de que as relações sociais capitalistas se estabelecem e se mantêm (se reproduzem) em boa parte no seio da cultura (e por consequência, da ideologia), não somente (nem sequer primordialmente) na base ‘econômica’”.

Nessa linha de pensamento, Fairclough e Wodak (2000) incluem pesquisadores e movimentos do pensamento social e político do século XX, que marcam fortemente a ACD, dentre eles, Antonio Gramsci, Louis Althusser e os filósofos frankfurtianos. Sobre Gramsci, os autores destacam que o poder ininterrupto da classe capitalista depende “de uma combinação da ‘sociedade política’ e da ‘sociedade civil’, sendo a primeira o domínio da coerção e a segunda o domínio da ‘hegemonia’, onde se ganha o consentimento ou a anuência da maioria ao *status quo*” (FAIRCLOUGH; WODAK, 2000, p. 370).

Ao acentuar a noção de hegemonia, Gramsci põe o acento na ideologia e “em como as estruturas e as práticas da vida cotidiana colocam as relações sociais do capitalismo dentro da rotina e das normas estabelecidas” (FAIRCLOUGH; WODAK, 2000, p. 371). Para Van Dijk (2015a, p. 24), a noção clássica de hegemonia como definida por Gramsci: “ganha substância através de uma análise muito mais explícita dos processos envolvidos, a saber, como as ideologias são reproduzidas e como as pessoas podem agir, do seu próprio livre-arbítrio, no interesse dos que estão no poder”. Mais especificamente, como as elites simbólicas podem produzir e reproduzir uma forma de *hegemonia sociocultural*, por meio “dos gêneros, dos

tópicos, das argumentações, dos estilos, da retórica, da apresentação da escrita ou das falas públicas” (VAN DIJK, 2015a, p. 50). Para Acioli e Falcone (2014, p. 168) a hegemonia pode, inclusive, “camuflar o autoritarismo de determinadas práticas sociais”.

Outro autor, segundo Fairclough e Wodak (2000), que se destaca na tradição do marxismo ocidental e cujas teorias são relevantes no desenvolvimento da ACD é Althusser, especialmente pelo seu aporte fundamental à noção de ideologia “para a reprodução ou transformação das relações econômicas” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 52). Para Althusser, “a ideologia não é um reino nebuloso de ‘ideias’, senão algo estritamente vinculado às práticas materiais imersas nas instituições sociais” (FAIRCLOUGH; WODAK, 2000, p. 371). Esse viés permite “investigar as práticas discursivas como formas materiais de ideologia” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 116).

No entanto, em Althusser (assim como na AD Francesa), o sujeito é um efeito direto da ideologia, ou seja, um sujeito social interpelado e assujeitado ideologicamente. Fairclough e Wodak (2000, p. 371) criticam essa visão e a consideram determinista, pois deixa pouco espaço para a ação dos indivíduos. Outro conceito chave do pensador francês, que Fairclough (2001) destaca, são os Aparelhos Ideológicos do Estado (AIEs). Estes envolvem instituições como a mídia, igreja, escola e outras, sendo “locais e marcos delimitadores na luta de classe, que apontam para a luta no discurso e subjacente a ele como foco para uma análise de discurso orientada ideologicamente” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 117). Segundo Pinto (1999), a função das ideologias como constitutivas da produção/reprodução dos sentidos sociais, por força dos aparelhos ideológicos, desenvolvida por Althusser, tem papel fundamental na análise do discurso. Nessa linha, os discursos são definidos como práticas sociais determinadas pelo contexto sócio-histórico.

Constatamos, assim, que Gramsci e Althusser cunham noções que influenciam a ACD, especialmente o marco teórico de Fairclough (2001). Dentre outros autores e instituições que aderem a esses conceitos estão Stuart Hall⁶⁷ e o Centro de Estudos Culturais Contemporâneos de Birmingham, no Reino Unido⁶⁸ (FAIRCLOUGH; WODAK, 2000; PEDRO, 1998).

As teorias de Michel Foucault⁶⁹ também inspiram pesquisadores da ACD. Embora o filósofo francês tenha se posicionado explicitamente contra o marxismo e a ideologia, sua obra

⁶⁷ Stuart Hall (1932 – 2014) é um sociólogo jamaicano e um dos principais referentes dos Estudos Culturais.

⁶⁸ Fundado em 1964, o Centro de Estudos Culturais Contemporâneos da Universidade de Birmingham, na Inglaterra, é um centro de pesquisas de fenômenos sociais. Os estudos se baseiam nas obras de Richard Hoggard, Raymond Williams e Edward Thompson, que estudam a comunicação, mediada pela cultura.

⁶⁹ Michel Foucault (1926 – 1984) é um filósofo, teórico social, filólogo, crítico literário e professor do Collège de France, entre 1970 e 1984. Ele estuda a relação entre poder e conhecimento e como estes são usados para o controle

“abre uma nova abordagem nas investigações sobre conhecimento, poder e sociedade, contribuindo [...] para a perspectiva transdisciplinar [...] da Análise do Discurso” (MAGALHÃES *et al.*, 2017, p. 39). Gill (2002, p. 246) situa Foucault no pós-estruturalismo que “rompeu com as visões realistas da linguagem e rejeitou a noção de sujeito unificado coerente, que foi por longo tempo o coração da filosofia ocidental”. Segundo a estudiosa, o trabalho de Foucault “está interessado não nos detalhes de textos falados e escritos, mas em olhar historicamente os discursos”. Para Foucault, os discursos são:

Sistemas de conhecimento das ciências humanas (a medicina, a economia, a linguística etc.), que informam as ‘tecnologias’ sociais e governamentais que constituem o poder na sociedade moderna. Realizam-se parcialmente nos modos de usar a linguagem e parcialmente de outras maneiras (por exemplo, no projeto das escolas ou das prisões) (FAIRCLOUGH; WODAK, 2000, p. 371).

As teorias foucaultianas provocam grande interesse entre os cientistas e militantes sociais e, embora Fairclough e Wodak (2000) julguem sua análise abstrata e sem ancoragem em um estudo detalhado dos textos, muitos analistas incorporam suas ideias. Um deles é o próprio Fairclough que, na sua Teoria Social do Discurso, usa conceitos subjacentes de Foucault, como “Ordem do Discurso”⁷⁰ e “Formação Discursiva”⁷¹, os quais expõem “de forma mais explícita possível a relevância do papel da linguagem na formação da realidade social e a relação dialética entre esses dois âmbitos” (MAGALHÃES *et al.*, 2017, p. 37).

Outro aspecto relevante na ACD é a noção de “teoria crítica”, que compõe a denominação Análise *Crítica* do Discurso ou, como alguns autores da linha faircloughiana no Brasil a denominam, Análise do Discurso *Crítica*, e mesmo Estudos *Críticos* do Discurso, termo cunhado por Van Dijk (2015b). Esse conceito, proveniente da Escola de Frankfurt, retoma os fundamentos de Marx e de filósofos precedentes como Kant, Hegel, Nietzsche e Freud para defender a inviabilidade de tratar os produtos culturais como simples epifenômenos da economia (FAIRCLOUGH; WODAK, 2000). A questão central que domina a Teoria Crítica, na visão de Correia (2007, p. 63), é “explicar a realidade social numa perspectiva da sua eventual transformação”

Os pensadores frankfurtianos se recusam “a tomar como evidente a ideia de que, dessas inovações tecnológicas, a democracia sai necessariamente fortalecida” (MATTELART;

social, por meio das instituições. Considerado por muitos como pós-estruturalista e pós-modernista, Foucault prefere classificar seu pensamento na história crítica da modernidade.

⁷⁰ Ordem do discurso se refere ao “conjunto abrangente de práticas discursivas no âmbito de uma instituição ou de uma sociedade e o relacionamento entre elas” (MAGALHÃES *et al.*, 2017, p. 41)

⁷¹ Nas perspectivas de Foucault e de Pêcheux, essa noção se refere aos “limites do que pode e não pode ser dito suscitados em uma dada formação ideológica”.

MATTELART, 2000, p. 72). Em termos gerais, a Teoria Crítica “interpela a possibilidade de abertura a outros modos de organização do mundo social, questão que só pode ser respondida no interior da política, ou seja, no decurso do exercício da cidadania” (CORREIA, 2007, p. 63). Nesses termos, os estudiosos consideram que os meios de comunicação de massa e outros produtos da indústria cultural são “suspeitos de violência simbólica, e são encarados como meios de poder e de dominação” (MATTELART; MATTELART, 2000, p. 72), sendo desse modo:

expressões relativamente autônomas de contradições dentro do todo social e advertem em alguns deles expressões da fisionomia social do presente, bem como das forças críticas que negam a ordem existente. *Destacam ademais a importância das condições subjetivas para a transformação revolucionária.* (FAIRCLOUGH; WODAK, 2000, p. 371 – 372, grifo nosso).

Um dos mais importantes pensadores da segunda geração da Escola de Frankfurt, que exerce “grande influência na sociolinguística e na pragmática alemãs e sobre alguns estudos da ACD” é o filósofo alemão Jürgen Habermas⁷² (FAIRCLOUGH; WODAK, 2000, p. 372). A tradição frankfurtiana, no entanto, também está presente no trabalho de outros pensadores, que influenciam obras de ACD, a exemplo de Pierre Bourdieu (1930 – 2002)⁷³ (VAN DIJK, 2004).

Habermas rompe com o pensamento da razão pessimista de Adorno e Horkheimer⁷⁴ e propõe reconstruir os núcleos de racionalidade ainda presentes e não explorados do projeto da modernidade, a partir da noção de *racionalidade ou razão comunicativa*. É uma “proposta de entendimento que leva em consideração, sobretudo, as relações sociais possibilitadas pela comunicação. Ao propor a racionalidade comunicativa, Habermas situa o entendimento entre os sujeitos, enquanto seres comunicativos, no propósito da razão” (LINS, 2016, p. 1).

A contribuição do pensador alemão com a ACD também se enquadra na ideia de ‘ciência crítica’. Em Habermas, a ciência deve ser “autorreflexiva (deve refletir sobre os interesses subjacentes a ela mesma) e deve considerar o contexto histórico em que ocorrem as interações

⁷² Jürgen Habermas (1929) é um filósofo e sociólogo alemão que participa da teoria crítica e do pragmatismo. Estuda a democracia, especialmente por meio da sua Teoria da Ação Comunicativa, da política deliberativa e da esfera pública. Ele é conhecido por suas teorias sobre a racionalidade comunicativa e a esfera pública.

⁷³ Pierre Bourdieu é um sociólogo francês, cuja obra é caracterizada como construtivismo estruturalista. Nessa visão, a realidade social é uma construção histórica cotidiana de atores coletivos e individuais. Alguns conceitos da sua teoria são *habitus*, *campo* e *capital cultural*.

⁷⁴ Nos anos 1940, Max Horkheimer (1895 – 1973) e Theodor Adorno (1903 – 1969) criam o conceito de Indústria Cultural que se interroga sobre as consequências dos novos meios de produção e transmissão cultural. “Analisam a produção industrial dos bens culturais como movimento global de produção da cultura como mercadoria” (MATTELART; MATTELART, 2000, p. 77). Habermas critica o paradigma da consciência que, em Horkheimer e Adorno, se reflete em uma descrença da razão. Ele transcende a perspectiva unilateral, considerando que o pessimismo racional desses autores tem ligação com o pensamento weberiano. Para o autor, Weber confundiu a razão burocratizada como a única razão social da modernidade. Cf. Habermas (1997).

sociais e linguísticas” (FAIRCLOUGH; WODAK, 2000, p. 372). Essa ideia é um ganho em termos de autocrítica, em pesquisa acadêmica, pois, enquanto as teorias científicas se baseiam na objetivação, as teorias críticas buscam ser reflexivas e “propõem-se à emancipação e ao esclarecimento, ao tornar os agentes cientes das coerções ocultas, libertando-se assim dessas coerções e deixando-os em condições de determinar onde se encontram seus verdadeiros interesses” (GEUSS, 1988, p. 91).

Em outras palavras, ao tornar as pessoas cientes da intencionalidade e coerção ocultas no discurso, Habermas põe em relevo a existência de um sujeito de ato e de fala, cuja produção de conhecimento não pode ser dissociada da comunicação. A nova racionalidade proposta pelo autor trata sobre: “o diálogo e a comunicação que buscam o consenso, no lugar do sujeito cartesiano solitário que não se constitui a partir de interações sociais” (ROSSETTI, 2010, p. 3). Parafrazeando Habermas, Silva e Gasparin (2005, p. 8) explicam que: “a racionalidade tem menos a ver com o conhecimento e a produção de saberes do que com o modo como os sujeitos, capazes de linguagem e de ação, fazem uso ou aplicam seus saberes”.

Como parte da sua Teoria da Ação Comunicativa, Habermas desenvolve o conceito de *Situação Ideal de Fala*. Para ele, o discurso racional (comunicativo) pode superar a comunicação distorcida, isto é, aquele discurso ideológico e opaco (da racionalidade científica). O filósofo propõe um modelo de ação comunicativa, em que as pessoas interajam e, por meio da linguagem, se organizem socialmente, buscando o consenso de uma forma livre de toda a coação (interna e externa).

Embora reconheçam a relevância da sua obra, Fairclough e Wodak (2000, p. 372) criticam a visão de Habermas sobre a interação humana e a consideram “utópica”, pois para eles “ocorre sem que se intrometam nela as relações de poder”. Para Chouliaraki e Fairclough (*apud* MAGALHÃES *et al.*, 2017, p. 129), Habermas e Marx têm um ponto em comum, pois “ambos falam de um potencial emancipatório não realizado na vida social”. Sendo que Habermas situa “esse potencial em formas de comunicação e de linguagem”. Baseados no filósofo alemão, Chouliaraki e Fairclough (*apud* MAGALHÃES *et al.*, 2017, p. 129) ponderam que “as inovações culturais (incluindo as novas formas de comunicação) ocorrem em resposta a crises nos sistemas econômicos, e criam as condições para inovações tecnológicas e a emergência de novos sistemas”.

Chouliaraki e Fairclough (*apud* MAGALHÃES *et al.*, 2017, p. 127) também encontram valiosas contribuições para o desenvolvimento de suas reflexões, na área de ACD, em autores como o geógrafo e teórico social David Harvey (1935) e o sociólogo Anthony Giddens (1938). No primeiro, por conta do seu raciocínio materialista que ancora “a cultura em mudança

econômica”, além de valorizar a dialética do discurso, ou seja, “que a mudança ocorrida no âmbito da modernidade tardia⁷⁵ em grande parte é uma mudança na linguagem” (MAGALHÃES *et al.*, 2017, p. 128).

Quanto ao aporte de Giddens, para a linha faircloughtiana, este se refere à “tendência globalizante da modernidade tardia, ou posterior, [...] no sentido da ação à distância, o que expande o alcance espaço-temporal do poder”. Esse processo envolve, na visão de Chouliaraki e Fairclough (*apud* MAGALHÃES *et al.*, 2017, p. 128 – 129), “o desencaixe das relações sociais de lugares e contextos específicos e sua generalização para além das fronteiras temporais e espaciais”.

Autores da filosofia da linguagem e da teoria literária russa, como Mikhail Bakhtin (1895 – 1975) e Valentín N. Voloshinov também influenciam o desenvolvimento da ACD (FAIRCLOUGH; WODAK, 2000), na Europa e, posteriormente, na América Latina. As ideias de Bakhtin são levadas para a França pela filósofa búlgaro-francesa Julia Kristeva, na década de 1960. A recepção do pensamento bakhtiniano é positiva, especialmente dentre os pensadores da AD Francesa, como Pêcheux, para quem o estruturalismo e o gerativismo não davam mais conta de analisar o discurso⁷⁶. Estes acabam absorvendo noções como o *dialogismo*, a *intertextualidade* e a *polifonia*, presentes em Bakhtin e nos integrantes do Grupo BMV (Bakhtin, Medvedev e Voloshinov)⁷⁷.

O objeto de estudo para o grupo BMV é a linguagem em funcionamento em um determinado contexto social, condições ou situações. O coletivo traz um novo olhar que não separa a linguagem como um objeto abstrato ou um sistema. O que interessa não é somente a forma, mas a relação do contexto narrativo com o discurso. Para o grupo, a fala só existe no diálogo e mesmo o discurso interior se dá na *dimensão dialógica*. “Os discursos mais íntimos, eles também, são inteiramente dialógicos: eles são atravessados pelas avaliações de um ouvinte virtual, de um auditório potencial, mesmo se a representação de tal auditório não aparece de forma clara no espírito do locutor” (VOLOSHINOV, 1930, p. 5).

⁷⁵ Para Giddens (*apud* MAGALHÃES *et al.*, 2017, p. 22) a modernidade tardia (ou posterior) trata das “transformações econômicas e socioculturais das três últimas décadas do século XX, em que os signos foram separados de sua localização específica por um processo de desencaixe de elementos sociais de contextos particulares, o que os torna disponíveis em outros contextos e em diferentes escalas regionais, nacionais e globais”.

⁷⁶ CUNHA, D.D. Curso Tópicos Avançados de Análise do Discurso. Aulas 1, 2 e 3. Recife, fevereiro a abril, 2016. PPGCL/Unicap. (Mimeo).

⁷⁷ Assim como Bakhtin, P. N. Medvedev e V. N. Voloshinov atuam como professores nas áreas de filologia, história, literatura etc., por volta dos anos 1920, na Rússia. Segundo Ivanova (2011), muitos autores acreditam que o nome de Voloshinov é apenas um pseudônimo de Bakhtin. Porém, há literatura atual em sentido contrário. Cf. *Bakhtin desmacarado*, de Bronckart e Bota (Parábola Editorial). Bezerra, B.G. Notas de orientação: Pré-banca de defesa de tese. Recife, 30/06/2020.

O conceito de *intertextualidade* adotado por Fairclough e outros representantes da ACD diz respeito a “ideia de que qualquer texto é um degrau numa cadeia de textos, ou seja, mantém relações de reação, incorporação e transformação com outros textos” (FAIRCLOUGH; WODAK, 2000, p. 372). E a noção de *polifonia* no discurso trata sobre como o discurso “se tece polifonicamente, num jogo de várias vozes entrecruzadas, complementares, concorrentes, contraditórias” (BRANDÃO *apud* ALVES, 2006)

Segundo Fairclough e Wodak (2000, p. 372), o trabalho de Voloshinov, escrito em 1928 e publicado em 1973, é considerado a primeira teoria linguística da ideologia. “Sustenta que os signos linguísticos (as palavras e também as expressões maiores) são o material da ideologia e que todo uso da linguagem é ideológico”. Em outras palavras, o terreno da luta de classe são os signos linguísticos e “uma das frentes na luta de classes é, precisamente, o sentido das palavras” (FAIRCLOUGH; WODAK, 2000, p. 372).

Em relação às primeiras publicações da ACD, podemos mencionar o livro *Prejudice and Discourse*, de Teun A. Van Dijk, publicado em 1984; o livro *Language and Power*, de Norman Fairclough, em 1989, e *Language, Power and Ideology*, de Ruth Wodak, em 1989. Além da revista *Discourse and Society*, cujo primeiro número circula em 1990, sob a edição de Van Dijk (ACIOLI; FALCONE, 2014). Apesar das diferenças, em termos teórico-metodológicos, esses pensadores têm um projeto em comum que envolve:

[...] aquilo que Fairclough (1989:1) define como a necessidade de corrigir uma subavaliação muito divulgada da importância da linguagem na produção, manutenção e mudança das relações sociais de poder e de aumentar a consciência de como a linguagem contribui para a dominação de umas pessoas por outras, já que essa consciência é o primeiro passo para a emancipação (PEDRO, 1998, p. 22).

Esses autores também coincidem que é necessário desnaturalizar as práticas discursivas, tornando “visível e manifesto aquilo que antes pode ter sido invisível e aparentemente natural” (PEDRO, 1998, p. 22). Ao fazer isso, “os analistas críticos do discurso pretendem mostrar o modo como as práticas linguístico-discursivas estão imbricadas com as estruturas sociopolíticas, mais abrangentes de poder e dominação” (KRESS *apud* PEDRO, 1998, p. 22).

Isso significa que a ACD também visa “produzir mudanças não apenas nas práticas discursivas, mas, também, nas práticas e estruturas sociopolíticas que apoiam as práticas discursivas” (PEDRO, 1998, p. 24). Para alcançar essa meta, os analistas se debruçam sobre categorias como ideologia, poder e suas formas de reprodução para a dominação.

Mais recentemente, têm crescido o interesse no desenvolvimento de estudos em uma perspectiva inversa, isto é, de analisar a “formação e estabelecimento de espaços e práticas de

significação de caráter contra hegemônico [...] um âmbito pujante, mas ainda pouco explorado no campo dos Estudos Críticos do Discurso” (CÁRDENAS, 2018, p. 127). Apesar da produção acadêmica ainda ser menor, essa linha tem se mostrado profícua na investigação de discursos de resistência, para a mudança social, gerados por grupos e movimentos sociais em situação contingente⁷⁸.

Independente da abordagem usada na ACD, não é fácil relacionar as “macro-noções, como grupo, poder e dominação institucionais ou, mesmo, desigualdade social e micro-noções, como texto, fala ou interação comunicativa” (PEDRO, 1998, p. 26). Por isso, uma das preocupações dos analistas críticos é encontrar “modos conceituais para a resolução deste problema que é, simultaneamente, teórico, metodológico e analítico” (PEDRO, 1998, p. 26).

Por outro lado, devido à complexidade dos problemas sociais com os quais a ACD lida, é indispensável uma abordagem multidisciplinar (PEDRO, 1998). Segundo a autora, Van Dijk é “quem mais enfatiza o papel da cognição na (re)produção das estruturas de poder e dominação, embora também encontremos essas preocupações [...] em Kress (1996) e Van Leeuwen (1996)” (PEDRO, 1998, p. 26).

Em outros pensadores, esse peso recai em categorias sociais e semióticas provenientes de diversos campos do conhecimento. Fairclough, por exemplo, desenvolve seu pensamento a partir de avaliações críticas e do aproveitamento de alguns aspectos valiosos de distintos estudos da linguagem (MEURER, 2005), dentre eles algumas das noções supramencionadas neste capítulo. Como Meurer (2005) explica:

[...] da pragmática ele incorpora a noção de linguagem como ação [...]. Do trabalho de Pêcheux (1982), ele adota a ideia de que a linguagem é uma forma material de ideologia. Da linguística de Fowler (*et al.*, 1979), adota a ideia de casar um método de análise linguística [...] com uma teoria social de funcionamento da linguagem (MEURER, 2005, p. 86).

Segundo Murgia (2018, p. 52), Fairclough (2003) concebe a sociologia como campo preferencial para estudar a ideologia. Consequentemente, a sua aproximação interpreta categorias discursivas relacionadas em termos sociológicos. Por exemplo, a semiose como uma atividade social constitui os gêneros, a semiose dentro da performance de posições sociais orienta estilos, e redes de práticas sociais relacionadas constituem as ordens do discurso (MURGIA, 2018).

78 Cf. Cárdenas (2018), Colorado (2014), Fox; Heinz (2019), Murgia (2018), Van Dijk (2019). Essas pesquisas corroboram observações apuradas durante a nossa participação no colóquio “Discurso y Resistência”, no *Center of Discourse Studies*, em 30 de março de 2019, em Barcelona, como parte do estágio de Doutorado-Sanduiche da Capes, realizado de outubro de 2018 a maio de 2019, em Barcelona, na Universidade Pompeu Fabra.

Ainda no campo da sociologia, como comentamos anteriormente, Fairclough (2001, p. 87) se apoia em noções de Anthony Giddens sobre estrutura social sustentadas no princípio de que existe uma relação bidirecional ou dialética entre o discurso e as estruturas sociais. Nesse marco, “o discurso constitui o social, como também os objetos e os sujeitos sociais”. Para Meurer (2005, p. 88), isso significa que “o discurso é simultaneamente influenciado pelas estruturas sociais e as influencia”.

Embora para Fairclough (2001, p. 88) o discurso molde as práticas discursivas e os sujeitos sociais, ele considera que “os processos constitutivos do discurso devem ser vistos [...] em termos de uma dialética, na qual o impacto da prática discursiva depende de como ela interage com a realidade pré-constituída”. Para Meurer (2005, p. 89), esse entendimento dos efeitos do discurso na sociedade não é determinista, pois, “rejeita a possibilidade de que todas as realidades resultem em práticas discursivas”. Outro aspecto relevante da Análise do Discurso Textualmente Orientada (ADTO) diz respeito à produção e ao consumo do discurso, que Fairclough (2001) admite como processos de *natureza parcialmente sociocognitiva*, pois,

envolvem processos cognitivos de produção e interpretação textual que são baseados nas estruturas e nas convenções sociais interiorizadas (daí o prefixo 'socio'). Na explicação desses processos sociocognitivos, uma preocupação é especificar (os elementos) das ordens de discurso (como também outros recursos sociais, denominados 'recursos dos membros') em que se baseiam a produção e a interpretação dos sentidos e como isso ocorre (FAIRCLOUGH, 2001, p. 99).

Apesar de aceitar que a análise de processos sociocognitivos deva ser em parte dedicada a como os membros de comunidades produzem seus mundos ‘ordenados’ ou ‘explicáveis’, Fairclough (2001, p. 101, grifo nosso) argumenta que “ao produzirem seu mundo, *as práticas dos membros são moldadas, de forma inconsciente*, por estruturas sociais, relações de poder e pela natureza da prática social em que estão envolvidos, cujos marcos delimitadores vão sempre além da produção de sentidos”.

Por outro lado, o linguista defende que a prática dos membros de um grupo social ou comunidade específica tem efeitos sobre as estruturas sociais, as relações sociais e as lutas sociais e, nesse aspecto, *os sujeitos nem sempre têm consciência*. Ele argumenta que “os próprios procedimentos que os membros usam são heterogêneos e contraditórios e contestados em lutas de natureza parcialmente discursiva” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 99).

Embora concordemos que há uma disputa pelo poder de produção, distribuição e consumo, especialmente do discurso público, e que “não há como pensar no discurso de maneira

estática, sem movimento” (BARROS, 2018, p. 43), a forma de abordar esses fenômenos tem motivado reticências em alguns autores.

Falcone (2008, p. 23), por exemplo, discute a influência da teoria clássica marxista na obra de Fairclough (2001), na qual, segundo a linguista, “a ideologia está atrelada à classe dominante e serve para a imobilidade social, à opressão”. Para a estudiosa dos ECD, a influência do marxismo na noção de discurso como mudança social “pode apontar possíveis contradições nos fundamentos epistemológicos dessa proposta” (FALCONE, 2008, p. 23), especialmente, tendo em vista que “língua e ideologia fazem parte da superestrutura social e não estão em relação recíproca com a infraestrutura, pois ambas são categorias rígidas, de difícil mobilidade” (FALCONE, 2008, p. 23). Nesse sentido, falar em mudança social pode realmente parecer incongruente.

Essa contradição parece estar presente também na dimensão do *sujeito*. Isso porque, se por um lado Fairclough (2001, p. 87) argumenta que os sujeitos podem contestar e reestruturar as práticas sociais não sendo: “meramente posicionados de modo passivo, mas capazes de agir como agentes e, entre outras coisas, de negociar seu relacionamento com os tipos variados de discurso a que eles recorrem”. Por outra parte, o autor diz que *o sujeito é sempre interpelado ideologicamente* e que suas *práticas são moldadas de forma inconsciente* e que *este nem sempre tem consciência* das estruturas e processos sociais. Assim, de certo modo, o linguista posiciona o ator social como parcialmente assujeitado ideologicamente.

Pennycook (*apud* PEDRO, 1998, p. 37) tece outras críticas sobre as formulações de Fairclough, apontando que nelas há “o entendimento da existência de um mundo ‘verdadeiro’ ofuscado pelas ideologias, cabendo à ACD a tarefa de remover esse véu de obscuridade e levando as pessoas a ver a ‘verdade’”. Em outras palavras, haveria um *mundo real* que “as posições ideológicas representam de modo falso” (PEDRO, 1998, p. 37). Para Pennycook, essa percepção também está presente em Fowler (1991). Pedro (1998), entretanto, julga infundadas as preocupações de Pennycook e diz que suas críticas não têm rigor⁷⁹.

Quanto às apreciações de Falcone (2008) de que as estruturas sociais e a língua seriam categorias rígidas, na teoria faircloughtiana, Resende considera que talvez elas sejam decorrentes de um equívoco de interpretação sobre esse modelo teórico. Para a linguista brasileira, esses questionamentos são bem resolvidos no modelo transformacional da atividade social ou de estrutura e ação de Bhaskar⁸⁰, que inspira a Teoria Social do Discurso. O realismo

⁷⁹ A esse respeito Cf. Pedro (1998).

⁸⁰ Ram Roy Bhaskar (1944 – 2014) é um filósofo inglês, fundador do realismo crítico.

crítico do filósofo indica uma relação entre estrutura e ação em que a estrutura permanece um *espaço aberto*, que pode ser modificado pela ação de indivíduos atuando na sociedade⁸¹.

O fato de que a ação social é estruturada não significa que seja determinada, pois, como Barros (2018, p. 42) explica, a abordagem da ACD está em consonância com o realismo crítico “por considerar o mundo social como um sistema aberto, em constante transformação”. Quanto a ação dos sujeitos no mundo, Resende (2017, p. 15, grifo nosso) esclarece que, embora sejam socialmente compelidos, estes se movimentam “no quadro de potencialidades dadas por um contingenciamento estruturante que à vez potencia e constrange o que podemos fazer/dizer, e como – *mas sem determinismos*”. Segundo a pesquisadora, esse movimento se dá por meio de uma “relativa liberdade de agir criativamente no quadro das potencialidades que governam nossa ação no mundo” (ARCHER *apud* RESENDE, 2017, p. 15). Nesses termos, a preocupação central da Teoria Social do Discurso é:

estabelecer conexões explanatórias entre os modos de organização e interpretação textual [...] como os textos são produzidos, distribuídos e consumidos em um sentido mais amplo, e a natureza da prática social em termos de sua relação com as estruturas e as lutas sociais. *Não se pode nem reconstruir o processo de produção nem explicar o processo de interpretação simplesmente em referência aos textos: eles são respectivamente traços e pistas desses processos e não podem ser produzidos nem interpretados sem os recursos dos membros* (FAIRCLOUGH, 2001, p. 99-100, grifo nosso).

Quanto a noção de ordem do discurso, esta é uma categoria abrangente em Fairclough (*apud* MURGIA, 2018, p. 52), “que compreende gêneros, discursos, estilos, tipos de atividades”. Segundo a autora, a aproximação do linguista inglês “é *orientada ao problema*, o que significa que a pesquisa deve ser delineada em torno de um problema com um aspecto semiótico” (MURGIA, 2018, p. 52). Além disso, Fairclough “identifica nas ordens do discurso – uma noção que tira de Foucault, o campo privilegiado de análise para a mudança social e discursiva” (MURGIA, 2018, p. 52). Usando as próprias palavras de Fairclough (2001), podemos dizer que o autor reúne a análise linguística e a teoria social em uma:

[...] combinação desse sentido mais socioteórico de ‘texto e interação’ na análise do discurso orientada linguisticamente. Esse conceito de discurso e análise de discurso é tridimensional. Qualquer ‘evento’ discursivo [...] é considerado como simultaneamente um texto, um exemplo de prática discursiva e um exemplo de prática social (FAIRCLOUGH, 2001, p. 22).

⁸¹ Resende, V.D.M. Notas de orientação. Sessão de pré-banca de defesa de tese. Recife, 30/06/2020.

No que tange ao cenário brasileiro, duas vertentes da ACD são bastante mobilizadas e estão consolidadas nacionalmente. Uma delas é a ADTO (MAGALHÃES *et al.*, 2017), que passa a ser definida como um campo de estudos, no Brasil, depois da professora Izabel Magalhães traduzir o livro de Fairclough, *Discourse and Social Change* (1992), intitulado em português *Discurso e Mudança Social*, publicado pela Editora da UnB, em 2001 (PEDROSA, 2012). A segunda linha é a Análise Sociocognitiva do Discurso de Teun A. Van Dijk.

A forte influência de Fairclough em produções acadêmicas brasileiras se constata no número de artigos publicados em revistas Qualis A. Dos 34 artigos publicados, entre 1998 e 2011, nesse tipo de publicações, “31 fazem referência a este autor, seja sozinho ou na obra em coautoria com Chouliaraki” (PEDROSA, 2012, p. 1). Outra característica da obra de Fairclough é sua aproximação ao texto, que tem como base a Linguística Sistêmico-Funcional, de Halliday (PACHECO, 2012).

No que se refere aos ECD, de Van Dijk, estes são voltados para “o estudo do discurso no sentido de cognição social, divergindo, nesse ponto, tanto de Fairclough (2003, 2010) como de Wodak” (MAGALHÃES *et al.*, 2017, p. 23). No período analisado por Pedrosa (2012, p. 2), apenas cinco trabalhos referenciam o linguista holandês. Segundo a autora, embora suas obras sejam mais traduzidas ao português, uma possível explicação para esse desempenho “é que os trabalhos em ACD aqui no Brasil, inicialmente, receberam influência de Izabel Magalhães e esta de Fairclough” (PEDROSA, 2012, p. 2), o que provavelmente facilitou uma maior adesão de pesquisadores à ADTO.

Outros autores estrangeiros da ACD, que também se destacam nas pesquisas brasileiras são: Ruth Wodak, Gunther Kress, Theo Van Leeuwen, Emília Ribeiro Pedro, Henry Widdowson e Roger Fowler. Quanto aos pesquisadores mais referenciados nacionalmente, estes incluem: Izabel Magalhães (UNB), Célia Magalhães (UFMG), Viviane Resende e Viviane Ramalho (UNB) e Viviane Resende (UNB) (PEDROSA, 2012). Vale salientar que esse panorama de publicações pode ter sofrido alterações, nos últimos oito anos, pois o levantamento de Pedrosa data de 2012.

Ainda sobre o cenário de produção acadêmica em ACD, Resende e Regis (2017) acreditam que o reconhecimento de Van Dijk, Van Leeuwen, Kress, Fairclough e Wodak, como os principais representantes da disciplina, internacionalmente, se deve a que estes tradicionalmente publicam em inglês. As autoras assinalam que, embora Siegfried Jäger também tenha participado no seminário inaugural, 25 anos atrás, seu nome raramente aparece porque ele publica principalmente em alemão. Essa desvalorização da produção linguística em outros idiomas também atinge os trabalhos em ACD, na América Latina, publicados em

espanhol e português. Isso, segundo as especialistas, “devemos à colonialidade do saber” (RESENDE; REGIS, 2017, p. 7)

Com base em Chouliaraki e Fairclough (*apud* MAGALHÃES *et al.*, 2017, p. 27), podemos considerar a ADTO “uma continuação da LSF e da LC, mas é preciso reconhecer os acréscimos que ela traz no debate”. Esse eixo se dedica a “análises de textos, eventos e práticas sociais no contexto sócio-histórico, principalmente no âmbito das transformações sociais, propondo uma teoria e um método para o estudo do discurso” (MAGALHÃES *et al.*, 2017, p. 27). Além disso, traz contribuições essenciais da linguística no estudo e debate de problemas sociais que geram assimetrias na sociedade, tais como “o racismo, o sexismo [...], o controle e a manipulação institucional, a violência, as transformações identitárias e a exclusão social” (MAGALHÃES *et al.*, 2017, p. 28).

Por outra parte, como Van Dijk (1993) observa, independente da filiação teórica dos pesquisadores fundadores da ACD, estes compartilham o objetivo maior de fazer uma análise linguística, semiótica ou discursiva voltada para questões de desigualdade e injustiça social. Nesse sentido, se posicionam em torno de um projeto central: desenvolver uma pesquisa discursiva que dê conta “dos aspectos históricos, ideológicos e de relações de poder” (WODAK *apud* FALCONE, 2012, p. 269).

Outro ponto convergente apontado por Falcone, com base em Wodak (2003), “é a *investigação da constituição de fenômenos*, e não apenas da sua interpretação ou explicação” (FALCONE, 2012, p. 269, grifo nosso). Assim, as pesquisas em ACD visam desenvolver “caminhos mais heurísticos que hermenêuticos, ou como definiu Wodak (2003): não se trata só de descrever, explicar, mas de arrancar a raiz do problema” (FALCONE, 2012, p. 269).

Embora haja muitos aspectos convergentes, os dois principais teóricos da ACD, no Brasil, não coincidem em alguns aspectos. Van Dijk, por exemplo, critica a abordagem de Fairclough por esta não considerar a cognição como “mediação entre o discurso e a sociedade” (PACHECO, 2012, p. 441). O estudioso também discorda da análise sistêmico-funcional usada na ADTO, pois, “não engendra estudos sociais aprofundados, além de igualmente trabalhar com uma visão desatualizada de contexto” (PACHECO, 2012, p. 441).

Em relação aos diferentes enfoques teórico-metodológicos nos Estudos do Discurso Críticos, na sua tese de doutorado sobre o discurso do movimento sociopolítico Hamas⁸², Murgia (2018) relata que a abordagem histórica de Wodak, por exemplo, trata sobre a mudança

⁸² O Hamas é um movimento social de resistência islâmica. Atualmente, é um partido político palestino que governa a Faixa de Gaza. Fundado durante a primeira intifada, em 1987, é conhecido pelo conflito palestino, especialmente pelos ataques israelenses à Faixa de Gaza. Cf. Murgia (2018).

que se desenvolve através do tempo, no discurso. Nessa visão, o contexto histórico e a mudança social são considerados o pano de fundo para os modos em que “gêneros particulares de discurso estão sujeitos a mudanças diacrônicas” (MURGIA, 2018, p. 51).

Para Murgia (2018), a autora austríaca conecta a dimensão social e a mudança a estratégias discursivas que podem ser “identificadas pelo significado de diferentes realizações linguísticas, tais como estratégias argumentativas e estudos de *topoi* [...] ou macroestratégias, tais como estratégias construtivistas, estratégias de perpetuação e legitimação, estratégias de transformação e estratégias destrutivas” (MURGIA, 2018, p. 51-52).

Outro estudioso que Murgia (2018) destaca na ACD é van Leeuwen, cujo trabalho em semiótica social se estende desde a análise dos textos à análise multimodal, “numa tentativa de cobrir os sistemas integrados do texto e imagem que podem ocorrer em diferentes tipos de comunicação e discursos” (KRESS; VAN LEEUWEN *apud* MURGIA, 2018, p. 52). Especialmente, o trabalho desse analista sobre atores sociais e ação propõe uma análise focada em categorias socio-semânticas ao invés de estruturas linguísticas, as quais são analisadas somente em relação ao contexto e a tais categorias (MURGIA, 2018).

Para finalizar esta seção, sintetizamos as principais abordagens da ACD e seus respectivos pensadores no quadro abaixo, tendo em perspectiva que nem sempre pode “haver harmonia entre teorias. Contudo, mesmo as teorias completamente díspares, incompatíveis, podem servir (cada uma) a propósitos específicos e relevantes” (PACHECO, 2012, p. 442). Afinal, como o autor comenta, com base em Demo (2009), “não dar conta de tudo não é um desacerto, é uma característica inescapável de toda teoria” (PACHECO, 2012, p. 442).

Quadro 4 – Abordagens ECD e respectivos autores

| ABORDAGENS | SIGLA | AUTORES |
|------------------------|-------|-------------------------|
| Histórico-discursiva | HD | Reisigl, Wodak |
| Linguística de Corpus | LiC | Mautner |
| Atores Sociais | AS | Van Leeuwen |
| Análise de Dispositivo | AD | Jäger, Maier |
| Sociocognitiva | SC | Van Dijk |
| Dialético-relacional | DR | Fairclough, Chouliaraki |
| Análise-multimodal | AM | Kress, Van Leeuwen |

Fonte: Meurer (2005); Wodak; Meyer (2015); Magalhães *et al.* (2017); Murgia (2018)

3.3 A dimensão do poder na ACD

A dimensão de poder tem sido amplamente estudada, discutida e usada nas ciências humanas e sociais e a análise do discurso não foge a esse debate. Embora “complexa” e “vaga”,

como o próprio Van Dijk (2015a, p. 10-13) a define, a noção de poder é essencial em estudos com foco linguístico, discursivo e de comunicação. Foucault é um dos principais pensadores do século XX que se debruça sobre o conceito, no campo discursivo, e, como vimos anteriormente, seus trabalhos arqueológicos e genealógicos influenciam os analistas do discurso, especialmente aqueles que trabalham com a ADTO (FAIRCLOUGH, 2001).

No livro “A identidade cultural na pós-modernidade”, Stuart Hall (1992, p. 42, grifo nosso) comenta que o filósofo francês traz à tona uma nova visão de poder: um *poder disciplinar e violento* que se preocupa com “a regulação, a vigilância, é o governo da espécie humana [...], do indivíduo e do corpo”. O local do poder, para Foucault, são as instituições “que ‘policiam’ e disciplinam as populações modernas – oficinas, quartéis, escolas, prisões, hospitais, clínicas” (HALL, 1992, p. 42).

Remetendo-se a Foucault, o sociólogo diz ainda que o objetivo básico do poder “consiste em produzir um ‘ser humano que possa ser tratado como corpo dócil’” (HALL, 1992, p. 42). Um corpo que se submete e obedece à vigilância, ao isolamento e à individualização imposta pelas instituições da modernidade tardia (HALL, 1992). Segundo Foucault (1979, p. 86), esse poder somente pode ser tolerado “na condição de que mascare uma grande parte de si mesmo. Seu sucesso é proporcional à sua habilidade para esconder seus próprios mecanismos”.

Na ADTO, a teoria foucaultiana de discurso é posta em funcionamento ao ser agregada a uma perspectiva linguística. Fairclough (2001, p. 24, grifo nosso) menciona, por exemplo, a relevância das “*tecnologias em formas modernas de poder*” e como estas se manifestam na linguagem. Desse modo, a linguagem pode ser uma forma de dominação e de força social, que serve para legitimar relações de poder estabelecidas institucionalmente.

Outro aspecto que o linguista inglês e pesquisadores da ADTO incorporam das reflexões foucaultianas é o *poder constitutivo* do discurso, “porque, por meio dele, os indivíduos constroem ou criam realidades sociais” (MEURER, 2005, p. 80). Assim, segundo Fairclough (*apud* MEURER, 2005, p. 82), “a linguagem, em suas diferentes manifestações discursivas [...] cria, reforça ou desafia: a) formas de conhecimentos ou crenças, b) relações sociais, e c) identidades ou posições sociais”. Em outras palavras, *o discurso é socialmente construtivo*, tendo o poder de constituir “os sujeitos sociais, as relações sociais e os sistemas de conhecimento e crenças” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 58). O poder construtivo do discurso é explicado pelo autor da seguinte forma:

Os discursos não apenas refletem ou representam entidades e relações sociais, *elas as constroem ou as ‘constituem’*; diferentes discursos constituem ‘entidades-chave’ (sejam elas ‘doença mental’, a ‘cidadania’ ou o ‘letramento’) de diferentes modos e

posicionam as pessoas de diversas maneiras como sujeitos sociais (por exemplo, como médicos ou pacientes), e são esses efeitos sociais do discurso (FAIRCLOUGH, 2001, p. 22, grifos nossos).

Trazendo essa reflexão para o nosso trabalho, isso significa que o domínio jornalístico, assim como outros discursos de poder dos quais tratamos no capítulo I (acadêmico, empresarial, governamental, religioso etc.) têm o poder de construir, constituir os(as) pescadores(as) artesanais, os(as) representando de diversas maneiras, desempenhando certos papéis, ocupando determinados espaços e lugares. Obviamente, isso tem efeitos na sociedade, em geral, e na mente das pessoas, em particular.

A ADTO também incorpora do trabalho de Foucault a ideia da natureza discursiva do poder, que se manifesta nas práticas e nas técnicas “do biopoder moderno (por exemplo, o exame e a confissão)” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 81). Outro ponto que essa abordagem absorve da obra foucaultiana é a natureza política do discurso (FAIRCLOUGH, 2001). Isso porque, em geral, o poder é classificado e expresso na linguagem, manifestando-se de acordo com “os usos que as pessoas fazem da linguagem e suas competências para tanto. Ele pode ser [...] negociado ou mesmo disputado” (PEDROSA, 2005, p. 3).

No sentido foucaultiano, o discurso é um *lugar de poder*. É por meio dele que grupos exercem o poder, mas é também *nele* que se disputa o poder, como Fairclough (2001, p. 82) explica: “a luta por poder ocorre tanto no discurso quanto subjacente a ele”. Na relação *linguagem e poder*, Foucault (2015, p. 10) observa que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo pelo que se luta, o poder do qual queremos nos apoderar”. Wodak também aborda essa percepção do poder no discurso:

Nos textos, as diferenças discursivas se negociam. Estão regidas por diferenças de poder que se encontram, por sua vez, parcialmente codificadas no discurso e determinadas por ele e pela variedade discursiva. Como consequência, os textos são com frequência arenas de combate que mostram as pistas dos discursos e das ideologias encontradas que contenderam e batalharam pelo predomínio (WODAK *apud* PEDROSA, 2005, p. 3).

Embora *o poder se situe na dimensão social e não se origine na linguagem*, Wodak (*apud* PEDROSA, 2005, p. 3, grifo nosso) esclarece que a linguagem pode valer-se do próprio poder para “desafiá-lo ou, mesmo, subvertê-lo, alterando-lhe as distribuições [...]. O poder não somente se efetiva no interior do texto [...], mas, também, *no controle que uma pessoa é capaz de exercer sobre uma situação social, através do texto*”.

Esse controle social também pode ser exercido por instituições de poder, como a imprensa, em relação aos mais variados tópicos e grupos sociais. Em seu artigo sobre como a

abordagem da Revista Veja do tema homossexualidade contribui para o preconceito contra pessoas com essa orientação sexual, Ramires e Fraga (2015, p. 72) destacam que a maneira “como os discursos são apresentados, materializam e naturalizam formas de controle do poder social – controle de um grupo sobre outros grupos e seus membros [...]”.

Esse argumento também sugere que o poder do discurso nasce no âmbito das relações sociais estabelecidas nas práticas sociais. Instituições e sujeitos poderosos se valem da linguagem para exercer o poder. É por isso que Fairclough (2001, p. 58) frisa que a ACD não se preocupa somente com as relações de poder no discurso, “mas também com a maneira como as relações de poder e a luta de poder moldam e transformam as práticas discursivas de uma sociedade ou instituição”.

Fairclough (2001, p. 28) também concebe que as práticas sociais são atravessadas por relações ideológicas de poder e hegemonia, “no sentido de um modo de dominação que se baseia em alianças, na incorporação de grupos subordinados e na geração de consentimento”. Para o pensador, as hegemonias “em organizações e instituições particulares, e no nível societário, são produzidas, reproduzidas, contestadas e transformadas no discurso” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 28).

Outro aspecto relevante é que *sempre há um poder social que se deriva de uma ordem do discurso*. Com base em Foucault (2014, p. 7), entendemos que o discurso institucional está na ordem das leis e que, portanto, todo poder advém dessa ordem discursiva. Com base em Fairclough (2003), Pedrosa (2005, p. 3) explica que essa noção se refere ao aspecto semiótico de uma ordem social, sendo “uma maneira em que as diferentes variedades discursivas e os diferentes tipos de discurso são postos juntos na rede”.

Fairclough (2001) considera ainda que a linguagem é ação social e, portanto, tem o *poder de intervenção sobre a estrutura social*, na medida em que constitui o mundo em significado, conforme explica o autor ao conceituar o termo discurso: “Proponho considerar o uso da linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 90-91). Assim, o discurso é “*uma forma que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros*” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 90-91, grifo nosso).

É por isso que uma das preocupações centrais da ACD “é investigar como a linguagem é usada para manter ou desafiar tais relações no mundo contemporâneo”. Para Fairclough e Wodak (*apud* MEURER, 2005, p. 82), “as formas de poder se articulam com trabalho ideológico”. É, portanto, indicado que os analistas do discurso enfatizem a interligação entre

ideologia, poder e discurso, “considerando que geralmente um está a serviço do outro nos mais variados textos e nas mais variadas práticas sociais” (MEURER, 2005, p. 83).

3.4 Abuso de poder/dominação nos ECD

Na América Latina, assim como no resto do mundo, é necessário desenvolver cada vez mais estudos não neutros, mas comprometidos “com um engajamento em favor de grupos dominados na sociedade” (VAN DIJK, 2015a, p. 15). Para Boaventura de Sousa Santos (2002), o modelo de desenvolvimento socioeconômico adotado em grande parte do planeta e nos países latino-americanos tem como base a racionalidade ocidental dominante, que está no poder há pelos menos duzentos anos, sendo fundamentada em uma “razão indolente”.

Tal indolência se (re)produz em um discurso perverso de globalização neoliberal, cujo fundamento é o capitalismo global, naturalizado como única solução viável para a construção e avanço da humanidade. A razão indolente desconsidera alternativas sociopolíticas que, além de combater o desperdício da experiência social (por exemplo, de culturas tradicionais), lutam contra a exclusão e discriminação⁸³ (SANTOS, 2002).

Nessa conjuntura, uma importante estratégia de resistência dos ECD tem afetado “o centro das ideologias e práticas neoliberais: o lucro” (VAN DIJK, 2015a, p. 36). A disciplina se configura como uma potente ferramenta para desvendar, denunciar e, principalmente, desnaturalizar problemas de “desigualdade social, da dominação e de fenômenos relacionados, em geral”, bem como “o papel do discurso, do uso linguístico ou da comunicação em tais fenômenos, em particular” (VAN DIJK, 2015a, p. 15).

O posicionamento político e a multidisciplinaridade dos ECD, nos possibilitam evidenciar injustiças cometidas contra os(as) pescadores(as) artesanais a nível macro, isto é, na dimensão do contexto cultural, sociopolítico, histórico e econômico, e relacioná-las à produção do discurso jornalístico que, a nível micro, pode (re)produzir práticas sociais iníquas, nos textos noticiosos. Assim, investigar propriedades do discurso e como estas “se relacionam a algo tão abstrato e geral como as relações de poder na sociedade” (VAN DIJK, 2015a, p. 9) está no coração dos ECD.

A noção de poder é, portanto, central para compreendermos “como as relações de poder são significadas, simbolizadas” (ORLANDI, 2005, p. 10) e, mais ainda, quais são as implicações dessas relações no âmbito social, tendo em vista que “muitos problemas

⁸³ Com base em Leibniz, Santos propõe uma *racionalidade cosmopolita*. Cf. Santos (2002).

fundamentais da sociedade podem ser estudados através de suas manifestações e reproduções no discurso, como no caso da pobreza” (VAN DIJK, 2003b, p. 10) e de outras mazelas sociais. Em uma instância maior é meta dos ECD “contribuir para uma mudança social específica em favor dos grupos dominados” (VAN DIJK, 2015a, p. 16; FAIRCLOUGH, 2001; WODAK, 2003).

Quando nos referimos ao “poder”, tratamos do *poder social*. Entretanto, na perspectiva sociocognitiva, o poder não é “ruim” por natureza, já que essa visão é tendenciosa e limitada (VAN DIJK, 2015a). Na opinião do linguista, o poder pode ser usado inclusive “para muitos propósitos neutros ou positivos, como quando pais e professores educam crianças, a mídia nos informa, os políticos nos governam, a polícia nos protege e os médicos nos curam” (VAN DIJK, 2015a, p. 27). Mas, quando o poder é exercido em benefício de um grupo e em detrimento de outros, ele é ilegítimo. Outra forma ilegítima de exercer o poder e dominar as pessoas é pela força física (VAN DIJK, 2015a).

Em termos gerais, o poder social de grupos, classes e organizações tem sido definido pelo “seu acesso preferencial a – ou controle sobre – *recursos materiais* específicos, tais como o capital ou a terra, *recursos simbólicos*, tais como o conhecimento, a educação ou a fama” (VAN DIJK, 2015a, p. 23). Isso quer dizer que muitas formas de poder podem ser definidas como *poder simbólico*, que envolve o “*acesso preferencial a – ou controle sobre – o discurso público*” (VAN DIJK, 2015a, p. 18, grifos nossos).

Esse tipo de poder é exercido por *elites simbólicas*, dentre elas “políticos, jornalistas, escritores, professores, advogados, burocratas e todos os que têm acesso especial ao discurso público” (VAN DIJK, 2015a, p. 23). O poder simbólico desses grupos é derivado de outros tipos de poder. Por exemplo, os jornalistas que trabalham em veículos de comunicação têm certo controle e acesso ao discurso público, devido ao seu poder comunicativo. O mesmo pode ser dito de professores, devido aos seus recursos de conhecimento, e de políticos por conta do seu poder político (VAN DIJK, 2015a).

Tendo o poder dois lados, os ECD devem ter um “discernimento especial das estruturas sociais, em geral, e das relações de poder, em particular”. Somente assim, é possível “examinar o *abuso do poder*, como tal abuso pode prejudicar as pessoas, e como a desigualdade social pode ser produzida e reproduzida na vida cotidiana” (VAN DIJK, 2015a, p. 27). Trata-se de um aspecto nevrálgico que interliga as “complexas relações entre estrutura social e estrutura discursiva, bem como no modo como as estruturas discursivas podem variar ou ser influenciadas pela estrutura social” (VAN DIJK, 2015a, p. 13).

As relações de poder se manifestam tipicamente na interação (VAN DIJK, 2015a). Essa posição teórica advém de estudos interacionistas realizados na interseção entre psicologia social e análise do discurso⁸⁴. Nos ECD, essa visão dá um passo à frente ao considerar que tendo um grupo (A) poder sobre outro grupo (B), tal relação implica que o exercício desse poder se mostre na *ação de controle*, sendo que esse controle não acontece somente no âmbito social mas também no cognitivo (VAN DIJK, 2015a).

Van Dijk (2015a, p. 41) explica essa relação da seguinte forma: “o controle social sobre B por meio das ações de A induz uma limitação no autocontrole de B. Em outras palavras, o exercício de poder por A resulta em uma limitação de liberdade de ação de B”, que envolve um controle cognitivo. Em resumo, isso significa que i) o poder social envolve controle, especificamente de um grupo de poder sobre outros grupos subalternos (PEDRO, 1998; VAN DIJK, 2015a); ii) esse controle ocorre no campo social e também no cognitivo, sendo um *controle da mente* das pessoas e, conseqüentemente, das suas *ações* e dos seus “*desejos, planos, crenças*” (VAN DIJK, 2015a, p. 41, grifos nossos); iii) se um grupo poderoso exerce um controle da mente das pessoas, isso afeta a própria mediação/interface cognitiva, porque limita e interfere na produção e compreensão do discurso. Conseqüentemente, dificulta a possibilidade de mudança social⁸⁵.

Na perspectiva dos ECD, outros conceitos que se relacionam à dimensão do poder são “dominação”, “crítica” e “ideologia”. Por exemplo, um estudo do discurso é considerado “crítico” se satisfaz uma ou várias das premissas “em que ‘dominação’ significa *abuso de poder social* por um grupo social” (VAN DIJK, 2015a, p. 15, grifos nossos). Dentre esses critérios, Van Dijk (2015a) aponta:

- i) Relações de dominação são estudadas principalmente na perspectiva do grupo dominado e do seu interesse; ii) As experiências dos (membros de) grupos dominados são também usadas como evidências para avaliar o discurso dominante; iii) Pode ser mostrado que as ações discursivas do grupo dominante são ilegítimas; iv) Podem ser formuladas alternativas viáveis aos discursos dominantes que são compatíveis com os interesses dos grupos dominados (VAN DIJK, 2015a, p. 15).

Isso também significa que o *abuso de poder* se manifesta em *diversas formas de dominação*. Segundo Van Dijk (2015a, p. 28, grifo nosso), a dominação se refere a “dimensão negativa de ‘abuso’ e, ainda, a dimensão de injustiça e desigualdade, isto é, de *todas as formas ilegítimas de ação e de situações*”. Para exemplificar, podemos dizer que existe um “abuso de

⁸⁴ Cf. McKinlay; Potter and Wetherell (1993)

⁸⁵ Heinz, E.K. Notas de orientação. Programa de pós-graduação em Ciências da Linguagem. Programa de Doutorado. Janeiro, 2020. Recife – Pernambuco. Também Cf. Van Dijk (2012, 2015a, 2016a).

poder” quando professores se aproveitam do seu conhecimento e posição acadêmica para acostrar, maltratar ou descartar alunos. Ou quando o governo brasileiro define políticas públicas que atendem aos interesses de grupos de elite em detrimento de grupos minoritários.

Em outras palavras, o *abuso de poder* é “o uso ilegítimo do poder” (VAN DIJK, 2008, p. 29, grifo nosso). Um abuso que viola “normas e valores fundamentais no interesse daqueles que têm o poder e contra os interesses dos outros”, sendo esses “outros” minorias ou grupos em situação contingente ou de desvantagem social. Os abusos de poder envolvem “a violação dos direitos sociais e civis das pessoas” (VAN DIJK, 2008, p. 29).

Cabe pontuar que os critérios do que é “legítimo” e “ilegítimo” são relativos, assim como as normas, os valores e o conhecimento. Isso porque esses aspectos “mudam historicamente e variam através das culturas – mesmo quando afirmamos cada vez mais que são ‘universais’” (VAN DIJK, 2008, p. 29). É por isso que, em determinadas épocas, já houve abuso de um poder ilegítimo, como no caso da escravidão de pessoas africanas, baseado em normas, valores e conhecimentos considerados, na época e pela maioria, legítimos⁸⁶.

É esse, portanto, o desafio dos ECD: identificar “o modo como o abuso de poder, a dominação e a desigualdade são representados, reproduzidos e combatidos por textos orais e escritos no contexto social e político” (VAN DIJK, 2015a, p. 113). Afinal, como reflexiona Falcone (2008, p. 19), “analisar discursos é desfazer ‘a’ realidade e propor um mundo constituído por realidades distintas, sendo essas realidades socialmente construídas e historicamente estabelecidas”. Em outras palavras, analisar um discurso nos permite mostrar que o mundo pode ser diferente e não tem que ser como é. Que realidades são construídas, mutáveis e não existem por natureza ou por essência, não são determinadas desde e para sempre⁸⁷.

3.4.1 Abuso de poder na mídia

Existem vários tipos de abuso de poder comunicativo, dentre eles, a doutrinação, a desinformação e a manipulação (VAN DIJK, 2008). A esse respeito, Pedro (1998, p. 26) observa que o poder utiliza formas muito eficazes de dominação, por meio da “persuasão, da dissimulação ou da manipulação – os casos da publicidade, da mídia, do discurso político são

⁸⁶ Cf. Van Dijk (2020, no prelo).

⁸⁷ Heinz, E.K. Notas de orientação. Programa de pós-graduação em Ciências da Linguagem. Programa de Doutorado. Agosto, 2016. Recife - Pernambuco.

disso exemplos paradigmáticos. Estratégias que encontram na produção textual a melhor garantia dessa eficácia”.

O abuso de poder também pode ser exercido por meio do controle das condições de produção, distribuição e consumo do discurso (VAN DIJK, 2015a). Tendo em vista que os meios massivos e seus proprietários detêm as condições financeiras, tecnológicas e simbólicas do discurso público, estes também controlam os padrões de acesso a esse espaço discursivo⁸⁸. Van Dijk (2015a, p. 50) nota, por exemplo, que “o acesso e a cobertura privilegiados (sejam negativos ou positivos) a respeito de protagonistas das notícias é um fator importante da reprodução do poder social a qual é mediada pelos meios de comunicação de massa”.

Por outro lado, as formas de poder midiático, organizacional, acadêmico e de outros domínios são eficientes “se fornecem acesso especial aos meios de produção discursiva e, portanto, ao gerenciamento das mentes do público” (VAN DIJK, 2015a, p. 23). Desse modo, as instituições de poder controlam o conteúdo do discurso público e, ainda, exercem controle do discurso dos grupos dominados, como Van Dijk (2015a) explica:

[...] pessoas não são livres para falar ou escrever quando, onde, para quem, sobre o que ou como elas querem, mas são parcial ou totalmente controladas pelos outros poderosos, tais como o Estado, a polícia, a mídia ou uma empresa interessada na supressão da liberdade da escrita e da fala (tipicamente crítica). Ou, ao contrário, elas têm que falar ou escrever como são mandadas a falar ou escrever (VAN DIJK, 2015a, p. 18).

Exemplo do poder midiático é o Grupo JCPM, ao qual o Jornal do Commercio pertence. Por ser membro de grupos poderosos, em diversos domínios, o conglomerado empresarial defende seus interesses, *controlando* o discurso público e o *acesso* ao mesmo. Ambas são as formas mais evidentes “de como o discurso e poder estão relacionados” (VAN DIJK, 2015a, p. 18). Em outras palavras, a estrutura empresarial baseada na lógica do mercado e do lucro torna os meios massivos, como o JC, mais do que simples porta-vozes da elite. Eles integram a estrutura de poder e administram sua dimensão simbólica (VAN DIJK, 2015a).

Embora não seja uma discussão nova ou recente, cabe lembrar que as estratégias de controle não são óbvias ou facilmente detectáveis no discurso midiático. Elas se disfarçam de “valores jornalísticos” tais como: objetividade, imparcialidade, transparência, credibilidade, liberdade de imprensa, dentre outras. Outro aspecto do poder da mídia é que esta exerce um

⁸⁸ Sobre padrões de acesso ao discurso público ver Van Dijk (2015a) e Falcone (2005). Estes envolvem planejamento, cenário, controle de eventos comunicativos, bem como alcance e controle da audiência.

controle ideológico e de conhecimento por meio da seleção restritiva de assuntos considerados “notícia” e, ainda, através da (re)construção de realidades sociais e políticas.

Ao controlar o conteúdo do discurso público, as elites simbólicas exercem um poder que tem a força de controlar a mente dos indivíduos “em todas as suas dimensões semióticas” (VAN DIJK, 2015a, p. 24). Consequentemente, controlam indiretamente o que as audiências fazem, desejam ou pensam. Essas mesmas elites simbólicas “também são as que detêm o controle parcial, na sociedade, sobre os modos de exercer influência e, portanto, sobre a reprodução ideológica” (VAN DIJK, 2015a, p. 50). Desse modo, não há necessidade de coagir quando “se pode persuadir, seduzir, doutrinar ou manipular as pessoas”. (VAN DIJK, 2015a, p. 23).

A nível micro, o abuso de poder da mídia se manifesta na língua, por exemplo, por meio da escolha das palavras, de verbos e mesmo atribuindo papéis semânticos ativos ou passivos aos atores sociais, dentre outras estratégias discursivas (VAN DIJK, 2015a; RICHARDSON, 2007; FALCONE, 2008). Por exemplo, ao elaborar uma notícia sobre o derramamento de petróleo no litoral de Pernambuco, ocorrido em 2019, o repórter do Jornal do Commercio pode categorizar o evento com itens léxicos como “acidente” ou “desastre”, eufemismos que, além de ter um efeito generalizante, neutralizam a agentividade, pois naturalizam o episódio como se fosse um incidente sem culpados. Por outro lado, o repórter também pode escolher expressões como “crime ambiental”, cujo peso semântico enfatiza outra linha ideológica e epistêmica do discurso na definição do evento. Ou seja, o modo como o jornalista constrói a notícia depende de inúmeros fatores sociocognitivos que este mobiliza.

Percebemos, assim, que a linguagem é uma força social performativa na sua essência, que tanto pode servir como meio de dominação “para legitimar as relações de poder estabelecidas institucionalmente” (PEDROSA, 2005, p. 1), quanto para legitimar a dissidência, resistência e posição contra-hegemônica de grupos subalternos e movimentos sociais. Daí a importância de, por um lado, analisar criticamente *como* os jornalistas categorizam os atores sociais, descrevem ou comparam suas ações, assim *como* eles descrevem e narram eventos ou situações em torno do grupo. O ponto nevrálgico nesse debate, quando pensado no âmbito dos meios de comunicação de massa, é como estes são capazes de controlar:

a definição (isto é, os modelos mentais) de – e as emoções sobre – eventos públicos, o conhecimento sociocultural geral e o sentido comum, as atitudes sobre questões controversas ou, mais fundamentalmente, as ideologias, normas e valores básicos que organizam e controlam tais representações sociais do público em geral (VAN DIJK, 2015a, p. 24).

Embora o controle da mente seja indireto, este controla as ações das pessoas. “Essa ação controlada pode [...] ser discursiva, de modo que o discurso poderoso possa, indiretamente, influenciar outros discursos que sejam compatíveis com o interesse daqueles que detêm o poder” (VAN DIJK, 2015a, p. 18).

Van Dijk (2015a, p. 18) observa ainda que “se o discurso controla mentes, e mentes controlam ação, é crucial para aqueles que estão no poder controlar o discurso em primeiro lugar”. Isso significa que outra forma de exercer o poder é *controlar o contexto*, ou seja, os eventos comunicativos. Controlando a situação comunicativa, a mídia decide quem pode falar em uma notícia ou em qualquer outro gênero, bem como quando, onde e com quais propósitos. Essa capacidade de controlar e divulgar determinada informação sobre um grupo ou evento, para milhares de leitores, telespectadores ou ouvintes é “uma importante fonte de poder dos meios de comunicação” (VAN DIJK, 2016a, p. 13).

Em resumo, se existe uma relação entre a sociedade e o discurso da mídia ela é circular ou uma via de mão dupla, envolvendo aspectos sociais e cognitivos. O uso ilegítimo do poder social por parte dos meios de comunicação resulta em formas de dominação social e mental, a partir do controle e acesso ao discurso público. E, ainda, a dominação pode se manifestar na produção de notícias tendenciosas ou estereotipadas sobre grupos minoritários (imigrantes, povos indígenas, pescadores(as) artesanais, grupos LGBTQ+ etc.) e sobre determinados acontecimentos.

Textos noticiosos “podem levar a – ou serem controlados pela formação de – ideologias” (VAN DIJK, 2015a, p. 20) neoliberais, de classe, racistas, machistas, xenófobas, sexistas etc. Ideologias essas que injustamente excluem, discriminam ou estereotipam minorias. E que, por sua vez, “podem ser usadas para produzir novas escritas ou falas tendenciosas em outros contextos, que finalmente podem contribuir à reprodução discursiva” (VAN DIJK, 2015a, p. 20) desses fundamentos ideológicos.

Isso é possível porque, na contemporaneidade, o discurso midiático é uma das principais fontes “do conhecimento, das atitudes e da ideologia das pessoas, tanto das outras elites como dos cidadãos” (VAN DIJK, 2005b, p. 37). No próximo capítulo, teorizamos sobre essas cognições socialmente compartilhadas e outras estruturas cognitivas do processamento do discurso, que nos ajudam a analisar a representação dos(as) pescadores(as) nas notícias do *Jornal do Commercio*.

4. A INTERFACE SOCIOCOGNITIVA ENTRE SOCIEDADE E DISCURSO

Nossas representações são projeções de um mundo elaborado mentalmente na base de experiências não apenas individuais, mas socializadas e constituídas em discursos. Trata-se da linguagem como forma de ação social para constituir um sentido público usando a língua
(MARCUSCHI, 2007a, p. 40)

4.1 Apresentação

Neste capítulo, direcionamos nossa argumentação para o marco teórico dos ECD, iniciando pela dimensão cognitiva, que os caracteriza. Em seguida, ampliamos a discussão do capítulo anterior sobre o enfoque sociocognitivo de Teun Van Dijk (2012, 2015a, 2016c), para quem as relações entre sociedade e discurso são sempre mediadas pela cognição das pessoas, enquanto usuários individuais da linguagem e membros de grupos epistêmicos.

Teorizamos ainda sobre as estruturas sociocognitivas no discurso, dentre elas, modelos mentais e modelos de contexto, além de representações/cognições sociais, especificamente: *ideologias, conhecimentos, atitudes e valores*. Essas categorias dão conta “das propriedades mais fundamentais da produção e compreensão do discurso” (VAN DIJK, 2016b, p. 10), pois sendo mobilizadas na produção do discurso jornalístico, nos possibilitam analisar a representação dos(as) pescadores(as) artesanais nas notícias do Jornal do Commercio, envolvendo não apenas estruturas sociais e discursivas, mas também mentais.

4.2 A cognição nos estudos do discurso

Na primeira metade do século XX predominam o behaviorismo⁸⁹ e o empirismo⁹⁰ (MARCUSCHI, 2008). Mas, é a partir dos anos 1950 que a ciência cognitiva surge como empreendimento interdisciplinar, impulsionada pelos avanços tecnológicos na construção de computadores que promovem a metáfora “mente é computador” (PELOSI, 2014, p. 9). Pesquisas no campo da inteligência artificial e em outras ciências provam que essa visão é restrita, pois, como Marcuschi (2007a, p. 35) explica: “não somos apenas cérebro nem somos feitos à imagem e semelhança de um computador. Não somos simples processadores”. Embora limitada, essa metáfora tem se mostrado útil “para explicar ao menos alguns aspectos das coisas

⁸⁹ O behaviorismo é uma abordagem psicológica dos séculos XIX e XX, que observa o comportamento. Se fundamenta na comprovação experimental e não usa conceitos da mente como sensação, percepção, emoção etc.

⁹⁰ O empirismo defende que o conhecimento sobre o mundo vem da experiência sensorial. O método indutivo, por sua vez, afirma que a ciência como conhecimento só pode ser derivada a partir dos dados da experiência.

típicas que as pessoas são capazes de fazer graças a sua mente: perceber, compreender, pensar, recordar, falar e interagir” (VAN DIJK, 1998, p. 33).

É também na metade do século XX que acontece o que conhecemos como *virada pragmática*. Nessa proposta, “analisam-se muito mais usos e funcionamentos da língua em situações concretas sem dedicação à análise formal. É a passagem da análise da forma para a *função sociocomunicativa e o enquadre sociocognitivo*” (MARCUSCHI, 2008, p. 37, grifo nosso). Na linguística, a virada “foi de estruturas sintáticas abstratas de frases isoladas para o uso da linguagem, texto, conversação, atos discursivos, interações e cognição” (VAN DIJK, 2004, p. 8). Em outras ciências sociais, dentre elas a filosofia, esse movimento é “ainda mais radical, ou seja, na direção da linguagem em geral” (VAN DIJK, 2004, p. 8).

Na década de 1960, o cognitivismo se firma e o gerativismo americano de Noam Chomsky⁹¹ passa a dominar o cenário linguístico internacional. Segundo Marcuschi (2008, p. 35), “grande parte dos estímulos da linguística atual em muitas direções e entre elas a agenda cognitiva”, advém das teorias do linguista americano. Paralelamente, nos Estados Unidos, se desenvolvem estudos orientados para a semântica gerativa de Lakoff⁹² e McCawley⁹³ (VAN DIJK, 2015b). Apesar dessa conjuntura, a psicologia e a psicolinguística ainda hesitam “em reconhecer a importância do discurso no estudo do processamento da linguagem” (VAN DIJK, 2002b, p. 12).

Embora relevantes, a gramática estruturalista e a gerativista acabam se mostrando insuficientes, pois, ao se debruçarem apenas nas sequências de orações, revelam suas limitações enquanto modelos de uma teoria do discurso (VAN DIJK, 2015b). Já na Alemanha, a proposta fundamental da gramática do texto é fazer uma “descrição explícita das estruturas (gramaticais) dos textos”, tentando explicar “as relações (semânticas) da coerência entre as orações e outros aspectos fundamentais do discurso” (VAN DIJK, 2006, p. 2).

Embora esse pressuposto tenha se mostrado equivocado, o novo dessa teoria é a noção de *macroestruturas*, usada até hoje em inúmeros estudos discursivos. Nesse conceito, o fundamental “é que os textos não só têm relações locais ou microestruturais entre as orações subsequentes, mas que também têm estruturas gerais que definem sua coerência e organização global” (VAN DIJK, 2006, p. 2).

⁹¹ Avram Noam Chomsky (1928) é um linguista, filósofo, politólogo e ativista. Suas obras se destacam na teoria linguística e ciência cognitiva, mais especificamente a gramática gerativa.

⁹² George Lakoff (1941) atua na linguística cognitiva, sendo fundador da semântica gerativa e da linguística cognitiva. É autor da teoria do pensamento metafórico e da teoria neural da linguagem.

⁹³ James Quillan McCawley, Jr. (1938-1999) é um reconhecido linguista na área da semântica gerativa.

Ainda nos anos 1970 surge um interesse pela memória semântica. No âmbito da psicologia, começa-se a usar materiais discursivos e realizam-se os primeiros estudos voltados para um modelo cognitivo de compreensão do discurso. Simultaneamente, a psicologia educacional percebe que “a aprendizagem frequentemente acontece com base em textos, o que contribui para o interesse rápido e crescente na memória para o discurso” (VAN DIJK, 2002b, p. 12).

Interessada em processos mentais da produção e compreensão do discurso, a psicologia cognitiva do processamento do discurso se desenvolve nesse período, questionando-se sobre “como os usuários da linguagem são capazes de estabelecer a coerência do discurso com uma memória de trabalho limitada a sete unidades de uma só frase” (VAN DIJK, 2015b, p. 18).

Na inteligência artificial surgem novos trabalhos relacionados à “compreensão do discurso como também das várias teorias dos esquemas” (VAN DIJK, 2002b, p. 12). Esses estudos têm como pedra angular os pressupostos de Frederic Charles Barlett (1886 – 1969) e sua obra *Remembering* (1932), na qual o psicólogo britânico explica que “as pessoas leem, compreendem e decoram histórias em termos de narrativa e de outros esquemas de conhecimento da sua própria cultura” (VAN DIJK, 2004, p. 8).

Assim, o conceito de *esquema* de Barlett ressurgiu em rótulos tais como *cenário*, *frame* e *script* para “dar conta do papel das representações do conhecimento do mundo na compreensão do discurso e outras tarefas cognitivas complexas” (VAN DIJK, 2002b, p. 12). No entanto, somente uma década mais tarde, nos anos 1980, descobre-se a noção que explica as estratégias de produção e compreensão do discurso: “os *modelos mentais* que representam a situação de referência dos discursos” (VAN DIJK, 2015b, p. 18, grifo nosso).

Em resumo, entre 1964 e 1974, acontece uma virada linguística não apenas na inteligência artificial e na psicologia, como também na filosofia, na sociologia, na antropologia e na linguística (VAN DIJK, 2004; 2015b). Essa década também testemunha “o nascimento da sociolinguística [...] da pragmática, da semiótica e outras inter e trans- disciplinas. Todas elas interessadas em relacionar a linguagem com o contexto comunicativo, interacional, social, cultural e cognitivo” (VAN DIJK, 2015b, p. 18).

Segundo Gill (2002, p. 245), a virada linguística “foi precipitada por críticas ao positivismo, pelo prodigioso impacto das ideias estruturalistas e pós-estruturalistas, e pelos ataques pós-modernistas à epistemologia”. Faiclough (2001, p. 20) diz que há “uma ‘virada linguística’ na teoria social, cujo resultado é um papel mais central conferido à linguagem nos fenômenos sociais”. Seja qual for a fronteira disciplinar, fato é que surge um interesse generalizado na linguagem:

[...] usada pelos seus verdadeiros usuários em situações sociais reais e em formas reais de interação, em um discurso que “ocorria naturalmente”. É esse esforço geral e transdisciplinar que é agora chamado de “análise do discurso” - embora o termo mais geral “estudos do discurso” talvez seja mais apropriado, já que ele inclui não somente a “análise”, propriamente dita, mas também “teorias”, aplicações, críticas e outras dimensões da investigação acadêmica (VAN DIJK, 2004, p. 8).

Marcuschi (2008, p. 37) relata que os estudos discursivos e os pragmáticos buscam “esclarecer como se dá essa produção de sentidos relacionados aos usos efetivos”. Para o linguista brasileiro, o *sentido* (significado) “se torna algo situado, negociado, produzido, fruto de efeitos enunciativos e não algo prévio, imanente e apenas identificável como um conteúdo” (MARCUSCHI, 2008, p. 37). Ou seja, na virada linguística acontece um deslocamento “do ponto de vista de sistema para atividade comunicativa” (MARCUSCHI, 2008, p. 34).

O estudo transdisciplinar do discurso também desponta de vez, no âmbito cognitivo, na década de 1970, envolvendo dois vínculos: 1) da linguística com a psicologia e 2) da linguística com a microssociologia (VAN DIJK, 2002b). Os estudos cognitivo-psicológicos de Van Dijk sobre os processos de produção e compreensão do discurso são desenvolvidos no primeiro campo. Em cooperação com Walter Kintsch⁹⁴, o estudioso cria “um modelo geral da memória baseado em trabalhos prévios sobre memória semântica”, de autoria de Kintsch (VAN DIJK, 2002b, p. 13). Simultaneamente, as categorias textuais são “analisadas de acordo com os seus papéis no processamento do discurso”, tendo como sustentação trabalhos anteriores de Van Dijk, na área de linguística textual e sua influência na psicologia (VAN DIJK, 2002b, p. 13).

Esse pressuposto teórico-metodológico é compilado no livro *Estratégias de Compreensão do Discurso*, lançado em 1983, sobre o Modelo Geral de Memória ou Modelo Cognitivo, o qual tem significativa influência na psicologia, como livro base para compreender como as pessoas produzem e entendem o discurso (VAN DIJK, 2006; 2013). Nessa parceria de dez anos, Van Dijk (2015b, p. 26, grifos nossos) se distancia da aproximação gramatical aos processos cognitivos e, em vez de imitar os níveis linguísticos na teoria cognitiva, ele apresenta uma proposta “psicológica de *estratégias* flexíveis, adaptadas à situação da comunicação, tendo em conta as limitações da memória de trabalho, e combinando com as primeiras ideias sobre

⁹⁴ A pesquisa do psicólogo americano Walter Kintsch (1932) é voltada para o estudo de como as pessoas entendem a linguagem, usando métodos experimentais e técnicas computacionais. Em sua obra *A representação do significado na memória* (1974), pela primeira vez, na psicologia, ele afirma que “o objeto de estudo para uma psicologia cognitiva da compreensão já não deveriam ser as orações, mas os textos completos” (VAN DIJK, 2006, p. 5). Em cooperação com Teun Van Dijk, ele formula a primeira teoria psicológica do processo de compreensão do discurso, no livro *Estratégias da Compreensão do Discurso* (1983). Em 1988, este trabalho é reformulado e, em 1998, *Comprehension* compila o marco teórico-empírico.

conhecimento e discurso em inteligência artificial, como as de Schank e Abelson, em seu livro de 1977 sobre *scripts*⁹⁵.

Com a criação da noção de *modelo mental*, no mesmo ano que Johnson-Laird⁹⁶, na Inglaterra, Van Dijk e Kintsch defendem que “a coerência do texto tem que descrever-se (também) em termos da referenciação do texto, como se descreve com os modelos mentais dos falantes” (VAN DIJK, 2015b, p. 22). Os estudos focados no processamento do discurso passam, assim, a ser essenciais para perceber o papel fundamental do *conhecimento*, mantendo em relevo que “é impossível produzir ou ler um texto, ou participar de uma conversa, sem uma grande quantidade de conhecimento sobre a linguagem, sobre o discurso, sobre a comunicação, sobre o contexto atual e, de um modo geral, até sobre o ‘mundo’” (VAN DIJK, 2004, p. 9). Grande parte desse conhecimento é compartilhado socialmente, sendo um “denominador comum para a ação, a interação, o discurso e as práticas sociais” (VAN DIJK, 2004, p. 9).

Outra constatação, na época, é que as frases não podem ser isoladas de seus textos e contextos, “e que também o processamento do discurso nas mentes dos usuários da linguagem não pode ser isolado nem do verdadeiro uso da linguagem em contextos sociais por usuários da linguagem em suas comunidades sociais e culturais” (VAN DIJK, 2004, p. 9). Em termos mais gerais, isso significa que “a linguagem, o discurso e o conhecimento são essencialmente sociais” (VAN DIJK, 2004, p. 9) e, ainda, que a dimensão social é essencial para compreender o efeito do discurso, conforme Van Dijk (2013), comenta:

Eu descobri que enquanto mais e mais aprendíamos sobre as estruturas do discurso, e mais e mais aprendíamos sobre as estruturas da mente, que são relevantes para produzir e entender o discurso, havia uma terceira dimensão faltando. E essa dimensão é claro que é a sociedade. Então, a fim de entender o impacto total do discurso, não precisamos apenas de estruturas discursivas, nem apenas de estruturas mentais, precisamos também de estruturas sociais (VAN DIJK, 2013, s/p).

Em alguns artigos com relatos históricos, Van Dijk (2002, 2004, 2015b) relata que a análise do discurso contemporânea não seria possível sem os aportes da linguística, da antropologia, da sociologia, da psicologia e da inteligência artificial. Isso sem falar das teorias

⁹⁵ A noção de *script*, que pode ser traduzida como “roteiro”, se refere a “modos abstratos das maneiras em que as pessoas organizam seu conhecimento sobre os acontecimentos, estereotipados (por exemplo, fazer feira ou jantar em um restaurante). Assim, para entender um texto/situação, os usuários da linguagem ativam um ou mais *scripts* e utilizam a informação relevante na construção de uma representação do Texto na Memória Episódica” (VAN DIJK, 2006, p.6).

⁹⁶ Johnson-Laird (1936) é psicólogo e autor de livros sobre cognição humana e psicologia do pensamento. Seu estudo sobre a “teoria do significado” culmina na publicação da obra *Language and Perception*, em parceria com Peter Watson, que influencia seu trabalho psicolinguístico. Sua obra *Mental Models*, de 1983, propõe uma teoria semântica sobre representação e inferência, que defende o uso de modelos computacionais em psicologia.

originárias advindas da filosofia da linguagem⁹⁷. Devido ao interesse em comum pelo discurso, todas essas disciplinas se relacionam com os Estudos Críticos do Discurso e seu surgimento, como extensão da Linguística Crítica, a partir do livro *Language and Control*, de Fowler, Kress, Hodge e Trew, publicado em 1979 (VAN DIJK, 2015b).

Entretanto, isso não significa que a abordagem discursiva tenha se convertido numa panaceia para qualquer ciência. Apesar de muitos problemas sociais serem discursivos e “possam ser estudados por várias formas de análise do discurso, isso não quer dizer que a sociedade é apenas discursiva, como demonstram a pobreza, a fome, [...] o racismo” (VAN DIJK, 2004, p. 13) O que é relevante nessa discussão é que “nosso pensamento, nossa interpretação e nossa comunicação sobre esses problemas são, na maior parte das vezes, expressos e reproduzidos através de texto ou de fala e muitas vezes constituídos discursivamente” (VAN DIJK, 2004, p. 13).

A inserção da dimensão cognitiva na linguística é concebida por Marcuschi (*apud* FALCONE, 2012) como uma espécie de *cognitive turn*, quando comparada à virada pragmática. Outra autora brasileira que expõe detalhadamente a virada sociocognitivo-interacionista é Koch, no livro *Introdução à Linguística Textual: trajetória e grandes temas* (SEARA, 2016)⁹⁸. Para esses autores, estudar as atividades cognitivas no escopo da linguística é pertinente, pois, “sendo a linguagem uma faculdade humana, *a língua será sempre uma forma específica de ação e cognição situada* e não um simples sistema de representações de segunda ordem” (MARCUSCHI, 2007a, p. 38, grifo nosso).

Em seu sentido dicionarizado, a cognição é definida como um “ato ou efeito de conhecer; processo ou faculdade de adquirir um conhecimento” (VEREZA, 2016, p. 563). No senso comum, encontramos uma acepção similar: “ato ou processo de conhecer, inclui estados mentais e processos como pensar, a atenção, o raciocínio, a memória, o juízo, a imaginação, o pensamento, o discurso, a percepção visual e audível, a aprendizagem, a consciência, as emoções” (VEREZA, 2016, p. 563).

No âmbito da Linguística Cognitiva (LC), essa noção se afasta das ideias que vinculam a cognição a aquisição de conhecimento – mesmo o linguístico – bem como “a um conjunto de habilidades cognitivas, muitas vezes associadas à capacidade intelectual” (VEREZA, 2016, p. 563). Nessa ciência, a cognição é vista como corporificada, chamada em inglês de *embodied*

⁹⁷ Cf. Oliveira (2001)

⁹⁸ Bezerra, B.G. Notas de orientação: Pré-banca de defesa de tese. Recife, 30/06/2020.

*cognition*⁹⁹ e, mais recentemente, *cognição situada*. Essa definição considera o contexto sociocultural mais amplo como Vereza (2016) explica:

Ao usar o termo “encarnada/corporificada” queremos destacar dois pontos: primeiro que a cognição depende dos tipos de experiência que decorrem do fato de se ter um corpo com várias capacidades sensório-motoras e, segundo, que estas capacidades sensório-motoras individuais estão inseridas em um contexto biológico, psicológico e cultural bem mais abrangente (VARELA *et al.*, *apud* VEREZA, 2016, p. 563).

Em outras palavras, a LC considera a cognição como “inerentemente social e cultural, não apenas em termos de as pessoas compartilharem os tópicos ou os resultados de suas interações, mas em termos das práticas interpretativas por meio das quais as pessoas constituem os tópicos e os resultados de suas interações” (SAFERSTEIN *apud* VEREZA, 2016, p. 561).

Marcuschi (2007a, p. 33) observa que, embora a cognição se refira “ao conhecimento, suas formas de produção e processamento”, reportando-se “à natureza e aos tipos de operações mentais que realizamos no ato de conhecer ou de dar a conhecer”, essa dimensão não pode ser estudada de forma empírica, racional e mentalista. Na visão do pesquisador, trata-se de “um fenômeno essencialmente social elaborado intersubjetivamente no plano discursivo e a língua é um sistema encarnado, mas não de natureza ontológica que carrega em si o mundo” (MARCUSCHI, 2007b, p. 143).

Desse modo, linguagem e cognição são basicamente atividades, o que exige “que se olhe para as atividades realizadas” (MARCUSCHI, 2007b, p. 143). Embora a linguagem não seja “um instrumento transparente, preciso e claro capaz de etiquetar universalmente igual cada elemento”, seu papel na cognição é imenso (MARCUSCHI, 2007b, p. 137-138). Isso não significa que exista “uma relação direta entre linguagem e mundo e sim um trabalho social designando o mundo por um sistema simbólico cuja semântica se vai construindo situadamente” (MARCUSCHI, 2007b, p. 138). Como Fauconnier (*apud* MARCUSCHI, 2007b, p. 143) explica, a linguagem é sobretudo “um modo epistemológico, um guia de sentido”.

Ao se questionar se o mundo que conhecemos é um mundo de entidades mentais ou naturais e como esse mundo é constituído e construído, Marcuschi (2007b, p. 125) acredita que “a ordem dos nossos conhecimentos e das instituições que os suportam não é uma ordem natural, mundana. É uma ordem essencialmente cognitiva e interativamente semiotizada: uma ordem histórica e socio-interativa”. Para o autor:

Estamos construindo modos de existência e referenciação e não apenas comunicando fatos ontológicos. As coisas não estão no mundo da maneira como as dizemos aos

⁹⁹ O termo é traduzido ao português como *cognição encarnada* ou *cognição corporificada* (VEREZA, 2016).

outros. A maneira como nós dizemos aos outros as coisas é decorrência da nossa atuação intersubjetiva sobre o mundo e da inserção sociocognitiva no mundo em que vivemos. O mundo comunicado é sempre fruto de um agir intersubjetivo (não voluntarista) diante da realidade externa e não de uma identificação de realidades discretas (MARCUSCHI, 2007b, p. 126).

Nas perspectivas cognitivas, Marcuschi (2007a, p. 34) inclui as teorias mentalistas, empiristas, funcionalistas e conexionistas¹⁰⁰. Para ele, a linha funcionalista é a que melhor “consegue integrar aspectos da mente humana como geradora do conhecimento, com a cultura, a sociedade e a experiência, como provedores informacionais relevantes numa postura integrativa dos diversos temas cognitivos” (MARCUSCHI, 2007a, p. 34).

No entanto, o estudioso considera que o ponto fraco dessa posição “é dar conta da ‘entrada’ das experiências e da cultura na cognição” (MARCUSCHI, 2007a, p. 34). Assim, ele propõe a noção de *cognição contingenciada* como uma possibilidade de explicar que “ao lado de uma forma de cognição que se dá com modelos mentais ou experimentos mentais, há uma cognição que se dá na elaboração mental vinculada a situações concretas colaborativamente trabalhadas na interação contextualizada” (MARCUSCHI, 2007c, p. 19). Caracterizar a cognição de “contingenciada” significa dar conta “do aspecto da vinculação situacional” (MARCUSCHI, 2007c, p. 19).

Para Falcone (2012, p. 265), o enfoque sociocognitivo em Marcuschi dá um passo à frente, pois possibilita “analisar *atividades de construção*, e não mais de *processamentos*”, conceito esse que a autora considera “carregado por uma noção mecanicista da mente”. Assim, Marchuschi (2007c, p. 21, grifo nosso) sugere “um modelo de interpretação para as atividades discursivas que não se concentre no privilégio do código, nem na supremacia do raciocínio lógico nas atividades interpretativas de um modo geral” e defende “que os fenômenos sociais e interativos são *constitutivos* da produção de sentido”.

Em relação a aproximação teórica de Van Dijk sobre representações e processos sociais da memória, utilizando o conceito de processamento da informação e do discurso, advindo da psicologia cognitiva, o autor considera que não há problema com essa abordagem “sempre que saibamos que *é meramente uma metáfora* e que teorias do processamento detalhadas provêm visões que os enfoques alternativos não oferecem” (VAN DIJK, 1998, p. 70, grifo nosso).

Em Van Dijk (2017b), a cognição é condição necessária entre o discurso e a sociedade, pois estas duas estruturas só podem se relacionar nas *representações mentais* dos usuários da linguagem. Para explicar essa interface, ele diz que categorias sociais como “gênero, etnicidade

¹⁰⁰ Cf. Marcuschi (2007a).

e relações sociais de abuso de poder, como o sexismo e o racismo, se reproduzem também no discurso, *mas somente através das representações mentais, que, como os modelos mentais ou as atitudes e ideologias, vinculam as categorias sociais com as categorias discursivas*” (VAN DIJK, 2015b, p. 23, grifos nossos). Vereza (2016) comenta que os modelos mentais incluem os chamados “modelos culturais”, os quais são:

A base de nosso sistema conceptual, ancorando e promovendo a conceptualização da experiência. Como essas representações, por sua vez, emergem das experiências tanto sensório-motoras quanto socioculturais, a mente, nessa perspectiva, não pode ser vista como estando separada do corpo, da língua e do mundo (VEREZA, 2016, p. 564).

Para a autora, a cognição corporificada é “sempre situada em um contexto sociocultural, e esse contexto não se constitui de entidades e/ou situações objetivas, que influenciam diretamente a cognição, pois, segundo Van Dijk (2009), essas mesmas entidades e/ou situações são, elas próprias, objetos cognitivos, representações mentais” (VEREZA, 2016, p. 564). Encontramos outra explicação sobre a teoria sociocognitiva de Van Dijk em Murgia (2018) para quem, nesse escopo, a cognição:

Inclui processos mentais envolvidos na compreensão, armazenamento, interpretação e produção de informação, ideias e crenças, colocando-se assim entre as práticas discursivas e sociais. Por esta razão, cognição e sociedade funcionam como o contexto do discurso. Este sistema compreende três estruturas cognitivas principais: memória, modelos mentais e cognição social (MURGIA, 2018, p. 54).

Todas essas reflexões nos levam a concordar com Marcuschi (2007b, p. 140) quando afirma que “o mundo de nossos discursos [...] é socio-cognitivamente produzido. O discurso é o lugar privilegiado da designação desse mundo. A própria ordem de reflexão sob o ponto de vista de sua organização e dependência lógicas é uma construção predominantemente discursiva”. Isso não quer dizer que o mundo “seja simples produto das nossas atividades cognitivas”, porque como o próprio Marcuschi (2007, p. 142) admite: “o mundo extramental existe”.

Van Dijk (1998, p. 43) sustenta que apesar de construirmos o “mundo-segundo-nós”, *este mundo natural e social existe independente de nossas crenças e experiências*. Portanto, a visão que tendemos a aceitar, neste trabalho, é que “todos os objetos do nosso conhecimento são produzidos no discurso, embora não se achem confinados ao discurso e podem ser intersubjetivamente comunicados” (MARCUSCHI, 2007b, p. 142). Adotamos, desse modo, uma visão construtivista na qual “representar o mundo, inclusive dos fatos da natureza, envolve

a interpretação e a compreensão desse mundo em termos de categorias conceituais socialmente adquiridas” (VAN DIJK, 1998, p. 43).

No âmbito sociocognitivo, o termo *construir* “é usado na acepção específica de *produzir fala*” (MARCUSCHI, 2007c, p. 13), escrita ou qualquer outra manifestação multimodal. Para exemplificar, o autor diz que “a coerência não é algo que pode ser identificado ou apontado localmente no texto, como se ela fosse uma propriedade textual”. Ela é “fruto de uma atividade de processamento cognitivo altamente complexo e colaborativamente construído” (MARCUSCHI, 2007c, p. 13). Ou seja, *a coerência, assim como outras estruturas discursivas, está mais na mente dos usuários da linguagem*. Nesse sentido, o autor orienta que é necessário “observar o sentido que os usuários constroem ou podem construir para suas falas” (MARCUSCHI, 2007c, p. 13). Ele ainda comenta:

É um equívoco buscar coerência e sentido em produções orais dialogadas espontâneas exclusivamente na concatenação linear e sequenciada de tópicos ou de referentes que se encadeiam em procedimentos de boa-formação. *O uso da língua no dia a dia é marcado pelo fortuito da ocasião e pelas necessidades localizadas e situadas em contextos cognitivos que se organizam contingenciadamente* (MARCUSCHI, 2007c, p. 21, grifo nosso).

Percebemos, assim, que casar uma abordagem social com uma cognitiva não é tarefa simples. Primeiro porque é “uma tentativa de conciliar pesquisas tradicionalmente desenvolvidas em perspectivas dicotomizadas” (FALCONE, 2012, p. 265). Inclusive, porque para a maioria dos cientistas sociais, psicólogos sociais e discursivos falar da “mente” é como falar da “alma”, ou seja, “um vestígio de mitos religiosos e acadêmicos, neste caso do velho dualismo cartesiano que separava a ‘mente’ do ‘corpo’” (VAN DIJK, 1998, p. 33).

Segundo, porque historicamente a cognição e o discurso são conceitos que pertencem a “campos epistemológicos distintos, tratados como incompatíveis” (FALCONE, 2012, p. 265) e, ainda hoje, existe uma profunda brecha entre as aproximações micro sociológicas da interação e as aproximações mais cognitivas (VAN DIJK, 2015b).

Terceiro, porque embora a Linguística Gerativa e a Linguística Cognitiva tenham em comum o foco em questões referentes à relação entre mente e a linguagem, justamente se distanciam porque a segunda considera que o cognitivo e o social são inseparáveis (VEREZA, 2016), Um quarto aspecto pontuado por Flower (*apud* FALCONE, 2012, p. 265), em torno dessa questão, envolve um “projeto que, além de abarcar toda uma complexidade teórica, também está relacionado a um problema de ‘política intelectual’”¹⁰¹.

¹⁰¹ Cf. Falcone (2012).

Além desses argumentos, contamos com a experiência acadêmica de Van Dijk (2015b, p. 23), para quem a “única maneira de estabelecer um campo transdisciplinar de Estudos do Discurso requer uma integração sociocognitiva das teorias produzidas por várias disciplinas”. Essa conexão envolve o que o autor denomina de “triangulação”, a qual consiste em:

Uma análise complexa multimodal, de todos os níveis e estruturas do discurso, relacionadas, por um lado, com estruturas mentais pessoais e sociais do conhecimento, com atitudes e ideologias e, por outro, com as estruturas macrossociais da interação e das estruturas macrossociais de grupos, organizações e instituições. A cognição neste caso serve como interface necessária entre o discurso e a sociedade (VAN DIJK, 2015b, p. 23).

Nesse sentido, o sociocognitivismo incorpora “aspectos sociais e culturais à compreensão que se tem do processamento cognitivo, sustentando que existem muitos processos cognitivos que acontecem na sociedade” (FALCONE, 2012, p. 265). Essa proposta concebe “a mente como um fenômeno social, de modo que a socialização da experiência se daria pela linguagem como sistema de controle da cognição social” (VAN DIJK *apud* MARCUSCHI, 2007a, p. 39).

Van Dijk (1998, p. 33) explica que a mente “tem uma dimensão social, já que é um produto ou construto da interação social, em sua aquisição, desenvolvimento e usos”. Para o linguista, “negar ou ignorar a existência ou relevância dessa dimensão cognitiva de interação constitui [...] uma versão contemporânea de argumentos similares defendidos décadas atrás pelo behaviorismo, tais como a alegada falta de “observabilidade” ou “sociabilidade” das representações cognitivas”. (VAN DIJK, 2016b, p. 9)

Por fim, em relação às várias linhas de pesquisa desenvolvidas na Linguística, na perspectiva sociocognitiva, Falcone (2012) comenta que estas têm obtido resultados profícuos em distintas áreas. Dentre elas, a autora menciona o Ensino da Escrita de Flower (1994), a Linguística de Texto de Koch (2004), Marcuschi (2001) e Beaugrande (1997), além de estudos sobre referenciação realizados por Marcuschi (2003), Koch e Elias (2006), Mondada (2000; 1997), a reelaboração das noções de metáfora (LAKOFF; JOHNSON, 2002) bem como a teoria de contexto de Van Dijk (2008, 2012, 2015a). A seguir, nos aprofundamos nesta última.

4.3 A mediação sociocognitiva na análise do discurso

A proposta cognitiva para a análise do discurso, no âmbito da ACD, está situada na teoria desenvolvida por Teun A. Van Dijk (FALCONE, 2012). Nessa perspectiva, as relações entre as estruturas discursivas e estruturas sociais são mediadas pela cognição das pessoas,

como usuários individuais da linguagem e como membros de grupos epistêmicos. Isso quer dizer que *as estruturas sociais e discursivas são interpretadas e representadas cognitivamente pelas pessoas*, enquanto sujeitos e membros sociais. Tais representações mentais, por sua vez, “afetam os processos envolvidos na produção e interpretação do discurso” (VAN DIJK, 2016b, p. 9).

Nessa concepção, o processo comunicativo entre seres humanos não se restringe a análises interacionistas, embora estas não possam ser desconsideradas. Entretanto, em aulas, palestras e obras, Van Dijk (2012, 2013, 2018) é enfático em relação a triangulação sociocognitiva: *só podemos relacionar o discurso à sociedade através da mente dos usuários da linguagem*. “Não há uma relação direta entre estrutura social e como as pessoas falam ou compreendem. Sempre é necessária uma interface mental-cognitiva” (VAN DIJK, 2013, s/p), que organiza e incide na construção discursiva dos usuários da linguagem. Aliás, essa é uma das principais críticas do autor a abordagens da ACD e da Linguística Crítica que tomam a relação entre texto e contexto, de forma direta, sem a mediação cognitiva, incorrendo, segundo Van Dijk (2008a) em:

Uma falha teórica séria porque relaciona dois tipos de entidades que não podem simplesmente ser relacionadas de forma direta, a saber, estruturas de uma situação social (participantes, cenários, ações) e estruturas do discurso. Além do mais, se fosse o caso, todas as pessoas numa determinada situação social fariam da mesma maneira (VAN DIJK, 2008a, p. 209).

No paradigma sociocognitivo, a cognição não está somente *dentro* da mente dos indivíduos, ela também é externa, pois envolve um processo de elaboração, de formação de conhecimento com uma dimensão social. Por isso, denomina-se *cognição social* (VAN DIJK, 2013). Desse modo, as *cognições pessoal e social* estão imbricadas no processamento do discurso da seguinte forma:

A cognição pessoal explica as maneiras como os usuários individuais da linguagem, como membros de comunidade linguísticas, epistêmicas e sociais, subjetivamente produzem e compreendem o discurso. Embora essa explicação seja construída em função de estruturas e processos mentais e neurológicos de usuários individuais da linguagem, *ela precisa estar baseada em representações socialmente compartilhadas de atores sociais individuais como membros de diversas coletividades sociais*. Ao mesmo tempo tais representações e processos são ativados, aplicados e adaptados às propriedades da interação social e comunicação situada e em curso, por meios das quais são adquiridas, mudadas e socialmente produzidas (VAN DIJK, 2016b, p. 10, grifo nosso).

Falcone (2008, p. 23) corrobora esse argumento, afirmando que “é impensável uma teorização social sem os aspectos cognitivos, assim como uma teoria cognitiva sem uma teoria

social [...], pois sociedade e cognição estão em relação constitutiva”. Como Marcuschi (2007a, p. 37) bem lembra, essa questão não é nova. Durkheim¹⁰² já postulava isso nos anos 1930. Embora tivesse ficado esquecida durante muito tempo, essa ideia vem sendo retomada na linguística, concebendo que “as estruturas cognitivas são sociais em sua natureza [...] Esta também é a posição de Vigotsky¹⁰³ [...] que defende a ideia da mente como uma construção social, na medida em que sua gênese é social”.

Desse modo, a aproximação de Van Dijk (1998, 2012, 2015a, 2016a) postula que a relação discurso↔cognição↔sociedade é a base da teoria sociocognitiva. Nela, *os processos cognitivos são a interface* “entre o discurso e as práticas sociais, porque todos os conteúdos do discurso (e também as experiências) são elaborados a base de modelos mentais individuais e formas de cognição social compartilhadas” (MURGIA, 2018, p. 52). Nessa *interface*, por um lado:

Os atores implicados no discurso não usam exclusivamente suas experiências e estratégias individuais; por outro lado, os discursos não são formados em uma externalidade absoluta denominada ‘social’, mas são construídos a partir de *marcos coletivos de percepção* – o que o estudioso define como *representações sociais*” (FALCONE, 2008, p. 24).

Esta teoria se desenvolve na perspectiva interdisciplinar da ciência cognitiva atual que inclui “a psicologia cognitiva individual e social, a sociologia cognitiva, a linguística cognitiva, a filosofia, a lógica e a Inteligência Artificial” (VAN DIJK, 1998, p. 33). A cognição pessoal e social inclui modelos mentais e crenças ou representações sociais relacionadas com o conhecimento, as atitudes e ideologias, dentro de uma comunidade epistêmica, conforme mostramos na seguinte FIG. 4:

¹⁰² Émile Durkheim (1858-1917) é um sociólogo e filósofo francês que estabelece formalmente a sociologia como disciplina acadêmica. Junto a Karl Mark e Max Weber é considerado um dos fundadores desta ciência.

¹⁰³ Lev Vigotsky (1896-1934) é um dos mais destacados teóricos da psicologia do desenvolvimento, fundador da psicologia histórico-cultural e precursor da neuropsicologia soviética.

Figura 4 – Arquitetura sociocognitiva do discurso



Fonte: Elaboração própria com base em Van Dijk (2016a).

Acreditamos que a arquitetura sociocognitiva do discurso, também conhecida como arquitetura da cognição social, nos permite relacionar as práticas sociais à representação dos(as) pescadores(as) artesanais, no discurso do Jornal do Commercio. Além de dar conta de opiniões e emoções subjacentes aos modelos mentais (pessoais) dos jornalistas que escrevem para o referido veículo, esse conjunto nos permite analisar as cognições/representações sociais (ideologias, atitudes e conhecimento) que eles compartilham enquanto membros de um domínio de poder, pertencente a uma elite epistêmica fundamentada em ideologias capitalistas, neoliberais, de classe, racistas e etnocêntricas.

O amplo marco multidisciplinar do sociognitivismo de Van Dijk (2015a, p. 9 – 10), nos permite relacionar as “propriedades de micronível da escrita, da fala, da interação e das práticas semióticas a aspectos típicos de macronível da sociedade como grupos, organizações ou outras coletividades”. Nesse prisma, o discurso é definido como:

Uma forma de interação social na sociedade e, ao mesmo tempo, como expressão e reprodução da cognição social. As estruturas sociais globais e locais condicionam o discurso, mas o fazem através da mediação cognitiva do conhecimento socialmente compartilhado, as ideologias e os modelos mentais pessoais dos membros da sociedade, enquanto subjetivamente definem os eventos comunicativos como modelos contextuais (VAN DIJK, 2016a, p. 25).

Como Falcone (2012, p. 269) observa, Van Dijk não tem uma preocupação de “criar uma nova escola para os estudos do discurso” ou restringir o escopo da sua proposta teórica.

Ao contrário, o professor estimula alunos, orientandos e analistas a lançar mão da multi e transdisciplinaridade, bem como ampliar o quadro teórico dos ECD, inclusive usando noções/categorias de outras perspectivas da análise do discurso, que deem conta do objeto da investigação¹⁰⁴. A esse respeito o linguista comenta: “Sou muito crítico com as limitações exclusivistas de escolas, aproximações e métodos, muitas das quais parecem seitas, com seus próprios gurus [...] Uma análise crítica do discurso não pode limitar-se a uma aproximação exclusivista teórica ou metodológica (VAN DIJK, 2015b, p. 25).

O pesquisador também é muito claro em relação a manter sempre em relevo a ligação cognitiva entre práticas sociais e práticas discursivas, examinando os modelos mentais e as representações sociais dos usuários da linguagem, individualmente e coletivamente, nessa mediação. No mesmo sentido, Pedro (1998, p. 26) orienta analisar: “o papel das representações sociais que organizam a mente dos atores sociais”. Nessa linha não existe, portanto, uma influência direta ou dialética entre a sociedade (estrutura social) ou as categorias sociais (gênero, classe, profissão etc.) e o discurso multimodal (escrita, fala, gestos etc.), como defendem algumas vertentes linguísticas, algumas delas inclusive pertencentes à ACD. Como Pedro (1998) observa, para Van Dijk:

A interface teórica – e empírica – necessária, talvez o elo fundamental entre discurso e dominação, é a cognição social e esta dimensão tem estado, na sua opinião, na origem das limitações dos resultados produzidos quer pela linguística crítica quer pela análise do discurso (PEDRO, 1998, p. 26).

Ao considerar o discurso como uma interação sociocognitiva situada, uma prática social ou um tipo de comunicação numa determinada conjuntura social, política ou histórica, Van Dijk (2015a) adere a uma concepção com algumas implicações: i) O conceito elaborado pela filosofia da linguagem, especificamente na perspectiva pragmática, que considera o *discurso como ação*; ii) O princípio de que há sempre uma relação bilateral e dialética entre o discurso e as estruturas sociais, *intermediada ou filtrada pela cognição*; iii) Os discursos moldam a maneira como os indivíduos usam seus recursos sociocognitivos na construção de contextos; iv) Os indivíduos usam seus recursos sociocognitivos para produzir, distribuir e interpretar os textos, dentre outras.

Desse modo, quando usados em contextos sociais “os discursos são realizados como sequências de atos de fala¹⁰⁵ [...] e têm, portanto, como sua primeira função, estabelecer alguma

¹⁰⁴ VAN DIJK, T. A. Notas de orientação. Estágio de Doutorado/Capes: de outubro de 2018 a maio de 2019. *Universitat Pompeu Fabra / Centro de Estudos do Discurso*, Barcelona.

¹⁰⁵ As manifestações da linguagem (palavras, frases, textos etc.) não são apenas objetos linguísticos, mas ao mesmo tempo são ação, ou seja, atos de fala. “Quando falamos ou escrevemos, realizamos atos específicos num contexto

representação semântica e, sobre essa base, alguma representação pragmática na memória do ouvinte ou leitor”. (VAN DIJK, 2002b, p. 48). É desta forma que o linguista concebe o *processamento do discurso*, como “um processo estratégico no qual a representação mental na memória é construída a partir do discurso, usando informações internas e externas, com o objetivo de interpretar (entender) o discurso”. (VAN DIJK, 2002b, p. 16).

Quanto ao(s) usuário(s) da linguagem, baseada em Van Dijk (1993) e Kress (1990), Pedro (1998) observa que, embora a ACD considere o linguístico no interior do social, não nega a subjetividade do sujeito, nem seus aspectos psicológicos e cognitivos, conforme a autora explica:

A dimensão psicológica, a constituição dos indivíduos como sujeitos sociais, é entendida como um aspecto do social, tal como as estruturas cognitivas. Ou seja, considera-se que as subjetividades particulares dos falantes/ouvintes ou dos escritores/leitores são resultantes das estruturas e processos sociais que formaram as suas ‘histórias’ e nas quais eles estão localizados (PEDRO, 1998, p. 27).

Embora essa noção não seja desenvolvida na obra de Van Dijk, podemos dizer que, no enfoque sociocognitivo, o sujeito “se constitui na relação intrínseca entre a sociedade, a cognição e a prática social (entre ela, a prática discursiva)” (FALCONE, 2008, p. 24). Oriunda de Giddens (2003), essa visão considera que o sujeito é um agente crítico/cognitivo, ativo e reflexivo “que forma (e é formado) nas interações sociais” (FALCONE, 2008, p. 24). Numa visão mais completa e flexível, Resende (2015) explica que os discursos que produzimos, enquanto sujeitos:

E com os que lidamos em nossas experiências de socialização são resultado das conjunturas e situações sociais em que se engendram, das práticas de que participam, das convenções semióticas, mas também têm efeitos sobre essas articulações, sempre temporárias, de elementos sociais e discursivos (RESENDE, 2015, p. 112).

Para a linguista brasileira, o sujeito pode ser parcialmente constrangido, por exemplo, pelas ideologias e pelas estruturas sociais e isso não é o mesmo que ser determinado e assujeitado. Muitas vezes o sujeito age inconscientemente, outras vezes, conscientemente e até estrategicamente, visando justamente a transformação das práticas e das estruturas¹⁰⁶.

social, tais como afirmações, promessas, ameaças ou pedidos. Este tipo de dimensão pragmática do uso da linguagem também é válido para o discurso [...]. Assim, em geral, um fragmento de uma notícia funcionará como uma ‘afirmação’” (VAN DIJK, 1983, p. 82).

¹⁰⁶ Resende, V.D.M. Notas de orientação. Sessão de pré-banca de defesa de tese. Recife, 30/06/2020.

Como todas as teorias são submetidas a críticas, alguns postulados do modelo cognitivo têm sido contestados. Chouliaraki e Fairclough (1999) e Fairclough (1995) teceram algumas críticas a essa proposta, no âmbito da ACD (FALCONE, 2008). No campo da Psicologia Social, podemos destacar os trabalhos de McKinlay, Potter e Wetherell (1993), que defendem uma abordagem interacionista e criticam o enfoque cognitivo, especialmente a teoria das representações sociais de Serge Moscovici¹⁰⁷.

Embora Van Dijk (2016a, p. 139) considere o estudo das representações sociais de Moscovici teórica e metodologicamente vago e carente de uma análise detalhada do discurso, ele avalia que a proposta do estudioso francês é importante, pois tem uma “maior e mais explícita ênfase na relevância do estudo do conhecimento socialmente compartilhado, do senso comum e de sua reprodução na sociedade”.

Por sua vez, McKinlay, Potter e Wetherell (1993, p. 143) julgam que as lacunas da teoria moscovicianiana levam à conclusão de “que a noção de representações sociais como estados cognitivo-representacionais deve ser abandonada”. E sugerem que a análise do discurso pode ser melhor compreendida através “dos seus conceitos interligados centrais de função, variação e construção” (MCKINLAY *et al.*, 1993, p. 143).

Para esses autores, “enquanto a teoria das representações sociais toma essencialmente a construção como um fenômeno cognitivo – o sentido é mentalmente construído pela representação – a análise do discurso toma a construção como um fenômeno da linguagem” (MCKINLAY *et al.*, 1993, p. 145). Ou seja, defendem uma aproximação interacionista para analisar o discurso e compartilham o questionamento sobre a dificuldade de acessar as estruturas cognitivas.

O que há em comum nessas críticas é a questão sobre a inviabilidade de acessar diretamente as estruturas cognitivas para estudá-las. Falcone (2008) considera que argumentos como os de Fairclough (1995) e Chouliaraki e Fairclough (1999) são baseados na forte tradição empirista da ciência e a sua inconsistência fica ainda mais evidente na linha sociocognitiva que:

[...] adota noções como *ideologia* e *representações sociais* [...] pois essas noções são tão ‘diretamente’ inacessíveis, ideologicamente revestidas, cognitivamente elaboradas e discursivamente construídas quanto os conceitos de *modelos mentais*, *frames*, ou qualquer outra estrutura cognitiva (FALCONE, 2008, p. 62).

¹⁰⁷ Moscovici (1925-2014) é um psicólogo social, fundador do Laboratório Europeu de Psicologia Social, em 1975, na *Maison des Sciences de L'homme*, em Paris. Famoso pela sua teoria de Representações Sociais, que nele são tipo uma tradução, uma versão da realidade, estando sempre em transformação. Cf. Moscovici (2007).

Sobre esse tipo de críticas, Van Dijk (1998, p. 65-66) comenta que a formulação da cognição em termos de discurso “é uma forma de redução interacionista (senão condutivista) que não permite descrever e explicar propriedades fundamentais do pensamento e do discurso”. E que se tivéssemos que prescindir das *entidades mentais não observáveis* deveríamos, então, “descartar as crenças em geral, incluindo o conhecimento, as regras e, certamente, o significado do discurso, entre outras muitas noções cognitivas” (VAN DIJK, 1998, p. 66).

O autor também explica essa questão baseado no princípio da observabilidade. Se esse fosse o critério, por exemplo, para descrever e explicar conceitos sociológicos como poder de grupos, desigualdade, cultura e outros, essa tarefa seria impossível, pois também são noções “não observáveis”. Ou seja, se a observabilidade for um critério “nem a análise comum nem a análise teórica da ação, do discurso ou da sociedade seria possível, como tampouco a análise da mente das pessoas” (VAN DIJK, 1998, p. 66).

Outra ressalva à perspectiva sociocognitiva de autoria de Van Dijk é feita por Falcone (2008, p. 63). Para a linguista, há uma ausência de uma formulação teórica aprofundada sobre gêneros textuais e “como eles operam na relação de interface”. Segundo a professora, embora Van Dijk dê conta nas suas investigações da análise de gêneros, especialmente no domínio jornalístico, ele não sistematiza ou desenvolve o conceito, o que ela considera uma concepção estruturalista, conforme argumenta:

Ainda que seu critério central ao desenvolver uma tipologia dos gêneros seja o aspecto sociocognitivo, esse aspecto não é aprofundado na relação da constituição gênero-discurso. Para van Dijk, os temas têm pouco a ver com os gêneros e estão atrelados a aspectos formais do texto – como a superestrutura e a macroestrutura. Isso engessa a potencialidade de análise da ação dos gêneros no processo de interface cognitiva, ou mesmo a sua força pragmática. Por isso, entendemos que a perspectiva de van Dijk [...] sobre gêneros é desenvolvida ainda sob uma concepção estruturalista (FALCONE, 2008, p. 63).

Mas é no próprio Van Dijk (2016a) que encontramos uma resposta a essa crítica, quando ele afirma que os *diferentes gêneros textuais correspondem a diferentes representações mentais* dos usuários da linguagem. A esses *modelos mentais tipológicos*, o investigador holandês denomina de *superestruturas* (VAN DIJK, 1983). Koch e Elias (2009, p. 63) reforçam esse argumento, afirmando que as superestruturas possibilitam aos usuários da linguagem “construir e reconhecer as sequências dos diversos tipos”.

Van Dijk (2012, p. 109) trata também sobre essa questão na sua teoria de contexto. Na visão do autor, o modelo (mental) de contexto é a base de uma teoria adequada de gênero, “porque muitas propriedades dos diferentes gêneros se definem não tanto em termos de

propriedades verbais do discurso, mas em termos conceituais” (VAN DIJK, 2012, p. 109). Nessa mesma linha de pensamento, Marcuschi (2002) explica que, especialmente, no que tange aos gêneros textuais, estes se definem melhor em termos da situação comunicativa, pois:

[...] são fenômenos históricos, profundamente vinculados à vida cultural e social. Fruto de trabalho coletivo, *os gêneros contribuem para ordenar e estabilizar as atividades comunicativas do dia-a-dia*. São entidades sócio-discursivas e formas de ação social incontornáveis em qualquer situação comunicativa. No entanto, mesmo apresentando alto poder preditivo e interpretativo das ações humanas *em qualquer contexto discursivo, os gêneros não são instrumentos estanques e enrijecedores da ação criativa. Caracterizam-se como eventos textuais altamente maleáveis, dinâmicos e plásticos*. Surgem emparelhados a necessidades e atividades socioculturais, bem como na relação com inovações tecnológicas, o que é facilmente perceptível ao se considerar a quantidade de gêneros textuais hoje existentes em relação a sociedades anteriores à comunicação escrita (MARCUSCHI, 2002, p. 1, grifos nossos).

Uma vez delimitadas as origens das teorias cognitivas e, especificamente, da teoria sociocognitiva à qual aderimos neste trabalho, nas próximas seções, apresentamos as categorias sociocognitivas que usaremos na análise da representação dos(as) pescadores(as) no gênero noticioso do Jornal do Commercio.

4.3.1 Modelos mentais

A noção de modelos mentais é cunhada, em 1983, por Walter Kintsch e Teun Van Dijk, para explicar o processo de produção e compreensão do discurso, isto é, como as pessoas constroem e representam mentalmente a *situação de referência do discurso*, também denominada de *modelo de situação*. Essa construção não é somente linguística, mas estratégica e cognitiva, relacionada a vários tipos de memória e ao conhecimento, além de orientada por maneiras de gerir a informação complexa dos textos. Na época em que plantearam o conceito, Kintsch e Van Dijk compreenderam que “a coerência do texto tem que descrever-se (também) em termos da referenciação do texto, como se descreve com os modelos mentais dos falantes” (VAN DIJK, 2015b, p. 22).

A teoria dos modelos mentais nasce na psicologia cognitiva, postulando que “além da representação do sentido de um texto, os usuários da língua também constroem modelos mentais dos eventos que são *assunto* desses textos, isto é, a situação que eles têm como denotação de referência” (VAN DIJK, 2012, p. 90). É por isso que “uma sequência de sentenças de um texto é coerente se os usuários da língua forem capazes de construir modelos mentais de eventos ou fatos sobre os quais estão falando ou ouvindo, e se forem capazes de relacionar entre

si os eventos ou fatos que estão nesses modelos” (VAN DIJK, 2012, p. 90). Alguns *insights* “sobre o papel fundamental dos modelos mentais e do conhecimento que diz respeito ao processamento e ao uso do discurso” também podem ser encontrados na inteligência artificial. No entanto, em ambas as disciplinas os conhecimentos são semânticos e não pragmáticos (VAN DIJK, 2012, p. 8).

Particularmente, na análise crítica sociocognitiva, a dimensão mental envolve a memória e os modelos mentais das pessoas (CÁRDENAS, 2018), que se subdividem em *modelos de eventos* e *modelos de experiências* (VAN DIJK, 2012). Por serem *únicos, pessoais* e *subjetivos*, os modelos mentais não devem ser confundidos com outras estruturas (mentais) sociais, pois, segundo Van Dijk (2012):

Eles não representam objetivamente os eventos de que fala o discurso, mas antes *a maneira como os usuários da língua interpretam e constroem cada um a seu modo esses eventos*, por exemplo, em função dos objetivos pessoais, conhecimentos ou experiências prévias – ou em função de outros aspectos do ‘contexto’ (VAN DIJK, 2012, p. 92, grifo nosso).

Nesse sentido, os modelos mentais são *situacionais*, porque se referem a eventos e experiências pessoais dos usuários da linguagem. Também são conhecidos como *modelos semânticos*, pois “representam os acontecimentos a que se referem os discursos, e cumprem a função de definir sua significação e explicar a interpretação única e subjetiva dos interlocutores” (CARDENAS, 2018, p. 127). Em outras palavras, além de servirem de ponto de partida para a produção do discurso, os modelos mentais formam a base das “representações semânticas do discurso desses eventos, como é típico de histórias ou relatos de notícias do cotidiano” (VAN DIJK, 2012, p. 91).

Apesar de serem pessoais, os modelos mentais sofrem influências intersubjetivas e sociais na interação com outros usuários da linguagem e passam, ainda, por alterações a partir de condicionamentos objetivos (percepção de propriedades físicas dos objetos, das pessoas, da situação, dos eventos etc.). Isso significa que “embora cada modelo mental de um texto ou situação seja único, por causa de circunstâncias e contingências da situação presente, sua estrutura abstrata pode ser definida ‘objetivamente’ pelas percepções acumuladas das pessoas” (VAN DIJK, 2012, p. 94).

Resumindo, a teoria dos modelos mentais envolve os seguintes aspectos: i) cada pessoa tem uma forma de perceber e interpretar determinada situação, evento ou experiência; ii) algo que faz sentido para o falante pode não fazer sentido para o receptor. Ou seja, em uma situação comunicativa o emissor e o receptor “podem interpretar de maneiras diferentes o ‘mesmo’

discurso” (VAN DIJK, 2012, p. 91); iii) embora os modelos mentais de membros de uma mesma comunidade epistêmica possam ser semelhantes, estes incorporam “elementos pessoais que tornam *únicas* todas as produções e interpretações – e portanto tornam possível o mal-entendido – mesmo quando eles têm muitos elementos socialmente compartilhados” (VAN DIJK, 2012, p. 92); iv) os modelos mentais são influenciados intersubjetivamente, na interação dos usuários da linguagem, bem como a partir de elementos da situação comunicativa (VAN DIJK, 2012).

Por serem subjetivos, os *modelos mentais não se reduzem a representações dos fatos-tais-como-os-participantes-os-veem*. Estes podem representar *opiniões* e *emoções* pessoais (VAN DIJK, 2012). As opiniões são crenças baseadas na experiência de cada pessoa e, embora sejam avaliações pessoais sobre um determinado assunto, estão sujeitas à influência ideológica e, portanto, podem ser polêmicas, oferecendo pontos de vista individuais. Por isso, não é possível pressupor nem assumir que as opiniões são verdadeiras (VAN DIJK, 2008).

Por exemplo, um jornalista que produz uma notícia sobre o derramamento de petróleo no litoral pernambucano pode construir uma versão/representação pessoal sobre essa situação/evento com base em outras notícias, em entrevistas que realizou, em conversas informais e profissionais, nas suas experiências pessoais, no seu conhecimento pessoal etc. Nesse processo intertextual e interdiscursivo, ele forma *crenças pessoais*, isto é, *opiniões* sobre o acontecimento, possivelmente associadas a *emoções* como solidariedade, angústia e tristeza ou desprezo, indiferença ou outras que valem por avaliações.

Essas crenças aliadas a cognições, como conhecimentos, ideologias e atitudes, que o jornalista compartilha com o grupo epistêmico ao qual pertence, contribuem na construção do seu discurso sobre o acontecimento, expressado nas notícias que ele produz. Isso significa que a notícia é uma expressão do modelo mental subjetivo de um evento ou experiência “tal como o constrói e expressa o jornalista” (VAN DIJK, 2016a, p. 17)

Quanto ao processo de interpretação, este funciona do mesmo modo. Cada leitor também constrói sua própria representação do evento ou dos atores sociais aos quais o texto noticioso faz referência. Inclusive, dependendo das suas próprias ideologias e atitudes, alguns deles podem representar os(as) pescadores(as) artesanais associados a estereótipos e preconceitos negativos ou, ao contrário, construir um modelo mental positivo, que se expressa em opiniões solidárias ou em emoções como empatia. Podemos dizer com Falcone (2008, p. 57) que os modelos mentais são *representações cognitivas das pessoas*, entendidas como “as nossas representações da realidade”. E, ainda, que a elaboração e interpretação do discurso é subjetiva e varia entre pessoas.

Entretanto, isso não significa que os modelos mentais sejam cópias de eventos. “Os seres humanos, ativamente, constroem tais eventos sobre a base da percepção, experiência, velhos modelos e conhecimento sociocultural genérico” (VAN DIJK, 2016a, p. 41). Ou seja, os modelos mentais são as representações dos usuários da linguagem de “estados ou situações e, especialmente, as situações específicas, eventos e ações de suas experiências cotidianas diretas ou indiretas (discursivamente mediatizadas)” (VAN DIJK, 2016a, p. 40). Eles são a “base da construção das representações semânticas dos discursos sobre esses eventos” (VAN DIJK, 2012, p. 91). Por isso, uma pessoa consegue narrar ou escrever uma história, redigir um texto, contar uma anedota etc., a partir do seu *modelo mental* e essa representação contribui na construção do seu discurso.

Quanto ao seu armazenamento, os modelos mentais ficam na *memória* das pessoas, mais especificamente na Memória Episódica ou Autobiográfica, que faz parte da Memória de Longo Prazo (MLP)¹⁰⁸. Na teoria sociocognitiva assumimos que, nos modelos mentais, “o *Self*, ou *Eu*, funciona como ator central-experienciador” (VAN DIJK, 2016a, p. 41). Desse modo, “os agentes sociais organizam mentalmente o ‘fluxo de consciência’ permanentemente no curso da sua vida cotidiana, segmentando-o em sequências de modelos mentais que representam episódios” (VAN DIJK, 2016a, p. 41). Isso quer dizer que “nossa ‘autobiografia’ mental, a acumulação das experiências pessoais da nossa vida, é [...] uma coleção de modelos mentais” (VAN DIJK, 2012, p. 94). Porém, com o passar do tempo, acabamos somente tendo acesso aos fatos mais marcantes ou acontecimentos mais globais da nossa vida.

É também por conta disso que, para lembrarmos de determinadas experiências pessoais ou o que lemos ou falamos no passado, ativamos *modelos mentais antigos*, que nem sempre são fáceis de recuperar. É muito mais fácil recordar eventos, situações ou experiências, quando se trata de conhecimento geral compartilhado. Por exemplo, sobre férias típicas em Paris, na Disney ou sobre algum evento traumático da nossa vida (porém, comum a muitas pessoas), como um divórcio, a morte de um ente querido etc. Isso porque “tendemos a construir unidades mais globais dessas memórias pessoais, como tendemos a derivar tópicos mais globais a partir dos detalhes de um texto: formamos modelos globais mais ‘macro’, a partir das sequências de modelos ‘micro’ das experiências do dia a dia” (VAN DIJK, 2012, p. 95).

¹⁰⁸ Cárdenas (2018, p. 127, grifos nossos) explica que “a memória se divide de acordo com o seu alcance de processamento e armazenamento: a) *Memória de Curto Prazo* (MCP), também conhecida como memória de trabalho, pois monitora os processos de produção e compreensão discursiva *online*, e; b) *Memória de Longo Prazo* (MLP), que se subdivide por sua vez na *memória episódica* ou *autobiográfica*, encarregada de coletar as experiências individuais e o conhecimento pessoal, e na *memória semântica* ou *social*, encarregada de coletar o conhecimento genérico e as ideologias e atitudes compartilhadas por grupo mais amplos”.

Outro aspecto importante sobre os modelos mentais das pessoas é que estes não são estáticos e “não podem ser entendidos como elementos de natureza rígida e homogênea. A sua atualização se dá a partir do nosso contínuo processo de atividade social” (FALCONE, 2008, p. 56). Ou seja, são “constantemente reformulados, atualizados e elaborados na Memória Episódica” (FALCONE, 2008, p. 56).

Enquanto isso, nossa Memória Semântica ou Memória Social guarda o conhecimento geral ou abstrato. Por exemplo, quando lemos uma notícia sobre o derramamento de petróleo no litoral de Pernambuco construímos ou atualizamos um complexo modelo mental sobre esse também complexo acontecimento. Nossos modelos mentais instanciam uma seleção de seus contextos relevantes, envolvendo as características típicas de um “crime” ou “desastre” ambiental, mas também algumas estruturas de conhecimento geral sociocultural em torno desse tipo de evento.

Nesse caso, sobre o litoral, as praias, derramamento ou manchas de petróleo, poluição, mortandade de animais e sobre empresas transportadoras e seus navios superpetroleiros, afundando ou destruindo os oceanos e ecossistemas, dentre muitos outros aspectos relacionados a eventos como esse. Ou seja, é um processo de construção, que “faz um uso extenso do conhecimento geral, social” (VAN DIJK, 2012, p. 96). Resumindo, quando interagimos ativamos nossos modelos mentais pessoais e muito do conhecimento socialmente compartilhado para construir um modelo mental coerente a essa situação comunicativa (VAN DIJK, 2012).

Por outro lado, uma porção significativa do nosso aprendizado está baseado em *experiências pessoais*. Sendo assim, o nosso conhecimento sociocultural também se deriva de modelos mentais por abstração, generalização e contextualização. Quando lemos notícias sobre crimes ambientais, aos poucos vamos aprendendo sobre esses acontecimentos em geral. Também podemos ter aprendido sobre isso no colégio, em aulas de biologia, nas conversas familiares ou com os amigos etc.

Então, sabemos que os modelos mentais são nossas representações/construções da realidade, tal como nós as vemos/compreendemos, armazenadas na nossa Memória Episódica. Embora, eles possam ter variações, assumimos, com base em Van Dijk (2012), que sua estrutura não é arbitrária e provavelmente são organizados por um número limitado de categorias fixas, que compõem uma forma abstrata ou ‘esquema’, um *esquema de modelo*” (VAN DIJK, 2012, p. 99), a exemplo do que acontece com a memória em geral. Assim, os nossos modelos mentais podem ser definidos por esquemas que se repetem frequentemente como tais.

Isso quer dizer que talvez somos “capazes de compreender a maioria dos eventos em termos das *categorias* de um esquema de modelo *previamente aprendidas*, e assim processar informação relevante tão rapidamente quanto é necessário”. (VAN DIJK, 2012, p. 99, grifos nossos). Tais abstrações são importantes também para todas as formas de recordação (*recall*), por exemplo, quando acessamos lembranças a partir da leitura sobre um acontecimento (VAN DIJK, 2012). Dentre as categorias que compõem o esquema dos modelos mentais estão “o Tempo, o Lugar e os Participantes em vários papéis na Ação ou no estado de coisas, e assim por diante, como também acontece na estrutura semântica das proposições” (VAN DIJK, 2012, p. 100).

Quanto aos *modelos de experiência* podemos pontuar que, sendo o nosso cotidiano uma sequência de experiências vividas, ele é também um complexo mecanismo de modelos mentais. Novamente, esses modelos são organizados por categorias experienciais, dentre elas, o tempo, o lugar, os participantes, a causalidade (causas, condições e consequências), o nível (micro ou macro eventos), a saliência (o que é mais ou menos importante) e a relevância (o mais útil) (VAN DIJK, 2012).

Essas e outras dimensões são contínuas e conscientes, ou seja, temos “consciência de nós mesmos, do que estamos fazendo, observando ou vivenciando” (VAN DIJK, 2012, p. 102). Desse modo, construímos e atualizamos modelos mentais que interpretam, representam e guardam nossas experiências. Nesses termos, a categoria central do esquema que organiza esses modelos é relacionada a si mesmo. O *Eu-mesmo*, enquanto identidade, é geral, abstrato e interativo. Portanto, quando instanciado, nem sempre é o mesmo, pois não é estático.

Em síntese, as estruturas sociais precisam ser “observadas, experimentadas, interpretadas, representadas por membros sociais [...], como parte de sua interação e comunicação cotidiana” (VAN DIJK, 2015a, p. 26). E são os *modelos mentais de eventos, de experiências e de contexto*, enquanto representações cognitivas subjetivas, aliadas a cognições sociais compartilhadas que, em última instância, influenciam os discursos e outras práticas sociais das pessoas (VAN DIJK, 2012).

4.3.1.1 Modelos de Contexto

No marco teórico dos modelos mentais (de eventos e experiências pessoais), a teoria cognitiva do contexto aparece como um “elegante subproduto” e ainda como uma noção que “periga ser demasiado poderosa, por isso é importante formular cuidadosamente seus detalhes, seus condicionamentos, suas estruturas e suas funções” (VAN DIJK, 2012, p. 106-109). Afinal,

o contexto é uma dimensão crucial para “explicar como o discurso se insere na sociedade” (VAN DIJK, 2012, p. 7).

Nessa perspectiva, o *contexto é um tipo especial de modelo mental da experiência cotidiana*, isto é, uma representação da própria comunicação ou interação feita (inter)subjetivamente pelos participantes, que organiza o modo como estes constroem e adaptam seu discurso a uma situação comunicativa (VAN DIJK, 2012).

Enquanto construto intersubjetivo e atualizado na interação, o contexto não se refere a variáveis sociais como gênero, classe social, idade, escolaridade e outras condições dos participantes. Tampouco diz respeito ao entorno social ou às condições sociais de texto e fala. Os (modelos de) contextos são “construtos (inter)subjetivos concebidos passo a passo e atualizados na interação pelos participantes enquanto membros de grupos e comunidades” (VAN DIJK, 2012, p. 11). Isso significa que o contexto é *a definição subjetiva dos usuários da linguagem sobre a situação comunicativa* ou, em outras palavras, *como os participantes definem o contexto* (VAN DIJK, 2012).

Koch e Elias (2009, p. 76) explicam que “qualquer pessoa, em situação de interação, orienta suas ações (linguísticas e não linguísticas) com base no contexto”. O modelo (mental) de contexto influi em *como* os usuários da linguagem se comunicam e o que falam ou escrevem (VAN DIJK, 2012, 2013). Trata-se de uma organização cognitiva “para a produção e compreensão discursivas”, sendo essencial para “o próprio processo interacional” (FALCONE, 2008, p. 57).

Os modelos de contexto são também definidos como modelos pragmáticos, já que representam os aspectos do ambiente comunicativo dinâmico e passível de mudanças “no qual se desenvolve a interação, e cumprem a função de controlar sobre que informação do modelo de situação se pode ou deve falar e como se deveria fazê-lo” (CARDENAS, 2018, p. 127). Estes representam “os parâmetros sociais de uso da linguagem, definidos como relevantes para e pelos participantes” (VAN DIJK, 2016b, p. 12).

Desse modo, as pessoas modelam a si próprias bem como a outros aspectos da situação comunicativa em que estão envolvidos no momento da interação (VAN DIJK, 2012). Por exemplo, quando um jornalista escreve sobre o derramamento de petróleo no litoral pernambucano, ele se comunica de modos diferentes, dependendo dos seus modelos mentais (do evento/situação e da experiência), de seus interlocutores e de vários aspectos do contexto em que está interagindo. Ou, seja, sua fala ou escrita são *controladas* pelo contexto de interação. Quando conversa com seus amigos sobre o tema, pelo whatsapp, ou com sua família, em casa, ele pode expressar-se de modos diferentes. Igualmente, quando escreve uma notícia sobre o

assunto para o jornal no qual trabalha, seu texto com certeza é interpelado ou controlado pelo seu modelo de contexto que, como detalharemos adiante, diz respeito à situação comunicativa e envolve diversos fatores.

Sobre essa incidência do contexto no modo de falar, escrever ou usar outros sistemas semióticos, na interação, Van Dijk (2012, p. 109, grifo nosso) esclarece que a teoria dos modelos de contexto nos permite colocar o “*Eu-mesmo em várias identidades-por-papel do falante e/ou receptor*”. Em outras palavras, devido à interação envolver comunicação, os participantes “falam, escrevem, ouvem e leem em diferentes papéis comunicativos” (VAN DIJK, 2012, p. 111).

Essa teoria também mostra que o contexto controla “que conhecimento geral e que informação presentes nos modelos de eventos [...] devem ser *expressos e pressupostos* nas estruturas semânticas globais e locais do discurso” (VAN DIJK, 2012, p. 146). A metáfora do *iceberg*, segundo Koch e Elias (2009, p. 76), ilustra bem isso, pois, na compreensão do texto, só temos acesso a “uma pequena superfície à flor da água (o explícito) e uma imensa superfície subjacente, que fundamenta a interpretação (o implícito)”. Para as autoras, o contexto é o *iceberg* completo, “ou seja, tudo aquilo que, de alguma forma, contribui para ou determina a construção do sentido” (KOCH; ELIAS, 2009, p. 76).

Nessa percepção, o contexto influencia “todas as estruturas variáveis do texto e da fala” (VAN DIJK, 2012, p. 146) dos participantes de uma situação comunicativa. Dentre elas, a sintaxe (léxico, estilo, transitividade etc.), as estruturas semânticas e muitas outras. Por isso, “parece plausível que a categoria central do esquema que organiza esses modelos seja uma *categoria relativa a si mesmo*” (VAN DIJK, 2012, p. 105, grifo nosso) e, ainda, que o contexto seja um tipo de modelo mental que controla *como a pessoa diz* as coisas e não *o que* está dizendo.

O contexto também é essencial na análise do discurso “por permitir estender a reflexão do simples contexto situacional para as condições pragmáticas e cognitivas”. Isso porque esse conceito “não pode ser reduzido à situação física de produção” (MARCUSCHI, 1994, p. 2), mas, como explicam Koch e Elias (2009, p. 81), ele engloba “não só o contexto¹⁰⁹, como a situação de interação imediata, a situação mediata (o entorno sociopolítico-cultural) e também o contexto sociocognitivo dos interlocutores”. Sendo que este último abrange os demais, pois “reúne todos os tipos de conhecimentos arquivados na memória dos atores sociais, que necessitam ser mobilizados por ocasião do intercâmbio verbal” (KOCH; ELIAS, 2006, p. 63).

¹⁰⁹ O co-texto se refere ao contexto linguístico ou entorno verbal (KOCH; ELIAS, 2006).

Desse modo, os modelos (mentais) de eventos ou experiências fornecem a informação para o *conteúdo do discurso*, enquanto os modelos de contexto *controlam a maneira como* as pessoas se expressam em uma situação comunicativa. Isso quer dizer que os indivíduos “não estão apenas envolvidos em processar o discurso; ao mesmo tempo, eles também estão *engajados em construir dinamicamente sua análise e interpretação subjetiva on-line*” (VAN DIJK, 2012, p. 87, grifos nossos). Por isso, o contexto se refere à situação ou aos eventos *sobre* os quais as pessoas falam ou escrevem e não à situação ou o evento *em* que elas estão falando ou escrevendo (VAN DIJK, 2012).

De acordo com Falcone (2008, p. 57), os modelos mentais estão “em relação intrínseca com o contexto, pois são estruturas com as quais operamos nos diversos eventos comunicativos”. Assim como os modelos de situação semânticos, os modelos pragmáticos de contexto são multimodais e apresentam a “própria experiência de falar, escrever, escutar e ler, bem como opiniões e emoções (felicidade, medo etc.) associadas com a situação comunicativa” (VAN DIJK, 2016b, p. 12).

Um dado importante é que os modelos de situação e de contexto se sobrepõem, assim como a semântica e a pragmática do discurso, sendo ambos representados na Memória Episódica do usuário da linguagem (VAN DIJK, 2016b). Especificamente, *os modelos de contexto são a interface cognitiva entre o discurso, o ambiente/situação comunicativa e as estruturas sociais* (VAN DIJK, 2012), o que o linguista explica da seguinte forma:

Os usuários da língua são capazes de representar mentalmente eventos e situações sociais e falar sobre eles [...]. Ao mesmo tempo, sua fala é controlada por modelos de contexto subjetivos representando eventos e situações comunicativas e, pois, sociais, de tal modo que sua fala, e por consequência sua interação comunicativa, é adaptada ao ambiente comunicativo e social (VAN DIJK, 2016b, p. 12).

Outro ponto que merece atenção é que o contexto consiste “em esquemas de categorias compartilhadas, convencionais e dotadas de uma base cultural, que facultam uma interpretação rápida de eventos comunicativos em curso” (VAN DIJK, 2012, p. 35). Essas categorias englobam um cenário espaço-temporal (tempo, lugar), os participantes (e suas diferentes identidades, papéis e relações), uma ação, objetivos, além dos propósitos e o conhecimento. Mas, o que é específico nos modelos contextuais é “que os papéis, a ação e os objetivos dos participantes sejam comunicativos e não apenas, de um modo mais geral, interacionais” (VAN DIJK, 2016b, p. 12). Nesse mesmo raciocínio, Koch e Elias (2009) consideram que:

Em uma situação de interação, quando levamos em conta os interlocutores, os conhecimentos compartilhados, o propósito da comunicação, o lugar e o tempo em que nos encontramos, os papéis socialmente assumidos e os aspectos histórico-culturais, estamos atuando com base no contexto e seus elementos constitutivos (KOCH; ELIAS, 2009, p. 76).

Entretanto, não podemos reduzir os modelos contextuais à fala ou à escrita, pois, como já mencionamos, suas propriedades geralmente permanecem implícitas e pressupostas, conforme Van Dijk (2012, p. 38) esclarece: “Eles influenciam fala e texto de maneiras indiretas que só são explicadas na própria fala ou texto em circunstâncias específicas”. Sobre esse aspecto, Koch e Elias (2006, p. 64, grifos nossos) teorizam que os contextos envolvem “*um conjunto de suposições baseadas nos saberes dos interlocutores, mobilizadas para a interpretação de um texto*”. Ou seja, as suposições do sujeito-produtor do discurso levam em conta *pressuposições* sobre os interlocutores e seus conhecimentos. Além de condicionar o texto falado ou escrito, o contexto pode transformá-lo, sendo este construído e reconstruído pelos interlocutores no decorrer da atividade discursiva (KOCH; ELIAS, 2009).

Outro aspecto importante é que os contextos *representam propriedades relevantes do entorno comunicativo* na Memória Episódica dos participantes da situação de comunicação, as quais podem ser expressadas “por meio de expressões dêiticas e outros indicadores” (LEVINSON *apud* VAN DIJK, 2016b, p. 12). Isso significa que sempre que necessário, os modelos de contexto são sinalizados, indiciados ou referenciados em estruturas linguísticas ou variações e, muitas vezes, suas propriedades precisam ser inferidas ou pressupostas pelos participantes da situação comunicativa (VAN DIJK, 2012).

Por exemplo, Koch e Elias (2009) explicam que, na oralidade, é comum recuperar os referentes na própria situação discursiva (comunicativa), de forma extralinguística, apontando para eles, dirigindo o olhar ou fazendo um gesto em sua direção. E isso também se deve a que os interlocutores compartilham conhecimentos sobre a situação comunicativa e sobre as coisas que estão falando. Além disso, há pistas linguísticas na fala e na escrita que “se encontram no cenário e no conhecimento que os participantes têm sobre o que aconteceu antes da interação. Daí o uso de formas referenciais cujos referentes são depreendidos da situação comunicativa ou do conhecimento compartilhado com o interlocutor” (KOCH; ELIAS, 2009, p. 20). Dentre essas marcas, estão elementos anafóricos (ele, ela), que remetem a outros elementos do texto e dêiticos¹¹⁰, que apontam para elementos do contexto e outras.

¹¹⁰ Os dêiticos são elementos da língua, cuja função é “localizar entidades no contexto espaço-temporal, social e discursivo, como pronomes de 1ª e 2ª pessoa (eu, tu, você, vocês, nós, vós); demonstrativos (este, esse, aquele), certos advérbios de tempo e lugar (aqui, aí, ali, agora, ontem, amanhã) etc.”. Eles não possuem valor semântico em si mesmos e variam a cada nova enunciação (KOCH; ELIAS, 2006, p. 60).

Van Dijk (2012, p. 38) explica que os modelos de contexto também podem ser *intertextuais*, fazendo “referência a outros textos ou conversas mais antigos”. Por exemplo, quando um jornalista escreve sobre o derramamento de petróleo no litoral de Pernambuco, o seu discurso se relaciona “de maneira múltipla a vários ‘discursos-fontes’”. Desse modo, a intertextualidade “pode ser uma condição para que o discurso seja significativo e apropriado” à situação de comunicação (VAN DIJK, 2012, p. 38).

Os modelos de contexto também podem representar situações sociais ou comunicativas em vários níveis de generalidade. Por exemplo, em um nível micro, podem representar “interações situadas, momentâneas, em andamento, face a face [...] e, por outro, podem representar situações históricas ou sociais totalizadoras, isto é, a estrutura social num nível macro” (VAN DIJK, 2012, p. 39). Tais níveis “podem variar no interior do mesmo evento comunicativo e podem ser indiciados como tais durante o texto ou a fala” (VAN DIJK, 2012, p. 39).

Ainda sobre o contexto, Koch e Elias (2006, p. 58-59) esclarecem que, na produção discursiva, os usuários da linguagem “fazem uso de uma multiplicidade de recursos, muito além das simples palavras que compõem as estruturas”. Para além da compreensão linguística, a coprodução do texto falado ou escrito entre interlocutores demanda a “(re)ativação de outros conhecimentos armazenados na memória” (KOCH; ELIAS, 2006, p. 59). Ou seja, *para que os participantes se compreendam mutuamente, durante uma interação, “é preciso que seus contextos sociocognitivos sejam, pelo menos, parcialmente semelhantes”* (KOCH; ELIAS, 2006, p. 61, grifo nosso).

Quanto ao sentido do texto, é importante destacar que ele “não existe a priori, mas é construído na interação sujeitos-texto. Assim sendo, *na* e *para* a produção de sentido, necessário se faz levar em conta o contexto” (KOCH; ELIAS, 2006, p. 57, grifos nossos). Esse (modelo mental de) contexto do usuário da linguagem em interação compreende tanto o contexto físico de produção, quanto os contextos sociocognitivos de produção e interpretação. Como Marcuschi (1994) explica, os:

Contextos são dinâmicos e multifacetados, de modo que as condições de produção têm ali um papel parcial. Assim, *as ações praticadas no discurso, as crenças dos indivíduos, seus conhecimentos enciclopédicos e os conhecimentos prévios, bem como o domínio de normas comunicativas etc. constituem contextos da interpretação*. Podemos dizer que ao produzir um texto, um autor/falante não apenas se situa em relação ao espaço e tempo, mas vai situando seu ouvinte/leitor dentro de um quadro mais amplo que opera como contextualização conduzida por pistas prosódicas, lexicais, estilísticas, dialetais etc. *O espaço interpretativo vai sendo gerado ao longo da própria produção discursiva, que atua reflexivamente* (MARCUSCHI, 1994, p. 9, grifos nossos).

No que se refere as marcas linguísticas, Van Dijk (2012, p. 17) sugere que o uso de expressões dêiticas (pronomes pessoais, demonstrativos, os tempos verbais, as preposições, as expressões de polidez e deferências etc.) podem fazer referência explícita a modos *como* o falante compreende o contexto presente no discurso¹¹¹. Isso inclui referentes como: eu, este assunto, esta pauta, nosso direito, eu digo, aqui estamos, isso, lá fora, junto com as outras, no lugar, o homem, ele, ela, naquela noite, na última quarta-feira, agora, etc. Em outras palavras, o usuário da linguagem produz ou compreende a situação comunicativa fazendo referência à situação presente e a si mesmo, enquanto falante, à sua função, à instituição, aos demais participantes, à orientação política vigente etc. Isso também inclui os princípios de *orientação contextual*, marcados por orientações metafóricas, como Van Dijk esclarece:

Podemos estar ‘à esquerda de alguém’ especial ou ideologicamente, e considerar que outros são temporal ou ideologicamente modernos ou ultrapassados [...], dependendo da *postura* ou *posição* que tomamos. *O mesmo vale para a inclusão dos participantes em grupos contextuais e para a distinção de pertencer ou não pertencer a um grupo, expressa tipicamente pelos pronomes ideológicos nós versus eles*” (VAN DIJK, 2012, p. 40, grifos nossos).

Outras propriedades do contexto dizem respeito à relação entre o falante, seu papel social e os membros do grupo ao qual pertence, bem como sua opinião e sua posição oposta ou favorável a *Outros* grupos. Para Van Dijk (2012), sem esse entendimento contextualizado, não saberíamos por exemplo que uma interrupção, ou qualquer outra função cognitivo-interacional, não é uma simples pergunta, uma crítica, um argumento etc., mas também uma forma de coargumentação, oposição e (re)produção, no caso de os interlocutores terem os mesmos interesses ou se forem membros de grupos opostos. Além disso, de acordo com Van Dijk (2012), os esquemas de contextos e suas categorias são culturalmente variáveis e isso define as *condições de adequação*¹¹² para o discurso em diferentes sociedades:

Embora algumas categorias contextuais possam (ou precisem) ser universais, como é o caso do *Falante* e de vários tipos de *Destinatários*, bem como do *Conhecimento*, outras podem variar culturalmente, por exemplo, as *propriedades sociais* específicas *dos participantes* (VAN DIJK, 2012, p. 42, grifos nossos).

Essa também é a concepção de Koch e Elias (2009). Para as autoras, na análise da troca comunicativa, devemos levar em conta que as pessoas interagem numa determinada sociedade,

¹¹¹ Embora a semântica e a pragmática estejam interligadas na teoria dos modelos mentais, especificamente no (modelo de) contexto deve-se ficar atento à distinção em expressões indiciais ou dêiticas. Cf. Van Dijk (2012).

¹¹² A noção de adequação advém de uma abordagem pragmática do discurso (SEARLE, 1968) na qual o discurso é uma ação social e “de um ponto de vista normativo, mais ou menos *aceitável, correto, feliz* etc.” (VAN DIJK, 2012, p. 41, grifos nossos).

com suas próprias convenções e normas de conduta o que “lhes impõe condições, estabelece deveres e lhes limita a liberdade; toda e qualquer manifestação de linguagem ocorre no interior de determinada cultura, cujas tradições, cujos usos e costumes, cujas rotinas devem ser obedecidas e perpetuadas” (KOCH; ELIAS, 2009, p. 81). A seguir, resumimos as principais propriedades dos modelos cognitivos da representação dos usuários da linguagem na produção e compreensão do discurso, sobre as quais teorizamos nas últimas duas seções:

Quadro 5 – Modelos Mentais

| ASPECTOS DA REPRESENTAÇÃO MENTAL (Processamento do discurso: produção e compreensão) |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>MODELOS MENTAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pessoais, únicos e subjetivos - São a base da construção de representações situacionais (eventos, experiências) - São a base da construção das representações semânticas - Se atualizam na interação e na percepção objetiva <p>MODELOS (MENTAIS) DE CONTEXTO</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pessoais, únicos e subjetivos - Da experiência comunicativa cotidiana (em andamento) - Referentes à situação comunicativa - Modelam e controlam o discurso do usuário da linguagem - Se atualizam intersubjetivamente, na interação dos participantes da situação comunicativa. - São a base da construção das representações pragmáticas. |

Fonte: Elaboração própria com base em Van Dijk (2012, 2015, 2016a, 2016b).

Quanto à *aquisição das categorias dos modelos de contexto*, desde muito cedo, as crianças aprendem a adaptar sua fala à situação comunicativa. Pesquisas sobre a intencionalidade, na área da Psicologia do Desenvolvimento, apontam que, por volta de um ano de idade, os bebês aprendem que interagindo (falando ou chorando) podem modificar o comportamento dos outros e alcançar seus objetivos.

Durante seu desenvolvimento, as crianças aprendem a entender o entorno interacional e comunicativo. Também aprendem sobre o conhecimento compartilhado com seus interlocutores na interação; organizam a experiência corrente; os modelos de contexto em termos do Eu-mesmo; relacionam outras categorias situacionais (ambiente, etc.). Nesse processamento cognitivo, elas “formam, ativam, atualizam ou executam modelos de contexto durante a produção e compreensão do discurso” (VAN DIJK, 2012, p. 144).

Entretanto, resta ainda saber: *como se formam e quais são os esquemas dos modelos de contexto?* Sabemos que os contextos são “um caso especial de modelos de experiência em andamento” (VAN DIJK, 2012, p. 144), o que implica em que *antes* de acontecer uma situação

comunicativa, um modelo de situação e experiência já existe formado a nível cognitivo pessoal (nos interlocutores), que envolve “o ambiente (tempo e lugares presentes), participantes daquele momento com seus papéis sociais e seus conhecimentos, ações sociais em curso” (VAN DIJK, 2012, p. 144), etc. Sabemos também que, a nível global, as categorias são análogas (VAN DIJK, 2012).

Enquanto o modelo de experiência acontece, na interação, o modelo de contexto também é construído, especificado, adaptado ou mesmo desconstruído, envolvendo falantes e receptores. “A essa altura, o *Dispositivo-K* terá fornecido as *suposições* relevantes sobre aquilo que os receptores já conhecidos sabem (ou acreditam, ou querem)” (VAN DIJK, 2012, p. 145, grifos nossos). O Dispositivo-K fornece e ativa o conhecimento linguístico, pessoal e social¹¹³. Isso quer dizer que, ao interagirmos, sabemos mais ou menos a quem estamos falando e *pressupomos* ou *sabemos* em que consiste conhecimento sociocultural dos nossos interlocutores. Outra parcela do conhecimento para o Dispositivo-K é suprida pelos modelos mentais de eventos (pessoais), envolvendo o que os participantes conhecem ou sabem sobre determinado evento/assunto. Esse processo é dinâmico, sendo atualizado pelo *feedback* do próprio discurso (VAN DIJK, 2012). Baseadas em Van Dijk (2002b), Koch e Elias (2009, p. 82) explicam esse processo comunicativo da seguinte forma:

[...] ao produzir um texto, o produtor estará focalizando sua atenção em propriedades específicas da situação, as quais devem ser relevantes para propiciar ao leitor pistas para uma interpretação adequada tanto do significado/referente quanto das intenções/objetivos pragmáticos de quem o produziu. Assumir tal posicionamento não quer dizer que devamos ver o contexto como um elemento que determina a produção do texto, mas, isto sim, *como um componente que orienta a produção, e que é modelado e remodelado à medida mesma que o texto avança* (KOCH; ELIAS, 2009, p. 82-83, grifos nossos).

Outro aspecto relevante é que as categorias operantes dos modelos de contexto são ativas e representadas na Memória de Curto Prazo (MCP), que, embora monitore os processos de produção e compreensão discursiva *online*, está relacionada à Memória de Longo Prazo (MLP). Assim, enquanto fala ou escreve, o participante está ciente de quem é, do que está falando, de onde está e de quem são as pessoas a quem escreve ou fala e por quê. Aspectos mais

¹¹³ Van Dijk (2012, p. 122) explica que “os modelos de contexto têm entre seus componentes um mecanismo central que regula a (não) expressão do conhecimento do discurso”. O termo usado pelo autor para denominá-lo é *Dispositivo ou Mecanismo-K*. “A qualquer momento do discurso o mecanismo-K toma como *input* o conhecimento de momento do falante – tal como está representado nos modelos mentais sobre eventos ou como conhecimento do mundo socialmente compartilhado e mais geral – e calcula quanto desse conhecimento já é compartilhado pelos receptores”.

globais do contexto ficam mais ou menos ativos MLP e podem ser recuperados na interação. No quadro a seguir, sintetizamos os parâmetros ou esquemas para análise do contexto:

Quadro 6 – Categorias do modelo de contexto

| PARÂMETROS PARA ANÁLISE DE MODELOS (MENTAIS) DE CONTEXTOS (Produção e compreensão do discurso) |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>AMBIENTE/CENÁRIO (espaço/temporal) - Tempo / Período / Prazo - Espaço / Lugar / Localização - Entorno</p> <p>EU / PARTICIPANTES - Identidade - Papéis (comunicativos, sociais) - Relações (entre os participantes) - Emoções / Opiniões</p> <p>AÇÕES / EVENTOS Ações ou eventos comunicativos ou de outra natureza</p> <p>CONHECIMENTO Pessoal, social, sobre o evento, sociocultural, profissional, Dispositivo-K</p> <p>DOMÍNIO/CAMPO OBJETIVOS PROPÓSITOS INTENÇÕES</p> |

Fonte: Elaboração própria com base em Van Dijk (2012, 2016a).

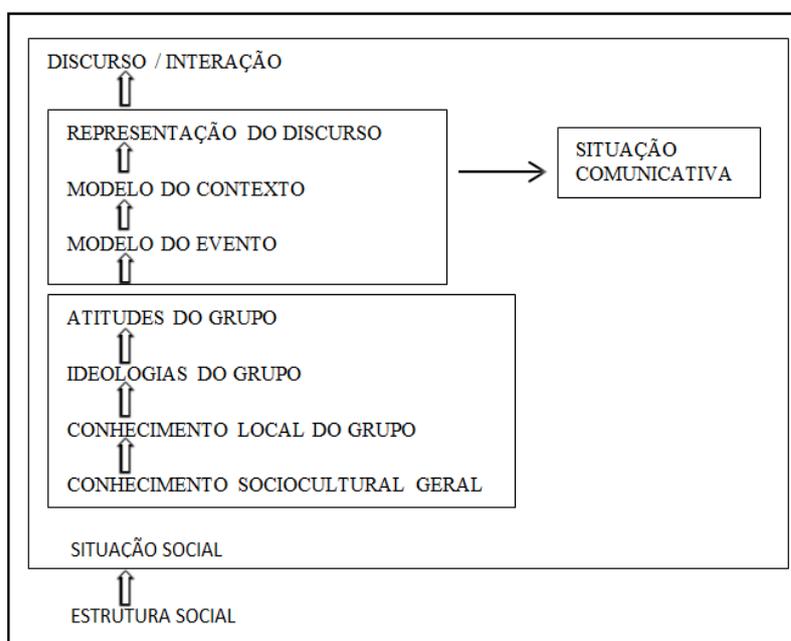
Assim que o esquema (categorias e subcategorias) está formado, o falante está apto a construir as estruturas do próprio texto e fala, sob o controle mais geral do contexto. Embora esse processo aconteça, segundo Van Dijk (2012, p. 146) “em paralelo e em muitos níveis simultaneamente”, o controle da produção e compreensão do discurso pelo contexto, “começa na categoria mais ampla (interação) e desce em seguida até as mais específicas (a realização fonética ou gráfica), passando pelos assuntos gerais e esquemas generalizantes (por exemplo, os da narrativa), significados locais e sentenças” (VAN DIJK, 2012, p. 146). Em resumo, o contexto regula *como* as coisas são ditas pelas pessoas e não *o que* elas dizem, pois podemos falar a mesma coisa, inclusive usando as mesmas palavras, mas dependendo do nosso (modelo mental de) contexto o sentido/significado sempre será diferente e único na interação. É também nesses termos que Koch e Elias (2009) pontuam os principais aspectos do contexto:

- ✓ os componentes do contexto intervêm na comunicação *sob a forma de saberes* ou de modelos cognitivos (*frames*, esquemas);
- ✓ o contexto não apenas condiciona o discurso como o transforma;

- ✓ o contexto é construído e reconstruído no decorrer da atividade discursiva;
- ✓ o contexto é um conjunto de suposições que, no caso da escrita, são levantadas pelos sujeito-produtor, levando-se em conta pressuposições sobre os leitores e seus conhecimentos (KOCH; ELIAS, 2009. p. 83)

Essas propriedades indicam que o conteúdo do discurso também pode influenciar e mesmo mudar os contextos subsequentes dos receptores. Ou seja, o discurso e sua interpretação subjetiva podem ter consequências no modelo de contexto dos destinatários. A FIG. 5 resume o percurso do processamento do discurso dependente do contexto, na perspectiva do falante/escritor, isto é, a partir do contexto de quem produz o discurso:

Figura 5: Esquema da produção de discurso controlada pelo contexto



Fonte: Van Dijk (2012, p. 148).

4.3.1.1.1 O discurso jornalístico controlado pelo contexto

Embora Van Dijk (2012) admita que ainda não temos outras evidências empíricas dos processos e representações envolvidas no controle contextual da produção e compreensão do discurso, é plausível levantarmos algumas hipóteses sobre esse processamento no domínio jornalístico. Sendo o jornalismo uma atividade formada por uma sequência de práticas discursivas, a experiência de escrever uma notícia é para um repórter algo diário e rotineiro da sua vida profissional e boa parte do modelo de contexto (provisório) nessa atividade “pode ser ativado quando é instanciado um esquema pessoal mais geral para eventos comunicativos desse tipo” (VAN DIJK, 2012, p. 150).

A própria prática jornalística também envolve outras experiências cotidianas, tais como, apurar dados e informações, entrevistar fontes, receber, ler e usar o conteúdo de *press releases*, participar de reuniões de pauta e de entrevistas, dentre outras diligências típicas da profissão. Por isso, antes de começar a escrever uma matéria, o jornalista já dispõe de um modelo semântico do evento e de um modelo provisório de contexto que controlam a sua escrita e são “adaptados localmente e à medida” (VAN DIJK, 2012, p. 150).

Na produção jornalística, esse contexto “provisório” é composto por aspectos da representação local e global do jornalista, envolvendo categorias como: ambiente, participantes, identidades (eu-mesmo), relações com outros participantes, conhecimento geral (contextual) sobre o evento/acontecimento já noticiado ou a ser noticiado e, conseqüentemente, sobre o que os leitores provavelmente “sabem” ou “não sabem” sobre o mesmo, conhecimento (contextual) sobre o conhecimento sociocultural dos leitores/público, o seu próprio conhecimento sociocultural e profissional, atitudes profissionais e sociais aplicadas a ideologias compartilhadas com outros repórteres, editores e proprietário do veículo de comunicação, além de ideologias acerca do evento noticiado, ideologias próprias, ideologia do jornal, intenções, propósitos, emoções e mesmo opiniões pessoais sobre o evento ou sobre o grupo social noticiado etc.

Simultaneamente, o jornalista emprega “um certo número de normas e valores profissionais, avaliando, por exemplo, valores de notícia” (VAN DIJK, 2012, p. 150). Isso incide na escolha do que vale ser noticiado e controla “desde a seleção dos assuntos e a formulação das manchetes até as estruturas de colocação em primeiro e segundo plano, estilo, retórica e semântica local” (VAN DIJK, 2012, p. 150). No quadro a seguir, sintetizamos algumas dessas propriedades a serem consideradas na análise da representação discursiva, a partir do produtor do discurso jornalístico:

Quadro 7: Aspectos na análise da representação no discurso jornalístico

| NÍVEIS DA REPRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES | REPRESENTAÇÕES/ COGNIÇÕES SOCIAIS DOS PARTICIPANTES (CRENÇAS) | ASPECTOS DOS MODELO (MENTAL) DE CONTEXTO |
|--------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| NÍVEL LOCAL | <p>CONHECIMENTO (pessoal, social, linguístico, contextual, sobre o evento, sociocultural, Dispositivo-K, profissional)</p> <p>IDEOLOGIAS (normas, valores, metas, princípios)</p> <p>ATTITUDES (a favor, contra)</p> | <p>AMBIENTE Tempo Período Espaço Lugar Entorno</p> <p>EU-MESMO (identidade)</p> |

| | | |
|------------------------------------------------------|--|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>NÍVEL GLOBAL (categorias análogas)</p> | | <p>PARTICIPANTES Papéis comunicativos (estruturas de participação) Tipos de papéis sociais Relações entre os participantes</p> <p>INTENÇÕES OBJETIVOS PROPÓSITOS</p> <p>AÇÕES / EVENTOS comunicativos ou de outra natureza</p> |
|------------------------------------------------------|--|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

Fonte: Elaboração própria baseada em Van Dijk (2012).

Embora seja uma definição única e subjetiva dos participantes da situação comunicativa, a estrutura e construção do contexto tem bases sociais “em termos de *cognições sociais* compartilhadas (conhecimentos, atitudes, ideologias, gramática, regras, normas e valores) de uma comunidade discursiva, o mesmo acontecendo com as categorias esquemáticas que definem as estruturas possíveis de contextos” (VAN DIJK, 2012, p. 36). Essa configuração assegura que o discurso jornalístico seja socialmente adequado aos interesses, ideologias e atitudes do meio de comunicação e dos próprios jornalistas.

Acreditamos que alguns deles não têm uma percepção muito clara das implicações e efeitos do seu discurso na mente das pessoas, por exemplo, das consequências negativas de formas de abuso de poder discursivo. Outros embarcam no sofismo da imparcialidade e transparência da informação e/ou outros valores da mídia. No entanto, os mais experientes conhecem bem o meio e as regras, então, seria ingenuidade pensar que são isentos nesse jogo de poder com o qual compactuam e do qual fazem parte. Inclusive, porque muitos deles concordam com formas ilegítimas de poder, porque simplesmente aprenderam e se constituíram, enquanto sujeitos, num marco cognitivo de crenças preconceituosas, excludentes ou estereotipadas sobre certos grupos sociais.

Ao refletir sobre grupos e organizações de poder, como a imprensa, Van Dijk (2015a, p. 21) questiona se esse poder também pode ser imputado aos repórteres, enquanto indivíduos. São eles poderosos? Para o autor, a maioria deles “provavelmente negaria esse tipo de asserção, mesmo se reconhecesse que tem o poder de influenciar as mentes de centenas de milhares, senão de milhões de pessoas”. Tenham ou não clareza dos efeitos da sua atividade, os jornalistas não podem perder de vista o poder que detêm em termos de sua *posição social e profissional*, que os torna irremediavelmente corresponsáveis em formas de dominação ilegítimas. Para Richardson (2007, p. 11), eles não podem se eximir de sua responsabilidade, pois os

significados de “um texto de jornal estão intimamente relacionados à identidade do produtor responsável por seu conteúdo e o seu contexto de circulação”.

Frente a essas reflexões, concluímos que é de suma importância para os jornalistas desenvolverem uma postura crítica, especialmente durante sua formação universitária. É imprescindível que tomem ciência sobre as reais implicações e alcance do seu discurso na formação da opinião pública, em geral, e de estereótipos, preconceitos e outras crenças sociais negativas sobre grupos minoritários, em particular.

4.3.2 Cognições/Representações sociais

Como registramos anteriormente, a *cognição pessoal* é formada por modelos mentais, que incidem no discurso dos membros individuais de um grupo. Por outro lado, a *cognição social* influencia as ações coletivas desses membros, sendo uma “combinação de representações mentais socialmente compartilhadas e os processos do seu uso em contexto sociais” (VAN DIJK, 1998, p. 70). Ambas as dimensões (pessoal e social) estão interligadas na mente dos usuários da linguagem.

Na teoria sociocognitiva, as *crenças sociais* são elementos constitutivos das representações sociais e, nelas, podemos incluir as crenças pessoais, sociais, específicas, gerais, fáticas, avaliativas, grupais e culturais¹¹⁴. Sobre a noção de crença, Van Dijk (2016a, p. 48) explica que, em geral, tem se assumido “como um estado mental ou atitude proposicional”. Entretanto, estudos da epistemologia clássica tratam o conceito a partir de “questões normativas de justificação e verdade, quer dizer, com a natureza das relações entre crenças e o mundo e os critérios através dos quais podemos garantir a descrição de crenças como conhecimento” (VAN DIJK, 2016a, p. 48).

Sociocognitivamente, definimos as crenças em termos de modelos (representações) mentais e as formas que se expressam no discurso ou outros sistemas semióticos. Dentre outras características, elas são intencionais (acerca de ou sobre algo) e se constroem a base das experiências e da percepção pessoal, através da “interpretação do discurso e da interação social e por meio de inferências feitas a partir de outras crenças no sistema de crenças dos agentes” (VAN DIJK, 2016a, p. 49).

O componente social para a análise sociocognitiva se refere, assim, às *representações mentais que compartilhamos com outros membros de uma comunidade epistêmica*

¹¹⁴ Sobre a tipologia de crenças Cf. Van Dijk (1998).

(CÁRDENAS, 2018, p. 128). Este viabiliza a compreensão da natureza e do papel das crenças sociais compartilhadas pelos membros de grupos, as quais são justificadas e geralmente aceitas como “verdades” (VAN DIJK, 2016a).

Nesses termos, o conceito de *Representações Sociais* define os “conjuntos organizados de crenças socialmente compartilhadas (conhecimento, atitudes, ideologias etc.) localizadas na memória social” (VAN DIJK, 1998, p. 69). Embora sejam cognições sociais, cada uma tem suas particularidades. Por abarcar toda a comunidade epistêmica, o conhecimento “se pressupõe na maior parte do discurso público” (VAN DIJK, 2016a, p. 137), a exemplo do discurso jornalístico. Por sua vez, as ideologias e as atitudes são “somente compartilhadas pelos membros de grupos sociopolíticos específicos e, portanto, necessitam de uma afirmação específica, de argumentação e de discursos persuasivos quando se dirigem a membros de outros grupos” (VAN DIJK, 2016a, p. 137).

Como acontece com os modelos mentais, o conhecimento e outras crenças se representam na Memória Episódica (Autobiográfica), que faz parte da Memória de Longo Prazo (MLP), como um *sistema de cognição social* (VAN DIJK, 2016a). Isso significa que “um grupo social só pode desenvolver crenças específicas como, por exemplo, atitudes, estereótipos e ideologias quando possui um conhecimento sociocultural genérico em comum com toda a comunidade” (VAN DIJK, 2016a, p. 142). Consequentemente, “o conhecimento social é fundamental e constitui a base de toda cognição” (VAN DIJK, 2016a, p. 142).

Apesar da natureza social do conhecimento, este não exclui o conhecimento pessoal. É desse modo que os modelos mentais pessoais se relacionam com as cognições sociais na construção discursiva (VAN DIJK, 2016a). Isto é, *os modelos subjetivos necessariamente se baseiam em conhecimento genérico e outras crenças sociais*. Tendo em vista que os usuários da linguagem são membros de comunidades epistêmicas e de grupos sociais “seus modelos mentais e, especialmente, suas opiniões estão também baseadas em outras crenças sociais” (VAN DIJK, 2016a, p. 142), o que demonstra a ligação entre ambas as dimensões cognitivas.

Outro aspecto relevante é que as crenças têm uma base estrutural “em termos de grupos e comunidades que as adquirem, compartilham e reproduzem” (VAN DIJK, 2016a, p. 140). Estas são sociais não apenas porque são compartilhadas, “mas também porque *se comunicam e adquirem socialmente*; são acerca de assuntos socialmente relevantes e porque são a base de todos os discursos e de outras práticas sociais” (VAN DIJK, 2016a, p. 140, grifos nossos).

Por outra parte, as crenças são mobilizadas pelas pessoas para produzir e compreender o discurso, bem como para representar os “*Outros*” membros da sociedade. Na produção de notícias, por exemplo, os jornalistas mobilizam seus modelos mentais subjetivos e as cognições

(conhecimento, atitudes, ideologias, valores etc.) que compartilham com outros membros da organização na qual trabalham (mídia) e com comunidade epistêmica à qual pertencem. Isso incide na produção de textos noticiosos sobre grupos aliados, opositores, subalternos ou minoritários, bem como sobre assuntos e acontecimentos.

Em outras palavras, por sermos membros de grupos sociais específicos, podemos nos organizar, refletir e atuar “com base em atitudes e ideologias particulares, cujos fundamentos se configuram em relação de oposição a outros coletivos” (CÁRDENAS, 2012, p. 128). Nesse sentido, “nossos modelos mentais podem chegar a ser mais ou menos convergentes ou divergentes dos outros membros de uma mesma comunidade ou grupo, o que permite que haja diferentes formas de cooperação ou concorrência, e, portanto, de discurso interpessoal ou público” (CÁRDENAS, 2018, p. 128).

No quadro a seguir, detalhamos alguns *aspectos sociais da representação* e, nas próximas subseções, discorreremos especificamente sobre as ideologias, o conhecimento, as atitudes que são estruturas cognitivas e sociais que usaremos na análise da representação dos(as) pescadores(as) artesanais no discurso do Jornal do Commercio.

Quadro 8 – Cognições Sociais

| ASPECTOS SOCIAIS DA REPRESENTAÇÃO (Produção e compreensão do discurso) |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>Cognição Pessoal: - Modelos mentais</p> <p>Cognições/Representações sociais: - Ideologias (base ideológica) (valores, normas, metas, princípios) - Conhecimento (base epistêmica) (pessoal/subjetivo, linguístico, sociocultural, common ground) - Atitudes (a favor, contra)</p> |

Fonte: Elaboração própria baseada em Van Dijk (2008, 2012, 2016a).

4.3.2.1 Ideologias

O conceito de ideologia é um dos mais estudados nas ciências sociais e humanas, sendo umas das noções mais controvertidas, pois tem “dividido marxistas e não marxistas, igualmente a estudiosos ‘críticos’ e ‘não críticos’” (VAN DIJK, 1998, p. 13). Fundamentados em teorias sociais e filosóficas, os enfoques tradicionais vão desde o conceito lançado no século XVIII por

Destutt de Tracy¹¹⁵ para quem a ideologia é a “ciência das ideias”, até Marx, Engels¹¹⁶, no século XIX, e Lukács¹¹⁷, Gramsci e Althusser, entre outros pensadores proeminentes nessa noção, no século XX. Dentre os não marxistas mais conhecidos, que se debruçaram sobre o conceito, estão Durkheim e Mannheim¹¹⁸ (VAN DIJK, 1998).

Esses debates estão presentes até os dias de hoje, no uso cotidiano da noção de ideologia, como “um sistema de crenças erradas, falsas, distorcidas ou mal encaminhadas, tipicamente associadas a nossos opositores sociais ou políticos” (VAN DIJK, 1998, p. 14). Quer sejam leigos, políticos ou eruditos, muitos no mundo ocidental consideram que o Socialismo e o Comunismo estão baseados nesse conceito de ideologia, o que para Van Dijk (1998) desvirtua o legado de Marx e Engels.

Por outro lado, o significado e uso negativo da noção enfatiza que as ideologias “expressam ou ocultam nossa posição social ou política, nossa perspectiva ou nossos interesses: *poucos de nós [...] descrevemos nosso próprio sistema de crenças ou convicções como ideologia*” (VAN DIJK, 1998, p. 14, grifo nosso). Tradicionalmente, a ideologia é associada aos conceitos de *poder e dominação* e uma boa parcela das “versões contemporâneas da ideia marxista de poder socioeconômico e simbólico das elites se mantêm vivas em muitas aproximações atuais da ideologia” (VAN DIJK, 1998, p. 15). Inclusive, como vimos no capítulo III e em seções anteriores deste capítulo, na própria teoria da representação sociocognitiva de Van Dijk (1998, 2015a), encontramos uma versão nessa linha.

Na segunda metade do século XX, se desenvolve um ponto de vista menos pejorativo de ideologia, definindo-a como “sistemas políticos ou sociais de ideias, valores e preceitos de grupos ou outras coletividades e têm a função de organizar ou legitimar as ações do grupo” (VAN DIJK, 1998, p. 16). É também nessa perspectiva e em enfoques teóricos advindos da psicologia cognitiva que Van Dijk (1998) desenvolve e define esse conceito, deixando assim de lado noções clássicas tais como “ideias dominantes”, “falsa consciência”, dentre outras.

A contribuição de Van Dijk (1998, p. 20) se concentra nas “estruturas e estratégias do discurso, na cognição social e nas suas relações mútuas, assim como na inserção social das

¹¹⁵ Destutt de Tracy (1754-1836), cujo nome completo é Antoine-Louis-Claude Destutt é um aristocrata, político, soldado e filósofo francês do Iluminismo. Conhecido também como Marquês de Tracy, ele cunhou o termo ideologia, em 1801, no período da Revolução Francesa.

¹¹⁶ Filósofos e sociólogos alemães, Karl Marx e Friedrich Engels conceberam o Marxismo – uma análise econômica da sociedade capitalista, que concebe a história e a sociedade a partir das condições materiais de existência e de luta de classes.

¹¹⁷ Georg Lukács (1885-1971) é um filósofo marxista e crítico literário húngaro.

¹¹⁸ Georg Mannheim é um dos sociólogos mais importantes na sociologia do conhecimento, muito em voga na Alemanha dos anos 1920. Uma das suas obras mais importantes é *Diagnóstico de nosso tempo*.

mesmas e [...] na estrutura (de classe) social ou [...] dimensões institucionais, culturais e políticas da ideologia”. Nesse marco conceitual, a ideologia é concebida como um sistema cognitivo e social. Esta diz respeito a sistemas de ideias sociais, políticas, religiosas ou de outras dimensões que um grupo epistêmico compartilha, mas também têm uma dimensão cognitiva, na qual o discurso é uma peça fundamental (VAN DIJK, 1998, 2008). Essa abordagem se diferencia de outras correntes, pois rejeita “a redução teórica que caracteriza praticamente todos os enfoques prévios e contemporâneos da ideologia” (VAN DIJK, 1996, p. 10).

Por serem sistemas de ideias, as ideologias “pertencem ao campo simbólico do pensamento e da crença, quer dizer, aquilo que os psicólogos chamam de cognição” (VAN DIJK, 1998, p. 18). Outra propriedade do conceito é o seu caráter social e, quase sempre, associado a interesses, conflitos e lutas de grupos, podendo ser usado para “legitimar ou opor-se ao poder e à dominação, ou simbolizam problemas sociais e contradições. Podem envolver coletividades sociais tais como classes e outros grupos, assim como, instituições, organizações e outros aspectos da estrutura social” (VAN DIJK, 1998, p. 18).

Em vários estudos contemporâneos, o conceito também é associado ao uso da linguagem ou do discurso, abordando formas específicas em que “as ideologias se expressam e reproduzem na sociedade” (VAN DIJK, 1998, p. 18). Nesse sentido, a partir de Van Dijk (1998), podemos dizer que a invisibilização, a exclusão/inclusão, a ocultação, a manipulação, a legitimação ou deslegitimação e outras noções são consideradas *funções primordiais das ideologias*, sendo, sobretudo, práticas sociais discursivas ou semióticas.

Dizer que as ideologias são sistemas de ideias e, por conta disso, necessitam um enfoque psicológico é importante “só se compreendermos ao mesmo tempo que estas ‘ideias’ *também* são sociais (ou políticas e culturais) e que conseqüentemente necessitamos descrevê-las em termos do estudo das *representações sociais e suas funções para a cognição social*” (VAN DIJK, 1998, p. 18, grifos nossos). Por outra parte, se definirmos que as ideologias fazem parte da estrutura social, controlando as relações de poder e dominação entre grupos, classes, organizações etc. esse enfoque sociológico só será relevante se “compreendermos que as ideologias caracterizam a dimensão ‘mental’ da sociedade, dos grupos ou as instituições” (VAN DIJK, 1998, p. 19).

É nesse sentido que as ideologias são uma forma de *cognição social compartilhada* pelos membros de grupos sociais específicos (VAN DIJK, 2016a). Trata-se de crenças que fundamentam ou são as bases das representações sociais de um grupo (VAN DIJK, 1998, 2008). Elas se manifestam em diversas práticas sociais, dentre elas o discurso, que é essencial “na sua formulação e, portanto, na sua reprodução social” (VAN DIJK, 1998, p. 19).

Adquirimos as ideologias na interação, quando lemos, escutamos ou conversamos com os nossos pais, parentes, professores etc. Também *aprendemos* ideologias “assistindo televisão ou lendo livros de texto na escola [...] através da publicidade, dos jornais, das novelas ou ao participar em conversas cotidianas entre amigos” (VAN DIJK, 2008, p. 17). E, enquanto membros de grupos específicos, usamos o discurso para “modificar, confirmar, articular e também transmitir persuasivamente as ideologias a outros membros do grupo, inculcá-las aos mais novos, defendê-las contra (ou ocultá-las de) membros alheios ao grupo e propagá-las entre quem são (até agora) os infiéis” (VAN DIJK, 1998, p. 19).

Quer dizer que, além de serem adquiridas, as ideologias se aprendem e se desenvolvem na interação comunicativa. Por conseguinte, elas são definidas tanto em termos cognitivos quanto “em termos de grupos sociais, relações de grupos e instituições, a um macronível, e em termos de práticas sociais, a um micronível” (VAN DIJK, 1998, p. 23).

Por outro lado, as ideologias se relacionam “de múltiplas maneiras com o conhecimento socialmente compartilhado” (2016a, p 157). Por serem construtos sociais (e não individuais), podem influenciar o “que se aceita como verdadeiro ou falso, especialmente quando ditas crenças são consideradas importantes para o grupo” (1998, p. 21). É por essa razão que as ideologias também “podem formar a base de argumentos específicos a favor de, e explicações sobre uma ordem social particular, ou efetivamente influir numa compreensão particular do mundo em geral” (VAN DIJK, 1998, p. 21).

Quando os membros de um grupo compartilham uma ideologia, eles são favoráveis a determinadas ideias. Porém, as ideologias “não são simplesmente uma ‘visão do mundo’ de um grupo” (VAN DIJK, 1998, p. 21), mas os princípios que formam a base de “crenças mais específicas sobre o mundo e guiam sua interpretação dos acontecimentos, ao mesmo tempo que condicionam suas práticas” (VAN DIJK, 2008, p. 14). A esse respeito, Van Dijk (1998, p. 22, grifos nossos) explica que estas “operam tanto a nível global da estrutura social, por exemplo, como *monitor mental compartilhado socialmente* que guia [...] o conflito, a luta e a desigualdade sociais, como *no nível das práticas sociais* situadas na vida cotidiana”.

Não é possível desenvolver uma teoria adequada sobre o discurso e a ideologia “sem examinar o papel do conhecimento sociocultural e outras crenças compartilhadas que oferecem a ‘base comum’ (*common ground*) de todo discurso e interação social” (VAN DIJK, 1998, p. 23). Estas representações são sociais e mentais, mas isso não quer dizer que o discurso se reduza aos indivíduos ou a suas mentes, mas que para explicar ou analisar o texto, a conversação ou qualquer prática semiótica é necessária uma análise cognitiva e, especialmente, como as mentes

dos usuários da linguagem “moldam e são moldadas pelo discurso e outras práticas sociais em contexto” (VAN DIJK, 1998, p. 24).

Outro ponto relevante nessa perspectiva é que, embora a dominação seja uma função importante de muitas ideologias, estas não são inerentemente dominantes ou negativas (VAN DIJK, 1998, 2008). Embora haja ideologias negativas como o racismo, o sexismo, a dominação de classe e outras que “negam, ocultam, legitimam e controlam a desigualdade social” (VAN DIJK, 1998, p. 25), há também ideologias positivas que “sustentam e legitimam a oposição e a resistência contra o domínio e a injustiça social” (VAN DIJK, 2008, p. 15). Por exemplo, o Antirracismo, Feminismo, Ecologismo Social, dentre outras.

Isso significa que, neste marco teórico não levamos em consideração o critério de “falso” ou de “falsa consciência”, quando tratamos de ideologias, pois não consideramos as crenças, dentre elas as ideologias, como *verdadeiras* ou *falsas* (VAN DIJK, 2016a). As concebemos *como (re)construções da realidade social que defendem seus respectivos interesses* (VAN DIJK, 2015a)¹¹⁹. Nossa noção de ideologia, portanto, “é mais geral e se refere às crenças sociais básicas de um grupo sejam estas ‘positivas’ ou ‘negativas’” (VAN DIJK, 1998, 2008, 2016a, p. 144). Em síntese, as ideologias são cognições sociais complexas que controlam:

A formação, transformação e aplicação de outros tipos de cognição social, tais como o conhecimento, as opiniões e as posturas, e de representações sociais, como os preconceitos sociais. Essa estrutura ideológica em si *consiste em normas, valores, metas e princípios* socialmente relevantes que são selecionados, combinados e aplicados de forma tal a favorecer a percepção, interpretação e ação nas práticas sociais que beneficiam os interesses do grupo tomado como um todo (VAN DIJK, 2015a, p. 48, grifos nossos).

Em outras palavras, “as ideologias definem cognitivamente a identidade, os valores e objetivos de um grupo e oferecem a base para seus interesses” (VAN DIJK, 2016a, p. 144). Vale pontuar ainda que as cognições sociais ideológicas são de membros de instituições ou formações sociais. Como comentamos anteriormente, elas não se referem a representações

¹¹⁹ Assumirmos essa perspectiva não significa negarmos que as ideologias podem ser aceitas pelos membros de um grupo como *verdadeiras* ou *falsas*, *principalmente quando essas crenças são relevantes para eles*. Tampouco que sabemos se uma ou outra ideologia é *correta* ou *incorreta*, pois esta parecerá correta para quem a segue e incorreta para grupos opositores. Concebemos as ideologias como uma reconstrução da realidade que diferentes grupos usam para dar sentido a forma como a sociedade funciona (HALL, 1996; VAN DIJK, 1998). Por serem fundamentadas em ideias, interesses, valores, normas, metas etc., as ideologias permitem as pessoas, como membros de um grupo, organizarem suas crenças sociais sobre o que acontece de “bom ou ruim, correto ou incorreto, *segundo eles*, e agir em consequência” (VAN DIJK, 1998, p. 21). Nossa perspectiva atende ao que filósofos e linguistas cognitivos já estudaram, inclusive no domínio do jornalismo, que não há uma única verdade descritiva e completa da realidade, mas um vasto número de “versões do mundo” (SILVA, 2004, p.42). Estas, por sua vez, são atravessadas por questões ideológicas, referentes aos interesses e a outras crenças de cada grupo.

individuais, tais como opiniões, desejos, esperanças, sonhos, medos (VAN DIJK, 2016a). Geralmente, ideologias se referem a assuntos políticos e sociais importantes, tais como a vida e a morte, o nascimento e a reprodução, a saúde, o meio ambiente, as classes sociais, à distribuição da riqueza, a proteção dos animais, dentre outros temas que interessam a sociedade (VAN DIJK, 2008) e, obviamente, dividem opiniões e atitudes.

Em suma, é impossível analisar o discurso (de modo eficiente e completo) sem levar em consideração o aspecto ideológico e outros elementos sociocognitivos (conhecimento, atitudes, opiniões etc.) que um discurso expressa (ou não expressa) em uma determinada situação sociopolítica. E, nesse sentido, Van Dijk (1998, p. 25) explica que o conceito desenvolvido por ele nos proporciona um marco sólido não somente para um enfoque crítico, como também para comparar diferentes classes de ideologias, “a mudança de ideologias de sistemas de resistência a sistemas de dominação (ou vice-versa) e um estudo mais coerente e completo da inserção das ideologias, tanto na cognição social como na estrutura social”. Essa proposta, em termos gerais, se propõe a renovar a tradição da Teoria Crítica nas ciências sociais e humanas, que teve início na Escola de Frankfurt.

4.3.2.1.1 Organização e estrutura das ideologias

Até aqui discutimos que as ideologias estão na mente social, pois, assim como as línguas, elas “são tanto sociais quanto mentais” (VAN DIJK, 1998, p. 71). Elas “não são crenças individuais, contextualizadas, *ad hoc*, senão socialmente compartilhadas por coletividades de algum tipo” (VAN DIJK, 1998, p. 71). Se abrigam na Memória Social juntamente com o conhecimento e as atitudes.

Entretanto, como na sociedade existem inúmeras ideologias, devemos associá-las a determinados grupos, pois, *não são crenças socioculturais amplamente aceitas*. Ao contrário, geram divergências, conflitos e luta entre grupos sociais (VAN DIJK, 2008). Ou seja, no que tange à natureza das ideologias, estas tradicionalmente representam o conflito social.

Quanto às suas funções, sabemos que as ideologias são “princípios que servem aos seus próprios interesses e estão implicados na explicação do mundo em geral (como nas ideologias religiosas), e o mundo social e econômico em particular (como o conservadorismo ou o capitalismo)” (VAN DIJK, 1998, p. 94). Além disso, as ideologias têm uma *dimensão normativa*, ou seja, são baseadas em normas e valores, que orientam o que os grupos devem ou não fazer (VAN DIJK, 1998).

Uma característica que organiza as ideologias parte da observação, análise e descrição de “como os membros do grupo veem a si mesmos e como veem aos Outros” (VAN DIJK, 1998, p. 94). Por exemplo, sendo membros de um grupo social racista, os *skinheads* (*Nós-endogrupo*) se autorrepresentam como superiores, enquanto os outros grupos (*Eles-exogrupo*) são representados por eles como inferiores e/ou outros atributos racistas. A ideologia está, portanto, organizada por um esquema geral de *polarização*¹²⁰ definido pela *oposição entre Nós e Eles*, o que sugere:

Que estão afetados os grupos e os conflitos de grupos, e que *os grupos constroem uma imagem ideológica de si mesmos e dos outros* de tal modo que (geralmente) *Nós estamos representados positivamente e Eles negativamente*. A autorrepresentação positiva e a representação negativa dos outros parecem ser uma propriedade fundamental das ideologias (VAN DIJK, 1998, p. 95, grifos nossos).

As ideologias são, assim, representações do que somos, do que sustentamos, dos nossos valores, das nossas normas e nossas relações com outros grupos, “particularmente com os nossos inimigos ou oponentes [...] aqueles que ameaçam nossos interesses” (VAN DIJK, 1998, p. 95). Nesse sentido, uma ideologia pode ser considerada “um esquema que serve a seus próprios interesses para a representação de Nós e Eles como grupos sociais” (VAN DIJK, 1998, p. 95). É justamente nesse viés que as ideologias “podem ser utilizadas para legitimar ou velar o abuso do poder ou, ao contrário, para resistir ou denunciar a dominação ou a desigualdade” (VAN DIJK, 1998, p. 95). Portanto, elas também organizam e guiam as nossas práticas sociais, servindo aos nossos próprios interesses (VAN DIJK, 1998, 2008).

Em relação ao esquema que organiza as ideologias e, portanto, tem uma função cognitiva Van Dijk (1998, p. 96) explica que dentre as “coordenadas fundamentais dos grupos sociais e as condições da sua existência e reprodução”, é possível considerar o seguintes aspectos ou categorias: i) *Identidade/Pertencimento* (Quem somos? De onde viemos? Que aspectos temos? Quem pertence ao nosso grupo? Quem pode ser ou se converter em membro do nosso grupo?); ii) *Atividades* (O que fazemos? Que se espera de nós? Por que estamos aqui?); iii) *Objetivos* (Por que fazemos isto? Que queremos realizar?); iv) *Valores/ Normas* (Quais são os nossos valores mais importantes? Como avaliamos a nós mesmos e aos outros? O que deve ou não deve ser feito?); v) *Posição/Relações do Grupo* (Qual é nossa posição social? Quem são os nossos inimigos, nossos oponentes? Quem são como nós e quem são diferentes?); vi) *Recursos* (Quais são os recursos sociais que o nosso grupo tem ou necessita ter?) (VAN DIJK, 1998, 2008).

¹²⁰ No capítulo VI, teorizamos mais sobre esta estratégia discursiva.

Uma das formas de avaliar a natureza empírica desse esquema é estudar sistematicamente as práticas sociais, em geral, e o discurso que expressa esse esquema, em particular. É importante mencionar ainda que *as ideologias podem ser de diferentes tipos*. De acordo ao esquema proposto, elas podem ser de Pertencimento, Atividade, Objetivos, Recursos etc. (VAN DIJK, 1998). Por exemplo, o Ecologismo Social, assim como o Capitalismo Global¹²¹ são ideologias de recursos e de objetivos. Em termos gerais, a primeira busca o acesso irrestrito das culturas tradicionais aos recursos naturais de seus territórios, valorizando o extrativismo e a produção baseada em técnicas alternativas com o objetivo de proteger o meio ambiente. A segunda busca a liberdade irrestrita do mercado com o objetivo de crescimento econômico infinito e a primazia de acumulação de capital nas mãos de poucos.

Desse modo, constatamos, também que “os conteúdos das ideologias de grupo são *próprios do que para cada grupo é a ordem moral e social preferida, quer seja essa ordem considerada justa ou injusta*” (VAN DIJK, 1998, p. 99). A dimensão de justiça, em termos ideológicos, se define a partir da imagem que cada grupo tem de si mesmo, a qual sendo sempre positiva, resulta habitualmente em uma representação também positiva, ética e defensável da ideologia do grupo.

4.3.2.2 Valores

Os valores e as normas, assim como o conhecimento e as atitudes, estão associados à Memória Social, organizando as ações e avaliações de um grupo. Os valores têm “um papel central na construção das ideologias” (VAN DIJK, 1998, p. 101), mas enquanto as segundas surgem nos grupos provocando conflitos, os valores têm uma função sociocultural mais ampla (VAN DIJK, 1998, 2008).

O sistema de normas e valores geralmente faz parte da *base comum cultural* da sociedade. São aquelas crenças que dificilmente se questionam em uma cultura (VAN DIJK, 2008), a exemplo da verdade, igualdade, felicidade etc. Obviamente, tais cognições sociais variam entre culturas e, por conta disso, pode haver conflitos de valores (VAN DIJK, 1998).

Por exemplo, os norte-americanos compartilham o valor geral, sociocultural, da *liberdade*. Esse valor se reflete, dentre outros aspectos, na “liberdade de posse e uso de armas”, uma das características que uma ideologia armamentista representa como algo que “*Nós*” (estadunidenses) postulamos. Trata-se de um “direito de cidadãos americanos que somos”. Por

¹²¹ Boaventura de Souza Santos (2002, p. 274) diz que a Globalização Neoliberal é uma nova versão do Capitalismo Global, voltado para “sujeitar a totalidade inesgotável do mundo à lógica mercantil”.

consequente, a ideologia armamentista encarna valores e critérios de verdade, entre a maioria dos cidadãos americanos, e tem se tornado parte da *base comum*, isto é, de crenças culturais por ora amplamente aceitas nos Estados Unidos da América, embora cada vez mais contestadas por grupos americanos com ideologias desarmamentistas. É nesse sentido que Van Dijk (1998, p. 101) explica que os valores “formam a base de todos os processos de avaliação e, por conseguinte, de opiniões, atitudes e ideologias”.

Baseados no autor, podemos dizer ainda que há diferentes formas de conceber os valores, pois é uma noção um tanto vaga. Estes podem ser descritos em termos isolados, como beleza, feiura, inteligência, sabedoria, mas também de forma conceitual, por exemplo, “ter uma boa saúde”, “ter uma vida boa”. Também como avaliações envolvidas nas opiniões sociais (atitudes), isto é, atributos “predicados de qualquer objeto socialmente significativo (pessoas, eventos, ações, situações)” (VAN DIJK, 1998, p. 102). Embora não façam referência às pessoas individualmente senão de forma muito ampla (VAN DIJK, 1998; MURGIA, 2018), pode haver uma série de valores (positivos ou negativos) para, por exemplo, *julgar o caráter de um ator social*: integridade, honestidade, bondade, impaciência, heroísmo, arrogância etc.

Isso vale também para as ações (eficiência ou ineficiência, poder de decisão ou indecisão) e para as interações (tolerância, cortesia, má educação, cooperação, intolerância). Do mesmo modo, se aplica na avaliação de estruturas sociais mais complexas, relações sociais, organizações e da própria sociedade. Assim, há valores fundamentais como igualdade, democracia, independência etc., que desempenham um papel especial nas ideologias de grupos e, por conseguinte, estas sempre enfatizam um ou mais desses valores sociais (VAN DIJK, 1998).

Tem alguns valores gerais que se aplicam em todas as dimensões (o bom, o mau, o belo, o feio). Há valores para qualificar a natureza e os animais e, ainda, valores *históricos* que foram “‘inventados’ como propriedades positivas da mente, a ação ou a sociedade que ‘nós’ teríamos que nos esforçar para conseguir” (VAN DIJK, 1998, p. 103).

Como ocorre com as ideologias, os valores também fundamentam as avaliações nas atitudes (VAN DIJK, 1998, 2008). Ou seja, sendo opiniões coletivas, as atitudes “se constituem a partir dos valores quando se aplicam a áreas ou questões específicas na sociedade” (VAN DIJK, 1998, p. 103). Por exemplo, com base no trabalho de Ramalho (2017), podemos dizer que os pescadores e pescadoras artesanais de Suape valorizam a liberdade e a autonomia. Esses valores são, assim, uma especificidade ideológica do valor cultural da liberdade e da autonomia desse grupo social. O mesmo pode ser dito dos jornalistas que valorizam a verdade e a

credibilidade ao informar ou da seleção das feministas do valor da igualdade nas relações de gêneros.

Por conta disso, no esquema da ideologia é necessário levar em conta essa categoria, pois, como Van Dijk (1998, p. 104) explica: “os valores selecionados como primordiais para cada grupo constituem o ponto de referência selecionado para sua identidade e autoavaliação, a avaliação das suas atividades e objetivos e, especialmente, sua avaliação de outros grupos e outros objetivos e julgamentos de interação subjacentes”.

Entretanto, é necessário manter em perspectiva que o processo de construção e de seleção de valores que se incorporam às ideologias serve aos interesses destas, correspondendo aos variados aspectos do grupo (pertencimento, atividades, objetivos etc.). E, ainda, que qualquer grupo – independente da sua ideologia e mesmo em lados opostos - pode se apropriar de valores culturais gerais (VAN DIJK, 1998). Por exemplo, assim como os(as) pescadores(as) de Suape valorizam a liberdade, o neoliberalismo global também se apropria desse valor atribuindo-lhe um conteúdo ideológico totalmente diferente.

As empresas transnacionais, por exemplo, defendem a “liberdade de mercado”, que serve para seus interesses e garante seu poder e lucro. O mesmo pode ser dito da mídia, que usa o jogo de palavras “liberdade de imprensa” para assegurar seu poder e recursos, além de assegurar seus interesses. Seja qual for o seu significado, os valores definem a *ordem moral de uma sociedade ou cultura e são usados por todos os grupos para legitimar seus interesses, objetivos e como critério de autoavaliação e avaliação do “Outro”*.

4.3.2.3 Conhecimento

Outra *crença compartilhada* pelos membros de um grupo é o conhecimento, sendo este especialmente importante, pois muito do que aprendemos é por meio do discurso e “porque o uso da linguagem, em geral, e a produção e compreensão do discurso, em particular, são impossíveis sem a ativação de grandes quantidades de conhecimento acerca do mundo (VAN DIJK, 2016a, p. 15). Armazenado e ativado na memória semântica (MLP) dos usuários da linguagem, o conhecimento “se instancia ou aplica na construção de modelos mentais específicos na memória episódica” (VAN DIJK, 2016a, p. 123).

Para explicarmos as noções de conhecimento e crenças nos atemos às suas *funções práticas* na vida cotidiana das pessoas. Por exemplo, para desenvolvermos crenças sobre nós mesmos e interagirmos com o nosso entorno, em geral, usamos três mecanismos fundamentais: i) percepção; ii) representação mental; iii) linguagem. A essas “representações mentais do

entorno chamamos de *crenças*” (PRICE *apud* VAN DIJK, 2016a, p. 35). Já os critérios do conhecimento *correto*, ou seja, o que engloba crenças “que *correspondem* otimamente com aquilo que é, em efeito, o caso” (VAN DIJK, 2016a, p. 85), envolvem a percepção/experiência, o discurso e o pensamento/razão. Isso significa que as crenças aceitas como *representações corretas* do entorno têm um status e um papel especial: *conhecimento*.

Na perspectiva multidisciplinar sociocognitiva, o conhecimento é estudado a partir de conceitos pragmáticos, critérios empíricos, situações sociais e culturais que explicam a “justificação, aquisição, pressuposição, expressão, comunicação e circulação de crenças com qualidade de conhecimentos” (VAN DIJK, 2016a, p. 16). O foco é o conhecimento relacionado aos usuários da linguagem, ou seja, as *comunidades de conhecedores* que interagem efetivamente com o conhecimento, também chamadas de *comunidades epistêmicas* (VAN DIJK, 2016a).

Van Dijk (2016a) desenvolve a noção baseado em aportes de várias ciências¹²². No que tange às representações e aos processos mentais que ativam e usam o conhecimento na produção e compreensão do discurso, podemos exemplificar que, para compreender uma notícia sobre pescadores(as) artesanais, os leitores do *Jornal do Comercio sabem* ou *pensam que sabem*¹²³ quem são esses atores sociais, ativando um esquema de categorias de representação do grupo. Assim, constroem sua própria representação mental sobre “*Eles*” e se necessário sobre os acontecimentos aos quais estes estão associados na notícia.

Esse tipo de conhecimento é denominado de *conhecimento social genérico*, sendo a *base* tanto para construirmos modelos mentais subjetivos de eventos “envolvidos na produção e compreensão do discurso, como uma notícia ou uma história, e em termos mais gerais, para lidar com qualquer interação social cotidiana” (VAN DIJK, 2016a, p. 17). Trata-se de um tipo de *conhecimento conceitual* que se organiza por *esquemas, scripts (roteiros), categorias, protótipos e domínios*¹²⁴.

O *conhecimento genérico* é baseado em discursos expositivos e construído “por generalização e abstração de modelos mentais compartilhados, por inferências de discursos acerca de tais modelos ou por inferências e raciocínios sobre a base de conhecimento genérico prévio e dos discursos que o expressam” (VAN DIJK, 2016a, p. 45). Esse tipo de conhecimento

¹²² No campo epistêmico, o sociocognitivismo conta com aportes da psicologia social, da inteligência artificial, da sociologia do conhecimento, da antropologia, da comunicação, da linguística, semiótica e dos estudos do discurso. Cf. Van Dijk (2016a).

¹²³ Nos referimos ao conhecimento declarativo ou genérico (saber que ou saber algo) e não ao conhecimento operativo (saber como) Cf. Van Dijk (2016a)

¹²⁴ Cf. Van Dijk (2016a)

é transmitido pelo discurso paterno filial, pelos livros, pelos meios de comunicação de massa etc., de modo que “vem se acumulando e reproduzindo na comunidade epistêmica e suas instituições” (VAN DIJK, 2016a, p. 45).

Quando pensamos ou lemos sobre um evento complexo como um derramamento de petróleo numa área litorânea ou no oceano, este aparece organizado como um roteiro (*script*) e possivelmente associado a outros *conceitos* (esquemas, protótipos etc.) que podem se ativar (ou não) na nossa mente, sem nunca termos experienciado ou presenciado esse tipo de situação. Por exemplo, que o derramamento de petróleo forma manchas ou poças negras, grandes e espalhadas, que suja a praia, que contamina e causa a morte de animais, que os banhistas e turistas perdem o acesso às praias e ao mar poluídos etc. Sobre o conhecimento geral do mundo Van Dijk (2016a) comenta:

A despeito da vasta quantidade de estudos em muitas disciplinas, esse “conhecimento do mundo” é ainda um campo confuso. Não há certezas sobre virtualmente nada. Trabalhos psicológicos, assim como a intuição, sugerem que o grande corpo de conhecimento que possuímos é organizado, e provavelmente forma uma grande rede baseada nos neurônios, da qual algumas das ligações são usadas e requisitadas mais frequentemente do que outras e, em consequência, tornam-se mais acessíveis. Supomos que o conhecimento é organizado em esquemas como pacotes, tais como os *scripts* que organizam o conhecimento sobre convenções sociais, como o de como fazer a feira ou comer em restaurantes. O mesmo pode ser verdade para estruturas de objetos, animais e pessoas. Mas com exceção de algumas outras especulações sobre as estruturas de tais *scripts* ou outros esquemas de conhecimento, isto é tudo o que sabemos a respeito (VAN DIJK, 2005, p. 23).

Outro conhecimento que tampouco é baseado em experiências pessoais, mas em discursos expositivos é o conhecimento histórico, sendo também construído por generalização e abstração (VAN DIJK, 2016a). Mas, essa cognição social também pode ser específica de um grupo social ou profissional, classe social ou comunidade. Por exemplo, o conhecimento dos leitores do JC pode ser diferente dos leitores de um veículo pertence a uma organização civil e sem fins lucrativos, como o Marco Zero Conteúdo¹²⁵ ou de leitores de jornais de outros países, como *The Washington Post* (EUA) e *The Sun* (Reino Unido) ou o tabloide alemão *Bild*. Nessa perspectiva sociológica do conhecimento também se explica o prestígio que a imprensa tem, enquanto instituição e fonte confiável de informação e, ainda, a reprodução discursiva do conhecimento, envolvendo “muitos grupos sociais, ‘profissões epistêmicas’ (mestres, professores, jornalistas etc.) e instituições sociais”, que “controlam o conhecimento ‘oficial’ das comunidades epistêmicas e das sociedades” (VAN DIJK, 2016a, p. 19).

¹²⁵ A Marco Zero Conteúdo promove o jornalismo investigativo, independente e sem fins lucrativos (MARCO ZERO CONTEÚDO, 2020).

É também possível definir a *cultura* em termos de *conhecimento compartilhado entre membros de grupos* e como este pode variar entre países e mesmo entre regiões do mesmo país. No Brasil, por exemplo, podemos dizer que temos um conhecimento sociocultural geral, mas ele é específico no Nordeste, no Norte, no Sul do país etc. Nesse escopo, *a noção de comunidades epistêmicas é simultaneamente cultural e social* (VAN DIJK, 2016a). Essa visão também nos permite questionar: i) por que certos paradigmas de conhecimento dominam o mundo? e ii) Por qual motivo grupos minoritários ou países subalternizados são menos consultados ou menos considerados fontes confiáveis de informação pelos jornalistas?

No campo da comunicação, outras teorias explicam como adquirimos e necessitamos do conhecimento e, inclusive, como o conhecimento é difundido na sociedade através dos meios de comunicação de massa, bem como o papel da imprensa e dos jornalistas nessa difusão e seus efeitos na sociedade. Por sua vez, a linguística, a semiótica e os estudos do discurso se debruçam sobre “as estruturas e estratégias de discursos multimodais e as maneiras em que o conhecimento se pressupõe, expressa, formula, organiza e maneja no uso da linguagem, da comunicação e da interação” (VAN DIJK, 2016a, p. 20).

Todos esses aportes contribuem na melhor compreensão de como o conhecimento opera e, na teoria sociocognitiva, permitem integrar as maneiras “em que se adquire, pressupõe, expressa, comunica e justifica o conhecimento em vários gêneros discursivos e em situações comunicativas das comunidades epistêmicas, sociedades e culturas” (VAN DIJK, 2016a, p. 25). Contemplando essas contribuições, os ECD não se centram apenas na dimensão ideológica e atribuem um papel essencial ao conhecimento, pois, além da experiência e da observação, consideram que ele é “principalmente transmitido pelo discurso e proporciona representações compartilhadas que trabalham a nível dos modelos mentais e da interpretação da experiência” (MURGIA, 2018, p. 53). O discurso é, assim, “a maior fonte de conhecimento humano e, ao mesmo tempo, um dos seus principais critérios de verificação” (VAN DIJK, 2016a, p. 30).

Pelo fato de aprendermos muito do que sabemos por meio de múltiplos gêneros (CARDENAS, 2018; VAN DIJK, 2008, 2016a), a *notícia* é um dos que demanda uma mobilização abrangente de conhecimentos dos participantes da situação comunicativa, tanto para produzir o texto noticioso quanto para compreendê-lo. Isso significa que sem conhecimento não há notícias (VAN DIJK, 2002a) e que é através delas que aprendemos muitas coisas sobre o mundo (VAN DIJK, 2016a).

Sendo um discurso público sobre episódios recentes ou mesmo futuros, o conhecimento que é mais comum adquirirmos nas notícias “pode também ser chamado de ‘histórico’ ou ‘episódico’: conhecimento sobre eventos relativamente importantes” (VAN DIJK, 2016a, p.

232). Para produzir e interpretar as notícias, os jornalistas e leitores precisam ter “conhecimento do mundo” e especialmente “novo conhecimento” (VAN DIJK, 2002a). Mas, que tipos de conhecimentos existem e como estes se expressam, se pressupõem, se subentendem ou estão implicados no discurso jornalístico? Para falarmos dessa tipologia, que atende a preceitos principalmente didáticos neste trabalho, reproduzimos um trecho de uma notícia extraída do nosso *corpus* de estudo:

1 CGU vê fraude em dois de cada três benefícios do 'bolsa pescador' (JC – 04.10.2017)

2 Custo com beneficiados por fraude pode chegar a R\$ 1,5 bilhão ao ano aos cofres do governo

3 Dois a cada três beneficiários do seguro-defeso não teriam direito a receber o recurso
4 pelas regras do programa, mas acabam custando R\$ 1,5 bilhão ao ano aos cofres do
5 governo, segundo resultado de auditoria do Ministério da Transparência e da
6 Controladoria-Geral da União (CGU) obtido pelo ‘Estadão/Broadcast’.

7 Em momento de necessidade de ajuste nas contas, o órgão de controle aponta em
relatório que o registro dos segurados "é ineficiente em nível intolerável para justificar
8 a manutenção da política pública" e defende a reformulação completa do programa
9 O seguro-defeso, uma espécie de bolsa pescador, é o benefício de um salário mínimo
10 (hoje em R\$ 937,00) pago a pescadores artesanais profissionais no período de
11 proibição da pesca (em média quatro meses) para proteger as espécies em períodos
12 críticos, como de reprodução.

Apenas para entender esse texto noticioso, das linhas 1 a 12, o leitor precisa *saber* muitas coisas e *ativar* um vasto conhecimento genérico sobre o mundo e também conhecimento sociocultural. A seguir elencamos alguns itens que precisamos conhecer para produzir e compreender esta notícia:

- O que é uma fraude
- O que são beneficiados ou beneficiários
- O que é o Ministério da Transparência
- O que é a Controladoria Geral do Estado
- O que é uma auditoria
- O que é um custo

- O que é um benefício governamental
- O que é o governo
- O que são pescadores artesanais
- O que é o seguro-defeso
- O que são os cofres do governo
- O que são regras de um programa do governo

Esses são apenas alguns elementos que precisamos conhecer para produzir ou compreender esta notícia, pois ela, assim como outros textos noticiosos, é “um jogo complexo entre o conhecimento conhecido e não conhecido” (VAN DIJK, 2002a, p. 252). A esse respeito, Van Dijk (2016a, p. 11) nos ensina que a notícia é um “*novo conhecimento*, quer dizer, conhecimentos que o jornalista assume que os leitores ainda não possuem”. Essa é justamente uma das principais funções das notícias na perspectiva sociocognitiva: “dar informação de maneira que os leitores possam *atualizar* seus conhecimentos acerca de eventos que estão ocorrendo no mundo em geral e no seu país em particular” (VAN DIJK, 2016a, p. 12). Nesse aspecto, a relevância do jornalismo na construção do conhecimento é tão forte que:

A aquisição de conhecimento e a formação de opiniões sobre a maior parte dos eventos do mundo parecem basear-se largamente no discurso jornalístico presente na imprensa e na televisão, compartilhado diariamente por milhões de pessoas. Provavelmente, nenhum outro tipo de discurso é tão penetrante e tão compartilhado e lido por tantas pessoas de maneira mais ou menos simultânea. Seu poder potencial, então, é enorme e uma observação minuciosa dos esquemas, assuntos e estilo das matérias jornalísticas é, portanto, crucial para compreendermos o exercício do poder político, econômico, social e cultural, além da comunicação e da aquisição de ideologias que lhe dão apoio (VAN DIJK, 2015a, p. 77).

Como muito do conhecimento, na notícia que nos serve como exemplo, está na memória dos leitores do *Jornal do Comercio*, isso permite que o jornalista pressuponha o que eles já “sabem” e só formule aquilo que não conhecem. Por exemplo, para o item lexical “seguro-defeso” o repórter cria um sinônimo “*bolsa-pescador*”, que obviamente também tem um sentido ideológico de deslegitimar o direito trabalhista, além de um significado: “*é o benefício de um salário mínimo (hoje em R\$ 937,00) pago a pescadores artesanais profissionais no período de proibição da pesca (em média quatro meses) para proteger as espécies em períodos críticos, como de reprodução*”. Entretanto, para outras unidades léxicas, como “governo”, “beneficiados”, “fraude” e mesmo construções hiperbólicas como “*custo com beneficiados por fraude pode chegar a R\$ 1,5 bilhão ao ano aos cofres do governo*”, o repórter pressupõe que

os leitores do JC conseguem ativar seus conhecimentos para aportar com os detalhes necessários para interpretar a notícia como um todo.

Nos interessa, portanto, compreender como se pressupõem, expressam e reproduzem o conhecimento e outras crenças sociais nas notícias, mantendo em perspectiva que a aproximação que buscamos é contextual, co-textual e interativa. Sabemos que o “conhecimento do mundo” é essencial para que os jornalistas e os leitores de notícias possam “estabelecer uma coerência local e global, para produzir ou compreender *temas* gerais ou *macroestruturas*, para produzir inferências que sirvam de nexos ou para construir modelos mentais” (VAN DIJK; KINTSCH, 1983; VAN DIJK 2002, 2016a, grifos nossos). Ou seja, que tanto emissor quanto receptor precisam ter um conhecimento genérico e sociocultural, que lhes permita escrever e compreender uma notícia (VAN DIJK, 2016a).

De acordo com Van Dijk (2016a), esse “conhecimento do mundo” é de diversos tipos aplicados também de formas diferentes no processamento do discurso. Dentre eles, o linguista especifica o conhecimento baseado em experiências pessoais - conhecimento pessoal, que é expresso em asserções e nunca pressuposto; o conhecimento social genérico ou grupal, que é também tipicamente pressuposto no discurso, além do conhecimento sociocultural compartilhado (*common ground knowledge*), que “pode ser pressuposto em todas as formas do discurso público” (VAN DIJK, 2005d, p. 20), a exemplo das notícias.

Por outro lado, Murgia (2018, p. 53) diz que o conhecimento social “pode ser definido como um conjunto de crenças ‘confirmadas’ dentro de uma comunidade epistêmica, que as considera como ‘verdadeiras’”¹²⁶. Essa *base epistêmica social*, por sua vez, engloba diversos tipos de conhecimento: genérico, de eventos públicos, interpessoal, de experiências interpessoais, experiências comunicativas, além de experiências e conhecimento pessoais. Todos estes têm *modos de representação e base social específicos* (VAN DIJK, 2016a).

Notamos, assim, que o conhecimento pressuposto é geral e cultural, sendo ambos especialmente importantes no processamento do discurso (VAN DIJK, 2005d). Na notícia que usamos como exemplo, os leitores sabem o que significa pescadores, fraudes, governo, programa governamental etc. Entretanto, certos conhecimentos podem se limitar ao Brasil, como as denominações dos órgãos públicos: Ministério da Transparência e da Controladoria-Geral da União. As informações sobre auditorias, relatórios e mesmo sobre a pesca artesanal, por sua vez, são especializadas, ou seja, trata-se de conhecimentos de grupos. Mas, ao serem publicados na imprensa se tornam compartilhados, tomando um aspecto mais cultural.

¹²⁶ O conceito de *conhecimento verdadeiro* é relativo e depende das crenças do grupo, da sociedade ou da cultura, em determinado momento histórico (VAN DIJK, 2008).

Nessa notícia também percebemos que o modelo mental do jornalista e, conseqüentemente, seu discurso sobre os pescadores artesanais não é somente construído com base em evidências acerca de fatos específicos derivados de vários discursos ou de suas experiências pessoais anteriores (velhos modelos), mas também de instanciações (aplicações) de um conhecimento genérico tácito sobre fraudes, fiscalização, auditorias, benefícios, políticas públicas, pescadores artesanais etc. Como já mencionamos, a maior parte desse conhecimento “não é afirmado no discurso, mas pressuposto como *conhecimento compartilhado* na comunidade epistêmica e, portanto, *como parte do common ground*” (VAN DIJK, 2016a, p. 46, grifos nossos).

O *conhecimento cultural* ou *common ground* é compartilhado pelos usuários da linguagem e diz respeito a um “enorme corpo de conhecimento que nunca se questiona e que aceitam todos os membros potencialmente competentes de uma cultura” (VAN DIJK, 2008, p. 22). “Este tipo de conhecimento é tão difundido e já faz parte do que é geralmente chamado de ‘senso comum’, de forma que é geralmente pressuposto ou lembrado no discurso público” (VAN DIJK, 2005d, p. 21).

Ele é essencial na comunicação e sem ele “não poderíamos nos entender, nem falar, nem interagir” (VAN DIJK, 2008, p. 21). Necessitamos dele para “compartilhar uma grande quantidade de conhecimento sobre a maior parte dos aspectos do mundo e da vida cotidiana” (VAN DIJK, 2008, p. 22). Este tipo de conhecimento é interativo, coletivo, forma a Memória Social e se refere ao que consideramos verdadeiro (VAN DIJK, 2008, 2012, 2016a).

Numa aproximação mais linguística do conhecimento, podemos examinar “as múltiplas maneiras em que tanto o velho quanto o novo conhecimento e o *common ground* se implicam, pressupõem, assinalam e expressam em diversos aspectos” (VAN DIJK, 2016a, p. 15). Por exemplo, na sintaxe, em artigos definidos e pronomes, através de evidenciais (fontes de conhecimento), além de aspectos da semântica, dentre eles “níveis, graus, precisão e outras características da descrição” (VAN DIJK, 2016a, p. 15).

É importante esclarecer que os tipos de conhecimentos ativados na produção e na compreensão do discurso atendem a um critério didático, nesta tese. Koch e Elias (2009, p. 37) usam, inclusive, outras denominações para essa tipologia epistemológica, no intuito de explicar como o produtor e o receptor do discurso mobilizam conhecimentos “relacionados à língua, ao saber enciclopédico e às práticas interacionais” e, ainda, para ilustrar que os conhecimentos sofrem alterações “em razão da atualização de nossas práticas sociais” (KOCH; ELIAS, 2009, p. 37). Em suma, sendo os conhecimentos “resultado de inúmeras atividades em que nos

envolvemos ao longo da nossa vida, deixam entrever a intrínseca relação entre linguagem/mundo/práticas sociais” (KOCH; ELIAS, 2009, p. 37).

Por fim, vale destacar que diversos estudos têm mostrado que o conhecimento geral compartilhado pelos jornalistas sobre grupos subalternizados ou minorias, na mídia, tende a ser negativo e estereotipado (ZAMORA, 2016; MURGIA, 2018; CASTAGNANI; COLORADO, 2009). Em seu estudo sobre a representação de muçulmanos em jornais britânicos não sensacionalistas, Richardson (2007), por exemplo, constata que nesses veículos, o Islã é persistentemente ligado a domínios semânticos negativos, através de referências à violência, ameaça e ao terrorismo. Desse modo, os muçulmanos são associados a ações ou a temas negativos nas notícias. Em uma instância maior, os conhecimentos difundidos pela mídia sobre esse grupo social influenciam e modulam a formação de modelos mentais, bem como cognições sociais dos usuários da linguagem sobre esse e outros grupos minoritários.

4.3.2.4 Atitudes

Crenças específicas, como opiniões e atitudes, se organizam em torno das ideologias. Nesse sentido, uma ideologia “é um conjunto de *crenças fáticas e avaliadoras* – ou seja, o conhecimento e as opiniões – de um grupo” (VAN DIJK, 1998, p. 71, grifos nossos). Por exemplo, uma ideologia capitalista neoliberal *organiza* inúmeras crenças avaliadoras das pessoas *a favor* ou *contra* o livre mercado, o Estado mínimo, os recursos naturais etc.

Isso implica que, por um lado, as ideologias “funcionam como o marco de referência que define a coerência global destas crenças” (VAN DIJK, 2008, p. 24) e, por outro, que a opinião pessoal e as opiniões compartilhadas (atitudes) sobre determinado assunto, sobre nós mesmos e sobre os “*Outros*” dependem da ideologia do grupo ao qual pertencemos.

Assim como o conhecimento e as ideologias, as atitudes são variáveis e, portanto, relativas ao aspecto sociocultural. Por exemplo, culturas inteiras podem entrar em conflito, concorrer e ter interesses antagônicos, pois “sua *base comum* compartilhada e seus princípios básicos de avaliação podem [...] ser ideológicos em comparação com os de outras culturas” (VAN DIJK, 1998, p. 74).

A noção de atitudes no marco sociocognitivo se refere a “*conjuntos* específicos, organizados, de crenças socialmente compartilhadas, tais como as (amiúde complexas) *atitudes sobre* a energia nuclear, o aborto ou a imigração” (VAN DIJK, 1998, p. 65). Isso significa que as pessoas podem compartilhar uma *atitude social*, assim como compartilham o conhecimento e a linguagem, e que esse conceito se aplica também “aos conglomerados de *opiniões*

particulares socialmente compartilhadas” (VAN DIJK, 1998, p. 65). Por exemplo, os leitores do JC podem ter opiniões compartilhadas sobre “o” *derramamento de petróleo no litoral Pernambuco* e não exatamente sobre derramamentos de petróleo em geral.

Assim como as ideologias, as atitudes têm algumas propriedades específicas: i) elas têm uma dimensão social; ii) também podem ser culturais iii) são avaliadoras; iv) estão organizadas por esquemas gerais; v) se baseiam em conhecimento socialmente compartilhado; vi) podem apresentar-se polarizadas (VAN DIJK, 2016a). Por serem compartilhadas, as atitudes “sustentam outras práticas sociais, além do discurso, como no caso dos preconceitos em relação aos atos de discriminação” (VAN DIJK, 1998, p. 66).

Em geral, as atitudes se referem a assuntos polêmicos em torno dos interesses dos membros de um grupo. Por exemplo, uma comunidade pode ter uma atitude *a favor* ou *contra* temas como a eutanásia, a posse de armas etc. Elas se abrigam na Memória Social (VAN DIJK, 2008). A diferença do conhecimento, as estruturas de crenças avaliadoras “se constroem e combinam de acordo com muitos diferentes métodos de valoração, e seguindo diferentes critérios” (VAN DIJK, 1998, p. 85). Dentre esses parâmetros, estão os valores, objetivos e interesses do grupo, além das relações sociais do grupo (VAN DIJK, 1998).

Por exemplo, podemos “definir” a origem dos(as) pescadores(as), onde moram, como e onde pescam, dentre outras coisas, a partir da informação que obtemos na imprensa, em livros, em aulas, conversando com outras pessoas e mesmo na nossa observação cotidiana, dentre outras inferências derivadas do nosso conhecimento geral sobre a atividade pesqueira, os(as) pescadores(as), o mar, os rios, as espécies marinhas etc.

No entanto, quando se trata de *preconceitos*, estes são desenvolvidos, usados e organizados de uma forma diferente (VAN DIJK, 1998). Investigações anteriores constataam que alguns grupos de poder têm *atitudes negativas* contra o grupo social (FOX, 2010; RAMALHO, 2015b). Mesmo instituições (órgãos públicos, academia, ONGs) e pessoas (professores, servidores públicos, engenheiros de pesca, oceanógrafos etc.) que *conhecem* e *trabalham* com os(as) pescadores(as) expressam ou implicam nos seus discursos preconceitos e estereótipos sobre o grupo (FOX, 2010), o que significa que o conhecimento nem sempre elimina ideias preconceituosas e as atitudes se organizam em torno de ideologias.

Para Van Dijk (1998), isso ocorre porque os “pré-conceitos” são fruto de generalizações, argumentos falaciosos e fontes não confiáveis. Além desse processamento e julgamento “falível” da informação, “o que conta na construção de preconceitos são os objetivos, os interesses e os valores do próprio grupo” (VAN DIJK, 1998, p. 85). Por exemplo, se o grupo de poder é capitalista, neoliberal ou neodesenvolvimentista e, conseqüentemente, *a favor* do

aquabusiness, os(as) pescadores(as) serão definidos como “diferentes”, “opostos a” e, até, como uma “ameaça” para a pesca, em geral, e a aquicultura, em particular. Conseqüentemente, também para “*Nós*”. O grupo pode, assim, estar representado negativamente no domínio da pesca e essa imagem ser ainda mais negativa, se levarmos em consideração outros aspectos coloniais que podem incidir na formação de preconceitos e estereótipos, como raça, conhecimento, gênero.

Enquanto crenças avaliadoras, as atitudes têm uma estrutura argumentativa que sustenta conclusões políticas normativas. Tomando os estudos sócio-históricos de Castelluci Junior (2016, p. 31), notamos que uma atitude preconceituosa contra os(as) pescadores(as) artesanais pode se manifestar em proposições ancoradas em um discurso “disciplinador e pautado nas regras de universos diferentes”, que cria uma imagem “de sujeitos, trabalhadores – homens e mulheres – sem nenhum tipo de ambição”, além de outras crenças, como por exemplo que:

- Os pescadores são preguiçosos
- Os pescadores têm um estilo de vida desregrado
- Os pescadores priorizam as bebedeiras e os jogos de azar
- Os pescadores passam o tempo espreguiçados nas redes de balanço
- Os pescadores são letárgicos e sem ambição

Segundo Van Dijk (1998, p. 91), em outro nível de abstração, as atitudes também podem ser estruturadas pelas categorias *Problema* e *Solução*, sendo a primeira recorrente. Por exemplo: os(as) pescadores(as) artesanais são (historicamente) um *problema* para o Estado brasileiro. Em outras palavras, o grupo é concebido como um conjunto de problemas para o país que afetam o setor pesqueiro nacional, tais como: atraso tecnológico e cultural, pesca não produtiva e lucrativa, superexploração do mar, miséria, ocupação de espaços nobres etc.

Já a categoria solução “coincide com a conclusão normativa principal das outras opiniões, ou seja, o que se deve fazer para resolver o problema” (VAN DIJK, 1998, p. 92). Por exemplo, no caso da notícia que analisamos na seção anterior, os órgãos governamentais (Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União) *apontam* o “problema” (Pescadores fraudam o Estado) e *defendem* uma “solução”: “*a reformulação completa do programa*”. Isso não significa que todas as ideologias e atitudes têm essa estrutura, mas muitas delas “se organizam ao redor de crenças básicas sobre o que está mal e o que deveria se fazer a respeito disso” (VAN DIJK, 1998, p. 93).

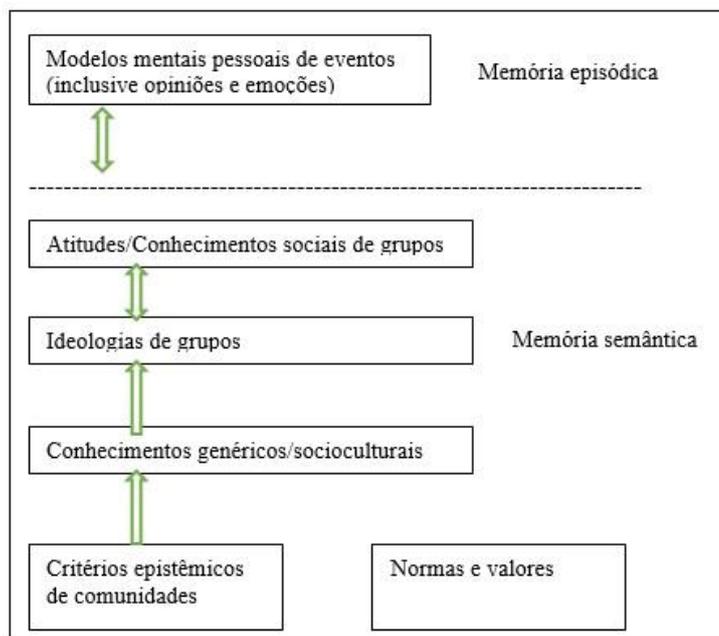
A nível mais elevado ainda, as atitudes podem ter uma *estrutura narrativa com uma orientação* (VAN DIJK, 1998). Por exemplo, no discurso do governo federal sobre o qual discutimos no capítulo I, apesar de *definir* as comunidades tradicionais pesqueiras como “culturalmente diferenciadas”, o Estado brasileiro *orienta* o “desenvolvimento socioeconômico, cultural e profissional dos que exercem a atividade pesqueira” (PRYSTHON, 2014, p. 14). A essa atitude é possível adicionar uma *estrutura de esquema de grupo* (VAN DIJK, 1998), na qual os(as) pescadores(as) são caracterizados por categorias, cujos conteúdos são crenças tipicamente preconceituosas, por exemplo:

- Origem do grupo: comunidades subdesenvolvidas (não como nós: desenvolvidos)
- Aspecto: povos indígenas, negros e mestiços (não como nós: brancos)
- Características socioeconômicas: miseráveis e não produtivos (não como nós: ricos e produtivos)
- Características culturais: têm hábitos e modo de vida diferentes (dos nossos)
- Características pessoais: preguiçosos, não confiáveis (não como nós: trabalhadores e confiáveis)

Em suma, as atitudes podem se organizar “em termos de um argumento implícito, em termos de categorias problema/solução ou as categorias de narração relacionadas e, finalmente, em termos de um esquema de grupo” (VAN DIJK, 1998, p. 92). Tais abstrações, no entanto, têm ressalvas, dentre elas que: i) o *esquema de grupo* define uma atitude sobre os(as) pescadores(as) artesanais, mais do que sobre a pesca; ii) as estruturas narrativas e argumentativas caracterizam *o discurso*, no qual essas atitudes podem ser usadas, mas não as crenças em si mesmas; iii) a dupla problema/solução é mais promissora, pois é “muito abstrata e geral e reflete o fato de que as atitudes habitualmente se desenvolvem para assuntos e problemas sociais, vistos por um grupo específico” (VAN DIJK, 1998, p. 92).

Essas categorias também podem ser aplicadas às ideologias (VAN DIJK, 1998). Assim, ideologias de classe, capitalistas neoliberais ou neodesenvolvimentistas, racistas ou eurocêntricas podem definir fundamentalmente os(as) pescadores(as) artesanais, enquanto grupo social minoritário (“*Outros/Eles*”) e como um *problema* para o setor pesqueiro brasileiro. Com base no exposto neste capítulo, a seguir reproduzimos a FIG. 6 que ilustra o sistema de cognições pessoais e sociais e sua representação na memória dos usuários da linguagem:

Figura 6 – Sistema de Cognições/Representações Sociais na Memória



Fonte: Van Dijk (2016a, p. 143).

Neste capítulo, teorizamos sobre categorias sociocognitivas que usamos para analisarmos as notícias do Jornal do Commercio, no capítulo VI. Os modelos mentais pessoais e as representações sociais, como conhecimento, ideologias, valores, normas e atitudes são mobilizados na produção (e compreensão) do discurso jornalístico e, conseqüentemente, na representação de acontecimentos e grupos sociais. Tais crenças pessoais e sociais sobre os(as) pescadores(as) artesanais podem ser formuladas, expressas, defendidas e legitimadas no discurso da imprensa, sendo (re)produzidas e compartilhadas dentro do grupo social dominante e mesmo em grupos sociais subalternos. No próximo capítulo, nos debruçamos sobre o desenho metodológico desta tese.

5. O DESENHO METODOLÓGICO

Eu sou um intelectual que não tem medo de ser amoroso, eu amo as gentes e amo o mundo. E é porque amo as pessoas e amo o mundo, que brigo para que a justiça social se implante antes da caridade
(PAULO FREIRE, 1982)

5.1 Apresentação

O caráter eclético e multidisciplinar dos ECD permite que o analista do discurso selecione “as teorias e categorias de estudo mais relevantes para o objeto da investigação. Esta liberdade pode, às vezes, ser problemática na hora de desenhar o aparelho metodológico” (VAN DIJK *apud* RODRIGUEZ; WILLIAMS, 2010, p. 279). Portanto, definimos uma metodologia que dê conta do nosso problema de pesquisa e do nosso *corpus*, adaptando-a aos objetivos de estudo e ao grupo cuja representação investigamos. Além de nos basear em critérios importantes na ACD, dentre eles, “observação, descrição e explicação” (FAIRCLOUGH *apud* PEDRO, 1998, p. 26), atentamos para os princípios de “eficácia e relevância e o *seu contributo para a mudança*, que, em última instância, medem o sucesso potencial – e real – do projeto” (PEDRO, 1998, p. 26, grifo nosso).

Sendo assim, neste capítulo, detalhamos o desenho metodológico do nosso estudo, o qual é inspirado em diversos autores e trabalhos desenvolvidos na ACD, especialmente os que tratam da representação de atores sociais. Nos guiamos pelo trabalho de Cárdenas (2018) para métodos de coleta e seleção do *corpus*, além de organização e sistematização de categorias e métodos de análise.

Magalhães *et al.* (2017, p. 43) nos instruem que, se na história e na política os textos constituem documentos, na ACD eles podem construir um *corpus*. Esta noção se refere a “um conjunto de textos, selecionados segundo critérios lógicos, claros, definidos conforme a opção do recorte do pesquisador ou pesquisadora”. É com base nos “textos do *corpus*, e não quaisquer textos aleatórios [...], que se procede à análise, buscando extrair regularidades discursivas” (MAGALHÃES *et al.*, 2017, p. 43).

Sem maiores pretensões, o raciocínio metodológico que desenvolvemos para organizar o *corpus*, em termos qualitativos, quantitativos e temporais, pode ser proveitoso para ECD que lidem com diversos gêneros jornalísticos, grande número de textos publicados em diversos meios, em períodos diferentes e esparsos, e que tenham, como objetivo principal, analisar a representação de culturas tradicionais ou outras minorias na mídia.

Inicialmente, explicamos como ordenamos os textos para, em seguida, sistematizá-los. Com base em Cárdenas (2018), discorremos sobre o nosso raciocínio para lidar com a diversidade, o tamanho e dispersão temporal dos textos. Justificamos os parâmetros e escolhas realizadas, mantendo sempre em perspectiva que o método desenvolvido pela ACD “se situa na tradição da pesquisa qualitativa, em virtude do foco na análise detalhada de textos e discursos” (MAGALHÃES *et al.*, 2017, p. 33).

Atentos a essa praxe e ao objetivo maior dos ECD, que é debater “um determinado problema social, contribuindo para a reflexão sobre ele” (WODAK *apud* MAGALHÃES *et al.*, 2017, p. 33), apresentamos a organização e descrição do *corpus* final na terceira seção deste capítulo (5.3). Ao longo do processo de definição dos textos, percebemos que não os definimos *per se*, mas como resultado de práticas discursivas e sociais (MAGALHÃES *et al.*, 2017; VAN DIJK, 2015a), pois os discursos “expressam e transmitem sentidos, e podem assim influenciar nossas crenças sobre [...] minorias” (VAN DIJK, 2015a, p. 138).

É, portanto, esse olhar que guia a formação do *corpus* final composto por 200 notícias veiculadas de forma online, no Jornal do Commercio, no período de 2011 a 2018, com o qual buscamos dar conta do objetivo principal desta pesquisa. E, seguindo as orientações de Faiclough (2001, p. 57), nos certificamos que nossa seleção de textos pertencentes a um domínio particular, neste caso o jornalismo, assegurem que “a diversidade de práticas é representada”, evitando assim a homogeneização.

Nas seções 5.4 e 5.4.1, discorremos sobre a nossa escolha metodológica do Jornal do Commercio e tecemos algumas considerações gerais sobre a cobertura jornalística do JC, a partir de inferências baseadas no nosso *corpus* de investigação. Já no item 5.5 apresentamos o modelo teórico-metodológico que definimos para analisar a representação dos(as) pescadores(as) artesanais nas notícias do JC.

Mantemos em perspectiva que “cabe ao pesquisador, em função do seu objeto de estudo, a construção de um mosaico analítico no qual o mesmo comporá, entre as múltiplas possibilidades, um caminho próprio para a análise que pretende realizar” (PERES-NETO, 2012, p. 8). Assim, nosso modelo de análise contempla estruturas linguístico-cognitivas, conceitos, métodos e funções nesta tese, bem como as estratégias discursivas de representação.

5.2 Organização e formação do *corpus* de estudo

Para definir o *corpus* do nosso estudo, nos pautamos por alguns aspectos práticos indicados por Magalhães *et al.* (2017, p. 57), mantendo em vista “os objetivos e alvos da

pesquisa e as questões propostas”. Nossas decisões não são arbitrárias e seguem opções metodológicas orientadas por uma dinâmica própria da investigação (MAGALHÃES *et al.*, 2017).

Inicialmente, é importante mencionarmos que, ao longo da última década, temos coletado de forma intermitente material jornalístico com foco em pescadores(as) artesanais e situações sociais envolvendo o grupo, sua atividade e as comunidades pesqueiras, em Pernambuco e no Brasil. Selecionamos uma parte desses dados, entre 2008 e 2010, na biblioteca do CPP, em Olinda (PE), em *clippings*¹²⁷ da entidade compostos por publicações impressas, a partir da década de 1990.

Nesse período, também selecionamos notícias online, no portal do Jornal do Commercio, e produzimos um clipping digital com mais de cem matérias veiculadas pelo referido veículo entre fevereiro de 2004 e outubro de 2009. Devido à nossa investigação anterior ser focada em movimentos sociais de pescadores e pescadoras artesanais e suas estratégias de comunicação, compilamos apenas publicações com foco nessa temática, desconsiderando aquelas voltadas para outras situações ligadas ao grupo. Usamos esse conteúdo como dados secundários na nossa dissertação de mestrado.

Quando iniciamos a presente pesquisa, em 2016, pretendíamos usar esses corpora, complementando-os com conteúdo jornalístico mais recente. Para tanto, voltamos a coletar material na biblioteca do CPP, buscando publicações a partir dos anos 1980 que dialogassem com o tema da nossa investigação. Realizada de forma bastante intuitiva, essa triagem abrangeu os principais jornais de Pernambuco: Jornal do Commercio, Diário de Pernambuco e Folha de Pernambuco, bem como revistas nacionais e locais, além de publicações de pequeno porte, oriundas ou não de Pernambuco.

Simultaneamente, complementamos o clipping digital produzido entre 2008 e 2010, acessando o sistema de busca online de notícias, nos portais dos jornais supramencionados. Adicionamos novo material jornalístico a esse acervo. Também realizamos buscas de palavras chave, na plataforma de buscas online, Google, e coletamos matérias em veículos de comunicação de massa locais e nacionais.

Essa coleta resultou em um *corpus* amplo (MAGALHÃES *et al.*, 2017) ou *corpus* maior (CÁRDENAS, 2018), composto por publicações a partir dos anos 1980, em Pernambuco e outros estados brasileiros, veiculadas de forma impressa e online, em diversos meios de

¹²⁷ *Clipping* é uma expressão em inglês derivada de *clip*, que significa grampo. O clipping é formado por recortes de notícias publicadas na mídia a respeito de algum tema, organização, pessoa, evento etc. Esse material é compilado, arquivado e circula internamente para informação do público interno das organizações. No Brasil, é organizado por empresas ou profissionais da área de comunicação corporativa ou jornalismo.

comunicação de massa. Bolívar (*apud* CÁRDENAS, 2018) explica que o *corpus* amplo também pode ser denominado de “arquivo” ou “acervo”, sendo seus dados posteriormente desmembrados em “subcorpora”.

Assim, chamamos esse primeiro *corpus* de *arquivo*. Ele é eclético e composto por notícias, reportagens, artigos, notas, dentre outros gêneros jornalísticos impressos e online. Estes não fazem parte do *corpus* final que analisamos nesta tese, porque não atendem aos critérios que definimos e sobre os quais tratamos adiante. No entanto, constituem uma importante memória pelo fato de termos compilado, classificado e lido em profundidade esses textos, cujo conteúdo faz parte do nosso conhecimento geral sobre o assunto¹²⁸.

Por esse motivo, decidimos manter esse arquivo e os subcorpora subsequentes que organizamos em perspectiva, tendo em vista que a ACD nos permite trabalhar “com um *corpus* mais extenso ou mais restrito” e com “dois ou mais níveis de *corpus*” (MAGALHÃES *et al.*, 2017, p. 57). Sempre que sentimos necessidade, nos remetemos a exemplos desse arquivo e dos subcorpora, cujos dados nos servem para observar o nosso problema de pesquisa e contribuem com a análise da representação dos(as) pescadores(as) nas notícias do JC.

Por ser um arquivo volumoso e heterogêneo, no que se refere ao número de matérias, gêneros jornalísticos e forma de publicação, decidimos organizá-lo, delimitando critérios temporais, quantitativos e qualitativos de coleta, conforme orientação recebida de Resende¹²⁹. Isso porque como Silva e Silva (2013, p. 2) indicam: “nesse intrincado entre seleção de materiais e processo de significação, a forma como o investigador constrói seu *corpus* de pesquisa adquire extrema importância, uma vez que tangencia aspectos de confiabilidade e validação do estudo”.

Registramos e tabulamos todos os textos do nosso arquivo, no programa *Excel*, chegando a um total de 244 publicações. Embora nossa pesquisa seja qualitativa, Magalhães *et al.* (2017, p. 58) orientam que “nada nos impede de levarmos em consideração aspectos quantitativos”, que porventura se manifestem no processo de definição de *corpus*. Classificamos esse arquivo em oito macrodescritores gerais: 1) Assunto; 2) Título; 3) Gênero Textual; 4) Veiculação; 5) Editoria; 6) Veículo de Comunicação; 7) Estado; 8) Data de publicação.

No macrodescritores assunto, classificamos os textos pelos nomes de comunidades e territórios pesqueiros mais reportados. Dentre eles, Brasília Teimosa, Suape / Ilha de Tatuoca, Ilha de Deus, Rio Capibaribe, Reserva do Paiva, Rio São Francisco, bem como outras

¹²⁸ Resende, V.D.M. Notas de Orientação. Estágio do Programa de Doutorado Sanduíche (PDSE) / CAPES. Centro de Estudos do Discurso. Novembro, 2018 a janeiro, 2019. Barcelona.

¹²⁹ *Idem.*

localidades de pesca urbanas, ribeirinhas ou de praia, além de eventos relativos a espaços de pesca. Incluímos, ainda, por recorrência, outros assuntos, eventos e editorias que reportam sobre a pesca artesanal, tais como: Mercado/Economia; Poluição/Degradação Ambiental; Produção Pesqueira; Festas Religiosas; Cultura; Polícia; Banco do Nordeste; MONAPE e Gênero na Pesca. Identificamos e classificamos cada texto de acordo com sua respectiva editoria: Cidades; Local / Vida urbana; Geral; Cidades / Cidades e Meio Ambiente; Cidades / Regional; Cidades / Polícia; Cultura; Economia; Emprego & Concurso; Economia & Negócios; Opinião; Política; Grande Recife / Cotidiano; Brasil; Especial; Caderno C; Capa; Caderno 2 e Esportes.

No que se refere ao discurso jornalístico, o classificamos nos seguintes gêneros: notícias, notas, editoriais, cartas do leitor, artigos e reportagens. Também criamos uma coluna para identificar a forma de veiculação de cada texto: online ou impresso. Os demais macrodescritores se referem ao veículo de comunicação e a abrangência geográfica, delimitando-a por Estado. Por último, registramos a data de publicação. Devido ao volume de publicações, diversidade de gêneros no domínio jornalístico, assuntos e editorias, em uma segunda etapa, adotamos um recorte quantitativo, verificando o número de matérias por assunto, conforme consta na TAB 1:

TABELA 1 – Número de matérias por assunto no arquivo

| ASSUNTO | QUANTIDADE |
|----------------------------------|------------|
| Brasília Teimosa | 9 |
| Suape - Ilha de Tatuoca | 7 |
| Ilha de Deus | 25 |
| Rio Capibaribe | 10 |
| Reserva do Paiva | 2 |
| Território Pesqueiro | 33 |
| Rio São Francisco | 10 |
| Cultura | 4 |
| Mercado/Economia | 50 |
| Poluição / Degradação Ambiental | 54 |
| Produção Pesqueira | 10 |
| Festas Religiosas | 6 |
| Polícia / Corrupção | 10 |
| Banco do Nordeste | 10 |
| Movimento Nacional do Pescadores | 1 |
| Constituinte da Pesca | 1 |
| Gênero na Pesca | 3 |

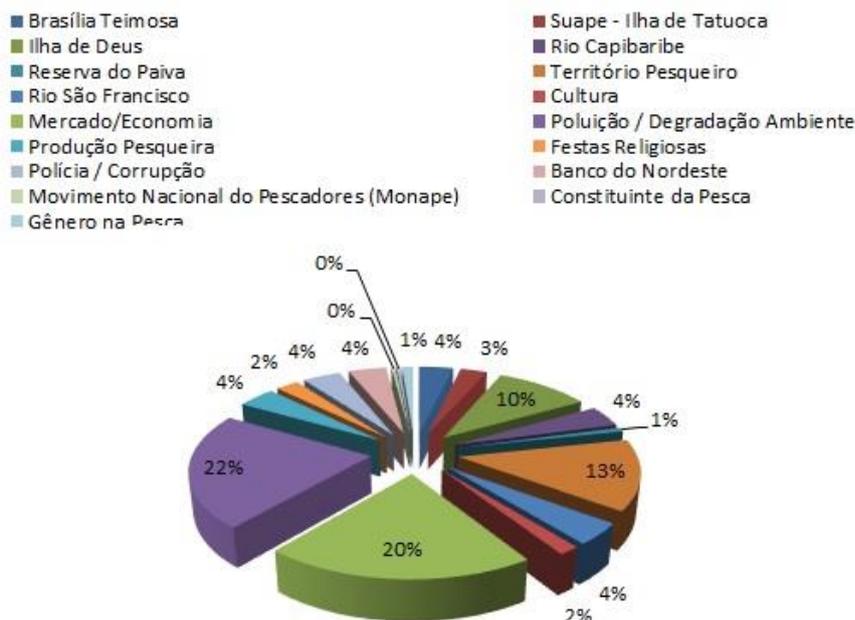
Fonte: Elaboração própria.

Também geramos gráficos para visualizarmos aqueles com maior percentual de publicações. Verificamos, por exemplo, que o escopo de Poluição e Degradação Ambiental contempla 22% dos textos. Por sua vez, encontramos 21% em Economia e Mercado, 13% em

Territórios Pesqueiros e 10% se referem Ilha de Deus. Notícias sobre o Rio Capibaribe, Rio São Francisco, Produção Pesqueira, Polícia / Corrupção e Banco do Nordeste representam cada um 4% do material, conforme GRAF. 1:

GRÁFICO 1: Percentual de textos por assunto no arquivo

PERCENTUAL POR ASSUNTO



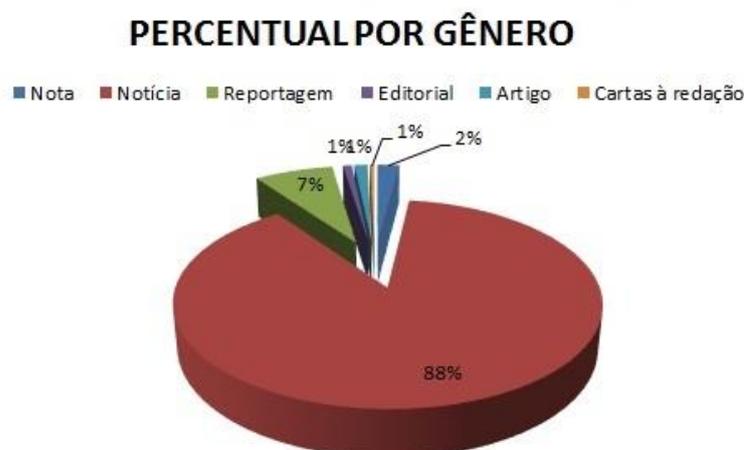
Fonte: Elaboração própria.

Uma primeira inferência quantitativa desses resultados é que 35% das matérias se referem à Poluição/Degradação ambiental e Território Pesqueiro. Ao incluirmos outras comunidades ou eventos ligados à pesca artesanal (Ilha de Deus, Rio Capibaribe, Rio São Francisco, Suape / Ilha de Tatuoca, Reserva do Paiva e Festas Religiosas), esse número chega a 166 publicações. Ou seja, em torno de 68% do arquivo é composto por matérias que tratam sobre territórios pesqueiros.

Em seguida, em uma nova classificação do arquivo, selecionamos publicações ligadas a Territórios Pesqueiros, seguidas de Mercado / Economia, Poluição / Degradação Ambiental, Produção Pesqueira, bem como os descritores: Festas Religiosas e Polícia / Corrupção. Incluímos esta última editoria pelo fato de tratar recorrentemente sobre pescadores artesanais e/ou seus locais de moradia e pesca.

No que se refere aos gêneros jornalísticos, verificamos que 88% do material é formado por notícias, 7% reportagens e 2% notas. Ou seja, o gênero que mais se destaca no nosso arquivo são notícias, como indica o GRAF. 2:

GRÁFICO 2 – Percentual de textos por gênero no arquivo



Fonte: Elaboração própria.

Essa constatação nos levou a um segundo critério quanti/quali: o de selecionarmos esse gênero textual para nossa análise. A predominância de notícias, em termos numéricos, no nosso arquivo pode estar ligada a diversos fatores, dentre eles, ao processo de precarização na prática jornalística, ocorrido com maior intensidade nas últimas duas décadas¹³⁰. Essa observação ganha reforço em Silva (2014) para quem, na produção jornalística diária, a notícia acaba prevalecendo porque responde melhor às demandas do setor comercial das empresas de comunicação de massa, bem como à configuração de editorias enxutas com número cada vez menor de repórteres e, ainda, à determinação (comercial) de um mesmo setorista ser às vezes responsável por mais de duas editorias.

A essas práticas some-se que, na atualidade, o repórter tem que dar conta de coberturas exaustivas, ser multifuncional e produzir material para a versão impressa do jornal, como também para o online, às vezes fotos e vídeos. O perfil do profissional de jornalismo que os meios massivos buscam, hoje, é o de “um superjornalista, um hiperjornalista, um jornalista multimídia. Um jornalista que [...] deve ter habilidade para saber onde está a notícia; ter bagagem cultural; gostar de tecnologia; ter domínio do idioma português; ter domínio de pelo menos uma língua estrangeira; ser rápido” (JORGE *apud* SILVA, 2014, p. 19).

Essa conjuntura sociocomunicativa, no domínio jornalístico, também explica o número menor de *reportagens* encontradas no nosso arquivo, pois sendo um produto mais substancializado, esse gênero exige produção, tempo e recursos não só do jornalista, mas do próprio veículo¹³¹.

¹³⁰ Grego, A.M.L. Notas de orientação: Pré-banca de defesa de tese. Recife, 30/06/2020.

¹³¹ *Idem*.

O elevado número de horas de trabalho, a falta de articulação e mobilização política dos jornalistas são outros fatores que favorecem a atual política dos grupos de comunicação brasileiros, que exigem “cada vez mais dos seus profissionais sem que necessariamente essa demanda venha acompanhada de melhores condições de trabalho” (SILVA, 2014, p. 37)

Além disso, existe uma disputa interna entre o espaço jornalístico e o publicitário, nos meios massivos, que é desequilibrada pois, como negócios, os veículos precisam se manter. Nessa conjuntura, “a pauta jornalística e o enquadramento da notícia submetem-se às demandas desenhadas pelo setor comercial da empresa” (FIGARO apud SILVA, 2014, p. 38). Essas e outras considerações sobre a conjuntura sociocomunicativa dos meios massivos e suas implicações na produção jornalística, especificamente das notícias, detalhamos no capítulo II.

Quanto à organização e formação do nosso *corpus* de investigação, no que se refere à forma de veiculação, notamos que 64% dos textos jornalísticos do arquivo são veiculados de forma online, sendo este, então, o critério quanti/quali que prevalece, conforme mostramos no GRAF. 3:

GRÁFICO 3 – Forma de veiculação de textos no arquivo

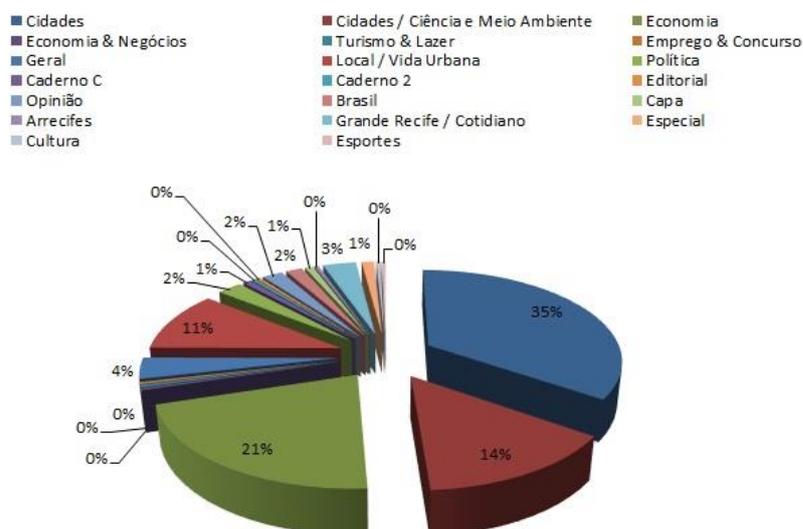


Fonte: Elaboração própria.

No que tange às editorias, Cidades ocupa o primeiro lugar com 35% dos textos, seguido de Economia com 21%; Cidades / Ciência e Meio Ambiente com 14% e Local /Vida Urbana com 11%. Por tanto, as editorias de Cidades e Cidades/Ciência e Meio Ambiente são as que mais se destacam na cobertura da imprensa pernambucana, representando 49% do total de matérias, conforme GRAF. 4:

GRÁFICO 4 – Percentual de textos por editoria no arquivo

PERCENTUAL DE TEXTOS POR EDITORIA

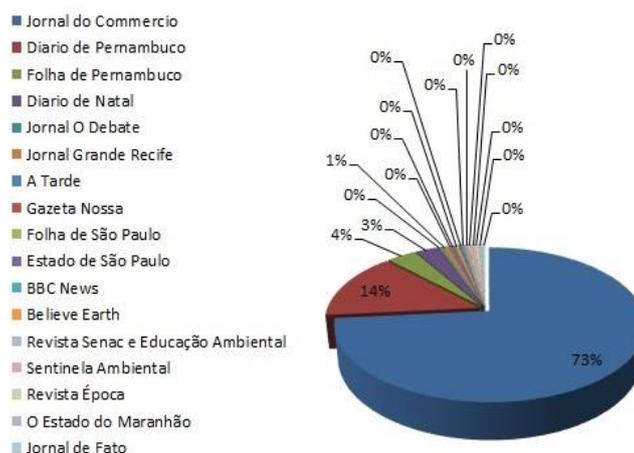


Fonte: Elaboração própria.

Esse resultado também coincide com o número/percentual de notícias por veículo de comunicação, sendo o Jornal do Commercio responsável pelas editorias de maior cobertura jornalística, correspondendo a 73% das publicações, conforme observado no GRAF. 5:

GRÁFICO 5 – Percentual de notícias por jornal no arquivo

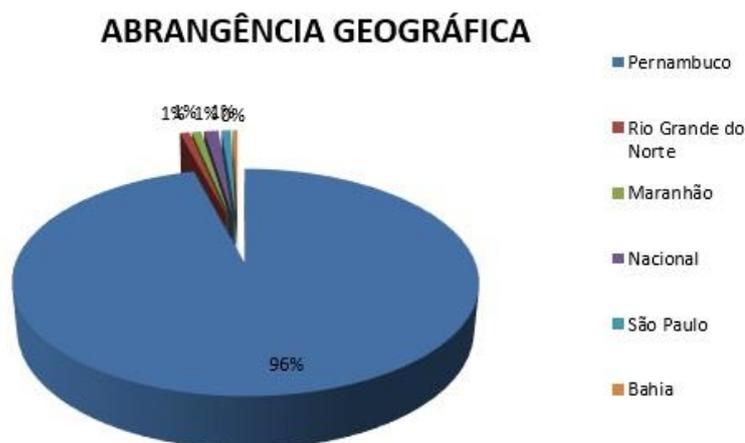
PERCENTUAL DE NOTÍCIAS POR JORNAL



Fonte: Elaboração própria.

No que se refere a abrangência geográfica, verificamos que Pernambuco engloba 96% dos textos no arquivo, conforme GRAF. 6:

GRÁFICO 6 – Abrangência geográfica das publicações no arquivo



Fonte: Elaboração própria.

Em resumo, a organização do subcorpora 1 acompanha os seguintes critérios qualitativos e quantitativos: no escopo do gênero textual consideramos as notícias, com forma de veiculação online, publicadas nas editorias de Cidades e Cidades/Ciência e Meio Ambiente, Economia e Política, no Jornal do Commercio, com circulação em Pernambuco. Nesse recorte, sistematizamos 124 publicações.

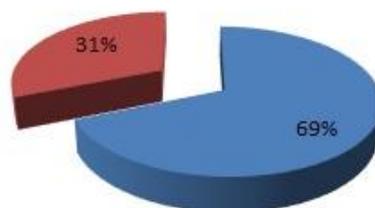
Em uma terceira etapa, realizamos uma nova classificação do material, partindo do macrodescriptor de relevância no arquivo denominado *Território Pesqueiro*. Reunimos nesse escopo notícias que tratam sobre espaços/áreas onde os(as) pescadores(as) artesanais habitam e pescam, pois, além de ter uma incidência numérica importante, o assunto é comum a maior parte das matérias. Nesse parâmetro, selecionamos 86 notícias sobre comunidades pesqueiras identificadas no arquivo, bem como aquelas sobre Poluição/Degradação Ambiental, Festas Religiosas e Polícia/Corrupção, por tratarem de situações e eventos em territórios de pesca artesanal. Além disso, os textos noticiosos atendem aos critérios editoriais, de veiculação e de abrangência, no veículo de comunicação escolhido para a nossa análise.

Integramos ainda outros dois descritores: Mercado/Economia e Produção Pesqueira, em um segundo macrodescriptor, denominando-o Mercado/Produção Pesqueira, no qual reunimos 39 notícias. Assim, nesse segundo subcorpora, Território Pesqueiro representa 69% das notícias e Mercado/Produção Pesqueira 31% do total de 124 matérias, como pode ser observado no GRAF. 7:

GRÁFICO 7 – Percentual de publicações por macrodescriptor no subcorpora 3

PERCENTUAL DE PUBLICAÇÕES POR MACRODESCRITOR

■ Território Pesqueiro ■ Mercado / Produção Pesqueira



Fonte: Elaboração própria.

Para atendermos ao critério temporal, contabilizamos as notícias por ano de publicação, entre 2004 e 2018. Nessa classificação, percebemos diferenças em termos quantitativos, havendo uma concentração entre 2004 e 2009 e lacunas temporais, principalmente no ano de 2010. Acreditamos que essa falha se deve à nossa falta de sistematização na coleta de dados¹³², conforme pode ser observado na TAB. 2:

TABELA 2 – Número de notícias por ano no subcorpora 2

| ANO DE PUBLICAÇÃO | QUANTIDADE |
|-------------------|------------|
| 2018 | 4 |
| 2017 | 5 |
| 2016 | 4 |
| 2015 | 3 |
| 2014 | 3 |
| 2013 | 0 |
| 2012 | 4 |
| 2011 | 1 |
| 2010 | 0 |
| 2009 | 4 |
| 2008 | 34 |
| 2007 | 21 |
| 2006 | 15 |
| 2005 | 12 |
| 2004 | 13 |

Fonte: Elaboração própria.

¹³² Resende, V.D.M. Notas de Orientação. Estágio do Programa de Doutorado Sanduíche (PDSE) / CAPES. Centro de Estudos do Discurso. Novembro, 2018 a Janeiro, 2019. Barcelona.

Tendo em vista a nossa coleta contínua, porém intermitente, sentimos a necessidade de delimitar de forma sistemática o *corpus* em estudo. Para tanto, iniciamos uma nova busca de matérias, no portal do Jornal do Commercio, cuja plataforma nos possibilitou, desta vez, levantar material a partir de 2011. O motivo pelo qual nos limitamos ao ano citado é que matérias anteriores a esta data não estão mais disponíveis no referido portal.

Essa escolha também se justifica porque, além do terceiro subcorpora ter o maior número de notícias veiculadas de forma online (73%), o portal do JC é, dentre os veículos comerciais de grande circulação em Pernambuco, o que na nossa experiência tem o melhor desempenho em termos de busca e coleta de notícias online por meio de palavras-chave. E, ainda, porque os hiperlinks nas notícias nos permitiram resgatar, a partir de um mesmo termo, outros textos de interesse para a nossa pesquisa.

Na coleta e seleção de textos, definimos novas palavras-chave para atender aos critérios quantitativos e qualitativos definidos nos recortes anteriores. Na busca, solicitamos ao sistema do portal do JC ordenar as matérias por “relevância”. Usamos uma palavra-chave por vez, dentre elas: pescador(es), pescadora(as), pesca, pescador artesanal, pescadores(as) artesanais, pesca artesanal, peixe, pescado, jangadeiro, jangadeiros¹³³, barco, barqueata, manifestação de pescadores, movimento de pescadores, movimentos sociais de pescadores, marisqueiros, marisqueiras, catadores(as) de sururu, catadores(as) de marisco, pescadeiras, mangue, comunidade(s) pesqueira(s), comunidade(s) de pesca, colônia(s) de pescadores, colônia(s) de pesca, seguro-defeso, pescaria, Ilha de Deus, Rio Capibaribe, Rio São Francisco, Velho Chico, Rio Beberibe, Rio Timbó, peixamento(s), Buscada de São Gonçalo, Buscada, Suape, Ilha de Tatuoca, Reserva do Paiva, Itapissuma, ostreiras, território pesqueiro, Ipojuca, Goiana, Litoral Norte, Litoral Sul.

Esta nova seleção de matérias também obedece ao escopo de macrodescritores definidos anteriormente, isto é, *Território Pesqueiro* e *Mercado/Produção Pesqueira*, sempre mirando a necessidade de que nossa escolha contemple o principal objetivo da investigação, o de analisar a representação de pescadores e pescadoras artesanais no JC. Assim, todas as matérias selecionadas nesse novo subcorpora fazem menção direta, indireta e às vezes até oculta ao grupo social. Também procuramos atender os outros macrodescritores pré-definidos (editoria, veiculação, abrangência etc.). No entanto, no que tange ao parâmetro editorial, ampliamos o nosso filtro, incluindo desta vez matérias publicadas nas editorias de Política, Nacional, Brasil e outras, por tratarem de situações e eventos relevantes para os(as) pescadores(as) artesanais e

¹³³ Tentamos selecionar notícias nas quais o termo “jangadeiros” é usado para referenciar os(as) pescadores(as) artesanais. A palavra também é usada para nomear quem atua no turismo e não está no escopo deste estudo.

para o setor pesqueiro local, além de envolverem grupos sociais distintos. Com as palavras-chave mencionadas obtivemos resultados em números de buscas e seleção de material relevante para a organização do terceiro subcorpora. Embora muitas das notícias que temos no nosso arquivo figurem nesta nova coleta, esse procedimento e sistematização dos textos nos proporciona a certeza de estarmos seguindo critérios passíveis de descrição e análise na nossa pesquisa¹³⁴. Ao todo, obtivemos 39.501 resultados, dos quais selecionamos 172 publicações, que mostramos na TAB. 3:

Tabela 3 – Resultados de buscas de notícias e publicações selecionadas no JC

| PALAVRA-CHAVE | RESULTADO Nº MATÉRIAS | Nº PUBLICAÇÕES SELECIONADAS |
|--------------------------------|-----------------------|-----------------------------|
| Pescadores | 1.090 | 61 |
| Pescador | 1.110 | 26 |
| Pesca | 8 | 1 |
| Pescador Artesanal | 76 | 13 |
| Pesca artesanal | 43 | 3 |
| Peixe | 1.870 | 3 |
| Pescador | 363 | 1 |
| Jangadeiro(s) | 70 | 0 |
| barco | 1.970 | 0 |
| barqueata | 5 | 1 |
| Manifestação de pescadores | 64 | 5 |
| Movimento de pescadores | 115 | 7 |
| Movimento social de pescadores | 91 | 2 |
| Pescadoras artesanais | 13 | 1 |
| Marisqueiros(as) | 26 | 6 |
| Catadores(as) de marisco | 5 | 0 |
| Catadores(as) de sururu | 7 | 0 |
| Pescadeiras | 0 | 0 |
| Mangue | 1.320 | 0 |
| Comunidade pesqueira | 89 | 1 |
| Comunidade de pesca | 263 | 8 |
| Colônia de pescadores | 874 | 4 |
| Colônia de pesca | 78 | 0 |
| Seguro-defeso | 96 | 7 |
| Pescaria | 1.170 | 1 |
| Ilha de Deus | 796 | 3 |
| Rio Capibaribe | 1.560 | 3 |
| Rio São Francisco | 3.650 | 1 |
| Rio Beberibe | 460 | 2 |
| Rio Timbó | 117 | 2 |
| Peixamento(s) | 6 | 0 |
| Buscada de São Gonçalo | 3 | 0 |
| Buscada | 72 | 0 |
| Suape | 2.570 | 0 |
| Ilha de Tatuoca | 16 | 4 |
| Reserva do Paiva | 351 | 0 |
| Itapissuma | 758 | 1 |
| Ostreiras | 0 | 0 |
| Território Pesqueiro | 46 | 1 |
| Ipojuca | 2.870 | 0 |
| Goiana | 9.590 | 0 |
| Litoral Norte | 2.600 | 3 |
| Litoral Sul | 3.220 | 1 |
| TOTAL | 39.501 | 172 |

Fonte: Elaboração própria.

¹³⁴ Resende, V.D.M. Notas de Orientação. Estágio do Programa de Doutorado Sanduíche (PDSE) / CAPES. Centro de Estudos do Discurso. Janeiro, 2018. Barcelona.

Nesse subcorpora, expandimos ainda o critério de gênero e incluímos *reportagens*, com a finalidade de na leitura e seleção preliminares termos uma visão geral e verificarmos se era ou não necessário incluirmos esse tipo de texto na nossa análise. Também organizamos o material por ano de publicação, seguindo uma ordem decrescente, a partir de 2018. Adicionando estas publicações às anteriormente selecionadas, o nosso terceiro subcorpora totaliza 315 publicações, as quais não reproduzimos aqui por questão de espaço.

É importante mencionar que o processo de levantamento, leitura, classificação e clipagem de notícias e reportagens tem como objetivo secundário elaborar e sistematizar um clipping digital para o CPP e para o Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil (MPP). Uma vez organizado o subcorpora 3, fizemos uma nova contagem geral do número de publicações, por ano, para delimitarmos melhor o critério temporal de análise. Verificamos que, entre 2011 a 2018, contamos com a maior concentração de material. Ao todo, 216 notícias e reportagens, conforme pode ser observado na TAB. 4:

Tabela 4 – Número de notícias e reportagens por ano no subcorpora 3

| ANO DE PUBLICAÇÃO | QUANTIDADE |
|-------------------|------------|
| 2018 | 38 |
| 2017 | 44 |
| 2016 | 23 |
| 2015 | 40 |
| 2014 | 16 |
| 2013 | 16 |
| 2012 | 29 |
| 2011 | 9 |
| 2010 | 0 |
| 2009 | 4 |
| 2008 | 34 |
| 2007 | 21 |
| 2006 | 15 |
| 2005 | 12 |
| 2004 | 13 |

Fonte: Elaboração própria.

Em seguida, definimos mais um critério qualitativo para fazer a seleção de publicações, entre 2011 e 2018, optando por aquelas focadas nas principais demandas dos(as) pescadores(as) artesanais e seu principal movimento social em Pernambuco, mas sem perder de vista o objetivo central da nossa tese. Formamos, desse modo, o quarto subcorpora com 120 publicações, com veiculação online pelo Jornal do Commercio, organizadas por título, demanda do grupo social, gênero, editoria e data. Classificamos as notícias em termos qualitativos e quantitativos,

conforme os seguintes parâmetros¹³⁵: 1) Direitos Trabalhistas e Previdenciários, correspondendo a 28% do total das publicações; 2) Produção (12%); 3) Meio Ambiente (23%); 4) Território Pesqueiro (17%); 5) Relações de Gênero (2%); e 6) Identidade (18%), conforme mostramos no GRAF. 8:

GRÁFICO 8 - Percentual de publicações por demanda do grupo no subcorpora 4



Fonte: Elaboração própria.

Embora façam parte de problemas sociais enfrentados pelos pescadores(as) artesanais, em Pernambuco, não incluímos nas demandas o que Gohn (2004) denomina de equipamentos coletivos de consumo, tais como escola, saúde, moradia, transporte e lazer. Isso porque, com base em estudos anteriores (FOX, 2010; FOX; CALLOU, 2013; FOX; HEINZ, 2019), o que está em relevo nos movimentos sociais de pescadores e pescadoras artesanais são pleitos voltados para a preservação e uso controlado de bens sociopolíticos, econômicos e simbólicos.

5.3 Organização e descrição de *corpus* final de estudo

Embora o processo metodológico de formação de *corpus* descrito anteriormente colabore com a investigação do nosso problema de pesquisa, podendo inclusive “esclarecer a situação em si e contribuir para o fortalecimento” (MAGALHÃES *et al.*, 2017, p. 57) e empoderamento dos pescadores e pescadoras artesanais, decidimos não usar somente o quarto

¹³⁵ Para definirmos tais parâmetros tomamos como fontes a Carta do MPP (2010) e as Atividades de Discussão do Encontro dos Pescadores e Pescadoras do Recife (CPP- NE; AÇÃO COMUNITÁRIA CARANGUEJO UÇA, 2017f), bem como a Carta do Encontro dos Pescadores e Pescadoras do Recife (2017), além de bibliografia de movimentos sociais de pescadores(as) artesanais Callou (1986, 1994, 2004, 2013); Fox (2010); Fox; Callou (2013), Fox; Bezerra (2019), Fox; Heinz (2019); Ramalho (1999, 2004, 2009, 2013) e Silva (1988, 2001, 2009).

subcorpora na análise da representação do grupo no discurso do JC. Ao restringirmos a seleção de notícias nas demandas dos(as) pescadores(as) e seus movimentos sociais, perderíamos aspectos discursivos relevantes no conjunto dos textos que representa o grupo social.

A relevância, neste caso, tem a ver com a “recorrência ou regularidade e com a função que determinado aspecto desempenha na construção e na fixação de certos sentidos nos textos” (MAGALHÃES *et al.*, 2017, p. 57), especialmente epistêmico-ideológicos. Entretanto, isso não significa que excluamos essas notícias do nosso *corpus*, apenas nossa abordagem analítica não tem como pressuposto específico a análise da representação das demandas sociopolíticas do movimento social dos(as) pescadores(as) na imprensa pernambucana, o que talvez faremos no futuro.

Tendo em vista que, na definição final do *corpus*, o pesquisador deve ser “bastante cauteloso e criterioso” (MAGALHÃES *et al.*, 2017, p. 57), ficamos atentos a como a “linguagem é utilizada de modo específico, institucionalizado e rotineiro, como meio de representar de modo desfavorável o grupo social em desvantagem” (MAGALHÃES *et al.*, 2017, p. 56), neste caso, os(as) pescadores(as) artesanais. Desse modo, organizamos os textos cronologicamente, em ordem decrescente, entre 2011 e 2018, período com a maior concentração de textos e sem lacunas temporais. Usamos os seguintes macrodescritores nessa classificação: 1) Título; 2) Gênero; 3) Veiculação; 4) Editoria; 5) Meio de Comunicação; 6) Data de Publicação; e 7) Número de Palavras. Adotamos ainda o critério de inclusão e exclusão de textos, atendo-nos ao gênero “notícia” e retiramos cinco reportagens, por estas corresponder a apenas a 2% do total das publicações, conforme mostramos no GRAF 9.

GRÁFICO 9 - Percentual de gêneros no subcorpora 4



Fonte: Elaboração própria.

Embora temos a intenção de analisar essas reportagens, no futuro, neste trabalho, nos limitamos apenas a notícias de veiculação online, publicadas no *Jornal do Commercio*, no período informado, pelos motivos anteriormente expostos. Quanto às editoriais, incluímos textos publicados nas páginas de Cidades, Cidades/Meio Ambiente, Cidades/Polícia; Economia; Economia/Nacional; Suplementos/JC Mais; Política; Política/Nacional; Brasil, no *Jornal do Commercio*. Essa escolha se deve, por um lado, à necessidade de cotejar as descobertas dos textos com o contexto mais amplo das práticas sociais e discursivas sobre as quais teorizamos nos capítulos precedentes. Principalmente, porque para compreender os textos, além de ser “necessário relacioná-los ao contexto social específico em que as ações dos participantes e suas relações sociais têm significados que eles conhecem muito mais do que nós que os estudamos” (MAGALHÃES *et al.*, 2017, p. 33), é indispensável observar como operam em termos de modelos mentais e cognições sociais.

Por outro lado, essa seleção editorial nos possibilita a obtenção de resultados com abrangência nacional, pois, embora os textos sejam publicados no *Jornal do Commercio*, que circula em Pernambuco e no Nordeste, estes são gerados por diversas agências de notícias, como o Estadão Conteúdo, Agência Estado, Agência Brasil, Agência Senado, Folhapress, Rede Nordeste, Redação do Correio, dentre outras, cujo conteúdo é reproduzido em jornais de todo o país. Sem falar que a versão online do JC, disponível na Internet, alcança leitores no âmbito nacional. O *corpus* final deste estudo é detalhado na TAB. 5 (apêndice F).

5.4 A opção metodológica pelo *Jornal do Commercio*

Além dos critérios pontuados nas seções anteriores, escolhemos o *Jornal do Commercio* para a análise de notícias pelo seu histórico, trajetória e contexto sociocomunicativo, sobre os quais discorreremos no capítulo II. Em termos metodológicos, essa opção também se deve ao fato de o referido veículo ter se mantido, no âmbito da mídia impressa, com o maior número de leitores em Pernambuco.

Para se ter uma ideia, segundo o Instituto Verificador de Circulação (IVC), em 2008, o JC apresentava a maior carteira de assinantes, em Pernambuco, com 57.000 aos domingos e uma tiragem de 81.195 exemplares nesse dia da semana. Em 2018, embora com números menores, o jornal mantinha a liderança com uma circulação impressa paga de cerca de 37.000 exemplares, por dia, de acordo com o IVC¹³⁶. Já a versão online (www.jc.com.br) é acessada,

¹³⁶ Bezerra, B.G. Notas de orientação: Pré-banca de defesa de tese. Recife, 30/06/2020.

em média, por 11 milhões de *pageviews*¹³⁷, por mês, segundo dados da Comscore¹³⁸. Esse desempenho é um aspecto relevante para a nossa análise, pois diversos estudos apontam que os meios de comunicação impressos, com uma grande quantidade de leitores, têm uma influência essencial na transmissão de ideias, opiniões, atitudes, estereótipos e ideologias (VAN DIJK, 1990; FOWLER, 1991; COLORADO, 2014).

Outro aspecto significativo, em termos discursivos, é o conglomerado empresarial ao qual o JC pertence, considerado um dos mais fortes do Nordeste, o que direta ou indiretamente incide na sua produção jornalística. O Grupo JCPM atua “nos setores de comunicação, shopping centers (espalhados pelos estados de Pernambuco, da Bahia, de Sergipe e de São Paulo) e imobiliário” (SANTOS *et al.*, 2013, p. 13).

Além disso, o Sistema Jornal do Commercio é um exemplo de concentração midiática no Brasil (BARROS, 2009), já que é composto pela TV Jornal Recife e Caruaru (afiliadas ao SBT), Rádio Jornal AM Recife, Caruaru, Garanhuns, Limoeiro, Pesqueira e Petrolina, além do Portal NE10 e do Jornal do Commercio, constituindo a maior rede de comunicação de Pernambuco. Sobre o público leitor, o JC é direcionado:

[...] aos extratos médio e alto da população e esses destinatários fazem parte das condições de produção do discurso desses veículos. Os periódicos que atingem as classes mais altas as nomeiam como tal, ou seja, elas estão refletidas na própria topografia do discurso, como, por exemplo, na estrutura de seções e de subseções (SANTOS *et al.*, 2013, p. 13).

Também optamos por analisar o JC por ser um veículo impresso, representativo para o estado de Pernambuco porque, como discutimos no segundo capítulo, “dialoga com a identidade nordestina e pernambucana” (BARROS, 2009, p. 99), sendo o mais adequado para nossa pesquisa. Tendo como base estudos nas áreas da linguística e do jornalismo, podemos dizer que, embora a linha editorial do Jornal do Commercio reforce “a imagem de independência política” (BARROS, 2009, p. 97), tende a uma postura ideológica de centro-direita, marcada por ideias liberais, às vezes mais outra vezes menos conservadora, dependendo dos assuntos abordados e, claro, dos interesses seus e das elites de poder que publicam, consomem e anunciam nele.

¹³⁷ *Pageview* é uma métrica que identifica a quantidade de páginas visualizadas pelo visitante. Assim, sempre que o internauta clicar em um link, a página que abrir será contabilizada como uma nova visualização. Assim, um único usuário pode gerar mais de uma visualização. Esta ferramenta tem a função de medir a qualidade de um veículo online, mostrando o quanto ele atrai visitantes.

¹³⁸ A *Comscore* é um empreendimento voltado para o planejamento, transação e avaliação da mídia em diversas plataformas. Cf. <https://www.comscore.com/por/>.

5.4.1 A cobertura do JC sobre pescadores(as) artesanais: observações gerais

Quanto a cobertura jornalística do Jornal do Commercio sobre os pescadores e pescadoras artesanais, um primeiro dado do *corpus* que chama nossa atenção é o escasso número de notícias publicadas sobre a pesca, em geral, e sobre os pescadores(as), em particular, no período que analisamos. Pelo fato de acompanharmos a temática na imprensa, nos últimos onze anos, em termos gerais, consideramos que há uma baixa produção de notícias sobre o setor pesqueiro e o grupo social.

Como primeira evidência dessa observação, neste capítulo, apresentamos nossa coleta e seleção online de 200 notícias publicadas no JC, geradas localmente pelo veículo e replicadas de agências de notícias nacionais, entre 2011 e 2018. Se tomarmos como referência esse total de matérias e dividirmos pelo número de anos investigados, constatamos que o JC publica uma média de 25 notícias por ano, ou seja, no máximo duas publicações por mês¹³⁹ sobre os pescadores(as) artesanais ou o setor pesqueiro.

Consideramos esse número inexpressivo, tendo em vista que os(as) pescadores(as) artesanais são uma das culturas tradicionais mais importantes do Brasil, não só em termos socioculturais, mas também socioeconômicos, sendo responsáveis por mais da metade da produção pesqueira nacional, gerando 25 vezes mais emprego para trabalhadores(as) do que a pesca industrial (CPP-NE, 2019a). Estimativas do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil (MPP) calculam que, em todo o Nordeste, cerca de 500 mil pescadores(as) produzem mais de 70% do pescado que chega à mesa de um milhão de famílias da região (CPP-NE, 2020c).

Essa parca produção jornalística também nos dá a medida, por um lado, do pouco interesse dos jornalistas e dos meios de comunicação de massa, neste caso, do Jornal do Commercio na temática, e, por outro lado, do *acesso restrito e controlado* dos(as) pescadores(as) ao discurso público midiático. Fatores macrossociológicos, econômicos e cognitivos, sobre os quais discorremos em capítulos anteriores, também incidem na invisibilidade do grupo social e mesmo do setor pesqueiro na imprensa.

Nossas inferências se baseiam tanto em investigações anteriores, segundo as quais os(as) pescadores(as) são invisibilizados(as) pela mídia (FOX, 2010) e tratados como comunidades isoladas e marginalizadas (DIEGUES, 1998; FOX, 2010), quanto em inúmeras

¹³⁹ Esta é uma aproximação, pois descartamos algumas notícias que tratam sobre pescadores artesanais, porém, fogem ao escopo geográfico de interesse neste trabalho, que é Pernambuco. Não incluímos reportagens, notas, editoriais, artigos, crônicas etc., por corresponderem a outros gêneros jornalísticos.

pesquisas sobre a representação de grupos marginalizados ou minoritários, que têm demonstrado que, na maior parte do tempo, o discurso midiático:

[...] não favorece os grupos étnicos, antes ele opera, contribuindo ao seu modo, para o fortalecimento e a reprodução do racismo, na medida que ele exclui ou minimiza a visibilidade desses grupos na cena pública, não prioriza questões de interesse dessas minorias ou vincula-os sistematicamente à falta de instrução, à pobreza, à violência, à perturbação da ordem etc. Sendo a mídia em geral, a imprensa em particular, uma arena de luta política de primeira grandeza, as minorias estão em desvantagem no processo de participação política (MARTINS, 2007, p. 30).

Além disso, culturas tradicionais, como as comunidades indígenas, quilombolas e dos(as) pescadores(as) artesanais denunciam esse apagamento e buscam fortalecer suas lutas nas redes sociais e em mídias independentes (MÍDIA ÍNDIA, 2017; ASSOCIAÇÃO BAIANA DE IMPRENSA, 2010).

Outro dado geral da cobertura noticiosa do JC sobre o grupo social é o apagamento das pescadoras artesanais nas notícias. Para se ter uma ideia, dos 200 textos que compõem nosso *corpus* final de estudo, apenas duas (02) notícias tratam expressamente sobre mulheres que vivem da pesca, que são “Documentário retrata a vida das pescadoras na Ilha de Deus”, veiculada em 18 de novembro de 2017, e “Manifestação em defesa da pesca artesanal” publicada em 22 de novembro de 2012. Essa produção jornalística quase nula sobre a presença feminina no âmbito pesqueiro é também um indício da disparidade de condições laborais e de relações de gênero ainda prevalentes no campo da pesca artesanal.

Tal situação parece se reproduzir no domínio jornalístico, o que acaba contribuindo para a manutenção da desigualdade e exclusão social da mulher, em geral, e da mulher pescadora, em particular. Embora não seja o nosso objetivo nesta tese, é relevante registrar que essa ausência do feminino no discurso da imprensa sobre pescadores artesanais, pode ser um indicativo de como as pescadoras ocupam o lugar do “*Outro*”, em relação ao próprio grupo social. Estabelecendo uma analogia com o estudo de Djamila Ribeiro (2019)¹⁴⁰, as mulheres pescadoras acabam sendo o “*Outro*” do “*Outro*”, o que as coloca em uma posição ainda mais contingente ou desfavorável do que seus pares masculinos.

Os índices de publicação de notícias no JC sobre o setor pesqueiro também trazem dados interessantes para nossa análise. Entre 2011 e 2018, por exemplo, identificamos alguns picos de cobertura jornalística na área. Um deles em 2012 e os outros dois em 2015 e 2017, respectivamente. O ano de 2012 representa em torno de 13% das notícias; 2015 corresponde a

¹⁴⁰ Cf. Ribeiro (2019). A autora discute o racismo, na perspectiva do feminismo negro.

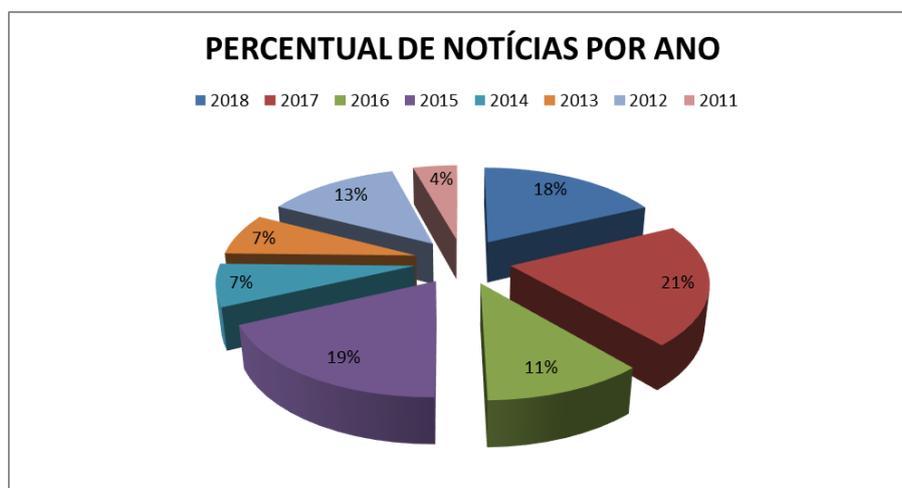
19%, e 2017 a 21% do total de 200 publicações. Seguindo a recomendação de Wodak, em entrevista concedida a Colorado (2010), na análise de notícias, no capítulo VI, levamos em conta esses resultados, mantendo em relevo do domínio (jornalismo), o local (Pernambuco/Brasil), dentre outros vários outros aspectos contextuais que possam ter incidido em uma maior cobertura do JC sobre os(as) pescadores(as) artesanais, nesses anos. A seguir, os GRAF. 10 e 11 mostram, respectivamente, os picos e percentuais de cobertura do JC no total de notícias analisadas:

GRÁFICO 10 - Picos de cobertura jornalística sobre pesca artesanal entre 2011 a 2018



Fonte: Elaboração própria.

GRÁFICO 11 – Percentual de notícias sobre pesca artesanal por ano (2011 – 2018)



Fonte: Elaboração própria.

5.5 Modelo teórico-metodológico de análise de notícias

Conforme anunciamos na introdução da tese e no início deste capítulo, uma das nossas tarefas nesta seção é apresentar o modelo teórico-metodológico para analisar a representação dos(as) pescadores(as) artesanais no discurso do JC. Para tanto, ao final, expomos de forma resumida, no quadro 9, as estruturas linguístico-cognitivas e estratégias discursivas de representação que usamos na análise de notícias, dentro do marco da teoria sociocognitiva (VAN DIJK, 1983, 1995, 1998, 2000, 2003, 2007, 2008, 2015a, 2016a). Isso porque, para compreender como a mídia representa o grupo social é necessário pesquisar nas estruturas e em diversos níveis do discurso, já que estes, segundo Van Dijk (2003), falam, denotam ou representam parte da sociedade (ideias, crenças, normas e valores).

Este modelo analítico visa cumprir o objetivo específico oito (OE8) e seus desmembramentos (OE8.1 e OE8.2), os quais explicitamos no quadro 2. Entretanto, também atende ao objetivo geral desta tese e dialoga com os outros objetivos específicos, buscando estabelecer relações entre sociedade e discurso, mediadas por categorias sociocognitivas, na construção da representação dos pescadores e pescadoras artesanais na imprensa.

Nossa opção de categorias de análise textual não é resultado de uma simples leitura e interpretação das notícias, mas antes de uma escolha de aspectos revelados pelas próprias notícias. Trata-se de “uma consequência do próprio texto e das questões/preocupações de pesquisa” (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 113). Como a linguística vem ampliando suas análises a unidades cada vez mais complexas e incluindo mais níveis e dimensões “desde a sintaxe, à semântica, à pragmática, à interação, à multimodalidade e à cognição”, é difícil gerar novas unidades e níveis (VAN DIJK, 2015a, p. 29). Portanto, empregamos categorias usadas com sucesso em outras investigações sobre a representação de minorias na mídia.

Quanto à sistematização metodológica também buscamos atender à prerrogativa dos ECD que propõem “descrições explícitas e sistemáticas dos objetos analisados, para além da observação ‘impressionista’ que tem caracterizado muitos dos estudos sobre o discurso jornalístico” (VALLEJO, 2002, p. 176). Por isso, utilizamos aproximações e categorias de análise textuais e contextuais. As segundas, conforme discorreremos no capítulo IV, relacionam as estruturas do discurso às diferentes propriedades do contexto, como por exemplo “a posição dos distintos atores na ordem social, as crenças, os estereótipos socialmente difundidos, as ideologias, os modelos mentais ou outros fatores” (VALLEJO, 2002, p. 177). Procuramos relacionar ambos os níveis: textual e contextual.

Em cada categoria que priorizamos nesta análise, consideramos três tarefas com base no trabalho desenvolvido por Vallejo (2002, p. 177): i) identificar as estruturas linguístico-cognitivas; ii) compreender sua função textual na notícia (por exemplo, enfatizar ações de um ator social, invisibilizar ou omitir a agentividade de outros, enfatizar aspectos positivos ou negativos etc.); iii) compreender sua função contextual, explicando “o papel do discurso em um contexto social maior [...], no sentido de perpetuar valores e ideologias, manter a ordem social, apoiar ou desprestigiar um grupo, legitimar ou validar decisões” (VALLEJO, 2002, p. 177).

Centramos nossa análise na semântica e na sintaxe do discurso. Embora o componente pragmático também seja essencial para uma análise discursiva, pois permite identificar os atos de fala no discurso (SEARLE, 1969), bem como “as regras que determinam em que condições estes atos de fala são apropriados em relação ao contexto no qual se utilizam” (VAN DIJK, 1996, p. 47), na presente análise não é uma questão central. Isso porque o discurso jornalístico consiste principalmente em asseverações (e não em promessas, ameaças etc.). Portanto, uma análise pragmática “no sentido estrito não apresentará muito mais que as condições necessárias para o cumprimento adequado das asseverações” (VAN DIJK, 1996, p. 47).

Para analisar o *corpus* adotamos uma metodologia qualitativa, que possibilita uma “descrição detalhada sobre como se constrói, neste caso, o discurso jornalístico” (COLORADO, 2014, p. 109). A ACD, em geral, privilegia o procedimento para examinar como as “estruturas discursivas se tecem no texto e (re)produzem representações sociais” (COLORADO, 2014, p. 109; VAN DIJK, 1985). Também adotamos, quando necessário, critérios quantitativos para identificarmos frequências que consideramos relevantes.

Desenvolvemos esse trabalho a nível semântico (global e local), bem como sintático (local). Em termos globais, investigamos o *corpus* completo e, na análise local, usamos o sistema de amostragem intencional, que se baseia na “seleção de casos ricos em informação, cujo estudo em profundidade serve para iluminar o objeto de estudo e compreender problemáticas centrais ao propósito ou a intenção da investigação” (ZAMORA, 2016, p. 274; PATTON, 2002). No quadro seguir, sintetizamos o modelo teórico-metodológico para análise da representação dos(as) pescadores(as) artesanais nas notícias do Jornal do Commercio:

Quadro 9 – Modelo de análise da representação dos(as) pescadores(as) artesanais no JC

| |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------|
| MODELO DE ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO DOS(AS) PESCADORES(AS) ARTESANAIS NO DISCURSO DO JC |
| PARTE I: DIMENSÃO SEMÂNTICA |
| NÍVEL DO DISCURSO: SIGNIFICADO GLOBAL – ANÁLISE MACROPROPOSICIONAL |

| MACROESTRUTURAS GLOBAIS – MG | | | | |
|--------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| AMOSTRA: CORPUS (200 NOTÍCIAS) | | | | |
| ESTRUTURA LINGUÍSTICO-COGNITIVA | CONCEITO | MÉTODOS NESTA TESE | FUNÇÃO NESTA TESE | ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS DE REPRESENTAÇÃO |
| Temas / Tópicos (VAN DIJK, 1977, 1983, 1995, 1998, 2000, 2008, 2016a) | <p>As macroestruturas semânticas são a reconstrução teórica de noções como tema ou assunto do discurso (VAN DIJK, 1995)</p> <p>Os temas globais representam a informação mais importante do discurso e explicam de que trata este em geral (VAN DIJK, 1995, 2008)</p> <p>Os temas se desenvolvem mediante proposições. São a informação que melhor recordamos de um discurso (VAN DIJK, 1995, 2008)</p> | <p>Leitura detalhada das notícias para identificar as macroestruturas semânticas, aplicando as macrorreglas de organização:</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>Supressão</i> - <i>Generalização</i> - <i>Construção</i> <p>(VAN DIJK, 1995)</p> <p>Organizar e sistematizar os temas em uma tabela e verificar a frequência</p> | <p>Identificar em que temas noticiosos os(as) pescadores(as) artesanais são representados no discurso do Jornal do Commercio</p> <p>Identificar se os temas são positivos ou negativos</p> <p>Analisar como o grupo é representado em cada tema</p> | <p>Quadrado Ideológico (QI)</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>Autorrepresentação</i> * Ênfase em <i>nossos</i> aspectos positivos * Ênfase em <i>seus</i> aspectos negativos * Desenfatar <i>nossos</i> aspectos negativos * Desenfatar <i>seus</i> aspectos positivos - <i>Polarização</i> - <i>Contraste</i> - <i>Diferença</i> (Nós–Eles) <ul style="list-style-type: none"> - Inclusão/Destaque - Exclusão/Ocultação (MARTIN ROJO, 1995, 1997; VIZCARRONDO, 2006a, 2006b) - Agency/Agentividade (COLORADO, 2014) Princípios QI * Ênfase em <i>nossa</i> agentividade positiva * Ênfase em <i>sua</i> agentividade negativa * Desenfatar <i>nossa</i> agentividade negativa * Desenfatar <i>sua</i> agentividade positiva |
| PARTE II - DIMENSÃO SEMÂNTICA | | | | |
| NÍVEL DO DISCURSO: SIGNIFICADO LOCAL – ANÁLISE MICROPROPOSICIONAL | | | | |
| AMOSTRA INTENCIONAL: 64 TÍTULOS | | | | |
| Títulos | <p>Os títulos são um tipo de esquema estrutural da notícia, cujo papel é resumir o tema ou os temas principais da notícia (VAN DIJK, 1990; COLORADO, 2014).</p> <p>Os títulos são a parte mais lembrada da notícia. Correspondem à primeira impressão que o leitor recebe de uma notícia e têm a função de</p> | <p>Identificar, organizar e sistematizar expressões usadas nos títulos para se referir ao grupo. Verificar frequência</p> <p>Organizar e sistematizar marcos temáticos, a partir de estratégias de referenciação para categorizar o grupo</p> <p>Identificar, organizar e sistematizar a</p> | <p>Análise quali/ quanti das expressões usadas pelo JC usa nos títulos para rotular e se referir aos pescadores(as) artesanais</p> <p>Analisar se o JC usa expressões para descrever os atores sociais, que estabelecem uma diferença, contraste,</p> | <ul style="list-style-type: none"> - Propriedades QI <i>Autorrepresentação</i> <i>Polarização</i> <i>Diferença</i> <i>Contraste</i> Nós (positivo) Eles (negativo) - Ênfase / (Des)enfáticação <ul style="list-style-type: none"> - Descrição de Atores Sociais <i>Agentividade</i> <i>Referenciação</i> <i>Papel semântico</i> <i>Grau de descrição</i> <i>Inclusão/Destaque</i> <i>Exclusão/Ocultação</i> |

| | | | | |
|----------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | condensar e destacar o que o jornal quer informar (BRAVO-SEGAL, 2016) Essa estrutura também sinaliza qual é a informação mais importante do texto e, mais especificamente, do discurso jornalístico impresso | associação do grupo social a espaços/lugar de origem (paisagens linguísticas) | polarização <i>Nós-Eles</i> Analisar o papel semântico dos atores sociais nos títulos Analisar o grau de descrição de ações e acontecimentos associados aos atores sociais nos títulos Analisar quanti/quali a que espaços o JC associa o grupo | - <i>Implicatura / Significado implícito</i> - <i>Paisagens linguísticas</i> |
| PARTE III - DIMENSÃO SEMÂNTICA-SINTÁTICA | | | | |
| NÍVEL DO DISCURSO: SIGNIFICADO LOCAL - ANÁLISE MICROTENCIONAL | | | | |
| AMOSTRA INTENCIONAL: 10 NOTÍCIAS + SUBEXEMPLOS + TÍTULOS | | | | |
| Notícias | A notícia tem uma estrutura esquemática convencional com estruturas que, no padrão jornalístico, ajudam o repórter a construí-la e aos leitores compreendê-la. São estruturas de relevância, tais como o título e o lead, que compõem o sumário, além do sublead, <i>background</i> (eventos prévios, contexto, história), comentários e avaliação (VAN DIJK, 1990; VAN DIJK, 2015a). | Definir número de notícias para análise proporcional a cada marco temático, seguindo critério de amostra intencional Escolher notícias representativas dentro de cada marco temático Quando necessário ampliar amostra com subexemplos de notícias e títulos | Analisar o estilo lexical do JC para se referir, rotular, categorizar os(as) pescadores(as) artesanais Analisar como se descrevem os atores sociais e suas ações nas notícias Analisar como se descrevem os acontecimentos associados aos pescadores e a outros atores sociais | - Propriedades do QI <i>Autorrepresentação Polarização Diferença Contraste</i> Nós (positivo) Eles (negativo) - Ênfase / (Des)ênfase - Estilo lexical - Inclusão/Ênfase - Exclusão/Ocultação - Descrição de atores sociais <i>Agentividade Referenciação Papel semântico Grau de descrição Inclusão/Destaque Exclusão/Ocultação</i> - <i>Implicatura / Significado implícito</i> - Discurso Referido: <i>De poder Das minorias</i> (verbos introdutórios de opinião, expressões modais, outros) |

Fonte: Elaboração própria.

Tendo em vista que o discurso “é muito complexo e define muitos níveis de estruturas, todos com categorias e elementos que se combinam de mil maneiras” (VAN DIJK, 2008, p. 39), no modelo detalhado no quadro acima, apresentamos e resumimos os seguintes elementos:

1) **Dimensão:** especificamos a dimensão de análise do discurso, pois este possui estruturas que não se explicam em termos de níveis gramaticais. Portanto, nosso modelo identifica as dimensões do discurso, já que estas também se encontram nos diversos níveis (sintático, semântico, retórico etc.) (VAN DIJK, 1983; VALLEJO, 2002).

2) **Nível:** No discurso é possível distinguir as estruturas locais e as estruturas globais. As primeiras se referem às frases e as relações imediatas entre estas, enquanto as segundas pertencem a unidades do discurso maiores, tais como parágrafos, seções ou os discursos como um todo. Para Van Dijk (1983) devemos diferenciar as microestruturas das macroestruturas, as quais estão relacionadas, determinando-se uma à outra.

3) **Conceito:** nosso modelo apresenta resumidamente os conceitos de cada uma das estruturas linguístico-cognitivas que analisamos nas notícias. Entretanto, no capítulo VI, teorizamos sobre cada uma delas e explicamos como as usamos na nossa análise.

4) **Métodos:** explicamos as técnicas e passo a passo que usamos na análise dos textos.

5) **Funções:** relatamos qual a função que cada categoria/estrutura linguístico-cognitiva tem nesta investigação, ou seja, de que modo a tomamos na nossa análise.

6) **Estratégias:** detalhamos as estratégias discursivas de representação que aparecem nas ideologias subjacentes do discurso jornalístico. As *estratégias* são formas da ação, de caráter cognitivo, que envolvem intenções para atingir algum objetivo (VAN DIJK; KINTSCH, 1983). Por exemplo, o jornalista pode ter a intenção de construir uma representação negativa dos(as) pescadores(as) artesanais para deslegitimar o grupo. Para isso, pode lançar mão da *agentividade* “como estratégia de representação, a nível semântico, para que se alcance este objetivo” (COLORADO, 2014, p. 55). Nesse escopo, identificamos as propriedades do discurso que mostram as variações ideológicas dos modelos contextuais subjacentes, dos modelos de acontecimentos e das atitudes sociais.

No que tange ao procedimento de análise, no próximo capítulo, desmembramos os elementos supramencionados em três partes. Em cada uma delas teorizamos sobre cada nível, estrutura linguístico-cognitiva, bem como as estratégias discursivas que usaremos para analisá-la. Logo após as fundamentações teóricas, seguimos os métodos e respectivas funções que traçamos para o tratamento dos dados, abordando-os de forma qualitativa e, quando necessário, quantitativa, sempre a partir de amostras intencionais, cuja organização e sistematização explicamos a cada nível. A ideia é atendermos aos fundamentos dos ECD que demandam uma análise do discurso explanatória e interpretativa e, ainda, apresentarmos as categorias e análise da forma mais didática possível, correlacionando teoria com aplicação.

6. ANÁLISE DE NOTÍCIAS

Eu sou um homem invisível. Não, eu não sou um fantasma [...]. Eu sou um homem concreto, de carne e osso, fibra e líquidos e de mim pode-se até dizer que tenho inteligência. Eu sou invisível, entenda-se, simplesmente porque as pessoas recusam-se ver-me [...]. Quando eles se aproximam de mim, eles veem apenas o que me cerca, se veem eles mesmos, ou construções de sua imaginação – na realidade, tudo, exceto eu mesmo.
(RALPH ELLISON, 2020)

6.1 Apresentação

A construção deste capítulo alterna teoria – análise – teoria. Nosso intuito é, por um lado, desenvolver teórica e metodologicamente o modelo analítico da representação dos(as) pescadores(as) artesanais, que apresentamos resumidamente no quadro 9, no capítulo V. E, por outro, aplicá-lo na análise do *corpus* e de *amostras intencionais*, buscando responder questões que levantamos no quadro 2, relativas ao OE8 desta tese.

Como a análise de discurso é bastante complexa e define várias dimensões, níveis, estruturas e estratégias, que se combinam de muitas formas, propositalmente, decidimos não discorrer sobre esses aspectos antes. Além de demandar mais um capítulo teórico, esse conteúdo ficaria distante da sua aplicação e não atenderia à estratégia de construção desta tese definida na introdução (vide FIG. 1).

Assim, dividimos o presente capítulo em três partes, que dão conta dos principais aspectos nas notícias, mas não esgotam todas as possibilidades analíticas e nem todas as categorias linguístico-cognitivas relevantes. Nossa escolha se deve a questões de prazo e de espaço que nos obrigam a delimitar nossa pesquisa, também tendo em vista que esta tem caráter exploratório e os resultados iniciais podem ser ampliados e aperfeiçoados no futuro.

Nos centramos em estruturas e estratégias do discurso do Jornal do Commercio, que envolvem tanto a cognição pessoal quanto a social, priorizando aquelas que podem naturalizar a ordem social e reforçar práticas que geram relações de desigualdade, exclusão ou marginalização social dos(as) pescadores(as) artesanais. Para tanto, analisamos como estas se relacionam mutuamente e, ainda, como se inserem nas dimensões históricas, culturais, sociais, políticas e comunicativas, sobre as quais tratamos em capítulos anteriores.

Na primeira parte, analisamos o significado global das notícias em *macroestruturas semânticas* (VAN DIJK, 1977; VAN DIJK; KINTSCH, 1983), especificamente no que tange a

representação dos(as) pescadores(as) artesanais. A abstração macrossemântica nos ajuda na análise global do nosso *corpus* de estudo, pois proporciona um panorama geral do conteúdo do discurso do Jornal do Commercio sobre o grupo social em questão, antes de passarmos para outros níveis.

Além de serem as partes mais globais dos modelos mentais (VAN DIJK, 2016a), as macroestruturas ou *temas* são provavelmente as estruturas do discurso com mais efeito na construção e no processamento deles (VIZCARRONDO, 2006a), sendo representações valorativas que podem gerar ou reforçar estereótipos (VAN DIJK, 1998), o que também nos interessa sobremaneira observar. Em suma, identificamos *em que temas os(as) pescadores(as) artesanais são representados no discurso do JC*.

Neles, investigamos estratégias discursivas ideológicas de *pertencimento* (a um grupo social), englobando *inclusão/destaque* e *exclusão/ocultação* de atores sociais e acontecimentos (VAN DIJK, 1998; MARTIN ROJO, 1995; VIZCARRONDO, 2006a, 2006b). Mecanismos esses usados pelos jornalistas e veículos para destacar as crenças “e os valores atribuídos às proposições asseveradas no texto” (VIZCARRONDO, 2006a, p. 146).

Analisamos ainda a estratégia de *agentividade*, examinando os papéis temáticos, também chamados de funções semânticas de atores sociais (CASTAGNANI; COLORADO, 2009; COLORADO, 2014). Nesta e nas partes subsequentes, aplicamos na análise de todas as estruturas e níveis do discurso do JC o Quadrado Ideológico (VAN DIJK, 1998, 2005c, 2008, 2015a).

Na segunda parte do capítulo, examinamos o significado local, especificamente nos *títulos*, que são macroproposições semânticas e fazem parte da estrutura esquemática das notícias (VAN DIJK, 1990). Nessa categoria linguístico-discursiva, investigamos as ideologias subjacentes na *descrição de atores sociais*. Verificamos ainda o *grau ou nível de descrição* na construção da representação dos(as) pescadores(as) artesanais, bem como a estratégia de *referenciação* que trata sobre a construção de objetos-do-discurso (KOCH; ELIAS, 2006).

Quanto aos métodos, nesta fase, usamos uma variação da amostragem intencional baseada em descrições nominais e investigamos a que *marcos temáticos/frames* estas são associadas. Nessa análise, intercalamos critérios quantitativos e qualitativos sobre os quais tratamos à medida que geramos as amostras e desenvolvemos as análises. Outras tessituras textuais que encontramos nesse percurso ditam nosso processo analítico, a exemplo da associação dos(as) pescadores(as) artesanais a paisagens linguísticas, nos títulos noticiosos.

Na terceira parte, examinamos a nível local *como* e *quais* atores/grupos sociais estão representados nas notícias sobre pesca artesanal e, ainda, *como* e *quais* eventos sociais são

narrados ou descritos (FALCONE, 2008; CASTAGNANI, COLORADO, 2009). Para tanto, investigamos nas notícias completas a *descrição de atores sociais*, envolvendo tanto a *seleção léxica* quanto o *grau de descrição* dos pescadores e pescadoras, em termos da sua pessoa e das suas ações (VAN DIJK, 2008).

Outra estratégia que analisamos, nessa etapa, é a *referenciação* (KOCH; ELIAS, 2006). Especificamente, observamos as nominalizações ou rotulações usadas pelos jornalistas para se referir ao grupo nas notícias. Examinamos ainda o *discurso citado ou referido*, que diz respeito aos “diversos modos de representação no discurso, de falas atribuídas a instâncias outras que não as do locutor” (CHARAUDEAU; MANGUENEAU, 2004, p. 173). Nossa análise se debruça sobre o “discurso de poder das elites” e o “discurso das minorias” nas notícias, conceitos esses que explicamos a partir da proposta analítica de verbos introdutores de opinião nas notícias de Marcuschi (1991).

Nesta última parte, também organizamos amostras intencionais com base nos marcos temáticos/*frames*, optando por casos singulares e representativos no conjunto total de textos. Tendo em vista que a essa altura analisamos as notícias completas, as categorias linguístico-cognitivas e estratégias discursivas são cumulativas. Ou seja, nos centramos nas estratégias sobre as quais discorreremos e analisamos ao longo do capítulo e outras que, porventura, possam aparecer nos textos.

PARTE I - SIGNIFICADO GLOBAL

6.2 Macroestruturas semânticas / temas

Quando falamos em *significado é no sentido da interpretação*, como na perspectiva da filosofia da linguagem, da psicologia e da maioria das ciências sociais. Essa noção nesses marcos teóricos se refere:

ao tipo de coisas que os usuários da linguagem atribuem a cada expressão em processos de *interpretação* ou *compreensão*. Isto também permite à variação contextual: um falante e um receptor podem atribuir (pensar, interpretar, inferir) distintos significados à mesma expressão e, claro, a mesma expressão pode, por conseguinte, significar distintas coisas em diferentes contextos. Deste modo, *os significados do discurso e da linguagem em uso são contextuais e situados, e dependem (da interpretação) dos participantes* (VAN DIJK, 2016a, p. 258 – 259, grifos nossos).

Baseado em Van Dijk (1985, 1990), Colorado (2014, p. 54) explica ainda que, enquanto propriedade mental, *o significado é uma estrutura construída pelos usuários da linguagem e vinculada a outros elementos cognitivos*, dentre eles, objetivos, intenções, opiniões e mesmo valores, ideologias e preconceitos tanto a nível individual, quanto social. O discurso conta com significados globais e locais (VAN DIJK, 1977, 1983, 1990). Neste nível, nos concentramos nos primeiros, porque “representam a informação mais importante do discurso e explicam de que trata este em geral” (VAN DIJK, 2008, p. 59).

A macroestrutura é o assunto, o tema, a ideia, o sentido geral de um texto. Koch e Elias (2009, p. 183) ensinam que “todo texto se desenvolve a partir de um tema ou tópico discursivo. Ao longo do texto, o tema ou tópico vai sendo dividido em blocos - os subtópicos -, direta ou indiretamente relacionados com o tema em andamento”.

Na análise macroestrutural do discurso do JC utilizamos dois modelos teóricos indicados por Vizcarrondo (2006a, 2006b). Um deles advém da gramática semântica formal (VAN DIJK, 1977, 1980, 1983, 2002), possibilitando a descrição das “estruturas semânticas que constroem o sentido ou significado do texto (as macroestruturas ou tópicos)” (VIZCARRONDO, 2006a, p. 147). O segundo é o modelo sociocognitivo (VAN DIJK, 1998, 2008, 2012, 2015a, 2016a), que vincula “as macroestruturas aos aspectos contextuais (os processos cognitivos e as práticas sociais) que moldam sua produção e compreensão” (VIZCARRONDO, 2006a, p. 148).

Todo texto possui uma estrutura que pode ser denominada de *estrutura do texto*. Esta se divide em três níveis diferentes de organização: i) *microestrutura*, que é a organização menor em que se organiza o texto; ii) *macroestrutura* que um nível mais complexo e diz respeito ao *significado global* do texto e, ainda, iii) a *superestrutura* que tem a ver com a tipologia ou gênero textual (VAN DIJK, 1977, 1980; RENGIFO, 2019). Especificamente, as macroestruturas são as *estruturas semânticas globais do discurso*, ou seja, dizem respeito ao *significado global* ou *tópico*¹⁴¹ e proporcionam a coerência e organização global do discurso como um todo.

Entretanto, em vez de falarmos de coerência entre orações ou entre proposições ou entre eventos no mundo, falamos em *modelos mentais que proporcionam essa coerência ao discurso*. Por exemplo, não é o evento em si que oferece essa coerência para um usuário da linguagem que fala e outro que compreende, pois na interação os interlocutores não estão se referindo diretamente a esse evento. Eles estão *pensando nesse evento*, portanto, é um processo cognitivo,

¹⁴¹ A noção de *tópico discursivo* é de natureza semântico-cognitiva (FALCONE, 2008) e não se refere a tópicos funcionais globais, que definem o que é velha informação em um discurso. Cf. Van Dijk (2016a).

é um modelo mental. Desse modo, um discurso é coerente quando o usuário da linguagem tem um modelo mental a respeito dele, ou seja, quando ele(a) tem uma representação da realidade¹⁴².

No domínio jornalístico, o tema é uma definição daquilo que é importante para as “para as *intenções* comunicativas do jornalista ou do jornal” (VAN DIJK, 1983, p. 95). Isso também vale para os leitores, que depois de lerem uma notícia são capazes de dizer qual é o tema ou os temas dos que esta trata. Eles também conseguem estabelecer relações entre as macroproposições, o que possibilita a construção de uma rede causal. Entretanto, a interpretação, ou seja, o significado que o leitor atribui ao texto noticioso vai depender de suas crenças e do seu conhecimento prévio do mundo, ou seja, de seus modelos mentais (GUALBERTO, 1999).

Para explicar esse processo, podemos dizer que quando o jornalista escreve uma notícia, ele faz uma escolha de que atores ou grupos sociais estarão presentes no relato jornalístico, como estes serão retratados, quem orientará o ponto de vista do acontecimento, quais serão os dados e citações privilegiadas, dentre outros aspectos que incidem na construção do tópico discursivo (FALCONE, 2008). E, retomando o que já discutimos nos capítulos II e V, essa construção, por sua vez, é:

irremediavelmente social e individual, pois resulta das experiências vividas pelo repórter no processo de apuração da história; da convivência com as pessoas as quais teve acesso para essa apuração; da orientação ideológica do próprio repórter e como a orientação ideológica do jornal para o qual trabalha interfere em sua escrita; do tempo disponível para aprofundar a apuração do caso; e até mesmo do tempo disponível para escrita do texto (FALCONE, 2008, p. 124)

Nesse sentido, os tópicos/temas incidem fortemente na construção do discurso do jornal e no seu efeito sociocognitivo, pois, operam na construção dos modelos mentais dos leitores sobre atores e grupos sociais ou sobre os acontecimentos abordados (FALCONE, 2008). É por isso inclusive que o tema é a informação que melhor lembramos de uma notícia ou de qualquer outro gênero textual. Entretanto, o discurso também pode exibir outras estruturas globais que devem ser analisadas em termos de ação, interação, de atos de fala e de contexto pragmático.

Por serem semânticas, as macroestruturas se formulam por meio de *proposições*, da mesma forma que acontece com as orações a nível da microestrutura. Uma proposição se refere ao sentido ou significado de uma oração (VAN DIJK, 2019; COLORADO, 2014). “A diferença é que *as proposições do significado global representam o conteúdo geral do discurso, pois são uma derivação dos significados locais*” (COLORADO, 2014, p. 119).

¹⁴² VAN DIJK, T. A. Notas de orientação. Estágio de Doutorado/Capes: de outubro de 2018 a maio de 2019. *Universitat Pompeu Fabra / Centro de Estudos do Discurso, Barcelona.*

Por exemplo, no trecho da notícia que apresentamos no capítulo IV, em que o tema é *Pescadores fraudam o Estado*, os “pescadores” representam o argumento global do conjunto de orações e, ainda, uma *macrofunção* ou *macropapel semântico*, que se deriva desse conjunto de orações. Nesse texto, o grupo exerce a macrofunção de argumento agente responsável por uma série de ações negativas, sendo a principal delas a de fraudar os cofres públicos. Se levamos essa proposição para um nível mais alto de abstração, podemos dizer que o tema é: *Pescadores são corruptos* e, se abstrairmos ainda mais, o marco temático associado aos pescadores e pescadoras poderia ser *Corrupção, Delinquência*¹⁴³. Van Dijk (2008) afirma que proposições como estas aparecem com frequência nas manchetes dos jornais.

Segundo o investigador, embora as macroestruturas caracterizem “de forma abstrata o significado de todo o discurso ou de um fragmento extenso, também se formulam no próprio texto, por exemplo, nos resumos, nos títulos ou nos subtítulos” (VAN DIJK, 2008, p. 59). Assim, as macroestruturas são uma *explicação teórica* que se refere ao significado global de um discurso e têm uma natureza hierárquica (VAN DIJK, 1977, 1980, 1983). Por exemplo, em níveis superiores tem o tema ou assunto mais geral do texto e, nos níveis inferiores, encontram-se os assuntos mais locais (VAN DIJK, 1983). De modo que a macroestrutura é um conjunto de macroproposições do texto, tanto as globais quanto as locais (GUALBERTO, 1999). Vizcarrondo (2006a) diz que, em geral, “*se o leitor não tiver uma leitura alternativa do discurso, são os tópicos os que dirigem o modelo do acontecimento, facilitando assim o processo de compreensão* (VIZCARRONDO, 2006a, p. 7, grifos nossos).

Colorado (2014, p. 118) ensina que, numa perspectiva cognitiva, a macroestrutura é uma abstração, sendo “uma estrutura mental que se deriva dos significados locais do texto através de macrorregras cognitivas”. Dentre elas, a *supressão, generalização e construção*¹⁴⁴, as quais “transformam a informação semântica, reduzindo, abstraindo e hierarquizando o conteúdo proposicional” (GUALBERTO, 1999, p. 7). Em outras palavras, se referem a generalizações que podemos fazer e informações que podemos suprimir ou agrupar numa classificação mais global e abstrata e resumir numa macroproposição. Na prática, as pessoas aplicam as macrorregras de diversas maneiras, conforme Van Dijk (1995) explica:

Intuitivamente sabemos que cada leitor/ouvinte encontrará *importantes* ou *pertinentes* diferentes aspectos do mesmo texto, segundo a tarefa, os interesses, o conhecimento, os desejos, as normas e os valores do usuário: estes, em conjunto, definem o estado

¹⁴³ COLORADO, R.C.R. Notas de orientação. Estágio de Doutorado/Capes: de outubro de 2018 a maio de 2019. Centro de Estudos do Discurso. Barcelona.

¹⁴⁴ Cf. Van Dijk (1977, 1980, 1993, 1995), Van Dijk; Kitsch (1983).

cognitivo contextual particular do usuário de uma língua, no momento em que interpreta o texto (VAN DIJK, 1995, p. 52).

Essa explicação é relevante neste trabalho por dois motivos. Primeiro, porque sabemos que quando lemos, assistimos ou escutamos uma notícia na mídia, não somos capazes de lembrar palavra por palavra do discurso jornalístico, já que a nossa memória não tem a capacidade de guardar a microestrutura textual (palavras, frases, orações) (COLORADO, 2014). E, segundo, porque a definição dos temas é um processo cognitivo que dialoga com os nossos interesses, valores, conhecimento, ideologia e outras crenças sociais, bem como com nosso modelo (mental) de evento, de experiência e contextual (da situação comunicativa).

De modo que nossas crenças também incidem na nossa interpretação da notícia *e este trabalho não foge a essa regra*. É nesse sentido que Vizcarrondo (2006a, p. 146) explica que a abstração de macroproposições requer uma teoria cognitiva que considere que os usuários da linguagem “em vez de utilizar as macrorregras formais para identificar e compreender os tópicos de um discurso, aplicam uma série de macroestratégias de interpretação (processos mentais), influenciadas por seus conhecimentos, sua ideologia, suas opiniões pessoais e sociais”.

Devido a essa subjetividade, os temas, tal como definidos pelos jornais, são selecionados entre um leque de assuntos que podem se centrar em *diferenças, desvios, transgressões, ameaças* e mesmo *competições socioculturais*, especialmente quando se trata de minorias ou grupos subalternizados (VAN DIJK, 2008, 2015a). E, portanto, eles podem expressar ideologias, atitudes e mesmo opiniões pessoais dos jornalistas. A subjetividade também implica que não é possível afirmar que *um texto tem um tema/tópico*. Na realidade, essa macroinformação é atribuída à notícia pelo escritor ou leitor e, por isso, os temas são unidades cognitivas, ou seja, modelos mentais (VAN DIJK, 2002b).

Por exemplo, podemos dizer que o tema do exemplo no capítulo IV, *Pescadores fraudam o Estado*, resulta da opinião de membros de órgãos públicos, baseada em um ponto de vista ou ideologia capitalista, neoliberal e que, por ser uma opinião social, é uma atitude negativa da elite governamental contra os(as) pescadores(as) artesanais. É evidente que tais cognições são compartilhadas pelo repórter que produziu a notícia e pelo Jornal do Commercio, que a publicou e circulou. Articuladas por meio de estereótipos e preconceitos, macroestruturas como esta podem se expressar em diversas categorias e níveis do texto. A esse respeito Van Dijk (1998) elucida:

Os estereótipos e preconceitos baseados na ideologia podem, assim, destacar-se duas vezes, a saber: *pela sua importante função semântica de tópico* que organiza as microestruturas semânticas de um discurso, e *pela sua ênfase esquemática* no início

ou na parte superior de uma história (frequentemente marcada por gráficos especiais, tais como títulos em toda página, ou pela entoação especial em um diálogo conversacional (VAN DIJK, 1998, p. 332).

É por isso também que, dentre as estruturas discursivas, talvez os tópicos noticiosos tenham um efeito mais importante na construção e processamento posterior dos modelos mentais dos leitores. O que significa que *os temas encabeçam o modelo e podem ser acessados no processamento de um discurso*. Especificamente, quando “as pessoas lembram algo de um discurso, após um tempo, é o tópico e, talvez, alguns detalhes que são pessoalmente mais importantes para o receptor” (VAN DIJK, 1998 p. 332).

Por outro lado, os tópicos expressados no discurso “sugerem macroestruturas preferidas de modelos de acontecimento” (VAN DIJK, 1998, p. 332). Devido a que estas se mantêm mais acessíveis para os usuários da linguagem, após um período, elas também fornecem os “fatos” usados em argumentações que sustentam opiniões ideológicas. E, enquanto estruturas do modelo, “serão utilizadas para uma abstração e generalização posteriores e, portanto, *como a base para a confirmação ou construção de atitudes ideológicas e ideologias mesmo*” (VAN DIJK, 1998, p. 332, grifos nossos). Isso também faz dos temas essenciais “na formação e acessibilidade de *modelos ideológicos preferidos* e, portanto, indiretamente, na formação ou confirmação das ideologias” (VAN DIJK, 1998, p. 332, grifo nosso).

A exemplo do que ocorre com o significado, *as macroestruturas estão implícitas no discurso*. Contudo, o discurso tem *marcadores macrossemânticos* que facilitam a sua produção e compreensão e que costumam estar ao início do texto, inclusive destacados. Desse modo, se pode usar as macroproposições “para interpretar palavras e orações locais e construir coerência sequencial local no discurso” (VAN DIJK, 2016a, p. 349). Para ilustrarmos isso, reproduzimos a *apresentação*¹⁴⁵, na versão online, do exemplo que estamos analisando:

¹⁴⁵ A apresentação de um jornal engloba o projeto gráfico (diagramação e design), desde a manchete de capa, o tamanho, as fontes, seus tamanhos, se são ou não negritadas, além das fotografias e muitas outras propriedades que “expressam significados subjacentes e hierarquias semânticas que, por sua vez, são instrumento para a formação de modelos por parte do leitor” (VAN DIJK, 1997, p. 61).

FRAUDE

CGU vê fraude em dois de cada três benefícios do 'bolsa pescador'

Custo com beneficiados por fraude pode chegar a R\$ 1,5 bilhão ao ano aos cofres do governo

Publicado em 04/10/2017, às 08h38



CGU identifica irregularidades no pagamento de bolsa pescador

Foto: Agência Senado

Estadão Conteúdo

Fonte: JC – 04.10.2017.

Inicialmente, podemos dizer que os títulos são sequencialmente independentes. Enquanto o antetítulo enquadra a notícia como “fraude”, o segundo título (linha fina ou sutiã) é mais específico, pois praticamente repete o título principal da notícia com mais detalhes. Como teorizamos anteriormente, isso é frequente “no caso de uma macroestrutura hierárquica, em que cada nível mais alto resume a informação dos mais baixos” (VAN DIJK, 2016a, p. 349). Por exemplo, *a nível local*, notamos uma estratégia ideológica de inclusão/destaque de atores e acontecimentos, reforçada por outra estratégia retórica de repetição, que enfatizam a ação negativa de “fraudar” imputada aos pescadores(as) artesanais, como podemos observar nas seguintes palavras, expressões e orações grifadas da notícia:

- 1 *Fraude*
- 2 *CGU vê fraude* em dois de cada três benefícios do 'bolsa pescador'
- 3 Custo com *beneficiados por fraude* pode chegar a R\$ 1,5 bilhão ao ano
- 4 aos cofres do governo
- 5 *CGU identifica irregularidades* no pagamento do bolsa pescador

Ou seja, o que é representado no discurso a nível macroestrutural também aparece nas microestruturas locais. Temas como este (Pescadores fraudam o Estado) são sobremaneira danosos para um grupo social historicamente marginalizado, pois legitimam velhos preconceitos e, conseqüentemente, práticas sociais excludentes.

Esse processo pode ser ainda mais nocivo quando os leitores *não conhecem* bem o grupo social ou “não têm mais acesso aos detalhes do discurso ou ao modelo mental que o interpreta” (VAN DIJK, 2016a, p. 350). Nesses casos, as pessoas acabam se lembrando apenas dos tópicos centrais das notícias que possivelmente se repetem, em diversos discursos institucionais, reforçando assim modelos mentais e representações sociais enviesadas ou preconceituosas sobre o grupo.

Isso significa que se o Jornal do Commercio gera temas negativos sobre os(as) pescadores(as) artesanais, essa confecção semântica não só se replicará nos significados locais das notícias, mas incidirá na compreensão das pessoas sobre o grupo social e os acontecimentos ligados a este. Principalmente, se tais temas são recorrentes e difundidos massivamente.

Por outra parte, o *controle de temas noticiosos* que recebem cobertura na imprensa, bem como a *manipulação temática* exercida pelos donos de empresas de comunicação e/ou jornalistas também podem formar modelos mentais estereotipados sobre determinados grupos sociais e acontecimentos. Nesse sentido, o acesso, o controle e a manipulação temática por parte dos meios de comunicação de massa influenciam as experiências pessoais interpretadas subjetivamente e as crenças compartilhadas, (re)produzindo representações sociais tendenciosas sobre minorias. A esse respeito Van Dijk (2015a) comenta:

[...] muitos temas rotineiros na cobertura a grupos, instituições [e pessoas de minorias] tendem a ser ignorados, tais como sua contribuição para a economia, a organização política, a cultura e os tópicos que em geral caracterizam a vida diária das minorias e sua própria contribuição ativa para a sociedade como um todo. Assim, em muitos aspectos, exceto quando se envolvem em conflitos ou problemas, as minorias tendem a ser negadas pela imprensa (BOSKIN *apud* VAN DIJK, 2015a, p. 174).

Em suma, os tópicos expressados com proeminência na mídia têm um papel essencial na formação e reprodução de modelos mentais e representações sociais, como constataremos na análise global do nosso *corpus* de investigação. Neste nível de análise, o significado não se restringe às palavras, frases ou orações das notícias, mas ao conteúdo epistêmico e ideológico global, expressado através do significado do discurso, isto é, nas macroestruturas semânticas.

6.2.1 O Quadrado Ideológico (QI)

Este instrumento de análise nos possibilita identificar estratégias ideológicas no discurso noticioso, dispondo do que Van Dijk (2008, p. 40) denomina de “uma heurística mais prática”. Para formulá-la, o investigador organiza a natureza das ideologias, em um esquema básico e

típico de um grupo que assinala “a informação fundamental com que se *identificam* e *categorizam* seus membros” (VAN DIJK, 2008, p. 40, grifos nossos).

Sabemos, por exemplo, que as ideologias “organizam às pessoas e à sociedade em termos polarizados. O pertencimento a um grupo, antes de nada, tem a ver com quem *pertence* ou não ao grupo e como nos diferenciamos dos demais graças às *ações, objetivos, normas e recursos do grupo*” (VAN DIJK, 2008, p. 41). Apresentamos a organização desse esquema na seção 4.3.2.1.1, no capítulo IV.

O que nos interessa pontuar neste capítulo é a utilidade metodológica do Quadrado Ideológico na nossa análise da representação dos(as) pescadores(as) artesanais no discurso do JC. Este método é baseado na subjacente *polarização* endogrupo-exogrupo das ideologias, que envolve a apresentação dos *nossos aspectos positivos* e *os aspectos negativos dos Outros/Eles*. Isso também é o caso da *mitigação* dos *nossos aspectos negativos* e *os aspectos positivos dos Outros/Eles*. Trata-se de estratégias ideológicas implicadas tanto na (re)produção discursiva da dominação (VAN DIJK, 2015a), quanto no discurso de resistência (FOX; HEINZ, 2019).

Outra característica do Quadrado Ideológico, enquanto método de análise, é que este se aplica a todos os níveis do texto, a vários movimentos e estruturas, a partir de quatro princípios da (re)produção ideológica no discurso: *i) Expressar/Enfatizar nossos aspectos/informações positivos; ii) Expressar/Enfatizar os aspectos/informações negativos dos outros; iii) Desenfatizar nossos aspectos/informações negativos e; iv) Desenfatizar os aspectos/informações positivos dos outros* (VAN DIJK, 1998; 2005c, 2008, 2015a). Desse modo, esta ferramenta nos permite analisar a polarização do endogrupo-exogrupo, envolvendo tanto a exaltação do primeiro quanto a derrogação do segundo, que pode ser realizada de várias formas e em muitos níveis de discurso.

Em outras palavras, este princípio consiste na *expressão* ou *supressão* de informação em benefício de quem produz o texto, sendo uma estratégia global importante na comunicação ideológica (VAN DIJK, 1998). Por exemplo, a seleção de um tópico, a nível global, ou de uma informação, a nível local, sofre restrições dos modelos contextuais, mas também em função “das estruturas das ideologias subjacentes e das representações sociais e modelos controlados por elas” (VAN DIJK, 2005b, p. 20).

Todos esses aspectos incidem na expressão de proposições que o produtor do discurso pensa ou decide que o receptor deveria saber. Tal seleção, obviamente, é ideológica e pende em benefício de quem produz o discurso. Percebemos, desse modo, que estruturas polarizadas “desempenham um papel crucial na expressão, na aquisição, na confirmação e, portanto, na reprodução da desigualdade social” (VAN DIJK, 2015a, p. 14).

Para Richardson (2007), este aparelho conceitual aborda estratégias de referência, que se caracterizam pela *autorrepresentação* positiva e, simultaneamente, a *representação negativa do Outro*. Consiste em uma maneira de perceber e representar o mundo e, especialmente, as nossas ações e as ações dos outros, além de posições e papéis, especialmente no domínio jornalístico, tendo em vista que forma e conteúdo do gênero noticioso são sempre ideológicos.

Em suma, neste trabalho, *o quadrado ideológico nos permite observar em todos os níveis do discurso estratégias de significado e referência, utilizadas em termos positivos para se referir a “Nossas” (endogrupo) características e atividades e negativos em relação a “Eles” (exogrupo)*. Exemplo disso são as *estratégias hiperbólicas*, que tipificam a informação, enfatizando nossos aspectos e ações positivas e enfatizam negativamente os outros, seus aspectos e suas ações. E, por outro lado, os *eufemismos* que desenfaticam nossas ações negativas e desenfaticam as ações positivas de grupos opositores (VAN DIJK, 1998, 2008, 2005c, 2015a).

6.2.2 Inclusão/destaque e exclusão/ocultação

Um aspecto do *significado global* que analisamos nas macroestruturas é a estratégia discursiva que articula processos de *inclusão/destaque* e *exclusão/ocultação* de atores sociais e acontecimentos nas notícias. Realizamos essa tarefa com base em Martin Rojo (1995, 1997) e Vizcarrondo (2006a; 2006b), para quem incluir ou excluir determinados acontecimentos ou atores nos tópicos jornalísticos são “mecanismos que constituem as identidades discursivas e aspectos ideológicos que se formam no discurso” (VIZCARRONDO, 2006a, p. 145). Isso significa que para a conformação das identidades discursivas *Nós-Eles* “muitas vezes não se detalham os critérios que compõem essa coletividade”, incidindo nos processos de representação de atores sociais e mesmo dos acontecimentos (VIZCARRONDO, 2006b, p. 57).

No seu estudo sobre os eventos de 11 de setembro de 2001, Vizcarrondo (2006a) investiga a configuração de “*Nós*”, América Latina e Estados Unidos, e “*Eles*”, terroristas, árabes, Talibã, Osama Ben Laden etc., no discurso de jornais latino-americanos. A autora apura que a representação desses atores sociais, no discurso da imprensa, resulta dos processos de inclusão/exclusão de acontecimentos e de atores sociais, sendo, nas suas palavras, chocante e absurda se considerarmos que a “América Latina tem sido historicamente tratada pelo discurso e ações dos Estados Unidos como o ‘*Eles*’ ou o ‘*Outro*’” (VIZCARRONDO, 2006b, p. 57).

Com base nas reflexões da investigadora porto-riquenha, entendemos que contradições como essa se ocultam na *ambiguidade* e mesmo no *ocultamento discursivo*, baseados em

processos de inclusão e ocultação de eventos e atores, os quais se encontram sujeitos a interesses de grupos de poder. A nível local, segundo Vizcarrondo (2016a, p. 146), tais associações de grupos se realizam “por meio do *shifting distribution* do pronome *Nós*, que muda de referente numa mesma oração”.

Para a autora, a “evocação implícita entre esses referentes poderia ser rejeitável para o locutor (o jornalista); apesar disso, este se vê subsumido irremediavelmente nela” (VIZCARRONDO, 2006a, p. 146). Ou seja, ao optar pela inclusão de certos atores ou acontecimentos, o repórter aceita implicitamente os procedimentos de exclusão. Mais especificamente, devido aos seus modelos pessoais e crenças sociais este se integra a “*Nós*”.

Na explicação de VIZCARRONDO (2006a, p. 146), isso ocorre por conta da “ameaça de exclusão e da necessidade de fazer parte de um coletivo”. Podemos dizer que o mecanismo ideológico de *pertencimento* absorve o locutor, que dificilmente questiona ou se questiona sobre a pertinência da divisão entre grupos/atores sociais ou da rejeição de certos grupos. Em outras palavras, o jornalista se vê compelido por afinidade ou por necessidade a se identificar com “*Nós*” (MARTIN ROJO, 1995; VIZCARRONDO, 2006a).

A estratégia de inclusão ou exclusão de acontecimentos e atores como tópicos/temas noticiosos é definida por VIZCARRONDO (2006a, p. 146) “como um *ato de fala assertivo* que o jornalista utiliza para destacar as crenças e os valores atribuídos às proposições asseveradas no texto”. Desse modo, o repórter emite “opiniões sobre os assuntos públicos e os atores sociais protegido pela imagem de objetividade” (VIZCARRONDO, 2006a, p. 146) e, obviamente, de outros valores jornalísticos. Desse modo, a imprensa acaba articulando um “Eu homogêneo ou *Nós*, representantes do normal, frente a Vocês ou Eles, representantes do anormal” (VIZCARRONDO, 2006a, p. 146).

6.2.3 Agentividade/*agency*

Tendo em vista que a semântica (significado e referência) nos ajuda a distinguir tipos de argumentos, bem como os predicados (VAN DIJK; KINSTCH, 1983; VAN DIJK, 1995) e como os mesmos se usam nos assuntos gerais da mídia (VAN DIJK, 2008; COLORADO, 2014), outro aspecto que analisamos a nível global é o papel semântico dos(as) pescadores(as) artesanais em temas noticiosos do Jornal do Comercio.

A teoria dos casos semânticos ou semântica de casos analisa os *papéis temáticos*, denominados também de relações temáticas ou funções semânticas (FILLMORE, 1968; DOWTY, 1991; DAVIS, 2012 *apud* COLORADO, 2014). Estas nos indicam “o papel que

desempenham cada um dos participantes de um estado das coisas” (USÓN *et al.*, 2012, p. 243). Ou seja, buscamos o significado referente à proposição. Por exemplo, um enunciado linguístico consta de um *predicado*, geralmente um verbo, e alguns participantes, denominados de *argumentos*. Esses argumentos têm diferentes casos/ações (funções) que se lhes atribui no enunciado¹⁴⁶.

Nessa categoria, precisamos ainda definir a que tipo de *estado das coisas* designamos um enunciado: *ação*, *processo*, *posição* e *estado*. Segundo Usón *et al.* (2012, p. 244), a *ação* é “um estado das coisas que é controlado e dinâmico. O agente faz algo e controla o que faz”. A noção de dinamismo é um passo de um estado para outro (movimento, mudança). Para exemplificar, selecionamos alguns títulos do nosso *corpus* de investigação:

- Pescadores *resgatam* baleia encalhada no Litoral Norte (12.08.2018)
- Homem *pescar* cadáver em açude no Sertão de Pernambuco (27.02.2018)

Já a ideia de *processo* se refere a um estado das coisas que não é controlado, mas é dinâmico (USÓN *et al.*, 2012), como neste exemplo também extraído do *corpus*:

- Praia de Suape, no Cabo, *terá intervenção* para conter avanço do mar (24.07.2018)

Quanto à *posição*, é “um estado das coisas que é controlado, mas não é dinâmico” (USÓN *et al.*, 2012, p. 245). Segue um exemplo:

- Pernambucano *está* entre os desaparecidos em naufrágio na Paraíba (08.10.2012)

A partir dessa classificação, Usón *et al.* (2012) detalham um inventário de funções semânticas: agente, posicionador, paciente, beneficiário, meta, dentre outras. No quadro a seguir, especificamos as que podem ser relevantes para a nossa análise:

Quadro 10: Inventário de funções semânticas

| Argumento | Função | Exemplo |
|-----------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------|
| Agente | O primeiro argumento de um estado de coisas que designa uma ação. O que controla e o responsável da ação | Pescadores <i>invadem</i> planejamento em protesto contra cancelamento |

¹⁴⁶ COLORADO, R.C.R. Taller de Análisis del Discurso. Clases 2 e 3. *Center of Discourse Studies*. Barcelona, março a maio de 2019.

| | | |
|--------------|---------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------|
| | | de registros |
| Paciente | O que padece e sofre a ação | Pescador <i>é morto</i> a tiros em Paulista |
| Beneficiário | O que recebe os benefícios da ação | Pescadores <i>são resgatados</i> no Ceará após naufragar próximo a Noronha |
| Posicionador | O primeiro argumento de um estado de coisas que designa uma posição | Os pescadores não <i>precisaram</i> de atendimento médico |

Fonte: Elaboração própria com base em Usón (*et al.*, 2012, p. 246).

Desse modo, *a agentividade nos indica que ação (função) está sendo atribuída aos atores sociais em uma proposição. Esta se refere aos papéis dos participantes da (inter)ação tal como se relacionam ao predicado* (VAN DIJK, 2008). Nas palavras de Colorado (2014, p. 117), “de acordo com a relação de cada argumento com o predicado, se assigna a tal argumento um papel ou função semântica”. (COLORADO, 2014, p. 117).

Na análise de casos semânticos, o argumento pode ser *agente, paciente, instrumento, beneficiário, posicionador* etc., no que tange as ações, as quais podem ter um caráter positivo ou negativo, expressado diretamente ou implicitamente, e atribuído pelo jornalista/jornal aos atores de um enunciado (COLORADO, 2014).

O argumento agente é o ator social que realiza uma ação. Por outro lado, o argumento paciente é aquele que recebe essa ação. Um argumento beneficiário corresponde àquele que é beneficiado pela ação e um argumento instrumento é um ator que funciona como instrumento, por exemplo, quando uma pessoa é representada como um médio para chegar a um fim.

As ações podem ser analisadas em termos valorativos, bem como se são ações mentais, de comportamento, de sentimentos, de atos de fala, materiais etc.¹⁴⁷. Zamora (2016, p. 285) destaca que a agentividade se refere à representação da ação no discurso que “pode ressaltar a responsabilidade de um ator social sobre a ação (como agente da ação) ou pode atenuar ou eliminar sua responsabilidade”. Para exemplificar, retomamos a seguinte proposição retirada do *corpus*:

- Pescadores fraudam o Estado

Numa proposição temos um argumento (pessoas ou coisas) e um predicado (ações ou propriedades). No exemplo acima, o predicado *fraudar* designa uma ação. Nesta ação, temos dois argumentos. Os *pescadores*, que têm o papel de *argumento agente*, pois são o argumento

¹⁴⁷ COLORADO, R.C.R. Taller de Análisis del Discurso. Clases 2 e 3. *Center of Discourse Studies*. Barcelona, março a maio de 2019.

que realiza a ação representada no predicado: o verbo fraudar. Trata-se um verbo de ação, no qual o agente faz algo e controla o que faz. É ainda um verbo de comportamento ligado a um ato ilegal, ilícito e, portanto, negativo.

O segundo argumento é o *Estado* que recebe a ação dos pescadores, assim sendo um *argumento paciente*, ou seja, corresponde a aquele que “padece ou sofre a ação” (USÓN *et al.*, 2012, p. 246). Isso significa que o governo se configura como vítima, que recebe ou sofre as ações ilícitas e negativas dos(as) pescadores(as).

A vantagem da noção de proposição, para a análise dos papéis temáticos, a nível global, é que permite uma descrição do significado independente da forma sintática que aparece. Por exemplo, uma oração ativa pode mudar para uma forma passiva e, apesar disso, os papéis temáticos continuam sendo os mesmos (COLORADO, 2014). Como é o caso da proposição que estamos usando:

- Estado é fraudado por pescadores

A agentividade é, desse modo, uma estratégia que opera como um mecanismo discursivo através do qual o argumento de uma macroestrutura “representa a realização ou a origem de ações que implicam a alteração de um estado das coisas” (COLORADO, 2014, p. 52). E onde outros argumentos do discurso, “podem ser, por exemplo, afetados ou beneficiados pelas ações de um argumento agente” (COLORADO, 2014, p. 52).

Para Colorado (2014, p. 54), a agentividade não é, em si mesma, uma função semântica (mental), que pode ser imputada de forma isolada, mas a sua “atribuição está vinculada ou acompanhada de outros elementos cognitivos (preconceitos, intenções, valores, opiniões, ideologias, etc.) que formam parte da estrutura cognitiva dos usuários da linguagem”. Em termos cognitivos, a agentividade é “um tipo de estratégia que consiste em atribuir o papel de *agente* ao argumento de uma proposição” (COLORADO, 2014, p. 55).

Por ser uma estratégia de representação usada para construir ou assinalar as ações de um ator social, a agentividade pode ser influenciada por critérios ideológicos (COLORADO, 2014). Por exemplo, se um veículo de comunicação de massa tem a intenção de construir uma representação negativa de um grupo social, com o objetivo de deslegitimá-lo ou invisibilizá-lo frente à opinião pública, isso pode ser controlado por ideologias (racismo, eurocentrismo, ideologias de classe, machismo etc.). Dito de outro modo, a agentividade funciona como uma *estratégia de representação que atribui um caráter positivo ou negativo ao ator social*,

dependendo dos objetivos, intenções, opiniões, valores etc. do jornalista ou do jornal, que podem ser influenciados ideologicamente.

Diversos estudos sobre imigração (VAN DIJK, 1987; DE LA FUENTE, 2006; CASTAGNANI; COLORADO, 2009) demonstram que para deslegitimar os imigrantes, devido à discriminação racista ou eurocêntrica, meios massivos “constroem e reproduzem representações negativas sobre eles, descrevendo-os [...] como atores sociais que realizam ações violentas, criminosas ou ilegais, quer dizer, designando-lhes o papel de argumentos-agentes que exercem ações negativas” (COLORADO, 2014, p. 56).

Sendo uma estratégia de representação que pode ser influenciada ideologicamente, a agentividade também pode ser analisada à luz do Quadrado Ideológico (VAN DIJK, 1998, 2008) como um movimento discursivo que opera especificamente na atribuição de determinadas ações (positivas ou negativas) a *Nós* ou a *Eles* (COLORADO, 2014, p. 54, grifos nossos). Essa estratégia pode enfatizar a agentividade negativa de “*Eles*” (exogrupo) e positiva de “*Nós*” (endogrupo), bem como (des)enfatizar ou mitigar a agentividade positiva de “*Eles*” e (des)enfatizar ou mitigar *nossa* agentividade negativa (COLORADO, 2014).

Colorado (2014, p. 57, grifos nossos) explica que para gerar uma representação negativa dos membros de um grupo social ideologicamente oposto “se pode recorrer a uma série de *tópicos* (violência, crime, ameaça etc.) e *léxico* (ilegais, terroristas etc.) de caráter negativo para enfatizar informação negativa sobre eles”. Nesse mesmo sentido, Castagnani e Colorado (2009, p. 626) esclarecem que “a maneira como se descreve as ações, a visibilidade ou invisibilidade dos agentes e/ou pacientes determina uma forma de representar os sujeitos de um acontecimento”.

A nível local, o escritor/falante também pode enfatizar ou mitigar ações dos membros de um grupo (endogrupo) e igualmente as do exogrupo (COLORADO, 2014). Por exemplo, para enfatizar determinadas ações negativas dos *Outros*, o jornalista pode optar por orações ativas, bem como *descrever*, em sequências de orações, uma série de ações negativas do exogrupo, marcando ideologicamente a superioridade de um grupo em detrimento da inferioridade de outro. Examinaremos *as estratégias da agentividade* usadas pelo Jornal do Commercio no discurso sobre os pescadores e pescadoras artesanais tanto a nível macroestrutural, quanto a nível local, nos títulos e nas notícias.

6.3 Análise da representação dos(as) pescadores(as) nos temas noticiosos

Neste primeiro nível de análise macroestrutural, identificamos em um total de 200 notícias quinze tópicos sobre pescadores(as). Para realizarmos essa tarefa, fizemos uma leitura aprofundada de cada uma das notícias, o que nos ajudou tanto na organização do *corpus* e na construção do capítulo V, quanto na observação da presença e regularidade de algumas estratégias centrais na construção dos textos noticiosos, dentre elas *inclusão/destaque*, *exclusão/ocultação*, *agentividade*, *quadrado ideológico*.

Em uma primeira etapa, inferimos 25 temas. Posteriormente, com base em estudos de Van Dijk (1985, 1990, 2007), Vizcarrondo (2006a, 2006b) e Colorado (2014), percebemos *significados recorrentes*, o que nos permitiu enxugar o material semântico a ser examinado. Desse modo, chegamos a 15 macroestruturas semânticas, as quais denominamos neste trabalho de *Macroproposições Globais (MG)* (COLORADO, 2014). Para exemplificarmos como é possível construir/derivar uma(s) macroproposição(ões), que são um *resumo semântico de um texto*, reproduzimos a seguir um fragmento de uma notícia do nosso *corpus* e, em seguida, inferimos uma macroproposição:

1 GINCANA AMBIENTAL

2 **Projeto promove gincana para retirar 20 toneladas de lixo do Rio Capibaribe (JC - 31.08.2018)**

3 O projeto Há Gosto pelo Capibaribe se reúne nas águas do rio

4 mais famoso da cidade para uma gincana ambiental entre pescadores

5 A gincana deve contar com a presença de 100 participantes

6 Nesta sexta (31), o projeto Há Gosto pelo Capibaribe se reúne nas águas do Rio

7 Capibaribe para uma gincana ambiental entre pescadores, com o objetivo de retirar

8 cerca de 20 toneladas de lixo do rio mais famoso da capital pernambucana em

9 apenas um dia. A competição é promovida pela ONG Recapibaribe e Rotaract Club

10 Encanta Moça/Rotary e deve contar com a presença de 100 participantes.

Com base em Colorado (2014, p. 119), podemos dizer que o argumento de uma macroproposição “representa o argumento de um conjunto ou sequência de orações”. Neste exemplo, “Pescadores” pode ser o *argumento local* em um conjunto de orações como na seguinte sequência: “Pescadores participaram de ação ambiental promovida por ONGs para retirar lixo do Rio Capibaribe”. Pelas regras de inferência (supressão, generalização e construção), esse conjunto de orações se pode resumir na seguinte macroproposição: “*Pescadores ajudam ONGs a despoluir o meio ambiente*”. Nessa (macro)proposição,

“pescadores” representa o *argumento global* do conjunto de orações e, ainda, a *macrofunção* ou *macropapel semântico* que se deriva desse conjunto oracional. Assim, “pescadores” exerce a macrofunção de argumento agente de diversas ações (ajudar, despoluir).

Organizamos as MG que inferimos, junto com os respectivos títulos de notícias que elas resumem, no quadro 28 (apêndice A). E na TAB. 6, abaixo, registramos as MG e o número de notícias referentes a cada uma delas, para identificarmos as de maior frequência bem como a atribuição geral positiva ou negativa¹⁴⁸.

Tabela 6 – Temas sobre pescadores(as) artesanais no JC (2011 – 2018)

| MG | Temas | Frequência | Positivo | Negativo |
|------|-------------------------------------------------------------------------------|------------|----------|----------|
| MG1 | Pescadores praticam e se envolvem em fraudes, crimes e vandalismo | 37 | | X |
| MG2 | Pescadores destroem meio ambiente | 16 | | X |
| MG3 | Pescadores são beneficiados por empresas, ONGs e Estado | 41 | X | |
| MG4 | Pescadores encontram ou buscam cadáveres/desaparecidos em ambientes aquáticos | 16 | | X |
| MG5 | Pescadores participam de festas e procissões católicas | 10 | X | |
| MG6 | Pescadores moram e pescam em espaços miseráveis, poluídos e violentos | 15 | | X |
| MG7 | Pescadores protestam e denunciam Estado e empresas | 12 | | X |
| MG8 | Pescadores ajudam Estado e ONGs a despoluir o meio ambiente | 8 | X | |
| MG9 | Pescadores são vítimas de naufrágios | 11 | | X |
| MG10 | Pescadores apoiam políticos | 12 | X | |
| MG11 | Pescadores são prejudicados por indústrias e pelo Estado | 5 | | X |
| MG12 | Pescadores beneficiam sociedade e meio ambiente | 9 | X | |
| MG13 | Pescadores são reconhecidos por ONGs, academia e mídia | 2 | X | |
| MG14 | Pescadores ocupam espaços urbanos nobres | 3 | | X |
| MG15 | Pescadores participam em eventos sobre pesca e meio ambiente | 3 | X | |
| | TOTAL | 200 | 7 | 8 |

Fonte: Elaboração própria.

Sendo *sentidos globais*, esses temas (MG1 a MG15) correspondem a representação dos(as) pescadores(as) artesanais no discurso do JC, pois, como Castagnani e Colorado (2009, p. 641) explicam, a seleção de certos tópicos estabelece “uma representação da ‘realidade’, das pessoas ou coisas das quais se fala ou se escreve”. Em estudo sobre a construção e reprodução da representação social da imigração, na Espanha, Montserrat Ribas (2002, p. 42) corrobora essa ideia, argumentando que “a seleção temática é uma operação discursiva que tem

¹⁴⁸ Estritamente, as macroproposições são únicas, definindo o sentido global de UMA notícia, e, portanto, um quadro de frequências não teria sentido. Entretanto, há macroproposições tão parecidas que quase se repetem e nos permitem fazer um pouco de abstração (de tempo, lugar etc.) para poder dar uma ideia das frequências destas. Van Dijk, T. A. Notas de orientação. Outubro, 2020.

implicações cognitivas fundamentais. Selecionar um tema significa enfocar um aspecto da realidade em detrimento de outros; significa ativar uns domínios cognitivos em detrimento de outros”. Sendo assim, dos 15 temas que representam os(as) pescadores(as) artesanais no discurso do Jornal do Commercio, sete são positivos, o que corresponde a 47% do total de MG, englobando 85 notícias, conforme detalhamos na TAB a seguir:

Tabela 7 – Temas positivos associados aos pescadores(as) artesanais

| Macroproposição Global | Número de notícias |
|------------------------|--------------------|
| MG3 | 41 |
| MG5 | 10 |
| MG8 | 8 |
| MG10 | 12 |
| MG12 | 9 |
| MG13 | 2 |
| MG15 | 3 |
| Total | 85 |

Fonte: Elaboração própria.

Os dados da TAB 8 também revelam que o grupo é representado negativamente em oito temas, ou seja, em 53% das MG, que reúnem 115 textos noticiosos, conforme detalhamos na seguinte TAB:

Tabela 8 – Temas negativos associados aos pescadores(as) artesanais

| Macroproposição Global | Número de notícias |
|------------------------|--------------------|
| MG1 | 37 |
| MG2 | 16 |
| MG4 | 16 |
| MG6 | 15 |
| MG7 | 12 |
| MG9 | 11 |
| MG11 | 5 |
| MG14 | 3 |
| Total | 115 |

Fonte: Elaboração própria.

Isso significa que, entre 2011 e 2018, o grupo aparece mais associado a temas negativos do que a positivos. Tendo em vista a representação do grupo majoritariamente negativa, na próxima seção, selecionamos uma amostra intencional com tópicos a partir de dez notícias e a analisamos.

Em cada MG, identificamos as principais estratégias discursivas que definimos para este nível de análise (vide 6.2.1 a 6.2.3), obviamente, nos atendo ao que encontramos em cada macroproposição. Embora nossa análise leve em conta os predicados e argumentos

(participantes) das MG, por uma questão de prazo e espaço, tendo em vista que este trabalho tem caráter exploratório, não analisamos outros aspectos das MG, como conectivos, quantificadores, modais e performativos ou, dito de outro modo, tempo, lugar circunstâncias etc.¹⁴⁹.

6.3.1 Temas negativos

A seguir, elencamos os seis tópicos negativos de maior frequência, no discurso do Jornal do Commercio, os quais analisamos na sequência:

MG1: Pescadores praticam e se envolvem em fraudes, crimes e vandalismo

MG2: Pescadores destroem meio ambiente

MG4: Pescadores encontram ou buscam cadáveres/desaparecidos em ambientes aquáticos

MG6: Pescadores moram e pescam em espaços miseráveis, poluídos e violentos

MG7: Pescadores protestam e denunciam Estado e empresas

MG9: Pescadores são vítimas de naufrágios

MG1: Pescadores praticam / se envolvem em fraudes, crimes e vandalismo

Em termos gerais, a agentividade se refere as ações que *realiza* ou *causa* um ator social. Basicamente, consiste em *fazer algo* de forma explícita ou evidente (COLORADO, 2014). Especificamente, na primeira macroproposição global (MG1) negativa, com maior frequência de notícias, ao todo 37 (18,5% do total de textos), o Jornal do Commercio representa os pescadores(as) como argumentos agentes que praticam ou se envolvem em fraudes, crimes e vandalismo. Embora sejam conceitos diferentes, todos representam negativamente o grupo,

¹⁴⁹ Inicialmente, planejamos analisar as mesmas estratégias discursivas em macroproposições semânticas obtidas a partir de cada notícia, tendo em vista que a “descrição proposicional do significado pode-se descrever em dois níveis. Por um lado, na microestrutura ou significado local do texto e, por outro lado, na macroestrutura ou significado global do texto” (COLORADO, 2014, p. 120; VAN DIJK, 1980). Mas, acabamos abortando essa ideia, pois no estudo de Colorado (2014) sobre a representação de protestos sociais no jornal “La Jornada”, as macroproposições obtidas das notícias resultaram ser as mesmas que as macroestruturas semânticas. Ou seja, são um reflexo dos temas globais que o jornal gerencia, na cobertura jornalística do fenômeno analisado. Essa correlação macro-micro é explicada pela teoria da produção do discurso (VAN DIJK; KINTSCH, 1983), segundo a qual “em um processo de cima para baixo, os significados globais dominam (por coerência e controle) os significados locais do texto e a configuração semântica dos mesmos” (COLORADO, 2014, p. 131). Assim, por uma questão de prazo e espaço, decidimos nos concentrar nas análises que, a nível micro, poderiam revelar outros aspectos da representação dos(as) pescadores(as) artesanais. Além disso, decidimos não organizar uma lista das macroproposições de todas as notícias, embora essa seja uma prática nesse método.

pois o associam semanticamente a atos e acontecimentos ilícitos, o que corresponde a uma agentividade negativa centrada neles.

Nessa MG, os pescadores(as) cumprem o papel de *argumento agente* que respondem por *fraudar ou praticar fraudes* contra o Estado. Especificamente, “Fraude” significa *cometer fraude em detrimento de* e seus sinônimos são “Delito”, “Dolo”, “Embuste”, “Má-Fé”, “Vigarice”, “Desfalque”, “Estelionato”, “Roubo”¹⁵⁰. São todos conceitos que envolvem ações e eventos negativos do tipo ilegal, imoral, ilícitos e violentos e que, conseqüentemente, representam os(as) pescadores(as) no papel semântico de quem controla e é responsável pela ação explícita de lesar, roubar os cofres públicos e, implicitamente, a sociedade brasileira que paga impostos. O Estado, por sua vez, cumpre o papel de *argumento paciente*, ou seja, aquele que sofre ou padece a ação do *Outro*. Nesta MG, o governo é representado como vítima das fraudes cometidas pelos(as) pescadores(as) artesanais.

Em segundo lugar, *praticar um crime* é uma transgressão imputável de lei penal, por dolo ou culpa, ação ou omissão (BRASILESCOLA.COM, 2020). É ainda uma ação plausível de punição. O conceito “Crime” significa “Delinquência”, “Delito” e tem como sinônimos relacionados “Dolo”, “Fraude”. Desse modo, no discurso do JC, os(as) pescadores(as) são um *argumento agente* que representa os atos de *praticar, cometer crimes/delitos/fraudes*. Todas infrações penais e contrárias a lei.

Em terceiro lugar, nesta macroproposição, os(as) pescadores(as) são representados como argumentos agentes de cometer vandalismo. “Vandalismo” no sentido de *destruir ou danificar uma propriedade alheia de forma intencional, geralmente sem motivo aparente ou com o propósito de causar ruína*. Esse conceito também significa “Depredação”, “Destruição”, “Selvageria”, “Arruaça”, “Baderna” e envolve danos à propriedade pública ou privada. Nesta MG, o grupo também é representado no sentido de envolver-se nesses atos, ou seja, de *implicar-se em crimes, fraudes e vandalismo*, como ilustramos no seguinte quadro:

Quadro 11 – Agentividade negativa dos(as) pescadores(as) na MG1

| Agente | Predicado | Paciente |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------|------------------|
| Pescadores | Fraudar | Estado/Sociedade |
| Agentividade negativa dos(as) pescadores(as): fraudar | | |
| Pescadores | Envolver-se em/praticar crimes e vandalismo | Estado/Sociedade |
| Agentividade negativa dos pescadores: praticar/envolver-se em fraudes, crimes e vandalismo | | |

Fonte: Elaboração própria com base em Colorado (2014).

¹⁵⁰ Por serem abstrações semânticas e, portanto, expressarem sentidos globais do discurso, nas macroestruturas não há verbos, só conceitos. VAN DIJK, T. A. Notas de orientação. Outubro, 2020.

Pelo seu nível de abstração, há várias macroproposições prévias (MP) à MG1, das quais apresentamos os aspectos mais relevantes (COLORADO, 2014). As MP são as macroproposições das notícias que sendo tão parecidas entre elas podem ser abstraídas e se encaixar no tema global, porque no fim representam o(a) pescador(a) com o mesmo significado. Para mostrar como compomos as macroestruturas globais, expomos as MP das quais estas foram derivadas. Por exemplo, *Pescadores(as) praticam ou se envolvem em fraudes, crimes e vandalismo* é uma macroproposição global que conjuga outras MP, conforme ilustramos no quadro abaixo com a respectiva frequência:

Quadro 12 – Macroproposições prévias da MG1

| Macroproposição Global 1 (MG1) | Frequência |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|
| <i>Pescadores praticam ou se envolvem em fraudes, crimes e vandalismo</i> | 37 |
| (Macro)proposições prévias (MP) | |
| Pescadores recebem de forma fraudulenta benefícios trabalhistas especiais, que custam caro e geram prejuízos ao Estado | 20 |
| Pescadores praticam ou se envolvem em crimes | 16 |
| Pescadores praticam atos de vandalismo | 01 |

Fonte: Elaboração própria com base em Colorado (2014).

A agentividade negativa dos(as) pescadores(as) representadas na MG1 se derivam de três MP que sintetizam, por sua vez, outro conjunto de conceitos negativos que aparecem na cobertura jornalística do JC sobre o grupo social. Uma delas é que *os pescadores recebem de forma fraudulenta benefícios trabalhistas especiais, que custam caro e geram prejuízos ao Estado* (MP derivada de 20 notícias). A segunda MP é a que representa o grupo como o argumento agente que pratica ou se envolve em “Crimes”, conceito esse que significa “Sabotagens”, “Delitos”, “Delinquências”, sendo proveniente de 16 notícias do *corpus*. A terceira diz respeito a atos de vandalismo cometidos pelos pescadores.

Em termos gerais, esta organização proposicional representa o *conteúdo semântico geral* do Jornal do Commercio sobre *direitos previdenciários e trabalhistas dos(as) pescadores(as) artesanais*, atribuindo-lhes uma agentividade negativa imputada e divulgada por órgãos e autoridades governamentais e (re)produzida pela imprensa.

Em um nível maior de abstração, podemos dizer que os meios de comunicação de massa que cobrem esse tema representam os(as) pescadores(as), como um grupo *fraudador/corrupto/delinquente/vândalo*, provavelmente o modelo mental que fica na memória de longo prazo dos leitores do JC. Cada jornalista constrói um modelo mental (subjetivo) com base nas informações

que recebe dos órgãos governamentais, bem como suas ideologias, valores e atitudes, além daquelas que compartilha com as elites governamentais e, evidentemente, com o próprio veículo para o qual escreve.

Na MG1 e nas macroproposições prévias também é possível observar uma polarização de atores sociais (*Nós-Eles*), que ideologicamente enfatiza aspectos negativos de *Eles* (pescadores) tais como, *cometer fraudes, receber de forma suspeita ou fraudulenta benefícios trabalhistas e previdenciários, custar caro ao erário, gerar prejuízos ao governo, cometer ou envolver-se em crimes, delitos e vandalismo*. E, por outro lado, as MP *ocultam/excluem* ações negativas do Estado, enfatizando conceitos apenas positivos.

Por exemplo, na MP1 (*Pescadores recebem de forma fraudulenta benefícios trabalhistas especiais, que custam caro e geram prejuízos ao Estado*), os pescadores exercem o *macropapel semântico* de *argumento beneficiário*, pois *recebem os benefícios das nossas ações positivas*, neste caso, do Estado que concede benefícios ou auxílios trabalhistas e previdenciários ao grupo, apesar disso lhe custar caro e gerar prejuízos. O conceito de “Concessão” significa “Doação”, “Consentimento” e até “Permissão” e, portanto, constrói um significado ou representação positiva do Estado.

Tal construção proposicional também coloca o governo no papel semântico de *argumento paciente/vítima* das ações negativas de *Eles* (pescadores), pois é quem sofre “Fraudes”, “Prejuízos” e “Penalizações” causadas pelas ações negativas dos pescadores. Em suma, de forma implícita, o discurso do JC representa positivamente o Estado, enfatizando aspectos positivos e ocultando os negativos, como esquematizamos no seguinte quadro:

Quadro 13: Agentividade positiva do Estado na MG1

| Agente | Predicado | Paciente |
|--------------------------------------------------------------|------------|------------|
| Proposição explícita | | |
| Pescadores | Fraudar | Estado |
| <i>Agentividade negativa dos(as) pescadores(as): fraudar</i> | | |
| Proposição implícita | | |
| Agente | Predicado | Paciente |
| Estado | Beneficiar | Pescadores |
| <i>Agentividade positiva do Estado: beneficiar</i> | | |

Fonte: Elaboração própria com base em Colorado (2014).

Neste tópico, a dicotomia *Eu-Nós* envolve, implicitamente, outros atores sociais - Estado-sociedade-imprensa - que exercem a macrofunção de *argumentos pacientes* que sofrem com os “Delitos”, “Fraudes”, “Delinquência”, “Vandalismo” de *Eles-Outros* - os(as) pescadores(as). Assim, o exogrupo é representado nos temas do JC como corrupto, fraudador,

delinquente, conceitos esses que englobam *valores* que *Eu-Nós* rejeitamos (corrupção, ilegalidade, delinquência, vandalismo etc.).

Desse modo, o Jornal do Comercio se associa ao Estado e à sociedade (Nós-Instituições, Nós-Sociedade), no sentido apontado por Martin Rojo (1995) e Vizcarrondo (2006a, 2006b), evocando implicitamente esses referentes. Ou seja, há um *Nós* indefinido, “mas que evoca uma série de *valores* compartilhados que permanecem implícitos” (MARTIN ROJO, 1995, p. 50-51). O jornalista, por sua vez, aceita (ou é cooptado) a compactuar *conosco*, pois, por contraste, aparece um inimigo “que encarna todos os valores contrários, todos os crimes” (MARTIN ROJO, 1995, p. 51).

Seja pelos seus modelos mentais (únicos e pessoais), pelas crenças sociais (ideologias, valores, conhecimentos, atitudes) que compartilha com instituições de poder (Estado e meios de comunicação de massa), seja porque tem que defender os interesses do veículo no qual trabalha ou os seus próprios, o jornalista fica subsumido nesse mecanismo de identificação/pertencimento ideológico. Como Vizcarrondo explica (2006a, 2006b), os jornalistas muito raramente se questionam sobre a pertinência do posicionamento *Eu-Nós* versus *Eles-Outros* ao incluir ou excluir atores sociais e acontecimentos na notícia.

MG2 - Pescadores destroem meio ambiente

No segundo tópico que representa negativamente os pescadores artesanais, estes são o *argumento agente* do ato de *destruir*, que significa *causar a morte (de alguém, algo ou de si próprio); eliminar(-se), exterminar(-se)*. Nomeadamente, o conceito de “Destruição” significa “Aniquilamento”, “Depredação”, “Extermínio”, “Morte”, “Extinção”, “Devastação”. Trata-se de significados que envolvem ações negativas, violentas, de força e de poder que, na MG2, são exercidas pelos pescadores contra o meio ambiente.

Como objeto da depredação, a natureza cumpre o macropapel semântico de *argumento paciente* que sofre essa ação negativa dos pescadores. Essa construção macroproposicional constitui o velho estereótipo, gerado e replicado pelo discurso de elites governamentais e empresariais, que o grupo é responsável pela destruição e esgotamento do meio ambiente e seus recursos.

Consequentemente, essa construção discursiva polariza os atores sociais, colocando a natureza na função de vítima de *Eles* (pescadores), representados no discurso do JC como “Destruidores”, “Depredadores” do meio ambiente. Enquanto isso, o *Nós* indefinido nessa macroproposição global evoca *nossos* valores implícitos compartilhados (defesa, proteção e

preservação ambiental, sustentabilidade). Nesta organização proposicional, o conteúdo semântico do Jornal do Comercio trata sobre *a relação dos pescadores com o meio ambiente*, correspondendo a uma agentividade negativa centrada neles como mostramos no seguinte quadro:

Quadro 14 – Agentividade negativa dos pescadores na MG2

| Agente | Predicado | Paciente |
|------------------------------------------------|-----------|---------------|
| Pescadores | destroem | Meio ambiente |
| Agentividade negativa dos pescadores: destruir | | |

Fonte: Elaboração própria com base em Colorado (2014).

A MG2 se deriva de macroproposições prévias apresentadas no quadro 15:

Quadro 15 – Macroproposições prévias da MG2

| Macroproposição Global 2 (MG2) | Frequência |
|------------------------------------------------------------|------------|
| <i>Pescadores destroem meio ambiente</i> | 16 |
| (Macro)proposições prévias (MP) | |
| Pescadores ameaçam e destroem fauna e flora marinhas | 7 |
| Pescadores capturam animais grandes, perigosos ou exóticos | 3 |
| Pescadores capturam e matam tubarões de grande porte | 6 |

Fonte: Elaboração própria com base em Colorado (2014).

A ação de *destruir* que os pescadores realizam, como argumento agente, se origina de três MP que, por sua vez, representam uma série de ações negativas exercidas pelo grupo contra o meio ambiente. Uma delas é “Pescadores capturam animais grandes, perigosos ou exóticos”. Dentre eles, jacarés, jiboias, baleias e tartarugas, como constataremos adiante, na análise local. Designadamente, o conceito “Captura” significa *perseguir e rastrear intencionalmente com o propósito de prender e aprisionar*, neste caso, animais silvestres.

Outra MP envolve os conceitos de “Capturar” e “Matar”, sendo os tubarões o argumento paciente ou vítima da agentividade negativa dos pescadores. Nesta macroproposição, a noção de captura tem o sentido de “Caçar” e “Perseguir”, conceitos esses que representam caça e pesca ilegal, uma violência contra um ser vivo e, portanto, um crime contra a fauna, em particular, e contra o meio ambiente, em geral. Já o conceito de “Matar” significa *tirar a vida de algo ou de alguém, provocar a morte de*, sendo uma ação violenta, ilegal e punível. Esta MP sintetiza seis notícias.

No caso de animais perigosos que podem atacar o ser humano, como os tubarões, a captura pressupõe a morte do animal, o que para o jornal, seus repórteres, leitores e mesmo certas alas científicas pode ter um sentido positivo, tendo em vista que, desde o começo dos anos 1990, as praias de Pernambuco são alvos recorrentes de ataques de tubarões, tendo sido registrados 64 incidentes, que vitimaram 24 pessoas, até agosto de 2019 (ÚLTIMO SEGUNDO, 2019).

Para além da ambiguidade na agentividade (positiva ou negativa) atribuída pelos participantes aos pescadores artesanais nesta macroproposição (o que, por sinal, pode acontecer com qualquer macroproposição), tópicos como este podem exercer importante função semântica na formação de estereótipos sobre um determinado grupo minoritário. Isso porque organizam as microestruturas semânticas do discurso e, neste caso, tipificam a informação, enfatizando determinados conceitos negativos, em detrimento de outros.

Esta, aliás, é uma tendência na prática jornalística dos meios de comunicação de massa, cujo interesse na negatividade, na violência e no drama é recorrente (GALTUNG; RUGE *apud* FOWLER, 1991). O objetivo é chamar a atenção do leitor e “vender” temas noticiosos, com base em valores-notícia como *conflito*, *drama*, *tragédia*, *curiosidade* e mesmo *raridades*. Segundo Castagnani e Colorado (2009), em geral, a consequência deste tipo de construção discursiva é a reprodução de estereótipos.

O sentido negativo que atribuímos a esta macroproposição prévia pode parecer exagerado, na opinião de algumas pessoas ou nas opiniões coletivas (atitudes) de certos grupos, que inclusive podem ser *a favor* da caça de tubarões e outros animais silvestres. Entretanto, para qualificar este tema negativamente, levamos em consideração alguns aspectos. Primeiro, que se trata de uma tipificação recorrente do grupo social, na imprensa, ao longo do período que analisamos, o que acaba reproduzindo uma representação estereotipada.

Segundo, que temas noticiosos sobre a *produção pesqueira tradicional* são inexistentes no JC, em cujo discurso se destaca apenas um tipo de pesca artesanal: a que é ilegal e voltada para a captura, resgate ou morte de animais selvagens. Terceiro, porque essa representação não faz jus ao papel socioambiental que os(as) pescadores(as) artesanais exercem como importantes agentes no manejo e preservação do meio ambiente e das espécies.

As implicações sociocognitivas de macroproposições como esta são danosas para o grupo, tendo em vista que a sociedade, em geral, e os usuários da linguagem, em particular, são pouco esclarecidos sobre a pesca artesanal e o modo de vida e reprodução social do grupo social. Por outro lado, embora o argumento paciente sejam os animais silvestres, que sofrem as

ações negativas dos pescadores, podemos dizer *que estes são a notícia*, principalmente pelos valores noticiosos de curiosidade e raridade.

A terceira MP que compõe a MG2 é *Pescadores ameaçam e destroem a flora e a fauna*, englobando sete notícias. Ao representar o pescador como uma “Ameaça” para a natureza, o discurso do JC concentra uma agentividade negativa do grupo contra o meio ambiente. Em outras palavras, o conceito de ameaçar, nesta MP, significa que os pescadores são um “Perigo” para animais e plantas.

Por outro lado, nesta macroproposição prévia, “Destruição” tem o sentido de “Extinção”, o que envolve o desaparecimento de espécies. Assim, esse conceito significa “Aniquilamento”, “Depauperamento”, “Extenuação” do meio ambiente. Resumindo, em um conjunto de 16 notícias, ou 8% do total do nosso *corpus* de estudo, o tema que vincula semanticamente os pescadores ao meio ambiente se centra em uma agentividade negativa focada na ameaça e destruição do grupo à natureza, em geral, e às espécies, em particular.

MG4 – Pescadores encontram/buscam cadáveres/desaparecidos em ambientes aquáticos

Nesta macroproposição global, os pescadores cumprem a função semântica de argumentos agentes de *encontrar* ou *buscar cadáveres de seres humanos em ecossistemas aquáticos*. Embora os conceitos de “Encontro” e “Busca” signifiquem o *esforço de encontrar, achar ou procurar algo ou alguém* e, por conseguinte, tenham um efeito de sentido positivo, consideramos que acabam re(produzindo) uma agentividade negativa dos pescadores artesanais devido à diversos fatores.

Primeiro, porque esta MG associa semanticamente o grupo social a “Morte” e “Desaparecimento” de pessoas. São conceitos que podem remeter os leitores do JC a “Crimes”, como homicídios, e “Acidentes”, como afogamentos. Em termos gerais, *é uma vinculação constante dos(as) pescadores(as) a modelos de eventos negativos e trágicos, na imprensa*.

Segundo, porque a busca e encontro de cadáveres ocorrem em territórios de pesca (mar, rios, lagos, açudes). Nesse sentido, ao ser recorrente, este tema também vincula semanticamente os ambientes pesqueiros a acontecimentos trágicos, violentos e mesmo ilícitos, desvalorizando o próprio espaço de moradia e pesca do grupo social.

Em terceiro lugar, temas como este estereotipam os pescadores, sua atividade e seu habitat, pois, ao tipificar a informação por *associação* a um determinado acontecimento (encontro/busca de cadáveres) e *frequência*, o tópico noticioso pode incidir na formação ou atualização de modelos mentais e representações sociais (conhecimento, ideologias e atitudes)

dos leitores sobre o grupo social. Especialmente, se estes dispõem de crenças avaliadoras e gerais sobre o que é um “pescador” e sua atividade e, mais ainda, se não souberem nada sobre pesca artesanal, o que é comum entre a maioria da população pernambucana.

Desse modo, macroproposições nesse escopo podem ajudar a formar uma visão estereotipada sobre os pescadores e pescadoras artesanais, proporcionando quadros de interpretação com um enfoque predominante. Isso se constata de forma mais nítida a nível microtextual, pois, como evidenciaremos na análise local, não encontramos nos textos noticiosos, que compõem esta MG, quase nenhuma menção ao serviço público prestado pelos pescadores, quando encontram uma pessoa morta, em espaços aquáticos. Essa *exclusão* da agentividade positiva do grupo social torna invisível seu esforço e desvaloriza o feito, bem como o benefício social que o encontro de uma pessoa desaparecida traz em termos não só de conforto para a família, mas de elucidação de causas de morte e mesmo de crimes.

Nessa organização proposicional, se existe alguém que recebe os benefícios da agentividade dos pescadores são os cadáveres, que ocupam o papel semântico de *argumentos beneficiários*, quando, na realidade, são outros atores sociais que usufruem disso (familiares, sociedade, Estado). Desse modo, além dos conceitos de “Busca” e “Encontro” de cadáveres acarretarem uma agentividade negativa (trágica, física, penosa, de força) concentrada nos pescadores artesanais, em cerca de 8% das notícias do JC, qualquer aspecto positivo ligado a esses conceitos é ocultado nesse tópico.

Com a estratégia ideológica de exclusão de acontecimentos, o JC e seus repórteres constroem e reproduzem um tema que expressa aquilo que interessa ao veículo, tanto em termos de valores-notícia, neste caso tragédia-drama, e suprime aspectos positivos dos pescadores. O propósito velado é o de mitigar a agentividade positiva do grupo, quiçá por questões de classe ou racistas, que, numa dimensão social, geram a invisibilidade do grupo. A diferença das macroproposições globais anteriores, este tópico não sintetiza macroproposições prévias, derivando-se de 16 textos jornalísticos, conforme expomos no seguinte quadro:

Quadro 16 – Agentividade negativa dos pescadores na MG4

| Agente | Predicado | Paciente |
|------------------------------------------------------------------|------------------|-----------------|
| Pescadores | Encontram/buscam | Cadáveres |
| Agentividade negativa dos pescadores: encontrar/buscar cadáveres | | |

Fonte: Elaboração própria com base em Colorado (2014).

MG6 - Pescadores moram e pescam em áreas miseráveis, poluídas e violentas

Neste tópico, os pescadores cumprem a macrofunção semântica de argumento agente responsável por “Morar” e “Pescar”. O conceito de *morar* significa *residir sob determinadas condições, em determinadas circunstâncias*. Esse predicado atribui ao grupo a função semântica de *argumento posicionador*, sendo o primeiro de um estado de coisas que é controlado, não dinâmico e que assinala a posição do grupo. E já que os espaços são caracterizados como pobres, violentos e poluídos, o conceito de “Morador” adquire um sentido negativo, especialmente, desde a perspectiva ideológica capitalista e de classe do Jornal do Commercio, seus leitores e outras elites de poder.

Nesta MG, o grupo também é representando como argumento agente de *pescar*, uma atividade de habilidade, técnica e prática relacionada aos atos de pegar ou apanhar peixes na água. Assim, esta macroproposição poderia concentrar uma agentividade positiva do grupo, quando associada ao conceito de “Pescador”, não fosse pela estratégia ideológica de vincular esse significado a áreas categorizadas como perigosas, insalubres e pobres. Este tópico, portanto, exerce uma importante função semântica na formação de um estereótipo, que representa negativamente o grupo como “moradores” e “pescadores” em áreas “miseráveis”.

Por outro lado, neste conjunto de macroproposições, o JC aposta nos valores-notícia *conflito* e *drama*, que “vendem” bem os temas noticiosos, atribuindo aos pescadores uma agentividade negativa por residirem e pescarem em espaços caracterizados como degradados e ameaçadores. Ideologicamente, o jornal exclui aspectos positivos do conceito de “Pescador”, como, os saberes tradicionais pesqueiros ou quaisquer outras características positivas do grupo e sua atividade. A MG6 se deriva de quatro macroproposições prévias, que detalhamos no seguinte quadro, com suas respectivas frequências:

Quadro 17 – Macroproposições prévias da MG6

| Macroproposição Global 6 (MG6) | Frequência |
|----------------------------------------------------------------------------|-------------------|
| <i>Pescadores moram e pescam em áreas miseráveis, violentas e poluídas</i> | 15 |
| (Macro)proposições prévias (MP) | |
| Pescadores moram em áreas miseráveis e poluídas | 4 |
| Pescadores moram e pescam em áreas miseráveis | 5 |
| Pescadores moram em áreas miseráveis | 4 |
| Pescadores pescam em áreas miseráveis | 2 |

Fonte: Elaboração própria com base em Colorado (2014).

Talvez esta MG seja uma das representações mais perniciosas dos pescadores artesanais na imprensa pernambucana, por diversas razões. Primeiramente, porque embora o grupo tenha que lidar com a constante ameaça do avanço do capital e o acelerado processo de expropriação

do seu território, que destroem e poluem as comunidades pesqueiras tradicionais, este tenta manter o seu modo de vida e cultura de trabalho por meio de saberes acumulados por gerações. Isso não é somente um importante capital social e cognitivo dos pescadores, como também uma autêntica arte, o que nas palavras de Diegues (1983) e de Ramalho (2017) é comum a inúmeras comunidades litorâneas brasileiras, articulada com noções de beleza, de educação corporal e de liberdade (RAMALHO, 2017). Aspectos esses que não aparecem nos temas noticiosos que representam o grupo, no período que analisamos.

Segundo, porque apesar da renda dos pescadores ser instável, devido a própria característica da atividade, em termos gerais, estes moram com dignidade, em casas próprias, e retiram do mar boa parte da sua alimentação e sustento (RAMALHO, 2017). Portanto, conceito de “Pescador(a)” está longe de quem mora na miséria, sendo inclusive “menos vulnerável do que a maior parte da população assalariada da Região Metropolitana do Recife” (RAMALHO, 2017, p. 48).

Terceiro, porque embora a pesca seja uma atividade pouco valorizada pelas elites, que ainda “veem os pescadores como gente sem profissão, pouco ‘produtivos’” (DIEGUES, 2017, p. 14), a pesca é um saber trabalhar com beleza e mestria, sentimentos que ainda prevalecem em muitas comunidades pesqueiras (DIEGUES, 2017). Infelizmente, temas como este, que estereotipam os pescadores artesanais, advêm (em parte) do próprio discurso acadêmico e literário e, ainda, do olhar colonizado do endogrupo (*Nós*), cujas elites muitas vezes associam a prática pesqueira ao atraso e ao subdesenvolvimento, à miséria, pois fundamentam-se em ideologias celetistas, pró-capital, racistas e típicas do modo de vida urbano.

MG7: Pescadores protestam e denunciam Estado e empresas

Neste tema, os pescadores artesanais cumprem a função semântica de argumentos agentes de “Protestar”, conceito esse que significa *demonstrar repulsa ou revolta; insurgir-se, reclamar ou mesmo realizar atos de protesto*. Também são representados no papel de agentes de “Denunciar”, cujo significado é *atribuir a responsabilidade a alguém de um ato negativo*.

Ao mesmo tempo que este sentido global se centra na resistência e reação do grupo social frente ao *status quo* definido por elites de poder (Estado e iniciativas privadas), portanto, em uma agentividade positiva do grupo social, também representa uma atitude negativa deste contra esses “*Outros*” atores sociais. É, portanto, um tópico que organiza ideologicamente o exogrupo (pescadores artesanais) em termos polarizados em relação ao endogrupo (Estado e empresas).

Os setores público e privado, por sua vez, são representados no discurso do JC no macropapel de argumentos pacientes da “Insurgência”, dos “Protestos”, da “Revolta” e das “Denúncias” dos pescadores artesanais. Por uma parte, essa construção macroproposicional estabelece a velha representação estereotipada de que os pescadores artesanais são um “Problema”, gerando transtornos e vitimizando o endogrupo. Por outra, deslegitima as ações coletivas democráticas do grupo social.

Neste conjugado de macroproposições, o discurso do JC também se ancora no valor-notícia *conflito*, centrando uma agentividade negativa nos pescadores artesanais. A MG7 advém de algumas macroproposições prévias, que constam no seguinte quadro, com suas respectivas frequências:

Quadro 18 – Macroproposições prévias da MG7

| Macroproposição Global 7 (MG7) | Frequência |
|--------------------------------------------------------------------------|-------------------|
| <i>Pescadores protestam e denunciam Estado e empresas</i> | 12 |
| (Macro)proposições prévias (MP) | |
| Pescadores protestam, bloqueiam o trânsito e denunciam Estado e Empresas | 4 |
| Pescadores protestam e denunciam o Estado | 2 |
| Pescadores protestam e denunciam Estado e empresas | 1 |
| Pescadores se manifestam, denunciam o Estado e reivindicam | 3 |
| Pescadores denunciam Estado e empresas | 2 |

Fonte: Elaboração própria com base em Colorado (2014).

Note-se que as macroproposições que dão origem à MG7 são quase idênticas e as resumimos nos principais conceitos de “Protestar” e “Denunciar” dos quais os pescadores artesanais são argumentos agentes. Entretanto, na MP que reúne o maior número de textos, o grupo social também responde pela noção de “Bloquear”, que significa *dificultar ou impedir a entrada ou saída, sitiar*. Desse modo, o JC tipifica negativamente os protestos de pescadores e pescadoras artesanais, enfatizando aspectos negativos, como “transtornos” provocados por estes na mobilidade urbana/rural.

Outra macroproposição prévia relevante no conjunto de MP é “Pescadores se manifestam, denunciam o Estado e reivindicam”. Sumarizando três textos, esta MP representa o grupo social no macropapel de argumento agente de “Reivindicar”, cujo significado é *tentar reaver, demandar algo de alguém*. Trata-se de uma agentividade com uma carga semântica em certo grau positiva, pois implica que o grupo social é politicamente engajado e luta pelos seus direitos.

MG9 - Pescadores são vítimas de naufrágios

Na MG9, os pescadores artesanais são representados no macropapel de argumento paciente, ou seja, quem sofre a ação do outro, neste caso, como *vítimas* de um evento conhecido como trágico e acidental: o naufrágio. Essa noção está presente em dez notícias do nosso *corpus* de investigação, compondo a macroestrutura global semântica *Pescadores são vítimas de naufrágios*, e não se deriva de macroproposições prévias. Tal construção remete a um (modelo de) situação negativo e violento, associado semanticamente a mortes de seres humanos, principalmente por afogamento.

Aliás, os valores-notícia *tragédia-drama*, junto com o critério de *curiosidade*, fazem dos naufrágios um prato cheio para a imprensa, sendo um dos principais temas noticiosos negativos em que os pescadores são representados. Ao selecionar e priorizar estes tópicos, o Jornal do Comercio acaba centrando uma agentividade negativa no grupo, por este desempenhar a macrofunção de vítima deste tipo de eventos trágicos, em cerca de 5% das notícias.

Isso também significa que o grupo vira tema noticioso quando ligado semanticamente a um fato trágico, dramático e que desperta curiosidade do público leitor. A exemplo do que observamos na MG4 (Pescadores encontram/buscam cadáveres/desaparecidos em ambientes aquáticos), de forma geral, este tipo de construção temática reproduz uma representação estereotipada do grupo social.

6.3.2 Temas positivos

Ao observarmos as macroestruturas semânticas positivas percebemos que, na maioria delas, o grupo cumpre o macropapel de *argumento paciente ou beneficiário* e de *argumento posicionador*, ao qual denominamos aqui de *argumento coadjuvante*, como observamos nesse conjunto de MG:

- **MG3 - Pescadores são beneficiados por empresas, ONGs e Estado**

(*Argumento Paciente: Pescadores; Argumento Agente: empresas, ONGs, Estado*)

- **MG5 - Pescadores participam de festas e procissões católicas**

(*Argumento Posicionador/Coadjuvante: Pescadores; Argumento Agente: Igreja Católica*)

- **MG8 - Pescadores ajudam Estado e ONGs a despoluir o meio ambiente**

(*Argumento Posicionador/Coadjuvante: Pescadores; Argumento Agente: Estado, ONGs*)

- MG10 - Pescadores apoiam políticos

(*Argumento Agente: Pescadores; Argumento Paciente: Políticos*)

- MG12 - Pescadores beneficiam sociedade e meio ambiente

(*Argumento Agente: Pescadores; Argumento Paciente: Sociedade e Meio Ambiente*)

- MG13 – Pescadores são reconhecidos por ONGs, Academia e Mídia

(*Argumento Paciente: Pescadores; Argumento Agente: ONGs, Academia e Mídia*)

- MG14 - Pescadores participam em eventos sobre pesca e meio ambiente

(*Argumento Posicionador/Coadjuvante: Pescadores; Argumento Agente [implícito]: ONGs, Estado, Empresas*)

Isso significa que, mesmo quando o JC representa os(as) pescadores(as) artesanais em temas noticiosos positivos, a agentividade do grupo desempenha macrofunções semânticas tanto de argumento beneficiado pelos atos (positivos) de outros atores sociais, quanto de argumento coadjuvante da agentividade positiva também dos outros. Sendo esses “outros”, grupos de poder: Estado, igreja, ONGs e empresas.

Ao centrar a agentividade positiva nas elites, nos tópicos noticiosos, o JC mitiga a agentividade positiva dos pescadores e pescadoras artesanais, sendo simultaneamente uma construção discursiva que confere a “*Nós*” e a “*Eles*” determinadas atividades positivas ou negativas e, obviamente, polarizadas. Observando, por exemplo, as sete MG positivas, percebemos que o veículo põe ênfase na representação das boas ações de grupos dominantes em cinco delas (MG3, MG5, MG8, MG13, MG14), o que corresponde a mais de 70% dos temas noticiosos positivos.

Nessas macroestruturas globais, as instituições de poder cumprem a macrofunção semântica de agentes de conceitos como “Reconhecer” (os pescadores), que significa *identificar, distinguir* ou *certificar como verdadeiro*. Na MG8, o Estado e as ONGs são responsáveis por “Despoluir” (o meio ambiente), o que corresponde a processos adotados para *eliminar a poluição existente em um local*.

Por outra parte, o Estado, as ONGs e empresas, bem como a Igreja Católica, “Realizam” eventos sobre pesca e meio ambiente, além de procissões católicas, na MG5 e na MG14, respectivamente. E, na MG3, todos esses atores sociais são agentes de “Beneficiar” os(as) pescadores(as), o que nessa macroproposição global tem o sentido de “Favorecer”, “Dotar de Benfeitorias” o grupo social.

Essa autorrepresentação que enfatiza os “nossos” aspectos positivos, nos tópicos noticiosos, é típica de relações sociais conflituosas e de formas de interação entre grupos opostos, que também caracterizam como “Nós” (Estado-ONGs-Empresas-Igreja-Mídia), quando “falamos” sobre “Eles” [pescadores(as)]. Resumindo, o discurso do JC representa as instituições pertencentes às elites quase sempre no macropapel de agentes de atividades que não são somente positivas, como beneficiam o grupo social em questão.

Para termos uma dimensão dessa tendenciosidade ideológica nos temas, apenas uma (01) das 15 macroproposições globais representa os pescadores como um argumento agente que *beneficia* a sociedade e o meio ambiente. Trata-se da MG12: *Pescadores beneficiam sociedade e meio ambiente*, que sintetiza nove notícias ou 4,5% do total de textos. Nesse tópico, sociedade e meio ambiente cumprem o papel semântico de argumentos pacientes/beneficiários que recebem as boas ações dos(as) pescadores(as), o que também implica que a pesca artesanal é uma atividade benéfica para a população e a natureza.

Do mesmo modo, a representação negativa centrada em atores sociais de poder (Estado, Empresas, Indústrias) é praticamente excluída pelo jornal, aparecendo em uma única macroproposição global, a MG11: *“Pescadores são prejudicados por indústrias e pelo Estado”*, que sintetiza cinco notícias do total de textos noticiosos produzidos pelo JC, entre 2011 e 2018. Se centrarmos essa análise na frequência, notamos uma forte estratégia de *exclusão/ocultação de ações negativas de grupos de poder*, pois apenas 2,5% das notícias representam atos de cunho negativo dessas elites, mais especificamente do Estado e de indústrias. Basta dizer que os prejuízos provocados por indústrias e incentivados e permitidos pela máquina estatal, tais como, destruição do meio ambiente, avanço do capital, perda de territórios de pesca e poluição ambiental, dentre tantos outros, sequer são tópicos.

6.3.3 Considerações gerais sobre a representação temática dos(as) pescadores(as)

Os resultados da nossa análise apontam para a desigualdade na representação do endogrupo e do exogrupo, nos tópicos noticiosos do Jornal do Commercio. Enquanto *Nós* (Estado-Empresas) somos apresentados negativamente em apenas 2,5% do total de notícias, os(as) pescadores(as) aparecem negativamente em mais de 100 notícias.

Isso significa que mais de 50% do nosso *corpus* de análise concentra uma representação negativa dos pescadores(as) artesanais a nível macroproposicional, fundamentada em uma polarização de grupos, que invisibiliza “nossas” ações negativas e, por outro lado, enfatiza as ações negativas de “Eles”, como constatamos na análise das MG.

Essa autorrepresentação positiva do endogrupo, no que tange à sua agentividade, tem uma fundamentação ideológica que organiza os modelos mentais dos jornalistas e as representações sociais das elites, proporcionando coerência às mesmas. O favorecimento a nível macroestrutural nos leva a crer que as opiniões e atitudes preconceituosas e negativas da imprensa sobre os(as) pescadores(as) artesanais, podem se originar especialmente em ideologias de classe, racistas e outras que incidem na produção noticiosa.

Por outro lado, se considerarmos que as ideologias fundamentam nossos *juízos de valor* e que as proposições controladas ideologicamente costumam ser formulações do grupo ao qual pertencemos, podemos dizer que *os tópicos noticiosos do JC são crenças avaliadoras, que organizam as opiniões e atitudes dos jornalistas e do referido jornal sobre os(as) pescadores(as) e, inclusive, sobre si mesmos, ao integrar um certo número de proposições axiomáticas no discurso do veículo, como estas:*

- i. Os pescadores são corruptos (Nós não somos corruptos, somos contra a corrupção)
- ii. Os pescadores praticam fraudes (Nós não praticamos fraudes, somos contra as fraudes)
- iii. Os pescadores cometem ou se envolvem em crimes (Nós não cometemos ou nos envolvemos em crimes, somos contra os crimes)
- iv. Os pescadores recebem benefícios (Nós concedemos benefícios aos pescadores)
- v. Os pescadores geram prejuízo ao Estado (Nós somos prejudicados pelos pescadores)
- vi. Os pescadores ocupam áreas nobres (Nós moramos em áreas nobres)
- vii. Os pescadores moram e pescam em espaços miseráveis e poluídos (Nós moramos e trabalhamos em espaços valorizados e sem poluição)

Essas opiniões e atitudes implícitas sobre *Nós* (endogrupo) e *Eles* (exogrupo), nos tópicos noticiosos, são indicativos de imposições capitalistas, de classe, racistas que estão em jogo na produção jornalística do JC. Por exemplo, identificamos que há dois temas que predominam no significado global do *corpus* que analisamos nesta tese. Um deles representa os pescadores como um “problema social”, posicionando-os como argumentos agentes de ações e de aspectos negativos, envolvendo principalmente corrupção e delinquência (37 notícias). No segundo tópico, prevalece a imagem de um grupo social que vive das benesses concedidas pelo governo, empresas e terceiro setor (41 notícias).

Do mesmo modo, se examinarmos três dos quatro temas noticiosos negativos com maior frequência, que correspondem a 34% do total de notícias, percebemos que os pescadores artesanais são representados como um “problema”, o que denota uma atitude geral negativa do

veículo em relação ao grupo. Enquanto isso, “Nós” representamos uma “solução” e, ainda, beneficiamos “Eles”. Essa representação no discurso do JC é sustentada pela atribuição aos pescadores(as) de *conceitos associados a ações e valores negativos e opostos aos nossos* (transgressão, desvios, ameaça, miséria, violência), como mostramos no seguinte quadro:

Quadro 19 – Temas noticiosos negativos com maior frequência

| MG | Tema | Frequência |
|-----|-----------------------------------------------------------------------|------------|
| MG1 | Pescadores praticam/se envolvem em fraudes, crimes e vandalismo | 37 |
| MG2 | Pescadores destroem o meio ambiente | 16 |
| MG6 | Pescadores moram e pescam em espaços miseráveis, poluídos e violentos | 15 |
| | TOTAL | 68 |

Fonte: Elaboração própria.

Por fim, examinando cada um dos tópicos e comparando-os aos principais acontecimentos sociopolíticos no setor pesqueiro artesanal brasileiro, entre 2009 e 2018, que registramos na FIG. 2 (capítulo I), percebemos que dos 15 temas que inferimos, apenas um dialoga com essa conjuntura. Trata-se da MG3: *Pescadores são beneficiados por empresas, ONGs e pelo Estado*, que corresponde a 20,5% do total de notícias.

Esse último resultado é bastante interessante. Primeiro, porque mostra como a cobertura jornalística do JC sobre pesca artesanal é pífia, gera uma invisibilização do setor pesqueiro brasileiro, em geral, e dos pescadores artesanais, em particular. Em segundo lugar, sendo a produção da notícia um processo complexo, atrelado a ações e interesses de elites, bem como a própria rotina jornalística, no caso analisado, percebemos que os textos noticiosos sobre pesca/pescadores(as) apenas se aproximam do que é factual.

Além disso, mesmo quando o JC cobre o segmento pesqueiro, o seu discurso resvala em uma tendenciosidade ideológica, que polariza os atores sociais presentes nas notícias, representando positivamente as elites governamentais, empresariais e do terceiro setor e posicionando os(as) pescadores(as) principalmente no papel de favorecidos pelas benesses e “boa vontade” desses grupos. Sem falar, que invisibiliza, oculta ou exclui as boas ações e aspectos do grupo minoritário.

PARTE II – SIGNIFICADO LOCAL

6.4 Estruturas da notícia

Van Dijk desenvolveu, nos anos 1980, um quadro analítico para as estruturas do discurso jornalístico, especificamente do gênero notícias (VAN DIJK, 2002b). Esse enfoque se detém na *organização global do texto*, considerando *estruturas temáticas* e *esquemáticas*, isto é, aquelas que vão além do nível sentencial do discurso jornalístico na imprensa. No seguinte quadro resumimos esse tipo de estruturas e seus respectivos conceitos:

Quadro 20: Estruturas da notícia

| ESTRUTURA DA NOTÍCIA | CONCEITO |
|----------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Temática | Trata da organização geral de temas/tópicos globais da notícia. É realizada sob a orientação de uma teoria de macroestruturas semânticas, que constituem a representação do <i>conteúdo global</i> de um texto jornalístico e, portanto, caracterizam parte do seu sentido (significado). |
| Esquemática | Trata dos esquemas da notícia, que descrevem a <i>forma global</i> do discurso. Também denominada de superestrutura, ela descreve tais esquemas, considerando que estes têm uma natureza fixa e convencional, isto é, um <i>esquema da notícia</i> , que atende a critérios fixos da sua forma. A superestrutura esquemática organiza a macroestrutura temática, determinando os arranjos possíveis e a organização hierárquica das unidades sentenciais e textuais. |

Fonte: Elaboração própria com base em Van Dijk (2002b).

6.4.1 Títulos

Na segunda seção deste capítulo, analisamos o significado local, que em termos teóricos também se organiza em proposições, as quais se referem ao *sentido* ou *significado* de uma oração. Especificamente, analisamos os títulos, que são o componente explícito do texto e, portanto, parte da análise local. Porém, mantemos em perspectiva que a proposição do título representa o elemento mais geral da macroestrutura¹⁵¹.

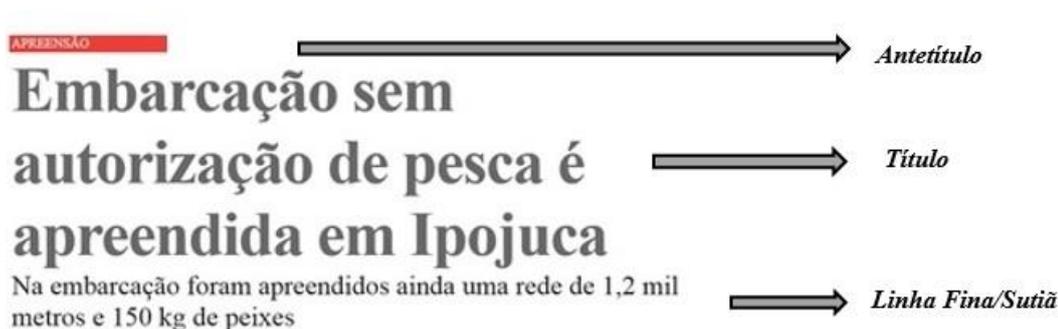
Os títulos são um tipo de *esquema estrutural da notícia*, cujo papel é resumir o tema ou os temas principais do texto noticioso (VAN DIJK, 1990, 2002b, 2002c; COLORADO, 2014). Sua função é “atrair a atenção ao relato mencionado no(s) tema(s) que podem interessar ao leitor” (VAN DIJK, 1983, p. 85-86; BRAVO-SEGAL, 2016). Em geral, os títulos expressam macroproposições.

O título de uma notícia pode ser composto por duas ou mais partes, um *título principal*, geralmente acompanhado por um segundo um pouco maior, localizado abaixo deste, chamado de *Linha Fina* ou *Sutiã* e, ainda, um *Antetítulo* que pode ser uma palavra ou frase “colocada antes ou acima do título da matéria, para introduzi-lo ou complementá-lo” (LAGE, 1987, p. 54;

¹⁵¹ Van Dijk, T. A. Notas de orientação. Outubro, 2020.

VAN DIJK, 1990). Este último componente encabeça o texto e “serve para *enquadrar* a temática e geograficamente o texto informativo como breve introdução ao conteúdo principal” (LÓPEZ HIDALGO *apud* BRAVO-SEGAL, 2016, p. 110). Podemos dizer que, em geral, responde às perguntas “que”, “onde” e “quando”, conforme ilustra a FIG. 7, que reproduz um título noticioso da versão online do JC:

Figura 7: Título noticioso (antetítulo, título e linha fina)



Fonte: JC – 01.12.2016.

Para efeitos da nossa análise, da seção 6.4.1.1 a 6.6.1.2 nos centramos apenas no *título principal* da notícia e, na análise das notícias (seção 6.9), levamos em consideração os três elementos que compõem o título, por ser este um componente fundamental da notícia “desde o ponto de vista semântico-textual, cognitivo e ideológico” (BAÑON HERNANDES, 1996, p. 15).

Nossa eleição de analisar essa estrutura também se deve à relevância textual, cognitiva e social que ela tem dentro do marco do discurso jornalístico (COLORADO, 2014) e, ainda, porque os títulos expressam “a macroestrutura semântica preferencial, programam o processo de interpretação e, em geral, aportam uma definição (subjéctiva) da situação” (VAN DIJK, 1997, p. 108).

Os títulos são a primeira impressão que o leitor recebe de uma notícia e têm a função de condensar e destacar o que o jornal quer informar. É por isso que sua construção visa provocar o maior impacto possível no leitor (BRAVO-SEGAL, 2016). Não é à toa que, no meio jornalístico, a redação dos títulos é considerada uma arte (BAHIA, 2009). Essa estrutura também sinaliza qual é a informação mais importante do texto e, mais especificamente, do discurso jornalístico impresso.

Trata-se de uma categoria textual com certa autonomia em relação à notícia que resume e anuncia (COLORADO, 2014). Essas características tornam essa estrutura um elemento de

tamanha importância, tanto que alguns autores defendem que sem ele a notícia perde sentido. Para outros, o título “deve dizer tanto que possa dispensar o resto. O título é a notícia” (BAHIA, 2009, p. 57).

Em termos linguísticos, os títulos “gozam de certa independência sintática e, até certo ponto, semântica” (NADAL *apud* COLORADO, 2014, p. 128). Eles expressam antes a macroestrutura (modelo mental) do jornalista que a do leitor, que pode “inserir uma estrutura temática diferente, dependendo de suas próprias crenças e atitudes” (VAN DIJK, 2002b, p. 133). Para Nadal (*apud* COLORADO, 2014, p. 128), a configuração linguística dos títulos tem características estruturais próprias, convertendo-os “em um sistema semiológico particular, que embora seja derivado da língua se superpõe a ela”.

Os títulos também respondem a referências culturais presentes na sociedade, em um determinado contexto (BRAVO-SEGAL, 2016). Isso porque “devido à sua natureza convencional, são conhecidos, pelo menos implicitamente, pelos seus usuários em dada cultura, isto é, por jornalistas e leitores” (VAN DIJK, 2002b, p. 145). A isso podemos adicionar que eles têm forma gráfica diferenciada, se caracterizam por um tipo de letra maior e um estilo de fonte que os destaca do corpo da notícia (VAN DIJK, 1990; COLORADO, 2014). Essa apresentação muda de veículo para veículo, adquirindo características coerentes com o projeto gráfico de cada jornal. Na maioria dos jornais impressos, “os títulos obedecem a um número certo de palavras, em linhas padronizadas, tamanho exato e usos (tempo de verbo, emprego de sujeito etc.) limitados” (BAHIA, 2009, p. 57).

A escolha de títulos como estruturas de análise nos possibilita examinar uma maior “quantidade e variedade de discursos [...] porque estes exercem uma grande influência no modelo mental que o leitor forma sobre a situação concreta que está lendo” (BRAVO-SEGAL, 2016). Além disso, estes têm um papel predominante na interpretação dos acontecimentos “devido a que é a estrutura textual mais lida do discurso jornalístico” (COLORADO, 2014, p. 129). Nesta aproximação qualitativa, buscamos extrair inferências de sua forma estrutural e do seu estilo, além de possíveis contribuições para a compreensão da representação dos pescadores artesanais nas notícias.

Em termos semânticos, o conteúdo dos títulos é o mais lembrado (VAN DIJK; KINTSCH, 1983; VAN DIJK, 1990; COLORADO, 2014). Isso significa que se os leitores “não ampliam seu leque de informação (por exemplo, ler notícias completas e não só os títulos, ler notícias de vários jornais e consultar outros meios de comunicação, então tenderão a reproduzir o modo em que se define os acontecimentos sociais no esquema dos títulos” (COLORADO, 2014, p. 129; VAN DIJK, 1990).

Tendo o conteúdo semântico das notícias no seu bojo ideologias, valores, opiniões, atitudes e interesses do jornal, os leitores interpretam os acontecimentos, as ações ou aspectos dos atores sociais “de acordo com o viés cognitivo que expressam os jornais através dos títulos” (COLORADO, 2014, p. 129). Para o estudioso mexicano, este aspecto tem “implicações sociais, já que as interpretações consumidas através dos títulos podem influenciar determinadas práticas sociais” (COLORADO, 2014, p. 129). Como acontece com os temas noticiosos, se os títulos negativos são divulgados e consumidos de maneira recorrente e massiva pelos leitores, o resultado podem ser atitudes de rejeição e antipatia em relação a um grupo minoritário ou um determinado acontecimento (COLORADO, 2014).

6.4.1.1 – Descrição de Atores Sociais

As estruturas das proposições têm algumas propriedades em termos ideológicos. Como vimos na seção 6.2.3, a *agentividade* dos atores sociais é uma delas. Tendo em vista que o conteúdo ideológico “se expressa mais diretamente através do significado do discurso” (VAN DIJK, 2008, p. 42) e, em geral, é sobre “*Nós-Eles*”, nesta seção desenvolvemos uma análise da eleição dos predicados que o jornalista usa para descrever os papéis semânticos dos participantes, se como agentes, pacientes, beneficiários etc., com o propósito de verificar *como se constrói a descrição dos(as) pescadores(as) artesanais e de outros atores sociais no discurso do JC, especificamente nos títulos*.

Ainda como parte da análise de ideologias subjacentes, investigamos a *inclusão/destaque* e *exclusão/ocultação* de atores sociais, bem como o *grau ou nível de descrição* usado na construção da representação sobre os(as) pescadores(as) e de outros participantes. Esta última estratégia é mais uma opção de realização do modelo mental do jornalista, isto é, aquilo que este sabe, quando fornece muitos detalhes sobre um acontecimento ou sobre um grupo social, bem como se os descreve de maneira abstrata, geral ou específica.

Nossa opção é motivada pelo estudo de Colorado (2014, p. 237), para quem o usuário da linguagem “pode elaborar um discurso que *descreva em detalhes as ações, negativas ou positivas, realizadas por um ator social*”. Esta tarefa também segue a orientação de Van Dijk (2008, p. 64) de que “qualquer discurso sobre pessoas ou ações tem a ver com vários tipos de descrição dos atores”.

Verificamos, portanto, se há ênfase na agentividade positiva ou negativa dos atores sociais nos títulos, examinando se o repórter descreve detalhadamente as ações realizadas pelos participantes ou, ao contrário, busca mitigar sua agentividade sendo ambíguo, vago ou difuso,

dando visibilidade ou invisibilizando as ações. Para tanto, observamos principalmente eufemismos, mitigações e mesmo movimentos de inclusão/exclusão, dentre outras estratégias discursivas ideológicas.

Em outras palavras, mantemos em perspectiva a estratégia do Quadrado Ideológico, na descrição de atores sociais, pois esse movimento costuma ocultar ações ou aspectos negativos das elites ou as descreve como vítimas das ações negativas do exogrupo (minorias). Afinal, as descrições “nunca são neutras, têm funções argumentativas, retóricas e semânticas na expressão de opiniões e pontos de vista” (VAN DIJK, 2008, p. 64).

Outra estratégia na qual prestamos atenção é a *referenciação* que, de acordo com Koch e Elias (2006, p. 123), trata sobre a construção e reconstrução de objetos-de-discurso, envolvendo “diversas formas de introdução, no texto de novas entidades ou referentes”. *Essa atividade discursiva envolve as crenças, atitudes e propósitos comunicativos* do escritor/falante, pois as formas de referenciação são escolhas do produtor do discurso para “representar o estado das coisas, de modo condizente com a sua proposta de sentido” (KOCH; ELIAS, 2006, p. 124, grifos nossos). Isso significa que a relação referencial é uma operação que acontece a nível de significado, construindo o sentido de um texto, sendo que “esse sentido está sempre atrelado a uma atividade cognitiva imanente, e não a algo determinado” (FALCONE, 2008, p. 130).

Especificamente, nos interessa observar as *nominalizações* ou *rotulações* usadas “quando se designa, por meio de um sintagma nominal, um processo ou estado expresso por uma proposição ou proposições precedentes ou subseqüentes do texto” (KOCH; ELIAS, 2006, p. 129). Também denominadas de expressões nominais referenciais “têm uma natureza fortemente ideológica e a capacidade de transformar essas informações em ‘objetos do discurso’” (FALCONE, 2008, p. 130). Para Marcuschi (2005), Koch e Elias (2006) e Falcone (2008), *as nominalizações categorizam grupos e atores sociais, pois são expressões construídas e reconstruídas no interior do próprio discurso e interação.*

Analizamos ainda expressões ou *descrições nominais definidas*, que são formas linguístico-cognitivas construídas de um determinante definido (artigo definido ou pronome demonstrativo), seguido de um nome. Estas operam na seleção de um referente, ativando conhecimentos compartilhados com os interlocutores, procurando enfatizar características do referente. Do mesmo modo observamos notícias expressões nominais indefinidas. A opção do jornalista por tais descrições sugere opiniões, crenças e atitudes sobre determinado objeto-do-discurso (KOCH; ELIAS, 2006), neste caso sobre os(as) pescadores(as) artesanais.

Por fim, sabendo que a produção do discurso se baseia em modelos mentais subjetivos dos usuários da linguagem, os quais podem se expressar no texto, como também podem estar implícitos, tentamos tornar explícitos os *significados inferidos*, por considerar essa estratégia importante na análise ideológica do discurso. Afinal, nosso interlocutor pode inferir a informação que falta no seu modelo, a partir dos seus conhecimentos e, além disso, a opção de deixar a informação expressa ou implícita não é neutra (VAN DIJK, 2008).

6.5 Análise das descrições: marcos temáticos e estratégias

Neste trabalho, não analisamos separadamente o conteúdo proposicional de cada título do *corpus* de investigação, pois, como teorizamos na seção 6.4.1, a proposição de cada um deles, em geral, representa a parte mais geral/alta da macroestrutura e, portanto, as macroproposições resumidas dos títulos resultariam basicamente as mesmas dos temas, que já analisamos na primeira parte deste trabalho¹⁵².

No entanto, com o propósito de gerar uma amostra intencional para analisar de forma mais detalhada a descrição de atores sociais, nos títulos, organizamos no quadro 29 (apêndice B) os títulos de notícias do *corpus* de investigação, numerando-os e classificando-os pela macroproposição global em se enquadram, bem como o texto e a data de publicação, em ordem decrescente, começando em 2018. Em seguida, selecionamos apenas o conjunto de títulos nos quais os(as) pescadores(as) são descritos com expressões ou rótulos, que os categorizam, e as organizamos alfabeticamente com a sua respectiva frequência (número de títulos), no seguinte quadro:

Quadro 21: Descrições dos pescadores artesanais nos títulos

| DESCRIÇÕES | FREQUÊNCIA |
|-------------------------|------------|
| Abolicionista cearense | 1 |
| Atingidos por barragens | 1 |
| Comunidade(s) | 3 |
| Comunidade pesqueira | 1 |
| Embarcação(ões) | 2 |
| Fiéis | 1 |
| Gerações políticas | 1 |
| Grupo | 1 |
| Homem(ns) | 5 |
| Jovens | 1 |
| Manifestantes | 2 |
| Moradores | 7 |
| Movimentos sociais | 1 |

¹⁵² Cf. nota de rodapé 144; Colorado (2014).

| | |
|----------------------------------------|-----------|
| MTST | 1 |
| Náufragos | 1 |
| Pernambucano | 1 |
| Pescador(es) | 34 |
| Pescadoras | 1 |
| Pescadores artesanais | 1 |
| Pescador profissional | 1 |
| Pescador de baleia | 1 |
| Pessoas | 2 |
| Presidente da Associação de Pescadores | 1 |
| Problemas | 1 |
| Redes de pesca | 1 |
| Sobreviventes de naufrágio | 1 |
| Trabalhadores rurais | 1 |
| Vencedores | 1 |
| Vítimas de naufrágio | 1 |
| Vizinhos do estaleiro | 1 |
| TOTAL | 78 |

Fonte: Elaboração própria.

Em uma aproximação quantitativa desses resultados, percebemos que em 39% dos títulos os jornalistas usam expressões nominais que, de alguma forma, categorizam os(as) pescadores(as) artesanais. Essa taxa também indica que em mais de 61% dos 200 títulos, a imprensa sequer faz referência ao grupo, mostrando que, em termos gerais, tende a invisibilizá-lo nessa estrutura, o que pode ter implicações cognitivas, ideológicas e mesmo sociais.

Por exemplo, na formação ou atualização dos modelos mentais e representações sociais do público leitor sobre os pescadores e pescadoras artesanais, tendo em vista que os títulos expressam a parte mais alta da macroestrutura semântica preferencial e incidem no processo de interpretação dos leitores sobre determinados grupos sociais e suas ações, bem como sobre acontecimentos.

Também notamos que o Jornal do Commercio e seus editores¹⁵³ escolhem expressões relacionadas a conflitos de classe, tipificando a polarização ideológica na descrição dos(as) pescadores(as) artesanais. Dentre as mais significativas estão: “Vizinhos do Estaleiro”, “Atingidos por Barragens”, “Manifestantes”, “Movimentos Sociais”, “Problemas”, “Gerações Políticas”, “Fiéis”, “Trabalhadores Rurais”. Ou seja, há uma opção por rótulos carregados política e ideologicamente para descrever o grupo, principalmente em função de atributos (imputados), bem como da posição ou relação que os(as) pescadores(as) mantêm com outros grupos, especialmente os de poder.

Tais descrições nos títulos resultam de opiniões, atitudes e valores compartilhados pelos jornalistas, o Jornal do Commercio e outros grupos de elite sobre os(as) pescadores(as)

¹⁵³ Em geral, são os editores (e não os repórteres) que definem os títulos das notícias, na imprensa brasileira.

artesanais, fundamentadas principalmente em ideologias capitalistas e de classe, embora não possamos descartar o racismo e eurocentrismo estruturais nessas representações do grupo.

É como Koch e Elias (2006, p. 125) explicam: são expressões cujo referente é difícil de detectar fora do contexto. Para as autoras, em construções como essas intervêm tanto conhecimentos lexicais, culturais, enciclopédicos e lugares-comuns de uma sociedade, quanto “saberes, opiniões e juízos mobilizados no momento da interação autor – texto – autor”. Dos 78 títulos que referenciam o grupo (vide quadro 30 - apêndice C), 11 deles usam descrições ideologicamente imbuídas, o que corresponde a mais de 14% do total, como nos seguintes exemplos:

- (1) *Os vizinhos dos estaleiros* (13.11.2011)
- (2) *Atingidos por barragens no Nordeste* se mobilizam no Centro do Recife (14.03.2012)
- (3) *Trabalhadores rurais* protestam por reforma agrária (22.08.2012)
- (4) Em protesto, *manifestantes* bloqueiam via no Pina (07.08.2018)

Enquanto isso, descrições mais gerais ou vagas tais como “homem(ns)”, “jovens”, “pessoas”, “moradores”, “comunidade(s)” “grupo” estão presentes em 19 títulos, correspondendo a mais de 24% dessas estruturas. A escolha desse modo de referência acaba tornando o grupo social e suas ações invisíveis frente ao público leitor, como é possível observar nestes títulos:

- (5) Turismo criativo muda vida de *comunidades* e empreendedores (23.12.2018)
- (6) Após desaparecimento de jovem no mar, *grupo* protesta no Pina (04.06.2018)
- (7) Suape procura *moradores* para cadastro em conjunto habitacional (23.09.2016)
- (8) Dois *homens* morrem afogados em Sirinhaém (01.08.2014)
- (9) *Moradores* se arriscam na busca por jovem desaparecido no mar do Pina (07.06.2018)

Em outro grupo de títulos, os editores do JC usam expressões que implicitamente fazem alusão ao trabalho dos pescadores e pescadoras artesanais, referenciando seus instrumentos ou meios de trabalho, os quais são caracterizados negativamente. Consideramos que esse é o caso dos seguintes títulos:

(10) *Redes de pesca* são uma das principais causas de morte de golfinhos (27.03.2017)

(11) *Embarcação sem autorização de pesca* é apreendida em Ipojuca (11.12.2016)

(12) Polícia Federal apreende 95 kg de lagosta em *duas embarcações* (20.04.2015)

Outra inferência desses dados, no que tange à atividade discursiva de descrição de atores sociais, é que a expressão nominal mais usada pelo JC para categorizar o grupo é “pescador(es)”, em 34 títulos, o que corresponde a cerca de 44% daqueles que fazem referência ao exogrupo. Esse modo de descrever o grupo sugere que a imprensa prefere rótulos mais gerais ou genéricos para representá-lo, acima de expressões mais específicas sobre sua função social, como “pescadores artesanais”, “pescadores profissionais”, “pescadoras artesanais” etc.

Embora essa expressão os(as) define como “membros” de um grupo social específico, também sugere uma tendência de representá-los(as) principalmente como “*Eles*” ou “*Outros*” – os que pertencem a um grupo externo ao *nosso*. Além disso, ficam majoritariamente homogeneizados nos títulos do JC pelas expressões genéricas “pescador” ou “pescadores”, que marcam a *distância* e *diferença social* entre “*Eles*” e “*Nós*”.

Para a imprensa, “*Eles*” são simplesmente “pescador(es)” e esta não se interessa, não sabe ou não quer saber se o grupo deve ser referenciado como “*pescadores(as) artesanais*”, expressão oficial dentro do marco das culturas tradicionais brasileiras. Essa postura ideológica, que mostra uma atitude negativa ou, no mínimo, descuidada e generalista da imprensa, também é percebida pelo uso da expressão que categoriza o grupo oficialmente em um único título, dentre os 200 publicados ao longo de oito anos:

(13) Ministério de Agricultura suspende 186,1 mil registros de *pescadores artesanais* (22.07.2016)

Ao ocultar/excluir sistematicamente, nos títulos, a expressão que define culturalmente o grupo social, o Jornal do Commercio e seus editores eliminam a ligação semântica que porventura o público leitor possa fazer dos(as) pescadores(as) artesanais ao conceito de povos e comunidades tradicionais, de suma importância para estes em termos sociopolíticos, econômicos e culturais, como discutimos no capítulo I. Esse mecanismo de exclusão discursiva mantém clara dependência com o contexto no qual as notícias do JC se produzem e que implicam ideologias de classe, opiniões pessoais e atitudes compartilhadas negativas frente a essa cultura tradicional brasileira.

Em outras palavras, o uso quase nulo dessa referenciação, que inclusive é a forma como o grupo social se autorrepresenta¹⁵⁴, aponta para um interesse ideológico do veículo e de seus editores de invisibilizar os(as) pescadores(as) frente a opinião pública. Também pode ser indicativo do escasso conhecimento dos jornalistas e da imprensa sobre a pesca, em geral, e sobre os(as) pescadores(as) artesanais, em particular. Até porque a referenciação “pescador(es)” é o lugar-comum mais conhecido e aceito socio-culturalmente, no Brasil.

Sendo essa a expressão mais difundida e frequente nos títulos do Jornal do Commercio, nos interessa também investigar *a quais marcos temáticos (MT) esta é associada e sua respectiva frequência*. Teoricamente, sabemos que cada texto tem sua própria macroproposição semântica mais alta (MP), a qual muitas vezes se expressa no próprio título da notícia. Além disso, adotamos a noção de “tema” ou “macroproposição global” (MG), para um conceito que tem muitos textos (jornalísticos) em comum (cada um com a sua MP).

Por sua vez, os MT são uma noção ainda mais abstrata e geral que todas as macroestruturas globais das notícias têm em comum. Isso porque os temas permitem essa abstração para definir grupos de textos a um nível mais alto (VAN DIJK, 1997). Por exemplo, muitas das notícias no nosso *corpus* de estudo podem ser sobre “Fraudes de Pescadores” ou, em um nível mais geral, sobre “Fraude”¹⁵⁵. Desse modo, mantendo em perspectiva as MG que inferimos no primeiro nível de análise e o grupo de títulos em que o grupo é descrito como “pescador(es)”, chegamos aos seguintes Marcos Temáticos ou *Frames*:

Quadro 22 – Marcos temáticos/ Frames associados aos pescadores artesanais

| MT | Marcos temáticos / Frames | Frequência |
|-----|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| MT1 | Tragédias /Episódios Violentos (acidentes, homicídios, mortes, naufrágios, buscas e encontro de desaparecidos/cadáveres) | 12 |
| MT2 | Meio Ambiente (captura, resgate, encontro, conservação) | 10 |
| MT3 | Delinquência / Corrupção (crimes, pesca ilegal, fraudes, vandalismo) | 5 |
| MT4 | Assistência social (governamental, empresarial, 3º setor) | 3 |
| MT5 | Movimentos Sociais (protestos, denúncias, reivindicações) | 2 |
| MT6 | Política (apoio, votos) | 1 |
| MT7 | Religiosidade (procissões) | 1 |
| | TOTAL | 34 |

Fonte: Elaboração própria.

Esses resultados mostram que, a nível proposicional, o discurso do JC vincula semanticamente as descrições genéricas do grupo social “pescador(es)” a sete (07) marcos

¹⁵⁴ Cf. Fox; Heinz (2019)

¹⁵⁵ VAN DIJK, T. A. Notas de orientação. Outubro, 2020.

temáticos/*frames*. O de maior frequência é *Tragédias/episódios violentos*, que corresponde a mais de 35% do total de títulos nos quais o jornal usa a expressão. O MT2, que vincula o grupo ao *Meio Ambiente*, também se destaca em termos de representação numérica, pois corresponde a cerca de 30% dos títulos que associam diretamente o grupo a esse frame. Isso não surpreende devido à própria natureza da atividade pesqueira que lida diretamente com a natureza. Por sua vez, o MT *Delinquência* corresponde a cerca de 15%. No MT4, o grupo é ligado ao frame *Assistência Social* em 8,5% dos textos e o quinto marco vincula o grupo a *Movimentos Sociais* em cerca de 6% dos títulos. Nos frames *Política* e *Religiosidade*, os pescadores são descritos em aproximadamente 3% dos títulos.

Os dados também apontam que em metade dos títulos noticiosos que descrevem o grupo com a expressão genérica “pescador(es)”, este é associado a tragédias, episódios violentos e delinquência (MT1 + MT3). Isso significa que o discurso do JC tende a vincular semanticamente os(as) pescadores(as) artesanais a conceitos com sentidos negativos, dramáticos, violentos e ilícitos, por exemplo, acidentes, assassinatos, mortes, naufrágios, crimes, pesca ilegal, corrupção, vandalismo. Estes são, assim, representados(as) em um papel semântico majoritariamente negativo, o que ideologicamente os(as) deprecia e deslegitima frente a sociedade, em geral, e a grupos de poder, em particular. Em outras palavras, *os frames preferidos para caracterizá-los(as), nos títulos noticiosos, correspondem a conceitos associados a diferença, desvio, transgressão e mesmo ameaça.*

Por exemplo, o grupo é representado como um “problema social”, desempenhando a função de argumento agente de ações negativas ou de argumento beneficiário das ações positivas do endogrupo (Governo, Empresas, ONGs, Igreja). Os grupos de poder, por sua vez, são representados como uma “solução”. Especificamente, o Estado aparece como argumento que, além de ser prejudicado pelas “más” ações dos(as) pescadores(as) artesanais, precisa tomar decisões e realizar ações para resolver os “problemas” causados por “Eles”, como é possível perceber nestes títulos que selecionamos intencionalmente do *corpus* de estudo:

- (14) *Ministério de Agricultura suspende 186,1 mil registros de pescadores artesanais* (22.07.2016)
- (15) *PF e Ibama prendem quatro pescadores por pesca ilegal de lagosta* (21.03.2016)
- (16) *Extinção do Ministério da Pesca e iniciativas na agricultura economizam 377 mi* (11.01.2016)
- (17) *Dilma recorre ao STF contra volta do ‘bolsa pescador’* (06.01.2016)

As implicações ideológicas dos títulos 14 a 17 são complexas, mas, de modo geral, há uma polarização de atores sociais, marcada por estratégias de inclusão/ênfase em *nossas* (Estado) ações positivas para a economia do país (suspender, economizar) e contra a (implícita) delinquência (prender, extinguir, recorrer, ser contra) dos(as) pescadores(as) artesanais. Essas construções tipificam negativamente *Eles* (pescadores artesanais) e suas ações, como argumentos agentes, por exemplo, do ato de “pescar *ilegalmente* lagosta” ou como argumentos pacientes das *nossas* “soluções”: “suspender o registro de pescador artesanal”, “recorrer ao STF”, “ser contra o ‘bolsa pescador’”.

No título 14, notamos ainda a ocultação de ações negativas do endogrupo (Estado), na escolha da nominalização “extinção”, que *exclui* o protagonismo desatinado do governo Dilma de encerrar repentinamente as atividades do Ministério de Pesca. Em seguida, o editor do JC mitiga a agentividade negativa governamental, legitimando suas ações ao associá-las a segunda ação positiva “promover” (iniciativas na agricultura) e, por fim, enfatiza a sua representação positiva, usando a ação de “economizar” junto com a estratégia retórica do jogo de cifras (377 bilhões), o que neste título tem o sentido de *soluções*.

Tais títulos expressam, assim, atitudes do endogrupo, em um esquema *problema-solução*, no qual os pescadores são o problema e o Estado, obviamente, a solução. Como discutimos no capítulo IV, assim como as propriedades ideológicas, as atitudes se organizam e se relacionam a esquemas de grupos. Neste caso, a atitude da elite governamental *contra* os(as) pescadores(as) artesanais, sendo um passo para a formação de preconceitos e a consequente legitimação de práticas de discriminação e exclusão social do grupo.

A mesma estratégia pode ser observada no grupo de títulos que envolvem empresas, dentre elas, o próprio Grupo JCPM, do qual o Sistema Jornal do Commercio faz parte, e organizações do terceiro setor, como ONGs e a Igreja Católica. Em geral, esses atores são representados, dentro do *frame* Assistência Social, como “benfeitores”, em uma construção ideológica no qual *Nós* e *nossas* ações são tipificadas como “soluções” para os “problemas” enfrentados pelos(as) pescadores(as) artesanais (degradação ambiental, isolamento, empregabilidade etc.) e mesmo para sua “marginalidade social” (contar a história do grupo, retratar a vida de pescadoras), conforme observamos nos seguintes títulos selecionados intencionalmente do *corpus*:

- (18) *Projeto Amigos do Mangue retira lixo do mangue e promove educação ambiental*
(10.08.2011)

- (19) *Passeio para desbravar a Ilha de Deus* comunidade pesqueira do Recife (01.09.2016)
- (20) *Instituto JCPM cria oportunidades* para milhares de jovens há sete anos (18.08.2013)
- (21) *Procissão em homenagem ao Dia de São Pedro* leva centenas de fiéis às ruas de Brasília Teimosa (29.06.2016)
- (22) *Museu irá contar história* da comunidade da Ilha de Deus (05.08.2017)
- (23) *Documentário retrata a vida das pescadoras* na Ilha de Deus (18.11.2017)
- (24) *Moradores da Ilha de Deus ganham exposição* para lembrar do passado (19.08.2017)

Encontramos, ainda, nos títulos de 18 a 24, um viés positivo implícito sobre os *nossos valores* (empreendedorismo, responsabilidade social, empresarial, ambiental e cultural, religiosidade, preservação ambiental). Já os valores dos(as) pescadores(as) são simplesmente ocultados, pois “*Eles*” sequer são referenciados, embora sejam – na prática - agentes dessas ações (preservar o meio ambiente, promover educação ambiental, se capacitar, organizar e participar de procissões, desenvolver o turismo local, contar e expor sua história). Curiosamente, sua agentividade é excluída nos títulos que, como sabemos, são a mensagem que os leitores mais leem e melhor lembram.

Enquanto isso, o JC concebe a agentividade de autoridades, empresas e de outros atores sociais pertencentes ao endogrupo positivamente, registrando “boas” ações: capacitar, educar, despoluir, desenvolver o turismo, desbravar, promover a espiritualidade, contar e expor a cultura pesqueira. Tudo isso, em territórios de pesca (Brasília Teimosa, Ilha de Deus, Rio Capibaribe, Mangue etc.). A construção desses títulos implica atitudes de certo modo condescendentes do endogrupo em relação aos pescadores(as) artesanais, o que tem um efeito de inferiorizá-los e caracterizá-los na imprensa como aqueles que precisam da “*nossa*” ajuda, das “*nossas*” soluções, da “*nossa*” boa vontade.

No quinto *frame*, outro grupo de macroproposições se centra na reação e resistência dos pescadores e pescadoras artesanais, principalmente frente as ações governamentais. Esses textos insinuam uma ideologia contrária ao *status quo* e implicam atitudes negativas do grupo social *contra* o Estado e empreendimentos capitalistas, que se manifestam em formas de ações coletivas democráticas. Veremos isso melhor, na análise completa das notícias, mas por enquanto compete assinalar que, especificamente nos títulos, o JC mitiga a relevância dessas ações políticas.

Por exemplo, embora os conceitos de “Protestos”, “Manifestações” e “Processos Judiciais” tenham um efeito de sentido politicamente legítimo, nos títulos do JC, acabam reproduzindo uma agentividade negativa dos pescadores artesanais, por enfatizarem somente as consequências negativas desses atos, atrelando-os semanticamente a conceitos como “Bloqueios”, na mobilidade urbana/rural, ou “Invasões” e “Queixas” junto à órgãos nacionais e internacionais. Assim, o veículo deslegitima os atos políticos do grupo. Para exemplificar, seguem alguns títulos que escolhemos intencionalmente nesse marco temático:

- (25) Em protesto, *manifestantes bloqueiam* via no Pina (07.08.2018)
- (26) *Pescador processa Chesf* por falta de peixes no São Francisco (11.09.2017)
- (27) *Pescadores vão a ONU contra Suape* (05.01.2012)
- (28) *Pescadores invadem planejamento* em protesto contra cancelamento de registros (22.11.2017)
- (29) *Manifestantes bloqueiam* o trânsito na Avenida Domingos Ferreira (03.08.2017)

Bastante comum na produção noticiosa do JC envolvendo os(as) pescadores(as) artesanais, outro conjunto de títulos é centrado no *frame* Meio Ambiente. Um grupo dessas macroproposições são muito parecidas umas com as outras e, nelas, o que é “notícia” são os animais. Fundamentados nos valores-notícia curiosidade, raridade e surpresa, o JC e seus editores apostam em acontecimentos semanticamente associados a conceitos de “Captura” e “Encontro” de animais conhecidos como ferozes ou selvagens, obviamente, com a finalidade de chamar a atenção dos leitores, como podemos notar nos seguintes exemplos extraídos intencionalmente do nosso *corpus* de estudo:

- (30) *Jacaré é encontrado* por pescadores na praça de Casa Caiada em Olinda (05.06.2017)
- (31) *Tubarão é capturado* por pescadores em Olinda (15.01.2015)
- (32) *Jiboia é encontrada* por pescadores em Brasília Teimosa (27.09.2013)
- (33) *Pescadores capturam tubarão de 2,2 metros* em Pau Amarelo (13.11.2012)
- (34) *Tubarão de mais de 200kg é capturado* por pescador no Recife (10.11.2012)
- (35) *Peixe mero pesando 200 quilos é capturado* acidentalmente em Tamandaré (23.10.2017)

Interessante perceber que os títulos 29 a 35 representam os animais como argumentos pacientes, afetados pelas ações dos pescadores, os quais, por sua vez, são caracterizados como argumentos agentes de capturá-los ou encontrá-los. Apesar de desempenhar uma função semântica de sofrer a ação do outro, os animais são a notícia. Isso fica evidente principalmente pelo uso da estratégia retórica hiperbólica de ênfase no tamanho, peso e ferocidade dos animais: “tubarão de 2,2 metros”, “tubarão de mais de 200 quilos”, “peixe mero pesando 200 quilos”. É uma abordagem que busca chamar a atenção dos leitores, pela raridade dos bichos.

Macroproposições como essas são exemplos de como a rotina jornalística e o próprio esquema de produção de notícias estabelecem critérios de seleção e apuração dos fatos que vão ser divulgados. Basta reparar no apelo para a curiosidade do leitor, não apenas na caracterização exagerada dos animais, mas na associação desses acontecimentos a espaços urbanos (Olinda, Brasília Teimosa, Praça de Casa Caiada, Pau Amarelo etc.), onde geralmente não se espera que esses animais apareçam.

Ainda no MT2 podemos situar outro conjunto de macroproposições também bastante similares entre elas, envolvendo conceitos como “Preservação” e “Despoluição” do meio ambiente, associadas especialmente a territórios pesqueiros, como rios e mangues. Entretanto, nesse conjunto de títulos, os(as) pescadores(as) artesanais e sua agentividade são invisibilizados, como é possível observar nos seguintes exemplos que extraímos de forma intencional do *corpus*:

- (36) *Projeto da ONG Recapibaribe faz vaquinha para ação de limpeza do rio* (11.08.2018)
- (37) *Coleta solidária para celebrar o Dia do Manguezal* (25.07.2018)
- (38) *Projeto "Há gosto pelo Capibaribe" faz música e limpeza de rio* (31.08.2017)
- (39) *Orquestra Criança Cidadã participa de ação em defesa do Rio Capibaribe* (29.08.2017)
- (40) *Espaço Ciência faz apelo para preservar manguezal* (06.01.2015)

Essa estratégia de inclusão/exclusão discursiva de atores sociais sugere que as interpretações e significados preferidos dos jornalistas do JC se voltam para a agentividade (positiva) de grupos dominantes (Estado, ONGs, Empresas), ocultando a dos(as) pescadores(as) em acontecimentos atrelados a conceitos de “Proteção” e “Preservação” ambiental. Tal movimento ideológico funciona por aquilo que não se menciona, se omite e se ignora. Como

Van Dijk (1997, p. 63) observa, sempre implica algo, pois, “trata-se do que está presente e ausente ao mesmo tempo”.

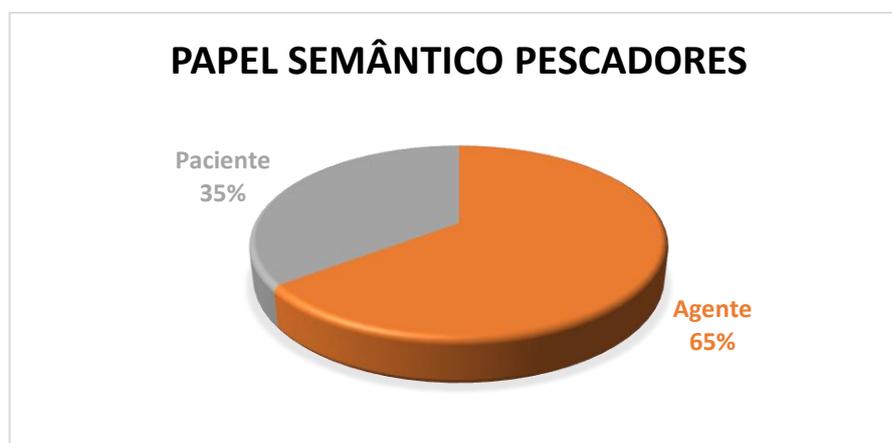
Por outra parte, sabemos que aquilo que se omite ou oculta diz muito sobre a representação de minorias na imprensa. Exemplo disso é que, dentre os marcos temáticos aos quais os pescadores e pescadoras artesanais são associados semanticamente na produção noticiosa do JC, nenhum aborda a *Produção Pesqueira*, frame de grande importância, pela projeção e visibilidade sociopolítica, econômica e cultural que proporcionaria ao grupo e sua função social.

6.5.1 Agentividade dos(as) pescadores(as) artesanais nos marcos temáticos

Ainda como parte da nossa análise da descrição de atores sociais, a nível do significado local dos títulos do JC, percebemos que visibilidade na imprensa não é inclusão social. Tomando como amostra intencional o quadro 31 (apêndice D), que reúne os títulos em que o grupo social é referenciado com as expressões “pescador(es)”, observamos que em 22 deles estes desempenham o papel semântico de argumento agente, enquanto em 11 são representados como argumento paciente ou beneficiário das ações de outros atores sociais.

Sendo a agentividade uma função semântica proposicional, tais resultados possibilitam entrevermos de que forma o JC conduz as estratégias ideológicas da agentividade dos(as) pescadores(as) artesanais, no conteúdo semântico dos títulos noticiosos. Uma primeira inferência quantitativa desses dados é que o grupo é majoritariamente representado como um ator social que realiza ações. No GRAF. 12, ilustramos essa representação percentualmente:

GRÁFICO 12 – Papel semântico dos(as) pescadores(as) artesanais



Fonte: Elaboração própria.

Tendo em vista que os títulos expressam macroproposições ou sentidos globais, uma segunda observação é que, quando descritos em 35% dessas estruturas semânticas, como argumentos pacientes, os “pescador(es)” são “Presos”, “Resgatados”, “Mortos”, “Suspendidos”, “Beneficiados” ou “Ajudados” por outros atores sociais. Embora sejam conceitos com diversos significados, em termos gerais, são negativos porque associam o grupo, praticamente na mesma proporcionalidade, aos marcos temáticos *Delinquência e Assistência Social* e *Tragédias/Episódios Violentos*, conforme resumimos no seguinte quadro:

Quadro 23: Representação dos pescadores artesanais como argumentos pacientes

| PESCADORES COMO ATORES PASSIVOS | | |
|---------------------------------|------------|-------------------------------|
| Ações | Frequência | Marco temático |
| Prender | 1 | Delinquência/Corrupção |
| Resgatar | 2 | Tragédias/Episódios violentos |
| Matar | 2 | Delinquência/Corrupção |
| Beneficiar | 1 | Assistência Social |
| Receber | 2 | Assistência Social |
| Suspender | 1 | Delinquência/Corrupção |
| Ajudar | 1 | Assistência Social |
| Encontrar | 1 | Tragédias/Episódios violentos |
| | 11 | |

Fonte: Elaboração própria.

Isso significa que, mesmo quando o grupo social ocupa um papel semântico passivo, o JC o representa como um *problema social*, associando-o a *frames* que envolvem “Delitos”, “Crimes”, “Agressões”, “Dramas”. E quando isso não ocorre, os(as) pescadores(as) artesanais são categorizados como um grupo que precisa da *nossa* assistência ou ajuda.

Tal caracterização constrói uma polarização de atores sociais, já que para esse “problema”, (*Nós*) temos as “soluções” (prender, beneficiar, suspender, ajudar, encontrar etc.). Ou seja, o conteúdo semântico dos títulos noticiosos do JC enfatiza as “*nossas*” boas ações em benefício dos(as) pescadores(as), perpetuando o que já observamos na análise das macroproposições globais.

No que diz respeito ao papel de argumento agente, o grupo é representado nessa função semântica em 65% dos títulos que o referenciam como “pescador(es)”. Essa agentividade se concentra principalmente nos conceitos “Encontrar” e “Capturar”, que correspondem a 50% do total de ações, sendo associados aos *frames* *Meio Ambiente* e *Tragédias/Episódios Violentos*, como é possível observar no seguinte quadro:

Quadro 24: Representação dos pescadores artesanais como argumentos agentes

| PESCADORES COMO ATORES ATIVOS | | |
|-------------------------------|------------|---------------------------------|
| Ação | Frequência | Marco temático |
| Resgatar | 1 | Meio Ambiente |
| Encontrar | 4 | - Tragédias/Episódios violentos |
| | 3 | - Meio Ambiente |
| Capturar | 4 | Meio Ambiente |
| Engajar | 1 | Assistência Social |
| Invadir | 1 | Delinquência / Corrupção |
| Processar | 1 | Movimentos Sociais |
| Ser (contra) | 1 | Meio Ambiente |
| Lutar | 1 | Meio Ambiente |
| Nadar | 1 | Tragédias / Episódios violentos |
| Ver | 1 | Tragédias / Episódios violentos |
| Degolar | 1 | Meio Ambiente |
| Ir | 1 | Movimentos Sociais |
| Homenagear | 1 | Religiosidade |
| Total | 22 | |

Fonte: Elaboração própria.

Como verificamos nos quadros 23 e 24, independente do JC apresentar o grupo como argumento agente ou paciente, sua agentividade está centrada em quatro *frames* principais: i) tragédias/episódios violentos; ii) delinquência/corrupção; iii) assistência social e iv) meio ambiente. Se ampliarmos essa análise, com base nos mesmos dados e guiados pelo estudo de Castagnani e Colorado (2009), percebemos nas funções “agente” e “paciente” alguns papéis semânticos predominantes atribuídos pelo JC ao(s) “pescador(es)” nos títulos noticiosos, dentre eles: *ator transgressor*, *ator ambiental/cultural/social*, *vítima*, *beneficiário* e *delinquente*. No quadro a seguir, a caracterização de cada papel depende da frequência e do marco temático em que aparece:

Quadro 25: Papéis predominantes atribuídos aos pescadores artesanais nos MT

| MARCO TEMÁTICO/ FRAME | AGENTE | | PACIENTE | | |
|--------------------------------|--------------|-------------------------------------|----------|--------------|-------------|
| | Transgressor | Ator ambiental/ social /cultural | Vítima | Beneficiário | Delinquente |
| Tragédias /episódios violentos | 4 | 1 | 1 | 2 | |
| Meio Ambiente | 5 | 6 | | | |
| Delinquência/Corrupção | 1 | | 2 | | 2 |
| Assistência social | | 1 | | 4 | |
| Movimentos Sociais | | 2 | | | |
| Política | | | | | |
| Religiosidade | | 1 | | | |
| Total papel predominante | 10 | 11 | 3 | 6 | 2 |
| Total geral ¹⁵⁶ | 21 | | 11 | | |

Fonte: Elaboração própria com base em Castagnani e Colorado (2009).

¹⁵⁶ O total de títulos é aproximado, pois alguns não se aplicam aos papéis predominantes.

Se as estratégias discursivas buscam formar ou ativar modelos mentais preferidos e a agentividade é um mecanismo ideológico que opera na definição da função semântica de um argumento de uma macroestrutura que, por sua vez, se expressa nos títulos, podemos dizer que *os papéis predominantes atribuídos pelo JC aos pescadores(as) artesanais, nos títulos noticiosos, podem definir, formar e (re)ativar modelos mentais (subjetivos) dos participantes da interação.*

Por outro lado, tendo em vista que a agentividade não pode ser adjudicada de forma isolada a um ator social, mas antes é influenciada por outros elementos sociocognitivos dos participantes, os papéis predominantes atribuídos pelo referido jornal aos pescadores(as) artesanais dependem ou são controlados por critérios ideológicos, atitudes, valores e mesmo conhecimentos compartilhados pelos produtores das notícias com o público leitor em relação ao exogrupo.

Tendo o jornalismo a finalidade de informar, que é uma das principais formas de influência mental baseada no discurso, a formação ou (re)ativação de tais representações (pessoais e sociais) sugerem o uso de um discurso manipulador na representação dos(as) pescadores(as) artesanais, o que pode ter incidências sociais prejudiciais para o grupo social.

Mantendo em perspectiva essas implicações cognitivas e sociais, note-se que a representação preferida midiática do grupo como um *ator transgressor*, em marcos temáticos trágicos, violentos, criminais ou ambientais, não somente caracteriza a definição global da *diferença*, da *distância* e do *contrate* entre *Nós e Eles*, como também define “*Eles*” como “drama”, “desvio” e “ameaça” para *Nós e nossas crenças*.

Contraditoriamente, se não esquizofrenicamente, o JC também categoriza o grupo – em uma proporção um pouco maior - como um *ator cultural, social e ambiental*, especialmente em temáticas ambientais. Em ambas as representações (agente transgressor e agente socioambiental e cultural), a ênfase dada recai no *frame* Meio Ambiente. Isso significa que, quando o JC fala sobre pescadores(as) artesanais e meio ambiente, o grupo é representado tanto como um ator transgressor e, conseqüentemente, como um problema, quanto como um ator socioambiental e cultural, ou seja, uma solução para *nós e as nossas crenças ambientais*.

É nesse contrassenso que encontramos um “território cinza”, na representação dos(as) pescadores(as) artesanais¹⁵⁷, possivelmente, fruto da variação individual ou de uma resistência fortuita dos jornalistas contra o consenso dominante. Apesar disso, não podemos perder de vista alguns aspectos estruturais. Um deles é que o discurso é um microfenômeno e a desigualdade

¹⁵⁷ Ramalho, C.W.N. Notas de orientação. Sessão de pré-banca de defesa de tese. Recife, 30/06/2020.

e suas formas ideológicas (racismo, etnocentrismo, ideologia de classe etc.) são macrofenômenos típicos, os quais precisamos observar como se conectam a nível social.

Outro aspecto é que os meios de comunicação de massa têm um papel muito específico nas estruturas sociais, estando fortemente vinculados com as formações sociais e as instituições dominantes. Embora não seja rígida e sujeita a contradições, essa associação é coerente e se perpetua. Isso se deve a diversos fatores, dentre eles, que os jornalistas pertencem ou se identificam com grupos sociais representados nas ideologias e nas práticas da mídia, o que se revela quando produzem as notícias. E ainda porque os interesses e as ideologias das empresas de comunicação prevalecem e são coerentes com as dos proprietários e de outros grupos de poder público e privado.

No que se refere aos papéis predominantes atribuídos pelo JC aos(as) pescadores(as) artesanais, como argumentos pacientes, estão o de *vítima*, *beneficiário* e *delinquente*. Identificamos que, dentre essas, a representação preferida do jornal é centrada no de *ator beneficiário*, em marcos temáticos trágicos, violentos e de assistência social, os que também enfatizam a “diferença” e o “contraste”, entre *Nós-Eles*, além de definir o grupo associado a “assistência social”, isto é, novamente como um problema, que precisa da *nossa* beneficência, caridade e filantropia. Perceba-se, nessa representação, a ênfase ideológica dada aos *nostros* aspectos positivos e a ocultação dos aspectos positivos de “*Eles*”.

Em termos gerais, quer seja a *agency* atribuída aos(as) pescadores(as) artesanais ativa ou passiva, essa estratégia abrange vários marcos temáticos, no gênero noticioso do JC, mas numericamente prevalece o MT “Tragédias/ Episódios Violentos”, envolvendo acidentes, homicídios, mortes, buscas e encontro de cadáveres, como ilustramos nos quadros 22 e 25, e nos seguintes exemplos que extraímos da amostra intencional desta seção, que reúne os títulos em que o JC usa as expressões “pescador(es)”:

- (41) Pescador é morto a tiros em Paulista (10.08.2018)
- (42) Corpo de homem é encontrado por pescador no Rio Capibaribe, no Recife (01.08.2018)
- (43) Pescador é encontrado morto em piscina natural do Litoral Sul de PE (19.09.2017)
- (44) Pescadores são resgatados após ficarem à deriva no mar (22.08.2017)
- (45) Desconhecidos invadem residência e matam pescador a tiros, em Itapissuma (08.09.2011)

O segundo *frame* mais associado ao grupo é “Meio Ambiente”, englobando captura e encontro de animais silvestres, bem como a conservação da natureza, a exemplo dos seguintes títulos que também retiramos intencionalmente da amostra:

- (46) Pescadores resgatam baleia encalhada no Litoral Norte (12.08.2018)
- (47) Tubarão é capturado por pescadores em praia do Litoral Sul (11.06.2018)
- (48) Jacaré é encontrado por pescadores na praça de Casa Caiada em Olinda (05.06.2017)
- (49) Órgãos ambientais e pescadores contra a extinção na Costa dos Corais (06.05.2017)
- (50) Pescadores lutam para conservar o mangue no Recife (03.06.2015)

6.6 Representação dos(as) pescadores(as) artesanais em territórios pesqueiros

Considerando que os títulos representam a parte mais geral das macroproposições e que nestas não só têm *participantes e atividades*, mas também *tempo, lugar, circunstâncias etc.*, nesta seção, analisamos especificamente *como e em quais espaços (lugares) os pescadores e pescadoras artesanais são representados nos títulos noticiosos do JC*, buscando refletir, principalmente, sobre ideologias e interesses por traz desse discurso hegemônico.

Para tanto, conceituamos os espaços/lugares aos quais os “pescador(es)” são associados como *paisagens linguísticas (PL)*, baseando-nos nessa noção que vem ganhando importância nos ECD, na última década. Originalmente introduzida por Scollon e Scollon (2003 *apud* MARÍN *et al.*, 2017, p. 10), essa ideia gira em torno de “como um espaço em um tempo determinado [...] tem um significado subjetivo para as pessoas que vivem e interagem com ele”.

O significado do espaço como discurso foi inicialmente abordado por Landry e Bourhis (*apud* MARÍN *et al.*, 2017), para quem a linguagem dos nomes de ruas, de lugares, de prédios governamentais, dentre outras sinalizações em espaços públicos, formam a paisagem linguística de um determinado território, região ou conglomerado urbano, tendo duas funções: informacional e simbólica.

Desenvolvida na sociolinguística, a abordagem entende o lugar como mais uma peça do discurso, em vez de considerá-lo um simples contexto. Atualmente, há uma série de trabalhos acadêmicos, especialmente sobre movimentos sociais urbanos, que se debruçam sobre o estudo de lugares (praças, cidades, ruas e outros espaços públicos) como discurso¹⁵⁸.

¹⁵⁸ VAN DIJK, T.A. Notas de orientação. Outubro, 2020. Cf. MARTIN ROJO, L. (2014).

O que nos interessa desse enfoque é “entender melhor a relação do espaço com a linguagem, onde o primeiro já não se toma como um complemento do segundo, mas o espaço passa a ser discurso em si e o discurso se converte em paisagem” (MARÍN *et al.*, 2017, p. 11). Contudo, não analisamos essa relação materializada no espaço físico, como outros estudos propõem, mas como um instrumento que nos permite compreender a associação dos pescadores e pescadoras artesanais a esses lugares, mais especificamente a seus territórios pesqueiros, expressada no discurso hegemônico da imprensa, e refletir sobre possíveis intenções e motivações para essa constante associação semântica nos títulos noticiosos.

Afinal, sendo o discurso realizado como uma sequência de atos de fala e não apenas um conjunto de objetos linguísticos, mas ações que performam, e tendo em relevo que o discurso jornalístico, especialmente o gênero notícia, é composto por *afirmações*, podemos dizer com base em Butler (1993, p. 55), que as asseverações nos títulos que se tornam fatos, “ao enunciarse, também encarnam uma ação e exercem um poder vinculante”.

Ora, se a performatividade está associada ao poder do discurso, neste caso o jornalístico, quando o Jornal do Comercio associa recorrentemente os(as) pescadores(as) artesanais a determinados territórios, acaba definindo não só a identidade do grupo, mas reforça ideologias e interesses subjacentes a essa representação midiática. É como Butler (1993, p. 56) explica: um enunciado performativo “acumula o poder da autoridade através da repetição ou citação de um conjunto de práticas precedentes”. Em outras palavras, o discurso jornalístico *funciona*, pois, “encobre e recorre às convenções constitutivas que o ativam. Neste sentido, não há termo ou afirmação que possa intervir de maneira performativa sem a historicidade do poder, *uma historicidade que se acumula e se oculta*” (BUTLER, 1993, p. 57).

Essa questão também nos interessa por outros motivos. Um deles é que os meios de comunicação massivos contribuem “na construção de um determinado imaginário urbano a partir da forma em que narram a cidade” (RIZO *apud* JIMÉNEZ, 2010, p. 5). Essa representação midiática constrói realidades, difunde representações e incide nas percepções que as pessoas têm sobre o espaço urbano e os grupos que coexistem nele (JIMÉNEZ, 2010).

Isso também se aplica aos territórios pesqueiros rurais. Atualmente, estes se misturam, interagem e se imbricam como o urbano. É cada vez mais difícil estabelecer fronteiras entre ambos, especialmente devido à crescente urbanização e industrialização de ambientes pesqueiros, além da expansão dos meios de transporte e outros fatores que permitem o acesso irrestrito dos pescadores e pescadoras à cidade e à cultura urbana e vice-versa.

Além disso, porque as comunidades pesqueiras são hoje multifacetárias e híbridas, onde a pesca tradicional convive com outras atividades econômicas, como turismo, artesanato,

indústria, serviços gerais ou domésticos etc. Embora produtivos, muitos desses espaços urbano-rurais são marcados pela desigualdade e exclusão social. Inclusive, a maior parte deles sofre constantemente com a especulação industrial e, como Raposo e Rodrigues (2018, p. 30) explicam, especialmente imobiliária, beneficiando “apenas uma pequena parcela da sociedade que detém o capital”.

Nosso interesse também se deve a que ecossistemas, onde as culturas tradicionais moram e pescam, especialmente os manguezais, praias e beira de rios, passam periodicamente por projetos de requalificação urbana (RAPOSO; RODRIGUES, 2018). Esse processo faz desses espaços um bem cobiçado não apenas por grandes empreendimentos imobiliários, mas também industriais e turísticos.

Aliás, a constante ameaça ao território pesqueiro é uma prática sócio-histórica, marcada por um *racismo ambiental* fundamentado na discriminação racial na elaboração de políticas ambientais, na escolha deliberada de comunidades para depositar rejeitos tóxicos e instalar indústrias poluidoras. Consiste na exclusão de pessoas negras de comitês de decisão, grupos ambientalistas e mesmo comissões e instâncias regulamentadoras governamentais.

Para Pacheco (s/d/, s/p), essa noção se refere “às injustiças sociais e ambientais que recaem de forma implacável sobre etnias e populações mais vulneráveis. O Racismo Ambiental não se configura apenas através de ações que tenham uma intenção racista, mas, igualmente, através de ações que tenham impacto ‘racial’”. Já na visão de Herculano (*apud* RAPOSO; RODRIGUES 2018, p. 130), o racismo ambiental:

*[...] diz respeito a um tipo de desigualdade e de injustiça ambiental muito específico: o que recai sobre suas etnias, bem como sobre todo grupo de populações ditas tradicionais – ribeirinhos, extrativistas, geraizeiros, pescadores, pantaneiros, caiçaras, vazanteiros, ciganos, pomeranos, comunidades de terreiro, faxinais, quilombolas etc. – que têm se defrontado com a ‘chegada do estranho’, isto é, de grandes empreendimentos desenvolvimentistas – barragens, projetos de monocultura, carcinicultura, maricultura, hidrovias e rodovias – que os expõem de seus territórios e desorganizam suas culturas, seja empurrando-os para as favelas das periferias urbanas, seja forçando-os a conviver com um cotidiano de envenenamento e degradação de seus ambientes de vida (HERCULANO *apud* RAPOSO; RODRIGUES, 2018, p. 130, grifos nossos).*

Por fim, essa representação nos interessa porque frente a essa conjuntura de disputa e discriminação, no que tange ao seu território, uma das mais importantes bandeiras de luta dos(as) pescadores(as) artesanais, na atualidade, é o reconhecimento e regularização de seus territórios de pesca, o que marca constantemente o discurso e outras práticas sociais do MPP e de suas lideranças (FOX; HEINZ, 2019). Outras estratégias que analisamos nesta parte

englobam a *descrição de atores sociais, agentividade, referenciação, inclusão/destaque, exclusão/ocultação, significado implícito ou implicatura*.

6.6.1 Associação dos(as) pescadores(as) artesanais a paisagens linguísticas

Nossa decisão de analisar como o JC retrata o grupo social associado a paisagens linguísticas se deve à recorrência dessa representação (referente + lugar), nos títulos noticiosos¹⁵⁹. Adotando como amostra intencional, o quadro 30 (apêndice C), em que o veículo e seus editores descrevem o grupo de diversas formas, percebemos que desses 78 títulos, cerca de 58% apresentam os(as) pescadores(as) vinculados(as) a um determinado espaço/lugar.

Outro aspecto interessante é que, em geral, esses lugares correspondem a territórios pesqueiros urbanos e rurais e, em uma proporção menor, a áreas urbanas não pesqueiras na Região Metropolitana do Recife (RMR). Para detalhar melhor essas análises quantitativas, organizamos as paisagens linguísticas associadas aos pescadores(as) artesanais, no discurso noticioso do JC, com a respectiva frequência, na TAB. 9:

Tabela 9 – Paisagens linguísticas associadas aos pescadores(as) artesanais nas notícias

| Paisagens linguísticas | Frequência |
|-------------------------|------------|
| Ilha de Deus | 6 |
| Suape | 5 |
| Brasília Teimosa | 3 |
| Rio Capibaribe | 3 |
| Centro do Recife | 3 |
| Pina | 3 |
| Litoral Norte | 2 |
| Litoral Sul | 2 |
| Ipojuca | 2 |
| Paulista | 2 |
| Olinda | 2 |
| Janga | 2 |
| Fernando de Noronha | 1 |
| Cabo de Santo Agostinho | 1 |
| Ilha de Itamaracá | 1 |
| Mangue | 1 |
| Costa dos Corais | 1 |
| Itapissuma | 1 |
| Sirinhaém | 1 |

¹⁵⁹ A associação dos(as) pescadores(as) artesanais a lugares/espacos é recorrente no discurso da imprensa. Está presente em 68% dos títulos do nosso arquivo de notícias, formado por 244 publicações, entre 1985 e 2017.

| | |
|-------------------|-----------|
| Santo Amaro | 1 |
| Caxangá | 1 |
| Domingos Ferreira | 1 |
| Total | 45 |

Fonte: Elaboração própria.

Esses dados também indicam que 80% das PLs em que os pescadores e pescadoras são representados correspondem a municípios da RMR ou a espaços urbanos na cidade do Recife. Ou seja, somente em 20% dessas estruturas há uma referenciação que constrói uma imagem do grupo associado a locais, que poderiam ser considerados territórios pesqueiros “rurais”, embora essa distinção entre urbano e rural já não caiba mais, pois “os limites que distinguem as duas realidades tornam-se mais difíceis de serem visualizados” (PIRES, 2003, p. 48).

De certa forma, essa representação condiz com o cotidiano e a situação social de muitas comunidades pesqueiras pernambucanas que, desde a década de 1950, convivem com a explosão urbana desordenada, especulação imobiliária e o avanço do turismo predatório. Um modelo de desenvolvimento que dá lugar a megaprojetos que se estabelecem para supostamente “implantar empregos, progresso, desenvolvimento sustentável e cidadania” (PACHECO, 2008, p.1), quando na realidade expulsa as culturas tradicionais dos seus territórios, destruindo, inclusive, seu modo de vida e reprodução social.

Além disso, indica como a dicotomia rural e urbano é cada vez menor, o que se manifesta no discurso jornalístico, em que “muitos dos referenciais que definiam os contornos rurais não têm mais força de interpretação” (PIRES, 2003, p. 48), ao menos quando se trata de territórios pesqueiros, em Pernambuco. Obviamente, esse imbricamento entre rural e urbano incide em *como* os veículos de comunicação de massa representam as culturas tradicionais que habitam e produzem nesses espaços.

Na amostra que analisamos, dos 45 títulos em que os(as) pescadores(as) artesanais são associados a PLs, 13% correspondem a *Ilha de Deus*, comunidade pesqueira do Recife, localizada na maior reserva de mangue em área urbana das Américas. Seguem alguns exemplos que selecionamos intencionalmente para ilustrarmos:

(51) Novas habitações de *moradores da Ilha de Deus* acumulam problemas (05.11.2011)

(52) Documentário retrata a vida das *pescadoras na Ilha de Deus* (18.11.2017)

(53) Museu irá contar história da *comunidade da Ilha de Deus* (05.08.2017).

Já em 11% dos títulos o grupo aparece vinculado a *Suape* e, em cerca de 7%, a outros territórios pesqueiros urbanos recifenses, tais como *Brasília Teimosa*, *Rio Capibaribe*, *Centro do Recife* e *Pina*. Os(as) pescadores(as) também aparecem ligados ao *Litoral Norte*, *Litoral Sul* (de Pernambuco), bem como a *Fernando de Noronha*, *Ipojuca*, *Paulista* e *Olinda*, em 4% dos títulos.

A imagem do grupo também é associada ao *Cabo de Santo Agostinho*, *Itamaracá*, *Mangue*, *Costa dos Corais*, *Itapissuma*, *Sirinhaém*, em 2% dos títulos. Bairros urbanos recifenses, como *Santo Amaro* e *Janga*, além de avenidas como *Caxangá* e *Domingos Ferreira* também compõem essa representação dos(as) pescadores(as) nos títulos.

Note-se que essa associação semântica se dá geralmente em termos de “pertencimento” do grupo a uma localidade, por exemplo: comunidade pesqueira *do Recife*, comunidade *da Ilha de Deus*, pescadores *do Cabo de Santo Agostinho*, moradores *de Suape*, pescadoras *na Ilha de Deus* etc.

Em outras palavras, o emprego de paisagens linguísticas, que atribuem características ao grupo social, definem a identidade do grupo e marcam uma relação de *diferença* entre “*Eles*” e “*Nós*”. Não apenas para destacar a existência de uma “minoridade” que vive entre “*Nós*”, mas que nessa distinção é subjacente um sentido ideológico. Isso porque expressões “Pescadores do Cabo de Santo Agostinho” ou “Comunidade Pesqueira do Recife” constroem uma representação dos(as) pescadores(as) com características peculiares, como um grupo que “pertence” a determinados lugares/espços.

Tomando como parâmetro a análise dos resultados obtidos a TAB. 11 e no método de amostragem intencional, examinamos esse modo de referenciação, especificamente em PLs que correspondem a mais de 10% dos títulos. Nesses critérios, um primeiro resultado é que o *Jornal do Comercio* demonstra maior interesse em noticiar o grupo quando associado a Ilha de Deus, o que discorreremos a seguir.

6.6.1.1 Ilha de Deus

A frequente associação do grupo social à Ilha de Deus, no discurso do JC, não nos surpreende, tendo em vista que o jornal faz parte do Grupo JCPM, conglomerado atuante nos ramos imobiliário e de shopping centers, com claros interesses econômicos nesse espaço/território. Para se ter uma ideia, uma das principais iniciativas do grupo empresarial nessa área é o Shopping RioMar, localizado bem ao lado da Ilha de Deus, como ilustra a seguinte fotografia:

Foto 1 – Shopping Rio Mar e Ilha de Deus no Recife



Fonte: Divulgação Grupo JCPM.

Com cerca de três hectares e mais de mil habitantes, dos quais 95% vivem da pesca, a Ilha de Deus está situada no setor noroeste do Parque Natural Municipal Josué de Castro, conhecido como Parque dos Manguezais, sendo uma Área Protegida controlada pela Marinha do Brasil (RAPOSO; RODRIGUES, 2018; SILVA, 2011). A Ilha está localizada em uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), que são “áreas com problemas relacionados ao uso e ocupação do solo, servindo como base para a construção de planos urbanísticos” (RAPOSO; RODRIGUES, 2018, p. 134).

Segundo Silva (2011), esse estuário sofre a ação da maré afetada pelo lixo e esgoto da própria comunidade e pela confluência da poluição da cidade do Recife. A população de pescadores e pescadoras que reside e trabalha na Ilha de Deus, desde os anos 1950, tem sido negligenciada durante décadas pelo poder público, que até recentemente mantinha uma postura contrária à consolidação da comunidade (SILVA, 2011).

Na primeira década do século XXI, a Ilha de Deus passou por uma requalificação realizada pelo Governo Eduardo Campos, envolvendo habitação, sistema de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem, pavimentação e iluminação (SILVA, 2011). Concomitantemente, os investimentos do setor privado, especialmente do Grupo JCPM, vêm modificando o perfil do entorno do manguezal do Pina, provocando forte valorização do metro quadrado, como é possível observar nesta foto aérea:

Foto 2: Manguezal do Pina



Fonte: SILVA (2011).

Como a imagem mostra, o Grupo JCPM atua fortemente no Parque dos Manguezais, onde, na última década, tem investido aproximadamente 600 milhões de reais, que incluem o Empresarial JCPM Center, o Residencial Resort Le Parc Boa Viagem e o Shopping RioMar, sendo este último um complexo de mais de 400 lojas e três torres empresariais. O conglomerado afirma desenvolver projetos para uma gestão, nas suas palavras, “pautada pelo compromisso e melhores práticas ambientais operacionais, alinhadas às premissas de sustentabilidade adotadas pelo Grupo JCPM em seus empreendimentos” (RIOMAR RECIFE, 2020, s/p).

Uma dessas iniciativas é o “Projeto Jogando Limpo com o Mangue”, que vigora desde 2014 e realiza “ações ligadas a educação ambiental, a preservação de ambientes costeiros e de coleta solidária de resíduos do mangue frente ao Riomar” (RIOMAR RECIFE, 2020, s/p). São práticas sociais incipientes, cujo propósito é ocultar os interesses do Grupo JCPM, bem como os impactos socioambientais, econômicos e culturais dos empreendimentos urbanísticos já realizados e planejados, no mais importante território pesqueiro urbano do Recife e das Américas.

Dissimulado de ações desinteressadas e supostamente baseado em pilares da responsabilidade socioambiental e da sustentabilidade, esse marketing verde¹⁶⁰ é fundamentado em ideologias capitalistas. Esse modelo de desenvolvimento pró-capital “aumenta os casos de racismo ambiental, excluindo os menos favorecidos a partir de esferas construídas pela sociedade, embebidos nos diálogos preconceituosos da grande mídia, assim como a exclusão gerada pelo capital” (PACHECO, 2008).

Sem pretensão de analisar o discurso do Grupo JCPM, mas buscando revelar suas intenções, intuitivamente podemos dizer que, para legitimar suas ações, o conglomerado constrói uma autoimagem positiva, junto à opinião pública, usando um dos seus principais veículos de comunicação de massa, neste caso, o *Jornal do Commercio*. Reproduzimos alguns títulos que selecionamos intencionalmente do nosso *corpus* de estudo para ilustrar essa estratégia de autorrepresentação positiva da empresa nos títulos noticiosos do JC:

(54) Programa do *Instituto JCPM promove conscientização ambiental* no Recife (26.07.2018)

(55) *Instituto JCPM cria oportunidades* para milhares de jovens há sete anos (18.08.2013)

(56) Brasília Teimosa recebe *palestra* sobre perigos com *animais marinhos* (26.09.2014)

Quando o Grupo JCPM fala sobre pescadores(as) artesanais, no *Jornal do Commercio*, como nos títulos 54 e 56, é o seu braço filantrópico, o Instituto JCPM, que participa na interação comunicativa. No nosso *corpus* de pesquisa, por exemplo, não temos registro de títulos que envolvam diretamente empresa, embora esta possua grandes empreendimentos imobiliários e comerciais em territórios pesqueiros urbanos, como a Ilha de Deus e Brasília Teimosa, na RMR.

Ou seja, em se tratando do domínio pesqueiro, o JC representa o grupo empresarial ao qual pertence como uma iniciativa voltada para ações sociais e ambientais, o que também é coerente com o modo como a empresa se autorrepresenta. Note-se ainda que, em termos de agentividade, o Instituto JCPM desempenha nos títulos o papel de argumento agente de “Promover”, “Criar”, “Palestrar”, todos conceitos que, além de enfatizar sua agentividade

¹⁶⁰ Empresas usam diversas metodologias, seja através de mudanças no próprio bem ou serviço ou atividades de marketing, para se diferenciar no mercado e desencadear uma memória positiva no consumidor. Um dos tipos de marketing para se posicionar é o *Marketing Verde*, também conhecido como Marketing Ambiental (do inglês *Green Marketing* ou *Ecological Marketing*).

positiva, implicam benefícios às comunidades pesqueiras, em particular, e à sociedade, em geral.

Títulos como esses também carregam um significado implícito sobre “*Nós*” e os *nossos valores*, dentre eles, responsabilidade empresarial e socioambiental, solidariedade, preservação ambiental etc., bem como sobre as *nossas atitudes a favor* ou *em benefício* de exogrupos, como os(as) pescadores(as) artesanais. Essa estratégia ideológica tipifica a informação, enfatizando as boas ações do JCPM, construindo assim uma representação positiva da empresa e mascarando suas reais intenções.

Essa construção discursiva também pode ser observada em torno de outros atores da iniciativa privada, do governo e até de organizações do terceiro setor, os quais são caracterizados como “benfeitores” da Ilha de Deus. Na maior parte dos títulos, esses grupos são representados como argumentos agentes de ações em benefício dessa comunidade pesqueira, como nos seguintes títulos extraídos da amostra intencional que usamos:

(57) *Turismo criativo muda vida de comunidades e empreendedores* (23.12.2018)

(58) *Museu irá contar história da comunidade da Ilha de Deus* (05.08.2017)

(59) *Passeio para desbravar a Ilha de Deus comunidade pesqueira do Recife* (01.09.2016)

(60) *Moradores da Ilha de Deus ganham exposição para lembrar do passado* (19.08.2017)

No título 57, por exemplo, o “Turismo” é o argumento agente de “Mudar” (a vida da comunidade e de empreendedores do ramo), o que significa *modificar a essência de algo ou de alguém, transformar*. Trata-se de uma agentividade positiva centrada no setor turístico, caracterizado positivamente como “criativo”. Desse modo, o discurso do JC enfatiza os aspectos positivos das iniciativas turísticas privadas, enquanto invisibiliza a Ilha de Deus descrita de forma vaga como “comunidade” e no papel semântico de argumento paciente, beneficiado pelo endogrupo.

Note-se que essa construção também implica que as iniciativas turísticas beneficiam os atores sociais como um todo, descritos como “comunidades e empreendedores”. É uma representação fundamentada em ideologias pró-desenvolvimento capitalista. Um modelo econômico que prioriza a expansão turística acima dos interesses e necessidades de comunidades tradicionais.

Ao qualificar o turismo como um empreendimento “criativo” que muda (para melhor) a vida dos atores sociais envolvidos, o Jornal do Commercio tipifica essa informação, legitimando intervenções turísticas na Ilha de Deus, implicando que são positivas e bem

intencionadas. No entanto, diversos estudos (QUINAMO, 2006; SILVA *et al.*, 2013; RAMALHO, 2017) e mesmo movimentos sociais de pescadores e pescadoras têm alertado sobre os malefícios causados pelo crescimento desorganizado do turismo, que na maioria dos casos ameaça, afeta, desorganizada e até destrói comunidades pesqueiras.

Já no título 58, o argumento agente da macroproposição é o “Museu”, provavelmente uma iniciativa do primeiro ou terceiro setores, ou de ambos, responsável pelo predicado “Contar”, que significa *relatar o enredo ou detalhes de uma história*. Neste caso, contar a história da comunidade pesqueira. Mais uma vez, o endogrupo (*Estado, ONGs*) é representado positivamente, como alguém que beneficia o exogrupo (pescadores), enquanto “*Eles*” são atores passivos, beneficiários das *nossas* boas ações e dos *nossos valores* (preservação da memória cultural, valorização das culturas tradicionais). Essa construção também implica que a comunidade precisa de *nós* para relatar sua história.

No título 59, novamente o turismo é o ator social que cumpre o papel de argumento agente de “Desbravar” a Ilha de Deus. Conceito com um valor semântico de *explorar, retirar obstáculos, abrir a passagem*, isto é, implica que esse espaço é um território desconhecido, selvagem, inóspito. Por outro lado, ao categorizar essa PL como uma “comunidade *pesqueira* do Recife”, o discurso do JC implica que os(as) pescadores(as) artesanais também precisam ser civilizados, colonizados.

No título 60, mais uma vez, o discurso do JC usa a estratégia de referenciação que retrata o grupo pertencente a uma PL: “Moradores da Ilha de Deus”. Nessa macroproposição, os(as) pescadores(as) exercem o papel de argumentos pacientes, que “ganham”, isto é, são beneficiados pelas *nossas* boas ações, neste caso, uma exposição sobre sua história. O conceito “Ganhar” significa *entrar na posse de (algo) por oferecimento de outrem*. Ou seja, implica receber gratuitamente um presente, doação ou benfeitoria, que “*Nós*” damos a “*Eles*”. Mais um título, portanto, que enfatiza as boas ações do endogrupo (expor, lembrar, doar), enquanto isso, *Eles* (exogrupo) são apenas beneficiários, tendo sua agentividade ofuscada.

Em termos gerais, podemos dizer que a representação do grupo social associado à Ilha de Deus, nos títulos do JC, é a de uma comunidade primitiva, que precisa ser desenvolvida pelo turismo e cuja história e memória necessitam ser expostas e contadas por *Nós*. Trata-se de um discurso ideológico que inclui/destaca *nossa* agentividade e os *nossos* aspectos e valores positivos, enquanto oculta/exclui a agentividade, aspectos e valores positivos dos(as) pescadores(as) artesanais, que desempenham principalmente o papel de beneficiários das *nossas* boas ações e valores, nesse território pesqueiro.

6.6.1.2 Suape

Localizada no município de Cabo de Santo Agostinho, no Litoral Sul de Pernambuco, a praia de Suape é outra paisagem linguística frequentemente associada aos pescadores(as) artesanais nos títulos noticiosos do JC. Esta localidade é formada por mangues, estuários, remanescentes de Mata Atlântica e banhada pelo Oceano Atlântico. Desde os anos 1950, a pesca artesanal é o setor produtivo mais importante para a comunidade local, sendo um lugar privilegiado para o “modo de vida dos pescadores no nordeste brasileiro” (RAMALHO, 2017, p. 36).

No entanto, essa configuração vem mudando desde os anos 1970, devido a implantação do Complexo Portuário e Industrial de Suape, do conjunto hoteleiro de luxo, além do avanço imobiliário. Aliás, os principais conflitos socioambientais nesta região estão diretamente associados ao referido conglomerado, a “especulação imobiliária e turística, a carcinicultura, as indústrias naval e petrolífera” (CPP, 2016b, p. 28). Essa expansão urbano-industrial tem afetado profundamente o meio ambiente e os ecossistemas marinhos, conseqüentemente, o modo de vida dos pescadores e pescadoras suapenses, que sentem diretamente os impactos das mudanças na sua produção (RAMALHO, 2017).

Dentre os conflitos provocados pela expansão do capital, nesse espaço, estão a privatização de terras públicas, que gera expropriação e despejo de famílias pesqueiras, a degradação ambiental, o impedimento de acesso ao território pesqueiro, a destruição de Mata Atlântica, o desmatamento de áreas de restingas de manguezais, além de descartes de sedimentos em mar aberto, inviabilizando a pesca artesanal na região (CPP, 2016b). Para ilustrar esse cenário, seguem imagens da atividade pesqueira no local:

Foto 3 – Pesca Artesanal em Suape



Fonte: CPP/NE.

Suape é, assim, exemplo de um espaço de resistência, onde as comunidades pesqueiras lutam diariamente contra o racismo ambiental, que “cresce a partir dessa base capitalista agregada, que prega a mensuração de valor a natureza somada a base racista intrinsicamente contida na história humana, exaltado o processo de domínio do poder” (RAPOSO; RODRIGUES, 2018, p. 131). É sobre essa PL de interesses opostos e conflitantes, entre capital e culturas tradicionais, que o Jornal do Commercio constrói seu discurso sobre os(as) pescadores(as) artesanais, como observamos nos seguintes títulos que selecionamos da amostra intencional:

(61) Moradores de Suape fazem protesto na área central do Recife (26.10.2016)

(62) Suape procura moradores para cadastro em conjunto habitacional (23.09.2016)

(63) Suape obrigado a prestar ajuda a pescadores do Cabo do Santo Agostinho (30.06.2012)

(64) Pescadores vão à ONU contra Suape (05.01.2012)

No título 61, o JC usa a estratégia de referenciação mais comum para o grupo social (referente + lugar), que os categoriza de forma vaga e geral, como “moradores” associando-os à PL Suape. Nessa macroproposição, os(as) pescadores(as) desempenham a função semântica de argumento agente de “Protestar” que, neste contexto, significa *realizar um ato de protesto, reivindicar, reclamar*. Entretanto, o veículo oculta a agentividade do grupo e, conseqüentemente, a força política do protesto, se centrando apenas na PL do acontecimento (área central do Recife). Assim, também encobre as motivações ou objetivos do grupo social.

Outro exemplo interessante de como o JC oculta os conflitos, em Suape, é título 62. Em primeiro lugar, o jornal usa a expressão convencionada pela imprensa para o Complexo Portuário e Industrial de Suape, referenciando-o como “Suape”, como se essa PL fosse propriedade do conglomerado empresarial. Este desempenha o papel de argumento agente de “Procurar”, que significa *buscar; tentar encontrar; estar em busca de algo/alguém perdido*.

Por seu turno, o argumento paciente são os “moradores de Suape”. Apesar de representar o grupo como pertencente a uma PL (Suape), ao descrevê-lo de forma vaga e geral, como “moradores”, o JC oculta a sua verdadeira função social, a saber, pescadores e pescadoras artesanais suapenses.

Em seguida, o veículo usa a expressão “Cadastro”, uma nominalização de “Cadastrar”, cujo significado é *reunir e organizar informações acerca de pessoas, bens ou itens diversos*. Embora as nominalizações sejam frequentes no discurso jornalístico, em que “vários processos normalmente expressados com verbos se formulam com estruturas nominativas” (NADAL

apud COLORADO, 2014, p. 200), quando a estratégia aparece sozinha, sem um argumento, como nesta proposição, cumpre a função de ocultar quem faz o quê e para quê (VAN DIJK, 2018).

Neste caso, a nominalização tem a função de ocultar/excluir a agentividade do Complexo Portuário e Industrial de Suape de reunir e organizar os(as) pescadores(as) artesanais suapenses para receberem uma unidade habitacional. Da forma em que essa proposição é construída, oculta o verdadeiro significado da agentividade da empresa, que é *indenizar* o grupo pelas desapropriações de moradias e a sua desterritorialização em Suape.

Já no título 63, o Porto é objeto da ação de outro participante oculto no discurso do JC. Sabemos que a estratégia de excluir atores sociais é um mecanismo de encobrir ou excluir a função agentiva deles. Neste caso, do Governo do Estado de Pernambuco que “Obriga”, isto é, *submete* ou *força* o complexo industrial e portuário a ajudar os(as) pescadores(as) suapenses. Note-se que “Ajudar” mitiga a primeira atividade (obrigar), tendo um efeito de desenfatar a representação negativa do Porto de Suape, que, em vez de ser “obrigado” desempenha o papel de alguém que *presta ajuda, socorre, subvenciona*.

Por sua vez, os(as) pescadores artesanais são representados na função de argumento paciente, beneficiados pelo Porto de Suape, que os “Ajuda”, ou seja, os *auxilia, socorre ou favorece*. Desse modo, o grupo social é representado como um ator que precisa ser “ajudado” (e não “indenizado”) pelo Porto. Aparece como favorecido, em vez de prejudicado.

Além disso, quando o jornalista representa o Complexo de Suape no papel de quem é “obrigado” a fazer algo, dependendo do posicionamento ideológico e do conhecimento dos leitores do JC, estes podem compreender que o conglomerado empresarial é uma *vítima* das ações (negativas) do Estado e dos(as) pescadores(as) suapenses. Consequentemente, isso pode gerar opiniões e atitudes negativas *contra* essa cultura tradicional e contra o próprio governo.

Nada mais injusto e longe da verdade, pois, durante décadas os pescadores e pescadoras artesanais suapenses têm sofrido violações ininterruptas de seus direitos humanos sociais, ambientais e culturais (CPP, 2016b). Para se ter uma ideia, em 2016, o Complexo e a CPRH foram condenados pelo MPF, com base na denúncia da Colônia de Pescadores Z-08, por danos socioambientais. Mesmo após a condenação, em 2017, as obras continuaram desrespeitando os direitos das comunidades pesqueiras locais. Espécies de grande importância para a economia pesqueira foram quase extintas e os(as) pescadores(as) da região, que dependem desse ecossistema para produzir, também (CPP-NE, 2017d).

Por sua vez, o título 64 representa os(as) pescadores(as) artesanais no papel de argumentos agentes de “ir”, que significa *deslocar-se de um lugar a outro*. Sendo a ONU uma

organização internacional para a paz e o desenvolvimento, essa proposição implica uma denúncia e evidencia uma atitude negativa dos pescadores(as) *contra* o Complexo Portuário e Industrial de Suape. Quanto aos efeitos dessa macroproposição nos leitores do JC, estes podem ser tanto de repúdio, quanto de solidariedade com o exogrupo.

Aqui, finalizamos a análise das principais propriedades discursivas que revelam a representação dos(as) pescadores(as) artesanais, nos títulos noticiosos do Jornal do Comercio. Na terceira e última etapa deste capítulo, nos debruçamos sobre o texto completo das notícias.

PARTE III – ANÁLISE MICROTETUAL DE NOTÍCIAS

6.7 – Estratégias de representação dos(as) pescadores(as) artesanais nas notícias

Na terceira parte deste capítulo, examinamos a nível local (semântico e sintático), com base em Falcone (2008), *como* e *quais* atores/grupos sociais estão representados nas notícias e, ainda, *como* e *quais* acontecimentos são narrados ou descritos. Ancoramos nossa análise em algumas estratégias-chave na representação de atores sociais, sobre as quais já discorreremos anteriormente, dentre elas, *descrição de atores sociais, estilo lexical, grau de descrição, inclusão/exclusão, agentividade, referenciação, quadrado ideológico, significado implícito ou implicatura, marcos temáticos* e outras estratégias ideológicas subjacentes.

Também nos debruçamos sobre o *discurso citado* ou *referido* (CHARAUDEAU; MANGUENEAU, 2004), considerado aqui como a assimilação de discurso alheios, que “pode estar influenciada por uma série de interesses sociais, políticos ou ideológicos por parte do escritor/falante que evoca ou cita outros discursos no discurso próprio” (COLORADO, 2014, p. 143).

Nessa perspectiva, a citação¹⁶¹ revela quem é a fonte do repórter e quem tem acesso aos meios de comunicação de massa e, portanto, ao discurso público. Expressa ainda quais são os protagonistas mais importantes e com maior credibilidade para serem citados em uma notícia; a quem é permitido expressar sua opinião e “de que maneira um jornalista valoriza uma opinião aspeada” (VAN DIJK, 2003a, p. 245).

O resultado dessa prática jornalística é que as ideias ou as opiniões de um determinado grupo acabam predominando nas notícias. Isso também é, em última instância, o que grandes audiências dos meios massivos consomem, pois, “se o meio de comunicação privilegia as

¹⁶¹ Os discursos de fontes podem aparecer em citações diretas, indiretas, mistas etc. Cf. Calsamiglia; Tusón (2001); Colorado (2014).

declarações das elites e, além disso, não questiona ou critica o discurso oficial, o resultado é uma cobertura jornalística que beneficia os interesses [...] das elites oficiais em detrimento dos grupos minoritários (COLORADO, 2014).

O acesso privilegiado que fontes oficiais têm ao discurso noticioso se percebe não somente na cobertura ampla e muitas vezes acrítica de suas declarações, mas também na formulação da informação jornalística na qual, por um lado, se minimiza ou invisibiliza as ações negativas do governo ou de outros atores sociais de poder e, por outra parte, tende a representar positivamente as ações de grupo de poder, descritas como “necessárias”, “legais” etc. (COLORADO, 2014).

Sendo o discurso uma prática social, quando o jornalista cita um discurso alheio, ele evoca “um tipo de ação social (discursiva) realizada por algum ator ou grupo social” (COLORADO, 2014, p. 143). Nesse sentido, o discurso referido é uma estratégia de representação, pois “implica uma assimilação dos discursos alheios introduzidos no próprio discurso (para convergir, divergir, discutir, rejeitar, minimizar etc.)” (COLORADO, 2014, p. 144).

Como sabemos, a maior parte da produção noticiosa não se baseia na observação imediata dos acontecimentos informativos, mas envolve fontes que a geram. Desses textos fonte, o jornalista pode selecionar partes copiadas, citadas ou resumidas e, ainda, pode obter informação por meio de entrevistas, da informação disponível em plataformas de busca na Internet e mesmo de outros meios de comunicação (rádio, televisão, mídias sociais). Em suma, é comum no domínio jornalístico a produção de notícias com base em outros textos ou em entrevistas de personagens que o repórter considera importante citar (LAGE, 1987).

Sabemos ainda que embora a norma jornalística pregue clareza, simplicidade e concisão nos textos, bem como imparcialidade e objetividade dos fatos e do que se diz na esfera pública, “a construção da notícia é uma representação subjetiva da realidade” (CHARAUDEAU *apud* COLORADO, 2014, p. 148). Isso quer dizer que independentemente do tipo de citação (direta, indireta, mista etc.), as palavras estão condicionadas pelas intenções comunicativas do jornalista e, obviamente, do jornal, em termos políticos, ideológicos etc. Todas as citações são um ponto de vista de quem produz a notícia (COLORADO, 2014).

Por outro lado, sendo baseado em entrevistas com fontes, cujos depoimentos servem para escrever uma notícia, o discurso jornalístico pode ser bastante redundante. Assim, sua produção se apresenta essencialmente parafrástica e mesmo quando o repórter usa citações textuais do entrevistado, estas são sempre uma reconstrução do autor (MARCUSCHI, 2001).

Com base no anterior e, mais especificamente, no trabalho de Marcuschi (1991), investigamos *verbos que introduzem opiniões nas notícias*. Segundo o autor, a seleção de verbos “para citar ou apresentar o pensamento de alguém, implica, além de uma oferta de informação, também uma certa tomada de posição diante do exposto” (MARCUSCHI, 1991, p. 75). É, portanto, uma estratégia de caráter ideológico porque os “verbos introdutórios operam na construção do conteúdo ao que se atribui como sendo a declaração de alguém, daí a potencialidade desses verbos na orientação das interpretações de leitura, agindo, por fim, na categorização do discurso do outro” (FALCONE, 2008, p. 131).

As quatro construções mais comuns na introdução de opiniões alheias são: i) mediante um verbo (dizer, confirmar, declarar, elogiar, frisar, destacar etc.); ii) uma nominalização de verbos (declaração, denúncia, elogio, informação, confirmação, crítica etc.); iii) construções adverbiais para introduzir o discurso literal ou parafraseado (segundo, na opinião de, de acordo com, para etc.); e iv) por meio de dois pontos ou inserção aspeada no interior no texto (MARCUSCHI, 1991). Essa seleção “nos permite identificar qual a opinião – *não explicitada* – do jornalista sobre o discurso do entrevistado, assim como a representação social a ele atribuída” (FALCONE, 2008, p. 131).

Marcuschi (1991) também define dois tipos de discurso que nos ajudam na análise do discurso referido dos atores sociais nas notícias que investigamos: o “discurso de poder” e o “discurso de populares”. Segundo Marcuschi (*apud* FALCONE, 2008, p. 131-132), “quando há a ocorrência dos verbos introdutórios para os dois discursos há uma diferenciação de usos de verbos que levam a distintos efeitos de sentido”. Sendo assim, a ação desses verbos “hierarquiza, reforça, discrimina e categoriza os autores das respectivas ações relatadas” (FALCONE, 2008, p. 132).

Para adaptar essas categorias à nossa análise, chamamos o primeiro tipo de *discurso das elites* ou do *endogrupo*, envolvendo governo, polícia, órgãos públicos, empresas, empresários, políticos, ONGs, Igreja Católica e outros grupos de poder que aparecem nas notícias envolvendo pescadores(as) artesanais. Ao segundo tipo definimos como *discurso da minoria* ou do *exogrupo*, para nos referir ao discurso dos(as) pescadores(as) artesanais. Obviamente, verificamos a construção desses discursos sem perdermos de vista os aspectos sociais do fenômeno que investigamos.

Na próxima seção, organizamos uma amostra com base nos principais marcos temáticos/*frames* associados aos pescadores(as) artesanais, com o intuito de selecionarmos notícias que atendam ao objetivo principal desta tese. Em seguida, apresentamos resumidamente a sistematização e métodos de análise microtextual e procedemos com o exame

dos casos escolhidos, levando em consideração as categorias linguístico-cognitivas e estratégias discursivas sobre as quais discorreremos até agora, bem como sua relação com as dimensões sócio-históricas, políticas, econômicas, culturais e comunicativas.

6.8 Organização, elaboração de amostra e métodos de análise

Para obtermos uma amostra que atenda aos critérios que definimos no item 6.4.1, considerando o título completo (antetítulo, título principal e linha fina) e o restante da estrutura esquemática noticiosa ou estrutura de relevância (*lead*, *sublead* e *corpo*)¹⁶², tomamos como parâmetro os *frames* associados aos “pescador(es)” artesanais no discurso noticioso do JC (vide quadro 22). Em seguida, definimos a quantidade de notícias a serem analisadas, com base em uma amostra intencional de 20%. Calculamos proporcionalmente essa quantidade, de acordo com a frequência de cada MT, e se necessário arredondamos para o número mais próximo, obtendo uma amostra de dez notícias, como consta no quadro a seguir:

Quadro 26: Organização quantitativa de amostra para análise das notícias

| MT | Marcos Temáticos | Frequência | Amostra (20%) |
|-----|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|---------------|
| MT1 | Tragédias /episódios violentos (acidentes, homicídios, mortes, naufrágios, buscas/encontro de desaparecidos/cadáveres) | 12 | 3 |
| MT2 | Meio Ambiente (captura, resgate, encontro, conservação) | 10 | 2 |
| MT3 | Delinquência (corrupção, crimes, pesca ilegal, fraudes, vandalismo) | 5 | 1 |
| MT4 | Assistência social (governamental, empresarial e 3º setor) | 3 | 1 |
| MT5 | Movimentos sociais (protestos, denúncias, reivindicações) | 2 | 1 |
| MT6 | Política (apoio, votos) | 1 | 1 |
| MT7 | Religiosidade (procissões) | 1 | 1 |
| | TOTAL | 34 | 10 |

Fonte: Elaboração própria.

No próximo passo, selecionamos as notícias seguindo o critério quantitativo da amostra intencional para cada MT e, em termos qualitativos, escolhemos aquelas que, além de serem representativas no conjunto do *corpus* desta investigação, possam iluminar e contribuir na compreensão da representação dos(as) pescadores(as) artesanais no discurso do Jornal do Commercio. No quadro abaixo, detalhamos as notícias escolhidas, por MT, e data de publicação:

¹⁶² O gênero noticioso tem uma estrutura esquemática convencional com estruturas que, no padrão jornalístico, ajudam o repórter a construir a notícia e aos leitores compreendê-la. São *estruturas de relevância*, tais como o título e o lead, que compõem o sumário, além do sublead, background (eventos prévios, contexto, história), comentários e avaliação (VAN DIJK, 1990; VAN DIJK, 2015a). Nem sempre, o repórter usa todos os elementos desse esquema na construção da notícia.

Quadro 27 – Notícias para análise qualitativa

| MT | Notícias para análise | Data |
|-----|------------------------------------------------------------------------------|------------|
| MT1 | Pescador é morto a tiros em Paulista | 10.08.2018 |
| | Corpo é encontrado boiando no Rio Capibaribe e removido por pescadores | 18.08.2017 |
| | Sobreviventes de naufrágio aliviados no retorno para casa | 10.10.2012 |
| MT2 | Órgãos ambientais e pescadores contra extinção na Costa dos Corais | 06.05.2017 |
| | Tubarão de mais de 200kg é capturado por pescador no Recife | 10.11.2012 |
| MT3 | CGU vê fraude em dois terços de cada três benefícios do ‘bolsa pescador’ | 04.10.2017 |
| MT4 | Pescadores se engajam para recuperar produção de peixe e camarão | 28.07.2018 |
| MT5 | Pescadores invadem planejamento em protesto contra cancelamento de registros | 22.10.2017 |
| MT6 | Catorze anos depois, Lula volta a casa de pescador em Brasília Teimosa | 26.08.2017 |
| MT7 | Pescadores homenageiam São Pedro com procissão marítima | 28.06.2011 |

Fonte: Elaboração própria.

6.9 Análise de notícias em marcos temáticos

Com o objetivo de sintetizar e sistematizar nossas inferências, em um primeiro momento, classificamos a informação de cada publicação usando uma ficha de análise de notícias que criamos para essa finalidade. Nesse instrumento registramos: i) *Título* (antetítulo, título e linha fina); i.i) *Legenda da foto*¹⁶³; ii) (*Modelo de*) *Contexto* (situação comunicativa); iii) *Elementos*: macroproposições, papel semântico dos argumentos (agente/paciente), predicado; referência, grau de descrição de atores, das ações e do evento; iv) *Ação* (positiva ou negativa); v) *Caracterização da Ação*; vi) *Valores-notícia*. Vii) *Discurso referido (citações)*. Disponibilizamos um modelo preenchido dessa ficha no apêndice E.

De posse desses dados, prosseguimos com a análise qualitativa dos exemplos selecionados. Levamos em consideração os aspectos sociais em que as notícias foram produzidas, pois nos ajudam a compreender como as elites simbólicas se relacionam com os(as) pescadores(as) artesanais, no discurso noticioso dominante. Também observamos a relação entre os modelos mentais, modelos de contexto, representações sociais e o texto noticioso, por entendermos que ao selecionar estratégias discursivas “o repórter está atuando no processo de construção de representações mentais dos leitores sobre o assunto tratado” (FALCONE, 2008, p. 73).

Em cada *frame*, analisamos o número de notícias definidas proporcionalmente, entretanto, quando sentimos necessidade de nos aprofundar numa observação, expandimos essa

¹⁶³ A metodologia de análise do significado local das notícias que adotamos nesta tese não leva em conta elementos do projeto gráfico do jornal, como layout, tipologia e cores, nem propriedades não-verbais da notícia, como *fotografias*, ilustrações, gráficos, infográficos etc. No entanto, como a preocupação central são os macrofenômenos do discurso noticioso, incluímos na análise os textos das legendas das fotos.

amostra com subexemplos vinculados à mesma temática e extraídos do *corpus* ou do *arquivo* deste estudo, que podem incluir uma notícia completa, somente trechos dela ou apenas o título. Isso vale para todos os marcos temáticos (MT).

Tendo em vista que os textos individuais têm muitas estruturas locais, gramaticais etc., que se relacionam cognitivamente com estruturas sociais, no início de cada MT e antes de cada análise, desenvolvemos uma curta introdução, na qual detalhamos as principais estratégias discursivas, categorias sociocognitivas e outros aspectos sociais e sociocomunicativos que examinamos nas notícias.

A ideia é apresentar aos leitores(as) um resumo do que encontramos em cada MT e facilitar a identificação de propriedades do discurso. Contudo, não mencionamos os níveis de análise, pois algumas categorias pertencem a vários deles. Apresentamos e discorremos ainda sobre aspectos do jornalismo e dos meios de comunicação de massa, bem como da situação sociopolítica em torno da pesca artesanal brasileira, em geral, e dos(as) pescadores(as) artesanais, em particular¹⁶⁴.

6.9.1 Tragédias e episódios violentos

No primeiro marco temático, que representa os(as) pescadores(as) artesanais associados a *tragédias e episódios violentos*, analisamos três exemplos. Esse número atende à proporcionalidade que traçamos para esta amostra, considerando que o MT1 corresponde a 35% do total de notícias do *corpus* de investigação.

Em relação a este *frame*, como Melo (2010b, p. 142) explica, o jornalismo se apresenta como “conhecedor do mundo que nos cerca” e, embora cada meio de comunicação tenha suas particularidades, há uma agenda que agrupa os discursos de inúmeros veículos, gerando um enunciador coletivo¹⁶⁵.

No Brasil, a violência, em geral, e os crimes e tragédias, em particular, estão na *agenda midiática desse enunciador coletivo*, sendo esse o marco temático predominante na representação dos(as) pescadores(as) artesanais na imprensa ou, dito de outra forma, o grupo social aparece mais enquadrado nesse *frame midiático*.

¹⁶⁴ VAN DIJK, T. Notas de orientação. Outubro, 2020.

¹⁶⁵ Para Melo (2010b), mesmo que cada meio tenha as suas particularidades, a mídia como um todo é percebida como um *enunciador coletivo*, ou seja, como um *carrier group*. Esse conceito abarca instituições, como a imprensa, partidos políticos, entidades de classe etc., que usam sua condição de poder para construir discursos e, por meio deles, competir para fazer prevalecer sentidos sobre determinados fatos sociais.

Dentre as estratégias que identificamos e analisamos neste *frame* estão descrição de atores sociais, grau de descrição de atores e acontecimentos, agentividade, referenciação, categorização, inclusão/destaque, exclusão/ocultação de atores sociais e acontecimentos, quadrado ideológico (polarização, ênfase, mitigação, contraste), dramatização, significado implícito ou implicatura e discurso referido. Outros elementos sociocognitivos que consideramos são modelos mentais, modelos de contexto e representações sociais, bem como aspectos da prática jornalística, do jornalismo policial, da espetacularização da violência e dos valores-notícia. A seguir analisamos como os(as) pescadores(as) e outros atores sociais são representados nesta temática:

Exemplo 1 (Número de palavras: 136)

1 HOMICÍDIO

2 **Pescador é morto a tiros em Paulista (10.08.2018)**

3 Segundo a PM, o homem aparentava ter aproximadamente 50 anos e foi assassinado
4 por disparos de arma de fogo na Rua Caetés

5 Vizinhos disseram que o homem era morador antigo do local

6 Um pescador foi assassinado na frente de casa, na noite desta sexta-feira (10), no
7 bairro de Tabajara, em Paulista, Grande Recife. De acordo com a Polícia Militar, o
8 homem aparentava aproximadamente 50 anos e foi atingido por disparos de arma de
9 fogo na Rua Caetés. Moradores da área disseram que o pescador residia há muito
10 tempo no bairro. Ele morava sozinho.

11 Motivação desconhecida

12 Segundo a Polícia Militar, ainda não há suspeitas sobre a autoria e motivação do
13 crime. O caso será investigado.

Primeiramente, é importante pontuarmos alguns aspectos da produção das notícias que analisamos a partir desta seção até o item 6.9.7. Como informamos, todos os textos que selecionamos para este estudo fazem parte do gênero notícia, produzidos por agências nacionais ou pela própria equipe do Jornal do Commercio e veiculados por ele, na versão online. Embora não registremos esses elementos em cada análise, levamos em consideração esses e outros aspectos relevantes do (modelo de) contexto do discurso, como local, data, participantes etc. (vide quadro 7).

Isso porque tais componentes do contexto ou situação comunicativa têm influência, por exemplo, no estilo lexical do jornalista, na descrição que este elabora dos participantes e suas ações, o papel semântico em que os representa, além de outras estratégias discursivas que passam por esse filtro cognitivo. Ou seja, o modelo de contexto incide na construção do relato e dos fatos noticiosos sobre os(as) pescadores(as) artesanais.

Sendo assim, percebemos que esta notícia, elaborada e veiculada no caderno Cidades/Polícia, em 10 de agosto de 2018, é baseada principalmente nos depoimentos dos participantes da situação comunicativa. O repórter a redigiu, quase na sua totalidade, com informações provenientes do discurso de poder da Polícia Militar (PM), embora haja registro também do discurso da minoria (vizinhos do pescador, moradores da área), como podemos observar nas seguintes partes em itálico, nas linhas 3 a 5 e 9 a 13 do primeiro exemplo:

3 *Segundo a PM,* o homem aparentava ter aproximadamente 50 anos e foi assassinado
4 por disparos de arma de fogo na Rua Caetés.

5 *Vizinhos disseram que* o homem era morador antigo do local

9 fogo na Rua Caetés. *Moradores da área* disseram que o pescador residia há muito
10 tempo no bairro. Ele morava sozinho.

11 Motivação desconhecida

12 *Segundo a Polícia Militar,* ainda não há suspeitas sobre a autoria e motivação do
13 crime. *O caso será investigado.*

Além dos aspectos intertextuais na construção desta notícia, podemos dizer que antes mesmo de redigi-la, o repórter já tinha um modelo mental (representação) desse evento (homicídio, assassinato, crime violento), que também incidiu na elaboração do texto. O mesmo pode ser dito dos entrevistados e do público leitor, que ativamente constroem a representação do episódio com base na sua percepção, experiências, conhecimento sociocultural, modelos mentais antigos, preconceitos, posicionamento ideológico etc.

Isso significa que, mesmo sem testemunhar o assassinato, todos os participantes desta situação comunicativa são capazes de descrever, opinar ou argumentar sobre o episódio, com base nas suas representações mentais pessoais (experiências e eventos) e aquelas que compartilham com outros membros do seu grupo (conhecimento, ideologias, valores etc.). A seguir, reproduzimos o título da notícia (linhas 1 a 4):

1 HOMICÍDIO

2 Pescador é morto a tiros em Paulista

3 Segundo a PM, o homem aparentava ter aproximadamente 50 anos e foi assassinado

4 por disparos de arma de fogo na Rua Caetés

Dessa estrutura podemos derivar a macroproposição “Pescador é assassinado”, em que o argumento agente de “Assassinar”, que significa “Matar”, “Tirar a vida de algo ou de alguém” está oculto. Isso porque o ator social responsável pelo assassinato, conceito associado à violência e plausível de punição legal, é excluído não somente no título, como também no lead da notícia, conforme é possível perceber nas linhas 6 a 9:

6 *Um pescador foi assassinado* na frente de casa, na noite desta sexta-feira (10), no
7 bairro de Tabajara, em Paulista, Grande Recife. De acordo com a Polícia Militar, o
8 homem aparentava aproximadamente 50 anos e *foi atingido por disparos* de arma de
9 fogo na Rua Caetés.

Por sua vez, o pescador desempenha a função de argumento paciente, sendo representado como vítima de uma série de ações negativas do agente (é morto, foi assassinado, foi atingido), as quais são ocultadas pela falta de registro de quem cometeu o crime. Além de desenfatizar a agentividade do criminoso, essa estratégia aliada a descrições nominais tais como “um pescador”, “o homem”, invisibilizam a vítima e mitigam a importância dada pelo discurso do JC ao seu assassinato, como percebemos nas linhas 2 a 10:

2 *Pescador é morto* a tiros em Paulista

3 Segundo a PM, *o homem* aparentava ter aproximadamente 50 anos e foi assassinado

4 por disparos de arma de fogo na Rua Caetés

5 Vizinhos disseram que o homem era morador antigo do local

6 *Um pescador* foi assassinado na frente de casa, na noite desta sexta-feira (10), no

7 bairro de Tabajara, em Paulista, Grande Recife. De acordo com a Polícia Militar, *o*

8 *homem* aparentava aproximadamente 50 anos e foi atingido por disparos de arma de

9 fogo na Rua Caetés. Moradores da área disseram que o pescador residia há muito

10 tempo no bairro. *Ele* morava sozinho.

Embora o referente principal “Pescador” vincule a vítima a um grupo com uma função social específica, sua identidade é oculta, pois as descrições são imprecisas, anônimas, sem nome e sobrenome, representando a vítima de forma vaga e geral: “o homem aparentava ter aproximadamente 50 anos”, “morador antigo do local”, “ele morava sozinho”.

Além de categorizar o objeto-do-discurso, nominalizações como “o homem”, “um homem”, “um pescador” sugerem a opinião e as atitudes do repórter e do veículo, em relação aos pescadores(as) artesanais. Especialmente, porque não há imprecisão nas informações apuradas, pois, no que tange ao acontecimento (homicídio), as descrições são abundantes e em grau bastante detalhado sobre como o crime aconteceu, onde, em que rua, bairro, município e região, data e hora. É inclusive por meio delas que o jornalista acaba descrevendo a própria vítima.

Talvez sustentado pela norma legal, o jornalista possa argumentar que não identificou o pescador com nome e sobrenome, pois a legislação processual penal restringe o acesso aos dados pessoais da vítima e das testemunhas. Entretanto, sabemos que quando é do interesse comercial dos meios massivos estes não resguardam a identidade dos envolvidos em episódios violentos, dramáticos ou trágicos, em nome do chamado “interesse público”.

Diversos estudos têm apontado a mídia como responsável por divulgar e incitar a violência, sendo um fórum privilegiado para a problemática do crime (RAMOS; NOVO, 2003). Outros consideram que “a agenda de temas da imprensa prioriza a divulgação dos crimes violentos por seus valores-notícia” (MELO, 2010b, p. 185).

Esta narração jornalística é construída em ambos os sentidos, tanto para espetacularizar a problemática do crime quanto para dramatizar o episódio. Usando a estratégia retórica de repetição, o repórter ressalta aspectos do homicídio, que embora negativos põem em relevo a violência e colocam em segundo plano a própria negatividade do acontecimento e a perda de uma vida humana.

O que está em jogo são os valores-notícia *infração, tragédia/drama, impacto*, que definem o acontecimento como digno de ser veiculado, visando a venda de jornais. A cobertura midiática de delitos, violência e eventos trágicos acaba disseminando preconceitos sobre os grupos vitimizados e até sobre os espaços onde esses crimes acontecem, contribuindo para a insegurança cidadã e a difusão de pânicos sociais. Isso significa que, de um modo geral, o grupo social só vira notícia, quando a sua agentividade negativa atende aos critérios de noticiabilidade da prática jornalística.

Na sua pesquisa sobre o discurso do crime violento e o trauma cultural do medo, na mídia, Melo (2010b, p. 57) avalia que o discurso elaborado em torno do crime precisa convergir

“apresentando repetidamente as mesmas representações sobre os fatos [...]. A narrativa deve reproduzir os ícones que foram associados ao episódio”. É nesse sentido – do medo e do drama – que é representado o pescador artesanal e mesmo o município onde ocorreu o crime, como observamos no grau de descrição detalhado usado pelo repórter nos seguintes trechos da notícia:

- 2 Pescador é morto a tiros em Paulista
- 3 [...] o homem [...] foi assassinado por
- 4 disparos de arma de fogo na rua Caetés
- 6 Um pescador foi assassinado na frente de casa [...]
- 8 [...] foi atingido por disparos de arma de fogo [...].
- 9 Moradores da área disseram que o pescador residia há muito
- 10 tempo no bairro. Ele morava sozinho.

A segunda macroproposição da notícia, que podemos inferir a partir do intertítulo (da linha 10 em diante), é “Polícia Militar investiga o crime”. Nessa construção, o jornalista enfatiza a agentividade positiva da polícia, agente de “Investigar”, que significa *fazer diligências para descobrir algo, inquirir, indagar*.

A nível sintático, o repórter introduz o discurso de poder da PM com o depoimento parafraseado da entidade: “Segundo a Polícia Militar [...]”, o que deixa a opinião do acontecimento por conta da instituição, conferindo-lhe autoridade e legitimidade. Aliás, o discurso policial é legitimado do início ao fim do texto noticioso, pois é usado na linha fina e repetido no final da notícia, após o intertítulo. Outros participantes também têm suas falas repetidas, pois estas descrevem o pescador assassinado, entretanto, são referenciados de forma vaga como “vizinhos” e “moradores”.

O eufemismo “Motivação desconhecida”, no intertítulo (linha 10), mitiga mais uma vez a negatividade do crime, pois poderia ser uma construção mais contundente, por exemplo: “PM promete investigar assassinato” ou “PM investiga assassinato de pescador artesanal”. Essa construção também incide na representação da polícia, pois, junto com a estratégia retórica da repetição, nas linhas 10 e 11 (Motivação desconhecida, Motivação do crime), desenfatura a agentividade negativa da polícia. Aliás, a repetição também serve para mitigar o discurso vago da entidade, que não discorre sobre suspeitos, pistas ou linhas de investigação. Apesar disso, o repórter enfatiza a agentividade positiva da PM, parafraseando seu discurso de poder: “O caso será investigado”. Vejamos essas construções nas linhas 11 a 13:

11 Motivação desconhecida

12 Segundo a Polícia Militar, ainda não há suspeitas sobre a autoria e motivação do

13 crime. O caso será investigado

Embora desvalorizem a vítima do crime, essas estratégias fazem alarde público do assassinato ao noticiá-lo e descrevê-lo com o máximo de detalhes. Além disso, fomentam entre os leitores o medo do crime e da desordem social. Seguem alguns subexemplos, que extraímos intencionalmente do *corpus* desta investigação, com o respectivo título, data de veiculação e trechos que estigmatizam os(as) pescadores(as) artesanais, estereotipando o grupo nas notícias como “vítima” de crimes:

Exemplo 1.1

1 **‘Pesadelo’, diz homem sobre a morte em série das filhas e esposa na Bahia**
(16.08.2018)

2 A polícia tem duas linhas de investigação para o mistério que cerca as mortes, em

3 série, de uma mãe, duas filhas e o cachorro da família, no povoado de Nagé, em

4 Maragogipe, no Recôncavo baiano. Familiares das vítimas, no entanto, não

5 conseguem chegar a uma conclusão do que ocasionou as mortes da *marisqueira*

6 Adryane Ribeiro Santos, 23 anos, suas filhas, Ruteh Santos da Conceição, 2, Gleysse

7 Kelly Santos da Conceição, 5, e Jack, o cachorro das meninas.

Exemplo 1.2

1 **Discussão em fila da Caixa Econômica termina em morte em Goiana (JC –**
07.06.2013)

2 Um homem foi assassinado na frente da Caixa Econômica de Goiana, Zona da Marta

3 Norte do Estado, após pedir que outro cliente não “furasse a fila” de atendimento da

4 agência. *O pescador* Inaldo José da Silva, 43 anos, foi morto a facadas na tarde da

5 última 7 terça-feira (4).

6 [...] Testemunhas afirmaram que o homem estava na saída da agência com uma faca.

7 Quando Inaldo saiu, desferiu golpes nos braços, na cabeça e no abdômen do *pescador*.

Exemplo 1.3

1 Desconhecidos invadem residência e matam *pescador* a tiros, em Itapissuma (08.09.2011)

- 2 Por volta das 23h da quarta-feira (7), quatro pessoas, ainda não identificadas,
- 3 invadiram a casa de número 341 da Rua S, em Vila Botafogo, Itapissuma, Grande
- 4 Recife. O morador da casa, o pescador Luciano Assunção da Silva, 24 anos, foi
- 5 assassinado com vários tiros.

Também pautado pelo valores-notícia: infração, tragédia-drama e impacto, no exemplo a seguir, o Jornal do Commercio representa o grupo social no papel semântico de agente de crimes:

Exemplo 1.4

1 Presidente da Associação de Pescadores de Paulista é preso por tentativa de homicídio (29.06.2011)

- 2 No crime que aconteceu em 2010, Israel de Lima teria atirado três vezes contra um
- 3 homem
- 4 O presidente da Colônia de Pescadores de Paulista, Israel de Lima da Silva, de 53
- 5 anos, foi encaminhado ao Centro de Triagem (Cotel), em Abreu e Lima, acusado de
- 6 envolvimento em uma tentativa de homicídio, ocorrida no dia 12 de outubro de 2010.
- 7 O pescador foi detido na tarde desta quarta-feira (29) pelos agentes da 1ª Equipe de
- 8 Homicídios de Paulista, comandada pelo delegado Ivaldo Pereira.

Nessa notícia, em que o pescador artesanal é o argumento agente de “Atirar” e “Tentar Assassinar” uma pessoa, o grau de descrição usado pelo repórter é bastante específico, com nome (Israel), sobrenome (de Lima), idade (53 anos), além do cargo (Presidente) e entidade à qual o ator social pertence (Colônia de Pescadores de Paulista). Note-se, ainda, que as seguintes descrições do jornalista caracterizam intencionalmente o referente: “O Presidente da Colônia de Pescadores de Paulista” e “acusado de envolvimento em uma tentativa de homicídio”, “o pescador foi detido”. Ideológicas, estas dizem respeito às opiniões, crenças e atitudes do produtor da notícia, em relação ao grupo social representado no texto.

No âmbito do jornalismo policial, esse tipo de relatos (exemplos 1 a 1.4) são recorrentes na construção da imagem dos pescadores e pescadoras artesanais, no discurso do Jornal do Commercio, tornando-os partícipes ativos ou passivos do espetáculo da violência urbana e rural, no intuito de ganhar audiência. Fundamentado nos valores-notícia supramencionados, o referido jornal é fonte de difusão de estereótipos e rótulos do grupo, (re)produzindo velhos preconceitos coloniais, perpetuando e legitimando sua exclusão social. A seguir reproduzimos alguns títulos de notícias que extraímos do nosso *corpus* de estudo, as quais enquadram os(as) pescadores(as) nesse marco temático:

- 1.5 Passeio em família terminou em tragédia no Parque das Esculturas (30.09.2018)
- 1.6 Suspeita de envenenar mãe e duas filhas na Bahia se entrega a polícia (20.09.2018)
- 1.7 Policiais prendem homem suspeito de estuprar filha em Alagoas (21.06.2017)
- 1.8 Homem estupra filha e foge com bebê, fruto de abuso, para Pernambuco (21.06.2017)
- 1.9 Pescador é encontrado morto em piscina natural do Litoral Sul de PE (19.09.2017)

No exemplo 1.4 e nos títulos 1.6, 1.7 e 1.8, os(as) pescadores(as) são representados como culpados e associados a uma “ameaça” de violência, podendo o endogrupo (elites) se converter em vítima desse “perigo”. Trata-se, portanto, de uma estratégia ideológica de criminalização dos(as) pescadores(as) artesanais, representados como *culpados* ou *coadjuvantes* de atos violentos.

Por outro lado, o grupo social também é apresentado como *vítima* da violência, como nos exemplos 1 a 1.3 e nos títulos 1.5 e 1.9, o que também acaba gerando uma imagem negativa dos(as) pescadores(as), pois os associa semanticamente à violência ou a acontecimentos, atos e espaços violentos, caracterizando-o em última instância como um grupo vulnerável.

Exemplo 2 (Número de palavras: 145)

1 CADÁVER

2 Corpo é encontrado boiando no Rio Capibaribe e removido por pescadores (18.08.2017)

3 O cadáver foi encontrado nas proximidades do clube de remo do

4 Sport Club do Recife

5 O corpo foi removido do Rio Capibaribe por pescadores

6 O corpo de um homem ainda sem identificação foi encontrado boiando no Rio
7 Capibaribe, a cerca de dois quarteirões do clube de remo do Sport Club do Recife,
8 no bairro da Madalena, Zona Norte do Recife, nesta sexta-feira (18). O Corpo de
9 Bombeiros não atuou na ocorrência e o cadáver que estava preso no mangue foi
10 removido por pescadores.
11 A Polícia Militar e o Instituto de Criminalística (IC) informaram que ainda não foram
12 acionados para esta ocorrência.
13 Já o Instituto de Medicina Legal (IML) foi direcionado ao local para remover o corpo.

Embora aborde outro acontecimento, a construção desta notícia é similar ao que observamos no primeiro exemplo, sendo bastante ilustrativa da representação dos(as) pescadores(as) artesanais no *frame* da violência e tragédias no discurso noticioso. Ao longo da construção desta tese, fomos algumas vezes questionados sobre nossa inferência de que notícias como essa sobre pescadores que encontram e retiram cadáveres de ambientes aquáticos são nocivas para a imagem do grupo social e para a atividade pesqueira na imprensa e, conseqüentemente, na opinião pública.

Afinal, os pescadores prestam um serviço à sociedade ao encontrar e retirar do mar, dos rios ou de outros ambientes aquáticos pessoas mortas por afogamento ou homicídio, geralmente desaparecidas há algum tempo. Localizar os defuntos também constitui um alívio para as famílias e uma contribuição para os órgãos governamentais e para a sociedade¹⁶⁶. No entanto, *essas informações não são expressadas na grande maioria das notícias que abordam esses acontecimentos, sendo apenas ocultadas.*

No exemplo 2 (acima), por exemplo, a agentividade positiva dos pescadores que respondem por “Encontrar”, no sentido de *descobrir, localizar* uma pessoa sem vida, em um ecossistema ribeirinho (Rio Capibaribe), e “Remover” o defunto desse espaço inóspito e pouco acessível, é invisibilizada pelo Jornal do Commercio.

Na realidade, o repórter se concentra em descrever o “corpo” e (re)cria uma narrativa jornalística sobre seu estado: em que posição estava, como e onde foi encontrado, dentre outros detalhes que, fundamentados nos valores-notícia *tragédia* e *impacto*, dramatizam a violência do episódio, fazendo deste um espetáculo para atrair a curiosidade mórbida dos leitores, como notamos nos seguintes trechos que extraímos do exemplo 2, das linhas 1 a 10:

¹⁶⁶ Grego, A.M.L. Notas de orientação: Pré-banca de defesa de tese. Recife, 30/06/2020.

1 CADÁVER

2 Corpo é encontrado

3 O cadáver foi encontrado

5 O corpo foi removido do Rio Capibaribe por pescadores

6 O corpo de um homem [...] foi encontrado boiando

9 [...] o cadáver que estava preso no mangue foi

10 removido por pescadores.

Nessa construção, também é possível perceber que as ações de incluir/excluir ou enfatizar/desenfatizar certos aspectos, atores e ações, a nível local, incidem no significado que o repórter dá ao episódio. Este destaca o que, na sua opinião, ideologias, conhecimentos e valores julga importante e oculta aquilo que considera irrelevante ou que não é do interesse do veículo. No antetítulo desta notícia, por exemplo, o jornalista seleciona um termo que categoriza o episódio como “Cadáver”, o que remete negativamente o episódio à morte, à violência, à tragédia. Desse ponto em diante, toda a construção textual se fundamenta na seleção desse item lexical e sinônimos relacionados semanticamente a ele, como também é possível observar entre as linhas 1 e 10 (acima).

Essa rede lexical atua no grau de descrição do episódio e oculta a nível a agentividade positiva dos pescadores artesanais, do início ao fim da notícia. Ao não detalhar as boas ações do grupo, o jornalista invisibiliza quaisquer desdobramentos sociais positivos, advindos das ações dos pescadores, tais como, ajudar os familiares a descobrir o corpo do parente desaparecido, contribuir com a sociedade e as autoridades para elucidar essa morte etc. Esses fatos não são narrados, porque não interessam ao jornal. Vejamos como o estilo lexical do repórter enfatiza outros aspectos do episódio, entre as linhas 1 e 10 da notícia:

1 CADÁVER

2 Corpo é encontrado boiando no Rio Capibaribe [...]

3 O cadáver foi encontrado nas proximidades do clube de remo [...]

5 O corpo foi removido do Rio Capibaribe [...]

6 O corpo de um homem ainda sem identificação foi encontrado boiando [...]

9 [...] o cadáver que estava preso no mangue foi

10 removido por pescadores.

Além disso, note-se que o repórter insiste na recorrência de expressões nominais definidas, como “o cadáver”, “o corpo” e indefinidas como “*corpo*”, “*cadáver*”. Esses rótulos se repetem no título, na linha fina, na legenda da foto, no lead e ao longo do corpo da notícia. Trata-se de repetições enfáticas, cuja função é retórica e argumentativa, buscando atrair e manter a atenção do público leitor, mais uma vez espectacularizando a violência e tragédia do episódio. Além disso atribui uma característica ao corpo, no que tange ao seu estado na água, “corpo [...] boiando”, o que também remete o leitor a um modelo (mental) de situação trágico e violento.

Outro aspecto, entre as linhas 8 e 13, é que a agentividade dos pescadores é colocada em *contraste* com a agentividade da Polícia Militar, do Instituto de Criminalística, do Corpo de Bombeiros e do Instituto de Medicina Legal. Essa construção se manifesta em uma forma de polarização entre os participantes (*Nós-Eles*), aplicando-se semanticamente ao enfatizar “*nossas*” ações positivas (instituições de poder) e *desenfatizando* as boas ações dos “*Outros*” (pescadores). Vejamos como opera essa estratégia geral ideológica, na representação dos diversos atores sociais nesta notícia:

- 6 O corpo de um homem ainda sem identificação foi encontrado boiando no Rio
 7 Capibaribe, a cerca de dois quarteirões do clube de remo do Sport Club do Recife,
 8 no bairro da Madalena, Zona Norte do Recife, nesta sexta-feira (18). O Corpo de
 9 Bombeiros não atuou na ocorrência e o cadáver que estava preso no mangue foi
 10 removido por pescadores.
 11 A Polícia Militar e o Instituto de Criminalística (IC) informaram
 12 que ainda não foram acionados para esta ocorrência.
 13 Já o Instituto de Medicina Legal (IML) foi direcionado ao local para remover o corpo.

Embora os pescadores sejam representados no papel de argumento agente de “Remover” o cadáver, que significa *retirar, transferir de um lugar para outro*, sua agentividade é *desenfatizada* pelo grau de descrição detalhado de quando, como e onde o defunto estava. Além disso, o repórter também enfatiza a agentividade negativa do Corpo de Bombeiros que “não atuou na ocorrência”.

Proveniente da entrevista com os pescadores, o relato jornalístico não é marcado por um verbo introdutor de opinião e, desse modo, o repórter evita uma tomada de posição frente ao exposto pelo grupo social. Em vez disso, ele opta por organizar seu discurso em torno do

contraste discursivo que, embora registre “nossa” falha (do corpo de bombeiros), não revela detalhes em torno da ação positiva dos “Outros” (pescadores).

O contraste discursivo continua entre as linhas 11 e 13, nas quais o repórter introduz a opinião dos outros entrevistados, Polícia Militar e Instituto de Criminalística. Os dois argumentos são representados no papel de agentes de “Informar”, o que implicitamente justifica sua falta de agência com o argumento que “ainda não foram acionados para esta ocorrência”.

No final da notícia, o jornalista introduz a opinião do Instituto de Medicina Legal (IML) que foi “direcionado ao local para remover o corpo”. Note-se que as descrições nominais definidas também cumprem a função de enfatizar a importância do discurso de poder de instituições oficiais: “o Corpo de Bombeiros”, “a Polícia Militar” e “o Instituto de Medicina Legal”. Em contraste, o exogrupo é referido simplesmente como “pescadores” ou “pescador”, sem nome, sobrenome ou identificação institucional, por exemplo, da colônia de pesca, sendo representados como atores completamente anônimos, o que também é um indício do ocultamento da agentividade dos pescadores.

Na realidade, o que o repórter deixa de narrar é que os pescadores artesanais estavam pescando no Rio Capibaribe, no dia 18 de agosto de 2017, quando se depararam com uma pessoa flutuando e sem vida. Eles decidiram removê-la, apesar de estar presa no mangue e provavelmente em estado de decomposição, o que torna a tarefa bastante tensa e pesada. Além disso, o grupo acionou as entidades, que deveriam estar realizando esse trabalho. Mas, neste relato jornalístico tudo o que os pescadores fizeram é naturalizado, como se não tivesse valor, pois, além de serem atores anônimos, estes não informam, nem explicam, nem revelam nada do episódio. Ou seja, sua opinião não aparece na notícia. Muito menos o repórter descreve aspectos positivos da sua agentividade.

Ao construir a notícia sobre a agência e o discurso de poder das instituições governamentais, em contraste com a agentividade e o discurso da minoria (pescadores), o jornalista acaba hierarquizando esses atores sociais, além de se posicionar ideologicamente diante da situação e do exposto pelos entrevistados. O contraste discursivo “*Nós-Eles*” sugere atitudes negativas, ideologias de classe e talvez até racistas. Essa representação dos pescadores artesanais é recorrente no discurso do JC, o que se percebe em notícias sobre acontecimentos semelhantes, em que as estratégias aqui analisadas também se fazem presentes, em maior ou menor grau. Para exemplificar, separamos algumas notícias extraídas do nosso *corpus* de estudo:

Exemplo 2.1

1 CORPO BOIANDO

2 Corpo de homem é encontrado por pescador no Rio Capibaribe, no Recife (01.08.2018)

3 O pescador estava dentro do rio quando avistou o corpo boiando e chamou o Corpo
4 de Bombeiros

5 O corpo será levado pelo instituto de Medicina Legal (IML) que realizará a perícia

6 O corpo de um homem foi encontrado por um pescador boiando no Rio Capibaribe

7 [...]. De acordo com o IC, o corpo já estava em estado de decomposição.

8 Homem sem identificação

8 Por volta das 20h, um pescador que estava dentro do Rio Capibaribe percebeu um

9 corpo boiando e acionou o Corpo de Bombeiros, que realizou a retirada do cadáver

10 para as margens do rio. O Instituto de Criminalística (IC) esteve no local e não

11 encontrou nenhum documento junto ao corpo, que já estava em estado de

12 decomposição. De acordo com um policial militar que esteve no local, o homem

13 aparentava ter cerca de 40 anos, mas a real precisão da idade era difícil por conta do

14 estado em que o corpo se encontrava.

15 O corpo será levado pelo instituto de Medicina Legal (IML) que realizará a perícia.

Exemplo 2.2

1 Pescador encontra cadáver no Rio Capibaribe, no Centro do Recife (23.03.2018)

2 Pescador estava na Ponte Maurício de Nassau quando localizou o cadáver

3 O corpo de um homem foi achado por um pescador na madrugada desta sexta-feira

4 (23) no Rio Capibaribe, no centro do Recife. De acordo com os Bombeiros, a vítima

5 não tinha sinais aparentes de ter sofrido agressão física.

6 Os bombeiros foram acionados por volta das 3h45 para resgatar o corpo do homem,

7 que aparenta ter cerca de 55 anos. De acordo com o registro da ocorrência, ao lançar

8 a rede para pescar peixes, o pescador, que estava 8 sob a Ponte Maurício de Nassau,

9 acabou fisingando o cadáver. O homem estava sem documentos e vestindo uma

10 bermuda.

11 Resgate

12 Mergulhadores dos bombeiros foram até a ponte que liga os bairros do Recife e de
 13 Santo Antônio e resgataram o corpo sem vida. Uma equipe da Polícia Militar também
 14 foi até o local para preservar a área até o recolhimento do cadáver. Até as 6h desta
 15 manhã, o Instituto de Medicina Legal (IML) não havia sido acionado para fazer a
 16 remoção do corpo.

Exemplo 2.3

1 SERRA TALHADA

2 Homem pesca cadáver em açude no Sertão de Pernambuco (27.02.2018)

3 Pescador contou que corpo ficou preso na rede. Polícia Civil investiga o caso

4 Corpo do homem foi levado para o IML de Caruaru, no Agreste

5 A Polícia Civil de Pernambuco investiga a morte de um homem que teve um corpo

6 encontrado por um pescador dentro de um açude em Serra Talhada, no Sertão de

7 Pernambuco. O corpo foi resgatado dentro da rede do morador que foi no local para

8 pescar. O corpo foi encontrado no último dia 18 no açude que fica às margens da

9 rodovia BR-232. O pescador explicou que, depois de jogar a tarrafa na água, o

10 equipamento ficou pesado e ele teve dificuldades para puxar a rede.

11 Resgate do corpo

12 “Foi a primeira vez que vim pescar aqui e aconteceu isso comigo. Estou assim meio

13 perdido. Joguei a tarrafa e senti ela pesada, fui puxando, puxando, e quando vi foi

14 os 15 cabelos do rapaz”, explicou o homem.

15 O corpo foi encaminhado para o Instituto de Medicina Legal (IML) de Caruaru. O

16 delegado responsável pelas investigações é Clayanderson de Queiroz, da Delegacia

17 de Serra Talhada.

As notícias 2.1 a 2.3 são exemplos da cobertura midiática da violência associada a mortes trágicas em territórios pesqueiros, nos quais recorrentemente os pescadores artesanais são representados, quase sempre no papel de argumentos agentes de “Encontrar”, “Avistar”, “Perceber”, “Localizar” e até “Fisgar” e “Pescar” cadáveres, como literalmente narra o repórter nos exemplos 2.2 e 2.3.

Por outro lado, a estratégia retórica de repetição, fundamentada na rede léxica, faz da tragédia e do drama um espetáculo para os leitores. Nos exemplos 2 a 2.3, também notamos a polarização de atores sociais, por meio da estratégia de contraste marcada pela diferenciação

dada ao discurso de poder das instituições, principalmente mediante construções adverbiais parafraseadas, em detrimento do discurso dos pescadores artesanais que nunca informam, declaram, contam etc.

Essa representação desvaloriza o grupo e sua atividade. Principalmente, porque muitos leitores nem sempre têm um modelo mental baseado na experiência de ter convivido com pescadores artesanais. Sabem o que eles fazem, mas não têm clareza sobre sua cultura e seu modo de vida, formando representações do grupo por meio do que aprenderam em casa, com os pais, na escola, ouviram parentes e amigos falar, leem nos jornais, assistem na TV ou veem à distância. Nesse marco temático, segue uma lista de outros títulos que representam os pescadores e pescadoras artesanais com o mesmo significado:

2.4 Corpo é encontrado carbonizado em barreiros (27.08.2018)

2.5 Corpo de homem é encontrado dentro de Açude, em Serra Talhada (19.02.2018)

2.6 Estudante é encontrado morto após desaparecer em passeio em Itamaracá (26.11.2015)

2.7 Homem é achado morto dentro de rio amarrado a uma moto (30.10.2013)

2.8 Buscas no mar terminam sem pistas dos restos mortais de corretora (04.10.2011)

2.9 Falta de equipamento adia busca de ossada (01.10.2011)

Em resumo, a representação dos pescadores artesanais associados a tragédias ou episódios violentos e dramáticos, na imprensa, é majoritariamente negativa. Não somente pela sua recorrência, como também pelo sentido dado a essas notícias e pelo ocultamento da agência do grupo social, em matérias que poderiam gerar uma imagem positiva para este. Tais fatores podem incidir nos modelos mentais dos leitores do JC sobre os(as) pescadores(as) e, conseqüentemente, influenciar sua opinião ao seu respeito.

Além de (re)produzir uma imagem estereotipada dos pescadores, essas notícias podem estigmatizar a própria atividade pesqueira associando-a (na mente das pessoas) a acontecimentos negativos. Apesar disso, não se pode negar que há, na sociedade, um conhecimento sociocultural genérico (representação social) que percebe esse tipo de eventos (resgatar ou encontrar pessoas mortas e retirá-las de um ecossistema aquático) como positivos¹⁶⁷.

¹⁶⁷ Grego, A.M.L. Notas de orientação. Banca de defesa de tese. Recife, 25/02/2021.

Exemplo 3 (Número de palavras: 550)

1 HORIZONTE II

2 Sobreviventes de naufrágio aliviados no retorno para casa (10.10.2012)

3 Francisco Amorim e Alex Ramon, dois dos sete sobreviventes

4 do naufrágio ocorrido entre Pernambuco e Paraíba, estão em

5 casa e contaram a luta pela vida em alto-mar

6 Francisco estava no comando da embarcação quando ela afundou.

7 Os paraenses Francisco Amorim e Alex Ramon, tio e sobrinho, sobreviventes do

8 naufrágio do barco Horizonte II, voltaram a Pernambuco depois de passar dois dias

9 sob observação no Hospital Estadual de Emergência e Trauma de João Pessoa e

10 cerca de 36 horas à deriva no mar. Moradores do Curado IV, em Jaboatão dos

11 Guararapes, eles deram detalhes sobre como aconteceu o naufrágio, perto de

11 Itamaracá, e como os sete sobreviventes conseguiram chegar à costa paraibana.

13 Segundo os sobreviventes, um dos dois desaparecidos teria se afogado ainda na

14 sexta-feira. Flávio da Cunha Patriota estaria sentindo muitas dores e câimbras. Sem

15 conseguir suportar mais o percurso a nado até o continente, enviou uma

16 mensagem aos pais antes de afundar no mar. O outro desaparecido, o engenheiro

17 de pesca pernambucano Rivaldo Soares Segundo, se separou do grupo no mesmo

18 dia, para tentar chegar à praia com mais rapidez para pedir socorro, e desde então

19 não foi mais visto.

20 O relato dos náufragos confirma as informações dadas anteriormente pela empresa

21 dona do navio, a pernambucana Pronaval, e pela Capitania dos Portos da Paraíba.

22 O Horizonte II sofreu um incêndio por volta das 22h da última quinta-feira, quando

23 estava a menos de 20 quilômetros da costa de Itamaracá. “Às 4h do dia seguinte, o

24 fogo alcançou o tanque de combustível do barco, o que causou uma explosão”,

25 confirma Ramon. O estrondo foi testemunhado por pescadores da região.

26 Francisco Amorim e Alex Ramon foram os primeiros a chegar ao litoral da Paraíba,

27 ainda na madrugada do sábado. “Mas, como não encontramos ajuda e estávamos

28 muito debilitados pelo tempo passado em alto mar, cavamos um buraco na areia

29 para nos abrigar do frio e acabamos dormindo”, lembra Ramon. Na manhã

30 seguinte andaram pela praia até encontrar um caseiro da região, que os indicou o

31 caminho para o povoado mais próximo, na região de Pitimbu. Como chegar lá só

32 era possível atravessando um rio, os dois se abrigaram noutro casebre abandonado

33 até que a maré baixasse e possibilitasse a travessia. Do outro lado, Amorim e
 34 Ramon encontraram um morador que ligou para os bombeiros e acionou o
 35 resgate. A essa altura os outros sobreviventes tinham sido localizados em praias
 36 próximas e a notícia já se espalhava na região.

37 BUSCAS

38 Lanchas e helicópteros do Corpo de Bombeiros e da Capitania dos Portos da
 39 Paraíba seguem esta quarta (10) com as buscas no litoral sul do Estado. Segundo o
 40 comandante Victor Buarque, as buscas se concentram nos municípios de Cabedelo,
 41 Lucena, Mamanguape e Conde, mas sempre seguindo a correnteza cada vez mais
 42 ao norte. “Todos os dias a Salvamar Nordeste faz uma avaliação do trabalho para
 43 decidir se seguimos com as buscas. Contactamos também as colônias de
 44 pescadores da região para nos ajudar a encontrar os dois desaparecidos”, disse.

Quando falamos em naufrágio, a primeira representação que vem na nossa mente é a de um navio ou barco se afundando, muita gente caindo no mar, se debatendo, se afogando ou nadando para tentar se salvar. A palavra *naufrágio* nos remete a um (modelo de) situação trágico e desesperador, que faz parte do nosso conhecimento sociocultural, mas que, em geral, não conhecemos por experiência própria ou por tê-lo presenciado.

Sendo calamidades, os naufrágios são um prato cheio para a imprensa, mesmo para os jornais de prestígio, como o Jornal do Commercio, cuja prática de fazer de episódios violentos verdadeiros espetáculos para o público leitor, não os deixa perder a chance de torná-los notícia. Devido à navegação ser inerente à atividade pesqueira, entre os personagens que participam do imaginário popular que circunda os naufrágios estão os pescadores. Por isso, não nos surpreende encontrar no *corpus* deste estudo várias notícias com o grupo ligado a essa narrativa.

Escolhemos um desses relatos noticiosos para mostrar como os pescadores são representados no discurso do JC, quando associados a um naufrágio – um dos assuntos no Marco Temático 1. A macroproposição que podemos derivar do exemplo 3 (acima) é “Pescadores sobrevivem a naufrágio”. Nela, o grupo cumpre a função de agente de “Sobreviver”, que embora tenha uma carga semântica dramática é um conceito positivo, pois significa “Resistir”, “Permanecer Vivo”, “Continuar a Existir” (depois de algo). Já o argumento “Naufrágio” tem um peso semântico que enfatiza o seu sentido, principalmente pelo que esse item lexical representa na mente das pessoas, conforme comentamos.

Por outra parte, as emoções e opiniões (modelos mentais) do repórter em relação aos pescadores são marcadas pelo uso de uma trama lexical entrelaçada a partir das palavras “Sobrevivente” e “Naufrágio”, que são usadas retoricamente, em expressões nominais que referenciam os pescadores, ao longo da notícia. Dentre esses rótulos estão: “sobrevivente(s)”, “sobreviventes de naufrágio”, “sete sobreviventes”, “desaparecido(s)”, “náufragos”.

O jornalista também usa expressões em narrativas dramáticas tais como “luta pela vida em alto-mar”, “36 horas à deriva no mar”, “depois de passar dois dias sob observação”, “percurso a nado até o continente”, “enviou uma mensagem aos pais antes de afundar no mar”, dentre outras. Outro aspecto do estilo lexical do repórter é que este não usa a expressão “pescadores” para se referir ao grupo que sobreviveu. Sabemos que alguns deles o são, por conta de notícias sobre o mesmo episódio publicadas em outros jornais, que dispomos no nosso arquivo.

Entretanto, nesta notícia, o repórter não categoriza os pescadores pela sua atividade laboral. Ele se restringe a usar expressões nominais ou a descrevê-los com nome e sobrenome (Francisco Amorim, Alex Ramon, Flávio da Cunha Patriota etc.), com atributos sobre seu estado físico e de animo (aliviados, sentindo muitas dores e câimbras, sem conseguir suportar mais, muito debilitados), sua origem (paranaenses) e parentesco (tio e sobrinho), como podemos observar nos seguintes trechos da notícia:

2 Sobreviventes de naufrágio aliviados no retorno para casa

3 Francisco Amorim e Alex Ramon, dois dos sete sobreviventes

4 do naufrágio [...]

6 Francisco estava no comando da embarcação [...].

7 Os paraenses Francisco Amorim e Alex Ramon, tio e sobrinho, sobreviventes do

8 naufrágio do barco Horizonte II [...]

14 [...] Flávio da Cunha Patriota estaria sentindo muitas dores e câimbras. Sem

15 conseguir suportar mais o percurso a nado até o continente, enviou uma

16 mensagem aos pais antes de afundar no mar.

Outro personagem é categorizado pelo repórter com a expressão nominal “o outro desaparecido”, sendo descrito de modo específico, não somente com nome e sobrenome (Rivaldo Soares Segundo), mas com atributos como profissão (engenheiro de pesca) e origem

(pernambucano), representando-o de modo específico e a partir da sua posição em relação aos outros participantes, como é possível observar nas linhas 16 a 18:

16 O outro desaparecido, o engenheiro
 17 de pesca pernambucano Rivaldo Soares Segundo, se separou do grupo no mesmo
 18 dia, para tentar chegar à praia com mais rapidez para pedir socorro [...]

A descrição detalhada de atores sociais e suas ações busca dramatizar o episódio. Como Charaudeau (*apud* SANTOS, 2018, p. 91) diz “a dramatização e a informação no campo da mídia [...] andam juntas”. Aliás, a dramatização¹⁶⁸, nesta notícia, funciona como uma estratégia retórica para exagerar os fatos. Essa estratégia também se percebe na descrição do acontecimento, desde o início do naufrágio até a chegada dos pescadores e outros personagens na costa. Com um texto narrativo, o jornalista descreve personagens e ações com inúmeros detalhes, definindo a situação como uma “tragédia”.

O repórter também deixa implícitas as causas, consequências, avaliações e o desfecho do acontecimento, ou seja, define o fato em si. Esse emaranhado discursivo é perceptível ao longo do texto, mas especialmente nas linhas 20 a 25, que apresentam o episódio como um “Incidente”, no qual a empresa dona do barco (“a pernambucana Pronaval”) não tem responsabilidade, o que é legitimado tanto pelo discurso da minoria (“o relato dos naufragos”) quanto pelo discurso de poder (Capitania dos Portos da Paraíba), sendo os “pescadores da região” categorizados como “testemunhas” do acidente.

Importante destacar que o texto é construído a partir do discurso dos pescadores, cujas opiniões são introduzidas pelos verbos “contar”, “lembrar”, bem como por nominalizações de verbos como “detalhes” e “relato” e construções adverbiais tais como: “Segundo os sobreviventes”. Como acontece com o discurso de outras minorias, o discurso dos pescadores é elaborado nesta matéria com um número bastante reduzido de verbos introdutórios de opinião e tem características estigmatizadas. Além disso, sua opinião não é seguida de alguma expressão introdutória, mas simplesmente inserida na notícia, como nestes trechos extraídos do exemplo que analisamos:

3 Francisco Amorim e Alex Ramon [...]
 5 [...] contaram a luta pela vida em alto-mar.

¹⁶⁸ Juntamente com as hipérboles, a dramatização é uma forma frequente de exagerar os fatos (VAN DIJK, 2008, p. 66).

10 [...] Moradores do Curado IV, em Jaboatão dos
 11 Guararapes, eles deram detalhes sobre como aconteceu o naufrágio
 13 Segundo os sobreviventes, um dos dois desaparecidos teria se afogado [...]
 20 O relato dos náufragos confirma as informações dadas anteriormente pela empresa

 26 Francisco Amorim e Alex Ramon foram os primeiros a chegar ao litoral da Paraíba,
 27 ainda na madrugada do sábado. “Mas, como não encontramos ajuda e estávamos
 28 muito debilitados pelo tempo passado em alto mar, cavamos um buraco na areia
 29 para nos abrigar do frio e acabamos dormindo”, lembra Ramon.

Já as opiniões da empresa proprietária do navio (Pronaval) e da Capitania dos Portos da Paraíba são introduzidas pelo repórter por meio da nominalização “informações”. Neste discurso de poder, o verbo “informar” transforma as opiniões em fatos. Curiosamente, o repórter introduz a opinião dos pescadores com os verbos “confirmar” e “testemunhar”. Ele usa verbos fortes e de poder para introduzir o discurso da minoria, pois trata de legitimar o discurso de organizações de elite, obviamente, atestando sua inocência, o que é possível observar entre as linhas 20 a 25:

20 O relato dos náufragos confirma as informações dadas anteriormente pela empresa
 21 dona do navio, a pernambucana Pronaval, e pela Capitania dos Portos da Paraíba.
 22 O Horizonte II sofreu um incêndio por volta das 22h da última quinta-feira, quando
 23 estava a menos de 20 quilômetros da costa de Itamaracá. “Às 4h do dia seguinte, o
 24 fogo alcançou o tanque de combustível do barco, o que causou uma explosão”,
 25 confirma Ramon. O estrondo foi testemunhado por pescadores da região.

No *corpus* deste estudo, encontramos outras narrativas em que os repórteres usam, em maior ou menor grau, as mesmas estratégias para construir seu discurso sobre o acontecimento (naufrágio) e sobre os atores sociais envolvidos. Fundamentadas nos valores-notícia *tragédia-drama*, *impacto* e *curiosidade*, essas notícias representam os pescadores tipicamente como *vítimas de fatalidades* ou de *acidentes* que provocam o naufrágio, tais como alagamento, incêndio, tormentas, motor quebrado etc.

Os repórteres também investem na estratégia da dramatização para espetacularizar o naufrágio, descrevendo com riqueza de detalhes as ações dos pescadores para “sobreviver”.

Para exemplificar a construção desse discurso, reproduzimos abaixo duas notícias (3.1 e 3.2), além de alguns títulos (3.3 a 3.9) que extraímos intencionalmente do *corpus*:

Exemplo 3.1

1 EMBARCAÇÃO

2 Pescadores são resgatados no Ceará após naufragar próximo a Noronha (25.12.2015)

3 O grupo de pescadores saiu do Rio Grande do Norte no sábado (19) e estava à
4 deriva quando foi resgatado

5 O grupo de pescadores saiu do Rio Grande do Norte no sábado (19) e estava à deriva
6 quando foi resgatado

7 Oito pescadores foram resgatados após naufragar perto do arquipélago de Fernando
8 de Noronha na noite desta quinta-feira (24) depois de passarem cinco dias dentro de
9 um bote à deriva em mar aberto. Eles estão internados em hospitais de Fortaleza,
10 passam bem e devem receber alta em breve.

11 Os náufragos, pescadores que estavam a bordo do barco Rei Artur, foram
12 resgatados por outros pescadores, a 15 quilômetros da costa cearense na praia
13 de Caponga, em Cascavel, a 60 quilômetros de Fortaleza.

14 Provenientes de Natal (RN), assim que chegaram ao Porto do Mucuripe, em
15 Fortaleza, na noite de 25 de dezembro, os oito homens, desidratados e com
16 cortes pelo corpo, receberam atenção médica do Serviço de Atendimento Móvel
17 de Urgência (Samu). Seis deles foram encaminhados para a Unidade de Pronto
18 Atendimento (UPA) mais próxima do Mucuripe, na Praia do Futuro. Os outros
19 dois, mais debilitados, foram levados para o Hospital Geral de Fortaleza (HGF).
20 Todos se recuperando bem.

Exemplo 3.2

1 À DERIVA

2 Pescadores são resgatados após ficarem à deriva no mar

3 O barco em que eles estavam apresentou problemas no motor

4 A embarcação foi resgatada numa área nas imediações do Parque

5 das Esculturas

6 Três pescadores foram resgatados após ficarem à deriva em alto mar na tarde desta
7 terça-feira (22). Eles haviam partido da comunidade de Brasília Teimosa, no Pina, e
8 precisaram ancorar nas proximidades do Parque das Esculturas, em uma área
9 conhecida como Boca da Barra.

10 De acordo com o Corpo de Bombeiros, minutos depois da partida, o motor do barco
11 apresentou problemas e parou de funcionar. Além disso, os fortes ventos rasgaram
12 as velas da embarcação.

13 Os próprios pescadores conseguiram acionar o socorro dos Bombeiros pelo número
14 193, por volta das 13h30. A corporação utilizou um bote inflável de salvamento para
15 resgatar o barco com os pescadores que já haviam sido arrastados pela correnteza a
16 cerca de 2,5km mar adentro. Em seguida, o barco foi rebocado até um posto da
17 Marinha, localizado no Cais de Santa Rita, na área central do Recife. Os pescadores
18 não precisaram de atendimento médico.

3.3 Quatro dos oito pescadores recebem alta em Fortaleza (25.12.2015)

3.4 Pescadores encontram destroços de barco desaparecido com 7 pessoas em São Paulo
(03.08.2016)

3.5 Mais dois pescadores que naufragaram próximo a Fernando de Noronha recebem
alta (26.12.2015)

3.6 Pescador nadou 1 quilômetro após jangada naufragar no mar de Ipojuca
(08.05.2014)

3.7 Pernambucano está entre os desaparecidos em naufrágio na Paraíba (08.10.2012)

3.8 Duas vítimas de naufrágio na Paraíba ainda não são localizadas (07.10.2012)

3.9 Naufrágio resulta em morte e desaparecimento em Muro Alto (07.05.2014)

6.9.2 Meio ambiente

Neste marco temático, que abarca notícias sobre “Meio Ambiente” (captura e resgate de animais silvestres, conservação e preservação ambiental), analisamos a representação dos(as) pescadores(as) artesanais em duas notícias, atendendo aos critérios de proporcionalidade que definimos na amostra desta seção (vide quadro 26).

Nossa análise da imagem do(a) pescador(a) artesanal, nesse *frame midiático*, leva em consideração três aspectos centrais discutidos anteriormente. Um deles é a forte ligação que a

imprensa faz do grupo à natureza, o que de certo modo é compreensível, devido à própria essência da atividade pesqueira.

Em segundo lugar, que as comunidades pesqueiras vivem uma relação simbiótica com o meio ambiente, fazendo dele o seu modo de ser e estar no mundo, bem como seu sustento. Essa conexão faz o grupo almejar a conservação dos ecossistemas para preservar seus recursos pesqueiros. E, ainda, o convívio do grupo social com práticas capitalistas bastante agressivas que desorganizam e, muitas vezes, destroem as comunidades e os territórios de pesca.

Dentre as estratégias que analisamos neste *frame* estão descrição de atores sociais, grau de descrição, agentividade, referenciação, categorização, inclusão/exclusão de atores sociais e acontecimentos, quadrado ideológico (polarização, enfatização, desenfaturização, eufemismos, contraste, autorrepresentação), estratégias retóricas (repetição, hipérbole, *number game*), significado implícito ou implicatura e discurso referido. Consideramos ainda na análise elementos sociocognitivos do discurso (modelos de contexto, modelos mentais e representações sociais), bem como aspectos do jornalismo, dentre eles, valores-notícia. A seguir, examinamos o primeiro texto que selecionamos como amostra, neste marco temático:

Exemplo 4 (Número de palavras: 997)

1 ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

2 **Órgãos ambientais e pescadores contra a extinção na Costa dos Corais (JC – 06.05.2017)**

3 Pesquisadores, órgãos ambientais e organizações dos

4 profissionais de pesca de Pernambuco e Alagoas se unem

5 para impedir extinção de mais de 70 espécies

6 Paripueira está localizada na parte sul da APA Costa dos Corais

7 A necessidade de impedir a extinção de mais de 70 espécies presentes na Área de

8 Proteção Ambiental (APA) Costa dos Corais e de garantir a renda de pescadores

9 artesanais dos 12 municípios que abrangem o bioma está unindo órgãos

10 ambientais, pesquisadores e organizações dos profissionais da pesca de

11 Pernambuco e Alagoas. O objetivo é desenvolver planos de recuperação que

12 permitam, pelo menos em parte, criar maneiras para que o futuro dos animais seja

13 assegurado sem que o consumo seja completamente proibido.

14 A APA Costa dos Corais é a maior unidade de conservação federal marinha do

15 Brasil, com cerca de 120 km de praia e mangues entre Alagoas e Pernambuco. A

16 área é gerida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação Ambiental (ICMBio) que
17 recebe auxílio de um conselho gestor formado por outros órgãos e também pela
18 sociedade civil.

19 No ano passado, o colegiado criou uma Câmara Temática da Pesca para discutir o
20 tema e, nesta semana, uma reunião foi realizada em Tamandaré, município do
21 litoral sul pernambucano, para tratar da criação dos planos de recuperação com
22 lideranças de pescadores.

23 Uma portaria do governo federal elencou as espécies ameaçadas de extinção em
24 diferentes graus. Há algumas que podem ser capturadas depois que o documento
25 com o plano de recuperação estiver pronto. Há outras, entretanto, em que a pesca
26 é proibida.

27 De acordo com o coordenador da Câmara Temática e educador social do Conselho
28 Pastoral dos Pescadores (CPP), Bill Santos, das 72 espécies já identificadas nas
29 portarias e existentes na Costa dos Corais, 15 são especialmente importantes para a
30 atividade econômica da região.

31 Ainda segundo Santos, o total de pessoas que vive da pesca nos 12 municípios da
32 Costa dos Corais é grande, embora o número seja difícil de calcular. Além dos
33 pescadores registrados nas colônias, ou seja, que têm registro formal para a prática
34 da pesca, há aqueles que fazem a chamada pesca desembarcada, ou seja, sem barco.
35 “Só em São José da Coroa Grande são mais de 1100 pescadores. Mas a

36 pesquisadora Beatrice Padovanne, da Universidade Federal Rural de Pernambuco
37 (UFRPE), identificou em campo, por dia, em um só local, 70 a 80 pessoas
38 mergulhando para pescar bodião. “São jovens que coletam de 3 a 5 quilos do peixe
39 por dia e tiram uma renda de cerca de R\$ 40”, explicou o coordenador do CPP.

40 O bodião foi um dos peixes que tiveram a autorização de pesca prolongada pela
41 portaria 161/2017 do Ministério do Meio Ambiente, até o fim de abril de 2018. Até
42 lá, será preciso criar o plano de recuperação ou a proibição será completa. Outro
43 peixe bastante consumido na região, o sirigado, também é alvo de preocupação
44 dos pescadores, já que ele é considerado a “caixinha de semana santa” dos
45 profissionais, por ser mais capturado e consumido nos meses anteriores ao feriado.

46 A proibição dos órgãos ambientais à pesca irregular já causou prejuízo econômico
47 na região. Em março, por exemplo, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos
48 Recursos Naturais Renováveis (Ibama) multou uma peixaria em São José da Coroa
49 Grande (PE) por comercializar sirigado. Foram R\$ 160 mil em multa. Outras espécies

50 ameaçadas que afetam a economia local são a caranha, os cações, as raias e até
51 mesmo o guaiamum, caranguejo de cor azulada que é um dos símbolos da
52 culinária pernambucana e alagoana.

53 A APA Costa dos Corais não tem plano de recuperação de espécies até agora. O
54 ICMBio ficará responsável pelo trabalho.

55 O analista ambiental do instituto Eduardo Machado de Almeida diz que o trabalho
56 será um desafio, mas que a intenção é fazer no menor tempo possível.

57 “É um desafio, porque o plano de recuperação depende de uma série de fatores,
58 alguns, talvez, não estejam na governança da APA Costa dos Corais, mas é possível
59 sim [manter a pesca e fazer a proteção]. Não existe uma receita de bolo, mas é
60 preciso identificar quais são as principais ameaças e quais são as medidas cabíveis
61 que podem dar efeito. Cada pescaria pode ter uma medida diferente. Para algumas
62 espécies talvez seja adequado que a gente estabeleça um tamanho mínimo de
63 captura. Para outras, períodos de defeso”, explica.

64 Assim como as medidas a serem adotadas, as causas que levaram à ameaça de
65 extinção também são múltiplas, segundo o analista ambiental. “Nos últimos anos
66 teve um aumento grande dos esforços de pesca, e alguns estoques não conseguem
67 acompanhar essa pressão por parte da pescaria. Por outro lado, temos questões
68 relativas à degradação ambiental, como a do guaiamum, pela especulação
69 imobiliária e ocupação irregular de áreas de mangue, que tem prejudicado o
70 habitat do guaiamum”.

71 Portarias

72 O Ministério do Meio Ambiente (MMA) regula a lista de espécies ameaçadas de
73 extinção em três níveis e estabelece a proibição da captura. A Portaria 445/2014
74 reconhece 475 tipos de peixes e invertebrados aquáticos em risco, e estabelece que
75 a captura, o transporte, o armazenamento, a guarda e o manejo só pode ser
76 realizada para fim de pesquisa e conservação. Aquelas classificadas como
77 vulnerável, o grau mais leve, podem ter uso sustentável, desde que regulamentado,
78 ou seja, com a construção dos planos de recuperação. A Portaria 395/2016
79 prorrogou o prazo determinado no primeiro documento para março de 2017, e a
80 161/2017 prolongou o período até abril de 2018.

Como sabemos, diversos aspectos do (modelo mental de) contexto incidem na construção do discurso do jornalista, dentre eles, lugar, data, meio de comunicação,

participantes etc. (vide quadro 7). Embora todos esses aspectos estejam envolvidos na construção do discurso noticioso, nesta análise, nos interessa discutir inicialmente aqueles relativos aos participantes da situação comunicativa, seus papéis, as relações entre eles, suas intenções e objetivos, especificamente o repórter, a assessoria de imprensa, as entidades parceiras do grupo social e mesmo aquelas que representam os(as) pescadores(as).

Originalmente elaborada e veiculada pela Agência Brasil, no âmbito nacional, esta matéria foi reproduzida localmente pelo Jornal do Commercio, no Caderno Cidades, em 6 de maio de 2017. Sua produção foi fruto do trabalho da assessoria de imprensa do CPP-NE que, na época, divulgou uma sugestão de pauta¹⁶⁹ sobre a reunião da Câmara Temática da Pesca, órgão do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais (APACC), em Tamandaré (CPP-NE, 2017e), conseguindo interessar o jornalista do referido veículo a elaborar a notícia.

Embora tivessem recebido a pauta e o convite para participar da referida reunião, os editores do caderno Cidades do JC não manifestaram interesse em cobrir o encontro, que somente chamou sua atenção para publicação, quando noticiado pela Agência Brasil. Essa dependência da imprensa local em relação a nacional é comum. Estudos anteriores revelam que, em geral, a mídia local confia nas agências de notícias nacionais e internacionais e, conseqüentemente, reproduz seu conteúdo (VAN DIJK, 2015^a). No Brasil, essa relação de poder é exercida principalmente pela mídia do eixo Rio-São Paulo-Brasília sobre veículos de comunicação de massa de outros Estados. Além disso, limitações de tempo, verbas e equipe podem ter incidido na decisão do JC de não fazer cobertura do evento.

No que se refere ao conteúdo, de forma geral, o jornalista denota uma atitude favorável as ideologias ambientalistas, conservacionistas, de sustentabilidade e consumo consciente que fundamentam o discurso dos participantes. Esse ponto de vista, aliás, se percebe logo no sentido global da notícia que podemos resumir na seguinte macroproposição: “Pescadores Artesanais, Estado e ONGs se unem para proteger o meio ambiente”.

Nessa construção semântica, os atores sociais são representados no papel de agentes de “Se Unir”, que significa *aproximar(-se)*, *reunir(-se)*, *juntar(-se)* com “Outro(s)”, tendo o sentido de “Somar Forças”. A agentividade do grupo também está associada a “Proteger”, cujo significado é “Preservar”, “Conservar”, “Manter a salvo”. Assim, além de enfatizar a agentividade positiva dos atores envolvidos, o discurso do JC não os polariza, representando-

¹⁶⁹ A sugestão de pauta faz parte da rotina em assessoria de imprensa, uma especialidade do Jornalismo e das Relações Públicas, no Brasil. Sugerir uma pauta significa convencer um editor ou jornalista de que a ideia oferecida em formato de release (e relacionada ao assessorado) é relevante para se transformar em notícia.

os, em termos gerais, como um grupo só (nós, nossos valores, nossas ideologias, nossas atitudes e conhecimentos) em pró do Meio Ambiente.

Ao mesmo tempo que a estratégia ideológica de autorrepresentação positiva se manifesta na ênfase em *nossas* boas ações, por meio do grau de descrição detalhado das *nossas* medidas para proteger o meio ambiente, ela também indica as *nossas atitudes contra a extinção das espécies e a favor da conservação ambiental, a preservação dos espécimes e a sustentabilidade*, o que podemos observar nas estruturas de relevância da notícia, entre as linhas 1 e 13:

1 ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

2 Órgãos ambientais e pescadores contra a extinção na Costa dos Corais

3 Pesquisadores, órgãos ambientais e organizações dos

4 profissionais de pesca de Pernambuco e Alagoas se unem

5 para impedir extinção de mais de 70 espécies

6 Paripueira está localizada na parte sul da APA Costa dos Corais

7 A necessidade de impedir a extinção de mais de 70 espécies presentes na Área de

8 Proteção Ambiental (APA) Costa dos Corais e de garantir a renda de pescadores

9 artesanais dos 12 municípios que abrangem o bioma está unindo órgãos

10 ambientais, pesquisadores e organizações dos profissionais da pesca de

11 Pernambuco e Alagoas. O objetivo é desenvolver planos de recuperação que

12 permitam, pelo menos em parte, criar maneiras para que o futuro dos animais seja

13 assegurado sem que o consumo seja completamente proibido.

Embora nesta notícia os(as) pescadores(as) artesanais sejam apresentados como integrantes do endogrupo (*Nós*) formado por “órgãos ambientais, pesquisadores e organizações dos profissionais de pesca”, a certa altura *Eles* são colocados no papel de argumento beneficiário das *nossas boas ações* para “Garantir” a sua renda. Ou seja, são representados como um ator social vulnerável que, assim como o Meio Ambiente (APACC e espécies marinhas), precisa da *nossa* ajuda. A seguir ilustramos nossa inferência, reproduzindo essa argumentação na notícia:

7 A necessidade de impedir a extinção de mais de 70 espécies presentes na Área de

8 Proteção Ambiental (APA) Costa dos Corais e de garantir a renda de pescadores

9 artesanais dos 12 municípios que abrangem o bioma está unindo órgãos

10 ambientais, pesquisadores e organizações dos profissionais da pesca de
11 Pernambuco e Alagoas.

Note-se ainda que a construção da estrutura de relevância da notícia (título e lead) segue o esquema que organiza as categorias típicas do discurso ideológico de grupo, dentre elas, quem somos, a que grupo pertencemos, o que queremos, quais são os nossos objetivos e metas, quais são os nossos valores, posição e recursos. Trata-se de uma autorrepresentação positiva de nós, nossas ações, ideologias e valores, conforme detalhamos a seguir:

Quem somos, a que grupos pertencemos, qual é a nossa posição?

2 Órgãos ambientais e pescadores contra a extinção na Costa dos Corais
3 Pesquisadores, órgãos ambientais e organizações dos
4 profissionais de pesca de Pernambuco e Alagoas se unem
5 para impedir extinção de mais de 70 espécies.

14 A APA Costa dos Corais é a maior unidade de conservação federal marinha do
15 Brasil, com cerca de 120 km de praia e mangues entre Alagoas e Pernambuco. A
16 área é gerida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação Ambiental (ICMBio) que
17 recebe auxílio de um conselho gestor formado por outros órgãos e também pela
18 sociedade civil.

19 No ano passado, o colegiado criou uma Câmara Temática da Pesca para discutir o
20 tema e, nesta semana, uma reunião foi realizada em Tamandaré, município do
21 litoral sul pernambucano [...]

O que queremos?

7 A necessidade de impedir a extinção de mais de 70 espécies presentes na Área de
8 Proteção Ambiental (APA) Costa dos Corais e de garantir a renda de pescadores
9 artesanais dos 12 municípios que abrangem o bioma está unindo órgãos
10 ambientais, pesquisadores e organizações dos profissionais da pesca de
11 Pernambuco e Alagoas.

11 [...] O objetivo é desenvolver planos de recuperação que
 12 permitam, pelo menos em parte, criar maneiras para que o futuro dos animais seja
 13 assegurado sem que o consumo seja completamente proibido.

21 para tratar da criação dos planos de recuperação com
 22 lideranças de pescadores.

Quais são os nossos valores?

União, Igualdade, Responsabilidade socioambiental, Sustentabilidade

2 Órgãos ambientais e pescadores contra a extinção na Costa dos Corais

3 Pesquisadores, órgãos ambientais e organizações dos

4 profissionais de pesca de Pernambuco e Alagoas se unem

5 para impedir extinção de mais de 70 espécies

7 A necessidade de impedir a extinção de mais de 70 espécies presentes na Área de

8 Proteção Ambiental (APA) Costa dos Corais e de garantir a renda de pescadores

9 artesanais dos 12 municípios que abrangem o bioma está unindo órgãos

10 ambientais, pesquisadores e organizações dos profissionais da pesca de

11 Pernambuco e Alagoas.

11 O objetivo é desenvolver planos de recuperação que

12 permitam, pelo menos em parte, criar maneiras para que o futuro dos animais seja

13 assegurado sem que o consumo seja completamente proibido.

19 No ano passado, o colegiado criou uma Câmara Temática da Pesca para discutir o

20 tema e, nesta semana, uma reunião foi realizada em Tamandaré, município do

21 litoral sul pernambucano, para tratar da criação dos planos de recuperação com

22 lideranças de pescadores.

28 [...] das 72 espécies já identificadas nas

29 portarias e existentes na Costa dos Corais, 15 são especialmente importantes para a

30 atividade econômica da região.

53 A APA Costa dos Corais não tem plano de recuperação de espécies até agora. O
54 ICMBio ficará responsável pelo trabalho.

Ainda na estrutura de relevância, retoricamente, o repórter enfatiza o *nosso* principal objetivo por meio das estratégias de repetição e de jogo de números: “Impedir a extinção de mais de 70 espécies”. Por outro lado, apoiada numa trama lexical baseada na seleção das palavras “ambiental” e “extinção”, usa um grau de descrição do acontecimento bastante detalhado, como podemos conferir neste trecho da matéria:

1 *ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL*

2 *Órgãos ambientais e pescadores contra a extinção na Costa dos Corais*

3 *Pesquisadores, órgãos ambientais e organizações dos*

4 *profissionais de pesca de Pernambuco e Alagoas se unem*

5 *para impedir extinção de mais de 70 espécies*

6 *Paripueira está localizada na parte sul da APA Costa dos Corais*

7 *A necessidade de impedir a extinção de mais de 70 espécies presentes na Área de*

8 *Proteção Ambiental (APA) Costa dos Corais e de garantir a renda de pescadores*

9 *artesanais dos 12 municípios que abrangem o bioma está unindo órgãos*

10 *ambientais, pesquisadores e organizações dos profissionais da pesca de*

11 *Pernambuco e Alagoas.*

Quanto à representação dos pescadores e pescadoras artesanais, a narrativa jornalística a nível micro textual é bastante descritiva, mas também confusa e contraditória. A primeira opinião que o repórter introduz é a de um grupo parceiro e apoiador do grupo social, o CPP-NE. Podemos inferir que se trata de um discurso de poder pelo modo como o produtor da notícia apresenta essa opinião, mediante as expressões modais “de acordo com” e “segundo”, que introduzem o discurso parafraseado do representante da entidade.

Embora confirmem legitimidade ao discurso, segundo Marcuschi (1991, p. 76), essas modalidades deixam as opiniões por conta de quem as emite, assumindo a “posição de devolver a responsabilidade do dito ao próprio autor da opinião”. Quanto a representação desse ator social, o repórter o descreve de modo bastante específico, associando-o a uma instituição, o que lhe atribui autoridade: “O coordenador da Câmara Temática e educador social do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), Bill Santos”.

Entretanto, a descrição do agente pastoral sobre os(as) pescadores(as) artesanais é imprecisa e dá margem para ambiguidades, especialmente no que se refere ao tamanho da sua população na APACC. Se por um lado, o repórter (re)produz eufemismos tais como “o total de pessoas que vive da pesca [...] é grande” e “número [...] difícil de calcular”, que implicam a inexistência de uma quantidade exata de pescadores(as) nessas comunidades, por outro, descreve o grupo de modo mais específico como “pescadores registrados em colônias”, “que têm registro formal para a prática da pesca”, “aqueles que fazem a chamada pesca desembarcada” e ainda “são mais de 1100 pescadores”. Vejamos como funciona essa construção:

27 De acordo com o coordenador da Câmara Temática e educador social do Conselho
28 Pastoral dos Pescadores (CPP), Bill Santos, das 72 espécies já identificadas nas
29 portarias e existentes na Costa dos Corais, 15 são especialmente importantes para a
30 atividade econômica da região.

31 Ainda segundo Santos, o total de pessoas que vive da pesca nos 12 municípios da
32 Costa dos Corais é grande, embora o número seja difícil de calcular. Além dos
33 pescadores registrados nas colônias, ou seja, que têm registro formal para a prática
34 da pesca, há aqueles que fazem a chamada pesca desembarcada, ou seja, sem barco.
35 “Só em São José da Coroa Grande são mais de 1100 pescadores.

A segunda opinião da notícia também é apresentada com uma descrição específica da fonte, indicando seu nome, sobrenome, cargo e vínculo institucional, o que lhe atribui autoridade e legitima o seu discurso: “A pesquisadora Beatrice Padovanne, da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)”. A entrevistada também descreve os(as) pescadores(as) de forma vaga: “70 a 80 pessoas mergulhando para pescar bodião”, assim como o porta-voz do CPP: “*são jovens* que coletam de 3 a 4 quilos do peixe por dia e tiram uma renda de cerca de R\$ 40,00”. A seguir reproduzimos esse trecho da notícia para ilustrar como esse discurso atua na construção de uma representação imprecisa e dúbia sobre o grupo:

35 [...] Mas a

36 pesquisadora Beatrice Padovanne, da Universidade Federal Rural de Pernambuco
37 (UFRPE), identificou em campo, por dia, em um só local, 70 a 80 pessoas
38 mergulhando para pescar bodião. “São jovens que coletam de 3 a 5 quilos do peixe
39 por dia e tiram uma renda de cerca de R\$ 40”, explicou o coordenador do CPP.

Na sequência, o repórter parafraseia duas opiniões sobre a pesca artesanal na APACC, cujas fontes são ocultadas, pois não são acompanhadas de uma expressão introdutora, mas simplesmente inseridas no texto noticioso. Isso, segundo Marcuschi (1991), acontece geralmente com o discurso das minorias, na imprensa, o que mitiga sua força e o invisibiliza. O jornalista também reproduz a expressão descritiva “a caixinha de semana santa dos profissionais”, que é uma atribuição dos próprios pescadores ao peixe sirigado, caracterizando esse referente e, conseqüentemente, a produção pesqueira de modo inferiorizado e estereotipado. Segue esse trecho da notícia, onde podem ser conferidas essas estratégias de representação:

40 O bodião foi um dos peixes que tiveram a autorização de pesca prolongada pela
 41 portaria 161/2017 do Ministério do Meio Ambiente, até o fim de abril de 2018. Até
 42 lá, será preciso criar o plano de recuperação ou a proibição será completa. Outro
 43 peixe bastante consumido na região, *o sirigado, também é alvo de preocupação*
 44 *dos pescadores, já que ele é considerado a “caixinha de semana santa” dos*
 45 *profissionais, por ser mais capturado e consumido nos meses anteriores ao feriado.*

A partir da linha 46, o discurso do repórter fica ainda mais contraditório, tendo em vista os argumentos anteriores em torno de um plano de recuperação dos estoques pesqueiros implementado por lideranças de pescadores artesanais e entidades parceiras na APACC. O jornalista expressa seu modelo mental da situação, afirmando que: “a proibição dos órgãos à pesca irregular *já causou prejuízo econômico na região*”.

Para defender essa representação da situação (proibição à pesca irregular) como um “prejuízo econômico”, ela traz o exemplo de uma peixaria multada pelo Ibama por comercializar o peixe Sirigado fora de época, enfatizando com um jogo de números o valor da multa. Esse argumento pode ser resultado tanto da falta de conhecimento e compreensão da situação, quanto da incidência de outros modelos mentais e crenças na produção do seu discurso. Afinal, é legítimo que as autoridades multem um estabelecimento que vende um peixe no período de defeso, sendo esse ato um prejuízo para o estabelecimento e não para a região, em geral, ou para a pesca artesanal, em particular. E ainda porque a notícia justamente trata sobre a necessidade de estabelecer um plano de recuperação eficiente dos estoques pesqueiros, o que implica proibir a pesca em época de defeso. Segue esse trecho da notícia:

46 A proibição dos órgãos ambientais à pesca irregular já causou prejuízo econômico

47 na região. Em março, por exemplo, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos
 48 Recursos Naturais Renováveis (Ibama) multou uma peixaria em São José da Coroa
 49 Grande (PE) por comercializar sirigado. Foram R\$ 160 mil em multa.

O plano de recuperação da APACC é representado por outra fonte de poder (“o analista ambiental do instituto Eduardo Machado de Almeida”) como um “desafio”, mas, em termos gerais, esse discurso descreve o projeto de modo evasivo e dúbio, sendo carregado de eufemismos que desacreditam a iniciativa. Dentre eles, “a intenção é fazer no menor tempo possível”, “o plano de recuperação depende de uma série de fatores”, “mas é possível sim”, “não existe receita de bolo”, “cada pescaria pode ter uma medida diferente”. Observemos como funciona essa construção:

55 O analista ambiental do instituto Eduardo Machado de Almeida diz que o trabalho
 56 será um desafio, mas que a intenção é fazer no menor tempo possível.
 57 “É um desafio, porque o plano de recuperação depende de uma série de fatores,
 58 alguns, talvez, não estejam na governança da APA Costa dos Corais, mas é possível
 59 sim [manter a pesca e fazer a proteção]. Não existe uma receita de bolo, mas é
 60 preciso identificar quais são as principais ameaças e quais são as medidas cabíveis
 61 que podem dar efeito. Cada pescaria pode ter uma medida diferente. Para algumas
 62 espécies talvez seja adequado que a gente estabeleça um tamanho mínimo de
 63 captura. Para outras, períodos de defeso”, explica.

Essa mesma fonte de poder atribui a “ameaça de extinção” das espécies, na APACC, aos próprios pescadores artesanais e ao avanço capitalista, especificamente imobiliário. Ou seja, culpa grupos com interesses opostos. Além disso, oculta/exclui a agentividade negativa do Estado, pois nada menciona sobre os incentivos governamentais, por exemplo, ao avanço do turismo ou a falta de fiscalização da especulação imobiliária. A seguir reproduzimos esses trechos:

53 A APA Costa dos Corais não tem plano de recuperação de espécies até agora. O
 54 ICMBio ficará responsável pelo trabalho.
 64 Assim como as medidas a serem adotadas, as causas que levaram à ameaça de
 65 extinção também são múltiplas, segundo o analista ambiental. “Nos últimos anos
 66 teve um aumento grande dos esforços de pesca, e alguns estoques não conseguem

67 acompanhar essa pressão por parte da pescaria. Por outro lado, temos questões
68 relativas à degradação ambiental, como a do guaiamum, pela especulação
69 imobiliária e ocupação irregular de áreas de mangue, que tem prejudicado o
70 habitat do guaiamum

Ao Estado, por sua vez, o jornalista atribui uma caracterização de entidade regulamentadora, por meio da descrição detalhada de suas atividades, sendo essa construção provavelmente fruto de release recebido do MMA, em resposta aos seus questionamentos sobre o assunto. A agentividade positiva do governo federal não é de se estranhar, tendo em vista que a Agência Brasil é um veículo público de notícias e, ainda, pelas rotinas jornalísticas de produção noticiosa, além de ideologias e interesses do próprio jornalista.

Nesse (modelo de) contexto, o Estado desempenha o papel de argumento agente de “Elencar”, “Proibir”, “Regular”, “Estabelecer”, “Reconhecer”, “Classificar”, “Regulamentar”, “Determinar”. Todos conceitos associados à governança e regulamentação da atividade pesqueira brasileira, enfatizados pela categorização do governo como um agente que ordena, regulamenta e fiscaliza o setor. A seguir, reproduzimos os trechos desse discurso:

23 Uma portaria do governo federal elencou as espécies ameaçadas de extinção em
24 diferentes graus. Há algumas que podem ser capturadas depois que o documento
25 com o plano de recuperação estiver pronto. Há outras, entretanto, em que a pesca
26 é proibida.

71 Portarias

72 O Ministério do Meio Ambiente (MMA) regula a lista de espécies ameaçadas de
73 extinção em três níveis e estabelece a proibição da captura. A Portaria 445/2014
74 reconhece 475 tipos de peixes e invertebrados aquáticos em risco, e estabelece que
75 a captura, o transporte, o armazenamento, a guarda e o manejo só pode ser
76 realizada para fim de pesquisa e conservação. Aquelas classificadas como
77 vulnerável, o grau mais leve, podem ter uso sustentável, desde que regulamentado,
78 ou seja, com a construção dos planos de recuperação. A Portaria 395/2016
79 prorrogou o prazo determinado no primeiro documento para março de 2017, e a
80 161/2017 prolongou o período até abril de 2018.

A impressão geral que fica desta notícia é a de uma imagem dos pescadores artesanais tanto de agentes ambientais, que participam, trabalham e se unem a outros atores sociais para preservar a natureza e as espécies, quanto de agentes transgressores que destroem o ecossistema, praticando a “pesca ilegal” e o “aumento grande dos esforços da pesca”, o que resulta em que os “estoques não conseguem acompanhar essa pressão por parte da pescaria”.

Se traçarmos um paralelo com a análise dos papéis semânticos predominantes atribuídos ao grupo social nos marcos temáticos (vide seção 6.5.1) percebemos que essa representação do grupo social é produzida tanto a nível macro, quanto a nível micro, construindo uma impressão dos(as) pescadores(as), especialmente no marco ambiental, ambígua, dicotômica e contraproducente. Diga-se de passagem, construída pelos próprios representantes dos grupos parceiros (CPP-NE, ICMBio, UFRPE) e, ao que tudo indica, as entidades e lideranças que representam o grupo social.

Por fim, vale destacar a completa invisibilidade do discurso dos(as) pescadores(as). Nesta notícia, apenas o discurso de poder é expresso, mesmo que seja o de entidades parceiras e apoiadoras do grupo social. Note-se que isso também já identificamos a nível das macroestruturas globais, em que mesmo quando os pescadores e pescadoras artesanais são representados em temas positivos, o grupo desempenha a função de argumento beneficiário ou coadjuvante dos grupos de poder (Estado, ONGs, Igreja e empresas).

Exemplo 5 (Número de palavras: 202)

1 SUSTO

2 Tubarão de mais de 200kg é capturado por pescador no Recife (10.11.2012)

3 O animal foi levado para a UFRPE para a realização de estudos

4 Pescador arrastou o tubarão até a Ponte Limoeiro onde chegou a ficar pendurado

5 Um tubarão de aproximadamente 200kg e 2,65 metros de comprimento foi

6 capturado por volta das 5h da manhã deste sábado (10), próximo à entrada do Porto

7 do Recife, em uma área conhecida como Boca da Barra. O tubarão, da espécie

8 cabeça-chata, mordeu a isca do pescador Carlos Nunes, de 49 anos, que demorou

9 mais de duas horas para dominar o peixe.

10 O pescador, conhecido como “Cainha”, arrastou o tubarão até a Ponte Limoeiro, no

11 Centro do Recife, onde o animal chegou a ser pendurado na ponte, atraindo a

12 atenção de curiosos.

13 Segundo o pescador Inaldo Soares, 37 anos, que presenciou a captura do peixe, este
14 foi o maior tubarão já capturado na área.

15 O animal foi levado pelos pesquisadores do Comitê Estadual de Monitoramento de
16 Incidentes com Tubarões (Cemit) para a Universidade Federal Rural de
17 Pernambuco (UFRPE), no bairro de Dois Irmãos, para a realização de estudos.

Emoldurado nos valores-notícia *curiosidade*, *raridade*, *surpresa* e um quê de *proeminência*, o exemplo 5, assim como os textos 1, 2 e 3, envolve atividades discursivas que categorizam os(as) pescadores(as) artesanais e certos acontecimentos de modo estereotipado. Já no antetítulo, por exemplo, o repórter define o episódio como “Susto”, que significa “Sensação de Ameaça”, “Medo”, “Inquietação”. Essa seleção lexical pode acionar na memória de longo prazo dos leitores um modelo mental de um evento ou de uma situação atemorizante.

Tal representação prototípica é reforçada pelo título hiperbólico, que por meio da estratégia retórica do jogo de números (*number game*) destaca o peso do animal: “Tubarão *de mais de 200kg* é capturado por pescador no Recife”. Embora nessa proposição o pescador seja o argumento agente de “Capturar” um grande tubarão, sua agentividade é mitigada tanto pela ênfase nas características do animal, quanto pela estratégia retórica da repetição que marca a notícia do início ao fim, como nos trechos destacados a seguir, entre as linhas 2 e 14:

2 *Tubarão de mais de 200kg* é capturado por pescador no Recife

5 *Um tubarão de aproximadamente 200kg e 2,65 metros de comprimento* foi capturado

7 [...] *O tubarão, da espécie*

8 *cabeça-chata*, mordeu a isca do pescador Carlos Nunes, de 49 anos, *que demorou mais*

9 *de duas horas para dominar o peixe.*

13 [...] *este*

14 *foi o maior tubarão* já capturado na área.

Por outro lado, o pescador artesanal desempenha o papel semântico de argumento agente de “Capturar”, que significa “Prender”, “Aprisionar”, o que no âmbito da caça e pesca de animais tem o sentido negativo de cometer uma violência contra um animal silvestre. Ou seja, em termos socioambientais, a captura constitui um “Crime”, uma “Infração”. Essa agentividade

centrada no pescador é enfatizada pela repetição, como podemos observar nos seguintes trechos em itálico:

2 Tubarão de mais de 200kg *é capturado por pescador no Recife*

5 Um tubarão de aproximadamente 200kg e 2,65 metros de comprimento *foi capturado*

13 Segundo o pescador Inaldo Soares, 37 anos, que presenciou *a captura do peixe*, este

14 foi o maior tubarão *já capturado* na área.

Note-se que alguns verbos introdutórios de opinião representam as ações do pescador neste discurso noticioso, dentre eles, “arrastar”, “pendurar”, “demorar” e “dominar”. Todos usados na descrição do acontecimento. Aliás, o grau de descrição que o repórter usa para narrar o evento é bastante detalhado, como verificamos nos seguintes trechos da notícia:

4 Pescador arrastou o tubarão até a Ponte Limoeiro onde chegou a ficar pendurado

5 Um tubarão de aproximadamente 200kg e 2,65 metros de comprimento foi capturado

6 por volta das 5h da manhã deste sábado (10), próximo à entrada do Porto do Recife,

7 em uma área conhecida como Boca da Barra. O tubarão, da espécie cabeça-chata,

8 mordeu a isca do pescador Carlos Nunes, de 49 anos, que demorou-mais de duas horas

9 para dominar o peixe.

13 Segundo o pescador Inaldo Soares, 37 anos, que presenciou a captura do peixe, este

14 foi o maior tubarão já capturado na área.

Para enfatizar o tamanho e força do animal, bem como a proeminência do episódio, o repórter constrói uma narrativa baseada no discurso da minoria (pescadores), sobre o tempo que a pesca “demorou” (mais de duas horas) e introduz o verbo “dominar”, para representar a ação de força e persistência do pescador.

Por outro lado, ele caracteriza o tubarão pelo atributo “da espécie cabeça chata”, conhecimento esse que, localmente, representa o animal como sendo mais perigoso, por ser a espécie que mais ataca pessoas, no litoral pernambucano. Enquanto isso, tanto o pescador que “capturou” o tubarão, quanto aquele que “presenciou” o episódio são descritos em um grau específico com nome, sobrenome e idade. Especificamente em relação ao argumento principal

da notícia, o uso do apelido e o modo de apresentá-lo “conhecido como Cainha” o categoriza a partir de um atributo estereotipado e caricato. Observemos essa construção:

7 [...] *O tubarão, da espécie*

8 *cabeça-chata*, mordeu a isca do pescador Carlos Nunes, de 49 anos, que demorou

9 *mais de duas horas* para dominar o peixe.

10 *O pescador, conhecido como “Cainha”*, arrastou o tubarão até a Ponte Limoeiro, no

11 Centro do Recife, onde o animal chegou a ser pendurado na ponte, atraindo a

12 atenção de curiosos.

13 Segundo o pescador Inaldo Soares, 37 anos, que presenciou a captura do peixe, este

14 foi o maior tubarão já capturado na área.

Nas linhas 10 a 12 da notícia, o pescador desempenha o papel de argumento agente de “Arrastar” e “Pendurar”, sendo o tubarão o argumento paciente, isto é, a *vítima* dessas atividades. Essa construção gera uma carga enfática negativa na agentividade do pescador, pois, ao descrever as consequências dessas ações (“atraindo a atenção de curiosos”) espetaculariza a violência do episódio.

10 *O pescador [...] arrastou o tubarão até a Ponte Limoeiro, no*

11 Centro do Recife, onde *o animal chegou a ser pendurado na ponte, atraindo a*

12 *atenção de curiosos.*

Em contraste, a segunda macroproposição que podemos derivar desta notícia é “Pesquisadores estudam tubarão”. Nela, o argumento agente “Pesquisadores” desempenha a função semântica de “Estudar”, que significa *investigar, pesquisar ou adquirir conhecimento*. Trata-se, portanto, de uma agentividade positiva centrada nesses atores sociais, não apenas pelo sentido global, mas porque essa agência é enfatizada por meio da estratégia retórica de repetição, no início e no fim da notícia.

Além disso, o jornalista caracteriza positivamente os pesquisadores atribuindo-lhes um vínculo com a instituições de poder [pesquisadores *do* Comitê Estadual de Monitoramento de Incidentes com Tubarões (CEMIT) e *da* Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)]. A representação do endogrupo (elites) consta entre as linhas 15 a 17, mas já é construída pelo repórter logo no subtítulo da notícia, na linha 3:

3 O animal foi levado para a *UFRPE para a realização de estudos*
 15 O animal foi levado pelos *pesquisadores do Comitê Estadual de Monitoramento de*
 16 *Incidentes com Tubarões (Cemit) para a Universidade Federal Rural de*
 17 *Pernambuco (UFRPE), no bairro de Dois Irmãos, para a realização de estudos.*

Observar a representação de outros atores sociais, além dos pescadores artesanais, no discurso noticioso do JC, é relevante para percebermos como a dicotomia “*Nós-Eles*” atua constantemente nas notícias sobre pesca artesanal. É um discurso em que *Nós* (pesquisadores, investigadores, detentores do ‘saber’) e *nossas* ações são enfatizadas positivamente, enquanto *Eles* e *suas* ações (pescadores que caçam, arrastam, penduram e exibem animais ferozes) são enfatizadas negativamente, tendo, em ambos os casos, um efeito de sentido estereotipado. A seguir adicionamos outros exemplos (5.1 a 5.5), no *frame* Meio Ambiente, que extraímos intencionalmente do *corpus*, devido ao seu conteúdo semântico bastante similar:

Exemplo 5.1

1 Tubarão é capturado por pescadores em praia do Litoral Sul (11.06.2018)

2 De acordo com a prefeitura, o animal era uma fêmea da espécie cabeça-chata.
 3 O tubarão já estava morto quando foi capturado
 4 O Comitê Estadual de Monitoramento de Incidentes com
 5 Tubarões (Cemit) confirmou o caso e informou que é normal que
 6 tubarões dessa espécie procurem áreas de estuários para a reprodução
 7 Um tubarão de aproximadamente dois metros foi capturado nesse sábado na Praia
 8 da Várzea do Na, distrito de São José da Coroa Grande, no Litoral Sul do Estado.
 9 De acordo com pescadores locais, o animal estava morto quando foi encontrado
 10 preso em uma caceia, armadilha formada por redes para pesca.
 11 Diversos vídeos foram publicados nas redes sociais mostrando o animal em uma
 12 jangada. Ele teria sido encontrado nesse sábado (9), próximo a um estuário. De
 13 acordo com uma nota da prefeitura, por meio de um esclarecimento publicado nas
 14 redes sociais, o tubarão era uma fêmea da espécie cabeça-chata e foi capturado em
 15 alto mar. Em um vídeo publicado junto ao esclarecimento, o biólogo Lucas Araújo,
 16 que trabalha na Secretaria de Meio Ambiente, afirma que é comum que esses
 17 animais se aproximem das áreas de estuários mais preservados para a reprodução.
 18 Em um dos vídeos publicados, populares afirmam que a fêmea estava grávida e

19 mostram filhotes de tubarão que teriam sido retirados da barriga do animal. Todos
20 estavam sem vida. O Comitê Estadual de Monitoramento de Incidentes com
21 Tubarões (Cemit) confirmou o caso e informou que é normal que tubarões dessa
22 espécie procurem áreas de estuários para a reprodução. Ainda de acordo com o
23 órgão, o cabeça-chata precisa estar nadando para poder respirar e realizar a troca
24 gasosa, o que explicaria o fato de ele ser encontrado morto dentro da armadilha.

25 Grande repercussão

26 A repercussão dos vídeos do tubarão capturado foi grande devido a reincidência de
27 aparições desses animais na costa pernambucana. Uma semana antes, na Região
28 Metropolitana do Recife, um jovem morreu após ser atacado por um tubarão.

29 José Ernesto Ferreira da Silva, de 18 anos, foi mordido na perna e na genitália
30 Enquanto tomava banho no domingo (3), em frente à Igrejinha de Piedade.

31 Cerca de 50 dias antes, outra pessoa foi vítima de um incidente com

32 tubarões. Pablo Diego Inácio de Melo, de 30 anos, teve parte de um braço e de
33 uma perna amputados após ser atacado. Ele estava tomando banho no mesmo

34 local que José Ernesto. A Igrejinha de Piedade já registra 12 casos de incidentes
35 com tubarões.

Exemplo 5.2

1 Tubarão é capturado por pescadores em Olinda (15.01.2015)

2 O animal, da espécie cabeça-chata, estava a 2 quilômetros da orla, em seu
3 ambiente natural

4 Um tubarão foi retirado do mar por pescadores no bairro de Rio Doce, em Olinda,
5 Grande Recife, na manhã desta quinta-feira (15). O animal, da espécie cabeça-chata,
6 tinha 2,5 metros e pesava cerca de 200 kg.

7 A primeira informação era de que o animal teria se enroscado no material dos
8 pescadores a 350 metros da orla, mas o Comitê Estadual de Monitoramento de
9 Incidentes com Tubarões (Cemit) informou que o animal estava, na realidade, a cerca
10 de 2 quilômetros da praia, em seu ambiente natural. “É importante frisar que o
11 tubarão, mesmo sendo de uma espécie agressiva, foi capturado no ambiente dele,
12 longe de oferecer riscos aos banhistas e surfistas”, informou o secretário do Cemit,
13 Coronel Bastos.

14 O animal foi retirado do mar por três pescadores, que exibiram o peixe pendurado

15 em uma árvore. A imagem impressiona pelo tamanho do tubarão, bem maior que as
 16 pessoas no local. Confira a imagem disponibilizada por oficiais da Polícia Militar.
 17 De acordo com o Cemit, a presença de tubarões na costa pernambucana é comum,
 18 mas nem todas as espécies são perigosas. “Existem espécies que não oferecem riscos
 19 aos banhistas e surfistas, e não chamam a atenção do Cemit”, explicou o presidente
 20 do Comitê, coronel Ramalho.

21 Segundo o presidente, a área do bairro de Rio Doce não é considerada imprópria
 22 para a prática de esportes marítimos. “A área de risco compreende as praias de
 23 Itapuama, no Cabo de Santo Agostinho, até o bairro de Bairro Novo, em Olinda. Rio
 24 Doce nunca apresentou registros de ataques ou presença de espécies perigosas”,
 25 explicou.

Exemplo 5.3

1 Pescadores capturam tubarão de 2,2 metros em Pau Amarelo (13.11.2012)

2 Cabeça-chata estava a mais de 3 km de distância da costa e foi pego por quatro
 3 pescadores

4 Um tubarão da espécie cabeça-chata foi pego por um grupo de pescadores na noite de
 5 segunda-feira (12) em Pau Amarelo, Paulista, Região Metropolitana do Recife. Quatro
 6 pessoas precisaram segurar a rede para colocar o animal, de 150 kg, dentro da
 7 embarcação, que estava a 3 km de distância da costa litorânea.

8 De acordo com o pescador Adriano Câmara, o grupo costuma pescar na região toda
 9 tarde e, ao puxar a rede de pesca, perceberam que haviam pego um peixe grande.

10 Animal com 2,2 metros de comprimento foi pego a 3km da costa.

11 “A gente sentiu a rede pesando, pesando, e vimos que era um tubarão. Ele tem 2,2
 12 metros e se debatia muito. Foi bem trabalhoso colocá-lo no barco”, disse Adriano.

13 Essa não foi a primeira vez que o pescador capturou um tubarão. “Quase todo ano eu
 14 pego um. O maior tinha 2,7 metros, um tubarão-martelo.” Adriano garante que
 15 espécies como tigre, 14 lixa, galha preta já passaram por sua rede. O pescador fará a
 16 venda do tubarão nesta terça (13).

Além da estratégia de jogo de números para enfatizar o tamanho, peso e ferocidade do tubarão, o que tem um efeito de espetacularizar e dramatizar o acontecimento envolvendo o animal, note-se que, nos exemplos 5.1 a 5.3, este cumpre a função de argumento paciente, sendo

“capturado”, “pego”, “retirado”. Esses conceitos incidem na sua representação negativa, pois o associam a ameaça, perigo e captura, tipificando-o como perigoso, o que reforça o estereótipo de “assassino”. Assim, de forma geral, os tubarões aparecem como vilões, quando na realidade são vítimas da nossa violência, depredação e extermínio.

A representação midiática dos tubarões tem implicações negativas tanto no conhecimento sociocultural e nas atitudes das pessoas, em relação a esse animal, quanto nas práticas socioambientais. Não queremos negar que o tubarão é um animal selvagem, que pode atacar o ser humano. Mas, isso acontece em proporções infinitamente menores do que está representado no discurso da mídia e em nossos modelos mentais. Para ser ter uma ideia, estudo publicado na Revista *Marine Policy* revela que 97 milhões de tubarões são mortos por *Nós* todos os anos, enquanto cinco pessoas morreram em decorrência de ataques de tubarão, em 2018 (REVISTA SUPER INTERESSANTE, 2019).

Apesar da diferença abismal desses números e do alerta de movimentos conservacionistas sobre a ameaça de extinção de algumas espécies de tubarões, estes são representados de modo prototípico, sendo o animal mais associado aos pescadores artesanais nas notícias do JC. O *corpus* de investigação desta tese tem seis matérias publicadas, entre 2012 e 2018, sobre “caça” de tubarões realizada por pescadores artesanais, na costa pernambucana, tendo sido quatro delas produzidas em 2012.

Após esse ano, encontramos apenas dois registros, um em 2015 e outro em 2018. Possivelmente, porque a prática de percorrer o litoral pernambucano para localizar tubarões próximos da costa, que durante anos foi realizada por comitês ligados a instituições científicas¹⁷⁰ e mesmo a ONGs, passou a ser não recomendada pelo Ministério Público Federal. Em 2013, o órgão definiu a prática como “ilegal”, por considerar que implicava riscos à segurança dos pescadores e danos ao meio ambiente e às espécies de tubarão. A notícia foi veiculada pelo JC, em outubro de 2013, e pode ser conferida no clipping de notícias (apêndice G), com o título “Ministério Público Federal pede que a Propesca deixe de capturar tubarões no Estado”¹⁷¹.

¹⁷⁰ Desde maio de 2004, quando foi criado o CEMIT, toda semana um barco percorria o litoral pernambucano para localizar tubarões que estivessem a menos de um quilômetro da costa. O Projeto de Pesquisa e Monitoramento do Litoral de Recife era coordenado pelo oceanógrafo Fabio Hazin, da UFRPE, entidade financiadora do comitê, e pela ONG Instituto Oceanário. Os tubarões eram pescados, marcados com etiquetas de rastreamento e soltados em águas mais profundas. O projeto foi descontinuado em 2013. Disponível em: https://www.oeco.org.br/reportagens/1569-oeco_16419/. Acesso em: agosto, 2020.

¹⁷¹ Em 2013, a ONG Instituto Propesca foi notificada pelo Ministério Público Federal e multada por infração ambiental pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) por divulgar, discutir e incentivar a pesca indiscriminada de tubarões. Cf: Ministério Público pede que Propesca deixe de capturar tubarões no Estado (04.10.2013) (vide apêndice G - clipping de notícias).

Outro aspecto interessante dos exemplos 5.1 a 5.3 é a reprodução das citações do CEMIT e de outras instituições de elite, cuja opinião sobre a presença de tubarões próximos à costa pernambucana é introduzida pelo uso dos verbos “confirmar”, “informar”, “afirmar”, “frisar”, “explicar”, que têm um efeito de sentido de hierarquizar e legitimar esse discurso de poder. Note-se que os órgãos envolvidos buscam desmistificar a representação de perigo e de ferocidade atribuída ao animal, como nos seguintes trechos retirados dos exemplos 5.1 e 5.2:

4 O Comitê Estadual de Monitoramento de Incidentes com

5 Tubarões (*Cemit*) *confirmou o caso e informou que é normal que*

6 *tubarões dessa espécie procurem áreas de estuários para a reprodução*

12 [...] *De*

13 *acordo com uma nota da prefeitura, por meio de um esclarecimento publicado nas*

14 *redes sociais, o tubarão era uma fêmea da espécie cabeça-chata e foi capturado em*

15 *alto mar. Em um vídeo publicado junto ao esclarecimento, o biólogo Lucas Araújo,*

16 *que trabalha na Secretaria de Meio Ambiente, afirma que é comum que esses*

17 *animais se aproximem das áreas de estuários mais preservados para a reprodução.*

8 [...] *mas o Comitê Estadual de Monitoramento de*

9 *Incidentes com Tubarões (Cemit) informou que o animal estava, na realidade, a cerca*

10 *de 2 quilômetros da praia, em seu ambiente natural. “É importante frisar que o*

11 *tubarão, mesmo sendo de uma espécie agressiva, foi capturado no ambiente dele,*

12 *longe de oferecer riscos aos banhistas e surfistas”, informou o secretário do Cemit,*

13 *Coronel Bastos.*

17 *De acordo com o Cemit, a presença de tubarões na costa pernambucana é comum,*

18 *mas nem todas as espécies são perigosas. “Existem espécies que não oferecem riscos*

19 *aos banhistas e surfistas, e não chamam a atenção do Cemit”, explicou o presidente*

20 *do Comitê, coronel Ramalho.*

Por fugir ao escopo desta tese, não nos aprofundamos nessa análise, que merece investigações posteriores com o intuito de evitar danos maiores à espécie. Outro aspecto que nos interessa pontuar, no *frame* Meio Ambiente, se refere a notícias nas quais os pescadores desempenham tanto o papel de argumento agente de “resgatar” e “encontrar” animais silvestres,

portanto, centradas em sua agentividade positiva, quanto de “degolar”, “matar”, “capturar”, “prender”, conceitos de caráter físico, violento e negativo. Algo, por sinal, que já tínhamos identificado a nível dos papéis semânticos do grupo social nos marcos temáticos (vide seção 6.5.1).

Isso significa que, quer seja positiva ou negativa, a agentividade atribuída ao grupo social nas notícias sobre Meio Ambiente é, de forma geral, desenfazada no discurso do JC, o que se deve, principalmente, a que o personagem principal¹⁷² é sempre o animal. Não interessa se o resgate foi prestado por pescadores artesanais, se estes encontraram o animal em perigo, ferido ou morto e o entregaram aos órgãos responsáveis. Tampouco importa muito se o capturam e mataram.

A imprensa, em termos gerais, se concentra no animal e o define como notícia, construindo a narrativa dos fatos em torno dele, guiada por práticas profissionais e ideológicas, bem como pelos valores-notícia *curiosidade, raridade e proeminência*, dentre outros aspectos sociais e cognitivos, como podemos observar nos seguintes trechos que selecionamos intencionalmente de notícias da amostra:

Exemplo 5.4

1 Jiboia é encontrada por pescadores em Brasília Teimosa (27/09/2013)

- 2 O animal de aproximadamente 1,5 metro de comprimento foi capturado
- 3 está à espera do Ibama desde a última quinta-feira (26)
- 4 Uma cobra da espécie jiboia, com aproximadamente 1,5 metro de
- 5 comprimento, foi a grande atração para os moradores do Porto Feliz,
- 6 em Brasília Teimosa, Zona Sul do Recife. Na tarde de ontem,
- 7 três pescadores seguiam de barco, quando encontraram o animal enroscado
- 8 na vegetação do mangue. O réptil foi capturado pelos pescadores
- 9 para ser entregue ao Ibama.

Exemplo 5.5

1 Pescadores resgatam baleia encalhada no Litoral Norte de Pernambuco (12/08/2018)

¹⁷² Em jornalismo, o personagem principal é aquela pessoa, grupo ou objeto que, na visão do meio de comunicação, é protagonista ou ator social mais importante da notícia.

- 2 Animal parou na Praia de Ponta de Pedras, em Goiana, depois de se deslocar
- 3 do grupo de animais.
- 4 Baleia foi resgatada no Litoral Norte
- 5 Pescadores ajudaram a resgatar uma baleia encalhada na Praia de Ponta de Pedras,
- 6 em Goiana, na Região Metropolitana do Recife, na manhã deste domingo (8).
- 7 O animal da espécie jubarte, com quatro metros e 700 quilos, surgiu no banco de
- 8 areias em proximidades de uma barreira de corais, por volta das 8h, segundo banhistas
- 9 e pescadores do local.

6.9.3 Delinquência

O terceiro *frame* noticioso em que os pescadores artesanais são enquadrados é Delinquência e Corrupção, envolvendo crimes, fraudes, vandalismo e pesca ilegal. Atendendo à proporcionalidade que definimos para nossa amostra, neste item, examinamos uma (01) notícia que escolhemos intencionalmente.

Na seleção e análise do texto levamos em consideração alguns aspectos sociais, discutidos anteriormente, pois são estruturais na representação midiática do grupo, neste Marco Temático. Um deles é a situação sociopolítica dos(as) pescadores(as) artesanais, no Brasil, onde estes(as) têm sofrido historicamente forte controle e dominação do Estado, tornando-se um setor marginalizado.

Também mantemos em perspectiva preconceitos coloniais que, por se manifestarem em vários domínios discursivos (governamental, acadêmico, empresarial) e no senso-comum, acabam se (re)produzindo na imprensa e vice-versa. São velhos estereótipos que inferiorizam e criminalizam os(as) pescadores(as).

Quanto as estratégias que identificamos neste *frame* midiático, estão descrição de atores sociais, grau de descrição, agentividade, referenciação, categorização, inclusão/exclusão de atores sociais e acontecimentos, quadrado ideológico (polarização, enfatização, desenfaturização, contraste, autorrepresentação), dramatização, vitimismo e estratégias retóricas (repetição, hipérbole, *number game*), significado implícito/implicatura e discurso referido. Também observamos no discurso do JC componentes sociocognitivos, como modelos de contexto, modelos mentais e representações sociais, além de aspectos que dizem respeito ao jornalismo e os valores-notícia. Tampouco perdemos de vista dados sociais referentes ao governo Dilma, governo Temer, direitos trabalhistas e reforma trabalhista, no Brasil. A seguir, analisamos como o grupo e outros atores sociais são representados neste marco temático:

Exemplo 6 (Número de palavras: 528)

1 NACIONAL

**2 CGU vê fraude em dois terços de cada três benefícios do ‘bolsa pescador’
(04.10.2017)**

3 Custo com beneficiados por fraude pode chegar a R\$ 1,5

4 bilhão ao ano aos cofres do governo

5 CGU identifica irregularidades no pagamento de bolsa pescador

6 Dois a cada três beneficiários do seguro-defeso não teriam direito a receber o

7 recurso pelas regras do programa, mas acabam custando R\$ 1,5 bilhão ao ano aos

8 cofres do governo, segundo resultado de auditoria do Ministério da Transparência

9 e da Controladoria-Geral da União (CGU) obtido pelo ‘Estadão/Broadcast’. Em

10 momento de necessidade de ajuste nas contas, o órgão de controle aponta em

11 relatório que o registro dos segurados “é ineficiente em nível intolerável para

12 justificar a manutenção da política pública” e defende a reformulação completa do
13 programa.

14 O seguro-defeso, uma espécie de bolsa pescador, é o benefício de um salário

15 mínimo (hoje em R\$ 937,00) pago a pescadores artesanais profissionais no período

16 de proibição da pesca (em média quatro meses) para proteger as espécies em

17 períodos críticos, como de reprodução. Mas as fragilidades no cadastro abrem

18 brechas para que o recurso seja usado até como moeda de troca em período

19 eleitoral. Em setembro de 2014, houve 24,4 mil novas inscrições, crescimento de

20 760% ante setembro do ano anterior, quando foram 3,2 mil 17 novos beneficiários.

21 “O porcentual de irregularidades surpreendeu, foi muito acima do que se esperava.

22 É por isso que recomendamos a alteração da política”, explica o diretor de

23 Auditoria de Políticas Econômicas e de Produção da CGU, Guilherme Mascarenhas.

24 O principal problema da concessão do seguro-defeso é que os dados são

25 declarados pelos próprios beneficiários. Além disso, muitos trabalhadores informais

26 recebem o benefício, o que dificulta o rastreamento da fonte de renda para justificar a

27 suspensão do pagamento. Há ainda uma parcela considerável (19%) que recebeu o

28 dinheiro sem ser pescador.

29 Entrevistas

30 Os resultados foram obtidos a partir de entrevistas feitas com 2,3 mil beneficiários

31 em 126 municípios. O objetivo era saber se os segurados exerceram a pesca entre

32 2013 e 2014, período alvo do levantamento. Os técnicos da CGU ressaltam que o
 33 quadro de irregularidades se mantém. Em alguns municípios, o cenário é pior do
 34 que na média nacional: em Xique-Xique, na Bahia, o resultado mostra que 72,9%
 35 dos benefícios são irregulares.

36 Diante das brechas, o número de cadastros para recebimento do seguro saltou
 37 92,4% entre 2008 e 2015, atingindo a marca de 1 milhão de beneficiários. Com isso,
 38 o custo do programa saiu de R\$ 602 milhões para cerca de R\$ 2 bilhões no período.
 39 Por precaução, o governo suspendeu a realização de novos cadastros.

40 Segundo Mascarenhas, a transferência da Secretaria da Pesca do Ministério da
 41 Agricultura para o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic)
 42 dificultou o trabalho dos técnicos, uma vez que se perdeu a estrutura de fiscalização,
 43 com o apoio dos auditores. Uma segunda transferência da Pesca, agora
 44 para a alçada da Presidência, tampouco resolve o problema.

Podemos dizer que, cognitivamente, o jornalista constrói nesta notícia um modelo ideológico baseado no discurso de poder das fontes governamentais. Em termos gerais, esse discurso é fundamentado em ideologias neoliberais, que defendem uma intervenção estatal restrita na economia e em políticas públicas. Esse modelo mental vai sendo construindo ao longo da matéria, na medida em que o repórter enfatiza aqueles aspectos que afetam e interessam o seu público leitor e consumidor (governo e outras elites de poder).

Nesse (modelo de) contexto, a hipérbole funciona como uma estratégia enfática que, por meio de recursos retóricos, obtém efeitos poderosos, através dos quais os veículos de comunicação de prestígio local (Jornal do Commercio) e nacional (Estado de São Paulo, da Agência Estado e do Estadão Broadcast) representam o discurso governamental em quatro proposições:

- i) que os pescadores artesanais fraudam o governo brasileiro
- ii) que o seguro-defeso é uma política pública cara
- iii) que o seguro-defeso deve ser reformulado
- iv) que o RGP é ineficiente
- v) que o RGP é usado para cometer fraudes
- vi) que o RPG é usado para angariar votos
- vii) que as medidas governamentais para o setor pesqueiro dificultam a fiscalização

Esses argumentos não são construídos por acaso e para compreendê-los é necessário relembarmos alguns aspectos gerais da situação sociopolítica brasileira, em que matérias como esta ganharam projeção. Esta notícia, por exemplo, foi produzida e veiculada nacionalmente, via Agência Estado, em outubro de 2017, depois de uma longa campanha de desmonte da pesca artesanal iniciada no Governo Dilma, em 2014.

Com a justificativa de eliminar fraudes e ajustar as contas públicas, em 2017, o governo Temer deu continuidade a esse discurso, buscando o consenso público, para cortar investimentos em direitos sociais e trabalhistas no setor pesqueiro, em particular, e no âmbito da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em geral. Na época, Temer pautava fortemente a agenda midiática nacional com questões em torno da chamada “Reforma Trabalhista”, tendo concretizado profundas alterações na CLT¹⁷³, por meio da Lei número 13.467, de 13 de julho de 2017, que entrou em vigor em novembro do mesmo ano.

Nas observações gerais que fizemos da cobertura do JC do setor pesqueiro (vide seção 5.4.1), no quinto capítulo, é possível perceber a adesão da grande imprensa às propostas e práticas governamentais, principalmente pelos picos da cobertura midiática, que indicam uma atitude favorável ao discurso governamental, entre 2015 e 2017 (vide GRÁF. 10). Essa aliança de interesses das elites brasileiras também convergia com o Movimento Anticorrupção e Pró Operação Lava Jato¹⁷⁴ que, na época, ganhava projeção na mídia brasileira e mundial.

Ainda nesse período, o setor pesqueiro artesanal era fortemente penalizado com o corte de cerca de 190 mil registros de pesca e a interrupção do pagamento do seguro-defeso por 120 dias, em 2015, bem como crescentes dificuldades no acesso ao cadastro no RGP, ao seguro-defeso e outros direitos trabalhistas e previdenciários. Sem falar da extinção do Ministério da Pesca e Aquicultura que, após várias mudanças, acabou sendo absorvido pelo MAPA.

Nessa dança de ministérios e enxugamento de direitos, os(as) pescadores(as) artesanais foram um dos grupos sociais mais prejudicados. Mas, sobre essas perdas pouco ou nada foi divulgado nos jornais brasileiros. Sabemos desses prejuízos através de outros discursos (acadêmicos, institucionais e de movimentos sociais de pescadores), porém, no *corpus* desta investigação, só encontramos notícias que, quando abordam questões trabalhistas ou previdenciárias, representam o grupo social em marcos temáticos de corrupção e delinquência. São matérias pautadas pelos valores-notícia *governo e conflito*.

¹⁷³ A CLT regulava as relações trabalhistas desde 1943. A Reforma Trabalhista alterou, criou e revogou mais de cem artigos e parágrafos da CLT, mudando o funcionamento do mercado de trabalho brasileiro.

¹⁷⁴ A Operação Lava Jato é a maior iniciativa de combate à corrupção e lavagem de dinheiro da história do Brasil. Cf. Ministério Público Federal (MPF, s/d).

Nesses relatos noticiosos, jornais de grande circulação, como o Jornal do Commercio e o Estado de São Paulo, se posicionam ideologicamente e, portanto, politicamente *a favor* do poder e *contra* os interesses dos(as) pescadores(as). São expressões de opiniões e atitudes *contra* os direitos sociais adquiridos pelo grupo social e *a favor* de um discurso capitalista, com normas e valores de um mundo neoliberal.

Exemplo disso é esta notícia que, batendo na mesma tecla uma e outra vez, busca legitimar as atitudes e ações governamentais. Primeiro, usando uma rede lexical que tem na palavra “fraude” seu ponto de partida, o repórter constrói o discurso noticioso com expressões que, neste modelo contextual, adquirem o mesmo sentido e, por conseguinte, têm as mesmas implicações ideológicas, como observamos nos seguintes trechos extraídos das linhas 2 a 37:

2 CGU vê fraude [...]

3 Custo com beneficiados por fraude

5 CGU identifica irregularidades no pagamento de bolsa pescador

6 Dois a cada três beneficiários do seguro-defeso não teriam direito a receber o

7 recurso [...], mas acabam custando R\$ 1,5 bilhão ao ano aos

8 cofres do governo [...]

17 [...] Mas as fragilidades no cadastro abrem

18 brechas para que o recurso seja usado até como moeda de troca em período

19 eleitoral. Em setembro de 2014, houve 24,4 mil novas inscrições, crescimento de

20 760% ante setembro do ano anterior, quando foram 3,2 mil 17 novos beneficiários.

21 O percentual de irregularidades surpreendeu [...].

25 [...] muitos trabalhadores informais

26 recebem o benefício [...]

27 [...] Há ainda uma parcela considerável (19%) que recebeu o

28 dinheiro sem ser pescador.

32 [...] Os técnicos da GCU ressaltam que o

33 quadro de irregularidades se mantém. Em alguns municípios, o cenário é pior do

34 que na média nacional: em Xique-Xique, na Bahia, o resultado mostra que 72,9%

35 dos benefícios são irregulares.

36 Diante das brechas, o número de cadastros para recebimento do seguro saltou

37 92,4% entre 2008 e 2015, atingindo a marca de 1 milhão de beneficiários [...]

Outra estratégia usada nesta notícia para deslegitimar os direitos dos pescadores e pescadoras artesanais, mais especificamente o seguro-defeso, é a polarização de atores sociais, em que *Nós* (governo federal) somos vítimas de fraudes cometidas por *Eles* e prejudicados por pagar benefícios caros e acessados de forma ilícita. Enquanto *Eles* (pescadores artesanais) são corruptos e beneficiários de um registro de pesca e um seguro-defeso ineficientes e onerosos, aos quais não têm direito. A polarização também é marcada por hipérboles, principalmente, na estratégia ideológica geral de autorrepresentação positiva do governo e de suas ações, enfatizada a nível local em alguns trechos da notícia detalhados a seguir:

2 CGU vê fraude [...]

5 CGU identifica irregularidades [...]

8 [...] segundo resultado de auditoria do Ministério da Transparência

9 e da Controladoria-Geral da União (CGU), obtido pelo ‘Estadão/Broadcast’ [...]

10 [...] o órgão de controle aponta [...]

12 [...] defende a reformulação completa do

13 programa.

22 “[...] recomendamos a alteração da política” [...]

30 Os resultados foram obtidos a partir de entrevistas feitas com 2,3 mil beneficiários

31 em 126 municípios [...]

32 [...] Os técnicos da CGU ressaltam que [...]

39 Por precaução, o governo suspendeu a realização de novos cadastros.

Os trechos da notícia que destacamos acima podem ser resumidos na seguinte macroproposição: “Governo federal aponta fraudes dos pescadores artesanais no recebimento do seguro-defeso”. Semanticamente, essa construção caracteriza positivamente *Nós* (governo) e nossas ações e valores (anticorrupção, moralidade fiscal, eficiência, honestidade etc.), enquanto representa negativamente *Eles* (pescadores artesanais), suas ações e valores (corrupção, improbidade fiscal, delinquência, desonestidade etc.).

Por outro lado, a estratégia hiperbólica também se manifesta no grau de descrição detalhado que o jornalista usa para representar as ações (positivas) governamentais: “CGU vê fraude”, “CGU identifica irregularidades”, Ministério da Transparência e CGU “audita” e “relata” fraudes, órgãos de controle “defendem” “a reformulação completa do programa” e “recomendam” “a alteração da política”. Esse movimento ideológico também se observa no grau de descrição das ações negativas dos pescadores, como nos seguintes trechos da notícia:

2 [...] fraude em dois terços de cada três benefícios do ‘bolsa-pescador’
 6 Dois a cada três beneficiários do seguro-defeso não teriam direito a receber o
 7 recurso pelas regras do programa, mas acabam custando R\$ 1,5 bilhão ao ano aos
 8 cofres do governo [...]

17 [...] as fragilidades no cadastro abrem
 18 brechas para que o recurso seja usado até como moeda de troca em período
 19 eleitoral. Em setembro de 2014, houve 24,4 mil novas inscrições, crescimento de
 20 760% ante setembro do ano anterior, quando foram 3,2 mil 17 novos beneficiários.
 21 “O percentual de irregularidades surpreendeu, foi muito acima do que se esperava.

24 O principal problema da concessão do seguro-defeso é que os dados são
 25 declarados pelos próprios beneficiários. Além disso, muitos trabalhadores informais
 26 recebem o benefício, o que dificulta o rastreamento da fonte de renda para justificar a
 27 suspensão do pagamento. Há ainda uma parcela considerável (19%) que recebeu o
 28 dinheiro sem ser pescador.

32 [...] Os técnicos da CGU ressaltam que o
 33 quadro de irregularidades se mantém. Em alguns municípios, o cenário é pior do
 34 que na média nacional: em Xique-Xique, na Bahia, o resultado mostra que 72,9%
 35 dos benefícios são irregulares.
 36 Diante das brechas, o número de cadastros para recebimento do seguro saltou
 37 92,4% entre 2008 e 2015, atingindo a marca de 1 milhão de beneficiários. Com isso,
 38 o custo do programa saiu de R\$ 602 milhões para cerca de R\$ 2 bilhões no período.

Note-se que tanto a estratégia ideológica de ênfase em *nossas* ações positivas e ênfase nas ações negativas de *Eles*, quanto a semântica dos verbos introdutórios de opinião, caracterizam a posição ideológica dos veículos de comunicação que (re)produzem a notícia. Pela forma como estes reproduzem as opiniões dos órgãos governamentais, sem questionamento, percebemos sua adesão a esse discurso de poder que, na sua opinião: “aponta”, “audita”, “relata”, “defende”, “reformula”, “recomenda” etc. Trata-se de um relato jornalístico que (re)produz, quase na íntegra, o discurso das elites governamentais, introduzido por verbos fortes e dominantes. Aliás, os verbos que resumem a auditoria e o relatório do Ministério da

Transparência e Controladoria Geral da União (CGU) transformam as opiniões emitidas pelo órgão em fatos consumados.

Já em termos pragmáticos, a primeira parte da notícia (das linhas 1 a 28) é uma acusação que criminaliza os(as) pescadores(as), a qual pode ser resumida na proposição: “*Os pescadores cometem fraudes contra nós*”. Esse macroato de fala é enfatizado pelo grau de descrição detalhado das ações negativas do grupo social, em contraste com as *nossas* boas ações para “resolver” o problema.

A representação negativa dos(as) pescadores(as) também é construída com argumentos hiperbólicos, tais como “o percentual da irregularidades surpreendeu, foi muito acima do que se esperava” e até dramáticos: “o cenário é pior do que na média nacional”, “o registro dos segurados é ineficiente em nível intolerável”.

Além disso, estratégias retóricas de jogo de números e repetição, presentes no antetítulo, título, linha fina e até na legenda da foto, tipificam os atos negativos atribuídos aos pescadores e pescadoras. As implicações sociais deste tipo de notícia são graves, pois deslegitimam o grupo social ao acusá-lo de receber ilegalmente um direito social, como podemos observar nos seguintes trechos da matéria:

2 CGU vê fraude em dois terços de cada três benefícios [...]

3 Custo com beneficiados por fraude pode chegar a R\$ 1,5

4 bilhão ao ano aos cofres do governo

6 Dois a cada três beneficiários do seguro-defeso não teriam direito a receber o

7 recurso [...], mas acabam custando R\$ 1,5 bilhão ao ano aos

8 cofres do governo [...]

11 [...] que o registro dos segurados “é ineficiente em nível intolerável [...]

19 [...] Em setembro de 2014, houve 24,4 mil novas inscrições, crescimento de

20 760% ante setembro do ano anterior, quando foram 3,2 mil novos beneficiários.

21 “O porcentual de irregularidades surpreendeu, foi muito acima do que se esperava.

25 [...] muitos trabalhadores informais

26 recebem o benefício [...]

27 [...] Há ainda uma parcela considerável (19%) que recebeu o

28 dinheiro [...].

O seguro-defeso também é deslegitimado, enquanto direito trabalhista, o que se nota pelo uso recorrente de referências que, no suposto propósito de explicar aos leitores em que ele consiste, o desqualificam por meio de rótulos depreciativos, como “bolsa-pescador” e expressões gerais como “recurso”, “política pública”, “programa”, “benefício”, além de expressões nominais que tem um sentido de desprezo ou inferiorização, tais como “uma espécie de bolsa pescador”, “benefício de um salário mínimo”.

Em suma, são referências advindas do discurso de poder governamental, com o qual os veículos envolvidos compartilham opiniões em relação aos pescadores(as) e ao seguro-defeso. Isso se percebe na construção da notícia com expressões que introduzem opiniões entre aspas ou construções adverbiais como “Segundo Mascarenhas [...]”. Essa descrição detalhada do seguro-defeso pode ser também proveniente da pressuposição do jornalista sobre o escasso conhecimento dos leitores sobre a política pública ou, ainda, do intuito de apresentá-la para, em seguida, desqualificá-la, atribuindo-lhe características depreciativas, como observamos nos seguintes trechos da notícia que selecionamos para exemplificar:

2 CGU vê fraude em dois terços de cada três benefícios do ‘bolsa pescador’

5 CGU identifica irregularidades no pagamento de bolsa pescador

6 Dois a cada três beneficiários do seguro-defeso não teriam direito a receber o

7 recurso pelas regras do programa, mas acabam custando R\$ 1,5 bilhão ao ano aos

8 cofres do governo, segundo resultado de auditoria do Ministério da Transparência

14 O seguro-defeso, uma espécie de bolsa pescador, é o benefício de um salário

15 mínimo (hoje em R\$ 937,00) pago a pescadores artesanais profissionais no período

16 de proibição da pesca (em média quatro meses) para proteger as espécies em

17 períodos críticos, como de reprodução. Mas as fragilidades no cadastro abrem

18 brechas para que o recurso seja usado até como moeda de troca em período

19 eleitoral. Em setembro de 2014, houve 24,4 mil novas inscrições, crescimento de

20 760% ante setembro do ano anterior, quando foram 3,2 mil 17 novos beneficiários.

24 O principal problema da concessão do seguro-defeso é que os dados são

25 declarados pelos próprios beneficiários [...]

Note-se que na proposição: “[...] as fragilidades no *cadastro* abrem brechas para que o recurso seja usado até como moeda de troca em período eleitoral”, o jornalista categoriza o RGP como um “cadastro”, atribuindo a este a característica de “frágil” e implicando que, além

de usufruir indevidamente do “recurso” (seguro-defeso), os pescadores trocam o seu voto pelo acesso ao direito. Fica implícita também a acusação aos políticos por corrupção passiva, pois usam o seguro-defeso para se elegerem.

Em seguida, o repórter enfatiza essa construção, usando a estratégia retórica de jogo de números para provar seus argumentos e convencer os leitores do “nosso” (governo-imprensa) ponto de vista: “Em setembro de 2014, houve 24,4 mil novas inscrições, crescimento de 760% ante setembro do ano anterior, quando foram 3,2 mil novos beneficiários”.

A atitude negativa do endogrupo (governo-imprensa) em relação aos pescadores artesanais e ao seguro-defeso se manifesta na apresentação de “soluções” para sanar o “problema”. Na linha 10, por exemplo, o discurso do órgão de controle é valorativo, com o poder de “apontar” que o RGP, referenciado como “registro dos segurados”, é “ineficiente” e, na linha 12, “defende” a “reformulação completa do programa”. Assim como também, na linha 22, “recomenda” “a alteração da política”.

As soluções de alterar e reformular a política são no mínimo levianas e sem ancoragem na situação social das comunidades pesqueiras. A imprensa reproduz o discurso governamental sem questionamentos, apontando culpados, mas sem tecer reflexões próprias e mais críticas, em torno de tais acusações ou sobre o seguro-defeso e suas implicações na vida dos pescadores artesanais e na reprodução e manutenção dos recursos pesqueiros. Por outro lado, ao introduzir a opinião governamental, além de oferecer informação, o Jornal do Commercio toma uma posição ideológica diante das soluções expostas, pois as coloca por meio de verbos que admitem força e credibilidade do governo, como “relatar”, “apontar”, “defender” etc. Vejamos como funcionam essas construções:

10 [...] o órgão de controle aponta em
11 relatório que o registro dos segurados “é ineficiente em nível intolerável para
12 justificar a manutenção da política pública” e defende a reformulação completa do
13 programa.

21 “O porcentual de irregularidades surpreendeu, foi muito acima do que se esperava.
22 É por isso que recomendamos a alteração da política”, explica o diretor de
23 Auditoria de Políticas Econômicas e de Produção da CGU, Guilherme Mascarenhas.

Entre as linhas 24 e 28, percebemos outra construção hiperbólica, que enfatiza a caracterização dos pescadores e pescadoras como um “problema”. Primeiro, o jornalista

introduz o discurso do governo, opinando que “os dados são declarados pelos próprios beneficiários”. Em seguida, põe ênfase na ilicitude das ações do grupo (receber o benefício, dificultar o rasteio da fonte de renda), categorizando-o exageradamente com a expressão “muitos trabalhadores informais” e atribuições como “sem ser pescador”. Ao longo desta notícia e especialmente nesse parágrafo, o endogrupo (governo-imprensa) estigmatiza os(as) pescadores(as), representando-os(as) como um grupo social corrupto. Senão, vejamos:

24 O principal problema da concessão do seguro-defeso é que os dados são
 25 declarados pelos próprios beneficiários. Além disso, muitos trabalhadores informais
 26 recebem o benefício, o que dificulta o rasteio da fonte de renda para justificar a
 27 suspensão do pagamento. Há ainda uma parcela considerável (19%) que recebeu o
 28 dinheiro sem ser pescador.

O que o governo, o jornal e o jornalista não relatam é que, desde 2012, os pescadores e pescadoras artesanais vinham penando, com carteiras de pesca vencidas, substituídas por simples protocolos aos quais ora o governo outorgava validade ora não outorgava. Os jovens pescadores, que nesse período herdaram a atividade dos pais, ficaram sem conseguir registrar-se, pois a emissão das carteiras estava suspensa.

Ao definir o grupo como “trabalhadores informais” e acusá-los de “receber o dinheiro sem ser pescador”, o repórter desconsidera que o índice de informalidade no setor é um dos mais altos do país. Para se ter uma ideia, o Ministério Público do Trabalho (MPT) estima que 90% dos pescadores não têm carteira assinada, o que não significa que eles não exerçam a atividade. Por outro lado, o endogrupo se autorrepresenta como argumento agente de “Solucionar” esses “Problemas”, pois “identifica”, “audita” e “relata irregularidades”, além de “apontar” soluções. Vejamos como:

5 CGU identifica irregularidades no pagamento de bolsa pescador
 6 Dois a cada três beneficiários do seguro-defeso não teriam direito a receber o
 7 recurso pelas regras do programa, mas acabam custando R\$ 1,5 bilhão ao ano aos
 8 cofres do governo, segundo resultado de auditoria do Ministério da Transparência
 9 e da Controladoria-Geral da União (CGU) obtido pelo ‘Estadão/Broadcast’. Em
 10 momento de necessidade de ajuste nas contas, o órgão de controle aponta em
 11 relatório que o registro dos segurados “é ineficiente em nível intolerável para

12 justificar a manutenção da política pública” e defende a reformulação completa do programa.

Neste discurso noticioso, em termos gerais, governo e imprensa (*Nós*) assumem uma *atitude negativa* em relação ao exogrupo e *contra* a manutenção do Seguro-Defeso e do Registro Geral da Pesca. Fundamentada em ideologias neoliberais e de classe, essa atitude se organiza em torno de crenças, que usando um estilo argumentativo e retórico gera as seguintes proposições avaliadoras sobre os pescadores artesanais:

- i. Que (*os pescadores/Eles*) fraudam o governo
- ii. Que recebem ilicitamente benefícios do governo
- iii. Que são delinquentes
- iv. Que custam caro ao governo
- v. Que são trabalhadores informais
- vi. Que não revelam sua fonte de renda
- vii. Que trocam seu voto por direitos de trabalho
- viii. Que são cabo eleitoral de políticos

Essas crenças são sobremaneira danosas, porque reforçam preconceitos que estigmatizam os pescadores e pescadoras artesanais e legitimam a sua desigualdade e exclusão social. Estas perduram ao longo do tempo, pois as observamos em outros momentos históricos anteriores ao recorte temporal desta tese, no nosso arquivo de notícias. A exemplo do que acontece com outras minorias, as políticas públicas voltadas para os(as) pescadores(as), mais cedo ou mais tarde, acabam sendo envolvidas em denúncias de fraudes, desvios ou mau uso do dinheiro público, buscando deslegitimá-las.

Nesses discursos, o governo sempre é vitimizado, os pescadores categorizados como corruptos e a imprensa subsumida pelo discurso de poder governamental ou de outras elites às quais pertence ou de quem depende, cumpre o papel de reproduzir essas crenças e manter o *status quo*. Para ilustrar esse modo preconceituoso e criminalizado de representar o grupo social, ao longo do tempo, abrimos um parêntese nesta análise e reproduzimos alguns títulos antigos, que selecionamos do nosso arquivo, produzidos por veículos de prestígio locais e nacionais, entre 1985 e 2001:

6.1 Previdência beneficia pescadores (DP – 09.09.1985)

6.2 Pescador quer se aposentar cedo (DP – 06.11.1985)

6.3 Ratos de Alto Mar (Revista Época – 12.02.2001)

6.4 O escândalo do anzol. Dinheiro público naufraga em mar de corrupção (DP – 28.01.2001)

6.5 Fraudes podem gerar CPI federal (DP- 29.01.2001)

O sentido desses títulos noticiosos desqualifica e criminaliza, de diferentes maneiras, os pescadores e pescadoras artesanais. Basta observar as expressões metafóricas usadas para categorizar o grupo, por exemplo, “ratos de alto mar”, ou definir a situação como: “o escândalo do anzol” ou “dinheiro público naufraga em mar de corrupção”. Sem falar dos títulos 6.1 e 6.2 que representam os pescadores no papel semântico de argumento beneficiário da Previdência Social. O primeiro tem um sentido implícito de que o grupo social é “favorecido” pelo Estado e, o segundo, um tom sarcástico de que *Eles* querem se aposentar antes do que outros grupos sociais. Esses são apenas alguns exemplos, entre tantos outros, que mostram a estratégia ideológica de rotular, categorizar e atribuir características negativas aos pescadores artesanais, uma prática discursiva histórica, especialmente quando envolve dinheiro público.

Retomando a análise da notícia seis, a partir do intertítulo (linha 29), a segunda macroproposição que podemos inferir é: “Pescadores declaram cometer fraudes contra o Estado”, cuja função é enfatizar a representação do grupo social como corrupto, previamente construída nas estruturas de relevância da notícia (título, lead e sublead). Para tanto, o repórter seleciona o item lexical “entrevistas” e usa a estratégia retórica de repetição, no intertítulo e na primeira linha subsequente, informando que “os resultados foram obtidos a partir de entrevistas”, feitas com os “beneficiários” (pescadores). Em outras palavras, essa macroproposição expressa que os próprios pescadores assumem as fraudes que cometeram contra o Estado brasileiro, o que em termos pragmáticos é uma confissão.

O segundo movimento enfático se dá por meio da estratégia retórica de jogo de números, para enfatizar o volume de seguros-defeso aos quais o repórter atribui a caracterização de “irregulares”, o crescimento exagerado de RGP que “saltou 36 92,4% entre 2008 e 2015, atingindo a marca de 1 milhão de beneficiários”, além dos prejuízos monetários para o Estado com o aumento do “custo do programa” que “saiu de R\$ 602 milhões para cerca de R\$ 2 bilhões”. Vejamos como funcionam essas construções que enfatizam as consequências das (supostas) ações negativas dos pescadores:

30 Os resultados foram obtidos a partir de entrevistas feitas com 2,3 mil beneficiários
 31 em 126 municípios [...]
 32 [...] Os técnicos da CGU ressaltam que o
 33 quadro de irregularidades se mantém. Em alguns municípios, o cenário é pior do
 34 que na média nacional: em Xique-Xique, na Bahia, o resultado mostra que 72,9%
 35 dos benefícios são irregulares.
 36 Diante das brechas, o número de cadastros para recebimento do seguro saltou
 37 92,4% entre 2008 e 2015, atingindo a marca de 1 milhão de beneficiários. Com isso,
 38 o custo do programa saiu de R\$ 602 milhões para cerca de R\$ 2 bilhões no período.

Em contraste, na linha 39, o Estado é novamente representado como “Solução” e o jornal o elogia, atribuindo-lhe a característica de “precavido”, o que de passo caracteriza como positivo e legítimo o ato de “Suspender” novos registros de pesca. Em seguida, o veículo replica a opinião do Ministério da Transparência e CGU que implicitamente acusa o governo federal de “dificultar” a fiscalização com as constantes transferências da Secretaria de Pesca de um ministério para outro. Nas últimas duas linhas (43 e 44), o repórter reforça a opinião dos órgãos, enfatizando que uma nova transferência da pasta, desta vez, para a Presidência da República não seria uma solução para as fraudes. Reproduzimos abaixo esse trecho da notícia:

39 Por precaução, o governo suspendeu a realização de novos cadastros.
 40 Segundo Mascarenhas, a transferência da Secretaria da Pesca do Ministério da
 41 Agricultura para o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic)
 42 dificultou o trabalho dos técnicos, uma vez que se perdeu a estrutura de fiscalização,
 43 com o apoio dos auditores. Uma segunda transferência da Pesca, agora
 44 para a alçada da Presidência, tampouco resolve o problema.

É importante notar que o discurso da minoria, neste caso, dos pescadores e pescadoras artesanais é completamente desconsiderado nesta notícia. Nesse sentido, a imprensa é tendenciosa, pois só escuta a opinião dos órgãos governamentais fiscalizadores. Nem a Presidência da República, nem os representantes da Secretaria de Pesca são ouvidos e não há uma citação sequer dos(as) pescadores(as).

Ao não ouvir o grupo social, além de torná-lo invisível, a imprensa o define como culpado, sem que este tenha sequer o direito de se defender. Essa postura ideológica da imprensa inviabiliza o *acesso* dos(as) pescadores(as) artesanais ao discurso jornalístico e,

consequentemente, à opinião pública. *O controle do acesso ao discurso noticioso* permite ao endogrupo (governo-imprensa) controlar o que é dito e, consequentemente, manipular a formação de opinião (modelos mentais), bem como de ideologias, conhecimento e atitudes (representações sociais) dos leitores sobre os pescadores artesanais e a legitimidade do seu acesso ao RGP e ao seguro-defeso.

Em termos gerais, o jornalista organiza este discurso sobre pesca artesanal e direitos sociais de forma polarizada, em que claramente há dois grupos opostos. De um lado, os pescadores e pescadoras artesanais (*Eles*) são representados negativamente, associados “Fraudes”, “Desvios” e “Irregularidades”. Em contraste, o endogrupo (*Nós*) é *vítima* dessas transgressões. A estratégia do quadrado ideológico que polariza atores sociais, enfatizando os aspectos positivos do endogrupo e os aspectos negativos do exogrupo também está presente em outras matérias. A seguir reproduzimos alguns títulos de notícias do *corpus* desta pesquisa, que lançam mão da mesma representação ideológica do governo como *vítima* que apresenta soluções e, paralelamente, dos(as) pescadores(as), como delinquentes e corruptos, uma ameaça para os nossos valores e objetivos capitalistas. As notícias estão disponíveis na íntegra, no clipping de notícias do JC (apêndice G):

- 6.6 Ministério de Agricultura suspende 186,1 mil registros de pescadores artesanais (22.07.2016)
- 6.7 Dilma Rousseff minimiza declarações de Lula sobre promessas de campanha (22.07.2016)
- 6.8 Extinção do Ministério da Pesca e iniciativas na agricultura economizam 370 mi (11.01.2016)
- 6.9 Dilma pede ao STF que período em que pescas são proibidas continue suspenso (07.01.2016)
- 6.10 Dilma recorre ao STF contra volta do ‘bolsa pescador’ (06.01.2016)
- 6.11 Para fazer caixa, governo adota regras mais rígidas para benefícios (29.12.2015)
- 6.12 Retomada de período que proíbe pesca custará R\$ 1,7 bilhão, diz governo (08.11.2015)
- 6.13 Câmara pode anular portaria que permite pesca em períodos de defeso (21.10.2015)
- 6.14 Governo suspende seguro-defeso de pescadores por até quatro meses (09.10.2015)
- 6.15 Dilma sanciona com vetos lei que altera regras do seguro desemprego (17.06.2015)
- 6.16 Pernambuco cria projeto de lei para regulamentar pesca artesanal (05.06.2015)
- 6.17 PDT diz votar contra MP 664 e entra na rota do Planalto (11.05.2015)

6.18 Maioria da bancada pernambucana vota contra primeira medida do ajuste fiscal (07.05.2015)

6.19 Ministro da Previdência defende mudanças nas regras do seguro-defeso (23.04.2015)

6.20 Ao STF, Dilma diz que benefícios trabalhistas não são imutáveis (14.04.2015)

6.21 Ministro da Previdência defende recuo em regra do seguro defeso (03.03.2015)

6.22 PSD promete apoio e ajuste fiscal do governo no Congresso (25.02.2015)

6.9.4 Assistência social

Seguindo à proporção que definimos na amostra desta seção, analisamos um (01) texto que selecionamos de forma intencional, neste *frame*, englobando notícias sobre assistência social aos pescadores e pescadoras artesanais, em geral, por parte dos setores governamental, empresarial e do terceiro setor.

Essa representação do grupo social nesse marco temático não é por acaso. Basta olhar para a sua trajetória no Brasil, marcada por condições históricas e sociopolíticas de um país colonizado, onde os(as) pescadores(as) sempre lidaram com um Estado ora opressivo e paternalista, ora assistencialista e desenvolvimentista, que ancorado em ideologias capitalistas tem relegado a pesca artesanal a um segundo plano.

Mantemos em perspectiva esses fatores estruturais, bem como o “lugar comum” do(a) pescador(a) artesanal que precisa da “*nossa*” assistência, ajuda ou assessoria técnica, tecnológica, extensionista, política, financeira etc. Afinal, essa imagem não está presente somente no domínio midiático, mas em outros campos (acadêmico, extensionista, governamental, empresarial etc.), que (re)produzem esse estereótipo dos(as) pescadores(as) como um grupo social vulnerável, cuja atividade precisa se desenvolver ou mesmo mudar.

Isso não significa que neguemos a situação social desfavorável e de oportunidades desiguais que as comunidades pesqueiras tradicionais enfrentam, no Brasil, ao ter que conviver com um Estado focado em projetos neoliberais ou neodesenvolvimentistas, que prioriza avanços tecnológicos, modernização do setor e a inclusão do grupo nos modos de produção industrial. Tampouco perdemos de vista o avanço devastador da lógica capitalista, que por meio de empreendimentos industriais, imobiliários, turísticos e outros desorganiza, invade e, muitas vezes, destrói os territórios pesqueiros.

Aliado a esses aspectos sociais, mantemos em relevo o olhar colonizado de grupos de poder que veem o(a) pescador(a) como inferior, atrasado, um setor marginal que precisa ser

modernizado e necessita *nossa* ajuda. E, ainda, o próprio olhar colonizado do grupo social, que ao ter que lidar com essas situações violentas e excludentes, muitas vezes perde sua autoestima e se vitimiza (FOX, 2010).

A seguir analisamos, no exemplo que escolhemos, a descrição de atores sociais, o grau de descrição agentividade, referenciação, categorização, quadrado ideológico (polarização, enfatização, desenfaturização, contraste, autorrepresentação), estratégias retóricas (repetição, hipérbole), significado implícito e discurso referido, além de outros elementos sociocognitivos do discurso e sociocomunicativos do jornalismo. Tratamos ainda de aspectos da produção pesqueira e de Áreas de Proteção Ambiental:

Exemplo 7 (Número de palavras: 640)

1 PESCA

2 Pescadores se engajam para recuperar produção de peixe e camarão (28.07.2018)

3 Ao longo dos anos, devido à pesca desordenada, os

4 pescadores viram a quantidade de camarão e peixe diminuir e

5 sentiram o impacto na renda

6 As ações mobilizam pescadores do Litoral Sul

7 Recuperar a produção pesqueira e ajudar famílias dos municípios de Tamandaré, São

8 José da Coroa Grande, Sirinhaém e Rio Formoso englobados pelas Áreas de

9 Proteção Ambiental (APA) Costa dos Corais e Guadalupe, que dependem da

10 atividade para sobreviver, é um dos objetivos da campanha Por Orgulho, iniciativa

11 da ONG Rare. Ao longo dos anos, devido à pesca desordenada, os pescadores

12 viram a quantidade de camarão e peixe diminuir e sentiram o impacto na renda. A

13 recuperação será possível por meio de técnicas de marketing social usadas para

14 estimular o melhor manejo e conservação dos recursos naturais.

15 Neste sábado (28) e neste domingo (29), a campanha será lançada no Estado para

16 dar início à fase de treinamento dos pescadores. Em cada comunidade, os

17 moradores escolheram uma espécie símbolo para defender. Na área da APA Costa

18 dos Corais, os moradores escolheram três espécies de camarão. De acordo com o

19 presidente da colônia de pescadores V5 de Tamandaré e coordenador da

20 campanha na APA dos Corais, Severino Ramos dos Santos, a escassez de camarão

21 provocou um impacto de, pelo menos, 50% na renda dos pescadores, na

22 comparação com o ano passado. “O inverno é a melhor época para pescar

23 camarão. Ano passado, por semana, uma pessoa recebia, em média, R\$ 400 a
24 R\$ 500. Este ano, está recebendo, em média, R\$ 200 a R\$ 300. A produção caiu 80%
25 no mesmo período”, explica.

26 Para mudar esta situação, Severino arregaçou as mangas e iniciou um mapeamento
27 da produção na colônia que lidera, formada por 80 pescadores, e da lama onde os
28 camarões vivem. “É um trabalho difícil, mas é necessário. No lançamento da
29 campanha, vamos plantar uma semente para o futuro. Estou fazendo isso para que
30 minhas filhas e meus netos vejam mais camarão por aqui”, diz.

31 Reprodução prejudicada

32 Segundo a gerente de programas da Rare, Natali Piccolo, a população de camarão
33 na área está sobrepescada. Isso significa que a pesca é tão intensa que os camarões
34 não conseguem se reproduzir. “Queremos adotar um acordo de pesca, estabelecer
35 um rodízio. Os pescadores vão concentrar as atividades em uma área da lama,
36 enquanto os camarões se reproduzem em outra parte até transbordar a população.
37 Já temos uma pesquisa de um ano em que coletamos dados sobre a região e agora
38 vamos treinar os pescadores para fazer o monitoramento da produção, pesar e
39 identificar as espécies. Também queremos usar um aplicativo para rastrear a
40 embarcação. Assim, vamos propor a melhor estratégia de recuperação”, afirma.

41 Já na APA de Guadalupe, o animal escolhido foi a tainha. Lá, o problema para a
42 diminuição da população é que os peixes são pescados no complexo estuarino de
43 Rio Formoso, Sirinhaém e Tamandaré, quando estão crescendo ou se reproduzindo.
44 Eles estão avaliando a malha das redes usadas na arte de pesca chamada camboa,
45 que prende peixes muito pequenos. Além disso, o grupo está juntando informações
46 para criar uma reserva extrativista na região, uma área de proteção a nível federal,
47 em que a tomada de decisões ocorre em um modelo de cogestão, com
48 participação ativa da comunidade.

49 “Perdemos 30% a 40% da produção do pescado. Queremos a conservação e a
50 instituição de uma reserva extrativista. Mais de 1,5 mil pescadores da região se
51 beneficiam do projeto”, explica a coordenadora da campanha na APA Guadalupe,
52 Cícera Estevão Batista.

Como sabemos, diversos aspectos do (modelo de) contexto do produtor da notícia controlam a elaboração do discurso jornalístico. Dentre eles, os *participantes* da situação comunicativa merecem nossa atenção, na análise desta notícia, envolvendo seus papéis, as

relações entre eles, seus objetivos e intenções. Consideramos como tais: o repórter do JC, as assessorias de imprensa e entidades parceiras do grupo, os pescadores artesanais e suas lideranças entrevistadas.

Inicialmente, podemos dizer que esta notícia resultou do trabalho das assessorias de imprensa do CPP-NE e da ONG Rare que, em parceria, divulgaram na imprensa local uma sugestão de pauta sobre a “Campanha Por Orgulho”, realizada na APA Costa dos Corais (APACC) e na APA de Guadalupe, ambas situadas no litoral sul de Pernambuco. O Jornal do Commercio produziu a matéria, publicando-a no Caderno Economia, em 28 de julho de 2018.

Quanto ao sentido global da notícia, podemos resumi-lo na macroproposição: “ONG ajuda pescadores a recuperar produção pesqueira”. Nessa construção, o argumento agente é a organização não-governamental responsável por “Ajudar”, que significa “Auxiliar”, “Socorrer”, “Assessorar” ou “Assistir”, além de “Recuperar”, cujo sentido é “Recobrar”, “Reaver”, “Renovar”. Desse modo, o discurso do JC concentra uma agentividade positiva na entidade.

Por outro lado, os(as) pescadores(as) artesanais desempenham o papel de argumento paciente, isto é, beneficiário das “boas” ações da não-governamental, que além das anteriormente elencadas incluem “Mobilizar”, cujo efeito de sentido é “Incentivar”, “Estimular”, “Movimentar” o grupo social. Em resumo, essa construção implica que os pescadores necessitam da ajuda ou assistência da ONG Rare para se mobilizar e recuperar não só sua produção pesqueira, mas também sua autoestima. Vejamos como funciona essa construção polarizada em que *Nós* e *nossas* ações são tipificadas positivamente no discurso do JC, enquanto *Eles* se beneficiam das nossas boas iniciativas:

1 PESCA

2 Pescadores se engajam para recuperar produção de peixe e camarão

3 Ao longo dos anos, devido à pesca desordenada, os

4 pescadores viram a quantidade de camarão e peixe diminuir e

5 sentiram o impacto na renda

6 As ações mobilizam pescadores do Litoral Sul

7 Recuperar a produção pesqueira e ajudar famílias dos municípios de Tamandaré, São

8 José da Coroa Grande, Sirinhaém e Rio Formoso englobados pelas Áreas de

9 Proteção Ambiental (APA) Costa dos Corais e Guadalupe, que dependem da

10 atividade para sobreviver, é um dos objetivos da campanha Por Orgulho, iniciativa

11 da ONG Rare. Ao longo dos anos, devido à pesca desordenada, os pescadores

12 viram a quantidade de camarão e peixe diminuir e sentiram o impacto na renda. A
 13 recuperação será possível por meio de técnicas de marketing social usadas para
 14 estimular o melhor manejo e conservação dos recursos naturais.

Note-se ainda a proposição: “Pescadores *se engajam* para recuperar produção de peixe e camarão”. Sendo a parte mais geral da macroestrutura da notícia, ou seja, o modelo mental predileto do jornalista, esse título representa os(as) pescadores(as) artesanais no papel de argumento agente de “Engajar-se”. O valor semântico desse conceito diz respeito a “Envolverse” em ou com algo, mas não implica uma intervenção, é um “engajamento” em uma iniciativa de “*Outro*” ator.

Assim, o repórter produz uma representação ofuscada ou (des)enfatizada da agentividade dos(as) pescadores(as) artesanais, sugerindo que estes são coadjuvantes em “Recuperar” sua produção. Afinal, seria muito diferente se essa construção proposicional fosse: “Pescadores artesanais realizam campanha para recuperar sua produção” ou “Pescadores artesanais e ONG realizam ação para recuperar produção”.

O modo que essa proposição está construída também *implica* que a produção pesqueira não está indo nada bem, sendo necessário recuperá-la, renová-la. Tal informação pode gerar ou acionar um modelo mental negativo por parte dos leitores do JC e tipificar negativamente o tema “Produção Pesqueira” que, além de não existir nos temas noticiosos ou nos *frames* midiáticos sobre o âmbito pesqueiro, quando aparece retrata o grupo como alguém que esgota os estoques de pescado, estereótipo esse já observado em outros domínios discursivos.

Essa representação tendenciosa é reforçada pelo uso da estratégia retórica de repetição, que desempenha uma função enfática na agentividade negativa dos(as) pescadores(as), representados como responsáveis por uma “pesca desordenada”, que diminuiu os recursos pesqueiros, o que impacta sua própria renda. Segue esse discurso das linhas 3 a 5 e 11 a 12, em que essa modalidade argumentativa se repete:

3 Ao longo dos anos, devido à pesca desordenada, os
 4 pescadores viram a quantidade de camarão e peixe diminuir e
 5 sentiram o impacto na renda

11 [...] Ao longo dos anos, devido à pesca desordenada, os pescadores
 12 viram a quantidade de camarão e peixe diminuir e sentiram o impacto na renda

Quanto à estratégia de descrição de atores sociais, o repórter os descreve como “famílias”, um modo de referenciá-los vagamente. Também os inferioriza com a expressão descritiva “que dependem da atividade para sobreviver”. Esse modo de representá-los *implica* que a pesca artesanal é uma atividade de sobrevivência e não uma atividade produtiva e importante para a economia do país. Esse estereótipo tem sido historicamente difundido por grupos de poder, para quem a pesca artesanal é fundamentada em ideologias de subsistência e valores ultrapassados.

Enquanto isso, a ONG Rare é representada positivamente, no papel de agente de “Recuperar” a produção pesqueira e “Ajudar” várias comunidades, por meio da sua “Iniciativa” para “Estimular” o que a organização caracteriza como “*o melhor manejo e conservação dos recursos naturais*”. Perceba-se que, mais uma vez, os atores sociais e suas ações são descritos de modo polarizado, em que “*Eles*” [pescadores(as) artesanais] precisam da *nossa* ajuda, estímulo e iniciativas de “marketing social” para manejar, recuperar e conservar melhor os recursos naturais. Vejamos como opera esse discurso:

7 Recuperar a produção pesqueira e ajudar famílias dos municípios de Tamandaré, São
8 José da Coroa Grande, Sirinhaém e Rio Formoso englobados pelas Áreas de
9 Proteção Ambiental (APA) Costa dos Corais e Guadalupe, que dependem da
10 atividade para sobreviver, é um dos objetivos da campanha Por Orgulho, iniciativa
11 da ONG Rare. Ao longo dos anos, devido à pesca desordenada, os pescadores
12 viram a quantidade de camarão e peixe diminuir e sentiram o impacto na renda. A
13 recuperação será possível por meio de técnicas de marketing social usadas para
14 estimular o melhor manejo e conservação dos recursos naturais.

Já no sublead, o repórter enfatiza a agentividade positiva da ONG Rare, descrevendo detalhadamente suas ações, dentre elas “Lançar” (a campanha) e “Treinar” (os pescadores). Quanto ao discurso referido, o repórter introduz a opinião de uma liderança de pescadores artesanais, usando a expressão modal “De acordo com”, que deixa a apreciação por conta do emissor. Essa fonte, por sua vez, é descrita de forma específica com nome (Severino), sobrenome (Ramos dos Santos), cargo e vínculo institucional (presidente da colônia de pescadores V5 e coordenador da campanha APA do Corais), além do local de origem (Tamandaré), sendo uma representação que confere legitimidade ao seu discurso. A seguir, reproduzimos essa construção:

15 Neste sábado (28) e neste domingo (29), a campanha será lançada no Estado para
16 dar início à fase de treinamento dos pescadores. Em cada comunidade, os
17 moradores escolheram uma espécie símbolo para defender. Na área da APA Costa
18 dos Corais, os moradores escolheram três espécies de camarão. De acordo com o
19 presidente da colônia de pescadores V5 de Tamandaré e coordenador da
20 campanha na APA dos Corais, Severino Ramos dos Santos, a escassez de camarão
21 provocou um impacto de, pelo menos, 50% na renda dos pescadores, na
22 comparação com o ano passado. “O inverno é a melhor época para pescar
23 camarão. Ano passado, por semana, uma pessoa recebia, em média, R\$ 400 a
24 R\$ 500. Este ano, está recebendo, em média, R\$ 200 a R\$ 300. A produção caiu 80%
25 no mesmo período”, explica.

O acontecimento também é caracterizado positivamente pela mesma fonte, que o descreve como uma ação “difícil”, porém, “necessária”. Nesse discurso da minoria, a liderança dos(as) pescadores(as) enfatiza os aspectos positivos da campanha Por Orgulho, definindo-a como um “trabalho” e uma “semente para o futuro”, cujas ações vão “mudar a situação” das comunidades pesqueiras, conforme observamos no corpo da notícia, a partir da linha 26:

26 Para mudar esta situação, Severino arregaçou as mangas e iniciou um mapeamento
27 da produção na colônia que lidera, formada por 80 pescadores, e da lama onde os
28 camarões vivem. “É um trabalho difícil, mas é necessário. No lançamento da
29 campanha, vamos plantar uma semente para o futuro. Estou fazendo isso para que
30 minhas filhas e meus netos vejam mais camarão por aqui”, diz.

A expressão “Reprodução prejudicada” no intertítulo define o modelo mental a ser desenvolvido pelo jornalista até o final da notícia. Inicialmente, a fonte da ONG é descrita especificamente com nome (Natali), sobrenome (Picolo) e vínculo institucional (gerente de programas da Rare), conferindo legitimidade ao seu discurso. Nessa opinião de poder, os estoques de camarão são caracterizados como “sobrepescados”, sendo esse argumento complementado com uma citação direta da porta-voz *afirmando* “que a pesca é tão intensa que os camarões não conseguem se reproduzir”. Perceba-se que, mais uma vez, essa construção proposicional implica que os pescadores e pescadoras são agentes de “Sobrepescar” e “Esgotar” os estoques pesqueiros.

Em contraste, o repórter reproduz uma citação direta da mesma fonte que se autorrepresenta positivamente, descrevendo as medidas para resolver a situação, implicitamente provocada pelos(as) pescadores(as). O grau de descrição das soluções é bastante detalhado, o que centra uma agentividade positiva na ONG. Dentre elas, “adotar um acordo de pesca”, “estabelecer um rodízio”, “concentrar as atividades” em determinadas áreas, “treinar os pescadores”, “monitorar a produção”, “pesar e identificar as espécies”, “rastrear as embarcações”. Os pescadores, de novo, desempenham o papel de atores sociais beneficiários e coadjuvantes do grupo de poder, o que sugere que estes são incapazes de gestar a sua própria produção, como é possível perceber nesse discurso:

31 Reprodução prejudicada

32 Segundo a gerente de programas da Rare, Natali Piccolo, a população de camarão
33 na área está sobrepescada. Isso significa que a pesca é tão intensa que os camarões
34 não conseguem se reproduzir. “Queremos adotar um acordo de pesca, estabelecer
35 um rodízio. Os pescadores vão concentrar as atividades em uma área da lama,
36 enquanto os camarões se reproduzem em outra parte até transbordar a população.
37 Já temos uma pesquisa de um ano em que coletamos dados sobre a região e agora
38 vamos treinar os pescadores para fazer o monitoramento da produção, pesar e
39 identificar as espécies. Também queremos usar um aplicativo para rastrear a
40 embarcação. Assim, vamos propor a melhor estratégia de recuperação”, afirma.

Note-se que essa representação estereotipada e tendenciosa dos(as) pescadores(as) artesanais é reforçada no parágrafo de comentários, entre as linhas 41 e 45. Trata-se de outra citação da porta-voz da ONG Rare, desta vez por meio de uma paráfrase, que representa novamente o grupo social como um “problema”, pois, além de pescarem em períodos de defeso (crescimento e reprodução), “*Eles*” usam redes e técnicas que causam danos ambientais. Interessante é que essa opinião não é acompanhada de alguma expressão introdutória, mas simplesmente inserida na notícia, o que tem um efeito de ocultar quem a emite. A seguir reproduzimos esse trecho da notícia:

41 Já na APA de Guadalupe, o animal escolhido foi a tainha. Lá, o problema para a
42 diminuição da população é que os peixes são pescados no complexo estuarino de
43 Rio Formoso, Sirinhaém e Tamandaré, quando estão crescendo ou se reproduzindo.
44 Eles estão avaliando a malha das redes usadas na arte de pesca chamada camboa,

45 que prende peixes muito pequenos [...].

Por fim, entre as linhas 45 e 52, o repórter parafraseia novamente a representante da ONG, que faz uma avaliação positiva da situação, pois descreve detalhadamente as medidas que “*o grupo*” está tomando para proteger o meio ambiente e melhorar a gestão pesqueira. Esse modo referencial nominal recategoriza os pescadores e pescadoras, no texto, atribuindo-lhes uma agentividade positiva.

Na sequência, o jornalista introduz uma citação direta de uma liderança e por meio do verbo “Explicar” antecipa o caráter ilustrativo da opinião. Essa fonte é descrita de modo específico com nome (Cícera), sobrenome (Estevão Batista) e vínculo institucional (coordenadora da campanha na APA Guadalupe), o que lhe confere legitimidade ao construir uma autorrepresentação do grupo social, que resume suas crenças coletivas e os critérios de identificação dos seus membros. Observemos a função ideológica desse discurso:

45 [...] Além disso, o grupo está juntando informações
 46 para criar uma reserva extrativista na região, uma área de proteção a nível federal,
 47 em que a tomada de decisões ocorre em um modelo de cogestão, com
 48 participação ativa da comunidade.
 49 “Perdemos 30% a 40% da produção do pescado. Queremos a conservação e a
 50 instituição de uma reserva extrativista. Mais de 1,5 mil pescadores da região se
 51 beneficiam do projeto”, explica a coordenadora da campanha na APA Guadalupe,
 52 Cícera Estevão Batista.

Não podemos negar que há dificuldades na produção e manejo dos estoques pesqueiros, nesses e noutros territórios de pesca tradicionais. Entretanto, o que é ideologicamente tendencioso, nesta notícia, é que toda a responsabilidade pela gestão da pesca é atribuída às comunidades tradicionais. Nada é dito, por exemplo, sobre as competências do governo federal, especificamente do Ministério do Meio Ambiente ou da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, que na época estava vinculada à Presidência da República. O Governo do Estado de Pernambuco e respectivos órgãos responsáveis pelo setor pesqueiro tampouco são mencionados.

Outro aspecto que precisamos ressaltar é que, quando associados à campanha da ONG Rare, as lideranças de pescadores e suas ações são representadas positivamente. Já quando se trata do grupo social, isoladamente, a representação é negativa. Esse é mais um indício das

contradições que marcam a imagem dessa cultura tradicional na imprensa, ora como agente sociocultural, ora como transgressor, como também observamos na análise dos papéis semânticos do grupo no *frame* ambiental.

Por fim, as opiniões da ONG são consentidas pelo repórter do JC, o que sugere atitudes negativas *nossas* contra “*Eles*” e seu modo de produção tradicional. Esse discurso se organiza em torno de ideologias capitalistas e de classe, gerando as seguintes crenças avaliadoras que inferiorizam os(as) pescadores artesanais:

- i. Que necessitam da nossa ajuda para recuperar os estoques pesqueiros
- ii. Que esgotam os recursos naturais
- iii. Que não sabem gerenciar os estoques pesqueiros
- iv. Que usam redes e técnicas de pesca que prejudicam os recursos pesqueiros
- v. Que são um problema para o meio ambiente

6.9.5 Movimentos sociais

No MT5 analisamos como o JC representa os pescadores e pescadoras artesanais no *frame* Movimentos Sociais. Para tanto, mantemos em relevo alguns aspectos históricos, comunicacionais e políticos estruturais, que discutimos em capítulos anteriores. Por exemplo, que a organização sociopolítica do grupo não é recente, havendo registros de mobilizações desde a década de 1960, em Pernambuco e no Nordeste, e mais recentemente, entre 1990 e 2009, com o Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE).

Desde 2010, o Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil (MPP) é o principal coletivo social do grupo no país, tendo como ideologias fundantes o Anticapitalismo, Feminismo, Sustentabilidade e Segurança Alimentar. Sua principal frente de luta é a Regularização do Território Pesqueiro.

Enquanto movimento social, o grupo sempre reivindicou acesso aos veículos de comunicação de massa, buscando legitimar e dar visibilidade às suas reivindicações e lutas. Entretanto, a importância e investimentos na divulgação midiática pode variar, de acordo com as lideranças, comunidades pesqueiras, contexto histórico e, inclusive, entidades apoiadoras (FOX, 2010).

Outro fator comunicacional, que identificamos anteriormente (vide capítulo V), é a escassa produção noticiosa sobre o setor pesqueiro, em geral, e sobre os(as) pescadores(as) artesanais, em particular, demonstrando o acesso limitado e controlado do grupo social ao

discurso midiático. Em termos quantitativos, por exemplo, encontramos 12 notícias neste marco temático. Isso significa que, entre 2011 e 2018, o Jornal do Commercio produziu ou reproduziu de agências de notícias e de outros veículos nacionais uma média anual de 1,5 notícias sobre movimentos sociais na pesca artesanal. Essa taxa também sinaliza a falta de *acesso* do MPP e seus integrantes ao discurso midiático e, conseqüentemente, à formação de opinião pública sobre suas demandas sociopolíticas, econômicas e culturais.

Outro vetor que também pode incidir na baixa incidência do grupo na agenda midiática é um planejamento de comunicação não sistemático, desorganizado ou descontinuado¹⁷⁵, o que merece investigações posteriores sobre as quais não tratamos aqui, pois fogem ao escopo deste trabalho. Tendo esses elementos em mente, procedemos com a análise da representação dos(as) pescadores(as), neste Marco Temático.

A amostra prevê examinarmos o discurso de uma (01) notícia, entretanto, quando necessário ampliamos a análise, usando outros exemplos, no quais analisamos a descrição de atores sociais, grau de descrição, agentividade, referenciação, categorização, inclusão/exclusão de atores sociais e acontecimentos, quadrado ideológico (polarização, ênfase, desênfase, contraste, autorrepresentação), vitimismo, estratégias retóricas (repetição, hipérbole) e discurso referido, assim como outros elementos sociocognitivos do discurso (modelos mentais, modelos de contexto, representações sociais, scripts) e características da produção jornalística, como os valores-notícia. Envolvermos nessa discussão aspectos estruturais do MPP, CPP-NE, Governo do Estado de Pernambuco, Complexo Portuário e Industrial de Suape, Política de Execução da Pesca Artesanal em Pernambuco, Programa Chapéu de Palha, entidades, grupos e movimentos sociais parceiros.

Exemplo 8 (Número de palavras: 135)

1 BRASÍLIA

2 Pescadores invadem planejamento em protesto contra cancelamento de registros (22.10.2017)

3 Porta principal do Ministério do Planejamento foi rompida.

¹⁷⁵ Em estudos anteriores sobre o Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE), principal organização social do grupo, entre 1990 e 2009, constatamos que embora o planejamento de comunicação (dirigida e de massa) tenha sido considerado estratégico para o avanço do grupo e do movimento, não foi posto em prática de forma sistemática e continuada. Apesar de reivindicar o acesso aos veículos de comunicação, a importância dada à presença do grupo na mídia varia segundo a liderança, a comunidade e o momento histórico. Cf. Fox (2010).

- 4 Funcionários do órgão tiveram que entrar pela garagem
- 5 Ministério do Planejamento é invadido
- 6 O edifício principal do Ministério do Planejamento, em Brasília, foi novamente
- 7 invadido por manifestantes na manhã desta quarta-feira, dia 22. Desta vez, são
- 8 pescadores que protestam contra o cancelamento de registros de pesca.
- 9 Os manifestantes romperam a portal principal do prédio e ocuparam a portaria. Os
- 10 funcionários que conseguiram entrar no edifício tiveram que acessá-lo pela garagem.
- 11 Outra invasão.
- 12 No último dia 17 de outubro, o ministério também havia sido ocupado por
- 13 integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem-terra que reclamavam
- 14 contra “o desmonte da política de reforma agrária”.

O sentido global que podemos derivar desta notícia, produzida pela Agência Estádão Conteúdo e reproduzida pelo Jornal do Commercio, no dia 22 de outubro de 2017, é “Pescadores e agricultores invadem ministério”. Nessa macroproposição, o Ministério do Planejamento é representado no papel de argumento paciente, vítima dos(as) pescadores(as) artesanais e dos(as) agricultores(as) familiares, que desempenham a função de agentes de “Invadir” o órgão público federal.

Na estrutura de relevância (título e lead) da notícia, o repórter atribui especificamente uma agentividade negativa aos pescadores(as) artesanais, representando-os como argumento agente de “Invadir” que significa “Penetrar”, “Ocupar pela Força”, “Apoderar-se” do prédio do órgão público de forma violenta e abusiva. Assim, a matéria polariza os atores sociais e os categoriza como *Nós* (Estado-vítima) e *Eles* (Pescadores-invasores), como percebemos entre as linhas 2 e 5:

- 2 Pescadores invadem planejamento [...]
- 3 Porta principal do Ministério do Planejamento foi rompida.
- 4 Funcionários do órgão tiveram que entrar pela garagem
- 5 Ministério do Planejamento é invadido

A estratégia ideológica de representação de atores sociais também se manifesta na construção hiperbólica da notícia, com um grau de descrição detalhado, que enfatiza as ações negativas de “*Eles*” (invadir, ocupar, romper). Note-se que o repórter usa a estratégia retórica

da repetição, gerando assim um efeito de sentido de vandalismo e desordem, como é possível observar nos seguintes trechos da notícia:

- 2 Pescadores invadem planejamento [...]
- 3 Porta principal do Ministério do Planejamento foi rompida.
- 5 Ministério do Planejamento é invadido
- 9 Os manifestantes romperam a portal principal do prédio e ocuparam a portaria.

Pari passu, os jornais desenfazem a agentividade negativa do governo federal, usando no título o eufemismo “cancelamento de registros”, que não explica nada sobre as motivações do grupo social. Essa construção oculta a situação sociopolítica que levou os(as) pescadores(as) a realizar o ato político. Como sabemos, desde 2012, havia uma descontinuidade recorrente na emissão e renovação de carteiras de pesca artesanal e, para completar, o Governo Dilma tinha suspenso mais de 186 mil RGP, em 2016.

O Estado Conteúdo simplesmente desconsidera esse contexto sociopolítico, não apura, nem explica o que levou o movimento social a se mobilizar. Apenas opta por ocultar as motivações do coletivo e, sem questionar ou ouvir seus membros, define o episódio como uma “Invasão”, enquanto representa governo e funcionários (*Nós*) como vítimas do vandalismo de “*Eles*”. Observemos como opera esse discurso:

- 2 Pescadores invadem planejamento em protesto contra cancelamento de registros
- 3 Porta principal do Ministério do Planejamento foi rompida.
- 4 Funcionários do órgão tiveram que entrar pela garagem
- 5 Ministério do Planejamento é invadido
- 6 O edifício principal do Ministério do Planejamento, em Brasília, foi novamente
- 7 invadido por manifestantes na manhã desta quarta-feira, dia 22. Desta vez, são
- 8 pescadores que protestam contra o cancelamento de registros de pesca.
- 9 Os manifestantes romperam a portal principal do prédio e ocuparam a portaria. Os
- 10 funcionários que conseguiram entrar no edifício tiveram que acessá-lo pela garagem.

Quanto a nominalização “Protesto” usada no título da notícia, no (modelo de) contexto dos jornais envolvidos, “Protestar” tem, em geral, um sentido político reivindicativo. Porém, neste discurso, adquire um significado de “Revolta” e “Insurreição”, por conta da ênfase na

descrição das ações negativas dos pescadores, dentre eles, romper, invadir e ocupar um órgão federal, atribuindo ao ato político um caráter de ilegítimo.

O mesmo pode ser dito da seleção lexical do repórter, que rotula o grupo como “manifestantes”, tipificando-o negativamente ao associá-lo a conceitos como “Invadir” e “Romper” (“os manifestantes *invadiram*”, “os manifestantes *romperam*”). Além disso, põe ênfase na agentividade negativa do grupo, usando a expressão “pescadores que protestam”. Vejamos como essas construções funcionam na notícia, entre as linhas 2 a 10:

- 2 Pescadores invadem planejamento em protesto contra cancelamento de registros
- 3 Porta principal do Ministério do Planejamento foi rompida.
- 4 Funcionários do órgão tiveram que entrar pela garagem
- 5 Ministério do Planejamento é invadido
- 6 O edifício principal do Ministério do Planejamento, em Brasília, foi novamente
- 7 invadido por manifestantes na manhã desta quarta-feira, dia 22. Desta vez, são
- 8 pescadores que protestam contra o cancelamento de registros de pesca.
- 9 Os manifestantes romperam a portal principal do prédio e ocuparam a portaria. Os
- 10 funcionários que conseguiram entrar no edifício tiveram que acessá-lo pela garagem.

Sabemos que a estratégia de descrição de um episódio, a partir de ações e experiências dos participantes, tem implicações ideológicas sobre suas causas, motivos, consequências e avaliações. Nesta notícia, por exemplo, as descrições são baseadas no discurso de poder governamental, provavelmente de dirigentes e funcionários do Ministério do Planejamento que descrevem o acontecimento como uma “Invasão”, uma “Ocupação”.

Desse modo, a cobertura jornalística é tendenciosa e constrói um fato ao qual atribui um caráter ilícito, porque invadir, ocupar e romper um bem público é ilegal e ilegítimo. Consequentemente, os veículos deslegitimam o movimento social dos(as) pescadores(as) artesanais, que legitimamente se manifesta pelos direitos do grupo e contra as injustiças das quais este é vítima.

Apostando na retórica, especificamente na estratégia de repetição, o repórter relembra um ato político realizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, no mesmo local, poucos dias atrás. Com o intertítulo “Outra Invasão”, ele também categoriza esse episódio com esse significado, implicando que ambos os acontecimentos são “Ocupações”. Na sequência descreve, tendenciosamente, as ações do MST por meio de verbos introdutórios de opinião das fontes de poder e das suas próprias: invadir, ocupar, reclamar. Esse movimento discursivo

reforça a representação do governo, na função de argumento paciente, isto é, como “vítima” do exogrupo, (pescadores artesanais e agricultores familiares), como observamos das linhas 11 a 14:

11 Outra invasão

12 No último dia 17 de outubro, o ministério também havia sido ocupado por

13 integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem-terra que reclamavam

14 contra “o desmonte da política de reforma agrária”.

A macroproposição que podemos derivar desse trecho da notícia é “Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra reclama do desmonte da reforma agrária”, em que o coletivo social é argumento agente de “Reclamar”, que, neste modelo contextual tem o significado de “Protestar”, “Crítico”. Quanto à motivação, o veículo recorre ao discurso da minoria, neste caso do MST, cujo porta-voz provavelmente conversou com o repórter ou enviou um comunicado oficial.

Mas, em vez de apresentar a versão completa do movimento sobre o episódio, o jornalista a abrevia, usando uma citação direta entre aspas: “o desmonte da política de reforma agrária”, um eufemismo com efeito de generalização, que oculta/exclui a agentividade negativa do governo na questão agrária, além de indicar uma atitude negativa do MST *contra* o endogrupo. Assim, enfatiza a representação do governo como vítima dos protestos, invasões, críticas e reclamações do exogrupo.

Note-se ainda que não há um registro sequer do discurso dos pescadores e pescadoras artesanais. Este é completamente silenciado, o que é um exemplo do processo de dominação exercido pelas elites políticas brasileiras, no domínio da comunicação de massa. Por meio do acesso aos veículos de prestígio e de certo controle do que a estes publicam (por serem fonte preferida, com departamentos de comunicação bem estruturados, e terem interesses em comum), as elites governamentais acabam incidindo fortemente no discurso noticioso político. Por conseguinte, na formação de modelos mentais dos leitores e das representações sociais que estes compartilham sobre questões conflituosas, envolvendo grupos polarizados, como neste caso o governo e as culturas tradicionais.

Em termos gerais, este discurso noticioso se configura em torno do grupo binário *Nós-Eles*, em que os movimentos sociais de grupos minoritários aparecem representados negativamente e associados a um “problema”, “ameaça” ou “conflito”. Enquanto isso, o

endogrupo (Estado) é vitimizado. Essa representação é resultado da estreita relação governomídia que, no Brasil, tende a ser consensual.

Tal afinidade entre grupos de poder se fundamenta não somente em interesses socioeconômicos e políticos, mas em ideologias de classe, capitalistas e racistas, ancoradas em velhos preconceitos e valores coloniais, dentre outras representações sociais que esses atores sociais compartilham. Por fim, em termos pragmáticos, este discurso noticioso é um macroato de fala ideológico, que oculta “nossos” maus atos e aponta os “maus” atos dos “*Outros*”, sendo uma *acusação* do governo contra os pescadores artesanais e agricultores familiares.

Traçando um paralelo deste marco temático com a macroproposição global 7: *Pescadores protestam e denunciam Estado e empresas* (vide MG7) podemos dizer que um dos principais conceitos associados ao grupo nesse *frame* é o de “Protestar”, em geral, *contra* o governo e empreendimentos privados. Assim, esses atores sociais são representados pela imprensa como grupos opositores dos pescadores e pescadoras artesanais. Para exemplificar, separamos intencionalmente dois trechos de notícias do nosso *corpus* de estudo, enquadradas neste MT, e analisamos as principais estratégias usadas na representação do exogrupo e seus movimentos sociais.

Exemplo 8.1

1 MANIFESTAÇÃO

2 Moradores de Suape fazem protesto na área central do Recife (26.10.2016)

3 Grupo partiu do Parque 13 de Maio com destino ao Palácio do Campo das Princesas

4 Manifestantes reclamam de casos de violência praticados em Suape

5 Uma manifestação promovida por associações de moradores e pescadores da

6 região próxima ao Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS), ocorreu pelas

7 ruas da área Central do Recife na manhã desta quarta-feira (26). O grupo ficou

8 concentrado desde às 9h, no Parque 13 de Maio, de onde partiu em passeata com

9 destino ao Palácio do Campo das Princesas com faixas de protesto.

10 O grupo pretende se reunir com o governador Paulo Câmara para fazer a entrega

11 de um documento com os questionamentos das populações de Suape. Na pauta

12 de reivindicações dos manifestantes, constam a luta pela permanência na terra,

13 denúncias contra violações dos direitos humanos e a violência praticada pelo CIPS.

Exemplo 8.2

1 QUESTÃO FUNDIÁRIA

2 **Protesto contra Suape promete fechar a PE-60 nesta manhã (02.02.2012)**

3 Moradores do entorno do complexo reclamam da política de

4 desapropriações promovida pelo governo do Estado

5 Movimentos sociais e associações de moradores e de pescadores prometem fechar,

6 hoje, à rodovia PE-60, no Cabo de Santo Agostinho, num protesto contra o governo

7 de Pernambuco e a diretoria do Complexo de Suape. A movimentação marcada

8 para esta manhã, a partir das 6h, vai causar dor de cabeça para quem precisa

9 chegar ao Litoral Sul. Com uma pauta de reivindicações de 11 itens, o grupo vai

10 seguir em comitiva até Suape, onde esperam ser recebidos pela diretoria do

11 complexo.

Um primeiro aspecto do discurso noticioso do JC, nesse marco temático, é o uso (e abuso) da estratégia ideológica que enfatiza, por meio de um grau de descrição detalhado, as ações coletivas dos pescadores, isto é, suas formas de luta, especialmente “Protestos”, “Manifestações”. Essas atividades são representadas na imprensa, principalmente, associadas a conceitos como “Passeatas”, “Concentrações” e “Bloqueios”, envolvendo quase sempre o local ou percurso geográfico do ato político: de onde o grupo sai, para onde vai, quais as avenidas ou ruas percorridas, onde se concentra, de que horas etc.

Embora esse *script* desperte ou seja de interesse do público leitor e atenda ao esquema da construção do *lead* da notícia, que deve responder: quem, como, onde, quando e porque, acaba tipificando os atos políticos democráticos dos pescadores e pescadoras negativamente. Especialmente, porque na maioria das vezes os associa à “transtornos” na mobilidade urbana/rural, com possíveis bloqueios e engarrafamentos, o que implicitamente remete à insegurança nas estradas e principais vias da RMR.

Em outras palavras, quem lê essas notícias pressupõe que o ato político do grupo social vai causar contratempos ou perigos durante sua locomoção. Tal representação pode gerar uma predisposição negativa ou desenvolver atitudes negativas dos leitores do JC em relação ao grupo e seus movimentos sociais. Para exemplificar, destacamos alguns trechos que extraímos intencionalmente dos exemplos 8.1 e 8.2:

2 Protesto [...] promete fechar a PE-60 nesta manhã (02.02.2012)

5 Movimentos sociais e associações de moradores e de pescadores prometem fechar,

6 hoje, à rodovia PE-60, no Cabo de Santo Agostinho, num protesto contra o governo

7 de Pernambuco e a diretoria do Complexo de Suape. A movimentação marcada
8 para esta manhã, a partir das 6h, vai causar dor de cabeça para quem precisa
9 chegar ao Litoral Sul. Com uma pauta de reivindicações de 11 itens, o grupo vai
10 seguir em comitiva até Suape, onde esperam ser recebidos pela diretoria do
11 complexo.

2 Moradores de Suape fazem protesto na área central do Recife

3 Grupo partiu do Parque 13 de Maio com destino ao Palácio do Campo das Princesas

5 Uma manifestação [...]

6 [...] ocorreu pelas

7 ruas da área Central do Recife na manhã desta quarta-feira (26). O grupo ficou

8 concentrado desde às 9h, no Parque 13 de Maio, de onde partiu em passeata com

9 destino ao Palácio do Campo das Princesas com faixas de protesto.

Esse foco no percurso e, especialmente, no trânsito, além do uso de expressões metafóricas, como “vai dar dor de cabeça a quem precisa chegar”, ou atos de fala como “Protesto [...] *promete* fechar a PE-60” acabam tendo a função de ocultar os aspectos e as ações negativas do endogrupo (governo e empresas), contra as quais o grupo social protesta ou reivindica mudanças.

Por outra parte, enfatiza as consequências negativas das ações dos movimentos sociais de pescadores (trânsito lento ou parado, bloqueios, engarrafamentos, depredação de prédios ou locais públicos etc.). Em suma, é um discurso tendencioso e polarizado em que *Nós* (governo, empresas e cidadãos) somos vítimas e *Eles* (movimentos sociais de pescadores e de grupos apoiadores) prejudicam nossa locomoção e tranquilidade no trânsito. Seguem três títulos, que nos ajudam a exemplificar como é construída essa representação:

8.3 *Em protesto, manifestantes bloqueiam via no Pina* (07.08.2018)

8.4 *Após desaparecimento de jovem no mar, grupo protesta no Pina* (04.06.2018)

8.5 *Manifestantes bloqueiam o trânsito na Avenida Domingos Ferreira* (03.08.2017)

Outro aspecto relevante nesse discurso se refere à estratégia de seleção lexical que, por um lado, serve para categorizar os atos públicos reivindicativos dos pescadores com expressões referenciais, como “protesto”, “manifestação”, “passeata”, “movimentação”, “comitiva” e, por

outro, categoriza o grupo social com rótulos como “moradores do entorno do complexo”, “movimentos sociais”, “associações de moradores e de pescadores”, “o grupo”, dentre outros.

Aliás, a estratégia de lexicalização também serve para construir descrições eufêmicas, usadas para generalizar as denúncias ou reivindicações dos pescadores artesanais, por exemplo: “Moradores do entorno do complexo reclamam da *política de desapropriações promovida pelo governo do Estado*”. No exemplo 8.1, o jornalista dá pistas sobre os problemas enfrentados pelos pescadores, em Suape, mas a notícia é construída com um grau de descrição generalizado, sem maiores detalhes. Vejamos:

4 Manifestantes reclamam de casos de violência praticados em Suape

11 [...] Na pauta

12 de reivindicações dos manifestantes, constam a luta pela permanência na terra,

13 denúncias contra violações dos direitos humanos e a violência praticada pelo CIPS.

Apesar de incompleta, em termos gerais, a notícia 8.1 não é negativa para os(as) pescadores(as) artesanais e para o MPP-PE, pois ao pontuar que o grupo “luta pela permanência na terra”, que faz “denúncias contra violações de direitos humanos” e a “violência praticada pelo CIPS”, acaba dando certa visibilidade ao grupo, suas denúncias e reivindicações.

No entanto, não narra esses aspectos, por exemplo, por meio do discurso da minoria (pescadores), cujas comunidades sofrem exclusão e repressão sistemática, em Suape, tendo sido relegados a pequenos núcleos distantes do seu território original, conforme descreve o CPP-NE (2017d, p. 2): “[...] a instalação dos estaleiros Atlântico Sul e Vard Promar provocou remoção e expulsão étnica e social na região. Dezenas de famílias nativas de pescadores e agricultores familiares foram banidas, sem falar que as vegetações de mangue e mata atlântica vêm sendo destruídas”.

Além disso, não encontramos nenhuma *suite*¹⁷⁶, no Jornal do Commercio, que noticie os resultados do encontro dos(as) pescadores(as) com o governador de Pernambuco e se este tomou medidas desde então. Por outras fontes, sabemos que sim, que se reestabeleceu o diálogo entre o grupo e o Governo de Pernambuco, depois de anos de recrudescimento das políticas públicas nacionais, na pesca artesanal, sem falar do desmonte do setor pesqueiro e o fim do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA).

¹⁷⁶ Do francês *suite*, isto é, série, sequência. Em jornalismo, esse termo designa a reportagem que explora os desdobramentos de um fato que foi noticiado em edição anterior. Toda *suite* deve rememorar os fatos anteriormente divulgados. Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/fofha/circulo /manual/producao_s.htm](https://www1.folha.uol.com.br/fofha/circulo/manual/producao_s.htm). Acesso em: setembro, 2020.

Sabemos também que o Governo de Pernambuco lançou, um mês depois do ato público dos pescadores artesanais, o decreto 46.396, em novembro de 2016, para regulamentar a Política de Execução da Pesca Artesanal em Pernambuco, instituída pela Lei 15.590 de 21 de setembro de 2015. Por sinal, no *corpus* de investigação encontramos apenas um registro sobre o anúncio da lei, noticiado pelo Jornal do Commercio, em junho de 2015, com o título “Pernambuco cria projeto de lei para regulamentar a pesca artesanal” (vide clipping de notícias – apêndice G), quando o projeto ainda seria enviado para Assembleia Legislativa de Pernambuco para ser regulamentado.

Outro fato sobre o qual temos conhecimento é que, na época, a Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado (SEPLAG) foi obrigada pelo Ministério Público Federal (MPF) a reabrir o processo de cadastramento dos pescadores, por meio do Programa Chapéu de Palha, e aceitar como comprovante do RGP os protocolos de solicitação do registro. Entretanto, mesmo tendo acompanhado o ato político público dos pescadores (exemplo 8.1), conhecendo as demandas do grupo e sabendo da implementação de uma política pesqueira no Estado, o Jornal do Commercio não noticiou esses acontecimentos.

Essa atitude por si só é uma evidência do *silenciamento* imposto pelo veículo aos pescadores(as) artesanais, em particular, e ao setor pesqueiro artesanal, em geral. Também é uma demonstração da atitude negativa do JC *contra* o grupo social, fundamentada em ideologias capitalistas e de classe, o que se manifesta em uma cobertura incompleta das questões pesqueiras e uma representação geral do grupo, no marco temático de movimentos sociais, como um “problema”, um “transtorno”, uma “ameaça”, um “conflito”, sem dar aos pescadores a chance de apresentar a sua versão dos fatos.

Outro indicativo do baixo acesso do grupo ao discurso noticioso, pode ser inferido do modo como este é referenciado nas notícias enquadradas neste *frame*. Das 12 matérias, oito usam rótulos associados a uma paisagem linguística, mas não atrelam o grupo a um movimento político ou categoria social específicos. E, quando o JC os categoriza como “pescadores artesanais”, não os associa ao seu movimento social. Notamos essa estratégia de exclusão do Movimento Social dos Pescadores e Pescadoras Artesanais e/ou outros movimentos do grupo em praticamente todas as notícias neste marco temático.

Além disso, o grupo aparece constantemente misturado ou atrelado a outros movimentos sociais de grupos parceiros ou apoiadores, especialmente ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e ao Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Para ilustrar essas inferências, abaixo reproduzimos alguns títulos das matérias que compõem o MT5 e detalhamos

apenas as rotulações utilizadas pelo JC tanto para categorizar os pescadores artesanais (em itálico), quanto grupos/movimentos parceiros¹⁷⁷:

8.6 Em protesto, manifestantes bloqueiam via no Pina (07.08.2018)

Sítio dos Pescadores no Bode

Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)

Jornada de Luta por Moradia da Comunidade Pocotó

8.7 Após desaparecimento de jovem no mar, grupo protesta no Pina (04.06.2018)

Pescadores e moradores de Brasília Teimosa

8.8 Manifestantes bloqueiam o trânsito na Avenida Domingos Ferreira (03.08.2017)

Sítio dos Pescadores no Bode

Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)

8.9 Protesto até no louvor a São Pedro (29.06.2013)

Pescadores do Recife

8.10 Protesto contra Suape promete fechar a PE-60 nesta manhã (02.02.2012)

Movimentos sociais e associações de moradores e de pescadores de Suape

8.11 Pescadores vão à ONU contra Suape (05.01.2012)

Colônia de Pescadores do Cabo de Santo Agostinho

8.12 Moradores de Suape fazem protesto na área central do Recife (26.10.2016)

Associações de moradores e pescadores da região próxima ao Complexo Industrial

Portuário de Suape

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)

Organizações não-governamentais

Fórum Suape – Espaço Socioambiental

¹⁷⁷ As notícias completas podem ser conferidas no clipping de notícias do Jornal do Commercio (apêndice G).

8.13 Trabalhadores rurais protestam por reforma agrária (22.08.2012)

Organizações de pescadores artesanais

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)

Atingidos pelas barragens / Indígenas / Mulheres camponesas

8.14 Plano diretor: movimentos sociais querem fortalecer as Zeis (14.11.2018)

Populações tradicionais,

Pescadores

Articulação Recife de Luta

8.15 Ato Denúncia pede fim da violência no campo (24.05.2017)

Território pesqueiro do Cajueiro de São Luís do Maranhão

Comunidade extrativista e pesqueira

Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH)

Entidades e movimentos da sociedade civil

Comissão Pastoral da Terra (CPT)

8.16 Movimento sociais defendem mandato de Dilma, mas cobram fim do ajuste fiscal (09.12.2015)

Pescadores

Frente Brasil Popular

Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST)

Central Única dos Trabalhadores (CUT)

União Nacional dos Estudantes (UNE)

Outra característica da representação dos(as) pescadores(as), no MT5, é que nenhuma notícia os associa ao Conselho Pastoral dos Pescadores – Regional Nordeste, principal entidade parceira e apoiadora do grupo e de seu movimento social em Pernambuco, desde a década de 1960. A completa invisibilidade do CPP-NE, especificamente neste marco temático, é bastante sintomática, podendo ser resultado da própria forma da entidade se comunicar

intermitentemente com a mídia e outros públicos de interesse¹⁷⁸, o que também pode ser um fator que incide no modo como o próprio MPP se comunica com diversos setores.

Isso porque estudos anteriores indicam algumas peculiaridades da relação imbricada entre a entidade e os pescadores artesanais. Por exemplo, em termos de práticas sociopolíticas, muitas vezes as ações dos movimentos sociais de pescadores(as) se confundem com as do CPP-NE. Essa relação entrelaçada pode provocar um impacto negativo na organização social e política do grupo social (FOX, 2010; POTIGUAR JÚNIOR, 2000, 2007), o que merece ser revisado por ambos os atores sociais e precisa de estudos posteriores.

Em termos comunicacionais, o CPP-NE tem uma cultura hierárquica, mas localmente conta com o capital humano e social¹⁷⁹ com *expertise* para assessorar os movimentos sociais de pescadores e pescadoras e seus integrantes. A comunicação institucional do MPP, por exemplo, fica a cargo do CPP e isso pode gerar uma *orientação e controle* na produção do discurso do movimento (FOX; HEINZ, 2019). Além disso, incide na comunicação institucional do coletivo com atores sociais de outros domínios discursivos (academia, governo, empresas, ONGs, mídia etc.). São questões que fogem ao escopo deste trabalho, mas merecem ser investigadas.

Por outra parte, na análise das notícias, neste *frame*, também percebemos que apenas uma delas, entre 2011 e 2018, tem como participante o Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais de Pernambuco (MPP-PE). A seguir, reproduzimos essa matéria veiculada em novembro de 2012 e sobre a qual comentamos na sequência:

Exemplo 8.17 (502 palavras)

1 MOBILIZAÇÃO

2 Manifestação em defesa da pesca artesanal (22.11.2012)

3 Tradicional mobilização, de âmbito nacional, ocorre

4 anualmente, reivindicando proteção aos territórios pesqueiros

5 Um grupo de associações e cooperativas de pescadores e pescadoras artesanais

6 realizou uma manifestação na frente da Superintendência do Ministério da Pesca e

7 Aquicultura (MPA), em San Martin, Zona Oeste do Recife, na manhã de quinta, para

8 marcar o Dia Nacional da Luta da Pesca Artesanal. A tradicional mobilização, de

9 âmbito nacional, ocorre anualmente, reivindicando proteção aos territórios

¹⁷⁸ Os públicos de interesse são também conhecidos como *stakeholders* de uma organização. Incluem as partes interessadas ou envolvidas, de forma direta e voluntária ou indireta, com uma entidade ou grupo social, englobando um objetivo de relacionamento que traz benefícios para ambas as partes.

¹⁷⁹ O CPP-NE conta com apoio de parceiros especializados, que contribuem no assessoramento do grupo social.

10 pescueiros. Este ano, o protesto exigiu o fim da cobrança de imposto sindical,
11 recolhido a partir deste ano.

12 Enilde Lima Oliveira, 47 anos, presidente da Colônia dos Pescadores de São José da
13 Coroa Grande é uma das porta-vozes do movimento. “Somos nós que levamos
14 quase 70% dos pescados que chegam à mesa do consumidor neste País. O
15 ministério (da Pesca e Aquicultura), responsável por regulamentar nossa profissão,
16 deveria cuidar da gente, em vez de criar um novo imposto sindical e reduzir nossos
17 territórios, como vem fazendo há anos”, critica.

18 A pesca artesanal é uma prática de trabalho familiar e autônoma passada de
19 geração em geração, em vigor no Brasil há décadas. A atividade não tem suporte
20 logístico empresarial nem usa equipamentos industriais. “Nós, pescadoras
21 artesanais, cuidamos de todo o processo, desde a pesca propriamente dita até a
22 venda em mercados, restaurantes, atacado, feiras livres. Trabalhamos para a nossa
23 sobrevivência e sustento, e somos referência em segurança alimentar”, explica
24 Enilde. As embarcações de pescadores artesanais costumam ser pequenas, canoas
25 ou jangadas. Dependendo da espécie a pescar, utilizam rede de cerco, arrasto
26 simples, arrasto duplo, tarrafa, linha, anzol e outras armadilhas.

27 Outra reivindicação feita pelas pescadoras foi em relação à regulamentação da
28 profissão que não reconhece como trabalhos complementares as atividades de
29 tecelãs de rede e descarnadeiras de siri, aratu e caranguejo, excluindo-as da cadeia
30 produtiva da pesca artesanal.

31 “Nasci em uma canoa. Ser pescadora sempre foi o meu trabalho, vou morrer
32 fazendo isso e lutando pelos meus direitos. Eles inventam coisa pra gente pagar
33 como se a gente tivesse condição de arcar com isso”, protesta Mariângela da
34 Fonseca, 44, integrante da Colônia de Pescadores de Goiânia.

35 O Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil (MPP), criado em
36 2009, em virtude das necessidades e demandas da classe, pede proteção especial
37 aos territórios pesqueiros contra a especulação imobiliária e instalação de grandes
38 projetos econômicos que limitem ou interfiram nas ações já desenvolvidas por
39 pescadores artesanais.

40 O protesto só foi encerrado após o superintendente do Ministério da Pesca e
41 Aquicultura (MPA), José Telino, assegurar que estava marcada uma audiência com
42 o ministro Marcelo Crivela, do MPA, em Brasília. Ficou acertado que dois
43 representantes da categoria participarão do encontro e terão todas as despesas da

44 viagem pagas. Resta só definir a data da audiência.

Sabemos que antes mesmo de começar a escrever sobre o ato político organizado pelo MPP-PE, o repórter do JC provavelmente tinha na memória um modelo mental (representação pessoal) do objeto do discurso (movimento social, manifestação) e do grupo (pescadores e pescadoras artesanais). Como os modelos não são rígidos, mas antes situados e atualizados na interação, aquilo que o jornalista reporta nesta notícia, e em que medida, depende do modelo de contexto que filtra o que ele sabe (ou recebe de informação) e o que escreve. Isso significa que o texto é produzido, de acordo com a situação comunicativa em andamento, além de normas, valores sociais, valores-notícia, ideologias sociais e profissionais, dentre outros aspectos da representação (vide capítulos II e IV, quadros 8 e 9).

Sendo assim, no que se refere ao modelo de contexto desta notícia, pelo *estilo lexical institucional* usado em alguns trechos, intuímos que o repórter do JC a construiu com base numa sugestão de pauta sobre o Dia Nacional de Luta da Pesca Artesanal, produzido e divulgado pela assessoria de imprensa do CPP-NE, que acabou incidindo na elaboração, conteúdo e veiculação da matéria, no dia 22 de novembro de 2012.

Em termos gerais, o jornalista se posiciona ideologicamente favorável ao movimento e suas demandas. Por exemplo, no antetítulo, no título principal e na linha fina, o acontecimento é categorizado com nominalizações como “Mobilização” e “Manifestação”, que, neste modelo contextual, constroem uma representação em certo grau positiva, pois reivindicam o caráter político do evento.

A seleção de itens lexicais também marca a notícia, especialmente na atribuição de significados positivos ao acontecimento. Por exemplo, no que se refere à caracterização da sua organização, objetivo, abrangência e frequência, o que lhe confere legitimidade: “manifestação em defesa da pesca artesanal”, “tradicional mobilização” “[mobilização] de âmbito nacional”; “[mobilização] ocorre anualmente”.

Semanticamente, podemos resumir o título (antetítulo, título principal e linha fina) da notícia na macroproposição “Movimento Social de Pescadores reivindica proteção aos territórios pesqueiros”. Nessa representação, o coletivo social desempenha a função de argumento agente de “Reivindicar” e “Proteger”. Com base em Melo (2010), consideramos que o primeiro conceito possui um valor semântico interessante, no âmbito dos movimentos sociais, pois pressupõe uma “Intervenção”, uma “Contra-argumentação”. Já o segundo significa “Cuidar”, “Preservar”, sendo associado à expressão “territórios pesqueiros”, uma representação de suma importância para grupo social, pois define a existência de espaços destinados à pesca

artesanal, bem como a necessidade de protegê-los. Observemos essa construção entre as linhas 1 e 4:

1 MOBILIZAÇÃO

2 Manifestação em defesa da pesca artesanal

3 Tradicional mobilização, de âmbito nacional, ocorre

4 anualmente, reivindicando proteção aos territórios pesqueiros

No lead, o repórter usa uma expressão referencial vaga e indefinida para se referir aos pescadores(as) como: “*um grupo* de associações e cooperativas”. Entretanto, esse modo impreciso de categorizá-los é complementado por uma descrição mais específica do grupo social: “de pescadores e pescadoras artesanais”. Este desempenha a função de argumento agente de “Manifestar-se” que tem um efeito de sentido de “Pronunciar-se publicamente”, “Dar a conhecer”, neste caso, “o Dia Nacional da Luta da Pesca Artesanal”.

Ainda no lead, o repórter enfatiza as características positivas do acontecimento, usando a estratégia retórica da repetição que replica quase na íntegra o conteúdo do título. Também põe ênfase na agentividade positiva do movimento, que desempenha a função de agente de “Exigir”, cujo significado é “Demandar”, “Intimar”, “Reclamar em função de direito”, enfatizando mais uma vez o objetivo/meta do grupo: “proteção aos territórios pesqueiros”. Vejamos como opera essa construção:

5 Um grupo de associações e cooperativas de pescadores e pescadoras artesanais

6 realizou uma manifestação na frente da Superintendência do Ministério da Pesca e

7 Aquicultura (MPA), em San Martin, Zona Oeste do Recife, na manhã de quinta, para

8 marcar o Dia Nacional da Luta da Pesca Artesanal. A tradicional mobilização, de

9 âmbito nacional, ocorre anualmente, reivindicando proteção aos territórios

10 pesqueiros. Este ano, o protesto exigiu o fim da cobrança de imposto sindical,

11 recolhido a partir deste ano.

O sublead é construído com base no discurso da minoria, ou seja, dos pescadores e pescadoras, na forma de uma citação direta de uma das suas lideranças. Esta é representada com um grau de descrição específico, com nome, sobrenome, idade e vínculo institucional: “Enilde Lima Oliveira, 47 anos, presidente da Colônia de Pescadores de São José da Coroa Grande”. Note-se, ainda, que o repórter usa a expressão nominal referencial “uma das porta-vozes do

movimento” para categorizar a pescadora como autoridade. Ambas as estratégias conferem legitimidade ao discurso do grupo social.

Em seguida, introduz a opinião do coletivo social, na qual sua própria opinião é subsumida, selecionando o verbo “Criticar”, que além de definir o caráter forte e de poder da opinião relatada, semanticamente significa “apontar erros ou defeitos de algo ou de alguém”. Neste caso, do Estado representado como agente das seguintes proposições negativas: “que não cuida de nós”, “que nos cobra impostos” e “que reduz nossos territórios”. Para ilustrar nossas inferências, reproduzimos esse trecho da notícia, entre as linhas 12 e 17:

12 Enilde Lima Oliveira, 47 anos, presidente da Colônia dos Pescadores de São José da
13 Coroa Grande é uma das porta-vozes do movimento. “Somos nós que levamos
14 quase 70% dos pescados que chegam à mesa do consumidor neste País. O
15 ministério (da Pesca e Aquicultura), responsável por regulamentar nossa profissão,
16 deveria cuidar da gente, em vez de criar um novo imposto sindical e reduzir nossos
17 territórios, como vem fazendo há anos”, critica.

Já no corpo da notícia, entre as linhas 18 e 26, note-se a autorrepresentação positiva da pesca artesanal e dos pescadores e pescadoras artesanais. Ambos são descritos pelo repórter com um grau bastante detalhado, especificamente no que se refere ao seu modo de produção, caracterizando positivamente tanto o grupo social quanto o processo produtivo artesanal. Vejamos como funciona essa construção:

18 A pesca artesanal é uma prática de trabalho familiar e autônoma passada de
19 geração em geração, em vigor no Brasil há décadas. A atividade não tem suporte
20 logístico empresarial nem usa equipamentos industriais. “Nós, pescadoras
21 artesanais, cuidamos de todo o processo, desde a pesca propriamente dita até a
22 venda em mercados, restaurantes, atacado, feiras livres. Trabalhamos para a nossa
23 sobrevivência e sustento, e somos referência em segurança alimentar”, explica
24 Enilde. As embarcações de pescadores artesanais costumam ser pequenas, canoas
25 ou jangadas. Dependendo da espécie a pescar, utilizam rede de cerco, arrasto
26 simples, arrasto duplo, tarrafa, linha, anzol e outras armadilhas.

Outra macroproposição que podemos derivar do corpo da notícia é “Pescadoras Artesanais reivindicam reconhecimento do trabalho feminino na pesca”. Nessa construção, as

mulheres pescadoras são o argumento agente de “Reivindicar”, cujo efeito de sentido é “Demandar” ou “Exigir”, sendo o argumento paciente dessa demanda o Estado, que ao ser ocultado/excluído tem sua agentividade negativa mitigada, como podemos perceber entre as linhas 27 a 30:

27 Outra reivindicação feita pelas pescadoras foi em relação à regulamentação da
28 profissão que não reconhece como trabalhos complementares as atividades de
29 tecelãs de rede e descarnadeiras de siri, aratu e caranguejo, excluindo-as da cadeia
30 produtiva da pesca artesanal.

Apesar desse apagamento do Estado, expressar essa reivindicação do grupo social é sobremaneira importante para o movimento, em geral, e para as pescadoras artesanais, em particular. Isso porque, ainda hoje, as mulheres que atuam na pesca artesanal enfrentam obstáculos para acessar o licenciamento profissional e seus direitos previdenciários. Para se ter uma ideia, elas precisam comprovar suas relações trabalhistas “a partir da atividade realizada junto aos pescadores do sexo masculino, seja marido ou pai, para adquirir seu benefício” (DIAS, 2019, p. 235). Ou seja, as possibilidades de acesso ao RGP se limitam ao vínculo laboral com outros membros da família.

Além disso, a única forma de receber o seguro-defeso é exercer a atividade pesqueira como única profissão, o que é muito restritivo, especialmente porque as pescadoras exercem pluriatividades e só algumas se limitam à pesca como única fonte de renda (DIAS, 2019). O resultado dessas práticas sociopolíticas gera exclusão social das pescadoras artesanais e sua invisibilização no setor.

Tal desigualdade se (re)produz no domínio da comunicação de massa. De acordo com as nossas observações gerais da cobertura da imprensa, entre 2011 e 2018, a mídia também invisibiliza o trabalho feminino na pesca artesanal, contribuindo assim para relações de gênero e trabalhistas desiguais das mulheres, em geral, e das pescadoras artesanais, em particular (vide item 5.4.1).

Por outro lado, quando o repórter *inclui* o Estado, mesmo que de forma implícita, e o caracteriza negativamente descrevendo suas práticas sociais excludentes, como o não reconhecimento de atividades da pesca artesanal feminina, ele constrói uma representação negativa desse ator social, no que tange aos direitos sociais, direitos humanos e relações de gênero. Desse modo, ao optar pela inclusão de certos atores, ações e acontecimentos, o

jornalista se integra a esse *Nós* que, nesta notícia, representa os pescadores e pescadoras artesanais. Conseqüentemente, se coloca em uma posição oposta a *Eles* (Estado).

Essa representação polarizada dos participantes, em que o repórter é mais específico em relação aos *nossos* (pescadores-imprensa) aspectos e ações positivos, assim como aos pontos e ações negativos de “*Eles*” (Estado), é reforçada pelo discurso da minoria, que enfatiza *nossa* autorrepresentação positiva (pescadoras artesanais) e introduz a *nossa* opinião negativa sobre *Eles*, por meio do verbo “Protestar”. Em seguida, o repórter enfatiza essa caracterização positiva dos(as) pescadores(as), usando um grau de descrição detalhado para apresentar uma das suas integrantes: “Mariângela da Fonseca, 44, integrante da Colônia de Pescadores de Goiânia”. Vejamos como funciona essa construção entre as linhas 31 e 34 na notícia:

31 “Nasci em uma canoa. Ser pescadora sempre foi o meu trabalho, vou morrer
32 fazendo isso e lutando pelos meus direitos. Eles inventam coisa pra gente pagar
33 como se a gente tivesse condição de arcar com isso”, protesta Mariângela da
34 Fonseca, 44, integrante da Colônia de Pescadores de Goiânia.

Outra estratégia que marca esse texto noticioso é a seleção lexical, por exemplo, no uso recorrente da palavra “pescadoras”, em quatro momentos diferentes, buscando dar visibilidade as mulheres no universo pesqueiro. Essa estratégia aliada ao movimento retórico da repetição enfatiza a presença feminina nesse domínio. Por outro lado, percebemos o esquema social e cognitivo que organiza as categorias fundamentais dos movimentos sociais: identidade/pertencimento, atividades, objetivos/metast, normas e valores, posição e recursos, bem como cognições sociais mobilizadas pelo repórter na produção do discurso e na representação dos pescadores e pescadoras artesanais e seus oponentes. Neste trecho da notícia, é possível observar como opera essa construção ideológica:

35 O Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil (MPP), criado em
36 2009, em virtude das necessidades e demandas da classe, pede proteção especial
37 aos territórios pesqueiros contra a especulação imobiliária e instalação de grandes
38 projetos econômicos que limitem ou interfiram nas ações já desenvolvidas por
39 pescadores artesanais.

Em termos gerais, o repórter se identifica e reproduz na construção noticiosa o discurso de resistência do MPP, fundamentado em diversas ideologias, dentre elas, o *Anticapitalismo* e o *Ecologismo Social*, como percebemos nos seguintes enunciados:

“[...] pede proteção especial aos territórios pesqueiros contra a especulação imobiliária e instalação de grandes projetos econômicos”.

“A pesca artesanal é uma prática de trabalho familiar e autônoma passada de geração em geração, em vigor no Brasil há décadas”.

“A atividade não tem suporte logístico empresarial nem usa equipamentos industriais”.

Feminismo:

“Nós, pescadoras artesanais, cuidamos de todo o processo, desde a pesca propriamente dita até a venda em mercados, restaurantes, atacado, feiras livres”.

“Outra reivindicação feita pelas pescadoras foi em relação à regulamentação da profissão que não reconhece como trabalhos complementares as atividades de tecelãs de rede e descarnadeiras de siri, aratu e caranguejo, excluindo-as da cadeia produtiva da pesca artesanal”.

“Nasci em uma canoa. Ser pescadora sempre foi o meu trabalho, vou morrer fazendo isso e lutando pelos meus direitos”.

Segurança Alimentar:

“Somos nós que levamos quase 70% dos pescados que chegam à mesa do consumidor neste País”

“Somos referência em segurança alimentar”

Também podemos perceber atitudes negativas *contra* os oponentes do MPP, como empreendimentos capitalistas e o Estado, nos seguintes enunciados:

“Um grupo de associações e cooperativas de pescadores e pescadoras artesanais realizou uma manifestação na frente da Superintendência do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) [...] para marcar o Dia Nacional da Luta da Pesca Artesanal”.

“A tradicional mobilização, de âmbito nacional, ocorre anualmente, reivindicando proteção aos territórios pesqueiros. Este ano, o protesto exigiu o fim da cobrança de imposto sindical, recolhido a partir deste ano”.

“[...]contra a especulação imobiliária e instalação de grandes projetos econômicos”

“O ministério (da Pesca e Aquicultura), responsável por regulamentar nossa profissão, deveria cuidar da gente, em vez de criar um novo imposto sindical e reduzir nossos territórios, como vem fazendo há anos”.

“Eles inventam coisa pra gente pagar como se a gente tivesse condição de arcar com isso”.

A construção geral da notícia segue a estratégia ideológica clássica de polarização, estabelecida pela oposição entre *Nós* e *Eles*. Neste caso, a autorrepresentação positiva é dos pescadores e pescadoras artesanais (outgroup) em oposição à representação negativa do ingroup (Estado, empresas). Embora rara, pois é única em um universo de 200 textos noticiosos do JC envolvendo essa cultura tradicional, entre 2011 e 2018, esta matéria é um exemplo interessante de como a identidade “*Nós*” pode mudar de referente e, no processo de produção do texto, o repórter é subsumido no discurso de resistência, se integrando a esse “*Nós*”, rompendo com as amarras do *status quo* e se solidarizando com o grupo em desvantagem social. Por fim, no último parágrafo da notícia, o repórter descreve os resultados alcançados pelo MPP, mostrando um interesse pessoal nos desdobramentos do ato político do movimento. A seguir, conferimos esse desfecho:

40 O protesto só foi encerrado após o superintendente do Ministério da Pesca e
 41 Aquicultura (MPA), José Telino, assegurar que estava marcada uma audiência com
 42 o ministro Marcelo Crivela, do MPA, em Brasília. Ficou acertado que dois
 43 representantes da categoria participarão do encontro e terão todas as despesas da
 44 viagem pagas. Resta só definir a data da audiência.

6.9.6 Política

O discurso do Jornal do Commercio também enquadra os pescadores e pescadoras artesanais no *frame* Política. Respeitando a proporcionalidade que definimos na amostra desta seção, analisamos uma notícia que escolhemos de um conjunto de matérias veiculadas pelo JC, entre 2011 e 2018, as quais tratam principalmente sobre *apoio político* e *votos*. No que se refere a esses dois aspectos, estudos anteriores apontam que a relação entre o grupo social e a classe política é marcada, no Brasil, por relações assimétricas e de dominação, vícios políticos e consenso (FOX, 2010).

Historicamente, essa conjuntura sociopolítica tem envolvido desde posturas paternalistas, de tutela e opressão por parte de grupos políticos, no poder, para com o grupo social, até uma cultura clientelista e de apadrinhamento de mão dupla, submersa em interesses pessoais e políticos, que se manifesta em práticas eleitoreiras de trocas de favores e votos. Por outro lado, quando lideranças da pesca artesanal têm ocupado cargos políticos e de poder, muitas vezes têm se afastado de suas bases, abalando a credibilidade do grupo social e seus líderes tanto internamente, quanto externamente (FOX, 2010).

Outro aspecto que levamos em consideração neste *frame* diz respeito à desvantagem social do grupo frente ao estímulo e consentimento da classe política a empreendimentos capitalistas, que desestruturam as comunidades pesqueiras tradicionais. Essa situação sociopolítica tem fortalecido a resistência dos pescadores e promovido um senso de participação e intervenção política, nos rumos da pesca artesanal no Brasil. Mantendo essas questões estruturais sociais em perspectiva, partimos para a análise da notícia que selecionamos.

Nela, observamos a descrição de atores sociais, grau de descrição, agentividade, referenciação, categorização, inclusão/exclusão de atores sociais e acontecimentos, quadrado ideológico (polarização, ênfase, desênfase, contraste, autorrepresentação), estratégias retóricas (repetição, hipérbole), discurso referido e significado implícito ou implicatura, bem como modelos de contexto, modelos mentais, representações sociais, além de características do jornalismo. Analisamos ainda alguns aspectos sociais relativos à política nacional, envolvendo os ex-presidentes, Luís Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff e outros políticos, além do Partido dos Trabalhadores (PT).

Exemplo 9 (Número de palavras: 594)

1 Catorze anos depois, Lula volta a casa de pescador em Brasília Teimosa (26.08.2017)

2 Catorze anos depois de assumir a presidência e visitar Brasília Teimosa, na Zona Sul
3 do Recife, para anunciar a reurbanização da comunidade de palafitas sobre o mar,
4 Lula voltou ao bairro neste sábado (26). Por simbolismo, a comitiva do Partido dos
5 Trabalhadores escolheu a casa do pescador José Severino da Silva Barros,
6 conhecido como Zé da Praia, para recepcioná-lo.

7 Ele era dono de um barraco visitado por Lula no início do primeiro mandato, mas
8 havia cedido para outra pessoa e não se encontrou com o então presidente.

9 Agora, o petista que se prepara para se lançar novamente candidato ao cargo, se não
10 for condenado em segunda instância na Operação Lava Jato até lá, entrou na
11 sua casa e ficou por aproximadamente 15 minutos com a comitiva, que incluem a
12 ex-presidente Dilma Rousseff (PT) e o ex-prefeito João Paulo.

13 A imprensa não foi autorizada a acompanhar a visita. Depois do encontro, Zé da
14 Praia afirmou que ficou emocionado e não lembra como aconteceu, apenas que
15 Lula e Dilma não falaram muito e que tiraram muitas fotos.

16 Zé da Praia em frente à sua casa na noite antes da chegada de Lula (fotolegenda)

17 Zé da Praia afirmou ao Blog de Jamildo antes da visita que é eleitor de Lula desde
18 2002, ano em que ele venceu as eleições presidenciais após três derrotas. Ele cedeu
19 em 2003 a casa para o então presidente passar até a palafita que também era sua,
20 embora não a usasse.

21 O pescador não conseguiu cumprimentar o petista e conta que só chegou perto.

22 Desta vez, foi procurado pela militância para receber Lula e relatou se sentir
23 privilegiado pela visita. Mas, ao contrário de amigos, que compraram presentes
24 para o petista e escreveram carta com pedidos de benefícios para a cooperativa de
25 pescadores local, preferiu não preparar nada para ele. Depois de sair da casa, o
26 petista foi à associação.

27 Na visita de Lula há 14 anos, foram anunciadas a remoção das palafitas e a
28 transferência das famílias que moravam nos barracos sem infraestrutura para
29 o Residencial Casarão do Cordeiro, na Zona Oeste – a localização do conjunto
30 habitacional, a 8 quilômetros, hoje é contestada por causa da distância. Foram
31 investidos R\$ 9 milhões para urbanização de Brasília Teimosa e R\$ 2,6 milhões na
32 construção do residencial, que atendeu a mais de 500 famílias.

33 Lula em visita a Brasília Teimosa em 2003, com o então prefeito, João Paulo (fotolegenda)

34 Zé da Praia não se mudou para o conjunto do Cordeiro, mas a família que vivia na
35 sua palafita foi beneficiada. “O barraco foi destruído, mas a casa ficou”, justificou.
36 Eleitor de Lula, o pescador elogiou as mudanças no bairro, principalmente a orla,
37 que foi restaurada, ganhou uma avenida e teve o serviço na praia do Buraco da
38 Véia entregue.

39 Lula chegou a visitar novamente Brasília Teimosa, nas eleições de 2014, quando
40 apoiou o senador Armando Monteiro Neto (PTB) ao Governo do Estado, mas o
41 petebista foi derrotado por Paulo Câmara (PSB). No ano passado, a coligação
42 de Geraldo Júlio (PSB) disse ter obtido 48% dos votos na zona eleitoral em
43 que Brasília Teimosa está inserida no primeiro turno, contra 22% do ex-
44 prefeito João Paulo (PT), à frente da PCR quando foi feita a urbanização da área.

Produzida pelo Blog do Jamildo Melo, especializado em cobertura política e pertencente ao Jornal do Commercio, esta notícia foi veiculada em 28 de agosto de 2017. Na época, o governo Dilma Rousseff já havia sofrido o Golpe e sua passagem por Brasília Teimosa, importante comunidade pesqueira urbana no Recife, fez parte da agenda não-oficial de pré-campanha à Presidência da República do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, que procurava se manter politicamente depois de ter sido condenado em primeira instância na Operação Lava Jato. Tal conjuntura sociopolítica incide na construção do (modelo de) contexto do repórter, controlando não o que ele diz, mas *como* ele constrói seu discurso sobre os participantes da situação comunicativa, em geral, e sobre os pescadores e pescadoras artesanais, em particular.

Na estrutura de relevância da notícia (título e lead), o jornalista usa retoricamente a estratégia de repetição para enfatizar quantos anos se passaram desde a primeira visita do ex-presidente Lula à referida comunidade (“catorze anos depois”). Nessa proposição, o político desempenha a função de argumento agente de “Voltar”, que significa “Retornar” ou “Regressar” à Brasília Teimosa, o que centra uma agentividade positiva nele e tem uma carga semântica importante em termos políticos na sua representação. Enquanto isso, desenfatura a agentividade do pescador artesanal que cumpre o papel de argumento paciente de “Recepcionar” Lula na sua casa, o que neste (modelo de) contexto tem um efeito de sentido de “Ser agraciado”, “Ser contemplado” com a visita.

Embora seja uma representação de dois grupos sociais: políticos do PT e pescadores(as) artesanais, o jornalista a usa para dar uma carga semântica positiva ao acontecimento (visita de

Lula ao pescador). Para tanto, usa um estilo narrativo que ativa na memória dos leitores do JC o modelo mental (representação) da primeira visita do político à comunidade pesqueira. Essa construção não é comum no lead, que quase sempre foca nos fatos mais recentes e não no passado. Desse modo, o repórter expressa e ativa emoções (modelos mentais) e atitudes (representações sociais) favoráveis (ou não) ao político e ao acontecimento. Observemos como funciona essa construção:

1 Catorze anos depois, Lula volta a casa de pescador em Brasília Teimosa
 2 Catorze anos depois de assumir a presidência e visitar Brasília Teimosa, na Zona Sul
 3 do Recife, para anunciar a reurbanização da comunidade de palafitas sobre o mar,
 4 Lula voltou ao bairro neste sábado (26). Por simbolismo, a comitiva do Partido dos
 5 Trabalhadores escolheu a casa do pescador José Severino da Silva Barros,
 6 conhecido como Zé da Praia, para recepcioná-lo.

No que se refere à descrição do pescador artesanal, embora este seja representando de modo específico, com nome (José Severino) e sobrenome (da Silva Barros), em seguida, é inferiorizado pelo modo de pelo modo de apresentá-lo (conhecido como) e o uso do apelido (Zé da Praia). No domínio jornalístico, o uso de rótulos diminutivos tem um efeito de caricaturar e estereotipar atores sociais, sendo esse modo referencial usado recorrentemente na representação dos pescadores e pescadoras na imprensa.

Para se ter uma ideia, no *corpus* desta investigação encontramos nove (09) referências desse tipo. O repórter enfatiza essa representação caricata e inferiorizada do pescador, descrevendo-o ainda com a expressão referencial “dono do barraco visitado por Lula”. A seleção léxica da palavra “barraco” tem uma carga semântica negativa, pois associa esse ator social à pobreza extrema. Vejamos como opera esse discurso na representação do grupo:

4 [...] Por simbolismo, a comitiva do Partido dos
 5 Trabalhadores escolheu a casa do pescador José Severino da Silva Barros,
 6 conhecido como Zé da Praia, para recepcioná-lo.
 7 Ele era dono de um barraco visitado por Lula no início do primeiro mandato, mas
 8 havia cedido para outra pessoa e não se encontrou com o então presidente.

No sublead, a narrativa é situada no presente com o dêitico “agora” e o político é descrito com a expressão nominal definida como “o petista”, categorizando-o especificamente com o vínculo partidário. Dependendo dos seus conhecimentos e ideologias, essa caracterização pode ativar ou produzir na memória dos leitores do JC desde emoções e opiniões (modelos mentais) e atitudes (representações sociais) favoráveis ao político e ao acontecimento, até desfavoráveis ou contrárias. Isso porque no período em que a notícia foi veiculada, o PT e Lula eram alvo de denúncias e investigações por corrupção da Operação Lava Jato, da Política Federal.

Já a proposição: “que se prepara para se lançar novamente candidato ao cargo” implica que o acontecimento (visita de Lula) é uma estratégia política. Na sequência, o uso da expressão condicional “se não for condenado em segunda instância na Operação Lava Jato” e do dêitico “até lá” implicam que Lula corria o risco de ser preso a qualquer momento por corrupção. Nesse (modelo de) contexto, essas implicaturas enfatizam a representação do político como corrupto ou, no mínimo, suspeito de corrupção.

Além disso, a descrição da visita (aproximadamente 15 minutos) também desvaloriza o acontecimento que, por sua vez, é associado à expressão nominal “a comitiva” para indicar que se trata de um grupo específico de políticos envolvidos nessa situação. Na sequência, estes são descritos com nome, sobrenome e cargo [ex-presidente Dilma Rousseff (PT), ex-prefeito João Paulo). A seguir reproduzimos essa construção que deslegitima o acontecimento, o representando como um ato oportunista de políticos que correm o risco de ser presos por corrupção (Lula), sofreram impeachment (Dilma) ou estão fora do poder (João Paulo):

9 Agora, o petista que se prepara para se lançar novamente candidato ao cargo, se não
10 for condenado em segunda instância na Operação Lava Jato até lá, entrou na
11 sua casa e ficou por aproximadamente 15 minutos com a comitiva, que incluem a
12 ex-presidente Dilma Rousseff (PT) e o ex-prefeito João Paulo.

No corpo da notícia, o repórter continua deslegitimando o acontecimento e o grupo de políticos. Primeiro, expressa seu descontentamento (emoção-modelo mental) com a expressão proposicional “que a imprensa não foi autorizada a acompanhar a visita”. Esse enunciado é um ato de fala que implica uma queixa do jornal, já que nesse (modelo de) contexto, a imprensa exige ter acesso irrestrito à cobertura de assuntos e acontecimentos que quer noticiar.

Depois narra o “Encontro”, usando o discurso referido do pescador artesanal a quem inferioriza com a referência estereotípica “Zé da Praia”, em vez de usar seu nome completo ou sobrenome, que é forma ditada pelas normas jornalísticas. A citação parafraseada do

pescador é usada para desenfaturar a importância política do encontro, buscando deslegitimá-lo. Para tanto, o repórter descreve as emoções (modelos mentais) do pescador ao receber a visita com eufemismos, tais como, “ficou emocionado” e “não lembra como aconteceu”. Essa opinião é introduzida com o verbo “afirmar”, cuja carga semântica enfatiza que: “Lula e Dilma não falaram” e “tiraram muitas fotos”. Essa construção implica que o encontro é uma jogada de marketing político para deslanchar a possível candidatura de Lula. A seguir reproduzimos esse trecho da notícia:

13 A imprensa não foi autorizada a acompanhar a visita. Depois do encontro, Zé da
14 Praia afirmou que ficou emocionado e não lembra como aconteceu, apenas que
15 Lula e Dilma não falaram muito e que tiraram muitas fotos.

Na próxima estrutura esquemática da notícia, no *background*, o repórter descreve alguns eventos prévios, envolvendo a situação sociopolítica e histórica antes do acontecimento. Nessa narrativa, ele opta por incluir dois atores sociais, Lula e o pescador artesanal, descrevendo ações e aspectos em torno dessa relação. Essa opinião é introduzida com o verbo “afirmar”, que neste (modelo de) contexto tem uma carga semântica de convicção, conferindo legitimidade ao discurso do pescador.

Nessa citação parafraseada, o pescador artesanal é representado nas seguintes proposições avaliadoras: i) que é eleitor de Lula, ii) que cedeu a casa, iii) que se sente privilegiado, iv) que não pede benefícios. Trata-se de uma autorrepresentação positiva, como membro de um grupo social (pescadores artesanais), bem como opiniões e atitudes favoráveis do grupo para com Lula. Tais proposições são reforçadas por marcadores de temporalidade, para enfatizar o vínculo político histórico entre ambos os atores sociais, implicando que os(as) pescadores(as) votam historicamente no PT. Vejamos como funciona essa construção:

17 Zé da Praia afirmou ao Blog de Jamildo antes da visita que é eleitor de Lula desde
18 2002, ano em que ele venceu as eleições presidenciais após três derrotas. Ele cedeu
19 em 2003 a casa para o então presidente passar até a palafita que também era sua,
20 embora não a usasse.
21 O pescador não conseguiu cumprimentar o petista e conta que só chegou perto.
22 Desta vez, foi procurado pela militância para receber Lula e relatou se sentir
23 privilegiado pela visita. Mas, ao contrário de amigos, que compraram presentes
24 para o petista e escreveram carta com pedidos de benefícios para a cooperativa de

25 pescadores local, preferiu não preparar nada para ele. Depois de sair da casa, o
26 petista foi à associação.

Ainda como parte do *background* noticioso, entre as linhas 27 e 38, o repórter descreve detalhadamente as “boas” ações realizadas por Lula, em Brasília Teimosa (remover as palafitas, transferir as famílias, construir um conjunto residencial), o que centra uma agentividade positiva no político. Afinal, a agenda de visitas oficiais fora de Brasília de Lula, em 2003, após ser eleito pela primeira vez presidente da República, ganhou um simbolismo inequívoco: o combate à pobreza extrema. E os pescadores figuravam na representação desse problema social. Entretanto, na sequência, essa agentividade é mitigada com a expressão proposicional que “a localização do conjunto habitacional, a 8 quilômetros, hoje é contestada por causa da distância”, remetendo ao processo judicial impetrado pelos pescadores contra essa obra.

Na sequência, o Blog de Jamildo Melo enfatiza mais uma vez a agentividade positiva de Lula, usando retoricamente a estratégia de jogo de números (foram investidos R\$ 9 milhões para a urbanização [...] e R\$ 2,6 milhões na construção residencial, que atendeu a mais de 500 famílias). Além disso, o repórter introduz a opinião do pescador artesanal sobre essas ações, por meio do verbo “Elogiar”, que enfatiza a atitude favorável do grupo social com o político. As seguir, reproduzimos essa construção:

27 Na visita de Lula há 14 anos, foram anunciadas a remoção das palafitas e a
28 transferência das famílias que moravam nos barracos sem infraestrutura para
29 o Residencial Casarão do Cordeiro, na Zona Oeste – a localização do conjunto
30 habitacional, a 8 quilômetros, hoje é contestada por causa da distância. Foram
31 investidos R\$ 9 milhões para urbanização de Brasília Teimosa e R\$ 2,6 milhões na
32 construção do residencial, que atendeu a mais de 500 famílias.
33 Lula em visita a Brasília Teimosa em 2003, com o então prefeito, João Paulo
(fotolegenda)
34 Zé da Praia não se mudou para o conjunto do Cordeiro, mas a família que vivia na
35 sua palafita foi beneficiada. “O barraco foi destruído, mas a casa ficou”, justificou.
36 Eleitor de Lula, o pescador elogiou as mudanças no bairro, principalmente a orla,
37 que foi restaurada, ganhou uma avenida e teve o serviço na praia do Buraco da
38 Véia entregue.

Nos comentários da notícia, entre as linhas 39 e 41, o repórter se remete a outra visita de Lula à comunidade pesqueira, bem como a outros participantes e partidos (Armando Monteiro Neto-PTB, Paulo Câmara-PSB). Com essa estratégia de inclusão/exclusão de atores sociais e acontecimentos, o veículo continua deslegitimando tanto o encontro noticiado, quanto a relação entre os(as) pescadores(as) artesanais e Lula-PT, especialmente pela associação desses encontros às eleições, conforme pode ser conferido no seguinte trecho da notícia:

39 Lula chegou a visitar novamente Brasília Teimosa, nas eleições de 2014, quando
40 apoiou o senador Armando Monteiro Neto (PTB) ao Governo do Estado, mas o
41 petebista foi derrotado por Paulo Câmara (PSB).

Na última parte da notícia, na *avaliação*, o jornalista usa uma citação parafraseada do então prefeito da cidade do Recife, Geraldo Júlio, do mesmo partido do governador Paulo Câmara (PSB). Com a estratégia retórica do jogo de números deslegitima tanto o encontro de Lula com o Pescador Artesanal, quanto a relação entre esse grupo social e o PT. Observemos como é construído esse discurso:

41 [...] No ano passado, a coligação
42 de Geraldo Júlio (PSB) disse ter obtido 48% dos votos na zona eleitoral em
43 que Brasília Teimosa está inserida no primeiro turno, contra 22% do ex-
44 prefeito João Paulo (PT), à frente da PCR quando foi feita a urbanização da área.

Em termos gerais, os pescadores e pescadoras artesanais são representados, nesta notícia, como um grupo social beneficiado pelo Partido dos Trabalhadores, a cujos líderes apoia. Trata-se de uma representação de uma relação histórica, entre esses atores sociais, envolvendo emoções, opiniões e atitudes favoráveis de ambas as partes. Essa construção também implica que o grupo vota no PT, embora isso seja deslegitimado pelo próprio repórter, com base no discurso de poder de outras elites políticas, no final da notícia.

6.9.7 Religiosidade

O sétimo marco temático representa os(as) pescadores(as) associados à “religiosidade”. Essa relação não é por acaso, pois as comunidades pesqueiras litorâneas pernambucanas são

conhecidas pela forte tradição religiosa, marcada por celebrações que, em geral, envolvem procissões por terra ou por mar e outras manifestações de louvor fundamentadas no catolicismo.

Em seu estudo sobre movimentos sociais de pescadores artesanais, no século XX, Callou (1986) sugere que a Igreja Católica influenciou fortemente as crenças do grupo social, operando por meio do Conselho Pastoral dos Pescadores. Para o acadêmico, essa relação priorizou objetivos religiosos, gerou poucos resultados nas reivindicações, absorção de influências ideológicas, desamparo político, baixo afloramento de lideranças, dentre outros aspectos negativos.

Por outro lado, Marques (1980) e Callou (2010) relatam que, além das festas de adoração dos santos padroeiros de cada região, que às vezes se misturam com festejos profanos, são comuns em todas as comunidades pesqueiras brasileiras, as festas de São João, Santo Antônio, São Pedro, dos Navegantes e do Espírito Santo. Mantendo esses aspectos socioculturais em perspectiva, analisamos como o JC representa os pescadores e pescadoras nessa temática.

Tomamos como base uma notícia que selecionamos intencionalmente do *corpus* desta pesquisa, além de outros exemplos que ilustram nossas inferências, para analisarmos a descrição de atores sociais, grau de descrição, agentividade, inclusão/exclusão de atores sociais e acontecimentos, quadrado ideológico (ênfatização, desênfatização, contraste, polarização), além de representações sociais, aspectos do jornalismo, especialmente valores-notícia, e do Catolicismo.

Exemplo 10 (Número de palavras: 222)

1 TRADIÇÃO

2 **Pescadores homenageiam São Pedro com procissão marítima (28.06.2011)**

3 O cortejo começa às 14h, na sede da colônia, na Rua Marechal

4 Hermes, e segue pela Bacia do Pina.

5 Seguindo a tradição de mais de 50 anos, pescadores da Colônia Z-1, em Brasília

6 Teimosa, Zona Sul do Recife, homenageiam hoje São Pedro, o santo protetor. O

7 cortejo começa às 14h, na sede da colônia, na Rua Marechal Hermes, e segue pela

8 Bacia do Pina.

9 De acordo com os organizadores, mais de 40 barcos devem participar do evento este

10 ano. Como de costume, os pescadores prometem decorar as embarcações.

11 “Agradeceremos pela boa produção num evento de ação de graças”, explica

12 Augusto de Lima Guimarães, 61 anos, presidente da Colônia Z-1. As comemorações

13 na comunidade começam às 6h, com uma queima de fogos de artifício.
 14 Às 8h será celebrada uma missa. Após o cortejo, haverá festa, com shows de Fábio
 15 Lucas, Forró da Serra, Abuzzados do Forro, Coco dos Preto, Vôte, Que é isso?, Trio
 16 Xodó Brasil e a banda Fim de Feira.
 17 Homenagem a São Pedro também será realizada na Colônia Z-11, na Ilha de
 18 Itamaracá, na Região Metropolitana do Recife, que realiza o evento a mais de 100
 19 anos. Haverá também novena, às 15h.

Em termos gerais, a representação dos pescadores e pescadoras artesanais nesta notícia é positiva. Eles são apresentados como agentes de “Organizar” (o evento), “Homenagear”, “Cortejar” e “Agradecer” (o santo), “Decorar” (as embarcações), “Realizar” (a procissão marítima), “Comemorar”, “Celebrar” (com fogos de artifício e uma missa) e “Festejar” (com shows). Todas atividades de caráter festivo no marco temático da religiosidade.

O estilo narrativo do repórter com um grau de descrição detalhado sobre as atividades religiosas (cortejo, missa, procissão por terra e por mar, etc.) e não-religiosas (shows, queima de fotos de artifício etc.) realizadas pelo grupo social, indica sua opinião positiva sobre o acontecimento (homenagem a São Pedro) e sobre os(as) pescadores(as) artesanais. Também sugere uma atitude favorável do endogrupo com o exogrupo, como nestes trechos da notícia:

2 Pescadores homenageiam São Pedro com procissão marítima
 3 O cortejo começa às 14h, na sede da colônia, na Rua Marechal
 4 Hermes, e segue pela Bacia do Pina.
 9 [...] mais de 40 barcos devem participar do evento este
 10 ano. Como de costume, os pescadores prometem decorar as embarcações
 12 [...] As comemorações
 13 na comunidade começam às 6h, com uma queima de fogos de artifício.
 14 Às 8h será celebrada uma missa. Após o cortejo, haverá festa, com shows de Fábio
 15 Lucas, Forró da Serra, Abuzzados do Forro, Coco dos Preto, Vôte, Que é isso?, Trio
 16 Xodó Brasil e a banda Fim de Feira.

Fundamentado no Catolicismo, o repórter enfatiza as “boas” ações do exogrupo e do endogrupo também. Portanto, não há polarização de atores sociais nesta notícia, que representa *Eles* (pescadores) compartilhando com *Nós* (católicos-jornal) a mesma fé, os mesmos conhecimentos, valores e outras crenças.

Note-se que o estilo lexical do produtor da notícia também destaca os bons aspectos da festividade religiosa. Por exemplo, o antetítulo a caracteriza como uma “Tradição”. Essa representação é enfatizada, no lead da notícia, por meio da estratégia de jogo de números: “a tradição *de mais de 50 anos*”, além da expressão “como de costume”, que naturaliza a adesão religiosa e sugere um hábito do grupo social. São elaborações de valor conformativo, isto é, estratégias de concordância do jornalista sobre uma situação que ele julga ser tradicional.

Também há ênfase na representação positiva do evento para os católicos, em geral, e para os(as) pescadores(as) artesanais, em particular, apresentando outro festejo religioso, com a expressão “homenagem a São Pedro”, no último parágrafo da matéria. A macroproposição que resume essa parte da notícia é: “Pescadores homenageiam santo”. Nessa construção, o repórter representa o grupo como argumento agente de “Homenagear”, que significa “Prestar Tributo”, “Louvar”, portanto, centrando uma agentividade positiva nos(as) pescadores(as).

Usa ainda um grau de descrição específico e os identifica institucionalmente como “Colônia Z-11”, atribuindo-lhes uma característica de origem geográfica “na Ilha de Itamaracá”. Por fim, por meio da estratégia retórica do jogo de números enfatiza o caráter tradicional do evento, na expressão “há mais de 100 anos”. Observemos como funcionam esses enunciados que constroem uma representação positiva do grupo social:

17 Homenagem a São Pedro também será realizada na Colônia Z-11, na Ilha de
18 Itamaracá, na Região Metropolitana do Recife, que realiza o evento há mais de 100
19 anos. Haverá também novena, às 15h.

Embora neste *frame* encontremos esta única notícia, que usa a referenciação “pescadores” no título, no *corpus* desta investigação encontramos outras nove (09) matérias que enquadram o grupo no marco da religiosidade. Fundamentada no Catolicismo, essa representação é prototípica e estereotipada, associando os(as) pescadores(as) a acontecimentos católicos, tais como missas e procissões, como nos seguintes títulos, cujo texto completo pode ser conferido no clipping de notícias (apêndice G):

- 10.1 Missa campal abre celebrações da procissão a São Pedro (29.06.2018)
- 10.2 Prefeitura promete praça de São Pedro reformada até procissão (28.06.2018)
- 10.3 Tradicional procissão a São Pedro acontece nessa sexta (28.06.2018)
- 10.4 Tradicional procissão marítima de São Pedro é cancelada (29.06.2017)

10.5 Procissão em homenagem ao Dia de São Pedro leva centenas de fiéis às ruas de Brasília Teimosa (29.06.2016)

10.6 Procissão marítima marca dia de São Pedro no Recife (25.06.2015)

10.7 No Recife, procissão de São Pedro encerra ciclo junino (29.06.2014)

10.8 Procissão de São Pedro em Brasília Teimosa encerra ciclo junino (27.06.2014)

Alguns aspectos se sobressaem nessas notícias. Um deles é que das dez matérias, nove associam os(as) pescadores(as) à festa de São Pedro, o santo do último dia das *festas juninas*¹⁸⁰. Por outro lado, a comunidade pesqueira de Brasília Teimosa, zona Sul do Recife, é a mais noticiada pelo JC, quando associada a práticas religiosas. Seguem duas imagens ilustrativas da procissão de São Pedro nessa localidade:

Foto 1 – Em procissão marítima, imagem de São Pedro é seguida por barcos de pescadores artesanais, em Brasília Teimosa



Crédito da Foto: Marlon Costa/Pernambuco Press
Fonte: Orobom.com.br.

Foto 2 – Procissão terrestre sai da Capela de São Pedro, na Colônia de Pescadores Z1, em Brasília Teimosa

¹⁸⁰ Festas Juninas ou Festas de São João são realizadas, anualmente, no Brasil. Sua tradição se remete ao Cristianismo, mas sua origem é mais antiga. A Igreja Católica usa o período para homenagear Santo Antônio, São João Batista e São Pedro, nos dias 13, 24 e 29 de junho, respectivamente. São Pedro é festejado no último dia do ciclo junino. Na tradição cristã, ele é considerado *protetor dos pescadores* e das viúvas.



Foto: Marlon Costa/ Pernambuco Press
 Fonte: Orobofm.com.br.

Esse conjunto de matérias é fundamentado nos valores-notícia *entretenimento/curiosidade* e *proximidade*, especialmente por serem sobre acontecimentos religiosos que ocorrem anualmente e atraem grande número de pessoas. Outro aspecto interessante é a representação do exogrupo associado ou parceiro de grupos de poder, dentre eles, a Igreja Católica, Prefeitura da Cidade do Recife, Marinha do Brasil, Capitania dos Portos de Pernambuco e Grande Recife Consórcio de Transporte Metropolitano.

Embora estereotipada, a representação dos pescadores e pescadoras artesanais, na temática religiosa, é quase sempre positiva. Algo que já constatamos na análise do significado global dos textos do JC, na primeira parte deste capítulo. A nível microtextual essa imagem se mantém, sendo o grupo representado majoritariamente na função de agente de “boas” ações, como nos seguintes trechos que extraímos de diferentes notícias, para exemplificar:

“Movidos pela fé e devoção a São Pedro [...] pescadores e moradores de Brasília Teimosa, na Zona Sul do Recife, realizarão nesta sexta-feira (29) a tradicional procissão marítima do santo. O cortejo, que já tem 61 anos de existência, percorrerá as ruas do bairro e depois será acompanhado por mais de 20 barcos no percurso marítimo, em que a estátua do santo é levada para um passeio no alto-mar”. (28.06.2018)

“Está marcada para as 14h desta segunda-feira (29), a Procissão Marítima de São Pedro, organizada por pescadores da Colônia Z1, em Brasília Teimosa, na Zona Sul do Recife. A procissão marca o dia de São Pedro, celebrado em 29 de junho, há mais de 50 anos. São esperados cerca de cinco mil fiéis para a homenagem” (28.06.2015).

“Para marcar a despedida do ciclo junino no Recife, acontece neste domingo (29) a tradicional Procissão Terrestre-Fluvial de São Pedro, em homenagem ao santo padroeiro dos pescadores. A procissão é uma iniciativa da colônia de pescadores da Brasília Teimosa, na Zona Sul do Recife, e acontece há mais de 50 anos” (29.06.2014).

Por outro lado, os(as) pescadores(as) também aparecem no papel de argumentos *beneficiados* ou *coadjuvantes* das ações positivas das elites, especialmente, da Igreja Católica e do Estado, neste Marco Temático. Essa estratégia ideológica funciona dicotomicamente, ocultando a agentividade positiva dos pescadores (*Eles*), na prática religiosa, ou mitigando sua atuação. Em contraste, enfatiza a *nossa* agentividade positiva (Igreja, Estado, empresas). Vejamos como essa construção funciona nos seguintes trechos:

“Prefeitura promete praça de São Pedro reformada até procissão. Uma obra iniciada pela Prefeitura do Recife na última quinta-feira promete mudar essa realidade até a procissão deste ano, que acontece na próxima sexta-feira (29)” (28.06.2018)

“Neste domingo (7) e no próximo do dia 14, acontecerá a Levada e Buscada de São Gonçalo do Amarante, no Litoral Norte de Pernambuco. E com isso o Grande Recife Consórcio de Transporte disponibilizará um reforço de ônibus para quem for conferir a programação da festa [...] Os ônibus extras farão estocagem no Terminal Integrado de Igarassu” (15.01.2018)

Finalizamos aqui a análise das notícias em vários níveis e envolvendo diversas estratégias discursivas. A seguir, apresentamos nossas conclusões.

CONCLUSÃO

Com o objetivo de analisar a representação dos pescadores e pescadoras artesanais no discurso jornalístico, entre 2011 e 2018, nosso estudo buscou entender como a imprensa constrói a imagem desse grupo social. Neste estudo de caráter exploratório, nosso intuito foi desvendar de que forma essa cultura tradicional é representada, nas notícias do *Jornal do Commercio*.

Partimos da hipótese de que o discurso dominante, fundamentado em ideologias capitalistas, de classe, eurocêntricas e racistas, constrói uma representação estigmatizada e estereotipada dessa cultura tradicional, nos meios de comunicação de massa, e investigamos especificamente a mídia impressa.

Para pesquisarmos essa questão, nos concentramos em estratégias discursivas que podem (re)produzir modelos mentais (opiniões, emoções) e representações sociais (atitudes, conhecimentos, ideologias, normas e valores) negativos, preconceituosos ou estereotipados, colaborando para a formação, distribuição e consumo de uma imagem marcada com estigmas ou ideologicamente tendenciosa do grupo social, na imprensa. Afinal, o discurso pode contribuir e legitimar práticas sociais excludentes e violação dos direitos humanos dos pescadores e pescadoras artesanais, tais como a invisibilização, o silenciamento, a marginalização e a desigualdade social do grupo.

Com base em diversas ciências sociais, desenvolvemos um arcabouço teórico-metodológico que nos permitiu abordar e analisar o fenômeno de forma crítica e multidisciplinar. Primeiramente, buscamos compreender o grupo social que estudamos, seu modo de ser e estar no mundo, sua cultura, bem como sua situação histórica e sociopolítica, no Brasil.

Para nós, os(as) pescadores(as) artesanais são sujeitos sócio-históricos, cuja cultura tradicional é um patrimônio imaterial do Brasil. Seu modo de vida e reprodução social têm peculiaridades inerentes à sua atividade, levando-os a manter uma relação simbiótica com o meio ambiente. Além do seu sustento, a natureza marca fortemente as práticas socioculturais do grupo, o que o leva a almejar e lutar pela conservação e preservação dos ecossistemas, em geral, e pelos recursos pesqueiros, em particular, se opondo a sistemas de produção que agridem e destroem o meio ambiente. Enquanto sujeitos sociopolíticos, os(as) pescadores(as) artesanais lutam pelo acesso e manutenção de bens materiais e simbólicos e pelo acesso irrestrito aos recursos naturais de seus territórios pesqueiros, resistindo às formas de poder e dominação do

modo de produção capitalista, implementado e estimulado por elites governamentais ou empresais.

Em seguida, nos debruçamos na compreensão do contexto sociocomunicativo, especificamente dos meios de comunicação de massa, em geral, e do jornalismo impresso, em particular. Exploramos o funcionamento da mídia na América Latina, no Brasil e em Pernambuco. Discorremos sobre as rotinas e peculiaridades na produção da notícia, bem como sobre as representações de grupos subalternos, tendo em vista a grande responsabilidade que os veículos têm na construção da imagem de minorias. Mantivemos em perspectiva que a mídia, em geral, e o *Jornal do Commercio*, em particular, são grupos empresariais e como tais se regem por leis do mercado capitalista, cuidam dos seus próprios interesses e visam o lucro.

Fundamentamos também a nossa reflexão e análise no marco histórico e teórico da ACD, apresentando diversas aproximações, visando entender as relações de poder, em geral, e mais especificamente, as relações de abuso de poder de elites dominantes sobre minorias, neste caso, sobre os pescadores e pescadoras artesanais.

Na sequência, buscamos entender como se constrói a representação de um ator social na imprensa, a partir de estruturas sociocognitivas pessoais (modelos mentais) e coletivas (representações sociais), especificamente, ideologias, conhecimentos, atitudes e valores. Com essas categorias demos conta das propriedades mais fundamentais da produção e compreensão do discurso jornalístico, o que nos possibilitou analisarmos como os pescadores artesanais são retratados nas notícias do JC, envolvendo não apenas estruturas sociais e discursivas, mas também estruturas mentais e como esses elementos podem se expressar (ou não) no discurso midiático.

Sistematizamos ainda o *corpus* desta investigação formado por 200 notícias, veiculadas pelo *Jornal do Commercio*, de forma online, no período definido. E, por fim, criamos um protótipo teórico-metodológico que nos permitiu analisar estratégias discursivas, em diversos níveis e estruturas linguístico-cognitivas, que operam na construção da representação de atores sociais, no discurso midiático, e que já tínhamos identificado na leitura das matérias.

Enfocamos especialmente estratégias ideológicas que, na representação de atores sociais e acontecimentos, podem gerar ou perpetuar a superioridade de *nós* (elites de poder) e a inferioridade de *eles* (pescadores e pescadoras artesanais), no discurso jornalístico. Investigamos como estas se relacionam entre si e se inserem nas dimensões histórica, cultural, social, política e comunicativa, em torno da pesca artesanal, em geral, e dos pescadores e pescadoras artesanais, em particular.

Inicialmente, teorizamos (sobre) e analisamos as macroestruturas semânticas globais ou temas nas notícias do JC, englobando todo o *corpus*. Constatamos que o grupo social é, de forma geral, representado em temas/tópicos noticiosos negativos e prototípicos, embora também apareça representado positivamente em um número menor de notícias. Nessa análise, percebemos como os meios de comunicação de massa exercem um papel fundamental, na representação temática, difundindo conhecimentos sobre grupos minoritários que a sociedade não conhece muito bem e sobre os quais se tem pouca informação divulgada, a exemplo dos(as) pescadores(as) artesanais.

Desse modo, tabus historicamente enraizados na sociedade brasileira, advindos de matrizes coloniais eurocêntricas e racistas podem ser muito nocivos, quando se (re)produzem em temas noticiosos, que (re)constroem a nível sociocognitivo preconceitos e estereótipos sobre esse grupo social, podendo resultar em práticas sociais segregativas.

Os resultados da análise do sentido global das notícias do Jornal do Commercio não nos surpreenderam. A exemplo do que acontece com outras minorias, o que prevalece nos temas desse veículo é um significado bastante distante do modo de vida do pescador e da pescadora artesanal. Isso porque a construção de tópicos discursivos sobre o grupo social é parcial, estereotípica e atravessada ideologicamente.

Devido aos seus próprios modelos mentais e representações sociais, que compartilham com outros grupos de poder, aos quais pertencem ou com os que se identificam, os meios de comunicação, seus editores e repórteres (re)produzem conhecimentos generalizados e prototípicos dessa cultura tradicional. Trata-se de um discurso ideológico que, muitas vezes, advém de fontes de poder governamentais ou mesmo de outros domínios (acadêmico, empresarial, político, literário etc.), em que prevalecem crenças avaliadoras sobre os(as) pescadores(as) como um grupo que pratica ou se envolve em fraudes, crimes e vandalismo, que destrói o meio ambiente, que mora e pesca em espaços miseráveis, poluídos e violentos, que é vítima de tragédias ou se envolve constantemente em eventos trágicos. Quando representados como atores políticos, os pescadores desempenham o macropapel de agentes de protestar e denunciar o Estado e as empresas.

Os temas noticiosos do JC demonstram um certo estranhamento e oposição a esta cultura tradicional, cujo modo de ser e estar no mundo é *distante e diferente do nosso*. Como acontece quando se trata de grupos minoritários, diversas estratégias ideológicas intensificam *nossos* aspectos ou ações positivas e os aspectos ou ações negativas dos pescadores e pescadoras artesanais. Desse modo, o referido veículo omite, atenua ou oculta *nossas* propriedades negativas, bem como mitiga as coisas boas dessa cultura tradicional nos tópicos globais.

Sendo as ideologias fundamentais nos juízos de valor e as proposições controladas ideologicamente costumam se formuladas pelo grupo ao qual pertencemos, podemos dizer que os temas noticiosos do JC são crenças avaliadoras que acabam organizando opiniões e atitudes de jornalistas e do referido veículo de comunicação, em relação aos pescadores artesanais e, inclusive, em relação a si próprios.

Algumas das proposições axiomáticas, no discurso do JC, construídas de modo polarizado são que os pescadores são corruptos, enquanto *nós* somos contra a corrupção; que os pescadores praticam fraudes e *nós* somos vítimas ou contrários a atos ilícitos; que os pescadores cometem ou se envolvem em crimes, mas *nós* somos vítimas, não cometemos e somos contrário a atos criminosos; que os pescadores recebem benefícios, enquanto *nós* concedemos benefícios a *eles* e os ajudamos e assim por diante.

Embora o grupo apareça em temas positivos, sua agentividade ocupa macrofunções globais de argumento beneficiário de outros atores sociais, especialmente grupos de poder formados pelo Estado, a igreja católica, ONGs e empresas. Além de polarizar o endogrupo e o exogrupo, essa estratégia discursiva exclui e invisibiliza boa parte dos aspectos e agentividade positiva dos(as) pescadores(as), nos tópicos noticiosos.

O grupo é, assim, retratado em temas positivos como beneficiário, inclusive do próprio Grupo JCPM, ao qual o JC pertence. A imagem positiva dos(as) pescadores(as) que prevalece é a de um ator social que participa de festas e procissões católicas, que ajuda o Estado e as ONGs a despoluir o meio ambiente e que apoia políticos, especialmente os do Partido dos Trabalhadores ou partidos socialistas. Entretanto, nesse escopo, o Jornal do Comercio enfatiza especialmente as boas ações de grupos de poder, em 70% dos temas noticiosos positivos.

Resumindo, os resultados da nossa análise apontam para a desigualdade na representação de elites e dos pescadores e pescadoras artesanais, a nível macro. Para se ter uma ideia, enquanto *nós* somos representados negativamente em apenas 2,5% do total de notícias, a imagem do grupo social é negativa em mais de 100 textos. Isso significa que 53% do *corpus* de investigação concentra uma representação negativa dos pescadores a nível macroproposicional, que invisibiliza *nossas* ações negativas e, por outro lado, enfatiza as ações negativas de *eles*.

Essa autorrepresentação positiva do endogrupo tem uma fundamentação ideológica que organiza os modelos mentais dos jornalistas e as representações sociais das elites, proporcionando coerência às mesmas. O favorecimento na representação macroestrutural nos leva a crer que as opiniões e atitudes preconceituosas e negativas, presentes no discurso do

Jornal do Commercio, têm sua origem em ideologias de classe e racistas que incidem na produção noticiosa do referido veículo.

Ao definir os temas noticiosos, quer este sejam estes positivos ou negativos, o JC tem uma influência no que os seus leitores lembram como a informação mais relevante sobre um acontecimento ou sobre um ator social. Por exemplo, se o jornal gera temas que reproduzem estereótipos sobre os pescadores artesanais, o resultado é que essa confecção semântica não só se replicará nos significados locais das notícias, mas terá implicações cognitivas, incidindo tanto na compreensão dos usuários da linguagem sobre o grupo social e os acontecimentos ligados a este, quanto na produção do seu discurso sobre os(as) pescadores(as).

Isso significa que, desde a perspectiva do processamento de discurso (produção/compreensão), a seleção ou manipulação de certos significados globais ou, em outras palavras, a opção temática do Jornal do Commercio é um modo de representar os(as) pescadores(as), focalizando uns aspectos em detrimento de outros. O que pode ser muito nocivo, em termos de formação e manipulação da imagem pública do grupo, principalmente se esses temas são recorrentes.

Quanto a análise semântica local, constatamos o que estudos anteriores sobre a representação de minorias na imprensa já apontaram: que os títulos noticiosos proporcionam uma definição subjetiva da situação e dos participantes; que em termos gerais a mídia tende a invisibilizar os pescadores artesanais; que há um uso recorrente de expressões relacionadas a conflitos de classe para descrever o grupo, principalmente em função de atributos imputados, bem como da posição ou relação que este mantém com grupos de elite; que os(as) pescadores(as) “criam” problemas ou “nos trazem” problemas, para os quais, em geral, *nós* somos ou temos a solução.

Curioso é que, raramente, a mídia descreve esses “problemas” do ponto de vista dos grupos minoritários ou numa perspectiva crítica do sistema capitalista vigente, que destrói e desorganiza a natureza e, conseqüentemente, as populações tradicionais. No caso específico dos pescadores e pescadoras artesanais, constatamos que suas características e agentividade positivas são sistematicamente mitigadas ou desenfáticas nas notícias, ocultando assim sua contribuição socioeconômica, política e cultural.

Ainda nesse nível, investigamos a representação dessa cultura tradicional em títulos associados a marcos temáticos/*frames*. Descobrimos que, nas notícias, o grupo é associado principalmente a tragédias, episódios violentos, delinquência e corrupção. Isso significa que o discurso do JC tende a vincular semanticamente o grupo a conceitos com sentidos negativos, dramáticos, violentos e ilícitos, por exemplo, assassinatos, mortes, naufrágios, crimes, pesca

ilegal, corrupção e vandalismo. Em suma, os pescadores são representados em um papel negativo, o que os deprecia, diminui e deslegitima frente a sociedade, em geral, e a grupos de poder, em particular. Apuramos ainda que o *Jornal do Comercio* retrata o grupo tanto como um ator social agente, quanto como paciente, dentro de enquadramentos preferidos, nos quais em termos gerais o grupo é associado a conceitos de diferença, transgressão e mesmo ameaça.

Os papéis semânticos que os pescadores desempenham nas notícias os estigmatizam como um “problema social”. Nessa representação, *eles* cumprem a função tanto de culpados, coadjuvantes ou vítimas de tragédias e violência, quanto de um grupo social vulnerável que precisa da nossa assistência social.

Mesmo quando sua imagem é a de um agente ambiental e sociocultural, o *Jornal do Comercio* mitiga essa agentividade positiva, especialmente no marco temático “Meio Ambiente”, pois também o representa como um agente transgressor, um obstáculo para o chamado “progresso capitalista”, fomentado pelo Estado e outras elites de poder.

Em resumo, a velha prática ideológica de categorizar o grupo como depredador do meio ambiente prevalece no discurso do JC, certamente proveniente do discurso de elites que respondem pelo crescimento desordenado das indústrias, especulação imobiliária, turismo predatório e outras ações nefastas do avanço do capital, em comunidades pesqueiras. Apesar disso, incentivados e sob a tutela do Estado, esses setores raramente são categorizados como uma ameaça à biodiversidade e aos recursos pesqueiros no domínio jornalístico.

Na análise das notícias, a nível local, apuramos que a representação que aparece a nível macroestrutural também se reproduz a nível microtextual. Em termos gerais, esse discurso noticioso se configura em torno do grupo binário *nós-eles*, em que os pescadores e pescadoras aparecem representados negativamente e associados novamente a problemas, ameaças, destruição ambiental, assistencialismo, dentre outros enquadramentos. Enquanto isso, o endogrupo (governo, ONGs e empresas) é representado tanto como vítima, que sofre as “más” ações dos pescadores, quanto como benfeitor que os assiste e ajuda.

Comumente baseadas nos valores-notícia tragédia, drama, impacto, conflito e curiosidade, as notícias do *Jornal do Comercio* representam os(as) pescadores(as) em sete (07) *frames* ou marcos temáticos: Tragédias/Episódios violentos, Meio Ambiente, Delinquência/Corrupção, Assistência Social, Movimentos Sociais, Política e Religiosidade.

Neles, a imagem que prevalece é a de um grupo corrupto, delinquente, atrasado, destruidor da natureza, vândalo, mas também vulnerável, religioso, clientelista e um cabo eleitoral. Esses estereótipos e generalizações desconsideram a riqueza e o legado da cultura pesqueira, que resulta do conhecimento acumulado por várias gerações, incluindo não só

manejo das águas e das espécies, como também da arte de pescar. Sem falar da relevância socioeconômica e política da pesca artesanal para o Brasil.

Nesses termos, podemos dizer que a desigualdade social enfrentada pelos pescadores e pescadoras artesanais brasileiros resulta de processos sociocognitivos de representação, em que estes são categorizados de forma prototípica, estereotipada e até criminalizada. Trata-se de estigmas presentes em diversos domínios da sociedade, que se (re)produzem no discurso do *Jornal do Commercio* e deslegitimam o grupo social.

Nossa experiência, intuição e estudos anteriores nos levam a crer que, apesar de conviver e dividir o mesmo espaço geográfico, a população brasileira, em geral, e a pernambucana, em particular, têm um conhecimento limitado e uma forma colonizada de olhar os pescadores, como um subgrupo marginalizado. Embora essa questão fuja ao escopo deste trabalho, merece ser investigada no futuro, em pesquisas junto à população, analisando quiçá a conversação ou entrevistas sobre o grupo social.

Também por conta disso e dos resultados aos quais chegamos, nesta análise, consideramos essencial que o grupo e seus movimentos sociais invistam em programas de relacionamento com a mídia, traçando um planejamento comunicacional pautado por ações sistemáticas, buscando formar uma opinião pública mais próxima do que o grupo quer e precisa. É também cada vez mais necessário o intercâmbio de conhecimentos e apoio mútuo, entre a academia e as comunidades pesqueiras, especialmente apresentando os resultados de pesquisas, como forma de resistir e se opor ao *status quo* e mudar a realidade.

Grupos parceiros e apoiadores devem também estar nesse escopo, no sentido de posicioná-los em relação ao grupo social, pois não é raro observar a (re)produção de representações negativas, que inferiorizam, estigmatizam e deslegitimam os pescadores, no discurso dessas fontes nas notícias. Estas acabam se posicionando em um plano de superioridade, no papel de benfeitores, intermediadores e até “voz” dos pescadores e pescadoras artesanais junto à imprensa.

Quanto ao domínio jornalístico, os veículos de prestígio e os jornalistas que trabalham neles se pautam por valores típicos do jornalismo comercial, quando se trata da relação governo-minorias, sendo esta guiada por valores-notícia *governo* e *conflito*. Os meios de comunicação de massa, seus editores e repórteres demonstram pouco interesse pelo setor pesqueiro, em geral, e a pesca artesanal, em particular.

Exemplo disso é o uso majoritário e recorrente da expressão genérica “pescador(es)” para categorizar o grupo social. Quando na verdade trata-se de uma cultura tradicional que deve ser categorizada como “pescadores artesanais”. A mídia parece não saber e não se interessar se

o grupo deve ser referenciado com essa expressão oficial, dentro do marco das culturas tradicionais brasileiras. Tal postura ideológica mostra uma atitude negativa ou, no mínimo, displicente e generalista da imprensa, que acaba invisibilizando o grupo frente à opinião pública. Consideramos que também pode ser um indicativo do escasso conhecimento dos jornalistas e da imprensa sobre a pesca, em geral, e os pescadores artesanais, em particular.

Isso porque, além da produção jornalística sobre o domínio pesqueiro ser escassa, notamos pouco conhecimento, opinião crítica e interesse dos veículos e seus repórteres, na hora de produzir as notícias. Estes, geralmente, se atêm a reproduzir uma mesma história e recontá-la quase sempre da mesma forma, fundamentados em ideologias capitalistas, classistas e nos valores noticiosos mencionados. Assim, as matérias praticamente se repetem, mesmo envolvendo, além dos pescadores, outros atores sociais, circunstâncias e tempo diferentes.

Todavia, percebemos que editores e repórteres podem ter uma opinião ou, ao menos, um sentimento solidário em relação à situação dos pescadores artesanais e suas causas. Assim como os leitores, eles são usuários ativos das informações que recebem e, até certo ponto, independentes. Nem sempre compactuam com a postura ideológica do veículo para o qual trabalham e de outras elites. Embora tenham que transitar e sejam constrangidos pelas fronteiras do discurso dominante, podem abrir espaço editorial para discursos dissidentes e minoritários.

Em outras palavras, é possível “furar o cerco” do *status quo*. Não é fácil, mas há oportunidades de “cavar” algumas notícias que formem opinião positiva e mais próxima dos interesses das comunidades pesqueiras e das suas demandas sociopolíticas, na mídia. Entretanto, entre os repórteres, essa postura é muito esporádica e limitada a estereótipos, ao menos no grupo de notícias e período que analisamos.

Por fim, vale registrar que não somos donos da verdade. Nossas inferências são fundamentadas em nossos modelos mentais, no conhecimento que temos do mundo, no nosso conhecimento sociocultural, no conhecimento que temos do grupo social que estudamos, nas nossas experiências de vida pessoais, além dos nossos valores, atitudes e especialmente do nosso posicionamento ideológico.

O mesmo pode ser dito sobre o leitores do Jornal do Commercio, cuja interpretação das notícias que representam os pescadores artesanais, em última instância, vai depender das suas ideologias, modelos mentais pessoais (opiniões, sentimentos, experiências), bem como os conhecimentos, valores e metas que compartilham com os membros do seu grupo.

Levando isso em conta, nossa análise e interpretação dos recursos discursivos da imprensa dependem do nosso ponto de vista, que se fundamenta nos interesses dos pescadores e pescadoras artesanais. Nossa posição também é contrária a qualquer violação de direitos do

grupo social, que possa ser replicada discursivamente na imprensa. Nos opomos ao poder ilegítimo exercido por um ou vários grupos em detrimento dos interesses dos pescadores. Por esses motivos, o que talvez para algumas pessoas, instituições e grupos possam parecer inferências tendenciosas ou exageradas, para outros são verdadeiras e se aproximam da realidade.

Assim, nossas reflexões procuram ir além do que é certo e errado. Neste trabalho, falamos do que é justo e injusto, mantendo em relevo a premissa de Bosi (2013, p. 4) para quem “os pesquisadores devem ter a consciência de que uma história de vida que nós escutamos não é feita para ser arquivada ou guardada em uma gaveta como coisa”. É necessário revelar, falar, discutir, nomear e denunciar. Assim como é indispensável manter um senso crítico sobre o nosso próprio trabalho. É o que procuramos aqui, tanto como pesquisadores, quanto como apoiadores do CPP-NE e do MPP-PE, tendo inclusive analisado os resultados da nossa própria atuação jornalística.

REFERÊNCIAS

ACIOLI, M; FALCONE, K. Análise crítica do discurso: uma contribuição ao estudo do modelo tridimensional de Fairclough. *In*: REGO, B. I. D (Org). **Ensino, texto e discurso**. 1ª ed. Curitiba: CRV, 2014. P. 159 – 178.

AGÊNCIA SENADO. **Impeachment de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil**. 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>. Acesso em: junho, 2019.

ALMEIDA, J. **Mídia, opinião pública ativa e esfera pública democrática**. GT Comunicación, Médios de Difusión y Política del IV Congreso Latinoamericano de Ciencias de la Comunicación (IV ALAIC). 12 a 16 de setembro de 1998. Disponível em: www.eca.usp.br/associa/alaic/Congreso1999/3gt/Jorge%20Almeida.rtf. Acesso: agosto, 2014.

ALTO COMISSIONADO PARA OS DIREITOS HUMANOS DA ONU – ACDH. **Meios de Comunicação e Povos Indígenas**. 2007. Disponível em: <https://acnudh.org/pt-br/>. Acesso em: março, 2019.

ALSINA, M.R. **La construcción de la noticia**. Barcelona: Paidós; 1993.

ALVES, M. A. **Análise crítica do discurso**: exploração da temática. Relatório 01, 2006. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <https://pesquisa-eaesp.fgv.br/publicacoes/gvp/analise-critica-do-discurso-exploracao-da-tematica>. Acesso em: outubro, 2019.

ALVES, R. P. **Moda e desenvolvimento local**: reconversões culturais na criação e confecção de jeans em Toritama – Pernambuco. 2009. Dissertação para pós-graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local. Recife: UFRPE, 2009.

ARQUIVO NACIONAL. **Operação Bandeirantes (Oban)**. Série: Estrutura da repressão da ditadura militar. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/br/437esafio/arquivo-na-historia/695-operacao-bandeirantes-oban.html>. Acesso: janeiro, 2020.

ASSOCIAÇÃO BAIANA DE IMPRENSA. **Nada sobre nós, sem nós!** Povos indígenas buscam alternativas às mídias tradicionais. Disponível em: <https://abi-bahia.org.br/nada-sobre-nos-sem-nos-povos-indigenas-buscam-alternativas-as-midias-tradicionais/>. Acesso em: novembro, 2020.

AVAZZ. **Eu apoio o Projeto de Lei pelo Território Pesqueiro!** 2019. Disponível em: https://secure.avaaz.org/po/437esafio437437_petitions/Congresso_Nacional_Eu_apoio_o_Projeto_de_Lei_pelo_Territorio_Pesqueiro/?feWHGAb&fbclid=IwAR0ILOjzLXb1L9zQ8kpa0BkXPCicDRwhPEF4H9owwUxF3Rag9plKs8OEBkE. Acesso em: outubro, 2019.

AZEVEDO, N.T.D. **Política nacional para o setor pesqueiro no Brasil (2003-2011)**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento. UFPR, Curitiba: 2012. Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/handle/1884/29268>>. Acesso em janeiro, 2014.

AZEVEDO, N.T.D.; PIERRE, N. A política pesqueira atual no Brasil: a escolha pelo crescimento produtivo em detrimento da pesca artesanal. **Revista Samudra Report**, Nº 64, p. 34-41, 2013. Disponível em: <http://www.arquivo.cppnac.org.br/wp-content/uploads/2013/08/A-pol%C3%Adtica-pesqueira-atual-no-Brasil.pdf>. Acesso em junho, 2019.

BAHIA, B. J. **Jornal, História e Técnica: as técnicas do jornalismo**. Vol. 2. 5ª edição, Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

BAKHTIN, M. M. (VOLOSHINOV, V. N). **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. Apresentação de Marina Yaguello. 16ª. Ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

BANCO MUNDIAL. **Oficina del Censo de los Estados Unidos**. 2017. Disponível em: https://www.google.com/search?q=popula%C3%A7%C3%A3o+no+Brasil&rlz=1C1GCEA_enES843ES843&oq=popula%C3%A7%C3%A3o+no+Brasil&aqs=chrome..69i57j0l5.15285j0j8&sourceid=chrome&ie=UTF-8. Acesso em: agosto, 2019.

BARROS, R. D. P. M.D. **Das relações políticas à racionalização das indústrias culturais: a trajetória do Sistema Jornal do Comercio de Comunicação**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação na Universidade Federal de Pernambuco, 2009.

BARROS, S.M.D. Bases Filosóficas da análise de discurso crítica. *In*: BATISTA JR, J.R.L; SATO, D.T.B; MELO, I.F.D (Orgs). **Análise de Discurso Crítica para linguistas e não linguistas**. 1ª ed. São Paulo: Parábola, 2018.

BENTO M. A. S. Branqueamento e branquitude no Brasil *In*: CARONE, I; BENTO, M.A.S (Orgs). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 25-58.

BERNARDINO-COSTA, Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. *In*: **Revista Sociedade e Estado**. Vol. 30, Nº 1, janeiro/abril, 2015. P.147 – 163.

BOSI, E. **Cultura de massa e cultura popular: leituras de operárias**. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. Entrevista realizada por Moacir Salomão Bruck, p. 196- 199. *In*: **Dispositiva**, v. 1, n. 2, nov. 2012-abr.2013.

BRAGATO, F. Mesa 2: O giro descolonial nos Direitos Humanos. *In*: **IV Seminário Internacional Pós-colonialismo, Pensamento Descolonial e Direitos Humanos da América Latina**, na UNICAP, agosto, 2019.

BRASIL. **100 perguntas sobre pesca artesanal e aquicultura no Brasil**. 2011. Disponível em: <http://www.pesca.al.gov.br/arquivos/100perguntassobre%20pesca%20e%20aquicultura.pdf> Acesso: junho, 2019.

BRASIL. **Seguro-defeso: saiba quem tem direito e como solicitar**. 2018. Disponível em: <http://legado.brasil.gov.br/noticias/emprego-e-previdencia/2018/08/seguro-defeso-saiba-quem-tem-direito-e-como-solicitar-o-beneficio>. Acesso em: junho, 2019.

BRASIL ESCOLA. **Direito: Lista de Crimes**. Disponível em: <https://monografias.Brasilecola.uol.com.br/direito/lista-crimes.htm>. Acesso em: fevereiro, 2020.

BRAVO-SEGAL, S. **Maltrato discursivo hacia las personas mayores en los medios masivos de comunicación**: ejemplos de informativos web de Chile y España. Trabajo final de Máster de Intervenciones Sociales y Educativas. Facultad de Educación. Universidad de Barcelona, 2016.

BRITOS, V.C. Globalização: a religação entre cultura e capitalismo. *In: Icone – Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social*. Universidade Federal de Pernambuco. Vol. 1. No. 5 (dez, 2002), p. 19-37. Recife: Editora Oito de Março, 1995.

BUTLER, J. Criticamente subversiva. *In: Sexualidades transgresoras*: una antología de estudios queer. Editorial Icaria, Barcelona, 2002. P. 55-79.

CALDAS, W. **Cultura de Massa e Política de Comunicações**. 2^a. ed. São Paulo: Global, 1991.

CALLOU, A.B.F. **Movimentos sociais de pescadores em Pernambuco (1920 – 1983)**. Santa Maria – RS: UFSM. 1986. Dissertação de mestrado em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria, 1986.

_____. **A Voz do Mar**: construção simbólica da realidade dos pescadores brasileiros pela missão do cruzador “José Bonifácio” (1919 – 1924). São Paulo, 1994. Tese de doutorado em Ciências de Comunicação. Curso de pós-graduação em Ciências de Comunicação. Universidade de São Paulo, SP, 1994.

_____. Povos do mar. Herança sociocultural e perspectivas no Brasil. *In: Revista Ciência e Cultura*. Vol. 62 No 3. São Paulo, 2010.

CALLOU, A.B.F. LIMA, M.J.A. Movimentos Sociais de Pescadores em Pernambuco 1920 – 1983. *In: CALLOU, A.B.F (Org). Movimentos Sociais na Pesca*. Recife: Bagaço, 2013.

CALLOU, A.B.F.; PIRES, M. L. L. S; LEITÃO, M.R.F.A; TAUK-SANTOS, M. S. O Estado da Arte do Ensino da Extensão Rural no Brasil. *In: Extensão Rural (Santa Maria)*, v. 16, p. 84-114, 2008.

CALLOU, A.B.F.; TAUK SANTOS, M.S. Extensão pesqueira e gestão no desenvolvimento local. *In: Prorenda Rural – PE (Org.). Extensão Pesqueira*: desafios contemporâneos. Recife: Prorenda Rural – PE, 2003.

CALSAMIGLIA, B.H; TUSÓN, V.A. **Las cosas del decir**: manual de análisis del discurso. Barcelona: Editorial Ariel, 2001.

CANCLINI. N.G. **Consumidores e Cidadãos**: conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

_____. Cidades e cidadãos imaginados pelos meios de Comunicação. *In: Opinião Pública*, Campinas, Vol. VIII, nº1, 2002, pp.40-53.

CÁRDENAS, C. N. **Discursos de protesta y redes sociales: análisis de las prácticas discursivas activistas producidas en la comunidad de Facebook Universitario Informado durante las movilizaciones estudiantiles en Chile (2011-2013).** Tese de doutorado em Tradução e Ciências da Linguagem. Universidade Pompeu Fabra, Barcelona, 2018.

CARDOSO, S.D.M. **Colônias de pescadores e a luta pela cidadania.** Disponível em: https://www.google.com/search?q=Col%C3%B4nias+de+pescadores+e+a+luta+pela+cidadania&rlz=1C1GCEA_enES843ES843&oq=Col%C3%B4nias+de+pescadores+e+a+luta+pela+cidadania&aqs=chrome..69i57.1254j0j8&sourceid=chrome&ie=UTF-8. Acesso em: set. 2009.

CARDOSO, S. E. Geografia e Pesca: aportes para um modelo de gestão. **Revista do departamento de Geografia**, 14, 2001, p. 79–88. Disponível em: http://www.geografia.ffe.usp.br/440esafio440440ta/RDG/RDG_14/RDG14_EduardoCardoso.pdf Acesso em: jan. 2009.

_____. Geografia e a questão pesqueira: tecendo redes de investigação. In: **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**. Vol. XII, nº 761, Universidad de Barcelona: 2007. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/b3w-761.htm>. Acesso em: jan. 2009

CARITAS. **Movimento dos pescadores e pescadoras artesanais lança campanha pelo território tradicional pesqueiro em Brasília.** 2012. Disponível em: <http://caritas.org.br/movimento-dos-pescadores-pescadoras-artesanais-lanca-campanha-pelo-territorio-tradicional-pesqueiro-em-brasilia/10667> 2012. Acesso em: agosto, 2017.

CASTAGNANI, T.; COLORADO, R.C.R. La representación de la mujer inmigrante en la prensa escrita española: análisis del discurso citado en textos periodísticos. In: **Revista Sociedad y Discurso**. Vol.3(4), 2009, p. 621-657.

CASTELLS, M. **La era de la información.** Fin de milenio: economía, sociedad y cultura. Madrid: Alianza, 1998. Vol. III.

_____. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 1999. V. I.

CASTRO, D.D.F.; SIQUEIRA, R.; CORREIA, D.; GALVÃO, D.; RESCHKE, A. Ações do Governo do Estado para o desenvolvimento sustentável da pesca artesanal. In: CASTRO, D.D.F (Org). **Pesca Artesanal em Pernambuco.** Gráfica Flamar: Recife, 2015.

CASTRO, J. De Homens e caranguejos. São Paulo: Brasiliense, 1967

CAVALCANTE, F.U.; MENEZES, T.V.L. **Língua, Discurso, Texto, Dialogismo e Sujeito:** compreendendo os gêneros discursivos na concepção dialógica, sócio-histórica e ideológica da língua(gem). 2014. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/conel/article/view/2014>. Acesso em: julho, 2016.

CAVALCANTI, L.J.N. Modelos mentais no discurso jornalístico e do Facebook: a (re)produção de saberes sobre o caso #OcupeEstelita. In: **Revista Fórum Linguístico**. V. 13. N. 2, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-8412.2016v13n2p1185>. Acesso em: janeiro, 2018.

CAVALCANTI, T. **Chapéu de Palha da Pesca Artesanal finaliza ciclo de capacitações.** Blog Túllyo Cavalcanti. 8 de Nov., 2013. Disponível em: <http://blogdetullyo.blogspot.com/2013/11/chapeu-de-palha-da-pesca-artesanal.html>. Acesso em: junho, 2019.

CEPENE. **Boletim Estatístico da Pesca Marítima Estuarina em Pernambuco.** 2009. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/cepene>. Acesso em: agosto, 2009.

CHAGAS, V. A imprensa não é uma: análise da cobertura noticiosa e das preferências políticas dos leitores-eleitores de um jornal de prestígio, um jornal popular e um jornal ultra-popular do Rio de Janeiro. 10º Encontro Associação Brasileira de Ciência Política. **Ciência Política e a Política: Memória e Futuro.** Belo Horizonte, 30 de agosto a 02 de setembro de 2016. Disponível em: https://cienciapolitica.org.br/system/files/documentos/eventos/2017_04/impressa-na-e-analise-cobertura-noticiosa-e-das.pdf. Acesso em: agosto, 2020.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de Análise do Discurso.** São Paulo: Editora Contexto, 2014.

CHOMSKY, N.; BARSAMIAN, D. **Ambições Imperiais: o mundo pós 11/9.** Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

COLORADO, R.C.R. Una mirada al Análisis Crítico del Discurso. Entrevista con Ruth Wodak. *In: Discurso & Sociedad*, Vol. 4(3) 2010, 579-596.

_____. **Prensa y Protesta Social.** La representación del caso Atenco en La Jornada. Tesis de doctorado, Universidad Pompeu Fabra. Barcelona, 2014.

CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES – CPP. **Um Feixe de Mulheres.** Sistematização da Experiência de Economia Solidária da Associação de Pescadores e Pescadoras de Remanso – Bahia. 2016^a. Disponível em: <http://www.cppnacional.org.br/publicacao/um-feixe-de-mulheres-sistematiza%C3%A7%C3%A3o-de-economia-solid%C3%A1ria-de-remanso>. Acesso em: janeiro, 2017.

_____. **Relatório de conflitos socioambientais e violações de direitos humanos em comunidades tradicionais pesqueiras no Brasil.** 2016b. Disponível em: <http://cpp.institucional.ws/sites/default/files/publicacoes/Relat%C3%B3rio%20de%20conflitos%20socioambientais%20final.pdf>. Acesso em: fevereiro, 2017.

CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES – REGIONAL NORDESTE – CPP-NE. **Documentário no Rio e no Mar é promovido em Pernambuco.** 2017^a. Disponível em: <http://cppnenordeste.blogspot.com/2017/10/documentario-no-rio-e-no-mar-e.html>. Acesso em: outubro, 2017.

_____. **Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais em Pernambuco se reúne como a SEPLAG nesta quinta-feira (29).** Junho, 2017b.

_____. **Encontro de Pescadores Artesanais debate dificuldades enfrentadas pela atividade no Recife.** Setembro, 2017c.

_____. **Pescadores artesanais realizam ato público no próximo dia 31.** Outubro, 2017d.

_____. **Câmara Temática da Pesca se reúne nesta sexta-feira (5) para discutir plano de recuperação de espécies ameaçadas de extinção em PE e AL.** Maio, 2017e.

_____. **AÇÃO COMUNITÁRIA CARANGUEJO UÇA. Carta do Encontro dos Pescadores e Pescadoras do Recife.** Agosto, 2017f.

_____. **Pescadores artesanais realizam audiência pública na Comissão de Direitos Humanos da Alepe, na próxima terça-feira (03/12).** 2019^a Disponível em: <http://www.cppnacional.org.br/noticia/pescadores-artesanais-realizam-audi%C3%Aancia-p%C3%BAblica-na-comiss%C3%A3o-de-direitos-humanos-da-alepe-na>. 2019. Acesso em: Dezembro, 2019.

_____. **Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais e Articulação das Pescadoras Artesanais demandam soluções urgentes para os prejuízos causados pelo derramamento de petróleo nas comunidades pesqueiras.** Dezembro, 2019b.

_____. **Pescadores artesanais debatem com o Governo do Estado pauta de reivindicações da categoria nesta quinta-feira (12), no IPA.** Dezembro, 2019c.

_____. **Governo de Pernambuco não atende reivindicações de pescadores artesanais.** Dezembro, 2019d.

_____. **Pescadores artesanais e entidades comemoram a ampliação do auxílio emergencial à categoria em Pernambuco.** Fevereiro, 2020^a.

_____. **Observatório lança carta de reivindicações para a pesca artesanal frente ao Covid-19.** Abril, 2020b

_____. **Comunidades pesqueiras sofrem prejuízos com avanço da Covid-19.** Maio, 2020c.

_____. **Movimentos de pescadores artesanais e organizações da sociedade civil lançam campanha Mar de Luta.** Agosto, 2020d.

CORREIA, J.C. Novos movimentos sociais e transformações no modelo de análise das mídias. *In: FERREIRA, J.; VIZER, E. (Orgs). Mídia e movimentos sociais: linguagens e coletivos em ação.* São Paulo: Paulus, 2007.

_____. **Teoria crítica e discurso noticioso: notas sobre jornalismo e representações sociais.** Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2009.

COSTA, J.C.D.; PEREIRA, V.W. **Linguagem e Cognição: relações interdisciplinares.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

DE LA FUENTE, M.G. **La argumentación en el discurso periodístico sobre la inmigración.** Tesis de doctorado na 442esafio442442ta. Universidad de León, España, 2006.

DIAS, D.S.C. Gênero, Classe e Trabalho Pesqueiro: Reflexões Sobre Interseccionalidade e Desenvolvimento Rural na Região de Governador Celso Ramos-SC. *In: MARTINEZ, S.A.; HELLEBRANDT, L. (Orgs). Mulheres na Atividade Pesqueira no Brasil.* Campos dos Goytacazes: RJ: EDUENF, 2019.

DIEGUES, A. C. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

_____. **Pesca Artesanal e Estratégias de Desenvolvimento da Pesca**. Seminário de Pesca Artesanal, Brasília: 1985.

_____. **Povos e Mares: leituras em sócio-anthropologia marítima**. São Paulo: NAPAUB-USP, 1995.

_____. A sócio-anthropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil. *In: Etnográfica*, vol. Iii (2), 1999, pp. 361-375.

_____. **O mito moderno da natureza intocada**. 3ª Ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

_____. **Povos e Águas**. Inventário de Áreas Úmidas Brasileiras. 2ª ed. São Paulo: NAPAUB, 2002.

_____. Aspectos sócio-culturais e políticos do uso da água. *In: Plano Nacional de Recursos Hídricos – MMA*. NUPAUB – Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras – USP. São Paulo, 2005.

_____. Prefácio. *In: Embarcações do encantamento*. Trabalho sinônimo de arte, estética e liberdade na pesca marítima. São Cristóvão – Sergipe: Editora UFS, 2017.

DIEZHANDINO, N.M.P. **El que hacer informativo: el arte de escribir un texto periodístico**. Bilbao. Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco, 1994.

ELLISON, R. **O homem invisível**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2020.

EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO. **Missão, visão, valores e cultura**. 2012. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/institucional//sobre-a-ebc/o-que-e-a-ebc/2012/09/missao-visao-valores>. Acesso em: janeiro, 2020

ENVOLVERDE JORNALISMO. **Os pecados ambientais e Suape**. Disponível em: <https://envolverde.cartacapital.com.br/os-pecados-ambientais-de-suape/>. Acesso em: junho, 2020.

ERNST-PEREIRA, A.; MUTTI; R.M.V. O Analista de Discurso em Formação: apontamentos à prática analítica. **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 36, n. 3, p. 817-833, set./dez. 2011. Disponível em: https://www.ufrgs.br/edu_realidade/. Acesso em: dezembro, 2020.

ESTADÃO CONTEÚDO. **Ministério da Pesca é suspeito de fraudar licenças**. 2014. Disponível em: <https://atarde.uol.com.br/politica/noticias/1641239-ministerio-da-pesca-e-suspeito-de-fraudar-licencas>. Acesso em: junho, 2019.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Editora UNB, 2001.

_____. **Analysing Discourse**. Routledge: London, 2003.

FAIRCLOUGH, N.; WODAK R. Análisis Crítico del Discurso. *In*: VAN DIJK, T. A (Org). **El discurso como interacción social**. Estudios del discurso: introducción multidisciplinaria. Barcelona: Gedisa, 2000.

FALCONE, K.D.A. **O acesso dos excluídos ao espaço discursivo do jornal**. Dissertação de mestrado em Letras e Linguística na UFPE. Recife, 2003.

_____. **(Des)legitimação: ações discursivo-cognitivas para o processo de categorização social**. Tese de doutorado em Letras e Linguística, na UFPE. Recife, 2008.

_____. Discurso e Cognição. **Eutomia Revista de Literatura e Linguística**. V.1, N.09, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/EUTOMIA/article/view/949>. Acesso em: junho, 2017.

FARACO, C.A. Zellig Harris: 50 anos depois. *In*: **Revista Letras**, Curitiba, n. 61, especial, p. 247-252, 2003. Editora UFPR. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/letras/article/view/2889/2371>. Acesso em: agosto, 2020.

FERNANDES, J.I.V. **A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e da Aquicultura e seus impactos sobre a pesca artesanal no Estado de Pernambuco**. Dissertação de Mestrado em Sociologia, UFPE. Recife, 2015.

FERRARETO, E.K.; FERRARETO, L.A. **Assessoria de imprensa, teoria e prática**. 7ed. São Paulo: Summus, 2009.

FERREIRA, G. M. Contribuições da análise do discurso ao estudo do jornalismo. **Compós – Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação**. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_707.pdf. Acesso em: março, 2019.

FISHTV. **Secretaria Especial de Aquicultura e da Pesca é transferida para Secretaria Geral da Presidência da República**. 2018. Disponível em: <https://www.fishtv.com/noticias/geral/secretaria-especial-da-aquicultura-e-da-pesca-e-transferida-para-secretaria-geral-da-presidencia-da->. Acesso em: maio, 2019.

FONSECA, R.O. Uma pedagogia discursiva contra-hegemônica. **Revista Eletrônica Mutações**, janeiro–julho, 2014. Disponível em: <https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/relem/article/view/598>. Acesso em: dezembro, 2020.

FORUM JUSTIÇA. **Ministério da Pesca: desrespeito e pesadelo para a pesca artesanal viram moeda de troca nas campanhas eleitorais**. 2014. Disponível em: <https://www.forumjustica.com.br/ministerio-da-pesca-desrespeito-e-pesadelo-para-a-pesca-artesanal-vira-moeda-de-troca-nas-campanhas-eleitorais/>. Acesso em: junho, 2019.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOWLER, R. **Language in the News: Discourse and Ideology in the Press**. London: Routledge, 1991

FOX, V. D. P. P. D. **A comunicação como mercadoria**. Jornal Amazonas, Manaus, 1988.

_____. **Pesca Artesanal e Desenvolvimento Local: O Movimento Nacional dos Pescadores – MONAPE (1990 – 2009)**. Dissertação de mestrado em Extensão/Comunicação Rural e Desenvolvimento Local, pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2010.

FOX, V. D. P. P. D.; BEZERRA, B.G. Contexto e representação: uma análise sociocognitiva da fala de pescadores artesanais. *In: Intersecções*. Revista de estudos de práticas discursivas e textuais. Ed. 27, Ano 12. Nº 1. Jundáí – SP: Unianchieta, maio, 2019.

FOX, V. D. P. P. D.; CALLOU, A.B.C. O Movimento Nacional dos Pescadores e suas estratégias de comunicação entre 1990 e 2009. *In: CALLOU, A.B.F (Org). Movimentos Sociais na Pesca*. Recife: Bagaço, 2013. P. 115 – 152.

FOX, V. D. P. P. D.; HEINZ, K.E. O discurso de resistência do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil. *In: Policromias*. Revista do Discurso, Imagem e Som. Vol. 5. No. 8. Jun-Dez, 2019.

FUNDAJ. **Seminário Pesca Artesanal e Sustentabilidade Socioambiental**. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=1362&textCode=6822&date=currentDate>. Jul. 2006. Acesso em: mar. 2009.

GEUSS, R. **Teoria crítica: Habermas e a Escola de Frankfurt**. 1. Ed. Campinas: Papirus Editora, 1988.

GILL, R. Análise de discurso. *In: BAUER, M.W.; GASKELL, G. (Orgs). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002. P. 244-270.

GIRÓ, M.X. **Anàlisi Crítica del Discurs sobre Nacionalisme i Identitat als editorials de la premsa diària publicada a Catalunya des de la transició fins al govern del PP (1977 – 1996)**. Tesi de doctorat. Universitat Autònoma de Barcelona. Barcelona, 1999.

GOHN, M. G. **Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 4ª ed. São Paulo: Loyola, 2004.

GUALBERTO, I. M. T. **A construção de macroproposições: a influência do conhecimento prévio da aplicação de macrorregras semânticas**. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/2703/c0ecca6277d1a61e80e6d11a80daffba7501.pdf>. Acesso em: janeiro, 2020.

HABERMAS, J. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, volume II, 1997.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12ª Ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

HALL, S.; CHRISCHER, C.; JEFFERSON, T.; CLARKE, J.; ROBERTS, B. A produção social da notícia: o mugging nos media. *In: TRAQUINA, Nelson. Jornalismo: questões teóricas e estórias*. Lisboa: Na, 1999.

HALLIDAY, M. A. K. **Na introduction to functional 446esafi**. London: Edward Arnold, 1985.

ICMBio. **Quem somos**. 2019. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/oinstituio>. Acesso em: junho, 2019.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. **Privatização das águas e desilusão dos pescadores artesanais**. Entrevista especial com Elionice Sacramento. 2013. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/524157-privatizacao-das-aguas-e-a-desilusao-dos-pescadores-artesanais-entrevista-especial-com-elionice-sacramento>. Acesso em: agosto, 2019.

IVANOVA, I. O diálogo na linguística soviética dos anos 1920 – 1930. Versão para o português: Dóris de Arruda C. da Cunha; Heber de O. Costa e Silva. *In: Revista Bakhtiniana*. São Paulo, 6 (1): 239-267, Ago./Dez. 2011.

JIMÉNEZ, L.T. **La representación del barrio del Raval de Barcelona en la prensa escrita catalana: análisis del discurso periodístico durante la crisis económica del 2010**. Trabajo de investigación de los programas de postgrado del departamento de comunicación. Universidad Pompeu Fabra. Barcelona – España. Curso 2009-2010.

KEFALAS, H.C. **Cooperativas em Comunidades Tradicionais Pesqueiras: dois casos de estudo**. Dissertação de Mestrado em Ciências na Universidade de São Paulo. São Paulo: 2016.

KOCH, I.V.; ELIAS, V.M. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **Ler e escrever: estratégias de produção textual**. São Paulo: Contexto, 2009

LEIA JÁ. **Nova Tatuoca: a insatisfação de quem foi expulso de Suape**. 2019. Disponível em: <https://m.leiaja.com/noticias/2019/05/27/nova-tatuoca-insatisfacao-de-quem-foi-expulso-por-suape/>. Acesso em: junho, 2019.

LEGADO BRASIL. **Ministério da Pesca esclarece sobre emissão de carteira de pescador**. 2014. Disponível em: <http://legado.brasil.gov.br/noticias/infraestrutura/2014/11/446esafio446446t-da-pesca-esclareceD-sobre-emissao-da-carteira-de-pescador>. Acesso em: agosto 2019.

LIMA, A.C.C.; CALLOU, A.B.F. Políticas Públicas e Assistência Técnica para Pesca Artesanal em Pernambuco. **Contexto & Educação**. Ano 30, Nº 95, Editora Unijuí: Jan./Abr. 2015. P. 93-116.

LINS, C.D.B. **Jürgen Habermas e a crítica a partir da racionalidade comunicativa**. Resenha para a disciplina Filosofia da Linguagem do mestrado em Ciências da Linguagem, da Universidade Católica de Pernambuco. Novembro, 2016.

MACHADO, W.C. **Ministério da Pesca e Aquicultura MPA: Superintendência da Pesca e Aquicultura no Rio de Janeiro**. s/d. Disponível em: <http://www.infopesca.org/sites/default/files/complemento/atividadesrecientes/adjuntos/1433/Wallace%20Canedo%20Machado%20-%20%20%20Registro%20Geral%20da%20Pesca>. Acesso: novembro, 2020.

MACLUHAN, M. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Editora Cultrix, 1995.

MAGALHÃES, I.; MARTINS, A.R.; RESENDE, V.D.M. **Análise de discurso crítica: um método de pesquisa qualitativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017.

MAIA, R.; CASTRO, M.C.P.S. **Mídia, esfera Pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MARCO ZERO CONTEÚDO. **Missão nacional de direitos humanos comprova violações em Suape**. 2018. Disponível em: <http://marcozero.org/missao-nacional-de-direitos-humanos-comprova-violacoes-em-suape/>. Acesso em: junho, 2019.

MARCUSCHI, L.A. A ação dos verbos introdutórios de opinião. *In: Intercom – Revista Brasileira de Comunicação*. São Paulo, ano XIV, nº 64, p. 74 – 92, jan/jun, 1991.

_____. Contextualização e explicitude na relação entre fala e escrita. **I Encontro nacional sobre língua falada e ensino**, na UFAL, Maceió, AL, 14-18 de março de 1994. Publicado nos respectivos anais pp. 27-48 em 1995.

_____. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. 2ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

_____. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. *In: DIONÍSIO, A.P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M.A. Gêneros textuais e ensino*. 5.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

_____. Atividades de Referenciação, Inferenciação e Categorização na Produção de Sentido. *In: FELTES, H.P.M. (Org.). Produção de Sentido – Estudos Transdisciplinares*. São Paulo: Annablume, 2003. P. 239-262.

_____. Cognição, explicitude e autonomia no uso da língua. *In: MARCUSCHI, L.A. Cognição, linguagem e Práticas Interacionais*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna. Série Dispersos. 2007. p. 31-60.

_____. A Construção do Mobiliário do Mundo e da Mente: Linguagem, Cultura e Categorização. *In: MARCUSCHI, L.A. Cognição, Linguagem e Práticas Interacionais*. Rio de Janeiro: Lucerna. Série Dispersos, 2007b. p. 124-145.

_____. Coerência e cognição contingenciada. *In: MARCUSCHI, L.A. Cognição, Linguagem e Práticas Interacionais*. Rio de Janeiro: Lucerna. Série Dispersos, 2007c. p. 13-28.

_____. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARÍN ROMERO, A.; MONDACA BECERRA, L.; MURO AMPUERO, E. **Paisajes lingüísticas de disidencia: reconstrucción de la imagen de la mujer en las calles de Barcelona**. 2017. Disponível em: <https://www.Researchgate.Net/Publication/320616422>. Acesso em: Novembro, 2020.

MARSHALL, L. 'Prestige papers' disputam prestígio impresso e digital. **Observatório da Imprensa**. Ed. 808. 22 de julho de 2014. Disponível em: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/_ed808_prestige_papers_disputam_prestigio_impreso_e_digital/. Acesso em: setembro, 2020.

MARTIN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora URFJ, 2008.

MARTIN ROJO, L. There was a problem. It was solved. Legitimizing the expulsion of illegal migrants in 448esafio 448esafio448448tary discourse. *In: Discourse and Society*. 8-4, 1997.

_____. Division and Rejection. From the personification of the gulf conflict to demonization of Saddam Hussein. **Discourse and Society**. 6-1. 1995.

_____. **Taking over the Square: The role of linguistic practices in contesting urban spaces**. 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/272201429_Taking_over_the_Square_The_role_of_linguistic_practices_in_contesting_urban_spaces. Acesso em: novembro, 2020.

MARTINS, J.D.S. **A Sociedade vista do Abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

MATTELART, A.; MATTELART, M. **História das teorias da comunicação**. 3ª ed, São Paulo: Edições Loyola, 2000.

MEDEIROS, F. N. D. S.; RAMALHO, M.; MASSARANI, L. A ciência na primeira página: análise das capas de três jornais brasileiros. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro, v.17, n.2, abr.-jun. 2010, p.439-454.

MELO FILHO, D. A. Manguê, homens e caranguejos em Josué de Castro: significados e ressonâncias. **História, Ciências, Saúde Manguinhos**, vol. 10(2): 505-24, maio-ago. 2003.

MELO, I.F.D. **Análise Crítica do Discurso: um estudo sobre a representação LGBT em jornais de Pernambuco**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2010ª.

MELO, P.B.D. **Histórias que a mídia conta: o discurso sobre o crime violento e o trauma cultural do Medo**. Tese de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, 2010b.

MEURER, J.L. Gêneros textuais na análise crítica de Fairclough. *In: MEURER, J.L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Org). Gêneros, teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005, p. 81 – 106.

MÍDIA ÍNDIA A VOZ DOS POVOS. **Apresentando Mídia Índia**. Disponível em: <https://www.midiaindia.com/>. Acesso em: novembro, 2020.

MINISTÉRIO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). **Suspensos 186 mil registros de pescadores**. 2016ª. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/noticias/suspensos-186-mil-registros-de-pescadores-artesanais>. Acesso em: junho, 2019.

_____. **Donos de embarcações recebem autorização temporária de pesca.** 2016b. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/noticias/donos-de-embarcacoes-recebem-autorizacao-temporaria-de-pesca>. Acesso em: junho, 2019.

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA (MPA). **Presidenta Dilma lança Plano Safra para tornar o Brasil um dos maiores produtores de pescado.** 2012. Disponível em: <https://www.grupoaguasclaras.com.br/presidenta-dilma-lanca-plano-safra-para-tornar-o-brasil-um-dos-maiores-produtores-de-pescado>. Acesso em: janeiro, 2019. %20do%20MPA.pdf. Acesso em: novembro, 2020.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Setor pesqueiro tem novo modelo de gestão.** 2011. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/informma/item/7102-setor-pesqueiro-tem-novo-modelo-de-gestao>. Acesso em: julho, 2019.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF). **Operação Lava Jato.** S/D. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato>. S/D. Acesso em: 05.07.2020

MORAES, C. **Com investigações em segredo de justiça, desastre ambiental com óleo no Nordeste completa um ano sem muitas respostas.** 2020. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/pernambuco/2020/08/11968170-com-investigacoes-em-segredo-de-justica-desastre-ambiental-com-oleo-no-nordeste-completa-um-ano-sem-muitas-respostas.html>. Acesso: agosto, 2020.

MORAES, D.D. Sistema midiático, mercantilização e poder mundial. *In:* MORAES, D.D.; RAMONET, I.; SERRANO, P. (Orgs). **Mídia, Poder e Contrapoder:** da concentração monopólica à democratização da informação. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/73687824/denis-de-moraes-et-all-orgs-midia-poder-e-contrapoder>. Acesso em: dezembro, 2019.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais:** investigações em psicologia social. 5ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

MOVIMENTO DOS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS DO BRASIL – MPP. **CARTA DO MPP.** 2010.

_____. MOVIMENTO DOS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS DO BRASIL. MPP. *In:* **Blog Pelo Território Pesqueiro.** 2013^a. Disponível em: <http://mpppeloterritorio.blogspot.com/>. Acesso em: outubro, 2015.

_____. A Campanha. *In:* **Blog Pelo Território Pesqueiro.** 2013^b. Disponível em: <http://campanhaterritorio.blogspot.com/>. Acesso em: outubro, 2017.

_____. Carta da Assembleia Nacional do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil. *In:* **Blog Pelo Território Pesqueiro.** 2016. Disponível em: <http://peloterritoriopesqueiro.blogspot.com/2016/09/carta-da-assembleia-nacional-do.html>. Acesso em: junho, 2019.

_____. Carta Aberta | Não à Secretaria de Pesca no Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) sob o comando do Partido Republicano Brasileiro (PRB)!!!! *In:* **Blog Pelo**

Território Pesqueiro. 2017^a. Disponível em: <http://peloterritoriopesqueiro.blogspot.com/2017/03/carta-aberta-na-secretaria-de-pesca-no.html>. Acesso em: junho, 2019.

_____. Mais de 500 pescadores artesanais de todo o Brasil ocupam na manhã de hoje (22) o Ministério do Planejamento. *In: Blog Pelo Território Pesqueiro.* 2017b. Disponível em: <http://peloterritoriopesqueiro.blogspot.com/2017/11/mais-de-200-pescadores-artesanais-de.html>. Acesso em: junho, 2019.

_____. Portaria dá início ao recadastramento dos pescadores artesanais. *In: Blog Pelo Território Pesqueiro.* 2018^a. Disponível em: <http://peloterritoriopesqueiro.blogspot.com/2018/01/portaria-publicada-em-dezembro-da.html>. Acesso em: junho, 2019.

_____. Vitória na justiça permite aos pescadores e pescadoras artesanais acessarem o seguro-defeso. *In: Blog Pelo Território Pesqueiro.* 2018b. Disponível em: <http://peloterritoriopesqueiro.blogspot.com/2018/07/vitoria-na-justica-permite-aos.html>. Acesso em: junho, 2019.

MURGIA, P. **Hamas' Statements.** A discourse analysis approach. Tesis doctoral. Universidad Pompeu Fabra. Barcelona, 2018.

NEGRITUDE SOCIALISTA BRASILEIRA. **O negro na mídia.** Disponível em: <http://negritudesocialista.org.br/o-negro-na-midia/>. Acesso em: dezembro, 2020.

NOBOA, P.V. La Matriz Colonial, los Movimientos Sociales y los Silencios de la Modernidad. *In: Pensamiento Crítico y Matriz (De)colonial: Reflexiones Latinoamericanas.* 2005. Disponível em: https://www.academia.edu/37649606/PENSAMIENTO_CR%3%8DTICO_Y_MATRIZ_DE_COLONIAL_REFLEXIONES_LATINOAMERICANAS. Acesso em: abril, 2018.

O GLOBO BRASIL. **Governo pagou irregularmente R\$ 19,5 milhões do Bolsa Pesca, aponta auditoria do TCU.** 2015. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/governo-pagou-irregularmente-195-milhoes-do-bolsa-pesca-aponta-auditoria-do-tcu-15952708>. Acesso em: junho, 2019.

OLIVEIRA, M.A.D. **Reviravolta linguístico-pragmática na filosofia contemporânea.** 2 ed. São Paulo: Loyola, 2001.

OLIVEIRA, M.M.D. **Como fazer projetos, relatórios, monografias, dissertações e teses.** 3^a. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

ORGANIZAÇÕES E COMUNIDADES TRADICIONAIS. **Nota em resposta à nota de esclarecimento do CIP Suape,** 2017.

ORLANDI, E. P. Michel Pêcheux e a Análise do Discurso. **Estudos da Lingua(gem).** Vitória da Conquista, n° 1. P. 9-13. Junho, 2005.

_____. **Análise de Discurso: Princípios & Procedimentos.** 7^a ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 2007.

OROZCO, G.G. **A investigação em comunicação desde a perspectiva qualitativa.** Facultad de Periodismo y Comunicación Social. Universidad Nacional de La Plata, 1997. P. 113 – 119

PACHECO, C.G. Análise Crítica do Discurso: Reflexões sobre contexto em van Dijk e Fairclough. *In: Eutomia: Revista de Literatura e Linguística*. Vol. 1, N. 09, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/EUTOMIA/article/view/959>. Acesso: agosto, 2016.

PACHECO, T. Racismo ambiental: expropriação do território e negação da cidadania. **Série Textos Água e Ambiente**, v.2, p.11-23, 2008.

_____. **Racismo Ambiental**: expropriação do território e negação da cidadania (s/d). Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/textos-e-artigos/racismo-ambiental-expropriacao-do-territorio-e-negacao-da-cidadania-2/>. Acesso: setembro, 2018.

PATTON, M.Q. **Qualitative Research & Evaluation Methods**. Thousand Oaks: Sage Publications, Inc, 2002.

PAVEAU, M.A.; SARFATI, G.É. **As grandes teorias da linguística**: da gramática comparada à pragmática. São Carlos, SP: Claraluz, 2006.

PEDRO, E. R. Análise crítica do discurso: aspectos teóricos, metodológicos e analíticos. *In: PEDRO, E. R. (Org.) Análise Crítica do Discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional*. Editora Caminho: Lisboa, 1998.

PEDROSA, C.E.F. Análise Crítica do Discurso – Uma proposta para a análise crítica da linguagem. **Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos**. 2005. Disponível em: <https://www.filologia.org.br/ixcnlf/3/04.htm>. Acesso em: junho, 2016.

_____. **Análise crítica do discurso e as mudanças socioculturais**: as pesquisas no âmbito da UFRN. 2012. Disponível em: <https://www.gelne.com.br/arquivos/anais/gelne-2012/Arquivos/%C3%A1reas%20tem%C3%A1ticas/Na%C3%A1lise%20do%20discurso/Cleide%20Em%C3%Adlia%20-%20AN%C3%81LISE%20CR%C3%8DTICA%20DO%20DISCURSO.pdf> 2012. Acesso em: janeiro, 2018.

PERES-NETO, L. Considerações acerca do uso dos Estudos Críticos do Discurso na pesquisa em Comunicação. **Interin**, v. 14, n. 2, jul/dez, 2012, pp. 5-17. Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba, Brasil.

PFROMM, N.S. **Tecnologia da Educação e Comunicação de Massa**. São Paulo: Pioneira, 1976.

PINHEIRO, R. A. **Qual o lugar da mídia nos movimentos sociais e o espaço das questões sociais na mídia?** Maria da Glória Cohn critica olhares da “grande mídia” sobre as organizações sociais. Disponível em: www2.metodista.br/.../pmc_acervo_pingos_cohn_qual_o_lugar_da_midia. Acesso: Agosto, 2014.

PINTO, Milton José. *Comunicação e discurso*. São Paulo: Hackers, 1999.

PIRES, M.L.L.E.S. A (re) significação da extensão rural a partir da ótica da inclusão: a via cooperativa em debate. *In: LIMA, J.R.T.D et al. (Org). Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável*. Recife: Bagaço, 2003. p. 45 – 69.

PIRES, M.L.L.E.S.; ALBUQUERQUE, P.A.T.S.D.; JUSTE, Y.P.V. Na peleja pelo reconhecimento social: O caso das pescadoras artesanais da Colônia Z-10. **Estudos de Sociologia**, Recife, 2015, Vol. 2 n. 2. Disponível em: <file:///D:/Backup%20disco%20D/Veronica/Doutorado%20Unicap/Bibliografia/Pescadores/Artigos%20pescadoras.pdf>. Acesso em: agosto, 2020.

PODER360. **Tiragem média diária dos principais jornais brasileiros**. 2019. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/midia/jornais-no-brasil-perdem-tiragem-imprensa-e-venda-digital-ainda-e-modesta/>. Acesso em: janeiro, 2020.

POLITSCHUK, I.; TRINTA, A.R. **Teorias da comunicação: o pensamento e a prática da comunicação social**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

PONTE, J.R. La prensa como vehículo de representaciones sociales en tiempos del Modernismo (1885-1910). Un ejemplo de aplicación: La ciudad de Mendoza. 2014. **Conicet Argentina**. Disponível em: <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/8981>. Acesso em: julho, 2019.

POTIGUAR JUNIOR, P.L.T. **O Movimento Nacional dos Pescadores e o Conselho Pastoral da Pesca: Alternativas de Representação dos Pescadores**. Projeto RNAS/MPEG. III Workshop do Projeto MEGAM, maio, 2000.

_____. Desvelando o invisível: os movimentos sociais na pesca e suas ações no estuário do Pará. *In: Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 2, n. 3, p. 51-62, set-dez. 2007. Disponível em: [www.museu-goeldi.br/editora/bh/artigos/.../desvelandol\(junior\).pdf](http://www.museu-goeldi.br/editora/bh/artigos/.../desvelandol(junior).pdf). Acesso em: fev. 2009.

PRYTHON, A.D.S. Pesca artesanal brasileira. Aspectos conceituais, históricos, institucionais e prospectivos. 2014. *In: Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento 3*. Palmas – TO: Embrapa Pesca e Aquicultura, 2014.

QUEIROZ, R.G.D. Visibilidade e protagonismo dos pescadores e pescadoras do Brasil. **Extramuros: Revista de Extensão da UNIVASF** – Volume 3, número 2, jul. 2015 244 Edição Especial do Curso de Especialização Metodologias Participativas Aplicadas à Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural.

QUIJANO, A.C. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In: LANDER, E. (Org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: março, 2018.

QUINAMO, T.D.S. **Pesca artesanal e meio ambiente em áreas de manguezais no Complexo Estuarino-costeiro de Itamaracá, Pernambuco: o caso de Itapissuma**. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/4501>. Acesso em: agosto, 2019

RAMALHO, C. W. N. **Pescadores Artesanais e o Poder Público: um estudo sobre a colônia de pesca de Itapissuma, PE**. Monografia para obtenção de Bacharel em Ciências Sociais, com ênfase em Sociologia Rural, pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, 1999.

_____. **Ah, esse povo do mar**. Um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana. Dissertação mestrado em Sociologia, UFPE. Recife, 2002.

_____. A desnecessidade do trabalho entre pescadores artesanais. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 17, No. 38 jan/abr, 2015^a, p. 192 – 220. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/15174522-017003812>. Acesso em: outubro, 2018.

_____. Ideologia e Aquicultura: uma das faces da revolução azul. **Contemporânea**. vi. 5, n. 2 p. 521-544. Jul. - Dez. 2015b.

_____. Elos de pertencimento na pesca artesanal. *In*: CASTELLUCCI, J.W.; BLUME, L.H.D.S. (Org.) **Populações Litorâneas e Ribeirinhas na América Latina**: estudos interdisciplinares. v.2. Salvador: EDUNEB, 2017^a.

_____. **Embarcações do Encantamento**. Trabalho sinônimo de arte, estética e liberdade na pesca marítima. São Cristóvão – SE: Editora UFS, 2017b.

RAMIRES, V.; FRAGA, I. Discurso na mídia: construção simbólica de ideologia e poder. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, 15 (1), 2014. P. 69 – 83. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/9071>. Acesso em: outubro, 2020.

RAMOS, F P.; NOVO, H.A. Mídia e Violência: estudo de caso. **Revista Estudos de Psicologia**, 2003, 8(3), p. 491-497.

REBOUÇAS, E. Estratégia retórica dos “donos” da mídia como escudo ao controle social. **Revista Libero**. Ano IX – nº 17 -, p. 41-49, junho, 2006. Disponível em: <https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2014/05/Estrat%C3%A9gia-ret%C3%B3rica-dos-%E2%80%9Cdonos%E2%80%9D-da-m%C3%Adia-como-escudo-ao-controle-social.pdf>. Acesso em: dezembro, 2019.

RAPOSO, I.G.C.N.; RODRIGUES, G.G.; Racismo Ambiental e a Pesca Artesanal: o caso da Ilha de Deus, Pernambuco. **Revista Guaju**, Matinhos, v.4, n.2, p. 125-141, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/guaju/article/view/58463>. Acesso em: junho, 2020.

REGIS, J.F.S. Você tem medo de quê? A denormalização do discurso sobre o medo do parto. *In*: RESENDE, V.D.M; REGIS, J.F.D.S (Orgs) **Outras perspectivas em Análise de Discurso Crítica**. Campinas: Pontes Editores, 2017.

RENGIFO, D. **Macroestruturas**. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?V=0IbdGzzmOi0>. Acesso em: junho, 2019.

REIS-FILHO, J.A.; QUINTO, D. **COVID-19, Afastamento social, Pesca artesanal e Segurança alimentar**: Como esses temas estão relacionados e quão importante é a soberania dos trabalhadores da pesca diante do cenário distópico. 2020. Disponível em: <https://preprints.Scielo.org/index.php/scielo/preprint/download/54/64/70>. Acesso em: maio, 2020.

RESENDE, V.D.M.; Violência simbólica: representação discursiva da extrema pobreza no Brasil – relações entre situação de rua e vizinhança. *In*: **Discurso & Sociedad**, Vol. 9(1-2), 106-128, 2015.

_____. Análise de discurso crítica: reflexões teóricas e epistemológicas quase excessivas de uma analista obstinada. *In*: RESENDE, V.D.M; REGIS, J.F.D.S (Orgs). **Outras perspectivas em Análise de Discurso Crítica**. Campinas: Pontes Editores, 2017.

RESENDE, V.D.M.; RAMALHO, V. **Análise do discurso crítica**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2014.

RESENDE, V.D.M.; REGIS, J.F.D.S. Apresentação. *In*: RESENDE, V.D.M.; REGIS, J.F.D.S (Orgs). **Outras perspectivas em Análise de Discurso Crítica**. Campinas: Pontes Editores, 2017.

REVISTA SUPER INTERESSANTE. **Mais tubarões matam humanos ou mais humanos matam tubarões?** Set, 2019. Disponível em: <https://super.abril.com.br/blog/oraculo/mais-tubaroes-matam-humanos-ou-mais-humanos-matam-tubaroes>. Acesso em: agosto, 2020.

REVISTA VEJA. **Ministério da Pesca é suspeito de fraudar licenças**. 2014. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/ministerio-da-pesca-e-suspeito-de-fraudar-licencas/>. Acesso em: Junho, 2019.

RIBAS, M.B. **La inmigración en el discurso parlamentario: una reflexión sobre discurso, poder y representaciones sociales**. *In*: CASTAÑO, F. J. G.; LÓPEZ, C. M. (Orgs.). **La inmigración en España: contextos y alternativas**. V. 2. Granada: Universidad de Granada – Laboratorio de Estudios Interculturales, 2002, p. 347-360.

RIBEIRO, D. **Lugar de Fala**. São Paulo: Polen, 2019.

RICHARDSON, J.E. **Analysing Newspapers: an approach from critical discourse analysis**. New York: Palgrave Macmillan, 2007.

RIOMAR RECIFE. Institucional. S/D Disponível em: <https://vivariomarrecife.com.br/socioambiental/>. Acesso: maio, 2020.

ROSSETTI, R. **Verdade e racionalidade comunicativa em Habermas**. FiloCom 10 anos. 2010. Disponível em: <http://repositorio.uscs.edu.br/bitstream/123456789/165/2/2010%20Verdade%20e%20racionalidade%20comunicativa%20em%20Habermas%20Filocom.pdf> Acesso em: novembro, 2016.

RUIZ, E.E.S. Los medios y la democracia en América Latina: el problema del huevo y la gallina. **Comunicación y Sociedad**. CEIC – Universidad de Guadalajara. No. 20, enero-abril 1994, p. 153 – 179.

SANTOS, B.D.S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais: Globalização: fatalidade ou utopia?** Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Outubro, 2002. P. 237 – 280.

SANTOS, L.C.B. D. **Vários pesos, várias medidas: análise crítica do discurso da mídia em manchetes políticas de capas dos jornais Folha de São Paulo, O Globo e Jornal do Commercio, entre 2015 e 2018**. Tese de doutorado para o Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade Católica de Pernambuco, 2018.

SANTOS, M. O. S. D.; *et al.* Análise Crítica do Discurso da mídia impressa sobre a saúde e o ambiente no contexto da instalação da refinaria de petróleo em Suape, PE. **RECIIS – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação, Inovação e Saúde**. Rio de Janeiro, Vol. 6. N. 4. Suplemento, Fevereiro, 2013.

RODRIGUEZ M.F.J.; WILLIAMS, C.J.T. Representación socio-discursiva de los actores implicados en el ataque a una joven ecuatoriana en un tren de cercanías de Barcelona: estudio de caso. **Estudios de Lingüística**. 44 (77), p. 275 – 294.

SANTIAGO, M.L.; FILGUEIRA, T.I.; MARTINS, J. **Sangue no Jornal: Jornalismo Policial e Sensacionalismo na Internet**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste – Juazeiro – BA – 5 a 7/7/2018. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nordeste2018/resumos/R62-0593-1.pdf>. Acesso em: agosto, 2020.

SEARA, I.R. KOCH, Ingidore Vilaça. Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas. São Paulo: Contexto, 2015. 173p. **Bakhtiniana**. São Paulo, 11 (3): 225-232, Set./Dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/bak/v11n3/2176-4573-bak-11-03-0225.pdf>. Acesso em: outubro, 2020.

SIQUEIRA, R. Relatório descritivo da I Conferência Nacional da Pesca Artesanal, 2009.

SILVA, E.F.D.; OLIVEIRA, J.E.L.; LOPES, E.J. Características socioeconômicas e culturais de comunidades litorâneas brasileiras: um estudo de caso – Tibau do Sul – RN. **Boletim Técnico Científico – CEPENE**, Tamandaré – PE – v. 19, n. 1, p. 69-81, 2013.

SILVA, J.D.S.D. **A extensão pesqueira no desenvolvimento das comunidades litorâneas do estado do Ceará**. Dissertação para o programa de pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Fortaleza: UFCE, 2003.

SILVA, L.G. **Os pescadores na história do Brasil**. V. 1. Colônia e Império. Recife: Vozes, 1988.

_____. **A faina, a festa e o rito: uma etnografia histórica sobre as gentes do mar**. Campinas: Papirus, 2001.

_____. **Caiçaras e Jangadeiros**. Cultura marítima e modernização no Brasil. (1920 – 1980). Série Documentos e Relatórios de Pesquisa n° 1. São Paulo: NUPAUB, 2004. Disponível em: <http://www.usp.br/nupaub/luisgeraldo.pdf> . Acesso em: jul. 2009.

SILVA, L.H.A.D. **Reflexões sobre a política de conservação ambiental e a criação de unidades de conservação da cidade do Recife: o parque natural municipal dos manguezais Josué de Castro**. Dissertação de mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente na Universidade Federal de Pernambuco, 2011.

SILVA, L.S. **A Economia pesqueira artesanal do município de Salvador – BA: Da organização produtiva a comercialização nas colônias de pescadores**. Dissertação de mestrado em Economia da Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia, 2013.

SILVA, M.C.A.D.; GASPARIN, J.L. **Teoria da Ação Comunicativa de Jürgen Habermas e suas influências sobre a educação escolar**. Universidade Estadual de Maringá, 2005.

SILVA, M.D.F.D.S. **Josué de Castro: um autor do legado esquecido?** Tese de doutorado na Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Médicas, 2016.

SILVA, M. O. **A apresentação do mundo pela linguagem do jornalismo**. Tese de doutorado em Letras e Linguística da Universidade Federal de Pernambuco, 2004.

SILVA, M.P. Perspectivas históricas da análise da noticiabilidade. *In*: SILVA, G.; SILVA, M.P; FERNANDES, M.L. **Critérios de noticiabilidade**: problemas conceituais e aplicações. Florianópolis: Insular; 2014.

SILVA, S. M. **Pesca artesanal**: a história, a cultura e os (des) caminhos em Lucena/PB. Dissertação de mestrado Universidade Federal da Paraíba, 2012.

_____. **Território pesqueiro de uso comum**. Conflitos, resistências, conquistas e Desafios na Reserva Extrativista Acaú-Goiana/PB-PE. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Pernambuco. Recife -PE, 2017.

SILVA, T.D.L.D.; SILVA, E.M.D. Mas o que é mesmo *Corpus*? Alguns apontamentos sobre a construção de corpo de pesquisa nos estudos em administração. **XXXVII Encontro da ANPAD**. Rio de Janeiro: 7 a 11 de setembro de 2013. Disponível em: http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2013_EnANPAD_EPQ1021.pdf. Acesso em: Dezembro, 2018.

SISTEMA FAEP. **Seap passa a integrar a Secretaria Geral da Presidência da República**. 2018. Disponível em: <https://sistemafaep.org.br/seap-passa-integrar-secretaria-geral-da-presidencia-da-republica>. Acesso em: maio, 2019.

SISTEMA JORNAL DO COMMERCIO. **Assine o JC**. 2011. Disponível em: <https://jconline.ne10.uol.com.br/etica>. Acesso em: dez, 2018.

SOUSA, D.N.D. Os estudos de extensão pesqueira nos programas de pós-graduação em Extensão Rural. **Revista Extensão Rural**, DEAER – CCR – UFSM, Santa Maria, v.21, n.4, out./dez. 2014.

TALBOT, M. **Media Discourse**: representation and interaction. Edimburg: Edimburg University Press, 2007.

TAUK SANTOS, M. S; CALLOU, A. B. F. Desafios da comunicação rural em tempos de desenvolvimento local. **Signo**. João Pessoa. Ano 2. N 3. 1995. P. 43-47.

TAUK SANTOS.; FOX, V.D.P.P.; *et al.* Lazer e consumo cultural das pescadoras artesanais. *In*: CALLOU, A.; TAUK SANTOS, S.; GHELEN, V. (Orgs). **Comunicação Gênero e Cultura em Comunidades Pesqueiras Contemporâneas**. Recife: Fasa, 2009.

TAUK SANTOS.; QUEIROZ, L.N.D. Tecendo redes de comunicação para o desenvolvimento local: experiências de redes sociais em contextos populares. **Conexão** – Comunicação e Cultura, UCS, Caxias do Sul, v. 10, n. 20, jul./dez. 2011.

TRAQUINA N. **Teorias do jornalismo**: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. V. 2. Florianópolis: Insular; 2013.

TUCHMAN, G. **La producción de la noticia**: estudio sobre la construcción de la realidad. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1983.

TV JORNAL. **Jornal do Comercio completa 100 anos de compromisso e credibilidade.** Disponível em: <https://tvjornal.ne10.uol.com.br/noticias-da-manha-pe/2019/04/02/jornal-do-commercio-completa-100-anos-de-compromisso-e-credibilidade-121831>. Acesso em: setembro, 2020.

ÚLTIMO SEGUNDO IG. O que explica a grande quantidade de ataques de tubarão nas praias do Recife? 2019. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2019-08-30/o-que-explica-a-grande-quantidade-de-ataques-de-tubarao-nas-praias-do-recife.html>. Acesso em: junho, 2020.

USÓN, R. M.; *et al.* La Lingüística Funcional. *In: Teoría Lingüística: Métodos, herramientas y paradigmas.* 2ª ed. Madrid: Editorial Universitaria Ramón Aleces, 2012. P. 217 – 260.

VALLEJO, C. R. **Representación de la violencia contra las mujeres en la prensa española (el país/ el mundo) desde una perspectiva crítica de género.** Un análisis crítico del discurso androcéntrico de los medios. Trabajo de investigación. Departamento de Periodismo y Comunicación Audiovisual. Programa de Doctorado de Comunicación Social. Universidad Pompeu Fabra. Barcelona, 2000.

VAN DIJK, T. A. **Text and context.** London: Longman, 1977.

_____. **Macrostructures:** An interdisciplinary study of global structures in discourse, interaction and cognition. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, 1980.

_____. Estructuras textuales de las noticias de prensa. **Análisi. Quaderns de comunicació i cultura,** No. 7/8, 1983, p. 77-105.

_____. **Estructuras y funciones del discurso:** una introducción interdisciplinaria a la lingüística del texto y a los estudios del discurso. 9ª edición, Tres Cantos: Siglo veintiuno editores, 1995.

_____. **La noticia como discurso:** comprensión, estructura y producción de la información. Barcelona: Ediciones Paidós, 1996.

_____. **Racismo y análisis crítico de los medios.** Barcelona: Paidós Comunicación, 1997.

_____. **Ideología:** una aproximación multidisciplinaria. Barcelona: Editorial Gedisa, 1998.

_____. On the analysis of parliamentary debates on immigration. *In: REISIGL, M.; WODAK, R. (Eds.). The semiotics of racism.* Approaches to critical discourse 457esafio457 (pp. 85-103). Viena: Verlag, 2000.

_____. El conocimiento y las noticias. **Quaderns de Filologia. Estudis de Comunicació.** Vol. 1, 2002a, p. 249-270.

_____. **Cognição, discurso e interação.** Editora Contexto, São Paulo, 2002b.

_____. Tipos de conocimiento en el procesamiento del discurso. *In: PARODI, G. (Editor) Lingüística e interdisciplinaridad: Desafíos del nuevo milenio.* Valparaíso: Ediciones Universitarias de Valparaíso de la Universidad Católica de Valparaíso, 2002c, pp. 41-66.

- _____. **Racismo y discurso de las élites**. Barcelona: Gedisa Editorial, 2003a.
- _____. Prólogo. *In*: BARDI, Leda (Org). **Análisis Crítico del Discurso: perspectivas latinoamericanas**. Chile: Frasis Editores, 2003b.
- _____. Prefácio. *In*: IÑAGUES, L. (Org.). **Manual de Análise do Discurso em Ciência Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- _____. Discurso, conocimiento e ideología. Reformulación de viejas cuestiones y propuesta de algunas soluciones nuevas. **Cuadernos de Información y Comunicación**, Vol. 10, 285-318. 2005a.
- _____. Nuevo racismo y noticias: un enfoque discursivo. *In*: NASH, M.; TELLO, R.; BENACH, Núria (Orgs) **Inmigración, género y espacios urbanos. Los retos de la diversidad**. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2005b, pp. 33-55.
- _____. Ideología y Análisis del discurso. **Revista Internacional de Filosofía Iberoamericana y Teoría Social**. Utopía y Praxis Latinoamericana, Afio 10. N° 29 (Abril - Junio, 2005c) p. 9 – 36. CESA – FCES – Universidad del Zulia. Maracaibo-Venezuela.
- _____. Notícias e Conhecimento. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. Vol. II, N° 2 – 2° semestre de 2005d.
- _____. **De la Gramática del Texto al Análisis Crítico del Discurso: Una breve autobiografía académica**. Versión 2.0. Diciembre de 2006. Disponible em: <http://www.discursos.org/cv/De%20la%20gramatica%20del%20texto%20al%20 analisis%20critico%20del%20discurso.pdf> f. Acceso em: março, 2019.
- _____. El racismo y la prensa en España. **Discurso periodístico y procesos migratorios**, p. 27-80, 2007. Disponible em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?Codigo=2688584>. Acceso em: março, 2019.
- _____. **Ideología y Discurso**. 2ª ed. Barcelona: Ariel, 2008.
- _____. Análisis Crítico de las noticias. **Revista Mugak**. No. 2, 2011. Disponible em: <http://www.mugak.eu/revista-mugak/no-2>. Acceso em: fevereiro, 2020.
- _____. **Discurso e Contexto: uma abordagem sociocognitiva**. São Paulo: Contexto, 2012.
- _____. Discourse and Knowledge. **Palestra na European University at Saint Petersburg**, 2013. Disponible em: <https://www.youtube.com/watch?v=sxyc-WJRKEM>. Acceso em: agosto, 2016.
- _____. **Discurso e Poder**. São Paulo: Contexto, 2015a.
- _____. Cincuenta años de estudios del discurso. **Discurso & Sociedad**, Vol. 9(1-2), 15-32, 2015b.
- _____. **Discurso y conocimiento**. Barcelona: Gedisa, 2016a.

_____. Discurso-cognição-sociedade: estado atual e perspectivas da abordagem sociocognitiva do discurso. **Letrônica: Revista Digital do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUC-RS**. Porto Alegre, v. 9, n. esp. (supl.), s8-s29, nov. 2016b

_____. Estudios Críticos del Discurso: Un enfoque sociocognitivo. **Discurso & Sociedad**, 10(1), 171-196. 2016c.

_____. **Estratégias discursivas nos editoriais do O Globo**. Palestra Café Linguístico, Recife, UFPE, novembro 2018.

_____. **Disciplina Discurso e Cognição**. Aula 14.02.2019. Barcelona, Universidade Pompeu Fabra. (Mimeo)

_____. **Antiracist Discourse in Brazil: from abolition to affirmative action**. 2019. No Prelo.

VAN DIJK, T. A.; KINTSCH, W. **Strategies of discourse comprehension**. New Jersey: Academic Press, 1983.

VAN LEEUWEN. The representation of social actors. *In*: CALDAS-COULTHARD, C.R.; COULTHARD, M. **Text and Practices: Readings in Critical Discourse Analysis**. London: Routledge, 1996.

VIZCARRONDO, D.M. Análisis macroestructural semántico del discurso de la prensa latinoamericana digital sobre los ataques del 11 de septiembre. **Quaderns de Filologia. Estudis Lingüístics**. Vol. XI (2006) 145-158, 2006a.

_____. Análisis macroestructural semántico del discurso de la prensa latinoamericana digital sobre los ataques del 11 de septiembre. **Revista Opción**. Año 22, No. 50, 2006b, p. 55-57.

_____. La representación de los inmigrantes en dos periódicos hispanos en los Estados Unidos. **Revista Opción**, Año 28, No. 67, p. 61-71, 2012.

VOLOSHINOV, V.N.; BAKHTIN, M. M. **Discurso na vida e discurso na arte: sobre a poética sociológica**. Tradução de C. A. Faraco; C. Tezza. Circulação restrita para fins didáticos [1926].

VOLOSHINOV, V. N. **A estrutura do enunciado**. 1930. Tradução Ana Vaz. Circulação restrita para fins didáticos.

WODAK, R. De qué Trata el Análisis Crítico del Discurso (ACD). Resumen de su historia, sus conceptos fundamentales y sus desarrollos. *In*: WODAK, R.; MEYER, M. (Org). **Métodos de Análisis Crítico del Discurso**. Barcelona: Gedisa Editorial, 2003.

WODAK, R.; MEYER, M. Critical Discourse Studies: History, Agenda, Theory, and Methodology. *In*: WODAK, R.; MEYER, M. (Org). **Methods of Critical Discourse Studies**. 3rd edition. London: Sage, 2015.

ZAMORA, F.G. **Medios de comunicación y representación de conflictos étnico-sociales en Perú: Análisis crítico del discurso periodístico televisivo sobre el conflicto amazónico el**

“Baguazo”. Tesis Doctoral, Departamento de Comunicación Social, Universidad Pompeu Fabra, 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE A - QUADRO 28 – MG E RESPECTIVAS NOTÍCIAS

| Nº | TÍTULO | DATA |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| MACROPROPOSIÇÃO GLOBAL 1: Pescadores praticam/se envolvem em fraudes, crimes e vandalismo | | |
| 5 | Passeio em família terminou em tragédia no Parque das Esculturas | 30.09.2018 |
| 6 | Suspeita de envenenar mãe e duas filhas na Bahia se entrega à polícia | 20.09.2018 |
| 10 | Corpo é encontrado carbonizado em barreiros | 27.08.2018 |
| 11 | Pesadelo' diz homem sobre morte em série de filhas e esposa na Bahia | 16.08.2018 |
| 14 | Pescador é morto a tiros em Paulista | 10.08.2018 |
| 21 | Pagamento indevido de programas beneficia 5,7 milhões de pessoas, diz comitê | 24.07.2018 |
| 27 | CGU consegue promover uma economia de R\$ 9 bilhões aos cofres públicos | 21.06.2017 |
| 39 | Pescadores invadem planejamento em protesto contra cancelamento de registros | 22.11.2017 |
| 43 | GCU vê fraude em dois terços de cada três benefícios do 'bolsa pescador' | 04.10.2017 |
| 45 | Pescador é encontrado morto em piscina natural do Litoral Sul de PE | 19.09.2017 |
| 67 | Policiais prendem homem suspeito de estuprar a filha em Alagoas | 21.06.2017 |
| 68 | Homem estupra filha e foge com bebê, fruto do abuso, para Pernambuco | 21.06.2017 |
| 84 | Embarcação sem autorização de pesca é apreendida em Ipojuca | 11.12.2016 |
| 92 | Ministério de Agricultura suspende 186,1 mil registros de pescadores artesanais | 22.07.2016 |
| 93 | Dilma Rousseff minimiza declarações de Lula sobre promessas de campanha | 22.07.2016 |
| 100 | PF e Ibama prendem quatro pescadores por pesca ilegal de lagosta | 21.03.2016 |
| 101 | Extinção do Ministério da Pesca e iniciativas na agricultura economizam 370 mi | 11.01.2016 |
| 102 | Dilma pede ao STF que período em que pescas são proibidas continue suspenso | 07.01.2016 |
| 103 | Dilma recorre ao STF contra volta do 'bolsa pescador' | 06.01.2016 |
| 105 | Para fazer caixa, governo adota regras mais rígidas para benefícios | 29.12.2015 |
| 111 | Retomada de período que proíbe pesca custará R\$ 1,7 bilhão, diz governo | 08.11.2015 |
| 113 | Câmara pode anular portaria que permite pesca em períodos de defeso | 21.10.2015 |
| 114 | Governo suspende seguro-defeso de pescadores por até quatro meses | 09.10.2015 |
| 123 | Dilma sanciona com vetos lei que altera regras do seguro desemprego | 17.06.2015 |
| 127 | Senado amplia limite para empréstimo subsidiado do BNDES | 19.05.2015 |
| 128 | PDT diz votar contra MP 664 e entra na rota do Planalto | 11.05.2015 |
| 129 | Maioria da bancada pernambucana vota contra primeira medida do ajuste fiscal | 07.05.2015 |
| 130 | Ministro da Previdência defende mudanças nas regras do seguro-defeso | 23.04.2015 |
| 131 | Polícia Federal apreende 95 kg de lagosta em duas embarcações | 20.04.2015 |
| 132 | Ao STF, Dilma diz que benefícios trabalhistas não são imutáveis | 14.04.2015 |
| 135 | Ministro da Previdência defende recuo em regra do seguro defeso | 03.03.2015 |
| 136 | PSD promete apoio e ajuste fiscal do governo no Congresso | 25.02.2015 |
| 151 | Três pessoas são presas na Caxangá por pesca proibida de 2 mil caranguejos | 22.03.2014 |
| 161 | Discussão em fila da Caixa Econômica termina em morte em Goiana | 07.06.2013 |
| 186 | Polícia Federal apreende 100 kg de lagosta | 16.04.2012 |
| 196 | Desconhecidos invadem residência e matam pescador a tiros, em Itapissuma | 08.09.2011 |
| 198 | Presidente de Associação de Pescadores de Paulista é preso por tentativa de homicídio | 29.06.2011 |
| MACROPROPOSIÇÃO GLOBAL 2 – Pescadores destroem o meio ambiente | | |

| | | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 28 | Tubarão é capturado por pescadores em praia do Litoral Sul | 11.06.2018 |
| 41 | Peixe mero pesando 200 quilos é capturado acidentalmente em Tamandaré | 23.10.2017 |
| 77 | Redes de pesca são uma das principais causas de morte de golfinhos | 27.03.2017 |
| 78 | Matança de animais marinhos em Maracáipe terá investigação | 25.03.2017 |
| 112 | Viveiros de Camarão na Ilha de Deus em xeque | 05.11.2015 |
| 115 | Tartaruga marinha devolvida ao mar é encontrada morta | 16.09.2015 |
| 138 | Tubarão é capturado por pescadores em Olinda | 15.01.2015 |
| 146 | Ameaça à biodiversidade do Litoral Norte pernambucano | 25.06.2014 |
| 154 | Ministério Público pede que Propesca deixe de capturar tubarões no Estado | 04.10.2013 |
| 162 | Peixe da espécie mero morre na praia de Suape | 15.04.2013 |
| 165 | Tartaruga degolada por pescador | 07.02.2013 |
| 167 | Tubarão cabeça-chata pescado no Pontal de Maracáipe | 25.11.2012 |
| 169 | Pescadores capturam tubarão de 2,2 metros em Pau Amarelo | 13.11.2012 |
| 170 | Tubarão de mais de 200kg é capturado por pescador no Recife | 10.11.2012 |
| 187 | Poluição coloca ecossistema em risco no Litoral Norte | 20.03.2012 |
| 189 | Tubarão de 1,80m é pescado no Janga | 06.03.2012 |
| MACROPROPOSIÇÃO GLOBAL 3 – Pescadores são beneficiados por empresas, ONGs e pelo Estado | | |
| 1 | Turismo criativo muda vida de comunidades e empreendedores | 23.12.2018 |
| 2 | Seguro-desemprego poderá ser solicitado pela internet | 19.12.2018 |
| 4 | Entenda por que a regra 85/95 para aposentadoria só vale até o fim de 2018 | 24.10.2018 |
| 17 | Pescadores se engajam para recuperar produção de peixe e camarão | 28.07.2018 |
| 18 | Paulista cria reserva para proteção de manguezais e espécies ameaçadas | 27.07.2018 |
| 20 | Programa do Instituto JCPM promove conscientização ambiental no Recife | 26.07.2018 |
| 22 | Praia de Suape, no Cabo, terá intervenção para conter avanço do mar | 24.07.2018 |
| 33 | Dezessete municípios assinam carta de compromisso pelo Rio Capibaribe | 22.03.2018 |
| 44 | APA Marinha no Litoral Sul de Pernambuco é apresentada ao Cosema | 28.09.2017 |
| 58 | Moradores da Ilha de Deus ganham exposição para lembrar do passado | 19.08.2017 |
| 62 | Museu irá contar história da comunidade da Ilha de Deus | 05.08.2017 |
| 63 | Aposentadoria por idade será reconhecida automaticamente pelo INSS | 04.08.2017 |
| 71 | Governo debate criação de APA Marinha no Litoral Sul de Pernambuco | 15.05.2017 |
| 74 | Conheça os novos valores do Chapéu de Palha para 2018 | 06.05.2017 |
| 76 | Toyota investe na preservação do meio ambiente | 06.04.2017 |
| 85 | Reforma da previdência será apresentada terça e aumentará idade mínima | 04.12.2016 |
| 87 | Investimento governo federal de 2016 a 2018 será de R\$ 110 bi | 21.10.2016 |
| 88 | Suape procura moradores para cadastro em conjunto habitacional | 23.09.2016 |
| 89 | Hostel na Ilha de Deus atrai turistas estrangeiros | 04.09.2016 |
| 90 | Passeio para desbravar a Ilha de Deus comunidade pesqueira do Recife | 01.09.2016 |
| 98 | Codefat divulga calendário para pagamento de Seguro-Defeso | 11.04.2016 |
| 99 | Entidades financiam projetos comunitários de combate à violência contra a mulher | 11.04.2016 |
| 124 | Pernambuco cria projeto de lei para regulamentar pesca artesanal | 05.06.2015 |
| 133 | Chapéu de Palha atravessa gerações políticas em Pernambuco | 11.04.2015 |
| 134 | A partir desta quarta, empregador terá de pedir seguro-desemprego pela internet | 01.04.2015 |
| 142 | Brasília Teimosa recebe palestra sobre perigos com animais marinhos | 26.09.2014 |
| 152 | Mercado de Itapissuma é reinaugurado após um ano de reforma | 18.12.2013 |
| 156 | Petrobras divulga vencedores de IPC Suape 2013 | 12.09.2013 |

| | | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 157 | Suape enfrenta desafio ambiental | 25.08.2013 |
| 158 | Instituto JCPM cria oportunidades para milhares de jovens há sete anos | 18.08.2013 |
| 163 | Inscrições para cursos do Pronatec no IFPE só presenciais | 26.03.2013 |
| 166 | Nova carteira de pescador profissional começa a ser entregue | 08.01.2013 |
| 171 | Novos rumos para o Rio Beberibe | 25.10.2012 |
| 176 | Estado entra na era da pescaria ecológica | 29.09.2012 |
| 180 | Suape obrigado a prestar ajuda a pescadores do Cabo do Santo Agostinho | 30.06.2012 |
| 181 | Programa Suape Sustentável comemora um ano | 24.06.2012 |
| 182 | Plano para evitar efeitos colaterais de Suape não sai do papel | 23.06.2012 |
| 183 | Programa Chapéu de Palha irá beneficiar pescadores | 07.06.2012 |
| 184 | Projetos de moradia são fundamentais | 05.05.2012 |
| 185 | Começa dragagem do Rio Beberibe | 02.05.2012 |
| 192 | Os vizinhos dos estaleiros | 13.11.2011 |
| MACROPROPOSIÇÃO GLOBAL 4 – Pescadores encontram/buscam cadáveres/desaparecidos em ambientes aquáticos | | |
| 16 | Corpo de homem é encontrado por pescador no Rio Capibaribe, no Recife | 01.08.2018 |
| 29 | Moradores se arriscam na busca por jovem desaparecido no mar do Pina | 07.06.2018 |
| 30 | Após desaparecimento de jovem no mar, grupo protesta no Pina | 04.06.2018 |
| 31 | “Esperando corpo vir à tona”, dizem Bombeiros sobre buscas no Pina | 04.06.2018 |
| 32 | Pescador encontra cadáver no Rio Capibaribe, no Centro do Recife | 23.03.2018 |
| 34 | Homem pesca cadáver em açude no Sertão de Pernambuco | 27.02.2018 |
| 35 | Corpo de homem é encontrado dentro de Açude, sem Serra Talhada | 19.02.2018 |
| 36 | Família reconhece corpo de jovem desaparecido no Rio Beberibe | 24.01.2018 |
| 37 | Corpo de menino é encontrado às margens do rio em Olinda | 23.01.2018 |
| 59 | Corpo é encontrado boiando no Rio Capibaribe e removido por pescadores | 18.08.2017 |
| 110 | Estudante é encontrado morto após desaparecer em passeio em Itamaracá | 26.11.2015 |
| 143 | Dois homens morrem afogados em Sirinhaém | 01.08.2014 |
| 153 | Homem é achado morto dentro de rio amarrado a uma moto | 30.10.2013 |
| 159 | Bombeiros afirmam que pescador em alto mar não viu queda de avião no Litoral Norte | 24.07.2013 |
| 194 | Buscas no mar terminam sem pistas dos restos mortais de corretora | 04.10.2011 |
| 195 | Falta de equipamento adia buscas de ossada | 01.10.2011 |
| MACROPROPOSIÇÃO GLOBAL 5 – Pescadores participam de festas e procissões católicas | | |
| 24 | Missa campal abre celebrações da procissão a São Pedro | 29.06.2018 |
| 25 | Prefeitura promete praça de São Pedro reformada até procissão | 28.06.2018 |
| 26 | Tradicional procissão a São Pedro acontece nessa sexta | 28.06.2018 |
| 38 | Evento no litoral Norte contará com reforço nas linhas de ônibus | 05.01.2018 |
| 66 | Tradicional procissão marítima de São Pedro é cancelada | 29.06.2017 |
| 95 | Procissão em homenagem ao Dia de São Pedro leva centenas de fiéis às ruas de Brasília Teimosa | 29.06.2016 |
| 122 | Procissão marítima marca dia de São Pedro no Recife | 25.06.2015 |
| 144 | No Recife, procissão de São Pedro encerra ciclo junino | 29.06.2014 |
| 145 | Procissão de São Pedro em Brasília Teimosa encerra ciclo junino | 27.06.2014 |
| 199 | Pescadores homenageiam São Pedro com procissão marítima | 28.06.2011 |
| MACROPROPOSIÇÃO GLOBAL 6 – Pescadores moram e pescam em áreas miseráveis, poluídas e violentas | | |
| 8 | Litoral Norte cheio de problemas para o verão (moram áreas poluídas, miseráveis) | 07.09.2018 |

| | | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 23 | Obras atrasadas da Ponte do Janga esconde outros problemas | 10.07.2018 |
| 40 | Documentário retrata a vida das pescadoras na Ilha de Deus | 18.11.2017 |
| 75 | Nova via em construção na Ilha do Maruim para ajudar no tráfego | 20.04.2017 |
| 81 | Ilha de Deus entra 2017 de cara nova | 02.01.2017 |
| 83 | Mutirão transforma espaços de convivência na Ilha de Deus | 12.12.2016 |
| 94 | Ilha de Deus sofre com paralisação de projeto | 02.07.2016 |
| 116 | Palafitas voltam com tudo no Recife | 09.08.2015 |
| 119 | Fêmea de peixe-boi terá de voltar ao lar, em Alagoas | 27.07.2015 |
| 120 | Peixe-boi aparece na Ilha de Deus e chama atenção da comunidade | 22.07.2015 |
| 121 | Em Paulista, o mar não está pra peixe | 20.07.2015 |
| 140 | Pesquisadores analisam formação vegetal na bacia do Pina | 04.12.2014 |
| 141 | Rio Capibaribe, mesmo poluído, é o refúgio de 90 espécies de animais | 09.11.2014 |
| 150 | Desigualdade social cantada por Chico Science há 20 anos ainda se faz presente | 06.04.2014 |
| 193 | Novas habitações de moradores da Ilha de Deus acumulam problemas | 05.11.2011 |
| MACROPROPOSIÇÃO GLOBAL 7: Pescadores protestam e denunciam Estado e empresas | | |
| 15 | Em protesto, manifestantes bloqueiam via no Pina | 07.08.2018 |
| 46 | MTST protesta por emprego e moradia no Centro do Recife | 19.09.2017 |
| 64 | Manifestantes bloqueiam o trânsito na Avenida Domingos Ferreira | 03.08.2017 |
| 70 | Ato Denúncia pede fim da violência no campo (legítimo) | 24.05.2017 |
| 86 | Moradores de Suape fazem protesto na área central do Recife | 26.10.2016 |
| 160 | Protesto até no louvor a São Pedro (legítimo) | 29.06.2013 |
| 168 | Manifestação em defesa da pesca artesanal | 22.11.2012 |
| 178 | Trabalhadores rurais protestam por reforma agrária | 22.08.2012 |
| 188 | Atingidos por barragens no Nordeste se mobilizam no Centro do Recife | 14.03.2012 |
| 190 | Protesto contra Suape promete fechar a PE-60 nesta manhã | 02.02.2012 |
| 191 | Pescadores vão à ONU contra Suape | 05.01.2012 |
| 200 | Entidades fazem carta de repúdio à proibição da Festa da Lavadeira no Paiva – denuncia | 27.04.2011 |
| MACROPROPOSIÇÃO GLOBAL 8 Pescadores ajudam Estado e ONGs a despoluir meio ambiente | | |
| 9 | Projeto promove gincana para retirar 20 toneladas de lixo do Rio Capibaribe | 31.08.2018 |
| 13 | Projeto da ONG Recapibaribe faz vaquinha para ação de limpeza do rio | 11.08.2018 |
| 19 | Coleta solidária para celebrar o Dia do Manguezal | 25.07.2018 |
| 49 | Projeto “Há gosto pelo Capibaribe” faz música e limpeza de rio | 31.08.2017 |
| 50 | Orquestra Criança Cidadã participa de ação em defesa do Rio Capibaribe | 29.08.2017 |
| 96 | Em duas semanas, Emlurb retira mais de 20 toneladas de lixo das margens do Rio Capibaribe | 17.04.2016 |
| 139 | Espaço Ciência faz apelo para preservar manguezal | 06.01.2015 |
| 197 | Projeto Amigos do Mangue retira lixo do mangue e promove educação ambiental | 10.08.2011 |
| MACROPROPOSIÇÃO GLOBAL 9 – Pescadores são vítimas de naufrágios | | |
| 53 | Pescadores são resgatados após ficarem à deriva no mar | 22.08.2017 |
| 91 | Pescadores encontram destroços de barco desaparecido com 7 pessoas em São Paulo | 03.08.2016 |
| 106 | Mais dois pescadores que naufragaram próximo a Fernando de Noronha recebem alta | 26.12.2015 |
| 107 | Pescadores são resgatados no Ceará após naufragar próximo a Noronha | 25.12.2015 |
| 108 | Quatro dos oito pescadores recebem alta em Fortaleza | 25.12.2015 |
| 147 | Pescador nadou 1 quilômetro após jangada naufragar no mar de Ipojuca | 08.05.2014 |
| 148 | Naufrágio resulta em morte e desaparecimento em Muro Alto | 07.05.2014 |

| | | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 172 | Sobreviventes de naufrágio aliviados no retorno para casa | 10.10.2012 |
| 173 | Pernambucano está entre os desaparecidos em naufrágio na Paraíba | 08.10.2012 |
| 174 | Doas vítimas de naufrágio na Paraíba ainda não são localizadas | 07.10.2012 |
| 175 | Seis naufragos são regatados após passarem três dias à deriva no litoral paraibano | 06.10.2012 |
| MACROPROPOSIÇÃO GLOBAL 10 – Pescadores apoiam/se envolvem com políticos | | |
| 7 | Haddad promete estudar recriação de Ministério da Pesca | 18.09.2018 |
| 51 | Após 14 anos, Lula volta a Brasília Teimosa | 26.08.2017 |
| 52 | Catorze anos depois, Lula volta a casa de pescador em Brasília Teimosa | 26.08.2017 |
| 54 | Lula visita Renata Campos entre rumores de aproximação entre PT e PSB | 24.08.2017 |
| 55 | Lula chega ao Recife nesta quinta (24) para três dias de agenda | 24.08.2017 |
| 56 | Caravana “Lula pelo Brasil” chega em Pernambuco nesta quinta | 23.08.2017 |
| 57 | Silvio Costa e João da Costa querem criar Frente Ampla de Esquerda | 21.08.2017 |
| 60 | Ex-presidente Lula participa de ato no Recife na próxima sexta-feira | 18.08.2017 |
| 80 | Programas símbolo do PSB perdem força em Pernambuco | 16.01.2017 |
| 109 | Movimento sociais defendem mandato de Dilma, mas cobram fim do ajuste fiscal | 09.12.2015 |
| 126 | Humberto Costa se queixa de senadores petistas contrários ao ajuste fiscal | 21.05.2015 |
| 179 | Pescador de baleia que fisgar votos | 18.08.2012 |
| MACROPROPOSIÇÃO GLOBAL 11 – Pescadores são prejudicados por indústrias, estado e MA | | |
| 47 | Pescador processa Chesf por falta de peixes no São Francisco | 11.09.2017 |
| 48 | Vazão do São Francisco é reduzida em maior seca em quase 90 anos | 31.08.2017 |
| 97 | Ataques de piranhas são registrados no Rio São Francisco | 13.04.2016 |
| 104 | Ponte que liga Itapissuma a Itamaracá está em ruínas | 30.12.2015 |
| 137 | Baronezas se propagam no Rio Capibaribe | 29.01.2015 |
| MACROPROPOSIÇÃO GLOBAL 12 – Pescadores beneficiam sociedade e meio ambiente | | |
| 12 | Pescadores resgatam baleia encalhada no litoral norte | 12.08.2018 |
| 42 | Alimentação escolar é tema de nutrição precária, diz FAO | 05.10.2017 |
| 69 | Jacaré é encontrado por pescadores na praça de Casa Caiada em Olinda | 05.06.2017 |
| 73 | Órgãos ambientais e pescadores contra extinção na Costa dos Corais | 06.05.2017 |
| 117 | Peixe-boi é encontrado na praia do Carmo, em Olinda | 04.08.2015 |
| 125 | Pescadores lutam para conservar o mangue no Recife | 03.06.2015 |
| 149 | Atenções voltadas para a Ilha de Deus | 13.04.2014 |
| 155 | Jiboia é encontrada por pescadores em Brasília Teimosa | 27.09.2013 |
| 164 | Baleia é encontrada morta por pescadores em Itamaracá | 23.03.2013 |
| MACROPROPOSIÇÃO GLOBAL 13 – Pescadores são reconhecidos por ONGs, academia e mídia | | |
| 72 | Abolicionista cearense entra no livro de heróis da pátria | 10.05.2017 |
| 79 | No aniversário do Recife, histórias de afeto dos moradores pela cidade | 11.03.2017 |
| MACROPROPOSIÇÃO GLOBAL 14 – Pescadores ocupam espaços urbanos nobres | | |
| 61 | Moradores de Santo Amaro querem maior contrapartida em plano | 10.08.2017 |
| 82 | Pontes do centro do Recife recebem revitalização | 15.12.2016 |
| 177 | Entrapulso, uma minicidade entre os espigões de Boa Viagem | 22.09.2012 |
| MACROPROPOSIÇÃO GLOBAL 15 – Pescadores participam em eventos sobre pesca e meio ambiente | | |
| 3 | Plano diretor: movimentos sociais querem fortalecer as Zeis | 14.11.2018 |
| 65 | Tamandaré será sede do encontro nacional da pesca artesanal | 19.07.2016 |
| 118 | Evento busca soluções para frear o aquecimento global | 04.08.2015 |

Fonte: Elaboração própria.

APÊNDICE B - QUADRO 29 – TÍTULOS DE NOTÍCIAS DO *CORPUS*

| Nº | MG | TÍTULO | DATA |
|-----------|-----------|------------------------------------------------------------------------------|-------------|
| 1 | MG3 | Turismo criativo muda vida de comunidades e empreendedores | 23.12.2018 |
| 2 | MG3 | Seguro-desemprego poderá ser solicitado pela internet | 19.12.2018 |
| 3 | MG15 | Plano diretor: movimentos sociais querem fortalecer as Zeis | 14.11.2018 |
| 4 | MG3 | Entenda por que a regra 85/95 para aposentadoria só vale até o fim de 2018 | 24.10.2018 |
| 5 | MG1 | Passeio em família terminou em tragédia no Parque das Esculturas | 30.09.2018 |
| 6 | MG1 | Suspeita de envenenar mãe e duas filhas na Bahia se entrega à polícia | 20.09.2018 |
| 7 | MG10 | Haddad promete estudar recriação de Ministério da Pesca | 18.09.2018 |
| 8 | MG6 | Litoral Norte cheio de problemas para o verão | 07.09.2018 |
| 9 | MG8 | Projeto promove gincana para retirar 20 toneladas de lixo do Rio Capibaribe | 31.08.2018 |
| 10 | MG1 | Corpo é encontrado carbonizado em barreiros | 27.08.2018 |
| 11 | MG1 | Pesadelo' diz homem sobre morte em série de filhas e esposa na Bahia | 16.08.2018 |
| 12 | MG12 | Pescadores resgatam baleia encalhada no litoral norte | 12.08.2018 |
| 13 | MG8 | Projeto da ONG Recapibaribe faz vaquinha para ação de limpeza do rio | 11.08.2018 |
| 14 | MG1 | Pescador é morto a tiros em Paulista | 10.08.2018 |
| 15 | MG7 | Em protesto, manifestantes bloqueiam via no Pina | 07.08.2018 |
| 16 | MG4 | Corpo de homem é encontrado por pescador no Rio Capibaribe, no Recife | 01.08.2018 |
| 17 | MG3 | Pescadores se engajam para recuperar produção de peixe e camarão | 28.07.2018 |
| 18 | MG3 | Paulista cria reserva para proteção de manguezais e espécies ameaçadas | 27.07.2018 |
| 19 | MG8 | Coleta solidária para celebrar o Dia do Manguezal | 25.07.2018 |
| 20 | MG3 | Programa do Instituto JCPM promove conscientização ambiental no Recife | 26.07.2018 |
| 21 | MG1 | Pagamento indevido de programas beneficia 5,7 milhões de pessoas, diz comitê | 24.07.2018 |
| 22 | MG3 | Praia de Suape, no Cabo, terá intervenção para conter avanço do mar | 24.07.2018 |
| 23 | MG6 | Obras atrasadas da Ponte do Janga esconde outros problemas | 10.07.2018 |
| 24 | MG5 | Missa campal abre celebrações da procissão a São Pedro | 29.06.2018 |
| 25 | MG5 | Prefeitura promete praça de São Pedro reformada até procissão | 28.06.2018 |
| 26 | MG5 | Tradicional procissão a São Pedro acontece nessa sexta | 28.06.2018 |
| 27 | MG1 | CGU consegue promover uma economia de R\$ 9 bilhões aos cofres públicos | 21.06.2017 |
| 28 | MG2 | Tubarão é capturado por pescadores em praia do Litoral Sul | 11.06.2018 |
| 29 | MG4 | Moradores se arriscam na busca por jovem desaparecido no mar do Pina | 07.06.2018 |
| 30 | MG4 | Após desaparecimento de jovem no mar, grupo protesta no Pina | 04.06.2018 |
| 31 | MG4 | “Esperando corpo vir à tona”, dizem Bombeiros sobre buscas no Pina | 04.06.2018 |
| 32 | MG4 | Pescador encontra cadáver no Rio Capibaribe, no Centro do Recife | 23.03.2018 |
| 33 | MG3 | Dezessete municípios assinam carta de compromisso pelo Rio Capibaribe | 22.03.2018 |
| 34 | MG4 | Homem pesca cadáver em açude no Sertão de Pernambuco | 27.02.2018 |
| 35 | MG4 | Corpo de homem é encontrado dentro de Açude, sem Serra Talhada | 19.02.2018 |
| 36 | MG4 | Família reconhece corpo de jovem desaparecido no Rio Beberibe | 24.01.2018 |
| 37 | MG4 | Corpo de menino é encontrado às margens do rio em Olinda | 23.01.2018 |
| 38 | MG5 | Evento no litoral Norte contará com reforço nas linhas de ônibus | 05.01.2018 |
| 39 | MG1 | Pescadores invadem planejamento em protesto contra cancelamento de registros | 22.11.2017 |

| | | | |
|----|------|--------------------------------------------------------------------------|------------|
| 40 | MG6 | Documentário retrata a vida das pescadoras na Ilha de Deus | 18.11.2017 |
| 41 | MG2 | Peixe mero pesando 200 quilos é capturado acidentalmente em Tamandaré | 23.10.2017 |
| 42 | MG12 | Alimentação escolar é tema de nutrição precária, diz FAO | 05.10.2017 |
| 43 | MG1 | GCU vê fraude em dois terços de cada três benefícios do 'bolsa pescador' | 04.10.2017 |
| 44 | MG3 | APA Marinha no Litoral Sul de Pernambuco é apresentada ao Cosema | 28.09.2017 |
| 45 | MG1 | Pescador é encontrado morto em piscina natural do Litoral Sul de PE | 19.09.2017 |
| 46 | MG7 | MTST protesta por emprego e moradia no Centro do Recife | 19.09.2017 |
| 47 | MG11 | Pescador processa Chesf por falta de peixes no São Francisco | 11.09.2017 |
| 48 | MG11 | Vazão do São Francisco é reduzida em maior seca em quase 90 anos | 31.08.2017 |
| 49 | MG8 | Projeto "Há gosto pelo Capibaribe" faz música e limpeza de rio | 31.08.2017 |
| 50 | MG8 | Orquestra Criança Cidadã participa de ação em defesa do Rio Capibaribe | 29.08.2017 |
| 51 | MG10 | Após 14 anos, Lula volta a Brasília Teimosa | 26.08.2017 |
| 52 | MG10 | Catorze anos depois, Lula volta a casa de pescador em Brasília Teimosa | 26.08.2017 |
| 53 | MG9 | Pescadores são resgatados após ficaram à deriva no mar | 22.08.2017 |
| 54 | MG10 | Lula visita Renata Campos entre rumores de aproximação entre PT e PSB | 24.08.2017 |
| 55 | MG10 | Lula chega ao Recife nesta quinta (24) para três dias de agenda | 24.08.2017 |
| 56 | MG10 | Caravana "Lula pelo Brasil" chega em Pernambuco nesta quinta | 23.08.2017 |
| 57 | MG10 | Silvio Costa e João da Costa querem criar Frente Ampla de Esquerda | 21.08.2017 |
| 58 | MG3 | Moradores da Ilha de Deus ganham exposição para lembrar do passado | 19.08.2017 |
| 59 | MG4 | Corpo é encontrado boiando no Rio Capibaribe e removido por pescadores | 18.08.2017 |
| 60 | MG10 | Ex-presidente Lula participa de ato no Recife na próxima sexta-feira | 18.08.2017 |
| 61 | MG14 | Moradores de Santo Amaro querem maior contrapartida em plano | 10.08.2017 |
| 62 | MG3 | Museu irá contar história da comunidade da Ilha de Deus | 05.08.2017 |
| 63 | MG3 | Aposentadoria por idade será reconhecida automaticamente pelo INSS | 04.08.2017 |
| 64 | MG7 | Manifestantes bloqueiam o trânsito na Avenida Domingos Ferreira | 03.08.2017 |
| 65 | MG15 | Tamandaré será sede do encontro nacional da pesca artesanal | 19.07.2016 |
| 66 | MG5 | Tradicional procissão marítima de São Pedro é cancelada | 29.06.2017 |
| 67 | MG1 | Policiais prendem homem suspeito de estuprar a filha em Alagoas | 21.06.2017 |
| 68 | MG1 | Homem estupra filha e foge com bebê, fruto do abuso, para Pernambuco | 21.06.2017 |
| 69 | MG12 | Jacaré é encontrado por pescadores na praça de Casa Caiada em Olinda | 05.06.2017 |
| 70 | MG7 | Ato Denúncia pede fim da violência no campo | 24.05.2017 |
| 71 | MG3 | Governo debate criação de APA Marinha no Litoral Sul de Pernambuco | 15.05.2017 |
| 72 | MG13 | Abolicionista cearense entra no livro de heróis da pátria | 10.05.2017 |
| 73 | MG12 | Órgãos ambientais e pescadores contra extinção na Costa dos Corais | 06.05.2017 |
| 74 | MG3 | Conheça os novos valores do Chapéu de Palha para 2018 | 06.05.2017 |
| 75 | MG6 | Nova via em construção na Ilha do Maruim para ajudar no tráfego | 20.04.2017 |
| 76 | MG3 | Toyota investe na preservação do meio ambiente | 06.04.2017 |
| 77 | MG2 | Redes de pesca são uma das principais causas de morte de golfinhos | 27.03.2017 |
| 78 | MG2 | Matança de animais marinhos em Maracáipe terá investigação | 25.03.2017 |
| 79 | MG13 | No aniversário do Recife, histórias de afeto dos moradores pela cidade | 11.03.2017 |
| 80 | MG10 | Programas símbolo do PSB perdem força em Pernambuco | 16.01.2017 |
| 81 | MG6 | Ilha de Deus entra 2017 de cara nova | 02.01.2017 |
| 82 | MG14 | Pontes do centro do Recife recebem revitalização | 15.12.2016 |
| 83 | MG6 | Mutirão transforma espaços de convivência na Ilha de Deus | 12.12.2016 |

| | | | |
|-----|------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 84 | MG1 | Embarcação sem autorização de pesca é apreendida em Ipojuca | 11.12.2016 |
| 85 | MG3 | Reforma da previdência será apresentada terça e aumentará idade mínima | 04.12.2016 |
| 86 | MG7 | Moradores de Suape fazem protesto na área central do Recife | 26.10.2016 |
| 87 | MG3 | Investimento governo federal de 2016 a 2018 será de R\$ 110 bi | 21.10.2016 |
| 88 | MG3 | Suape procura moradores para cadastro em conjunto habitacional | 23.09.2016 |
| 89 | MG3 | Hostel na Ilha de Deus atrai turistas estrangeiros | 04.09.2016 |
| 90 | MG3 | Passeio para desbravar a Ilha de Deus comunidade pesqueira do Recife | 01.09.2016 |
| 91 | MG9 | Pescadores encontram destroços de barco desaparecido com 7 pessoas em São Paulo | 03.08.2016 |
| 92 | MG1 | Ministério de Agricultura suspende 186,1 mil registros de pescadores artesanais | 22.07.2016 |
| 93 | MG1 | Dilma Rousseff minimiza declarações de Lula sobre promessas de campanha | 22.07.2016 |
| 94 | MG6 | Ilha de Deus sofre com paralisação de projeto | 02.07.2016 |
| 95 | MG5 | Procissão em homenagem ao Dia de São Pedro leva centenas de fiéis às ruas de Brasília Teimosa | 29.06.2016 |
| 96 | MG8 | Em duas semanas, Emlurb retira mais de 20 toneladas de lixo das margens do Rio Capibaribe | 17.04.2016 |
| 97 | MG11 | Ataques de piranhas são registrados no Rio São Francisco | 13.04.2016 |
| 98 | MG3 | Codefat divulga calendário para pagamento de Seguro-Defeso | 11.04.2016 |
| 99 | MG3 | Entidades financiam projetos comunitários de combate à violência contra a mulher | 11.04.2016 |
| 100 | MG1 | PF e Ibama prendem quatro pescadores por pesca ilegal de lagosta | 21.03.2016 |
| 101 | MG1 | Extinção do Ministério da Pesca e iniciativas na agricultura economizam 370 mi | 11.01.2016 |
| 102 | MG1 | Dilma pede ao STF que período em que pescas são proibidas continue suspenso | 07.01.2016 |
| 103 | MG1 | Dilma recorre ao STF contra volta do 'bolsa pescador' | 06.01.2016 |
| 104 | MG11 | Ponte que liga Itapissuma a Itamaracá está em ruínas | 30.12.2015 |
| 105 | MG1 | Para fazer caixa, governo adota regras mais rígidas para benefícios | 29.12.2015 |
| 106 | MG9 | Mais dois pescadores que naufragaram próximo a Fernando de Noronha recebem alta | 26.12.2015 |
| 107 | MG9 | Pescadores são resgatados no Ceará após naufragar próximo a Noronha | 25.12.2015 |
| 108 | MG9 | Quatro dos oito pescadores recebem alta em Fortaleza | 25.12.2015 |
| 109 | MG10 | Movimento sociais defendem mandato de Dilma, mas cobram fim do ajuste fiscal | 09.12.2015 |
| 110 | MG4 | Estudante é encontrado morto após desaparecer em passeio em Itamaracá | 26.11.2015 |
| 111 | MG1 | Retomada de período que proíbe pesca custará R\$ 1,7 bilhão, diz governo | 08.11.2015 |
| 112 | MG2 | Viveiros de Camarão na Ilha de Deus em xeque | 05.11.2015 |
| 113 | MG1 | Câmara pode anular portaria que permite pesca em períodos de defeso | 21.10.2015 |
| 114 | MG1 | Governo suspende seguro-defeso de pescadores por até quatro meses | 09.10.2015 |
| 115 | MG2 | Tartaruga marinha devolvida ao mar é encontrada morta | 16.09.2015 |
| 116 | MG6 | Palafitas voltam com tudo no Recife | 09.08.2015 |
| 117 | MG12 | Peixe-boi é encontrado na praia do Carmo, em Olinda | 04.08.2015 |
| 118 | MG15 | Evento busca soluções para frear o aquecimento global | 04.08.2015 |
| 119 | MG6 | Fêmea de peixe-boi terá de voltar ao lar, em Alagoas | 27.07.2015 |
| 120 | MG6 | Peixe-boi aparece na Ilha de Deus e chama atenção da comunidade | 22.07.2015 |
| 121 | MG6 | Em Paulista, o mar não está pra peixe | 20.07.2015 |
| 122 | MG5 | Procissão marítima marca dia de São Pedro no Recife | 25.06.2015 |

| | | | |
|-----|------|------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 123 | MG1 | Dilma sanciona com vetos lei que altera regras do seguro desemprego | 17.06.2015 |
| 124 | MG3 | Pernambuco cria projeto de lei para regulamentar pesca artesanal | 05.06.2015 |
| 125 | MG12 | Pescadores lutam para conservar o mangue no Recife | 03.06.2015 |
| 126 | MG10 | Humberto Costa se queixa de senadores petistas contrários ao ajuste fiscal | 21.05.2015 |
| 127 | MG1 | Senado amplia limite para empréstimo subsidiado do BNDES | 19.05.2015 |
| 128 | MG1 | PDT diz votar contra MP 664 e entra na rota do Planalto | 11.05.2015 |
| 129 | MG1 | Majoria da bancada pernambucana vota contra Primeira medida do ajuste fiscal | 07.05.2015 |
| 130 | MG1 | Ministro da Previdência defende mudanças nas regras do seguro-defeso | 23.04.2015 |
| 131 | MG1 | Polícia Federal apreende 95 kg de lagosta em duas embarcações | 20.04.2015 |
| 132 | MG1 | Ao STF, Dilma diz que benefícios trabalhistas não são imutáveis | 14.04.2015 |
| 133 | MG3 | Chapéu de Palha atravessa gerações políticas em Pernambuco | 11.04.2015 |
| 134 | MG3 | A partir desta quarta, empregador terá de pedir seguro-desemprego pela internet | 01.04.2015 |
| 135 | MG1 | Ministro da Previdência defende recuo em regra do seguro defeso | 03.03.2015 |
| 136 | MG1 | PSD promete apoio e ajuste fiscal do governo no Congresso | 25.02.2015 |
| 137 | MG11 | Baronesas se propagam no Rio Capibaribe | 29.01.2015 |
| 138 | MG2 | Tubarão é capturado por pescadores em Olinda | 15.01.2015 |
| 139 | MG8 | Espaço Ciência faz apelo para preservar manguezal | 06.01.2015 |
| 140 | MG6 | Pesquisadores analisam formação vegetal na bacia do Pina | 04.12.2014 |
| 141 | MG6 | Rio Capibaribe, mesmo poluído, é o refúgio de 90 espécies de animais | 09.11.2014 |
| 142 | MG3 | Brasília Teimosa recebe palestra sobre perigos com animais marinhos | 26.09.2014 |
| 143 | MG4 | Dois homens morrem afogados em Sirinhaém | 01.08.2014 |
| 144 | MG5 | No Recife, procissão de São Pedro encerra ciclo junino | 29.06.2014 |
| 145 | MG5 | Procissão de São Pedro em Brasília Teimosa encerra ciclo junino | 27.06.2014 |
| 146 | MG2 | Ameaça à biodiversidade do Litoral Norte pernambucano | 25.06.2014 |
| 147 | MG9 | Pescador nadou 1 quilômetro após jangada naufragar no mar de Ipojuca | 08.05.2014 |
| 148 | MG9 | Naufrágio resulta em morte e desaparecimento em Muro Alto | 07.05.2014 |
| 149 | MG12 | Atenções voltadas para a Ilha de Deus | 13.04.2014 |
| 150 | MG6 | Desigualdade social cantada por Chico Science há 20 anos ainda se faz presente | 06.04.2014 |
| 151 | MG1 | Três pessoas são presas na Caxangá por pesca proibida de 2 mil caranguejos | 22.03.2014 |
| 152 | MG3 | Mercado de Itapissuma é reinaugurado após um ano de reforma | 18.12.2013 |
| 153 | MG4 | Homem é achado morto dentro de rio amarrado a uma moto | 30.10.2013 |
| 154 | MG2 | Ministério Público pede que Propesca deixe de capturar tubarões no Estado | 04.10.2013 |
| 155 | MG12 | Jiboia é encontrada por pescadores em Brasília Teimosa | 27.09.2013 |
| 156 | MG3 | Petrobras divulga vencedores de IPC Suape 2013 | 12.09.2013 |
| 157 | MG3 | Suape enfrenta desafio ambiental | 25.08.2013 |
| 158 | MG3 | Instituto JCPM cria oportunidades para milhares de jovens há sete anos | 18.08.2013 |
| 159 | MG4 | Bombeiros afirmam que pescador em alto mar não viu queda de avião no Litoral Norte | 24.07.2013 |
| 160 | MG7 | Protesto até no louvor a São Pedro | 29.06.2013 |
| 161 | MG1 | Discussão em fila da Caixa Econômica termina em morte em Goiana | 07.06.2013 |
| 162 | MG2 | Peixe da espécie mero morre na praia de Suape | 15.04.2013 |
| 163 | MG3 | Inscrições para cursos do Pronatec no IFPE só presenciais | 26.03.2013 |
| 164 | MG12 | Baleia é encontrada morta por pescadores em Itamaracá | 23.03.2013 |
| 165 | MG2 | Tartaruga degolada por pescador | 07.02.2013 |

| | | | |
|-----|------|---------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 166 | MG3 | Nova carteira de pescador profissional começa a ser entregue | 08.01.2013 |
| 167 | MG2 | Tubarão cabeça-chata pescado no Pontal de Maracaípe | 25.11.2012 |
| 168 | MG2 | Manifestação em defesa da pesca artesanal | 22.11.2012 |
| 169 | MG2 | Pescadores capturam tubarão de 2,2 metros em Pau Amarelo | 13.11.2012 |
| 170 | MG2 | Tubarão de mais de 200kg é capturado por pescador no Recife | 10.11.2012 |
| 171 | MG3 | Novos rumos para o Rio Beberibe | 25.10.2012 |
| 172 | MG9 | Sobreviventes de naufrágio aliviados no retorno para casa | 10.10.2012 |
| 173 | MG9 | Pernambucano está entre os desaparecidos em naufrágio na Paraíba | 08.10.2012 |
| 174 | MG9 | Duas vítimas de naufrágio na Paraíba ainda não são localizadas | 07.10.2012 |
| 175 | MG9 | Seis naufragos são resgatados após passarem três dias à deriva no litoral paraibano | 06.10.2012 |
| 176 | MG3 | Estado entra na era da pescaria ecológica | 29.09.2012 |
| 177 | MG14 | Entrapulso, uma minicidade entre os espigões de Boa Viagem | 22.09.2012 |
| 178 | MG7 | Trabalhadores rurais protestam por reforma agrária | 22.08.2012 |
| 179 | MG10 | Pescador de baleia que fisgar votos | 18.08.2012 |
| 180 | MG3 | Suape obrigado a prestar ajuda a pescadores do Cabo do Santo Agostinho | 30.06.2012 |
| 181 | MG3 | Programa Suape Sustentável comemora um ano | 24.06.2012 |
| 182 | MG3 | Plano para evitar efeitos colaterais de Suape não sai do papel | 23.06.2012 |
| 183 | MG3 | Programa Chapéu de Palha irá beneficiar pescadores | 07.06.2012 |
| 184 | MG3 | Projetos de moradia são fundamentais | 05.05.2012 |
| 185 | MG3 | Começa dragagem do Rio Beberibe | 02.05.2012 |
| 186 | MG1 | Polícia Federal apreende 100 kg de lagosta | 16.04.2012 |
| 187 | MG2 | Poluição coloca ecossistema em risco no Litoral Norte | 20.03.2012 |
| 188 | MG7 | Atingidos por barragens no Nordeste se mobilizam no Centro do Recife | 14.03.2012 |
| 189 | MG2 | Tubarão de 1,80m é pescado no Janga | 06.03.2012 |
| 190 | MG7 | Protesto contra Suape promete fechar a PE-60 nesta manhã | 02.02.2012 |
| 191 | MG7 | Pescadores vão à ONU contra Suape | 05.01.2012 |
| 192 | MG3 | Os vizinhos dos estaleiros | 13.11.2011 |
| 193 | MG6 | Novas habitações de moradores da Ilha de Deus acumulam problemas | 05.11.2011 |
| 194 | MG4 | Buscas no mar terminam sem pistas dos restos mortais de corretora | 04.10.2011 |
| 195 | MG4 | Falta de equipamento adia buscas de ossada | 01.10.2011 |
| 196 | MG1 | Desconhecidos invadem residência e matam pescador a tiros, em Itapissuma | 08.09.2011 |
| 197 | MG8 | Projeto Amigos do Mangue retira lixo do mangue e promove educação ambiental | 10.08.2011 |
| 198 | MG1 | Presidente de Associação de Pescadores de Paulista é preso por tentativa de homicídio | 29.06.2011 |
| 199 | MG5 | Pescadores homenageiam São Pedro com procissão marítima | 28.06.2011 |
| 200 | MG7 | Entidades fazem carta de repúdio à proibição da Festa da Lavadeira no Paiva | 27.04.2011 |

Fonte: Elaboração própria.

APÊNDICE C - QUADRO 30 - TÍTULOS QUE REFERENCIAM O GRUPO SOCIAL

| Nº | Título | Data |
|----|------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 1 | <i>Abolicionista cearense</i> entra no livro de heróis da pátria | 10.05.2017 |
| 2 | <i>Atingidos por barragens</i> no Nordeste se mobilizam no Centro do Recife | 14.03.2012 |
| 3 | Turismo criativo muda vida de <i>comunidades</i> e empreendedores | 23.12.2018 |
| 4 | Museu irá contar história da <i>comunidade</i> da Ilha de Deus | 05.08.2017 |
| 5 | Passeio para desbravar a Ilha de Deus <i>comunidade pesqueira</i> do Recife | 01.09.2016 |
| 6 | Peixe-boi aparece na Ilha de Deus e chama atenção da <i>comunidade</i> | 22.07.2015 |
| 7 | <i>Pernambucano</i> está entre os desaparecidos em naufrágio na Paraíba | 08.10.2012 |
| 8 | <i>Embarcação sem autorização de pesca</i> é apreendida em Ipojuca | 11.12.2016 |
| 9 | Polícia Federal apreende 95 kg de lagosta em duas <i>embarcações</i> | 20.04.2015 |
| 10 | Procissão em homenagem ao Dia de São Pedro leva centenas de <i>fiéis</i> às ruas de Brasília Teimosa | 29.06.2016 |
| 11 | Chapéu de Palha atravessa <i>gerações políticas</i> em Pernambuco | 11.04.2015 |
| 12 | Após desaparecimento de jovem no mar, <i>grupo</i> protesta no Pina | 04.06.2018 |
| 13 | Pesadelo' diz <i>homem</i> sobre morte em série de filhas e esposa na Bahia | 16.08.2018 |
| 14 | <i>Homem</i> pesca cadáver em açude no Sertão de Pernambuco | 27.02.2018 |
| 15 | Policiais prendem <i>homem</i> suspeito de estuprar a filha em Alagoas | 21.06.2017 |
| 16 | <i>Homem</i> estupra filha e foge com bebê, fruto do abuso, para Pernambuco | 21.06.2017 |
| 17 | Dois <i>homens</i> morrem afogados em Sirinhaém | 01.08.2014 |
| 18 | Instituto JCPM cria oportunidades para <i>milhares de jovens</i> há sete anos | 18.08.2013 |
| 19 | Em protesto, <i>manifestantes</i> bloqueiam via no Pina | 07.08.2018 |
| 20 | <i>Manifestantes</i> bloqueiam o trânsito na Avenida Domingos Ferreira | 03.08.2017 |
| 21 | <i>Moradores</i> se arriscam na busca por jovem desaparecido no mar do Pina | 07.06.2018 |
| 22 | <i>Moradores</i> da Ilha de Deus ganham exposição para lembrar do passado | 19.08.2017 |
| 23 | <i>Moradores</i> de Santo Amaro querem maior contrapartida em plano | 10.08.2017 |
| 24 | No aniversário do Recife, histórias de afeto dos <i>moradores</i> pela cidade | 11.03.2017 |
| 25 | <i>Moradores</i> de Suape fazem protesto na área central do Recife | 26.10.2016 |
| 26 | Suape procura <i>moradores</i> para cadastro em conjunto habitacional | 23.09.2016 |
| 27 | Novas habitações de <i>moradores</i> da Ilha de Deus acumulam problemas | 05.11.2011 |
| 28 | Plano diretor: <i>movimentos sociais</i> querem fortalecer as Zeis | 14.11.2018 |
| 29 | MTST protesta por emprego e moradia no Centro do Recife | 19.09.2017 |
| 30 | Seis <i>náufragos</i> são resgatados após passarem três dias à deriva no litoral paraibano | 06.10.2012 |
| 31 | <i>Pescador</i> é morto a tiros em Paulista | 10.08.2018 |
| 32 | Corpo de homem é encontrado por <i>pescador</i> no Rio Capibaribe, no Recife | 01.08.2018 |
| 33 | <i>Pescador</i> encontra cadáver no Rio Capibaribe, no Centro do Recife | 23.03.2018 |
| 34 | <i>Pescador</i> é encontrado morto em piscina natural do Litoral Sul de PE | 19.09.2017 |
| 35 | <i>Pescador</i> processa Chesf por falta de peixes no São Francisco | 11.09.2017 |
| 36 | Catorze anos depois, Lula volta a casa de <i>pescador</i> em Brasília Teimosa | 26.08.2017 |
| 37 | <i>Pescador</i> nadou 1 quilômetro após jangada naufragar no mar de Ipojuca | 08.05.2014 |
| 38 | Bombeiros afirmam que <i>pescador</i> em alto mar não viu queda do avião no Litoral Norte | 24.07.2013 |
| 39 | Tartaruga degolada por <i>pescador</i> | 07.02.2013 |
| 40 | Tubarão de mais de 200kg é capturado por <i>pescador</i> no Recife | 10.11.2012 |
| 41 | Desconhecidos invadem residência e matam <i>pescador</i> a tiros, em Itapissuma | 08.09.2011 |
| 42 | <i>Pescadores</i> resgatam baleia encalhada no litoral norte | 12.08.2018 |
| 43 | <i>Pescadores</i> se engajam para recuperar produção de peixe e camarão | 28.07.2018 |
| 44 | Tubarão é capturado por <i>pescadores</i> em praia do Litoral Sul | 11.06.2018 |
| 45 | <i>Pescadores</i> invadem planejamento em protesto contra cancelamento de registros | 22.11.2017 |
| 46 | <i>Pescadores</i> são resgatados após ficaram à deriva no mar | 22.08.2017 |
| 47 | Corpo é encontrado boiando no Rio Capibaribe e removido por <i>pescadores</i> | 18.08.2017 |
| 48 | Jacaré é encontrado por <i>pescadores</i> na praça de Casa Caiada em Olinda | 05.06.2017 |
| 49 | Órgãos ambientais e <i>pescadores</i> contra extinção na Costa dos Corais | 06.05.2017 |
| 50 | <i>Pescadores</i> encontram destroços de barco desaparecido | 03.08.2016 |

| | | |
|----|----------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| | com 7 pessoas em São Paulo | |
| 51 | PF e Ibama prendem quatro <i>pescadores</i> por pesca ilegal de lagosta | 21.03.2016 |
| 52 | Mais dois <i>pescadores</i> que naufragaram próximo a Fernando de Noronha recebem alta | 26.12.2015 |
| 53 | <i>Pescadores</i> são resgatados no Ceará após naufragar próximo a Noronha | 25.12.2015 |
| 54 | Quatro dos oito <i>pescadores</i> recebem alta em Fortaleza | 25.12.2015 |
| 55 | Governo suspende seguro-defeso de <i>pescadores</i> por até quatro meses | 09.10.2015 |
| 56 | <i>Pescadores</i> lutam para conservar o mangue no Recife | 03.06.2015 |
| 57 | Tubarão é capturado por <i>pescadores</i> em Olinda | 15.01.2015 |
| 58 | Jiboia é encontrada por <i>pescadores</i> em Brasília Teimosa | 27.09.2013 |
| 59 | Baleia é encontrada morta por <i>pescadores</i> em Itamaracá | 23.03.2013 |
| 60 | <i>Pescadores</i> capturam tubarão de 2,2 metros em Pau Amarelo | 13.11.2012 |
| 61 | Suape obrigado a prestar ajuda a <i>pescadores</i> do Cabo do Santo Agostinho | 30.06.2012 |
| 62 | Programa Chapéu de Palha irá beneficiar <i>pescadores</i> | 07.06.2012 |
| 63 | <i>Pescadores</i> vão à ONU contra Suape | 05.01.2012 |
| 64 | <i>Pescadores</i> homenageiam São Pedro com procissão marítima | 28.06.2011 |
| 65 | Documentário retrata a vida das <i>pescadoras</i> na Ilha de Deus | 18.11.2017 |
| 66 | Ministério de Agricultura suspende 186,1 mil registros de <i>pescadores artesanais</i> | 22.07.2016 |
| 67 | Nova carteira de <i>pescador profissional</i> começa a ser entregue | 08.01.2013 |
| 68 | <i>Pescador de baleia</i> quer fisgar votos | 18.08.2012 |
| 69 | Pagamento indevido de programas beneficia 5,7 milhões de <i>peçoas</i> , diz comitê | 24.07.2018 |
| 70 | Três <i>peçoas</i> são presas na Caxangá por pesca proibida de 2 mil caranguejos | 22.03.2014 |
| 71 | <i>Presidente de Associação de Pescadores</i> de Paulista é preso por tentativa de homicídio | 29.06.2011 |
| 72 | Obras atrasadas da Ponte do Janga escondem outros <i>problemas</i> | 10.07.2018 |
| 73 | <i>Redes de pesca</i> são uma das principais causas de morte de golfinhos | 27.03.2017 |
| 74 | <i>Sobreviventes de naufrágio</i> aliviados no retorno para casa | 10.10.2012 |
| 75 | <i>Trabalhadores rurais</i> protestam por reforma agrária | 22.08.2012 |
| 76 | Petrobras divulga <i>vencedores</i> de IPC Suape 2013 | 12.09.2013 |
| 77 | Dois <i>vítimas de naufrágio</i> na Paraíba ainda não são localizadas | 07.10.2012 |
| 78 | <i>Os vizinhos dos estaleiros</i> | 13.11.2011 |

Fonte: Elaboração própria.

**APÊNDICE D - QUADRO 31 - TÍTULOS COM A
REFERENCIAÇÃO “PESCADOR(ES)”**

| Nº | MT | TÍTULO | DATA | PAPEL |
|-----|-----|------------------------------------------------------------------------------------|------------|----------|
| 12 | MT2 | Pescadores resgatam baleia encalhada no litoral norte | 12.08.2018 | Agente |
| 13 | MT1 | Pescador é morto a tiros em Paulista | 10.08.2018 | Paciente |
| 16 | MT1 | Corpo de homem é encontrado por pescador no Rio Capibaribe, no Recife | 01.08.2018 | Agente |
| 17 | MT4 | Pescadores se engajam para recuperar produção de peixe e camarão | 28.07.2018 | Agente |
| 28 | MT2 | Tubarão é capturado por pescadores em praia do Litoral Sul | 11.06.2018 | Agente |
| 32 | MT1 | Pescador encontra cadáver no Rio Capibaribe, no Centro do Recife | 23.03.2018 | Agente |
| 39 | MT3 | Pescadores invadem planejamento em protesto contra cancelamento de registros | 22.11.2017 | Agente |
| 45 | MT1 | Pescador é encontrado morto em piscina natural do Litoral Sul de PE | 19.09.2017 | Paciente |
| 47 | MT5 | Pescador processa Chesf por falta de peixes no São Francisco | 11.09.2017 | Agente |
| 52 | MT6 | Catorze anos depois, Lula volta a casa de pescador em Brasília Teimosa | 26.08.2017 | Paciente |
| 53 | MT1 | Pescadores são resgatados após ficaram à deriva no mar | 22.08.2017 | Paciente |
| 59 | MT1 | Corpo é encontrado boiando no Rio Capibaribe e removido por pescadores | 18.08.2017 | Agente |
| 69 | MT2 | Jacaré é encontrado por pescadores na praça de Casa Caiada em Olinda | 05.06.2017 | Agente |
| 73 | MT2 | Órgãos ambientais e pescadores contra extinção na Costa dos Corais | 06.05.2017 | Agente |
| 91 | MT1 | Pescadores encontram destroços de barco desaparecido com 7 pessoas em São Paulo | 03.08.2016 | Agente |
| 100 | MT3 | PF e Ibama prendem quatro pescadores por pesca ilegal de lagosta | 21.03.2016 | Paciente |
| 106 | MT1 | Mais dois pescadores que naufragaram próximo a Fernando de Noronha recebem alta | 26.12.2015 | Paciente |
| 107 | MT1 | Pescadores são resgatados no Ceará após naufragar próximo a Noronha | 25.12.2015 | Paciente |
| 108 | MT1 | Quatro dos oito pescadores recebem alta em Fortaleza | 25.12.2015 | Paciente |
| 114 | MT3 | Governo suspende seguro-defeso de pescadores por até quatro meses | 09.10.2015 | Paciente |
| 125 | MT2 | Pescadores lutam para conservar o mangue no Recife | 03.06.2015 | Agente |
| 138 | MT2 | Tubarão é capturado por pescadores em Olinda | 15.01.2015 | Agente |
| 147 | MT1 | Pescador nadou 1 quilômetro após jangada naufragar no mar de Ipojuca | 08.05.2014 | Agente |
| 155 | MT2 | Jiboia é encontrada por pescadores em Brasília Teimosa | 27.09.2013 | Agente |
| 159 | MT1 | Bombeiros afirmam que pescador em alto mar não viu queda de avião no Litoral Norte | 24.07.2013 | Agente |
| 164 | MT2 | Baleia é encontrada morta por pescadores em Itamaracá | 23.03.2013 | Agente |
| 165 | MT3 | Tartaruga degolada por pescador | 07.02.2013 | Agente |
| 169 | MT2 | Pescadores capturam tubarão de 2,2 metros em Pau Amarelo | 13.11.2012 | Agente |
| 170 | MT2 | Tubarão de mais de 200kg é capturado por pescador no Recife | 10.11.2012 | Agente |
| 180 | MT4 | Suape obrigado a prestar ajuda a pescadores do Cabo do Santo Agostinho | 30.06.2012 | Paciente |
| 183 | MT4 | Programa Chapéu de Palha irá beneficiar pescadores | 07.06.2012 | Paciente |
| 191 | MT5 | Pescadores vão à ONU contra Suape | 05.01.2012 | Agente |
| 196 | MT3 | Desconhecidos invadem residência e matam pescador a tiros, em Itapissuma | 08.09.2011 | Paciente |
| 199 | MT7 | Pescadores homenageiam São Pedro com procissão marítima | 28.06.2011 | Agente |

Fonte: Elaboração própria.

APÊNDICE E - FICHA DE ANÁLISE DAS NOTÍCIAS

| Título | Contexto | Elementos | Análise | Ação | Tipo da ação |
|--------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|-----------------------------------------------------------------------|
| CGU vê fraude em dois terços de cada três benefícios do 'bolsa pescador' | notícia produzida e veiculada via agência do jornal Estado de São Paulo, reproduzida pelo Jornal do Commercio | Macroproposição 1 | CGU identifica fraudes no seguro-defeso | | |
| | | Argumento Agente (AA) | GCU (Estado) | | |
| | | Argumento Paciente (AP) | Pescadores | | |
| | | Predicado AA (Verbo) | Identificar apontar | positiva | ação de caráter legal, investigativo para identificar irregularidades |
| | | Referenciação (rótulos, nominalizações, expressões nominais etc.) | GCU, Ministério da Transparência e da Controladoria Geral da União, governo, órgão de controle, | | |
| | | Análise Referenciação AA1 | As denominações "GCU", "Ministério da Transparência", "Controladoria Geral da União", "Governo", "órgão de controle" constroem uma representação positiva do AA1, em especial a denominação "órgão de controle" que reivindica o carácter investigativo e de apuração de atos ilegais (fraudes) | | |
| | | Tipificação (ênfatiza, desênfatiza) | ênfatiza as ações negativas dos pescadores, relativas a fraudes e desênfatiza as responsabilidades do Estado na concessão do direito trabalhista | | |
| | | Papel Semântico AA1 | O Estado aparece como um argumento agente | | |

| | | | | | |
|--|--|-------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------|------------------------------------|
| | | | que investiga, apura e identifica fraudes, o que afeta os pescadores, alvo da investigação | | |
| | | Grau de descrição de AA1 (específica, geral, abstrata) | Descrição do CGU específica, com diversas denominações | | |
| | | Evento associado AA1 | Investigação, apuração e divulgação de fraudes | | |
| | | Descrição do evento | Nível de descrição detalhado especificando as ações realizadas pelo Estado, dentre elas, ver, identificar e apurar fraudes na concessão do seguro-defeso aos pescadores | | |
| | | Espaço Associado AA1 | Órgão Público Federal | | |
| | | Macroproposição 2 | Pescadores declaram que fraudam os cofres do governo | | |
| | | Argumento Agente 2 | Pescadores | | |
| | | Argumento Paciente (que recebe a ação) | Governo | | |
| | | Predicado AA2 (Verbo) | declarar (fraude), fraudar, receber (benefício) | negativa | ação de caráter ilegal fraudulento |
| | | Referenciação (rótulos, nominalizações, expressões nominais etc.) - AA2 | pescador(es), beneficiário(s), segurados, pescadores artesanais profissionais, | | |
| | | Análise referenciação AA2 | As designações de beneficiários, segurados constroem uma representação negativa dos pescadores devido à associação das denominações ao ato de declarar e fraudar os cofres públicos | | |
| | | Transitividade sentido ação AA2 | ativa | | |
| | | Tipificação (ênfatiza, desenfatiza) | ênfatiza de forma numérica o volume da fraude | | |

| | | | | | |
|--|--|------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------|--------------------------------------------------|
| | | | dos pescadores aos cofres públicos. O jogo de cifras, neste caso, reforça a argumentação do governo e do jornal em torno do pagamento fraudulento do seguro-defeso | | |
| | | Papel AA2 | Os pescadores aparecem como um argumento agente que realiza a ação de fraudar os cofres públicos, sendo beneficiados indevidamente com o seguro-defeso. | | |
| | | Evento associado AA2 | Fraude | | |
| | | Espaço associado AA2 | Cofres Públicos | | |
| | | Referenciação AP2 | "CGU", "cofres do governo" "governo" "cofres públicos" constroem uma representação institucional positiva do AP2 | | |
| | | Macroproposição 3 | Pescadores são beneficiados fraudulentamente pelo seguro-defeso | | |
| | | Argumento Agente 3 | Seguro-defeso | | |
| | | Argumento Paciente 3 (que recebe a ação) | Pescadores | | |
| | | Predicado AA3 (Verbo) | são beneficiados, recebem | negativa | ação de caráter de benefício, recebimento ilegal |
| | | Agentividade | passiva | | |
| | | CITAÇÕES | | | |
| | | Integrantes do MST (citação indireta) | "desmonte da política da reforma agrária" | | |

Fonte: Elaboração própria.

APÊNDICE F - TABELA 5 - CORPUS

| Veículo: Jornal do Commercio Gênero: Notícia Circulação: Impresso/Online | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|------------|
| Título | Editoria | Data |
| Turismo criativo muda vida de comunidades e empreendedores | Economia/Pernambuco | 23.12.2018 |
| Seguro-desemprego poderá ser solicitado pela internet | Economia/Nacional | 19.12.2018 |
| Plano diretor: movimento sociais querem fortalecer as Zeis | Cidades/Geral | 14.11.2018 |
| Entenda porque a regra 85/95 para aposentadoria só vale até o fim de 2018 | Economia/Nacional | 24.10.2018 |
| Passeio em família terminou em tragédia no Parque das Esculturas | Cidades/ Polícia | 30.09.2018 |
| Suspeita de envenenar mãe e duas filhas na Bahia se entrega à polícia | Mundo/Brasil | 20.09.2018 |
| Haddad promete estudar recriação de Ministério da Pesca | Política | 18.09.2018 |
| Litoral Norte cheio de problemas para o verão | Cidades/Geral | 07.09.2018 |
| Projeto promove gincana para retirar 20 toneladas de lixo do Rio Capibaribe | Cidades | 31.08.2018 |
| Corpo é encontrado carbonizado em barreiros | Cidades/Polícia | 27.08.2018 |
| Pesadelo' diz homem sobre morte em série de filhas e esposa na Bahia | Mundo/Brasil | 16.08.2018 |
| Pescadores resgatam baleia encalhada no litoral norte | Cidades/Geral | 12.08.2018 |
| Projeto da ONG Recapibaribe faz vaquinha para ação de limpeza do rio | Cidades | 11.08.2018 |
| Pescador é morto a tiros em Paulista | Cidades/Polícia | 10.08.2018 |
| Em protesto, manifestantes bloqueiam via no Pina | Cidades/JC Trânsito | 07.08.2018 |
| Corpo de homem é encontrado por pescador no Rio Capibaribe, no Recife | Cidades/Polícia | 01.08.2018 |
| Pescadores se engajam para recuperar produção de peixe e camarão | Economia/Pernambuco | 28.07.2018 |
| Paulista cria reserva para proteção de manguezais e espécies ameaçadas | Cidades/Geral | 27.07.2018 |
| Coleta solidária para celebrar o Dia do Manguezal | Cidades/Meio Ambiente | 25.07.2018 |
| Programa do Instituto JCPM promove conscientização ambiental no Recife | Cidades/Geral | 26.07.2018 |
| Pagamento indevido de programas beneficia 5,7 milhões de pessoas, diz comitê | Economia/Nacional | 24.07.2018 |
| Praia de Suape, no Cabo, terá intervenção para conter avanço do mar | Cidades/Ciência/Meio A. | 24.07.2018 |
| Obras atrasadas da Ponte do Janga esconde outros problemas | Cidades/Geral | 10.07.2018 |
| Missa campal abre celebrações da procissão a São Pedro | Cidades/Geral | 29.06.2018 |
| Prefeitura promete praça de São Pedro reformada até procissão | Cidades/Geral | 28.06.2018 |
| Tradicional procissão a São Pedro acontece nesta sexta | Cidades/Geral | 28.06.2018 |
| Tubarão é capturado por pescadores em praia do Litoral Sul | Cidades/Geral | 11.06.2018 |
| Moradores se arriscam na busca por jovem desaparecido no mar do Pina | Cidades/Geral | 07.06.2018 |
| Após desaparecimento de jovem no mar, grupo protesta no Pina | Cidades/JC Trânsito | 04.06.2018 |
| "Esperando corpo vir à tona", dizem Bombeiros sobre buscas no Pina | Cidades/Geral | 04.06.2018 |
| Pescador encontra cadáver no Rio Capibaribe, no Centro do Recife | Cidades/Geral | 23.03.2018 |
| Dezessete municípios assinam carta de compromisso pelo Rio Capibaribe | Cidades/Ciência/Meio Amb | 22.03.2018 |
| Homem pesca cadáver em açude no Sertão de Pernambuco | Cidades / Polícia | 27.02.2018 |
| Corpo de homem é encontrado dentro de Açude, sem Serra Talhada | Cidades/ Polícia | 19.02.2018 |
| Família reconhece corpo de jovem desaparecido no Rio Beberibe | Cidades/ Polícia | 24.01.2018 |
| Corpo de menino é encontrado às margens do rio em Olinda | Cidades/Polícia | 23.01.2018 |
| Evento no litoral Norte contará com reforço nas linhas de ônibus | Cidades | 05.01.2018 |
| Pescadores invadem planejamento em protesto contra cancelamento de registros | Política/Nacional | 22.11.2017 |
| Documentário retrata a vida das pescadoras na Ilha de Deus | Cidades/Geral | 18.11.2017 |
| Peixe mero pesando 200 quilos é capturado acidentalmente em Tamandaré | Cidades/Ciência/Meio Amb | 23.10.2017 |

| | | |
|--------------------------------------------------------------------------|----------------------------|------------|
| Alimentação escolar é tema de nutrição precária, diz FAO | Mundo/Brasil | 05.10.2017 |
| CGU vê fraude em dois terços de cada três benefícios do 'bolsa pescador' | Economia/Nacional | 04.10.2017 |
| APA Marinha no Litoral Sul de Pernambuco é apresentada ao Cosema | Cidades/Ciência/Meio Amb | 28.09.2017 |
| Pescador é encontrado morto em piscina natural do Litoral Sul de PE | Cidades/Geral | 19.09.2017 |
| MTST protesta por emprego e moradia no Centro do Recife | Cidades/JC Trânsito | 19.09.2017 |
| Pescador processa Chesf por falta de peixes no São Francisco | Economia/Nacional | 11.09.2017 |
| Vazão do São Francisco é reduzida em maior seca em quase 90 anos | Cidades | 31.08.2017 |
| Projeto "Há gosto pelo Capibaribe" faz música e limpeza de rio | Cidades/Ciência/Meio Amb | 31.08.2017 |
| Orquestra Criança Cidadã participa de ação em defesa do Rio Capibaribe | Cidades | 29.08.2017 |
| Após 14 anos, Lula volta a Brasília Teimosa | Política | 26.08.2017 |
| Catorze anos depois, Lula volta a casa de pescador em Brasília Teimosa | Política/Blog Jamildo Melo | 26.08.2017 |
| Pescadores são resgatados após ficarem à deriva no mar | Cidades/Geral | 22.08.2017 |
| Lula visita Renata Campos entre rumores de aproximação entre PT e PSB | Política/Pernambuco | 24.08.2017 |
| Lula chega ao Recife nesta quinta (24) para três dias de agenda | Política/Pernambuco | 24.08.2017 |
| Caravana "Lula pelo Brasil" chega em Pernambuco nesta quinta | Política/Pernambuco | 23.08.2017 |
| Silvio Costa e João da Costa querem criar Frente Ampla de Esquerda | Política/Pernambuco | 21.08.2017 |
| Moradores da Ilha de Deus ganham exposição para lembrar do passado | Cidades | 19.08.2017 |
| Corpo é encontrado boiando no Rio Capibaribe e removido por pescadores | Cidades/Polícia | 18.08.2017 |
| Ex-presidente Lula participa de ato no Recife na próxima sexta-feira | Política/Nacional | 18.08.2017 |
| Moradores de Santo Amaro querem maior contrapartida em plano | Cidades/Geral | 10.08.2017 |
| Museu irá contar história da comunidade da Ilha de Deus | Cidades | 05.08.2017 |
| Aposentadoria por idade será reconhecida automaticamente pelo INSS | Economia/Nacional | 04.08.2017 |
| Manifestantes bloqueiam o trânsito na Avenida Domingos Ferreira | Cidades/JC Trânsito | 03.08.2017 |
| Tradicional procissão marítima de São Pedro é cancelada | Cidades/Geral | 29.06.2017 |
| CGU consegue promover uma economia de R\$ 9 bilhões aos cofres públicos | Economia/Nacional | 21.06.2017 |
| Policiais prendem homem suspeito de estuprar a filha em Alagoas | Cidades/Polícia | 21.06.2017 |
| Homem estupra filha e foge com bebê, fruto do abuso, para Pernambuco | Cidades/Polícia | 21.06.2017 |
| Jacaré é encontrado por pescadores na praça de Casa Caiada em Olinda | Cidades/Ciência/Meio Amb | 05.06.2017 |
| Ato Denúncia pede fim da violência no campo | Mundo/Brasil | 24.05.2017 |
| Governo debate criação de APA Marinha no Litoral Sul de Pernambuco | Cidades /Ciência/Meio Amb | 15.05.2017 |
| Abolicionista cearense entra no livro de Heróis da Pátria | Política/Nacional | 10.05.2017 |
| Órgãos ambientais e pescadores contra extinção na Costa dos Corais | Cidades/Ciência/Meio Amb | 06.05.2017 |
| Conheça os novos valores do Chapéu de Palha para 2018 | Política/Pernambuco | 06.05.2017 |
| Nova via em construção na Ilha do Maruíim para ajudar no tráfego | Cidades/Geral | 20.04.2017 |
| Toyota investe na preservação do meio ambiente | Veículos | 06.04.2017 |
| Redes de pesca são uma das principais causas de morte de golfinos | Cidades/Ciência/Meio Amb | 27.03.2017 |
| Matança de animais marinhos em Maracaípe terá investigação | Cidades/Geral | 25.03.2017 |
| No aniversário do Recife, histórias de afeto dos moradores pela cidade | Cidades/Geral | 11.03.2017 |
| Programas símbolo do PSB perdem força em Pernambuco | Política/Pernambuco | 16.01.2017 |
| Ilha de Deus entra 2017 de cara nova | Cidades/Geral | 02.01.2017 |
| Pontes do centro do Recife recebem revitalização | Cidades/Geral | 15.12.2016 |
| Mutirão transforma espaços de convivência na Ilha de Deus | Cidades/Geral | 12.12.2016 |
| Embarcação sem autorização de pesca é apreendida em Ipojuca | Cidades / Polícia | 11.12.2016 |
| Reforma da previdência será apresentada terça e aumentará idade mínima | Economia/Nacional | 04.12.2016 |
| Moradores de Suape fazem protesto na área central do Recife | Cidades/JC Trânsito | 26.10.2016 |
| Investimento governo federal de 2016 a 2018 será de R\$ 110 bi | Economia/Nacional | 21.10.2016 |

| | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------|------------|
| Sua procura moradores para cadastro em conjunto habitacional | Economia/Pernambuco | 23.09.2016 |
| Hostel na Ilha de Deus atrai turistas estrangeiros | Economia | 04.09.2016 |
| Passeio para desbravar a Ilha de Deus comunidade pesqueira do Recife | Cidades/Turismo | 01.09.2016 |
| Pescadores encontram destroços de barco desaparecido com 7 pessoas em São Paulo | Mundo/Brasil | 03.08.2016 |
| Ministério de Agricultura suspende 186,1 mil registros de pescadores artesanais | Mundo/Brasil | 22.07.2016 |
| Dilma Rousseff minimiza declarações de Lula sobre promessas de campanha | Política/Nacional | 22.07.2016 |
| Tamandaré será sede do encontro nacional da pesca artesanal | Cidades/Geral | 19.07.2016 |
| Ilha de Deus sofre com paralisação de projeto | Cidades | 02.07.2016 |
| Procissão em homenagem ao Dia de São Pedro leva centenas de fiéis às ruas de Brasília Teimosa | Cidades | 29.06.2016 |
| Em duas semanas, Emlurb retira mais de 20 toneladas de lixo das margens do Rio Capibaribe | Cidades/Geral | 17.04.2016 |
| Ataques de piranhas são registrados no Rio São Francisco | Cidades/Geral | 13.04.2016 |
| Codefat divulga calendário para pagamento de Seguro-Defeso | Economia/Nacional | 11.04.2016 |
| Entidades financiam projetos comunitários de combate à violência contra a mulher | Política | 11.04.2016 |
| PF e Ibama prendem quatro pescadores por pesca ilegal de lagosta | Cidades/Ciência/Meio Amb | 21.03.2016 |
| Extinção do Ministério da Pesca e iniciativas na agricultura economizam 370 mi | Política/Nacional | 11.01.2016 |
| Dilma pede ao STF que período em que pescas são proibidas continue suspenso | Política / Nacional | 07.01.2016 |
| Dilma recorre ao STF contra volta do 'bolsa pescador' | Política / Nacional | 06.01.2016 |
| Ponte que liga Itapissuma a Itamaracá está em ruínas | Cidades/Geral | 30.12.2015 |
| Para fazer caixa, governo adota regras mais rígidas para benefícios | Economia / Nacional | 29.12.2015 |
| Mais dois pescadores que naufragaram próximo a Fernando de Noronha recebem alta | Mundo/Brasil | 26.12.2015 |
| Pescadores são resgatados no Ceará após naufragar próximo a Noronha | Cidades/Geral | 25.12.2015 |
| Quatro dos oito pescadores recebem alta em Fortaleza | Mundo/Brasil | 25.12.2015 |
| Movimentos sociais defendem mandato de Dilma, mas cobram fim do ajuste fiscal | Política/Nacional | 09.12.2015 |
| Estudante é encontrado morto após desaparecer em passeio em Itamaracá | Cidades/Geral | 26.11.2015 |
| Retomada de período que proíbe pesca custará R\$ 1,7 bilhão, diz governo | Economia/Nacional | 08.11.2015 |
| Viveiros de camarão na Ilha de Deus em xeque | Cidades/Ciência/Meio Amb | 05.11.2015 |
| Câmara pode anular portaria que permite pesca em períodos de defeso | Política/Nacional | 21.10.2015 |
| Governo suspende seguro-defeso de pescadores por até quatro meses | Brasil/Nacional | 09.10.2015 |
| Tartaruga marinha devolvida ao mar é encontrada morta | Cidades/Ciência/Meio Amb | 16.09.2015 |
| Palafitas voltam com tudo ao Recife | Cidades/Geral | 09.08.2015 |
| Peixe-boi é encontrado na praia do Carmo, em Olinda | Cidades/Ciência/Meio Amb | 04.08.2015 |
| Evento busca soluções para frear o aquecimento global | Cidades/Ciência/Meio Amb | 04.08.2015 |
| Fêmea de peixe-boi terá de voltar ao lar, em Alagoas | Cidades / Ciência e Meio A. | 27.07.2015 |
| Peixe-boi aparece na Ilha de Deus e chama atenção da comunidade | Cidades / Ciência e Meio A. | 22.07.2015 |
| Em Paulista, o mar não está pra peixe | Cidades/Geral | 20.07.2015 |
| Procissão marítima marca dia de São Pedro no Recife | Cidades/Geral | 25.06.2015 |
| Dilma sanciona com vetos lei que altera regras do seguro desemprego | Nacional/Política | 17.06.2015 |
| Pernambuco cria projeto de lei para regulamentar pesca artesanal | Cidades / Ciência/Meio Amb | 05.06.2015 |
| Pescadores lutam para conservar o mangue no Recife | Cidades / Ciência/Meio Amb | 03.06.2015 |
| Humberto Costa se queixa de senadores petistas contrários ao ajuste fiscal | Política/Nacional | 21.05.2015 |
| Senado amplia limite para empréstimo subsidiado do BNDES | Política/Nacional | 19.05.2015 |
| PDT diz votar contra MP 664 e entra na rota do Planalto | Política/Nacional | 11.05.2015 |
| Majoria da bancada pernambucana vota contra primeira medida do ajuste fiscal | Política/Pernambuco | 07.05.2015 |
| Ministro da Previdência defende mudanças nas regras do seguro-defeso | Política / Nacional | 23.04.2015 |
| Polícia Federal apreende 95 kg de lagosta em duas embarcações | Cidades/Polícia | 20.04.2015 |
| Ao STF, Dilma diz que benefícios trabalhistas não são imutáveis | Economia | 14.04.2015 |

| | | |
|------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------|------------|
| Chapéu de Palha atravessa gerações políticas em Pernambuco | Política/Pernambuco | 11.04.2015 |
| A partir desta quarta, empregador terá de pedir seguro-desemprego pela internet | Economia/Nacional | 01.04.2015 |
| Ministro da Previdência defende recuo em regra do seguro defeso | Política/ Nacional | 03.03.2015 |
| PSD promete apoio e ajuste fiscal do governo no Congresso | Política / Nacional | 25.02.2015 |
| Baronesas se propagam no Rio Capibaribe | Cidades/Ciência/Meio Amb | 29.01.2015 |
| Tubarão é capturado por pescadores em Olinda | Cidades/Ciência/Geral | 15.01.2015 |
| Espaço Ciência faz apelo para preservar manguezal | Cidades/Ciência/Meio Amb | 06.01.2015 |
| Pesquisadores analisam formação vegetal na bacia do Pina | Cidades/Ciência/Meio Amb | 04.12.2014 |
| Rio Capibaribe, mesmo poluído, é o refúgio de 90 espécies de animais | Cidades / Ciência/Meio Amb | 09.11.2014 |
| Brasília Teimosa recebe palestra sobre perigos com animais marinhos | Cidades/Geral | 26.09.2014 |
| Dois homens morrem afogados em Sirinhãem | Cidades/Geral | 01.08.2014 |
| No Recife, procissão de São Pedro encerra ciclo junino | Cidades/Geral | 29.06.2014 |
| Procissão de São Pedro em Brasília Teimosa encerra ciclo junino | Cidades/São João | 27.06.2014 |
| Ameaça à biodiversidade do Litoral Norte pernambucano | Home/Voz do Leitor | 25.06.2014 |
| Pescador nadou 1 quilômetro após jangada naufragar no mar de Ipojuca | Cidades/Geral | 08.05.2014 |
| Naufrágio resulta em morte e desaparecimento em Muro Alto | Cidades/Geral | 07.05.2014 |
| Atenções voltadas para a Ilha de Deus | Cidades/Meio Ambiente | 13.04.2014 |
| Desigualdade social cantada por Chico Science há 20 anos ainda se faz presente | Cultura/Música | 06.04.2014 |
| Três pessoas são presas na Caxangá por pesca proibida de 2 mil carangueijos | Cidades / Polícia | 22.03.2014 |
| Mercado de Itapissuma é reinaugurado após um ano de reforma | Cidades/Geral | 18.12.2013 |
| Homem é achado morto dentro de rio amarrado a uma moto | Cidades/Polícia | 30.10.2013 |
| Ministério Público pede que Propesca deixe de capturar tubarões no Estado | Cidades/Meio Ambiente | 04.10.2013 |
| Jiboia é encontrada por pescadores em Brasília Teimosa | Cidades/Geral | 27.09.2013 |
| Petrobras divulga vencedores de IPC Suape 2013 | Economia/Pernambuco | 12.09.2013 |
| Suape enfrenta desafio ambiental | Economia/Pernambuco | 25.08.2013 |
| Instituto JCPM cria oportunidades para milhares de jovens há sete anos | Economia/Nacional | 18.08.2013 |
| Bombeiros afirmam que pescador em alto mar não viu queda de avião no Litoral Norte | Cidades/Geral | 24.07.2013 |
| Protesto até no louvor a São Pedro | Cidades / Ciência/Meio Amb | 29.06.2013 |
| Discussão em fila da Caixa Econômica termina em morte em Goiana | Cidades / Geral | 07.06.2013 |
| Peixe da espécie mero morre na praia de Suape | Cidades / Ciência/Meio Amb | 15.04.2013 |
| Inscrições para cursos do Pronatec no IFPE só presenciais | Cidades/Economia | 26.03.2013 |
| Baleia é encontrada morta por pescadores em Itamaracá | Cidades / Ciência/Meio Amb | 23.03.2013 |
| Tartaruga degolada por pescador | Cidades / Ciência e Meio A. | 07.02.2013 |
| Nova carteira de pescador profissional começa a ser entregue | Economia/Nacional | 08.01.2013 |
| Tubarão cabeça-chata pescado no Pontal de Maracaípe | Cidades/Geral | 25.11.2012 |
| Manifestação em defesa da pesca artesanal | Cidades | 22.11.2012 |
| Pescadores capturam tubarão de 2,2 metros em Pau Amarelo | Cidades | 13.11.2012 |
| Tubarão de mais de 200kg é capturado por pescador no Recife | Cidades | 10.11.2012 |
| Novos rumos para o Rio Beberibe | Cidades/Geral | 25.10.2012 |
| Sobreviventes de naufrágio aliviados no retorno para casa | Mundo/Brasil | 10.10.2012 |
| Pernambucano está entre os desaparecidos em naufrágio na Paraíba | Mundo/Brasil | 08.10.2012 |
| Duas vítimas de naufrágio na Paraíba ainda não são localizadas | Mundo/Brasil | 07.10.2012 |
| Seis náufragos são regatados após passarem três dias à deriva no litoral paraibano | Mundo/Brasil | 06.10.2012 |
| Estado entra na era da pescaria ecológica | Cidades/Ciência/Meio Amb | 29.09.2012 |
| Entrapulso, uma minicidade entre os espigões de Boa Viagem | Cidades/Geral | 22.09.2012 |
| Trabalhadores rurais protestam por reforma agrária | Mundo/Brasil | 22.08.2012 |

| | | |
|---------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------|------------|
| Pescador de baleia que fisgar votos | Política | 18.08.2012 |
| Suape obrigado a prestar ajuda a pescadores do Cabo do Santo Agostinho | Economia | 30.06.2012 |
| Programa Suape Sustentável comemora um ano | Economia | 24.06.2012 |
| Plano para evitar efeitos colaterais de Suape não sai do papel | Economia | 23.06.2012 |
| Programa Chapéu de Palha irá beneficiar pescadores | Economia/Pernambuco | 07.06.2012 |
| Projetos de moradia são fundamentais | Economia | 05.05.2012 |
| Começa dragagem do Rio Beberibe | Cidades | 02.05.2012 |
| Polícia Federal apreende 100 kg de lagosta | Cidades/Ciência/Meio Amb | 16.04.2012 |
| Poluição coloca ecossistema em risco no Litoral Norte | Cidades/Voz do Leitor | 20.03.2012 |
| Atingidos por barragens no Nordeste se mobilizam no Centro do Recife | Economia/Nacional | 14.03.2012 |
| Tubarão de 1,80m é pescador no Janga | Cidades/Geral | 06.03.2012 |
| Protesto contra Suape promete fechar a PE-60 nesta manhã | Economia | 02.02.2012 |
| Pescadores vão à ONU contra Suape | Economia/Pernambuco | 05.01.2012 |
| Os vizinhos dos estaleiros | Economia/Pernambuco | 13.11.2011 |
| Novas habitações de moradores da Ilha de Deus acumulam problemas | Cidades/Geral | 05.11.2011 |
| Buscas no mar terminam sem pistas dos restos mortais de corretora | Cidades/Polícia | 04.10.2011 |
| Falta de equipamento adia buscas de ossada | Cidades/Polícia | 01.10.2011 |
| Desconhecidos invadem residência e matam pescador a tiros, em Itapissuma | Cidades/Polícia | 08.09.2011 |
| Projeto Amigos do Mangue retira lixo do mangue e promove educação ambiental | Cidades /Ciência/Meio Amb. | 10.08.2011 |
| Presidente de Associação de Pescadores de Paulista é preso por tentativa de homicídio | Cidades/Polícia | 29.06.2011 |
| Pescadores homenageiam São Pedro com procissão marítima | Cidades | 28.06.2011 |
| Entidades fazem carta de repúdio à proibição da Festa da Lavadeira no Paiva | Cidades | 27.04.2011 |

Fonte: Elaboração própria.

APÊNDICE G - CLIPPING DE NOTÍCIAS DO JORNAL DO COMMERCIO

2018



HOME/ECONOMIA/PERNAMBUCO

»EMPREENDEDORISMO

Turismo criativo muda vida de comunidades e empreendedores

Alternativa ao turismo convencional ganha força no Recife. Cidade já conta com um plano de desenvolvimento para o segmento

Publicado em 23/12/2018, às 08h13



Ilha de Deus, na Zona Sul do Recife, é exemplo de comunidade impactada positivamente pelo turismo

Leo Motta/JC Imagem

Edilson Vieira

Repórter de Economia

Uma ex-pescadora que oferece oficinas de cozinha para turistas na comunidade da Ilha de Deus, que fica Imbiribeira, Zona Sul do Recife. Um turismólogo que leva visitantes para conhecer a cidade de bicicleta. E um produtor cultural capaz de organizar um carnaval de rua, em qualquer época do ano, para o turista ver e participar na Bomba do Hemetério, Zona Norte da Capital. Estes são exemplos do chamado “turismo criativo”, uma alternativa ao turismo convencional que começa a ganhar força e já tem exemplos de negócios bem estruturados no Recife.

Para Larissa Almeida, uma das fundadoras da Recria (Rede Nacional do Turismo Criativo), Pernambuco tem um potencial grande para o segmento porque é um tipo de atividade econômica que não demanda grandes estruturas, e está mais ligado ao capital humano. “Você precisa de pessoas criativas que façam algo e de outras pessoas que queiram aprender. É um turismo que conecta pessoas”, resume Larissa Almeida.

A Recria é uma iniciativa local, mas que tem o propósito de fomentar os negócios do turismo de base comunitária em todo o País. Segundo Larissa Almeida, o turismo com este tipo de abordagem vem crescendo no mundo. “Ibiza, na Espanha, sempre explorou o turismo de massa e há algum tempo vem empregando o turismo criativo para renovar essa cadeia. Outro exemplo é o caso de Loulé, no Algarve, em Portugal, que encontrou uma forma de manter a

tradição que existe lá das panelas feitas em flandres. Ou ainda pequenas cidades na Finlândia que vendem como produto turístico oficinas de bonecos de neve. E tem gente para consumir isso. É uma demanda mundial”, afirma Larissa Almeida. Ela diz que por aqui, visitar roteiros assim ainda é algo feito, geralmente, por pessoas com interesses específicos como acadêmicos atraídos por comunidades ou sustentabilidade, não faz parte de um roteiro regular de atrações.

Turismo

A Catamaran Tours, empresa que realiza há 30 anos passeios de barco pelos rios que cortam a capital pernambucana, estruturou há cerca de dois anos um tour pela Ilha de Deus, comunidade de pescadores localizada bem ao lado do Parque dos Manguezais, área pouco conhecida do Recife, no estuário da Bacia do Pina e cortada por três rios: Pina, Jordão e Tejipió. Claudia Heráclio, gerente de marketing da Catamaran Tours explica que o passeio para a Ilha de Deus é feito sob demanda. “As pessoas nos ligam e vamos montando grupos. Geralmente são estudantes ou visitantes com interesse na abordagem social mas que se encantam com o lugar quando conhecem”, diz Claudia. O passeio leva cerca de duas horas e custa R\$ 58 por pessoa.

Para Josenilda Silva, a Nalvinha da Ilha, presidente da ONG, Centro Educacional Popular Saber Viver, entidade que faz a governança dos produtos turísticos, ainda existe um certo desconhecimento do público em relação a comunidade. Para ela, o local ainda é associado por alguns a pobreza extrema de antigamente. “Lutamos muito para mudar a nossa realidade e conseguimos. Desde 2012 os turistas nos visitam. Temos um hostel onde recebemos jovens de todo o mundo interessados em intercâmbio social. A grande maioria dos dois mil moradores da ilha vive da pesca mas o turismo está trazendo uma renda melhor. Uma marisqueira que atende os turistas ou vende artesanato pode ganhar R\$ 100 em poucos minutos. Com a pesca é preciso um dia inteiro de trabalho pra apurar esse valor”, diz Nalvinha.

Somente este ano, a Ilha de Deus recebeu cerca de oito mil turistas, segundo Edy Rocha, operador de turismo local. Ele também administra o site www.ilhadedeus.com.br que conta a história da comunidade e comercializa as experiências oferecidas pelos moradores. O Recife é a primeira cidade do Nordeste, e a terceira do País, ao lado de Porto Alegre e Brasília, a contar com um Plano de Turismo Criativo. O documento foi lançado na semana passada, durante o Seminário Internacional de Turismo Criativo, realizado pela Prefeitura do Recife. No evento, a secretária municipal de Turismo, Esporte e Lazer, Ana Paula Vilaça, explicou que as diretrizes do plano serão aplicadas a partir do próximo ano, e tem, entre outros objetivos, aproximar comunidades tradicionais dos visitantes “Recife tem lugares especiais que não fazem parte do roteiro habitual dos turistas”, afirma a secretária.

Atualmente, Recife tem apenas três produtos estruturados sobre a linha do turismo criativo: o polo cultural da Bomba do Hemetério; as experiências gastronômicas, educativas e ambientais da Ilha de Deus; e os roteiros de bike oferecidos pela La Ursa Tours. Segundo a gerente geral de inovação turística da secretaria de turismo do Recife, Karina Zapata, com o plano municipal será possível orientar tanto as comunidades como os empreendedores, a oferecer um turismo diferenciado. O documento aborda pontos como qualificação, infraestrutura, formatação de produtos e serviços criativos, comunicação, governança e desenvolvimento territorial. Para Karina Zapata, o resultado é a melhoria de vida nas comunidades. Tanto na auto-estima como na renda familiar. “Recife tem um jeito diferente de fazer as coisas. Nós contamos com gente que pense o empreendimento conectado com a cidade. Queremos gente para sonhar, mobilizar vontades, juntar expertises e construir ideias e propostas para deixar o Recife mais encantador”, falou entusiasmada. O Plano de Turismo Criativo do Recife está disponível para download em www.visit.recife.br.

PALAVRAS-CHAVE

Turismo comunitário turismo criativo

HOME/ECONOMIA/NACIONAL

»ACESSIBILIDADE

Seguro-desemprego poderá ser solicitado pela internet

O chamado seguro-desemprego 100% web permite que o benefício seja concedido sem comparecimento a um posto de atendimento

Publicado em 19/12/2018, às 16h38



O sistema irá checar se as informações necessárias constam nas bases de dados do governo

Foto: Marcello Casal Jr./ Agência Brasil

ABr

Os trabalhadores brasileiros poderão solicitar o seguro-desemprego pela internet a partir desta quarta-feira (19), às 18h, pelo portal Emprega Brasil.

O chamado seguro-desemprego 100% web permitirá que o benefício seja concedido sem a necessidade de comparecimento a um posto de atendimento. O serviço foi lançado nesta tarde, pelo Ministério do Trabalho.

Pelo portal, o trabalhador poderá consultar também oportunidades de trabalho e cursos de qualificação profissional que estejam sendo ofertados próximos ao local onde reside.

O trabalhador que quiser o benefício deve acessar o portal Emprega Brasil e seguir o passo a passo informado. Deve informar os dados pessoais e responder um breve questionário sobre a vida laboral e previdenciária.

O sistema irá checar se as informações necessárias constam nas bases de dados do governo. Caso não haja necessidade de complementação, o benefício será concedido em 30 dias, mesmo prazo necessário caso o trabalhador vá diretamente a uma agência. Caso contrário, será necessário o comparecimento a postos de atendimento.

O Ministério do Trabalho estima que um em cada quatro trabalhadores desempregados possa receber o seguro apenas com o acesso on-line.

“Queria estar tratando do seguro emprego e não do seguro-desemprego, mas, infelizmente, devido à questão da rotatividade, do desemprego, a questão econômica, aparece essa ferramenta que tem como finalidade garantir uma subsistência ao trabalhador no período em que está completamente desativado da sua função”, disse o ministro do Trabalho, Caio Vieira de Mello, no discurso de lançamento da nova modalidade.

Requerimentos mensais

Segundo a pasta, há atualmente 600 mil requerimentos mensais do benefício. A estimativa é que com a possibilidade de pedido pela internet esse número cresça. De acordo com os últimos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o país tem 12,5 milhões de desempregados.

Podem receber o seguro-desemprego trabalhadores que foram dispensados de trabalhos formais, com carteira de trabalho assinada. Atualmente existem cinco modalidades para pagamento do seguro-desemprego. Pelo seguro-desemprego formal, os trabalhadores recebem entre R\$ 954 e 1.677,74. Há ainda as modalidades pescador artesanal, empregado doméstico, trabalhador resgatado e bolsa de qualificação profissional.

PALAVRAS CHAVE

aposentadoria

HOME/CIDADES/GERAL

»URBANISMO

Plano Diretor: movimentos sociais querem fortalecer as Zeis

Formada por 40 entidades, Articulação Recife de Luta entregou à prefeitura propostas para a revisão do Plano Diretor, com sugestões para as Zeis

Publicado em 14/11/2018 às 18:24



Formada por 40 entidades, Articulação Recife de Luta entregou à prefeitura propostas para a revisão do Plano Diretor, com sugestões para as Zeis

Foto: JC Imagem

Cleide Alves

A Articulação Recife de Luta, composta por 40 organizações, coletivos e movimentos sociais, sugere à prefeitura a inclusão de instrumentos para proteger a população pobre contra a especulação imobiliária, na proposta de revisão do Plano Diretor da cidade. Uma das sugestões é a definição de gabarito (número máximo de pisos numa edificação) para as Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis).

Pela proposta do grupo, as construções poderiam chegar a quatro pavimentos nas Zeis 1 e 2. Os integrantes da Articulação defendem a criação, no Plano Diretor, de Zonas Especiais de Ocupação Transitória (Zeot), também com gabarito 4. A Zeot corresponde a áreas de assentamentos habitacionais que não têm condições de serem urbanizadas e as famílias teriam de ser reassentadas.

Outra contribuição das entidades para a nova lei municipal é a criação das Zonas Especiais de Interesse Social de Amortecimento de Potencial Construtivo (Zeis APC), que seriam as áreas mais próximas das Zeis 1 e 2 e teriam gabarito 7. É uma forma de diminuir o impacto das construções sobre as Zeis, explica Socorro Leite, representante da Habitat para a Humanidade no grupo.

“Entregamos segunda-feira passada (12/11), à prefeitura, nossas propostas para a revisão do Plano Diretor”, declara Socorro Leite, em entrevista coletiva na sede da Habitat, na Boa Vista, Centro do Recife, nesta quarta-feira (14). Segundo ela, as contribuições dos movimentos sociais com impacto no zoneamento da cidade foram pouco aproveitadas no processo de revisão do Plano Diretor.

Algumas das propostas, diz ela, foram incorporadas como diretrizes. “Isso significa que podem ou não ser cumpridas e nós queremos que a população mais pobre tenha acesso à terra”, observa. A Articulação Recife de Luta propõe a transformação de todas as Comunidades de Interesse Social – assentamentos reconhecidos por mapeamentos e cadastros municipais – em Zeis 1 ou Zeot.

O grupo também pede a transformação de áreas bem localizadas com acesso a infraestruturas e serviços urbanos em Zeis 2. Além do reconhecimento de imóveis situados em áreas centrais, sem utilização ou subutilizados, como Imóveis Especiais de Interesse Social (IEIS) para promover habitação de interesse social.

“Mais de 200 comunidades pobres mapeadas não estão contempladas como Zeis no projeto do novo Plano Diretor. E terrenos vazios que podem evitar a remoção das famílias para áreas muito distantes de onde elas moram não foram incorporados às Zeis 2”, destaca Socorro Leite.

Ela também questiona a incorporação, na revisão do Plano Diretor, de dispositivos do Plano Diretor de São Paulo, sem contextualização. Um dos exemplos é a definição de Habitação do Mercado Popular para a faixa de 6 a 10 salários mínimos. “Na cidade do Recife, quem ganha 10 salários mínimos é enquadrado como classe média alta”, pondera.

Denúncia

A advogada Fernanda Costa, do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico (IBDU), informa que a Articulação Recife de Luta apresentou novas denúncias ao Ministério Público de Pernambuco, Ministério Público Federal, Tribunal de Contas do Estado, Tribunal de Contas da União e ao Banco Mundial de irregularidades que podem comprometer a qualidade do novo Plano Diretor do Recife.

“Há uma desvinculação entre o que está previsto no processo licitatório e aquilo que está sendo executado”, declara Fernanda Costa. A prefeitura, diz ela, não fez os estudos de capacidade de suporte das infraestruturas da cidade para as novas construções nem as simulações com os parâmetros urbanísticos propostos, como prevê o termo de referência.

Fernanda Costa afirma que a salvaguarda ambiental, social e cultural não estão sendo cumpridas. A questão ambiental é prejudicada pela ausência dos estudos, entre eles o impacto no saneamento; o aspecto social é deficitário porque pessoas da sociedade que participam da revisão do Plano Diretor não foram capacitadas para entender a discussão técnica; e na questão cultural, as populações tradicionais, como pescadores e integrantes das religiões de matriz africana, não conseguiram participar dos debates, enumera a advogada.

“Espero que o Banco Mundial, financiador do processo de revisão do Plano Diretor, tome as medidas cabíveis”, ressalta. A Câmara de Vereadores realizará audiência pública na próxima quarta-feira, às 9h, para discutir o assunto.

Prefeitura

O secretário de Planejamento Urbano do Recife, Antônio Alexandre, rebate as acusações e informa que a prefeitura vem realizando estudos, projetos e planos desde o início da gestão. Ele cita como exemplos o Plano de Saneamento, o mapeamento das infraestruturas da cidade, o Parque Capibaribe, o projeto Centro Cidadão, o projeto Recife 500 anos e o Plano de Mobilidade ainda em fase de conclusão.

“Dizer que não há estudos é forçar a barra, essa é uma postura para desconstruir um trabalho que está chegando em sua fase decisiva”, declara o secretário. As propostas que servirão de base para a elaboração do projeto de lei do novo Plano Diretor serão debatidas nos próximos dias 3 e 4 de dezembro, em conferência no Centro de Convenções de Pernambuco.

De acordo com Antônio Alexandre, a prefeitura recebeu 15 documentos de entidades e conjunto de entidades na fase de propostas da revisão do Plano Diretor. “Foram registradas 379 contribuições no site, 159 nas oficinas por segmentos e 104 nas audiências públicas regionais”, informa. “Houve participação, ela pode não ter sido a ideal”, acrescenta.

PALAVRAS-CHAVE

Plano diretor do Recife zeis Recife movimentos sociais Habitat para a Humanidade

HOME/ECONOMIA/NACIONAL

»PREVIDÊNCIA

Entenda por que a regra 85/95 para aposentadoria só vale até o fim de 2018

De acordo com o INSS, a partir de 2019 a soma necessária de idade e tempo de contribuição serão majoradas em um ponto a cada dois anos até atingir 90/100 em 2026

Publicado em 24/10/2018 às 14:36



De acordo com o INSS, a partir de 2019 a soma necessária de idade e tempo de contribuição serão majoradas em um ponto a cada dois anos até atingir 90/100 em 2026

Foto: Agência Brasil

Lucas Moraes

Garantindo, até então, 375 mil aposentadorias sem incidência do fator previdenciário, a primeira fase da regra de transição 85/95 para concessão da aposentadoria chegará ao fim no dia 31 de dezembro de 2018. A partir de 2019, os idosos aptos ao benefício terão que pontuar 86, quando mulher e 96, quando homem, no somatório do tempo de contribuição e idade para conseguir a aposentadoria em seu valor integral.

Embora a regra chegue ao fim este ano, as pessoas que se enquadram no perfil de possíveis beneficiários não precisam iniciar uma corrida aos postos do INSS para garantir o benefício.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), mesmo que o idoso só dê entrada na aposentadoria ano que vem, se, em 2018, ele estiver enquadrado na regra 85/95, receberá a aposentadoria segundo esses critérios. “O segurado, inclusive, não precisa sair correndo às agências do INSS, porque o direito não é verificado na data que ele requerer, mas na data em que ele completa o requisito. Se completá-los agora e só der entrada ano que vem, a aposentadoria será concedida pela regra 85/95”, explica a presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), Adriane Bramante.

Segundo cálculos do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), que estimou o número de aposentadorias concedidas na regra 85/95, a fórmula criada em 2015 (durante o governo Dilma), embora benéfica aos segurados, gerará até 2046 um gasto a mais de R\$ 77,9 bilhões à Previdência Social. Isso porque, antes da regra de pontuação, as aposentadorias tinham aplicação obrigatória do fator previdenciário, que leva em conta a idade, tempo de contribuição e a expectativa de sobrevida do beneficiário, reduzindo o valor de aposentadoria na maioria dos casos e favorecendo as contas do governo.

“Se imaginarmos um segurado com 53 anos de idade e 35 anos de contribuição, aposentando-se agora, ele cairia no fator previdenciário de 0,63. Isso reduz de 37% a 38% a média da aposentadoria dele. Se recebia R\$ 4 mil, com o fator a aposentadoria vai para R\$ 2.460, redução de R\$ 1.600”, afirma Adriane.

Majoração

De acordo com o INSS, a partir de 2019 a soma necessária de idade e tempo de contribuição serão majoradas em um ponto a cada dois anos até atingir 90/100 em 2026 para, respectivamente, mulheres e homens, caso não seja desfeita pela aprovação de alguma proposta de reforma da Previdência.

Pelas regras atuais, a aposentadoria pode ser concedida por invalidez, idade (60 ou 65 anos) com tempo mínimo de 15 anos de contribuição, por tempo de contribuição de 30 anos para mulheres e 35 anos para homens, com incidência do fator previdenciário ou em caráter especial para agricultor familiar, pescador artesanal e indígena, com redução da idade mínima em cinco anos. Conforme dados da Secretaria Nacional da Previdência Social, o Brasil tinha em 2017 cerca de 20 milhões de aposentados. Em Pernambuco, o total de beneficiários chegava a 788 mil. O déficit do INSS subiu de R\$ 149,73 bilhões, em 2016 (2,4% do PIB), para R\$ 182,45 bilhões no ano passado (2,8% do PIB), crescimento de 21,8%, ou seja, R\$ 32,71 bilhões em um ano.

HOME/CIDADES/POLÍCIA

»CENTRO DO RECIFE

Passeio em família terminou em tragédia no Parque das Esculturas

Flávio Mendes, 47 anos, foi vítima de latrocínio enquanto pedalava no Parque das Esculturas. Testemunhas dizem que ele não reagiu ao ser abordado

Publicado em 30/09/2018, às 23h52



O crime aconteceu na manhã deste domingo (30)

Foto: Alexandre Gondim/JC Imagem

JC Online

Era para ser apenas mais um passeio matinal de bicicleta em família, mas terminou virando uma tragédia. O advogado Flávio Mendes Amorim, 47 anos, pedalava na companhia da esposa e da sobrinha nas imediações do Parque das Esculturas, Centro do Recife, na manhã deste domingo (30), quando foram abordados por dois homens. Os assaltantes levaram duas bicicletas – avaliadas em R\$ 3 mil cada uma pela família – e atiraram no peito de Flávio, que chegou a ser levado ao Hospital da Restauração, no bairro do Derby, área central, mas veio a falecer. Segundo a polícia, a vítima não apresentou reação, mas, mesmo assim, foi baleada e morreu.

Cerca de três horas após o crime, policiais conseguiram prender Matheus Ribeiro Vieira Barros, de 18 anos, que confessou ter disparado, e Artur Filipe Lima de Lira, de 20 anos. Eles vão responder por latrocínio (assalto seguido de morte), e podem ser condenados a até 30 anos de reclusão.

Na delegacia, os investigadores ouviram testemunhas e familiares que reconheceram os autores do crime. A esposa da vítima, muito abalada, não deu entrevista à imprensa. Segundo a polícia, o sentimento é de incredulidade com o acontecido pois Flávio era uma pessoa muito calma. Além da formação em advocacia, tinha uma operadora de turismo. “As pessoas que testemunharam o fato, inclusive parentes dele, e duas testemunhas que estavam no local, afirmam que não houve nenhum tipo de reação da vítima. Muito pelo contrário, Flávio ainda pediu para que Matheus não atirasse. Não sei por qual motivo ele (o assaltante) fez isso, ou se foi só maldade mesmo. Matheus alega que houve reação. Parentes da vítima relatam que ele era uma pessoa muito tranquila e, em hipótese alguma, reagiria a um assalto desses”, comenta o gestor do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), Guilherme Caraciolo.

Ainda de acordo com o delegado, as vítimas foram abordadas com agressividade. “A esposa dele estava sem celular e entregou um relógio ao Artur. Ele jogou o objeto no chão e disse que não queria aquilo. Já Matheus abordou Flávio agressivamente e mandou a vítima passar a bicicleta logo. Flávio pediu calma, garantiu que iria entregar tudo. Além do veículo, Matheus queria o celular. Nesse momento, ele atirou”, relata o policial. O celular da vítima nem chegou a ser levado. A polícia investiga, ainda, se o crime ocorreu porque a dupla tinha um receptor que vendia produtos roubados no mercado, o que configura associação criminosa.

Matheus e Artur são moradores do bairro de Brasília Teimosa, Zona Sul do Recife, e têm passagem pela polícia. Eles foram apreendidos quando eram menores de idade por roubo e tráfico de drogas. Segundo os investigadores, os dois são suspeitos de participar de um grupo

criminoso que atua na região, e que seria responsável pelo comércio ilegal de entorpecentes e homicídios cometidos no mês de setembro.

Após a prisão, eles foram levados para o DHPP, no bairro do Cordeiro, Zona Oeste do Recife, e serão enviados para audiência de custódia nesta segunda-feira (1º).

O crime teve grande repercussão. A polícia mobilizou um grande aparato para realizar a prisão. Por causa do histórico de violência, os dois homens já eram conhecidos pelos policiais que atuam em Brasília Teimosa. Os agentes foram até um beco com cinco casas onde moravam familiares da dupla. Matheus e Artur tentaram fugir e se esconderam debaixo de uma cama e dentro de um armário, respectivamente, mas foram encontrados. As bicicletas estavam guardadas em residências do beco. A polícia encontrou, ainda, R\$ 520, papétes de maconha e celulares que teriam sido roubados. A arma do crime, no entanto, não foi localizada.

Policiamento

No Parque das Esculturas, o clima é de medo. Mesmo com a presença de viaturas da polícia na área, fazendo diligências, visitantes e pescadores da região relataram ao JC estarem assustados.

“Eu cheguei aqui depois do meio dia para encontrar amigos. Ouvi relatos de pessoas que presenciaram o crime, disseram que as mulheres ficaram em choque após o assassinato. Quando venho aqui, vejo policiais circulando, mas depois desse caso agora estou com medo de voltar aqui”, comenta o auxiliar administrativo Henrique Luiz, 43 anos.

O pescador Genival da Silva, que trabalha no Parque, também lamentou o episódio. “Às vezes, vejo policiamento de dia no Parque das Esculturas. Nunca vi um crime desses aqui. Eu trabalho de bicicleta e, se fosse assaltado, ia ter que entregar. Não posso deixar de vir porque tenho que pescar”, relata.

Durante coletiva de imprensa, comandante do 19º Batalhão da Polícia Militar, tenente-coronel Paulo Matos, garantiu que a área é monitorada com frequência. “Boa Viagem é dividida em 11 quadrantes, Brasília Teimosa é um dos quadrantes. Temos Patrulha do Bairro, policiamento com motocicletas, reforço da Rocam (Ronda Ostensiva com Apoio de Motocicletas) e temos também o Gati (Grupo de Ações Táticas Itinerante) que atua na área. Temos um trabalho através do WhatsApp em que a comunidade se integra com a polícia”, comenta.

Nota de pesar

Em nota, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PE) lamentou o ocorrido e afirmou se solidarizar com a família, esperando que os fatos sejam apurados e que a lei seja cumprida, com a devida punição aos autores do crime.

"A Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Pernambuco lamenta o assassinato do advogado Flávio Mendes de Amorim, neste domingo (30/09), no Parque das Esculturas, no Recife (PE). Ao tempo em que se solidariza com a família, a OAB-PE espera a apuração dos fatos e o cumprimento da lei, com a devida punição da autoria do crime."

HOME/POLÍTICA/ELEIÇÕES 2018

»PROMESSA

Haddad promete estudar recriação do ministério da Pesca

Afirmção foi em encontro de campanha com sindicatos de pescadores em Itajaí, em Santa Catarina

Publicado em 18/09/2018, às 16h20



Ao falar com jornalistas, Haddad disse que a criação de um ministério não pode ser vista como criação de despesa

Foto: Wilson Dias/Agência Brasil

Estadão Conteúdo
Daniel Weterman

Em encontro com sindicatos de pescadores em Itajaí (SC), nesta terça-feira, 18, o candidato à Presidência Fernando Haddad (PT) prometeu estudar a recriação do Ministério da Pesca, pasta concebida no primeiro ano de governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e extinta no segundo mandato de Dilma Rousseff.

Ao falar com jornalistas, Haddad disse que a criação de um ministério não pode ser vista como criação de despesa. "Temos que escapar um pouco desse tipo de armadilha que o senso comum nos coloca. Temos que ter muita maturidade, sabemos que o governo precisa dar uma atenção especial ao setor", disse o candidato. "Às vezes, uma pequena modificação, um foco em um setor que tem potencial, paga mil vezes o custo de uma equipe."

Protestos

Em ruas da cidade, houve protestos de simpatizantes do presidenciável Jair Bolsonaro (PSL) que discutiram com apoiadores do petista, conforme vídeos divulgados nas redes sociais. Ao comentar o episódio, Haddad afirmou que a campanha se preocupou em respeitar o direito de manifestação e a integridade das pessoas.

O local da coletiva de imprensa foi alterado por conta da manifestação. "Não vejo tumulto, tumulto é quando há violência. Então estamos evitando, fizemos nosso ato com segurança para não criar o menor risco de que as pessoas se machuquem", comentou o petista.

CIDADES/GERAL

»PRAIAS

Litoral Norte cheio de problemas para o verão

Chegada extraoficial do verão expõe antigas falhas ao longo dos 187 km de faixa de praias do Estado

Publicado em 07/09/2018, às 07h18



O esgoto sendo jogado diretamente no mar em Ponta de Pedras é um dos problemas encontrados no litoral norte de Pernambuco.

Sérgio Bernardo / JC Imagem

Leonardo Vasconcelos

Céu azul, mar claro, areia branca e muito calor. É a paisagem idealizada por quem vai curtir nas praias pernambucanas o verão que começa extraoficialmente nesta sexta (7) (para todo o país apenas no dia 21 de dezembro). No entanto, quem for aproveitar a chegada da estação nos 187 quilômetros de litoral pernambucano vai encontrar um cenário bem diferente dos cartões postais. Estradas esburacadas, acessos pagos, lixo na areia e esgoto sendo jogado no mar fazem parte da triste realidade que será encontrada pelos turistas. A equipe do **JC** percorreu em quatro dias as principais praias do Litoral do Estado para mostrar o que está à espera de quem vai pegar a estrada para curtir a estação do sol. Nesta quinta (6), a situação do sempre pouco lembrado Litoral Norte. Amanhã é a vez do badalado, mas também problemático, Litoral Sul.

Desencantos de Itamaracá

Itamaracá, no Grande Recife, entra no período do sol tendo resolvido dois grandes problemas – de acesso e de turismo – este ano. As obras de recuperação da Ponte Getúlio Vargas, única ligação da ilha com o continente pela PE-35, foram concluídas no fim de maio. A via, antes marcada pela péssima estrutura e grandes congestionamentos, agora está com a circulação de veículos e pedestres totalmente liberada. O principal cartão-postal da ilha, o Forte Orange, foi reaberto por completo em julho, depois de um grande atraso nas obras de reestruturação iniciadas em 2014 e que estavam previstas para acabar no ano seguinte.

Mas não se engane, nem tudo está ok na famosa “ilha encantada” declamada por Reginaldo Rossi. Basta ir para o outro lado da fortificação para se desencantar. Lá a equipe de reportagem do JC encontrou lixo e mato acumulado junto à muralha. Quem visita as outras partes da ilha nem precisa procurar por problemas: eles se escancaram bem na frente do veranista, como no bairro de Jaguaribe, por exemplo, onde se encontra muito lixo acumulado bem na entrada da praia e esgoto escorrendo em vários pontos na areia da praia, bem ao lado da área dos (corajosos) banhistas e comerciantes que enfrentam um terrível mau cheiro.

Segundo o Departamento de Estradas de Rodagem (DER), consta na programação da entidade a execução da operação tapa-buracos nos quatro quilômetros da rodovia no trecho em Itamaracá, que vai do Forte Orange ao entroncamento com a PE-035.

GALERIA DE IMAGENS



Casas à venda são retrato do descaso

Quem chega a Ponta de Pedras, no município de Goiana, no Grande Recife, até se encanta. De longe, pela PE-49 que se apresenta em condições medianas, a praia exhibe um visual bonito com sol a pino e águas claras. Mas basta se aproximar para ter um choque de realidade. O orla se encontra em total abandono, com várias casas de frente para o mar – antes disputadas pelo veranistas – entregues ao tempo com placas de “vende-se”. É só caminhar pela praia para descobrir a debandada de moradores e por consequência dos turistas. Em vários trechos se tem a impressão de estar andando em um lixão a céu aberto. Até com pneus se topa na areia.

Mas o que chama a atenção e revolta quem mora e trabalha na região é o esgoto sendo jogado diretamente no mar. Uma cena lamentável que se repete em mais de um ponto da praia. A colônia de pescadores do local, por ironia, instalada bem em cima de uma das canaletas de dejetos, reclama da falta de condições de trabalhar. A mancha escura dos resíduos na areia branca é um triste contraste de um destino turístico que antes atraía pessoas e agora só afugenta.

“Tenho 34 anos, nasci e me criei em Ponta de Pedras e esse esgoto sendo jogado no mar é uma coisa sempre houve. É uma nojeira só, fezes pela areia e na água, um mau cheiro horrível. A gente sofre pra pegar peixe e quando consegue e vai vender, o cliente não quer comprar quando sabe que é daqui. A praia está abandonada”, afirmou o pescador Jânio Rodrigues.

Trecho urbano também sofre

Para quem não quer se distanciar da capital, as praias de Maria Farinha, Pau Amarelo e Janga, todas em Paulista, no Grande Recife, costumam aparecer entre as mais visitadas, apesar dos problemas. O primeiro é o acesso. A obra de alargamento da Ponte do Janga, que teve início há mais de três anos, se encontra sem previsão de conclusão. O resultado é visto por quem passa na PE-01 e enfrenta enormes engarrafamentos.

Seguindo pela rodovia, a primeira parada depois do Janga, é na praia de Pau Amarelo. No trecho do Forte e em vários outros o problema é o avanço do mar que destruiu os paredões de contenção construídos pela prefeitura e afugentou comerciantes e turistas da área.

Continuando pela PE-01 se chega até Maria Farinha, também em Paulista. O maior problema do local é mesmo o grande acúmulo de lixo. Em uma área, pouco antes do Veneza Water Park, os detritos se amontoam desde o acesso do estacionamento até a areia da praia. Quem vai curtir uma folga no local é só reclamação.

A Prefeitura do Paulista diz que a coleta de lixo no trecho citado acontece de segunda a sábado no período da manhã. Quanto ao avanço do mar em Pau Amarelo, a gestão afirma ter investido R\$ 28 milhões em um dissipador de energia chamado bagwall com a proposta de estancar os estragos provocados pela força das ondas. A estrutura protege trechos críticos nas praias da cidade que somados chegam a quase 4 km. Com relação à Ponte do Janga, o governo do Estado afirma que, em julho, repassou R\$ 1,1 milhão para os serviços. Ainda faltam R\$ 4,4 milhões, que serão pagos, segundo a gestão estadual, em parcelas.

PALAVRAS-CHAVE

praias litoral norte problema verão

HOME/CIDADES

» GINCANA AMBIENTAL

Projeto promove gincana para retirar 20 toneladas de lixo do Rio Capibaribe

O projeto Há Gosto pelo Capibaribe se reúne nas águas do rio mais famoso da cidade para uma gincana ambiental entre pescadores

Publicado em 31/08/2018, às 10h12



A gincana deve contar com a presença de 100 participantes

Foto: Felipe Ribeiro/JC Imagem

JC Online

Nesta sexta (31), o projeto Há Gosto pelo Capibaribe se reúne nas águas do Rio Capibaribe para uma gincana ambiental entre pescadores, com o objetivo de retirar cerca de 20 toneladas de lixo do rio mais famoso da capital pernambucana em apenas um dia. A competição é promovida pela ONG Recapibaribe e Rotaract Club Encanta Moça/Rotary e deve contar com a presença de 100 participantes.

Uma balança emprestada pela Empresa de Manutenção e Limpeza Urbana do Recife (Emlurb) será colocada em uma rampa próxima ao Sport Club do Recife, na Zona Oeste do Recife, para fazer as medições individuais de lixo recolhido e declarar o vencedor da competição. A meta mínima de cada pescador é de 200 quilos. Caminhões da Emlurb também farão a retirada do material ao fim do dia.

Projeto

Segundo Camila Veloso, que faz parte da ONG Rotaract Club Encanta Moça/Rotary, a ação tem como objetivo principal estimular a conscientização da população de Recife sobre a quantidade de lixo que vem sendo jogado no Rio. O evento vem sendo organizando há mais de 10 anos.

Ainda segundo ela, Dona Socorro, que é a idealizadora do projeto e presidente da ONG Recapibaribe, convidou a ONG para ajudar na competição. "Por que a gente chama Recife de Veneza brasileira, em quando vamos retirar em um dia, cerca de 20 toneladas de lixo do rio. O Rotaract só conseguiu o financiamento com a ajuda de patrocinadores, realizando vaquinhas e também com venda de camisetas."

O Rio Capibaribe

Com 240 km de extensão e cortando 42 municípios do estado de Pernambuco, o curso de água sofre com os índices de poluição que atinge toda sua extensão, de acordo com análise feita pela Agência Pernambucana de Águas e Clima (Apac) em 2016.

O lançamento de esgotos domésticos e efluentes industriais acima da capacidade de autodepuração do rio contribui para a alta concentração de nitrogênio amoniacal, fósforo e coliformes fecais.

PALAVRAS-CHAVE

Há Gosto pelo Capibaribe meio ambiente gincana lixo Rio Capibaribe

CIDADES/POLÍCIA

» VIOLÊNCIA

Corpo é encontrado carbonizado em Barreiros

O corpo foi encontrado embaixo da antiga Ponte do Matadouro

Publicado em 27/08/2018, às 17h26



Um pescador teria identificado a vítima e acionado a polícia

Foto: Reprodução/ Google Street View

JC Online

Um corpo foi encontrado carbonizado na manhã desta segunda-feira (27) em Barreiros, na Zona da Mata Sul de Pernambuco. Segundo a Polícia Civil, o cadáver foi encontrado embaixo da antiga Ponte do Matadouro, localizada no bairro de Itaperibu.

Um pescador teria identificado a vítima e, logo em seguida, acionado a polícia. O corpo não foi identificado pelos policiais e vai ser encaminhado para o Instituto de Medicina Legal (IML).

Dois dias

Ainda de acordo com a Polícia Civil, o corpo aparentava estar no local há dois dias. Ainda não se sabe a motivação ou a autoria do crime.

MUNDO/BRASIL

» BAHIA

'Pesadelo', diz homem sobre morte em série de filhas e esposa na Bahia

Polícia Civil da Bahia está investigando o caso. Família conta que o casal havia sido ameaçado: 'Vocês vão perder o que vocês mais amam'

Publicado em 16/08/2018, às 16h02



Viúvo, pai das crianças não se alimenta desde o ocorrido

Foto: Reprodução

Da redação do Correio
Para Rede Nordeste

A polícia tem duas linhas de investigação para o mistério que cerca as mortes, em série, de uma mãe, duas filhas e o cachorro da família, no povoado de Nagé, em Maragogipe, no Recôncavo baiano. Familiares das vítimas, no entanto, não conseguem chegar a uma conclusão do que ocasionou as mortes da marisqueira Adryane Ribeiro Santos, 23 anos, suas filhas, Ruteh Santos da Conceição, 2, Gleysse Kelly Santos da Conceição, 5, e Jack, o cachorro das meninas.

Em entrevista à TV Bahia, o delegado responsável pelas investigações, Marcos Veloso, afirmou que está investigando duas possibilidades, sem especificar, entretanto, quais são elas.

Reação da família

Tia das crianças e cunhada de Adriane, a funcionária pública Ana Paula Brandão, de 35 anos, disse que a família não tinha inimigos. Segundo Ana, o irmão, o pescador Jeferson Eduardo Brandão, 29, não come desde a morte da filha mais nova, há 17 dias.

"Quando a primeira menina morreu, eles já ficaram muito desesperados. Foi um baque para os dois. Eles [o casal] eram muito unidos, se amavam e amavam as filhas", contou ao Correio.

As mortes ocorreram, pontualmente, nas últimas segundas-feiras - entre 30 de julho e 13 de agosto. Primeiro Gleysse, depois Ruteh e, por último, Adriane. Ambas apresentaram sintomas de mal estar e, ao serem levadas à Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da cidade, não resistiram e morreram.

Ana Paula disse à reportagem que quando Ruteh morreu Adriane entrou em choque no hospital. "Ela repetia: 'meu deus, Paulinha, de novo? De novo, não! Pelo amor de Deus, o que é que está acontecendo? Isso é um pesadelo'", lembrou a cunhada.

Investigações

A irmã de Jeferson afirmou que o pai das crianças não estava em casa quando a filha mais nova, Ruteh, foi socorrida por Adriane. Na casa da mãe, ele ficou sabendo da morte da menina e, segundo ela, entrou em desespero.

"Ele não se conforma. Não entende. E o que mais nos machuca é o fato de que algumas pessoas estão culpando ele. As mesmas pessoas que, no início, chegaram a culpar Adriane", pontuou.

"Eu ouvi Jeferson e ele negou qualquer envolvimento. Ele afirmou que a família se converteu recentemente à religião evangélica e que se davam muito bem", disse.

O delegado comentou que não citaria os suspeitos do que pode ter sido um crime planejado. "Estamos investigando. É possível, sim, que o cachorro também tenha sido vítima de um alimento contaminado. Nós recolhemos resto de chocolate e um líquido suspeito serão periciados", completou.

Ana Paula Brandão confirmou à reportagem que ela, o irmão e outras cinco pessoas também prestaram depoimento nesta quinta-feira (15). "Meu irmão está bastante abalado e não se alimenta, só bebe líquido".

O casal, segundo familiares, morava junto há cerca de seis anos, mas casou oficialmente em março deste ano. Ana afirmou, ainda, que eles não tinha problemas no povoado de Nagé.

"Eles estavam prontos para se mudar para a rua da nossa mãe, estavam construindo uma casinha lá. Moravam no terreno da mãe de Adriane desde que se juntaram. Eu não acredito que alguém tenha entrado lá para fazer isso porque a casa deles não era frequentada por estranhos".

Magia negra

Para a tia e cunhada das vítimas, o crime pode ter relação com magia negra. "A gente não sabe o que se passa na cabeça das pessoas. É a única coisa que eu consigo pensar. Adriane ou meu irmão jamais seriam capazes de envenenar as filhas. Eles eram um casal equilibrado", disse ela, afirmando que Jeferson está na casa da mãe desde a morte da esposa.

A jovem marisqueira era aposentada devido a uma hernia no estômago. De acordo com a cunhada, uma operação poderia causar a morte de Adriane. "Ela recebia esse dinheiro mas mesmo assim trabalhava. Queria o melhor para as meninas, assim como meu irmão".

O Correio não conseguiu contato com familiares de Adriane.

Embora diga que a família não tinha problemas com ninguém em Nagé, Ana contou ao Correio que soube de uma ameaça sofrida pela mãe e irmã de Adriane. "Eu não vi, mas a mãe dela me contou que essa mulher, que mora na mesma rua, falou: 'você vão perder o que vocês mais amam', e a polícia tem conhecimento desta informação".

PALAVRAS-CHAVE

Bahia investigação mãe filhas

HOME/CIDADES/GERAL

»RESGATE

Pescadores resgatam baleia encalhada no Litoral Norte de Pernambuco

Animal parou na Praia de Ponta de Pedras, em Goiana, depois de se deslocar do grupo de animais

Publicado em 12/08/2018, às 17h24



Baleia foi resgatada no Litoral Norte

Foto: Reprodução

JC Online

Com informações da TV Jornal

Pescadores ajudaram a resgatar uma baleia encalhada na Praia de Ponta de Pedras, em Goiana, na Região Metropolitana do Recife, na manhã deste domingo (8). O animal da espécie jubarte, com quatro metros e 700 quilos, surgiu no banco de areias em proximidades de uma barreira de corais, por volta das 8h, segundo banhistas e pescadores do local.

Segundo a Companhia Independente de Policiamento do Meio Ambiente (Cipoma), o animal possivelmente era um filhote da espécie e foi desprendida da mãe ou do grupo de baleias que passava pelo local. O animal só foi levado de volta para o mar, com muita dificuldade, a partir das 11h.

PALAVRAS-CHAVE

Litoral norte resgate baleia jubarte

HOME/CIDADES

»RIO CAPIBARIBE

Projeto da ONG Recapibaribe faz vaquinha para ação de limpeza do rio

O projeto Há Gosto pelo Capibaribe pretende tirar 20 toneladas de lixo das margens do rio no próximo dia 31. Doações estão sendo recebidas para ajudar nos custos da ação

Publicado em 11/08/2018, às 08h30



Na ação, dezenas de pescadores são convidados a se inscreverem em um mutirão de limpeza

Foto: Sérgio Bernardo/ JC Imagem

Editoria de Cidades

O Rio Capibaribe é a fonte de sustento de muitas famílias de pescadores que vivem às margens de seu curso. A situação dele, no Recife em especial, é bastante preocupante. Diariamente, é jogado neste rio todo tipo de lixo, desde plástico à móveis. A poluição tem matado o Capibaribe, os peixes e, as vezes, até a esperança de quem depende dele para viver.

O pescador Bartolomeu da Silva conhece de perto essa difícil realidade. Hoje, com 60 anos, o pescador lembra que começou a ir para o rio pegar os primeiros peixes com apenas cinco anos de idade. Do Capibaribe de antes, para ele, só restam as lembranças. “Há uns 20 anos atrás, até água desse rio eu bebia. Antes, eu olhava para a água e via meu reflexo, agora a gente olha e só vê a água preta da poluição”, diz o pescador, que hoje só pesca para complementar a renda de aposentado. “A minha sorte é que eu consegui me aposentar, agora é muito difícil se sustentar só com a pesca. A gente não está encontrando mais nem bagre, que é um peixe que come de tudo”, explica.

A ONG Recapibaribe, que já trabalha há mais de 20 anos com a preservação do rio, realiza dia 31 deste mês a 10ª edição do Há Gosto pelo Capibaribe. Na ação, dezenas de pescadores são convidados a se inscreverem em um mutirão de limpeza. Uma vaquinha online está sendo divulgada para que a população ajude com os custos da ação e com a premiação dos participantes. “Essa é uma iniciativa para chamar a atenção dos gestores e da sociedade para a preservação do rio. Precisamos ajudar o Capibaribe, ajudar os peixes, ajudar os pescadores que precisam dele para se sustentar”, comenta Socorro Cantanhede, diretora e fundadora da Recapibaribe.

No ano passado, os participantes conseguiram retirar sete toneladas de lixo. Em 2018, a meta é que 20 toneladas sejam retiradas das margens do Capibaribe. Até agora, 50 pescadores já se inscreveram e a organização espera que outros 50 ainda se juntem ao grupo. Cada barco deve ter a meta de retirar 100 kg e 200 kg de lixo. Caso esse total seja atingido, o pescador ganha uma cesta básica e um valor simbólico de dinheiro como agradecimento. Os melhores colocados ganharão quantias maiores de dinheiro, mas os valores dependem do total arrecadado na vaquinha.

Este ano, a iniciativa está contando com o apoio de jovens do Rataract Club Recife Encanta Moça, do Rotary Recife. Eles estão ajudando com a arrecadação de fundos para o Há Gosto e na organização do evento. “Nós conhecemos Dona Socorro ano passado e já firmamos uma parceria para ações futuras. Em julho ela nos procurou e começamos a pensar em como fazer para ajudar. Definimos os custos e as metas e criamos a vaquinha”, conta Camila Velloso, estudante de direito e diretora de projetos humanitários do Rotaract.

Segundo a estudante, o projeto é uma ação dos próprios pescadores. “São as metas deles, eles que se esforçam e limpam o rio. E nós ajudamos a viabilizar isso”, explica. Além da vaquinha, os jovens também estão arrecadando dinheiro com a venda de ecobags, bolsas sustentáveis, e com o patrocínio de empresas que apoiam a causa.

Doações

As doações podem ser feitas pelo site <https://www.vakinha.com.br/vaquinha/ha-gosto-pelo-capibaribe> até o próximo dia 15. O valor mínimo é R\$ 25. No dia 24, uma festa será realizada no Capibar, sede do Recapibaribe, para arrecadar mais fundos para o mutirão. Para a doação de valores maiores, os interessados podem entrar em contato com Ítalo Mafra, Presidente do Rotaract Club Recife Encanta Moça, pelo telefone (81) 9 9725.0033.

PALAVRAS-CHAVE

Capibaribe

HOME/CIDADES/POLÍCIA

» HOMICÍDIO

Pescador é morto a tiros em Paulista

Segundo a PM, o homem aparentava ter aproximadamente 50 anos e foi assassinado por disparos de arma de fogo na Rua Caetés

Publicado em 10/08/2018, às 23h40



Vizinhos disseram que o homem era morador antigo do local

Foto: Google Street View

Um pescador foi assassinado na frente de casa, na noite desta sexta-feira (10), no bairro de Tabajara, em Paulista, Grande Recife. De acordo com a Polícia Militar, o homem aparentava aproximadamente 50 anos e foi atingido por disparos de arma de fogo na Rua Caetés.

Moradores da área disseram que o pescador residia há muito tempo no bairro. Ele morava sozinho.

Motivação desconhecida

Segundo a Polícia Militar, ainda não há suspeitas sobre a autoria e motivação do crime. O caso será investigado.

HOME/CIDADES/JC TRÂNSITO

»PROTESTO

Em protesto, manifestantes bloqueiam via no Pina

Trânsito está complicado na Avenida Engenheiro Domingos Ferreira

Publicado em 07/08/2018, às 08h54



Trânsito está complicado na Avenida Engenheiro Domingos Ferreira

Foto: Cortesia

JC Online

Após protesto realizado na Rua Ernesto de Paula, em Boa Viagem, nessa segunda-feira (6), manifestantes voltam a bloquear o trânsito na Zona Sul na manhã desta terça-feira (7), dessa vez na Avenida Engenheiro Domingos Ferreira, no bairro do Pina, próximo ao Clinical Center. A via foi liberada, aproximadamente, às 09h50

Segundo informações, o protesto é mais um ato do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) reivindicando diálogo com a Prefeitura políticas públicas de moradia de famílias que habitam algumas comunidade da Zona Sul. Confira nota emitida pelo movimento:

"O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) realizou na manhã de hoje (07/08) mais um travamento na cidade do Recife. A ação faz parte da Jornada de Luta por Moradia, que teve início ontem na Comunidade do Pocotó. O travamento de hoje, na Avenida Domingos Ferreira, denúncia o descaso do poder público com as famílias que habitam nas palafitas do Pina e na Ocupação Sítio dos Pescadores, também localizada no Bode. É urgente a apresentação de uma saída habitacional para as 80 famílias que estão na Ocupação Sítio dos Pescadores. O Bode, bairro onde a Ocupação se encontra, é uma área ZEIS (Zona Especial de Interesse Social) e deveria servir a políticas públicas de moradia e regularização fundiária, mas vem sendo negligenciando diante do descaso da Prefeitura e do Estado com a Moradia."

Trânsito

A Autarquia de Trânsito e Transporte Urbano do Recife (CTTU) enviou uma equipe de agentes orientadores para diminuir impactos no trânsito.

CIDADES/POLÍCIA

»CORPO BOIANDO

Corpo de homem é encontrado por pescador no Rio Capibaribe, no Recife

O pescador estava dentro do rio quando avistou o corpo boiando e chamou o Corpo de Bombeiros

Publicado em 01/08/2018, às 21h54



O corpo será levado pelo instituto de Medicina Legal (IML) que realizará a perícia

Foto: Michael Carvalho / TV Jornal

Com informações da TV Jornal

O corpo de um homem foi encontrado por um pescador boiando no Rio Capibaribe, nas proximidades da Rua da Aurora, bairro de Santo Amaro, região Central do Recife, na noite desta quarta-feira (1º). De acordo com o IC, o corpo já estava em estado de decomposição.

Homem sem identificação

Por volta das 20h, um pescador que estava dentro do Rio Capibaribe percebeu um corpo boiando e acionou o Corpo de Bombeiros, que realizou a retirada do cadáver para as margens do rio. O Instituto de Criminalística (IC) esteve no local e não encontrou nenhum documento junto ao corpo, que já estava em estado de decomposição.

De acordo com um policial militar que esteve no local, o homem aparentava ter cerca de 40 anos, mas a real precisão da idade era difícil por conta do estado em que o corpo se encontrava.

O corpo será levado pelo instituto de Medicina Legal (IML) que realizará a perícia.

PALAVRAS-CHAVE

capibaribe corpo

HOME/ECONOMIA/PERNAMBUCO

»PESCA

Pescadores se engajam para recuperar produção de peixe e camarão

Ao longo dos anos, devido à pesca desordenada, os pescadores viram a quantidade de camarão e peixe diminuir e sentiram o impacto na renda

Publicado em 28/07/2018, às 11h50



As ações mobilizam pescadores do Litoral Sul

Enrico Marone/Rare

Bianca Bion

Editoria de Economia

Recuperar a produção pesqueira e ajudar famílias dos municípios de Tamandaré, São José da Coroa Grande, Sirinhaém e Rio Formoso englobados pelas Áreas de Proteção Ambiental (APA) Costa dos Corais e Guadalupe, que dependem da atividade para sobreviver, é um dos objetivos da campanha Por Orgulho, iniciativa da ONG Rare. Ao longo dos anos, devido à pesca desordenada, os pescadores viram a quantidade de camarão e peixe diminuir e sentiram o impacto na renda. A recuperação será possível por meio de técnicas de marketing social usadas para estimular o melhor manejo e conservação dos recursos naturais.

Neste sábado (28) e neste domingo (29), a campanha será lançada no Estado para dar início à fase de treinamento dos pescadores. Em cada comunidade, os moradores escolheram uma espécie símbolo para defender. Na área da APA Costa dos Corais, os moradores escolheram três espécies de camarão. De acordo com o presidente da colônia de pescadores V5 de Tamandaré e coordenador da campanha na APA dos Corais, Severino Ramos dos Santos, a

escassez de camarão provocou um impacto de, pelo menos, 50% na renda dos pescadores, na comparação com o ano passado. “O inverno é a melhor época para pescar camarão. Ano passado, por semana, uma pessoa recebia, em média, R\$ 400 a R\$ 500. Este ano, está recebendo, em média, R\$ 200 a R\$ 300. A produção caiu 80% no mesmo período”, explica.

Para mudar esta situação, Severino arregaçou as mangas e iniciou um mapeamento da produção na colônia que lidera, formada por 80 pescadores, e da lama onde os camarões vivem. “É um trabalho difícil, mas é necessário. No lançamento da campanha, vamos plantar uma semente para o futuro. Estou fazendo isso para que minhas filhas e meus netos vejam mais camarão por aqui”, diz.

Reprodução prejudicada

Segundo a gerente de programas da Rare, Natali Piccolo, a população de camarão na área está sobre pescada. Isso significa que a pesca é tão intensa que os camarões não conseguem se reproduzir. “Queremos adotar um acordo de pesca, estabelecer um rodízio. Os pescadores vão concentrar as atividades em uma área da lama, enquanto os camarões se reproduzem em outra parte até transbordar a população. Já temos uma pesquisa de um ano em que coletamos dados sobre a região e agora vamos treinar os pescadores para fazer o monitoramento da produção, pesar e identificar as espécies. Também queremos usar um aplicativo para rastrear a embarcação. Assim, vamos propor a melhor estratégia de recuperação”, afirma.

Já na APA de Guadalupe, o animal escolhido foi a tainha. Lá, o problema para a diminuição da população é que os peixes são pescados no complexo estuarino de Rio Formoso, Sirinhaém e Tamandaré, quando estão crescendo ou se reproduzindo. Eles estão avaliando a malha das redes usadas na arte de pesca chamada camboa, que prende peixes muito pequenos. Além disso, o grupo está juntando informações para criar uma reserva extrativista na região, uma área de proteção a nível federal, em que a tomada de decisões ocorre em um modelo de cogestão, com participação ativa da comunidade.

“Perdemos 30% a 40% da produção do pescado. Queremos a conservação e a instituição de uma reserva extrativista. Mais de 1,5 mil pescadores da região se beneficiam do projeto”, explica a coordenadora da campanha na APA Guadalupe, Cícera Estevão Batista.

PALAVRAS-CHAVE

Litoral sul pesca

HOME/CIDADES/GERAL

»MEIO AMBIENTE

Paulista cria reserva para proteção de manguezais e espécies ameaçadas

Três novas reservas ambientais protegem mais de 300 hectares em Paulista

Publicado em 27/07/2018, às 13h13



Unidades de conservação foram entregues nessa quinta-feira (27)

Foto: Divulgação / Prefeitura do Paulista

JC Online

A Prefeitura do Paulista criou nessa quinta-feira (26) mais três reservas ambientais na cidade. Com a iniciativa, a Secretaria Executiva de Meio Ambiente passa a proteger mais 300 hectares de área. As novas unidades de conservação são: Floresta Urbana do Rio Timbó, localizada próximo à PE-22, no bairro de Conceição; o Parque Natural Municipal do Acaraú, em Maria Farinha; e o Refúgio de Vida Silvestre Caetés, que é vizinho à Estação Ecológica de Caetés.

Além dessas três, Paulista já protege a Floresta Urbana do Ronca, a Floresta Urbana dos Maranguapes, o Parque Natural Municipal Mata do Frio e a Floresta Urbana Pau Sangue. Ao todo, 600 hectares de florestas estão sendo preservadas pelo município, o que equivale a 600 quarteirões.

Preservação

O objetivo da Floresta Urbana do Rio Timbó e do Parque Natural Municipal do Acaraú é proteger os manguezais, que abrigam diversas espécies, sendo importantes para a conservação da biodiversidade e da produção pesqueira, já que os mangues funcionam como verdadeiros berçários para a vida marinha.

Já o Refúgio de Vida Silvestre Caetés vem intensificar o esforço de proteção investido na Estação Ecológica de Caetés – Unidade de Conservação de extrema importância para significativos exemplares da flora e da fauna típicos do Nordeste, inclusive espécies raras e ameaçadas de extinção.

PALAVRAS-CHAVE

Reserva Paulista manguezal

HOME/CIDADES/MEIO AMBIENTE

»MEIO AMBIENTE

Coleta solidária para celebrar o Dia do Manguezal

Pescadores e crianças de Brasília Teimosa, na Zona Sul do Recife, participam de uma coleta solidária no mangue da Bacia do Pina

Publicado em 25/07/2018, às 08h30



Ano passado o projeto recolheu uma tonelada e meia de lixo

Foto: Leo Motta / JC Imagem

JC Online

Pescadores e crianças de Brasília Teimosa, na Zona Sul do Recife, participam de uma coleta solidária, às 8h30, desta quinta-feira (25), Dia Mundial de Proteção ao Manguezal, na Bacia do Pina, área onde deságuam os rios Pina, Tejipió, Jordão e Jiquiá. A ideia é conscientizar a população para preservação do mangue, bioma tão importante para o sistema ecológico. A ação é realizada pelo Instituto JCPM de Compromisso Social e RioMar numa parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Recife, a Autarquia de Manutenção e Limpeza Urbana (EMLURB), a Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa), a Fundação Mamíferos Aquáticos, o Instituto BiomaBrasil, a ASA e Colônia de Pescadores Z1.

A coleta solidária percorrerá o manguezal com a participação de jovens do IJCPM, Colônia de pescadores Z1, Turma do Flau, Clube de Mães Criativas e Centro Escola Mangue. Localizadas no bairro de Brasília Teimosa, estas instituições possuem projetos de transformação social que incluem aulas de músicas e confecção de instrumentos; produção e distribuição de lixeiras pelo bairro e aulas de cuidados aos manguezais, recentemente apoiado pelo Criança Esperança, respectivamente. Além disso, a ação também contará com o Ecobarco da Emlurb.

Além disso, no Piso L3 do RioMar Recife, o público poderá conferir a exposição da Fundação Mamíferos Aquáticos, intitulada “Viva Oceano”, e um show gratuito da banda Cascabulho, às 20h.

Estarão presentes no evento o secretário executivo da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Meio ambiente da Prefeitura do Recife, Maurício Guerra, secretário executivo de Inovação Urbana, Túllio Ponzi, secretário de Meio Ambiente e Sustentabilidade, Carlos Cavalcanti, e o Gerente de Desenvolvimento Socioambiental do Grupo JCPM, Sérgio Maffioletti.

O projeto

O Jogando Limpo com o Mangue surgiu em 2014 com ações ligadas a educação ambiental, preservação de ambientes costeiros e de coleta solidária do mangue em frente ao RioMar. Ele é uma continuidade ao Projeto Amigos do Mangue, iniciado em 2012 em parceria com a colônia de Pescadores Z1, que tem como objetivo despertar a consciência ambiental. Durante todo esse tempo, temas ambientais foram estudados no Instituto JCPM de Compromisso Social com a participação de mais de 1.500 jovens de escolas do bairro Pina, estudantes de nível técnico, universitários e profissionais da área. Desde o início do projeto foram recolhidos do mangue da Bacia do Pina mais de 2 toneladas de resíduos.

PALAVRAS-CHAVE

Manguezal Dia Mundial do Manguezal RioMar JCPM coleta

HOME/CIDADES/GERAL

»MEIO AMBIENTE

Programa do Instituto JCPM promove conscientização ambiental no Recife

Ação no entorno do mangue retirou cerca de uma tonelada de resíduos descartados de forma irregular no Recife

Publicado em 26/07/2018, às 11h03



Ação reforça o exercício de não descarte de resíduos em locais indevidos

Foto: Bobby Fabisak/JC Imagem

JC Online

A Zona Sul do Recife passou por uma ação de conscientização ambiental, na manhã desta quinta-feira (26), em projeto realizado pelo Instituto João Carlos Paes Mendonça (IJCPM). Crianças e adolescentes contaram com o apoio de parte da colônia de pescadores de Brasília Teimosa e da Emlurb para limpar o entorno do mangue retirando cerca de uma tonelada de lixo. A ação, ainda que pontual, é o ponta pé para educação daqueles que são responsáveis pelo meio ambiente.

A coordenadora de educação ambiental da Fundação Mamíferos Aquáticos, Daniela Araujo, explica que a meta é, até 2030, reduzir consideravelmente o volume de consumo de plástico e a despoluição dos rios e mares: "Aqui fazemos resgate de fauna marinha e trabalhamos para conservação desses animais. Observamos que, na última década, o número de animais resgatados em decorrência da ingestão de resíduos triplicou".

GALERIA DE IMAGENS



"Poluição não é problema local"

Além de não ser problema local, a ação reforça o exercício de não descarte de resíduos em locais indevidos - não apenas no mangue. Sergio Maffioletti, gerente de desenvolvimento socioambiental do IJCPM, explica que lugares que possam carrear para o mangue, como as ruas a passeios, também merecem a atenção de todas as gerações.

"Essas crianças que foram sensibilizadas com o processo informativo e esse momento em campo faz com que eles entendam a importância de fazerem diferença no futuro. Nosso dia-a-dia é levar sustentabilidade não só para esses locais no entorno do empreendimento, mas para a vida de cada um", argumenta.

Augusto de Lima, de 70 anos, é representante da colônia de pescadores de Brasília Teimosa e participou da ação. No projeto, questionou construções indevidas no interior do mangue. Afinal, é dele que vem a renda, o trabalho e a subsistência. "Hoje a vida marinha é zero porque não tem oxigênio. A cadeia primária já foi extinta, já não se vê mais caranguejos porque está cheio de gás metano, gerado pelo plástico com a luz solar. Assim você vê o tamanho da agressão que o ambiente sofre", expõe.

PALAVRAS-CHAVE

JCPM meio ambiente mangue limpeza

HOME/ECONOMIA/NACIONAL

»INVESTIGAÇÃO

Pagamento indevido de programas beneficia 5,7 milhões de pessoas, diz comitê

Segundo informações, mais de 5,7 milhões de pessoas tiveram o benefício cortado

Publicado em 24/07/2018, às 10h58



Segundo o levantamento, a despesa total apenas no ano passado com esses três programas foi de R\$ 107,4 bilhões

Foto: EBC

JC Online

Um levantamento, realizado pelo Comitê de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (Cmap), apontou que mais de R\$ 10 bilhões dos programas Bolsa Família, aposentadoria por invalidez e auxílio-doença foram cortados para cobrir o rombo do déficit assistencial.

Segundo informações divulgadas pelo jornal Folha de S. Paulo, no total, mais de 5,7 milhões de pessoas tiveram o benefício cortado, sendo 5,2 milhões de pessoas do Bolsa Família e 479 mil de indivíduos que recebem auxílios-doença e aposentadoria por invalidez.

"Sabíamos que havia muitos recebendo indevidamente o benefício enquanto outras milhões de famílias esperavam para entrar no programa, aguardando de um ano e meio a dois para conseguir ingressar", afirma o ministro do Desenvolvimento Social, Alberto Beltrame ao jornal Folha de S. Paulo.

A base de dados de servidores públicos também permitiu identificar milhares de vereadores que recebiam recursos do programa. Com essas informações em mãos, neste ano outros R\$ 209,6 milhões deixaram de ir para o bolso de famílias acima da renda máxima exigida. Segundo o levantamento, a despesa total apenas no ano passado com esses três programas foi de R\$ 107,4 bilhões.

O comitê foi criado em 2016 e é formado pelos ministérios do Planejamento, Fazenda, Transparência e Controladoria-Geral da União, e Casa Civil.

Avaliações

Além dos três programas, o comitê tem avaliações em andamento também do Fies (Financiamento Estudantil), do seguro defeso (espécie de seguro desemprego temporário do pescador artesanal) e o BPC (Benefício de Prestação Continuada).

A expectativa é que o pente-fino em andamento encontrará outros R\$ 20 bilhões em benefícios irregulares até 2020, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social.

PALAVRAS-CHAVE

Benefício pente fino Bolsa Família

CIDADES/CIÊNCIA/M.AMBIENTE

»MEIO AMBIENTE

Praia de Suape, no Cabo, terá intervenção para conter avanço do mar

Obra, bancada pela iniciativa privada, deve ficar pronta até dezembro. Além de barreira com coqueiros haverá espigões de madeira para aumentar a faixa de praia

Publicado em 24/07/2018, às 08h08



Obra prevê oito espigões de madeira. Dois já estão prontos

Foto: Bobby Fabisak / JC Imagem

Margarida Azevedo

Até o próximo verão, em dezembro, moradores e turistas que visitarem a Praia de Suape, no Cabo de Santo Agostinho, na Região Metropolitana do Recife, deverão contar com um trecho maior de areia, atualmente reduzida por conta da erosão marinha. Uma obra que envolve contenção do mar e engorda da praia está sendo realizada pela iniciativa privada com anuência de órgãos ambientais das três esferas governamentais (municipal, estadual e federal).

O serviço, custeado pelo Vila Galé Eco Resort do Cabo, começou nove meses atrás, com a colocação de uma mureta de proteção feita por troncos de coqueiros. A barreira tem cerca de dois metros de altura e 800 metros de comprimento. Foi a primeira fase da obra, já encerrada. A segunda etapa começou dez dias atrás e prevê a construção de oito espigões de madeira que serão cobertos por areia.

“Toda a obra de recuperação está devidamente autorizada pelas entidades ambientais. Os espigões vão repor a beleza que a Praia de Suape tinha antes. Cada espigão terá 30 metros de extensão. Entre um e outro haverá a distância de 50 metros. Depois será feita uma engorda mecânica, utilizando a areia do pontal”, explica o gerente geral do Vila Galé, Simão Teixeira.

Assim que o trabalho for concluído, os espigões ficarão embaixo da terra, cobertos.

“Hóspedes, moradores e visitantes voltarão a desfrutar da praia, como antigamente”, observa Simão. Os órgãos que consentiram a intervenção foram Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH), Prefeitura do Cabo de Santo Agostinho, Marinha do Brasil, Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). A administração do Porto de Suape foi comunicada por meio de um ofício.

Simão Teixeira não informa o valor que está sendo empregado no serviço. “São alguns milhões”, limita-se a dizer. Segundo o gerente do resort, o projeto tem assinatura do geólogo e professor Valdir Manso, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), do também geólogo e professor Elírio Toldo, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS) e da arquiteta e engenheira ambiental Maria Antonieta Cavalcanti.

Em abril, a comunidade de Suape (moradores, pescadores, marisqueiros e empreendedores) foi convidada a participar de uma reunião para entender a obra. O Vila Galé existe há 21 anos e tem capacidade para receber 700 pessoas, de acordo com Simão Teixeira. Há 300 quartos.

Fiscalização

O presidente da CPRH, Eduardo Elvino, diz que a cada três meses, a partir do início da obra, a empresa responsável pelo serviço tem que apresentar um relatório informando como está a intervenção. “Baseado no que for comunicado, podemos realizar vistorias no local”, ressalta Elvino. Uma fiscalização está prevista para acontecer até a próxima semana.

O secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo do Cabo de Santo Agostinho, Moshe Caminha, explica que uma das exigências feita pelo município foi que não houvesse restrição no acesso de banhistas durante a obra e após. “O direito de ir e vir precisa ser assegurado”, enfatiza.

Claudionor Silva vende passeios de barco e aprova o reparo. “Se não fosse feito o mar avançaria mais”, comenta. “Não acho certo. O mar tem que se expandir. O homem é que está errado”, conta o pescador José João Hilário.

PALAVRAS-CHAVE

Vila Galé Resort erosão marinha avanço do mar Praia de Suape Suape

HOME/CIDADES/GERAL

»PAULISTA

Obras atrasadas da Ponte do Janga esconde outros problemas

Material de construção encostado na rodovia acoberta o crescimento desordenado de uma comunidade que começa a surgir à sombra dos escombros da ponte

Publicado em 10/07/2018, às 13h57



Lixo acumulado na encosta da obra da Ponte do Janga, ao lado da avenida Cláudio José Gueiros

Bobby Fabisak/ JC Imagem

Thiago Cabral

A obra de alargamento da Ponte do Janga, em Paulista, esconde outros problemas além do abandono visível da reforma, parada desde fevereiro deste ano e teve início há mais de três anos. O material de construção encostado na rodovia acoberta o crescimento desordenado de uma comunidade que começa a surgir à sombra dos escombros da ponte. Em ritmo acelerado, dezenas de famílias aproveitam a negligência das obras para ocuparem o mangue no entorno do equipamento, que é uma Área de Preservação Ambiental (APA), acumulando lixo, entulhos e sendo motivo de preocupação dos moradores de Paulista.

Após atravessar a Ponte do Janga, no lado direito da Avenida dr. Cláudio José Gueiros Leite, sentido Olinda-Paulista, em meio ao matagal do mangue, moram cerca de dez famílias de pescadores e catadores em barracos de madeira. O espaço envolto por lixo e cercado pelo mar mais parece com uma ilha, e foi nomeado pelos ocupantes como Ilha da Cirigoia. “Vim para cá porque eu não tinha mais como pagar aluguel. Essa área sempre foi abandonada, era depósito de lixo, de animal morto, ponto de prostituição. Nisso veio eu e outra família comigo, fomos limpando, ajeitando e aqui estamos até hoje”, lembrou o marceneiro Arnaldo Felix dos Santos, de 59 anos, que já retirou do lugar mais de 400 sacos de lixo nas costas, sem falar nos entulhos que já queimou para limpar a área. “Eu quero o mangue preservado”, pontuou.

Do lado direito, a Ilha da Cirigoia reflete o abandono das obras que, somadas a vulnerabilidade social e a necessidade de moradia, resultaram na ocupação que só cresce. Sendo que esse crescimento é mínimo, se comparado a ocupação que acontece há pelos menos três anos ao lado esquerdo da ponte. A área chamada de Enseadinha, onde mais de 150 moradias foram construídas em alvenaria de forma irregular, aumenta de forma exponencial e apesar da intervenção da prefeitura, há dois anos atrás, o terreno se transformou numa comunidade.

O terreno pertence à União e o impasse corre no Ministério Público Federal (MPF) em uma ação movida pela Prefeitura de Paulista para a retirada dessas pessoas. “Historicamente esse pedaço já teve pessoas retiradas, construiu-se o conjunto Dom Helder, perto do Tururu, para encaminhá-los, sendo que não como não houve a demolição das casas e essas pessoas acabaram vendendo ou alugando esses imóveis”, destacou o secretário executivo de Meio Ambiente de Paulista, Leslie Tavares.

O secretário afirmou que ainda nesta semana terá uma audiência com o MPF sobre as ocupações. “Ali se instalou uma situação perigosa. Já tivemos assistentes sociais retirados do lugar sob ameaças e agora a prefeitura só tomará alguma medida após a conclusão do caso no MPF”, pontuou. O gestor ainda ressaltou que as famílias da Enseadinha já foram cadastradas no auxílio.

Longe de terminar

A obra financiada pelo governo do Estado e executada pela Prefeitura de Paulista, foi orçada em 17 milhões- onde foram gastos 10,5 mi-, e segue ainda sem previsão de novos investimentos. O alargamento faz parte de uma intervenção que prevê a requalificação de quatro quilômetros da Avenida Cláudio Gueiros Leite, a partir do limite com Olinda e seguindo até a entrada do Conjunto Beira-Mar, na altura da Estrada de Manepá. Procurado pela reportagem do JC o responsável pelos repasses, o Departamento de Estradas e Rodagens (DER) não respondeu aos questionamentos levantados. Da manhã desta segunda-feira (9) até a publicação da matéria, o órgão não se posicionou quanto aos repasses financeiros ou sobre a ocupação irregular. A Prefeitura de Paulista garantiu que com a liberação dos recursos concluirá as obras da ponte em 45 dias.

PALAVRAS-CHAVE

Ponte do Janga lixo

HOME/CIDADES/GERAL

»SÃO PEDRO

Missa campal abre as celebrações da procissão a São Pedro

100 fiéis acompanharam a missa campal de São Pedro realizada na manhã desta sexta-feira (29), em Brasília Teimosa, Zona Sul do Recife

Publicado em 29/06/2018, às 11h29



O arcebispo de Recife Olinda, dom Fernando Saburido abençoa fiéis de Brasília Teimosa, na Zona Sul do Recife

Bobby Fabisak/ JC Imagem

Thiago Cabral

Debaixo de chuva, cerca de 100 fiéis acompanharam a missa campal de São Pedro realizada na manhã desta sexta-feira (29), em Brasília Teimosa, Zona Sul do Recife. O culto foi regido pelo arcebispo de Recife e Olinda, dom Fernando Saburido, que abençoou a comunidade e os pescadores, que tem em São Pedro seu padroeiro.

A cerimônia foi a benção inicial para a procissão marítima do santo, que começa às 14h desta sexta (29) com o andor pelas ruas do bairro e depois o passeio marítimo com a estátua do padroeiro dos pescadores, terminando os festejos com um show no palco armado pela prefeitura na praça que leva o nome do Santo.

Assim, como São João e Santo Antônio, São Pedro é considerado por muita gente o santo que controla o tempo. Foi São Pedro o primeiro apóstolo de Cristo e, como era pescador, virou o protetor de quem tira o sustento do mar e dos rios.

“São Pedro é aquele escolhido por Jesus para ser o líder dos seus sucessores. Hoje portanto é o dia do papa, daquele que lidera os apóstolos de Cristo. Ele era pescador, simples e humilde, e que Jesus o escolheu nessa condição para ser o líder dos apóstolos. Ele é patrono dos pescadores, e por ter sido uma pessoa que teve muitas virtudes e também muitas fraquezas, ele edifica a igreja mostrando que quando temos fé podemos vencer as dificuldades”, destacou o arcebispo de Recife e Olinda Dom Fernando Saburido.

Às 14h, em frente sede, na praça que leva nome do santo, começará a caminhada com a estátua de São Pedro. O cortejo a pé partirá da capela que fica na sede dos pescadores e seguirá pela avenida Brasília Teimosa, passando pela rua Comendador Moraes, rua Dagoberto Pires, rua Arabaiana, até chegar na rua Badejo, onde fica o Iate Clube. De lá a procissão continuará pelo mar, seguida por mais de 20 embarcações, indo até o antigo Farol da Barra e depois retornará ao mesmo ponto de partida.

Festa profana

Em paralelo ao dia de devoção a São Pedro no bairro, acontece a festa profana. Um palco armado pela Prefeitura do Recife, próximo a Colônia dos Pescadores, trará apresentações culturais e regionais para balançar os devotos a partir das 13h. Bacamarteiros, bandas juninas de forró pé-de-serra, coco de roda, são algumas das atrações escaladas para o último arraial da cidade neste ciclo junino. A festa durará até 1h da manhã e se encerra após a apresentação de Geraldinho Lins, um dos homenageados do São João do Recife.

PALAVRAS-CHAVE

São Pedro procissão arcebispo Brasília Teimosa

HOME/CIDADES/GERAL

» BRASÍLIA TEIMOSA

Prefeitura promete praça de São Pedro reformada até procissão

Uma obra iniciada pela Prefeitura do Recife na última quinta-feira promete mudar essa realidade até a procissão deste ano, que acontece na próxima sexta-feira (29)

Publicado em 28/06/2018, às 09h44



Há 12 anos os moradores cuidam da Praça de São Pedro

Bobby Fabisak/ JC Imagem

JC Online

Quem olha o estado da praça de São Pedro, em Brasília Teimosa, Zona Sul do Recife, não consegue visualizar a força que o santo tem na comunidade. A Colônia de Pescadores do bairro realiza há mais de 60 anos a procissão marítima a São Pedro e apesar da devoção o lugar encontra-se degradada. Uma obra iniciada pela Prefeitura do Recife na última quinta-feira promete mudar essa realidade até a procissão deste ano, que acontece na próxima sexta-feira (29). Entre as ações está a destoca de árvores, colocação de novos bancos, limpeza e pintura geral do equipamento público.

As novas intervenções da prefeitura estão orçadas em cerca de R\$ 9.600,00 e devem ser concluídas nesta semana, mas nos últimos 12 anos quem tem feito as reformas no lugar têm sido os próprios moradores, que com o próprio dinheiro e a ajuda de doações tornaram o ambiente mais colorido e habitável. O lugar é ponto de encontro entre os moradores do bairro e nas épocas de festa é onde acontecem os festejos. “Na época junina essa praça é o centro do festejo junino. Ela faz parte da comunidade.

Os moradores mais antigos já tinham aqui como uma referência do bairro, e continua sendo, só que não reflete mais a importância do lugar”, destacou a moradora de Brasília Teimosa

desde que nasceu e professora da escola que fica em frente a praça. Joselma Gomes, de 48 anos.

Responsável pelos mosaicos da praça, o artista plástico Paulo Tubarão, de 57 anos, é um dos que mais zelaram pelo espaço nos últimos anos. Além dos painéis que construiu com restos de cerâmica, ainda realizou diversas denúncias até conseguir da prefeitura alguma posição que salvasse a praça da degradação e do abandono. “Essa praça é a prova do descaso do poder público com o povo de Brasília Teimosa. Depois de anos de reclamações foi que conseguimos essa reforma, mas não foi nada fácil. Há mais de 12 anos cuido daqui por iniciativa própria. Foram três gestões de prefeitos e nenhuma intervenção. Já gastei dinheiro do meu próprio bolso para não deixar pior do que era”, denunciou Tubarão, que mora desde que nasceu no bairro e já realizou duas intervenções na praça, colocando os mosaicos.

Criminalidade

Além da reclamação das condições do espaço, o lugar de convivência sofre com a criminalidade. A praça tem sido o palco do consumo e tráfico de drogas, e nos horários menos movimentados há relatos de assaltos. “A criminalidade é um problema de Pernambuco, não só de Brasília Teimosa, mas tenho visto mais rondas da Polícia Militar e isso tem diminuído por aqui”, ponderou Paulo.

A Polícia Militar de Pernambuco informa que o policiamento em Brasília Teimosa é realizado por Guarnições Táticas, Patrulhas do Bairro e Motopatrulheiros, além de contar com o apoio do Grupo de Apoio Tático Itinerante (GATI), da operação Contraresposta e das unidades especializadas. O comandante do 19º BPM, responsável pela segurança na área, acrescenta que possui uma excelente integração com a comunidade de Brasília Teimosa, inclusive com um grupo de WhatsApp, onde os moradores repassam as ocorrências naquele setor, acionando a PM com maior rapidez.

PALAVRAS-CHAVE

São Pedro Brasília Teimosa praça procissão

HOME/CIDADES/GERAL

»DEVOÇÃO E FÉ

Tradicional procissão a São Pedro acontece nessa sexta

O cortejo, que já tem 61 anos de existência, percorrerá as ruas de Brasília Teimosa e depois será acompanhado por mais de 20 barcos no percurso marítimo

Publicado em 28/06/2018, às 09h31



A procissão leva a estátua de São Pedro para o alto mar acompanhada por barcos de pescadores

Diego Nigro/ JC Imagem

JC Online

Movidos pela fé e devoção a São Pedro, um dos três santos juninos, pescadores e moradores de Brasília Teimosa, na Zona Sul do Recife, realizarão nesta sexta-feira (29) a tradicional procissão marítima do santo. O cortejo, que já tem 61 anos de existência, percorrerá as ruas do bairro e depois será acompanhado por mais de 20 barcos no percurso marítimo, em que a estátua do santo é levada para uma passeio no alto-mar. Neste ano, o arcebispo de Recife e Olinda, dom Fernando Saburido rege a missa campal, realizada na beira da praia, dando as bênçãos iniciais da celebração.

“Essa festa é tradicional de Brasília Teimosa. Eu não era nem nascido e essa festa já acontecia. Quem sempre fez foram os pescadores mesmo. A festa acontecia na beira da praia, perto da associação. Os próprios pescadores que contribuíam para festa poder acontecer”, destacou o pescador Gilson Izidio, 58 anos, que se orgulha em participar “desde menino” da procissão. Para ele, nos tempos antigos a festa era melhor, por conta da participação dos pescadores nas atrações da festa que acontecia de noite após a procissão. “Bom mesmo era quando participavam os pescadores que faziam o coco, mas isso já faz pelo menos uns 30 anos desde que aconteceu a última vez”, lembrou.

Para o presidente da Colônia de Pescadores de Brasília Teimosa, Augusto de Lima, 70, mais conhecido como Seu Nena, a procissão sempre foi uma iniciativa independente dos pescadores e isso a fez se perpetuar como um evento da comunidade. “Essa procissão faz parte da cara do povo daqui de Brasília Teimosa. Pertence ao bairro assim como os pescadores aqui da associação. Quando tudo começou eram os pescadores com os barquinhos a vela e hoje em dia estão tudo praticamente com motor”, observou. O presidente também falou com saudosismo dos tempos antigos. “Não tinha um palco, não tinha nada, mas era melhor que hoje. A missa começava na beira da praia, perto da associação, e todo mundo participava. Os próprios pescadores contribuía com peixes e lagostas. Hoje em dia quem assume é associação”

Marcando o início das celebrações do dia 29 em Brasília Teimosa, no começo da manhã, às 8h, uma missa campal acontece na beira do mar. Sendo regida neste ano pelo arcebispo de Recife e Olinda dom Fernando Saburido. Após o culto, um café da manhã será ofertado para os pescadores e seus familiares na sede da Colônia de Pescadores de Brasília Teimosa, na Rua Marechal Hermes. Às 14h, em frente sede, na praça que leva nome do santo, começará a caminhada com a estátua de São Pedro. O cortejo a pé partirá da capela que fica na sede dos pescadores e seguirá pela avenida Brasília Formosa, passando pela rua Comendador Moraes, rua Dagoberto Pires, rua Arabaiana, até chegar na rua Badejo, onde fica o Iate Clube. De lá a procissão continuará pelo mar, seguida por mais de 20 embarcações, indo até o antigo Farol da Barra e depois retornará ao mesmo ponto de partida.

Festa profana

Em paralelo ao dia de devoção a São Pedro no bairro, acontece a festa profana. Um palco armado pela Prefeitura do Recife, próximo a Colônia dos Pescadores, trará apresentações culturais e regionais para balançar os devotos a partir das 13h. Bacamarteiros, bandas juninas de forró pé-de-serra, coco de roda, são algumas das atrações escaladas para o último arraial da cidade neste ciclo junino. A festa durará até 1h da manhã e se encerra após a apresentação de Geraldinho Lins, um dos homenageados do São João do Recife.

PALAVRAS-CHAVE

São Pedro procissão marítima

HOME/CIDADES/GERAL

» SÃO JOSÉ DA COROA GRANDE

Tubarão é capturado por pescadores em praia do Litoral Sul

De acordo com a prefeitura, o animal era uma fêmea da espécie cabeça-chata. O tubarão já estava morto quando foi capturado

Publicado em 11/06/2018, às 15h45



O Comitê Estadual de Monitoramento de Incidentes com Tubarões (Cemit) confirmou o caso e informou que é normal que tubarões dessa espécie procurem áreas de estuários para a reprodução

Foto: Cortesia/ Whatsapp

Julia Aguilera

JC Online

Um tubarão de aproximadamente dois metros foi capturado nesse sábado na Praia da Várzea do Una, distrito de São José da Coroa Grande, no Litoral Sul do Estado. De acordo com pescadores locais, o animal estava morto quando foi encontrado preso em uma caceia, armadilha formada por redes para pesca.

GALERIA DE IMAGENS

Um tubarão de aproximadamente dois metros foi capturado no litoral sul de Pernambuco



Diversos vídeos foram publicados nas redes sociais mostrando o animal em uma jangada. Ele teria sido encontrado nesse sábado (9), próximo a um estuário. De acordo com uma nota da prefeitura, por meio de um esclarecimento publicado nas redes sociais, o tubarão era uma fêmea da espécie cabeça-chata e foi capturado em alto mar. Em um vídeo publicado junto ao esclarecimento, o biólogo Lucas Araújo, que trabalha na Secretaria de Meio Ambiente, afirma que é comum que esses animais se aproximem das áreas de estuários mais preservados para a reprodução.

Em um dos vídeos publicados, populares afirmam que a fêmea estava grávida e mostram filhotes de tubarão que teriam sido retirados da barriga do animal. Todos estavam sem vida. O Comitê Estadual de Monitoramento de Incidentes com Tubarões (Cemit) confirmou o caso e informou que é normal que tubarões dessa espécie procurem áreas de estuários para a reprodução. Ainda de acordo com o órgão, o cabeça-chata precisa estar nadando para poder

respirar e realizar a troca gasosa, o que explicaria o fato de ele ser encontrado morto dentro da armadilha.

Grande repercussão

A repercussão dos vídeos do tubarão capturado foi grande devido a reincidência de aparições desses animais na costa pernambucana. Uma semana antes, na Região Metropolitana do Recife, um jovem morreu após ser atacado por um tubarão. José Ernesto Ferreira da Silva, de 18 anos, foi mordido na perna e na genitália enquanto tomava banho no domingo (3), em frente à Igrejinha de Piedade.

Cerca de 50 dias antes, outra pessoa foi vítima de um incidente com tubarões. Pablo Diego Inácio de Melo, de 30 anos, teve parte de um braço e de uma perna amputados após ser atacado. Ele estava tomando banho no mesmo local que José Ernesto. A Igrejinha de Piedade já registra 12 casos de incidentes com tubarões.

HOME/CIDADES/ GERAL

» BUSCAS

Moradores se arriscam na busca por jovem desaparecido no mar do Pina

Luan Silva de Araújo desapareceu enquanto tomava banho de mar na praia do Buraco da Velha. Moradores realizam buscas entre o Pina e a Brasília Teimosa

Publicado em 07/06/2018, às 16h32



O pai de Luan afirmou que está recebendo a ajuda de pescadores que estão fazendo buscas na área

Foto: Reprodução/ TV Jornal

JC Online

Moradores de Brasília Teimosa, na Zona Sul do Recife, estão buscando por conta própria o corpo do jovem Luan Silva de Araújo, de 18 anos, que desapareceu enquanto tomava banho na Praia do Buraco da Velha no último domingo (3). De acordo com a família do jovem, o Corpo de Bombeiros não está empenhado nas buscas pela vítima.

O pai de Luan afirmou que está recebendo a ajuda de pescadores que estão fazendo buscas na área. "A minha sorte são os pescadores que estão mergulhando, porque os bombeiros não querem nem entrar na água, nem trazer os equipamentos", lamenta.

O Corpo de Bombeiros, por sua vez, informou que está intensificando as buscas pelo jovem. Três equipes estão divididas entre a praia de Del Chife, em Olinda, e a praia do Pina, no Recife, procurando o corpo de Luan. Ainda segundo os Bombeiros, estão sendo utilizadas moto aquáticas e os mecanismos de buscas estão sendo ampliados.

Protesto

Na segunda-feira (4), familiares e amigos do jovem protestaram contra a ação dos bombeiros. Os manifestantes bloquearam a Avenida Herculano Bandeira, em frente à Igreja do Pina, na Zona Sul do Recife. Eles estavam pedindo mais empenho nas buscas por Luan Silva de Araújo que desapareceu na praia do Buraco da Velha, em Brasília Teimosa. A via foi liberada por volta das 20h10.

Relembre

A vítima estava participando de uma festa em uma residência próxima da praia durante a madrugada do domingo. Às 6h da manhã, o jovem resolveu entrar no mar para nadar. No horário, a maré estava alta, com cerca de 1,80 metros. Luan estava acompanhado de outros participantes da festa, que acionaram os Bombeiros quando notaram o desaparecimento.

Às 17h do mesmo dia, o Corpo de Bombeiros interrompeu as buscas pelo jovem. Oito homens, dentre eles mergulhadores e guarda-vidas, participaram das buscas. Uma moto aquática e uma lancha também foram usadas para tentar localizar o jovem.

Uma vizinha, identificada apenas como Natália, conta que minutos antes avistou o rapaz passando com uma garota em direção à praia. Segundo a mulher, Luan não aparentava estar embriagado.

HOME/CIDADES/JC TRÂNSITO

»MANIFESTAÇÕES

Após desaparecimento de jovem no mar, grupo protesta no Pina

Moradores da área pedem mais empenho nas buscas pelo jovem de 18 anos que desapareceu na praia do Buraco da Velha

Publicado em 04/06/2018, às 19h08



Manifestantes bloquearam a Avenida Herculano Bandeira, em frente à Igreja do Pina

Foto: CTTU

JC Online

Manifestantes bloquearam a Avenida Herculano Bandeira, em frente à Igreja do Pina, na Zona Sul do Recife, na noite desta segunda-feira (4). Eles estavam pedindo mais empenho nas buscas por Luan Silva de Araújo, 18 anos, que desapareceu na praia do Buraco da Velha, em Brasília Teimosa, na manhã do domingo (3). A via foi liberada por volta das 20h10.

Trânsito

A Autarquia de Trânsito e Transporte Urbano do Recife (CTTU) informou que o protesto começou por volta das 17h50 e agentes foram enviados para o local. Por volta das 19h30, alguns motoristas que aguardavam na Avenida Herculano Bandeira pararam seus carros nas calçadas e desceram.

GALERIA DE IMAGENS



Buscas pelo jovem

“A família que está fazendo as buscas no mar”, diz a mãe do jovem desaparecido na praia do Buraco da Velha, no bairro de Brasília Teimosa, na Zona Sul do Recife. Segundo o Corpo de Bombeiros, os militares não farão outros mergulhos no local por conta da área ser de mar aberto, o que apresenta risco à equipe.

Ainda de acordo com a assessoria do Corpo de Bombeiros, após mais de 24 horas de desaparecimento no mar, a operação começa a tratar as buscas a um corpo e não como um resgate com vida. A equipe espera que algum pescador, ou pessoas que moram próximas à maré avistem o corpo.

Nesta segunda-feira (4), as buscas realizadas pelo Corpo de Bombeiros foram encerradas por volta das 17h40 e devem ser retomadas na manhã da terça-feira (5).

A vítima estava participando de uma festa em uma residência próxima da praia durante a madrugada. Às 6h da manhã, o jovem resolveu entrar no mar para nadar. No horário, a maré estava alta, com cerca de 1,80 metros.

Luan estava acompanhado de outros participantes da festa, que acionaram os Bombeiros quando notaram o desaparecimento. Às 17h, o Corpo de Bombeiros interrompeu as buscas pelo jovem. Oito homens, dentre eles mergulhadores e guarda-vidas, participaram das buscas. Uma moto aquática e uma lancha também foram usadas para tentar localizar o jovem.

Mãe promete novo protesto

Durante o protesto desta segunda-feira (4), a mãe do jovem, Lilian Maria da Silva, 34, afirmou que uma nova manifestação cobrando celeridade nas buscas por Lucas será realizado nesta terça (5). "Tenho esperanças de encontrar meu filho de todo jeito, vivo ou morto. Quero fazer o sepultamento dele. Amanhã de manhã vamos protestar no Buraco da Velha, onde ele desapareceu", disse.

HOME/CIDADES/GERAL

»AFOGAMENTO

'Esperando corpo vir à tona', dizem Bombeiros sobre buscas no Pina

A equipe do Corpo de Bombeiros não fará mais mergulhos à procura do rapaz, que desapareceu no mar na madrugada do domingo (3)

Publicado em 04/06/2018, às 13h56



Jovem desapareceu na praia do Buraco da Velha, bairro de Brasília Teimosa, Zona Sul do Recife

Foto: Reprodução / Google Street View

JC Online

“A família que está fazendo as buscas no mar”, diz a mãe do jovem desaparecido na praia do Buraco da Velha, no bairro de Brasília Teimosa, na Zona Sul do Recife. Segundo o Corpo de Bombeiros, os militares não farão outros mergulhos no local por conta da área ser de mar aberto, o que apresenta risco à equipe.

Ainda de acordo com a assessoria, após mais de 24 horas de desaparecimento no mar, a operação começa a tratar as buscas a um corpo e não como um resgate com vida. A equipe espera que algum pescador, ou pessoas que moram próximas à maré avistem o corpo. A previsão é de que por volta das 17h os militares localizem e retirem o corpo do mar.

Amigos e familiares de Luan Silva de Araújo, de 18 anos, desaparecido desde às 5h do domingo (3), ficam à espera de algum posicionamento da equipe de buscas do Corpo de Bombeiros. Em entrevista ao Jornal do Commercio no dia do desaparecimento, a corporação informou que as buscas seriam retomadas nesta manhã. De acordo com a mãe do rapaz, por volta das 6h desta segunda-feira (4) encontrou apenas um guarda-vidas no local.

Por telefone, a assessoria de imprensa da corporação informou ao Jornal do Commercio que as buscas foram encerradas no fim da tarde do domingo, e hoje será iniciada uma outra etapa. “Esta é uma outra fase da operação. Já foram feitas as buscas ontem, mas os mergulhadores não encontraram nada. Agora as equipes ficam de prontidão aguardando o corpo vir à tona”, conta a assessoria.

A viatura de busca e salvamento faz vistorias no local do incidente

Pessoas que podem ter presenciado o momento em que o rapaz entra no mar estão sendo questionadas pelos militares para que o afogamento possa ser esclarecido.

Uma vizinha, identificada apenas como Natália, conta que minutos antes avistou o rapaz passando com uma garota em direção à praia. Segundo a mulher, Luan não aparentava estar embriagado.

HOME/CIDADES

»RECIFE

Pescador encontra cadáver no Rio Capibaribe, no Centro do Recife

Publicado em 23/03/2018, às 07h05



Pescador estava na Ponte Maurício de Nassau quando localizou o cadáver

Foto: Google Street View

O corpo de um homem foi achado por um pescador na madrugada desta sexta-feira (23) no Rio Capibaribe, no centro do Recife. De acordo com os Bombeiros, a vítima não tinha sinais aparentes de ter sofrido agressão física.

Os bombeiros foram acionados por volta das 3h45 para resgatar o corpo do homem, que aparenta ter cerca de 55 anos. De acordo com o registro da ocorrência, ao lançar a rede para pescar peixes, o pescador, que estava sob a Ponte Maurício de Nassau, acabou fisingando o cadáver. O homem estava sem documentos e vestindo uma bermuda.

Resgate

Mergulhadores dos bombeiros foram até a ponte que liga os bairros do Recife e de Santo Antônio e resgataram o corpo sem vida. Uma equipe da Polícia Militar também foi até o local para preservar a área até o recolhimento do cadáver. Até as 6h desta manhã, o Instituto de Medicina Legal (IML) não havia sido acionado para fazer a remoção do corpo.

PALAVRAS-CHAVE

Afogamento

HOME/CIDADES/CIÊNCIA/M.AMBIENTE

»DIA MUNDIAL DA ÁGUA

Dezessete municípios assinam carta de compromisso pelo Rio Capibaribe

O prazo para assinatura da carta elaborada pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Capibaribe termina nesta quinta-feira (22), Dia Mundial da Água

Publicado em 22/03/2018, às 08h21



Na tradição pernambucana os rios Beberibe e Capibaribe se juntam para formar o Oceano Atlântico

Foto: Arnaldo Carvalho/ JC Imagem

Editoria de Cidades

Lançada no fim do ano passado como um grito de socorro pelo Rio Capibaribe, a carta de compromissos para a execução de ações que ajudem a melhorar a qualidade e aumentar a quantidade de água no rio e seus afluentes já foi assinada por 17 dos 42 municípios cortados pelo curso d'água no Estado. O prazo termina nesta quinta-feira (22), quando é comemorado o Dia Mundial da Água. Apesar de tímida, a adesão é considerada motivo de celebração e esperança pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Capibaribe. Além da questão ambiental, o rio, que conforme a tradição pernambucana, se junta ao Rio Beberibe para formar o Oceano Atlântico, é fonte de sustento para inúmeras famílias.

“Existe um esforço muito grande por parte das instituições para mobilizar os prefeitos em torno das necessidades do rio. É um desafio enorme. Então, comemoramos a adesão de cerca de vinte municípios. Temos a esperança de que os demais se juntem à causa”, afirmou o presidente do comitê, Alexandre Ramos. Segundo ele, o documento será homologado no próximo dia 6 de abril, durante reunião com as gestões dos municípios participantes. A carta não define ações, mas um conjunto de dez compromissos e princípios com foco em políticas voltadas para a proteção dos mananciais e educação ambiental.

Para o presidente, existem dois grandes desafios a serem enfrentados. "O primeiro e principal é que os municípios desenvolvam projetos para o tratamento dos esgotos. O segundo é o plantio de árvores nas margens do rio, porque isso traz mais água para o leito", justificou. O Rio Capibaribe nasce no município de Poção, no Sertão pernambucano e percorre aproximadamente 240 quilômetros até se encontrar com o Rio Beberibe no Recife. O ponto de encontro fica nas proximidades do Palácio do Campo das Princesas, no bairro de Santo Antônio, área Central do Recife.

Quem tira o sustento das águas dos rios que cortam a capital, apelidada de Veneza Brasileira, concorda que a situação atual é preocupante. “No passado, já deu pra viver bem da pesca. Há 30 anos, era bom demais. Agora, a poluição prejudicou tudo. Além de sujos, os rios estão assoreados, o que dificulta a navegação. É falta de cuidado da própria população”, critica o barqueiro Severino Batista, 67. Durante trinta anos ele viveu somente da pesca. Hoje, trabalha construindo barcos para passeio próximo à Ponte do Limoeiro, sobre o Rio Beberibe.

O pescador João Ferreira, 52, concorda que a poluição atrapalha. "Tem dia que não tem peixe. Deveria ter higiene, para que a gente pudesse trabalhar. Eu pesco porque gosto e porque ainda tenho saúde, mas viver só disso não dá mais. Recebo meu salário (aposentadoria) também", conta.

Para o comerciante Pedro Bezerra, 52, que vende peixes próximo à Ponte Giratória, no Centro do Recife, os rios têm um significado especial. "Há mais de dez anos eles são minha fonte de renda, meu local de trabalho." Do Capibaribe, ele guarda as boas lembranças de uma época farta de pesca. "Era muito peixe, muito caranguejo. Depois, acabou não dando mais e eu passei a comprar o pescado para vender.”

O presidente do comitê defende que cuidar dos rios é também preservar a memória da capital pernambucana. "Eles são marca do Recife, estão no imaginário e no cotidiano das pessoas", argumenta Alexandre Ramos.

Comemoração

Em comemoração ao Dia Mundial da Água, a Prefeitura do Recife promove hoje um passeio educativo pelos rios da cidade. A Escola Ambiental Águas do Capibaribe (barco-escola) irá partir do Marco Zero, às 9h, com cerca de 50 estudantes dos quintos anos da Escola

Municipal Dois Rios, no Ibura. O objetivo é vivenciar a importância da água para os seres vivos e trazer para o diálogo aspectos como poluição, escassez, uso inadequado e ciclo da água. Os jovens serão guiados por professores da rede municipal de ensino e poderão conhecer mais sobre as histórias dos rios Capibaribe, Beberibe e Pina.

PALAVRAS-CHAVE

dia mundial da água rio beberibe Rio Capibaribe

HOME/ CIDADES/ POLÍCIA

»SERRA TALHADA

Homem pesca cadáver em açude no Sertão de Pernambuco

Pescador contou que corpo ficou preso na rede. Polícia Civil investiga o caso

Publicado em 27/02/2018, às 08h06



Corpo do homem foi levado para o IML de Caruaru, no Agreste

Foto: Reprodução/TV Jornal

JC Online

A Polícia Civil de Pernambuco investiga a morte de um homem que teve um corpo encontrado por um pescador dentro de um açude em Serra Talhada, no Sertão de Pernambuco. O corpo foi resgatado dentro da rede do morador que foi no local para pescar.

O corpo foi encontrado no último dia 18 no açude que fica às margens da rodovia BR-232. O pescador explicou que, depois de jogar a tarrafa na água, o equipamento ficou pesado e ele teve dificuldades para puxar a rede.

Resgate do corpo

"Foi a primeira vez que vim pescar aqui e aconteceu isso comigo. Estou assim meio perdido. Joguei a tarrafa e senti ela pesada, fui puxando, puxando, e quando vi foi os cabelos do rapaz", explicou o homem.

O corpo foi encaminhado para o Instituto de Medicina Legal (IML) de Caruaru. O delegado responsável pelas investigações é Clayanderson de Queiroz, da Delegacia de Serra Talhada.

CIDADES/ POLÍCIA

»SERTÃO

Corpo de homem é encontrado dentro de açude em Serra Talhada

Segundo a Polícia Militar, não havia sinais de violência no corpo do homem. A causa da morte está sendo investigada

Publicado em 19/02/2018, às 09h57



Açude fica às margens da BR-232, em Serra Talhada

Foto: Reprodução/Google Maps

JC Online

Com informações do NE10

O corpo de um homem foi encontrado dentro de um açude às margens da BR-232, em Serra Talhada, Sertão de Pernambuco. Segundo a Polícia Militar (PM), o corpo do homem, ainda não identificado, foi encontrado nesse domingo (18) por um pescador.

Ainda segundo a polícia, não havia sinais de violência no corpo e só seria possível identificar a causa da morte após uma autópsia. O corpo da vítima foi encaminhado para o Instituto de Medicina Legal (IML) de Caruaru, no Agreste, para passar por perícia médica.

A Polícia Civil de Serra Talhada está no aguardo da autópsia do IML para dar continuação à investigação.

PALAVRAS-CHAVE

açude serra talhada BR 232

HOME/CIDADES/POLÍCIA

»RECONHECIMENTO

Família reconhece corpo de jovem desaparecido no rio Beberibe

Corpo do jovem foi encontrado por pescadores às 5h desta terça-feira (23)

Publicado em 24/01/2018, às 08h25



O adolescente, de 14 anos, estava desaparecido desde a última sexta-feira (19)

Foto: Reprodução/TV Jornal

JC Online

O corpo do jovem Arthur Vinícius França de Oliveira, de 14 anos, foi reconhecido pela família nesta terça-feira (23), quando foi encontrado por pescadores na comunidade da Ilha do Maruim, em Olinda, Região Metropolitana do Recife. Arthur estava desaparecido desde a última sexta-feira (19), quando estava brincando com os amigos de pular no rio Beberibe, no bairro de Cajueiro, zona norte do Recife.

Mesmo com a confirmação dos parentes de que o corpo encontrado era o de Arthur, foi realizado um teste de DNA pelo Instituto de Identificação Tavares Buriel. Posteriormente, as causas da morte também serão divulgadas em laudo.

Apesar do estado avançado de decomposição, havia elementos característicos que pode contribuir para a identificação do corpo pela família. Era possível, por exemplo, ver que o adolescente tinha o cabelo pintado de verde e usava brinco.

O corpo foi encontrado por pescadores nas margens do rio Beberibe, na Ilha do Maruim, por volta das 5h e retirado da água pelos bombeiros. O IML recolheu o corpo do local para perícia.

Entendendo o caso

Arthur Vinícius França de Oliveira, de 14 anos, desapareceu na última sexta-feira (19), quando brincava com amigos no rio Beberibe, em Cajueiro, Zona Norte do Recife. Durante as fortes chuvas, Arthur pulou no rio e foi puxado pela correnteza.

Desde então, o Corpo de Bombeiros realiza buscas para tentar localizar o menino, conhecido como "Bebê". O jovem cursava o 7º ano do ensino fundamental na Escola Estadual São Judas Tadeu, em Cajueiro, o rapaz morava com a avó.

Enterro

Segundo Jorge Martins, tio do adolescente, o corpo do menino, após liberado do IML, será levado à Funerária Monte Carlos, em Santo Amaro, zona norte do Recife. O enterro está previsto para as 10h30 no Cemitério de Santo Amaro.

PALAVRAS-CHAVE

RESGATE adolescente reconhecimento rio beberibe

HOME/CIDADES/POLÍCIA

»RESGATE

Corpo de menino é encontrado às margens de rio em Olinda

Bombeiros cogitam a possibilidade do corpo ser de Arthur Vinícius França de Oliveira, desaparecido desde a sexta-feira (19)

Publicado em 23/01/2018, às 09h09



Corpo foi encontrado por pescadores às 5h

Foto: Cinthia Ferreira/TV Jornal

JC Online

Com informações da TV Jornal

O corpo de um menino foi encontrado por pescadores na manhã desta terça-feira (23) às margens do rio Beberibe, na comunidade da Ilha do Maruim, no bairro de Santa Tereza, em Olinda.

O resgate foi feito por volta das 5h pelo Corpo de Bombeiros. Segundo eles, o menino foi encontrado sem camisa e com uma bermuda verde. Apesar do avançado estado de decomposição, foi possível constatar que o cabelo do jovem era pintado.

De acordo com as características, acredita-se que se trata do corpo de Arthur Vinícius, adolescente que está desaparecido há cinco dias. O corpo foi encaminhado ao Instituto de Medicina Legal (IML) e aguarda reconhecimento da família.

Desaparecimento

Arthur Vinícius França de Oliveira, de 14 anos, desapareceu na última sexta-feira (19), quando brincava com amigos no rio Beberibe, em Cajueiro, Zona Norte do Recife. Durante as fortes chuvas, Arthur pulou no rio e foi puxado pela correnteza.

Desde então, o Corpo de Bombeiros realiza buscas para tentar localizar o menino, conhecido como "Bebê". O jovem cursava o 7º ano do ensino fundamental na Escola Estadual São Judas Tadeu, em Cajueiro, o rapaz morava com a avó.

PALAVRAS-CHAVE

desaparecimento rio beberibe RESGATE busca bombeiros

HOME/CIDADES

» MOBILIDADE

Evento no Litoral Norte contará com reforço nas linhas de ônibus

O evento será a Levada e Buscada de São Gonçalo do Amarante

Publicado em 05/01/2018, às 19h52



O evento será a Levada e Buscada de São Gonçalo do Amarante

Foto: Divulgação

Neste domingo (7) e no próximo do dia 14, acontecerá a Levada e Buscada de São Gonçalo do Amarante, no Litoral Norte de Pernambuco. E com isso o Grande Recife Consórcio de Transporte disponibilizará um reforço de ônibus para quem for conferir a programação da

feira. O evento religioso irá ter dois momentos, o primeiro será quando o santo for levado de Itapissuma para a Ilha de Itamaracá e quando a imagem é trazida de volta. Os ônibus extras farão estocagem no Terminal Integrado de Igarassu.

Linhas

Fazem parte da programação especial as linhas 1964 – TI Igarassu/TI Macaxeira e 1968 – Ilha de Itamaracá/TI Igarassu. No dia 14, a frota recebe um reforço de três ônibus que juntos realizarão 21 viagens a mais que o normal para os domingos. Além disso, dois veículos farão estocagem no TI Igarassu, no dia 07, e outros quatro prestarão o serviço no dia 14.

PALAVRAS-CHAVE

evento mobilidade ônibus

2017

HOME/POLÍTICA/NACIONAL

»BRASÍLIA

Pescadores invadem Planejamento em protesto contra cancelamento de registros

Porta principal do Ministério do Planejamento foi rompida. Funcionários do órgão tiveram que entrar pela garagem

Publicado em 22/11/2017, às 09h28



Ministério do Planejamento é invadido

Foto: Reprodução

Estadão Conteúdo

O edifício principal do Ministério do Planejamento, em Brasília, foi novamente invadido por manifestantes na manhã desta quarta-feira, dia 22. Desta vez, são pescadores que protestam contra o cancelamento de registros de pesca.

Os manifestantes romperam a portal principal do prédio e ocupam a portaria. Os funcionários que conseguiram entrar no edifício tiveram que acessá-lo pela garagem.

Outra invasão

No último dia 17 de outubro, o ministério também havia sido ocupado por integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem-terra que reclamavam contra "o desmonte da política de reforma agrária".

PALAVRAS-CHAVE

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

HOME/CIDADES/GERAL

»ENTREMARÉS

Documentário retrata a vida das pescadoras na Ilha de Deus

Entremarés, filmado na Ilha de Deus, no bairro recifense da Imbiribeira, é o primeiro filme da cineasta Anna Andrade

Publicado em 18/11/2017, às 18h18



Cerca de duas mil pessoas vivem na Ilha de Deus e a maioria depende da pesca e catação de sururu

Foto: Leo Motta/JC Imagem

Cleide Alves
cleide@jc.com.br

Aos 7 anos de idade, Adriana Marcionila da Silva começou a pescar. Não por brincadeira de criança. Mas para ajudar no sustento da casa depois que o pai dela abandonou a família na Ilha de Deus, localizada na Imbiribeira, bairro da Zona Sul do Recife. Pescadora até hoje, Adriana Marcionila, 34, terá sua história retratada no documentário Entremarés, primeira produção da cineasta pernambucana Anna Andrade, 34.

Filmado no período de 10 de outubro a 9 de novembro último, Entremarés é um documentário sobre as mulheres da Ilha de Deus que atuam na pesca, catando sururu ou entrando na maré em busca do molusco. O roteiro é conduzido a partir do relato de três irmãs – Adriana, Alexandra e Rita de Cássia – e o depoimento de uma quarta personagem, Nalvinha da Ilha, presidente da ONG Saber Viver e filha de uma das primeiras pescadoras da comunidade.

“Quase 90% das mulheres da Ilha de Deus vivem do sururu, a maioria na catação e algumas na pesca”, observa Anna Andrade, moradora da Imbiribeira e frequentadora do lugar, onde tem amigos, desde a adolescência. “Minha intenção é mostrar a relação dessas mulheres com a ilha; com a pesca; que é um trabalho exercido mais por homens; com a cidade e com a família, dando ao roteiro um olhar mais feminino”, declara Anna Andrade.

A cineasta entrou na ilha em busca de uma proprietária de viveiro de camarão (atividade considerada tipicamente masculina) e achou as três irmãs envolvidas na atividade pesqueira: Adriana, que mergulha para pegar sururu. Alexandra, a dona de um viveiro. Rita, a catadora de sururu. “Enquanto o homem dono de viveiro mantém uma relação mais hierárquica com as pessoas subordinadas a ele, Alexandra tem uma relação de parceria”, avalia.

A escolha da Ilha de Deus como locação para o documentário Entremarés, diz Anna Andrade, não foi aleatória. “Moro no bairro desde que nasci e não poderia fazer meu primeiro filme em qualquer canto, a ilha sempre é apontada como uma comunidade violenta e as pessoas acabam

formando uma opinião errada sobre esse espaço. Espero, com o documentário, quebrar esse estereótipo. Aqui é um lugar de gente trabalhadora”, destaca a cineasta.

Sobreviver

“Sempre morei na Ilha de Deus e trabalho desde que meu pai foi embora, deixando a minha mãe com cinco filhas pequenas”, diz Adriana Marcionila. Com ela, também assumiram o ofício as irmãs Alexandra e Cristiana (hoje vende bebidas em casa). “Eram as três que sabiam nadar. A gente tinha que se virar para sobreviver. Não tive estudo e por isso não me vejo em outra atividade”, diz Adriana Marcionila, casada com um pescador.

A rotina de Adriana segue o ritmo da maré. Se a maré estiver seca às 3h, ela está a postos de madrugada para pegar sururu. “Também pesco de rede, mas o peixe a gente nunca sabe se vai trazer na volta para casa. O sururu é garantido”, afirma. A venda do molusco garante R\$ 400 por semana à família, já descontando o dinheiro pago às catadoras, mulheres que limpam o molusco já pescado para tirar as cascas.

Assim como aprendeu a nadar sozinha, Adriana não teve professor para ensiná-la a pescar de rede. “Fui olhando os pescadores e aprendi, não é preciso força para puxar a rede e, sim, jeito”, informa, acrescentando que gosta do trabalho que exerce. “Meu documentário, com roteiro aprovado pelo Funcultura (Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura) ano passado (2016), traz esse olhar sobre a força das mulheres na ilha”, diz Anna Andrade.

O filme, conduzido por uma equipe pequena, terá 17 minutos e ficará pronto em março de 2018, com a primeira exibição na Ilha de Deus. “Depois, pretendo distribuir para bibliotecas, escolas públicas e cineclubes, além de levar para circuitos de festivais.” Entremarés, explica Anna Andrade, é como se chama a área exposta na maré baixa e submersa na maré alta. Organismos que vivem entremarés suportam condições extremas de vida.

HOME/CIDADES/CIÊNCIA/M.AMBIENTE

» LITORAL SUL

Peixe mero pesando 200 quilos é capturado acidentalmente em Tamandaré

O animal, inscrito na Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas, foi capturado por uma rede de arrasto na sexta-feira (20)

Publicado em 23/10/2017, às 20h52



O peixe media 2,3 metros

Foto: Divulgação/Cepene

JC Online

Um peixe mero, espécie ameaçada de extinção, foi capturado acidentalmente por pescadores de Tamandaré, no Litoral Sul de Pernambuco, na última sexta-feira (20). De acordo com Leonardo Messias, coordenador do Centro de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Nordeste (Cepene), o animal, que pesava cerca de 300 quilos e media 2,3 metros, já estava morto quando atingiu a superfície.

"O mero foi capturado por uma rede de arrasto de camarão, o pescador imediatamente ligou para nós do Centro de Pesquisa, ele sabia que é uma espécie em extinção e ligou para a gente ir lá recolher o animal, infelizmente já chegou morto", explica. Nesta modalidade de pesca, geralmente, a rede é retirada do mar após três horas.

O Cepene fez a coleta de material genético para determinar a idade do animal e o sexo. Estima-se que ele tinha por volta de 40 anos. A carne do peixe será doada para a Associação Padre Enzo, uma creche que atende crianças da região.



Peixe criticamente ameaçado

O mero é um peixe criticamente ameaçado, inscrito na Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas da *International Union for Conservation of Nature*. A maturação ocorre, em geral, aos seis anos. Há indícios de que o peixe vive aproximadamente 50 anos, atingindo o peso médio de 300 quilos. A espécie ainda está sob ameaça e não se recuperou do declínio populacional. Os principais motivos são a pesca ilegal, a captura em agregações reprodutivas e a destruição de habitats. As informações são do Ibama e Ministério do Meio Ambiente.

PALAVRAS-CHAVE

Tamandaré extinção peixe

HOME/MUNDO/BRASIL

» ALIMENTAÇÃO

Alimentação escolar é tema contra nutrição precária, diz FAO

Brasília - O papel da alimentação escolar e experiências sobre a educação alimentar e nutricional são temas do Congresso Internacional de Alimentação Escolar

Publicado em 05/10/2017, às 18h35



A Lei da Alimentação Escolar determina que pelos menos 30% dos recursos que são transferidos do governo federal para os entes municipais e estaduais sejam destinados à aquisição de produtos da agricultura familiar.

Foto: Agência Brasil

Agência Brasil

A alimentação escolar é uma importante política estratégica para o enfrentamento de problemas sociais mundiais relacionados à nutrição precária decorrente da má alimentação. O Brasil tem um programa exitoso que serve de modelo a vários países no fortalecimento de suas próprias experiências, que é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). As afirmações são de Najla Veloso, coordenadora de um projeto para o fortalecimento de programas de alimentação escolar na América Latina e Caribe, da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO).

“A obesidade, o sobrepeso, esses temas relacionados a doenças e enfermidades crônicas não-transmissíveis são vinculados à má nutrição e ao consumo de alimentos ultraprocessados, articulado com a falta de atividade física, com maus hábitos de consumo e a falta de educação de gerações anteriores de decidir e ajudar nossas crianças e adolescente a comer aquilo que deve ser comida”, disse Najla.

Para ela, é fundamental que a escola seja esse espaço de consciência e compromisso em mostrar que a educação alimentar e nutricional é um tema importante para a sobrevivência. “Esse debate não é muito antigo. Falamos de fome por muitos anos e falamos pouco da qualidade do que se come”, ressaltou ela.

O projeto coordenado por Najla é uma cooperação do Brasil, por meio do FNDE, com a FAO e países da América Latina e Caribe, para compartilhar a experiência de 62 anos do Pnae. Desde terça-feira (3), representantes de 24 países estão reunidos em Brasília para discutir o papel da alimentação escolar e compartilhar experiências sobre a educação alimentar e nutricional, no Congresso Internacional de Alimentação Escolar.

“O objetivo é que se construa conhecimento para gerar empoderamento das pessoas que estão aqui para usar o tempo e o espaço que a escola oferece para fazer essa relação importante entre o que se come e os conhecimentos relacionados ao que se come”, disse Najla, destacando os aspectos antropológicos, sociológicos, econômicos, éticos, nutricionais e todas as diversas dimensões que os alimentos têm. “E ter como resultado, por exemplo, adolescentes que saibam a importância de amamentar seus filhos, que sejam mães mais comprometidas com a qualidade do que vão comer suas famílias. E os adolescentes homens que vão entender que cozinhar é tarefa de todo mundo, que cozinhar é uma questão de sobrevivência”.

A inclusão desse paradigma no Pnae se deu no Brasil a partir de 2009 com a Lei da Alimentação Escolar, que, além do acesso a alimentos saudáveis, trouxe a educação alimentar e nutricional como um dos seus eixos.

Segundo Najla, o Pnae é considerado um dos melhores programas de alimentação do mundo pelas suas recomendações nutricionais, pela abrangência – ele atende 41 milhões de estudantes –, e pela inovação promovida pelo Brasil, que é a compra pública de produtos da agricultura familiar para a merenda escolar.

A Lei da Alimentação Escolar determina que pelos menos 30% dos recursos que são transferidos do governo federal para os entes municipais e estaduais sejam destinados à aquisição de produtos da agricultura familiar. “É algo que faz diferença na hora de executar um programa sustentável”, disse a coordenadora-geral do Pnae, Karine Santos.

Entretanto, a meta ainda não foi alcançada. Segundo Karine, em 2010, quando o governo iniciou as aquisições da agricultura familiar, o índice era de 4,8%. Em 2016, ele chegou a 24,84%, um incremento de 3,32% ao ano.

Para a coordenadora da FAO, Najla Veloso, é importante destacar ainda o desenvolvimento socioeconômico do Pnae, já que esses recursos são destinados a pequenos agricultores familiares, “muitos deles pelejando para sobreviver”. “Temos no Brasil experiências maravilhosas de oferta de filé de tilápia, por exemplo, preparadas pelos pescadores locais. Mas já tivemos meninos da ilha de Fernando de Noronha comendo atum enlatado vindo dos Estados Unidos. No Caribe isso ainda acontece”, contou.

Comunidade escolar

Entretanto, Najla diz que o Brasil ainda precisa aumentar o envolvimento da comunidade escolar nos programas de educação alimentar e nutricional, elemento bem desenvolvido em países como República Dominicana, El Salvador, Costa Rica, Guatemala, Honduras e Paraguai. “Eles têm uma fortaleza que é o fato de que começaram a discutir a alimentação escolar com mães e pais voluntários. É uma debilidade porque esses profissionais não são remunerados e gastam seu tempo ali com uma responsabilidade que é do estado. Mas é uma fortaleza no sentido de que é uma comunidade escolar comprometida com o que o filho come”, disse.

A articulação interinstitucional em nível local e o protagonismo e envolvimento comunitário também precisam ser melhor desenvolvidos no Brasil, para a coordenadora da FAO.

Política irreversível

Najla conta que chegou a ser discutido no âmbito da atual gestão do governo federal a possibilidade da anulação do decreto que obriga os 30% de recursos para a agricultura familiar. “Porém, a força que isso alcançou aqui dentro com a sociedade civil, cooperativas de agricultores, várias entidades vinculadas em nível local e nacional, isso tudo agregado foi um impeditivo para que essa discussão avançasse”, disse.

Para ela, é um movimento irreversível pela forma como o Pnae foi articulado pelos diversos segmentos da sociedade. “Ela se instituiu como uma política forte a ponto de ser proposta uma lei para tornar a corrupção com a alimentação escolar um crime hediondo”, disse, contanto sobre o projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional.

Boas práticas

O FNDE conciliou o congresso internacional com a premiação do concurso Boas Práticas da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar. Vinte e cinco iniciativas foram premiadas e estão relatadas no Caderno de Boas Práticas de Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar, lançado durante a premiação. A versão virtual do caderno estará disponível em breve no portal do FNDE e a lista das experiências vencedores está na página do concurso.

São iniciativas executadas por secretarias estaduais e municipais que têm contribuído para o bom funcionamento das ações que envolvem a alimentação escolar nas regiões brasileiras. Segundo Karine Santos, o caderno traz ainda temas que envolvem a agricultura familiar, como o cooperativismo, a associativismo e importância de alimentos regionais.

Uma das iniciativas destaque é a da Secretaria Estadual de Educação do Paraná, que consegue cumprir a meta de investir mais de 30% dos recursos da alimentação escolar na agricultura familiar. É a única secretaria estadual premiada. “A secretaria estadual tem um papel estratégico diferenciado pelo volume de recursos que recebe, pelo número de alunos que atende e pela própria dimensão territorial de execução de programa”, disse Karine.

HOME/ECONOMIA/NACIONAL

» FRAUDE

CGU vê fraude em dois de cada três benefícios do 'bolsa pescador'

Custo com beneficiados por fraude pode chegar a R\$ 1,5 bilhão ao ano aos cofres do governo

Publicado em 04/10/2017, às 08h38



CGU identifica irregularidades no pagamento de bolsa pescador

Foto: Agência Senado

Estadão Conteúdo

Dois a cada três beneficiários do seguro-defeso não teriam direito a receber o recurso pelas regras do programa, mas acabam custando R\$ 1,5 bilhão ao ano aos cofres do governo, segundo resultado de auditoria do Ministério da Transparência e da Controladoria-Geral da União (CGU) obtido pelo 'Estadão/Broadcast'. Em momento de necessidade de ajuste nas contas, o órgão de controle aponta em relatório que o registro dos segurados "é ineficiente em nível intolerável para justificar a manutenção da política pública" e defende a reformulação completa do programa.

O seguro-defeso, uma espécie de bolsa pescador, é o benefício de um salário mínimo (hoje em R\$ 937,00) pago a pescadores artesanais profissionais no período de proibição da pesca (em média quatro meses) para proteger as espécies em períodos críticos, como de reprodução. Mas as fragilidades no cadastro abrem brechas para que o recurso seja usado até como moeda de troca em período eleitoral. Em setembro de 2014, houve 24,4 mil novas inscrições, crescimento de 760% ante setembro do ano anterior, quando foram 3,2 mil novos beneficiários.

"O porcentual de irregularidades surpreendeu, foi muito acima do que se esperava. É por isso que recomendamos a alteração da política", explica o diretor de Auditoria de Políticas Econômicas e de Produção da CGU, Guilherme Mascarenhas.

O principal problema da concessão do seguro-defeso é que os dados são declarados pelos próprios beneficiários. Além disso, muitos trabalhadores informais recebem o benefício, o que dificulta o rastreamento da fonte de renda para justificar a suspensão do pagamento. Há ainda uma parcela considerável (19%) que recebeu o dinheiro sem ser pescador.

Entrevistas

Os resultados foram obtidos a partir de entrevistas feitas com 2,3 mil beneficiários em 126 municípios. O objetivo era saber se os segurados exerceram a pesca entre 2013 e 2014, período alvo do levantamento. Os técnicos da CGU ressaltam que o quadro de irregularidades se mantém. Em alguns municípios, o cenário é pior do que na média nacional: em Xique-Xique, na Bahia, o resultado mostra que 72,9% dos benefícios são irregulares.

Diante das brechas, o número de cadastros para recebimento do seguro saltou 92,4% entre 2008 e 2015, atingindo a marca de 1 milhão de beneficiários. Com isso, o custo do programa

saiu de R\$ 602 milhões para cerca de R\$ 2 bilhões no período. Por precaução, o governo suspendeu a realização de novos cadastros.

Segundo Mascarenhas, a transferência da Secretaria da Pesca do Ministério da Agricultura para o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic) dificultou o trabalho dos técnicos, uma vez que se perdeu a estrutura de fiscalização, com o apoio dos auditores. Uma segunda transferência da Pesca, agora para a alçada da Presidência, tampouco resolve o problema.

As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

PALAVRAS-CHAVE

CGU bolsa-pescador pescador

HOME/CIDADES/CIÊNCIA/M.AMBIENTE

» LITORAL SUL

APA Marinha no Litoral Sul de Pernambuco é apresentada ao Consema

A reunião do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema), para discutir a criação da APA Marinha, será nesta sexta-feira (29/09)

Publicado em 28/09/2017, às 08h08



A APA Recifes Serrambi ocupará uma área de 84 mil hectares

Foto: Divulgação/Semas

Da Editoria Cidades

A proposta de criação da Área de Proteção Ambiental (APA) Recifes Serrambi será apresentada nesta sexta-feira (29/09), a partir das 8h30, na reunião do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema). Se for aprovada, Pernambuco terá sua primeira unidade de conservação totalmente localizada em ambiente marinho. A APA Marinha sugerida para o Litoral Sul ocupa uma área de 84 mil hectares nos municípios de Ipojuca, Sirinhaém, Rio Formoso e Tamandaré.

Composto de 48 conselheiros, o Consema é formado por representantes da sociedade civil, governo do Estado, setor produtivo e academia. A reunião ocorrerá na sede da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Pernambuco (Semas), nos Aflitos, bairro da Zona Norte do Recife. Com a proposta aprovada, o próximo passo é encaminhar uma minuta de decreto ao governo, informa o secretário-executivo da Semas, Carlos André Cavalcanti.

A segunda etapa prevê a implementação da APA Marinha, com a construção do plano de manejo. “Vamos reativar o grupo de trabalho instituído em fevereiro deste ano (2017) para criação da unidade de conservação, abrir licitação e escolher a empresa que vai elaborar o documento, esse processo demora uns três meses. A execução do plano levará de seis a nove

meses”, afirma Carlos André Cavalcanti. Integram o grupo de trabalho técnicos da Semas e da CPRH.

Usos

De acordo com ele, o plano de manejo, que será elaborado com participação da sociedade, vai definir os usos e orientar o desenvolvimento sustentável da APA Marinha. O documento deverá estabelecer áreas para a pesca artesanal mais intensa e setores onde haverá restrições. Atividades náuticas também devem ser controladas nos limites da unidade de conservação. “Vamos definir locais mais propícios para jet ski e setores mais restritivos”, exemplifica.

A função das áreas com restrições de uso é garantir a recuperação da fauna e da flora. A futura APA Marinha abriga uma biodiversidade importante que precisa ser conservada, diz o secretário-executivo.

PALAVRAS-CHAVE

APA Marinha Recifes Serrambi litoral sul Pernambuco unidade de conservação meio ambiente

HOME/CIDADES/GERAL

» SERRAMBI

Pescador é encontrado morto em piscina natural do Litoral Sul de PE

O corpo foi levado de Barra de Sirinhaém à Serrambi pela correnteza

Publicado em 19/09/2017, às 15h35



Corpo do pescador foi encontrado por populares na praia de Serrambi após ser arrastado pela correnteza.

Foto: Chico Porto/ JC Imagem

JC Online

O corpo do pescador Wellington Ricardo da Silva foi encontrado em avançado estado de decomposição, por volta das 6h30 da manhã desta terça-feira (19), na praia de Serrambi, Litoral Sul pernambucano. Segundo populares, o cadáver estava preso embaixo de uma pedra, nas piscinas naturais. De acordo com a polícia, o rapaz, de 21 anos, estava desaparecido desde a noite do último sábado (16), quando saiu para beber com amigos, em Barra de Sirinhaém, local onde morava. O cadáver foi levado de Barra de Sirinhaém à Serrambi pela correnteza.

A polícia, ainda não se sabe o motivo da morte. Apenas o laudo do Instituto de Criminalística poderá apontar se o jovem foi vítima de homicídio, afogamento ou ataques de tubarão. O corpo se encontra no Instituto de Medicina Legal (IML) do Recife.

PALAVRAS-CHAVE

Serrambi pescador afogamento litoral sul

HOME/CIDADES/JC TRÂNSITO

» MANIFESTAÇÃO

MTST protesta por emprego e moradia no Centro do Recife

Os manifestantes seguem em passeata em direção à Prefeitura do Recife

Publicado em 19/09/2017, às 10h03



Os manifestantes bloqueiam o trânsito na Avenida Alfredo Lisboa

Foto: Monitoramento/CTTU

JC Online

Integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto de Pernambuco (MTST) realizam um protesto, na manhã desta terça-feira (19). Inicialmente, o MTST bloqueou o trânsito na Avenida Alfredo Lisboa, no bairro do Recife Antigo, na área Central da cidade. No momento, o protesto acontece no Cais do Apolo, em frente à Prefeitura do Recife. Os manifestantes seguram faixas, reivindicando emprego e moradia.

De acordo com Jô Cavalcanti, integrante do movimento, a manifestação é nacional. "Com a crise no País, as comunidades são as que mais sofrem com o desemprego", declarou Jô. Participam do ato integrantes das comunidades de Pocotó, em Boa Viagem, e da Vila dos Pescadores, no Pina, na Zona Sul do Recife e de Carolina de Jesus, no Barro, na Zona Oeste.

PALAVRAS-CHAVE

mtst protesto jc trânsito

HOME/ECONOMIA/NACIONAL

» SERGIPE

Pescador processa a Chesf por falta de peixes no São Francisco

Entre as provas apresentadas ao TJSE, laudos do Ibama comprovaram que houve redução na piscosidade do rio

Publicado em 11/09/2017, às 12h50



Para a Justiça, não ficou comprovado que a redução da vazão do Rio São Francisco e a consequente falta de peixes foi causada pela empresa pública

Foto: Divulgação

JC Online

Um pescador de Sergipe buscou a Justiça para tentar resolver o problema da falta de peixes ao longo do Rio São Francisco. Alegando intervenções da Companhia hidrelétrica do São Francisco (Chesf) na vazão do rio, o homem cobrou uma indenização à estatal por inviabilizar a pesca na região, comprometendo os seus rendimentos com a atividade econômica.

Na 1ª instância, no Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE), a causa foi dada como ganha à Chesf, já que não ficou comprovado que a redução da vazão do Rio São Francisco e a consequente falta de peixes foi causada pela empresa pública. Ainda assim, alegando omissão nos pontos apresentados, o pescador recorreu ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), que também não deu provimento à ação.

Provas

Entre as provas apresentadas ao TJSE, laudos do Ibama comprovaram que houve redução na piscosidade do rio, mas que o fenômeno não foi provocado por uma das hidrelétricas da Chesf, já que a causa teria sido a redução de vazão

de um dos afluentes, decorrente de outros motivos e com autorização do Ministério do Meio Ambiente.

Para reduzir a vazão das hidrelétricas nos rios, a Chesf precisa de uma autorização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Ao todo, a Chesf possui 12 Hidrelétricas, sendo 8 no Rio São Francisco, duas no Rio Contas (BA), uma no Rio Parnaíba (PI), uma nos Rios Piancó e Aguiar (PB). Além das hidrelétricas, a companhia possui também uma usina térmica.

Segundo o pescador, o Rio São Francisco teve a vazão reduzida de 1.300 para 700 metros cúbicos por segundo, inviabilizando desde abril de 2013 a atividade de pesca em sua região. O recorrente buscou a responsabilização de outros órgãos governamentais, mas essa pretensão também foi rejeitada no TJSE e no STJ.

PALAVRAS-CHAVE

Chesf Rio São Francisco

HOME/CIDADES

» VELHO CHICO

Vazão do São Francisco é reduzida em maior seca em quase 90 anos

A vazão regular de Xingó era de 1.300 m³ por segundo em 2012, início da estiagem que se prolonga até agora

Publicado em 31/08/2017 às 20:19



A vazão regular de Xingó era de 1.300 m³ por segundo em 2012, início da estiagem que se prolonga até agora

Foto: Marcello Casal Jr/Arquivo/Agência Brasil

JC Online

Na maior seca da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco em quase 90 anos de medição oficial, a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) reduziu nesta quinta (31) a vazão de reservatórios do Velho Chico a partir da Usina de Xingó, entre Alagoas e Sergipe, de 600 metros cúbicos (m³) por segundo para 580 m³ por segundo. A vazão regular de Xingó era de 1.300 m³ por segundo em 2012, início da estiagem que se prolonga até agora.

A decisão foi tomada, na última segunda-feira (28), em reunião para avaliar a operação dos reservatórios. O objetivo, de acordo com a Chesf, é fazer um teste para avaliar “eventuais impactos aos usuários”, em especial para a captação de água para abastecimento. Depois dessa avaliação, uma nova redução para 550 m³ por segundo está programada em data ainda não divulgada, com base em autorização da Agência Nacional de Águas (ANA) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

De acordo com o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF), o São Francisco é responsável por 70% da disponibilidade hídrica da Região Nordeste e do norte de Minas Gerais. A redução pretende evitar maior prejuízo ao abastecimento de água, em especial para consumo humano, de acordo com a Chesf.

O volume de água dos reservatórios do São Francisco vem diminuindo sucessivamente. O maior reservatório do Nordeste, o de Sobradinho, na Bahia, por exemplo, caiu de 9,8% de volume útil no dia 1º de agosto para 7,8% na última medição disponível no sistema da Chesf de ontem (30). O objetivo da redução de vazão é impedir um colapso ao menos até novembro, quando começa o período chuvoso em parte da Bacia do São Francisco.

Essa redução vêm ocorrendo ao longo dos anos de estiagem. No ano passado, o Rio São Francisco tinha alcançado a menor vazão histórica desde 1979, quando o Reservatório de Sobradinho foi inaugurado.

Impactos colaterais

Se a medida emergencial pretende garantir o abastecimento, o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco aponta que existem efeitos colaterais para a vitalidade do rio e para as populações ribeirinhas. O presidente da organização, Anivaldo Mirada, diz que a redução é

uma situação “sem muitas alternativas de saída” neste momento, mas lista os problemas decorrentes da liberação cada vez menor de água para o curso do rio.

Na parte de abastecimento, por exemplo, a diminuição do nível do São Francisco impacta nos pontos de captação da água tanto para consumo humano como para irrigação. “Tem sido feito um acompanhamento permanente desse processo e a questão tem sido resolvida com o uso de bombas flutuantes para captação de água”, disse.

Outro impacto é o avanço do mar na foz do São Francisco, que aumenta a salinidade do rio e compromete a qualidade da água especialmente do município de Piaçabuçu, em Alagoas, e Brejo Grande, em Sergipe. Miranda diz que não só o abastecimento fica comprometido, mas o problema vira uma questão de saúde pública. Há prejuízo ainda na navegação de embarcações e na pesca artesanal.

“Essa navegação de pequeno e médio porte tem sido garantida. Claro que as travessias ficam mais longas, é preciso maior habilidade, mas não houve nenhuma interrupção em grande escala”, diz o presidente do comitê.

Revitalização

Para reverter a necessidade de sucessivas reduções de vazão e impedir os impactos colaterais, Anivaldo Miranda diz que é necessário uma “união” de entes públicos e da sociedade para a revitalização da bacia hidrográfica do São Francisco. Na avaliação do presidente do comitê, o projeto nacional para essa recuperação “a rigor, ainda não saiu do papel”

“É preciso trabalhar pela recarga de aquíferos, combate à erosão, preservação de mata ciliar, fazer programas de melhoria da qualidade da água, saneamento básico dos municípios ribeirinhos. Sobretudo paralisar de forma imediata o desmatamento de dois biomas fundamentais: a caatinga e sobretudo o cerrado”, diz.

HOME/CIDADES/CIÊNCIA/M.AMBIENTE

» SALVE O RIO

Projeto 'Há gosto pelo Capibaribe' faz música e limpeza do rio

Nova edição do projeto é uma parceria da ONG Recapibaribe e da Orquestra Criança Cidadã. Expectativa é tirar cinco toneladas de lixo do Capibaribe

Publicado em 31/08/2017, às 08h38



Barqueiros saíram da sede da ONG, no Monteiro, e devem realizar limpeza até próximo ao Sport Club do Recife

Guga Matos/JC Imagem

Da Editoria de Cidades

A nona edição do projeto "Há gosto pelo Capibaribe", que acontece durante toda a manhã desta quinta-feira (31/08), tem o apoio musical de jovens da comunidade do Coque, localizada na área central do Recife. Oito integrantes da Orquestra Criança Cidadã participam da ação, levando ao público um repertório regional, com composições de Luiz Gonzaga, enquanto pescadores parceiros da ONG Recapibaribe, idealizadora do projeto, fazem a retirada de lixo do Rio Capibaribe.

A expectativa é que sejam retiradas até cinco toneladas de detritos do Capibaribe, desde a sede da ONG, no bairro do Monteiro (Zona Norte da capital pernambucana) até as proximidades do Sport Club do Recife, na Ilha do Retiro (Zona Oeste da cidade), com a colaboração de quase 50 pescadores. As três embarcações que retirarem a maior quantidade de lixo serão premiadas. Antes da largada, um café da manhã foi oferecido na sede da entidade ambientalista. A ação deve durar cerca de quatro horas.

Resumo: o lixo vai ser retirado por três embarcações durante 4 horas

De acordo com Maria do Socorro Cantanhede, fundadora e coordenadora da ONG, os pescadores recolheram quatro toneladas de lixo do curso d'água, em 2016. "Nós criamos o movimento Há gosto pelo Capibaribe pela própria necessidade do rio. Olhamos para ele, tão cheio de lixo e de esgoto, e tivemos a vontade de fazer algo melhor. Quem deveria cuidar do rio são os maiores poluidores", declara Socorro Cantanhede, que atua juntamente com o marido, o ambientalista André Cantanhede.

Responsabilidade

"Não é nossa obrigação limpar o rio, mas estamos fazendo a nossa parte e esperamos estimular outras pessoas a fazerem o mesmo, em outros trechos do Capibaribe e em outros rios também", destaca André Cantanhede. "Cuidar do Capibaribe é obrigação de todo cidadão, todos nós somos responsáveis pelo lixo que produzimos", acrescenta Socorro Cantanhede, alertando para a importância do descarte correto dos detritos. "O rio não precisa de nós, nós é que precisamos dele", afirma Socorro.

O pescador José Guilhermino da Silva, um dos *participantes* da *gincana*, disse que "pesca" com frequência garrafas PET, sacolas plásticas e isopor. "Vem mais lixo do que peixe no mangote", observa José Guilhermino. Ele mora no bairro de Peixinhos, em Olinda, e trabalha no trecho do Rio Beberibe que passa pela Ilha do Maruim, na mesma cidade.

PALAVRAS-CHAVE

Rio Capibaribe Orquestra Criança Cidadã

HOME/POLÍTICA

» CARAVANA

Após 14 anos, Lula volta a Brasília Teimosa

Dilma Rousseff e políticos locais, como o ex-prefeito do Recife, João Paulo (PT), acompanharam o petista na visita

Publicado em 26/08/2017 às 12:44



Dilma Rousseff e políticos locais, como o ex-prefeito do Recife, João Paulo (PT), acompanharam o petista na visita

Foto: Roberto Stuckert Filho / Divulgação

JC Online

O ex-presidente Lula retornou a Brasília Teimosa exatamente 14 anos depois de sua primeira visita ao bairro da Zona Sul do Recife, em 2003. Lula esteve acompanhado da também ex-presidente Dilma Rousseff de políticos locais, como o ex-prefeito do Recife, João Paulo (PT).

Lula foi recebido por cerca de 500 pessoas na orla da praia de Brasília Teimosa. Ele caminhou pelas ruas do bairro e conversou com alguns moradores. "Estamos vendo a esperança nele. Ele vai ser o nosso futuro presidente", afirmou uma moradora, que falou com o ex-presidente, em entrevista à *Rádio Jornal*. Essa é a última parada da caravana do petista em Pernambuco, que seguirá para João Pessoa na Paraíba.

Reencontro

Uma das casas visitadas pelo ex-presidente foi a do pescador José Severino da Silva Barros, conhecido como Zé da Praia. O morador era dono de um barraco visitado por Lula no início do primeiro mandato. Neste sábado, o petista revisitou a casa por aproximadamente 15 minutos com a comitiva. A imprensa não foi autorizada a acompanhar a visita.

O pescador havia afirmado antes da visita, em entrevista ao Blog de Jamildo, que é eleitor do petista desde 2002, ano em que ele venceu as eleições para o primeiro mandato de Presidente da República. Zé da Praia havia cedido em 2003 a casa para Lula passar até a palafita, que também pertencia ao pescador, mesmo que não utilizada por ele.

Há 14 anos, quando visitou a localidade, Lula anunciou a remoção das palafitas e a transferência das famílias para o Residencial Casarão do Cordeiro, na Zona Oeste do Recife. Na época, foram investidos R\$ 9 milhões para a urbanização do bairro de Brasília Teimosa e R\$ 2,6 milhões na construção do residencial.

HOME/POLÍTICA/BLOG JAMILDO MELO

Catorze anos depois, Lula volta a casa de pescador em Brasília Teimosa

Publicado por Amanda Miranda em 26/08/2017 às 12:49



Foto: Roberto Stuckert Filho/Divulgação

Catorze anos depois de assumir a presidência e *visitar* Brasília Teimosa, na Zona Sul do Recife, para anunciar a reurbanização da comunidade de palafitas sobre o mar, Lula voltou ao bairro neste sábado (26). Por simbolismo, a comitiva do Partido dos Trabalhadores escolheu a casa do pescador José Severino da Silva Barros, conhecido como Zé da Praia, para recebê-lo.

Ele era dono de um barraco visitado por Lula no início do primeiro mandato, mas havia cedido para outra pessoa e não se encontrou com o então presidente. Agora, o petista que se prepara para se lançar novamente candidato ao cargo, se não for condenado em segunda instância na Operação Lava Jato até lá, entrou na sua casa e ficou por aproximadamente 15 minutos com a comitiva, que incluem a ex-presidente Dilma Rousseff (PT) e o ex-prefeito João Paulo.

A imprensa não foi autorizada a acompanhar a visita. Depois do encontro, Zé da Praia afirmou que ficou emocionado e não lembra como aconteceu, apenas que Lula e Dilma não falaram muito e que tiraram muitas fotos.



Zé da Praia em frente à sua casa na noite antes da chegada de Lula (Foto: Camila Souza/Blog de Jamildo)

Zé da Praia afirmou ao Blog de Jamildo antes da visita que é eleitor de Lula desde 2002, ano em que ele venceu as eleições presidenciais após três derrotas. Ele cedeu em 2003 a casa para o então presidente passar até a palafita que também era sua, embora não a usasse.



Foto: Camila Souza/Blog de Jamildo

O pescador não conseguiu cumprimentar o petista e conta que só chegou perto. Desta vez, foi procurado pela militância para receber Lula e relatou se sentir privilegiado pela visita. Mas, ao contrário de amigos, que compraram presentes para o petista e escreveram carta com

pedidos de benefícios para a cooperativa de pescadores local, preferiu não preparar nada para ele. Depois de sair da casa, o petista foi à associação:

Na visita de Lula há 14 anos, foram anunciadas a remoção das palafitas e a transferência das famílias que moravam nos barracos sem infraestrutura para o Residencial Casarão do Cordeiro, na Zona Oeste – a localização do conjunto habitacional, a 8 quilômetros, hoje é contestada por causa da distância. Foram investidos R\$ 9 milhões para urbanização de Brasília Teimosa e R\$ 2,6 milhões na construção do residencial, que atendeu a mais de 500 famílias.



Lula em visita a Brasília Teimosa em 2003, com o então prefeito, João Paulo (Foto: Ana Nascimento/ABr)

Zé da Praia não se mudou para o conjunto do Cordeiro, mas a família que vivia na sua palafita foi beneficiada. “O barraco foi destruído, mas a casa ficou”, justificou. Eleitor de Lula, o pescador elogiou as mudanças no bairro, principalmente a orla, que foi restaurada, ganhou uma avenida e teve o serviço na praia do Buraco da Véia entregue.

Lula chegou a visitar novamente Brasília Teimosa nas eleições de 2014, quando apoiou o senador Armando Monteiro Neto (PTB) ao Governo do Estado, mas o petebista foi derrotado por Paulo Câmara (PSB). No ano passado, a coligação de Geraldo Julio (PSB) disse ter obtido 48% dos votos na zona eleitoral em que Brasília Teimosa está inserida no primeiro turno, contra 22% do ex-prefeito João Paulo (PT), à frente da PCR quando foi feita a urbanização da área.

HOME/CIDADES/GERAL

» À DERIVA

Pescadores são resgatados após ficarem à deriva no mar

O barco em que eles estavam apresentou problemas no motor

Publicado em 22/08/2017, às 17h04



A embarcação foi resgatada numa área nas imediações do Parque das Esculturas

Foto: cortesia Corpo de Bombeiros

JC Online

Três pescadores foram resgatados após ficarem à deriva em alto mar na tarde desta terça-feira (22). Eles haviam partido da comunidade de Brasília Teimosa, no Pina, e precisaram ancorar nas proximidades do Parque das Esculturas, em uma área conhecida como Boca da Barra.

De acordo com o Corpo de Bombeiros, minutos depois da partida, o motor do barco apresentou problemas e parou de funcionar. Além disso, os fortes ventos rasgaram as velas da embarcação.

Os próprios pescadores conseguiram acionar o socorro dos Bombeiros pelo número 193, por volta das 13h30. A corporação utilizou um bote inflável de salvamento para resgatar o barco com os pescadores que já haviam sido arrastados pela correnteza a cerca de 2,5km mar adentro. Em seguida, o barco foi rebocado até um posto da Marinha, localizado no Cais de Santa Rita, na área central do Recife. Os pescadores não precisaram de atendimento médico.

HOME/POLÍTICA/PERNAMBUCO

» ENCONTRO

Lula visita Renata Campos entre rumores de aproximação entre PT e PSB

Ex-presidente foi à casa da viúva de Eduardo Campos na noite desta quinta (24), onde acontece festa de aniversário de Maria Eduarda

Publicado em 24/08/2017, às 21h40



Lula chegou à casa de Renata Campos na noite desta quinta (24)

Foto: reprodução/Twitter

JC Online

Em visita a Pernambuco, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) foi à casa da família Campos na noite desta quinta-feira (24), no bairro de Dois Irmãos, Zona Norte do Recife. Lula tem encontro com Renata Campos, viúva do ex-governador Eduardo Campos (PSB), e os cinco filhos do casal. No local, foi realizada uma festa de aniversário para Maria Eduarda Campos.

O encontro do petista com a família dos socialistas também contou com a presença da mãe de Eduardo Campos e ministra do Tribunal de Contas da União (TCU), Ana Arraes, o governador do Estado, Paulo Câmara, e o prefeito do Recife, Geraldo Júlio.

A reunião de Lula com a família de Renata Campos teria caráter pessoal, uma vez que o ex-presidente gostaria de retribuir a visita feita por ela a ele durante o internamento da ex-primeira-dama Marisa Letícia, em fevereiro, em São Paulo, antes do seu falecimento. Lula teria confidenciado a pessoas próximas que ficou “bastante tocado” com a atitude de Renata.

No entanto, o encontro, que contou com a presença do alto escalão do PSB em Pernambuco, acontece no momento em que há discussões nos bastidores da política sobre a reaproximação do PT com o PSB em período de articulações para as eleições de 2018. O ex-ministro da Educação e ex-prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, esteve recentemente na capital pernambucana e teve um encontro com o governador Paulo Câmara.

Já Renata Campos tem sido cortejada por partidos como possibilidade de ser vice em uma chapa presidencial para as eleições de 2018.

Caravana em Pernambuco

O ex-presidente Lula chegou ao Recife nesta quinta-feira (24) para mais uma etapa da sua “Caravana pelo Brasil”. O primeiro compromisso oficial de Lula no Estado foi nesta tarde em uma visita ao Museu do Cais do Sertão, no Recife Antigo.

Nesta sexta (25), às 10h, o petista vai a Ipojuca, onde participa de um ato em defesa da indústria naval, na faculdade Fajolca, reunindo trabalhadores de sete categorias. Em Ipojuca, a pauta da privatização da Eletrobrás deverá ser abordada. Funcionários da Chesf entregarão um documento pedindo empenho de Lula sobre a causa.

Ainda nesta sexta o petista participará, no Pátio do Carmo, de um ato organizado pela Frente Brasil Popular, que reúne forças políticas de esquerda. Entre os temas abordados, estão a oposição ao governo de Michel Temer (PMDB) e o combate às reformas apresentadas pelo peemedebista.

A passagem de Lula por Pernambuco se encerra sábado (26), com uma visita, pela manhã, a pescadores, marisqueiras e à comunidade, revitalizada com recursos do seu governo. A agenda do petista em Pernambuco ainda será acompanhada pela ex-presidente Dilma Rousseff (PT), que deve desembarcar nesta sexta-feira no Recife.

GALERIA DE IMAGENS



PALAVRAS-CHAVE

renata campos LULA

» EX-PRESIDENTE

Lula chega ao Recife nesta quinta (24) para três dias de agenda

Ex-presidente deverá ter encontro com a ex-primeira-dama Renata Campos, mas agenda não foi confirmada

Publicado em 24/08/2017 às 6:14



Ex-presidente deverá ter encontro com a ex-primeira-dama Renata Campos, mas agenda não foi confirmada

Foto: Ricardo Stuckert/Instituto Lula

Mariana Araújo

O ex-presidente Lula chega ao Recife nesta quinta-feira (24) para mais uma etapa da sua “Caravana pelo Brasil”. Nessa quarta (23), o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) recebeu o processo em que o petista foi condenado a nove anos e seis meses de prisão por corrupção e lavagem de dinheiro no caso que envolve o apartamento tríplice no Guarujá, em São Paulo. Não há previsão para decisão sobre recursos apresentados pelo ex-presidente e pelas outras partes do processo. Lula foi condenado em primeira instância pelo juiz da 13ª Vara Federal, Sérgio Moro, em 12 de julho.

O primeiro compromisso oficial de Lula no Estado será às 15h, em uma visita ao Museu do Cais do Sertão, no Recife Antigo. Um encontro com a ex-primeira-dama Renata Campos também está previsto, porém não foi confirmado pela assessoria do petista. A reunião teria caráter pessoal, pois Lula gostaria de retribuir a visita feita por Renata a ele durante o internamento da ex-primeira-dama Marisa Letícia, em fevereiro, em São Paulo, antes do seu falecimento. Lula confidenciou a pessoas próximas que ficou “bastante tocado” com a atitude de Renata.

O dia mais movimentado de Lula em Pernambuco será nesta sexta (25). Às 10h, o petista vai a Ipojuca, onde participa de um ato em defesa da indústria naval, na faculdade Fajolca, reunindo trabalhadores de sete categorias. Em Ipojuca, a pauta da privatização da Eletrobrás deverá ser abordada. Funcionários da Chesf entregarão um documento pedindo empenho de Lula sobre a causa.

Na sexta (25) à tarde, o petista participará, no Pátio do Carmo, de um ato organizado pela Frente Brasil Popular, que reúne forças políticas de esquerda. Entre os temas abordados, estão a oposição ao governo de Michel Temer (PMDB) e o combate às reformas apresentadas pelo peemedebista.

A passagem de Lula por Pernambuco se encerra sábado (26), com uma visita, pela manhã, a pescadores, marisqueiras e à comunidade, revitalizada com recursos do seu governo. O ex-presidente já tem data para retornar ao Estado. Será no dia 31 de agosto, num intervalo entre visitas ao Ceará e Piauí. Lula deverá fazer um ato em Ouricuri ou Granito, no Sertão do Araripe.

A Caravana pelo Brasil tem, entre os seus objetivos, visitar obras que podem ser consideradas legados do seu governo. Em Pernambuco, o petista deixou de fora a Transposição do Rio São Francisco e a ferrovia Transnordestina, ambas inacabadas. “Pela distância das cidades, não dá para fazer tudo de uma vez”, disse o presidente do PT-PE, Bruno

Ribeiro. A deputada estadual Teresa Leitão (PT) lembrou da visita de Lula e Dilma Rousseff a Monteiro (PB), em março deste ano, à obra da Transposição, contemplando a agenda.

Protesto

O ex-presidente enfrentará protestos no Recife. O grupo Direita Pernambuco, cuja página no Facebook tem citações ao deputado federal Jair Bolsonaro (PSC-RJ), organiza para sexta-feira (25), às 16h, um ato na Praça do Derby, reduto de movimentos de esquerda. “Será um ato de repúdio ao ex-presidente. Vamos cobrar que ele pague pelos crimes que já foi condenado e se justifique pelos ainda vai ser”, disse o presidente do grupo, Leandro Quirino.

HOME/POLÍTICA/PERNAMBUCO

» PRÉ-CAMPANHA

Caravana "Lula pelo Brasil" chega em Pernambuco nesta quinta

Em caravana pelo Nordeste, o ex-presidente Lula participa de dois atos abertos no estado: Em Ipojuca, na quinta (24) e no Recife, na sexta (25)

Publicado em 23/08/2017, às 10h13



Lula já passou pelos estados da Bahia e Sergipe
Ricardo Stuckert / PT

Editoria de Política

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva chega ao Recife nesta quinta-feira (24) na sua Caravana "Lula pelo Brasil", que em sua primeira etapa percorre a Região Nordeste do país. Ele permanece na capital pernambucana até o próximo sábado (26), quando segue para João Pessoa-PB. Condenado a 9 anos e seis meses de prisão pelo crime de corrupção e com outras quatro ações contra ele, Lula se coloca como pré-candidato e retorna ao seu reduto eleitoral para defender seu nome para as eleições de 2018.

Na quinta-feira (24), o ex-presidente visita o Museu Cais do Sertão, no bairro do Recife, às 15h. Na sexta (25), participa de ato em defesa da indústria petrolífera e naval, na faculdade Fajolca, em Ipojuca, com a presença de metalúrgicos e outras categorias que atuam no complexo industrial de Suape. No seu governo, foram atraídos grandes empreendimentos, como o Estaleiro Atlântico Sul e a Refinaria Abreu e Lima.

No Recife, na sexta (25), haverá o ato "Pela Democracia, pelos Direitos e por Lula", na próxima sexta-feira (25), no Pátio da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, às 16h. Será uma manifestação contra o presidente Michel Temer e as reformas propostas pelo seu governo e pela realização de eleições diretas e de uma Assembleia Constituinte. O ato também sai em defesa do ex-presidente Lula, com o mote "Eleição sem Lula é golpe".

No sábado (26), o ex-presidente deverá ir a Brasília Teimosa, onde terá reuniões com representantes de associações de pescadores e marisqueiros do bairro. A comunidade foi

revitalizada durante o seu primeiro governo. Já no dia 31 de agosto, Lula volta para Pernambuco para visitar o sertão do Araripe.

Lula Pelo Brasil

Lula iniciou na última quinta (17) uma caravana de 20 dias por 25 cidades e nove Estados do Nordeste, apelidada de "Lula pelo Brasil". Nesse período, o ex-presidente participará de uma variedade de eventos, desde atos em defesa de políticas públicas da era petista até uma cerimônia de colação de grau, passando por cafés da manhã com prefeitos e políticos locais e reuniões com sindicatos e movimentos sociais da região.

O trajeto de cerca de 4 mil quilômetros pela Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão será majoritariamente feito de ônibus, mas também de avião e de barco. Na estrada, Lula terá a companhia fixa apenas de Marcio Macedo, vice-presidente nacional da legenda e organizador da caravana.

PALAVRAS-CHAVE

Pré-campanha eleições 2018 LULA

HOME/POLÍTICA/PERNAMBUCO

» 2018

Silvio Costa e João da Costa querem criar Frente Ampla de Esquerda

Frente aglutinaria partidos opositores de esquerda, como PT, PCdoB, PDT, Avante e PSOL, para formar proposta de governo nas eleições estaduais

Publicado em 21/08/2017, às 08h41



O encontro com o ex-prefeito João da Costa faz parte de uma agenda de conversas de Silvio Costa com atores políticos da esquerda pernambucana

Divulgação

Editoria de Política

O vice-líder da oposição na Câmara dos Deputados, Silvio Costa (Avante; ex-PTdoB) e o ex-prefeito do Recife, João da Costa (PT) estiveram reunidos neste domingo para articular sobre a atuação de lideranças dos movimentos políticos, sociais e sindicais na agenda do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no estado de Pernambuco. No encontro, eles também discutiram sobre a formação de uma Frente Ampla de Esquerda formada por partidos progressistas.

O objetivo seria de aglutinar partidos do campo da esquerda que fazem oposição a Michel Temer (PMDB) e as reformas propostas pelo seu governo, como o PT, PCdoB, PDT, PCdoB e PSOL, para formar uma proposta única de governo na disputa das eleições estaduais de 2018.

O encontro com o ex-prefeito faz parte de uma agenda de conversas de Silvio Costa com atores políticos da esquerda pernambucana. "Conversamos sobre a agenda do presidente Lula em Recife, Ipojuca e Granito (Araripe) e fizemos avaliações sobre os cenários políticos nacional e estadual atuais e as projeções para o próximo ano", disse João da Costa.

Lula

Lula estará em Pernambuco nesta quinta (24) até o sábado (26), dentro da caravana "Lula pelo Brasil" pela região Nordeste. Condenado a 9 anos e seis meses de prisão pelo crime de corrupção e com outras quatro ações contra ele, Lula retorna ao seu reduto eleitoral para defender seu nome para as eleições de 2018.

Já está confirmado em Recife o ato "Pela Democracia, pelos Direitos e por Lula", na próxima sexta-feira (25), no Pátio da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, às 16h. Será uma manifestação contra o presidente Michel Temer e as reformas propostas pelo seu governo e pela realização de eleições diretas e de uma Assembleia Constituinte. O ato também sai em defesa do ex-presidente Lula, com o mote "Eleição sem Lula é golpe".

O ex-presidente também deve ir a Suape, para um ato com metalúrgicos do complexo industrial. No seu governo, foram atraídos grandes empreendimentos, como o Estaleiro Atlântico Sul e a Refinaria Abreu e Lima. No sábado (26), ele deverá ir a Brasília Teimosa, onde terá reuniões com representantes de associações de pescadores e marisqueiros do bairro.

"Entendemos que é preciso conversar mais com os movimentos sociais em todas as áreas. Quanto mais estiverem incorporados ao debate os movimentos sociais, mais fortalecida estará a frente de esquerda e a candidatura de Lula em 2018. Concordamos que é fundamental as ruas estarem presentes no debate", conta Silvio Costa.

PALAVRAS-CHAVE

LULA movimentos sociais Frente João da Costa silvio costa

HOME/CIDADES

» MEMÓRIA

Moradores da Ilha de Deus ganham exposição para lembrar o passado

Ao todo, 5 mil fotos foram trazidas da Alemanha pela ONG Aktion Kreis, primeira a fazer um trabalho social no local

Publicado em 19/08/2017, às 14h04



Moradores da comunidade se emocionaram ao ver as fotos

Foto: Guga Matos/ JC Imagem

Moradores da Ilha de Deus, no bairro da Imbiribeira, Zona Sul do Recife, puderam, na tarde deste sábado (19), fazer uma viagem no tempo. Uma exposição com algumas das 5 mil fotos

da localidade, que foram trazidas da Alemanha pela ONG Aktion Kreis – primeira a fazer um trabalho social no local – ainda nos anos 1980. O evento marcou o descerramento da placa em homenagem ao padre Beda Dankt (missionário alemão que comandou o trabalho e que faleceu em 2015, em seu país natal) cujo nome vai batizar o Eco Museu da Ilha de Deus.

O vigilante Esmeraldo Lima da Silva, de 41 anos, tinha apenas uma foto da mãe, que faleceu quando ele tinha apenas 13 anos. E, mesmo assim, era pequena, pois se tratava da carteira de identidade dela. Ele chorou ao ver uma fotografia em que Isaurina Alves aparece sozinha, em meio aos barracos da então recém criada ocupação. “Era minha preta”, diz ele, alisando a foto. “Agora eu tenho mais uma coisa dela para guardar de lembrança”. A mãe de Esmeraldo faleceu devido a complicações decorrentes da alta ingestão de bebida alcóolica.

Muitos moradores também reverenciaram a foto de Dona Albertina, parteira que trouxe ao mundo boa parte dos habitantes da Ilha de Deus. “Dois meus cinco filhos, quatro foi ela quem ‘tirou’, acho que 90% dos meninos que nasceram aqui foram pelas mãos dela”, diz a dona de casa Lucileide Francisco. Segundo ela, era comum as mulheres terem filhos dentro da ilha, pois a única ligação possível com a terra era através dos barcos utilizados pela comunidade para a pesca do sururu – até hoje a principal fonte de renda das pessoas que vivem na ilha. “Já aconteceu muitas vezes de crianças nascerem nos próprios barcos, pois não dava tempo de chegar até o outro lado e ir a uma maternidade”, conta.

Segundo a museóloga Regina Batista, que coordena a concepção do museu, a história da Ilha de Deus será contada pelas próprias pessoas que a viveram. “Não teria sentido chegar aqui com um projeto pronto e simplesmente instalá-lo. Em vez disso, vamos fazer uma construção conjunta, ouvindo da comunidade que tipo de museu ela mesmo quer”, comenta.

ONG

A exposição fez parte do Encontro de Jovens da ONG Saber Viver, que há 30 anos atua na comunidade. Houve apresentações artísticas de grupos locais, palestras e plantio de 2 mil mudas de mangue. “Uma das principais preocupações, pelo fato de vivermos em uma área de preservação, é reforçar a consciência ecológica dos moradores”, explica Edy Rocha, um dos coordenadores da entidade.

A Ilha de Deus foi urbanizada durante a gestão do então governador Eduardo Campos. Assim que tomou posse no cargo, em janeiro de 2007, a localidade foi a primeira visitada por ele, sendo escolhida para o projeto piloto na área de urbanização. A comunidade fica no Parque dos Manguezais, reserva estuarina da Bacia do Pina, cercada pelos rios Pina, Tejipió e Jordão. Desde setembro de 2016, o local é rota de um passeio de catamarã promovido pela Catamaran Tours, em parceria com a própria Saber Viver.

PALAVRAS-CHAVE

Ilha de Deus Exposição Museu

HOME/CIDADES/POLÍCIA

»CADÁVER

Corpo é encontrado boiando no Rio Capibaribe e removido por pescadores

O cadáver foi encontrado nas proximidades do clube de remo do Sport Club do Recife

Publicado em 18/08/2017, às 15h46



O corpo foi removido do Rio Capibaribe por pescadores

Foto: Reprodução/Google Street View

JC Online

O corpo de um homem ainda sem identificação foi encontrado boiando no Rio Capibaribe, a cerca de dois quarteirões do clube de remo do Sport Club do Recife, no bairro da Madalena, Zona Norte do Recife, nesta sexta-feira (18). O Corpo de Bombeiros não atuou na ocorrência e o cadáver que estava preso no mangue foi removido por pescadores.

A Polícia Militar e o Instituto de Criminalística (IC) informaram que ainda não foram acionados para esta ocorrência.

Já o Instituto de Medicina Legal (IML) foi direcionado ao local para remover o corpo.

PALAVRAS-CHAVE

Cadáver corpo Rio Capibaribe madalena

HOME/POLÍTICA/NACIONAL

» CARAVANA

Ex-presidente Lula participa de ato no Recife na próxima sexta-feira

O ato 'Pela Democracia, pelos Direitos e por Lula' será realizado na próxima sexta (25), no Pátio da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, às 16h

Publicado em 18/08/2017, às 08h50



Lula iniciou a caravana "Lula Pelo Brasil" e chega à capital pernambucana na próxima quarta (24)

Ricardo Stuckert / Instituto Lula

Editoria de Política

O ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva, que iniciou a sua caravana pelo Nordeste nesta quinta-feira (17) em Salvador-BA, chega ao Recife na próxima quinta (24), onde deve permanecer até o dia 26 de agosto. Condenado a 9 anos e seis meses de prisão pelo crime de corrupção e com outras quatro ações contra ele, Lula retorna ao seu reduto eleitoral para defender seu nome para as eleições de 2018.

Já está confirmado em Recife o ato "Pela Democracia, pelos Direitos e por Lula", na próxima sexta-feira (25), no Pátio da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, às 16h. Será uma manifestação contra o presidente Michel Temer e as reformas propostas pelo seu governo e pela realização de eleições diretas e de uma Assembleia Constituinte. O ato também sai em defesa do ex-presidente Lula, com o mote "Eleição sem Lula é golpe".

Lula também deve ir a Suape, para um ato com metalúrgicos do complexo industrial. No seu governo, foram atraídos grandes empreendimentos, como o Estaleiro Atlântico Sul e a Refinaria Abreu e Lima. No sábado (26), o ex-presidente deverá ir a Brasília Teimosa, onde terá reuniões com representantes de associações de pescadores e marisqueiros do bairro.

Os movimentos sociais promovem uma reunião nesta sexta-feira (18), às 17h, no Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações de Pernambuco (Sinttel), na Rua Afonso Pena, 333, bairro da Boa Vista, para intensificar as mobilizações para o ato.

“Defender Lula é defender a democracia, defender nossos direitos e a esperança do povo brasileiro. Deram um golpe nesse País e precisam interditar a principal liderança capaz de retomar a democracia. Não vamos aceitar que um juiz partidário, que se ele não fosse partidário teria prendido de esposa de Cunha e investigado o PSDB, tente condenar Lula sem provas”, conta o presidente da Central Única dos Trabalhadores em Pernambuco (CUT-PE), Carlos Veras.

Lula pelo Brasil

Lula iniciou nesta quinta (17) uma caravana de 20 dias por 25 cidades e nove Estados do Nordeste, apelidada de "Lula pelo Brasil". Nesse período, o ex-presidente participará de uma variedade de eventos, desde atos em defesa de políticas públicas da era petista até uma cerimônia de colação de grau, passando por cafés da manhã com prefeitos e políticos locais e reuniões com sindicatos e movimentos sociais da região.

O trajeto de cerca de 4 mil quilômetros pela Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão será majoritariamente feito de ônibus, mas também de avião e de barco. Na estrada, Lula terá a companhia fixa apenas de Marcio Macedo, vice-presidente nacional da legenda e organizador da caravana

O ex-presidente também receberá ao menos três títulos de doutor honoris causa, concedidos pela Universidade do Recôncavo da Bahia (UFRB), Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL).

PALAVRAS-CHAVE

eleições PT lula caravana

HOME/CIDADES/GERAL

» VILA NAVAL

Moradores de Santo Amaro querem maior contrapartida em plano

Movimento critica ausência de discussões com as comunidades para elaboração de plano

Publicado em 10/08/2017, às 06h12



Plano prevê alargamento e continuidade de vielas existentes nas comunidades

Bobby Fabisak/JC Imagem

Cidades

O Movimento Resiste Santo Amaro, que surgiu em 2015 para combater a especulação imobiliária no bairro, situado na área central do Recife, defende maior discussão do plano urbanístico apresentado pelo município para a Vila Naval e entorno, como também maior contrapartida por parte das construtoras que venham a adquirir os lotes a serem comercializado pela Marinha do Brasil.

O Plano Específico Santo Amaro Norte será debatido com a sociedade no dia 22, a partir das 8h30, no Ginásio Pernambucano da Avenida Cruz Cabugá e receberá contribuições até o dia 8 de setembro. Depois, seguirá como projeto de lei para aprovação na Câmara Municipal. O movimento se mobiliza para comparecer em peso ao evento, embora o horário (8h30 às 13h) e formato (com inscrição prévia pela internet) não sejam considerados favoráveis.

O conselheiro tutelar André Torres, um dos representantes do *Resiste Santo Amaro*, diz que o movimento não é contra a renovação da área, mas que a proposta já chega pronta. “Não somos contra o desenvolvimento, somos a favor. Mas enxergamos um momento para Santo Amaro crescer como um todo e não tem o dedo da comunidade neste projeto”, declara. “A área tem déficit habitacional, ausência de creche, de posto de saúde. Precisa de mais contrapartida em forma de serviços públicos”.

Torres diz que o movimento ainda está avaliando o plano, mas de antemão já percebe uma segregação das comunidades carentes. “Existe uma dificuldade muito grande em se conseguir terreno no Recife para construir habitacionais. Quando surge a oportunidade, vão botar gente de fora e criar um muro invisível”, afirma.

O plano engloba as comunidades de Beco dos Casados, Ilha de Santa Terezinha, Santo Amaro e Sítio do Céu, localizadas entre as Avenidas Cruz Cabugá e Agamenon Magalhães, que são classificadas como Zona Especial de Interesse Social (Zeis). A proposta é ampliar o traçado da Zeis, em trechos do Beco dos Casados e da comunidade Santo Amaro; construir habitacionais nas próprias comunidades e realocar famílias situadas em áreas mais críticas para esses imóveis.

Vila naval

No terreno da Vila Naval, o plano define seis lotes, sendo uma para construção de habitacional para a Marinha e cinco para torres residenciais e comerciais. Cada lote pode ter até três torres, uma delas com até 21 andares e todas com o térreo em formato de galeria, sem muros ou grades. Quem ficar com os lotes deverá alargar a Avenida Cruz Cabugá e realocar praças para a margem dos rios.

O pescador Paulo Pessoa, 59 anos, há 50 anos na Ilha de Santa Terezinha, diz que o mais importante para as comunidades é permanecer na área. “Precisa melhorar, mas não podem tirar a gente e jogar fora”, salienta. Já o presidente da Associação de Pescadores, Nazareno de Lima, 66, afirma que gostaria de sair, se fosse indenizado.

PALAVRAS-CHAVE

Vila por Naval PLANO Recife Santo Amaro

HOME/CIDADES/GERAL

» RECIFE

Museu irá contar história da comunidade da Ilha de Deus

Estrutura terá conceito inovador, com a participação dos moradores locais, reunindo mais de cinco mil documentos

Publicado em 05/08/2017, às 17h33



Previsão é que estrutura comece a funcionar em três anos, em frente ao Marco Zero da comunidade

Fotos: Diego Nigro/ JC Imagem

LUIZA FREITAS

Nos próximos três anos a comunidade da Ilha de Deus, na Zona Sul do Recife, irá escrever um novo capítulo da própria história. Durante esse período será estruturado o Museu Digital Frei Beda, erguido para reunir mais de cinco mil documentos que contam as transformações vividas pelos pescadores e catadores de marisco que ali vivem. Criado sob o conceito de “museu aberto”, pioneiro na cidade, o equipamento vai contar com a colaboração dos moradores desde a concepção do projeto até o seu funcionamento, além de fortalecer as iniciativas sociais e ambientais já existentes.

O lançamento da pedra fundamental para a construção do museu será no próximo dia 19. A estrutura funcionará em um prédio já existente, em frente ao Marco Zero da Ilha. “Esse era um espaço muito excludente, de uma realidade social muito cruel. Até que o Frei Beda chegou aqui (na década de 1980) e começou a transformar isso junto com a comunidade. As pessoas são memória viva dessa história e elas são parte determinante para a criação do museu”, afirma a museóloga responsável pela implementação da estrutura, Regina Batista.

O nome que batizará o espaço é uma lembrança ao frei franciscano alemão que chegou ao Recife em 1983, quando a localidade era conhecida como Ilha Sem Deus, em função da realidade de violência e miséria. “Até que ele fez a primeira missa no local, que passou a se chamar Ilha de Deus, e, junto com a comunidade, foi mudando as coisas. Mas ele nunca impôs nada, nunca disse como deveria ser. Ele encontrou um caminho com a participação da

comunidade”, afirma a presidente da ONG Saber Viver – uma das heranças do frei –, Nalvinha da Ilha.

Desde a década de 1980 até sua morte, em 2015, o religioso retornou periodicamente à comunidade e ajudou a manter ações sociais através do financiamento de entidades católicas da Alemanha. Durante esse tempo a realidade local mudou bastante. O trabalho da Igreja e de entidades não governamentais muniu os moradores de consciência política e afastou os forasteiros que iam para a ilha se esconder depois de praticar crimes. A comunidade composta quase que totalmente por palafitas começou a ser urbanizada em 2007, em uma ação do governo do Estado. No lugar do chão de lama e cascas de sururu foram construídas vias exclusivas para pedestres com a intenção de preservar a característica de um vilarejo pesqueiro e casas de alvenaria. Em 2009, a ponte de tábuas que ligava a ilha ao bairro da Imbiribeira deu lugar a uma estrutura de concreto batizada de Vitória das Mulheres, uma homenagem ao papel determinante das catadoras de marisco para a transformação do local.

Essa transformação foi registrada por Frei Beda e sua equipe, que ao longo dos anos reuniu um acervo de quase cinco mil fotos e vídeos do lugar e de seus habitantes. “Não tinha nenhum registro ou acervo conosco. Tudo estava na Alemanha e fomos lá buscar, enquanto ele ainda estava vivo”, conta o coordenador de projetos sociais da ilha, Edy Rocha. Junto a Nalvinha, ele peregrinou por várias cidades da Alemanha e Holanda para reunir o material e trazer de volta ao Brasil, já com a ideia de criar o museu.

As fotografias datam principalmente das décadas de 1980 e 1990, registros de quando a maior parte das moradias era composta por palafitas e os moradores precisavam usar pequenos barcos para carregar os móveis para as casas. “No começo, o museu ia ser instalado em um cômodo da Saber Viver, mas o material que encontramos foi tão rico e tão grande que aumentamos a ideia”, explica Edy.

Apoio

Ao ampliar o projeto, os líderes da comunidade procuraram apoio do Porto Digital através do Laboratório de Objetos Urbanos Conectados (Louco), iniciativa que visa encontrar na tecnologia soluções para a cidade. A Ilha de Deus acabou se tornando o tema de dois importantes eventos do laboratório, o workshop de férias – que reúne estudantes de escolas públicas e privadas – e o hackathon, onde foram desenvolvidos projetos para a comunidade. “Quando me procuraram eu expliquei que, apesar de o objetivo deles ser o museu, nós deixaríamos livre para identificar o que é mais relevante para a comunidade. E os próprios participantes abraçaram a ideia de que a ilha toda fosse o museu”, explica a coordenadora do Louco, Tarciana Andrade. Além de ideias para o funcionamento do novo espaço, dos eventos surgiram soluções sociais e ambientais, como a transformação da casca do sururu – um dos maiores e mais antigos problemas da comunidade – em produto para a produção de materiais de construção.

A fase inicial de criação do museu, referente à pesquisa e levantamento do inventário, foi orçada em R\$ 400 mil, recursos que já estão garantidos. No dia do lançamento da pedra fundamental será divulgada uma vaquinha virtual para a compra de equipamentos e desenvolvimento de ações educativas.

Serviços

Para contribuir com doações Banco do Brasil (BB) - Agência: 1838-4 Conta corrente: 5.389-9 Centro Educacional Saber Viver)

PALAVRAS-CHAVE

Recife Museu Palafitas Ilha De Deus

HOME/ECONOMIA/NACIONAL

» INSS

Aposentadoria por idade será reconhecida automaticamente pelo INSS

Reconhecimento automático acontecerá a partir da verificação de informações no sistema do INSS

Publicado em 04/08/2017, às 18h13



Aposentadoria por tempo de serviço será reconhecido automaticamente

Foto: ABr

Agência Brasil

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) determinou, por meio de portaria, o reconhecimento automático da aposentadoria por idade a partir da verificação das informações constantes nos sistemas da autarquia e nas bases de dados do governo federal. A medida, em vigor desde o fim de julho, estabelece que o segurado não precisa mais comparecer a um posto de atendimento para solicitar esse tipo de aposentadoria.

O INSS vai fazer uma pesquisa mensal para identificar os segurados que já têm o direito disponível e enviará comunicado sobre a concessão do benefício. O segurado também poderá requerer a concessão do benefício por meio do canal 135. Para a realização do pedido será solicitada a confirmação dos dados pessoais, como ocorre no sistema tradicional.

De acordo com a portaria, o INSS enviará comunicado indicando as informações sobre os dados da concessão e pagamento do benefício ao cidadão assim que houver o reconhecimento do direito.

Aposentadoria por idade

Atualmente, a aposentadoria por idade é um benefício ao trabalhador que comprovar o mínimo de 180 meses de trabalho, além da idade mínima de 65 anos, se homem, ou 60 anos, se mulher. Para o chamado “segurado especial”, a idade mínima é reduzida em cinco anos.

No grupo de segurados especiais estão profissões como agricultor familiar, pescador artesanal, além de indígenas. Para receber o benefício nessa condição, o trabalhador deve estar exercendo a atividade no momento da solicitação do benefício. Caso não comprove o tempo mínimo de trabalho necessário ao segurado especial, o trabalhador poderá pedir o benefício com a mesma idade do trabalhador urbano, somando o tempo de trabalho como segurado especial ao tempo de trabalho urbano.

Informações como cálculo do benefício e documentos necessários para solicitação do benefício podem ser acessados na página do INSS.

PALAVRAS-CHAVE

aposentadora

HOME/CIDADES/JC TRÂNSITO

» PROTESTO

Manifestantes bloqueiam o trânsito na Avenida Domingos Ferreira

Os moradores do Sítio dos Pescadores protestam por moradia

Publicado em 03/08/2017, às 09h00



O protesto acontece dos dois lados da Avenida Domingos Ferreira, no Pina

Foto: Monitoramento/CTTU

JC Online

Os dois lados da Avenida Domingos Ferreira tiveram o trânsito bloqueado, na manhã desta quinta-feira (3), no bairro do Pina, na Zona Sul do Recife. O motivo foi um protesto, que aconteceu nas imediações do Clinical Center. Os manifestantes seguraram faixas e queimam pneus e entulhos na via. O trânsito no local ficou bastante lento, com carros voltando na contramão.

Motivo

A manifestação foi realizada por moradores da comunidade do Sítio dos Pescadores, no Pina. O grupo cobra, de acordo com o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), do Governo do Estado, o cancelamento da reintegração de posse. O ato acabou por volta das 9h30.

PALAVRAS-CHAVE

protesto trânsito jc trânsito

HOME/CIDADES/GERAL

» FESTEJOS JUNINOS

Tradicional procissão marítima de São Pedro é cancelada

Cortejo realizado em Brasília Teimosa, Zona Sul do Recife, foi suspenso pela Colônia de Pescadores. Procissão completaria 60 anos

Publicado em 29/06/2017, às 11h03



Procissão marítima que sai de Brasília Teimosa, no dia de São Pedro, completaria 60 anos

Foto: Diego Nigro / JC Imagem

Da editoria de Cidades

Não vai acontecer a tradicional procissão marítima em homenagem a São Pedro realizada em Brasília Teimosa, Zona Sul do Recife, e que completaria 60 anos nesta quinta-feira (29). A decisão de suspender a procissão marítima foi tomada pela Colônia de Pescadores. A entidade alega que não tem condições de se responsabilizar pelos barcos que iriam participar do cortejo pelo mar.

Está mantida a procissão terrestre, programada para sair da sede da colônia às 14h, com o andor levando a imagem do padroeiro dos pescadores. O cortejo deve percorrer as principais ruas da comunidade e voltar para o local de partida.

"A Marinha exigiu que nos responsabilizássemos por todas as embarcações que participassem do cortejo no mar. Não temos condições de fazer isso", explicou o coordenador da festa religiosa em Brasília Teimosa, Humberto Castelo Branco. "A comunidade está muito triste. Justamente no ano em que a procissão marítima faz 60 anos não será realizada", lamentou.

A Capitania dos Portos assegurou que não houve qualquer proibição, por parte da Marinha, em relação à procissão no mar. Segundo o órgão, para realização de qualquer evento náutico é necessário cumprir algumas normas.

A Capitania pediu à Colônia de Pescadores uma estimativa de quantos barcos participariam do cortejo e qual seria o trajeto. A entidade de pescadores respondeu, num ofício, que não tinha como saber a quantidade de embarcações participantes e que havia decidido cancelar a procissão.

Festa profana

Após a parte religiosa começa a partir das 18h30, a festa profana. Além dos homenageados do São João, Cristina Amaral e Edmilson do Pífano, moradores e visitantes de Brasília Teimosa vão curtir a Quadrilha Lumiar e os shows de Novinho da Paraíba e Michelle Monteiro.

PALAVRAS-CHAVE

São Pedro Brasília Teimosa procissão marítima capitania dos portos pescadores

HOME/ECONOMIA/NACIONAL

» COFRES PÚBLICOS

CGU consegue promover uma economia de R\$ 9 bilhões aos cofres públicos

A economia foi fruto de uma auditoria e do corte de benefícios irregulares promovidos pela Controladoria-Geral da União (CGU)

Publicado em 21/06/2017, às 17h43



O cancelamento de auxílios-doença e aposentadorias por invalidez por irregularidades gerou uma economia de R\$ 4,5 bilhões ao INSS

Foto: Marcos Michael/ Acervo JC Imagem

Agência Brasil

O Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) conseguiu evitar um prejuízo de R\$ 9,32 bilhões aos cofres públicos nos últimos doze meses. Além de suspensão de benefícios indevidos, o resultado se deve a ações de auditoria, fiscalização e revisão de regras de programas sociais.

Segundo a CGU, o cancelamento de auxílios-doença e aposentadorias por invalidez por irregularidades gerou uma economia de R\$ 4,5 bilhões ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Também houve economia de R\$ 2,2 bilhões no Benefício de Prestação Continuada (BPC), R\$ 1,6 bilhão no Seguro-defeso do Pescador Artesanal e R\$ 1,02 bilhão no Bolsa Família.

Para fiscalizar o cumprimento dos requisitos dos programas sociais, a CGU faz um cruzamento das informações declaradas pelos beneficiários em várias bases de dados governamentais, como a Relação Anual de Informações Sociais (Rais), Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), Sistema de Controle de Óbitos (Sisobi), além do INSS e do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape), entre outras.

Fiscalização

Desde 2012, segundo a CGU, a economia decorrente de fiscalizações do órgão chega a R\$ 18 bilhões. O valor inclui o cancelamento de licitação/contrato com objeto desnecessário, recuperação de valores pagos indevidamente, redução nos valores licitados/contratados, elevação da receita e eliminação de desperdícios ou redução de custos administrativos, entre outras medidas.

PALAVRAS-CHAVE

Cofres públicos economia GCU

HOME/CIDADES/POLÍCIA

» PRISÃO

Policiais prendem homem suspeito de estuprar a filha em Alagoas

Edivânio Gomes da Silva, 33 anos, fugiu de Alagoas há cerca de um ano e foi encontrado em Jussaral, no Cabo de Santo Agostinho

Publicado em 21/06/2017, às 10h45



Mais detalhes sobre o caso serão apresentados na sede do GOE nesta quarta (21)
Diego Nigro/JC Imagem

JC Online

Com informações da TV Jornal

O Grupo de Operações Especiais da Polícia Civil de Pernambuco prendeu nessa terça-feira (20) Edivânio Gomes da Silva, de 33 anos, foragido da Justiça de Alagoas há cerca de um ano. Ele é suspeito de estuprar a própria filha, de 12 anos, engravidá-la e fugir com a criança.

Edivânio foi encontrado no distrito de Jussaral, no Cabo de Santo Agostinho, perto da casa onde estava morando com a esposa e o bebê, que é filho dele e da adolescente violentada. Ele teve a prisão temporária decretada pela Justiça há mais de um ano. A criança agora está sob os cuidados do Conselho Tutelar.

Crime

Segundo a polícia, os estupros teriam acontecido em Maceió, cidade onde o suspeito morava com a família antes de fugir para Pernambuco. Atualmente a adolescente, filha do pescador, vive aos cuidados do Conselho Tutelar da capital alagoana.

O que mais chamou a atenção da polícia durante a prisão foi saber que a mãe da adolescente continuava vivendo com o marido mesmo sabendo que ele havia violentado a própria filha.

PALAVRAS-CHAVE

estupro prisão GOE

HOME/CIDADES/POLÍCIA

» PRISÃO

Homem estupra filha e foge com bebê, fruto do abuso, para Pernambuco

Edivânio Gomes da Silva, 33 anos, fugiu de Alagoas há cerca de um ano e foi encontrado em Jussaral, no Cabo de Santo Agostinho

Publicado em 21/06/2017, às 21h45



O suspeito foi conduzido de volta para Alagoas, onde as investigações devem ser concluídas

Foto: Reprodução/ Polícia Civil

JC Online

O pescador Edivânio Gomes da Silva, de 33 anos, foi preso nessa terça-feira (20) na zona rural do distrito de Jussaral, no Cabo de Santo Agostinho, no Grande Recife, suspeito de estuprar e engravidar a própria filha, uma adolescente de 12 anos. De acordo com a polícia, além dos abusos sexuais, o pescador ainda fugiu com o bebê para o estado de Pernambuco. Ao ser detido, ele estava acompanhado de algumas pessoas e da esposa, mãe da adolescente violentada e avó do bebê, fruto dos estupros.

Segundo o delegado Ramon Teixeira, do Grupo de Operações Especiais (GOE), Edivânio foi preso em via pública e, no momento da ação, empunhava uma foice. "Ele agiu com desdém e negou as acusações. Ele estava acompanhado da mãe da vítima, que nos acreditamos que veio por livre e espontânea vontade", afirmou o delegado. O bebê está sob os cuidados do Conselho Tutelar

Adolescente vítima

Segundo Alan Barbosa, chefe de operações de Delegacia Especializada da Polícia Civil de Alagoas, a polícia de Alagoas acionou a polícia pernambucana ao receber uma informação de que o homem estaria no Litoral Sul do Estado. "O mandado de prisão contra ele foi expedido em março do ano passado. Ele fugiu na época e a adolescente, vítima dos estupros, está sob os cuidados do Conselho Tutelar de Maceió.", conta. Ainda segundo a polícia, os estupros teriam acontecido em Maceió, cidade onde o suspeito morava com a família antes de fugir para Pernambuco.

O suspeito foi conduzido de volta para Alagoas, onde as investigações devem ser concluídas. A esposa do suspeito não se pronunciou, mas, segundo Barbosa, será investigada.

PALAVRAS-CHAVE

estupro prisão GOE

HOME/CIDADES/CIÊNCIA/M.AMBIENTE

» BICHOS

Jacaré é encontrado por pescadores na praia de Casa Caiada, em Olinda

Animal era um macho de aproximadamente 1,30m que foi levado para um período de readaptação antes de ser devolvido à natureza

Publicado em 05/06/2017, às 18h18



O animal estava desorientado e foi levado para o CPRH

Foto: Cipoma/Divulgação

JC Online

Um jacaré macho com cerca de 1,30m foi capturado por pescadores na tarde desta segunda-feira (5) na praia de Casa Caiada, em Olinda, no Grande Recife. O animal da espécie papo-amarelo estava tentando sair do mar e voltar para um açude localizado nas proximidades do antigo hotel Quatro Rodas, quase no limite com a cidade de Paulista.

Militares da Companhia Independente de Policiamento do Meio Ambiente (Cipoma) foram acionados e buscaram o animal para que o mesmo seja reintroduzido ao seu habitat natural. Ao chegar ao local a guarnição impediu, inclusive, que o jacaré fosse morto para ser usado como alimento.

"O jacaré-de-papo-amarelo é um animal de água doce, mas que suporta a água salgada. Mas ele reage como um sapo, que fica incomodado com o sal da água. Por isso ele estava meio grogue, buscando sair daquele ambiente e ir para seu lugar de origem", explicou o sargento Tony, do Cipoma.

As chuvas fortes que caíram no Grande Recife nos últimos dias podem ter sido a causa para o jacaré ter sido levado para a praia de Olinda. Acredita-se que os canais ficaram muito cheio e criaram uma correnteza que acabou empurrando o animal para o mar. A espécie papo-amarelo é nativa de nossa região e vive muitas vezes despercebido em várias lagoas e córregos da Região Metropolitana do Recife.

Readaptação

O animal foi recolhido e levado para o Centro de Triagem de Animais Silvestres de Pernambuco (Cetas Tangara), ligado à Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH). No espaço, localizado no bairro da Guabiraba, no Recife, o jacaré-de-papo-amarelo passou por uma avaliação veterinária e ficará em um tanque de readaptação para, posteriormente, ser devolvido à natureza.

O Comando da CIPOMA orienta que no caso de aparições destes animais a população não tente contê-los, devido ao grande risco de acidentes. Este trabalho deve ser realizado por pessoal treinado e capacitado. Quem encontrar animais silvestres em situação de vulnerabilidade ou fora do seu habitat natural pode acionar o resgate do Cipoma através do telefone (81) 3181.1700 que funciona 24h, todo os dias da semana.

PALAVRAS-CHAVE

jacaré-de-papo-amarelo jacaré olinda cipoma

MUNDO/BRASIL

» VIOLÊNCIA RURAL

Ato Denúncia pede fim da violência no campo

Protesto contou com depoimentos de ameaçados de morte

Publicado em 24/05/2017, às 03h29



Sobrevivente de ataque a índios no Maranhão esteve presente em ato

Foto: Divulgação / Cimi

ABr

Criticando o Estado como “agente ativo” no fomento à violência no campo e classificando a lista de propostas legislativas que afetam os direitos humanos como “longa, enfadonha e trágica”, pelo menos 21 entidades e movimentos da sociedade civil se reuniram nessa terça-feira (23) em Brasília para um Ato Denúncia. O aumento no número de assassinatos, atos violentos e projetos de lei contrários à política da reforma agrária fez com que o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), vinculado ao Ministério dos Direitos Humanos, fizesse um evento em que fossem debatidas ações emergenciais.

Após o relato de testemunhas de diferentes estados brasileiros, que estão em situação de ameaça ou foram vítimas de violência no campo, os representantes de organizações sociais e instâncias públicas leram uma Carta em que denunciam o crescimento da criminalização de lideranças do campo e da crueldade na violência empregada. No documento, as entidades reclamam da impunidade das violações de direitos humanos que, segundo elas, permite que a repressão continue e favorece o aumento da lista de “pessoas e grupos ameaçados e assassinados”.

“O Estado não é apenas conivente e omissivo, posição que perpetua a impunidade no campo pela ‘seletividade’, ‘morosidade’ e ‘inoperância’ do sistema de justiça que, de um lado, criminaliza os movimentos populares e, de outro, mantém impunes as ameaças, homicídios e violações de direitos humanos. O Estado é também agente ativo no fomento à violência, tanto pelas políticas e programas do Executivo que fomentam a acumulação de terras e de riquezas, como pelo Legislativo que, ao passo que destrói os direitos humanos conquistados pelos trabalhadores e trabalhadoras, faz uso de mecanismos, como a CPI da Funai e Incra, para criminalizar as vítimas e defensores de direitos humanos”, criticam as entidades no texto.

Assassinatos

O crescimento ano a ano dos homicídios decorrentes de violência no campo é um dos motivos pelo qual a reunião emergencial foi marcada. Em 2014, 36 pessoas foram assassinadas nessa situação, número que subiu para 50 em 2015 e, um ano depois, para 61. Este ano, de acordo com a Comissão Pastoral da Terra, os 26 assassinatos registrados até o mês de maio representam o dobro do número registrado no mesmo período do ano passado.

A carta pede uma investigação e punição urgente dos responsáveis pelos assassinatos, massacres e violências no campo. De acordo com Darci Frigo, presidente do CNDH, o fato “novo” das denúncias é que a violência tem ocorrido cada vez de forma mais brutal e generalizada, atingindo não somente as lideranças.

“É um momento para fortalecer as resistências dos movimentos sociais e manter acesa a chama dos direitos constitucionais que estão assegurados. Com base neles, as ações que foram sugeridas na carta serão cobradas do Poder Executivo. As situações que vimos aqui hoje serão tratadas e cobradas do Poder Público”, disse o presidente do CNDH.

Testemunhas

Gracinalva Costa Gamela, moradora da comunidade que sofreu um ataque de fazendeiros há pouco menos de um mês, expôs a situação da localidade maranhense. Os indígenas gamela foram atacados por homens armados com facões e armas de fogo. Pelo menos 13 índios foram feridos.

Representante do território pesqueiro do Cajueiro de São Luís do Maranhão, Clóvis Amorim da Silva, 50, pediu aos presentes no Ato Denúncia a criação de uma Força Tarefa para

acompanhar os trabalhadores que vêm sofrendo ameaça de morte. De uma família de 13 irmãos, Clóvis se mudou ainda criança com a família para a capital maranhense em busca de novas fontes de renda. Ele conta que, embora more em uma comunidade tradicional que há mais de 100 anos faz parte do Terreiro do Egito, somente em 1998 a região foi regularizada como assentamento.

De lá pra cá, as cerca de 350 famílias que ocupam uma área de 610 hectares (um hectare tem uma área equivalente à de um campo de futebol) sofrem pressão de empresas que querem construir um porto no local para exportar itens como soja, petróleo, celulose e minério. Vítima de uma ameaça velada de morte na última sexta-feira (19), Silva diz que, em dezembro de 2014, 20 casas da comunidade extrativista e pesqueira foram derrubadas e o processo jamais foi concluído pelas autoridades policiais locais.

“A gente espera que o Ministério Público investigue essa situação de grilagem de terras e especulação para que a gente possa combater, porque não dá para conviver com situações como essas de criminalização e derrubada de casas. As ameaças continuam, estão sendo mais intensas”, denuncia. “Já houve prisão de vários jagunços armados lá dentro, já foi constatado que há milícias, há formação de quadrilha e que há um indício muito grande de grilagem de terra”.

Compromissos

A subprocuradora geral da República, Deborah Duprat, que no ano passado foi designada Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão, foi uma das autoridades presentes que se comprometeu com medidas concretas com o objetivo de frear as violações. Segundo ela, a Polícia Federal será cobrada para que promova um enfrentamento mais incisivo às milícias armadas, que têm coibido de forma violenta lideranças do campo.

Deborah citou medidas legislativas que representam retrocesso às conquistas de comunidades rurais, como a Medida Provisória 759/2016, que trata da regularização fundiária rural. Deborah defende que a proposta seja considerada inconstitucional, pois municipaliza a prerrogativa de regularização fundiária e, de acordo com a Carta Denúncia, “privatiza ainda mais as terras públicas”.

No documento, os signatários se posicionam contrários à Proposta de Emenda à Constituição 215/2000, que transfere ao Poder Legislativo a decisão final sobre a demarcação de terras indígenas. “É longa, enfadonha e trágica a série de medidas provisórias, projetos de lei, propostas de emendas à Constituição e decretos que afetam diretamente povos e comunidades do campo”, afirmam no texto, criticando também a paralisação das desapropriações de terras para assentamento de famílias.

PALAVRAS-CHAVE

violência campo ATO BRASÍLIA

HOME/CIDADES/CIÊNCIA/M.AMBIENTE

» UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

Governo debate criação de APA Marinha no Litoral Sul de Pernambuco

A proposta da APA Marinha será apresentada pela Semas e CPRH, em Tamandaré

Publicado em 15/05/2017, às 17h32



A unidade de conservação do ambiente marinho ocupará uma área superior a 84 mil hectares

Foto: Simone Marques/Divulgação

Da Editoria Cidades

Proposta de criação da Área de Proteção Ambiental (APA) Marinha Recifes Serrambi será discutida em oficina nesta sexta-feira (19) no município de Tamandaré, no Litoral Sul de Pernambuco. O encontro é organizado pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) e Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH).

Professores, pesquisadores, gestores públicos, pescadores, comerciantes e moradores da região estão convidados para o debate, a partir das 8h30, na sede do Centro de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Nordeste (Cepene). Inscrições devem ser feitas pelo endereço aparecifes.serrambi@semas.pe.gov.br.

Durante o encontro, a Semas e a CPRH pretendem apresentar, discutir e receber colaborações para a proposta de implantação da APA Marinha, a mais nova unidade de conservação estadual de Pernambuco. O Cepene fica na Rua Samuel Hardman, s/n.

Segundo técnicos da Semas, o objetivo da APA Marinha Recifes Serrambi é promover a conservação dos ambientes marinhos e costeiros, a proteção da biodiversidade, o fortalecimento da pesca artesanal e o uso sustentável dos recursos naturais de uma área com mais de 84 mil hectares de abrangência, entre a foz do Rio Maracaípe (ao Norte) e a APA Federal Costa dos Corais (ao Sul).

Consulta

Desde fevereiro de 2017, Semas e CPRH realizaram reuniões com pesquisadores, gestores municipais, associações de pescadores e de moradores, além de empresários dos municípios de Ipojuca, Sirinhaém, Rio Formoso e Tamandaré para apresentar os estudos sobre a importância da conservação da área.

O assunto em discussão pode ser acompanhado pelo site da Semas, no link: <http://bit.ly/2nTA1NN>. O governo também vai promover consulta pública, antes de concluir a proposta da APA Marinha Recifes Serrambi. O documento final será submetido à aprovação do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema-PE).

PALAVRAS-CHAVE

APA Marinha Recifes Serrambi unidade de conservação Pernambuco Tamandaré litoral sul

HOME/POLÍTICA/NACIONAL

» HOMENAGEM

Abolicionista cearense entra no Livro dos Heróis da Pátria

Conhecido como o Dragão do Mar, homenageado é um dos maiores heróis a favor da libertação dos escravos no Ceará

Publicado em 10/05/2017 às 17:39



Conhecido como o Dragão do Mar, homenageado é um dos maiores heróis a favor da libertação dos escravos no Ceará –

Foto: Lucio Bernardo Jr./Câmara dos Deputados

Agência Câmara Notícias

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou, nesta quarta-feira (10), a inscrição do nome do líder jangadeiro abolicionista Francisco José do Nascimento (1839-1914) no Livro dos Heróis da Pátria, que está depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em Brasília.

Conhecido como o Dragão do Mar, o homenageado é considerado o maior herói a favor da libertação dos escravos no Ceará. Nascido em Canoa Quebrada, Francisco José do Nascimento foi pescador e marinheiro e liderou os jangadeiros de Fortaleza para que estes não transportassem os cativos até os navios que faziam o tráfico negreiro para as províncias do Sul. O levante acarretou o trancamento do porto cearense por duas vezes em 1881. A recusa do transporte dos escravos levou à decretação da abolição da escravatura na então província do Ceará em 1884, quatro anos antes do restante do Brasil.

A homenagem a Francisco José do Nascimento está prevista no Projeto de Lei 4626/16, do Senado Federal, e recebeu parecer pela aprovação do relator na CCJ, deputado Danilo Forte (PSB-CE). Por tramitar em caráter conclusivo, o texto seguirá para sanção presidencial, a menos que haja recurso para que seja analisado também pelo Plenário da Câmara. A matéria também foi aprovada pela Comissão de Cultura.

Apesar de a análise na CCJ ter sido restrita aos aspectos constitucionais, jurídicos e de técnica legislativa da matéria, Danilo Forte elogiou a medida. “Essa é uma das homenagens mais justas que esta Casa pode fazer neste momento a um pescador, um jangadeiro do Ceará. Ele conseguiu impor uma liderança no cenário nacional em uma das lutas mais importantes que esse Brasil viveu, que foi a luta da abolição dos escravos”, afirmou Forte.

Homenagem

O Livro dos Heróis da Pátria homenageia pessoas que serviram ao País. Tiradentes foi o primeiro nome inscrito no documento. Zumbi dos Palmares e Dom Pedro I também participam da lista de homenageados.

Entre as poucas mulheres que integram o documento, está Anita Garibaldi (1821-1849), companheira do revolucionário Giuseppe Garibaldi. Mais recentemente, foi incluído o nome da estilista Zuzu Angel (1921-1976), por sua atuação contra o regime militar.

HOME/CIDADES/CIÊNCIA/M.AMBIENTE

» ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

Órgãos ambientais e pescadores contra a extinção na Costa dos Corais

Pesquisadores, órgãos ambientais e organizações dos profissionais da pesca de Pernambuco e Alagoas se unem para impedir a extinção de mais de 70 espécies

Publicado em 06/05/2017, às 14h19



Paripueira está localizada na parte sul da APA Costa dos Corais

Foto: Jorge Menezes / ICMBio

Agência Brasil

A necessidade de impedir a extinção de mais de 70 espécies presentes na Área de Proteção Ambiental (APA) Costa dos Corais e de garantir a renda de pescadores artesanais dos 12 municípios que abrangem o bioma está unindo órgãos ambientais, pesquisadores e organizações dos profissionais da pesca de Pernambuco e Alagoas. O objetivo é desenvolver planos de recuperação que permitam, pelo menos em parte, criar maneiras para que o futuro dos animais seja assegurado sem que o consumo seja completamente proibido.

A APA Costa dos Corais é a maior unidade de conservação federal marinha do Brasil, com cerca de 120 km de praia e mangues entre Alagoas e Pernambuco. A área é gerida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação Ambiental (ICMBio) que recebe auxílio de um conselho gestor formado por outros órgãos e também pela sociedade civil.

No ano passado, o colegiado criou uma Câmara Temática da Pesca para discutir o tema e, nesta semana, uma reunião foi realizada em Tamandaré, município do litoral sul pernambucano, para tratar da criação dos planos de recuperação com lideranças de pescadores.

Uma portaria do governo federal elencou as espécies ameaçadas de extinção em diferentes graus. Há algumas que podem ser capturadas depois que o documento com o plano de recuperação estiver pronto. Há outras, entretanto, em que a pesca é proibida.

De acordo com o coordenador da Câmara Temática e educador social do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), Bill Santos, das 72 espécies já identificadas nas portarias e existentes na Costa dos Corais, 15 são especialmente importantes para a atividade econômica da região.

Ainda segundo Santos, o total de pessoas que vive da pesca nos 12 municípios da Costa dos Corais é grande, embora o número seja difícil de calcular. Além dos pescadores registrados nas colônias, ou seja, que têm registro formal para a prática da pesca, há aqueles que fazem a chamada pesca desembarcada, ou seja, sem barco.

“Só em São José da Coroa Grande são mais de 1100 pescadores. Mas a pesquisadora Beatrice Padovanne, da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), identificou em campo, por dia, em um só local, 70 a 80 pessoas mergulhando para pescar bodião. São jovens que

coletam de 3 a 5 quilos do peixe por dia e tiram uma renda de cerca de R\$ 40”, explicou o coordenador da PPC.

O bodião foi um dos peixes que tiveram a autorização de pesca prolongada pela portaria 161/2017 do Ministério do Meio Ambiente, até o fim de abril de 2018. Até lá, será preciso criar o plano de recuperação ou a proibição será completa. Outro peixe bastante consumido na região, o serigado, também é alvo de preocupação dos pescadores, já que ele é considerado a “caixinha de semana santa” dos profissionais, por ser mais capturado e consumido nos meses anteriores ao feriado.

A proibição dos órgãos ambientais à pesca irregular já causou prejuízo econômico na região. Em março, por exemplo, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) multou uma peixaria em São José da Coroa Grande (PE) por comercializar serigado. Foram R\$ 160 mil em multa. Outras espécies ameaçadas que afetam a economia local são a caranha, os cações, as raias e até mesmo o guaiamum, caranguejo de cor azulada que é um dos símbolos da culinária pernambucana e alagoana.

A APA Costa dos Corais não tem plano de recuperação de espécies até agora. O ICMBio ficará responsável pelo trabalho.

O analista ambiental do instituto Eduardo Machado de Almeida diz que o trabalho será um desafio, mas que a intenção é fazer no menor tempo possível.

“É um desafio, porque o plano de recuperação depende de uma série de fatores, alguns, talvez, não estejam na governança da APA Costa dos Corais, mas é possível sim [manter a pesca e fazer a proteção]. Não existe uma receita de bolo, mas é preciso identificar quais são as principais ameaças e quais são as medidas cabíveis que podem dar efeito. Cada pescaria pode ter uma medida diferente. Para algumas espécies talvez seja adequado que a gente estabeleça um tamanho mínimo de captura. Para outras, períodos de defeso”, explica.

Assim como as medidas a serem adotadas, as causas que levaram à ameaça de extinção também são múltiplas, segundo o analista ambiental. “Nos últimos anos teve um aumento grande dos esforços de pesca, e alguns estoques não conseguem acompanhar essa pressão por parte da pescaria. Por outro lado, temos questões relativas à degradação ambiental, como a do guaiamum, pela especulação imobiliária e ocupação irregular de áreas de mangue, que tem prejudicado o habitat do guaiamum”.

Portarias

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) regula a lista de espécies ameaçadas de extinção em três níveis e estabelece a proibição da captura. A Portaria 445/2014 reconhece 475 tipos de peixes e invertebrados aquáticos em risco, e estabelece que a captura, o transporte, o armazenamento, a guarda e o manejo só pode ser realizada para fim de pesquisa e conservação. Aquelas classificadas como vulnerável, o grau mais leve, podem ter uso sustentável, desde que regulamentado, ou seja, com a construção dos planos de recuperação. A Portaria 395/2016 prorrogou o prazo determinado no primeiro documento para março de 2017, e a 161/2017 prolongou o período até abril de 2018.

PALAVRAS-CHAVE

órgãos ambientais pescadores Pernambuco Alagoas Costa dos Corais

HOME/POLÍTICA/PERNAMBUCO

» BENEFÍCIO

Conheça os novos valores do Chapéu de Palha para 2018

Chapéu de Palha terá reajuste de 10% no valor dos benefícios

Publicado em 06/05/2017, às 15h16



Em abril, governador havia prometido reajustar Chapéu de Palha em 10%

Foto: Ricardo B. Labastier/JC Imagem

Paulo Veras

O governador Paulo Câmara (PSB) enviou a Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe) o projeto de lei que reajusta os valores do programa Chapéu de Palha para o ano de 2018. No mês passado, o governo prometeu reajuste de 10% para os benefícios, que são um marco das gestões do PSB.

No programa voltado para trabalhadores canavieiros, o benefício vai passar de R\$ 190 para R\$ 209. Ele é pago por quatro meses, durante a entressafra da cana-de-açúcar, para famílias de baixa renda. Jovens entre 18 e 24 que também estejam desempregados em função da entressafra da cana, passarão a receber R\$ 165; hoje são R\$ 150.

No programa Chapéu de Palha da Fruticultura Irrigada, o valor de benefício passará de R\$ 232,50 para R\$ 255,80. No Chapéu de Palha para pescadores artesanais, o auxílio irá de R\$ 242 para R\$ 266,20.

Urgência

O texto tramitará em regime de urgência na Alepe e passará por cinco comissões antes de ir a votação no plenário. Apesar da votação com tempo mais rápido, a proposta diz que a nova lei só produzirá efeitos a partir de 2018.

"É importante registrar que as alterações legislativas propostas entram em vigor no exercício de 2018 e não modificam o foco do Programa Chapéu de Palha, orientado para o desenvolvimento de ações voltadas à melhoria da qualidade de vida e a capacitação profissional do trabalhador rural e da sua família, conferindo-lhes oportunidades de participar de atividades que auxiliem no enfrentamento dos desafios causados pelo desemprego em massa, durante o período da entressafra", diz a justificativa encaminhada ao Legislativo.

PALAVRAS-CHAVE

paulo câmara chapéu de palha Alepe

HOME/CIDADES/GERAL

» URBANIZAÇÃO

Nova via em construção na Ilha do Maruim para ajudar no tráfego

Projeto se arrasta há anos e inclui obras de saneamento, abastecimento e calçadas com acessibilidade

Publicado em 20/04/2017, às 08h13



Duas novas vias somam 1,5 quilômetro de extensão

Alexandre Gondim/JC Imagem

Margarette Andrea

Parte de um antigo projeto de urbanização da Ilha do Maruim, no bairro de Santa Tereza, em Olinda, está sendo retomada. São obras de saneamento, instalação de uma estação elevatória, drenagem, pavimentação de ruas e construção de calçadas. Com a pavimentação, será criado um percurso de 1,5 quilômetro paralelo à Avenida Olinda, que precisará de um complemento, futuramente, para funcionar como via alternativa e minimizar os congestionamentos na entrada da cidade.

A previsão é de que os serviços sejam concluídos em julho, com recursos de R\$ 2,7 milhões provenientes do Ministério do Turismo, dentro do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). As obras integram um projeto mais amplo, iniciado em 2005, que inclui construção de duas pontes sobre o Canal da Malária, uma rua de acesso à Praia Del Chifre e construção de 661 casas na comunidade. Ainda não há recursos para dar continuidade a esses serviços, mas os que estão em andamento facilitam a busca por novos investimentos.

GALERIA DE IMAGENS



Para ter acesso ao novo caminho, os veículos saem da Avenida Olinda e entram na Rua Monte Castelo, margeando o Rio Beberibe (via batizada de Beira-Rio, com 700 metros) e seguindo pela margem do Canal da Malária (com 800 metros). De lá, continuam pelas Ruas Chã Grande e Santa Tereza de volta à Avenida Olinda.

Novo caminho

O pavimento suprimirá dez metros quadrados de mangue no encontro do rio com o canal. “Vamos replantar ao longo do rio”, salienta o secretário-executivo de Obras de Olinda, Roberto Rocha. Seis residências também precisam ser desapropriadas.

“Quando o pavilhão sobre o canal for construído, os carros que trafegam do Recife para Olinda vão poder utilizar essa via, passar sobre o canal e sair nos Correios (pelos Milagres), fugindo dos congestionamentos. Por enquanto, é mais para o tráfego local”, observa o gestor.

A via não pode ter continuidade em linha reta porque esbarra em uma vasta área de mangue. “Nesse trecho também há invasões que serão removidas e o mangue, replantado”, registra.

Segundo o secretário, mais de 200 imóveis foram desapropriados em gestões anteriores para dar início aos serviços de infraestrutura, mas ainda há muitos a serem removidos para construção das casas. “Há famílias no auxílio-moradia ou que receberam indenização. Muitas vão receber novas residências até o fim do ano, com a conclusão de dois conjuntos habitacionais (Cuca Legal II e Vila Brasília), como o número de famílias é grande, a ilha não comporta, pois ela só poder ter construção de até o primeiro andar.”

Impasse

A dona de casa Lúcia Dantas, 62 anos, mora há 32 anos na Ilha do Maruim e já não acredita mais na conclusão da urbanização local. “Faz anos que a prefeitura veio, mediu minha casa e me ofereceu R\$ 15 mil. Eu compro o que com esse dinheiro? Não aceitei. Mas também não me deixaram ajeitar a casa e o telhado tá cheio de vazamento. Vou gastar pra perder?”, questiona.

Na frente da casa da mulher, um poste cercado de água vaza corrente elétrica. Esgotos minando, ruas alagadas com as chuvas e lixo nas vias ainda fazem parte da rotina da comunidade, que vê as poucas melhorias se arrastando por anos para serem efetivadas. Muitos se queixaram do tráfico diuturno de drogas na localidade e do abandono do poder público.

Com cerca de 30 mil moradores, muitos vivendo da pesca, a Ilha do Maruim deve ser beneficiada com outro projeto do governo do Estado, o Reconexão Turística Recife-Olinda, que prevê a ligação das duas cidades por meio de uma ciclotrilha, para bicicletas e pedestres. O percurso de 3,5 quilômetros será feito entre a Ponte do Limoeiro (Recife) até a Praia dos Milagres (Olinda), passando por trás da Escola de Aprendizes Marinheiros e da Vila Naval. A obra deveria ter começado no primeiro trimestre.

ARTE JC

● Conheça a obra

Fonte: Prefeitura Municipal de Olinda

● Primeira etapa

R\$ 2,7 milhões garantidos

- Será pavimentado trecho de **1,5** quilômetro, sendo **700** metros beirando o Rio Beberibe e **800** metros margeando o Canal da Malária
- Os veículos vão poder entrar no local pela Avenida Olinda, seguindo pela Rua Monte Castelo, nova via na margem do canal e ruas Chã Grande e Santa Teresa, retonando à Avenida Olinda
- Também serão realizados serviços de saneamento, instalação de estação elevatória, drenagem e calçadas com acessibilidade

● Segunda etapa

- Ainda não há verba garantida, mas prevê a construção de duas pontes sobre o Canal da Malária. Uma delas fará a ligação com a Praia dos Milagres
- Criação de acesso à Praia Del Chifre
- Construção de 661 casas para famílias que tiveram ou terão imóveis demolidos

PALAVRAS-CHAVE

trânsito urbanização olinda Ilha do Maruim

HOME/VEÍCULOS

» MEIO AMBIENTE

Toyota investe na preservação do meio ambiente

Fundação Toyota promove ações no litoral nordestino

Publicado em 06/04/2017, às 15h31



Área de atuação envolve a Costa dos Corais entre Pernambuco e Alagoas

Divulgação

Sílvio Menezes

Editor de Veículos

A Toyota não possui fábrica em Pernambuco, mas escolheu nosso Estado para realizar um dos grandes projetos de preservação do meio ambiente no País. A marca japonesa, que costuma ocupar grande espaço na mídia por fazer carros quase inquebráveis como Corolla e a Hilux, trabalha de forma discreta e silenciosa, numa ação invejável de responsabilidade social e preservação do peixe-boi e de vidas marinhas num trecho de quilômetros de 120 quilômetros de costa entre o Litoral Sul de Pernambuco e Alagoas.

A reportagem do Jornal do Commercio visitou a região beneficiada pelo projeto. Batizada de Toyota Apa Costa dos Corais, a ação comandada pela Fundação Toyota celebra oito anos de existência neste mês contabilizando ganhos significativos. O trabalho consiste em apoio para implantação de ações de sustentabilidade com parceiros para transformar comunidades e salvar espécies marinhas. Num resumo geral, o projeto destina recursos para projetos de pesquisas em conjunto com autoridades ambientais como ICMBio e SOS Mata Atlântica, só para citar alguns. A marca usa todo know-how dessas entidades para ter sucesso. E um dos méritos do projeto é envolver a comunidade nos trabalhos. Usam pescadores e moradores da região para atuar em suas ações e transformam todos em defensores da natureza.

Meio ambiente

Um desses trabalhos de enorme sucesso é o de proteção de reserva de corais. Fica num trecho de aproximadamente 300 metros da praia. A área é cercada por bóias e avisos que lembram que a proibida a entrada de pessoas e barcos na área. Só pesquisadores podem cruzar a barreira para estudar o comportamento das espécies. Graças ao trabalho de conscientização realizado por várias instituições, a própria comunidade fiscaliza ao perceber a aproximação de pessoas não autorizadas. Um outro trabalho é o de preservação de peixe-boi. Pesquisadores mantêm uma reserva para receber os mamíferos doentes, feridos e resgatados em bancos de areia. Os animais são acompanhados por biólogos e reintroduzidos em seu habitat quando atingem plenas

condições de saúde. O trabalho também é incansável para coibir a caça. O encalhe de filhote de peixe-boi virou um problema e o grupo ampliou a atuação das equipes para evitar mortes. Por causa da ação predatória, as estimativas apontam que a população de peixe-boi seja de 1.000 indivíduos.

GALERIA DE IMAGENS

Pesquisadores e população local atuam juntos



Apesar de os fabricantes de carros serem vistos como vilões por muita gente, a Toyota com esse trabalho mostra que é possível operar em outras frentes para compensar possíveis danos ambientais. A marca lançou um desafio e quer atingir poluição zero em 2050. E tem trabalhado forte em automóveis que poluam menos. O mais conhecido é o Prius, híbrido que usa motor elétrico e outro a combustão para reduzir gastos de combustível. E em breve vai receber o Murai, movido por célula de combustível.

PALAVRAS-CHAVE

Fundação Toyota costa dos corais peixe-boi

HOME/CIDADES/CIÊNCIA/M.AMBIENTE

» SEM FISCALIZAÇÃO

Redes de pesca são uma das principais causas de morte de golfinhos

Após dois golfinhos aparecerem mortos no último fim de semana, especialistas apontam as malhas utilizadas na pescaria e a escassez de alimento como as grandes causas da extinção desses animais na costa. Legislação de proteção não é cumprida

Publicado em 27/03/2017, às 13h51



Segundo golfinho, encontrado nesse domingo (26), estava em avançado estado de decomposição

Adriano Artoni/Cortesia

Maria Luísa Ferro

Após a aparição de dois golfinhos mortos neste fim de semana na Praia de Boa Viagem, Zona Sul do Recife, uma discussão a respeito das redes de pesca utilizadas foi levantada, após um dos animais ter marcas do objeto nas nadadeiras superiores e inferiores. De acordo com o ambientalista Adriano Artoni, as malhas utilizadas na pescaria são as principais causas da

morte de golfinho na costa pernambucana. “Geralmente, o animal fica enroscado na rede de pesca e termina morrendo afogado. Quando não é afogamento, é o próprio pescador que mata o golfinho ao invés de cortar a rede para soltar o bicho”, explica. A fiscalização dos pescadores e das malhas utilizadas na pescaria são de responsabilidade do Ibama.

O primeiro animal foi encontrado no último sábado, por banhistas que circulavam próximo ao Quiosque 17. Segundo informações, o golfinho de cerca de dois metros já estaria morto antes de encalhar na praia, pois seu abdômem foi cortado de ponta a ponta, e foi levado pela correnteza até a beira da água. “Provavelmente foi capturado por algum pescador e jogado de volta ao mar”, informou Artoni. Já o segundo golfinho foi encontrado no domingo, com sinais de decomposição avançada e marcas de malha de pescaria. Esse mesmo animal foi resgatado na mesma praia no último dia 18 pelo Grupamento de Bombeiros Marítimo e devolvido ao mar.

Segundo Maria Adélia Oliveira, professora-titular de morfologia e fisiologia animal da Universidade Federal Rural de Pernambuco, essa captura não intencional de golfinhos é semelhante ao caso das tartarugas-marinhas. “Apesar da semelhança, existe uma grande diferença. As tartarugas se enroscam nas redes porque tem visão de baixa qualidade. Já os golfinhos, que tem excelente visão e movimentação, são atraídos pelos animais presos nas malhas de pescaria e acabam aprisionados e morrendo afogados, pois precisam subir à superfície para respirar”, detalha. E se engana quem pensa que na costa da Região Metropolitana do Recife não existem golfinhos. Eles buscam viver ao fundo, nos chamados taludes, mas quando não encontram alimento nesses locais, costumam vir mais próximo da costa, encontrando os pescadores.

Fiscalização é fraca

Para Adriano Artoni, fiscalização e orientação são as peças-chave para que casos como esse não voltem a acontecer. “No ano passado, um caso semelhante aconteceu em Jaboatão dos Guararapes, e foi criado um projeto de conscientização para mais de 800 pescadores da colônia regional, explicando sobre os tipos de rede a serem utilizadas, como proceder ao encontrar um animal, que tipo de pescada pode ser trazida para a orla. É necessário que as prefeituras de Recife e de Olinda procurem seguir este mesmo caminho”, afirma. Procurada pelo **JC**, a Secretaria de Meio Ambiente do Recife informou não ter nenhum projeto de orientação sobre golfinhos em andamento e afirmou que iria analisar o caso para tomar medidas cabíveis. Já a professora Maria Adélia aposta no cumprimento da legislação. “Bastaria que a gente cumprisse o que a lei determina, que já é de bom tamanho. Se os pescadores utilizassem ao menos um dispositivo recomendado, que não atrapalha a pesca e ainda preserva golfinhos e tubarões, ou até mesmo não pescassem em local proibido, o quadro atual seria muito diferente”, finaliza.

PALAVRAS-CHAVE

golfinho boa viagem Morte ufrpe

HOME/CIDADES/GERAL

» MEIO AMBIENTE

Matança de animais marinhos em Maracápe terá investigação

Ministério Público pretende responsabilizar culpados

Publicado em 25/03/2017, às 08h00



Animais morreram no rio

Divulgação

JC Online

Multa e reparação do dano ambiental. Em caso de identificada a causa e comprovada a culpa, os eventuais responsáveis pela matança de espécies marinhas no estuário do Rio Maracáipe, no município de Ipojuca, no Grande Recife, terão de se ver com a lei estadual 11.516, de 1997. A norma – aprovada durante o último governo Miguel Arraes (1995-1998) – trata das infrações ao meio ambiente no Estado.

No último final de semana, moradores e jangadeiros que operam na área do Pontal de Maracáipe denunciaram a morte de peixes como Saúna, Bagre e Robalo, além de caranguejos e cavalos-marinhos. Também foi notado um forte odor na água do rio, o que levantou suspeitas sobre o lançamento irregular de esgoto por parte de moradores ou estabelecimentos comerciais. Fotos e vídeos de animais mortos repercutiram nas redes sociais. Em um deles, um morador afirma que o cheiro é “igual ao dos canais do Recife”, e pede providências às autoridades.

A Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH) pretende divulgar, até a próxima quarta-feira, o resultado dos testes químicos, bacteriológicos e de balneabilidade da água do rio. O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) avisou que espera pelo teste para responsabilizar os eventuais culpados, visto que a área é local de preservação. O caso está a cargo da promotora Bianca Stella Barroso.

A foz do Rio Maracáipe é uma das 13 áreas estuarinas de Pernambuco, instituídas por lei em 1986 pelo então governador Gustavo Krause. Segundo a norma, é vedado o parcelamento para fins urbanos e a ocupação com edificações. É proibido desmatamento e remoção da cobertura vegetal, além do lançamento de lixo urbano ou individual.

Na área do Pontal de Maracáipe, poucas dessas condições são satisfeitas. Apesar do esforço de jangadeiros e comerciantes, a coleta de lixo e comercialização de produtos alimentícios é precária. Algumas construções, como casas e muros, avançam sem qualquer cerimônia sobre o mangue. Um clima de vale-tudo que pode ter influenciado no evento do último final de semana.

“A gente que vive do rio gostaria de ver uma fiscalização maior. Fazemos a nossa parte, mantendo tudo limpo e conscientizando os turistas, mas é preciso mais”, comenta o jangadeiro Diego Marques. Na manhã de ontem, as águas já estavam limpas e era possível ver peixes de pequeno porte. Dois fiscais da CPRH também percorreram, de jangada, parte do rio e viram que a situação estava sob controle. “Mas quando aconteceu o problema, suspendemos por algum tempo as viagens pelo rio, pois ninguém sabia o que tinha na água”, comenta Eliel Camilo Fernandes, que trabalha no pontal.

Os comerciantes comemoraram ontem a volta do movimento normal. Mas o medo persiste. “Tenho 49 anos aqui e nunca tinha visto uma coisa parecida. A gente torce para ocorrer de novo e prejudicar nosso ganha-pão”, comenta Rosinaldo de Costa, conhecido como Pato. São 42 barqueiros registrados, em cujas jangadas podem subir até oito pessoas. O passeio pelo Rio Maracaípe custa R\$ 25 por pessoa.

Responsabilidade

De acordo com a assessoria de comunicação da Prefeitura de Ipojuca, a fiscalização da área pela secretaria municipal de Meio Ambiente já foi intensificada, e acontecerá de forma aleatória, para surpreender eventuais infratores. Entre as hipóteses levantadas para a matança dos animais marinhos, está a pesca com o uso de bombas e o despejo de esgotamento sanitário. A prefeitura também afirma que apenas se posicionará após o resultado dos testes conduzidos pela CPRH.

Segundo a lei estadual, constitui infração ao meio ambiente qualquer ação ou omissão que resulte em poluição ou degradação ambiental, ou, ainda na inobservância das normas ambientais legais. Para imposição da pena e sua graduação, a autoridade competente terá de observar, entre outras coisas, a intensidade do dano efetivo ou potencial ao meio ambiente.

PALAVRAS-CHAVE

maracaípe

HOME/CIDADES/GERAL

» HOMENAGEM

No aniversário do Recife, histórias de afeto dos moradores pela cidade

A capital pernambucana completa 480 anos neste domingo (12). Um amor alimentado pela relação das pessoas com os cantos da cidade

Publicado em 11/03/2017 às 17:57



Foto: Guga Matos/JC Imagem

Ciara Carvalho

A cidade é o que se faz dela. Do afeto construído nas lembranças de infância. Dos cheiros da rua. Dos gostos de casa. Se é do sonho dos homens que uma cidade se inventa, é na relação com as pessoas que, de fato, ela passa a existir. O Recife são muitos. Olinda, tantas outras. Hoje, aniversário das cidades irmãs, o passeio não se guia pelas paisagens, mas pelas pessoas que transformam esses lugares em memória e imaginação. “A memória é um jogo entre lembrança e esquecimento”, ensina o historiador Antônio Paulo Rezende. Nessas

idades imaginárias, moradores contam sobre esse amor forjado em cantos e recantos que, para eles, fazem de Recife e Olinda o seu lugar.

Amor guiado pelas memórias de infância

Manuel Bandeira foi apresentado ao ator e produtor cultural Saturnino de Araújo, 53 anos, primeiro em forma de estátua. Em suas lembranças de infância, o monumento do poeta ficava na Rua Gervásio Pires, muito antes de chegar à Rua da União, onde hoje repousa no Espaço Pasárgada, à frente da casa onde morou o avô de Bandeira. Criança, morador do subúrbio, Saturnino ia com a família para o Centro do Recife cortar cabelo, comprar tecidos, ver as vitrines das lojas. Foi assim, levado pelas mãos cuidadosas da mãe e do irmão, que o ator descobriu o Recife que aprendeu a amar.

Não à toa, sua grande paixão é o bairro da Boa Vista. Morador da Rua da Conceição, namorava da sua varanda o Hotel Central, erguido nos anos 20 do século passado, ali perto, na esquina da Rua Manoel Borba com Gervásio Pires. “Nas noites de lua cheia, o prédio fica ainda mais bonito. A fachada iluminada carrega uma poesia que resiste até hoje”, desmancha-se em elogios. A admiração foi além do simples namoro. Saturnino propôs um projeto para reformar a fachada do hotel que, graças à restauração, está ganhando, de volta, as cores originais.

O desejo de ver o Recife da infância preservado faz o produtor cultural caminhar pelas ruas com um olhar que foge ao convencional. “Veja aquela fachada, parece um bolo de noiva de tão bonita que é”, diz, apontando para os adornos de um sobrado da Rua da Imperatriz. Ele diz que a melhor forma de caminhar pela via é olhando para o alto. “Bom mesmo é aos domingos, quando a cidade acalma”, conta, lamentando que a violência o obrigou a turistar menos pelas ruas do Centro. “Mesmo assim, ainda me arrisco. É onde o coração da cidade pulsa mais forte.”

De todo o amor que guarda pelos cantos da cidade, um é especial: a Rua da Aurora. “É onde o Recife é mais deslumbrante.” Não só pela beleza que a paisagem carrega, mas por juntar o que, aos olhos de Saturnino, é a combinação exata da cidade. Do alto de um dos prédios da Aurora, ele enxerga o cenário perfeito: as pontes, o Rio Capibaribe e o mar. “A gente só ama o que conhece. E todo recifense deveria conhecer essa vista. O Recife nasceu desse belo encontro.”

Ruas cheias de histórias

A história de uma cidade se constrói do afeto pelas memórias que ela carrega. E, se essa cidade for desaparecendo, como ficam essas lembranças? Incomodado com um Recife que, aos poucos, vai sumindo da paisagem, o jornalista Josué Nogueira, 48 anos, virou um garimpeiro. Um descobridor de cantos, delicadezas e lugares desconhecidos. Celular na mão, ele documenta uma cidade que “#sovequemvaiape”. O desaguadouro desses preciosos achados é o site Antes que Suma. Nascido primeiro como fanpage, virou um canal de expressão do amor dos recifenses pela sua cidade.

Nascido em Corrente, no Piauí, a história de Josué com o Recife é coisa de destino. Os pais iriam para Brasília, mas terminaram vindo morar em Pernambuco. Depois, até foram para a capital federal, mas Josué ficou. A essa altura, tinha virado recifense apaixonado pela cidade. Já se vão 34 anos morando na capital pernambucana, sempre na região central. “O incômodo de ver a paisagem sumindo surgiu também dessas minhas lembranças da cidade que conheci. Uma hora passava e aquele casarão belíssimo tinha deixado de existir. Era uma fábrica, um armazém demolido para dar lugar a um arranha-céu espelhado. A memória da cidade estava se perdendo, sem que ninguém registrasse esse desaparecimento”, conta.

Mais do que fotos, o site começou a colecionar histórias. Não era mais só a casa, o casarão antigo ou o prédio de pilotis. Mas os irmãos que tinham crescido naquele jardim, o cheiro de pão da padaria, o pó de café coado na cozinha que dava para o quintal. “Eu comecei a fotografar detalhes, não só a arquitetura. Portões, pedaços de muros, azulejos raros, sacadas. Foram os leitores que me levaram a isso, a partir das lembranças que as imagens postadas no site despertavam neles.”

Registrar um Recife que dialoga com a sua história é também um movimento de resistência. “É resgatar essa cidade mais humana. Que não é dos carros, dos prédios, mas das pessoas. Do convívio com a rua, com o outro.” Nas preciosidades garimpadas pelo jornalista, o lugar onde se mora é mais do que afeto. É pertencimento.

No estuário, a ilha dentro da ilha

De barco, rasgando as águas do Capibaribe, o pescador Jozias Pedro da Silva, 54 anos, diz que o Recife dos espigões ainda tem muito o que aprender. Ele olha a cidade a partir do lugar de onde a cidade nasceu: o mangue. Observa a ilha de dentro da ilha. Nesse caso, a Ilha de Deus, comunidade localizada no bairro da Imbiribeira, na Zona Sul da capital. Jozias vive cercado de viveiros. De camarão, de sururu, de caranguejo. É de lá que tira o sustento, mas é também onde afina um discurso que pede uma cidade mais preocupada com o futuro das pessoas e do planeta.

“A Ilha de Deus representa o verdadeiro Recife. O velho Recife, que nasceu como uma comunidade de pescadores. Uma cidade que foi invadida pelos prédios, que polui os rios, que não tem respeito pelo meio ambiente, que não prioriza o saneamento básico”, aponta.

O lixo que a cidade urbana produz vai parar, em parte, no rio que garante o sustento de Jozias. O pescador sabe que essa é uma guerra difícil de vencer. Mas afirma que já viu tanta coisa mudar que não perde a esperança. A própria Ilha de Deus, morada de Jozias, ganhou ponte, urbanização, viu a violência arrefecer. “Temos muitas lutas ainda pela frente, mas o povo aqui é guerreiro. É um pedaço do Recife que as pessoas deveriam conhecer.” Do quintal de casa, deitado na rede, ele desfruta de uma paisagem que parece ter parado no tempo. “Aqui é o entardecer mais bonito da cidade. E, se for em noite de lua cheia, ainda melhor.”

GALERIA DE IMAGENS



Saturnino Araújo, produtor cultural. Ele criou um projeto para reformar a fachada do Hotel Central

Foto: Guga Matos/JC Imagem



Rio Capibaribe e as pontes do Recife
Foto: Guga Matos/JC Imagem



Josué Nogueira, jornalista e criador do site Antes que Suma, que revela imagens do casario do Recife
Foto: Guga Matos/JC Imagem



Rio Capibaribe e as pontes do Recife
Foto: Guga Matos/JC Imagem



Vista da Ilha de Deus, a partir do Rio Capibaribe
Foto: Guga Matos/JC Imagem



Palafitas e pontes do Recife
Foto: Guga Matos/JC Imagem



Palafitas às margens do Rio Capibaribe
Foto: Guga Matos/JC Imagem



Viveiros de camarão na Ilha de Deus, localizada no bairro da Imbiribeira, Zona Sul do Recife
Foto: Guga Matos/JC Imagem



Jozias Pedro da Silva, pescador e morador da Ilha de Deus, comunidade localizada na Imbiribeira
Foto: Guga Matos/JC Imagem

HOME/POLÍTICA/PERNAMBUCO

» PSB 10 ANOS

Programas símbolos do PSB perdem força em Pernambuco

Serviços como Chapéu de Palha e Mãe Coruja cessam planos de expansão após corte de gastos

Publicado em 16/01/2017, às 09h45



Está implantado em 105 municípios, que contam com o Espaço Mãe Coruja, um local onde as mulheres alvo do programa se reúnem para receber orientação e desenvolver alguma atividade em conjunto

Foto: Ashley Melo/ JC Imagem

Veronica Almeida

A segunda matéria da série sobre os 10 anos do PSB no governo de Pernambuco aborda os programas sociais. Além do retorno do Chapéu de Palha, uma marca de Arraes, foram criados o Mãe Coruja, de apoio às gestantes e crianças, e o Programa Atitude, para usuários de drogas, que acabaram não avançando em razão da crise financeira. Nesta terça (17), a abordagem é sobre a Segurança Pública. Confira a primeira parte: Crise afeta projetos sociais em Pernambuco.

Marca dos governos de Miguel Arraes (1987-1990 e 1995-1998), o Chapéu de Palha foi reeditado nas gestões de Eduardo Campos e Paulo Câmara. Sindicatos rurais reconhecem a expansão para outras modalidades de trabalhadores do campo, mas reivindicam que a ajuda mensal, fornecida pelo programa, seja equivalente a um salário mínimo (R\$ 937 a partir deste mês). Hoje o valor da ajuda do Chapéu de Palha chega no máximo a menos de um terço desse valor. Atuar em frentes de trabalho, durante a entressafra ou na seca, também é desejo de alguns.

O benefício é composto de quatro parcelas de até R\$ 256,52 cada, complementares ao valor recebido do Bolsa Família, do governo federal. O coordenador do programa, coronel Humberto Viana, argumenta que o pleito dos trabalhadores pode vir a ser avaliado pelo governador Paulo Câmara quando a situação financeira do Estado melhorar.

“A princípio focado nos trabalhadores da palha da cana, o programa foi estendido para os trabalhadores da fruticultura irrigada, em 2009, e para os pescadores artesanais e marisqueiros, em 2012, abrangendo um total de 118 municípios”, informa a Secretaria de Planejamento do Estado, listando a expansão da iniciativa, agora assegurada por lei. No ano passado, 48.613 trabalhadores estavam inscritos, um número um pouco menor que o dos seis anos anteriores, situados entre 50 mil e quase 54 mil atendimentos.

MÃE E CRIANÇA

Outro programa de ação social do PSB em Pernambuco, o Mãe Coruja, também teve que cessar os planos de expansão depois da imposição de corte de gastos na máquina pública, provocada pela baixa arrecadação.

De acordo com o governo, o objetivo do programa é garantir atenção integral às gestantes do SUS e seus filhos até a idade de 5 anos. Com isso, reduzir a morte de mulheres na gravidez, parto e pós-parto, e dos bebês.

Está implantado em 105 municípios, que contam com o Espaço Mãe Coruja, um local onde as mulheres alvo do programa se reúnem para receber orientação e desenvolver alguma atividade em conjunto. O Estado atribui às ações a redução da mortalidade infantil de 22 para 14,9 óbitos por mil nascidos vivos. Mais de 187 mil gestantes foram acompanhadas nos últimos anos.

Com a epidemia de microcefalia associada ao zika vírus, passou a realizar monitoramento quinzenal dos bebês que têm o problema e de suas mães. O objetivo é articular atendimentos na rede de saúde, educação e de assistência social.

Confira a primeira matéria da série PSB 10 anos: Com OSs, PSB privatizou a saúde pública

PALAVRAS-CHAVE

PSB PSB 10 anos

HOME/CIDADES/GERAL

» SUSTENTABILIDADE

Ilha de Deus entra 2017 de cara nova

No fim do ano, a comunidade recebeu o projeto Vivo a Praça e se reuniu para revitalizar áreas ociosas

Publicado em 02/01/2017, às 08h00



Entre os novos espaços de convivência, as pracinhas com brinquedos e equipamentos de ginásticas caíram no gosto da criançada

Fotos: Bobby Fabisak/ JC Imagem

AMANDA RAINHERI

Vítima do descaso público durante grande parte de sua história, a comunidade pesqueira da Ilha de Deus, na Imbiribeira, Zona Sul da capital, entra em 2017 totalmente repaginada. Em funcionamento há uma semana, os novos espaços de convivência criados pela parceria entre a empresa de telefonia Vivo e a Prefeitura do Recife transformaram a rotina de muitos moradores da vila pesqueira. Além das mudanças promovidas pelo projeto Vivo a Praça, a entrada da ilha para o roteiro turístico da cidade deve dar visibilidade e aumentar o potencial da economia local, baseada na criação de sururu e marisco.

Quem visita a comunidade vê um cenário muito diferente daquele de 2007, quando teve início o projeto de urbanização da ilha, até então ocupada por palafitas. Nos dias 10 e 11 de dezembro, um mutirão envolveu cerca de 250 voluntários e transformou locais vazios em espaços de convivência e de lazer. São três praças com brinquedos e equipamentos de ginástica, uma ciclofaixa, uma horta comunitária, mais espaço para leitura e vários canteiros e jardins. Mudanças pequenas que fazem toda a diferença no dia a dia da população.

É o caso da pescadora Paula Francisca dos Reis. Dos 30 anos de vida, 20 foram vividos na comunidade. Foi na ilha que os dois filhos de Paula, de 8 e 11 anos, nasceram e cresceram. Hoje, enquanto trabalha, pode supervisionar os pequenos brincando no parquinho e andando de bicicleta na ciclofaixa que passa em frente a sua casa. Paula mora nas proximidades da nova horta comunitária e já consome em casa frutos colhidos nos canteiros. “Por enquanto, só peguei maracujá. A horta e a pracinha foram as mudanças de que mais gostei.”

O espaço para as crianças também foi aprovado pelo pescador Williams Maciel. “Quando urbanizou a ilha, o governo não havia pensado em nada para as crianças e há muitas aqui na comunidade. Todos os pais gostaram da iniciativa, porque agora os filhos têm onde brincar”, comemora. O filho Adrian, de 5 anos, também aprovou as mudanças. O brinquedo favorito é o balanço de uma das praças, ao lado do local onde o pai trabalha.

A Vivo já levou o projeto para outras 13 cidades do Brasil, sendo Recife a quarta do Nordeste. Para a diretora de Sustentabilidade da empresa, Joanes Ribas, a iniciativa promove o empoderamento coletivo. “A partir do momento em que o cidadão realiza melhorias com as próprias mãos, passa a se apropriar do ambiente e cuidar dele ciente de que também é seu. Isso torna o projeto permanente e sustentável.”

Habitada por duas mil pessoas, a Ilha de Deus começou a ser ocupada na década de 1920 do século passado. Desde o surgimento, a comunidade sempre foi cenário de problemas sociais e da ausência de políticas e serviços públicos básicos, como saneamento, saúde, educação e segurança. Da miséria e abandono, surgiu o apelido “Ilha sem Deus”. Até 2007, quando o então governador Eduardo Campos escolheu a comunidade para receber o primeiro projeto de urbanização de sua gestão, os moradores da ilha, em sua maioria pescadores e catadores, viviam em barracos sobre estacas no mangue. “Quem vê como era, acha uma maravilha hoje”, diz a marisqueira Francicleide Ferreira, 30, que vive na comunidade desde que nasceu.

GALERIA DE IMAGENS



Turismo

Localizada no Parque dos Manguezais, na reserva estuarina da Bacia do Pina, e cercada por três rios – Pina, Tejiipió e Jordão –, a ilha entrou na temporada de férias como parte do roteiro turístico do Recife.

Desde setembro, o local é rota de um passeio de catamarã promovido pela Catamaran Tours, em parceria com a ONG Saber Viver, que atua há 30 anos na comunidade. A procura, segundo a presidente da empresa, Juliana Britto, tem sido satisfatória. “Já tivemos que fazer passeios extras para escolas. A própria ONG promove passeios no local, mas o melhor jeito

de chegar até a ilha é de catamarã”, argumenta. A ligação da ilha com o continente é feita por uma ponte estreita de concreto, com passagem para um único carro, nas proximidades da Estação Imbiribeira da Linha Sul do metrô.

“É muito interessante ver o dia a dia do pescador. São famílias inteiras envolvidas com a atividade. Os visitantes têm a oportunidade de conhecer o trabalho da ONG e ver as hortas suspensas, reciclagem e artesanato”, afirma Juliana. O passeio acontece aos sábados, às 10h, e pode ser agendado pelos telefones (81) 34242845 e 99734077, ou pelo site www.catamarantours.com.br.

PALAVRAS-CHAVE

Ilha De Deus Revitalização Rota Turística

2016

HOME/CIDADES/GERAL

» URBANISMO

Pontes do Centro do Recife recebem revitalização

Buracos, pichações, ferrugem nos guarda-corpos, fiação elétrica exposta e problemas de iluminação estão por toda parte das construções

Publicado em 15/12/2016, às 08h24



As intervenções devem ir até o dia 20 de dezembro

Foto: Sérgio Bernardo/ JC Imagem

Editoria de Cidades

Demorou, mas alguns dos cartões-postais mais bonitos do Recife finalmente receberão intervenções do poder público. Trata-se das Pontes Buarque de Macedo, Giratória, Maurício de Nassau e do Limoeiro, no Centro da capital. A requalificação começou em novembro e deve se estender até o próximo dia 20. O **JC** esteve nesses locais em abril, maio, julho e novamente em novembro. Em todas as vezes, o cenário de abandono e descaso era o mesmo.

Buracos, pichações, ferrugem nos guarda-corpos, fiação elétrica exposta e problemas de iluminação estão por toda parte das construções. Para corrigir os problemas causados pela falta de manutenção preventiva, a Prefeitura do Recife, através da Empresa de Manutenção e Limpeza Urbana (Emlurb), desembolsará R\$ 130 mil. O serviço abrange reparos nos passeios, conserto e renovação da pintura dos guarda-corpos.

Segundo a diretora de Manutenção Urbana da Emlurb, Fernanda Batista, os reparos são feitos a cada dois anos. “A maresia e a própria atividade de pesca acabam danificando e oxidando as estruturas. Estamos fazendo um levantamento para ver a situação das demais pontes para fazermos os reparos necessários”, explica.

A Ponte do Limoeiro, que liga Santo Amaro ao Bairro do Recife, foi a primeira a ser requalificada, ainda no final de novembro. O parapeito de metal está sendo recuperado nos trechos mais danificados e a pintura deve ser refeita logo em seguida. Entre os problemas que ainda não foram corrigidos estão a fiação exposta nos postes de iluminação e buracos no passeio. Em um local, a fissura é tão profunda que é possível ver as águas do Rio Beberibe.

Das quatro pontes escolhidas, apenas a Maurício de Nassau, entre os bairros de Santo Antônio e do Recife, ainda não recebeu nenhuma intervenção. Faltam pedaços do parapeito e a ferragem está à mostra em alguns pontos. Em outros, o guarda-corpo está praticamente solto, podendo desabar. “Sinto medo de cair com a ponte neste estado. Está muito maltratada. É um problema que se estende a todas as pontes do Recife”, critica a atendente Silvana Maria de Paula.

Esculturas

Os pilares que sustentam as quatro grandes estátuas símbolos da ponte, a primeira de grande porte do País, também serão pintados. A construção ainda conta com uma quinta escultura em homenagem ao poeta Joaquim Cardozo, em uma das sacadas seculares. A obra foi retirada em agosto pela Emlurb após ser alvo de vândalos. A previsão era de que fosse recolocada até o fim de novembro, mas a peça somente deve voltar ao seu local de origem no ano que vem.

“A recuperação vai ser feita até o Carnaval. Tudo depende dos artistas que estão trabalhando na peça, mas estamos com esta previsão para a conclusão”, afirma a diretora de Manutenção da Emlurb. A estátua, que integra o Circuito da Poesia ao lado de outras 11 peças, foi encaminhada para o artista plástico Demétrio Albuquerque, autor de todas as esculturas do projeto, inaugurado em 2006.

PALAVRAS-CHAVE

ponte do limoeiro maurício de nassau Emlurb REVITALIZAÇÃO Pontes do Recife

HOME/CIDADES/GERAL

» **IMBIRIBEIRA**

Mutirão transforma espaços de convivência na Ilha de Deus

Três praças, ciclovia, bancos, mesas, horta, jardins e 90 árvores foram implantados na comunidade neste final de semana

Publicado em 12/12/2016, às 07h28



Ciclovia foi pintada por crianças e adultos

Bobby Fabisak/JC Imagem

Das mãos que catam sururu e marisco nasceram praças, ciclovia, bancos, mesas, jardins, horta comunitária, espaço para leitura e o orgulho de melhorar o ambiente em que vivem. Com o

apoio de voluntários da empresa Vivo e da Prefeitura do Recife, moradores da comunidade pesqueira Ilha de Deus, na Imbiribeira, Zona Sul, ajudaram a transformar o árido espaço público local em agradáveis áreas de convivência, neste final de semana.

A ação começou na manhã do sábado e foi concluída na noite de domingo, reunindo mais de 250 pessoas. Três praças foram implantadas no local, uma delas com equipamento de ginástica. Cascas de sururu e marisco que se aglomeram na orla fizeram papel de cascalho nos jardins. Alguns pneus descartados também viraram vaso para plantas. Cerca de 90 árvores foram plantadas, como pés de urucum, de aroeira, de sapoti, de tamarindo e de pitanga.

Crianças, jovens, adultos e idosos ajudaram em todas as atividades, como as de varrer, pintar, carregar material, plantar e até construir. Como o jornalista Edson Flay, de 43 anos, que chegou à ilha aos seis meses de vida. “Isso aqui é o significado da solidariedade, da doação, do estar envolvido. Uma ação que traz uma perspectiva de cidade para a comunidade, que se liga com o que está sendo discutido por aí fora, como a questão da mobilidade e melhor qualidade de vida”, avaliou.

Dividida entre uma pá, um balde e o paisagismo, Maria de Lurdes Antunes, 62 anos, não parava de trabalhar, na manhã deste domingo, tentando recuperar um pouco de sombra para o local. “Melhor não podia ser. Antes da urbanização a gente tinha pé de tudo, mas o governo derrubou”, salientou. A estudante Luana Carla da Silva, 16, ajudava na implantação da ciclovia. “Está sendo maravilhoso trabalhar aqui. É algo que a gente nunca ia ter”, declarou. O pescador José Antônio da Silva, 58, chamou a atenção para a necessidade de se iluminar uma das praças.

O Projeto

O projeto foi traçado em discussão com a própria comunidade (metodologia chamada oásis), durante o mês de novembro. Durante dois dias, houve um curso de capacitação para ajudar os participantes a identificar as oportunidades e recursos (humanos, financeiros e físicos) disponíveis na região. “As mudas conseguimos por doação do Jardim Botânico e empresa Atmosphaera. Tentamos colocar espécies que aguentem o solo arenoso”, explicou a engenheira agrônoma Alessandra de Carvalho, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade.

“No Brasil, os espaços públicos parecem terra de ninguém. E a partir do momento em que a sociedade participa da melhoria desse espaço ela cuida, se apropria. Na Ilha de Deus, 60% dos moradores são crianças e elas não tinham onde brincar e, com a urbanização, a comunidade ficou sem sombra. Portanto, com as árvores esperamos também reduzir o consumo de energia. O paisagismo também deve ajudar a reduzir os descartes na orla”, salienta Daniel Frazão, consultor de comunicação e sustentabilidade da Vivo.

Segundo ele, o projeto *Vivo a Praça* já passou por 13 cidades brasileiras este ano, sendo Recife a quarta do Nordeste. João Pessoa, Aracaju e Maceió vieram antes. No próximo dia 18, está prevista a inauguração do espaço revitalizado da Ilha de Deus, com várias atrações culturais, a partir das 10h.

PALAVRAS-CHAVE

ilha de deus Vivo mutirão Praças

HOME/CIDADES/POLÍCIA

» APREENSÃO

Embarcação sem autorização de pesca é apreendida em Ipojuca

Na embarcação foram apreendidos ainda uma rede de 1,2 mil metros e 150 kg de peixes

Publicado em 01/12/2016, às 21h05



O proprietário da embarcação apreendida ainda foi multado em R\$ 3.300, valor definido pela legislação ambiental

Foto: Divulgação/CPRH

JC Online

Uma embarcação foi apreendida na tarde desta quinta-feira (1º) na praia de Porto de Galinhas, município de Ipojuca, Litoral Sul do Estado. Com o barco foram apreendidos ainda uma rede de 1,2 mil metros e 150 kg de peixes. A embarcação não tinha autorização do Governo Federal para pesca.

A apreensão ocorreu após uma denúncia feita em novembro à Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH), que informava uma alta mortalidade de tartarugas marinhas na costa. As mortes ocorriam pois os animais ficavam presos a rede usada pelo barco.

O proprietário da embarcação apreendida ainda foi multado em R\$ 3.300, valor definido pela legislação ambiental.

Os pescados encontrados na embarcação (sardinha, corvina, pescada e serra) foram doados e a rede de espera ficou com o Ibama.

PALAVRAS-CHAVE

Ipojuca PEIXES APREENSÃO

HOME/ECONOMIA/NACIONAL

» APOSENTADORIA

Reforma da Previdência será apresentada terça e aumentará idade mínima

Segundo os técnicos que acompanham o assunto, por saber que a reforma enfrentará forte resistência, o governo optou por encaminhar medidas mais duras

Publicado em 04/12/2016, às 20h50



Temer ainda vai bater o martelo sobre a inclusão dos benefícios a políticos na reforma da Previdência

Foto: Renato Spencer/ Acervo JC Imagem

JC Online

O texto final da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que propõe a reforma da Previdência Social será apresentado ao Congresso nesta terça-feira (4). De acordo com informações repassadas por um técnico, que participou dos estudos para as mudanças, para o Jornal O Globo, a idade mínima para trabalhadores dos setores público e privado passará para os 65 anos.

Segundo os técnicos que acompanham o assunto, por saber que a reforma enfrentará forte resistência, o governo optou por encaminhar medidas mais duras aos parlamentares. Temer deve se encontrar na noite desta segunda-feira (5) com líderes sindicais e partidários para esclarecer as medidas.

Entre as mudanças, independente do tempo de contribuição, a idade mínima para aposentadoria será de 65 anos. Atualmente, o homem pode se aposentar aos 65 anos e a mulher aos 60, caso ambos tenham contribuído por no mínimo 15 anos.

As mudanças na idade mínima atingem mais profundamente os trabalhadores rurais e professores, que têm acesso ao benefício por idade aos 60, homens, ou 55 anos, mulheres. A idade para a aposentadoria compulsória também irá subir dos atuais 70 anos para os 75.

Além de vetar o acúmulo de benefícios (aposentadoria e pensão), a proposta reduz o valor da pensão para 50%, mais 10% por dependente, no limite de 100%, para todos os trabalhadores. A reforma cria ainda uma contribuição obrigatória para os trabalhadores rurais, que atualmente podem se aposentar apenas com a comprovação de atividade no campo.

Uma pessoa que comece a contribuir a partir dos 16 anos por exemplo, cenário muito difícil no Brasil, precisará de 49 anos de contribuição para alcançar a idade mínima dos 65 e receber o benefício de forma integral.

A PEC vai também alterar as regras de aposentadoria especial de quem trabalha em atividade de risco ou lida com agentes nocivos à saúde, nos setores público e privado. Hoje, eles se aposentam com 15, 20 e 25 anos de contribuição, conforme a área de atuação, sem idade mínima.

As Forças Armadas, no entanto, ficaram de fora da PEC, devido à reação dos militares. A ideia é alterar o regime previdenciário desses servidores posteriormente. Já em relação aos parlamentares, que seguem as normas de aposentadoria dos servidores públicos, Temer ainda vai bater o martelo se eles serão incluídos ou não na reforma, com benefício limitado ao teto do INSS (R\$ 5.189).

Aposentadoria por idade

A aposentadoria por idade é um benefício devido ao trabalhador que comprovar o mínimo de 15 anos de trabalho, além da idade mínima de 65 anos, se homem, ou 60 anos, se mulher. Para o “segurado especial” (agricultor familiar, pescador artesanal, indígena, etc.), a idade mínima é reduzida em cinco anos.

Fator Previdenciário

A aposentadoria por tempo de contribuição com fator previdenciário leva em conta apenas o tempo que o segurado (trabalhador que contribui com o INSS) contribuiu para que ele possa pedi-la. Para conseguir essa aposentadoria, é preciso ter 35 anos de contribuição, no caso dos homens, e 30 anos, no das mulheres. Isso não depende da idade que a pessoa tem.

O fator previdenciário é um número, resultado de uma fórmula, que é usado para evitar que a pessoa se aposente muito cedo. Se parar de trabalhar mais jovem, o valor da aposentadoria é menor.

A fórmula usada para chegar ao fator leva em conta o tempo de contribuição até o momento da aposentadoria, a idade do trabalhador na hora da aposentadoria e a expectativa de anos que ele ainda tem de vida, além da alíquota, que é fixa e atualmente é de 0,31.

Regra 85/95

Na regra 85/95, sancionada durante o **governo Dilma**, a idade do trabalhador é somada ao tempo de contribuição. É preciso que o trabalhador, no caso do homem, chegue ao número 95 quando somar o tempo da contribuição com INSS à idade. No caso das mulheres, a conta é a mesma, mas é preciso atingir os 85 pontos. Nesses casos também é preciso que se respeite o tempo mínimo de contribuição previdenciária de 30 anos para as mulheres e de 35 para os homens. Contudo, essa regra a cada ano aumenta mais 1 ponto para que se consiga o benefício, segundo o Portal Brasil e a Previdência Social.

ARTES JC

Nova proposta para a aposentadoria

Principais pontos da reforma

| | Como é agora | Como vai ficar |
|---------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Idade para aposentadoria | Atualmente, a soma da idade e do tempo de contribuição deve ser de: <div style="display: flex; justify-content: space-around; align-items: center;"> <div style="text-align: center;"> <p>95 anos (homens)</p>  </div> <div style="text-align: center;"> <p>85 anos (mulheres)</p>  </div> </div> | A idade mínima para se aposentar passaria para 65 anos , tanto para homens quanto para mulheres. Para os homens que atualmente possuem menos de 50 anos e as mulheres com menos de 45 , haverá uma regra de transição: o tempo que faltaria para que o trabalhador se aposentar pela regra atual seria acrescido de 50% . |
| Aposentadoria rural | O trabalhador rural se aposenta com 55 anos (mulheres) e 60 anos (homens), e precisa comprovar 15 anos de trabalho no campo. O produtor contribui com um percentual sobre a receita bruta de sua produção | Todos os trabalhadores rurais vão passar a contribuir para o INSS, seguindo as mesmas regras dos demais trabalhadores: se aposentam com idade mínima de 65 anos , com 25 anos de contribuição |
| Militares | Quando param de servir, os militares entram no grupo dos inativos. | Policiais civis, militares, federais e bombeiros também terão que cumprir a regra de aposentadoria com idade mínima de 65 anos e mínimo de 25 anos de contribuição. A PEC enviada ao Congresso Nacional trará uma regra de transição apenas para policiais civis e federais. Para policiais militares e bombeiros, a transição será regulamentada pelos Estados. Policiais civis e federais homens com 50 anos e mulheres com 45 anos se aposentarão com 55 anos e 50 anos respectivamente. |
| Servidores públicos | Há um processo diferente e separado da previdência dos trabalhadores. Parte das aposentadorias são das contribuições dos próprios servidores. Outra parte vem do governo. | Projeto prevê o fim das diferenças entre o regime de previdência geral e o público. Servidores homens com 50 anos ou menos e mulheres com 45 anos ou menos vão ter seus benefícios corrigidos de acordo com inflação. |

Valores da aposentadoria

Continuará limitado ao teto do Regime Geral da Previdência Social (RGPS).

Hoje é **RS 5.189,82**

Receitas sobre exportações

O governo vai acabar com a isenção da contribuição previdenciária sobre exportações. De acordo com Marcelo Caetano, os exportadores que contribuem hoje sobre as receitas terão que **pagar a contribuição previdenciária também sobre as receitas obtidas com as vendas ao exterior**. Até agora, essas receitas não eram tributadas. Essa isenção atualmente implica em uma renúncia de cerca de **RS 6 bilhões** por ano.

PALAVRAS-CHAVE

reforma da previdência aposentadoria Michel temer

CIDADES/JC TRÂNSITO

» MANIFESTAÇÃO

Moradores de Suape fazem protesto na área central do Recife

Grupo partiu do Parque 13 de Maio com destino ao Palácio do Campo das Princesas

Publicado em 26/10/2016, às 11h46



Manifestantes reclamam de casos de violência praticados em Suape

Foto: Edson Fly/ Núcleo de Comunicação Caranguejo

JC Trânsito

Uma manifestação promovida por associações de moradores e pescadores da região próxima ao Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS), ocorreu pelas ruas da área Central do Recife na manhã desta quarta-feira (26). O grupo ficou concentrado desde às 9h, no Parque 13 de Maio, de onde partiu em passeata com destino ao Palácio do Campo das Princesas com faixas de protesto.

O grupo pretende se reunir com o governador Paulo Câmara para fazer a entrega de um documento com os questionamentos das populações de Suape. Na pauta de reivindicações dos manifestantes, constam a luta pela permanência na terra, denúncias contra violações dos direitos humanos e a violência praticada pelo CIPS.

Outros grupos apoiam a causa

O Ato Público conta com o apoio do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto e de organizações não-governamentais e integra a campanha Suape Insustentável, a ser lançada pelo Fórum Suape - Espaço Socioambiental.

PALAVRAS-CHAVE

MORADORES área central manifestação protesto Suape

HOME/ECONOMIA/NACIONAL

» DESPESAS

Investimento governo federal de 2016 a 2018 será de R\$ 110 bi

O ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Dyogo Oliveira, destacou a necessidade de investimentos em infraestrutura

Publicado em 21/10/2016, às 12h53



O ministro salientou que o governo está comprometido com a redução de despesas
Foto: Valter Campanato/Agência Brasil

Estadão Conteúdo

Apesar de reforçar em discurso o foco do governo na redução de despesas e no ajuste fiscal, o ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Dyogo Oliveira, afirmou que o governo se comprometeu com um investimento total de R\$ 110 bilhões nos três anos entre 2016 e 2018. O ministro participa de seminário de infraestrutura promovido pela Câmara Americana de Comércio (AmCham) e pela Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), em São Paulo.

Oliveira destacou a necessidade de investimentos em infraestrutura e afirmou que, apenas em logística, os investimentos esperados para os três anos chegam a R\$ 38 bilhões.

O ministro salientou, porém, que o governo está comprometido com a redução de despesas e que o orçamento do próximo ano já está elaborado com base no princípio da Proposta de Emenda Constitucional 241, que estabelece o teto dos gastos.

Sobre o controle de gastos, ele destacou o volume despendido com a Previdência. O ministro afirmou que a estimativa de despesa da previdência é de R\$ 560 bilhões em 2017. Somado a outros benefícios para idosos e relacionados ao setor público, a conta chega a R\$ 740 bilhões gastos em benefícios previdenciários, pensões e aposentadorias, declarou. O déficit no próximo ano, assim, alcança R\$ 180 bilhões. "Não dá para olhar a questão das despesas sem ver a Previdência", defendeu.

Confiança

O ministro argumentou ainda que as expectativas de investidores, empresários e consumidores estão melhorando no Brasil. Ele afirmou que essa melhora está refletida nos indicadores de custo país e expectativas para inflação e crescimento.

Destacou que há analistas que já preveem crescimento de 1,5% da economia brasileira no próximo ano. Oliveira considerou, porém, que, se a agenda de reformas do governo não for encaminhada, haveria um "enorme custo ao País", com um peso negativo sobre essas expectativas.

Para o ministro, a proposta de ajuste fiscal da PEC 241 traz benefícios para o presente e os custos do ajustes são diluídos gradualmente ao longo do tempo. "Teremos tempo no País para implementar as reformas, implementar os programas de redução de despesa e já teremos colhido logo na partida essa melhora de expectativas de projeção da economia brasileira", disse.

Selic

O ministro mencionou ainda a decisão do Copom de redução da taxa básica de juros como uma das condições que vão permitir que a economia "volte a funcionar de forma dinâmica".

Redução de gastos

Após dizer que a trajetória da dívida brasileira chegou ao "limite da sustentabilidade", o ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão defendeu o ajuste fiscal pautado pelo corte de despesas. Entre as formas de reduzir gastos, ele citou redução do número de ministérios e venda de imóveis, defendendo ainda o controle de gastos com benefícios de programas sociais do governo.

"Estamos implementando uma extensa agenda de redução das despesas do governo", disse Dyogo Oliveira. "Temos a redução do número de ministérios, venda de imóveis, estamos atacando os problemas ainda com uma revisão detalhada de todos os programas, em conjunto com outros ministérios implementando um controle efetivo desses programas", comentou.

O ministro citou programas sociais como o Bolsa Família e o auxílio doença. Mencionou ainda o seguro-desemprego. De acordo com o ministro, os controles servem não para extinguir os benefícios, mas para garantir que eles sejam dados a quem realmente precisa.

"Como é que pode ter 40 mil pessoas recebendo seguro-desemprego em Brasília? Como é que pode ter gente recebendo Bolsa Família e que está registrado como empresário em algum outro tipo de cadastro?", declarou.

Ainda segundo o ministro, estudos do governo apontam que o auxílio doença consome em média R\$ 25 bilhões por ano. Ele afirmou, porém, que R\$ 13 bilhões são destinados a pessoas que recebem o benefício há mais de dois anos. "Já fizemos estudo e o resultado é que 80% das pessoas não estavam mais doentes", disse

Infraestrutura

Dyogo de Oliveira destacou que, além das medidas já tomadas visando a melhoria da financiabilidade dos projetos de infraestrutura, outros instrumentos ainda estão sendo desenvolvidos com esse objetivo. "Não haverá risco de ruptura do processo de financiamento", disse.

"Muitos têm colocado questões sobre o custo do projeto. O custo será dado, o problema maior não é o custo, mas não ter financiamento, ou ter financiamento que começa e não termina", afirmou o ministro, lembrando de casos de concessões atualmente existentes que obtiveram empréstimos-ponte, mas não conseguiram assinar o empréstimo de longo prazo e estão em dificuldades.

Conforme orientação do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), para as próximas concessões não haverá mais a estrutura de financiamento baseada na concessão de empréstimo-ponte e posteriormente o empréstimo de longo prazo, mas uma aceleração na concessão deste último. Oliveira lembrou também que a intenção do governo estruturar um sistema de há cobertura de riscos de pré-compleção, que deve ser criada com um pool de bancos, de maneira a viabilizar o pacote de financiamento.

Ainda sobre o programa governamental de investimentos em infraestrutura, ele salientou a orientação estratégica de apenas dar continuidade a projetos que "comprovadamente" tenham viabilidade, inclusive do ponto de vista ambiental, e lembrou que o governo tem trabalhado em um marco ambiental para facilitar o processo de licenciamento.

Já do ponto de vista legal, destacou que serão definidos "indicadores claros e regras objetivas" para as concessões e comentou que se fará um esforço para "reduzir ao mínimo estritamente necessário as questões relacionadas ao contrato" de maneira a reduzir eventuais litígios judiciais. Além disso, Oliveira também comentou sobre o trabalho de fortalecimento das agências reguladoras e disse que já está tramitando um projeto que revisa o marco das agências.

O ministro comentou ainda sobre a medida provisória em andamento e que tem como objetivo reforçar as regras sobre investimentos adicionais em concessões existentes, tendo em vista a visão de que essas empresas poderiam realizar investimentos mais rapidamente do que no processo de licitação de uma nova concessão. "Vamos criar base jurídica sólida que dê o instrumento necessário e suficiente para que possa avaliar investimentos e fazer as adequações nos contratos que sejam necessárias", disse.

De acordo com ele, a perspectiva é que o investimento em concessões existente seja destravado mais rapidamente do que em uma concessão nova, uma vez que o processo de licitação leva entre um ano e um ano e meio até que o concessionário possa efetivamente iniciar obras. "Temos muitas oportunidades em áreas já concedidas, em rodovias, ferrovias e talvez aeroportos", comentou.

PALAVRAS-CHAVE

investimento governo federal infraestrutura

HOME/ECONOMIA/PERNAMBUCO

» HABITAÇÃO

Suape procura moradores para cadastro em conjunto habitacional

Suape procura moradores para cadastro em conjunto habitacional com 2.620 residências para amenizar problema habitacional

Publicado em 23/09/2016, às 07h00



Conjunto habitacional terá 2.620 casas

Divulgação/Suape

Da Editoria de Economia

Moradores que viviam no território do Complexo de Suape e foram indenizados entre 2207 e 2016 devem ficar atentos ao cadastramento realizado pela administração para receber uma das 2.620 residências do Conjunto Habitacional Governador Eduardo Campos. Localizado no Cabo de Santo Agostinho, o projeto vem sendo discutido desde 2013 e também mudou de nome. Antes se chamava Nova Vila Claudete e agora homenageia o ex-governador que morreu em um acidente de avião em agosto de 2014.

A administração de Suape explica que só terá direito à moradia quem já tiver sido indenizado pelo Complexo e atender aos requisitos exigidos pelo Programa Minha Casa Minha Vida, do Governo Federal, que financia o empreendimento. A convocação dos candidatos começou no início de 2015, com divulgação em rádios comunitárias, cartazes nas comunidades e publicações nos jornais impressos. Até agora, 1.045 cadastros foram aprovados pela Caixa Econômica Federal e outros estão em processo de aprovação. A diretoria de Suape tenta localizar 100 famílias que estão aptas a se cadastrar, mas não foram encontradas.

A questão da habitação é um dos maiores gargalos do Complexo. Em seu território vivem 27 comunidades, muitas delas ocupando áreas de preservação ambiental ou terrenos destinados à zona industrial. O Conjunto Habitacional vai receber investimento de R\$ 165 milhões e contará com 2.620 residências.

“Essa população que não conseguimos contato é, principalmente, de famílias que saíram do território de Suape antes de 2013, ano em que ocorreu a assinatura do convênio de Suape com a Caixa Econômica Federal para construção do Habitacional. Eles podem ter ido para outros municípios e não sabem que têm acesso a essa moradia. Nossa intenção é que pelo menos algum parente ou amigo veja essa convocação”, explica o diretor de Gestão Fundiária e Patrimônio de Suape, Sebastião Pereira. Os nomes das famílias podem ser consultados no site de Suape.

Entrega das casas

As unidades habitacionais estão sendo construídas no município do Cabo de Santo Agostinho em uma área total de 97 hectares, sendo 27 hectares de área verde preservada. As casas terão área de 40,32 m² e o conjunto terá área de lazer, uma unidade básica de saúde e uma creche-escola para 260 alunos.

A previsão é que as primeiras 583 casas sejam entregues até dezembro deste ano e o restante até o final de 2017. No seu processo de realocação de famílias, Suape também construiu a Vila Nova Tatuoca, com 75 casas para abrigar as famílias da ilha de mesmo nome que deu lugar à implantação de um polo naval.

PALAVRAS-CHAVE

famílias MORADORES conjunto habitacional Suape

HOME/ECONOMIA

» TURISMO

Hostel na Ilha de Deus atrai turistas estrangeiros

Hospedagem mantida por ONG Saber Viver ajuda a promover nova vocação econômica do local

Publicado em 04/09/2016, às 09h30



Sofia Goossen (esq.), hóspede, foi recebida pelos voluntários José Carlos, Iuri, Josuel e Paula

Foto: Fernando da Hora/ JC Imagem

Luiza Freitas

Contando com muito pouco além do próprio esforço, a comunidade da Ilha de Deus, Zona Sul do Recife, está descobrindo uma nova vocação econômica. Há pouco mais de um ano, o hostel que leva o nome do local atrai turistas estrangeiros que se propõem a conhecer a cidade

em troca de trabalho comunitário. Além da experiência humana, os visitantes podem desfrutar de uma vista privilegiada da capital pernambucana, cercada por rios e mangue. Até hoje a ilha habitada por cerca de 2 mil moradores sobrevive basicamente da pesca de mariscos.

A maior parte dos turistas chega através de ONGs que fazem parceria com a entidade não governamental que criou o hostel, a Saber Viver, que trabalha na comunidade desde 1999. “Não tinha planos do que iria fazer neste momento. Até que fiquei sabendo de um programa para realizar o trabalho voluntário no Brasil”, conta a alemã Hannah Porada, 23 anos, formada em ciências políticas e econômicas. Há quase um mês na ilha, seu objetivo é ficar por três meses e ajudar a estruturar o projeto turístico do local em troca da hospedagem. O projeto será feito junto com a colega Sofia Goossen, 28, que está fazendo intercâmbio na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

O valor da diária varia de acordo com o que for acordado entre as instituições, as refeições inclusas e o tipo de trabalho voluntário. O valor base é de R\$ 30. A casa tem capacidade para receber até 50 pessoas e oferece quartos com ar-condicionado, cozinha com equipamentos industriais, áreas de convívio e uma horta orgânica de uso comum. O único acesso à ilha é pelo bairro da Imbiribeira, próximo à estação de metrô.

Colaboração

Para colaborar com o projeto, os turistas voluntários participam como podem. “Eles dão cursos de línguas e artesanato, aula de reforço ou música para as crianças da comunidade, por exemplo. A ideia é trabalhar o turismo de base comunitária”, explica a administradora do hostel, Paula Chacon, 28. Ela é um dos 20 voluntários que atuam no local e nos outros projetos da ONG na ilha, que acabam se complementando e se misturando.

A única fonte de renda fixa da ONG vem da instituição alemã Aktionskreis Peter Beda, direcionada para o projeto Semear e Colher, voltado para a educação ambiental e recuperação do mangue. O restante do trabalho é realizado com o apoio de outras organizações ou de iniciativas como a aceleradora de ONGs Porto Social.

“A mudança não é uma coisa que vai ser, já está acontecendo. O que estamos construindo vai ser modelo para outras comunidades se desenvolverem”, afirma o condutor turístico Josuel Oliveira, 41, integrante da comunidade desde a infância. Ao longo de sua vida, viu a área deixar a realidade de isolamento e violência para se transformar em um local urbanizado, pacato e, agora, turístico.

GALERIA DE IMAGENS

Cerca de 2 mil moradores vivem na comunidade, cujo acesso é feito pelo bairro da Imbiribeira,



PALAVRAS-CHAVE

ilha de deus turismo turismo comunitário Recife

HOME/CIDADES/TURISMO

» TURISMO

Passeio para desbravar a Ilha de Deus, comunidade pesqueira do Recife

Localizada na Imbiribeira, a Ilha de Deus é um reduto de catadores de sururu e marisco

Publicado em 01/09/2016 às 8:08



Foto: Sérgio Bernardo/JC Imagem

Cleide Alves

Se você é um apreciador de sururu provavelmente já deve ter degustado moluscos fornecidos pela Ilha de Deus, comunidade pesqueira localizada no bairro da Imbiribeira, na Zona Sul do Recife. É lá que eles catam e cozinham o bicho, antes de oferecerem ao mercado, num processo antigo e artesanal que poderá ser acompanhado todo sábado por pessoas interessadas em fazer visitas turísticas ao lugar, cercado pelo mangue e banhado pelos Rio Pina, Jordão e Tejipió.

Habitada por duas mil pessoas, que vivem basicamente da pesca do sururu, a Ilha de Deus passa a integrar, a partir do próximo sábado, o novo roteiro do Catamaran Tours. O passeio terá cerca de duas horas de duração, saindo da sede da empresa, no bairro de São José, no Centro do Recife, às 10h. São 30 minutos para ir, mais meia hora para retornar e uma hora em terra firme para conhecer a comunidade, a pé.



Catamaran Tours lança passeio turístico para a Ilha de Deus, na Imbiribeira, Zona Sul do Recife

Foto: Sérgio Bernardo/JC Imagem



Roteiro para Ilha de Deus é feito em duas horas, aos sábados pela manhã, saindo do Centro do Recife
Foto: Sérgio Bernardo/JC Imagem



O catamarã tem capacidade para 120 pessoas, mas a ideia é levar 80 visitantes por vez para a ilha
Foto: Sérgio Bernardo/JC Imagem



A embarcação sai do Cais de Santa Rita, vai margeando Brasília Teimosa e segue navegando no Rio Pina
Foto: Sérgio Bernardo/JC Imagem



Palafitas entre as Pontes Agamenon Magalhães e Paulo Guerra, no Pina, estão no percurso do passeio
Foto: Sérgio Bernardo/JC Imagem



Embarcação passa sob as Pontes Agamenon Magalhães e Paulo Guerra, que ligam o Centro e a Zona Sul
Foto: Sérgio Bernardo/JC Imagem



Manguezal, pescadores e o paredão de prédios do Recife compõem a paisagem à caminho da Ilha de Deus
Foto: Sérgio Bernardo/JC Imagem



Urbanizada pelo governo do Estado, Ilha de Deus teve as palafitas substituídas por casas de tijolos
Foto: Sérgio Bernardo/JC Imagem



Comunidade pesqueira banhada pelos Rios Pina, Tejipió e Jordão, a ilha é habitada por 2 mil pessoas
Foto: Sérgio Bernardo/JC Imagem



Praticamente 90% da renda da comunidade, na Imbiribeira, é garantida pela pesca e catação de sururu
Foto: Sérgio Bernardo/JC Imagem



O catamarã tem capacidade para 120 pessoas, mas a ideia é levar 80 visitantes por vez para a ilha
Foto: Sérgio Bernardo/JC Imagem



No passeio a pé os visitantes são recepcionados por um condutor turístico, que apresenta a ilha
Foto: Sérgio Bernardo/JC Imagem



No passeio de uma hora pela Ilha de Deus, os visitantes conhecem as origens e as lutas dos moradores
Foto: Sérgio Bernardo/JC Imagem



Sulamita Dionísio aprendeu a catar sururu com os avós e os pais.
E já ensinou o ofício aos filhos
Foto: Sérgio Bernardo/JC Imagem



Lições de sustentabilidade no hostel da Ilha de Deus: garrafas PET
são usadas em canteiros e hortas
Foto: Sérgio Bernardo/JC Imagem



Ong Saber Viver atua na ilha desde 1983 e pretende plantar 20 mil
mudas de mangue na área até 2018
Foto: Sérgio Bernardo/JC Imagem



Durante o passeio à Ilha de Deus o visitante poderá acompanhar o
trabalho dos pescadores de sururu
Foto: Sérgio Bernardo/JC Imagem



Fábio Herculano, morador e condutor turístico, conduz os visitantes no passeio pela comunidade

Foto: Sérgio Bernardo/JC Imagem



A Ilha de Deus era usada só para pesca. Virou moradia com o êxodo rural de pessoas da Zona da Mata

Foto: Sérgio Bernardo/JC Imagem



Espigões do Recife e suas pontes são contemplados no trajeto até a Ilha de Deus, na Imbiribeira

Foto: Sérgio Bernardo/JC Imagem



Garças, sozinhas ou em bando, são avistas ao longo do manguezal ou pegando peixes no rio, no passeio

Foto: Sérgio Bernardo/JC Imagem



O catamarã passa debaixo de três pontes no percurso para a comunidade pesqueira da Ilha de Deus

Foto: Sérgio Bernardo/JC Imagem



O catamarã passa debaixo de três pontes no percurso para a comunidade pesqueira da Ilha de Deus

Foto: Sérgio Bernardo/JC Imagem



O catamarã passa debaixo de três pontes no percurso para a comunidade pesqueira da Ilha de Deus

Foto: Sérgio Bernardo/JC Imagem



A pesca e catação de sururu na Ilha de Deus ainda é artesanal e o trabalho mobiliza toda a família

Foto: Sérgio Bernardo/JC Imagem



Com a maré cheia, catamarã retorna da ilha margeando o Cais José Estelita, na área central do Recife

Foto: Sérgio Bernardo/JC Imagem



Com a maré cheia, catamarã retorna da ilha margeando o Cais José Estelita, na área central do Recife

Foto: Sérgio Bernardo/JC Imagem



O passeio custa R\$ 55 (adulto) e R\$ 30 (crianças de 6 a 10 anos).

Reservas pelo fone (81) 3424-2845

Foto: Sérgio Bernardo/JC Imagem

O roteiro foi lançado quarta-feira (31) com uma demonstração para jornalistas e agentes de turismo. Eram 11h30 quando a embarcação deixou o cais, margeando o bairro de Brasília Teimosa e navegando em direção ao Rio Pina. Passou por baixo das Pontes Agamenon Magalhães, Paulo Guerra e Estaiada (aquela que leva ao RioMar Shopping), deixando para trás uma paisagem de prédios (antigos, novos ou em construção), armazéns, cúpulas e torres de igrejas.

Garças em bando e bateiras de pescadores em atividade nos rios vão pontuando o caminho. “Nossa proposta é contar aos visitantes a história da ilha e as conquistas dos moradores, mostrar a atuação da ONG Saber Viver, a pesca de sururu e de marisco, os viveiros de camarão, o artesanato local e o hostel (hospeda intercambistas que fazem projetos sociais na ilha)”, diz Juliana Britto, diretora da Catamaran Tours.

Quem conduz essa história é Fábio Herculano Brito, morador da ilha que atua como condutor turístico no passeio de catamarã. Acostumado a entrar e sair de casa pela ponte que liga a comunidade ao continente, ele agora faz o caminho fluvial. “Quem conheceu a ilha antes do projeto de urbanização, vai perceber a mudança. As palafitas foram substituídas por casas de tijolos e as ruas estão pavimentadas”, comenta Fábio.

Visibilidade

A inclusão da Ilha de Deus no roteiro é resultado de uma parceria do Catamaran Tours com a ONG Saber Viver, que desenvolve atividades no local há 33 anos. Tudo começou com a ida de um professor e alunos de turismo da Faculdade Guararapes aos moradores, diz Paula Chacon, voluntária da instituição. “No trabalho apresentado após a visita, um dos alunos sugeriu colocar a ilha na rota do catamarã”, declara.

Na avaliação de Paula e Fábio, os passeios poderão estimular um potencial econômico novo de desenvolvimento, sustentado no turismo de base comunitária. “Além de apontar para outras opções de renda, os problemas enfrentados pelos habitantes terão visibilidade”, observa Paula. “Saber que gente de fora está interessada em conhecer essa história eleva a autoestima da população”, acrescenta Fábio.

Zenaide Sacramento, integrante do Conselho de Mulheres, aprova o roteiro. Mas avisa que os problemas não podem ser esquecidos. “Precisamos de melhorias. Há casas sem contador de luz e a energia é puxada dos postes. Fossas estouraram e não consertaram”, diz. Pescadora aposentada, ela continua trabalhando na catação de sururu.

Plantio

“A Ilha de Deus é uma comunidade com visão futurista de cuidados com o meio ambiente e sustentabilidade, queremos evidenciar isso”, diz Juliana. No passeio, Fábio informa que a meta da Saber Viver é fazer o plantio de 20 mil mudas de árvores de mangue na localidade, até meados de 2018, para repor a vegetação destruída para a implantação de viveiros.

O passeio deve ser agendado pelo número (81) 3424-2845. Custa R\$ 55 (adulto), R\$ 30 (criança de 6 a 10 anos) e cortesia para menores de 5 anos.

HOME/MUNDO/BRASIL

» NAUFRÁGIO

Pescadores encontram destroços de barco desaparecido com 7 pessoas em São Paulo

O pescador deixou a Marina Polyglon, no canal de Guarujá-Bertioga, na sexta-feira (29), levando um grupo de pessoas aficionadas por pesca esportiva

Publicado em 03/08/2016, às 12h29



O último contato do barco com a Capitania foi feito logo após a partida na sexta-feira (29)

Foto: Reprodução/Mogitronic News

Estadão Conteúdo

Destroços do barco "Anjo Gabriel", desaparecido há cinco dias com sete pessoas a bordo, foram encontrados por pescadores na tarde de terça-feira (2), próximo à Laje de Santos, no litoral paulista. Os achados, a cerca de 40 quilômetros da costa, indicam que a embarcação pode ter naufragado.

Na manhã desta quarta-feira, 3, equipes do Grupamento de Bombeiros Marítimos do Guarujá e da Polícia Militar Ambiental retomaram as buscas por corpos ou possíveis sobreviventes. A Marinha deslocou do Rio de Janeiro um navio patrulha oceânico para reforçar a varredura na região.

O pescador "Anjo Gabriel" deixou a Marina Polyglon, localizada no canal de Guarujá-Bertioga, no início da noite de sexta-feira, 29, levando um grupo de pessoas aficionadas por pesca esportiva. O destino informado à Capitania dos Portos seria a Ilha de Alcatrazes, mas o barco não retornou.

O último contato com a Capitania foi feito logo após a partida.

Familiares e amigos dos desaparecidos alugaram barcos e montaram uma força-tarefa para auxiliar nas buscas. Navios mercantes que navegam pela região são informados via rádio para atentar a possíveis naufragos.

De acordo com o Grupamento de Bombeiros, além do proprietário do barco, Fábio Garbin, estavam na embarcação e estão desaparecidos Dyone Amorim Neves, Ismael dos Santos, Renato Molinari, Rogério Viana, Vandir Assunção do Carmo e Natalino Morita.

PALAVRAS-CHAVE

barco naufrágio São Paulo

HOME/MUNDO/BRASIL

» PESCA

Ministério da Agricultura suspende 186,1 mil registros de pescadores artesanais

De acordo com a portaria, as suspensões decorrem de descumprimento de termos de uma instrução normativa (IN) do Ministério de 2014

Publicado em 22/07/2016, às 11h12



O pescador artesanal precisa do RGP, por exemplo, para requerer o chamado seguro-defeso

Foto: Tânia Rego/Agência Brasil

Estadão Conteúdo

A Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura suspendeu 186.106 registros de pescadores profissionais artesanais. A decisão consta de portaria publicada no Diário Oficial da União (DOU) desta sexta-feira (22).

De acordo com a portaria, as suspensões decorrem de descumprimento de termos de uma instrução normativa (IN) do Ministério de 2014. Essa IN determina que, entre outros casos, o pescador terá o Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) e as respectivas licenças suspensas se não apresentar ao Ministério a documentação exigida, como Relatório de Exercício da Atividade Pesqueira e cópia do Número de Inscrição do Trabalhador (NIT).

O pescador artesanal precisa do RGP, por exemplo, para requerer o chamado seguro-defeso, que é o seguro-desemprego concedido a esse profissional durante a paralisação temporária da pesca para preservação das espécies.

A relação nominal das suspensões será divulgada no site do Ministério da Agricultura e afixada nas sedes das Superintendências Federais de Agricultura nas Unidades da Federação, diz a portaria do DOU.

HOME/POLÍTICA/PERNAMBUCO

» ENTREVISTA

Dilma Rousseff minimiza declarações de Lula sobre promessas de campanha

Em entrevista exclusiva, presidente afastada afirmou que apenas corrigiu irregularidades existentes nos pagamentos às pensões

Publicado em 22/07/2016, às 09h10



A presidente afastada disse ainda que todas as medidas de corte foram resguardadas pelo Congresso Nacional

Foto: José Cruz/Agência Brasil

Edson Mota

Em entrevista exclusiva à *Rádio Jornal*, a presidente afastada Dilma Rousseff (PT) preferiu colocar panos quentes nas declarações do ex-presidente Lula, de que o erro da petista foi quando quebrou a promessa de não mexer no bolso do trabalhador. "Eu entendo as posições dele, até pelas suas ligações com os movimentos sindicais. Mas eu acredito que não mexi no bolso do trabalhador. O que nós fizemos foi corrigir as irregularidades nas pensões e nos seguros-desemprego", assegurou.

Dilma justificou suas ações ao afirmar que os benefícios estavam sendo concedidos a pessoas que não necessitavam do uso. "O seguro-defeso (que garante uma renda a pescadores durante o período da piracema) era pago a pessoas que sequer moravam perto de rios e lagos. Eu não acabei com os seguros. Fizemos correções", asseverou.

A presidente afastada disse ainda que todas as medidas foram resguardadas pelo Congresso Nacional. "Elas precisam ser aprovadas lá. Não foram simplesmente enviadas pelo governo. As

medidas foram tomadas porque era importante que o País passasse por uma revisão de programas", frisou.

Há dez dias, o ex-presidente Lula disse que "ninguém tinha se conformado com a Dilma ter dito durante a campanha que não ia mexer no bolso do trabalhador e depois ela ter colocado em prática um programa que era do adversário. Ela já tinha feito reuniões com os sindicatos, mas foi anunciado um pacote que jogou os sindicalistas contra ela".

Ano passado, a presidente afastada sancionou uma lei que tornou mais rígido o acesso ao seguro-desemprego. Para o trabalhador conseguir o benefício, é preciso ter trabalhado por 12 meses nos últimos dois anos. Antes, o período mínimo era de seis meses. No seguro-desemprego, pago por cinco meses como compensação pela proibição da pesca no período de reprodução dos peixes, houve uma suspensão do benefício em 2015 para um recadastramento.

PALAVRAS-CHAVE

Dilma Rousseff ENTREVISTA rádio jornal BENEFÍCIOS CORTE

HOME/CIDADES/GERAL

» ESTRATÉGIA

Tamandaré será sede do encontro nacional da pesca artesanal

O evento acontece no Cepene/ICMBio e está aberto aos pescadores da região

Publicado em 19/07/2016, às 19h00



Durante o encontro, representações e líderes de pescadoras e pescadores de todo o Brasil irão debater estratégias para melhorar e fortalecer a participação da pesca artesanal independente

Foto: André Gomes de Melo/ GERJ

JC Online

O município de Tamandaré, no litoral Sul de Pernambuco, recebe nesta quarta-feira (20), quinta-feira (21) e sexta-feira (22) o workshop “Pesca artesanal e gestão pesqueira no Brasil: troca de experiências”. O evento acontece no Centro de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Nordeste (Cepene/ICMBio) e está aberto aos pescadores da região.

Durante o encontro, representações e líderes de pescadoras e pescadores de todo o Brasil irão debater estratégias para melhorar e fortalecer a participação da pesca artesanal independente nos Comitês Permanentes de Gestão da Pesca (CPGs) e em outros fóruns de gestão da pesca a nível nacional. Além disso, será discutido o automonitoramento da pesca, ou seja, a coleta de dados pesqueiros pelas próprias comunidades pesqueiras.

O evento é promovido pela Oceana, junto com o Movimento de Pescadoras e Pescadores Artesanais (MPP), pela Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas

Costeiras e Marinhas (CONFREM), pelo Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP). A reunião também conta com o apoio do Centro de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Nordeste (CEPENE/ICMBio), da Rare, e contará com a presença do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), da Universidade de Montes Claros (Unimontes), Articulação Nacional das Pescadoras (ANP) e dos Ministérios do Meio Ambiente (MMA) e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

PROGRAMAÇÃO:

20/07/2016

MANHÃ-8:30

09:00 - Mesa de Abertura

*Participantes: Monica Peres (Oceana), Enrico Marone (Rare), Maria José Pacheco (CPP) , Josana Serrão Pinto (MPP), CONFREM - (representante a confirmar).

09:30 Participação da pesca artesanal nos CPGs (30-40 min)

Conteúdo:

- Histórico da Participação dos Movimentos da Pesca Artesanal nos CPGs

Facilitadores: Maria Martilene de Lima (MPP), CONFREM - (facilitador a confirmar).

10:00 Debate

10:50 - O sistema de gestão compartilhada: lei da pesca, decreto, CTGP, etc. (20-30 min)

Conteúdo:

- Breve histórico da gestão pesqueira no Brasil.
- O que é gestão compartilhada?
- Como funciona a estrutura de tomada de decisão.
- Como funciona a normatização.

Expositora: Monica Peres

11:20 - Debate

12:00-13:30 Almoço

TARDE: 13:30

14:00 - Papel do MMA na gestão compartilhada da pesca (20 min)

Conteúdo:

- Quem trata da gestão pesqueira no MMA?
- Qual o papel do IBAMA e do ICMBio na gestão pesqueira?
- De que maneira o Sistema de Gestão Compartilhada interage (ou não) com outros componentes da Política Nacional de Meio Ambiente, como licenciamento ambiental, o SNUC e os PANs?.

Expositor: Gabriel Rebouças (MMA)

Debate: 14:20

15:00 - Funcionamento e estrutura dos CPGs. (20 min)

Conteúdo:

- Qual o papel dos CPGs na gestão pesqueira?
- Divisão atual dos CPGs.
- Estrutura e procedimentos dos CPGs.
- Diferenças entre CPG, SCC, Câmara Técnica, etc.
- Composição dos CPGs.
- Como se dá a participação da sociedade

Expositora: Monica Peres

15:20 - Debate

21/07/2016

MANHÃ:8:30

09:00 - O papel do IBGE na gestão pesqueira (20 min)

Conteúdo:

- O papel das estatísticas na gestão pesqueira;
- Estratégias para um sistema de estatísticas de pesca;
- O Sistema Integrado de Registros Administrativos da Pesca (SIRAP) como um projeto de automonitoramento da pesca;
- Pescadores artesanais no Censo de População de 2020: o que é necessário ser feito agora?

Expositor: Aristides Lima Green (IBGE)

09:20 - Debate

10:20 - Conceitos básicos na gestão dos recursos pesqueiros. (30-40 min)

Expositoras: Ana Glinfskoi Thé/ Beatrice Padovani

11:00 - Debate

12:00-13:30 - Almoço

TARDE: 13:30

14:00 Plenária 1: Construindo Estratégias Coletivas

**No dia 23 a programação é fechada ao público e exclusiva para participantes já inscritos*

PALAVRAS-CHAVE

pescadores Pesca Tamandaré workshop

HOME/CIDADES/GERAL

» URBANISMO

Ilha de Deus sofre com paralisação de projeto

Iniciada em 2007, urbanização da comunidade foi descontinuada

Publicado em 02/07/2016, às 07h13



Creche ficou apenas na fundação

Diego Nigro/JC Imagem

Até 2007, a Ilha de Deus, no bairro da Imbiribeira, Zona Sul do Recife, era um emblema da miséria, talvez o maior da cidade. Uma comunidade formada por pescadores e catadores de sururu cujos barracos de madeira se equilibravam precariamente sobre o mangue. Água encanada e esgoto eram sonhos distantes. Naquele mesmo ano, Eduardo Campos se elegia governador, escolhendo a localidade para receber o primeiro projeto de urbanização de sua gestão. Saíram os barracos, vieram as casas de alvenaria. O saneamento básico deu as caras,

pela primeira vez, na vida de muitas pessoas. Mas a descontinuidade do projeto, na esteira da crise financeira que assola o País, já assusta os moradores. A impressão é de que a Ilha de Deus está paralisada. Há muitas casas ainda inacabadas, e alguns barracos já começam a ser construídos, de novo, no mangue. A creche prevista no projeto ficou apenas na fundação. A tão esperada água parou de jorrar das torneiras. O esgoto retorna e infesta as ruas. O medo da comunidade é o de voltar a ser ilhada, no pior sentido da palavra.

A reclamação com o saneamento básico está na ponta da língua dos habitantes da Ilha de Deus. Segundo eles, já são dois meses sem uma gota de água. Também alegam que o sistema de esgoto foi subdimensionado para a quantidade de moradores do local. Os entupimentos são constantes e o retorno da água contaminada traz o cheiro insuportável que pode ser sentido em toda a localidade.

É aí que acontece o primeiro choque de retorno à velha realidade. Para tomar banho, cozinhar, além de lavar pratos e roupas, a comunidade apela para bombas caseiras ligadas de forma precária à tubulação. E quem não quer ficar com a bacia sanitária entupida tem que fazer ligações clandestinas de esgoto ao custo de R\$ 50. Para onde vão os detritos? Para o mangue, como nos velhos tempos.

Em nota, a Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa) afirma que os sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário da Ilha de Deus foram implantados através de uma obra executada pela Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado (Seplag). “A operação de ambos não foi repassada integralmente à Compesa, principalmente as unidades eletromecânicas. Por isso, a dificuldade enfrentada no serviço de manutenção das estações elevatórias.”

Mesmo sem receber formalmente o sistema, a Compesa afirma continuar trabalhando na área. “Foram finalizados no dia 20 de junho os serviços de manutenção do sistema de abastecimento, quando foi retomada a distribuição de água na área.” Quanto ao sistema de esgoto, a Compesa afirma que tentará contato com a Seplag, para propor uma ação conjunta que possibilite as ações de melhoria no funcionamento da unidade.

A única ação do governo do Estado ainda em atividade na Ilha de Deus é o projeto PE no batente, da Secretaria de Desenvolvimento Social. O projeto visa à capacitação profissional da comunidade, e hoje atende 225 pessoas. Desde 2010, de acordo com a secretaria, foram 1,8 mil capacitados na localidade. Não existe perspectiva para a retomada das obras.

PALAVRAS-CHAVE

ilha de deus compesa Recife

HOME/CIDADES/GERAL

» RELIGIÃO

Procissão em homenagem ao Dia de São Pedro leva centenas de fiéis às ruas de Brasília Teimosa

Foram cerca de 2,5 quilômetros de caminhada da Colônia Z1 de pescadores até o cais, de onde saiu a procissão fluvial.

Publicado em 29/06/2016, às 20h30



São Pedro é o último dos santos juninos, encerrando as comemorações religiosas do período.

Foto: Diego Nigro/ JC Imagem

Editoria de Cidades

Conhecido como "porteiro do reino dos céus", o último dos santos juninos fechou com chave de ouro as comemorações religiosas da temporada festiva. Centenas de fiéis participaram, na tarde desta quarta-feira (29), da tradicional procissão em homenagem ao Dia de São Pedro, padroeiro dos pescadores, no bairro de Brasília Teimosa, na Zona Sul do Recife.

Foram cerca de 2,5 quilômetros de caminhada da Colônia Z1 de pescadores até o cais, de onde saiu a procissão fluvial. Em água e terra firme, uma celebração de fé envolveu devotos de todo o bairro.

Para o seminarista Humberto Castelo Branco, organizador do festejo há quase uma década, o dia foi de gratidão. “Todas essas pessoas estão aqui porque são agradecidas por todas as bênçãos concedidas durante o ano inteiro. São Pedro é padroeiro e amigo da comunidade”, afirmou.

Quem nunca havia participado da procissão, como a doméstica Rejane Freire, que completou 52 anos nesta quarta-feira, se encantou com a festa. “Eu ouvia falar, mas nunca tinha participado. É uma alegria muito grande comemorar meu aniversário aqui, sou muito devota de São Pedro”.

GALERIA DE IMAGENS



Canções e orações foram entoadas durante todo o cortejo. Pétalas de rosas foram distribuídas aos fiéis para que prestassem homenagem à imagem do santo padroeiro. O ritual tem mais de 50 anos de história.

Aos 85 anos, Maria Odete Silva conhece o trajeto muito bem. “Desde meus 8 anos participo de celebrações. Acompanhei todas as procissões. Venho aqui para agradecer a Deus”, contou.

Tantas décadas depois, a idosa não perdeu o brilho no olhar nem se deixou abalar pelas dificuldades impostas pela idade. Odete cantou e orou durante todo o percurso. “Isso aqui é a coisa mais linda da vida!”, emocionou-se.

PALAVRAS-CHAVE

São Pedro São João 2016 procissão

HOME/CIDADES/GERAL

» RIO CAPIBARIBE

Em duas semanas, Emlurb retira mais de 20 toneladas de lixo das margens do Rio Capibaribe

Os manguezais, que servem de berçário para várias espécies marinhas, sofrem com a quantidade de entulho trazido pela maré ou despejado irregularmente no rio

Publicado em 17/04/2016, às 07h00



Funcionários da Emlurb fazem limpeza em trecho do Cais José Estelita, no bairro do Cabanga

Foto: Fernando da Hora/ JC Imagem

Do JC Online

Um ranking divulgado em 2012 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostrou o Rio Capibaribe como o 7º rio mais poluído do país. Quatro anos depois, o quadro parece não ter mudado muito. Basta uma pequena volta pelo Recife para notar que a poluição do rio é latente. Nas duas últimas semanas, a reportagem do **JC** acompanhou o mutirão montado pela Prefeitura do Recife para limpeza das margens do Capibaribe e constatou a sujeirada que predomina nas áreas de manguezal. Berçários de várias espécies marinhas, os locais acumulam todo tipo de lixo.

Mensalmente, agentes da Empresa de Manutenção e Limpeza Urbana do Recife (Emlurb) realizam os mutirões. Neste mês, o primeiro ponto visitado foi o Cais da Aurora, no bairro de Santo Amaro, área central do Recife. Durante uma semana, 20,3 toneladas de lixo foram recolhidas somente no trecho entre o Monumento Tortura Nunca Mais e a Ponte do Limoeiro.

No Cais José Estelita, no bairro do Cabanga, Zona Sul do Recife, a margem do rio estava tomada pelo entulho trazido pela maré ou despejado irregularmente no local. Muita garrafa plástica, isopor e até mesmo móveis e eletrodomésticos. “O lixo e a água podre acabaram com a pescaria da gente. É arrastando peixe e arrastando lixo, assim que a gente vai vivendo”, relatou o pescador Genival do Nascimento, que há 53 anos exerce a atividade no local.

A secretária de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Recife Inamara Mélo frisa a necessidade dos mutirões, mas ressalta que a recuperação do rio passa por um debate mais abrangente. “É preciso lembrar que o Capibaribe passa por 42 cidades, que despejam esgoto e poluentes em vários trechos. A recuperação é pautada em ações a curto e longo prazo e deve envolver a sociedade e o poder público”, analisa. Neste sentido, a secretária destaca o Projeto Parque Capibaribe, que prevê a recomposição de 30 km da margem do rio e a reapropriação desses espaços pelos cidadãos.

Há 22 anos trabalhando em ações de proteção e saneamento do Capibaribe, os fundadores da ONG Recapibaribe, Socorro e André Catanhede, acreditam que os projetos de recuperação devem trabalhar o rio na sua essência. “Antes de priorizarmos navegabilidade e contemplação

do rio, precisamos pensar projetos que nos permita ver o rio, pescar, tomar banho. Tratar o Capibaribe como ele realmente merece”, opina Socorro.

GALERIA DE IMAGENS



PALAVRAS-CHAVE

Rio Capibaribe mutirão limpeza Emlurb

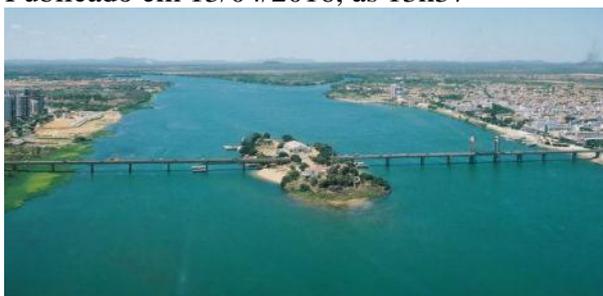
HOME/CIDADES/GERAL

» SERTÃO

Ataques de piranhas são registrados no Rio São Francisco

Banhistas relatam ataques dos peixes no município de Petrolina

Publicado em 13/04/2016, às 13h37



Banhistas têm sido atacados no município de Petrolina

Foto: Reprodução/Internet

Do JC Online

Com informações da Rádio Jornal

Banhistas que frequentam o Rio São Francisco, na altura do município de Petrolina, no Sertão pernambucano, relatam ataques de piranhas no leito do rio. De acordo com o tenente do Corpo de Bombeiros de Petrolina, Almerir Ouriques, pelo menos quatro banhistas foram vítimas dos peixes.

Ainda segundo o tenente, o ideal é que a população evite tomar banho no rio durante o período do outono, que dura até o final de junho. **Em entrevista à Rádio Jornal**, Almerir alerta que essa é a época de reprodução dos peixes, que depositam seus ovos nas partes rasas do São Francisco.

Além dos banhistas, os pescadores da região também se sentem prejudicados por conta da ação das piranhas. Redes têm sido danificadas pelos dentes afiados dos peixes.

Em caso de ataque, as vítimas devem tentar estancar o sangramento e procurar uma unidade de saúde.

PALAVRAS-CHAVE

Petrolina Rio São Francisco piranhas

HOME/ECONOMIA/NACIONAL

» PESCA

Codefat divulga calendário para pagamento do seguro-defeso

O benefício é concedido mensalmente a pescadores durante o período em que a pesca fica proibida

Publicado em 11/03/2016, às 17h59



O seguro-defeso é custeado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

Foto: André Gomes de Melo/ GERJ

Da ABr

O Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) divulgou hoje (11) o calendário para pagamento do seguro desemprego dos pescadores artesanais, o seguro-defeso. Pelo cronograma, o valor será pago de acordo com o número final do Programa de Integração Social (PIS) de cada trabalhador.

O benefício é concedido mensalmente a pescadores durante o período em que a pesca fica proibida com o objetivo de garantir a reprodução dos peixes. O valor das parcelas será correspondente a um salário mínimo mensal durante o período do defeso.

As parcelas serão pagas em lotes semanais. Primeiro dia, trabalhador com PIS finais 1 e 2; segundo dia, PIS finais 3 e 4; terceiro dia, PIS finais 5 e 6; quarto dia, PIS finais 7 e 8; e quinto dia, PIS finais 9 e 0. A resolução com o calendário foi publicada no Diário Oficial da União.

O seguro-defeso é custeado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). O pagamento é feito pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, por intermédio da Caixa Econômica Federal, em conta simplificada ou conta poupança, em favor de beneficiário correntista da Caixa, sem qualquer ônus para o pescador.

O beneficiário que não desejar receber por meio de crédito em conta poderá solicitar à Caixa o pagamento em espécie, mediante Cartão do Cidadão ou direto nas agências. O pedido deverá ser feito até no máximo dez dias após o recebimento da parcela.

Apesar da divulgação do calendário, dos 40 períodos defeso do país, dez estão suspensos em vários estados, e por consequência o pagamento do seguro. A suspensão foi determinada na portaria interministerial nº192/2015, e mantida pelo Supremo Tribunal Federal. Segundo o governo, a suspensão é necessária para uma revisão das normas que instituíram os períodos de defesos.

PALAVRAS-CHAVE

Seguro Defeso FAT calendário

HOME/POLÍTICA

» APOIO

Entidades financiam projetos comunitários de combate à violência contra a mulher

Financiamento foi anunciado durante o 2º Diálogo Nacional sobre Violência Doméstica, organizado pelo Fundo Fale Sem Medo, no Rio de Janeiro

Publicado em 11/04/2016, às 21h29



Na lista de projetos que serão financiados pela Avon e o Fundo Elas também há ações de equidade e empoderamento para mulheres jovens, com deficiência, lésbicas, transexuais e prostitutas

Foto: Agência Brasil

Da ABr

Programas de rádio em comunidades de pescadoras artesanais, postagens em blogs e redes sociais e conversas em terreiros de candomblé e aldeias indígenas estão entre os projetos de combate à violência contra a mulher que serão desenvolvidos ao longo deste ano com financiamento do Elas - Fundo de Investimento Social e do Instituto Avon. Trinta e três iniciativas foram selecionadas entre 658 inscritas e receberão, juntas, R\$ 2 milhões.

Com uma série de estratégias para influenciar as políticas públicas, os projetos propõem mudanças de cultura em âmbito local, em cada comunidade, trabalhando as particularidades de cada público. Um exemplo dessas ações são as oficinas de gastronomia e costura oferecidas no Ilê Omolu Oxum, do Rio de Janeiro, que se transformaram na campanha Mulheres de Axé pelo fim da violência doméstica e familiar. Agora, com o financiamento, a iniciativa terá alcance nacional.

“Na edição passada, em 2015, tivemos a oportunidade de chegar a 350 mulheres. Mas não é apenas chegar. É chegar com regularidade, falar, entregar material, sabendo que 80% já presenciaram situação de violência, e atuar na quebra do ciclo de violência”, explica a historiadora e pesquisadora Wania Santanna, uma das coordenadoras do projeto ao lado de Mãe Nilce Naira.

“É a experiência da outra [mulher] que já disse não [à violência], experiência da outra mulher que deu certo quando disse não, que empodera para enfrentar a violência e a discriminação”, completou Wania, referência em estudos sobre gênero e raça.

Projetos

No Parque Indígena do Xingu, em Mato Grosso, o projeto da Associação Yamarikunã das Mulheres Xinguanas vai promover encontros de diversas etnias para definir estratégias de combate a um tipo novo de violência: a exposição virtual indevida. A chegada às aldeias dispositivos móveis de acesso à internet como tablets e celulares facilitou a difusão de imagens de rituais e do modo de vida das tribos, mas também trouxe um tipo de violência que

elas não conheciam: a exposição indevida de fotos, em especial de suas partes íntimas, de forma descontextualizada.

A presidente da associação, Kuiaiu Yawalapiti, disse que o contato com a tecnologia talvez tenha motivado os homens das aldeias a exporem suas mulheres na rede. “Às vezes, eles pegam a foto, manipulam, publicam com frases que não tem nada a ver. Teve um vídeo, do Projeto Vídeo nas Aldeias, que usou a foto de um ritual dizendo que as mulheres xinguanas obrigavam os homens a fazer sexo. Isso machucou muito a gente, ficamos preocupadas, porque não é verdade”, desabafou.

Nas cidades, um projeto voltado para as trabalhadoras domésticas pretende empoderá-las para enfrentar a violência da qual são vítimas dentro de casa, mas também no ambiente de trabalho, como o racismo.

“Sabemos que existe sexismo e racismo, na manutenção deste status [de mulheres negras como empregadas domésticas]. A sociedade brasileira tem em sua história o trabalho doméstico como um trabalho de pequeno valor, de menor relevância social e que vai sendo constituído [mão de obra] por uma classe de desfavorecidos”, destacou a professora universitária Nicea Quintino, da Casa Laudelina de Campos Mello. A organização fará seminários esclarecendo lideranças e todo o país sobre a violência, discriminação, direitos trabalhistas e políticas públicas.

Defesa e empoderamento

De acordo com a coordenadora executiva do Fundo Elas, KK Verdade, apesar de avanços recentes, ainda é preciso esclarecer as mulheres sobre seus direitos e encorajá-las a denunciar as diversas formas de violência das quais são vítimas. Os projetos escolhidos, segundo ela, dão oportunidade de reverberar a defesa das mulheres e de mostrar que as vítimas não estão sozinhas.

“Hoje temos a Lei Maria da Penha que faz Justiça a essa violência. Mas mudanças para interromper o ciclo na cabeça das pessoas, na casa das pessoas, no bairro das pessoas, isso só os grupos de mulheres, as organizações de base é que vão fazer”, disse. A ativista espera que os 33 projetos selecionados este ano alcancem cerca de 20 mil pessoas diretamente e cerca de 1 milhão indiretamente.

Entre as organizações selecionadas também estão algumas que prestam assistência jurídica em âmbito nacional, como o Geledés - Instituto da Mulher Negra, a Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras e o Centro Feminista de Estudos e Assessoria. “Precisamos ter projetos que articulem políticas, defendam novas e façam o controle social”, explicou KK.

Na lista de projetos que serão financiados pela Avon e o Fundo Elas também há ações de equidade e empoderamento para mulheres jovens, com deficiência, lésbicas, transexuais e prostitutas.

PALAVRAS-CHAVE

violência doméstica

HOME/CIDADES/CIÊNCIA/M.AMBIENTE

» PERÍODO DE DEFESO

PF e Ibama prendem quatro pescadores por pesca ilegal de lagosta

Suspeitos foram detidos em flagrante com cerca de 80 quilos de lagosta

Publicado em 21/03/2016, às 08h00



PF apreendeu, além da embarcação, a rede e o material utilizado na pesca

Foto: Divulgação/ Polícia Federal

Do JC Online

A Polícia Federal em Pernambuco e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) detiveram quatro pessoas suspeitas de pesca predatória de lagosta durante o período de defeso na praia de Tamandaré, no Litoral Sul de Pernambuco. Na fiscalização de rotina realizada na última quarta-feira (16), uma embarcação e equipamentos de pesca foram apreendidos.

De acordo com a polícia, foi encontrado no navio pesqueiro de madeira de nome Deus é a Verdade, onde estavam os quatro pescadores, uma caixa de isopor com cerca de 80 quilos de lagosta. Apesar da ordem para não jogarem os crustáceos no mar, os suspeitos despejaram as lagostas na água. Em seguida, Jonatha Cavalcanti do Carmo, de 34 anos; Júlio César de Lima, de 25 anos; Alexandre Buarque Vanderley, de 42 anos; e Francisco de Asis Ribeiro Victor, de 55 anos, foram detidos. Nenhum deles possuía antecedentes criminais. Além da embarcação, foram apreendidas redes e compressores utilizados na pesca predatória.

Na sede da Polícia Federal, no bairro do Recife, área central da capital, os pescadores foram autuados em flagrante pelo crime de pesca em período proibido com a utilização de petrechos não permitidos. Caso condenados, eles poderão pegar penas que variam de 1 a 3 anos de detenção. Cada um deles pagou uma fiança de R\$ 300 e liberados para responderem em liberdade. O dono da embarcação Francisco de Asis também foi multado em R\$ 22.300 e impedido de realizar qualquer atividade com a embarcação até que as medidas judiciais e administrativas do Ibama sejam sanadas.



Polícia Federal e Ibama realizaram fiscalização em conjunto.

Foto: Divulgação/ Polícia Federal

Período de defeso

Entre os dias 1 dezembro de 2015 e 31 de maio de 2016 está proibida a pesca de lagosta no estado de Pernambuco, pois é quando se dá o período de reprodução dos crustáceos dessa espécie. Todo pescador cadastrado, segundo a PF, tem direito a um seguro defeso para suprir suas necessidades durante o período de defeso.

PALAVRAS-CHAVE

pesca ilegal pesca predatória Ibama Polícia Federal

HOME/POLÍTICA/NACIONAL

» ORÇAMENTO

Extinção do Ministério da Pesca e iniciativas na Agricultura economizam R\$ 370 mi

No próprio Ministério da Agricultura, a pasta informou que o valor pago em diárias e passagens caiu de R\$ 27,3 milhões em 2014 para R\$ 13,5 milhões no ano passado

Publicado em 11/01/2016, às 13h25



Com o fim da pasta, que antes era dirigida por Hélder Barbalho, hoje ministro da Secretaria de Portos, a economia gerada foi de R\$ 243,7 milhões

Foto: USP Imagens

Do Estadão Conteúdo

O Ministério da Agricultura informou que o esforço fiscal feito em 2015 resultou na economia de R\$ 370 milhões. Segundo a pasta, os contratos com terceirizados, por exemplo, foram reduzidos em 24%, ou R\$ 12,6 milhões. O número final, no entanto, foi inflado pela extinção do Ministério da Pesca, cujas atribuições foram transferidas para a Agricultura.

Com o fim da pasta, que antes era dirigida por Hélder Barbalho, hoje ministro da Secretaria de Portos, a economia gerada foi de R\$ 243,7 milhões. A redução de despesa se deu em função do fim da locação do imóvel onde funcionava a sede do Ministério da Pesca, da redução de contratos de tecnologia da informação, do corte de convênios e transferências e com a redução de cargos comissionados.

No próprio Ministério da Agricultura, a pasta informou que o valor pago em diárias e passagens caiu de R\$ 27,3 milhões em 2014 para R\$ 13,5 milhões no ano passado. Os contratos de tecnologia da informação foram revistos e tiveram redução de 9% e parte da frota do ministério foi leiloadada, com arrecadação de R\$ 19,5 milhões.

PALAVRAS-CHAVE

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA orçamento

HOME/POLÍTICA/NACIONAL

» TRIBUNAL

Dilma pede ao STF que período em que pescas são proibidas continue suspenso

Período de defeso é quando a pesca fica proibida para garantir a reprodução dos peixes

Publicado em 07/01/2016, às 06h54



Dilma Rousseff pede a suspensão do decreto legislativo pela inconstitucionalidade da medida

Foto: AFP

Da ABr

O governo federal entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) com o objetivo de manter suspenso o período de defeso, que é quando a pesca fica proibida para garantir a reprodução dos peixes. Na petição, feita ao Supremo Tribunal Federal (STF) nessa quarta-feira (6), a Advocacia-Geral da União pretende fazer com que continue valendo uma portaria editada em outubro por dois ministérios que suspende por até 120 dias o período no qual é vedada a atividade pesqueira.

Em dezembro, um decreto legislativo do presidente do Senado, Renan Calheiros, sustou os efeitos da portaria, que havia sido assinado pelos ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Meio Ambiente. De acordo com a ADI, o Congresso Nacional ultrapassou a prerrogativa de independência entre os Três Poderes ao interferir em matéria administrativa do Executivo.

Com base neste argumento, a presidenta Dilma Rousseff, por meio do advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, pede que o Supremo suspenda de imediato a eficácia do decreto legislativo por meio de uma decisão liminar e que depois analise o mérito da ação, decidindo pela inconstitucionalidade da medida.

Com a portaria do governo (192/2015), que suspende dez períodos de defeso em vários estados do país, os pescadores não terão direito ao benefício conhecido como seguro-defeso, pago pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ao pescador profissional artesanal, corresponde a um salário mínimo por mês. De acordo com o pedido da AGU, é necessária uma revisão das normas que instituíram o período de defeso porque o período de "recrutamento de uma determinada espécie pode mudar de um ano para outro devido a alterações climáticas ou variações ambientais".

Como os ministros do STF estão em recesso e entram de férias a partir desta quinta-feira (7), a ADI será analisada inicialmente pelo presidente da Corte, Ricardo Lewandowski, que poderá considerar a questão urgente e aceitar ou rejeitar o pedido de liminar. Caso contrário, ele irá remeter a matéria ao ministro relator, Luís Roberto Barroso, fazendo com que a petição seja analisada somente após as férias, em fevereiro. Essa apreciação prévia de Lewandowski deve ocorrer nos próximos dias.

O governo alega que os atos normativos sobre o tema foram editados há mais de dez anos e que não há estudos especializados que comprovem a efetividade da medida. A AGU também argumenta que a portaria editada pelos ministérios determinou o recadastramento dos pescadores artesanais tendo em vista "distorções no perfil dos beneficiários", com o objetivo de "coibir tentativas de fraude".

Ainda de acordo com a petição, caso o decreto continuasse suspendendo os efeitos da portaria, os benefícios continuariam sendo pagos "em que pese a evidente situação de incerteza quanto aos seus reais destinatários, resultando em vultoso impacto financeiro [cerca de R\$ 1,61 bilhão para o pagamento do seguro defeso] e operacionais [atendimento de cerca de 487.843 pescadores a um custo operacional de R\$ 3 milhões], quantia essa a ser desembolsada pelos cofres do Erário a partir da próxima segunda-feira".

PALAVRAS-CHAVE

tribunal STF Pesca Dilma Rousseff

HOME/POLÍTICA/NACIONAL

» DEFESO

Dilma recorre ao STF contra volta do 'bolsa pescador'

O benefício é pago aos pescadores artesanais que estejam proibidos de exercer a atividade pesqueira durante o período de reprodução de determinadas espécies

Publicado em 06/01/2016, às 20h56



Defeso tem o valor de um salário mínimo e é pago até o limite de 5 meses

Foto: André Gomes de Melo/ GERJ

Do Estadão Conteúdo

A presidente Dilma Rousseff e a Advocacia Geral da União (AGU) protocolaram nesta quarta-feira (6) no Supremo Tribunal Federal (STF), uma ação questionando a constitucionalidade de um decreto legislativo que anulou a decisão do Executivo de suspender o período de defeso no País. Segundo o documento, a decisão do Congresso viola a independência entre os poderes Executivo e Legislativo.

O defeso é o período em que a pesca artesanal é proibida por causa da temporada de reprodução dos peixes. A suspensão do defeso foi autorizada por 120 dias em uma portaria assinada pelos ministérios do Meio Ambiente e da Agricultura em outubro do ano passado. Com a medida, a pesca ficaria liberada e os pescadores perderiam o direito de receber o seguro defeso.

O benefício é pago aos pescadores artesanais que estejam proibidos de exercer a atividade pesqueira durante o período de reprodução de determinadas espécies. O benefício tem o valor de um salário mínimo mensal e é pago enquanto durar a período, até o limite de 5 meses, e deixaria de ser pago a 487.843 pescadores

A ação, com pedido de medida cautelar, foi distribuída ao ministro Luís Roberto Barroso. A argumentação, no entanto, é endereçada ao ministro presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, porque, durante o recesso do Judiciário, cabe a ele analisar os assuntos que requerem urgência.

Em tempos de crise, a suspensão do pagamento do seguro pode representar uma economia de cerca de R\$ 1,6 bilhão em 2016. Nesta terça-feira, 5, o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, se reuniu com Lewandowski para discutir o assunto. Segundo interlocutores ligados a Lewandowski, o ministro do Supremo não teria considerado que o tema exigia análise urgente, o que pode significar que a questão poderá ser considerada apenas após 1º de fevereiro, com o fim do recesso do Judiciário

Na ação protocolada no STF, Adams defende que cabe ao Executivo, e não ao Congresso, regulamentar os períodos de defeso. De acordo com o ministro, "mostra-se inusitada a adoção de um decreto legislativo que susta uma portaria interministerial", já que a "portaria suspende atos do próprio Poder Executivo, a quem a lei delegou competência para fixar o período de defeso".

A portaria interministerial foi publicada em outubro no Diário Oficial da União. O Congresso confirmou a suspensão da medida em novembro. Deputados contrários à portaria argumentaram que a liberação da pesca no período reprodutivo poderia comprometer a produção pesqueira.

Queda de braço

A portaria publicada em outubro suspendia especificamente 10 atos que regulamentavam o defeso. A norma também previa que o Ministério da Agricultura recadastrasse os pescadores artesanais atingidos pela suspensão. Segundo a AGU, a medida pretendia eliminar "inúmeras fraudes" no pagamento do seguro previsto em lei, que são investigadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Polícia Federal.

A AGU afirma que o governo precisa revisar as normas que atualmente estabelecem os períodos de defeso. Segundo o documento enviado ao Supremo, as regras foram editadas há mais de 10 anos, e não há estudos atualizados que comprovam a eficácia da medida. "Não há mais evidências suficientes de que os defesos regulados nos 10 atos suspensos sejam necessários à preservação das espécies", argumenta Adams.

PALAVRAS-CHAVE

BENEFÍCIO período de defeso

2015

HOME/CIDADES/GERAL

» DESCASO

Ponte que liga Itapissuma e Itamaracá está em ruínas

A ponte é a única via de acesso às praias e presídios localizados na ilha

Publicado em 30/12/2015, às 10h20



A situação compromete a passagem de pedestres

Foto: Reprodução/ Tv Jornal

Do JC Online

Com informações da TV Jornal

Os moradores de Itapissuma e da ilha de Itamaracá, municípios localizados na Zona Norte da RMR, reclamam do descaso e abandono da ponte Getúlio Vargas, que faz ligação da ilha com os demais municípios da região. As ferragens estão expostas e tábuas foram colocadas para cobrir partes do piso e parapeito que cederam. A situação compromete a passagem de pedestres que precisam transitar pelas duas vias laterais da estrutura.

A ponte, duplicada ainda na década de 90, possui cerca de 1 km de extensão e é a única via de acesso às praias e presídios localizados em Itamaracá.

Quem precisa atravessar o trecho reclama do perigo. “É arriscado quebrar o pé, a perna e outros problemas piores”, explica o pescador Estevão Mouzinho. Segundo pedestres do local, acidentes já aconteceram por conta da falta de estrutura. “Mês passado, uma pessoa estava passando pelo lado de dentro da via, um carro bateu e matou”, contou o montador, José Arouxa.

Um projeto de requalificação da PE-35, rodovia estadual da qual a ponte faz parte, foi anunciado em 2011. Porém, quatro anos depois, a estrutura ainda não foi restaurada. “Só se vê promessa e até hoje está assim, cheio de buracos, Ninguém faz nada”, contou o fotógrafo, Wilson Santos.

Em resposta, o Departamento de Estradas de Rodagem (DER) informou que o processo de licitação para reforma de restauração da estrutura da ponte já está em andamento.

PALAVRAS-CHAVE

ponte itamaracá Itapissuma

HOME/ECONOMIA/NACIONAL

» CORTES

Para fazer caixa, governo adota regras mais rígidas para benefícios

Mudanças não afetam quem já recebe atualmente os benefícios. Só vão valer para os que serão concedidos a partir do início de 2015

Publicado em 29/12/2014, às 20h16



Segundo o ministro Aloizio Mercadante (Casa Civil), as medidas irão corrigir algumas distorções que existem nos programas atualmente

Foto: Fabio Rodrigues Pozzebom/ Agência Brasil

Da Folhapress

A três dias da posse da presidente Dilma para um segundo mandato, o governo anunciou nesta segunda-feira (29) regras mais rígidas para concessão de benefícios trabalhistas e previdenciários.

O objetivo é economizar R\$ 18 bilhões anuais a partir de 2015, equivalente a 0,3% do PIB (Produto Interno Bruto), com pagamento de seguro-desemprego, abono salarial, pensão por morte, auxílio doença e seguro defeso (pago a pescador artesanal).

A meta é ajudar a reequilibrar as contas públicas para recuperar a credibilidade da política fiscal do governo - essas medidas podem garantir 25% do superavit das contas públicas prometido pelo futuro ministro da Fazenda, Joaquim Levy, para 2015.

Na avaliação do governo, os gastos com esses benefícios estavam saindo de controle. As despesas com pensão pós-morte, por exemplo, subiram de R\$ 39 bilhões em 2006 para R\$ 87 bilhões em 2013.

As mudanças não afetam quem já recebe atualmente os benefícios. Só vão valer para os que serão concedidos a partir do início de 2015.

A data será definida em duas medidas provisórias que devem ser publicadas nesta terça-feira (30) pelo governo.

Ou seja, terão de ser aprovadas pelo Congresso, o que permite antever batalhas políticas - as medidas têm tudo para desagradar a esquerda e integrantes da base aliada, além de robustecer o discurso da oposição de que Dilma está fazendo o que prometia não fazer na campanha.

Uma das medidas prevê que, na pensão por morte, haverá carência de 24 meses de contribuição previdenciária pelo segurado para que o cônjuge possa herdar o benefício. Também será exigido tempo mínimo de casamento ou união estável de pelo menos 24 meses.

Hoje em dia não há prazo mínimo de casamento.

Com as novas regras, o tempo de carência (período aquisitivo) do seguro-desemprego também sofre mudanças. Dos atuais seis meses, ele passará para 18 meses na primeira solicitação e para 12 meses na segunda solicitação. Fica mantido em seis meses a partir da terceira.

Segundo o ministro Aloizio Mercadante (Casa Civil), as medidas irão corrigir algumas distorções que existem nos programas atualmente.

Mercadante prometeu negociar as medidas com o novo Congresso e anunciou uma mesa permanente de negociação com os trabalhadores e as centrais sindicais.

PALAVRAS-CHAVE

GOVERNO regras BENEFÍCIOS cortes economia

HOME/MUNDO/BRASIL

» NAUFRÁGIO

Mais dois pescadores que naufragaram próximo a Fernando de Noronha recebem alta
Quatro deles já haviam recebido alta nessa sexta-feira (25)

Publicado em 26/12/2015, às 10h25



Oriundos de Natal (RN), eles chegaram na noite do dia 24 na Praia do Mucuripe trazidos por uma embarcação cearense

Foto: Reprodução/TV Diário

Da ABr

Mais dois pescadores dos oito que naufragaram próximo a Fernando de Noronha e foram resgatados no Ceará receberam alta na manhã de hoje (26) do Hospital Geral de Fortaleza (HGF). Quatro deles já haviam recebido alta nessa sexta-feira (25). Os outros dois que estão na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da Praia do Futuro devem ser liberados ainda neste sábado.

Oriundos de Natal (RN), eles chegaram na noite do dia 24 na Praia do Mucuripe trazidos por uma embarcação cearense.

Segundo a Capitania dos Portos do Ceará, a embarcação pesqueira apresentou um problema no sábado (19) e afundou próximo à ilha pernambucana. O comandante e os sete tripulantes ocuparam um bote salva-vidas e ficaram à deriva durante seis dias. Eles foram avistados ontem (24), por volta das 14h, no litoral de Cascavel, na região metropolitana de Fortaleza.

A Marinha está em contato com a Capitania dos Portos do Rio Grande do Norte para identificar e informar os parentes dos pescadores. Um inquérito será aberto para investigar as causas do acidente.

PALAVRAS-CHAVE

pescadores naufrago naufrágio Fernando de Noronha

HOME/CIDADES/GERAL

» EMBARCAÇÃO

Pescadores são resgatados no Ceará após naufragar próximo a Noronha

O grupo de pescadores saiu do Rio Grande do Norte no sábado (19) e estava à deriva quando foi resgatado

Publicado em 25/12/2015 às 13:51



O grupo de pescadores saiu do Rio Grande do Norte no sábado (19) e estava à deriva quando foi resgatado

Foto: Reprodução/TV Diário

Do Estadão Conteúdo

Oito pescadores foram resgatados após naufragar perto do arquipélago de Fernando de Noronha na noite desta quinta-feira (24) depois de passarem cinco dias dentro de um bote à deriva em mar aberto. Eles estão internados em hospitais de Fortaleza, passam bem e devem receber alta em breve.

Os naufragos, pescadores que estavam a bordo do barco Rei Artur, foram resgatados por outros pescadores, a 15 quilômetros da costa cearense na praia de Caponga, em Cascavel, a 60 quilômetros de Fortaleza.

Provenientes de Natal (RN), assim que chegaram ao Porto do Mucuripe, em Fortaleza, na noite de 25 de dezembro, os oito homens, desidratados e com cortes pelo corpo, receberam atenção médica do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu). Seis deles foram encaminhados para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) mais próxima do Mucuripe, na Praia do Futuro. Os outros dois, mais debilitados, foram levados para o Hospital Geral de Fortaleza (HGF). Todos se recuperando bem.

Em nota, a Capitania dos Portos atesta que os naufragos estariam pescando perto do arquipélago de Fernando de Noronha, quando foram atingidos por uma tormenta. "São informações ainda preliminares. Estamos fazendo um relatório mais detalhado. Mas a princípio acredita-se que eles pegaram tempo ruim e naufragaram, ficando à deriva em alto mar até chegarem ao litoral cearense", disse o suboficial de plantão da Capitania dos Portos do Ceará, capitão Francisco Rodrigues.

Um navio mercante que passava pelo litoral cearense avistou os potiguares à deriva e comunicou ao barco Rio Praça, que fez o resgate, levando-os para Mucuripe, em Fortaleza.

Um dos pescadores relatou que o piso da cozinha do barco cedeu e eles ficaram por quatro dias num bote, economizando água e ração "Não chegamos a beber água do mar. Quando vimos o navio apitamos e gritamos até que sermos resgatados. Saímos de Natal no dia 19 e pretendíamos voltar no dia 27, mas com um dia de alto mar notamos que começou a entrar água no barco e ele acabou afundando. Partimos para o bote, onde ficamos sem desespero até o Natal e fomos salvos", contou o pescador Luís Antônio Brito ao jornal Diário do Nordeste.

PALAVRAS-CHAVE

pescadores MINISTÉRIO DA AGRICULTURA Pesca

HOME/MUNDO/BRASIL

» EMBARCAÇÃO

Quatro dos oito pescadores resgatados recebem alta em Fortaleza

Pescadores que naufragaram próximo a Fernando de Noronha

Publicado em 25/12/2015, às 20h05



O grupo foi resgatado e levado para duas unidades de saúde de Fortaleza

Foto: Reprodução/TV Diário

Da ABr

Quatro dos oito pescadores que naufragaram próximo a Fernando de Noronha, e foram resgatados no Ceará, receberam alta na tarde desta sexta-feira (25) na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da Praia do Futuro, em Fortaleza. Dois deles continuam internados na UPA aguardando transferência para um hospital de referência, para tratar uma infecção na pele.

Os outros dois ocupantes do barco foram internados no Hospital Geral de Fortaleza (HGF) por apresentarem um quadro de saúde mais delicado, conforme a Capitania dos Portos. Segundo a assessoria de comunicação da unidade, eles estão estáveis, mas ainda não há previsão de alta.

Oriundos de Natal (RN), eles chegaram ontem (24) à noite na Praia do Mucuripe trazidos por uma embarcação cearense.

Segundo a Capitania dos Portos do Ceará, a embarcação pesqueira apresentou um problema no sábado (19), e afundou próximo à ilha pernambucana. O comandante e os sete tripulantes ocuparam um bote salva vidas e ficaram à deriva durante seis dias. Eles foram avistados ontem (24), por volta das 14 h, no litoral de Cascavel, na região metropolitana de Fortaleza.

A Marinha está em contato com a Capitania dos Portos do Rio Grande do Norte para identificar e informar os parentes dos pescadores. Um inquérito será aberto para investigar as causas do acidente.

PALAVRAS-CHAVE

Fernando de Noronha naufrágio pescadores

HOME/POLÍTICA/NACIONAL

» GOVERNO

Movimentos sociais defendem mandato de Dilma, mas cobram fim do ajuste fiscal

Em reunião com Dilma um dia depois das manifestações, representantes da Frente Brasil Popular fizeram questão de mostrar à presidenta a insatisfação dos movimentos com as medidas econômicas

Publicado em 19/12/2015, às 11h30



Em entrevista no fim da noite de ontem, o novo ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, disse que, para estabilizar a economia e promover sua recuperação

Foto: Valter Campanato/Agência Brasil

Da ABr

Os movimentos sociais que foram às ruas esta semana contra o impeachment defendem a continuidade do mandato da presidenta **Dilma Rousseff**, mas cobram uma mudança no rumo

da política econômica, com duras críticas ao ajuste fiscal. Entidades como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) defendem a redução da taxa de juros e a retomada de investimentos públicos para estimular a economia.

Em reunião com Dilma um dia depois das manifestações, representantes da Frente Brasil Popular fizeram questão de mostrar à presidenta a insatisfação dos movimentos com as medidas econômicas que vem sendo tomadas pelo Palácio do Planalto. A presidenta da União Nacional dos Estudantes (UNE) – umas das organizações que articularam as manifestações – Carina Vitral, disse que as entidades esperam uma “guinada à esquerda” do governo Dilma.

“Fizemos uma declaração contrária ao impeachment golpista, mas também uma cobrança forte para que mudanças continuem sendo aprofundadas. Demonstramos uma contrariedade grande ao ajuste fiscal, que penaliza e aprofunda a crise econômica. A gente quer uma guinada do governo à esquerda, aprofundando direitos da classe trabalhadora, da juventude e dos movimentos sociais”, disse, após reunião da Frente Brasil Popular com Dilma no Palácio do Planalto.

Nas manifestações, os movimentos sociais disseram querer “a Dilma que elegeram”, cobrando que a presidenta assuma compromissos de campanha com os trabalhadores e a manutenção de conquistas sociais.

O líder do MST, João Pedro Stédile, disse que os movimentos sociais estarão ao lado do governo na defesa do mandato de Dilma se o processo de impeachment for levado adiante, mas também criticou a demora do Palácio do Planalto em reagir a problemas da economia que afetam diretamente os trabalhadores, como o aumento do desemprego e da inflação.

“O governo tem que agir rápido diante da gravidade da crise econômica, tem que dar sinais para a população. Nossa sugestão é que o governo anuncie urgentemente medidas concretas que possam retomar o crescimento da economia para garantir o emprego e a renda dos trabalhadores. Para isso, o governo tem que reduzir a taxa de juros e precisa utilizar esses recursos públicos, que são nossos, para a volta do crescimento baseado nos investimentos na indústria, na construção de moradia popular, na infraestrutura, no transporte público e na agricultura familiar”, sugeriu.

Ontem (18), a presidenta Dilma Rousseff decidiu tirar Joaquim Levy do Ministério da Fazenda e substituí-lo por Nelson Barbosa, que ocupava o Ministério do Planejamento. Responsável por medidas como a mudança nas regras de acesso ao seguro-desemprego e a limitação do seguro defeso para pescadores, Levy era o principal alvo das críticas das entidades de trabalhadores.

“A CUT, que representa milhões de trabalhadores desse país, tem muito firmes suas posições contra essa política econômica, Levy não nos representa, trouxemos essa demanda para a presidenta”, disse a secretária de Relação com os Movimentos Sociais da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Janeslei Albuquerque, no início da semana.

Em entrevista no fim da noite de ontem, o novo ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, disse que, para estabilizar a economia e promover sua recuperação, os esforços para o ajuste fiscal devem continuar.

PALAVRAS-CHAVE

Dilma Rousseff impeachment

HOME/CIDADES/GERAL

» POLÍCIA

Estudante é encontrado morto após desaparecer de passeio em Itamaracá

Aluno da escola Olinto Victor teria se perdido do grupo em que estava

Publicado em 26/11/2015, às 12h07



Corpo foi encontrado nas proximidades do Forte Orange, um dos cartões postais da ilha

Foto: JC Imagem

Da Editoria de Cidades

Um estudante de 18 anos foi encontrado morto na noite desta quarta-feira (25), na ilha de Itamaracá, no Litoral Norte do Recife, após ter desaparecido a tarde durante de um passeio à ilha promovido pela escola onde estudava. Alex Sandro Bezerra da Silva era aluno do segundo ano da Escola Estadual de Referência em Ensino Médio Olinto Victor, no bairro Várzea, Zona Oeste do Recife.

Segundo a mãe do estudante, Sandra Elena, a escola não procurou a família para informar do desaparecimento. “Não falaram o que aconteceu, ficamos sabendo por volta das 17h30 através do meu filho mais novo, que ficou sabendo por uns colegas. Eu e o pai dele fomos até Itamaracá e um pescador da área encontrou o corpo dele na praia do Forte Orange, por volta das 22h. A escola não estava mais lá, eles não têm responsabilidade com os estudantes”, lamenta Sandra. A mãe suspeita que o jovem tenha morrido afogado.

Conforme um colega de Alex Sandro, cerca de 55 alunos participavam do passeio. "Na hora de do lanche, por volta das 12h30, fizeram a contagem e notaram que ele estava faltando, ainda procuraram por ele, mas não acharam. Os estudantes que estavam lá disseram até que chamaram a polícia para ajudar nas buscas, mas que a corporação também não encontrou o Alex. O que aconteceu foi uma fatalidade, ninguém esperava, a escola já havia feito esse passeio ano passado, quando eu participei, e nada aconteceu. Está todo mundo muito triste na escola, a direção, os professores, os outros alunos", contou o estudante de 16 anos, que também estuda no Erem Olinto Victor.

O corpo de Alex Sandro Bezerra da Silva foi encaminhado para o Instituto de Medicina Legal (IML), no bairro de Santo Amaro, área central do Recife. Ainda está sendo investigado o que teria causado a morte do jovem.

Em nota, a Secretaria Estadual de Educação lamenta o falecimento do estudante da Escola de Referência em Ensino Médio (Erem) Olinto Victor e informa que, ao perceberem o desaparecimento do estudante, os professores e colegas foram procurá-lo. "Após algumas horas de buscas sem sucesso pela localidade, acionaram a polícia e, em seguida, foram avisar os familiares", diz a pasta.

A Secretaria afirmou, ainda, que foram tomadas todas as providências de buscas pelo estudante, com ajuda da polícia e da comunidade local. A Erem e a Secretaria dizem estar à disposição dos familiares do estudante para prestar total assistência.

HOME/ECONOMIA/NACIONAL

» BENEFÍCIO

Retomada de período que proíbe pesca custará R\$ 1,7 bilhão, diz governo

De acordo com a pasta, a despesa extra com o seguro chegaria a R\$ 316 milhões em 2015

Publicado em 08/11/2015, às 11h04



Durante o defeso, o governo paga o seguro-defeso, benefício no valor de um salário mínimo concedido por mês a pescadores artesanais

Foto: André Gomes de Melo/ GERJ

Da ABr

A possibilidade de que o Congresso reverta a portaria que suspendeu o período de defeso (quando a pesca é proibida) custará R\$ 1,7 bilhão ao governo federal até o fim do próximo ano. A estimativa foi divulgada pelo Ministério da Fazenda com base em dados do Portal da Transparência. Durante o defeso, o governo paga o seguro-defeso, benefício no valor de um salário mínimo concedido por mês a pescadores artesanais durante o período em que estão proibidos de exercer a atividade.

De acordo com a pasta, a despesa extra com o seguro chegaria a R\$ 316 milhões em 2015. Para 2016, o impacto está estimado em R\$ 1,351 bilhão, totalizando R\$ 1,667 bilhão de gasto extra.

No ano passado, o governo gastou R\$ 2,476 bilhões com o pagamento do seguro-defeso. De acordo com a equipe econômica, a suspensão do pagamento é essencial para impedir o crescimento da despesa. Caso a revogação do período de defeso seja mantida, o gasto aumentará para R\$ 2,554 bilhões neste ano, mas cairia para R\$ 2,082 bilhões em 2016.

Com uma eventual derrubada da portaria, os gastos com o benefício saltariam para R\$ 2,870 bilhões em 2015 e para R\$ 3,433 bilhões no próximo ano. Durante o defeso, que coincide com o período de reprodução dos peixes, a pesca fica proibida para garantir a preservação das espécies.

A portaria conjunta dos ministérios da Agricultura e do Meio Ambiente foi publicada no Diário Oficial da União em 9 de outubro. De acordo com os ministérios, a suspensão foi necessária para que os comitês Permanentes de Gestão e Uso Sustentável de Recursos Pesqueiros recadastram os pescadores artesanais e revisassem os períodos de defeso.

Os dois ministérios destacaram ainda que nenhum pescador ficaria sem receber o benefício nem haveria risco predatório para o meio ambiente. Isso porque a suspensão das instruções normativas que regem o defeso coincide com o fim do período de proibição da pesca e a consequente liberação da atividade pelos próximos oito meses. Segundo o governo, a economia proporcionada pela portaria decorreria da revisão dos benefícios.

No texto de justificativa da suspensão, a ministra da Agricultura, Kátia Abreu, ressaltou a constatação de discrepâncias entre o número de beneficiários registrados no último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2010, o volume de recursos investidos no programa e os cadastros de pescadores que servem de base para os pagamentos.

Na quinta-feira (5), porém, a Câmara dos Deputados aprovou um projeto de Decreto Legislativo (PDC 238/15) que pode anular a portaria. Para sustar definitivamente a medida, a proposta precisa ser aprovada pelo Senado.

No plenário, parlamentares da base aliada do governo tentaram evitar a sustação da medida. O líder do governo, José Guimarães (PT-CE), defendeu a necessidade de uma revisão do pagamento. “Desde 2013, a Polícia Federal está apurando fraudes. O governo procura corrigir as distorções. Há municípios no Pará com taxista, comerciante, mais de 30 mil recebendo indevidamente o seguro-defeso”, disse.

O apelo não obteve sucesso e a matéria foi aprovada simbolicamente. Do lado oposto, o deputado Pauderney Avelino (DEM-AM), líder da oposição no Congresso, disse que, a longo prazo, a medida pode trazer prejuízos para os pescadores e para o meio ambiente. Segundo ele, os trabalhadores passaram a pescar irregularmente, prejudicando a reprodução dos peixes. “O papel do governo é fiscalizar e não faz isso. Prefere acabar com o seguro sem o menor critério”, disse.

PALAVRAS-CHAVE

pesca artesanal defeso

HOME/ECONOMIA/NACIONAL

» SUSTENTABILIDADE

Viveiros de camarão na Ilha de Deus em xeque

Conselho de Meio Ambiente do Recife discute, em reunião extraordinária nesta quinta (5), se prática deve continuar ou ser proibida

Publicado em 05/11/2015, às 07h30



Comunidade localizada na Imbiribeira vive da pesca e da cultura do camarão

Michele Souza/ Acervo JC Imagem

A criação de camarões na Zona Especial de Interesse Social (Zeis) Ilha de Deus, na Imbiribeira, Zona Sul da capital pernambucana, está longe de ser um consenso. Até no âmbito da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Recife (SMAS) as opiniões são divergentes. Hoje, argumentos contra e a favor da prática serão apresentados na reunião extraordinária que o Conselho Municipal de Meio Ambiente (Comam) realiza às 14h na Faculdade Frassinetti do Recife (Fafire), na Avenida Conde da Boa Vista, Centro. Após a discussão, o Comam deve apresentar sua posição.

Ontem, técnicos de várias secretarias do Recife e representantes de entidades estiveram na ilha para conhecer os viveiros. “Existe um confronto: a comunidade quer que os viveiros permaneçam enquanto alguns técnicos e estudiosos defendem que devem sair”, informa a secretária de Meio Ambiente do Recife, Cida Pedrosa. “Mas, na secretaria, concordamos que não podemos deixar que novos sejam instalados.”

GALERIA DE IMAGENS

A Ilha de Deus, na Imbiribeira (Recife), tem 4,57 hectares de área de mangue e terra firme



HOME/POLÍTICA/NACIONAL

» ANULAÇÃO

Câmara pode anular portaria que permite pesca em períodos de defeso

Como não haverá período de defeso, os pescadores também não terão direito ao seguro-defeso, pago pelo Instituto Nacional do Seguro Social

Publicado em 21/10/2015, às 20h02



Pesca pode ser proibida em época de defeso

Foto: André Gomes de Melo/ GERJ

Da ABr

A Câmara dos Deputados pode votar, na próxima semana, um decreto legislativo que anula a Portaria Interministerial nº 192, de 2015, dos ministérios do Meio Ambiente e da Agricultura que suspende dez períodos de defeso, quando a pesca é proibida, em vários estados do país.

Segundo o deputado Silas Câmara (PSD-AM), caso não haja acordo com o governo e a anulação do ato, o presidente da Casa, deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), vai colocar em votação dois decretos legislativos que tornam sem efeito a portaria.

Como não haverá período de defeso, os pescadores também não terão direito ao seguro-defeso, pago pelo Instituto Nacional do Seguro Social, que é o seguro-desemprego do pescador profissional artesanal. Ele corresponde a um salário mínimo por mês, durante toda a temporada de suspensão da atividade.

Em audiência pública hoje (21) na Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, o deputado questionou a forma como a portaria foi editada. Amanhã

(22), os deputados da comissão e representantes dos pescadores terão uma reunião com a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, para tratar da questão.

O representante da Confederação Nacional da Pesca, Orlando Lobato, disse que o governo materializou um chamamento em massa dos pescadores para que façam a captura no período em que há a reprodução natural das espécies. A portaria suspendeu o defeso por até 120 dias e, segundo Lobato, haverá um impacto ambiental imediato: “Com certeza, na próxima safra, ano quem vem, a população de espécies estará comprometida”.

Lobato explicou ainda que os pescadores entendem a importância de respeitar o defeso e já esperam esse período de reprodução dos peixes para parar suas atividades, receber a compensação e organizar seus apetrechos de pesca: “Há tempo de corrigir [de suspender a portaria], mas se isso não for feito, naturalmente os trabalhadores não podem morrer de fome [e irão pescar], mas não por culpa deles”.

O diretor de Biodiversidade Aquática, Mar e Antártica, do Ministério do Meio Ambiente, Ugo Vercillo, disse que existem no Brasil 40 normas que definem os períodos de defeso e foram suspensas apenas as dez que não trarão prejuízos, neste momento, para o meio ambiente. A portaria foi editada porque o ministério [do meio ambiente] entendeu que há a necessidade de revisar essas normas, já que há divergências de como elas deveriam ser aplicadas.

Segundo Vercillo, a fauna aquática do Brasil passou por um processo de avaliação, de 2009 a 2014, que resultou em uma lista de 475 espécies que estão ameaçadas de extinção. E entre as estratégias de conservação que podem ser adotadas está o aprimoramento dos períodos de defeso, já que em vários há a sobreposição de regiões e espécies, por exemplo.

Vercillo explica que o melhor período de defeso pode não ser o de reprodução do peixe em si: “Às vezes pode ser o período de dispersão, quando os adultos estão voltando e a calha do rio está mais estreita e a captura de peixes é maior, ou seja, o impacto sobre a população geral pode ser maior”. Para a região amazônica, por exemplo, segundo Vercillo, há a necessidade de fazer regras não por estados, mas avaliações por bacias e sub-bacias.

PALAVRAS-CHAVE

defeso PESCARIA

HOME/BRASIL/NACIONAL

» SUSPENSO

Governo suspende seguro-defeso dos pescadores por até quatro meses

Benefício concedido ao pescador no período de paralisação da pesca para preservação das espécies corresponde a um salário mínimo

Publicado em 09/10/2015, às 21h52



De acordo com informação do Ministério da Pesca e Aquicultura, a suspensão das instruções normativas que regem o seguro-defeso coincide com o fim do período de proibição da pesca e da consequente liberação da atividade pelos próximos oito meses

Foto: André Gomes de Melo/ GERJ

Da ABr

O Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal, mais conhecido por seguro-defeso, está suspenso, a partir desta sexta (9), por até 120 dias, período no qual o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento fará o recadastramento dos pescadores artesanais e a revisão dos períodos de defeso, por meio dos comitês permanentes de Gestão e Uso Sustentável de Recursos Pesqueiros.

Benefício concedido pelo governo federal ao pescador profissional artesanal, durante o período de paralisação da pesca para preservação das espécies, o seguro corresponde a um salário mínimo (atualmente, R\$ 788) por mês, durante toda a temporada de suspensão da atividade. A medida consta da Portaria Interministerial nº 192 (Agricultura e Meio Ambiente), publicada no Diário Oficial da União desta sexta-feira.

De acordo com informação do Ministério da Agricultura – que incorporou o Ministério da Pesca e Aquicultura na última reforma ministerial –, a suspensão das instruções normativas que regem o seguro-defeso coincide com o fim do período de proibição da pesca e da consequente liberação da atividade pelos próximos oito meses. Por isso, não haverá prejuízo social para os pescadores, nem risco predatório para o meio ambiente.

Na justificativa da suspensão, a ministra Kátia Abreu ressalta a constatação de discrepâncias entre o número de beneficiários registrados no último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2010, o volume de recursos investidos no programa e os cadastros de pescadores que servem de base aos pagamentos.

A evolução acelerada do total de recursos aplicados no programa nos últimos anos, que chega a R\$ 3,4 bilhões em 2015, indica um número de beneficiários próximo a um milhão de pescadores artesanais, o que diverge do censo oficial e implica a revisão dos critérios de elegibilidade, diz a nota assinada pela ministra.

Acrescenta ainda que “há casos suficientes de beneficiários que têm no programa uma segunda remuneração”, e isso é vedado pela legislação. Kátia Abreu diz, contudo, que os beneficiários que fazem da pesca sua atividade e sustento podem ficar tranquilos, pois o recadastramento é uma forma de “proteger” o programa, que “faz justiça social àqueles que cumprem seu dever e ao meio ambiente”.

PALAVRAS-CHAVE

pescadores seguro-defeso

HOME/CIDADES/CIÊNCIA/M.AMBIENTE

»CRIME AMBIENTAL

Tartaruga marinha devolvida ao mar é encontrada morta

Rede de arrasto pode ter causado a morte de animal, reintroduzido na natureza depois de passar 48 dias em reabilitação

Publicado em 16/09/2015, às 07h30



Carcaça da tartaruga foi encontrada no Pontal de Maracaípe em avançado estado de decomposição

ONG Ecoassociados/Divulgação

Do JC Online

A história de Rafael, a tartaruga-marinha verde reabilitada e devolvida ao mar pela ONG Ecoassociados há 13 dias, não teve um final feliz. Na tarde de segunda-feira (14), a carcaça do animal, sem cabeça e em avançado estado de decomposição, foi encontrada por populares no Pontal de Maracaípe, em Ipojuca, Litoral Sul. Exatamente no mesmo lugar de onde tinha sido encontrada 50 dias atrás.

Embora não seja possível fazer necropsia no animal, provavelmente ele foi vitimado por uma rede de arrasto. “Os ferimentos pelo corpo e a cabeça decepada indicam que ficou preso numa rede”, explica a bióloga Gerlaine Silva, acrescentando que a tartaruga foi identificada pela anilha com numeração, colocada pela ONG antes da soltura.

A equipe ficou triste e indignada com o trágico fim do animal, o primeiro da espécie *Chelonia mydas* a ser reabilitado pela Ecoassociados. “Fizemos a nossa parte. Tratamos o animal com antibióticos e vitaminas para curar uma pneumonia e quando ele estava pronto para voltar ao mar, conseguindo se alimentar sozinho, nós fizemos a reintrodução”, desabafa Gerlaine.

Ela reclama da falta de vigilância para coibir o uso de redes de arrasto. “Há muita pesca ilegal nessa área de Porto de Galinhas”, denuncia. “Nosso trabalho de educação ambiental com pescadores e comunidade está dando resultados. As pessoas nos avisam quando surge algum animal na praia. Mas os órgãos de defesa do meio ambiente precisam se integrar para reforçar a fiscalização no litoral”, defende.

Gerlaine informa que, na última temporada de reprodução das tartarugas-marinhas (período de setembro a maio), 65 animais foram encontrados mortos. “Este ano, em menos de 15 dias já houve três mortes”, lamenta. A maioria dos animais, segundo a bióloga, foi vitimada por redes de arresto, equipamento ilegal.

A tartaruga-verde, batizada com o nome de Rafael, foi encontrada muito debilitada no Pontal de Maracaípe, no dia 15 de julho. Era um indivíduo macho, em fase de reprodução, com 103 quilos e 1,10 metro.

PALAVRAS-CHAVE

maracaípe tartarugas marinhas Tartaruga-verde

HOME/CIDADES/GERAL

» URBANISMO

Palafitas voltam com tudo ao Recife

Em pelo menos oito pontos da cidade, moradias precárias dão o tom da paisagem

Publicado em 09/08/2015, às 05h29



Populações ribeirinhas crescem, impulsionadas pela crise

Bobby Fabisak/JC Imagem

Felipe Vieira

A moradia em palafitas às margens de rios é um dos estigmas mais antigos do Recife. Sem ser alvo de ações específicas por parte do poder público – e turbinada pela crise econômica que assola o País – a prática é cada vez mais frequente na cidade. Em pelo menos oito pontos da capital é possível notar o crescimento de comunidades erguidas em meio à maré, onde pessoas se equilibram sobre tábuas e pedaços de madeira precariamente arranjados.

Um dos casos mais emblemáticos é o do Beco do Sururu, uma invasão localizada entre as pontes Paulo Guerra e Agamenon Magalhães, no bairro do Pina, Zona Sul do Recife. As moradias improvisadas já ocupam todos 970 mil metros quadrados ao lado do Clube Líbano, encravadas no acesso à área de maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município, o bairro de Boa Viagem. A maior parte das 150 famílias que moram no local vive da pesca de pequenos peixes e de catar sururu na maré. “O ideal seria se fizessem casas para nós aqui mesmo. Mas a gente sabe que é difícil, então iria para qualquer lugar, desde que fosse para uma moradia de verdade, e não isso aqui”, diz a doméstica Ester Gomes da Silva, apontando para as tábuas de mais um barraco que está sendo perigosamente erguido à beira da maré, desafiando qualquer lei de engenharia.

Por motivos óbvios, não há água encanada nem saneamento básico. Os moradores fazem suas necessidades diretamente na maré. Os encontros com ratos são frequentes, e ainda existe um eterno estado de vigilância por causa do perigo que representa para as crianças viver sob essas condições. “No início do ano um menino de três anos estava brincando quando a mãe se descuidou e ele caiu na maré. Só não morreu porque o pessoal aqui foi rápido e pulou atrás dele”, conta a também dona-de-casa Eliane Gomes, que há 15 anos mora no local. “Sempre que a gente vê uma criança circulando pela comunidade, dobra a atenção para que não aconteça nada do tipo”, completa.

Desempregada e com uma filha, Lidiane da Silva tenta sustentar a casa catando sururu logo abaixo do barraco onde mora. O quilo é vendido a estabelecimentos do Centro do Recife por R\$ 7. “Num dia bom, a gente consegue repassar por R\$ 10 e ganha um dinheiro a mais, mas mesmo assim é muito pouco”, reclama. Ela também tem consciência de que seria difícil ter, naquele local, uma moradia com tijolos e cimento ao invés de madeira e papelão. “O que a gente quer é um lugar decente para morar. Pode ser em qualquer bairro”.

A poucos metros dali outra invasão avança sobre a área do entorno da Via Mangue, em alguns casos chegando à beira da pista ainda não inaugurada. No bairro dos Coelho, na área central

da cidade, a comunidade de Roque Santeiro continua esquecida pelo poder público, em todas suas esferas. “A prefeitura vem aqui, coloca adesivos nas portas, recolhe os nomes, mas moradia que é bom, nada. E a gente continua vivendo assim, no meio dessa imundície”, conta a doméstica Vera Lúcia da Silva, que mora com o marido e cinco filhos em um cubículo de oito metros quadrados na beira da maré. A comunidade já foi atingida por três incêndios: o último, em fevereiro do ano passado, deixou 46 casas destruídas.

Através de nota, a Secretaria de Habitação do Recife informou que está realizando um plano local de habitação de interesse social. De acordo com o órgão, o documento prevê o diagnóstico de todas as palafitas da cidade, com posterior construção de metas para intervenções. O plano deve ser concluído até dezembro deste ano, segundo a prefeitura.

A Secretaria de Habitação ainda informou que, no momento, estão em execução projetos habitacionais para abrigar comunidades ribeirinhas do Rio Capibaribe localizadas entre as pontes Velha e Joaquim Cardoso, na área central da cidade.

Finalizando, também explicou que, atualmente, está em andamento a obra do conjunto Travessa do Gusmão (160 apartamentos), no bairro de São José. A administração municipal também negocia com as empresas responsáveis a retomada das obras nos conjuntos Praça Sérgio Loreto (224 moradias), também em São José; e Vila Brasil 1, na Ilha Joana Bezerra (128 moradias). Ainda está prevista a construção do conjunto habitacional Vila Brasil II, com 320 unidades, que será erguido com recursos do programa Minha Casa, Minha Vida.

PALAVRAS-CHAVE

Recife maré palafitas

HOME/CIDADES/CIÊNCIA/M.AMBIENTE

» PEIXE-BOI

Peixe-boi é encontrado na Praia do Carmo, em Olinda

Animal foi encontrado por volta das 11h desta terça-feira

Publicado em 04/08/2015, às 12h40



Animal está vivo e passa bem

Foto: Fábio Vicente/comuniQ

Do JC Online

Um peixe-boi foi encontrado na manhã desta terça-feira (4), por volta das 11h, na Praia do Carmo, em Olinda, Grande Recife. Segundo informações de Fábio Vicente, usuário do comuniQ, aplicativo de compartilhamento do SJCC, o animal, embora estivesse de barriga para cima, encontrava-se com vida e estava aparentemente bem. A equipe Centro de Mamíferos Aquáticos de Itamaracá recebeu a informação e se dirigiu ao local.

No último dia 22, um peixe-boi chamou a atenção de quem passou pelas margens da Ilha de Deus, na Imbiribeira, na Zona Sul do Recife. Alguns moradores e pescadores disseram que o animal, batizado de Natália, já havia sido visto, nas águas do Rio Capibaribe. No mês de junho, dois peixes-bois fêmeas foram vistas no Rio Capibaribe. Os mamíferos haviam sido reintroduzidos em Porto de Pedras, em Alagoas.

Desconfia-se que o animal encontrado nesta terça seja um dos mamíferos vistos nesses últimos dois meses.

HOME/CIDADES/CIÊNCIA/M.AMBIENTE

» SUSTENTABILIDADE

Evento busca soluções para frear o aquecimento global

Pernambuco no Clima começa hoje, no Shopping RioMar, com a presença de especialistas do Brasil e exterior

Publicado em 04/08/2015, às 07h00



Compartilhamento de carros elétricos será um dos temas em pauta

Alexandre Gondim/ JC Imagem

Do JC Online

Energia de fontes renováveis, biocombustíveis, uso de bicicletas e carros compartilhados e outras soluções que possam colaborar para deter as mudanças climáticas em curso no planeta serão discutidas, nesta terça e quarta-feira, na 4ª edição do Pernambuco no Clima, realizado no Shopping RioMar. O evento, promovido pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas), também inclui uma exposição de inovações tecnológicas para uma economia verde, que continua até domingo (9).

Uma das novidades, este ano, será o lançamento da rede de comunicação Clima Business, para articular instituições, empresas, pessoas e movimentos dispostos a conter o aquecimento global e desenvolver uma economia de baixo carbono, adotando novas práticas de negócios com base em novos valores. A rede terá um portal multimídia, revista digital, revista-link (síntese impressa), aplicativo e redes sociais.

Além do conteúdo editorial, a rede apresentará um catálogo de produtos e serviços de baixo carbono para fomentar a economia verde. “O Pernambuco no Clima é um movimento de troca de ideias para ajudar a desaquecer o planeta e aquecer a economia”, resumiu o secretário de Meio Ambiente, Sérgio Xavier, no lançamento do evento, na semana passada.

Outra novidade é que, pela primeira vez, o encontro promoverá debates com articuladores de movimentos sociais, preocupados em buscar novos modelos de cidades e negócios. Haverá painéis sobre pesca artesanal, com representante de colônia de pescadores; sobre empreendedorismo colaborativo e inovações para cidades sustentáveis.

Como os combustíveis fósseis são os principais responsáveis pelo efeito estufa, a Secretaria Estadual de Meio Ambiente vai propor a criação de uma plataforma para produzir biocombustíveis no Estado, a partir da cana-de-açúcar e de outras espécies da caatinga. Neste debate, estarão presentes o coordenador da Plataforma Nacional de Bioquerosene, Mike Lu; e o diretor operacional da Gol Linhas Aéreas, Pedro Scorza.

No quesito mobilidade verde, o adido de cooperação e ação cultural do Consulado da França, Guillaume Ernst, vai mostrar como funciona o compartilhamento de carros elétricos naquele país. Os principais resultados do programa Porto Leve, do Porto Digital, que está testando três veículos desse tipo no Recife desde dezembro, também devem ser apresentados pelo presidente da Serttel, Ângelo Leite.

De acordo com o Painel Intercontinental de Mudanças Climáticas (IPCC) da ONU, Pernambuco é um Estado muito vulnerável às mudanças climáticas por causa da posição geográfica. Se a temperatura do planeta continuar aumentando, o Estado sofrerá com a elevação do nível do mar, chuvas intensas na Zona da Mata e secas extremas na região semiárida.

Interessados em participar do evento devem fazer inscrição gratuita na homepage www.penoclima.com.br

PALAVRAS-CHAVE

aquecimento global mudanças climáticas sustentabilidade

HOME/CIDADES/CIÊNCIA/M.AMBIENTE

» BIODIVERSIDADE

Fêmea de peixe-boi terá de voltar ao lar, em Alagoas

Animal apareceu na Ilha de Deus, atraindo a atenção da comunidade

Publicado em 23/07/2015, às 07h10



Natália tem conquistado as crianças da comunidade

Bobby Fabisak/JC Imagem

Do JC Online

Na manhã de ontem, às margens da comunidade Ilha de Deus, no bairro da Imbiribeira, Zona Sul do Recife, os olhos da população se voltaram para Natália – uma fêmea de peixe-boi que foi reintroduzida na natureza no Recinto do Rio Tatuamunha, município de Porto de Pedras, em Alagoas. Há cerca de dois meses, o animal decidiu se deslocar para Pernambuco. Por correr risco devido à poluição que toma conta da ilha, Natália será levada de volta para o Rio Tatuamunha na próxima semana.

“O deslocamento de peixes-boi reintroduzidos na natureza é esperado, pois se trata de animais que desejam explorar novas áreas para se alimentar e descansar. O problema é que Natália está numa água muito suja. Isso é perigoso porque ela pode ingerir o lixo e vir a óbito”, explica a bióloga Fábria Luna, coordenadora do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Aquáticos (CMA), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). “Com a maré baixa daqui a alguns dias, ficará mais fácil fazer a remoção para Alagoas.”

Por ser dócil, Natália tem conquistado crianças, adultos e idosos, que fazem questão de acariciá-la e alimentá-la. Essa prática, no entanto, não é recomendada pelo CMA. É prejudicial oferecer comidas, dar água e se aproximar de qualquer peixe-boi, espécie criticamente ameaçada de extinção no Brasil. De acordo com Fábria Luna, além de Natália correr risco pela poluição do rio, existe uma preocupação do CMA pelo fato de alguns moradores da Ilha de Deus ameaçarem que vão maltratar e até matar a fêmea. Por apresentar bom estado de saúde, ela não precisará ficar em cativeiro, em Alagoas.

“Diariamente uma equipe do centro monitora via satélite o animal, que tem um transmissor preso à nadadeira caudal. Assim, conseguimos rastrear Natália e saber onde ela está.” Além disso, equipes do CMA vão com frequência ao local onde a fêmea de peixe-boi se encontra. Na segunda-feira, duas pessoas vieram aqui para vê-la. É bom que algo seja feito para tirá-la da ilha, pois um barco com motor pode ferir e até matá-la”, diz a dona de casa Simone Oliveira da Cunha, 39 anos, que mora na Ilha de Deus.

GALERIA DE IMAGENS

Peixe-boi aparece na Ilha de Deus, na Imbiribeira, e chama atenção da comunidade



Embora seja um animal dócil, o peixe-boi pode machucar as pessoas que estão por perto enquanto ele se desloca. Considerado um mamífero aquático de grande porte, o peixe-boi é geralmente carregado por 15 pessoas. Só Natália, aos 4 anos e meio de idade, tem cerca de 300 quilos – mesmo peso de Clara, outra fêmea de peixe-boi que foi reintroduzida na natureza no Recinto do Rio Tatuamunha e se deslocou para Pernambuco há aproximadamente dois meses.

“Diferentemente de Natália, Clara não precisa voltar para Alagoas, pois está num local seguro, na orla de Olinda. Então, pode ficar livremente aqui pelo Estado, já que o deslocamento é um comportamento normal dos peixes-bois”, explica Fábria.

PALAVRAS-CHAVE

Natália ilha de deus peixe-boi

HOME/CIDADES/CIÊNCIA/M.AMBIENTE

» MEIO AMBIENTE

Peixe-boi aparece na Ilha de Deus e chama atenção da comunidade

Na manhã desta quarta-feira, muitas pessoas pararam para observar o mamífero

Publicado em 22/07/2015, às 13h00



Desconfia-se que o animal seja Clara ou Natália, uma das fêmeas de peixe-boi reintroduzidas na natureza em Alagoas

Bobby Fabisak/JC Imagem

Um peixe-boi chama a atenção de quem passa pelas margens da Ilha de Deus, que fica na Imbiribeira, na Zona Sul do Recife. Alguns moradores e pescadores dizem que ele já tem sido visto, nas águas do Rio Capibaribe, há dois dias. Outros alegam que o mamífero começou a circular pela ilha há cerca de dois meses.

Por ser dócil, o peixe-boi tem conquistado as crianças, que fazem questão de acariciá-lo e alimentá-lo. Essa prática, no entanto, não é recomendada pelo Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Aquáticos, pois se trata de uma espécie ameaçada de extinção.

GALERIA DE IMAGENS

Peixe-boi aparece na Ilha de Deus, na Imbiribeira, e chama atenção da comunidade



Desconfia-se que o animal seja Clara ou Natália, uma das fêmeas de peixe-boi reintroduzidas na natureza em Porto das Pedras, no Estado de Alagoas. Em junho, elas foram vistas por quem circulava pela Ponte da Boa Vista, mais conhecida como Ponte de Ferro, na área central do Recife.

“Quando a gente sai para pescar logo cedo, ele acompanha. É muito mansinho. Muita gente dá cenoura e alface a ele. Só espero que não façam malvadeza”, conta o pescador Reginaldo Francisco da Silva, 43 anos.

PALAVRAS-CHAVE

peixe-boi ilha de deus imbiribeira

HOME/CIDADES/GERAL

» DESPEJO IRREGULAR

Em Paulista, o mar não está pra peixe

Esgoto doméstico desemboca no mar, polui águas e dificulta a pesca e a coleta de mariscos na região. Também há risco para a saúde.

Publicado em 20/07/2015, às 20h30



Saída de esgoto polui águas em Paulista, na Grande Recife.

Foto: Edmar Melo/JC Imagem

Amanda Duarte

Da editoria de Cidades

O despejo de esgoto sem tratamento no mar está prejudicando a pesca no município de Paulista, na Grande Recife. A situação foi alvo de protesto nesta segunda-feira (20), em frente à Colônia de Pescadores da cidade, no bairro do Janga. Segundo o presidente da colônia, Luiz Medeiros, podem ser vistas mais de oito saídas de esgoto desde a ponte do Janga, que divide os municípios de Olinda e Paulista, até a praia de Maria Farinha, trecho com cerca de 14 km. "Nossa rede agora só pega sargaço e lixo", lamenta o pescador Severino Gomes, 48.

A situação se agravou há três meses, quando a quantidade de peixes e mariscos entrou em estado crítico. Antes em abundância, as espécies tainha, boca mole, saúna e carapeba não são mais encontradas. "Há cinco anos, pescávamos de 80 a 100 quilos de peixe por dia, hoje não pegamos nem um quilo perto da costa, só tem lama", alerta o presidente. Segundo Severino Gomes, a saída seria pescar em alto mar, mas os barcos não estão adaptados para grandes profundidades.

GALERIA DE IMAGENS

A facilidade de transmissão de doenças por meio da água poluída também preocupa os pescadores.



"É do mar que nós tiramos o sustento, mas a degradação acabou com a nossa fonte de renda", continua Luiz Medeiros. De acordo com o presidente, os mariscos rendiam mais um salário mínimo por mês e os peixes, cerca de três salários para cada pescador. "Mas hoje o dinheiro não chega a R\$ 200". A marisqueira Maria de Fátima Sena, 70, que sustenta 16 pessoas com a renda dos frutos do mar reclama da situação. "Eu estou vivendo com o dinheiro que recebo de lavagem de roupas, não encontro nenhum marisco".

O pescador Domício Marcos Filho, que também é dono de uma peixaria, está apelando para a revenda de peixes congelados para não comprometer o negócio. "Nós já chegamos a trabalhar

com quatro freezers, mas hoje os peixes são tão escassos que enchem apenas um", comenta. Domício também colocou o barco à venda. Segundo ele, os lucros não estão cobrindo os gastos com a manutenção e combustível da embarcação.

A facilidade de transmissão de doenças por meio da água poluída também preocupa pescadores e marisqueiros. "Quando tem muito esgoto, a tendência é acumular lama e isso dá coceira e micoses", explica Severino Gomes. Entre as marisqueiras, esquistossomose e infecção urinária são diagnósticos comuns. "Vendendo mariscos eu ganho R\$ 60 por semana, mas só os meus remédios custam R\$ 90", reclama a marisqueira Maria de Fátima das Dores, 56.

A Colônia de Pescadores de Paulista, formada por 600 trabalhadores, está movendo uma ação indenizatória contra a Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA). A reivindicação é para a construção de uma base de tratamento de água para o esgoto da cidade. "Isso não beneficia só os pescadores, mas também os banhistas", justifica Luiz Medeiros. Em nota, a COMPESA informa que visitou os pontos de lançamento de esgoto no mar. Segundo a companhia, nenhum dos locais apontados pelos pescadores se referem a esgotos decorrentes de sistemas operados pela Compesa. Uma audiência pública para discutir o tema está marcada para o dia 11 de agosto, na Câmara de Vereadores de Paulista

PALAVRAS-CHAVE

esgoto poluição janga pescadores marisqueiros

HOME/CIDADES/GERAL

» HOMENAGEM

Procissão marítima marca dia de São Pedro no Recife

A homenagem começa por terra, em frente a Colônia de Pescadores Z1, na Avenida Brasília Formosa, Zona Sul do Recife.

Publicado em 28/06/2015, às 15h57



Os devotos do santo padroeiro dos pescadores seguem pelas principais vias de Brasília Teimosa e depois entram nos barcos.

Foto: Edmar Melo/Arquivo JC Imagem

Do JC Online

Está marcada para as 14h desta segunda-feira (29), a Procissão Marítima de São Pedro, organizada por pescadores da Colônia Z1, em Brasília Teimosa, na Zona Sul do Recife. A procissão marca o dia de São Pedro, celebrado em 29 de junho, há mais de 50 anos. São esperados cerca de cinco mil fiéis para a homenagem.

A procissão começa por terra, em frente a Colônia Z1, na Avenida Brasília Formosa. Os devotos do santo padroeiro dos pescadores seguem pelas principais vias de Brasília Teimosa e depois entram, junto com a imagem de São Pedro, em embarcações de médio e pequeno porte. Nos barcos, tradicionalmente enfeitados para a festa, os fiéis seguem pela Bacia do Pina e vão até o final dos arrecifes, área também conhecida como Boca da Barra.

Após a procissão, apresentações culturais vão animar o público em um palco montado em frente à Colônia de Pescadores.

HOME/NACIONAL

» POLÍTICA

Dilma sanciona com vetos lei que altera regras do seguro desemprego

A medida faz parte do ajuste fiscal e o governo espera economizar com a redução da concessão de benefícios trabalhistas

Publicado em 17/06/2015, às 10h36



A medida faz parte do ajuste fiscal e o governo espera economizar com a redução da concessão de benefícios trabalhistas.

Foto: Roberto Stuckert Filho

Da ABr

A presidenta Dilma Rousseff sancionou, com vetos, a lei que torna mais rígidos os critérios de acesso ao seguro-desemprego, seguro defeso e abono salarial. A sanção foi publicada hoje (17) no Diário Oficial da União e a lei entra em vigor imediatamente.

A medida faz parte do ajuste fiscal e o governo espera economizar com a redução da concessão de benefícios trabalhistas.

A presidenta vetou dois pontos do texto aprovado pelo Congresso Nacional, entre eles o que trata do seguro-desemprego para o trabalhador rural.

Dilma vetou o Artigo 4º, segundo o qual teria direito ao benefício o trabalhador rural dispensado sem justa causa que comprovasse ter recebido salários relativos a cada um dos seis meses imediatamente anteriores à data de dispensa; ou ter sido empregado de pessoa jurídica ou de pessoa física a ela equiparada durante pelo menos 15 meses nos últimos 24 meses e não ter exercido atividade remunerada fora do meio rural no período aquisitivo, entre outras regras.

O motivo do veto, segundo Dilma, é que a medida resultaria em critérios mais restritivos para o trabalhador do campo, com “quebra de isonomia em relação ao trabalhador urbano”.

O outro veto está relacionado à concessão do abono salarial. A presidenta vetou a exigência de pelo menos 90 dias trabalhados no ano-base para ter direito ao benefício. A regra tinha sido incluída pelo governo e os senadores concordaram em mantê-la no texto para não atrasar a votação, diante do compromisso de Dilma em vetar a mudança de prazo na sanção.

Com o veto fica mantida a regra atual, que garante o pagamento do abono para quem trabalhar por pelo menos 30 dias no ano-base.

Na mensagem de veto, Dilma explica que a retirada do trecho foi negociada com o Congresso Nacional e diz que a eventual mudança no abono será analisada pelo Fórum de Debates sobre Políticas de Emprego, Trabalho e Renda e de Previdência Social, criado pelo governo em abril.

PALAVRAS-CHAVE

Dilma Rousseff seguro desemprego lei

HOME/CIDADES/CIÊNCIA/M.AMBIENTE

» PESCA

Pernambuco cria projeto de lei para regulamentar a pesca artesanal

Documento foi enviado nesta sexta-feira (5) para a Assembleia Legislativa do Estado

Publicado em 05/06/2015, às 15h29



Governador Paulo Câmara assina projeto de lei em evento no Palácio do Campo das Princesas

Foto: Sérgio Bernardo/JC Imagem

Com informações do governo do Estado

Incentivar o desenvolvimento sustentável da pesca artesanal e promover a gestão compartilhada dos recursos naturais. Essas são as diretrizes da Política Estadual da Pesca Artesanal, lançada pelo Governo de Pernambuco nesta sexta-feira (5), Dia Mundial do Meio Ambiente. Em ato com representantes do setor, no Palácio do Campo das Princesas, o governador Paulo Câmara assinou um projeto de Lei que será enviado à Assembleia Legislativa com o objetivo de regulamentar a atuação do Estado nessa área.

A medida foi a terceira anunciada pelo chefe do Executivo estadual, em menos de um mês, cujo escopo trata da preservação ambiental e do estímulo ao empreendedorismo por parte do setor. No dia 26 de maio, o Governo já havia enviado à Alepe outro projeto de Lei instituindo um conjunto de ações para preservar o meio ambiente. Entre elas, o incentivo, por parte do Estado, aos cidadãos que desenvolverem iniciativas nesse sentido. Já no último dia 29, foi lançado o programa PE Solar, cuja meta é estimular empresas locais a gerarem energia solar para consumo próprio.

"Pernambuco se desenvolve com a presença de indústrias; gera emprego e renda para a população. Mas temos, também, que garantir condições de trabalho para aqueles que querem proteger o meio ambiente e ter na pesca artesanal o seu meio de vida. Esse projeto de Lei

regulamenta os direitos e deveres dos pescadores. Regulamenta, ainda, o caminho que nós, enquanto Governo do Estado, temos pela frente", explicou Paulo.

A medida lançada no Dia Mundial do Meio Ambiente, 5 de junho, será gerenciada por um comitê composto por representantes da sociedade civil e do poder público. "Eu não tenho dúvida que estamos construindo uma política diferenciada. Uma política pública que vai garantir, cada vez mais, o aumento das práticas sustentáveis no Estado. Como governador, oriento a minha equipe nesse sentido; para que a tenhamos um processo de discussão permanente, que passe por todo o Estado olhando as características de cada região", pontuou Câmara.

APORTE

Dentro da política estadual, o Governo fará um investimento de R\$ 2 milhões para a criação das Unidades de Conservação nas áreas de populações que vivem da pesca artesanal.

Inicialmente, serão destinados recursos para a Área de Proteção Ambiental de Santa Cruz; para a Área de Proteção Ambiental de Guadalupe; Bacia do Pina (Ilha de Deus e Parque do Manguezais) e Reserva Extrativista Acaú Goiana. O aporte financeiro visa integrar as comunidades de pescadores às ações de monitoramento e proteção das unidades.

De acordo com o secretário de Meio Ambiente e Sustentabilidade, Sérgio Xavier, o governador não poupa esforços para reforçar a política ambiental do Estado. "Esse projeto de Lei veio acompanhado, hoje, de um anúncio importante. Mesmo com os atuais desafios econômicos, o governador Paulo Câmara já garantiu R\$ 2 milhões para que a gente possa tirar essa política do papel", comemorou o gestor. "Esse projeto vai no caminho certo: cuida do meio ambiente e das pessoas", completou Sérgio.

O governador também enalteceu a participação da sociedade na construção do projeto de Lei. "Uma legislação que trará muito mais segurança e fará com que a pesca artesanal seja um exemplo para o Brasil, com práticas sustentáveis e geração de emprego e renda", ressaltou Paulo Câmara.

PLANOS

A matéria ainda prevê a implantação do Plano de Assistência Técnica e Extensão da Pesca Artesanal, a ser executado pelo Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA). A iniciativa visa melhorar a produtividade, a rentabilidade e a eficiência do setor, para a obtenção da sustentabilidade econômica, social, cultural e ambiental. Além disso, estabelece a criação dos Sistema Estadual de Informações sobre a Pesca Artesanal, medida que vai promover a descentralização dos dados sobre o setor.

Para o secretário de Agricultura e Reforma Agrária, Nilton Mota, a medida mostra a unidade da gestão. "Essa política é um símbolo da integração do Governo, além da reiteração do compromisso do governador com os que vivem da pesca. Temos aqui um trabalho de parcerias em todos os segmentos, em favor do povo. As secretarias de Agricultura e Meio Ambiente, com as suas vinculadas, estão juntas para melhorar a qualidade de vida da população", salientou, lembrando que a questão da pesca no Estado está integrada com a área da agricultura familiar.

Representante da colônia de pescadores Z-10, localizada em Itapissuma, na Região Metropolitana, Joana Mousinho afirmou que as negociações para a formatação do projeto de Lei começaram em 2011, na gestão de Eduardo Campos. Joana se disse feliz com resultado da construção coletiva. "Uma política de grande importância para o setor, pois essa é uma luta nossa de muitos anos. Agora, com esse projeto de Lei, nós sabemos que vale a pena lutar pelos nossos direitos".

Os pescadores artesanais são responsáveis pela metade de toda a produção pesqueira do País. Em Pernambuco, o percentual chega a 70%. De acordo com dados do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), o Estado ocupa a 15ª posição nacional na produção de pescados. O último levantamento feito pelo MPA, em 2012, apontou a presença de 14 mil pescadores no Estado.

PALAVRAS-CHAVE

pescadores meio ambiente Pernambuco projeto de lei pesca artesanal

HOME/CIDADES/ CIÊNCIA/M.AMBIENTE

» DIA DO MEIO AMBIENTE

Pescadores lutam para conservar o mangue no Recife

No quarto dia da série em homenagem ao Dia Mundial do Meio Ambiente, conheça a história de pescadores que lutam para proteger o mangue

Publicado em 03/06/2015, às 09h30



Entre as ações já realizadas, está a plantação de mudas

Foto: Divulgação/Amigos do Mangue

Da Editoria de Cidades

O mangue sempre foi o lar da marisqueira Sandra do Nascimento. Ao longo dos seus 39 anos, cresceu observando os pais pescadores tirando do bioma o necessário para sobreviver. Hoje, exerce o mesmo trabalho sob a Ponte do Pina, Zona Sul do Recife, e luta para preservar o espaço onde vive, reflorestando e realizando limpezas periódicas com a ajuda de outros moradores do local. O desejo da população de proteger a natureza é marcante, mas falta apoio.

“Eu pego as sementes do chão e planto, ou então arranjo mudas através de parceiros. É muito bom ver reflorestadas áreas onde antes não tinha nada. Aqui na comunidade debaixo da Ponte do Pina, procuramos limpar, tirar o plástico que se agarra nas raízes, mas é difícil sem parceiros. Tiramos o nosso sustento da maré e, se não proteger, a tendência é acabar o marisco, o sururu e o peixe”, afirma a catadora, que vende o produto nas ruas do Recife para sustentar seis filhos e dois netos. “Nós não temos renda fixa, trabalhamos muito, por isso não temos condições de ajudar o tempo todo. A situação atual é muito triste, porque a área está cheia de lixo. Isso impede outras plantas de crescerem, e os animais morrem.”

O senso de proteção de Sandra e da comunidade começou com o projeto Amigos do Mangue, formado por pescadores de Brasília Teimosa e do Pina, que limpou a faixa de mangue ao longo do RioMar Shopping em 2011 e 2012, com apoio do Instituto JCPM. Na época, os

participantes retiravam cerca de 50 quilos de lixo por dia. Também realizavam ações de educação ambiental e de reciclagem.

O pescador Francisco Romeiro coordenou as ações e lamenta a falta de interesse da gestão pública em conservar o bioma. “Após a ação, até fizemos uma sementeira e plantamos cerca de 2.500 mudas. Muitos pescadores daqui tentam continuar o trabalho, mas falta apoio. O Recife é cortado por 90 canais, que trazem os resíduos. É preciso conservar, pois o ecossistema é importante para a cidade e para os pescadores. Uma planta de manguezal sequestra 250 toneladas de gás carbônico”, explica.

Atualmente, Francisco e Sandra planejam implantar projetos de proteção e conscientização, como a ecobarreira e turismo ambiental. “A barreira artificial pode ser feita até com garrafas PET e ajudaria a impedir que o lixo se agarre nas raízes. Precisamos da ajuda das autoridades para isso. No próximo verão, vamos fazer passeios de barco pelos manguezais do Recife. A viagem vai durar 2 horas e custará R\$ 25. Quando as pessoas conhecerem melhor, vão proteger o ecossistema”, relata Francisco.

PALAVRAS-CHAVE

dia mundial do meio ambiente conservação especial mangue pescadores

HOME/POLÍTICA/PERNAMBUCO

» PETISMO

Humberto Costa se queixa de senadores petistas contrários ao ajuste fiscal

Líder do PT diz que colegas têm visão "corporativa" e que Senado não vai pensar em interesses eleitorais

Publicado em 21/05/2015, às 19h50



Discurso em defesa do ajuste fiscal foi vaiado por integrantes da Força Sindical

Foto: Waldemir Barreto /Agência Senado

Paulo Veras

Um dia depois de o governo adiar a votação da primeira medida do ajuste fiscal no Senado por medo de que a proposta fosse derrotada, o senador Humberto Costa, líder do PT na Casa, se queixou dos colegas de partido Paulo Paim (RS) e Lindbergh Farias (RJ), que anunciaram que votariam contra o Planalto. Em entrevista à Rádio Jornal nesta quinta-feira (21), Humberto disse que os discursos de Paim e Lindbergh seguem uma visão "mais corporativa" e que o Senado Federal vai pensar mais no Brasil do que nos "interesses meramente eleitorais de cada um".

"Eu me lembro em 2003 quando Lula foi obrigado a tomar uma série de medidas amargas para equilibrar o País. Muita gente disse que ele tinha se convertido ao neoliberalismo, que estava

defendendo os interesses do setor financeiro. E foram os mesmos que dois ou três anos depois choravam para que o presidente Lula fosse defendê-los nos seus palanques eleitorais nas eleições estaduais", alfinetou ainda o pernambucano.

Humberto também criticou os manifestantes da Força Sindical que acompanharam a votação no Senado e vaiaram o discurso em defesa do ajuste. "Aqueles pessoas que estavam ali eram militantes profissionais, remunerados pela Força Sindical", afirmou. "São os maiores defensores desse processo de terceirização. Fazendo o jogo integral dos empresários. Sendo por eles financiados, inclusive", disparou.

Para o petista, que disse enfrentar as vaias com tranquilidade, os integrantes da Força Sindical estavam no Congresso para defender os interesses da oposição e não dos trabalhadores.

A votação da Medida Provisória que altera a concessão do seguro-desemprego, do abono salarial e do seguro-defeso para pescadores foi adiada para a próxima terça-feira (26).

Além de Paim e Lindbergh, outros integrantes de partidos aliados também anunciaram que votarão contra a proposta, como Cristovam Buarque (PDT-DF), Reggufe (PDT-DF), Roberto Requião (PMDB-PR), Hélio José (PSD-DF) e Marcelo Crivella (PRB-RJ).

PALAVRAS-CHAVE

humberto costa PT ajuste fiscal

[HOME/POLÍTICA/NACIONAL](#)

» CRÉDITO

Senado amplia limite para empréstimo subsidiado do BNDES

O novo teto do PSI, criado durante a crise financeira de 2009, será de R\$ 452 bilhões

Publicado em 19/05/2015, às 23h28



Texto segue agora para sanção ou veto da presidente Dilma Rousseff.

Foto: Roberto Stuckert Filho/ PR

Folhapress

O Senado aprovou na noite desta terça-feira (19), em votação simbólica, a medida provisória 663, que eleva em R\$ 50 bilhões o limite de empréstimos que podem ser feitos pelo BNDES com taxas subsidiadas pelo Tesouro Nacional. O novo teto do PSI (Programa de Sustentação do Investimento), criado durante a crise financeira de 2009, será de R\$ 452 bilhões.

O texto segue agora para sanção ou veto da presidente Dilma Rousseff.

A MP já havia passado pela Câmara, que modificou o texto original do governo. Entre as principais mudanças estão a destinação obrigatória de 30% dos empréstimos subsidiados do banco para as regiões Norte e Nordeste.

Outra emenda obriga o Ministério da Fazenda a divulgar o impacto das operações entre o Tesouro e o banco estatal nas contas públicas, juntamente com a metodologia de cálculo utilizada. Também será obrigatória a publicação dos valores inscritos em restos a pagar nas operações de equalização de taxa de juros.

Ficou marcada para esta quarta-feira (20) a votação no Senado da medida provisória 665, que muda as regras do seguro-desemprego, do abono salarial e do seguro defeso pescador. A MP que altera as normas das pensões por morte deve ser votada na próxima semana.

PALAVRAS-CHAVE

senado crédito BNDES

HOME/POLÍTICA/NACIONAL

» AJUSTE FISCAL

PDT diz votar contra MP 664 e entra na rota do Planalto

Ao se rebelar e não votar com o governo na MP 665, "efeitos colaterais" pipocam na base governista, causando cobrança e insatisfações

Publicado em 11/05/2015, às 08h00



Deputado federal admite dificuldade para construir apoio na votação da MP 664
JC Imagem

Carolina Albuquerque

Após a conturbada e apertada votação da MP 665, que mexe no seguro desemprego e abono salarial, o Planalto e as lideranças da base governista no Congresso Nacional terão que cuidar de uma “rebeldia” no arco de alianças: a promessa do PDT de não fechar questão a favor da MP 664, que deve entrar na pauta de amanhã. Essa medida provisória, que mexe em regras da Previdência, é o segundo item do “pacote” de ajuste fiscal enviado pela presidente Dilma Rousseff para conter a crise econômica. Um dos vice-líderes do governo deputado federal Silvio Costa (PSC) admitiu que o governo não está em “céu de brigadeiro” e que a votação poderá enfrentar muitas dificuldades com a base aliada.

“Vou falar amanhã (hoje) que o fato de o PDT, que tem um ministério, inclusive, não ter votado com o governo na MP 665 causou efeitos colaterais na base. Muitos parlamentares têm demonstrado insatisfações e cobrado que o governo aplique alguma punição. É aquela história: numa sala de aula, quando o professor não pune aquele aluno que se comportou mal, ele perde o controle sobre os outros”, confessou Silvio Costa.

No final de abril, o presidente do PDT, Carlos Lupi, disse em conversa com aliados que o “PT tinha roubado demais”, causando uma indisposição, ainda que abafada, com os petistas. Agora, a bancada federal do partido votou massiva contra a MP 665. Em reunião, logo em seguida, os parlamentares trabalhistas também decidiram não aprovar a MP 664, que muda significativamente as exigências para concessão do auxílio-doença e a pensão por morte. Já a 665 altera as regras de pagamento do seguro-desemprego, do abono salarial e do seguro-defeso para o pescador artesanal.

“A turbulência é grande. Lideranças de outros partidos têm dito que eles se desgastaram com a população (por votar em uma matéria que retira direitos trabalhistas), enquanto um partido da base fechou contra”, comentou Silvio Costa. Para ele, ou o PDT repensa sua posição em relação à votação da 664 ou terá que ser punido. “Quem derruba ministro não é o Congresso, é a presidente. Mas se ele votar contra, não vejo outra saída que não seja tirar o ministério do PDT”, opinou. Os dias de hoje e amanhã serão intensos no Congresso e no Palácio do Jaburu, de onde o vice-presidente Michel Temer faz as articulações políticas.

Apesar de prevista para entrar na pauta amanhã, Silvio Costa admite que pode ser que a votação da 664 seja adiada. “Ainda há tempo, pois ela não completou os 45 dias que faz com que a pauta fique trancada e a sua votação seja obrigatória”, explicou.

A vitória do Planalto no último dia 6 de maio na votação da MP 665 foi bastante apertada, com uma margem de 25 votos de diferença. Foi preciso, primeiro, convencer a própria bancada do PT a votar a favor, antes resistente ao pacote. Michel Temer também entrou em campo e conseguiu, nos bastidores, costurar o voto de membros da oposição, obtendo oito do DEM, sete do PSB e três do PV, sem os quais a vitória do Planalto seria ainda mais difícil.

Para a MP 664, o PSB, cuja bancada pernambucana votou toda contra a 665, já admite um clima mais favorável. “Ainda vamos nos reunir. Mas sinto um clima mais ameno e menos resistente. Tem muitos que concordam que corrige distorções na Previdência”, falou o líder do PSB, deputado federal Fernando Filho.

PALAVRAS-CHAVE

Dilma Rousseff ajuste fiscal PDT MP 664

POLÍTICA/PERNAMBUCO

» CÂMARA FEDERAL

Maioria da bancada pernambucana vota contra primeira medida do ajuste fiscal

PSB fez a diferença votando contra a mudança no seguro-desemprego. PTB foi favorável

Publicado em 07/05/2015, às 10h44



Sessão foi tumultuada e teve lançamento de dinheiro falso com rosto de Dilma e Lula no plenário

Foto: Gustavo Lima/Agência Câmara

Do JC Online

A maioria da bancada pernambucana votou contra o texto-base da Medida Provisória 665, primeiro ponto do pacote de ajuste fiscal encaminhado pela presidente Dilma Rousseff (PT) ao Congresso que foi aprovado nessa quarta-feira (6) pela Câmara Federal e dificulta o acesso ao seguro-desemprego. Dos deputados federais pernambucanos, 15 votaram contra a proposta, enquanto nove se mostraram favoráveis. Adalberto Cavalcanti (PTB) estava ausente.

Adotando uma postura de independência no plano federal, o PSB pesou para o resultado. Todos os seis deputados pernambucanos da legenda votaram contra a MP. O líder do partido na Casa, o pernambucano Fernando Filho (PSB), orientou que a bancada ficasse contra a medida, mas houve defecções em outras partes do País. "A posição da Executiva do partido é contrária. Em alguns pontos específicos nós podemos ficar favoráveis, mas a posição majoritária é contrária", disse Fernando Filho ao JC há dois dias.

Já a bancada do PTB-PE, partido que tem Armando Monteiro Neto como ministro do Desenvolvimento, votou unida a favor do pacote. Nacionalmente, a legenda estuda uma fusão com o oposicionista Democratas. Os deputados do PP, partido que apoia Dilma no governo federal e o governador Paulo Câmara (PSB) em Pernambuco, também apoiaram o ajuste. Lideranças do PP são investigados na Operação Lava Jato.

Votaram a favor da Medida Provisória 665: Anderson Ferreira (PR), Carlos Eduardo Cadoca (PCdoB), Eduardo da Fonte (PP), Fernando Monteiro (PP), Jorge Côrte Real (PTB), Luciana Santos (PCdoB), Ricardo Teobaldo (PTB), Silvio Costa (PSC) e Zeca Cavalcanti (PTB).

Ficaram contra o ajuste fiscal: Augusto Coutinho (SD), Betinho Gomes (PSDB), Bruno Araújo (PSDB), Daniel Coelho (PSDB), Fernando Filho (PSB), Gonzaga Patriota (PSB), Jarbas Vasconcelos (PMDB), João Fernando Coutinho (PSB), Kaio Maniçoba (PHS), Marinaldo Rosendo (PSB), Mendonça Filho (DEM), Pastor Eurico (PSB), Raul Jungmann (PPS), Tadeu Alencar (PSB) e Wolney Queiroz (PDT).

Governador

A posição da bancada do PSB se contrapõe ao pensamento do governador Paulo Câmara, que já se posicionou favorável ao ajuste, apesar de dizer ser contra alguns pontos. Em março, a presidente Dilma Rousseff reuniu todos os governadores do Nordeste e pediu a eles que apoiassem o ajuste porque disso dependia a capacidade da União de tocar obras nos Estados.

O texto-base votado ontem na Câmara altera as regras de concessão do seguro-desemprego, do abono salarial e do seguro-defeso para os pescadores profissionais, tornando mais difícil receber esses benefícios. O texto foi aprovado por 252 votos, contra 227. Alguns pontos ainda serão votados em destaque, como o trecho que determina quais os prazos para que os trabalhadores solicitem o seguro. A sessão foi tumultuada, inclusive com sindicalistas jogando notas de "ptrodollares", dinheiro falso estampado com os rostos de Dilma e do ex-presidente Lula (PT).

| Votação da MP 665 | | Edição de Artes/JC |
|-------------------------------|-------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------|
| Bancada de Pernambuco | | |
| SIM | 9 |  |
| Anderson Ferreira (PR) | Luciana Santos (PCdoB) | |
| Carlos Eduardo Cadoca (PCdoB) | Ricardo Teobaldo (PTB) | |
| Eduardo da Fonte (PP) | Silvio Costa (PSC) | |
| Fernando Monteiro (PP) | Zeca Cavalcanti (PTB) | |
| Jorge Côrte Real (PTB) | | |
| NÃO | 15 |  |
| Augusto Coutinho (SD) | Kaio Maniçoba (PHS) | |
| Betinho Gomes (PSDB) | Marinaldo Rosendo (PSB) | |
| Bruno Araújo (PSDB) | Mendonça Filho (DEM) | |
| Daniel Coelho (PSDB) | Pastor Eurico (PSB) | |
| Fernando Filho (PSB) | Raul Jungmann (PPS) | |
| Gonzaga Patriota (PSB) | Tadeu Alencar (PSB) | |
| Jarbas Vasconcelos (PMDB) | Wolney Queiroz (PDT) | |
| João Fernando Coutinho (PSB) | | |
| AUSENTE | 1 |  |
| Adalberto Cavalcanti (PTB) | | |

PALAVRAS-CHAVE

ajuste fiscal PSB paulo câmara MP 665 Congresso Nacional

HOME/POLÍTICA/NACIONAL

» MUDANÇA

Ministro da Previdência defende mudança nas regras do seguro-defeso

O seguro-defeso consiste no pagamento mensal de um salário-mínimo durante a paralisação das atividades de pesca por conta do período de reprodução

Publicado em 23/04/2015, às 16h55



Segundo o ministro, as regras atuais permitem que pessoas sem nenhuma relação com a pesca artesanal consigam acessar o benefício

Foto: José Cruz / Agência Brasil

Da ABr

O ministro da Previdência Social, Carlos Gabas, defendeu nesta quinta-feira (23) mudanças no pagamento do seguro-defeso. Segundo ele, as regras atuais permitem que pessoas sem nenhuma relação com a pesca artesanal consigam acessar o benefício.

O seguro-defeso consiste no pagamento mensal de um salário-mínimo durante a paralisação das atividades de pesca por conta do período de reprodução, na tentativa de garantir a manutenção das espécies.

“Se não tomarmos nenhuma medida, o programa fica inviável e isso é injusto com o trabalhador que precisa de subsistência no período do defeso”, disse o ministro, em audiência pública na Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e Amazônia da Câmara dos Deputados.

A Medida Provisória 665/14 traz requisitos mais rígidos para acessar o benefício, especialmente na comprovação da condição de pescador profissional que exerce a atividade de forma artesanal. O texto determina que os pescadores se dirijam aos postos do Instituto Nacional do Serviço Social (INSS), do Ministério do Trabalho ou à Superintendência da Pesca e Agricultura de seus estados para garantir o pagamento.

PALAVRAS-CHAVE Ministro da Previdência Social Carlos Gabas mudança seguro-defeso

HOME/ CIDADES/POLÍCIA

» PESCA PREDATÓRIA

Polícia Federal apreende 95 kg de lagosta em duas embarcações

Seis homens foram autuados pelo crime de pesca proibida

Publicado em 20/04/2015, às 13h08



O flagrante foi feito durante fiscalizações de rotina no Porto do Recife
PF/Divulgação

Do JC Online

Seis homens foram presos em flagrante, pela Polícia Federal, na noite do último sábado (18) por pesca irregular de lagosta no período de defeso – época em que há a reprodução da espécie, iniciada em dezembro do ano passado e que vai até o dia 1º de maio. Os detalhes da ação da PF foram divulgados nesta segunda-feira (20). O flagrante foi feito durante fiscalizações de rotina no Porto do Recife feitas pelo Núcleo Especial de Polícia Marítima e pela Delegacia de Meio Ambiente e Patrimônio Histórico. Em duas embarcações, foram apreendidos 95 kg de lagosta.

Também foram apreendidos equipamentos específicos para a pesca clandestina, como redes, mangueira, bomba de ar e botijão de gás, cuja utilização é proibida por lei para esse tipo de atividade. Durante a ação, os pescadores alegaram que praticavam a pesca irregular porque enfrentavam problemas financeiros. Depois do flagrante, foram levados para a sede da PF.

Caso sejam condenados, poderão pegar penas que variam de um a três anos de detenção. Três dos pescadores, após pagarem uma fiança de R\$ 400, foram levados para fazer exame de corpo de delito no Instituto de Medicina Legal (IML) e, em seguida, liberados. Outros três pagaram R\$ 800 para a liberação porque, além de cometerem o crime de pesca em período proibido, eles apresentaram resistência e agressividade durante a abordagem da PF.

O dono das duas embarcações foram multados com a multa mínima de R\$ 700 pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e R\$ 20 reais por cada quilo de lagosta apreendido. Toda a carga de lagosta foi doada para a Associação Espírita Casa dos Humildes, que fica no bairro de Casa Forte, na Zona Norte do Recife. Os barcos foram apreendidos e não podem ser usados para realizar qualquer atividade até que as medidas judiciais e administrativas do Ibama sejam sanadas. Os pescadores responderão pelos crimes em liberdade.

PALAVRAS-CHAVE

Polícia Federal lagosta Porto do Recife período de defeso pesca predatória

HOME/ ECONOMIA/ NACIONAL

» DEFESA

Ao STF, Dilma diz que benefícios trabalhistas não são imutáveis

O pacote fiscal muda regras para liberação do seguro-desemprego, do abono salarial, da pensão por morte e do seguro-defeso para pescadores artesanais, entre outros pontos

Publicado em 14/04/2015, às 15h40



A expectativa do governo de Dilma Rousseff com o ajuste fiscal é de uma economia de R\$ 18 bilhões neste ano

Foto: Isaac Amorim / AG MJ

Da Folhapress

Em informações encaminhadas ao STF (Supremo Tribunal Federal), a presidente Dilma Rousseff defendeu as medidas do ajuste fiscal que alteram as legislações trabalhista e previdenciária.

"[As ações] confundem os benefícios com seus critérios e requisitos de concessão. Os benefícios objeto das MPs continuam existindo. Os requisitos e critérios de concessão, manutenção e duração dos benefícios, podem e devem ser revistos, pois não estão acobertados pelo manto da intangibilidade. Não são imutáveis", diz o texto.

O pacote fiscal muda regras para liberação do seguro-desemprego, do abono salarial, da pensão por morte e do seguro-defeso para pescadores artesanais, entre outros pontos. A expectativa do governo é de uma economia de R\$ 18 bilhões neste ano.

Segundo o parecer elaborado pela Advocacia-Geral da União, as modificações não ferem a Constituição e foram promovidas para garantir o equilíbrio das contas da Previdência e incentivar o fortalecimento do mercado de trabalho.

O Solidarietà, a Força Sindical e a Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM) entraram, em fevereiro, com uma ação no STF questionando a legalidade das medidas provisórias assinadas por Dilma que mudam leis trabalhistas e previdenciárias e foram anunciadas como parte de um ajuste fiscal para equilibrar as contas.

As medidas estão em discussão no Congresso e o governo já fez aceno à base governista indicando que está disposto a fazer concessões e negociar pontos do texto. O gesto é tentar quebrar as resistências dos congressistas e garantir a aprovação das propostas.

Nas explicações enviadas ao tribunal, o governo argumenta que é preciso garantir uma boa gestão das contas da Previdência. Segundo dados repassados, os gastos no FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) com abono salarial e seguro-desemprego somaram R\$ 31,9 bilhões e R\$ 14,17 bilhões, respectivamente.

"As alterações promovidas não comprometem direitos sociais. Não se cuida de exclusão de direitos, e sim de aperfeiçoamento na concessão de benefícios, estabelecendo novos critérios, sem efeitos retroativos", diz o parecer.

"As alterações promovidas visam justamente à preservação do equilíbrio financeiro e atuarial do RGPS [Regime Geral de Previdência Social], e do Regime Próprio de Previdência da União. A falta de sustentabilidade dos regimes é que poderá resultar na vulneração dos direitos sociais, por carência de recursos", completou.

Na avaliação do governo, não poder alterar as normas para a liberação de benefícios seria absurdo.

"No âmbito do ordenamento jurídico constitucional brasileiro, apenas as cláusulas pétreas da Constituição estão acobertadas pela intangibilidade. Não é o caso de requisitos e critérios para concessão e manutenção de benefícios previdenciários. Seria uma extensão absurda de proteção. Equivaleria a uma hipótese de inderrogabilidade de norma infraconstitucional, sem precedente nem respaldo constitucional".

Outro ponto atacado pelo governo é que não se justifica pensão vitalícia para jovens, com expectativa de vida superior a 35 anos e com toda possibilidade de reinserção no mercado de trabalho.

Nas ações, que estão sob relatoria do ministro Luiz Fux, as centrais e o Solidariedade alegam ainda desrespeito ao princípio que veda o retrocesso social e que as medidas não respeitaram a exigência constitucional de urgência para serem editadas.

PALAVRAS-CHAVE

Dilma Rousseff Defesa ajuste fiscal

HOME/POLÍTICA/PERNAMBUCO

» MEMÓRIA POLÍTICA

Chapéu de Palha atravessa gerações políticas em Pernambuco

Programa, que começou com Miguel Arraes na década de 80, continua no governo Paulo Câmara

Publicado em 11/04/2015, às 13h20



Miguel Arraes é lembrado até hoje pela criação do Chapéu de Palha Acervo JC

Franco Benites

O governo estadual inicia nesta segunda-feira mais uma etapa do Chapéu de Palha na Zona da Mata Norte. Criado na década de 80 por Miguel Arraes em sua segunda gestão como governador (1986-1990), o programa atravessou gerações políticas. Em 2007, Eduardo Campos, neto de Arraes, reeditou a ação e agora Paulo Câmara (PSB) dá continuidade à

iniciativa. “O Chapéu de Palha é uma marca da gestão socialista no Estado”, destaca o secretário de Planejamento e Gestão, Danilo Cabral, responsável por executar o programa este ano.

Quando Miguel Arraes lançou o Chapéu de Palha ainda não havia o conceito de economia criativa, muitos dos empreendimentos instalados hoje em Suape sequer existiam e o número de usinas de cana-de-açúcar era bem maior. Dessa forma, o número de trabalhadores do setor sucroalcooleiro desempregados na entressafra da cana também era grande e foi justamente para atendê-lo que Arraes investiu no programa.

O atual da presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (Fetape), Doriel Barros relembra a época em que o Chapéu de Palha foi lançado. “O programa foi recebido com grande entusiasmo. Não é à toa que até hoje o homem do campo tem uma memória muito positiva de Arraes”, destacou.

O Chapéu de Palha surgiu inicialmente como uma ação emergencial para garantir uma renda extra aos trabalhadores na entressafra da cana, período que vai de maio a setembro. Em 2007, no governo Eduardo, o programa virou lei (Lei Estadual nº 13.244/2007). A gestão socialista, inclusive, foi premiada em 2012 devido ao Chapéu de Palha Mulher. A premiação foi concedida pela Organização das Nações Unidas em reconhecimento à iniciativa de inclusão social do Estado.

“Hoje se fala muito do Bolsa Família, mas Arraes lá atrás fazia um programa de distribuição de renda para garantir a dignidade dos trabalhadores da cana no período de entressafra. É motivo de orgulho dar sequência a esse trabalho”, afirmou Danilo.

Programa atua em novas frentes

A reedição do Chapéu de Palha em 2007 ocorreu no dia 4 de maio em dois eventos, sendo um na Mata Sul (Ribeirão) e outro na Mata Norte (Paudalho). Na época, a Fetape estimava que 60 mil trabalhadores precisavam do benefício, mas inicialmente o governo estadual ajudou apenas um terço desse total. O projeto passou a funcionar de forma complementar ao Bolsa Família, modelo usado até hoje. O que mudou de lá para cá é o fato do Chapéu de Palha não ter ficado restrito apenas aos canavieiros.

“Com Eduardo, o governo incorporou ao Chapéu de Palha os setores da fruticultura no Sertão do São Francisco e da pesca artesanal”, enfatiza o secretário de Planejamento e Gestão, Danilo Cabral, reforçando que na gestão Paulo Câmara (PSB) o programa continuará atuando em frentes diversas.

De acordo com dados da Secretaria de Planejamento, de 2007 até 2014, o Chapéu de Palha beneficiou 231 mil trabalhadores da zona canavieira. Os dados da versão voltada à fruticultura irrigada apontam para 82 mil contemplados (2009 a 2014). Já o modelo criado para a pesca artesanal alcançou, de 2012 ao ano passado, 24 mil pessoas.

Os trabalhadores da Zona da Mata que conseguirem o benefício do Chapéu de Palha este ano ganharão quatro parcelas de até R\$ R\$ 246,45 complementar ao valor recebido pelo programa Bolsa Família. Os beneficiários ainda poderão escolher um dos cursos oferecidos pelo governo estadual em áreas diversas.

O presidente da Fetape, Doriel Barros, afirma, no entanto, que atualmente o programa está abaixo das expectativas dos trabalhadores. “O programa tem uma importância para o nosso povo, mas governo Eduardo poderia ter avançado mais”, critica.

Para Doriel, o Chapéu de Palha deve passar por mudanças e uma das mais urgentes é a vinculação com o Bolsa Família. “Hoje tem família que recebe R\$ 100. Na época de Arraes, o benefício era de meio salário mínimo. O valor diminuiu”, diz. (F.B).

PALAVRAS-CHAVE

miguel arraes Eduardo Campos paulo câmara chapéu de palha

HOME/ ECONOMIA/NACIONAL

» TRABALHO

A partir desta quarta, empregador terá de pedir seguro-desemprego pela internet

O sistema dará mais velocidade à entrega do pedido, além de garantir a autenticidade dos dados e possibilitar o cruzamento de informações sobre os trabalhadores em diversos órgãos

Publicado em 01/04/2015, às 08h37



As empresas deverão preencher os requerimentos apenas por meio do aplicativo Empregado Web, disponível no Portal Mais Emprego, do ministério do Trabalho

Foto: USP Imagens

Da ABr

A partir desta quarta-feira (1º), os empregadores só poderão preencher o requerimento do seguro-desemprego e de comunicação de dispensa de trabalhadores por meio da internet. A medida pretende tornar mais rápido o atendimento e dar maior segurança às informações sobre os empregados, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Antes, a documentação era preenchida pela empresa (em guias verde e marrom) e entregue pelo trabalhador na hora de requerer o benefício. Esses formulários impressos não serão mais aceitos.

Com a resolução do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador, as empresas deverão preencher os requerimentos apenas por meio do aplicativo Empregado Web, disponível no Portal Mais Emprego, do ministério. O dispositivo online já era utilizado, mas passou a ser obrigatório.

De acordo com o MTE, o sistema dará mais velocidade à entrega do pedido, além de garantir a autenticidade dos dados e possibilitar o cruzamento de informações sobre os trabalhadores em diversos órgãos, facilitando consultas necessárias para a liberação do benefício.

Segundo o ministro do Trabalho, Manoel Dias, todos os serviços prestados aos empregadores e trabalhadores já estão informatizados. “Estamos incluindo a biometria no recebimento do fundo de garantia, para garantir que não haja fraudes. São 12 programas que desenvolvemos, culminando até o final do ano com um cartão eletrônico. A carteira de trabalho passaria a ser, então, um cartão eletrônico”, adiantou o ministro.

Em uma agência de atendimento ao trabalhador em Brasília, a medida não era conhecida por todos e dividiu opiniões. Apesar de trabalhar no departamento de recursos humanos de uma empresa, Camila Moura ainda não sabia das mudanças. Ela acredita que a resolução vai acelerar o processo de requerimento do seguro-desemprego.

“Não tem nenhum cartaz com o aviso, nenhum atendente informou que iria ter essa mudança e as empresas não receberam um comunicado sobre isso. Mas eu acho positivo, porque tem gente passa muito tempo na fila e vai ficar mais rápido”, disse Camila.

O lavrador Evandro de Castro, que estava solicitando o seguro-desemprego, já sabia das mudanças. “É uma facilidade a mais para o trabalhador e para a empresa, mas não poderia ser obrigatoriamente pela internet, porque algumas pessoas não têm e não sabem usar”, afirmou.

No final de fevereiro, novas regras de concessão do seguro-desemprego entraram em vigor. A Medida Provisória (MP) 665 estabeleceu que tem direito ao seguro-desemprego o trabalhador dispensado que comprove ter recebido salário há pelo menos 18 meses nos últimos 24 meses imediatamente anteriores à data do desligamento, na primeira solicitação. Pela legislação anterior, esse prazo era seis meses. Na segunda solicitação, a exigência cai para um ano e a partir da terceira vez, não há alteração.

A MP 665 também alterou regras para o seguro-desemprego de pescador artesanal e do abono salarial. Já a MP 664 alterou regras sobre os benefícios de auxílio-doença e pensão por morte. As medidas ainda precisam ser votadas pelo Congresso Nacional.

PALAVRAS-CHAVE

empregadores seguro-desemprego solicitação internet

HOME/POLÍTICA/NACIONAL

» AJUSTE FISCAL

Ministro da Previdência defende recuo em regra do seguro defeso

O seguro defeso é pago aos pescadores artesanais durante o período do defeso

Publicado em 03/03/2015, às 20h15



Foto: Antonio Cruz/ABr

Folhapress

O ministro da Previdência, Carlos Gabas, afirmou nesta terça-feira (3) que quer discutir dentro do governo federal um recuo no pacote de ajuste fiscal enviado ao Congresso, especificamente em relação às regras para o seguro defeso (espécie de seguro-desemprego pago aos pescadores).

O seguro defeso é pago aos pescadores artesanais durante o período do defeso, no qual fica proibida a pesca de determinadas espécies para sua preservação. Pela medida provisória do ajuste fiscal, o pescador fica impossibilitado de acumular um seguro defeso com outros benefícios.

Gabas, porém, sinalizou que o governo pode flexibilizar essa regra e permitir o acúmulo do seguro defeso com o Bolsa Família. O ministro ressaltou que esse é um posicionamento pessoal dele.

"O Bolsa Família é pago inclusive para pessoas que têm carteira assinada, porque o critério do Bolsa Família é renda, não é se a pessoa está trabalhando ou não. Então o que nós vamos ter que olhar é se o seguro defeso, em relação à quantidade de pessoas na família e à renda, atinge

a possibilidade de receber ou não o Bolsa Família", disse o ministro, durante audiência com a bancada do PR na Câmara para explicar as medidas do ajuste fiscal.

Ele disse, porém, que o pescador ficar impossibilitado de acumular dois seguros defesos, cada um referente a diferentes espécies. Essa regra já está prevista na medida provisória, enviada no fim do ano passado pelo governo ao Congresso com o objetivo principal de economizar R\$ 18 bilhões por ano.

PALAVRAS-CHAVE

BENEFÍCIOS Carlos Gabas PREVIDÊNCIA

HOME/POLÍTICA/NACIONAL

» GOVERNO

PSD promete apoio a ajuste fiscal do governo no Congresso

Pacote de medidas não está terminado e está aberto a sugestões dos parlamentares

Publicado em 25/02/2015, às 10h06



Medidas já receberam dezenas de emendas no Congresso e são alvo de polêmicas e disputa política

Foto: André Vargas/Fotos Públicas

Do JC Online

Após conversa da equipe econômica do governo federal com integrantes do PSD na casa do líder da bancada, Rogério Rosso (DF), o PSD se comprometeu a apoiar no Congresso o ajuste fiscal com mudanças em leis trabalhistas e previdenciárias.

Rosso, porém, ressaltou que, pela conversa, o pacote de medidas "não está fechado" e está aberto a sugestões dos parlamentares. "Nós do PSD vamos estar apoiando e trabalhando para resolver essa situação", afirmou o senador Omar Aziz (PSD-AM).

As medidas já receberam dezenas de emendas no Congresso e são alvo de polêmicas e disputa política, mas o Planalto quer preservar a essência do pacote, que muda regras para concessão de seguro-desemprego, abono salarial, pensão por morte e seguro-defeso para pescadores artesanais. A economia prevista é de R\$ 18 bilhões neste ano.

O ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, disse ser normal a apresentação das emendas, mas defendeu o posicionamento do governo. "Propusemos as medidas do tamanho que achamos necessário. Estamos apresentando argumentos que justifiquem a dosagem dessas medidas", afirmou Barbosa à imprensa, após a conversa com o PSD.

A reunião contou com o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, o ministro de Relações Institucionais, Pepe Vargas (PT), e o ministro das Cidades, Gilberto Kassab (PSD).

Barbosa disse que haverá ainda um encontro formal com a bancada do PT no Congresso para que sejam discutidas as medidas.

PALAVRAS-CHAVE

PSD congresso ajuste fiscal

CIDADES/ CIÊNCIA/M.AMBIENTE

» MEIO AMBIENTE

Baronessas se propagam no Rio Capibaribe

Poluição é um dos principais fatores para a proliferação

Publicado em 29/01/2015, às 09h18



Foto: Alexandre Gondim/JC Imagem

Da editoria de Cidades

As águas do Rio Capibaribe amanheceram cobertas por um grande tapete verde formado por baronessas na última quarta-feira (28). A planta aquática podia ser vista por quilômetros ao longo do curso d'água. Aos olhos, a imagem de um dos principais cartões-postais do Recife tomado pelo verde pode parecer bonita, mas os especialistas afirmam que o aparecimento da espécie no Capibaribe acende um alerta, já que um dos principais fatores para a propagação da planta é a poluição.

As baronessas (*Eichornia crassipes*), também conhecidas como aguapé, são comuns em ambientes como o Pantanal Mato-grossense, que é marcado por fluxos de cheia e seca. Elas estão espalhadas em ambientes quentes do mundo inteiro e têm se tornado cada vez mais frequentes nas águas do Capibaribe. E, apesar de servir como abrigo e ninho de organismos aquáticos e também como alimento de alguns tipos de animais, a planta acaba causando desequilíbrio no ecossistema.

“As baronessas se proliferam rapidamente e podem cobrir toda a superfície de um corpo d'água. Elas impedem a passagem da luz e diminuem a quantidade de oxigênio no ambiente. Desta forma, os peixes acabam morrendo por falta de oxigênio”, explica a professora Karine Magalhães, do Departamento de Biologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

Segundo a bióloga, os poluentes orgânicos e os detritos que são despejados no rio são uma das principais causas para a propagação desses vegetais, que possuem propriedades filtrantes e uma grande capacidade de armazenamento em seus tecidos. “Essa espécie se alimenta desse tipo de nutriente. Os esgotos que são despejados no rio é a principal porta de entrada para este material. Quanto mais nutriente, mais rápido acontece a proliferação”, afirma Karine Magalhães. A

bióloga também explica que a elevação do nível da água, principalmente nos períodos de chuva, também favorece o aumento da reprodução das plantas que, por meio da dispersão, tentam se propagar em outros ambientes. O Açude de Apipucos, na Zona Norte, tem ligação com o Capibaribe e também está tomado pela espécie.

Além de prejudicar o equilíbrio do ecossistema, as plantas dificultam a navegabilidade do Rio Capibaribe e também atrapalham a prática da pesca. “Tem muita planta no rio e isso prejudica a pesca. A gente não consegue pegar nada porque o anzol fica preso”, explica Gerlan Paixão, 41 anos.

Para a professora Karine Magalhães, o ideal é que haja um controle dessas populações. “É preciso fazer a retirada completa da espécie e realizar um monitoramento constante da área para evitar o reaparecimento”, avalia.

PALAVRAS-CHAVE

meio ambiente Rio Capibaribe açude baronetas

HOME/CIDADES/GERAL

» RMR

Tubarão é capturado por pescadores em Olinda

O animal, da espécie cabeça-chata, estava a 2 quilômetros da orla, em seu ambiente natural

Publicado em 15/01/2015, às 09h23



Foto: @sauloamaral/ Twitter

Do JC Online

Um tubarão foi retirado do mar por pescadores no bairro de Rio Doce, em Olinda, Grande Recife, na manhã desta quinta-feira (15). O animal, da espécie cabeça-chata, tinha 2,5 metros e pesava cerca de 200 kg.

A primeira informação era de que o animal teria se enroscado no material dos pescadores a 350 metros da orla, mas o Comitê Estadual de Monitoramento de Incidentes com Tubarões (Cemit) informou que o animal estava, na realidade, a cerca de 2 quilômetros da praia, em seu ambiente natural. "É importante frisar que o tubarão, mesmo sendo de uma espécie agressiva, foi capturado no ambiente dele, longe de oferecer riscos aos banhistas e surfistas", informou o secretário do Cemit, Coronel Bastos.

O animal foi retirado do mar por três pescadores, que exibiram o peixe pendurado em uma árvore. A imagem impressiona pelo tamanho do tubarão, bem maior que as pessoas no local. Confira a imagem disponibilizada por oficiais da Polícia Militar.

De acordo com o Cemit, a presença de tubarões na costa pernambucana é comum, mas nem todas as espécies são perigosas. "Existem espécies que não oferecem riscos aos banhistas e surfistas, e não chamam a atenção do Cemit", explicou o presidente do Comitê, coronel Ramalho.

Segundo o presidente, a área do bairro de Rio Doce não é considerada imprópria para a prática de esportes marítimos. "A área de risco compreende as praias de Itapuama, no Cabo de Santo Agostinho, até o bairro de Bairro Novo, em Olinda. Rio Doce nunca apresentou registros de ataques ou presença de espécies perigosas", explicou.



PALAVRAS-CHAVE

tubarão olinda rio doce pescadores

HOME/CIDADES/CIÊNCIA/M.AMBIENTE

» SEMANA DO MEIO AMBIENTE

Espaço Ciência faz apelo para preservar manguezal

Instituição e parceiros recolheram cinco toneladas de detritos no mangue existente no lugar. Material ficará exposto durante esta semana

Publicado em 01/06/2015, às 07h01



Detritos poluem o Canal Derby-Tacaruna e o manguezal do Espaço Ciência
Alexandre Gondim/JC Imagem

Do JC Online

A beleza do manguezal que enfeita o Espaço Ciência, localizado entre o Recife e Olinda, é sucessivamente maculada pelo lixo despejado no Canal Derby-Tacaruna. Por isso, o museu resolveu abrir as comemorações da Semana do Meio Ambiente, nesta segunda-feira (1º) com uma provocação. Ao lado dos sacos cheios de entulhos, coletados durante as duas últimas

semanas e empilhados na cerca que separa o espaço da Avenida Agamenon Magalhães, foi posta uma faixa com os dizeres: “Lixo no manguezal. É seu?”.

“Esperamos que alguém pegue e leve”, diz o diretor do Espaço Ciência, Antonio Carlos Pavão. Ele conta que, com a ajuda de parceiros, o museu recolheu mais de 100 sacos grandes de lixo. O mangue estava sufocado com plásticos e garrafas PET, principalmente. “O ato não é exatamente uma provocação, mas um grito de alerta, uma manifestação em defesa do meio ambiente. Queremos o canal limpo”, explica Pavão.

Ele informa que, durante esta semana, o Espaço Ciência vai promover uma oficina para analisar o material coletado, ver o que pode ser reaproveitado e propor soluções com a ajuda dos presentes. “Nós não produzimos esse lixo, mas ficamos com ele”, lamenta.

O lixo no canal que corta o museu científico já se tornou problema crônico, mas parece não sensibilizar a Empresa de Manutenção e Limpeza Urbana do Recife (Emlurb). A última faxina foi feita há mais de cinco anos pelo Espaço Ciência com a colaboração de pescadores que costumam deixar seus barcos atracados ali. Mais de cinco toneladas de entulhos foram recolhidos. A colaboração da Emlurb se resumiu a oferecer contêineres para depositar os resíduos. “Eu atribuo a responsabilidade às três esferas de poder, destacando os municípios do Recife e Olinda, já que o canal fica no limite entre as duas cidades”, declara Pavão. “É preciso uma ação emergencial para conter a poluição.”

Como o canal tem uma comporta para controlar o fluxo da água, evitando o alagamento da Avenida Agamenon Magalhães, o lixo forma um aglomerado que fica circulando entre essa barreira e a Escola de Aprendizes Marinheiros. “Se houvesse uma ação para recolher esses entulhos, a qualidade da água melhoraria muito”, acredita o diretor.

GALERIA DE IMAGENS



Além da oficina do lixo, o Espaço Ciência vai oferecer outros nove workshops científicos. Os parceiros Greenpeace, Asa Indústria, Parque de Dois Irmãos e Fafire também vão desenvolver várias atividades no museu de hoje (1º) até sexta-feira (5), exceto a quinta por causa do Dia de Corpus Christi. Nesse dia, o museu ficará aberto apenas para visitação. Todas as atividades são gratuitas e realizadas das 8h às 12h e das 13h às 17h. “Nós queremos que esse trabalho de educa o ambiental não se esgote nessa semana. Esperamos que dure o ano todo para conscientizar a popula o”, finaliza Pavão.

PALAVRAS-CHAVE

Semana do Meio Ambiente Espaço Ciência manguezal lixo

2014

HOME/CIDADES/CIÊNCIA/M.AMBIENTE

» BACIA DO PINA

Pesquisadores analisam forma o vegetal na Bacia do Pina

Algas ocupam uma área equivalente a dez hectares na Bacia do Pina, na altura do Cais José Estelita; formação vegetal também foi identificada perto da Ponte do Limoeiro e do Palácio do Campo das Princesas

Publicado em 04/12/2014, às 17h30



Pesquisadores coletam amostras da vegetação para análise.

Foto: Hélia Scheppa

Do JC Online

Uma formação vegetal que ocupa uma área equivalente a dez hectares na Bacia do Pina, na altura da Ponte Paulo Guerra e do Cais José Estelita, no Cabanga, Zona Sul do Recife, está chamando a atenção de quem passa pelo local. De longe, parece apenas uma ilhota coberta por capim, mas, na verdade, oculta uma rica biodiversidade, gerada por um possível desequilíbrio ambiental. Ontem, uma equipe de especialistas recolheu amostras. Uma análise inicial identificou algas verdes (Chlorophyta) arraigadas sobre um banco de areia já existente na região, que se proliferam em locais poluídos. Porém, há outra espécie ainda não identificada.

De acordo com relatos de pessoas que trabalham no Catamaran, a formação vegetal começou a aparecer há quatro meses. Apesar da suspeita de poluição elevada, as plantas favoreceram a proliferação de moluscos, do tipo sururu, que atraíram aves, como garças, e os pescadores da região.

GALERIA DE IMAGENS

Formação vegetal começou a aparecer há quatro meses na Bacia do Pina na altura do Cais José Estelita



A professora e doutora em botânica, Paula Fortunato, explica que é preciso acompanhar a “ilhota” para saber se é uma coisa pontual ou permanente. “Ainda não é possível saber o que causou o aparecimento das algas, há relatos de fenômenos parecidos no Rio Grande do Sul e em Salvador, chamados de maré verde. A proliferação dessas plantas não é incomum nesta região de estuário, onde o mar e o rio se encontram. O que surpreende é o tamanho da área ocupada e das plantas. Encontramos uma alface-do-mar do gênero ulva, uma bio indicadora de poluição. Era enorme, muito superior ao tamanho normal. Alguma taxa deve estar em desequilíbrio”, explica.

PALAVRAS-CHAVE bacia do pina estuário Cais José de Estelita Vegetação algas

HOME/CIDADES/CIÊNCIA/M.AMBIENTE

» FAUNA AQUÁTICA

Rio Capibaribe, mesmo poluído, é o refúgio de 90 espécies de animais

Levantamento da diversidade de bichos que habitam o rio faz parte do projeto do Parque Capibaribe - Caminho das Capivaras

Publicado em 09/11/2014, às 08h08



Capivaras foram avistadas no trecho do rio que se estende da Várzea ao Centro do Recife
Foto: Clemilson Campos/JC Imagem/14-05-2013

Cleide Alves

Não se engane com a cor, o cheiro e a aparência do Rio Capibaribe nos 30 quilômetros que se estendem da Várzea ao Centro do Recife, considerando 15 quilômetros em cada uma das margens. Pelo menos sete espécies de répteis, nove de mamíferos, 40 de aves, dez de crustáceos-moluscos e 24 de peixes habitam o Capibaribe e sua orla, desafiando poluição e lixo.

O levantamento da fauna (não da quantidade, mas da diversidade, feito por amostragem) é uma das etapas do projeto do Parque Capibaribe – Caminho das Capivaras, área de lazer prometida pela prefeitura para esse trecho do rio. De março a junho de 2014, pesquisadores percorreram a região e avistaram raridades como a garça-azul (*Egretta caerulea*), difíceis de serem observadas porque a população é rarefeita, atrás do Palácio do Governo, no Centro.

Em uma das expedições, os biólogos presenciaram o nascimento de capivaras (*Hydrochoerus hydrochaeris*) dentro de um bueiro, perto do Parque de Santana, na Zona Norte. Maior roedor do mundo, é ele quem dá nome ao rio. Capibaribe, na língua tupi, significa rio das capivaras. Grupos de quatro a seis mamíferos foram vistos da Várzea à foz, para surpresa dos pesquisadores.

Herbívoras, as capivaras se alimentam de gramíneas e ficam mais visíveis no fim da tarde ou no começo da manhã, quando saem em busca de comida. Os animais foram registrados até na água salobra.

O Capibaribe abriga jacaré-de-papo-amarelo (*Caiman latirostris*), réptil ameaçado de extinção; lontra (*Lutra longicaudis*); a minúscula andorinha-do-rio (*Tachycineta albiventer*); e ninhais onde a vegetação é castigada. A despeito do esgoto sem tratamento despejado no rio, há peixes como camurim (*Centropomus spp.*) e carapeba (*Eugerres brasiliensis*) em toda a extensão do futuro parque.

“Começamos o trabalho com a ideia de um rio semimorto e não há nada mais vivo do que o Capibaribe, encontramos um refúgio de animais”, destaca Maria Adélia Oliveira, professora da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Ela divide o estudo com outros quatro biólogos da Universidade Federal de Pernambuco, Parque Estadual Dois Irmãos e Centro de Manejo de Fauna da Caatinga (Cemafauna).

É no bairro da Várzea, na Zona Oeste, onde se concentra a maior diversidade de bichos. “Isso acontece porque a Várzea ainda preserva áreas de mata consideráveis”, comenta Leonardo Melo, biólogo do Parque Estadual Dois Irmãos. Nos bairros da Iputinga, Cordeiro, Torre, Madalena, Ilha do Retiro e Ilha Joana Bezerra, mais urbanizados, quase não se vê peixes e mamíferos.

“As capivaras estão em todo canto porque se aproveitam dessa urbanização. Elas se escondem na vegetação do mangue e por trás dos muros dos edifícios construídos na beira do rio”, diz ele. Com a vantagem de voar e de deslocar pelas árvores da beira do rio e das praças próximas, as aves também estão presentes em todo o percurso.

No entendimento de Leonardo Melo, o parque possibilitará o reencontro da cidade com o rio. “Nós, moradores do Recife, somos todos ribeirinhos. O projeto permitirá não só a contemplação da fauna, mas o resgate da identidade. As pessoas vão se identificar com o pescador que sacode a tarrafa de cima da ponte e com as meninas que catam marisco no Capibaribe, porque faz parte da nossa vida”, declara.

Nós, moradores do Recife, somos todos ribeirinho. O projeto permitirá não só a contemplação da fauna, mas o resgate da identidade diz Leonardo Melo, biólogo do Parque Dois Irmãos.

A diversidade de animais, de acordo com Maria Adélia e Leonardo, pode ser maior. “Fizemos um diagnóstico rápido, consultando especialistas, para subsidiar os arquitetos que irão propor intervenções nas margens do Capibaribe.” O parque prevê áreas de convivência ao longo do rio, interligando as praças vizinhas ao curso-d’água, além de ações para melhorar a mobilidade.

“É um projeto com dimensão urbanística e ambiental. Uma das propostas é restabelecer as margens do Capibaribe com vegetação nativa de mata atlântica e devolver as condições ambientais adequadas à vida dos animais. Com o plantio de árvores, vamos oferecer mais opções para as aves se espalharem, porque estaremos reduzindo a falta de comunicação entre o rio e as praças”, reforçam os biólogos.

Para Maria Adélia, a cidade pode, sim, voltar os olhos para o Capibaribe na situação em que ele se encontra agora. “A população pobre já usa o rio, no dia a dia, com atividades de pesca e também para o lazer”, afirma a professora.

PALAVRAS-CHAVE

capivara Parque Capibaribe Recife fauna Rio Capibaribe

HOME/CIDADES/GERAL

» PESCADORES

Brasília Teimosa recebe palestra sobre perigos de acidentes com animais marinhos

Equipe do Ceatox-PE vai orientar pescadores sobre como agir em casos de acidente

Publicado em 26/09/2014, às 12h45

Do JC Online

A equipe do Centro de Assistência Toxicológica de Pernambuco (Ceatox-PE) promove, nesta sexta-feira (26), às 15h, uma palestra na Colônia de Pescadores do bairro de Brasília Teimosa, Zona Sul do Recife, para alertar os moradores do perigo de acidentes com animais marinhos. A ação conta com a presença de pesquisadores de universidades e instituições de São Paulo. No sábado (27), o Ceatox-PE promove a palestra em Tejucupaco.

Entre 2005 e 2014, o Estado registrou 109 acidentes do tipo. Apesar do baixo número, as situações podem levar à morte, como no caso de uma criança de 1 ano e 11 meses que morreu após comer um baiacu em Goiana, Zona da Mata de Pernambuco, em 2010. O peixe, que é tóxico, mantém as toxinas mesmo após o congelamento.

As principais incidências envolvendo animais marinhos foram com água-viva (41), niquim (24), arraia (12), peixe-pedra (11) e bagre (10). No caso de acidentes com arraia, o ferrão do peixe pode ficar preso na pessoa, sendo necessária intervenção cirúrgica.

PALAVRAS-CHAVE

Ceatox Brasília Teimosa ACIDENTES animais peçonhentos

HOME/CIDADES/ GERAL

» ACIDENTE

Dois homens morrem afogados em Sirinhaém

Pescadores resgataram um dos jovens com a ajuda de redes de pesca

Publicado em 01/08/2014, às 14h39

Do JC Online

Atualizada às 16h20

Dois homens morreram afogados na tarde desta sexta-feira (1º) em uma praia em Sirinhaém, no litoral Sul de Pernambuco. Os dois trabalhavam em supermercados em Jaboatão dos Guararapes, no Grande Recife, e aproveitavam um dia de folga com amigos de trabalho.

Um deles, identificado apenas como Charles, 22 anos, estava tomando banho no mar, nas proximidades da Colônia dos Pescadores quando começou a se afogar. O seu amigo, Lucinaldo, 25, tentou realizar o resgate, mas terminou também se afogando.

Ao perceber o afogamento, o grupo de amigos que acompanhavam os jovens pediu ajuda aos pescadores da área. Redes de pesca foram utilizadas no resgate do primeiro homem.

Por volta das 15h40 o corpo do segundo jovem foi encontrado na areia da praia, há cerca de 200 metros do local do afogamento. O Corpo de Bombeiros foi acionado, mas quando chegou ao local por volta das 16h, os dois corpos já foram encontrados.

A polícia Militar foi ao local e acionou o Instituto Médico Legal (IML). Familiares das vítimas foram avisadas pelos amigos e se deslocaram para o local do acidente. O grupo que acompanhava os dois rapazes foram à Delegacia de Sirinhaém para prestarem depoimento.

PALAVRAS-CHAVE

acidente

HOME/CIDADES/GERAL

» FESTEJOS JUNINOS

No Recife, procissão de São Pedro encerra ciclo junino

Cortejo em homenagem ao padroeiro dos pescadores acontece a partir das 14h deste domingo (29)

Publicado em 29/06/2014, às 12h00

Do JC Online

Para marcar a despedida do ciclo junino no Recife, acontece neste domingo (29) a tradicional Procissão Terrestre-Fluvial de São Pedro, em homenagem ao santo padroeiro dos pescadores. A procissão é uma iniciativa da colônia de pescadores da Brasília Teimosa, na Zona Sul do Recife, e acontece há mais de 50 anos.

O cortejo está previsto para ter início às 14h, com saída da capela da comunidade. O percurso deve seguir pelos seguintes pontos: Rua Marechal Hermes, segue pela Eduardo Jorge, Comendador Moraes, depois Rua Dagoberto Pires, Rua Arabaiana e por fim Rua Delfim, até a creche em frente ao porto de Brasília Teimosa.

A expectativa é que cerca de 30 embarcações acompanhem a procissão, que deve ser acompanhada em terra por aproximadamente 3 mil pessoas. O retorno do cortejo está previsto para às 17h.

A partir das 19h, haverá apresentações de coco e ciranda com Sereias Teimosas, Ciranda Dengosa, Mestra Ana Lúcia e Raízes do Coco e Israel Filho e Michelle Monteiro e Banda. Para fechar a noite com chave de ouro, Santanna, O Cantador, promete um show com muito forró, a partir das 23h.

PALAVRAS-CHAVE

ciclo junino festejos juninos São Pedro

HOME/ CIDADES/ SÃO JOÃO 2014

» PESCADORES

Procissão de São Pedro em Brasília Teimosa encerra Ciclo Junino do Recife

O dia de São Pedro, comemorado no domingo, também contará com uma missa no começo do dia e um show no final

Publicado em 27/06/2014, às 15h42



Foto: Edmar Melo/JC Imagem

Do JC Online

Domingo (29) é dia de São Pedro e também o último dia do Ciclo Junino do Recife. Em homenagem ao santo do dia, os pescadores da Colônia de Pescadores Z1, em Brasília Teimosa, apadrinhados por ele, fazem uma Procissão Terrestre-Fluvial, a partir das 6h.

O dia vai começar com uma queima de fogos, seguida por uma missa na Capela local, às 8h. No período da tarde, a procissão sai da capela, na Rua Marechal Hermes, às 14h, em direção ao porto da comunidade. Cerca de 3 mil pessoas devem participar do cortejo, entre pescadores, familiares e visitantes.

Depois, 30 barcos continuam a procissão, levando cada um 10 pessoas em média. O cortejo fluvial retorna às 17h. Depois, a parte profana da festa, a partir das 19h. A principal atração é o show de Santanna, O Cantador, às 23h.

A procissão para São Pedro já existe há mais de 50 anos.

PALAVRAS-CHAVE

procissão São Pedro Brasília Teimosa ciclo junino

HOME/VOZ DO LEITOR

» MEIO AMBIENTE

Ameça à biodiversidade do Litoral Norte pernambucano

Uma das principais formas de agressão é a utilização de redes de malha fina no Canal de Santa Cruz

Publicado em 25/06/2014, às 14h30



Fernando Melo

fernandofmelo.igarassu@gmail.com

A pesca predatória vem causando enormes perdas para a fauna marinha no Canal de Santa Cruz. Uma das principais formas de agressão é a utilização de redes de malha fina, que vêm ocasionando a morte de uma grande variedade de espécies, que são capturadas ainda filhotes, impedindo o ciclo reprodutivo.

PALAVRAS-CHAVE

Pesca meio ambiente litoral norte

HOME/CIDADES/GERAL

» ACIDENTE

Pescador nadou 1 quilômetro após jangada naufragar no mar de Ipojuca

Dos outros dois pescadores que também estavam na embarcação, um ficou vivo e o outro faleceu

Publicado em 08/05/2014, às 12h25



José Lúcio dos Santos era um dos três integrantes da jangada que naufragou na tarde da última quarta-feira

Foto: Michele Souza/JC Imagem

Do JC Online

O pescador José Lúcio dos Santos nadou cerca de 1 quilômetro para poder salvar a própria vida. Ele era um dos três integrantes da jangada que naufragou na tarde da última quarta-feira na Praia de Camboa, próximo a Muro Alto, em Ipojuca, no Grande Recife. Dos outros dois pescadores que também estavam na embarcação, um ficou vivo e o outro faleceu.

Por volta das 15h20, o Grupamento de Bombeiros Marítimo (GBMar), situado em Barra de Jangada, Jaboatão dos Guararapes, também na RMR, deslocou uma embarcação para realizar o resgate das vítimas. O grupo contou com o apoio de um helicóptero da Secretaria de Defesa Social (SDS).

O primeiro a ser encontrado foi o pescador Romero Serafim, que estava sobre o casco da embarcação. Ele usava um colete e informou que havia outras duas pessoas desaparecidas. O helicóptero prosseguiu e encontrou o corpo do homem identificado como Gilvan a cerca de 1 quilômetro da jangada.

Às 17h30, as buscas foram interrompidas e seriam retomadas apenas às 8h desta quinta-feira (8), mas José Lúcio dos Santos, conhecido como Zé Bodo, ligou para o Corpo de Bombeiros e informou que estava em casa, com a família, passando bem. Segundo o CB, José Lúcio nadou cerca de 1 quilômetro do local do acidente até o Porto de Suape.

PALAVRAS-CHAVE

pescador naufrágio jangada Ipojuca

HOME/CIDADES/GERAL

» ACIDENTE

Naufrágio resulta em morte e desaparecimento em Muro Alto

Embarcação virou com três pescadores na Praia de Camboa na tarde desta quarta (7). Um homem sobreviveu

Publicado em 07/05/2014, às 23h01

Do JC Online

Uma jangada que transportava três pescadores naufragou na Praia de Camboa, próxima a Muro Alto, em Ipojuca, Região Metropolitana do Recife (RMR). Um homem foi resgatado,

no entanto, um pescador morreu e outro ainda está desaparecido. Devido a baixa visibilidade, as buscas foram interrompidas por volta das 17h30 desta quarta-feira (7).

Por volta das 15h20, o Grupamento de Bombeiros Marítimo (GBMar), situado em Barra de Jangada, Jaboatão dos Guararapes, também na RMR, deslocou uma embarcação para realizar o resgate das vítimas. Às 17h30, as buscas foram interrompidas e devem ser retomadas apenas às 8h desta quinta-feira (8).

Agentes da Delegacia de Porto de Galinhas informaram que a vítima foi levada à Unidade de Pronto-Atendimento (UPA) de Prazeres. Os nomes das três vítimas não foram revelados. Há informações de que dos três pescadores, dois são residentes no município de Escada, Mata Sul de Pernambuco.

PALAVRAS-CHAVE

acidente naufrágio Ipojuca

HOME/CIDADES/MEIO AMBIENTE

» MEIO AMBIENTE

Atenções voltadas para a Ilha de Deus

Evento Teça o Mangue chama a atenção para o pequeno pedaço de terra encravado no estuário do Rio Tejipió

Publicado em 13/04/2014, às 06h00



A Ilha de Deus fica na Imbiribeira, na Zona Sul do Recife
Michele Souza/JC Imagem

Claudia Parente

O pulmão do Recife. É assim que os moradores da Ilha de Deus, no bairro da Imbiribeira, Zona Sul, enxergam o lugar onde moram. Para sensibilizar vários segmentos da sociedade a defender o belo manguezal que envolve esse pequeno pedaço de terra encravado no estuário do Rio Tejipió, a Ação Comunitária Caranguejo Uçá promove neste domingo 13 o evento Teça no Mangue. A finalidade é “tecer” uma corrente de proteção em torno do lugar e denunciar agressões sofridas pelo ecossistema e pelo rio, que fornece a principal fonte de renda da comunidade.

“O que nos move é a defesa do rio e do mangue. Mas também queremos desmistificar a imagem da ilha, mostrando a todos que vierem aqui o potencial humano e as riquezas da nossa comunidade”, explica Edson Fly, membro do Caranguejo Uçá, movimento criado por ele e um grupo de amigos no ano 2000. A programação começa às 7h, com uma roda de diálogo no anfiteatro do núcleo comunitário sobre o “pulmão” da cidade, para conscientizar os presentes da responsabilidade de cada um na preservação do meio ambiente. Em seguida, os participantes farão uma caminhada e uma trilha de bicicleta até o manguezal, de onde se pode divisar o bairro do Pina.

Na volta, está prevista uma pelada no campo de futebol de várzea, motivo de orgulho dos moradores, uma aula de percussão e uma exibição de vídeos produzidos pela comunidade. No intervalo entre essas atividades, será oferecido um almoço cheio de significados, com pratos que representam a principal fonte de renda do lugar: peixes, mariscos e caranguejos.

“Precisamos manter o verde, mas também de projetos de sustentabilidade”, argumenta Edson, lembrando que a comunidade da Ilha de Deus é essencialmente composta de pescadores e catadores de mariscos, que tiram do rio e do mangue muito mais que o necessário para sobreviver. Nas calçadas das casas, é comum ver famílias inteiras limpando sururu para vender a supermercados.

PALAVRAS-CHAVE

imbiribeira mangue ilha de deus

HOME/CULTURA/MÚSICA

» DA LAMA AO CAOS

Desigualdade social cantada por Chico Science há 20 anos ainda se faz presente

Comunidades com as quais o cantor e a Nação Zumbi conviveram no início da cena mangue continuam revelando as discrepâncias sociais

Publicado em 06/04/2014, às 06h30



Centro de cultura Daruê Malungo, em Chão de estrelas, foi cenário do início da Nação Zumbi
Foto: Ricardo Labastier/JC Imagem

Valentine Herold
vherold@jc.com.br

Na manhã da última segunda-feira, assim como na letra de *A cidade*, gravada há 20 anos por Chico Science & Nação Zumbi, o Recife acordou com a mesma fedentina do dia anterior. Carros, ônibus, motos, bicicletas e metrô já circulavam energicamente na capital que, no fim da década de 1980, andava com a autoestima baixa com suas patas de caranguejo. O título de “quarta pior cidade do mundo” fez ferver ainda mais o sangue de alguns moços moradores de Peixinhos e Barra de Jangada. A indignação os levou a escrever o manifesto *Caranguejos com cérebro* em 1992. Agora, 22 anos depois, a situação social da capital pernambucana não é mais a mesma, mas as marcas da desigualdade social ainda se fazem bastante presentes.

Na paisagem, os prédios não param de crescer. Para cima, para os lados. O processo de verticalização na capital pernambucana está em números: nos últimos dez anos, foram 4.404 alvarás de construção autorizados pela Prefeitura do Recife, mostrando que os versos gravados por Chico Science & Nação Zumbi em 1994 continuam atuais. “A cidade não para, a cidade só cresce.”

Na mesma manhã da última segunda-feira, José Carlos da Silva, morador da comunidade Ilha de Deus, localizada no bairro da Imbiribeira (Zona Sul recifense), continuava vivendo e sobrevivendo do mangue, aquele tão cantada por Chico. Zé Carlos habita ainda uma das primeiras palafitas suspensas sobre o rio, localizada logo após a ponte de concreto construída, há cinco anos, na entrada da Ilha. Mora com a esposa, Néa, e seus dois filhos. O mocambo destoa das casas estreitas e siamesas construídas pelo Governo do Estado desde 2007 a alguns metros. A família espera pela sua desde 2010, dois anos a mais que o prometido. Também destoa dos altos prédios que se encontram por trás dos manguezais, no Pina. Pescador de 39 anos, José Carlos tira sua renda da venda de sururu, tainha, curimã e, principalmente, camarão.

A pesca do crustáceo virou a principal atividade dos que viviam antes de pegar somente caranguejos. “Graças a Deus, minha vida melhorou, pude comprar meu barco. Agora quase não pego mais caranguejo, só se for de braço, quando ele tá de andada (época em que o animal sai de sua toca para se reproduzir)”, conta. Há uns meses, Zé Carlos passou por uma cirurgia de hérnia de disco, mas não pode continuar de repouso o tempo que deveria. Apenas Néa não consegue sair só para pescar e sustentar o quarteto.

“Aqui, a gente não tem apoio de nada, de como aprender a cuidar dos camarões. Enquanto isso, não revendemos aos compradores. Sou revoltado. Dizem que é um lugar conhecido, mas cadê que não tem nem ninguém do Ibama?”, desabafa o pescador. O lixo acumulado nas margens dos rios também indigna Zé e esse cuidado com o meio ambiente faz com que, quando sai para pescar no Pina, sempre acabe voltando com garrafas plásticas, sacolas e outros dejetos físicos no barco, além dos peixes. É ele o verdadeiro mangueboy: da lama ao caos.

GALERIA DE IMAGENS

Centro Cultural Daruê Malungo reúne as novas gerações da comunidade de Chão de Estrela



Deixando a casa da família Da Silva, dobrando à esquerda e, depois de mais alguns metros, à direita, chega-se à sede do núcleo comunitário Caranguejo Uçá. É lá que Edson Barros – mais conhecido como Fly, “First Love Yourself, cara!” – ministra ações culturais. Ele conheceu Chico Science no início dos anos 1990, no bairro da Mustardinha. “Ele chegava e falava: ‘Escuta aí’. Achei muito massa o que ouvi”, lembra. “O movimento foi importante, mas acho que a galera que ainda produz o fraudou, não se importa mais com o mangue. A Nação Zumbi agora está se importando mais com o sucesso”, resigna-se. Durante a entrevista, um menino de cerca de 14 anos passa pedindo emprestado um pandeiro. Uma herança positiva, segundo Fly, do mangubeat.

Zona Norte

Cantado nos versos de Chico Science & Nação Zumbi, o Centro Cultural Daruê Malungo, localizado em Chão de Estrelas, na Zona Norte, foi palco dos primeiros interesses do compositor para com os ritmos africanos. Lá, ele se juntou ao grupo Lamento Negro, semente que viria a se chamar Nação Zumbi. “O Lamento Negro continuou depois. Foi um grande movimento que trabalhava a questão das raízes culturais afro”, diz o mestre Meia Noite, sociofundador do Daruê Malungo e ex-integrante do Lamento. “O mangubeat foi uma grande alavanca para educar uma nova geração sobre maracatu, coco, ciranda, afoxé.”

Assim como no Caranguejo Uçá, lá as crianças e adolescentes das comunidades vizinhas têm acesso gratuito a aulas de dança, percussão, desenhos, costura e expressão corporal. “É uma grande satisfação enquanto negro, revolucionário e percussor da construção do centro. ver a evolução do Daruê.”

PALAVRAS-CHAVE

ilha de deus chão de estrelas mangubeat Chico Science

HOME/ CIDADES/ POLÍCIA

» MEIO AMBIENTE

Três pessoas são presas na Caxangá por pesca proibida de 2 mil caranguejos

Animais foram pescados em Caporã, no Litoral Sul da Paraíba

Publicado em 22/03/2014, às 09h55



Animas devem ser soltos no Litoral Norte de Pernambuco, próximo à fronteira com a Paraíba
Foto: Hélia Scheppa/ JC Imagem

Do JC Online

Três pessoas foram detidas em flagrante na Avenida Caxangá, no bairro da Iputinga, Zona Oeste do Recife, no início da manhã deste sábado (22) comercializando dois mil caranguejos pescados em período irregular. O trio costumava recolher os crustáceos no Litoral Sul da Paraíba para vendê-los no Recife.

O flagrante foi realizado com a ajuda de uma denúncia anônima à Delegacia de Polícia do Meio Ambiente (Depoma), que realizou as prisões. A comercialização era realizada próximo ao viaduto da Avenida Caxangá.

Os caranguejos recolhidos em Caporã, na Paraíba, estavam em período de reprodução, que vai de 17 a 22 de março, quando a pesca é proibida. "Os caranguejos da Paraíba são bem maiores que os daqui, então eles tinham muita facilidade para vender", disse o capitão Lúcio Flávio, responsável pela prisão.

Os dois mil caranguejos estavam sendo vendidos por R\$ 15 a corda com dez animais. Os três detidos serão levados para a Delegacia da Várzea, onde serão autuados em flagrante por pesca em período proibido. O crime é afiançável. Os animas devem ser soltos no Litoral Norte de Pernambuco, próximo à fronteira com a Paraíba.

PALAVRAS-CHAVE

caranguejo avenida caxangá Polícia Ambiental

2013

HOME/ CIDADES/ GERAL

» LITORAL NORTE

Mercado de Itapissuma é reinaugurado após um ano de reforma

Como boxes novos, amplos e padronizados para a venda da famosa caldeirada, estabelecimento deve se tornar no Pólo Gastronômico da cidade

Publicado em 18/12/2013, às 15h17

Depois de quase um ano de reforma, o mercado público de Itapissuma foi reaberto nesta quarta-feira (18). O local foi inteiramente requalificado e ganhou novos boxes para a venda da famosa caldeirada e de peixes e crustáceos frescos. Também foram construídos um galpão para a prática de atividades culturais, uma aldeia de pescadores e uma praça infantil.

Os serviços de requalificação começaram no início deste ano e foram comandados pela Secretaria estadual de Turismo. No total, foram investidos R\$ 1.821 milhão do Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur). A intenção é transformar o estabelecimento no Pólo Gastronômico de Itapissuma, destino de quem deseja degustar pratos típicos enquanto visita o litoral norte do Estado, principalmente aqueles que passam por Itapissuma em direção à Ilha de Itamaracá.

Com boxes novos, amplos e padronizados, os funcionários do mercado esperam receber cada vez mais clientes no novo mercado. E, para atender melhor o público, esses profissionais serão capacitados nos próximos cinco meses com aulas sobre a forma correta de manusear e conservar os alimentos. No total, 70 cozinheiros, garçons e pescadores atuam nos 22 quiosques do espaço - 12 destinados ao preparo da caldeirada e 10 ao comércio de peixes e crustáceos frescos.

Durante a cerimônia de reinauguração do mercado, o secretário de turismo Alberto Feitosa também assinou a ordem de serviço da requalificação da PE-35. Os dezoito quilômetros da rodovia que ligam Igarassu à Ilha de Itamaracá serão revitalizados no próximo ano com serviços de terraplanagem, pavimentação, drenagem e sinalização. O investimento é de R\$ 13.777 milhões.

PALAVRAS-CHAVE

reinauguração Itapissuma Mercado

HOME/ CIDADES/POLÍCIA

» IGARASSU

Homem é achado morto dentro rio amarrado a uma moto

A vítima também estava com os pés e as mãos amarradas

Publicado em 30/10/2013, às 07h45

Do JC Online

Um pescador tomou um grande susto na tarde da última terça-feira (29), enquanto pescava no Rio Timbó, em Igarassu, Região Metropolitana do Recife. Ao jogar uma rede de pesca, ao invés de capturar peixes, o pescador puxou de dentro da água o corpo de um homem morto, amarrado

junto a uma motocicleta. A vítima também estava com os pés e mãos amarrados e ainda não foi identificada. O pescador não teve seu nome divulgado.

A polícia vai investigar o caso para descobrir como o corpo foi parar dentro da água, mas trabalha com a hipótese de que o homem morreu por afogamento. A vítima foi encaminhada para o Instituto de Medicina Legal (IML), no Recife.

PALAVRAS-CHAVE

IGARASSU Morte pescador

HOME/ CIDADES/MEIO AMBIENTE

» PERNAMBUCO

Ministério Público Federal pede que Propesca deixe de capturar tubarões no Estado

Segundo recomendação, a estratégia da entidade de caçar os animais é ilegal

Publicado em 04/10/2013 às 23:11

Do JC Online



Segundo recomendação, a estratégia da entidade de caçar os animais é ilegal

Foto: Hélia Scheppa/JC Imagem

O Ministério Público Federal (MPF) em Pernambuco recomendou ao Instituto Propesca que deixe de realizar expedições para a captura de tubarões no Estado. Segundo o documento, a estratégia da ONG de caçar os animais é ilegal e não está amparada por autorização estatal, já que a atuação da entidade não é oficialmente reconhecida como pesquisa científica.

A recomendação inclui ainda a suspensão da divulgação da atividade de captura em redes sociais, fóruns de discussão e na mídia em geral. Caso descumpram, os integrantes do Propesca poderão ser responsabilizados penalmente por apologia ao crime.

Para o MPF, o Propesca também não deve afirmar, nas redes sociais e na mídia, que existe pesca legalizada de tubarão. O instituto não deverá estimular nem contratar pescadores artesanais para participar das expedições. A entidade tem o prazo de 10 dias para acatar a recomendação e encaminhar ao MPF informações sobre as providências adotadas para evitar as irregularidades praticadas.

Os procuradores da República Edson Virgínio Cavalcante Júnior e Mona Lisa Duarte Ismail, responsáveis pela recomendação, argumentaram que a prática de captura indiscriminada de tubarões, sem respaldo científico ou metodologia autorizada por órgãos competentes, implica riscos à segurança dos pescadores e danos ao meio ambiente e às espécies de tubarão. A caça configuraria prática lesiva à conservação da fauna marinha.

De acordo com o MPF, a prática de pesca prevista em lei, com finalidades específicas, não autoriza o exercício da atividade para a captura de tubarões, menos ainda quando a prática visa

à diminuição de suas espécies. Os procuradores argumentam, ainda, que o Propesca não possui embarcações registradas nem licenças emitidas a prática de atividade pesqueira.

Em entrevista ao Portal NE10, o presidente do Propesca, Bruno Pantoja, disse que o grupo não incentiva a caça aos tubarões. “Só ajudamos os pescadores”, explicou. Bruno disse ainda que a diretoria jurídica do Propesca já está tomando as medidas cabíveis sobre a recomendação e já havia feito uma defesa para a instituição em relação à acusação de captura de tubarões.

HOME/CIDADES/GERAL

» ZONA SUL

Jiboia é encontrada por pescadores em Brasília Teimosa

O animal de aproximadamente 1,5 metro de comprimento foi capturado está à espera do Ibama desde a última quinta-feira (26)

Publicado em 27/09/2013, às 12h16

Com informações do repórter Handerley Souza

Uma cobra da espécie jiboia, com aproximadamente 1,5 metro de comprimento, foi a grande atração para os moradores do Porto Feliz, em Brasília Teimosa, Zona Sul do Recife. Na tarde de ontem, três pescadores seguiam de barco, quando encontraram o animal enroscado na vegetação do mangue. O réptil foi capturado pelos pescadores para ser entregue ao Ibama.

De acordo com o pescador Gusmão Junior, 31 anos, o animal pode ter fugido de um cativeiro. “Alguém deve ter deixado escapar e ela procurou um lugar onde tinha água”, afirma. Ele também informou que na última quinta-feira (26) o Ibama foi chamado para recolher o animal, mas o órgão informou que não estava com os equipamentos adequados para realizar o procedimento. Por enquanto, a jiboia, que não é venenosa, está abrigada na casa de Gusmão Júnior, dentro de um balde.

PALAVRAS-CHAVE

jiboia Brasília Teimosa zona sul

HOME/ECONOMIA/PERNAMBUCO

» CONCURSO

Petrobras divulga vencedores do IPC Suape 2013

Foram oito projetos sociais selecionados para receber, no total, R\$ 3 milhões ao longo de dois anos

Publicado em 12/09/2013, às 09h00

Do JC Online

A Petrobras divulgou ontem os projetos sociais contemplados pela seleção pública Integração Petrobras Comunidades (IPC Suape 2013), lançada em junho deste ano. Foram escolhidos oito projetos, sendo três no Cabo, três em Jaboatão e dois de Ipojuca. Aos vencedores, a Petrobras cederá R\$ 3 milhões.

Foram aprovadas iniciativas voltadas para a garantia dos direitos da criança e do adolescente (1), a geração de renda e oportunidade de trabalho (3) e a educação para qualificação profissional (4).

A seleção foi destinada apenas a projetos realizados na área de influência da Refinaria Abreu e Lima e da Petroquímica Suape. Foram enviadas 61 propostas. Destas, 17 foram para a final, que contemplou os oito projetos.

As propostas têm valor máximo de R\$400 mil. O desembolso dos R\$ 3 milhões será feito em parcelas ao longo de dois anos. A seleção pública IPC ocorre a cada dois anos, em alternância com seleções de abrangência nacional.

Os projetos serão monitorados com foco nos resultados. Em nota, a assessoria da estatal diz que a empresa fiscalizará os projetos por meio de análise de relatórios e visitas. Eles estão sujeitos a auditorias do Tribunal de Contas da União e da Corregedoria Geral da União.

Confira a lista dos projetos contemplados:

1) Projeto Feira Cultural de Gaibu

Local: Cabo de Santo Agostinho

Nome da organização: Associação de Moradores da Praia de Gaibu

Linha de atuação: Geração de renda e oportunidade de trabalho

O projeto visa à estruturação de espaço físico para a comercialização da produção artesã e gastronômica de 110 pequenos produtores das localidades de Paiva, Itapuama, Xaréu, Enseadas dos Corais e Gaibu. Os participantes também serão capacitados em aprimoramento de design, apresentação e embalagem, formação de preços, desenvolvimento de produtos e qualidade de atendimento ao cliente.

2) Projeto Atelier Massangana

Local: Cabo de Santo Agostinho

Nome da Organização: Associação das Mulheres Guerreiras de Camaragibe Mentos

Linha de atuação: Geração de renda e oportunidade de trabalho

O projeto estruturará uma unidade de produção e comercialização em confecção artesanal para a geração de renda de 40 mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica das comunidades de Massangana e Serraria. Elas serão capacitadas em cursos como corte, costura, customização e modelagem. Também participarão de seminários para discussão de temas como economia solidária, associativismo, empreendedorismo e relações de gênero.

3) Projeto Trabalho é Atitude - A Qualificação Profissional como Instância Fortalecedora da Garantia de Direitos e Promoção da Autonomia

Local: Cabo de Santo Agostinho

Nome da organização: Instituto de Apoio Técnico Especializado à Cidadania – IATEC

Linha de atuação: Educação para qualificação profissional

O projeto ministrará cursos de qualificação profissional na área de turismo para 125 jovens e adultos em tratamento contra a dependência química visando à reinserção social. As turmas oferecidas serão de garçom, camareira, agente de limpeza e conservação, recepcionista e auxiliar de cozinha.

4) Projeto Plano Futuro Técnico

Local: Jaboatão dos Guararapes

Nome da Organização: Instituição Plano B

Linha de atuação: Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente

O objetivo do projeto é oferecer curso preparatório para o acesso ao ensino técnico profissionalizante a 180 adolescentes de baixa renda estudantes da rede pública da região. O Plano Futuro Técnico também oferecerá assistência psicossocial e de saúde aos atendidos e suas famílias, além de acompanhamento durante o período de formação acadêmica dos adolescentes.

5) Projeto Construir

Local: Jaboatão dos Guararapes

Nome da Organização: Associação dos Moradores de Buenos Aires –AMBA

Linha de atuação: Educação para qualificação profissional

O projeto de qualificação profissional ministrará cursos técnicos nas áreas de construção civil e serviços para 350 adolescentes e jovens, preferencialmente os que estiverem cumprindo medidas socioeducativas de liberdade assistida e os egressos deste sistema.

6) Projeto Educomídias - Comunicando Ideias Sustentáveis

Local: Jaboatão dos Guararapes

Nome da organização: Instituto Solidare

Linha de atuação: Geração de renda e oportunidade de trabalho

O projeto capacitará 120 jovens em cursos audiovisuais como produção radiofônica, fotografia e produção de vídeo. Para a inserção dos jovens no mercado de trabalho, também será criada uma produtora comunitária, especializada em temas ambientais e culturais.

7) Projeto Mulheres Marisqueiras

Local: Ipojuca

Nome da organização: Movimento de Assistência e Inclusão Social – MAIS

Linha de atuação: Geração de renda e oportunidade de trabalho

A proposta tem como foco a inclusão social e produtiva de 50 mulheres que atuam na cata e beneficiamento de mariscos na comunidade de Nossa Senhora do Ó, por meio da organização em grupo para escoamento da produção. As participantes têm na atividade produtiva a própria identidade e serão capacitadas em cursos como autogestão, economia solidária e armazenamento de alimentos.

8) Projeto Pró-inclusão: Unidos pela Inclusão Social e Educacional

Local: Ipojuca

Nome da organização: Centro Especializado Neuro-Psicológico CENEUP

Linha de atuação: Garantia dos direitos da criança e do adolescente

O projeto desenvolverá atividades educacionais voltadas a 400 crianças e adolescentes com deficiência intelectual, atraso no desenvolvimento cognitivo ou psicomotor e dificuldade de aprendizagem que estejam matriculadas na rede pública ou que estejam fora da escola, de forma a promover o direito à educação inclusiva.

PALAVRAS-CHAVE

petrobras Suape projetos

HOME/ECONOMIA/PERNAMBUCO

» PRESSÃO

Suape enfrenta desafio ambiental

Demanda por preservação dos recursos naturais torna Porto mais receptivo ao diálogo e à busca de um modelo de desenvolvimento sustentável

Publicado em 25/08/2013, às 16h32



Foto: Guga Matos/JC Imagem

Leonardo Spinelli

Como fazem semanalmente às segundas-feiras, os pescadores da Colônia Z8 em Gaibu, praia do Cabo de Santo Agostinho, se reuniram para mais um debate sobre seu ofício. Nesse dia, início de agosto, a pauta tinha um quê de novidade. Estavam lá para debater propostas de convivência e compensação de impacto ambiental apresentadas ao Complexo Portuário e Industrial de Suape. Como contrapartida pelas obras de acesso de navios, o complexo é obrigado a propor soluções para evitar desequilíbrios ambientais. A reunião simboliza uma nova relação entre desenvolvimento econômico e preservação de ecossistemas. Não cabe mais aquele velho debate em que um e outro não se misturam. Daqui para frente, é planejar o principal instrumento do desenvolvimento industrial de Pernambuco – Suape – levando em conta aspectos que não podem ser descartados, todos eles relacionados ao meio ambiente.

Uma das ideias discutidas naquela reunião era instalar arrecifes artificiais, proposição que agrada à maioria dos pescadores. Os objetos afundados se transformam em berçários de peixes, cada vez mais raros por ali. A outra é organizar o chamado fundeio dos navios, definindo locais específicos para as embarcações estacionarem enquanto esperam sua vez de entrar no porto. Para os pescadores, gente que vive há décadas naquela região, Suape é um vizinho tão poderoso quanto incômodo. Suas atividades são estratégicas para a economia de Pernambuco, mas afastaram pescados e turistas da região. “Agora só tem funcionários por aqui e eles comem nas fábricas, não os nossos peixes”, diz o presidente da Colônia, Laílson de Souza. Para os pescadores, a entrega do estudo marca uma mudança na postura de Suape, hoje mais aberto ao diálogo. Seria fruto também do amadurecimento deles próprios.

Há seis anos, o complexo intensificou ações, dinamitando corais que serviam de berçário para lagostas – pescado com rigorosas proteções à pesca. O interesse foi o de abrir caminho para navios cada vez maiores. Também aterrou mangue para instalação de indústrias. São efeitos colaterais de um “progresso brutal”, como definem eles. Mas são também reflexos do desenvolvimento que gera renda e emprego para muitos.

Os pescadores aprenderam que não adiantava ficar parado e passaram a ser mais aguerridos em suas posições. Estudaram a região, passaram a se informar sobre o meio ambiente, aliaram-se a ambientalistas, buscaram a Justiça e até mesmo a ONU, em 2011, para denunciar desmandos.

“Suape não para”, diz o pescador Ednaldo Rodrigues, conhecido como Nal. A frase resume o que os pescadores descobriram na prática. Não há como impedir um projeto tão importante para a economia do Estado, que já atraiu 105 indústrias para o local, 80 delas a partir de 2007. Já não há mais tempo para questionar o modelo de desenvolvimento econômico pensado para aquela região estuária, que, para o bem ou para o mal, terminou com a vocação natural do turismo e da cultura da pesca e agricultura. Prevaleceu a indústria. Agora é brigar para que Suape e o governo cumpram suas obrigações socioambientais. “Não existe desenvolvimento sem sustentabilidade”, completa Nal. A ajuda de custo de R\$ 400 mais uma cesta básica de R\$ 70 que os pescadores recebem de Suape não diminuiu a vontade de buscar novas soluções.

Para os agricultores que vivem da terra, o clima ainda parece não ter mudado. O temor de que seu pedaço de chão seja considerado de interesse estratégico é uma constante. São 7 mil famílias que residem nas terras de antigos engenhos daquela parte da Mata Sul do Estado, 2,6 mil delas vivendo em áreas que são consideradas por Suape como zonas industriais ou de proteção ecológica. Muitas estão sendo obrigadas a sair. As imagens de tratores derrubando casas, com apoio da polícia, ainda estão bastante vivas na cabeça dessas pessoas, apesar de a situação ter se acalmado. “Estão levando em banho-maria”, diz o presidente da Associação dos Agricultores do Engenho Tiriri, Edvaldo Nascimento.

Octogenário, o agricultor Luiz Abílio da Silva morou a maior parte de sua vida no local, cortando cana e plantando roçado, de onde tirava boa parte de sua alimentação diária. Foi desapropriado e recebeu R\$ 60 mil, que ele considera insuficiente.

A diretoria de Suape diz que conseguiu avanços, citando parcerias de financiamento habitacional com a Caixa de R\$ 258 milhões para construção de 2,6 mil casas (o contrato deve ser assinado em outubro) e construção de assentamentos (121 famílias foram para Barreiros). “De 2011 para cá, o número de acordos com as famílias aumentou 22%. Assinamos 571 deles”, pontua o vice-presidente de Suape, Caio Ramos.

O principal problema em questão é que os agricultores entendem que a terra pertence a um loteamento do Incra, com registro para reforma agrária assinado em 1970. Suape, por sua vez, entende que comprou a área 10 anos depois e, portanto, as indenizações são calculadas sobre o valor dos imóveis construídos e não sobre o valor milionário das terras. Para pessoas como o agricultor José Silvino da Silva, do engenho Titiri, hoje considerado área de Suape, a economia em larga escala, no entanto, é um monstro de dentes afiados. “Não somos contra o desenvolvimento de Pernambuco nem do Brasil. Só queremos uma indenização digna”, resume.

PALAVRAS-CHAVE

sustentabilidade meio ambiente Suape

HOME/ECONOMIA/NACIONAL

» COMPROMISSO SOCIAL

Instituto JCPM cria oportunidades para milhares de jovens há sete anos

Legião de 9.589 meninas e meninos foram capacitados pela entidade nesse período

Publicado em 18/08/2013, às 13h25



Foto: Guga Matos/JC Imagem

Da editoria de Economia

“Se não tivesse a oportunidade desse curso, hoje estaria construindo covo (armadilha de pesca) para ajudar meu pai na colônia de pescadores. A qualificação profissional me deu meu primeiro emprego com carteira assinada e esperança de sonhar com um futuro melhor”. A constatação é de Yukary Mary Mendonça, de 21 anos. Desde março, a jovem trabalha no RioMar Recife. Conseguiu emprego na cafeteria Grão Espresso depois de concluir o curso de operador de caixa, no Instituto JCPM de Compromisso Social. Moradora do Pina, ela integra uma legião de 9.589 meninas e meninos capacitados pela entidade, ao longo de seus 7 anos de história.

O IJCPM surgiu em 2006, como braço de compromisso social do Grupo JCPM. A ideia era que a entidade carregasse o DNA de empregabilidade e empreendedorismo da holding. O foco no emprego e na capacidade de empreender definiu o recorte etário do público: jovens com idade entre 16 e 24 anos, que concluíram ou estão cursando o ensino médio. A atuação ficaria concentrada na vizinhança de cada unidade de negócio da empresa. “A própria sede da holding, no Pina, está localizada numa área popular com graves dificuldades socioeconômicas. Nossa intenção foi observar e intervir nesse entorno, com ações bem definidas”, diz a diretora de Desenvolvimento Social do IJCPM, Lúcia Pontes.

Antes de estruturar o projeto, o Instituto encomendou à Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) um estudo sobre a comunidade de Brasília Teimosa. A intenção era entender como os jovens estavam organizados dentro da comunidade e que segmentos mobilizavam a economia do bairro. O levantamento apontou o que representantes do IJCPM já haviam constatado em enquetes rápidas com os jovens. “Eles estavam interessados em cursos profissionalizantes, oportunidade de emprego, curso de línguas e oportunidade de abrir o próprio negócio”, lembra a gerente de Desenvolvimento Social do IJCPM, Juliana Martorelli. Ao longo dessa reportagem veja histórias de jovens do Instituto que conseguiram se inserir no mercado de trabalho.

O resultado da pesquisa reforçou a missão e os eixos de ação do Instituto, que aposta na qualificação da juventude das comunidades em que atua para inserção no mercado de trabalho. As ações caminham na direção do emprego e da cidadania, da educação para o mundo dos negócios (empreendedorismo), do apoio a entidades locais e de projetos socioambientais nos shoppings. “O conceito de compromisso foi uma tentativa de avançar em relação ao que o empreendedor entende como responsabilidade social. A responsabilidade está alinhada às obrigações trabalhistas, enquanto o compromisso vai além. É o investimento em algo que se acredita”, explica Lúcia.

A primeira ação do Instituto foi o Projeto Bantu, numa parceria com uma designer de joias que convidou os jovens a integrar a iniciativa. O projeto de confecção das peças aconteceu dentro da Escola Assis Chateaubriand, em Brasília Teimosa. As ações foram se multiplicando

e surgiu a necessidade de um equipamento próprio para o IJCPM. Em 2009 foi alugado um imóvel e estabelecido o Espaço Jovem Rumo ao Futuro, em Brasília. A partir deste ano, o Instituto ganhou uma nova sede dentro do RioMar Shopping.

“O Instituto está sempre se transformando para atender à demanda dos jovens. Os meninos e meninas que começaram conosco são muito diferentes dos de hoje. Eles têm acesso à informação, estão antenados nas redes sociais e têm escolhas mais bem definidas. Querem ter sua cidadania garantida como qualquer outro jovem”, defende Lúcia. O desafio do IJCPM é tornar o banco da escola atrativo para que eles possam se qualificar, ingressar no mercado de trabalho e experimentar dessa cidadania cobiçada.

Mercado

As novas necessidades da juventude estimularam a mudança do Instituto. O espaço oferece oito modalidades diferentes de cursos (leia arte abaixo). A oferta vai de qualificação profissional, passando por pré-vestibular, elevação de escolaridade, oficinas de férias, fotografia, Jovem Aprendiz e Pronatec. Atualmente, o IJCPM funciona no Recife, Fortaleza e Salvador, onde estão presentes unidades de negócios do Grupo JCPM. A unidade mais jovem é a da capital cearense, onde a holding está construindo o RioMar Fortaleza e tem projeto de um segundo centro de compras.

“Muitos jovens chegavam aqui com déficit de aprendizado, por isso criamos o curso de elevação de escolaridade, com aulas multidisciplinares de português, matemática, inglês e informática. Os alunos não são avaliados por meio de notas, mas precisam atingir metas tanto de aprendizado quanto de postura e comportamento”, afirma o coordenador de Campo do IJCPM, Carlos Duarte. A convocação dos estudantes é feita em parceria com as três escolas de ensino médio localizadas em Brasília e no Pina. Uma dinâmica de comunicação que funcionou na comunidade foi a utilização de bicicleta com altofalante na divulgação dos cursos.

O esforço de inserção dos alunos no mercado de trabalho conta com a interlocução de uma funcionária do IJCPM. A analista de Desenvolvimento Social, Karine Brito, acompanha o desempenho dos alunos desde que entram no Instituto. Ela é responsável por mapear as vagas no RioMar e sugerir os perfis aos lojistas. Hoje, 725 alunos do instituto estão empregados no RioMar Recife. O IJCPM tem um banco de talentos com 2 mil currículos.

PALAVRAS-CHAVE

compromisso social História oportunidade instituto jcpm

HOME/CIDADES/GERAL

» INVESTIGAÇÃO

Bombeiros afirmam que pescador em alto mar não viu queda de avião no Litoral Norte
Declaração foi dada pelo tenente-coronel Francisco Cantareli no local do suposto acidente

Publicado em 24/07/2013, às 20h20

Do JC Online

Depois de deslocar sete viaturas e um helicóptero para investigar a informação de que um avião teria caído no Litoral Norte de Pernambuco na tarde desta quarta-feira (24), o Corpo de Bombeiros voltou atrás e não confirma mais a ocorrência. A declaração foi dada pelo tenente-coronel Francisco Cantareli no local do suposto acidente.

Leia Também

"Dois helicópteros sobrevoaram a área por cerca de uma hora e não encontraram nenhum indício de acidente. Nós também falamos com um pescador que estava em alto mar e ele afirmou não ter visto nada de anormal", disse o oficial.

Várias pessoas teriam telefonado para a corporação durante a tarde para falar do acidente, mas nenhuma delas teria presenciado a queda. Fotos de um suposto avião chegaram a circular das redes sociais, mas os bombeiros afirmam se tratar de uma embarcação.

"As fotos que foram divulgadas mostram um navio e uma plataforma, o que, visto de longe, pode ter confundido a população. Nós não recebemos a confirmação da queda de nenhuma entidade aeronáutica e como não encontramos nada, estamos nos dirigindo à nossa base de Igarassu. Caso haja alguma nova informação, retornaremos ao local", concluiu Cantareli.

PALAVRAS-CHAVE

buscas acidente aéreo corpo de bombeiros

HOME/CIDADES/CIÊNCIA/M.AMBIENTE

» VOZ DAS RUAS

Protesto até no louvor a São Pedro

Pescadores pedem melhorias na saúde e educação, além permissão para usar rede de fundo

Publicado em 29/06/2013, às 21h02

Do JC Online

Pescadores do Recife aproveitaram, na tarde deste sábado, a Buscada de São Pedro, procissão terrestre e marítima em homenagem ao santo protetor da categoria, para protestar.

No lugar de bandeirolas coloridas, os barcos que deixaram Brasília Teimosa, no Litoral Sul, em direção ao porto, receberam mais de 30 faixas com frases contra medida do governo federal que proíbe a rede de fundo, usada por mais de 60% da frota do local, segundo a Colônia de Pescadores Z-1, com 350 barcos.

“Essa é a rede mais indicada para nossa região, mas a medida foi adotada com base na realidade do Sul e Sudeste”, reclama Augusto de Lima, presidente da Colônia Z-1.

A Instrução Normativa nº 10, do Ministério da Pesca, passou a vigorar em 31 de dezembro e já resultou em multa de R\$ 7 mil, informa o secretário executivo do Conselho Pastoral dos Pescadores, Severino Antônio dos Santos. “Mais de cinco mil pescadores empregam a rede de fundo no Estado. E não há justificativa técnica para a medida.”

Em meio às faixas pretas contra a IN, cartazes improvisados chamaram a atenção. Seguindo a onda de protestos de todo o País, jovens num pequeno barco pediam melhorias nas áreas de educação, saúde e transporte.

PALAVRAS-CHAVE

Pesca protesto São Pedro

HOME/CIDADES/GERAL

» ZONA DA MATA

Discussão em fila da Caixa Econômica termina em morte em Goiana

Responsável pelo crime não gostou que homem pedisse que ele respeitasse a fila e matou-o a facadas na frente da agência

Publicado em 07/06/2013, às 08h26

Do JC Online

Um homem foi assassinado na frente da Caixa Econômica de Goiana, Zona da Marta Norte do Estado, após pedir que outro cliente não "furasse a fila" de atendimento da agência. O pescador Inaldo José da Silva, 43 anos, foi morto a facadas na tarde da última terça-feira (4). Ele estava há mais de quatro horas esperando ser atendido.

A manhã da última terça-feira começou com grandes filas na frente da Caixa Econômica de Goiana. Desde as 8h, diversas pessoas já esperavam atendimento. Inaldo José da Silva e sua esposa Maria Ângela estavam lá, entraram na agência às 10h e, ao meio-dia, ainda não tinham sido atendidos. Nesse tempo, um homem tentou "furar a fila" de espera. Inconformado com a situação, Inaldo pediu que ele não fizesse isso.

Segundo a esposa de Inaldo, o homem não gostou do pedido e ameaçou seu marido. "Ele disse: 'quando você sair, a gente se acerta'. Depois saiu da agência", contou. Ao meio-dia, Inaldo resolveu ir do lado de fora do banco para olhar sua moto. "Pedi que ele não fosse, porque achei que o homem poderia estar lá. Mas ele não acreditou nas ameaças e foi. Continuei na fila e só vi o corre-corre. Sai da Caixa para ver o que estava acontecendo e meu marido já estava esfaqueado", revelou Maria Ângela.

Testemunhas afirmaram que o homem estava na saída da agência com uma faca. Quando Inaldo saiu, desferiu golpes nos braços, na cabeça e no abdômem do pescador. Depois, saiu correndo. No meio da confusão, o responsável pelo crime deixou cair os documentos e a faca usada para matar Inaldo. A Polícia recolheu o material e está à procura do agressor, identificado como Edmilson Francisco da Silva, de 42 anos. A faca é nova e foi comprada na feira próxima à Caixa, momentos antes do crime.

Inaldo ainda foi socorrido mas faleceu na quarta-feira (5) no Hospital Miguel Arraes, no Paulista, Grande Recife. "Estou revoltada, meu marido morreu por causa da desorganização da Caixa. As filas já começam às 5h da manhã, é um absurdo. Ninguém aguenta mais isso. Sou desempregada, não sei como vou me sustentar sozinha", desabafou Maria Ângela.

PALAVRAS-CHAVE

homicídio Caixa Econômica goiana facadas

HOME/CIDADES/CIÊNCIA/M.AMBIENTE

» LITORAL SUL

Peixe da espécie mero morre na praia de Suape

Animal foi encontrado por pescadores da região

Publicado em 15/04/2013, às 22h10



Ambientalista Adriano Artoni examinando o peixe mero
Foto: Adriano Artoni/Divulgação

Do JC Online

Um peixe da espécie mero morreu na praia de Suape, litoral Sul do Estado, na tarde desta segunda-feira (15). De acordo com o ambientalista voluntário Adriano Artoni, que foi chamado para resgatar o animal, pescadores da região encontraram o peixe ainda com vida, na praia.

Estima-se que o peixe morto, que tinha 1,86 metro de comprimento e pesava mais de 100 quilos, seja uma fêmea de aproximadamente 25 anos. Os meros vivem cerca de 50 anos. Pescadores ligados à Associação dos Pescadores da Praia de Suape relataram que o animal estava atordoado, provavelmente devido às explosões que estão sendo feitas para remover uma barreira de corais para permitir a passagem de navios.

Este foi o terceiro peixe da espécie mero que aparece morto na praia em uma semana. Os pescadores também têm encontrado peixes e outras espécies mortos, além de tartarugas, após as explosões.

O ambientalista tentou contatar órgãos para levar o animal até a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), mas sem sucesso. O animal foi enterrado no manguezal próximo à praia.

PALAVRAS-CHAVE

Meio ambiente suape Peixe

HOME/CIDADES/ECONOMIA

» OPORTUNIDADE

Inscrições para cursos do Pronatec no IFPE só presenciais

Segundo assessoria de imprensa, muitas vagas terminaram nesta segunda, dia de abertura das inscrições. No campus Recife, todas as oportunidades já foram preenchidas

Publicado em 26/03/2013, às 16h03

Da Editoria de Economia

Devido à alta procura, o Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) informa que as inscrições online para as vagas em cursos de capacitação pelo Pronatec não estão mais disponíveis através da internet. Os interessados em ocupar as vagas restantes devem procurar diretamente as Agências do trabalho/Sine ou os Centros de Referência de Assistência Social (Cras) nos seus municípios para se inscreverem nas turmas que serão oferecidas após o dia 1º de abril.

O IFPE anunciou nesta segunda (25) que estava com uma oferta de mais de 7 mil vagas, mas no mesmo dia muitas já haviam sido ocupadas. No Recife, por exemplo, já não havia mais oportunidade, informou, no fim da tarde, a assessoria de imprensa do instituto.

A oferta inicial de vagas pode ser acessada no aqui, no site do IFPE. As oportunidades são para todos os campi do instituto: Afogados da Ingazeira, Barreiros, Belo Jardim, Caruaru, Garanhuns, Ipojuca, Pesqueira, Recife e Vitória de Santo Antão. As capacitações são de formação inicial e continuada (FIC) e possuem carga horária entre 160 e 300 horas.

Podem se inscrever trabalhadores, inclusive agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores; povos indígenas; comunidades quilombolas; adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas; desempregados; pessoas com deficiências; pessoas que recebem benefícios dos programas federais de transferência de renda ou que estejam cadastradas no CadÚnico; praças do Exército e Aeronáutica com baixa do Serviço Militar ou Atiradores de Tiro de Guerra; estudantes matriculados no Ensino Médio das escolas públicas, inclusive na Educação de Jovens e Adultos.

PALAVRAS-CHAVE

IFPE Pronatec

HOME/CIDADES/CIÊNCIA/M.AMBIENTE

» CACHALOTE

Baleia é encontrada morta por pescadores em Itamaracá

Por se tratar de uma espécie pequena do animal, os pescadores pensaram a princípio de tratar de um peixe-boi

Publicado em 23/03/2013, às 11h15



Foto: Adriano Artoni/Divulgação

Do JC Online

Uma baleia da espécie Cachalote-anão foi encontrada morta no final da tarde da última sexta-feira (22), no mar de Itamaracá, na Região Metropolitana do Recife. O animal tinha cerca de 1,30 m de comprimento e aproximadamente 200 Kg.

Segundo o ambientalista Adriano Artoni, o animal já estava morto há pelo menos dois dias. "Alguns pescadores encontram o animal e, pensando se tratar de um peixe-boi, entraram em contato comigo. Chegando ao local, logo percebi que se tratava de uma baleia. Ela já estava morta há uns dois ou três dias e tinha muitos hematomas pelo corpo", disse. Após retirar o animal do mar, Artoni e os pescadores o encaminharam para análise no Projeto Peixe-Boi, situado na própria Ilha de Itamaracá.

PALAVRAS-CHAVE

itamaracá MORTA baleia

HOME/CIDADES/CIÊNCIA/M.AMBIENTE

» MAR

Tartaruga degolada por pescador

Animal ficou preso em rede, em Maria Farinha, Paulista, Grande Recife. Em vez de cortar náilon, pescador matou o bicho

Publicado em 07/02/2013 às 20:50



Animal ficou preso em rede, em Maria Farinha, Paulista, Grande Recife. Em vez de cortar náilon, pescador matou o bicho

Foto: Adriano Artoni/Cortesia

Do JC Online

Que tartarugas se emaranham em rede de pesca, muitas vezes morrendo afogadas, não é novidade. O que chamou a atenção, anteontem, na Praia de Maria Farinha, em Paulista, no Grande Recife, foi a crueldade do pescador. Em vez de cortar o náilon, ele degolou o animal. O fato ocorreu no fim da tarde, quando um homem não identificado estava recolhendo peixes de uma rede de espera, aquela fundeada no mar de um dia para o outro. “A tartaruga estava viva e, para não estragar a rede, ele arrancou a cabeça dela, jogando o corpo na água”, conta Adriano Artoni, que declara ser ambientalista e voluntário de praia do Ibama.

Moradores da praia contaram a Adriano Artoni que o réptil marinho continuou nadando até ser arrastado pela correnteza até a areia. “As pessoas ficaram revoltadas. Não custava nada cortar um pedaço da rede. Mas, em vez de fazer isso, ele desferiu três golpes de peixeira no pescoço do bicho”, reclama Adriano Artoni.

O ambientalista denunciou o fato ao Ibama. “É um absurdo matar um animal só porque está preso numa rede. Vamos fiscalizar as redes de espera, empregadas indiscriminadamente no local”, declara o biólogo Edson Lima, coordenador do Centro de Triagem de Animais Silvestres (Cetas) do Ibama em Pernambuco.

Edson explica que provavelmente trata-se de uma tartaruga-verde, cientificamente chamada *Chelonia mydas*. Essa é uma das cinco espécies de tartarugas marinhas encontradas no Brasil, todas ameaçadas de extinção, o que agrava a pena, de acordo com a Lei de Crimes Ambientais.

Adriano Artoni mediu e pesou o animal. Segundo ele, tinha 52 centímetros de comprimento de casco e 22 quilos. “Pelo peso, trata-se de uma tartaruga jovem”, infere. A ocorrência foi nas imediações do Bar Marupiara, na altura do número 11.275 da Avenida Eraldo Gueiros Leite, a principal do bairro. No mesmo dia, ele enterrou o animal na praia.

A empregada doméstica Maria Evoleide Soares, 41 anos, alertou ao que aproximadamente

dez tartarugas estariam habitando canal de esgoto próximo ao terminal de micro-ônibus de Jardim Piedade, em Jaboatão dos Guararapes, na Região Metropolitana.

“Elas são iguais às que vi recentemente na Praia de Enseada dos Corais, no Cabo de Santo Agostinho, no Grande Recife. Não sei como conseguem sobreviver em meio à tanta poluição”, observa.

HOME/ECONOMIA/NACIONAL

» PESCADORES

Nova carteira de pescador profissional começa a ser entregue

O documento é semelhante a uma carteira de identidade e terá um chip com todos os dados do trabalhador

Publicado em 08/01/2013, às 14h17

Da Agência Brasil

Brasília – A nova carteira de identificação de pescador profissional começa a ser distribuída a partir de amanhã (9). Os primeiros 100 documentos serão entregues nesta quarta-feira pelo Ministério da Pesca e Aquicultura a pescadores do Distrito Federal, que trabalham no Lago Paranoá.

O documento é semelhante a uma carteira de identidade e terá um chip com todos os dados do trabalhador. A carteira tem validade contínua, não precisa ser renovada. O novo documento foi criado para desburocratizar a concessão de benefícios aos pescadores e evitar fraudes.

Antes, a carteira só poderia ser retirada nas capitais. Agora, pode ser adquirida nas 1.200 colônias de pescadores do país e nas superintendências estaduais do ministério.

Ao longo de 2013, mais de um milhão de carteiras serão distribuídas no país. Para obter o documento, o interessado precisa atualizar o registro no ministério. “O objetivo é facilitar a vida do pescador profissional e trazer um reconhecimento sobre a valorização dessa atividade, através de uma ação do Ministério da Pesca, com a definição de um documento que venha a possibilitar esse reconhecimento enquanto exercício de atividade profissional como qualquer outra”, disse o diretor do Departamento de Registro da Pesca e Aquicultura, Clemerson José Pinheiro.

PALAVRAS-CHAVE

profissionalização identificação pescador

2012

HOME/CIDADES/GERAL

» PESCADORES

Tubarão cabeça-chata pescado no Pontal de Maracaípe

O bicho tinha cerca de 2,3 metros e pesava cerca de 200kg

Publicado em 25/11/2012, às 16h08



O pescador encontrou o tubarão tentando escapar da rede na manhã deste domingo
Foto: Facebook

Do JC Online

Um tubarão macho da espécie cabeça chata foi pescado na manhã deste domingo (25) no Pontal Maracaípe próximo a foz do Rio Ipojuca, praia de Porto de Galinhas, Litoral Sul de Pernambuco. O bicho tinha 2,5 metros de comprimento e foi encontrado numa área de surf conhecida como Pico da Serpente.

O pescador local foi recolher as redes que havia jogado na noite do sábado (24) e se deparou com o peixe tentando escapar da armadilha. De acordo com informações de pessoas que estavam no local, o tubarão pesava cerca de 200kg e foi preciso a força de vários homens para retirá-lo da água. O quilo do filé estava sendo vendido por cerca de R\$ 15.

Mais um

Esse foi o quarto tubarão capturado na Região Metropolitana do Recife neste mês. No dia 10, uma fêmea da mesma espécie, medindo 2,65 metros, apareceu perto da entrada do Porto do Recife, em uma área conhecida como Boca da Barra, onde o Rio Capibaribe se encontra com o mar. Já no dia 12, outro cabeça chata foi encontrado na praia de Pau Amarelo com 2,2 metros em Paulista, na RMR, a cerca de dois quilômetros da costa. No dia 16, um tubarão lixa foi pescado na praia Del Chifre em Olinda.

PALAVRAS-CHAVE

tubarão cabeça-chata praia Pernambuco porto de galinhas

HOME/CIDADES

» MOBILIZAÇÃO

Manifestação em defesa da pesca artesanal

Tradicional mobilização, de âmbito nacional, ocorre anualmente, reivindicando proteção aos territórios pesqueiros

Publicado em 22/11/2012, às 22h38

Do JC Online

Um grupo de associações e cooperativas de pescadores e pescadoras artesanais realizou uma manifestação na frente da Superintendência do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), em San Martin, Zona Oeste do Recife, na manhã de quinta, para marcar o Dia Nacional da Luta da Pesca Artesanal. A tradicional mobilização, de âmbito nacional, ocorre anualmente, reivindicando proteção aos territórios pesqueiros. Este ano, o protesto exigiu o fim da

cobrança de imposto sindical, recolhido a partir deste ano.

Enilde Lima Oliveira, 47 anos, presidente da Colônia dos Pescadores de São José da Coroa Grande é uma das porta-vozes do movimento. “Somos nós que levamos quase 70% dos pescados que chegam à mesa do consumidor neste País. O ministério (da Pesca e Aquicultura), responsável por regulamentar nossa profissão, deveria cuidar da gente, em vez de criar um novo imposto sindical e reduzir nossos territórios, como vem fazendo há anos”, critica.

A pesca artesanal é uma prática de trabalho familiar e autônoma passada de geração em geração, em vigor no Brasil há décadas. A atividade não tem suporte logístico empresarial nem usa equipamentos industriais. “Nós, pescadoras artesanais, cuidamos de todo o processo, desde a pesca propriamente dita até a venda em mercados, restaurantes, atacado, feiras livres. Trabalhamos para a nossa sobrevivência e sustento, e somos referência em segurança alimentar”, explica Enilde. As embarcações de pescadores artesanais costumam ser pequenas, canoas ou jangadas. Dependendo da espécie a pescar, utilizam rede de cerco, arrasto simples, arrasto duplo, tarrafa, linha, anzol e outras armadilhas.

Outra reivindicação feita pelas pescadoras foi em relação à regulamentação da profissão que não reconhece como trabalhos complementares as atividades de tecelãs de rede e descarnadeiras de siri, aratu e caranguejo, excluindo-as da cadeia produtiva da pesca artesanal.

“Nasci em uma canoa. Ser pescadora sempre foi o meu trabalho, vou morrer fazendo isso e lutando pelos meus direitos. Eles inventam coisa pra gente pagar como se a gente tivesse condição de arcar com isso”, protesta Mariângela da Fonseca, 44, integrante da Colônia de Pescadores de Goiânia.

O Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil (MPP), criado em 2009, em virtude das necessidades e demandas da classe, pede proteção especial aos territórios pesqueiros contra a especulação imobiliária e instalação de grandes projetos econômicos que limitem ou interfiram nas ações já desenvolvidas por pescadores artesanais.

O protesto só foi encerrado após o superintendente do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), José Telino, assegurar que estava marcada uma audiência com o ministro Marcelo Crivela, do MPA, em Brasília. Ficou acertado que dois representantes da categoria participarão do encontro e terão todas as despesas da viagem pagas. Resta só definir a data da audiência.

PALAVRAS-CHAVE

pescadores

HOME/CIDADES/GERAL

» PAULISTA

Pescadores capturam tubarão de 2,2 metros em Pau Amarelo

Cabeça-chata estava a mais de 3 km de distância da costa e foi pego por quatro pescadores

Publicado em 13/11/2012, às 08h28

Um tubarão da espécie cabeça-chata foi pego por um grupo de pescadores na noite de segunda-feira (12) em Pau Amarelo, Paulista, Região Metropolitana do Recife. Quatro pessoas precisaram segurar a rede para colocar o animal, de 150 kg, dentro da embacação, que estava a 3 km de distância da costa litorânea.

De acordo com o pescador Adriano Camara, o grupo costuma pescar na região toda tarde e, ao puxar a rede de pesca, perceberam que haviam pego um peixe grande.

GALERIA DE IMAGENS

Animal com 2,2 metros de comprimento foi pego a 3km da costa



"A gente sentiu a rede pesando, pesando, e vimos que era um tubarão. Ele tem 2,2 metros e se debatia muito. Foi bem trabalhoso colocá-lo no barco", disse Adriano.

Essa não foi a primeira vez que o pescador capturou um tubarão. "Quase todo ano eu pego um. O maior tinha 2,7 metros, um tubarão-martelo." Adriano garante que espécies como tigre, lixa, galha preta já passaram por sua rede. O pescador fará a venda do tubarão nesta terça (13).

PALAVRAS-CHAVE

tubarão Pau Amarelo

HOME/CIDADES

» SUSTO

Tubarão de mais de 200kg é capturado por pescador no Recife

O animal foi levado para a UFRPE para a realização de estudos

Publicado em 10/11/2012, às 12h53



Pescador arrastou o tubarão até a Ponte Limoeiro onde chegou a ficar pendurado

Foto: Clemilson Campos/ JC Imagem

Do NE10

Com informações do repórter Jorge Cavalcanti

Um tubarão de aproximadamente 200kg e 2,65 metros de comprimento foi capturado por volta das 5h da manhã deste sábado (10), próximo à entrada do Porto do Recife, em uma área conhecida como Boca da Barra. O tubarão, da espécie cabeça-chata, mordeu a isca do pescador Carlos Nunes, de 49 anos, que demorou mais de duas horas para dominar o peixe. O pescador, conhecido com "Cainha", arrastou o tubarão até a Ponte Limoeiro, no Centro do Recife, onde o animal chegou a ser pendurado na ponte, atraindo a atenção de curiosos.

Segundo o pescador Inaldo Soares, 37 anos, que presenciou a captura do peixe, este foi o maior tubarão já capturado na área.

O animal foi levado pelos pesquisadores do Comitê Estadual de Monitoramento de Incidentes com Tubarões (Cemit) para a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), no bairro de Dois Irmãos, para a realização de estudos.

PALAVRAS-CHAVE

Pescador, rio, tubarão

HOME/CIDADES/GERAL

» DRAGAGEM

Novos rumos para o Rio Beberibe

Atendendo a pedidos da comunidade pesqueira, governo do Estado ampliou a área de dragagem da foz do rio, em Olinda

Publicado em 25/10/2012, às 21h37



Foto: Bobby Fabisak/JC Imagem

Do JC Online

A foz do Rio Beberibe, em Olinda, terá uma comunicação maior com a água do mar. É que o governo de Pernambuco ampliou a área de dragagem no local, atendendo a pedidos da comunidade pesqueira, para melhorar o canal de navegação. Em vez de 2,3 quilômetros (do ponto onde o rio deságua no mar até a ponte da Avenida Olinda), serão desassoreados 2,9 quilômetros de extensão na primeira fase da obra. Os 600 metros de acréscimo correspondem à inclusão da boca da barra, nas imediações do Shopping Tacaruna.

Com isso, a limpeza que está sendo feita pelo Estado na foz do Beberibe desde maio encostará no trecho do mar, dragado pelo Porto do Recife, garantindo uma maior oxigenação do rio.

Também fará interseção com a dragagem do Rio Capibaribe, anunciada pelo governo.

“Fazemos reuniões todo mês com as comunidades ribeirinhas para discutir o projeto. Nelas, surgem demandas que não estavam previstas”, diz o secretário estadual de Recursos Hídricos e Energéticos, Almir Cirilo.

O projeto prevê a desobstrução do rio, com a retirada da areia acumulada no leito, desapropriações, ampliação e aprofundamento da calha, regularização das margens, recuperação ou construção de 13 pontes e implantação de passeios públicos e vias. O trabalho será executado numa extensão de 13 quilômetros do Beberibe, desde a foz, na entrada do Porto do Recife, até a BR-101 Norte, no bairro de Passarinho.

“Dividimos o rio em seis trechos e começamos pela foz, porque quando a água descer, encontrará o caminho aberto e não provocaremos inundações”, explica o secretário. Segundo ele, a retirada de lixo e areia começou em setembro. Em um mês e meio foram recolhidos oito

mil metros cúbicos de lixo (plástico, sofá, pedaços de carro e outros) e mais de 30 mil metros cúbicos de areia.

A quantidade de entulho enche mil caminhões com capacidade para transportar oito metros cúbicos de detritos (tamanho padrão). Parte da areia será reaproveitada pela Prefeitura de Olinda e o restante vai ser despejado no mar. A expectativa do governo é tirar cerca de 600 mil metros cúbicos de areia na primeira etapa da obra. “Recuperar um rio urbano é um desafio penoso, longo e trabalhoso”, declara Cirilo.

Afora areia e lixo, operários removeram da foz 61 estacas de madeira e concreto e outra estrutura submersa, remanescentes de uma antiga ponte construída pela Marinha do Brasil nos anos 70. Depois da limpeza, o rio ficará com profundidade de 2,30 metros abaixo do nível zero da maré. Hoje, há trechos com lâminas d’água. Nos pontos mais largos (foz), o Beberibe terá 80 metros de largura. Na parte mais estreita, chegará a cinco metros.

Só em janeiro de 2013 o Estado inicia a intervenção na segunda etapa, dividida em cinco trechos. “Até junho de 2014, estaremos com a maior parte das obras, se não todas, concluídas”, promete o secretário. O serviço está estimado em R\$ 63 milhões, sendo R\$ 60 milhões da Caixa Econômica Federal (empréstimo pelo PAC Drenagem). A contrapartida do governo é de R\$ 3 milhões.

O projeto executivo será entregue à Secretaria de Recursos Hídricos e Energéticos no fim deste mês, com quatro meses de atraso. Levantamento inicial aponta a necessidade de transferir cerca de 400 famílias da margem do rio, mas o número exato será definido agora. O estudo demorou, diz o secretário, porque era preciso compatibilizar a intervenção com outras obras previstas pelas Prefeituras do Recife e de Olinda.

Há projetos e trabalhos em execução, pelos municípios, de mobilidade urbana, pavimentação, urbanização e saneamento. “Vamos cobrar das prefeituras ações de educação ambiental, remoção de atividades incompatíveis na beira do rio, como a central de triagem de resíduos, e aumento da coleta de lixo para evitar o retorno do problema”, destaca Almir Cirilo.

PALAVRAS-CHAVE

rio beberibe

HOME/MUNDO/BRASIL

» HORIZONTE II

Sobreviventes de naufrágio aliviados no retorno para casa

Francisco Amorim e Alex Ramon, dois dos sete sobreviventes do naufrágio ocorrido entre Pernambuco e Paraíba, estão em casa e contaram a luta pela vida em alto-mar

Publicado em 10/10/2012, às 07h02



Francisco estava no comando da embarcação quando ela afundou.

Foto: Rodrigo Lôbo/JC Imagem

Renato Mota/Especial para o JC

Os paraenses Francisco Amorim e Alex Ramon, tio e sobrinho, sobreviventes do naufrágio do barco Horizonte II, voltaram a Pernambuco depois de passar dois dias sob observação no Hospital Estadual de Emergência e Trauma de João Pessoa e cerca de 36 horas à deriva no mar. Moradores do Curado IV, em Jaboatão dos Guararapes, eles deram detalhes sobre como aconteceu o naufrágio, perto de Itamaracá, e como os sete sobreviventes conseguiram chegar à costa paraibana.

Segundo os sobreviventes, um dos dois desaparecidos teria se afogado ainda na sexta-feira. Flávio da Cunha Patriota estaria sentindo muitas dores e câimbras. Sem conseguir suportar mais o percurso a nado até o continente, enviou uma mensagem aos pais antes de afundar no mar. O outro desaparecido, o engenheiro de pesca pernambucano Rivaldo Soares Segundo, se separou do grupo no mesmo dia, para tentar chegar à praia com mais rapidez para pedir socorro, e desde então não foi mais visto.

O relato dos naufragos confirma as informações dadas anteriormente pela empresa dona do navio, a pernambucana Pronaval, e pela Capitania dos Portos da Paraíba. O Horizonte II sofreu um incêndio por volta das 22h da última quinta-feira, quando estava a menos de 20 quilômetros da costa de Itamaracá. “Às 4h do dia seguinte, o fogo alcançou o tanque de combustível do barco, o que causou uma explosão”, confirma Ramon. O estrondo foi testemunhado por *pescadores* da região.

Francisco Amorim e Alex Ramon foram os primeiros a chegar ao litoral da Paraíba, ainda na madrugada do sábado. “Mas, como não encontramos ajuda e estávamos muito debilitados pelo tempo passado em alto mar, cavamos um buraco na areia para nos abrigar do frio e acabamos dormindo”, lembra Ramon. Na manhã seguinte andaram pela praia até encontrar um caseiro da região, que os indicou o caminho para o povoado mais próximo, na região de Pitimbu. Como chegar lá só era possível atravessando um rio, os dois se abrigaram noutro casebre abandonado até que a maré baixasse e possibilitasse a travessia. Do outro lado, Amorim e Ramon encontraram um morador que ligou para os bombeiros e acionou o resgate. A essa altura os outros sobreviventes tinham sido localizados em praias próximas e a notícia já se espalhava na região.

Buscas

Lanchas e helicópteros do Corpo de Bombeiros e da Capitania dos Portos da Paraíba seguem esta quarta (10) com as buscas no litoral sul do Estado. Segundo o comandante Victor Buarque, as buscas se concentram nos municípios de Cabedelo, Lucena, Mamanguape e Conde, mas sempre seguindo a correnteza cada vez mais ao norte. “Todos os dias a Salvamar Nordeste faz uma avaliação do trabalho para decidir se seguimos com as buscas. Contactamos também **as colônias de pescadores** da região para nos ajudar a encontrar os dois desaparecidos”, disse.

PALAVRAS-CHAVE

Pernambuco pernambucano paraíba HORIZONTE

HOME/MUNDO/BRASIL

» MAR

Pernambucano está entre desaparecidos de naufrágio da Paraíba

Pescador Rivaldo Soares e um outro tripulante do Horizonte II seguem sendo procurados
Publicado em 08/10/2012, às 16h54



Foto: Reprodução do Facebook

Renato Mota

Um pernambucano é um dos dois desaparecidos que estavam na embarcação pesqueira que afundou após uma explosão, na última quinta-feira (04), entre os Estados da Paraíba e Pernambuco. O pescador Rivaldo Soares Segundo era um dos nove tripulantes do navio Horizonte II, que veio a pique enquanto cumpria trajeto entre o Rio Grande do Norte e o Recife.

A família de Rivaldo informou que está oferecendo uma recompensa de R\$ 5 mil para quem encontrar o pescador. Além de Rivaldo, outro tripulante do Horizonte II, cujo nome não foi divulgado, ainda não foi encontrado. Os sete sobreviventes resgatados tiveram alta do Hospital de Emergência e Trauma de João Pessoa na tarde desta segunda-feira (08).

No último sábado, os sete náufragos foram resgatados com vida após três dias à deriva. As buscas estão sendo feitas pela Capitania dos Portos com auxílio do Corpo de Bombeiros. A Polícia Rodoviária Federal pernambucana enviou dois helicópteros à região, mas o trabalho foi suspenso esta segunda (8). Os destroços da embarcação também não foram localizados.

Informações dão conta de que o navio pesqueiro, que pertencia à empresa pernambucana de pesca Pronaval, teria naufragado na noite da quinta-feira passada (04) e que os pescadores teriam conseguido nadar por cerca de 40 km até a costa da Paraíba, sendo ajudados também pela correnteza.

Por volta das 5h30 do sábado, o primeiro náufrago foi resgatado pelo dono de uma pousada em Tambaba. Muito debilitado, Ramiro Freires Cacho Junior, 31 anos, contou que a embarcação explodiu e os tripulantes ficaram à deriva no mar. Os bombeiros informaram que os outros sobreviventes foram encontrados em uma localidade próxima a Praia Bela, na mesma região.

No perfil de Rivaldo no Facebook, amigos deixam mensagens de apoio

HOME/MUNDO/BRASIL

» BUSCAS

Duas vítimas do naufrágio na Paraíba ainda não localizadas

PRF utilizou dois helicópteros nas buscas. Seis sobreviventes foram resgatados

Publicado em 07/10/2012 às 18:59



PRF utilizou dois helicópteros nas buscas. Seis sobreviventes foram resgatados
Foto: divulgação / PRF

Do JC Online

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) da Paraíba continuou as buscas neste domingo (7), sem sucesso, para localizar duas vítimas do naufrágio da embarcação Horizonte 2. Sete pescadores foram resgatados sábado (6), após passarem três noites à deriva em alto-mar. Eles sobreviveram a uma explosão de um barco pesqueiro que vinha do Rio Grande do Norte e ia em direção ao Recife.

As ações de resgate estão sendo realizadas em conjunto pelo Corpo de Bombeiros da Paraíba, Capitania dos Portos e a Polícia Rodoviária Federal, que não divulgou se retomará as buscas na segunda.

HOME/MUNDO/BRASIL

» ACIDENTE

Seis náufragos são resgatados após passarem três dias à deriva no litoral paraibano

Barco pesqueiro vinha do Rio Grande do Norte com destino ao Recife. Outros três tripulantes ainda estão à deriva

Publicado em 06/10/2012, às 14h18

Vanessa Silva
Do NE10/ Paraíba

Seis pessoas foram resgatadas na manhã deste sábado (6), na Praia de Tambaba, Litoral Norte da Paraíba, após terem passado três noites à deriva em alto-mar. Eles sobreviveram a uma explosão de um barco pesqueiro que vinha do Rio Grande do Norte com destino ao Recife (PE). Segundo a assessoria da Polícia Rodoviária Federal (PRF), o acidente ocorreu na quarta-feira (3) e outros três tripulantes ainda não foram localizados. Equipes do Corpo de Bombeiros, Capitania dos Portos e PRF sobrevoam o Litoral Norte paraibano para tentar encontrá-los.

O primeiro homem foi resgatado pelo dono de uma pousada na Praia de Tambaba. Muito debilitado, Ramiro Freires Cacho Junior, de 31 anos, teria contado ao empresário que estava em um barco pesqueiro com outras oito pessoas quando a embarcação explodiu no litoral paraibano. O Corpo de Bombeiros foi acionado e realiza buscas no mar, enquanto uma equipe da PRF dá suporte com um helicóptero aeromédico equipado para resgates.

Segundo a inspetora Keilla Melo, da PRF, os pescadores resgatados estão sendo conduzidos ao Hospital de Emergência e Trauma de João Pessoa. Eles estão muito debilitados e com queimaduras no corpo, provocadas pela explosão. Segundo o boletim médico emitido pelo hospital, apenas Ramiro já deu entrada na unidade e seu estado de saúde é considerado

regular.

A Capitania dos Portos da Paraíba informou que está apurando as condições do incidente e que não se pronunciará oficialmente por enquanto. A embarcação que explodiu foi a Horizonte 2 e, segundo informações colhidas pelo Corpo de Bombeiros, pertencia à empresa pernambucana Pronaval.

PALAVRAS-CHAVE

paraíba naufrágio

HOME/CIDADES/CIÊNCIA/M.AMBIENTE

» ENERGIA RENOVÁVEL

Estado entra na era da pescaria ecológica

Pescadores do Recife e Olinda trocaram óleo diesel por painéis solares que carregam lâmpadas e equipamentos eletrônicos, ajudando a preservar o planeta

Publicado em 29/09/2012, às 16h04



José Lucas utiliza as placas fotovoltaicas e deixa a bateria automotiva como reserva
Marcelo Soares/JC Imagem

Verônica Falcão

No lugar de óleo diesel, que contribui com o aquecimento global, pescadores do Recife e de Olinda estão usando painéis solares para carregar a bateria responsável pelo funcionamento de lâmpadas e equipamentos eletrônicos dos barcos.

Em Brasília Teimosa, Zona Sul da capital, mais de 15 já instalaram placas que convertem em eletricidade a luz do Sol, considerada uma fonte renovável de energia.

Embora reconheçam o forte apelo ambiental das energias limpas, os pescadores dizem ter adotado os painéis solares por causa do preço. “A gente sabe que é bom pro meio ambiente, sim, mas antes disso é barato”, esclarece Everaldo Cardoso de Lima, 53 anos, que desde os 8 tira o sustento do mar no estuário. Ele comprou a placa há um mês.

Enquanto uma bateria automotiva custa R\$ 520, o painel solar é vendido por um representante comercial a R\$ 170. “A bateria dura pouco mais de um ano, enquanto a placa tem garantia de fábrica de cinco anos”, compara Everaldo, dono do barco Rogério 1º.

Assim como Everaldo, o pescador Francisco Antônio Guimarães da Silva, 46, que começou aos 12 na atividade, ligou o painel solar na bateria do barco. “A bateria já não carregava mais. Estava quase comprando outra, mas quando instalei o painel ela voltou a funcionar”, revela.

Francisco adquiriu o painel semana passada. Antes, conta ele, era preciso ligar o motor da embarcação barco para recarregar a bateria. “Passava todo dia mais de uma hora com o motor ligado, mesmo com o barco em alto-mar, gastando combustível”, relata.

BATERIA AUTOMOTIVA CUSTA R\$ 520 E O PAINEL SOLAR É VENDIDO POR UM REPRESENTANTE COMERCIAL A R\$ 170

Normalmente são os alternadores que convertem a energia mecânica gerada pelo motor em energia elétrica. “Com os painéis, esse sistema antigo virou a reserva. Se tiver alguma bronca com o painel solar, a gente pode acionar”, justifica o pescador José Lucas da Silva Filho, 51 anos, desde os 11 manuseando redes, linhas e anzóis.

Como chegam a passar até dez dias em alto-mar, os barcos precisam de iluminação à noite. Além de lâmpadas, dispõem de GPS, radioamador e bombas que puxam a água do porão. “Tudo isso consome energia, por isso temos baterias automotivas”, explica José Lucas.

PALAVRAS-CHAVE

pescador painel solar

HOME/CIDADES

» ZONA SUL

Entrapulso, uma minicidade entre os espigões de Boa Viagem

Comunidade é exemplo de resistência. Casebres de outrora deram lugar a casas de alvenaria

Publicado em 22/09/2012 às 19:44



Foto: Marcelo Soares/JC Imagem



João Carvalho

A rotina de Luzinete era a mesma. Sentava no chão do pequeno espaço invadido há poucas semanas, numa comunidade ainda sem nome, e cavava ali mesmo, no terreno de mangue dentro do barraco, o almoço da família: pequenos peixes e caranguejos. Estávamos em 1975 e moradores de uma comunidade batizada de Mata-Sete começava a ser despejada de uma área que ia onde hoje é o Shopping Center Recife, até a beira-mar de Boa Viagem. A nova área onde as famílias eram empurradas a fórceps não tinha ainda um nome, mas o destino já

guardava uma história de resistência para ela. Estavam sendo retiradas porque a região já estava passando pela especulação imobiliária. Prédios como o Holiday, Acaiaca e a Casa Navio estavam sendo construídos.

Dois mil e doze. Luzinete Alves do Nascimento, ou Lu da Pamonha, passa o dia no comando de uma cozinha e de 16 funcionários fixos, todos nascidos e criados na comunidade, filhos e netos dela, com o dinheiro das comidas de milho que produz há 35 anos. Em nada se parece com a mulher que na década de 70 foi uma das centenas de pessoas que invadiram aquela área, logo batizando de Entrapulso. A expansão do que antes era uma favela, formada por casas feitas de papelão e palhas de coqueiro, cresceu e resistiu tanto quando a família de dona Lu. Hoje a Entra a Pulso é uma mini-cidade encravada num dos bairros mais nobres do Recife, Boa Viagem, bairro da Zona Sul, conhecida principalmente pela praia e badalação. A comunidade virou uma mini-cidade dentro da cidade. Sobreviveu e cresceu com o trabalho dos moradores e com pouquíssima ajuda do poder público, ainda sofrendo com a falta de pavimentação e saneamento. Uma ilha que resistiu a especulação imobiliária.

Invasão nascida de outra invasão, a Entrapulso começou a ser formada com a expulsão de pescadores e trabalhadores rurais que tinham criado a Mata-Sete. As famílias iam construindo os barracos naquela área de mangue mas eram retiradas pela prefeitura. Foram resistindo. Muitos invasores da época moram no lugar até hoje. “Eles derrubavam pela manhã, a gente vinha a noite e reconstruía tudo”, fala dona Lu. Por isso o nome de Entra a Pulso. O resultado da resistência foi vindo aos poucos.

Uma das conquistas chegou há 25 anos, quando foi transformada numa Zeis, Zona Especial de Interesse Social. “Aqui ninguém mete a mão nem tira a gente. Hoje somos organizados, temos escola, restaurantes, serviços de todos os tipos. Não precisamos sair daqui pra quase nada”, explicou Lot Bernardino de Sena, presidente da associação dos moradores. Desde que se aposentou como funcionário público, há 12 anos, se dedica em lutar pelos direitos da Entrapulso.

No início, foi difícil. “Eles chegavam pela manhã e derrubavam tudo. A noite a gente volta e construía tudo de novo. Por isso o nome”, lembrou Lot. “A história dessa comunidade foi construída aos poucos, com resistência, perseverança, vontade de transformar”, falou. Hoje a comunidade conta com duas escolas, uma estadual e outra municipal, além de uma creche. O Instituto Shopping Recife construiu, há dois anos, uma sede no coração da Entra Apulso, onde os moradores podem fazer cursos, ter aulas e usar a biblioteca formatada no local. Um núcleo de informática também pode ser usado pela comunidade.

Mesmo com tantos problemas, o orgulho de ser um morador está estampado em cada morador de quem vem de fora para participar do dia a dia do lugar. “Eu moro em Vitória de Santo Antão e venho todo dia pra Recife. Há um ano trabalho nessa escola e não quero deixar. Fui muito bem recebida por todos aqui, alunos, pais e a comunidade”, relatou a professora Joseane Gomes. Ela passou num concurso da Prefeitura do Recife e ensina na escola que existe na comunidade, a Abílio Gomes. A outra escola é a Inalda Spineli, do Governo do Estado. A luta para melhorar o futuro da comunidade tem endereço certo. “Lutamos por mais educação. Precisamos de pelo menos mais uma escola aqui dentro”, disse Lot.

A Entrapulso ainda cresce. Em maio passado dezenas de famílias que invadiram a área em cima do túnel Augusto Lucena, que margeia parte da comunidade, foram retiradas do local. Imediatamente invadiram a área ao lado e foram construindo moradias de madeira, papelão e algumas de alvenaria. Já são 99 barracos no local e outros estão sendo construídos. “Viemos pra cá porque não temos pra onde ir. Não vamos sair”, disse Eliane Oliveira. Ironicamente essa nova região do lugar é conhecido pelos moradores antigos como “a invasão”. “Aqui é nossa casa”, desabafou Eliane. Resistindo, como os primeiros habitantes, no passado.



Comércio é o ponto forte da comunidade Entrapulso.
Foto: Marcelo Soares/JC Imagem



Hoje a Entrapulso passa por um crescimento vertical.
Foto: Marcelo Soares/JC Imagem



Lot Bernardino: 25 anos na Entrapulso, 12 deles dedicados a ajudar a comunidade.
Foto: Marcelo Soares/JC Imagem



Vista geral da Entrapulso, que resiste à especulação imobiliária.
Foto: Bobby Fabisak/JC Imagem



Professora Joseane dá aulas às crianças da comunidade.
Foto: Bobby Fabisak/JC Imagem



Lu da Pamonha é a maior comerciante da Entrapulso.
Foto: Bobby Fabisak/JC Imagem



Mesmo sem áreas de lazer as crianças conseguem espaço para a diversão.
Foto: Bobby Fabisak/JC Imagem



Um dos becos estreitos. Marca registrada da Entrapulso.
Foto: Bobby Fabisak/JC Imagem



A Entropulso continua a crescer. Novos barracos estão sendo construídos.
Foto: Bobby Fabisak/JC Imagem



A Entropulso continua a crescer. Novos barracos estão sendo construídos.
Foto: Bobby Fabisak/JC Imagem

HOME/MUNDO/BRASIL

» MANIFESTAÇÃO

Trabalhadores rurais protestam por reforma agrária

Participaram do protesto organizações de distintos grupos sociais, etnias e movimentos agrários do Brasil

Publicado em 22/08/2012, às 12h49



Lema do movimento é "Por terra, território e dignidade"
Foto: Antonio Cruz/ABr

Da Agência Estado

Milhares de trabalhadores rurais continuam reunidos em frente ao Congresso Nacional "para denunciar a paralisação da Reforma Agrária e a aliança do Estado brasileiro com o agronegócio e a complacência do governo federal com tal modelo de produção". Pouco antes, porém, protocolaram um documento no Palácio do Planalto dirigido ao ministro da secretaria-geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, com as decisões do "Encontro Unitário dos

Trabalhadores, Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas", que está sendo realizado em Brasília.

O movimento reúne organizações de distintos grupos sociais, etnias e movimentos agrários do Brasil, incluindo povos indígenas, comunidades tradicionais, assentados de reforma agrária, agricultores familiares extrativistas, povos da floresta, pescadores artesanais, quilombolas e trabalhadores assalariados.

O secretário de política agrária da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), William Clementino da Silva Matias, explicou que no documento entregue no Planalto, as entidades declaram que o "inimigo comum é o agronegócio". Por isso, o grupo declara defender, entre outros pontos, aceleração da reforma agrária e apoio para a agricultura familiar. Segundo Clementino, o atual governo não consegue apresentar números sobre assentamentos realizados este ano "enquanto existem quatro milhões de famílias esperando pelo acesso à terra, sendo que 250 mil estão morando embaixo de lona".

O "Encontro Unitário" de todas as entidades ligadas à questão da reforma agrária é o primeiro realizado desde 1961. O secretário da Contag afirmou que a partir deste agora todas as articulações serão realizadas em conjunto, envolvendo entidades como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). O encontro conta também com a participação de organizações de pescadores artesanais, dos atingidos pelas barragens, indígenas e mulheres camponesas, entre outros.

O coordenador do movimento dos pescadores artesanais do Amazonas Estevam Ferreira da Costa, explicou que a categoria se uniu aos trabalhadores rurais em busca de fortalecimento para suas reivindicações. Ele disse que o setor cobra apoio do governo federal para investimento em infraestrutura para comercialização como transporte e conservação. Ele argumentou que o sistema de representação por meio das colônias de pesca não atende as expectativas do setor.

"Por terra, território e dignidade" é o lema do movimento. O grupo defende a realização de uma reforma agrária ampla; reestruturação dos setores de governo que atendem a agricultura familiar, camponesa e povos do campo, das águas e das florestas; fomento à agroecologia e diversas práticas da agricultura orgânica, susceptíveis de eliminar a utilização de agrotóxicos e a produção de alimentos saudáveis; entre outros pontos.

PALAVRAS-CHAVE

reforma agraria trabalhadores rurais protesto

HOME/POLÍTICA

» PERSONAGENS

Pescador de baleia quer fisgar votos

Em Olinda, Daniel Carneiro tenta se eleger vereador com uma estratégia bem curiosa

Publicado em 18/08/2012, às 15h24



Foto: Clemilson Campos/JC Imagem

Juliane Menezes

O que você diria se soubesse que um “Pescador de Baleia” quer ser vereador? Calma, você não leu errado nem se trata de uma ficção. Estamos falando de Daniel Carneiro, candidato em Olinda pelo PPS. Figura conhecida na cidade, ele costuma circular pelos bairros de Rio Doce e Jardim Atlântico, muitas vezes indo até o centro do Recife a pé usando um sombrero mexicano feito de espuma sintética, roupas pintadas a massa corrida, uma sunga vermelha por cima do conjunto e, de quebra, levando cartazes de papelão pendurados pelo corpo.

Mas não é de hoje que ele começou a andar dessa forma, já sendo bastante conhecido da população que grita por onde ele passa: “Pescador de baleias com anzol de piaba!”. Há cerca de 4 anos ele circula dessa forma pelos bairros. “Qual era o meu objetivo? Entrar para a política. Hoje quem chega lá é quem tem dinheiro, tem apoio de grandes partidos políticos, e eu não tenho. E o que é que é preciso para ser eleito? Primeiramente, se tornar conhecido. Depois, ser criativo, conquistar o povo. E eu conquistei, o povo diz isso na rua”, garante o candidato, que afirma ter certeza que não existe ninguém que o supere em marketing político. E que aposta, aliás, que se algum partido patrocinasse uma candidatura sua a prefeito ou até mesmo a governador, ele ganharia “facinho, facinho”.

“Eu sou o único que seria capaz de ganhar até do candidato apoiado para a sucessão de (o governador) Eduardo Campos”, garante, muito otimista. Daí o significado do seu apelido, criado por ele próprio mas que já caiu na boca de muitos moradores de Olinda. “Na baleia tem muita carne, quem pesca uma baleia tem muita carne. Em política, é pescar a prefeitura, é pescar o governo do Estado. O anzol de piaba é a força, é quebrar as barreiras”, explica. A inspiração para esse método de campanha surgiu após sua mal sucedida candidatura a vereador em 1998, visto que ele obteve apenas 38 votos.

“Eu vi que quem não tem recursos não tem as mínimas condições de chegar lá. Os partidos investem no candidato que eles querem e os outros servem de escadinha para eles”, reclamou. Foi assim que o Pescador de Baleia - nome adotado na campanha - decidiu investir em seu sonho de se tornar político caminhando pelas ruas dessa forma, adotando uma filosofia de vida que ele denomina “custo zero”.

“Quanto está gastando cada candidato? Eu não estou gastando nada. Comecei no zero, e vou terminar no zero. Zero é leve, zero voa, zero não tem peso”, garante ele. Assim, todo o material que ele usa é reciclado: o sombrero é feito com os restos de um colchão achado no lixo, as roupas são recicladas, os cartazes são feios de caixas de papelão e a tinta com que ele pinta os cartazes e suas roupas são restos de massa corrida.

PALAVRAS-CHAVE

pescador

HOME/ ECONOMIA

» ATIVIDADE PORTUÁRIA

Suape obrigado a prestar ajuda a pescadores do Cabo de Santo Agostinho

Associados vão receber cesta de R\$ 79 e ajuda financeira de R\$ 400 por três meses

Publicado em 30/06/2012, às 07h00

Adriana Guarda

A diretoria do Porto de Suape vai pagar, durante um período de três meses, uma cesta básica no valor de R\$ 79 e uma ajuda financeira de R\$ 400 a 66 pescadores da Colônia Z-8 da Praia de Gaibu, no Cabo de Santo Agostinho. O acordo judicial foi homologado este mês, na 3ª Vara Federal da Seção Judiciária de Pernambuco, pelo juiz federal Cláudio Kitner. O pagamento é uma medida provisória até que Suape conclua e apresente estudos para mitigar os prejuízos sociais e financeiros causados aos pescadores, em função das dragagens realizadas no porto para permitir a instalação dos estaleiros.

Os pescadores reclamam que as dragagens provocaram uma redução de até 70% na pesca e oficializaram uma denúncia no Ministério Público Federal (MPF), que ingressou com uma ação civil pública contra o Complexo de Suape e a Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (CPRH).

O pescador associado à Colônia Z-8, Ednaldo Rodrigues de Freitas (conhecido como Nal), diz que o desmatamento do mangue e destruição dos cabeços (arrecifes) provocada pelo descarte dos sedimentos da dragagem está matando, prejudicando a reprodução e forçando a fuga dos peixes. “Nos bons tempos a gente conseguia tirar até 100 quilos de peixes por dia. Agora se conseguir 30 quilos é muito. Os restaurantes e os próprios turistas e frequentadores das praias reclamam da falta de produto fresco, que escasseou. Eu, por exemplo, deixei de fornecer aos clientes de bares e restaurantes porque não tenho mais volume. Vendo direto ao consumidor”, conta Nal.

O presidente da Colônia Z-8, Laílson Evangelista de Souza (Pio), lembra que essa ajuda de custo paliativa começou a ser paga este ano. Entre fevereiro e maio, Suape estava pagando uma cesta básica no valor de R\$ 69 e uma ajuda financeira de R\$ 311. “Essa ajuda apenas evita que a gente morra de fome, mas não resolve nosso problema. Queremos uma solução definitiva para a recuperação da pesca”, cobra.

“Numa das audiências que tivemos, o juiz perguntou se Suape não tinha como conseguir trabalho no porto para a gente. Eles precisam entender que somos da cultura secular da pesca. Não queremos sair da nossa atividade para ser pedreiro ou soldador”, reclama o pescador Sinval Calixto, na atividade desde os 9 anos.

A diretoria de Suape diz que está construindo uma proposta, dentro da filosofia do programa Suape Sustentável, que acabou de completar um ano de criação. A ideia é contribuir com o projeto de pesca artesanal, que vem sendo desenvolvido pelo governo do Estado. “Estamos trabalhando para que isso aconteça o mais rápido possível e com uma solução permanente para os pescadores da região. Enquanto isso, Suape continua pagando o auxílio aos pescadores, até que a solução definitiva seja validada e implementada”, diz, por meio de sua assessoria de comunicação.

PALAVRAS-CHAVE

porto de suape pescadores dragagem estaleiro

HOME/ECONOMIA

» DESENVOLVIMENTO

Programa Suape Sustentável comemora um ano

Projeto integra Estado, municípios, empresas e academia para garantir o desenvolvimento sustentável na região

Publicado em 24/06/2012, às 08h00

Adriana Guarda

O programa Suape Sustentável também completa um ano de aniversário. Idealizado pelo governo de Pernambuco, a proposta é desenvolver uma gestão integrada incluindo gestão estadual e municipal, empresas e academia. A iniciativa aproveitou algumas ações que já estavam em curso e incluiu outras para encorpar o projeto.

O vice-presidente do Complexo de Suape, Frederico Amâncio, diz que o programa foi dividido em ações imediatas e prioritárias. “Algumas ações precisavam ser desenvolvidas em caráter de urgência e outras precisavam ser elaboradas”, observa. Na lista de ações imediatas ele cita a construção da agrovila Nova Tatuoca, prometida desde 2007 aos moradores da Ilha de Tatuoca (onde está instalado o polo naval), mas empacada há 4 anos. Os ilhéus terão que deixar o local para dar lugar aos estaleiros e serão deslocados para um condomínio com 71 casas construído pelo governo. Amâncio garante que a vila será totalmente entregue até o final de março de 2013, mas que as primeiras casas serão concluídas e entregues em dezembro deste ano.

Na área ambiental, Suape comemora a criação da Unidade de Conservação de Bita e Utinga, que vai recuperar 2.400 hectares de mata atlântica. “Outro avanço foi a publicação do Plano Diretor do Porto de Suape, que ampliou de 48% para 59% a área destinada à previsão ambiental no complexo”, destaca.

No balanço das ações para melhorar a mobilidade, Amâncio destaca a conclusão da duplicação de quatro quilômetros da PE-60 até o porto, além da construção de três viadutos.

Prioritárias

Dentre os projetos mais estruturadores está a construção do Centro de Tecnologia Ambiental (CTA), que se arrasta há alguns anos. O executivo afirma que falta apenas fechar o financiamento de R\$ 17 milhões com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para tocar o projeto. Ainda na área ambiental também serão criadas mais duas unidades de conservação ambiental.

“Na questão de mobilidade contratamos uma empresa para apresentar propostas para a reforma da Estação de Trem de Massangana, em Suape, e a chegada do VLT até o complexo. As propostas estão prontas para definição do governador”, diz.

PALAVRAS-CHAVE

meio ambiente Municípios sustentável Suape

HOME/ECONOMIA

» INFRAESTRUTURA

Plano para evitar efeitos colaterais de Suape não sai do papel

Há quatro anos projeto era criado, mas até agora nada do que foi prometido foi feito

Publicado em 23/06/2012, às 19h26



Investimento é essencial, mas também afeta cidades

Foto: Arnaldo Carvalho/JC Imagem

Adriana Guarda

Criado em 2006 para planejar o desenvolvimento da região e evitar os impactos negativos da chegada de grandes empreendimentos no Complexo de Suape, o projeto do Território Estratégico de Suape não deslanchou. Integrado pelos municípios do Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes, Escada, Moreno, Ribeirão e Sirinhaém, o território convive com as benesses e as agruras de abrigar na vizinhança o maior polo de desenvolvimento de Pernambuco, com investimento estimado em R\$ 35 bilhões.

Nos últimos quatro anos (uma gestão municipal inteira), o programa enfrentou entraves burocráticos e não saiu da fase de planejamento. Agora, com as eleições municipais e a troca de vários prefeitos, o projeto sofrerá um novo freio, até que todos tomem pé do programa para voltar a movimentar a engrenagem. O programa conta com apoio do Banco Nacional de desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que vai investir R\$ 11 milhões para financiar o programa de controle urbano e ambiental em cinco municípios do território (excluindo Sirinhaém e Ribeirão, que ingressaram depois).

No próximo sábado completa um ano da assinatura do convênio entre o BNDES e as prefeituras, mas ainda há pouco a comemorar. Coordenado pela Agência de Planejamento de Pernambuco (Condepe/Fidem), o projeto está em fase de montagem da infraestrutura e de um complexo sistema de informação, que vai unificar os dados municipais.

O presidente da Condepe/Fidem, Antônio Alexandre da Silva, explica que o objetivo da iniciativa é promover a ocupação ordenada do território de Suape, evitando danos sociais e ambientais.

A demora na implantação do programa perdeu o timing de caráter preventivo. Os municípios do Cabo e de Ipojuca sofrem influência direta da presença de 70 mil pessoas trabalhando em Suape. Se por um lado os empreendimentos movimentam a economia em ritmo acelerado, por outro trazem uma série de demandas sociais, como habitação, mobilidade, saúde, segurança e meio ambiente.

“Os empreendimentos chegam numa velocidade diferente das ações. É difícil acompanhar, mas parte desses trabalhadores são uma população flutuante. Muitos vão embora depois e a nossa expectativa é conseguir dar conta da ocupação permanente”, diz Silva.

Até agosto, a estimativa é que o BNDES faça a liberação de R\$ 5 milhões para o programa. Até agora não houve nenhum grande desembolso. De acordo com a Condepe/Fidem estão sendo equipado e montado um núcleo central do programa na Agência e as estruturas locais nos municípios. A compra de veículos para realizar o trabalho de campo de controle urbano e ambiental está em fase de licitação. A ideia é evitar o surgimento de invasões e o agravamento

dos impactos ambientais no território.

Outro projeto

O programa Suape Sustentável também completa um ano de aniversário. Idealizado pelo governo de Pernambuco, a proposta é desenvolver uma gestão integrada incluindo administração estadual e municipal, empresas e academia. A iniciativa aproveitou algumas ações que já estavam em curso e incluiu outras para encorpar o projeto. O vice-presidente do Complexo de Suape, Frederico Amâncio, diz que o programa foi dividido em ações imediatas e prioritárias. “Algumas ações precisavam ser desenvolvidas em caráter de urgência e outras precisavam ser elaboradas”, observa.

Na lista de ações imediatas ele cita a construção da agrovila Nova Tatuoca, prometida desde 2007 aos moradores da Ilha de Tatuoca (onde está instalado o polo naval), mas empacada há 4 anos. Os ilhéus terão que deixar o local para dar lugar aos estaleiros e serão deslocados para um condomínio com 71 casas construído pelo governo. Amâncio garante que a vila será totalmente entregue até o final de março de 2013, mas que as primeiras casas serão concluídas e entregues em dezembro deste ano.

Na área ambiental, Suape comemora a criação da Unidade de Conservação de Bita e Utinga, que vai recuperar 2.400 hectares de mata atlântica. “Outro avanço foi a publicação do Plano Diretor do Porto de Suape, que ampliou de 48% para 59% a área destinada à previsão ambiental no complexo”, destaca.

No balanço das ações para melhorar a mobilidade, Amâncio destaca a conclusão da duplicação de quatro quilômetros da PE-60 até o porto, além da construção de três viadutos.

Prioritárias

Dentre os projetos mais estruturadores está a construção do Centro de Tecnologia Ambiental (CTA), que se arrasta há alguns anos. O executivo afirma que falta apenas fechar o financiamento de R\$ 17 milhões com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para tocar o projeto. Ainda na área ambiental também serão criadas mais duas unidades de conservação ambiental.

“Na questão de mobilidade contratamos uma empresa para apresentar propostas para a reforma da Estação de Trem de Massangana, em Suape, e a chegada do VLT até o complexo. As propostas estão prontas para definição do governador”, diz.

PALAVRAS-CHAVE

Suape

HOME/ECONOMIA/PERNAMBUCO

» AJUDA

Programa Chapéu de Palha irá beneficiar pescadores artesanais

Os selecionados irão receber um auxílio de até R\$ 242 (complementar ao Bolsa Família)

Publicado em 07/06/2012, às 11h04

Do JC Online

Em 2012, o programa Chapéu de Palha, além de auxiliar os canavieiros e produtores da fruticultura irrigada, também será destinado para pescadores artesanais de 57 municípios de

Pernambuco. O cadastro poderá ser feito em 91 polos e será dividido em duas etapas, sendo a primeira destinada para pescadores que vivem na Região Metropolitana do Recife e das Zonas da Mata Norte e Sul. As inscrições irão ocorrer entre os dias 13 e 16 deste mês. Em seguida, será a vez dos pescadores do Agreste e do Sertão pernambucano, de 18 a 21 de junho.

Quem for escolhido para participar do programa irá receber um auxílio de até R\$ 242 (complementar ao Bolsa Família). Após receber o auxílio, o selecionado deverá participar de cursos de capacitação ou de qualificação profissional que serão oferecidos pelas secretarias de Educação; Trabalho; Qualificação e Empreendedorismo; Meio Ambiente e Sustentabilidade; Agricultura e Reforma Agrária e Mulher.

O valor do benefício será dividido em duas parcelas, onde a primeira será paga em julho (referentes aos meses de maio de junho) e a segunda em agosto (correspondente a julho e agosto).

Para se cadastrar, é necessário que os pescadores artesanais tenham em mão os originais e cópias da Identidade, CPF, Carteira de Trabalho, comprovante de residência, Registro Geral da Pesca, que tenha sido emitido pelo Ministério da Pesca e Cartão do Cidadão ou da Bolsa Família (número do NIS e PIS). Quem não possuir esse registro do Ministério de Pesca, deverá apresentar, também, uma declaração da colônia de pesca ou associação de pescadores assinada pelo presidente e por mais três membros, relatando que o interessado pratica a pesca a mais de seis meses. Além disso, o candidato deve ser maior de 18 anos, não pode ser aposentado ou receber algum benefício do INSS.

Para outras informações a respeito de qual polo encontra-se mais próximo, o pescador deve ligar para 0800 282 5158.

» Confira os 57 municípios que fazem parte do Chapéu de Palha da Pesca:

Região Metropolitana do Recife (12 municípios) - Abreu e Lima, Cabo de Santo Agostinho, Igarassu, Ipojuca, Itamaracá, Itapissuma, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Olinda, Paulista, Recife e São Lourenço da Mata. Zona da Mata Norte (04 municípios) – Carpina, Goiana, Lagoa do Carro e Paudalho.

Zona da Mata Sul (06 municípios) – Barreiros, Gameleira, Rio Formoso, São José da Coroa Grande, Sirinhaém e Tamandaré.

Agreste Setentrional (06 municípios) - Cumaru, Feira Nova, Frei Miguelinho, Lagoa de Itaenga, Limoeiro e Surubim.

Agreste Central (07 municípios) - Belo Jardim, Bonito, Brejo da Madre de Deus, Panelas, Pesqueira e Riacho das Almas.

Agreste Meridional (03 municípios) - Águas Belas, Pedra e Venturosa.

Sertão do Moxotó (02 municípios) - Custódia e Ibimirim.

Sertão do Pajeú (03 municípios) - Afogados da Ingazeira, Igaraci e Serra Talhada.

Sertão Central (02 municípios) – Parnamirim e Serrita.

Sertão do Araripe (03 municípios) - Araripina, Bodocó e Ouricuri.

Sertão do São Francisco (05 municípios) - Afrânio, Cabrobó, Lagoa Grande, Petrolina e Santa Maria da Boa Vista.

Sertão de Itaparica (05 municípios) - Belém de São Francisco, Floresta, Itacuruba, Jatobá e Petrolândia.

PALAVRAS-CHAVE

GOVERNO auxílio chapéu de palha

HOME/ECONOMIA

» QUESTÃO FUNDIÁRIA

Projetos de moradia são fundamentais

Governo do Estado precisa acelerar alternativas para evitar colapso social

Publicado em 05/05/2012, às 22h00

Adriana Guarda

O governo de Pernambuco precisa acelerar a implantação de projetos de moradia em Suape para conseguir sanar parte do problema até o final de 2014. Um dos compromissos da gestão Eduardo Campos é a construção de três condomínios residenciais para abrigar a população que precisará ser deslocada de áreas de preservação ambiental e de interesse para a instalação de empresas. A tentativa de implementar o projeto se arrasta desde 2007.

A diretoria de Suape negocia financiamento de R\$ 84 milhões com a Caixa Econômica Federal, dentro do programa Minha casa, Minha vida, para construir 2.680 residências, que serão distribuídas em condomínios localizados nas comunidades de Gaibu, Vila Claudete e Rosário. A expectativa é erguer os residenciais por módulos, que serão habitados de acordo com a necessidade de desapropriação das áreas do porto.

Outra proposta é urbanizar e dotar de infraestrutura núcleos urbanos já existentes nas comunidades de Massangana, Vila Dois Irmãos, C-Povo, Vila Suape e Gaibu. Pelo menos 4 mil famílias serão consolidadas nessas cinco áreas. “Depois que a infraestrutura estiver concluída, vamos entregar esses núcleos para serem administrados pelo município do Cabo de Santo Agostinho”, explica o diretor de Gestão Fundiária e Patrimônio de Suape, Sebastião Pereira Lima.

Até dezembro deste ano, o governo do Estado espera entregar as primeiras casas da agrovila Nova Tatuoca, prometida desde 2007. A construção de um condomínio com 73 habitações no Cabo de Santo Agostinho vai receber os moradores que vão deixar a Ilha de Tatuoca. O local foi destinado no novo Plano Diretor de Suape a abrigar o Polo Naval de Pernambuco. É lá onde está sediado o Estaleiro Atlântico Sul e onde estão sendo erguidos os estaleiros Promar e CMO.

Os posseiros de Suape que não serão contemplados pelo projeto de moradia vão receber uma indenização e deixar a área do porto. A diretoria do complexo não consegue mensurar quantas famílias já foram indenizadas desde o início do governo Eduardo Campos. A assessoria de comunicação explica que durante a gestão do ex-presidente Fernando Bezerra Coelho (hoje ministro da Integração Nacional), os pagamentos eram contabilizados como despesa, sem discriminar a finalidade.

Um novo sistema de contabilidade foi implementado com a posse de Geraldo Júlio, discriminando os pagamentos com indenizações e reintegrações de posse. Em 2011, Suape indenizou 284 famílias, desembolsando R\$ 15,5 milhões (veja arte ao lado). Outros 67 posseiros só deixaram o porto depois de processos de reintegração de posse, somando R\$ 2,5 milhões. No total, 386 famílias deixaram o complexo no ano passado.

De janeiro a abril de 2012, Suape negociou, pagou e homologou 33 indenizações e reintegrações de posse, com desembolso de R\$ 2,9 milhões. A diretoria de Suape diz que não faz uma estimativa do volume de indenizações para este ano, porque depende da demanda das

empresas por terrenos. Entre 2007 e 2010 (informação mais recente divulgada), 50 empreendimentos se instalaram no complexo.

PALAVRAS-CHAVE

projeto Suape moradia

HOME/CIDADES/GERAL

» OBRA

Começa dragagem do Rio Beberibe

Em dois anos, governo pretende deixar o rio com 2,3 metros de profundidade e de cinco a 80 metros de largura

Publicado em 02/05/2012, às 13h51



Governador acompanhou início das obras

Foto: Hélia Scheppa/JC Imagem

Cleide Alves

Trecho de 13 quilômetros de extensão do Rio Beberibe, da entrada do Porto do Recife até a BR-101 Norte, nas imediações do bairro de Passarinho, está sendo dragado e alargado pelo governo do Estado. O trabalho será executado em duas etapas, com prazo de conclusão até junho de 2014.

A primeira etapa da obra tem dez meses de duração e compreende o trecho entre a foz do rio (onde o Beberibe deságua no mar) e a ponte da Avenida Olinda. De acordo com o secretário estadual de Recursos Hídricos e Energéticos, Almir Cirilo, o investimento inicial é de R\$ 16 milhões.

Em dois anos, governo pretende deixar o rio com 2,3 metros de profundidade e de cinco a 80 metros de largura. "Escolhemos os 13 quilômetros mais prejudicados", diz Almir Cirilo. O projeto completo está orçado em R\$ 63 milhões, sendo R\$ 60 milhões da Caixa Econômica Federal e R\$ 3 milhões do Estado.

"A população terá ganhos significativos, porque a dragagem do Beberibe vai ajudar a evitar enchentes. Como a água do rio vai circular melhor, haverá aumento da capacidade de pesca. Famílias que hoje vivem no leito do rio serão retiradas para outras áreas", acrescenta o governador de Pernambuco, Eduardo Campos.

Ele visitou a obra na manhã desta quarta-feira (2) e prometeu a moradores ribeirinhos que vai se empenhar para evitar descontinuidade dos serviços nesses 25 meses. Além da dragagem e alargamento da calha, o projeto prevê abertura de vias locais na beira do Beberibe (onde for possível).

O projeto também contempla a reconstituição da vegetação de origem, mata ou mangue. Para Almir Cirilo, a obra também tem rebatimento na saúde da população, porque se completa com obras de esgotamento sanitário realizadas na área pelas Prefeituras de Olinda e do Recife.

O Rio Beberibe tem 23 quilômetros de extensão, da nascente, em Camaragibe, município do Grande Recife, até a foz. Levantamento inicial feito pelo Estado, indica a necessidade de remover cerca de 400 habitações nos 13 quilômetros que estão sendo tratados. A transferência das famílias será definida no projeto executivo, que ficará pronto até junho.

PALAVRAS-CHAVE

rio beberibe Eduardo Campos

HOME/CIDADES/CIÊNCIA/M.AMBIENTE

» PESCA ILEGAL

Polícia Federal apreende 100 kg de lagosta

Carga foi interceptada no canal de entrada do Porto do Recife

Publicado em 16/04/2012, às 21h25



Foto: PRF/Divulgação

Do JC Online

A Polícia Federal (PF) apreendeu, nesta segunda (16), 100 kg de lagosta. A apreensão foi realizada pelo Núcleo Especial de Polícia Marítima (Nepom), no canal de entrada do Porto do Recife, bairro do Recife, área central da cidade.

O material estava com três pescadores cuja identidade não foi revelada. Todos foram detidos por exercício ilegal da pesca, prática da atividade num período proibido (época de defeso até o final de maio) e utilização de equipamento ilegal.

O trio foi encontrado pela polícia numa embarcação denominada Xaxô, um pesqueiro de 30 pés, matriculado numa colônia de pescadores do bairro de Brasília Teimosa, Zona Sul do Recife. Com os pescadores, além dos 100kg de lagosta, a PF encontrou um compressor de ar mecânico e diversos equipamentos para a pesca ilegal.

O compressor de ar é proibido para pesca, de acordo com a legislação ambiental. O equipamento permite a respiração em baixo d'água em grandes profundidades ou por longo tempo. Porém, a legislação exige que a pesca de lagosta seja feita de forma artesanal.

Tanto o barco quanto os materiais de pesca apreendidos foram entregues ao Ibama e os pescadores detidos, encaminhados à Superintendência da Polícia Federal, onde foi lavrado flagrante.

A assessoria de comunicação da PF informou, através de nota, que a delegada Adriana Vasconcelos, chefe da Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio-Ambiente e Patrimônio Histórico – Delemaph, participará de uma coletiva de imprensa na manhã desta terça (17). Na ocasião, prestará esclarecimentos sobre o crime, as circunstâncias do flagrante e o resultado da autuação pela Polícia Federal.

PALAVRAS-CHAVE

lagosta

HOME/VOZ DO LEITOR

» MEIO AMBIENTE

Poluição coloca ecossistema em risco no Litoral Norte

Manguezal está tomado por garrafas, copos plásticos e outros objetos poluentes

Publicado em 20/03/2012, às 16h57



Lixo toma conta do manguezal

Foto: Fernando Melo/Voz do Leitor

Fernando Melo

O lixo continua sendo uma enorme ameaça ao manguezal do litoral norte de Pernambuco. Todos esses dejetos entre eles as garrafas de bebidas, copos plásticos e outros objetos são facilmente encontrados dentro dos mangues, e são jogados pelas embarcações e por comunidades ribeirinhas.

É dentro do manguezal que ocorre a reprodução de inúmeras espécies de peixes e crustáceos, e essas atitudes vem ocasionando a destruição desse ecossistema.

O Governo Estadual e os Governos Municipais precisam adotar programas de educação ambiental urgentemente para salvar o nosso manguezal.

PALAVRAS-CHAVE

litoral norte lixo poluição

HOME/ECONOMIA/NACIONAL

» PROTESTO

Atingidos por barragens no Nordeste se mobilizam no Centro de Recife

Manifestação acontece nesta terça (14), quando é celebrado o Dia Internacional de Lutas contra as Barragens

Publicado em 14/03/2012, às 15h44



foto: Guga Matos / JC Imagem

Do JC Online

Integrantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que desde terça (13) estavam ocupando a sede da Chesf, vão às ruas do Recife na tarde desta quarta-feira (14) em direção ao Palácio do Campo das Princesas, para entregar uma pauta de reivindicações ao Governo de Pernambuco. A concentração da caminhada será na Praça Oswaldo Cruz, no bairro da Soledade, área central do Recife.

A ação feita pelos mais de 1.000 atingidos de vários estados do Nordeste também faz parte das comemorações do Dia Internacional de Luta contra as barragens, pelos Rios, pela Água e pela Vida.

Segundo o coordenador nacional do MAB, Osvaldo Bernardo, o movimento, a nível nacional, tem uma preocupação com o atual modelo energético brasileiro que não está a serviço da classe trabalhadora e sim do capital privado. "A construção de barragens no Brasil, para geração de energia através das hidroelétricas, tem expulsado de suas terras milhares de famílias", disse.

Em Pernambuco, o movimento entregará ao governo um conjunto de pautas específicas e concretas sobre as famílias atingidas no estado. Entre algumas reivindicações, o MAB quer a implantação de projetos de irrigação para a produção de alimentos saudáveis e investimentos para a geração de emprego e renda que atenda as três mil famílias de quilombolas, camponeses e ribeirinhos, ameaçados de expulsão pela construção das barragens de Riacho Seco e Pedra Branca, nos municípios de Santa Maria da Boa vista e Orocó. O movimento disse que vai exigir do governo estadual a implementação de projetos como o Paes, incentivo à pesca artesanal, pequenas agroindústrias nas comunidades atingidas para o beneficiamento da produção camponesa, entre outros.

PALAVRAS-CHAVE

Chesf barragem MAB protesto Peixe

HOME/CIDADES/GERAL

» GRANDE RECIFE

Tubarão de 1,80m é pescado no Janga

O pescador o fatiou e vendeu as partes ainda na praia

Publicado em 06/03/2012, às 11h31

Do NE10

Com informações da TV Jornal

O pescador Carlos José de Melo pegou um tubarão de cerca de 1,80 metros, pesando, aproximadamente, 70 quilos, na noite dessa segunda-feira (5). Na manhã desta terça-feira (6), o peixe virou atração na praia do Janga, em Paulista, no Grande Recife.

O tubarão teria entrado nas redes de Carlos junto com outro quando seu barco estava a cerca de dois quilômetros da costa. Segundo o pescador, o outro peixe por ser menor foi devolvido ao mar.

O pescador o fatiou e vendeu as partes ainda na praia. A cabeça foi exposta em uma pedra, o que chamou a atenção de curiosos que passavam pelo local.

PALAVRAS-CHAVE

tubarão janga

HOME/ECONOMIA

» QUESTÃO FUNDIÁRIA

Protesto contra Suape promete fechar a PE-60 nesta manhã

Moradores do entorno do complexo reclamam da política de desapropriações promovida pelo governo do Estado

Publicado em 02/02/2012, às 06h00

Da Editoria de Economia

Movimentos sociais e associações de moradores e de pescadores prometem fechar, hoje, à rodovia PE-60, no Cabo de Santo Agostinho, num protesto contra o governo de Pernambuco e a diretoria do Complexo de Suape. A movimentação marcada para esta manhã, a partir das 6h, vai causar dor de cabeça para quem precisa chegar ao Litoral Sul. Com uma pauta de reivindicações de 11 itens, o grupo vai seguir em comitiva até Suape, onde esperam ser recebidos pela diretoria do complexo.

“O protesto é uma resposta a falta de política social praticada pelo governo do Estado, na retirada dos moradores do entorno de Suape. Indenizações indignas, desrespeito com os posseiros e milícia armada não podem mais ser aturados”, defende o líder comunitário e ex-presidente da Associação de Moradores do Engenho Massangana, Ezequiel da Silva. O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) participa do ato.

A organização do protesto pretende reunir 500 pessoas. Além do protesto na PE-60, os manifestantes também vão montar acampamento no Engenho Algodoads, onde mora a posseira Raquel Minervino que na quinta-feira passada recebeu a ordem de que terá que desocupar hoje o sítio onde mora há 48 anos e receber uma indenização de R\$ 12 mil.

“Com esse dinheiro não consigo comprar outra casa. Não tenho pra onde ir”, reclama, sob o olhar assustado dos 3 filhos, que acompanham há 3 anos a aflição da mãe, desde que a diretoria de Suape ingressou com uma ação de reintegração de posse contra sua família.

A pauta de reivindicações pede a retirada dos processos de reintegração de posse de Suape contra as famílias de posseiros, a revisão dos valores das indenizações, a implantação do Projeto Morador (que deveria ter sido tocado pelo governo do Estado desde 2007), a criação de uma comissão permanente para acompanhar os processos de desapropriações, a retirada das milícias armadas de Suape, regularização fundiária e entrega dos títulos de posse às famílias, construção de passarelas e lombadas eletrônicas na tentativa de diminuir os acidentes em Suape, políticas públicas para os agricultores que vivem no entorno de Suape, providência

para as questões ambientais e solução para os problemas sociais que o desenvolvimento do complexo trouxe, a exemplo da violência e da prostituição.

Em nota de esclarecimento encaminhada ao **Jornal do Commercio** esta semana, a diretoria do Complexo de Suape afirmou que as indenizações aos posseiros são pagas depois da realização de um laudo técnico elaborado por um avaliador externo, que segue as regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). No início da gestão Eduardo Campos, a política era adotar a tabela da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (Fetape) para calcular o valor das benfeitorias realizadas nos terrenos (construções e plantios).

PALAVRAS-CHAVE

Suape posseiros indenização

HOME/ECONOMIA/PERNAMBUCO

» DENÚNCIA

Pescadores vão à ONU contra Suape

Colônia de Pescadores do Cabo de Santo Agostinho denuncia descaso das autoridades locais com os danos ambientais no porto

Publicado em 05/01/2012, às 11h10

Adriana Guarda

A Colônia de Pescadores do Cabo de Santo Agostinho encaminhou denúncia à Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas (ONU), na Suíça, contra o governo de Pernambuco. Os pescadores alegam violação dos direitos humanos e descaso das autoridades locais com os danos ambientais provocados pela implantação de grandes empreendimentos no Complexo de Suape.

"As obras de dragagens realizadas para contemplar a instalação de um polo naval na região estão levando ao desemprego e à expulsão dos pescadores e moradores tradicionais, sem que ocorram as devidas compensações", diz o ecólogo e assessor dos denunciantes, Leslie Tavares.

O especialista afirma que o descaso com os recursos naturais e com a ocupação dos moradores da região desrespeitam preceitos fundamentais estabelecidos na Declaração dos Direitos Humanos e da Organização internacional do Trabalho (OIT). "Foi com base nesses fundamentos que encaminhamos à denúncia à ONU", explica, lembrando que o trabalho tradicional como a pesca precisa ser preservado.

O vice-presidente do Complexo de Suape, Frederico Amâncio, diz que chegou à diretoria a informação de que os pescadores teriam formalizado uma denúncia na ONU, mas que desconhecia o conteúdo do documento e se ele teria sido elaborado por apenas uma pessoa ou pela Colônia como liderança.

"A verdade é que o governo do Estado e órgãos como o Ministério Público Federal nos viraram as costas. Há 2 anos ingressamos com uma ação civil reclamando dos impactos da dragagem e nada foi feito", lamenta o pescador da Colônia Z-8 da Praia de Gaibu, Ednaldo Rodrigues de Freitas, conhecido pelos colegas como Nal. Ele diz que a pesca na região caiu

80% depois das dragagens realizadas por Suape. O pescador conta que sua renda das famílias que dependem da pesca despencou desde 2010.

PALAVRAS-CHAVE

Suape pescadores denúncia ONU

2011

HOME/ECONOMIA/PERNAMBUCO

» SUAPE

Os vizinhos dos estaleiros

Famílias diretamente afetadas por grandes investimentos ainda aguardam solução do governo

Publicado em 13/11/2011, às 17h45

Adriana Guarda

Quando percebe a presença da reportagem do JC na Ilha de Tatuoca, no Porto de Suape, o pescador Biu dispara, emburrado: “Não aguento mais filmagem aqui. Os anos passam e tá tudo a mesma coisa. O governo não faz nada”. A descrença, que resvala sobre nossa equipe, é o resultado de promessas descumpridas. Desde 2007, o governo de Pernambuco garantiu que construiria a agrovila Nova Tatuoca para remover a comunidade de pescadores e permitir a implantação de um polo naval na ilha. A diretoria do complexo aprovou um novo plano diretor, dedicando 600 hectares de terra para os estaleiros, mas não conseguiu resolver o imbróglio com os ilhéus. Hoje, eles convivem com o Atlântico Sul em seu quintal e, agora, com a obra do Promar.

O projeto do condomínio foi marcado por uma série de entreveros. O primeiro desafio foi convencer os moradores a deixarem o local que habitam há quatro gerações para ocupar uma vila com 51 casinhas de gesso. Depois, o projeto sofreu mudança de endereço. O primeiro terreno escolhido para abrigar as residências era local de uma obra de saneamento da Secretaria de Turismo. Uma segunda área foi identificada e o posseiro exigiu um valor de indenização que Suape se recusava a pagar. Para completar o longo folhetim, a Agência de Meio Ambiente de Pernambuco (CPRH) identificou que uma parte do terreno ficava dentro de uma área de preservação ambiental (APA) e embargou a obra.

Resultado: a obra está parada desde 2009 e o governo vai precisar jogar fora o dinheiro que investiu numa primeira terraplenagem e fazer uma segunda obra. A defasagem também vai exigir que o valor do projeto, orçado inicialmente em R\$ 2,8 milhões, seja recalculado. “A CPRH percebeu que uma franja do aterro de um metro da terraplenagem estava dentro da APA e exigiu que o projeto fosse refeito”, explica o diretor de Planejamento e Urbanismo de Suape, Jaime Alheiros. A nova estimativa é que a obra seja iniciada em nove meses. Uma mudança no projeto será a troca das casas de gesso por alvenaria ou cimento armado, atendendo a uma reivindicação das famílias de Tatuoca.

“Não consigo entender como a CPRH aprova a derrubada de mangue e de mata atlântica para construir os estaleiros, mas empombou com a construção da agrovila por conta de um metro de terra. O governo moveu céu e terra pra aprovar a lei de supressão vegetal e colocar os estaleiros aqui, mas passa quatro anos para resolver o problema dos pescadores”, reclama o presidente da Associação de Moradores da Ilha de Tatuoca”, Edson Silva.

Questionada pela reportagem do JC sobre o embargo à agrovila, a CPRH se limitou a responder, por meio de sua assessoria de comunicação, que “está no aguardo da entrega, por parte do empreendedor (Suape), de uma adequação do projeto, de maneira a viabilizar a sustentabilidade da intervenção pretendida”.

A demora na construção do condomínio também impôs outro desafio ao governo do Estado. Em quatro anos, o número de famílias cresceu. Antes eram 51 e agora são 72. “As pessoas casaram, tiveram filhos e construíram suas casas”, diz Edson. A diretoria de Suape ingressou na Justiça com pedido de reintegração de posse para essas residências.

A construção do Estaleiro Promar coloca em xeque a permanência de 12 casas diretamente impactadas pela obra. Os moradores reclamam que as dragagens realizadas no local escasseou a pesca, fez sumir a água das cacimbas e aumentou o percurso que os moradores precisam fazer para sair da ilha. Alheiros nega que a dragagem tenha influência sobre as cacimbas e diz que a estrada em construção no local foi um pedido dos moradores. “A dragagem não interfere no lençol freático. Esse problema da água deve ser um fenômeno natural”, defende. Discussões técnicas à parte, o diretor de Suape admite que a presença de dois estaleiros na “cozinha” dos ilhéus é inadequada, por se tratar de uma atividade de indústria pesada incompatível com uma vizinhança residencial.

PALAVRAS-CHAVE

estaleiro MORADORES tatuoca

HOME/CIDADES

» HABITAÇÃO

Novas habitações de moradores da Ilha de Deus acumulam problemas

Interruptores de luz deixaram de funcionar, janelas emperraram, portas cederam e há vazamento nos banheiros. Além disso, nem todas as moradias contam com a fiação elétrica embutida

Publicado em 05/11/2011, às 19h16



A casa de Grasiela Germano não tem fiação embutida

Foto: Rodrigo Lôbo/JC Imagem

Moradores da Ilha de Deus, na Imbiribeira, bairro da Zona Sul do Recife, apontam defeitos nas primeiras casas construídas pelo governo do Estado na comunidade, um ano depois da inauguração dos imóveis. Interruptores de luz deixaram de funcionar, janelas emperraram, portas cederam e há vazamento nos banheiros. Além disso, nem todas as moradias contam com a fiação elétrica embutida. Há residências com os canos por onde passam os fios expostos em todas as paredes.

“Acho que houve pressa para entregar as casas”, avalia Grasiela Germano, 24 anos. Ela recebeu um duplex com sala, dois quartos, cozinha e banheiro. “Não adianta enxugar o sanitário, porque a pia vaza água no chão desde que me mudei para cá”, comenta. “Deixaram o tanque de lavar roupa quase solto, apoiado apenas em dois ferros presos na parede, e a caixa-d’água fica em cima de dois pedaços de madeira. Nas casas, o reservatório está numa laje de concreto”, acrescenta.

A casa onde Grasiela vive com o marido e três filhos pequenos é uma das que não tem fiação elétrica embutida. No imóvel ao lado a fiação é embutida, mas as janelas não fecham porque o buraco dos ferrolhos se partiram. “Janela nenhuma fecha direito, aliás nem uso mais a da cozinha, porque se eu abrir não consigo fechar”, diz Iris Andrade, 31. A porta da sala cedeu com pouco tempo de uso. “A gente suspende a porta na hora de abrir e fechar, para não arranhar o piso”, revela.

Os interruptores da escada e dos corredores não funcionam. “Pensei que a lâmpada tinha queimado, mas troquei e o problema continua do mesmo jeito”, lamenta. No banheiro, o cano da descarga quebrou pouco meses depois de ativado. Todas as casas contam com um fogão (tipo churrasqueira) na área externa, para os pescadores cozinharem crustáceos. Mas a comunidade alega que a peça é pequena e não tem utilidade. “Tirei o meu fogão para aumentar a área de serviço”, diz Iris.

No duplex da vizinha Camila Rocha, 22, a porta também cedeu. Para preservar a cerâmica do piso da sala, a família serrou a parte de baixo da madeira. A madeira das janelas apresenta rachaduras e parte dos interruptores não funciona. Segundo as três mulheres, o governo do Estado está ciente das queixas, mas não tomou nenhuma providência, até agora. “Falamos tudo isso em três reuniões, se marcarem novo encontro ninguém mais vai participar”, afirma Iris Andrade.

A pescadora Elizabete Andrade, 54 anos e 40 deles na Ilha de Deus, reivindica uma casa térrea com três quartos, para acomodar dois netos adolescentes e uma filha deficiente. “Ela não pode dividir quarto com outra pessoa, porque às vezes fica agressiva e pode machucar alguém. Tenho atestado médico provando e vou lutar pelo quarto da minha filha”, declara. Na distribuição dos imóveis, ela deverá receber uma casa térrea de dois quartos. “Está pronta, só falta a mudança”, diz.

Todas reconhecem as melhorias promovidas na Ilha de Deus com a obra de urbanização em curso. “Claro que o lugar está ficando melhor, antes a gente vivia na maré, pisando em lama e esgoto. Mas não podemos esconder os defeitos”, resume a pescadora. A intervenção na comunidade, considerada Zona Especial de Interesse Social (Zeis) teve início em 2008, com a construção da ponte de acesso, num convênio do governo com a Prefeitura do Recife. Inaugurada em 2009, para substituir uma frágil passarela de madeira, a ponte tem 216 metros de comprimento e 3,4 metros de largura.

Resposta

- A gerente de articulação de projetos da Secretaria Estadual de Planejamento e Gestão, Norah Neves, disse que a construtora corrigiu os defeitos das portas e janelas das casas. Mas de acordo com as famílias a única providência tomada até agora foi a colocação de uma pequena coberta nas janelas no andar superior.

Sobre os vazamentos no banheiro, Norah Neves não culpa a qualidade da construção. O problema, diz ela, surgiu em função do uso. “A equipe social vem orientando os moradores sobre formas corretas de utilização. Caso existam novas queixas, podem procurar o nosso escritório local”. Segundo ela, a fiação exposta em parte das casas foi um projeto concebido e aprovado pelos moradores. “A proposta da tubulação aparente era facilitar a manutenção. Nas novas casas, alteramos o projeto, embutindo a tubulação, por solicitação das famílias”.

Os fornos de cozinhar crustáceos também teriam sido acrescentados a pedido dos habitantes, que teriam discordado da construção de uma unidade coletiva.

O projeto prevê 349 unidades habitacionais, sendo 271 na Ilha de Deus e 78 fora, numa vila próxima. Desse total, 105 estão prontas e habitadas e mais 90 serão entregues este ano. O trabalho de urbanização termina em 2012. "Aproximadamente 70% da obra foi executada", diz Norah. Além das casas, estão previstos esgotamento sanitário, iluminação e pavimentação das ruas. O investimento é de quase R\$ 40 milhões, recursos do Estado.

PALAVRAS-CHAVE

ilha de deus habitação problemas

HOME/CIDADES/POLÍCIA

» INVESTIGAÇÕES

Buscas no mar terminam sem pistas dos restos mortais de corretora

Taciana Barbosa foi morta em 2008 e, na semana passada, um pescador havia repassado à polícia informações sobre a possível localização da ossada da vítima

Publicado em 04/10/2011, às 19h24

Do JC Online

Bombeiros saíram do mar da Praia de Jaguaribe, no município de Itamaracá, Grande Recife, sem nenhuma pista dos restos mortais da corretora Taciana Barbosa, assassinada em maio de 2008. Desde a semana passada, um pescador havia repassado ao delegado Derivaldo Falcão informações sobre a possível localização da ossada da vítima. Nesta terça-feira (4), 50% da área foi vasculhada. Os mergulhadores, que entraram no mar às 11h, informaram que a maré secou bastante e água ficou turva, o que atrapalhou as buscas.

Na quarta-feira (5), uma reunião deve decidir a data de novas ações no local. Os mergulhadores se dividiram em dois barcos, um bote do Corpo de Bombeiros e uma embarcação de pescador alugada. De acordo com o delegado Derivaldo Falcão, que investigou o desaparecimento da corretora em 2008 e comandou as buscas terça (4), Taciana foi assassinada pelo policial militar Marco Antônio de Medeiros. Ela mantinha um relacionamento com o PM e estava grávida de oito meses. Taciana foi sequestrada em Rio Doce, Olinda, após receber ligação do policial militar convidando-a para um encontro. Em novembro de 2008, o pescador Edmilson José Ramos Filho confessou que teria ajudado Marco Antônio a esconder o corpo da grávida no fundo do mar.

PALAVRAS-CHAVE

INVESTIGAÇÕES taciana

HOME/CIDADES/POLÍCIA

» ITAMARACÁ

Falta de equipamento adia buscas de ossada

Equipe da polícia usou barco de pesca para confirmar informação de que ossos da corretora Taciana Barbosa, assassinada em 2008, estavam na Praia de Jaguaribe

Publicado em 01/10/2011, às 20h49

Eduardo Machado Do Jornal do Commercio

A falta de equipamentos adequados para a polícia fez com que o fim de um mistério que já dura três anos e cinco meses fosse adiado mais uma vez. Um pescador da Ilha de Itamaracá, no Grande Recife, repassou ao delegado Derivaldo Falcão informação sobre a possível localização dos restos mortais da corretora Taciana Barbosa, assassinada em maio de 2008. A ossada estaria submersa em uma área de currais de pesca a cinco quilômetros da Praia de Jaguaribe, em Itamaracá. Policiais civis, bombeiros e peritos passaram quatro horas procurando os ossos, mas não tiveram condições técnicas de concluir a busca. Eles foram ao local de carona em um barco de pesca inapropriado para o serviço. Nova tentativa será feita terça-feira (4).

De acordo com o delegado Derivaldo Falcão, que investigou o desaparecimento da corretora em 2008 e comandou as buscas ontem, Taciana foi assassinada pelo policial militar Marco Antônio de Medeiros. Ela mantinha um relacionamento com o PM e estava grávida de oito meses.

Taciana foi sequestrada em Rio Doce, Olinda, após receber ligação do policial militar convidando-a para um encontro. Em novembro de 2008, o pescador Edmilson José Ramos Filho confessou que teria ajudado Marco Antônio a esconder o corpo da grávida no fundo do mar, em Itamaracá. Na época, após várias buscas com a ajuda do pescador, o Corpo de Bombeiros não conseguiu encontrar o cadáver.

“Um pescador estava mergulhando para pegar lagostas e viu uma ossada, inclusive um crânio, no fundo do mar. Ele marcou o local e relatou a um amigo que nos procurou. Infelizmente, não tivemos condições de concluir as buscas porque o mar está muito agitado e a correnteza forte. Vamos tentar novamente na maré alta da próxima terça.” A identidade do pescador que deu a informação não foi divulgada.

Os policiais, peritos e bombeiros chegaram à Praia de Jaguaribe por volta das 10h da última sexta-feira (30). Eles pegaram carona na baiteira Shalom (Paz, em hebraico) e permaneceram por quatro horas no mar.

Ao retornar, o perito Diego Costa explicou a dificuldade do trabalho. “Precisamos de mais equipamento para delimitar a área a ser vasculhada. Não tínhamos como fazer isso e vamos montar a logística necessária e voltar na próxima semana.”

Diferentemente do que afirmou o delegado Derivaldo Falcão, que apontou más condições climáticas para concluir as buscas, a assessoria dos bombeiros informou que o barco de pesca foi usado porque se tratava apenas de uma operação de reconhecimento. O dono da baiteira conhece a área e auxiliou na localização do ponto de referência. Na próxima terça serão usados os equipamentos necessários para concluir a busca.

O PM Marco Antônio de Medeiros aguarda julgamento preso. Ele responde por homicídio, ocultação de cadáver, furto e aborto. A defesa recorreu da decisão da juíza Maria Segunda, da 1ª Vara do Júri de Olinda, para que ele não seja levado a júri popular.

O Tribunal de Justiça referendou a determinação da magistrada e o recurso está em tramitação no Superior Tribunal de Justiça.

PALAVRAS-CHAVE

corretora taciana ossada itamaracá

HOME/CIDADES/POLÍCIA

» CRIME

Desconhecidos invadem residência e matam pescador a tiros, em Itapissuma

A polícia ainda não tem informações de possíveis motivos e autoria

Publicado em 08/09/2011, às 08h25

Do JC Online

Com informações da Rádio Jornal

Por volta das 23h da quarta-feira (7), quatro pessoas, ainda não identificadas, invadiram a casa de número 341 da Rua S, em Vila Botafogo, Itapissuma, Grande Recife. O morador da casa, o pescador Luciano Assunção da Silva, 24 anos, foi assassinado com vários tiros.

A polícia ainda não tem informações de possíveis motivos e autoria. Após levantamento realizado no local, por equipes do Instituto de Criminalística (IC), Instituto de Medicina Legal (IML) e policiais do plantão da Força Tarefa Norte de Homicídios, o corpo de Luciano Assunção foi removido para o IML.

PALAVRAS-CHAVE

DHPP pescador Itapissuma assassinato crime

HOME/CIDADES/CIÊNCIA/M.AMBIENTE

» DESENVOLVIMENTO

Projeto Amigos do Mangue retira lixo do mangue e promove educação ambiental

Ação tem apoio do RioMar Shopping e deve durar até o final de setembro

Publicado em 10/08/2011, às 17h55

Vanessa Araujo

A sexta coleta de lixo do mangue na área de entorno do RioMar Shopping retirou 36 sacos de lixo de 100 litros, além de parachoques de carro, camas, sofás, pedaços de geladeira, de televisão e de computador na manhã desta quarta (19). Na coleta anterior, foram recolhidos 234 sacos de lixo. Em menos de um mês, já foram retiradas cerca de três toneladas de entulho.

O projeto, desenvolvido pela Colônia de Pescadores Z-1, de Brasília Teimosa, Zona Sul do Recife, tem apoio do empreendimento do Grupo JCPM e gera renda tanto para os pescadores quanto para a cooperativa de catadores Pró-Recife. Participam da ação 12 pescadores, que saem em seis embarcações pelo menos duas vezes por semana. Eles recebem uma bolsa no valor de R\$ 100 por dia de coleta.

“Quem vive do que o rio produz sabe da importância de não poluir. Nosso objetivo é chamar atenção da população e cobrar políticas do poder público. Temos que aproveitar, ainda, o potencial turístico que esse rio tem”, conta o presidente da Colônia de Pescadores, Augusto de Lima Guimarães.

Ao final de cada trabalho, o entulho é separado e o que puder servir para reciclagem é encaminhado para a cooperativa. “Além de retirar o lixo, nós pretendemos identificar os pontos críticos de poluição e gerar educação ambiental dos moradores”, explica a bióloga do RioMar, Anne Caroline de Lima.

PALAVRAS-CHAVE

Projeto Amigos do Mangue RioMar

HOME/CIDADES/POLÍCIA

» VIOLÊNCIA

Presidente de Associação de Pescadores de Paulista é preso por tentativa de homicídio

No crime que aconteceu em 2010, Israel de Lima teria atirado três vezes contra um homem

Publicado em 29/06/2011 às 22:49

Emídia Felipe

O presidente da Colônia de Pescadores de Paulista, Israel de Lima da Silva, de 53 anos, foi encaminhado ao Centro de Triagem (Cotel), em Abreu e Lima, acusado de envolvimento em uma tentativa de homicídio, ocorrida no dia 12 de outubro de 2010. O pescador foi detido na tarde desta quarta-feira (29) pelos agentes da 1ª Equipe de Homicídios de Paulista, comandada pelo delegado Ivaldo Pereira.

A prisão aconteceu durante as festividades do Dia de São Pedro, na sede da colônia de pescadores do município, no bairro do Janga. Apesar do crime ter acontecido em outubro do ano passado, a polícia só recebeu o mandado de prisão contra o pescador no dia 20 deste mês, e desde então estava a procura do acusado.

No crime que aconteceu em 2010, Israel de Lima teria atirado três vezes contra Luiz Medeiros com uma arma de calibre 12, mas as balas atingiram num carro que estava estacionado na rua. De acordo com a polícia, o acusado teria tentado matar a vítima porque a mesma concorria ao cargo de Presidente da Colônia de Pescadores, que o acusado ocupa há mais de 20 anos. Além da concorrência, Luiz Medeiros havia descoberto fraudes cometidas contra os pescadores vinculados à colônia.

Segundo a polícia, Israel também é investigado por ter um cargo fantasma na Prefeitura de Paulista, e por receber salário da função de chefe laboratorial da Prefeitura. Ele ainda é acusado de desviar dinheiro de aposentados da Associação e de pescadores que deveriam receber o dinheiro do Auxílio-Pesca. O acusado também está sendo investigado por uma tentativa de homicídio em 2005 contra a ex-mulher. Israel também responde pelos crimes de estelionato, injúria e difamação.

CIDADES/GERAL

» TRADIÇÃO

Pescadores homenageiam São Pedro com procissão marítima

O cortejo começa às 14h, na sede da colônia, na Rua Marechal Hermes, e segue pela Bacia do Pina.

Publicado em 28/06/2011, às 19h01

Do JC Online

Seguindo a tradição de mais de 50 anos, pescadores da Colônia Z-1, em Brasília Teimosa, Zona Sul do Recife, homenageiam hoje São Pedro, o santo protetor. O cortejo começa às 14h, na sede da colônia, na Rua Marechal Hermes, e segue pela Bacia do Pina.

De acordo com os organizadores, mais de 40 barcos devem participar do evento este ano. Como de costume, os pescadores prometem decorar as embarcações. “Agradeceremos pela boa produção num evento de ação de graças”, explica Augusto de Lima Guimarães, 61 anos, presidente da Colônia Z-1. As comemorações na comunidade começam às 6h, com uma queima de fogos de artifício.

Às 8h será celebrada uma missa. Após o cortejo, haverá festa, com shows de Fábio Lucas, Forró da Serra, Abuzzados do Forro, Coco dos Preto, Vôte, Que é isso?, Trio Xodó Brasil e a banda Fim de Feira.

Homenagem a São Pedro também será realizada na Colônia Z-11, na Ilha de Itamaracá, na Região Metropolitana do Recife, que realiza o evento a mais de 100 anos. Haverá também novena, às 15h.

PALAVRAS-CHAVE

pescadores São Pedro

HOME/CIDADES/GERAL

» PROTESTO

Entidades fazem carta de repúdio à proibição da Festa da Lavadeira no Paiva

O documento será apresentado durante coletiva nesta quinta-feira (28), às 11h, na Assembleia Legislativa

Publicado em 27/04/2011, às 23h16

Do JC Online

Cerca de 50 pessoas da sociedade civil, movimentos sociais, redes, fóruns, terreiros e outras manifestações religiosas realizam, na noite desta quarta-feira, uma reunião para definir estratégias de como manter a tradição da Festa da Lavadeira na Praia do Paiva, Litoral Sul de Pernambuco. Isso porque a Prefeitura do Cabo de Santo Agostinho, no Grande Recife, acredita que a infraestrutura necessária para as apresentações artísticas poderá prejudicar o meio ambiente. Ao final do encontro, os participantes elaboraram uma carta de repúdio à segregação da cultura popular pernambucana na orla do Paiva.

O documento, que será apresentado durante coletiva nesta quinta-feira (28), às 11h, na Assembleia Legislativa, vai ser entregue ao Ministério Público Estadual e Federal para que não sejam proibidos os meios de acesso da população à praia, assim como aos pescadores e demais frequentadores da festividade. A intenção é que todos tenham como participar da tradição local.

Decretada por lei como patrimônio imaterial do povo, a Festa da Lavadeira terá sua 25ª edição no próximo domingo, dia 1º de maio. Uma lei municipal, aprovada no último dia 20 de dezembro, transformou a área em Zona Especial de Turismo, Lazer e Moradia (Zerlm), o que impede a instalação de estruturas como barracas e arquibancadas na área.

PALAVRAS-CHAVE

Cabo de Santo Agostinho Reserva do Paiva festa da lavadeira

ANEXOS

ANEXO A - Figura 8: Quadro valores-notícia Traquina (2013) e Silva (2014)

| TRAQUINA | SILVA |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Conflito Agrega fatos relacionados a guerras, rivalidades, disputas, brigas, greves e reivindicações. | Conflito Idem |
| Ausente | Conhecimento Relacionado a descobertas, invenções e pesquisas: bastante utilizado nas seções de ciência e de saúde que centram sua linha editorial na cobertura científica, valorizando a descoberta de um novo medicamento e/ou tratamento de determinada doença. |
| Ausente | Entretenimento/Curiosidade Fatos relacionados à aventura, divertimento, esporte e comemorações. |
| Escândalo Acontecimentos envolvendo escândalos e controvérsias. É, dependendo do veículo, um critério também bastante valorizado na hora de se decidir o que será notícia. Em alguns casos, a própria mídia estimula controvérsias ainda não existentes. | Conflito Idem no conceito |
| Ausente | Governo Temas de interesse nacional, decisões e medidas governamentais, inaugurações de instituições públicas, eleições, viagens e pronunciamentos de representantes do governo. |
| Inesperado Fatos que irrompem e surpreendem a expectativa: o mega acontecimento, um acontecimento com enorme noticiabilidade que subverte a rotina e provoca um caos na sala de redação. Ex: ataques em 11 de setembro. | Surpresa Idem no conceito |
| Infração Compreende acidentes, violência/crime. | Tragédia/Drama Além de acidentes, violência/crime, também considera as catástrofes, acidentes, risco de morte e morte, violência/crime, suspense, emoção e interesse humano, conforme descrito na categoria morte. |
| Ausente | Justiça Compreende acontecimentos relacionados a julgamentos, denúncias, investigações, apreensões, decisões judiciais e crimes. Este critério pode ter mais força se estiver relacionado, por exemplo, ao critério de proeminência, considerando a notoriedade da pessoa envolvida. |
| Morte Compreende os fatos que envolvem morte. | Tragédia/Drama Compreende as catástrofes, acidentes, risco de morte e morte, violência/crime, suspense, emoção e interesse humano. |
| Notabilidade Traz a dimensão numérica como um fator que impacta na hora de selecionar um fato para se tornar notícia: quanto mais pessoas são afetadas por determinado acontecimento, mais chances têm de este fato ser noticiado. Também faz parte desta categoria o número de pessoas envolvidas; e grandes quantias de dinheiro. | Impacto Idem no conceito |
| Notoriedade Relacionada com a notoriedade do ator envolvido, sua importância social: se é alguém da elite e/ou uma celebridade. As vezes, não há nenhuma informação relevante na notícia, mas o fato de um político, por exemplo, estar de passagem por determinada cidade, já é notícia. | Proeminência Idem no conceito |
| Novidade O que é inédito ou fatos novos referentes a algo já conhecido. | Ausente |
| Proximidade Geográfica ou cultural. Quanto mais próximo um acontecimento estiver do seu público, mas fácil de ser publicado. | Proximidade Idem no conceito |
| Relevância Preocupação de informar o público sobre algo que tem impacto sobre a vida das pessoas. Decisões governamentais, mudanças na legislação, notícias de guerras, eleições, entre outros, representam critérios de relevância. | Ausente |
| Tempo Atua de formas diferentes: 1) quanto mais recente um fato, mais ele terá chances de ser noticiado. 2) o tempo no sentido em que uma data pode servir de pretexto para originar uma notícia, por exemplo, a cada 11 de setembro, desde o ataque às Torres Gêmeas, a cobertura jornalística relembra e/ou repercute este fato. | Ausente |
| Notabilidade Fatos considerados incomuns, originais ou inusitados. Aqueles que fogem à regra estabelecida socialmente. É um dos critérios considerados clássicos do jornalismo, cuja premissa é que quanto mais um acontecimento se desvia do padrão, mais chances tem de se tornar notícia. | Raridade Idem no conceito |

Fonte: Langbecker (et al., 2019, p. 8-9)